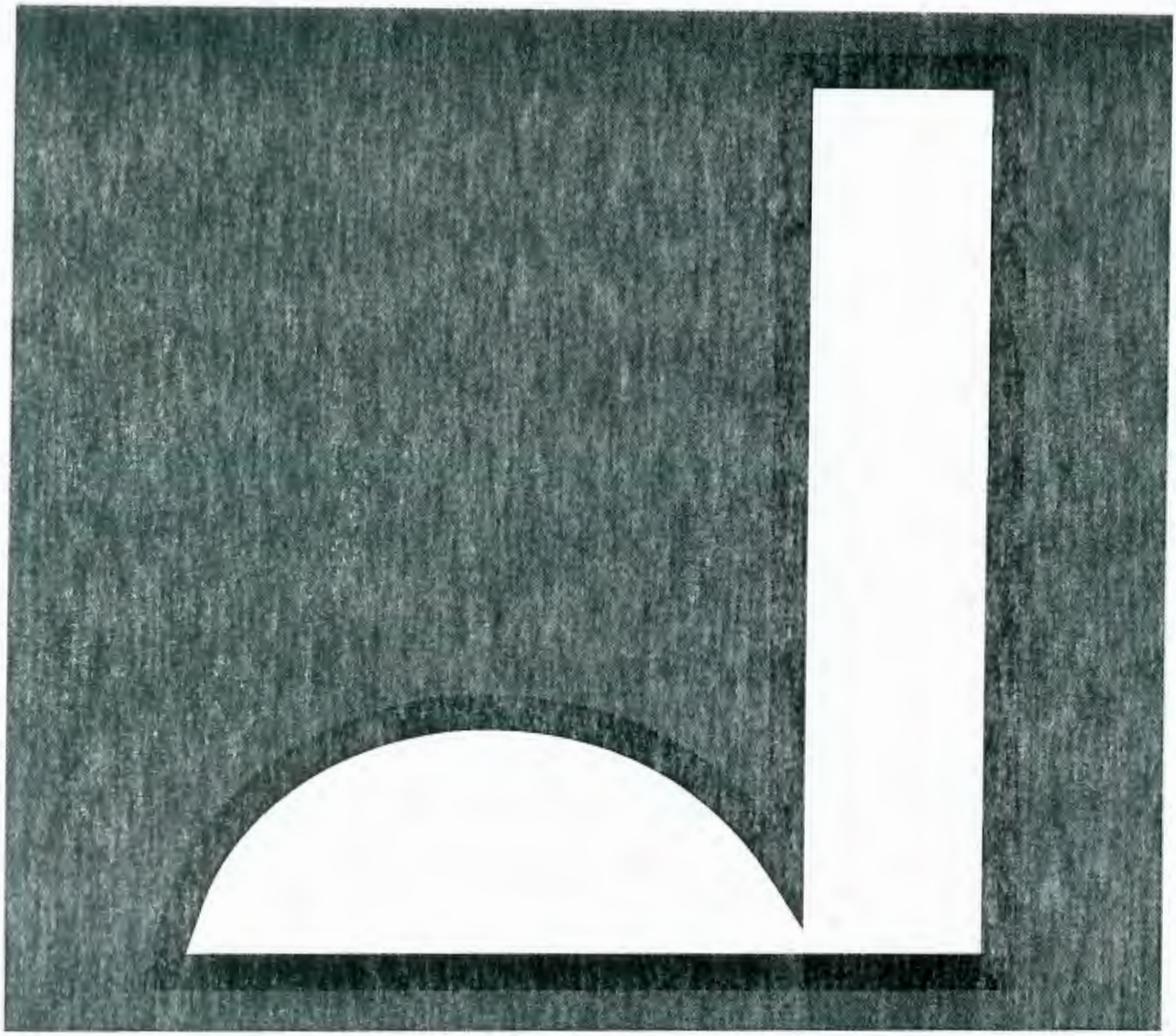
EXEMPLAR UNICO

SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Arquivo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - SUP. AO Nº 050 - SÁBADO, 1º DE ABRIL DE 2006 - BRASÍLIA- DF

EXEMPLAR UNICO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT
1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB
2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA
3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF
4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21

LÍDER
Ney Suassuna

VICE-LÍDERES
Garibaldi Alves Filho
(vago)
Gilberto Mestrinho
(vago)
Amir Lando
(vago) (5)

.....

LÍDER DO PMDB – 21
Ney Suassuna

VICE-LÍDERES DO PMDB
Maguito Vilela
(vago)
Luiz Otávio
Gerson Camata
(vago) (6)
Wellington Salgado de Oliveira
Valdir Raupp

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17

LÍDER
Delcídio Amaral – PT

VICE-LÍDERES
Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB

.....

LÍDER DO PT – 12
Delcídio Amaral

VICE-LÍDERES DO PT
Roberto Saturnino
Ana Júlia Carepa
Flávio Arns
Fátima Cleide

LÍDER DO PL – 3
João Ribeiro

VICE-LÍDER DO PL
Aelton Freitas

LÍDER DO PSB – 2
Antônio Carlos Valadares

VICE-LÍDER DO PSB
(vago)

LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31

LÍDER
José Jorge – PFL

VICE-LÍDERES
Alvaro Dias – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB
César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB
Rodolpho Tourinho – PFL
Demóstenes Torres – PFL

.....

LÍDER DO PFL – 16
José Agripino

VICE-LÍDERES DO PFL
Demóstenes Torres
César Borges
Rodolpho Tourinho
Maria do Carmo Alves
Romeu Tuma
Jonas Pinheiro (2)

LÍDER DO PSDB – 15
Arthur Virgílio

VICE-LÍDERES DO PSDB
Lúcia Vânia
Leonel Pavan
Flexa Ribeiro
Papaléo Paes
João Batista Motta

LÍDER DO PDT – 4
Osmar Dias

VICE-LÍDER DO PDT
(vago)

LÍDER DO PMR– 1
Marcelo Crivella

LÍDER DO PTB – 4
Mozarildo Cavalcanti

VICE-LÍDER DO PTB
Sérgio Zambiasi

LÍDER DO P-SOL – 1
Heloísa Helena

LÍDER DO GOVERNO
Aloizio Mercadante – PT

VICE-LÍDERES DO GOVERNO
Romero Jucá – PMDB
Ideli Salvatti – PT
Garibaldi Alves Filho - PMDB
(vago)
Fernando Bezerra – PTB
Patrícia Saboya Gomes –PSB(1)

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Ronald Cavalcante Gonçalves
Diretor da Subsecretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

(1) A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.
(2) O Senador Jonas Pinheiro retomou ao exercício do cargo em 9.12.2005
(5) O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005.
(6) O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.
(7) O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES

1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos

1ª Reunião, realizada em 24 e 25 de novembro de 2005 (Republicação) 00004

6ª Reunião, realizada em 28 de março de 2006 00071

1.2 – Comissão de Assuntos Sociais

1ª Reunião, realizada em 21 de fevereiro de 2006 00104

2ª Reunião, realizada em 9 de março de 2006 00109

3ª Reunião, realizada em 16 de março de 2006 00119

4ª Reunião, realizada em 22 de março de 2006 00139

5ª Reunião, realizada em 23 de março de 2006 00159

6ª Reunião, realizada em 24 de março de 2006 00165

1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, realizada em 1º de fevereiro de 2006 00179

1.3 – Comissão de Educação

1ª Reunião, realizada em 24 de janeiro de 2006 00188

2ª Reunião, realizada em 25 de janeiro de 2006 00192

3ª Reunião, realizada em 1º de fevereiro de 2006 (Em conjunto com a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia) 00207

4ª Reunião, realizada em 7 de fevereiro de 2006 00231

5ª Reunião, realizada em 14 de fevereiro de 2006 00244

1.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle

1ª Reunião, realizada em 21 de fevereiro de 2006 00270

2ª Reunião, realizada em 7 de março de 2006 00292

3ª Reunião, realizada em 14 de março de 2006 00297

1.5 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

1ª Reunião, realizada em 19 de janeiro de 2006 00298

2ª Reunião, realizada em 26 de janeiro de 2006 00303

3ª Reunião, realizada em 2 de fevereiro de 2006 00311

4ª Reunião, realizada em 9 de fevereiro de 2006 00322

1ª Reunião, realizada em 9 de março de 2006 00336

2ª Reunião, realizada em 14 de março de 2006 00344

3ª Reunião, realizada em 16 de março de 2006 00355

4ª Reunião, realizada em 23 de março de 2006 00368

1.6 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

1ª Reunião, realizada em 25 de janeiro de 2006 00386

1ª Reunião, realizada em 8 de março de 2006 00394

2ª Reunião, realizada em 21 de março de 2006 00411

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Trigésima Sétima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada nos dias 24 e 25 de novembro de 2005, às 9:00 horas, no auditório Petrônio Portella e no auditório do Interlegis, Senado Federal.

Às nove horas do dia vinte e quatro de novembro do ano de dois mil e cinco, no Auditório Petrônio Portella, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores César Borges, Sérgio Guerra, José Agripino, Luiz Otávio, Ney Suassuna, Pedro Simon, Almeida Lima, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, Gilberto Goellner, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Tasso Jereissati, Ramez Tebet, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, José Maranhão, Delcídio Amaral, Fernando Bezerra, João Capiberibe, Patrícia Saboya Gomes e Osmar Dias. Sob a presidência do Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, inicia-se a Cerimônia de Abertura do Seminário Internacional "A Atualidade do Pensamento de Celso Furtado sobre o Desenvolvimento". Compõem à Mesa os Senhores Deputado Aldo Rebelo, Presidente da Câmara dos Deputados, Luiz Dulci, Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Waldir Pires, Ministro da Controladoria Geral da União, Senador Luiz Otávio, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Aloizio Mercadante, Autor do Requerimento para a realização do Seminário, Guido Mantega, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Jose Luiz Machinea, Secretário Executivo da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – Cepal, Rosa Freire D'Aguiar Furtado, Viúva de Celso Furtado. Em seguida, inicia-se a Conferência Introdutória "A Obra de Celso Furtado e sua atualidade" com a participação dos Senhores Maria da Conceição Tavares, Professora Emérita da Universidade Federal do Rio do Janeiro – UFRJ, Oswaldo Sunkel, Ex-Diretor do Centro CEPAL-BNDES e Professor do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Universidade do Chile, Senador Aloizio Mercadante e Senador Roberto Saturnino. Passando-se ao Auditório Interlegis, são abertos os debates, MESA I – Revisitando a Questão Regional, com a presença dos Senhores Renato Baumann, Diretor do Escritório da Cepal no Brasil, Senador Sérgio Guerra, Tânia Bacelar, Professora da Universidade Federal de Pernambuco, Antônio Carlos Filgueira Galvão, Secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional; MESA II – Restrições Externas e o Financiamento do Desenvolvimento, com a presença dos Senhores Demian Fioca, Vice-Presidente do BNDES (Coordenador da Mesa), José Carlos Rocha Miranda, Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Luis Carlos Bresser Pereira, Professor da Fundação Getúlio Vargas/São Paulo, Luiz Gonzaga Belluzzo, Professor da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Senador Aloizio Mercadante. No dia vinte e cinco de novembro, iniciam-se os trabalhos com a MESA III – Projetos Nacionais de Desenvolvimento com a presença dos Senhores Aldo Ferrer, Professor da Universidade de Buenos Aires e Diretor da Carreira de Estratégia Econômica Internacional, Senador Aloizio Mercadante, Arturo Guillén R., Coordenador da Rede Euro-latino-americana de Estudos para o Desenvolvimento Celso Furtado, Marco Aurélio Garcia, Assessor-Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República; MESA IV – Crescimento e Distribuição de Renda com a presença dos Senhores Ricardo Bielschowsky, Economista/Cepal (Coordenador da Mesa), Carlos Lessa, Professor da UFRJ, Clemente Ganz Lúcio, Conselheiro do CDES, Márcio Pochmann, Professor da Unicamp, Octavio Rodriguez, Professor da Universidade de Montevidéu, e, para encerrar, os Senhores Hélio Jaguaribe, Decano-fundador do Instituto de Estudos Políticos e Sociais, Embaixador Rubens Ricupero, Ex-secretário Executivo da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento e Theotônio dos Santos, Professor da Universidade Federal Fluminense/RJ, prestam depoimentos sobre o pensamento de Celso Furtado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se o Seminário, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Luiz Otávio,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª MODERADORA – Neste momento é dado início à cerimônia de abertura do Seminário Internacional que abordará o tema "A Atualidade do Pensamento de Celso Furtado sobre o Desenvolvimento".

Este Seminário é promovido pelo Senado Federal e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); conta também com a participação do Governo Federal do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

Convidamos para compor a Mesa o Exmº Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros; o Exmº Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo; o Exmº Sr. Ministro-Chefe da

Secretaria-Geral da Presidência da Republica, Luiz Dulci; o Exmº Sr. Ministro da Controladoria-Geral da União, Valdir Pires; o Exmº Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Luiz Otávio; o Exmº Sr. Líder do Governo no Senado Federal, Senador Aloizio Mercadante; o Ilmº Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Guido Mantega; o Ilmº Secretário-Executivo da Comissão Econômica para América Latina e Caribe, José Luís Machinea; a Ilmª Srª Rosa Freire d'Aguiar Furtado, viúva de Celso Furtado.

Este Seminário Internacional "A Atualidade do Pensamento de Celso Furtado sobre o Desenvolvimento" visa fomentar o pensamento sobre as grandes potencialidades e desigualdades do nosso Brasil. Celso Furtado se definia não como um homem de letras, mas como um homem do pensamento. E, como pensador, é reconhecido por críticos e estudiosos de economia, pela capacidade de captar a especificidade de nossa sociedade, intervindo diretamente na realidade, explicando e construindo o Brasil de seus dias. O imortal Celso Furtado está entre os grandes economistas do mundo que estudaram no pós-guerra, de forma precursora, os problemas do desenvolvimento econômico, relacionando-os com problemas históricos.

Ouviremos, agora, a Ilmª Srª Rosa Freire d'Aguiar Furtado.

A SRª ROSA FREIRE D'AGUIAR FURTADO – Bom dia, Senador Renan Calheiros, Presidente Guido Mantega, Ministros Valdir, Dulci, não imaginei que fosse começar a falar, eu só queria dizer duas palavrinhas. Eu preparei...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – ***(Fora do microfone. Inaudível.)***

A SRª ROSA FREIRE D'AGUIAR FURTADO – Então, acho que só uma palavrinha, para fazer a abertura, porque, agora, me atropelei um pouco, Senador Aloizio Mercadante.

É só para dizer aos senhores que, daqui a pouco – pediram-me para falar alguma coisa sobre Celso, faz justamente um ano que ele faleceu, ele faleceu no dia 20 de novembro, faz um ano e quatro dias, e, às vezes, ainda embargo um pouco a voz –, preferi fazer um pequeno *slide show,* que vai ser passado daqui a pouco, mas não é já.

Em vez de falar, fiz uma pequena exposição sobre Celso.

Eu só queria falar um pouco sobre o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, que foi levado à pia batismal anteontem, no Rio de Janeiro.

Estamos nos unindo em torno desse seminário, organizado pelo Senador Mercadante, e nós todos estamos muito felizes. Este ano ele será dirigido pela Professora Maria da Conceição, por mim mesma, na parte cultural, digamos, e pelo Professor Luiz Gonzaga Belluzo, que não pôde estar aqui agora de manhã.

Fico muito feliz com a existência desse centro – isso foi uma iniciativa do Presidente Lula –, com a existência de um espaço em que se preserve a memória do Celso – será mais ou menos a minha ocupação –, em que se discutam os temas que ele discutiu a vida inteira em torno do desenvolvimento. É muito bom que haja um centro que preserve e que crie condições para que se debatam esses temas, e esse seminário acho que vai na mesma direção, pelo que vi no programa, porque ele vai tratar mais ou menos de temas que eram afins ao Celso.

Era só isso.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRª MODERADORA – Concedo a palavra o Ilmº Sr. Jose Luiz Machinea, Secretário Executivo da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Eu gostaria de, pela informalidade, inclusive, do nosso seminário, saudar o Presidente Renan; o Presidente Aldo; o Ministro Dulci; o Ministro Waldir Pires; o Secretário Jose Luiz Machinea, da Cepal; Rosa Aguiar; o Presidente da Comissão, o nosso Senador Luiz Otávio, que tem um papel fundamental na realização de todo esse evento.

Eu queria que o protocolo fosse lido e que, primeiramente, falasse o Presidente do Congresso Nacional, o Presidente da Câmara dos Deputados e os demais membros que estão participando deste seminário. Eu gostaria que fossem: o Presidente Renan, o Presidente Aldo e, depois, os demais membros da Mesa. Foi isso o que combinamos com eles.

Por favor!

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Exmºs Srs. Embaixadores aqui presentes; Exmº Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo; Exmº Sr. Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, nosso querido amigo Deputado Luiz Dulci, eterno Deputado Luiz Dulci, este Congresso Nacional tem muita saudade, mas muita saudade mesmo, da sua atuação como Deputado, valoroso, que, durante muito, funcionou como uma verdadeira referência para todos nós; Exmº Sr. Waldir Pires, Ministro do controle e da transparência; Exmº Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Guido Mantega; Exmº Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Luiz Otávio; Exmº Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB no Senado Federal; Exmº Sr. Líder do Governo no Senado Federal, Sena-

dor Aloizio Mercadante; Exmº Sr. Secretário Executivo da Comissão para a América Latina e Caribe; Ilmª Srª Rosa Freire D'aguiar Furtado; Exmºs Srs. Representantes do Quadro Diplomático; Exmªs senhoras, Exmºs senhores, demais autoridades, este seminário internacional marca um momento altamente significativo, em que especialistas de renome debruçam-se sobre o legado de um dos maiores pensadores da economia e da sociedade brasileira.

No Senado Federal, que tem a honra de promover o evento, a iniciativa foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos, presidida, com o seu habitual discernimento, pelo Senador Luiz Otávio.

Meu reconhecimento, portanto, e meus parabéns ao Senador Luiz Otávio, que se estendem ao Senador Aloizio Mercadante, grande líder, grande amigo, grande quadro da política brasileira, pela lúcida inspiração de apresentar o requerimento para a realização deste seminário. Já não podia tardar esta homenagem e, mais que isso, esta tarefa intelectual de grande responsabilidade. Trata-se de avaliar, de uma perspectiva atual, a imensa contribuição de Celso Furtado para a compreensão da sociedade brasileira e do subdesenvolvimento.

Todo o percurso do pensador Celso Furtado foi movido pela certeza de que não basta interpretar a realidade. É preciso transformá-la. A paixão de Celso Furtado pelo Brasil foi uma paixão pelo país que existia, mas também pelo país que poderia ser.

Quando coordenou, por encargo do Presidente Juscelino Kubitschek, um estudo aprofundado sobre os problemas da Região Nordeste, sua preocupação obsessiva foi com os meios para a superação desses problemas. Desse estudo e das propostas que dele resultaram nasceu a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a Sudene, com o objetivo de impulsionar a industrialização e a modernização do campo na Região.

Não há dúvida de que a missão da Sudene deve ser aperfeiçoada à luz das necessidades atuais, para que seus objetivos sejam plenamente cumpridos. A simples permanência de acentuadas desigualdades regionais já demonstra a atualidade do pensamento e das preocupações de Celso Furtado, bem como justifica a recriação da Sudene, a restituição da Sudene, coisa que pretendemos fazer num curtíssimo espaço de tempo.

Ontem, mesmo, tive a oportunidade de conversar com o Presidente Aldo Rebelo. Pretendemos fazer, na próxima semana, uma reunião para que possamos pinçar algumas matérias interessantes, interessantíssimas do ponto de vista do desenvolvimento do País, que podem, verdadeiramente, ser priorizadas tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal. E, claro, a recriação da Sudene, a restituição da Sudene é, talvez, a maior de todas as prioridades.

Dados do IBGE mostram que o PIB do Nordeste, ao invés de se aproximar dos 28% que sua população representa no total da população brasileira, caiu de 14,1% do PIB nacional, em 1983, para 13,8%, em 2003, uma pequena queda, mas, infelizmente, muito significativa.

Minhas senhoras e meus senhores, o desenvolvimento econômico defendido por Celso Furtado não pode ser desconectado do desenvolvimento social sem ser completamente descaracterizado. No Brasil e nos demais países latino-americanos, o crescimento econômico tem, necessariamente, de estar integrado à diminuição das desigualdades e, em particular, à distribuição de renda. Essa compreensão abrangente e renovadora embasou a atuação de Celso Furtado como Ministro do Planejamento, nos tempos difíceis do Governo de João Goulart.

O pensamento teórico de Celso Furtado continuou sendo desenvolvido e enriquecido, tanto nos anos de exílio, como após o retorno ao Brasil, servindo como guia seguro para suas intervenções críticas quanto aos números do País. Desse empenho em participar, em criticar, em apontar soluções, ele só se desincumbiria com a morte.

Tenho certeza de que nossos expositores, com a solidez de seu conhecimento acadêmico e com a riqueza de sua experiência política, econômica e administrativa, saberão, sem dúvida, iluminar as mais diversas faces do pensamento inconformista e original de Celso Furtado.

Seus esforços, em particular, vão se dirigir ao questionamento da atualidade das idéias do mestre paraibano, num mundo de mudanças tão aceleradas que, em várias áreas constatamos, persistem muitas das condições econômicas e sociais que motivaram a reflexão e a indignação ativa do pensador, que temos a honra de homenagear.

O Senador Federal tem buscado cumprir com toda a dedicação, equilíbrio e responsabilidade sua missão institucional. A gravidade da crise política e os trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito não têm prejudicado o exame e a decisão acerca das proposições legislativas. Neste ano de 2005 até o final de outubro foram aprovadas mais de 1.500 matérias no Senado Federal. Os Senadores empenharam-se em votar matérias relevantes para o País, todas as MPs, principalmente a chamada MP do Bem, que foi aprimorada tanto na Câmara quanto nesta Casa, o Estatuto da Igualdade Racial, a Minireforma Eleitoral, um Projeto de Lei de iniciativa do Senado Federal que, sem

dúvida, representa uma resposta do Poder Legislativo à sociedade, diante do abuso do poder econômico e do caixa dois nas campanhas eleitorais, o que abre as portas para a prática da abominável corrupção. Criamos também, o Presidente Aldo Rebello e eu, Comissões, que estão se aprofundando no estudo de importantes problemas do País, bem como das medidas legislativas mais eficazes para enfrentá-los. Uma delas dedica-se à tramitação das medidas provisórias de grande significado para o funcionamento do próprio Parlamento. Mais recentemente, foi constituído um grupo de trabalho para se dedicar ao tema da desburocratização, extremamente relevante para um País que foi avaliado como o 4º País mais burocratizado do mundo.

Vale lembrar que, em seu último artigo publicado em vida, o mestre Celso Furtado clamou por uma reforma fiscal tão repetidamente prometida pelos governos recentes, como não deixou de frisar que só uma reforma fiscal efetiva vai redistribuir a carga tributária, desonerando a produção e as camadas de baixa renda. Com isso, será possível enfrentar problemas cruciais da economia brasileira, como a concentração de renda e as extravagantes taxas de juros.

Srªs e Srs. Senadores, o Senado Federal já votou e aprovou a reforma tributária. Agora, a Casa aguarda a apreciação da matéria pela Câmara dos Deputados. Sem dúvida que a Câmara, com todas as suas prerrogativas, saberá, como o Senado fez, aperfeiçoar ainda mais este projeto de reforma tributária, que tem começo, meio e fim, sobretudo, Presidente Aldo, um calendário para a sua implantação, que servirá, entre outras coisas, para que nós, com esse calendário em mão, possamos contornar dificuldades com relação à própria aprovação da reforma tributária.

Por fim, sabemos da importância de estimular reflexão aprofundada sobre os problemas do País, reunindo as esferas acadêmica e política e resgatando, nesse caso específico, a magnífica contribuição de um dos grandes brasileiros do século XX.

Desejo um ótimo proveito a todos os participantes e, mais uma vez, meus parabéns ao Senador Aloizio Mercadante, ao Senador Luiz Otávio, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, e meus sinceros agradecimentos a todos os que participam deste Seminário e, entusiasmados, também participam da criação do Centro Celso Furtado.

Parabéns a todos. (Palmas.)

A SRª MODERADORA – Vamos ouvir o Exmº Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebello.

O SR. ALDO REBELLO – Exmº Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, prezado amigo, Senador Renan Calheiros; prezado companheiro Luiz Dulci; prezado amigo Valdir Pires; prezado companheiro, Senador Luiz Otávio; prezado Ministro Guido Mantega; prezada Rosa Freire d'Aguiar; prezado Líder Aloizio Mercadante; prezado José Luís Machinea; Srª Professora Maria da Conceição Tavares – meus respeitos e admiração; prezado Líder Ney Suassuna, conterrâneo de Celso Furtado; minhas senhoras e meus senhores, enquanto falava aqui o meu companheiro Renan, eu ficava imaginando como é possível ao Brasil revelar com tanto sentido de permanência, não apenas o economista, o estudioso, o patriota, o homem que confiava na democracia por confiar no País e no povo; mas a psicologia, a atitude diante dos desafios que sempre acompanhou a vida de Celso Furtado. Fiquei aqui imaginando Celso Furtado essencialmente como um paraibano, como homem lá de Pombal, lá do agreste, do semi-árido nordestino. E a Paraíba é uma terra de cruzamento de todos os acontecimentos formadores da nossa história. Ali se bateram pela sobrevivência dos mais bravos, dos mais viris e dos mais resistentes indígenas: os tabajaras. Quantas campanhas os portugueses tiveram que encetar ao sul, contra os caetés em Alagoas, e ao norte, contra os tabajaras, e mais acima, contra os potiguares para limpar aquela área para o seu processo de colonização. E é legendária a resistência que esses índios paraibanos impuseram ao ocupante português.

Ali na Paraíba também se travou a grande batalha pela libertação do Nordeste da ocupação holandesa, e era um desses paraibanos não sei se o André Vidal de Negreiros ou o João Fernandes Vieira – o André Vidal de Negreiros – um dos comandantes da resistência que preservou aquele espaço físico, como dizia Gilberto Freire, para um único Brasil e não dois ou três brasis, como aconteceu com os nossos vizinhos. Por ali também desceu o bandeirante paulista Raposo Tavares, depois de suas investidas pela Amazônia, desceu pelo Rio Grande do Norte e pela Paraíba, onde também travou batalha contra os holandeses.

Por ali também passaram os padres, mártires da Confederação do Equador. Era o caminho do Seminário de Olinda para o Crato, onde pregavam as idéias da democracia e do iluminismo. E esses padres que cruzavam a Paraíba, entre o Crato e Recife, e Olinda, deixaram talvez essa semente que alimentou a personalidade e a psicologia do nosso grande paraibano.

Para não falar também que por ali passou a coluna Prestes; por ali passou a Revolução de 30, na figura do João Pessoa; e por ali passou também a cultura brasileira, na presença do grande Ariano Suassuna.

Eu perguntava aqui ao Dr. Valdir, o Celso Furtado nasceu em 1920, então deve ter passado a sua adolescência sob os efeitos da Grande Depressão. Na

juventude, serviu como voluntário no Corpo da Força Expedicionária Brasileira. Em seguida, naturalmente, alimentou-se do espírito de otimismo – esse, sim, espírito de otimismo, e não o novo renascimento a que se referiu recentemente um grande intelectual do nosso País – espírito de otimismo e de confiança, no mundo e nas pessoas, que tomou conta do ambiente social, político e econômico depois da Segunda Grande Guerra mundial.

Creio que talvez Celso Furtado não precise tanto dessa homenagem, talvez nós precisemos mais do que ele. Temos hoje mais necessidade dessa referência, que já é uma referência antiga das universidades. Os livros de Celso furtado para nós, nas universidades, nos anos 70, eram quase como livros de auto-ajuda que a classe média compra hoje por aí afora. Tínhamos essa referência, porque confiávamos não apenas nas suas idéias, nas suas doutrinas, no seu pensamento, confiávamos não apenas nas suas idéias, nas suas doutrinas, no seu pensamento; confiávamos principalmente na sua atitude, na forma como ele enfrentava e havia enfrentado os desafios ao desenvolvimento do Brasil; e era tão grandioso que, mesmo quando não acertava, como no prognóstico do ciclo e da fase de duração do regime militar, o criador apontava criaturas e discípulos, como a nossa Conceição, que acertava em cheio sobre o que seria o período que se seguiu ao golpe de 1964.

Portanto, hoje, quando se fala tanto e se repetem teorias – muitas vezes, são tão estranhas as exigências e necessidades do nosso País quanto ao cumprimento dos contratos, tão exigidos pelas doutrinas, pelos articulistas –, esquece-se o contrato com a Nação, o contrato com o povo, o contrato com o desenvolvimento, com o crescimento econômico, com o emprego, com a renda, com o combate às desigualdades regionais. É bom celebrar a presença de Celso Furtado.

Parabéns, Senador Renan Calheiros. Parabéns, Senador Luiz Otávio. Parabéns, minhas amigas e meus amigos.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRª MODERADORA – Com a palavra o Exmº Sr. Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci.

O SR. LUIZ DULCI – Senhoras e senhores, bom dia! Em primeiro lugar, saúdo o Presidente do Senado e do Congresso Nacional. Estive aqui no século passado. Fomos colegas na Legislatura de 1983/1987, quando tínhamos uma grande frente oposicionista pela redemocratização do País, e constituímos a nossa amizade. Agradeço as palavras gentis do Senador Renan Calheiros, saudando S. Exª e o Presidente da Câmara dos Deputados, com quem tive a honra de atuar em conjunto, na equipe de governo do Presidente Lula. E reforcei o meu amor ao Brasil, que já era, modéstia à parte, vigoroso, com essa força. O Presidente Aldo Rebelo sempre me faz lembrar um texto de Machado de Assis, chamado "Instinto de Nacionalidade". É um dos homens com maior paixão pelo Brasil que eu já conheci nesses anos todos.

Saúdo o secretário-executivo da Cepal – Celso Furtado esteve fortemente ligado à criação e ao fortalecimento da Cepal –, Dr. José Luis Machinea, uma das grandes personalidades do debate econômico do nosso continente; o Senador Aloizio Mercadante, também companheiro e amigo de tantas lutas; a jornalista, escritora, excelente tradutora Rosa Freire d´Aguiar, viúva do nosso homenageado. Ela é novinha, mas há muitos anos vou acompanhando, uma das melhores tradutoras brasileiras, se é que posso dar essa opinião impertinente aqui – como sou da área de filologia e lingüística; o mestre Valdir Pires, um dos grandes amigos de Celso Furtado, amizade que... primeiro no Governo João Goulart; um era procurador-geral da República, e o outro era ministro do planejamento, acumulando com a direção da Sudene. Não sei se cometo algum erro. Depois, foram companheiros no exílio e trouxeram de volta essa elegância moral, essa dignidade exemplar na condução da coisa pública; Senador Luiz Otávio, amigo também, grande senador e grande paraense; Presidente Guido Mantega, do BNDES. São tantas as personalidades ilustres aqui presentes, embaixadores de vários países, representantes da Finlândia – e todos sabem que o Centro Internacional de Estudos e Desenvolvimento Celso Furtado conta com o apoio político, cultural e prático de diversos países, e a idéia foi lançada no Encontro de Helsinque; os Senadores Eduardo Suplicy, Ney Suassuna e Pedro Simon...

O Senador Pedro Simon foi colega dele em outro Governo, quando Celso Furtado foi Ministro da Cultura, um esplêndido Ministro. Foi ele que retomou, entre outros temas, o estudo sobre a economia da cultura, que resultou naquele belo livro "Desenvolvimento e Cultura".

Colegas de Governo, Parlamentares e outros que não vislumbrei daqui, quero dizer que é uma honra para mim, junto com o Ministro Waldir Pires, representar o Presidente Lula nesse evento, que, no Brasil, acaba constituindo o ato de lançamento público do Centro. Digo que é uma honra porque, tendo em vista o pensamento de Celso Furtado, ao homenageá-lo não estamos homenageando apenas um pensamento que teve sentido em algum momento de nossa história, o que já seria importante. Há muitos pensadores que são lembrados, com justiça, pela capacidade que tiveram de tematizar questões do período em que viveram,

mas que nem sempre transcederam aquele período determinado e, muitas, vezes, não são questões atuais a não ser como inspiração moral, como inspiração política nos dias de hoje.

O caso de Celso Furtado é muito diferente. O pensamento dele permanece atualíssimo. As questões de que ele tratou são as mesmas que estão no centro do debate nacional e internacional hoje, seja no terreno econômico, seja no terreno da política externa, se podemos dizer assim, seja no terreno do desenvolvimento regional. Para não ser apenas protocolar, eu queria destacar brevemente três desses aspectos.

Primeiro, o próprio conceito de desenvolvimento, que para Celso Furtado supunha o crescimento econômico sustentado, de médio e longo prazo, não fosse ele um esplêndido economista, mas ia além. É. Na verdade, um conceito integral de desenvolvimento, passa pelo investimento social, e Celso Furtado foi um dos primeiros neste país a chamar o investimento social de investimento e não de gasto. É investimento tanto quanto o é o investimento em infra-estrutura e em logística. Então, passa pelo social, passa pelo cultural, pelo científico. É um conceito integral de desenvolvimento que não separava o econômico do social; pelo contrário, buscava soldar de maneira consistente essas dimensões e dava à cultura um papel que poucos pensadores no Brasil deram em um projeto global de desenvolvimento.

O segundo aspecto é o lugar do Brasil no mundo. Não sou especialista. Estou falando com palavras pobres, mas Celso Furtado em uma época em que o debate político e intelectual no Brasil era muito preso a uma dicotomia estéril, de um lado uma visão autarquizante de um desenvolvimento nacional com o Brasil virando as costas para o mundo, sem se inserir nas dinâmicas mais criativas do mundo, uma visão reativa, autarquizante e, de outro lado, uma visão de negação da própria nacionalidade,que não sem razão foi chamada de entreguista. Celso Furtado, décadas atrás, já propunha outra coisa, uma inserção soberana do Brasil no mundo, nem fechar o país ao mundo, nem diluir nossa identidade de maneira medíocre e mesquinha nas correntes predominantes no mundo, uma inserção soberana e criativa. Eu diria que a política externa que o Brasil executa hoje é fortemente inspirada nas idéias de Celso Furtado nesse particular, assim como é fortemente inspirada nas idéias de San Thiago Dantas em outras dimensões, idéias mais atuais até do que alguns que se julgam e se proclamam tão contemporâneos nas forças conservadoras brasileiras.

Terceiro, o desenvolvimento regional. Celso Furtado nunca pensou o desenvolvimento regional brasileiro como política compensatória. Sempre achou que se o Brasil queria se inserir de maneira soberana e criativa, tendo em vista a economia e outras dimensões, era preciso haver políticas nacionais de desenvolvimento regional. Ele não propôs a Sudene porque era pernambucano, embora tivesse tremendo amor à Paraíba, muito justificado, aliás; propôs a Sudene porque estava pensando no Brasil.

O Brasil precisa de políticas ativas de desenvolvimento regional, de um papel ativo do Estado nacional na promoção do desenvolvimento regional e, para isso, precisa de instituições... queria aproveitar para dar os parabéns ao Senador Renan Calheiros e ao Deputado Aldo Rebelo pelo que disseram aqui.

A Sudene deve ser uma instituição do Estado nacional brasileiro e, não, uma instituição de políticas compensatórias regionais. Jamais teremos um verdadeiro projeto nacional digno desse nome se as regiões que têm problemas de desenvolvimento, porque tiveram menos oportunidades históricas – e falo à vontade porque sou mineiro, e Minas Gerais teve oportunidades históricas que outros Estados não tiveram. Se as mesmas oportunidades históricas que foram oferecidas a Estados que, do ponto de vista industrial, têm maior desenvolvimento, forem também oferecidas por meio de uma política nacional de desenvolvimento às regiões que têm algum tipo de carência em infra-estrutura, de indústria, etc... Até porque Celso Furtado pensava – especialistas dirão certamente neste seminário – que para aumentar as vantagens comparativas dos países emergentes isso não passava apenas por um preço melhor para os produtos agrícolas no mercado internacional – ainda que seja uma questão importantíssima a luta contra os subsídios indevidos e distorcidos no mercado agrícola internacional –, mas também pela possibilidade de industrialização dos países emergentes. Celso Furtado não via o desenvolvimento apenas como a ajuda dos ricos aos pobres, mas como socialização de oportunidades.

Então, pedindo perdão por ter tratado de temas sobre os quais sou interessado, mas estou longe de ser especialista, quero reiterar que a honra pessoal foi nos anos difíceis, sombrios e penosos sob o ponto de vista existencial para a juventude dos anos 70. Celso Furtado, além do seu pensamento, representou também uma luz, uma referência moral e espiritual. E foi uma pessoa decisiva na vitória, que não foi apenas política, mas também moral e espiritual contra o regime autoritário, porque as grandes conquistas históricas da humanidade – sabemos – não são apenas políticas ou econômicas. As conquistas duradouras são conquistas morais e espirituais. E Celso Furtado foi um homem de uma enorme grandeza moral. Sua paixão pelo Brasil será sempre referência para nós.

Obrigado. (Palmas.)

A SRª MODERADORA – Por motivo de compromissos agendados anteriormente, o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, bem como o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, terão que se ausentar da cerimônia.

Assistiremos, neste momento, ao vídeo sobre o economista Celso Furtado.

(Procede-se à execução de peça musical.)

Ouviremos agora o Ministro da Controladoria-Geral da União, Waldir Pires.

O SR. WALDIR PIRES – Depois dessa síntese emocionante e admirável da presença de Celso em nosso mundo e em nosso País, quero simplesmente saudar todos os meus companheiros da Mesa, todos os cidadãos e cidadãs que aqui se encontram, nesta oportunidade extraordinariamente importante, no início dos trabalhos voltados para a construção da permanente presença de Celso Furtado na vida da nossa gente, do nosso País, do nosso tempo. Quero apenas saudá-los.

Quanto às mulheres, eu me dirigiria aqui a duas presenças marcantes da vida de Celso: sua companheira Rosa, que lhe deu tanta alegria e foi um sustentáculo tão permanente, tão constante em toda a vida de Celso nestes últimos 25 anos; e a nossa querida companheira Maria da Conceição, que é também um símbolo da resistência do pensamento econômico do nosso País.

Estou emocionado. Convivi com Celso nos anos do exílio. Nós almoçávamos juntos todas as semanas. Ele deixava a Sorbonne, em um curso na faculdade de Direito e Ciências Econômicas, em Paris, eu deixava as aulas que dava em um outro setor da minha área jurídica, e nós conversávamos sobre o Brasil.

Celso nunca foi simplesmente o economista; ele é, a rigor, o grande pensador do nosso País do Século XX. Seus compromissos eram com a dignidade da Nação, mas sobretudo com a dignidade do ser humano. A visão da economia, para Celso, era construtora de um mundo diferente. A busca permanente de situar os desafios que a humanidade viveu e vive buscando ajustar a sua inteligência e a sua capacidade à edificação de uma sociedade que seja digna. Por isso, no campo das atividades de Celso, ele sempre foi o pensador das transformações, com retidão, com integridade, assentado no laborioso estudo, nas reflexões profundas, sem jamais perder a idéia clara do destino do pensamento humano e da sociedade.

De modo que uma homenagem como esta a mim me parece – e eu a saúdo e dou os parabéns ao Senado, a Aloizio Mercadante, ao Senador, ao Senador Luiz Otávio, ao Senado como instituição, por este ato hoje aqui de instauração do seminário...E creio que é sobretudo alguma coisa que reflete a relação de Celso com as eternas gerações, sucessivas, com juventude. É não perder jamais a confiança e nunca suprimir das suas esperanças e dos seus compromissos a idéia de construir valores que são permanentes, que são eternas, valores que justificam toda a atividade humana. No campo do que foi a sua especialização e o seu trabalho, a idéia básica é de que a economia não pode ser – e nunca foi para Celso – uma ciência de verdades concluídas e limitadas. Ele sempre tinha a clareza de que a economia e as relações econômicas deviam estar vinculadas aos valores políticos na transformação de relações econômicas, de relações políticas, de relações sociais, de relações jurídicas, construindo uma sociedade em que a dignidade da pessoa humana, do ser humano resulte, para que haja ética no trabalho de cada um de nós em cada um dos nossos setores. É não perder jamais a idéia de que, no fundo das coisas, é a dignidade do ser humano que deve ser a inspiração e o objetivo.

De modo que eu quero saudar o Senado Federal, os articuladores deste evento, os organizadores do Centro de Estudos do Pensamento de Celso Furtado. Há de ficar sempre dentro de mim mesmo esta alegria de ter podido compartilhar com Celso Furtado durante tantos anos de preocupação, de confiança, de insistência, de determinação na construção de nosso país, numa sociedade que seja digna e, por isso mesmo, uma sociedade de todos os brasileiros. A economia e a política, para serem capazes de realizar a inclusão social e, conseqüentemente, a sociedade de todos os homens e de todas as mulheres, aberta a todas as juventudes.

Muito obrigado.(Palmas.)

A SRª MODERADORA – Ouviremos neste momento o Exmº Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio.PMDB – PA) – A emoção é tão grande que o Ministro foi chamado duas vezes para fazer uso da palavra.

Sr. Ministro Luiz Dulci, Secretário-Geral da Presidência da República, membros da Mesa, querida Rosa, viúva de Celso Furtado, que deu a oportunidade para todos nós e ao Brasil todo que nos acompanha, pela TV Senado, ter esse momento de emoção e de satisfação de poder estar aqui reunidos e falar desse Brasil tão sonhado por Celso Furtado e que pode ser realizado principalmente por essa nova geração que temos no Brasil.

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal sente-se profundamente honrada pela realiza-

ção deste Seminário Internacional Atualidade e Pensamento de Celso Furtado sobre Desenvolvimento.

Era uma dívida que certamente não se esgota aqui e que tínhamos para com esse brasileiro singular, que dedicou sua a vida a pensar o nosso País ao pesquisar o desenvolvimento. Celso nos proporcionou ganhos de compreensão acerca de nós mesmos, levando-nos a acreditar nas possibilidades reais de um modelo de desenvolvimento internacional autêntico.

Assim, é oportuno revisitar e colocar em perspectiva também para que as novas gerações, mas conheçam as generosas contribuições intelectuais de Celso Furtado, um dos expoentes do pensamento nacional e latino-americano, na segunda metade do século XX.

Com esse seminário, a Comissão de Assuntos Econômicos quer instaurar um ambiente de reflexão em torno do legado de um dos nossos mais consumados talentos.

Homem de pensamento e de ação, Celso Furtado deixou uma bibliografia formidável, que contempla, desde o clássico **Formação Econômica do Brasil,** para o entendimento da sociedade brasileira, até **Em Busca de um Novo Modelo,** reflexões sobre a crise contemporânea, um dos seus últimos trabalhos. Ao longo de sua carreira, Celso Furtado conseguiu a rara e feliz conjugação como homem de estado. Embora sua produção literária tenha sido intensa e regular por seis décadas, não foi um intelectual encastelado na torre de marfim, cercado de livros e teses, lançando idéias sem conseqüências. Além de toda a consistente e prestigiada bibliografia, em mais de 50 anos de assídua e profícua freqüentação na vida pública, Celso Furtado desempenhou relevantes funções no Brasil e no exterior. Foi destacado colaborador na CEPAL, a comissão econômica para a América Latina e o Caribe, onde também concebeu e dirigiu a Sudene, como todos nos vários, e principalmente como Ministro do Planejamento, cargo o mais recente, na segunda metade dos anos 80, deixou Bruxelas, como me disse há pouco à saída do avião, e veio atender a um compromisso, a um pedido para assumir um compromisso para assumir o Ministério da Cultura, no Governo do Presidente, hoje Senador, José Sarney. Também como Ministro da Cultura deu forma e conteúdo a uma Secretaria de Estado que ensaiava passos incipientes, foi figura decisiva na consolidação do Ministério da Cultura, hoje dirigido pelo Ministro Gilberto Gil e na aprovação da primeira lei de incentivos fiscais à cultura, a Lei Sarney. Em todos esses postos relevantes, Celso Furtado sempre demonstrou capacidade de pensar o estrutural, trabalhar o estrutural com os olhos voltados para o futuro e os brasileiros. Personalidade austera, de disciplina, onde quer que estivesse, Celso Furtado detinha o incrível poder de mobilizar e inspirar seus colaboradores sem esforço, sem constrangimento. Exercia liderança com extrema naturalidade pois compartilhava reflexão, ouvia e concertava propósitos para oferecer sempre o senso de direção e compromisso. Interesses menores, intrigas da corte, tudo isso passava ao largo de seu cotidiano. Sua vontade, inteligência e capacidade de trabalho sempre estiveram voltadas para as reais necessidades do Brasil. Mestre de todos nós aqui no Brasil, no Chile, na Argentina, na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, Celso Furtado era reconhecido e prestigiado em todo o mundo e cumpriu uma trajetória que é motivo de orgulho para todos nós, brasileiros. Legou ao Brasil e ao mundo, em obras traduzidas para vários idiomas, um pensamento original e poderoso que se renova e se pereniza em discussões acadêmicas e influencia governos como até hoje influencia o Governo do Presidente Lula.

A força da sua produção intelectual fica evidente uma vez mais com este seminário internacional capaz de mobilizar políticos, administradores públicos, intelectuais, estudantes e estudiosos que se deixam sensibilizar por suas ações. Reunir no Senado da República alguns dos principais nomes da inteligência brasileira e latino-americana contemporânea como Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, Teotônio Santos, Otávio Rodrigues, Rubens Ricupero, Aldo Ferrer e Hélio Jaguaribe, entre tantos estudiosos e especialistas de talento é um enorme privilégio, e uma grande oportunidade para que todos nós avancemos na compreensão do pensamento de Celso Furtado.

Agradeço a presença e a participação de todos os nossos convidados bem como o apoio de parceiros como o BNDES, o Ministério do Desenvolvimento Dr. Guido Manteiga, o Mistério do Desenvolvimento e Comércio Exterior, a Cepal, e principalmente ao Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Estou certo de que teremos a partir de agora uma série de exposições e discussões francamente produtivas que vão honrar e iluminar bastante a obra de Celso furtado. Muito obrigado.

A SRª MODERADORA – Com a palavra o excelentíssimo Líder do Governo, membro titular da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e autor do requerimento para a realização deste seminário, Senador Aluízio Mercadante.

O SR. ALUÍZIO MERCADANTE (PT – SP) – Bomdia a todos. Saúdo o Ministro Luiz Dulci, o Ministro Waldir Pires, companheiro Presidente do BNDES, Guido Manteiga, José Luiz Machinea, Secretário Executivo da Comissão Econômica para América Latina, que muito nos honra com a sua presença no Brasil neste evento,

Rosa Freire d'Aguiar, companheira, viúva e testemunha dessa grande figura Celso Furtado, dessa grande contribuição que deu à história do Brasil e ao pensamento econômico, ao pensamento crítico.

Eu me lembro do dia 20 de novembro, ainda era cedo, e o *(Inaudível.)*, grande amigo do Celso Furtado, intelectual francês sempre presente no Brasil, me ligou dizendo que tinha acabado de receber a notícia do falecimento de Celso Furtado. Meu sentimento foi de profundo vazio, um vazio pessoal porque toda uma geração e mais do que uma geração de economistas aprenderam a acreditar no Brasil, a pensar o Brasil a se estimular, a ter ousadia e criatividade, sobretudo paixão pela economia brasileira, lendo Formação Econômica do Brasil, e um vazio na nação porque são essas grandes figuras que fazem o pensamento, que criam a identidade, que impulsionam um projeto de nação.

Peguei o telefone e compartilhei o meu vazio com minha companheira Maria da Conceição Tavares, tentando preencher parte daquele buraco que ficava. Era a primeira pessoa com que eu queria conversar. Em seguida, liguei para o Presidente Lula e comuniquei o fato a Sua Excelência, que também ficou com o mesmo sentimento que o País inteiro passaria a ter. Depois liguei para o meu companheiro Gerson Gomes, economista discreto e competente e um dos grandes responsáveis por isso que está acontecendo. Eu estava numa reunião, e toda a imprensa estava lá. Desci e dei uma entrevista coletiva comunicando o que havia acontecido.

Um ano depois, estamos aqui para fazer uma reflexão, uma reflexão obrigatória para quem quiser pensar essa Nação. Eu não diria que nós vamos encontrar no pensamento dessa vasta obra de Celso Furtado, plural, rica, de tantos temas, uma resposta pronta, uma resposta acabada para nossos desafios, mas, seguramente, vamos encontrar as perguntas incômodas que ele nunca permitiu que fossem silenciadas neste País. São essas perguntas, são esses questionamentos, são esses conceitos, que exigem de nossa geração uma reflexão aprofundada sobre os desafios e os destinos do Brasil.

Eu queria ler algumas breves passagens para mostrar a riqueza, a consistência e a reflexão que ele propõe sobre o Brasil. Ele escreveu: "O subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo e não uma etapa pela qual tenham necessariamente passado as economias que já alcançaram o grau superior de desenvolvimento."

A quem não teve a chance de ler "Desenvolvimento e Subdesenvolvimento, eu recomendo que o leiam. É um texto dos anos 50 e significava, naquela oportunidade, uma ruptura com a idéia de que subdesenvolvimento era um estágio do desenvolvimento. Não, o subdesenvolvimento era uma condição que poderia perpetuar-se. Subestimar essa condição seguramente seria um caminho para perpetuar, ou prolongar por muitos séculos, essa condição precária das nações."

Nessa formulação, ele chamava a atenção para o desafio de construir forças políticas, econômicas e sociais, intelectuais capazes de romper as estruturas que vinham do passado colonial, escravista, de dependência no sentido de promover o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Essa temática, que ia ser a essência do pensamento cepalino, que era a primeira escola do pensamento criada nos países em desenvolvimento, nos países pobres, nos países dependentes, como a reflexão propunha, seria a grande agenda dessa instituição que reuniu pensadores de grande estatura e inaugurava um nova etapa no pós-guerra para esse imenso desafio que nós, seguramente, teremos de continuar trilhando para superar essa condição.

Mais tarde, ele escreveu sobre a natureza do desenvolvimento.

"O desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação, de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso às formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade. Dispor de recurso para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza e efetiva melhoria das condições de vida desta população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento."

Ora, essa metamorfose não se dá espontaneamente. Ela é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política. As estruturas de países que lideram o processo de desenvolvimento econômico e social não resultaram de uma evolução inercial, mas de uma opção política orientada para formar uma sociedade apta a assumir um papel dinâmico nesse processo.

Essa questão do crescimento e do desenvolvimento, que crescimento é uma condição necessária, mas insuficiente para o desenvolvimento; e que o desenvolvimento representa, portanto, melhoria das condições de vida da população, e a constituição do que ele chama de uma vontade política para mudar as estruturas e promover o desenvolvimento, esse foi um conceito fundamental nos anos setenta. O debate sobre distribuição de renda, o debate sobre crescimento e desenvolvimento, o debate sobre resistência democrática se pautava em uma reflexão teórica, em uma disputa política que foi essencial para questionar, nos anos setenta, o que era aquele modelo de cresci-

mento acelerado, mas de concentração de renda e de riqueza, e, portanto, um desafio que a democracia e a participação popular sem a qual nós não concluiríamos propriamente um projeto de desenvolvimento.

Mais tarde, ele afirma:

"Portanto, a crise que agora aflige nosso povo não decorre apenas do amplo processo de reajustamento que se opera na economia. Em grande medida, ela é resultado de um impasse que se manifestaria necessariamente em nossa sociedade a qual pretende reproduzir a cultura material do capitalismo mais avançado, privando a grande maioria da população dos meios de vida essenciais. Somente a criatividade política, impulsionada pela vontade coletiva poderá produzir a superação desse impasse."

Ora, se a vontade coletiva requer o reencontro das lideranças políticas e os valores permanentes da nossa cultura. Portanto, o ponto de partida do processo de reconstrução que temos de enfrentar deverá ser uma participação maior do povo no sistema de decisões. Sem isso o desenvolvimento futuro não se alimentará da autêntica criatividade e pouco contribuirá para a satisfação dos anseios legítimos da nação.

Esse debate os anos oitenta, na chamada transição democrática, na discussão sobre o significado de um Congresso Nacional Constituinte, sobre uma democracia participativa, sobre o povo como sujeito histórico das transformações, eu diria que foi também uma das dimensões mais importantes daquele embate entre quais eram os desafios da transição democrática, quais eram os desafios na busca de um projeto de nação, quais era o sentido histórico daquele momento em que estávamos vendo, onde a questão da participação popular, para Celso Furtado, era o desafio maior de romper todos aqueles grilhões do período da ditadura e estabelecer uma democracia participativa, cidadã, que era o grande desafio da agenda do período de recessão prolongada.

Ele escreve ali também "Não à recessão", que era um texto agudo, tenso, mas que questionava sobretudo o padrão do financiamento, o problema do endividamento externo, e mostrava o impasse e as dificuldades que viveríamos ao longo dos anos oitenta e noventa. Foi uma obra, eu diria, muito importante, do debate sobre a discussão do padrão de financiamento, da necessidade de renegociação da dívida externa, para que os países da América do Sul e da América Latina pudessem se reencontrar com a estabilidade econômica e com uma condição de desenvolvimento sustentável.

Em seguida, ele escreve "São muitas as incógnitas do problema a equacionar para responder às perguntas "Onde estamos?" e "Para onde vamos?". Mas se nos circunscrevermos aos elementos sobre os quais podemos atuar, comprovamos sem dificuldade que a questão central se limita a saber se temos ou não possibilidade de preservar nossa identidade cultural. Sem isso, seremos reduzidos ao papel de passivos consumidores de bens culturais concebidos por outros povos."

Em meio à discussão da globalização e de toda agenda que esse processo político histórico colocava, Sérgio Furtado traz a questão da identidade cultural como a dimensão absolutamente indispensável da construção de um projeto de nação. E a dedicação dele, de um economista, de um homem público, ao tema da cultura – e eu ainda acho que a política precisa muita mais da cultura do que a cultura da política –, mostra também a grandeza do pensador de refletir sobre uma dimensão que era indispensável para a resistência, para pensar um projeto nacional, para dar continuidade à discussão de uma inserção soberana de um país como o Brasil a partir da nossa identidade, da nossa auto-estima, da nossa forma de ser, dos nossos valores, como isso era a essência da alma, das raízes profundas do povo brasileiro, da Nação brasileira.

Quero concluir, porque esta abertura é apenas para motivá-los e nos motivar como Nação a refletir sobre Celso Furtado, que será uma longa tarefa desse Centro de Estudos. Ele fala sobre a responsabilidade dos economistas. Não é por arrogância que me atrevo a falar a meus colegas economistas. Ele aqui já estava com seus oitenta anos, mas com uma energia parecida com a da nossa Maria da Conceição Tavares. Evidentemente, não tenho a mesma idade e nem a mesma disciplina. Vocês verão depois que ela vai participar – essa jovem senhora.

A idade não os outorga direitos, mas a experiência nos arma para enfrentar muitos dissabores. Sabemos que uma luta dessa magnitude só terá êxito com a participação entusiástica de toda uma geração. A nós, cientistas sociais, caberá a responsabilidade de velar para que não se repitam os erros do passado, ou melhor, para que não voltem a ser adotadas falsas políticas de desenvolvimento, cujos benefícios se concentram na mão de poucos. Quando o consenso se impõe a uma sociedade, é porque ela atravessa uma era pouco criativa. Ao se afastar do consenso, o jovem economista perceberá que os caminhos já trilhados por outros são de pouca valia. Logo notará que imaginação é um instrumento de trabalho poderoso e que deve ser cultivada. Perderá em pouco tempo a reverência do que está estabelecido e compendiado e, à medida que pensar por conta própria, com independência, conquistará a auto-confiança e perderá a perplexidade.

Eu acho que essa reflexão é que deixo para a minha intervenção inicial. Continua sendo o maior desafio daqueles que estão na sala de aula se formando e daqueles que estão estudando para se formar. E essa reflexão me lembra muito um outro parceiro de Celso Furtado, pernambucano, Ariano Suassuna. Uma vez fez uma palestra inesquecível, falando do papel do intelectual, como Celso Furtado aqui o faz, e lembrando que o primeiro intelectual que chegou a estas terras foi Pero Vaz de Caminha. O primeiro que escrevia e lia. Chegou com Cabral. Portanto, quando ele chega aqui, se coloca a questão de qual é o papel do intelectual. E Pero Vaz de Caminha fez a sua escolha. Ele não refletiu sobre o que estava vendo a partir dos que aqui estavam, dos povos indígenas que encontrou, ou do que era esta nação, ou do que era essa forma de vida, do que era essa civilização. Não. Ele refletiu a partir dos interesses do Rei, para o Rei. E tipicamente, como intelectual – e é uma obra histórica importante da nossa constituição como país, antes de ser nação –, ele termina, como muitos intelectuais, no seu primeiro documento sobre o Brasil, do que viria a ser o Brasil. Por sinal, Brasil e brasileiro vêm de pau-brasil, que era forma mais predatória de exploração da mata atlântica no processo de colonização. Nós nos auto-denominamos como os predadores do meio ambiente, e evidentemente, hoje, tem um significado histórico porque o povo reapropriou-se desses conceitos, deu-lhes uma outra dimensão.

E Pero Vaz de Caminha termina a sua carta pedindo um favorzinho ao seu sobrinho, que estava preso. Tipicamente uma relação dos intelectuais em relação ao poder.

Desde Pero Vaz de Caminha, cada intelectual tem que fazer a sua escolha: se fica com o rei ou com o Brasil; se fica com o povo ou com os interesses que não são necessariamente os da maioria da população; se fica com os escravos ou com o senhor. Essa definição do papel de intelectual significa necessariamente exemplos de integridade, de atitudes, de comportamento, de inquietudes, de coerência. E Celso Furtado – esse breve vídeo fala por si mesmo – foi um homem que ajudou a constituir o plano de metas, de 1956 a 1961. Estamos aqui, nesta cidade, porque havia uma inteligência naquele governo que permitiu construir estruturas como esta e o salto da industrialização que demos naqueles cinqüenta anos em cinco. Um homem que foi para a Cepal ajudar a primeira escola do pensamento do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Um homem que formula o pensamento do desenvolvimento e executa, durante um período importante, a implantação da Sudene, que eu penso ser um desafio deste Congresso Nacional.

A melhor homenagem que podemos fazer a ele é reaprovar o projeto da Sudene que tramita, discuti-lo democraticamente. Mas o Governo já o encaminhou há algum tempo, e o Senado Federal precisa aprimorá-lo, aprová-lo e colocá-lo como prioridade na agenda.

Um homem que participou do plano trienal, que foi a última tentativa de um plano de estabilização com reformas de base, numa correlação política difícil, porque uma parte da Esquerda preferia sonhar com o futuro a assumir a responsabilidade de governar. E aquela última tentativa de Celso Furtado e Santiago Dantas, ao falhar, fracassou um projeto fundamental de preservar a democracia e de buscar estabilidade e reformas de base, tentando administrar no tempo aqueles conflitos que talvez pudessem ter permitido que a História do Brasil fosse outra.

Por tudo isso e por tudo que já foi dito, eu termino com uma frase do Presidente Lula: "A morte não representa a verdadeira etapa da trajetória de um ser humano quando ele deixa idéias que podem inspirar um povo e mover uma nação."

Esse, creio, é o caso do companheiro, mestre e amigo Celso Furtado.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRª MODERADORA – Ouviremos neste momento o ilustríssimo Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Sr. Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Bom dia a todas e a todos. Quero cumprimentar particularmente o Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência, Luiz Dulci, meu companheiro e amigo; o Ministro da Controladoria-Geral da União, Waldir Pires, também companheiro e amigo; o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Senador Luiz Otávio; o Senador Aloizio Mercadante, companheiro de muitas lutas, membro titular da Comissão de Assuntos Econômicos; o Secretário Executivo da Cepal, José Luis Machinea; a Professora Rosa Freire D'Aguiar Furtado e as demais autoridades aqui presentes.

Para mim, é uma grande satisfação participar deste seminário internacional sobre Celso Furtado, porque ele foi um ícone da minha geração de economistas, juntamente com outros, como Ignácio Rangel, Caio Prado Júnior e a Professora Maria da Conceição Tavares. Certamente, a Professora Conceição recebeu o bastão do Celso Furtado, quando ele nos deixou, para continuar a sua luta.

Celso Furtado é um economista que produziu uma obra fundamental para a compreensão do Brasil e, principalmente, para influir nos destinos do País. É o economista que talvez melhor represente o desenvolvimentismo, o economista que nos anos 50 e 60

era o representante do estruturalismo. Naquele tempo, os economistas se dividiam entre estruturalistas e monetaristas. Os monetaristas são os liberais da atualidade. E vejo aqui algumas figuras importantes do estruturalismo, como o Professor Oswaldo Sunkel, sentado à minha frente. Era uma corrente de pensamento que não aceitava as idéias prontas que vinham dos centros hegemônicos, as idéias monetaristas, as idéias liberais que nos eram vendidas, nos eram impostas. Essas idéias não foram aceitas por esse movimento liberalista, que buscou cunhar uma interpretação própria e delinear um caminho próprio para os países emergentes.

Celso Furtado se engajou no desenvolvimentismo, que foi uma doutrina que permitiu que o Brasil apresentasse as maiores taxas de crescimento, talvez do mundo, naquela época. Temos saudades daquele tempo em que o Brasil crescia a taxas de 7%, 8% ao ano e que nos permitiu superar a condição de país agroexportador. Celso Furtado procurou construir uma teoria do subdesenvolvimento que fazia clara distinção entre o crescimento econômico **stricto sensu** e o desenvolvimento. Para ele, o crescimento econômico podia ser um crescimento para poucos, um crescimento que não se preocupava com a inclusão social, que não se preocupava com a distribuição de renda ou com o desenvolvimento das regiões mais pobres. E ele enfatizava que o importante era o desenvolvimento, que é um conceito mais abrangente e que envolve a ação do Estado e programas de inclusão social e de distribuição de renda, a constituição de um mercado de massas, de um mercado nacional, que até hoje não se constituiu no País. Ele enfatizava que para alcançar o desenvolvimento era preciso definir um projeto nacional; um projeto nacional que implicasse na atuação do Estado. O Estado tinha que aplicar políticas: política de desenvolvimento, política industrial e políticas de desenvolvimento regional. Portanto, não era apenas a atuação do mercado que poderia trazer o desenvolvimento.

Furtado se preocupou muito com a questão regional. Ele foi um dos idealizadores da Sudene. Enquanto esteve à testa da Sudene, houve um certo sucesso em sua obra, mas, depois, essas políticas de desenvolvimento regional perderam a eficácia. E acredito que Celso Furtado sofreu sérias frustrações com o que aconteceu no País e com o que aconteceu na economia brasileira a partir dos anos 80. Furtado pôde ver a crise do desenvolvimentismo e a ascensão do neoliberalismo; aí sim, um colonialismo ideológico que não conseguiram implantar nos anos 50, 60 e 70, obteve um espaço aberto na economia brasileira e também em outros países da América Latina. Esse pensamento liberal empobreceu o debate e teve como conseqüência de sua aplicação as menores taxas de crescimento que já foram observadas no Brasil e em outros países da América Latina.

Furtado morreu no ano passado, provavelmente sem ter visto a resolução da questão regional. O Nordeste e outras regiões menos desenvolvidas do País continuam pobres. Ele não teve tempo de perceber as mudanças importantes que vêm ocorrendo no País a partir do Governo Lula. O Governo Lula tem procurado pôr em prática uma parte da doutrina do Celso Furtado, evidentemente colocada nos termos atuais da economia brasileira e internacional. O Governo Lula tem procurado retomar as idéias de desenvolvimento que eram desenvolvidas por Celso Furtado, promovendo um tipo de crescimento que combine o crescimento econômico com a inclusão social e programas sociais mais abrangentes.

Como Furtado faleceu no ano passado, ele não pode verificar ainda esse novo modelo econômico que vem-se delineando, principalmente a partir de 2004 e que tem uma importante atuação a nível regional. O dinamismo do Centro-Oeste e do Norte do País, a redução da dependência do Brasil de outros países estrangeiros que vem-se consolidando e a ação do Governo, principalmente no Nordeste, que é a região menos desenvolvida, a partir de vários programas estruturantes que estão sendo postos em prática no período mais recente.

Nos próximos dias, o Presidente Lula vai anunciar a Ferrovia Transnordestina, que é um programa estruturante para o Nordeste; a revitalização do rio São Francisco, com a construção de canais que vão levar água para as regiões de seca; a construção da rodovia BR-101, na sua parte do Nordeste, que vai facilitar o acesso, o transporte de mercadorias e turismo; vários projetos de grane impacto que estão sendo implantados nessa região; os programas de celulose – há cerca de três semanas, o BNDES aprovou um programa de investimento de R$4 bilhões no sul da Bahia; estaleiros que estão sendo implantados em Suape; uma refinaria em Pernambuco; a siderúrgica no Ceará, que já está sendo implantada a partir do BNDES.

Só para citar alguns números, ainda que rapidamente, os recursos que o BNDES vem alocando na região do Nordeste vem crescendo de forma extraordinária. Em termos de projetos aprovados para o Nordeste, em 2002, foram aprovados R$3,2 bilhões; e 2003, R$2,6 bilhões; em 2004, R$1,6 bilhão; em 2005, já foram aprovados R$5,7 bilhões – uma cifra inédita de financiamentos, que vão viabilizar projetos importantes para essa região. Então, acredito que, nos

próximos anos, alguns sonhos do economista Celso Furtado estarão se realizando.

Portanto, neste momento, parece-me muito importante a criação do Centro de Estudos Celso Furtado, que tem o amplo apoio do BNDES, que cedeu espaço para a localização da sua sede. Acredito que é a união de dois símbolos importantes do desenvolvimento – o BNDES e o economista Celso Furtado. E a implantação desse centro vai permitir estimular a reflexão crítica, bem à moda do que praticava Celso Furtado, e a retomada de parte das suas idéias e dos seus projetos que possam levar este País, finalmente, ao desenvolvimento econômico.

Então, parabéns ao Senador Aloizio Mercadante, por ter idealizado este encontro; ao Senador Luiz Otávio, que permitiu que ele se realizasse, e todos os economistas que vieram aqui, hoje, prestar homenagem ao grande economista Celso Furtado e ajudar a difundir e a amadurecer as suas idéias.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRª MODERADORA – Concedo a palavra ao Sr. Jose Luiz Machinea, Secretário Executivo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

O SR. JOSE LUIZ MACHINEA – ***(Pronunciamento em língua estrangeira.)***

A SRª MODERADORA – Neste momento, a Mesa de abertura será desfeita e teremos dez minutos de intervalo.

(Pausa.)

A SRª MODERADORA – Senhoras e Senhores, neste momento, iniciamos o ciclo de palestras com a conferência introdutória "A obra de Celso Furtado e sua atualidade".

Convidamos para compor a Mesa o Exmº Sr. Senador Roberto Saturnino, o Exmº Sr. Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo no Senado Federal, a Ilmª Srª Professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Maria da Conceição Tavares, o Ilmº Sr. Ex-Diretor do Centro Cepal BNDS, Professor do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Universidade do Chile, Oswaldo Sunkel.

Passamos a palavra ao Exmº Sr. Líder do Governo no Senado Federal, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Desejo registrar a presença ilustre, pelo Senado Federal, do Senador Roberto Saturnino, que também é parte dessa história, acompanhou, ao longo de tantos anos, a trajetória intelectual e política do Professor Celso Furtado, tem sempre pautado a sua vida pública, o seu mandato, pela coerência e pela defesa desses valores essenciais ao desenvolvimento do País. Exatamente por toda essa contribuição que ele deu ao Parlamento, ao pensamento econômico e à história do País, gostaria muito que ele presidisse a nossa reunião. Eu ficaria aqui só acompanhando a minha professora, aqui, e assegurar que nada de grave acontecerá ao longo do debate. (Risos.)

A SRª MODERADORA – Matemática, economista, doutora e professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Maria da Conceição Tavares recebeu várias comendas no Brasil dos governos de Portugal e do Chile, por sua constante militância nas causas democráticas. A autora de diversos livros, centenas de artigos em periódicos e revistas especializadas vem, neste momento, dar sua contribuição para este seminário.

Com a palavra a Ilma. Srª Drª Maria da Conceição Tavares.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Eu gostaria muito de dizer também algumas palavras introdutórias...

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Ele é mais velho que eu.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – (Risos.)

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Não é verdade, mas...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Eu gostaria de dizer algumas palavras introdutórias nesse painel, que é extremamente importante, significativo e oportuníssimo neste momento que vivemos no Brasil, "A Obra de Celso Furtado e sua Atualidade", mas tendo em vista o retardamento da reunião inicial e a urgência do tempo, limito-me, no exercício desta Presidência, a conceder a palavra, com muito orgulho, à Maria da Conceição, minha professora de sempre, e também ao meu professor do Cepal, Oswaldo Sunkel, de recordações muito amigáveis e muito afetivas e de grande admiração.

Assim, passo a palavra à Professora Maria da Conceição Tavares.

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Meus queridos amigos e amigas, brasileiros e latino-americanos – há vários latino-americanos que não vejo há um bocado de tempo e é um prazer revê-los. Minha tentação seria falar em espanhol, porque o meu Português brasileiro tem um sotaque português terrível até hoje, e talvez eles não entendam nada. Não tem importância; depois, eu passo o papel, um pequeno *paper* com notas.

Não posso falar nada sobre o Celso, primeiro, porque tudo foi falado; segundo, porque, assistindo ao vídeo, realmente passei mal. Estou velha, estou cansada. São muitas lutas ao mesmo tempo: a luta pelas nossas idéias e a luta política para reforçar um governo popular e democrático, que foi uma novidade

na América Latina, por ter sido eleito democraticamente e não de outra maneira. É uma luta muito dura. Claro, como sou uma velha senhora que, desde os 7 ou 8 anos, só tenho vivido derrotas, e as poucas vitórias são a famosa época dourada de Juscelino, assim mesmo, com a República do Galeão enchendo o saco, evidentemente, não é uma tarefa fácil.

O Celso nos deixou uma perda infinita e uma herança ilimitada para todos que o conheceram e participaram da sua vida. Está ausente um de seus discípulos da Sudene, Francisco Oliveira, mas vou usar como introdução estas palavras, a sua frase.

Com a morte de Celso Furtado, fomos privados de uma lucidez incansável, de sua visão ampla e generosa, de sua fidelidade republicana e democrática sem paralelo na vida pública brasileira.

Sem paralelo, porque ele viveu muito. Louvado seja Deus. Ele teve muitas derrotas no meio.

As notas que vou aqui ler, porque se falar vai ser um desespero – me perco no meio e não termino, e já está adiantada a hora –, são sobre subdesenvolvimento e dependência na América Latina. Como disse Machinea – o livro é de 1961, sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento – quando o Presidente Lula o convidou para montar um centro que refletisse sobre desenvolvimento, ele disse: "Mas eu faço questão de refletir também sobre desenvolvimento, que obviamente está se agravando em toda parte."

Eu diria que hoje se pode dizer que há um espraiamento do subdesenvolvimento **urbi et orbi,** de tal modo que a divisão norte-sul não cabe mais. E há uma tamanha submissão financeira e cultural, as características de dominação, às vezes explícitas, às vezes implícitas, da cultura da potência hegemônica, que na verdade o controle explícito ou implícito, a submissão financeira e, o que é pior – que foi o que ele mais trabalhou no fim da vida –, a submissão cultural aumentaram progressivamente em todos os sentidos mencionados por Furtado. Todos. Evidentemente, os senhores não imaginam que apenas o Fundo Monetário ou as condicionalidades cruzadas é que darão lugar ao *(Inaudível.)*. Nós, a elites do mundo, não só da América latina, terminaram se convencendo, por razões eventualmente egoístas – o fato é que se convenceram e dantes disfarçavam – sobre o chamado paradigma neoliberal. Ao contrário, é claro que há protesto, mas se há protestos é contra a hegemonia americana. Eu ainda não vi nenhum protesto firme, salvo pelas esquerdas, em pautas muito abertas – e pelos intelectuais, naturalmente –, mas não vi convictamente nenhum Ministro da Fazenda de governos socialistas e de esquerda protestar convictamente contra isso, a ponto tal que nós, que estamos desde a transição democrática longa, prolongada, difícil, dos países do Cone Sul, termos em todos os países, com a possível ascensão da Argentina, que tem um ministro centrista, e nunca foi esquerdista, portanto não sente a vontade de ficar direitista que os outros sentem. E também por conta da conjuntura especial da Argentina, que foi submetida a um trauma violentíssimo com o fato de que não podia mesmo pagar e teve que fazer uma negociação dura com o Fundo. Mas isso não tira o fato de que continuem nos convencendo, cada vez com menos vigor – aí, sim – das bondades da globalização. Contra isto, há má reação, mas contra as políticas econômicas é como se nós estivéssemos batendo numa parede.

A questão da dependência financeira dos países endividados é muito grave.A dependência financeira da América latina, através do endividamento externo, converte-se periodicamente em submissão às políticas dos credores internacionais. Isso ocorre praticamente desde a independência dos nossos países, tanto no chamado modelo primário exportador quanto na segunda etapa da industrialização por substituição de importações.

Na verdade, o único período em que isso não ocorreu – porque o sistema internacional de crédito estava roto – foi entre 30 e 50. Nesse período, realmente, tendo todos os países, sem nenhuma falta, proclamaram moratória. Vocês imaginem o Dr. Prebisch, que virou o pai, o fundador intelectual da CEPAL, e era, na crise de trinta, Presidente do Banco Central da Argentina, negociando com os ingleses, que obviamente queriam "ferrar" a Argentina. Está nas memórias dele, que não estão publicadas em livros, que eu saiba, mas que deveriam – palestras no Banco Central do México.

Tirando o breve período da década de 30 à década de 50, quando não ocorreu endividamento externo significativo, porque simplesmente os fluxos de capitais não se dirigiam para cá e não antes de terem se dirigido para a Europa, com seus milagres de reconstrução e depois, por concorrência, por intermédio de investimentos diretos para a América Latina, foi um período que praticamente não houve... Ficamos dependentes da dívida antiga, continuamos pagando. No caso da brasileira, eu sei, em 1985 parece que se pagou o último título. Alguma viúva inglesa que caiu no disparate de comprar títulos da dívida pública brasileira

É evidente que este serviço da dívida externa prolongado, renegociado, torna-se tão pesado periodicamente que gera crise na balança de pagamentos. Em geral, essas crises na balança de pagamentos são acompanhadas do encilhamento financeiro do estado e, de quebra, de bancos e empresas.

O paradoxal, e por isso é que se mantém, é que a cada renegociação da dívida externa segue-se no-

vos períodos de abundância de crédito internacional, os países tomam empréstimos novamente e agrega-se dívida nova à dívida velha, aumentando reiteradamente o estoque de passivos externos, que aí não é só de crédito e dívida, passa a ser de investimentos diretos. Na década de 90, de transferência concreta de patrimônio para o capital estrangeiro.

O estoque de passivos externos da América Latina, na década de 90, é uma coisa impressionante, mas não deve espantar porque a China, que é o milagre dos milagres, que tem reservas... Os Estados Unidos têm um estoque de passivos externos bem respeitável.

Usando a expressão de Eduardo Galeano, as veias abertas da América Latina sangram, sobretudo, em períodos de restrição de liquidez internacional, quando as transferências de recursos para o exterior são sempre superiores à entrada líquida de capitais. Foi o caso na década de 80. A Sepal, graças a Deus, fez um estudo sobre a década de 80 mostrando o que aconteceu.

Não foi o caso da década de 90 porque, nessa década, entrou tanto capital, tanto investimento direto para comprar ativos já existentes, tantos capitais especulativos que, na verdade, não houve possibilidade de transferência de recursos. Ao contrário, os economistas de então ficaram felicíssimos porque, finalmente, tínhamos a brecha de poupança, que estava sendo compensada com poupança externa. Poupança externa, uma vírgula. Estava sendo compensada com créditos e investimentos que compraram patrimônios.

Esse conceito de poupança externa pelo déficit de transações correntes é uma das coisas mais irritantes. Castro, Lessa, eu, quando ele era o fundador, fizemos um livrinho de introdução esclarecendo a dificuldade do assunto. E depois no Ipea, mais tarde, também.

Isso é porque as contas fecham assim: se se tira de um lado, tem *(Inaudível.)*. É como o tal do déficit público, é como o investimento público versus o privado. Tem *(Inaudível.)* como eles dizem. Mas não tem não, é bem mais complicado.

Paradoxalmente, neste início do século XXI, em quase toda a América Latina, no Brasil e no Chile, em particular, porque são os que vão melhor do ponto de vista das exportações, que foram beneficiadas, como disse o *(Inaudível.)* por um ciclo de preços que vamos ver se se mantém. A tese do *(Inaudível.)* está por se testar. Vamos ver se a China, a Ásia, com a sua voracidade por matérias-primas, fazem com que não haja uma deteriorização do sistema de troca. Seria bom, mas... *question mark*, está tudo em dúvida no momento. O fato é que, nesses cinco anos, mandamos para fora em juros e lucros mais do que entrou de capital líquido. Em primeiro lugar, o capital já não está entrando como antes nem mesmo para a privatização, pois já foram feitas todas privatizações relevantes. No caso do Brasil não, porque resistimos com o Governo Lula, mas, de qualquer maneira, entra e sai capital especulativo. Claro, no balanço do final do ano – e tem muitos derivativos, especulação de mercado secundário –, não há uma entrada líquida muito grande. O investimento direto cresceu, mas os juros e os lucros cresceram barbaramente.

Então, o documento da Cepal, que, aliás, continuam sendo os melhores relatórios sobre este continente – é uma tradição que não se perderá, espero em Deus –, mostra que, entre a entrada de capitais e, em particular, de investimento direto, e a transferência de recurso posterior há uma diferença. Nós exportamos recursos para o exterior.

Não estou falando da equação macroeconômica e de superávit de transações correntes. Estou falando que o superávit de transações correntes foi usado para pagar mais do que entrou. E isso em pleno período de liquidez internacional. Vale dizer, tanto quanto eu sei – quem souber diferente, estou às ordens para ser contestada –, que é a primeira vez, no pós-guerra, que há uma transferência de recursos em plena abundância de liquidez internacional, o que evidentemente é difícil de interpretar.

Outra coisa que aconteceu foi que essas políticas de globalização neoliberal foram aplicadas com muita veemência, primeiro, na década de 80, claro, quando teve uma crise da dívida externa, não teve jeito. Mas essa até entendemos. O curioso é que foram com mais radicalidade, como que termina o ciclo na década de 90. Isso é que é espantoso! A década de 90, em plena abundância de liquidez, sem restrições da década de 80, completou aquilo que se chamou "consenso de Washington".

E o que estão pedindo agora? Reforma de segunda geração. No caso do Brasil, se puder fazer o favor de privatizar o Bndes etc., continua; nos demais países, não tem muito mais o que privatizar, a não ser o cobre no Chile e o petróleo nos países produtores, o que evidentemente ninguém é doido a ponto de entregar as reservas que lhes permitem sobreviver tanto do ponto de vista fiscal quanto do ponto de vista de balanço de pagamentos.

O pior problema é que essas políticas não são apenas conservadoras. Já tivemos tantas no passado! Afinal de contas, tivemos muitos conservadores ilustres que promoveram o desenvolvimento econômico do Brasil. Há pouco, ouvia o Presidente do Bndes dizer que tem saudades do tempo em que o País crescia 7% a 8%, mas ele se esqueceu de que esse período em que o Brasil mais cresceu foi o da Ditadura Militar.

Ele estava tão preocupado com o crescimento que não se deu conta. E, evidentemente, naquela época, os Ministros eram conservadores – um deles sobreviveu e agora está dando conselhos. São coisas que acontecem. E ele se considera progressista. Foi meu colega de Bancada. E, no que diz respeito a esse regressismo das políticas – já vou mencionar um – ele até praticamente escreveu junto comigo, ele fez um *(Inaudível.)* que eram iguais, se tirasse o nome não saberiam se era do Delfim ou da Maria da Conceição. Para ver como está complicada a situação! Sabe por que eles são regressistas? Porque não se limitam a fazer políticas macroeconômicas. Política macroeconômica recessiva ou restritiva é a história do País cada vez que há um problema na balança de pagamentos. O problema é que agora não tem e não se entende, talvez porque não esteja entendendo direito as coisas. Não estou falando que eu entendo tudo. Ao contrário, neste momento, estou numa perplexidade de fazer gosto. E, se estivesse o Furtado vivo, ele estaria igualmente perplexo. Primeiro porque aprofundou para um lugar que ultrapassou o limite. Por exemplo, eles querem que a nossa sociedade retorne a padrões – querem e já conseguiram em muitos casos – primitivos nas relações entre capital e trabalho. A isso chama-se flexibilização da legislação trabalhista. Dispenso-me de dizer do que se trata porque todo mundo sabe.

Entre o Estado e o capital: desregulação, privatizações, liberalização completa – isso é outra que tão pouco se via desde o pós-guerra. E entre o Estado e os cidadãos, e esta última é de roer, porque ela significa tudo ao contrário do que qualquer economista progressista – não precisa ser Furtado nenhum ou nenhum dos aqui presentes – propôs e que foi a regra no pós-guerra, com qualquer regime político e que eram, na verdade, as políticas públicas, tendendo à universalização, no nosso caso não, das políticas públicas de seguridade social. Todas elas começaram, mais ou menos, na década de 30. Todas! Mesmo as do nazismo; mesmo as do Perón; mesmo as do Vargas, em plena ditadura. Todas começaram, porque a crise de 30 foi de tal ordem que era obrigatório fazer isso.

Aqui se quer a redução e a privatização das políticas públicas de seguridade social. E o que mais? Conseguiram no Chile e na Argentina, países exemplares em matéria de saúde pública de educação pública e de previdência pública. Conseguiram. E – estive conversando com o meu colega chileno – já verão que lhes vai custar aquele tal de fundos de previdência privada que, evidentemente, estão um pouco atrapalhados com as flutuações cambiais. Aliás, flutuação cambial atrapalha todo mundo, sobretudo do tamanho das que temos. Se a flutuação do dólar deles já é o que é, a nossa acompanha aumentando. Aí, fica bravo.

A isso se chama de políticas regressivas. Não estou discutindo a política macro, embora todo acordo com *(Inaudível.)*, com essas políticas macro, fica difícil. Não, mas isso são reformas. É claro. Isso foram reformas de primeira e segunda geração, todas nessa direção. Padrões primitivos de relacionamento entre capital e trabalho, padrões primitivos de relação entre o Estado e o capital, padrões primitivos de relação entre o Estado e os cidadãos. Só falta declarar a caridade universal – aliás, já a declararam – e pedir que as empresas, as famílias, as igrejas, as ONGs, enfim, todo mundo e Deus também ajudem os pobres da Terra.

Isso, evidentemente, meus senhores, é apagar um esforço, insuficiente apagar um esforço, porque, por mais que tenham desindustrializado a maior parte dos países e os convertido de novo em primários exportadores, o novo primário exportador não é tão precário quanto era o anterior. Está claro? O Chile continua sendo um exportador de cobre essencial, como antes tinha sido. Sim, mas já tem ali um primário exportador, mais sofisticado, que é uma agroindústria, que não é propriamente o primitivismo. Quando regressamos ao primário exportador, estamos todos regressando? Não necessariamente pode ser em padrões tão primitivos quanto o foram no passado. Agora, nas políticas de relação pública do Estado com todas as coisas que disse, aí é primitivo, sim, e dá um panorama, que o mestre Furtado, antes de morrer, percebeu muito bem.

Nesse sentido, ele morreu triste, porque é no mundo inteiro. Claro que, na América Latina e no Brasil, em particular, doía mais, mas é no mundo inteiro.

Quero dizer, no entanto, que o Brasil – não estou fazendo elogio – resistiu como pôde, até a década de 90, e foi o último a aderir às famosas políticas e reformas do Consenso de Washington. Depois, cedeu. Do meu ponto de vista, cedeu, porque ceder, na década de 80, ainda entendo, mas em 90, com aquela liquidez como estava, considero uma espécie de pecado sem perdão. E eu tenho muita dificuldade em perdoar ao Governo passado isso, sobretudo porque foi sob a égide de um dos intelectuais progressistas mais brilhantes – estava até no vídeo –, um dos meus companheiros progressistas mais brilhantes na luta pela democracia latino-americana. Aí dói. Dói muito, porque é como se a democracia fosse para lá e o desenvolvimento econômico fosse torto. E fica complicado. Fica uma espécie de democracia de pé quebrado, e não era bem isso que se pretendia.

Todos sabem das condicionalidades cruzadas, das agências multilaterais para conceder novos créditos, para repactuar os antigos, e como elas todas pas-

saram a exigir, sistematicamente, políticas de ajuste fiscal e monetário. Todas. Na cambial havia diferença, até que sobreviveu às crises da década de 90, na Ásia, no México, aqui, na Argentina. Aí o *(Inaudível.)* evidentemente olhou e disse: "Agora, aqui, vamos deixar flutuar". Aí está, flutuando que é uma maravilha. Deixa flutuar... Aí, é claro, não sabemos qual é o teto nem qual é o piso; os Bancos Centrais ficam segurando, acumulam reservas; ficam segurando embaixo, não conseguem; compram, não conseguem, até porque comprar dólar no mercado, à vista, não resolve nada, porque é nos mercados futuros. No caso brasileiro, nos mercados de juros; no caso do Chile eu não saberia, e na Argentina eu também não saberia, no momento, mas tenho quase certeza de que será no mercado futuro, porque ninguém pode impedir a operação dos mercados futuros – invenção brilhante, desde que o sistema de Bretton Woods foi embora e desde que os instrumentos financeiros da flexibilização do mercado de capitais internacional avançaram. Isso é que dá lugar aos trilhões e trilhões que andam aí, girando.

Só há um pequeno problema: as políticas macroeconômicas se transformaram em uma armadilha muito difícil de desmontar. Muito difícil. Há uma espécie de tríade maldita, em que não se consegue equilibrar as três patas: a monetária, a fiscal e a cambial. E por quê? Porque não têm autonomia nenhuma. Para dizer a verdade, nenhuma, praticamente, para não fazer nenhuma delas. E isso contrasta com todo o período de 50, anos do chamado desenvolvimentismo, por fases ou por metas, desde a crise de 30, quando Prebisch inventou as taxas de câmbio múltiplas. Daí em diante, cada um inventou o que quis, mas, de alguma maneira, havia controle de câmbio, um. E as políticas monetárias eram autônomas. Podiam-se usar créditos dos bancos públicos – claro! –, não o Internacional, porque ali não havia, mas os dos bancos públicos, tranqüilamente; podia-se fazer discriminação de crédito para os setores prioritários que *(Inaudível.)* interessava – hoje, se for feito isso aqui no Brasil, cai o mundo. A banqueirada, que está ganhando um dinheiro estúpido, vem e diz: "mas esse crédito é do BNDES..."; "e esses créditos são muito ruins porque fazem subir a taxa de juros..." Haja paciência! É melhor não me soltar do texto, senão, não vai dar certo.

E o pior não é isso; é que elas todas deram lugar, até prova em contrário, apenas a miniciclos de crédito – em geral, colado no de fora –, miniciclos do consumo – em geral, conspícuos; em geral, aquele que o Furtado, evidentemente, desde o início, disse que era consumismo, que era muito ruim, que os padrões das elites e da classe média estavam se colando naqueles, que se desvinculavam das necessidades do povo; que o povo, coitado, precisava sobreviver e não podia.

Tenho a impressão que as classes médias nossas ganham em futilidade, em nível, das européias seguramente – eu sei porque eu era européia e, quando vim para cá, meu queixo caiu – e até das americanas, eu creio. Estou falando das nossas, nós aqui. Não estou falando das classes médias baixas que praticamente estão coladas no povo e que ganham dois, três salários mínimos.

Então, foi crédito, consumo e exportação o que puxou a ultimamente. Em compensação, eventualmente, investimento privado daquilo que tinha interesse. Mas a participação de investimento público caiu sistematicamente. Por quê? Por causa da política fiscal restritiva.

Portanto, eu não posso dizer *(Inaudível.)* ele virá se ele quiser. Quando há fontes exógenas que vão bem – o preço do *(Inaudível.)* vai bem; o preço do petróleo vai bem –, vão bem para quem tem petróleo naturalmente. Até que nós não estamos mal porque nós não estamos mais naufragando. Mas, enfim, não é uma maravilha. Ademais, dívida. A dívida acumulada na década de noventa, tanto interna quanto externa, com os passivos, foi de tal ordem que evidentemente se tem restrição fiscal, tem restrição fiscal, sistemática, permanente. É uma armadilha. Não é uma invenção dos Ministros da Fazenda, que são todos uns malucos. Não. Até que de uns eu não gosto nada, mas isso não vem ao caso. Alguns foram meus colegas: o do Chile, o do Uruguai. Meus colegas. Quer dizer, o do Chile foi meu aluno. Não foi meu colega coisa nenhuma. Não aprendeu nada, mas isso também não me espanta. (Risos.)

Não. Não é isso. É que pode aprender, mas, se senta na Fazenda, ninguém garante. A gente tem que ter uma integridade e uma clareza de vistas que não é para qualquer um. Ué, está claro. O pessoal é meio leve, e vai, e freqüenta muitos cenários, e ouve balela e elogio da banqueirada e o sujeito deslumbra um pouco. Que é que eu posso fazer? Deslumbra. A gente sabe, a gente tem experiência. Pelo menos todos que estão aqui conheceram vários: os latino-americanos, seguramente; os *(Inaudível.)* seguramente. Vários!. Cansamos de aconselhar, não foi? E não custa nada. Tenho que terminar.

Bom, meus senhores, passamos agora para a submissão cultural. Aí é espantoso. É espantoso! Por quê, meus senhores? Porque os modernos senhores da comunicação global, cada vez mais centralizada, e eles dotados de novos instrumentos de controle, empurram pela mídia a alienação cultural, a mercantilização generalizada, o individualismo e a ânsia de

consumismo, mesmo aos que não podem consumir. E isso o que é que é? Isso é o padrão da sociedade de massas norte-americana que generalizou. Está claro? Eu não estou indo a Pequim, mas tenho certeza de que há uns chinesinhos lá com a mesma cara de tontos dos outros pedindo o mesmo, pedindo o mesmo.

O que estou dizendo é o seguinte. Esses padrões de consumo, por outro lado, são compostos de coisas que a indústria moderna eletrônica e de tecnologia barateou os preços. Por isso está acontecendo uma coisa que não aconteceu no *(Inaudível.)* O preço da manufatura, desta chamada Terceira Revolução industrial, está caindo mais que das matérias-primas. Quem sabe reverteu a lei do *(Inaudível.)* É bom estar atento, viu, são-paulinos, porque já vai um bocado de anos? Essa coisa está acontecendo independentemente do ciclo auge a partir do petróleo, independente, porque já vinha caindo, razão pela qual o pessoal não lá penetrar nessas indústrias. Não vou ser competitivo a esses preços cadentes em dólar. É melhor voltar para as matérias-primas. E lá vamos nós de volta para o primário exportador. *(Inaudível.)* uma desgraça dessas? Mas é como está.

As elites do poder, meus senhores, no atual sistema de redes globais, só avançaram numa coisa, meus senhores: em matéria de dependência cultural. Elas são mais flexíveis. Então, elas vivem em promiscuidade completa, nos ciclos cosmopolitas com todos os donos do dinheiro, de qualquer procedência. Está claro? Pode ser da droga, pode ser da prostituição, pode ser financeiro. Agora, incontável nos salões *vips* do mundo *(Inaudível.)* a degradação. João Peter já tinha avisado, no Kremlim Walls. A aristocracia inglesa era uma coisa. Depois vieram os grandes barões ladrões americanos. Ah! Piorou bastante! Agora, meus senhores, *(Inaudível.)* é o ladrão de qualquer lugar. E se freqüentam, até porque o circuito de dinheiro deles está intercambiado. Ninguém sabe quem circula o dinheiro deles. Seguramente não são os pobres meninos que estão nas *(Inaudível.)* vendendo droga. E quanto aos intelectuais e produtores da cultura nacional, meus senhores, continuam resistindo dentro e fora do império. Dentro também! Dentro também! A idéia de que não está acontecendo nada dentro dos Estados Unidos é uma maluquice completa! Estamos resistindo aqui? Claro! E eles também estão resistindo lá! Não há dúvida nenhuma.

O exemplo mais completo de mimetismo, sem querer ofender nenhum de nossos aliados que pertencem ao nosso G-5, G-3, mas não posso deixar de referir porque acho espantoso, é o da indústria audiovisual que é reproduzida, dos programas privados de televisão, *(Inaudível.)*, mas o que me espanta em particular é a indústria cinematográfica de massas da Índia. Um país com uma enorme tradição cultural, com uma autonomia tecnológica bem boa e que reproduz a caricatura de Hollywood, que, aliás, já era de Hollywood decadente. Para mim é uma coisa inexplicável. Eu não tinha idéia, nunca tinha visto. Vejo na televisão os filmes porque filme hindu por aí não anda passando. Ao contrário, naturalmente, daquilo que as elites progressistas gostam muito, que são os mistos de mercado para o multiculturalismo que todos ambicionam. Eu gosto mesmo é de uma cultura popular.

E sobre isso quero dizer o seguinte, já aproveitando a cultura popular: pouco antes de Celso morrer, meu neto de 26 anos, que é da cultura, foi entrevistado por causa do livro. Ele leu o livro, tinha que entrar para a pós-graduação e entrevistou o velho e disse a ele: "Professor, qual é esta falta de idealismo dos jovens da minha geração, da classe média e como vai se construir de novo uma cultura nacional?" A resposta do mestre: "Não se preocupe com as frustrações e desejos rasos da classe média. Olhe para o nosso povo." E aí, com ele, se aprenderá o que quer dizer criação de cultura popular, estratégias de sobrevivência, como se sobrevive e como se mantém um povo que ainda não está para nada submetido nesse ponto de vista. E no Brasil não está mesmo, e mesmo outros países, no México e vários lugares. E também acho que parte do povo americano não está submetida. Isto é mais ou menos geral. Os sonhos dos nichos de mercado são para três ou quatro grandes estrelas progressistas que conseguem entrar na indústria.

Terminando com isso, quero fazer apenas duas observações sobre os Estados Unidos, se vocês me permitem – reconheço que está um pouco grande –, sobre o poder americano, que também mudou muito. Furtado foi um dos primeiros a se dar conta do que era isso. Ele tinha muita preocupação com déficits dele. Achava que não eram sustentáveis. Eu sempre discutia muito com ele sobre isso e dizia: Olha, não são sustentáveis, mas já tem 30 anos que estão sustentando. E tem o problema de que mudou a geografia econômica do capitalismo. Isso é que é o essencial. Estou tentando trazer para discutir e desenvolver é o seguinte: a geografia mundial do capitalismo mudou. A razão pela qual os Estados Unidos têm hoje uma posição privilegiada, ao contrário do que se julgava em 70, quando o Japão é que ia dominar, e depois já não era o Japão, e depois eram os tigres, já faltou ser os gansos, e finalmente foi a China... *(Risos.)*

Mas foi assim!...Eu assisti a tudo. Eu dava aula de Experiências Industriais Comparadas. Todos os alunos vinham com essa patetada. O do Japão, então, foi a glória. O que tive que aturar não está escrito.

É o seguinte: desde que rompeu esse sistema de Bretton Woods, o poder americano é inimaginável porque eles podem, na verdade, fazer o que muito bem entendem à custa dos outros; à custa dos outros e de uma maneira não perceptível porque é pelo mercado, não é pela colonização. Todos os demais sistemas imperiais anteriores, a começar pelo império britânico tiveram que fazer colonização ostensiva. Os EUA não. Todos, padrão ouro ou padrão dólar, quando se dizia que era o auge da hegemonia, o câmbio não flutuava ou flutuava entre limites muito estreitos, está claro? Agora o câmbio flutua para onde der na telha; se der na telha a 80, fazer diplomacia do dólar forte para atrair de volta o dinheiro de seus próprios bancos que estavam especulando com os petrodólares em Londres, puxa, e o Volker faz; se, pelo contrário, deve baixar a taxa de juros porque há pressões, o outro fazia. Ou seja, o que eles vão fazer, a gente não sabe. Não é à toa que a cada vez que muda o Presidente do BC... Primeiro muda pouco e quando muda todo mundo fica olhando para o Presidente do FED como se fosse sua majestade do império do dólar. Ele é o dólar. O que é o dólar ninguém sabe nem tem nenhuma importância. Por que não tem nenhuma importância? Não está mais referido a padrão mercadoria; não está mais referido a déficit ou superávit do tesouro ou das transações correntes. Os Estados Unidos estão há trinta anos devedores; eram os maiores credores do mundo durante todo o século 20, mas a partir de 1970 viraram os maiores devedores. E todos os economistas normais acham que não pode ser, que não vai aumentar. Bom, mas se já leva trinta anos que é tanto tempo quanto o que levou no pós-guerra, eu diria que não vai agüentar... É como se diz: já agüentou tanto quanto a época de ouro do padrão dólar. Ou mais. E não vai agüentar. Até quando? Até quando os grandes asiáticos, no momento, China e Japão deixarem de fazer reservas em dólar. E por que deixariam? Não vai agüentar até quando o comércio intrafirmas que eles espalharam **urbe et orbis** e em particular na Ásia deixarem de fazer comércio. E ninguém está imaginando que firma americana vai fazer comércio com a matriz sem ser em dólar. E que não sabe fazer securitização numa ponta e na outra ponta com as demais moedas. Isso já está inventado, meus senhores. O pessoal não liga a micro com a macro, não liga. Fizeram instrumentos micros para que as empresas possam fazer securitização e depois se esquecem que isso implica que todo mundo aceite o dólar, quer ele esteja lá em cima, quer ele esteja cá embaixo. Desde 1980, foi 50% para cima, cinco anos depois 50% para baixo, andou aos pinotes, e os demais correndo atrás.

O que diziam os senhores teóricos do comércio internacional? Diziam que as moedas iriam convergir. Há trinta anos as moedas não convergem, e continuam com a teoria do câmbio flutuante, coisa que entre eles já era flutuante desde 1973 – o nosso é flutuante agora, coitados de nós –, mas para eles, os chamados desenvolvidos, já era flutuante desde 1973, e não convergem. As principais moedas dos países dominantes do comércio internacional não convergem. Nunca houve convergência entre o dólar, o marco e o iene, e agora também não há entre o dólar, o euro e o iene; não há. E tampouco com o iuan – esse tem uma particularidade, esse é uma moeda divertida porque, na verdade, tem um padrão de conversão entre o dólar de Hong Kong e o iene dentro do continente. A toda hora os americanos ficam torrando o saco para empurrar: "Está muito desvalorizado". Mas está tanto quanto o dólar! Como está muito? Está tanto quanto o dólar! Eles estão colados no dólar desde 1994, desde a crise do México e a crise deles. Então isso tudo é uma maluquice.

O que estou dizendo é o seguinte: a análise do mecanismo de funcionamento do capitalismo contemporâneo não está feita direito. Coisa que o Greenspan avisou para aqueles tontos daqueles modelistas que têm 400 modelos de previsão no FED e gargalha, gargalhava, cada vez que um dizia: "O senhor deve ir por aqui". Eu acho melhor ir com prudência, porque ainda não entendemos muito bem como funciona o capitalismo contemporâneo.

Para terminar – agora é para terminar mesmo –, para me despedir, vou abandonar, depois passo o **paper** e desenvolverei...

Quero dizer o seguinte: nesta conjuntura, meus senhores, já não se trata de desfazer as fantasias do pós-guerra. Não temos que reescrever a fantasia desfeita; o mestre já escreveu sobre a fantasia desfeita. Está tudo lá. Trata-se de uma dura luta, permanente. Essa é a herança que ele nos deixa. Os jovens, em sua desesperada luta pela vida, podem não ir além de fantasias rasas, embora não faltem exemplos de solidariedade e participação coletiva entre eles e na sociedade que os cerca. Nós, os velhos sobreviventes – tira o menino aqui, que não é sobrevivente; ainda está no vigor da vida e lutará, tenho certeza, Mercadante. Juro por Deus que, se isso não for verdade, eu virei lá de cima e te assombrarei. *(Risos.)*

Tenho certeza de que este menino lutará até o fim com a dignidade dos mestres dele. Quero dizer o seguinte: nós, os velhos sobreviventes, não vamos desistir de nossos horizontes utópicos, apesar das derrotas. Tem havido derrota atrás de derrota, e algumas vitórias.

Depois você olha para trás e diz: era tão boa esse [illegible], mas, agora, como? E esbarra, e fica parado. É difícil, e vai, e empurra, e vai por aqui. É muito difícil, porque a gente tinha a ingenuidade *(Inaudível.)* que [illegible] vitória das forças populares e pronto, ganhou. Isso não é verdade. A minha companheira Chauí diz que eles não passarão... Eu me lembro... Quando eu [illegible]. Eles acabam passando sempre. Mas nós [illegible] não tem tal coisa como eles passarem sempre. Não tem fim da história.

Portanto, quero dizer o seguinte: tanto nas vitórias [illegible] notas, nós aqui temos sempre em mente [illegible] que nos precederam na luta, entre os [illegible] Furtado se destaca por seu humanismo [illegible].

Viva o meu mestre! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. PT – RJ) – Essa manifestação expressa tudo que nós estamos sentindo.

Agradecemos, mais uma vez, à Professora Maria [illegible] Tavares.

Passo ao Dr. Prof. Dr. Oswaldo Sunkel, que foi diretor do Centro Cepal – BNDES, nosso professor, [illegible] mais brilhantes e mais sérios, que nos deixou [illegible] sua ciência e da sua formação ética. Hoje [illegible] professor do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Universidade do Chile.

Com a palavra o Prof. Oswaldo Sunkel.

O SR. OSWALDO SUNKEL – ***(Pronunciamento em língua estrangeira.)***

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. PT – RJ) – Agradecendo muito a exposição do Professor Oswaldo Sunkel, neste momento faremos a pausa para o almoço. O retorno estava marcado para 14h30min, mas talvez seja mais realista marcá-lo para 15h, com a mesa sob o título "Revisitando a questão regional".

A primeira mesa estava marcada para 14h30min, mas a esta altura é melhor marcá-la para 14h45min.

Está encerrada a nossa primeira etapa.

(Levanta-se a reunião às 13h37min.)

A SRª MEDIADORA – *(Falha na gravação.)* da cidade de Buenos Aires; o Exmº Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor-Chefe da Assessoria Especial da Presidência da Pública; o ilustríssimo Sr. Arturo Guillén, Coordenador da Rede Euro-Latino-Americana de Estudos para o Desenvolvimento Celso Furtado; o ilustríssimo Sr. Álvaro Diaz, Assessor Regional da Cepal. (Pausa.)

Neste momento, com a palavra o Exmº Sr. Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo no Senado Federal.

O SR. COORDENADOR (Aloizio Mercadante. PT – SP) – Bom dia a todos. É um prazer muito grande poder participar e coordenar uma Mesa com essa qualidade acadêmica, com homens que têm uma trajetória não apenas de consistência, de rica produção intelectual, mas também de vivência na vida pública, alguns com cargos extremamente importantes em seus países e que vão seguramente trazer para este seminário uma reflexão rica, plural, que ajude a pensar e a produzir novas políticas publicas para o desenvolvimento.

Ontem tivemos um dia extremamente produtivo, emocionante em alguns momentos, retomando toda a profunda construção teórica e a grande contribuição histórica que o Professor Celso Furtado deu não apenas em nosso País, como foi dito ontem, num momento tão decisivo da história, como o plano de metas, como a constituição da Cepal, como a criação da Sudene, como o plano trienal, como as suas contribuições para as reflexões sobre a cultura, sobre a participação cidadã, sobre as restrições externas ao desenvolvimento. Hoje vamos buscar exatamente nessa inspiração, nessa vasta bibliografia, contribuições para discussão de um projeto nacional de desenvolvimento.

Gostaria, inicialmente, de passar a palavra ao Ministro Aldo Ferrer, que é professor-doutor da Universidade de Buenos Aires, Diretor da Carreira de Estratégia Econômica Internacional e Diretor da Energia Argentina Sociedade Anônima. Ele foi Ministro da Economia da Fazenda da Província de Buenos Aires, Ministro de Obras e Serviço Público e da Economia e do Trabalho da Argentina. Publicou vários livros, artigos, especialmente pelo Fundo de Cultura Econômica, que por tantos foi, também aqui no Brasil, uma referência importante para nossa produção intelectual.

Por isso, vamos iniciar a nossa intervenção. Agradeço a sua presença. Sei das imensas responsabilidades. Todos nos sentimos muito honrados com a presença de V. Exª neste nosso seminário.

Concedo a palavra ao Ministro Aldo Ferrer.

O SR. ALDO FERRER – ***(Pronunciamento em língua estrangeira.)***

O SR. COORDENADOR (Aloizio Mercadante. PT – SP) – Quero saudar a intervenção concisa e esclarecedora, sobretudo esperançosa, em relação às importantes mudanças que a Argentina viveu, desse parceiro, desse país amigo, essa relação que Brasil e Argentina e os países do Mercosul possuem. Evidentemente é para nós, brasileiros, motivo de grande entusiasmo esses avanços e os êxitos que a experiência argentina nos apresenta.

Passo agora a palavra ao Álvaro Díaz, que é assessor regional da Cepal. O Álvaro foi Vice-Ministro da Economia no Chile no Governo Lagos. É um econo-

mista com uma formação bastante sólida em Teoria do Desenvolvimento e sobretudo em temas de informação tecnológica. Participou de grandes acordos internacionais. Conhece profundamente o Brasil, acompanha a nossa história há muitos anos e tem uma qualidade excepcional: é casado com a Laís Abramo. De todas as excelentes recomendações do seu currículo, esta talvez seja a mais destacada.

Laís Abramo é uma socióloga que hoje é diretora da OIT. Fez movimento estudantil comigo há 30 anos, contra a ditadura militar, e depois ficou dez anos ajudando o Chile. Na visita do Presidente Lula ao Chile, antes da posse ainda, quando tínhamos acabado de vencer, houve uma convocação para que ela retornasse ao Brasil e que, dessa vez, o Álvaro viesse ajudar aqui nas nossas dificuldades, que ele tão bem acompanhou dentro do governo. Então, quero agradecer essa solidariedade. Ele fez uma carta pública muito bonita sobre o que é a relação não-machista entre um homem e uma mulher, dizendo por que ele vinha do Chile, saindo do governo. Por tudo isso, ele tem o nosso reconhecimento.

Com a palavra o Sr. Álvaro Díaz.

O SR. ÁLVARO DIAZ – ***(Pronunciamento em língua estrangeira.)***

O SR. COORDENADOR (Aloizio Mercadante. PT – SP) – Queríamos agradecer ao Álvaro pela competente exposição, que mostra todo o esforço da concentração democrática em construir uma transição num cenário de pós-neoliberalismo, buscando fortalecer a capacidade de regulação, de intervenção do estado e planejamento estratégico, de buscar impulsionar uma economia no conhecimento e as inovações tecnológicas, de valorizar a participação cidadã e as novas demandas, especialmente com os avanços na política de educação, de universalização da política de educação, de mudança na visão da política externa. Por tudo isso, tenho certeza de que foi uma contribuição bastante relevante para toda a nossa reflexão. Nós agora teremos mais uma experiência latino-americana, professor Arturo Guillén, Coordenador da Rede Euro-Latino-Americana de Estudos para o Desenvolvimento Celso Furtado, também desempenha funções acadêmicas, como chefe de economia da área política e professor de doutorado da Globalização e Estudos Internacionais; é coordenador do Corpo Acadêmico Globalização e Integração Econômica; membro do programa institucional Integração das Américas; economista e doutor em Ciências Econômicas. Ocupou vários cargos no setor público e privado nas áreas financeira e energética e também é autor de vários livros, cerca de 30 obras, muitos artigos publicados. O Professor Arturo nos fará, agora, uma exposição sobre a trajetória e a evolução da experiência mexicana, à luz de toda essa reflexão, da contribuição de Celso Furtado.

O SR. ARTURO GUILLÉN – ***(Pronunciamento em língua estrangeira.)***

O SR. COORDENADOR (Aloizio Mercadante PT – SP) – Nós ouvimos o Professor Arturo Guillén que fez um resgate das contribuições teóricas do Professor Celso Furtado e comentários sobre a experiência mexicana, propondo, fundamentalmente, essa conclusão de que não se trata de aprofundar as reformas neoliberais mas de buscar um novo modelo de desenvolvimento para o México.

E, assim, nós, agora, vamos fazer um breve intervalo – temos um pequeno café, ali, nos aguardando – e, exatamente em 10 minutos, nós retornaremos os trabalhos para podermos assegurar que, à tarde, também, os trabalhos se façam dentro do horário previsto e, aí, concluiremos, pela manhã, esta Mesa.

(A reunião é suspensa.)

O SR. COORDENADOR (Aloizio Mercadante PT – SP) – *(Falha na gravação.)* Estamos discutindo o Projeto Nacional de Desenvolvimento à luz do pensamento e das contribuições do Professor Celso Furtado. Já tivemos três expositores, cada um focando, sobretudo, nas suas experiências nacionais – Argentina, Chile e México – e, agora, vamos abrir com uma exposição do Assessor, Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República, Professor Marco Aurélio Garcia, que foi Vereador e Secretário Municipal de Cultura, é graduado em Direito e Filosofia pela Univeridade Federal do Rio Grande do Sul e fez pós-graduação na Escola de Altos Estudos de Ciências Sociais de Paris.

Ele é professor licenciado do Departamento de História da Unicamp – Universidade Estadual de Campinas, foi professor na Universidade do Chile, na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e nas Universidades Paris VIII e Paris X.

No Partido dos Trabalhadores, foi secretário de relações internacionais, coordenou o programa de governo do Presidente Lula em 94 e 98 e hoje é o vice-presidente do nosso Partido. Com os senhores, esse companheiro que tem dado imensa contribuição teórica ao Brasil, à democracia e, sobretudo, à política externa e ao processo de integração latino-americana, o Professor Marco Aurélio Garcia.

O SR. MARCO AURÉLIO GARCIA – Eu queria dizer inicialmente que me sinto profundamente honrado de ter sido convidado para este seminário que evoca a extraordinária contribuição de Celso Furtado não só para o pensamento brasileiro mas também de todo nosso continente. Mais honrado, ainda, de poder compartilhar nesta Mesa e na platéia com personalidades tão ilustres, tão caras para mim e creio que para todos

aqueles que se dedicaram nessas últimas décadas a pensar e atuar sobre os problemas de nosso País.

Tivemos nessa Mesa uma demonstração muito clara de como as idéias de Celso Furtado estiveram presentes na América Latina e como é importante que o seu pensamento nos permita hoje discutir algo que parecia absolutamente fora de moda: projeto nacional de desenvolvimento. Essa expressão para muitos se transformou em palavrão, para outros, peça arqueológica, para outros, os mais jovens, talvez algo totalmente desconhecido.

A vigência do pensamento de Celso está justamente em recolocar para nós um marco de reflexão sobre essa questão central e como ela é decisiva para que nós possamos pensar o futuro de nossos países.

Nos anos 30, surgiram três grandes pensadores sobre o Brasil. Antonio Cândido, no prefácio do livro de Sérgio Buarque de Holanda, **Raízes do Brasil**, chama a atenção para como o pensamento de Gilberto Freyre, do próprio Sérgio Buarque de Holanda e de Caio Prado Júnior tiveram uma função iluminadora sobre o debate político e intelectual daquele período tão importante da nossa história, porque se seguia justamente à grande ruptura de 1929 e fizera com que o Brasil se sentisse quase que obrigado a pensar as suas raízes. Não por acaso, as obras de Freyre, de Buarque de Holanda e de Caio Prado Júnior foram acompanhadas do ponto de vista da cultura brasileira de um conjunto de manifestações extremamente importantes no plano literário, quando nós tivemos a emergência do romance regional no Brasil, no plano das artes visuais e no próprio plano da música – bastaria lembrar a contribuição de Villa-Lobos naquele período. Foi, portanto, um momento complexo, porque parte dele vivido sob o regime autoritário, mas um momento de grande riqueza na medida em que vários movimentos sociais, várias correntes de pensamento se entrechocaram na vida política do País e permitiram concretamente que o Brasil não fosse mais uma abstração, uma coisa longínqua e que nós voltássemos os olhos para nós mesmos.

Em fins dos anos 50 e dos anos 60, num contexto, evidentemente, totalmente distinto, seja do ponto de vista nacional, seja do ponto de vista internacional, criou-se, no entanto, uma conjuntura no Brasil que nos obrigou de novo a olhar para nós mesmos. Esse contexto, eu diria, está marcado fundamentalmente pela crise do modelo nacional desenvolvimentista ou por uma das crises do modelo nacional desenvolvimentista, que havia sido desencadeado a partir dos anos 30 e que nos convidou a pensar não só sobre os limites desse modelo, mas também sobre as implicações políticas, sobre o contexto cultural, ideológico.

É nesse quadro que a obra de Celso Furtado aparece com grande importância. É nesse quadro que Celso Furtado, um intelectual que havia tido também uma experiência política importantíssima, na medida em que, inclusive, participou de um momento decisivo da história da humanidade, a II Guerra Mundial, aparece efetivamente como um grande pensador do Brasil, que vai, de certa maneira, retomar aquela tradição de Freire, de Caio Prado e de Buarque de Holanda, junto com outros pensadores que também se dedicaram a olhar o Brasil, escutá-lo e, em grande medida, oferecer alternativas.

Lembraria um deles que, talvez, tenha ficado muito discreto naquele momento, Raimundo Faoro. Lembraria evidentemente todos os pensadores do Iseb, dentre os quais temos aqui um dos seus grandes representantes, o Professor Jaguaribe, e mesmo o movimento que começava a desencadear-se na Universidade de São Paulo entre sociólogos e historiadores, que viria dar uma contribuição muito importante para pensar o Brasil.

Curiosamente, temos, naquele período também, um período de enorme efervescência social, um período em que os limites do nacional desenvolvimentismo convidava concretamente a busca de alternativas, tivemos também expressões correlatas no plano cultural de enorme importância, de enorme significação.

Não é por acaso que, neste momento, temos um renascimento do teatro brasileiro, temos o cinema novo, aparecendo com grande força, toda música popular brasileira, que é redimensionada, um movimento também expressivo nas artes visuais; movimento esse que, inclusive, não foi imediatamente sufocado pela resposta conservadora de 1964, quando os militares tomaram o poder.

É interessante observar um pouco sobre que realidade se detém o pensamento de Celso Furtado naquele momento. Eu falei de uma das crises do projeto nacional desenvolvimentista e seria importante tentar pensar o que foi essa crise, como o pensamento de Celso Furtado se deteve naquele momento e que lições podemos tirar para pensar posteriormente a evolução dessa problemática.

O nacional desenvolvimentismo no Brasil tem, grosso modo, uma cronologia que vai de 1930 a 1980. Ele está evidentemente ligado, e seria muito complexo fazer uma reconstituição detida da sua implementação, ele está muito ligado obviamente à ruptura de 1929, os seus efeitos sobre o Brasil e sobre toda a América Latina, é importante dizer, e a ele corresponde concretamente uma forte intervenção do Estado na economia brasileira.

Durante esses 50 anos em vigência do nacional desenvolvimentismo, nós tivemos um crescimento excepcional da economia brasileira, um crescimento que se aproxima do 7% ao ano como média, 6,7%, e que configura, num longo período, um fenômeno mais ou menos semelhante ao que admiramos hoje na China ou em outros países do mundo. Esse crescimento, no entanto, foi acompanhado, no final do seu processo, de alguns problemas sobre os quais não podemos deixar de dizer alguma coisa.

Em primeiro lugar, foi um processo fortemente concentrador de renda, foi um processo fortemente concentrador de poder, na medida em que mais da metade desse período de cinco décadas passamos sob o regime de inserção ou de democracia mitigada, foi um período no qual tivemos vários momentos de instabilidade macroeconômica, justamente sobre os quais – no final dos anos 50 e começo dos anos 60 – detiveram-se o pensamento e ação de Celso Furtado.

Lembremos que Celso não foi somente um intelectual, mas um intelectual que participou diretamente de grandes momentos da política brasileira tendo inclusive oferecido no começo dos anos 60, durante o Governo Goulart, quando a crise do Governo Goulart se acentuava, algumas alternativas que buscavam justamente tentar articular questões difíceis de serem combinadas, como, de um lado, garantir que reformas sociais pudessem ser feitas – é o momento no qual as reformas de base aparecem com uma das respostas à crise do nacional-desenvolvimentismo – e que essas reformas pudessem se dar num marco de ruptura de uma situação de estancamento da economia brasileira que começava a se tornar evidente. Portanto, que elas permitissem a retomada do crescimento e, ao mesmo tempo, que elas fossem compatíveis com um equilíbrio macroeconômico, como aparece nas polêmicas propostas que ele havia trazido quando da formulação do seu plano trienal.

Esses debates, de uma certa maneira, foram interrompidos pelo golpe de Estado de 1964. Poder-se-ia fazer toda uma série de considerações – que não me parece o caso de aprofundar, mas que vale a pena – porque, quando houve o golpe de 64, esse movimento, pela sua base política, sobretudo, aparecia fortemente associado como um movimento de retrocesso ao pré-30, como se aqueles que defendiam que o Brasil não tinha vocação industrial, que era um País, como se dizia à época, essencialmente agrário, como se aqueles tivessem vencido a batalha de idéias e, portanto, fôssemos assistir a um movimento regressivo a uma economia de caráter primário-exportador e que todos aqueles que falavam da artificialidade da industrialização brasileira tivessem efetivamente ganho.

Esse movimento foi tão forte no primeiro momento que o próprio Celso sucumbiu um pouco à ilusão de que nós iríamos viver um processo – ele dizia – de "pastorização da economia brasileira". Ora, em realidade, o que tivemos foi, sem dúvida nenhuma, um ajuste de caráter liberal muito forte nos dois, três primeiros anos do Governo e, posteriormente a isso, houve uma retomada, em condições distintas, sobretudo do ponto de vista político e tendo em vista também os constrangimentos internacionais, do projeto nacional-desenvolvimentista que veio se manifestar, sobretudo, no marco dos anos 70, com o chamado milagre brasileiro.

No final dos anos 70 e começo dos anos 80, no entanto, assistimos os limites desse projeto. Os limites estavam dados não só por fatores de natureza interna, mas sobretudo pelas mudanças do contexto econômico internacional que já se faziam sentir ainda que não totalmente explicitadas.

Entramos, então, em um período que foi o período dos anos 80 e 90, em certa medida, mesmo o começo do novo século, no qual a economia brasileira perdeu em grande medida o seu rumo e a noção mesmo de projeto nacional deixou de ter a importância que havia tido no passado. Nos anos 80, porque essa década se transforma em um enorme campo de disputa no qual o declínio do nacional-desenvolvimentismo não é imediatamente sucedido pelo ascenso do projeto neoliberal – que em outros países já tinha a importância e exercia um pouco de atração sobre nossas elites –, mas sobretudo porque naquele momento tivemos uma extraordinária emergência da sociedade civil. Tivemos, pela primeira vez, talvez, uma década concretamente de grandes mobilizações da sociedade e, sobretudo, a presença das classes subalternas de forma massiva, muito mais do que no começo dos anos 60, que impediram, em grande medida, que o modelo neoliberal fosse implantado com a rapidez que muitos desejavam e pensavam ser possível fazê-lo.

No entanto, é interessante que, se nos debruçarmos sobre os debates daquele momento, veremos que há uma espécie de desconstrução da grande e clássica discussão que se havia travado no Brasil nas décadas precendentes a despeito de circunstâncias históricas mais difíceis. Por quê? Porque há a relevância de duas questões que, no passado, não haviam tido a importância necessária, eu diria, a questão social, por um lado, e a questão democrática por outro lado na medida em que os temas sociais, os temas da desigualdade e da concentração de renda ganham uma importância no final dos 70 e dos 80 que nunca haviam tido no debate político brasileiro anteriormente e também as questões democráticas. É compreensível que,

depois de 20 anos de ditadura militar, evidentemente as questões democráticas tenham passado a ocupar um lugar importante.

No entanto, naquele momento e, sobretudo, do ponto de vista das forças de esquerda – falo em forças de esquerda **lato sensu** –, houve uma enorme subestimação daquilo que poderíamos chamar de questão nacional, dos temas nacionais. Isso nos impediu, concretamente, de construir uma resposta alternativa a um neoliberalismo vicejante e ascendente e que se beneficiava sobretudo de um contexto internacional desfavorável ao pensamento de esquerda de uma maneira geral, exemplificado pelas mudanças ocorridas na Europa central e, em particular, com o fim da União Soviética, ainda que essa esquerda não tivesse vinculação tão grande com aqueles modelos que lá entravam em crise.

Nesse momento, ficamos enormemente desguarnecidos por esse tipo de discussão, de tal maneira que, nos anos 90, quando efetivamente a proposta neoliberal ganhou força no Brasil, num primeiro momento, com o atabalhoado Governo Collor e depois, de forma mais consiste e sistemática, no Governo Fernando Henrique, a postura daqueles que se opunham, daqueles que podemos chamar **lato sensu** de esquerda desenvolvimentista, foi uma postura eminentemente defensiva e que, muitas vezes, impedia-nos de construir uma resposta mais consistente, ainda que eu acredite que avanços importantes tenham sido feitos nessa direção.

Vejo como de grande importância hoje discussões como essa que estamos travando aqui e outras que estão sendo feitas no Brasil porque elas nos permitem, em primeiro lugar, retomar uma herança intelectual e política de enorme importância – aquela que nos legou Celso Furtado e tantos outros – e, em segundo lugar, que nos permite projetar num mundo completamente diferente daquele que tivemos no passado quais são os verdadeiros problemas que temos pela frente para enfrentar o projeto nacional de desenvolvimento.

O projeto nacional de desenvolvimento, em primeiro lugar, tem de se afirmar como uma necessidade. Lembremos que, há pouco tempo, isso era considerado uma impertinência intelectual, um arcaísmo político, não só o projeto em si, mas inclusive elementos constituintes desse projeto, como políticas industriais, políticas agrárias. Um eminente economista dizia que a melhor política industrial era a ausência de política industrial. Imagino que o Brasil não deva ter sido original nisso. Provavelmente, em todos os países da América Latina, houve energúmenos da mesma estatura que defenderam posições semelhantes.

Diante disso, essa discussão é efetivamente de relevância. Creio que devemos fazê-la com os olhos postos no passado e no futuro, entendendo que as dificuldades que configuram justamente esse debruçar-se criticamente no passado e essa projeção sobre o futuro configuram período de transição pelo qual estamos passando.

Examinando criticamente essa herança do período anterior e analisando os desafios que temos pela frente, parece-me que estamos diante de, pelo menos, seis grandes questões que devem ser pensadas para definirmos o que seriam elementos para um projeto nacional de desenvolvimento. Em primeiro lugar, penso que, depois de 25 anos de estagnação, de crescimento medíocre da economia brasileira – estagnação ou crescimento medíocre da economia brasileira –, nós estamos confrontados com o desafio de abrirmos um ciclo de crescimento acelerado, e crescimento acelerado e qualificado. Qualificado no sentido de que muitas intervenções aqui expressaram, isto é, que nós devemos assumir concretamente as mudanças tecnológicas pelas quais o mundo passou e que são fundamentais para que nós venhamos efetivamente colocar as nossas economias em condição não só de competitividade internacional, mas de dar respostas aos desafios que nós temos aqui mesmo. Crescimento acelerado porque, depois deste período de estagnação e de crescimento medíocre, criou-se uma defasagem seja do ponto de vista da estrutura do sistema produtivo, mas principalmente da sociedade, das desigualdades, do aprofundamento das desigualdades, que nós não temos condições efetivamente de pensar em soluções mitigadas, mesmo que essas soluções possam ser escalonadas num período de uma ou duas décadas. Pode se entender que, num primeiro momento, por razões justamente próprias de um período de transição, esse crescimento tenha um ritmo mais controlado, tenha um ritmo mais moderado, mas ele deve apontar fundamentalmente para um processo de aceleração.

Em segundo lugar, penso que esse crescimento deve ter um sinal distinto daquele que teve no passado. Isso está muito ligado a um tema que apareceu aqui em várias intervenções, sobretudo nas intervenções dos meus companheiros mexicanos e argentinos, que é a valorização do mercado interno. A valorização do mercado interno significa concretamente uma política de distribuição de renda, que é uma política de distribuição de renda que não é simplesmente função do crescimento, mas que é causa do crescimento. Isto é, nós pensamos que há que inverter aquela metáfora que tanta popularidade teve no Brasil – popularidade não seria um bom termo –, isto é, que "o bolo primeiro precisaria crescer para distribuir depois", nós temos certeza hoje de que um novo modelo de desenvolvi-

mento implica, como um dos fatores de crescimento do bolo, a sua distribuição prévia, se é que essa inversão me é permitida fazer.

Em terceiro lugar, estou convencido também de que nós necessitaremos – e isso olhando para o passado –, de que esse crescimento não seja episódico, que ele não seja um crescimento de curta duração e que venha posteriormente ser comprometido por desequilíbrios de natureza macroeconômica, como foi em vários momentos do período nacional-desenvolvimentista, portanto a estabilidade fiscal, o equilíbrio macroeconômico, sem dúvida nenhuma, é um elemento, um componente importante, e não acredito que nós devamos deixar essa bandeira para a direita conservadora; nós devemos reivindicá-la ainda que saibamos que é extremamente complexo administrar esses três primeiros fatores.

O quarto elemento, que eu não tanto abordei na análise do nacional-desenvolvimentismo mas que sobre ele se poderia dizer muito também, é a necessidade da redução da vulnerabilidade externa da economia. Quer dizer, isso não significa evidentemente que vamos ingressar na tentação, na sedução autárquica, mas significa completamente que nós, num mundo globalizado, num mundo onde os componentes de interdependência são muito fortes, nós devemos evidentemente ter presente a necessidade de sermos mais donos da nossa capacidade de decisão.

O quinto elemento, que me parece essencial e que também contrasta com nossos anteriores projetos nacionais de desenvolvimento é que toda essa mudança na economia deve se dar num marco não só de preservação, mas de expansão e de aprofundamento da democracia. Isso significa nós enfrentarmos algumas questões que, a meu juízo, são de fundamental importância para o nosso país. Nós temos, pelo menos, duas grandes agendas democráticas a cumprir, além daquela dos direitos humanos, do aprofundamento da cidadania e dos direitos humanos, mas eu diria que as duas grandes agendas são, de um lado, reformas institucionais que ainda não foram feitas. Nós muitas vezes acreditamos que o simples fato de termos saído de um regime ditatorial em 1985 significou a conquista da democracia do ponto de vista institucional, não é verdade. Os recentes acontecimentos do País nos mostram, por exemplo, no âmbito da reforma política institucional quanto há que ser percorrido. As questões atinentes à reforma do Estado também são de enorme importância, mas eu diria que há um outro aspecto da agenda democrática, que é justamente da expansão e constituição de um espaço público no País. Nós lutamos e aprendemos muitas vezes com grande dificuldade o que significava um estado de direito. Muitas vezes, a Esquerda tinha um certo desprezo pela noção de estado de direito, porque considerava que era uma noção da democracia burguesa. Aprendemos que não era assim, que um estado de direito é importante, mas nós queremos também um estado de direitos, porque o estado de direito aprisionado na concepção liberal clássica é um estado paralisado, é um estado no qual as instituições não podem ser alteradas pelo acionar da sociedade e pelas manifestações da representação da sociedade no próprio aparelho de Estado.

Eu diria que esse tema democrático é um tema de enorme importância. Evidentemente, ele introduz uma complexidade muito maior na gestão da economia, mas eu diria que ele é um elemento imprescindível.

Finalmente – talvez essa tenha sido uma descoberta mais recente, mas que me parece de grande importância – não podemos mais pensar, a meu juízo, num projeto nacional de desenvolvimento, sem pensar no nosso entorno continental. Isso é, o Projeto Nacional de Desenvolvimento é um projeto que tem que dar um espaço extraordinário para a integração nacional. Aí, eu diria que, na conjuntura em que estamos vivendo, esse tema ganha uma importância muito grande. Por quê? Porque a integração, entre outras coisas, ganhou uma complexidade, uma sofisticação muito maior. Até bem pouco tempo, a integração para nós parecia quase que resumir-se ao projeto do Mercosul. O projeto do Mercosul é um projeto de grande importância, é um projeto que, a despeito das suas vicissitudes tem avançado. Ele é um projeto que esteve centrado, durante um bom momento, na questão comercial, mas, por centrar-se exclusivamente na questão comercial, ele não dá conta das novas questões que estão colocadas na ordem do dia. Quais são essas questões? Nós precisamos de mais do que uma integração comercial, precisamos ter uma integração de natureza econômica mais profunda, que nos permita articular cadeias produtivas, que nos permita criar um ambiente de respeito das assimetrias das economias, não podemos querer reproduzir na América do Sul aquilo que criticamos que outros querem fazer conosco em escala global. Nós temos que pensar necessariamente numa integração de natureza social, construir instituições políticas, que permitam o debate e a regulação desses processos de integração econômica e, evidentemente, uma compatibilidade maior de políticas culturais, de políticas científico-tecnológicas.

Daí por que, diante dessa complexa realidade e das dificuldades que nós temos de estruturar uma política comercial comum na região – pensemos que nessa região temos quatro sistemas comerciais distintos: o Mercosul, a Comunidade Andina, os países do Caribe e o Chile – é difícil imaginar que nós, num

espaço curto, teríamos a possibilidade de homogeneizar esses quatro regimes de produção.

No entanto, nós sim podemos homogeneizar outros aspectos que talvez até sejam muito mais importantes do que aqueles comerciais propriamente ditos. Eu penso que, entre outras questões, nós estamos hoje em dia colocados com grandes desafios no que diz respeito à nossa integração da economia, eu mencionava aqui as questões de integração produtiva, mas também, e sobretudo, nas resoluções de alguns problemas que nos atingem hoje globalmente, para os quais dificilmente nós teremos soluções nacionais, como são os problemas de infra-estrutura viária e como são, sobretudo, os problemas de infra-estrutura energética. Muito temos dito – com uma certa freqüência, para usarmos uma boa analogia – que a infra-estrutura viária e a infra-estrutura energética poderão representar para a construção de uma América do Sul unificada hoje o mesmo papel que o carvão e o aço tiveram na construção do mercado comum europeu, que depois viria a ser a comunidade e hoje é União Européia. E eu diria que nesse processo de integração, sobretudo no que diz respeito ao Mercosul, há sem dúvida nenhuma um traço de grande importância que é a nossa aliança estratégica com a Argentina. Por quê? Porque a Argentina é um grande país, é um país que tem uma estrutura produtiva semelhante à nossa, que foi fortemente abalada, não só pelo período liberal mais clássico do Martinez de Hoz, mas depois pelo período neoliberal e que no entanto manteve de qualquer maneira uma capacidade de resistência não só social e política, extraordinária a forma pela qual a Argentina se reconstruiu depois desta enorme crise que passou, mas porque dispõe de um potencial produtivo extraordinariamente importante.

Então, a idéia de uma Argentina diferenciada, inferiorizada em relação ao Brasil, é uma idéia péssima. Temos sempre insistido nisso, não tem nenhum interesse que uma fábrica feche em Córdoba e se desloque para o Brasil. Pelo contrário, o melhor trunfo para a economia brasileira é uma Argentina fortemente industrializada. Outros países da região, por uma série de razões, não têm esse tipo de aspiração, não têm esse tipo de pretensão. A Argentina tem e pode tê-la, e convém ao Brasil efetivamente que a Argentina seja um país fortemente industrializado e que dessa associação, ademais da associação que pudemos fazer com outros países da região, decorra não só uma melhoria extraordinária das condições de vida para as nossas sociedades nacionais, por isso que projeto regional e projeto nacional se articulam, mas sobretudo que isso nos permita uma inserção internacional maior, mais competitiva, mais soberana e portanto que venhamos a reforçar este aspecto de soberania que é inseparável de todo projeto nacional de desenvolvimento.

Então, são sei até que ponto se pode fazer uma extrapolação do pensamento de Celso Furtado na direção em que eu procurei conduzir essas breves e precárias observações sobre o que me parecem ser hoje elementos importantes para um projeto nacional de desenvolvimento, mas estou consciente e tranqüilo de que não devo ter usurpado o seu pensamento. Por quê? Porque o Celso sempre foi um homem debruçado sobre esses paradoxos do desenvolvimento. Ele não os refugou. Como se combina crescimento com distribuição de renda, como isso se dá num marco de equilíbrio fiscal e, sobretudo, foi alguém que teve um olhar extremamente atento para a América Latina. Ele escreveu sobre a América Latina inúmeras obras, não só porque tinha pelo tema um interesse intelectual. Tinha interesse intelectual e capacidade de dar consistência a sua reflexão, mas ele também o fez porque era um homem de pensamento e de ação. E por isso é muito justa esta homenagem que fazemos a um intelectual exemplar e, sem dúvida nenhuma, um intelectual que vai iluminar a nossa reflexão e oxalá a nossa ação no futuro do nosso País e da nossa região.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Aloizio Mercadante. PT – SP) – Eu queria agradecer a sempre competente consistente e elaborada intervenção de Marco Aurélio Garcia, que está hoje à frente sobretudo da política externa da contribuição junto aos quadros do Itamaraty que são extremamente preparados e competentes da diplomacia brasileira, e o Marco tem ajudado em especial o impulso à integração regional. Nesses projetos de integração de infra-estrutura, de busca de acordos comerciais, de fortalecimento e ampliação do Mercosul, na estratégia de articulação de todas essas forças, com resultado bastante consistente que tivemos ao longo desse novo governo. E como ele já fez uma colocação mais conceitual, não me vou enveredar por esse caminho, mas na minha intervenção vou me recolocar na condição que tenho de líder do governo. E, como dizia o Churchill, o líder deve defender o governo nos momentos bons, mas sobretudo nos momentos difíceis. Sem isso, não se deve propor a ser líder do Governo.

Como tenho a honra e o orgulho de servir a este Governo, quero apresentar, com base na intervenção que fiz ontem sobre a contribuição inesgotável de Celso Furtado, algumas questões sobre o Projeto Nacional de Desenvolvimento, ancorando a minha intervenção na evolução dos principais indicadores econômicos e sociais existentes hoje no País que estão sempre disponíveis na minha página na Internet: *www.mercadan-*

te.com.br. Eu atualizo esses dados quase quinzenalmente. Portanto, qualquer um que quiser, em qualquer momento, analisar os indicadores da economia e os indicadores sociais, sempre com fontes oficiais, pode ter acesso ao *site*. Como há um volume muito grande de informações, vou sistematizar pelo menos alguns resultados que me parecem muito expressivos e que deveriam ser analisados.

Inicio a discussão do Projeto Nacional de Desenvolvimento, com base no pensamento de Celso Furtado, segundo alguns eixos centrais.

A primeira diretriz está evidenciada na seguinte frase de Celso Furtado: "O subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo e não uma etapa pela qual têm necessariamente passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento." Portanto, ao analisar a questão do subdesenvolvimento como um processo histórico autônomo, ele destaca que o padrão de financiamento, que a dependência histórica do financiamento externo é uma das razões mais decisivas dessa condição. A partir daí, a superação da vulnerabilidade externa era e continua sendo um dos maiores desafios daqueles que têm o compromisso de buscar construir um projeto de desenvolvimento que promova uma inserção soberana da Nação, para que ela recupere seu destino, como também diz Celso Furtado, e tenha uma dinâmica endógena de desenvolvimento.

A segunda diretriz fundamental do pensamento de Celso Furtado é que a heterogeneidade estrutural é uma expressão e uma determinação do subdesenvolvimento no Brasil. Portanto, a heterogeneidade social é resultado e determinante dessa condição de subdesenvolvimento. Ele destaca essa situação em muitas intervenções, sobretudo quando diz: "Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar o melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhora das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento". Depois ele continua: "Somente uma sociedade apoiada numa economia desenvolvida com elevado grau de homogeneidade social pode confiar na racionalidade dos mercados para orientar seus investimentos estratégicos." Sendo assim, os investimentos estratégicos não podem ser feitos na racionalidade ou apenas na lógica de mercado, sem que se alcancem um grau de desenvolvimento e homogeneidade social. Portanto, homogeneidade social é outra dimensão e, junto dela, há a reconstrução da capacidade de investimento e regulação do Estado nacional, que é uma terceira diretriz decisiva.

A quarta diretriz que destaco se refere à mobilização da capacidade coletiva de organização e participação da sociedade.

Além disso, quero apresentar alguns indicadores como balanço do que tem sido possível fazer e identificar os maiores desafios que temos pela frente, em razão de uma estratégia construída para um Governo que assumiu a Nação e o poder numa correlação de força extremamente difícil, do ponto de vista político, em especial no Parlamento, onde somos minoria, e com uma margem de manobra para política de alianças relativamente pequena. Em 60 anos, apenas três governos eleitos democraticamente concluíram seu mandato no País. Em regime presidencialista, com 39 Partidos legais e com 19 Partidos com representação no Parlamento, em geral, tem havido muita dificuldade. Não há outro caso semelhante. Não existe uma bipolaridade estratégica entre dois grandes Partidos, o que mostra certa instabilidade política. No nosso caso, a situação agravou-se por uma severa restrição cambial. Estávamos no Fundo Monetário Internacional, chegando ao limite dos fundos que tinham direito a financiamento naquele quadro de crise cambial. As reservas cambiais são extremamente escassas – em torno de US$14 bilhões. Houve um cronograma de pagamento muito pesado no primeiro ano de Governo e uma taxa de câmbio totalmente desestabilizada, chegando a R$4,00 o dólar. Portanto, o primeiro desafio do Governo era reduzir a vulnerabilidade externa, era superar essa restrição, sem o que não recuperaríamos a liberdade na política econômica.

Qual foi o resultado desse período?

(Interrupção na gravação.)

...em termos de crescimento do comércio internacional. Mas, de outro, uma relação de preços relativos não tão favorável como em 94 e 98. Na pauta de exportações, tivemos um grande êxito.

Esse resultado comercial nos permitiu sair de um déficit de transações correntes que vínhamos acumulando desde 94. Chegamos em 98 a um déficit anual de 33,4 bilhões de dólares de déficit de transações correntes e geramos um superávit de transações correntes, nesses três anos. Não é necessariamente uma meta de médio e longo prazo, mas, no quadro de crise cambial, foi muito importante o superávit de transações correntes na perspectiva de reverter a vulnerabilidade estrutural e reduzimos substancialmente a necessidade de financiamento externo da economia brasileira. E mais: fizemos esse superávit pagando antecipadamente o Fundo Monetário Internacional – 5,5 bilhões de dólares – inclusive deixando de necessitar mais do aporte de recursos e, portanto, retiramos o Brasil

da condição em que nos encontrávamos, em relação ao Fundo.

(Procede-se à exibição de transparências.)

Apresento aqui o crescimento médio das exportações. Em 2004, tivemos um crescimento de 33,1% e, em 2005, de 33%. Em valores, 22%, em 2004, e 20% de crescimento, em 2005, além de um índice de preços que ajudou a manter essas exportações, dado que há uma queda do quanto em relação a 2004 e 2005, especialmente na agricultura, em que tivemos uma supersafra internacional, no caso do arroz, e nacional, no caso da soja, do milho e do açúcar, que prejudicou bastante o nosso saldo comercial do agronegócio.

Um outro elemento importante é que estamos melhorando a qualidade das nossas exportações, aumentando o valor agregado na pauta de exportações. Estamos com 54,9% de produtos manufaturados e essa melhora da qualidade das exportações é decorrente de uma mudança de eixo na nossa política externa. Modificamos a política externa, diversificamos o nosso comércio, olhamos mais para o sul e neste horizonte é que ampliamos mais expressivamente as importações e melhoramos a qualidade das exportações.

Aqui está uma diversificação bastante grande das exportações. Os Estados Unidos continuam sendo o nosso parceiro comercial, mas com participação bem menor a que tínhamos até então, que chegou a ser 25% e hoje está em 19,2%. A União Européia continua sendo um parceiro muito importante, mas também com uma participação relativa menor. Em contrapartida, a LAD vai para 21,5% e diversificamos para vários países importantes: África do Sul, Canadá, Coréia do Sul, Rússia, Japão, Oriente Médio e China, que é um parceiro crescente e que chegou a ser o terceiro parceiro comercial, depois dos Estados Unidos e Argentina, mostrando que essa diversificação de comércio trouxe um resultado muito positivo, do ponto de vista de relação comercial, especialmente no âmbito da América do Sul. Entretanto, o olhar para a África, para a Ásia e para o G-22 criou um dinamismo comercial e novas possibilidades estratégicas para o comércio exterior do Brasil.

O próximo quadro mostra as taxas de produtos manufaturados, uma evolução de valor e quantum. Em relação, temos, apesar de uma queda em relação ao volume, a participação dos Estados Unidos caindo e também o crescimento da participação da LAD, o que mostra a mudança do eixo de comércio exterior que patrocinamos.

Tivemos também uma evolução das importações que é bastante significativo, bem abaixo das exportações. É só verificar o saldo comercial, que, neste ano, vai para US$42 bilhões, mas o crescimento também importante na pauta de bens de capital, o que demonstra que 20,8% das nossas importações são bens de capital e 51,8%, bens intermediários. Quer dizer, combustível, 16, o que mostra que é uma pauta que ajuda a entender e a patrocinar uma modernização da estrutura produtiva e esse ritmo de crescimento.

Nós temos aí a evolução do comércio exterior. Quer dizer, nós estamos ampliando o grau de abertura comercial do Brasil, o que confere mais estabilidade ao crescimento a longo prazo e teve um papel muito importante nessa redução da nossa vulnerabilidade externa.

Aqui há um balanço dos períodos. Só para ter uma idéia, as exportações, no período de 1995 a 1998, cresciam ao ritmo de 4,1% ao ano; de 1999 a 2002, 4,2%; durante o Governo Lula, 26,5% nos dois primeiros anos e 22,1% no ano de 2005. E as importações, 14,9% menos 4,8%, 16,5% e 18%. Ou seja, nós estamos com um elevadíssimo saldo comercial, mas com um patamar de importações bastante elevado em relação ao período anterior. O que alavancamos mesmo foi fundamentalmente as exportações.

Ainda estamos com problema de preços relativos desfavoráveis do ponto de vista do balanço comercial, especialmente no agronegócio, neste ano.

Isto aqui são investimentos externos diretos. Neste ano, o patamar deve chegar a cerca de US$18 bilhões, inferior ao que nós tínhamos em 1998, 1999, 2000, mas mais de um terço desse investimento externo direto eram as privatizações e um terço era desnacionalização da economia. Esse investimento externo direto é basicamente a ampliação de capacidade produtiva. Ainda algumas fusões. Nós não tivemos nenhuma privatização durante o novo Governo. Então, é um investimento direto que traz mais qualidade, especialmente porque esse investimento direto se deu, sobretudo, no setor de serviços. Portanto, gera um passivo externo dolarizado, sem a contrapartida da geração de divisas e cria um desequilíbrio estrutural do ponto de vista do balanço de pagamento e da dinâmica e, sobretudo, da organização das finanças públicas. Então, cai o volume, mas melhora a qualidade do investimento direto externo. Mas, se somarmos esse investimento direto externo com o superávit comercial, vamos constatar que estamos tendo uma entrada líquida de recursos por esses dois mecanismos da ordem US$ 5 bilhões/mês. E esse é um fator que vai impactar, evidentemente, a taxa de câmbio e vai permitir recomposição das reservas cambiais do Brasil.

Aqui temos as transferências líquidas de recursos para o exterior, que crescem nesse período, principalmente remessa de lucro, pagamento de juros, pré-pagamento de dívidas. O setor privado todo refinancia

sua dívida e há melhora no perfil do endividamento, mas há uma transferência líquida superior à que anteriormente.

Estão aí as transferências líquidas de recursos, investimento direto e as financeiras.

Eu não vou estender-me demais, porque são muitas informações. Quero ater-me aos movimentos mais importantes.

Aqui há um elemento também muito importante, um indicador de vulnerabilidade externa, a relação dívida líquida/PIB. Quando nós entramos no Governo, era 40,4% o peso da dívida externa em relação ao PIB e hoje está em torno de 17,9%. Então, nós estamos reduzindo o peso da dívida. Quer dizer, a dívida cai, inclusive em valores absolutos, reduzindo, portanto, a vulnerabilidade externa nesse importante indicador.

Está aí a relação dívida externa líquida/exportações. Era quase 396,7% o peso da dívida na relação com as exportações. Caiu para 110%. Nós reduzimos em mais de um terço o peso da dívida com relação às exportações, que é a abertura comercial. E as exportações brasileiras, que, em 2002, eram US$ 60 bilhões, hoje estão chegando a quase US$120 bilhões. Nós dobramos o volume de exportações nestes três anos, praticamente dobramos o volume de exportações do Brasil, o que foi decisivo para o saldo comercial e para a redução da vulnerabilidade externa.

Está aí a recomposição das reservas cambiais. Nós tínhamos reservas líquidas de 14 bilhões, estamos com cerca de 44 bilhões e as reservas brutas cresceram para quase US$ 60 bilhões e o mais importante é que pré-pagamos dívidas e melhoramos o perfil do setor privado e tiramos o País do Fundo Monetário Internacional.

Temos um problema que é a apreciação do câmbio. De um lado, há exatamente esse fluxo de recursos que estão entrando pelo comercial e pelo investimento direto e externo, mas é também decorrência da política monetária, de um *spread* bancário extremamente elevado que acaba aprofundando esse movimento e que, evidentemente, temos que analisar e estar muito atentos às implicações que a apreciação cambial possam ter.

Se de um lado a vida deflacionar a economia rapidamente. De outro, evidentemente, interfere no nível de atividades e no desempenho do balanço comercial.

Este aqui é o índice de rentabilidade das exportações. Quer dizer, as exportações continuam muito altas, mas com a apreciação do câmbio diminui a margem do setor exportador e essa é uma preocupação importante. Quando a gente olha a médio e longo prazo o desempenho do setor exportador que foi muito importante na recuperação do crescimento econômico nesse período.

A lucratividade efetiva do setor exportador. A rentabilidade das exportações e o *quantum* exportado. Esse é um indicador de que precisamos muito atenção em relação a câmbio e balança comercial.

O risco país continua caindo. Está abaixo de trezentos e cinqüenta pontos. Melhorou muito as condições, as grandes empresas se financiaram internacionalmente com o custo de capital bastante menor do que havia no passado ajudando a financiar projetos estruturantes.

Aqui são dados globais em que não vou adentrar. Pode continuar.

Queria entrar agora no segundo ponto que me parece muito importante. É inegável que houve uma mudança na política externa, na política de comércio exterior, em um cenário favorável do comércio externo internacional e uma melhora muito significativa em termos de recomposição do saldo comercial e as mais otimistas previsões jamais projetaram um cenário como esse e a recomposição de reservas melhora na relação de dívida PIB, portanto em uma redução da nossa vulnerabilidade externa. E, com toda a turbulência política que o País tem atravessado nesses duzentos dias, temos este lastro, esta âncora foi fundamental para inibir movimentos especulativos e ataques especulativos como o Brasil sofria recorrentemente ao longo dos últimos anos.

As contas públicas.

Conseguimos, a partir de 2002, uma importante redução na dívida mobiliária federal que é a dívida em poder do público. No Governo anterior, a dívida pública mobiliária federal saiu de 16,8% do PIB para 52,8% do PIB no período em que foram privatizados setenta e seis bilhões de dólares e que a carga tributária aumentou de 26% do PIB para 35% do PIB. Não há nenhum precedente histórico na nossa trajetória do endividamento, sobretudo quando você está em um programa de privatizações desta intensidade e com um aumento dessa magnitude de carga tributária.

Fizemos um esforço fiscal muito pesado sem privatizar uma única empresa e praticamente mantendo a carga tributária em um patamar elevado, mas sem aumentar a carga tributária. De qualquer forma, a política monetária deste ano volta a pressionar a dívida mobiliária federal.

Houve uma melhora muito importante no perfil da dívida pública. Desdolarizamos a dívida. Esse índice vermelho aqui e vêm aumentando significativamente os juros pré-fixados. Então, há uma melhora no perfil da dívida também em relação a prazos.

Está aqui a dívida pública global que era 57,2% do PIB quando assumimos e está em 51,4% do PIB. Há um imenso esforço de desvalorização e de melhora no perfil da dívida e isso tem exigido um superávit primário elevado que é objeto permanente do debate no País. Temos feito superávits. A meta do governo é 4,25% mas, seguramente, será superior a essa meta deste ano.

Não há necessidade de financiamento do setor senão o déficit nominal aumenta. Este ano, em função da taxa de juros. Estão lá os juros nominais na linha vermelha. Está aqui o déficit nominal. Ele cai em função do superávit primário que aumenta. Chegamos, em outubro, com 6% de superávit primário que foi um negócio brutal do ponto de vista da gestão do Estado brasileiro e o sobrepeso da política monetária que continua presente nesse cenário imediato.

Está aqui a evolução da carga tributária, ela está estabilizada num patamar em torno de 35% e, este ano, com uma ligeira queda. É a previsão que nós temos.

A carga tributária federal nós assumimos com 16,3; 16,6; 17,1; 16,4. É um pouco a previsão de carga tributária. Nós fizemos uma importante desoneração tributária este ano, mais de uma iniciativa, a mais importante foi a medida provisória 255, são cerca de R$5 bilhões que estão sendo devolvidos, basicamente para investimentos em setores voltados à exportação, no chamado PC conectado, que é um computador de preço baixo, popular, para promover a inclusão digital, e na área da construção civil, onde foram feitas várias medidas importantes, como a desoneração da compra da casa própria e uma série de estímulos para alavancar a construção civil residencial.

Bom, isso aqui é um outro debate também, porque é a discussão sobre o gasto com pessoal. Nós não tivemos, no primeiro ano, aumento de gasto com pessoal, tivemos algum no segundo ano, mas sempre abaixo do que herdamos em 2002. Quer dizer, há recuperação salarial do funcionalismo, mas nós eliminamos a terceirização do serviço público. Foi aí que enxugamos o gasto e abrimos concursos para melhorar a qualidade dos servidores permanentes do Estado brasileiro.

Estão aí os dados agregados. Quando nós assumimos, a folha de pagamento era de 94,900 bilhões, estava em 92,500 bilhões no final do ano passado.

Gasto com pessoal. Não vou me aprofundar nisso. Já está dito.

Nível de atividades. Nós tivemos, com a crise cambial, inflacionária e a deterioração das finanças públicas que nós herdamos, um baixíssimo ritmo de crescimento em 2003, praticamente um quadro de estagnação; o melhor crescimento da década em 2004, 4,9% do PIB, e acho que em 2005 vamos ter agora, neste terceiro trimestre, desaceleração do crescimento econômico, com alguns indicadores de recuperação no último trimestre.

A receita tributária está crescendo neste último trimestre, e de uma forma importante. Por exemplo, nos últimos três meses... Se bem que aí tem também a unificação da Receita, a chamada Super-Receita. No caso da Previdência, um aumento de 15,5% da receita e, no caso da receita global, 12,5%, nominal. Então há indicadores de melhora no nível de arrecadação e alguns indicadores de energia que mostram uma certa recuperação no último trimestre.

Mas, seguramente, o terceiro trimestre vai trazer uma trajetória de desaceleração. Nós podemos ter uma taxa de crescimento inferior, mais próxima a 3 do que a 3,4.

Isso aí são detalhes. Informação bruta. Pode passar. Evolução dos setores. Nós não temos tempo para isso. Eu queria chamar a atenção para o seguinte. Nós tivemos, no ano passado, uma taxa de crescimento do setor de bens de capital de 19,7%. Especialmente na agricultura, a compra de máquinas, de equipamento, a modernização, o ganho de produtividade, com a seca e mais a queda de preços internacional, há uma queda importante do setor de bens de capital. Também há desaceleração do nível de atividades, o setor de bens de consumo duráveis mantém um ritmo importante ainda de crescimento, e o de bens de consumo não duráveis também, com 5,6, crescendo em relação ao ano passado, e aqui liderado pela expansão do emprego, salário real e massa de salários – que está puxando um pouco esse segmento de bens de consumo não duráveis –, inclusive com deflação na cesta básica, algo que nós tivemos durante 5 meses.

Está aí a variação.

A agricultura brasileira teve uma trajetória espetacular ao longo dessas décadas. De 90 para cá, tivemos um crescimento de 57 milhões de toneladas para 123 milhões de toneladas, em 2003. Este ano, uma pequena queda, que é um pouco a seca de um lado, que foi muito forte no Sul do País, que é uma área estratégica importante, e queda de preços de algumas *commodities* que são estratégicas, e uma descapitalização de alguns setores do campo. Mas, de qualquer forma, ela tende a ser, o Brasil ser um grande produtor exportador nesse segmento, ter um papel muito importante. São 17 milhões de empregos no agronegócios e um papel relevante na questão da pauta de exportações.

A produção de carne no Brasil também, bovino e frango, somos o maior produtor mundial de carne, e também estamos chegando a ser o primeiro de carne de frango, disputando sempre o primeiro e segundo lu-

gar. Produção de carne suína também vem crescendo de forma expressiva. Tivemos um foco de febre aftosa que vai prejudicar durante acho que três ou quatro meses, é uma coisa já superada. Foi o final da vacinação. Os bezerros que só tomaram uma vacina acabaram numa área endêmicos perto do Paraguai. Mas é uma coisa que está equacionada.

Tivemos uma melhora importante na taxa de desemprego aberto, e principalmente os dados do CAGED: no Governo anterior, oito anos, 750 mil empregos formais; nosso Governo, 3,6 milhões, em dois anos e dez meses. Acho que essa é uma das coisas mais relevantes do ponto de vista da melhora estrutural, quer dizer, do padrão de contratação no mercado de trabalho e da formalização do mercado de trabalho. Não só o crescimento, mas também a política do Ministério do Trabalho de combate à informalidade, que teve um papel importante nesse programa de geração de emprego. Temos agora uma lei geral da micro e pequena empresa, e tenho me batido muito para a regulamentação da chamada pré-empresa. Quer dizer, poderíamos aí formalizar de três milhões a cinco milhões de pequenos empreendedores que sequer recolhem a Previdência Social e que tem uma série de dificuldades para instituir suas empresas. E essa é uma questão que poderia ter um belíssimo impacto do ponto de vista da formalização desse pequeno empreendedor, com políticas especiais. Estamos também dobrando o piso da micro e da pequena empresa do ponto de vista do estímulo fiscal. Eram R$120 mil, a micro, e R$1,2 milhão, a pequena, que é o Simples, estamos expandindo agora para R$2,4 milhões, a partir do ano que vem, e R$240 mil. Então, é uma melhora fiscal importante nessa questão.

O rendimento médio, depois de muito tempo de queda, passamos a ter uma recuperação importante.

Está aí. O ano passado, 80% das categorias tiveram um reajuste acima da inflação; este ano, 89% das categorias estão tendo reajuste acima da inflação. Por exemplo, o salário mínimo foi reajustado em 15%, a inflação acumulada está 5,3%. Então, aumenta o poder de compra especialmente da população de baixa renda e uma melhora importante na formalização do mercado de trabalho, no nível de emprego, com repercussão no nível de salário real e do poder de compra.

Crédito.

Essa foi outra linha que atuamos muito fortemente, na linha de buscar, dado que temos uma taxa básica de juros muito elevada, que é um problema macroeconômico, que é a taxa Selic, trabalhar na redução do *spread* bancário, especialmente para a população de baixa renda. Foi um programa de muito êxito, ampliamos em mais de R$ 22 bilhões o crédito consignado em folha com taxas de juros bastante modestas em relação às praticadas anteriormente.

O crédito direcionado aqui embaixo e o crédito livre em cima.

Os desembolsos do BNDES para a indústria estão crescendo, que é um indicador importante, ontem já se falou nisso, não preciso mais mencionar.

Está aqui a emissão de debêntures, também crescendo exponencialmente, melhorando a capacidade de capital de giro.

Está aqui o crédito para financiamentos habitacionais, também uma melhora de padrão.

Preços.

A parte do crédito consignado, o crédito de micro e pequenas empresas eu coloquei nos indicadores sociais e depois que posso, se houver tempo, chegar lá.

A inflação.

Herdamos 12,5% de inflação, e o IGPDM, que é índice duro que tem um impacto do câmbio muito grande, projetava uma inflação de 67% e o IPCA, 27,5%. Fizemos um imenso esforço de deflação nesses dois anos e 10 meses. Do meu ponto de vista, num ritmo muito forte e num prazo muito curto e isso é um dos fatores que sobrecarrega a política monetária e a política fiscal.

Sobre isso há uma discussão importante do ritmo e do tempo em que se deve promover a deflação, porque o principal efeito da política monetária, do ponto de vista da deflação numa economia como a nossa, é a política cambial, esse é o fator mais importante. Aí existe uma prestação cambial que acaba repercutindo na balança de pagamento, que acaba repercutindo no nível de atividade. Então essa gestão da política monetária e fiscal é uma das questões que acho que está diretamente relacionada hoje ao nível de atividade.

Só quero registrar – como está nos jornais de hoje, só porque estava sentado ao lado da minha mestra, e ela falou do sistema de metas e também da responsabilidade fiscal e do superátiv primário – que defendo o regime de metas para a imprensa, sempre defendi o regime de metas, acho que ele dá mais previsibilidade à política monetária. Agora, termos de discutir como é que deve ser esse sistema de metas de inflação, qual é a meta da inflação, como gerir a política monetária em função do regime de metas.

Acho que é um instrumento, hoje, que dá mais previsibilidade à política monetária e há vários modelos, mais duros, mais abertos. O Brasil escolheu o sistema mais avançado em termos de transparência. O Banco Central tem uma fórmula, tem ata, tem indicadores, é transparência absoluta. De outro lado, as metas foram bastante ambiciosas ao longo desse período recente.

Então é uma discussão de manejo do sistema de metas, como há um debate sobre qual o tamanho do superávit primário, como há uma discussão, portanto importante, em relação à gestão dos instrumentos de política monetária, mas vejo que são instrumentos necessários na fase que estamos atravessando no Brasil.

Este gráfico demonstra o regime de metas desde quando foi instalado, em 1999, até hoje. Este aqui é o sistema de bandas. Temos um sistema de escape no centro da meta. Tivemos o seguinte quadro de inflação – está lá no canto: no primeiro ano, dentro do sistema de bandas, assim como no segundo ano; no terceiro ano, já está fora; no quarto ano, totalmente fora, que é a inflação de 2002. O nosso Governo teve de rever o sistema de metas em 2003, chegou muito próximo; em 2004, ficou dentro da banda, 7,6%; e, neste ano, seguramente, em torno de 5,3%.

Tivemos aqui um debate muito duro, em que fui protagonista. Eu era contra a fixação da meta de inflação em 4,5%. Eu defendia 5,5%. Eu achava que isso ia pressionar muito a política monetária. Vamos fechar o ano com inflação de 5,5%. O Banco Central teve que, posteriormente, rever a sua meta, mas isso já tinha sobrecarregado em demasia a política monetária, desnecessariamente. Esse índice de 5,5% significa a terceira menor inflação na história do Brasil do pós-guerra. Portanto, não é qualquer coisa. O ritmo de deflação tem de ser compatível com o nível de atividade, que é objetivo estratégico num país como o nosso, para gerar emprego e produzir riqueza. Isso não significa que não devamos ter esforço em termos de deflação ou que tenhamos de aceitar um nível de inflação que possa, em qualquer choque externo, voltar ao quadro, ainda mais num país com a cultura de inflação e com a inércia de inflação que tivemos.

O esforço de deflação é muito grande. O Chile fez um processo – e o Álvaro conhece bem isto – de deflação que demorou oito anos para chegar aos níveis que estamos atingindo, com sistema de metas. Na experiência inglesa, é a mesma coisa, assim como em outras experiências internacionais. No Brasil, estamos fazendo um ritmo de deflação muito forte, bem-sucedido do ponto de vista da inflação, mas com algumas implicações do ponto de vista do balanço de pagamentos e, sobretudo, do nível de atividade.

Está aí o resultado da inflação: IGP-M de 1,5%, a segunda menor taxa da história. O IPCA, o IGPDI e todos os indicadores fundamentais mostram um êxito do ponto de vista do processo de deflação. E era também um grande desafio da nossa discussão da transição: reduzir a vulnerabilidade externa, estabilizar a economia, que entrava num quadro de retomada da inflação e da instabilidade, e recompor a capacidade financeira e de gestão das finanças públicas para recuperar a capacidade de investimento. Esse terceiro desafio - e também a capacidade de regulação – é o mais difícil. Os problemas da política monetária, da taxa de juros e da dívida pública que herdamos – não só o volume da dívida, como o perfil da dívida – geram uma exigência de esforço econômico, social e político muito grande para desendividar o Estado brasileiro.

Este é o debate que temos tido dentro do Governo e na sociedade: como manter uma trajetória da relação dívida/PIB compatível com o nível de investimentos em termos de infra-estrutura que permita o crescimento econômico moderado, que é o que podemos ter neste momento. O desendividamento do Estado é condição fundamental para uma queda mais significativa da taxa de juros e da carga tributária. A taxa de juros entra em uma trajetória de queda com esse nível de inflação ainda em um ritmo que a sociedade esperava melhor. Mas o Líder do Governo não comenta. Esta aí a taxa de juros.

A isso não vou me ater, mas eu basicamente queria demonstrar o seguinte: parte desse resultado em termos de retomada de crescimento, melhora nas contas externas, melhora das finanças públicas, melhora no padrão de financiamento, de redução custo para população de baixa renda e nas políticas sociais – depois eu quero apresentar um resumo muito breve – deve-se a um esforço legislativo muito grande, e em uma correlação de forças muito difícil para você poder impulsionar reformas que são fundamentais e institucionais.

Nós temos uma reforma tributária que nós apresentamos na primeira semana do Governo. O Senado já votou o segundo turno e a Câmara não aprova a reforma tributária, que é fundamental para simplificar e avançar na direção do Imposto Sobre Valor Adicionado a médio prazo, simplificação tributária, desburocratização.

Naquela reforma tributária, tem a constituição do Fundo de Desenvolvimento Regional e tem a regionalização dos investimentos, que era o debate de ontem aqui. E ouvi discurso da Oposição dizendo que se não obstruísse a votação poderíamos ter concluído a reforma tributária e teríamos um instrumento novo que é o desenvolvimento regional e a regionalização do orçamento federal. Há o mecanismo de aumentar o repasse dos recursos para Estados e Municípios; existe uma desoneração da cesta básica, medicamentos e energia de baixa renda. Então, existem alguns elementos que são fundamentais para aprimorar a gestão das finanças públicas.

Temos a reforma do Judiciário, que estava há 14 anos no Congresso e da qual concluímos a primeira etapa constitucional. Mas há toda uma legislação infraconstitucional, porque é fundamental agilizar, sobretudo, a questão dos conflitos entre cidadãos e empresas que oneram muito os investimentos e dão insegurança jurídica.

Temos a conclusão da reforma previdenciária, que nós tivemos um pequeno momento. E o principal esforço hoje deste Governo para diminuir o déficit da Previdência, que é o tema central das finanças públicas, do ponto de vista do fluxo, é a integração das receitas. A cultura da Receita Federal, a eficiência da Receita Federal é muito superior à receita da Previdência Social. No Brasil são duas estruturas, e nós queremos criar uma única estrutura, com um único procedimento, cruzando informações com um único sistema informatizado, e a Oposição derrubou essa possibilidade no Senado Federal.

Estamos lutando e vamos reapresentar o projeto agora e reabrir esse debate, porque só nos três meses em que integramos a Receita na Previdência a receita administrada aumentou em 15,5%. O combate ao déficit passa pelo combate à sonegação, e o combate à sonegação é a segurança para podemos reduzir a carga tributária para os que pagam muito. Então, o avanço da reforma tributária passa pelo combate à sonegação e por aprimorar a máquina fiscal, nesse sentido, onde está o maior problema que é a Previdência Social.

Temos, parada no Congresso Nacional, a Lei da Regulação. Avançamos no marco regulatório do setor energético, e Maria da Conceição Tavares ajudou nisso, a Ministra Dilma Roussef teve um papel fundamental. Com isso estamos desovando investimentos. Agora mesmo, fizemos um leilão na parte de transmissão e foi um êxito. É fundamental alavancar investimentos para suprir um ritmo de crescimento... Nós chegamos a ter um apagão porque privatizamos sem ter um marco regulatório, o que gerou um desequilíbrio brutal neste setor. Nós chegamos a ter uma crise energética devastadora do ponto de vista do crescimento econômico naquela ocasião. E hoje estamos, portanto, em um desafio importante no marco regulatório. Mas a lei geral do marco regulatório também não avança e está parada na Câmara dos Deputados e tem uma crise política relativamente delicada. Assim como a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que está lá há um ano e meio.

Então, o problema da crise política e a tática da Oposição, de, por meio do Parlamento, fazer os ataques frontais ao Governo, tem dificultado o processo legislativo, diminuído o ritmo e a qualidade na elaboração de um marco institucional novo e regulatório fundamental para impulsionar esses...

Agora, o que foi possível fazer? Na área de custos de investimentos há uma série de medidas.

Isso tudo na área de redução do custo de investimento. Há um monte de coisas que foram feitas, sempre alavancando investimentos. Em crédito e financiamento, há uma série medidas que aprovamos no Parlamento.

No segmento imobiliário também houve uma série de mudanças, e vou mostrar os dados. Marco regulatório, vários projetos alguns ainda paralisados. Em energia e transporte, estão em andamento uma série de iniciativas importantes, e há vários projetos aprovados.

Falta o saneamento básico, que é um dos temas centrais hoje. Na questão da industria, agricultura, pecuária e pesca, também um conjunto de mudanças legislativas.

Em ciência e tecnologia, fizemos algumas coisas importantes além de inovações. O Álvaro acompanha bem esse segmento, que é um tema importante para um País como o nosso.

A Agência Nacional de Polícia Industrial, de desenvolvimento Industrial. Na área de exportações, também, há uma série de medidas de desoneração.

Estímulo à poupança de longo prazo. Também há vários procedimentos que tivemos. Redução do custo de solução de conflitos. Reforma tributária, reforma previdenciária e vários outros programas.

Fizemos um programa de PPP porque o Estado não tem condições de fazer os investimentos necessários. A idéia é a da parceria com o setor privado. Estamos aí para concluir a questão, que depende de uma legislação complementar que está parada na Câmara dos Deputados. Então, há um custo político para o atraso no processo legislativo, bem como um custo econômico e, principalmente, social. São instrumentos indispensáveis para poder avançar nesse processo.

Quero entrar um pouco na parte social. Ou estou bombardeando com números, com dados, porque no Brasil é difícil a imprensa publicar esse tipo de argumento, de informação. Estou aproveitando minha condição para poder sistematizar algumas coisas. A pauta, seguramente, é outra. As televisões todas estavam lá. Não há a menor importância o que está sendo dito. Leremos, amanhã, os jornais para ver se saíra, ao menos, uma linha. Vou fazer um esforço.

O SR. (Orador não identificado) – ***(Fora do microfone. Inaudível.)***

O SR. COORDENADOR (Aloizio Mercadante. PT – SP) – V. Sª fez uma exposição brilhante, aplaudida de pé e extremamente cuidadosa. Quem o conhece

sabe o quanto foi difícil! Mas politicamente foi equilibrada. Aquilo ali faz parte. Se a Conceição não fosse daquele jeito não seria a Conceição.

Políticas sociais. Democratização de crédito.

Aqui está o crescimento do crédito para as micro e pequenas empresas, são as micro finanças. Fizemos uma série de medidas para alavancar o crédito. A regulamentação das micro e pequenas empresas vai alavancar o financiamento desse segmento, que é uma forma de democratizar a produção de riqueza, de renda.

São números de contas simplificadas. Estamos fazendo um grande esforço de "bancarização" da população de baixa renda. Seis milhões de pessoas que nunca tiveram conta bancária passaram a ter neste Governo. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal são instrumentos bem simplificadores de acesso ao sistema financeiro, ao crédito.

Está aqui o número de contas que tínhamos em 2004. Tínhamos 1.900. Estamos com 6 milhões de contas. São as contas simplificadas para a população de baixa renda. A "bancarização" da população de baixa renda.

Aqui está o microcrédito. São R$2,5 de microcrédito. Está aumentando significativamente. O número de contratos é de mais de 7,5 milhões. É uma linha que já exige mais sofisticação. Você tem que ter um agente social de crédito, uma análise, quer dizer, é uma coisa mais delicada do que a "bancarização", mas vem junto com a "bancarização".

Estão aí as operações com os recursos direcionados para as micro e pequenas empresas. Há um crescimento importante.

O crédito consignado em folha é um dos grandes êxitos. Não sei se a Argentina e o Chile possuem. Criamos um mecanismo de crédito vinculado ao pagamento. A garantia é a folha de pagamento. É um crédito direto. Colocamos R$23 bilhões para aposentados, pensionistas e assalariados, reduzindo o *spread* bancário, por meio de uma lei que fizemos. Esse foi um dos grandes choques de crédito que nos demos para o consumo popular. Esse mecanismo reduziu o *spread.*

*E*stá ali o crédito consignado em folha, vejam a velocidade com que se está expandindo. Estamos chegando a quase R$24 bilhões. Foi um êxito muito grande.

Estão ali o crédito livre e o crédito consignado em folha. A diferença da taxa de juros é absurda. Isso dá uma garantia ao financiador e barateira o crédito, na ponta, para o consumidor.

Sobre habitação e saneamento.

Priorizamos o segmento até três salários mínimos. Em 2002, eram 100 mil unidades. Estamos com 352 mil. Dobramos, também, de 3 a 5 salários mínimos e mantivemos até 5 salários mínimos. Está havendo uma inversão de prioridades sob o ponto de vista dos programas de habitação popular.

Vamos comparar o Lula, 354 mil, com os oito anos de Fernando Henrique, primeiro e segundo Governo. Está lá Fernando Henrique, 234 mil; Itamar; Sarney. Só no Governo Figueiredo tivemos um programa de habitação popular superior à que temos no nosso governo.

Recurso para investimento em habitação, que estamos também aumentando significativamente. É um setor que gera muito emprego, especialmente para os segmentos menos qualificados.

Subsídios para habitação popular de baixa renda. Estamos alavancando. Aumentamos em quase cinco vezes o volume de recursos para esse segmento.

Investimento em saneamento. Também está aí o crescimento no Governo Lula. E, agora, estamos indo para 2,6 bilhões de reais. Continua uma trajetória de se aumentar o saneamento em infra-estrutura básica.

Recurso do FGTS, liberação, nessa linha, desenvolvimento agrário...

Desapropriações para a reforma agrária. Primeiro ano do governo, 4,5 milhões de hectares; segundo ano, 9 milhões de hectares. Ou seja, encontramos o Incra totalmente desaparelhado, contratamos 4 mil novos técnicos, melhoramos a capacidade jurídica e administrativa e começamos um programa de assentamento, não só com mais área, mas valorizando também a qualidade dos assentamentos e aumentando os recursos para os assentados.

Felizmente, a bancada ruralista também teve o bom senso de não patrocinar uma irresponsabilidade como essa. A qualidade do trabalho que vem sendo feito incomoda uma parte do latifúndio improdutivo, pois é feito no sentido de se ter um estado parceiro, para desapropriar o latifúndio improdutivo e acelerar o programa de assentamento e de valorização dos assentados. Aumentamos o repasse dos recursos, por família, de R$8.100,00 (oito mil e cem reais) para R$15.900,0 (quinze mil e novecentos reais), ou seja, dobramos o valor dos recursos para os assentados.

Está aí o Pronaf, agricultura familiar. Eram R$2,4 bilhões, em 2002; hoje, são R$9 bilhões para financiar a agricultura familiar no Brasil. E esse é outro instrumento fundamental para democratizar a renda e distribuir a capacidade de produção agrícola no campo.

Os valores do Pronaf estão todos aí expressos. Também regularizamos melhor. Vou só resumir, porque é muita coisa. Vocês têm esses dados disponíveis, para quem quiser aprofundar com detalhes. Quero só destacar alguns outros programas.

Na área da educação, criamos um programa, o ProUni, com 400 mil novas vagas, basicamente, desonerando as instituições privadas de ensino. Um incentivo fiscal, em contrapartida, com vagas para um concurso público cujo critério é desempenho e baixa renda. Então estamos criando 400 mil novas vagas, no ensino superior, e 31 novos campos universitários nas universidades federais. Há 10 anos que não se criava uma vaga no ensino público federal brasileiro público ou gratuito. Estamos criando bolsas gratuitas e ampliando a rede do setor público.

Apresentamos o projeto do Fundeb, que está parado na Câmara dos Deputados, pois é muito importante a complementação da União para o salário do ensino fundamental e da pré-escola, ou seja, para a valorização salarial dos professores.

Aumentamos, significativamente, o repasse **per capita** para os alunos da escola pública da merenda escolar, que foram duas coisas importantes. E estamos tentando implantar, agora, um sistema de avaliação do ensino, porque a qualidade do ensino ainda é muito precária na rede pública, e a valorização dos professores pelos programas de qualificação é o problema estrutural mais grave do Brasil, especialmente na economia da inovação complexa, como coloca o Álvaro, que é o grande desafio do futuro.

Então essa questão do ensino é um problema estrutural, que exige uma política de estado, e não só de governo, e é um imenso desafio para um país como o nosso.

Do ponto de vista da alfabetização, fizemos o Brasil Alfabetizado. Temos mais de 3 milhões de adultos analfabetos, mas estamos reduzindo significativamente o nível de analfabetismo no Brasil, que é um direito de cidadania, uma demanda cidadã fundamental no Século XXI.

Não vou falar dos outros programas, mas existe um que merece atenção: o Bolsa Família, que é um programa que atinge hoje 8 milhões de famílias.

Está aí o resumo dos programas de transferência de renda e de porcentagem do PIB. Recebemos, ali, 2.3, 2.5, vai para mais de 2.6,5; então aumentamos os recursos para os programas de transferência de renda, 44,9 bilhões de reais, em 2004.

Está aí a evolução do Programa de Distribuição de Renda.

Quero mostrar o Bolsa Família. Aqui está a transferência para o Bolsa Família, que era de 0.06% do PIB está em 0.37, são em junho 918 bilhões de reais.

Famílias atendidas.

Nós queremos chegar este ano a 8,7 milhões de famílias atendidas, com remuneração complementar com a pré-condição de manter o filho na escola. Estamos melhorando também o controle da freqüência escolar.

Estão, ali, 66% das famílias já têm a freqüência escolar acompanhada por parte do Governo tanto saúde como a freqüência escolar. Esse é o programa mais eficaz de combate à pobreza no Brasil, e tem muito mais importância do que o salário mínimo foi também um instrumente importante, para os idosos, para os aposentados e pensionistas que dá 4,5 milhões de trabalhadores no mercado formal.

Todos os estudos demonstram que esse é o programa que atinge os que menos têm, especialmente a população mais jovem que não tinham um programa amplo de atendimento.

O critério foi o município de menor índice de desenvolvimento humano e é um programa extremamente hesitoso e acho que foi um dos grandes avanços desse governo, integrar e ampliar esse programa.

Bom, depois tem uma série de outras coisas que eu não vou me estender.

Então, eu queria concluir, eu queria mostrar o crescimento real do salário mínimo, o crescimento do poder de compra do salário mínimo, a relação entre cesta básica e salário mínimo, que é outra coisa importante. E é por isso que esse governo tem uma ancora social na população de baixa renda. São as conquistas concretas na disputa do orçamento, dos recursos públicos das prioridades de gastos sociais. Aonde aumentou o gasto desse governo? Na área social nos programas de transferência de renda, aí nós tivemos um avanço importante. Não é gasto com pessoal, é gasto com gestão de pessoal, o gasto de custeio que aumentou são os programas de transferência de renda.

Agora nós temos uma carência muito grande de infra-estrutura e com uma pressão muito grande da política monetária sobre a política fiscal, o que atrasa investimento de infra-estrutura e prejudica o crescimento, especialmente o crescimento sustentável.

Então, já um desafio de melhorar a gestão dos recursos públicos em um choque de gestão e buscar reduzir o custeio para melhor o investimento e alavancar o projeto de parceria público privado eu acho que é uma das grandes concessões, é um dos grandes desafios para modificar essa agenda.

Por isso, que eu quero aproveitar essa oportunidade menos para refletir teoricamente sobre os nossos desafios e dizer que evidentemente nós temos como perspectiva histórica criar um grande mercado de consumo de massas, reduzir ainda mais a vulnerabilidade externa, recompor a capacidade de financiamento, fazer programas de mudanças estruturais, como reforma agrária, a distribuição do crédito que são essenciais para diminuir a desigualdade e combater a pobreza

no Brasil, mas os indicadores econômicos e sociais são muitos consistentes, melhorar expressivamente todos os principais indicadores, especialmente quando a gente compara os oito anos anteriores ou com a história da década anterior de adoção de políticas neoliberais. Esse governo não privatizou, esse governo está tentando construir um novo marco regulatório que precisa de sustentação legislativa nem sempre fácil de ser construída, esse Governo inverteu prioridade do ponto de vista dos gastos sociais e focou parte desses recursos escassos que o Estado tem no combate à pobreza absoluta de uma forma bastante eficiente. E os indicadores de desempenho da economia de redução da inflação, melhoras do pagamento nas contas públicas são absolutamente inquestionáveis, mas isso não diminui os desafios, os problemas e as dificuldades políticas e econômicas que nós temos pela frente.

Muito obrigado. (Palmas.)

(A reunião é suspensa.)

O SR. COORDENADOR – Boa tarde a todas e todos. É um alegria enorme para nós estarmos participando desde ontem deste Seminário tão bonito, daquela reunião emocionante de ontem de manhã com aquelas discussões sobre a questão regional e a questão da vulnerabilidade externa à tarde e hoje, pela manhã, com essa reunião tão intensa sobre a perspectiva de longo prazo, dos projetos nacionais de desenvolvimento. Portanto, em um seminário desse porte, não poderíamos deixar de ter uma Mesa sobre a questão de crescimento e discussão de renda. Como sempre confortado e mediado por emprego, por isso essa é uma Mesa que tem uma certa ênfase na questão de emprego e sua composição.

De um modo geral os nossos participantes dispensam apresentações o Márcio Pochmann, que é professor da Universidade de Campinas, foi Secretário do Trabalho do Governo de Marta Suplicy e é uma das nossas referências atualmente na questão do emprego.

O Octavio Rodriguez, nosso decano aqui, é a minha referência para o pensamento estruturalista de todos nós, foi a pessoa que organizou a análise estruturalista e o pensamento estruturalista no seu livro de 1981, sobre o pensamento da Cepal e estará lançando muito em breve um livro sobre a questão do estruturalismo na América Latina em que amplia e sofistica o primeiro trabalho.

O Carlos Lessa, esse querido amigo e mestre, que dispensa apresentações. Tal como Celso Furtado, nós podemos pensar conhecendo a obra dele que ele é um homem de pensamento e de ação.

E aqui, à extrema esquerda de vocês, está o Clemente Ganz, que é Diretor Técnico Nacional do Dieese e é Conselheiro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Eu vou abusar um pouquinho da minha condição de Coordenador para fazer minha breve homenagem ao pensamento do Celso Furtado, ainda mais porque os organizadores do evento me retiraram da situação mais confortável de palestrante, para me colocarem na de Coordenador.

Então, para compensar um pouquinho isso, vou tomar uns cinco minutinhos iniciais para falar que o Celso Furtado deu, essencialmente, no campo econômico, três contribuições fundamentais ao estruturalismo, e todas elas têm a ver com a idéia de subdesenvolvimento e com a relação de crescimento e distribuição de renda.

Mas, para chegar no Furtado, eu preciso brevemente passar por Prebisch que é o pai do estruturalismo.

O Furtado foi, no campo analítico, um seguidor de Prebisch. Aliás, quando chegou em Santiago em 49, pouco antes de Prebisch, quando Prebisch chegou e mostrou o seu trabalho, ele ficou encantado e descobriu um pouco a América Latina através de Prebisch. Como ele mesmo diz mesmo no seu livro **A Fantasia Organizada.**

Tomando o lindo trabalho do Octávio, nós podemos dizer que há dois elementos básicos na construção analítica de Prebisch, que explicam todo o resto da conceituação existente na Cepal, durante muito tempo. Quer dizer, a tese da deterioração em termos de troca, a tese da vulnerabilidade externa, a da tendências estruturais a desequilibrar os pagamentos, tudo isso tem por base, essencialmente, um entendimento do subdesenvolvimento latino-americano como sendo uma estrutura produtiva e social, formada historicamente com dois elementos básicos, essa elegância expositiva a gente deve aqui ao mestre Octavio, baixa diversidade produtiva, que podemos complementar com a idéia de especialização em agricultura e mineração e, segundo, heterogeneidade tecnológica, ou dualidade, a coexistência entre setores de alta produtividade e uma abundante ocupação com baixos níveis de produtividade.

Isso tem conseqüências importantes, em termos de industrialização e crescimento. A baixa diversidade e a especialização implicam, requerem investimentos simultâneos em muitos setores. Isso é um processo exigente em matéria de divisas e de poupança e investimento e, ao mesmo tempo, existe uma limitada capacidade para gerar divisas externas devido a baixa demanda mundial pelas nossas exportações, a deterioração em termos de troca, etc..

Isso traz um problema de desequilíbrio externo permanente por causa da nossa elevada elasticidade na renda de importações e um segundo elemento, a dualidade, juntamente com a idéia de uma institucionalidade inadequada ao processo de acumulação e interesse técnico e uma falta de capacidade empresarial interna, significa que existe uma baixa propensão a poupar, a investir e uma tendência insuficiente à acumulação de capital. Isso é a base, e Furtado parte daí e traz três contribuições. Estou sendo super sintético porque estou autocensurando meu tempo. São três contribuições básicas em cima disso, e por isso que a gente pode falar num pensamento prebischiano-furtadiano no caso da Cepal.

Primeiro, ele adicionou uma perspectiva histórica de longo prazo ao estruturalismo. Ele mostrou que durante séculos – isso está em **Formação Econômica do Brasil** – e em sucessivos períodos de crescimento e retração, nos ciclos da cana, da mineração e do café, em cada período se foi produzindo e reproduzindo a dualidade ou a heterogeneidade econômico-social, assim como a baixa diversidade produtiva. Essa foi a primeira contribuição, e a gente fala em método histórico-estrutural em boa parte por causa disso, pela perspectiva de muito longo prazo que Furtado colocou sobre o pensamento de Isnaldo Prebisch.

Segundo, no livro **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**, publicado em 1961, mas que tem ensaio já do final dos anos cinqüenta, ele introduziu no arcabouço analítico estruturalista a discussão sobre a dificuldade que os setores urbanos modernos têm de absorver a abundante força de trabalho que vem do campo. Um pouco assim a idéia de que não se pode pensar propriamente numa transição *a la luz*, a um modelo de oferta limitada de mão-de-obra, nós vamos conviver provavelmente muito tempo ainda com um modelo de oferta ilimitada de mão-de-obra, que é característico do nosso subdesenvolvimento. Portanto, o subdesenvolvimento vai perdurar durante algum tempo ainda. Essa foi a segunda contribuição decisiva de Celso Furtado. Estudando o pensamento econômico brasileiro e da Cepal, não conheço nada anterior a isso que tenha colocado tão claramente a idéia da permanência do subdesenvolvimento.

Nesse livro de 1961, é uma coisa arriscada, porque estou com o Theotônio dos Santos e o Succar na minha frente, que são dois destaques no pensamento sobre a dependência, mas nesse livro ele antecipa algumas idéias básicas da teoria da dependência porque ele vai dizer que o padrão de crescimento latino-americano corresponde a uma das projeções históricas de economias desenvolvidas sobre o resto do mundo e que empresas estrangeiras modernas tendem a dividir o sistema produtivo com estruturas arcaicas. Isso é muito importante na teoria da dependência e está já nesse livro de 1961 também.

Depois vem a terceira contribuição, alguns anos mais tarde. O Furtado, mais ou menos simultaneamente com a Maria da Conceição Tavares e com o Aníbal Pinto, vai argumentar que a concentração de renda e de propriedade predeterminam a composição setorial do investimento e as escolhas tecnológicas. Portanto, leva a fração moderna da estrutura produtiva na América Latina a um grau de intensidade de capital semelhante ao praticado nos países desenvolvidos, então ele está explicando por que aquela situação de dualidade tende a se perpetuar se não houver uma redistribuição de renda. Ele está inaugurando aqui o debate brasileiro e latino-americano sobre a relação entre crescimento, mudança na estrutura produtiva e distribuição de renda, composição da demanda. Está inaugurado aí, e toda discussão que se seguiu sobre modelos vem daí.

Por um pouco de azar ele também coloca nesse mesmo texto a idéia de uma tendência à estagnação, que ele vai depois abandonar porque cresceu rapidamente, e essa colocação da tendência à estagnação obscureceu, durante um certo tempo, o brilhantismo dessa formulação básica, que é muito mais importante do que a colocação dele da tendência à estagnação.

Essa é uma introdução breve. Eu poderia falar longamente sobre a atualidade do pensamento, de como essas questões estão presentes na discussão – estavam presentes na discussão de hoje de manhã. Mas aqui o tempo de meu abuso terminou e vou pedir então que o Octávio fale porque ele vai descrever um *paper*, aliás foi o único *paper* que chegou para a gente. Há ainda a possibilidade de nos serem entregues *papers*. O Otávio fará uma abordagem mais geral, mais abstrata, por isso peço a ele que comece, com ênfase evidentemente que é caro a ele que é a questão da ocupação e da produtividade, são temas estão ligados à distribuição de renda. Depois peço ao Clemente que faça uso da palavra. Depois o Márcio, o Lessa, que tem uma restrição de horário, se cada um falar em vinte minutos, haverá tempo para o Lessa.

Otávio, você tem vinte minutos.

O SR. OCTAVIO RODRIGUEZ – Esta é a quarta homenagem ao Furtado que participo. A primeira organizada por Luiz Antônio Elias, num congresso muito grande no Rio. Depois houve duas, nas quais a Rosa estava, uma em Recife e outra em João Pessoa. Não me esqueço a de João Pessoa porque foi muito comovedora. E esta é a quarta.

Achei que era hora de sustentar a minha homenagem que faço de todo coração com um artigo escrito.

É um prazer essa quarta participação porque encontro uma quantidade de caras amigas e pessoas com quem trabalhei há muitíssimos anos e também enorme interesse que tiveram para mim muitas das exposições que ouvi sobre a Argentina, sobre o Chile, sobre o Brasil.

Quero começar me referindo à extraordinária importância da obra de Furtado. É de uma enorme riqueza, de uma fonte potencial de grande valor para construção de projetos de desenvolvimento que tenham viabilidade e eficiência – vou voltar sobre essa idéia de viabilidade e eficiência – e que superem as situações problemáticas em que o neoliberalismo têm alcançado.

Faço meu um ponto de vista sustentado ontem de manhã pelo Senador Aloizio Mercadante a respeito da obra de Furtado dizendo que nela não há resposta acabada para os desafios de hoje, mas sim lá estão as bases para reconstruí-la. Acho que essa frase, quer dizer, toda uma tarefa a realizar. Perdoem-me a impertinência, mas pode ser uma tarefa do centro, de espremendo as teorias de Furtado, e contrastando com a realidade, enriquecendo as interpretações, que está fazendo falta.

Apresentei um trabalho escrito e aí tem o esquema. O título é **Furtado e a Renovação da Agenda Desenvolvimento**. Sobre este trabalho, a primeira coisa que quero enfatizar muito é que nem de longe pretendi realizar e nem sequer começar essa tarefa de dar resposta aos desafios de hoje, penetrando em profundidade na obra de Furtado, a que se referiu o Mercadante. Ao contrário, a palavra agenda é intencional. Ela procura sugerir, desde o começo do trabalho, em seu próprio título, que não se pretende teorizar sobre os temas e problemas do desenvolvimento, mas sim fazer um simples *racconto* desses temas e problemas que, aliás, encontram-se complicados por uma revolução tecnológica em pleno curso e por um processo paralelo de globalização da economia mundial. Agora, também é verdade que não se trata de um *racconto* puramente enumerativo, mas, sim, de um onde exista certo grau de conexão entre aqueles temas e problemas. O caminho seguido para que alguma conexão exista e apareça consiste em tomar como base várias das idéias de Furtado. Em outras palavras, trata-se de utilizar essas idéias privilegiadas como princípio ordenador, delineando uma visão furtadiana das questões atuais a terem conta numa estratégia de desenvolvimento. Preciso me referir, primeiro, às idéias de Furtado, algumas idéias que foram pouco consideradas em exposições prévias sobre a alma de Furtado, não porque acho que devam ser privilegiadas, mas porque são úteis para os meus fins.

Muitas das idéias de Furtado estão tratadas com seu detalhe nos três primeiros itens desse esquema que está aí. Resulta necessário fazer referência a essas idéias. Há uma característica que é definitória e diferenciadora do enfoque de Furtado, que consiste em postular que o desenvolvimento deve ser visto como a evolução e o enriquecimento de uma certa totalidade, o sistema conformado pelos diversos elementos da cultura de uma sociedade ou país.

Dito de outra forma, Furtado postula que o desenvolvimento diz respeito ao sistema da cultura e, portanto, que a sua compreensão adequada requer apreciá-lo justamente como desenvolvimento de um sistema cultural global.

Ontem, foi falado que eu me lembrava, quando discutimos, em Santiago, de que surgiu a palavra desenvolvimento econômico e para os sociólogos desenvolvimento socioeconômico. Para Furtado a questão que sintetiza, que abrange tudo é a cultura. Já vou dizer mais à frente quais são os elementos do sistema cultural global.

Antes disso, devo assinalar que a finalidade prioritária de Furtado não é se embrenhar numa apreciação do desenvolvimento entendido dessa forma, mas, sim, dar conta das razões que terminam por entorpecer o desenvolvimento ou por inibi-lo nos países chamados periféricos, como se entende que são os da América Latina.

No que diz respeito a essa questão, mantém-se que sucessivas instâncias de penetração de cultura forânea – diz-se forâneas, em Português –, em geral, provenientes dos grandes centros, terminam resultando entorpecedoras das identidades culturais próprias daqueles países. Aqui se falou, várias vezes, de identidade e de criatividade. São dois conceitos que é preciso precisar. Não foram tratados com muita precisão. O que quer dizer identidade? Ela é a mesma coisa, não é mais que o desenvolvimento desses sistemas culturais, mas de sistemas culturais específicos dos próprios países subdesenvolvidos.

Por outro lado, este desenvolvimento depende da presença de criatividade em seus distintos âmbitos, e essa criatividade, por sua vez, vai originando e se concretando em inovações nesses mesmos âmbitos. Isto é uma coisa tão abstrata que precisamos dar um exemplo. Há um exemplo que é mais comum que é o do avanço tecnológico. O que diz o Furtado? Que não há criatividade boa em termos de avanço tecnológico. Não se criam novas tecnologias e há, inclusive, dificuldade de adaptação. Então, isso tem uma implicação. Não há como verter criatividade em inovações concretas que facilitem as soluções do problema do emprego e, em particular, do subemprego.

A noção de criatividade e de sua falta também pode ser detectada em outros âmbitos da cultura. Citei a mais simples. Acabo de dizer que o desenvolvimento de identidades próprias se vê impedido nos países periféricos devido a que a penetração de elementos de cultura forense trava a criatividade nos âmbitos das respectivas culturas. Mas se deve ter presente que a questão do desenvolvimento periférico é também cuidadosamente considerada por Furtado como a base de uma perspectiva estratégica. A partir dessa perspectiva, sustenta que aquelas travas podem ser superadas ou contornadas por meio de políticas que levem a essa finalidade. Entende-se que tais políticas devem ser implementadas e também compatibilizadas nos três grandes âmbitos diferenciáveis em qualquer sistema diferencial global. E aqui aparecem os âmbitos da cultura.

A – o primeiro deles é o âmbito correspondente à cultura material. Furtado chama de cultura material, o que inclui os aspectos técnicos e econômicos desse sistema.

B – o segundo deles é o âmbito sócio-político definitório de um primeiro aspecto, a que Furtado chama de "cultura não material". Dele fazem parte um conjunto de dez valores relativos a esse mesmo âmbito e também ao acionar as condutas dos diferentes grupos que constituem esse âmbito e, particularmente, as iniciativas que nele são puxadas pelo Estado.

C – o terceiro âmbito é conformado por um segundo aspecto da cultura não material. São as idéias de valores diversos daqueles inscritos no âmbito sócio-político. Trata-se de idéia de valores que envolvem aqueles relativos ao mais altos fins da existência humana. Entende-se que, às vezes, esse segundo aspecto da cultura não material germina e floresce em fortes atitudes criativas capazes de se estender aos três grandes âmbitos do sistema cultural que venho mencionando.

As acusações precedentes sintetizam a visão estratégica de Furtado, que ele chama de "desenvolvimento endógeno". Há uma coincidência. Ela é contemporânea de outras, cujos autores estão aqui presentes ou estão aqui representados. A primeira delas é a transformação positiva com a equidade, que é a nomenclatura para uma estratégia de desenvolvimento, que inventou a Cepal nos noventa e que persiste até hoje. Ela foi mencionado pelo Secretário Executivo no dia de ontem.

A segunda se chama *(Inaudível.)* A terceira é *(Inaudível.)*

No artigo que está aí, optou-se pela nomenclatura de "desenvolvimento nacional", que vem aparecendo em diversos documentos recentes. Há uma coisa curiosa. Ela também é utilizada no programa de seminário, e também foi continuamente repetida por muitos participantes do seminário.

Quando se procura renovar a temática da agenda do desenvolvimento, incluindo problemas de fenômenos visíveis nos últimos vinte anos, convém diferenciar os âmbitos a que se refere o desenvolvimento endógeno, esse que acabo de mencionar; e conservar a ordem do seu tratamento. Há uma vulgarização desse tratamento com certa amplitude o item n. 4. Aliás, as idéias de Furtado estão nos itens ns. 1, 2 e 3. No item n. 4 está esta questão dos componentes do desenvolvimento endógeno. Mas é preciso sintetizar isso. Uso, para isso, as frases do item n. 5 e há três frases em negrito que são: crescimento auto-centrado; nova aliança, e reafirmação ética. Isso me veio à memória. Assim termina um verso de Pablo Neruda. *"Ahora tienes tiera e tienes tiempo".*

Na verdade, quero chegar a duas outras coisas, às duas últimas. Como se chama? À nova aliança e à reafirmação ética. São as que me produzem mais simpatia. São um exercício do direito ao esoterismo e um pouco à loucura que têm as pessoas da minha idade.

Bom, crescimento *(Inaudível.)* é uma expressão sintética relativa só ao âmbito econômico condensa o posicionamento de acordo com o qual, nos países da periferia, para que a produção material ou produto cresça sustentadamente e sob condições de viabilidade e eficiência. Volto a falar em viabilidade e eficiência. Faz-se necessário que aumentem seus mercados internos e também a probabilidade nacional dos ativos radicados na periferia. Esses dois requerimentos, como é claro, são aspectos destacados do caráter nacional que devem ter desenvolvimento naqueles países; nos periféricos. Vamos justificar essa afirmação. É claro que quando se diz aumento do mercado interno e probabilidade nacional, o caráter nacional está aparecendo.

Como se chega a essa síntese que acabo de me referir? A isso que acabo de dizer? Na verdade, o não-liberalismo supõe que a liberdade de mercado por si mesma é otimizadora. Aqui se parte de um conjunto, de um ponto de vista que se poderia categorizar de oposto a este, que procura um racionale, um referente de caráter alternativo ao neoliberal.

Aqui, o que se tem em vista é a necessidade de um intervencionismo total decidido. Uma participação muito ativa mesmo do Estado, pela via principal de políticas produtivas e tecnológicas. Eu não vou me referir a muitas coisas.

Vocês vêem que tem uma coisa sobre a questão financeira e macro. Não vou me referir quase nada à geopolítica e vou me referir a isto, quer dizer, aqui há

[illegible] parte das políticas que devem estar conectadas [illegible] produtivo e tecnológico. E conectadas onde? [illegible] atividades produtivas; em conjuntos de atividades [illegible], em ramos produtivos; em subsetores produtivos [illegible] em setores produtivos.

[illegible] ponto de partida para justificar a necessidade [illegible] intervenção tão decidida é o reconhecimento da [illegible] de ritmos diferenciados de progresso técnico [illegible] centros de periferia, ou para dizer isso mais [illegible], de disparidade tecnológica. Isso vem [illegible] conhecido nos documentos da Cepal e na [illegible] tem apoio nas teorias recentes do progresso [illegible] Quer dizer, tem uma justificação teórica ca[illegible].

A disparidade tecnológica dificulta exportar e [illegible] tempo é uma fonte de forte demanda de [illegible]. Então, o que ela gera é uma tendência [illegible] comercial. Isso obriga adotar o que o [illegible] uma estratégia mista, que procura [illegible] portações e crescimento e ao mesmo tem[illegible] a substituição de importações.

Como fazer isso? Com as políticas mencionadas [illegible] e tecnológicas, orientadas a esse [illegible] conseguir que se aumentem as exporta[illegible] substituam importações.

Para que haja viabilidade e eficiência numa es[illegible], há um segundo requisito essencial que [illegible] você se referia e estava muito enfatizada [illegible] Faz-se necessário implementar ao mesmo [illegible] conjuntamente, políticas produtivas e tec[illegible] que aumentem com persistência a ocupação [illegible] produtividade do trabalho. Por que isso? Porque [illegible] necessária a simultaneidade desses dois [illegible] básicos: um relativo à inserção internacional [illegible] outro relativo à ocupação; porque com as [illegible] (*Inaudível.*) técnico se reconhece que [illegible] economias externas e também economias ex[illegible] tecnológicas que fazem com que os aumentos [illegible] produtividade se condicionem de forma recíproca [illegible] as atividades. Somente quando se consegue essa [illegible] favorável, emergem exemplos insustentados [illegible] produtividade e, com ela, de competitividade.

Então, olhando isso da perspectiva externa, esses aumentos são condições de viabilidade, por quê? Porque eles evitam o desequilíbrio e permitem continuar a crescer. Ao mesmo tempo, são condições de eficiência, porque haverá cada vez mais atividades, cujos custos se façam mais semelhantes com aqueles que prevalecem na economia internacional.

Agora, tem que ver a perspectiva da ocupação da força de trabalho. Isso se impulsa com o aumento da produtividade. Esse aumento é chave para se alcançar o incremento paralelo à competitividade. Mas, ao mesmo tempo, com o aumento da ocupação e produtividade vai se criando um mercado interno que permite realizar, ou seja, *(Inaudível.)* a produção substitutiva que se destina a esse mercado.

Então, as políticas são relativas a esse segundo executivo são também condição de viabilidade.

Vou dizer muito brevemente, porque estou falando de políticas como se fossem coisas imobilizadas para sempre. Mas, tem que ter a idéia clara de que há uma renovação contínua. Pelo mesmo fato de que existem e de que as produtividades aumentam e o progresso técnico é incorporado, mudam as bases sobre as quais as políticas têm que ser reconsideradas. Quer dizer, fazer política é um trabalho de intervenção estatal mantido no tempo muito assíduo, senão não funciona. E também porque as políticas que não vêm do êxito das políticas – há progressos técnicos que vêm dos centros e que têm que ser considerados no redesenho das políticas.

Agora, há uma coisa mais: é que essas são questões concretas, políticas para conjuntos de atividades, etc. Mas, é um posicionamento de política que tem um caráter em geral. O que se postula é que seus números devem ser mínimos e decrescentes. Mas, ao contrario do que dizia o Jornal Uruguaio do último domingo, que "Perez tinha fechado o continente, material e mentalmente". Frase cacofônica, terrível, bem expressiva da presença muito ativa do neoliberalismo. Ao contrario do que diz essa frase absurda, ele, desde sempre, propôs isso, o caráter mínimo de decrescimento de proteção e promoção como forma de promover a competição internacional e com isso a produtividade.

Graças a Deus o papelzinho que ele me passou me faz pensar que tenho chance de chegar ao que mais me interessava, que é a nova aliança e reafirmação ética.

A noção de nova aliança, essa é uma terminologia inspirada, na verdade, no crescimento centrado; uma terminologia inspirada ainda por *(Inaudível.)* A nova aliança é uma terminologia inspirada em Fernando *(Inaudível.)* Ela contém um conhecimento de que as bases do poder político sofreram fortes mudanças em anos recentes. Verifica-se uma influencia muito mais significativas de organismos internacionais em decisões de políticas concernentes aos países da região. Paralelamente, se produz um esvaziamento das bases internas de sustentação dos estados respectivos, por exemplo – isso é uma coisa que Maria da Conceição Tavares citou – perdem força os sindicatos, perdem força diversos grupos empresarias, que passam a ocupar um papel lateral e secundário, em comparação com o que tiveram no passado. A nova aliança expressa a necessidade de reconstituir essas bases. Mas por

que caminhos? A idéia geral consiste em que dadas as grandes mutações sociais que vêm acontecendo, as novas bases deverão contar com uma amplitude considerável. Incluir variados grupos de trabalhadores e de empresas nacionais de muitas, variadas, dimensões. Mas o que me parece que é de se colocar com ênfase especial é no objetivo da presença das grandes maiorias dessa aliança, e muito particular o desígnio de impulsar a inclusão social. Essa inclusão social tem que ser decididamente conduzida pelo Estado e se configura como a base e a fonte de recomposição da nação. Curiosamente, eu ouvi falar... Tem um livro por aí que se chama **A Construção da Nação**. É um livro brasileiro, recente e eu ouvi muitas vezes a frase "reconstrução da Nação". Então, conduzida pelo Estado, se configura como a base de recomposição da Nação, isto porque a inclusão vai de mão dadas com a decisiva presença dos setores populares, os quais bem podem imprimir os seus traços culturais mais típicos que reproduzem com força os perfis mais representativos da Nação como tal. Sobre a reafirmação ética... A verdade é que esta idéia tremendamente furtadiana... Por quê? Ele tinha uma grande preocupação, acho que é uma idéia-chave na coisa dele: é os valores citados no nível mais alto da cultura eram muito importantes para incitar o momento globalmente, o sistema global da cultura. E o que há nessa matéria? Há uma coisa curiosa: a reafirmação ética tem relação, que ocorreu recente, com o chamado Parlamento das Religiões, do qual eu não tive notícia até há pouco tempo, que se levaram a cabo nos aos anos de 93, 96 e 2004. E nela se definiram os princípios de ética mundial, que são compatíveis com as religiões superiores e também com posturas laicas. Eu acho que esses princípios podem ser resumidos em dois: o amor ao próximo e a não violência. Que implicações têm isso? Que o alargamento desses princípios, a sua difusão, pode ser muito construtivo para esse terceiro âmbito da cultura, mas eu acho que é uma especificidade da América Latina e este é o exercício da loucura que a idade permite. A especificidade da América Latina está... Esses princípios penetraram pela via de uma mescla de culturas, que ao mesmo tempo, uma mescla de raças. Alguém falou uma frase do Furtado e que vinha muito ao caso. Eu não consigo encontrar a anotação, mas do que se trata? Estamos num continente que está na fronteira da civilização ocidental. É um limite mestiço da civilização ocidental. Então, todos os dias se abrem uma possibilidade e que esses valores éticos principais sejam veiculados através da igualdade facial, como valor essencial. Isso tem a ver com pleiteadas declarações das Nações Unidas e múltiplos organismos inseridos neste palco. Ontem, aqui, alguém citou uma coisa parecida que está sendo creio que votado no Brasil, mas não se tratam de declarações considerando direitos, mas sim de um sentimento íntimo das pessoas, que seja capaz de se expressar em critérios de apreciação do outro e de convivência solidária que em si mesmos favorecem a nova aliança. E com base na nova aliança ação estatal, condizente ao enriquecimento mais ou menos simultâneo ou articulado ou concomitante de todos os ângulos da cultura.

Na verdade esta idéia do sentimento da igualdade racial com valor central é o que eu mais queria afirmar. Acho que cumpri o tempo. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR – Obrigado, Otávio, por essa exposição, com sempre, muito denso em seu pensamento, com muita sofisticação analítica. Certamente, o texto que ele está apresentando vai chamar muitos leitores à publicação desse seminário.

Eu passo a palavra ao Clemente, que tem 20 minutos. Vou passar a ser mais rigoroso daqui para frente.

O SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO – Boa tarde a todos e todas, registro a satisfação pelo convite, não apenas em meu nome pessoal, mas em nome do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Tenho a tarefa de falar nesta Mesa, não de falar em nome da instituição que dirijo, que é o Dieese, mas a tarefa delegada pelo Conselho de apresentar um trabalho feito pelo Conselho, ao longo do último um ano e meio, de construção de uma agenda nacional de desenvolvimento a partir de uma provocação que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez aos membros do Conselho.

Eu recebi a tarefa de apresentar, de forma muito breve, o trabalho feito e um pouco o esboço preliminar dessa agenda, que está publicada nesse documento que será disponibilizado para ser publicado também nos Anais desse seminário e está à disposição para quem tiver interesse. Vários técnicos que participam da Secretaria do Conselho estão presentes aqui no Seminário e estão à disposição para entregar esse documento.

Vou me apoiar também no *power point* para ir orientando a apresentação, mas eu gostaria de iniciar dizendo que essa provocação feita pelo Presidente iniciou um debate no Conselho a partir de um seminário que começa com uma fala do Celso Furtado – "Como é que podemos estruturar uma agenda de desenvolvimento para o País" –, gravada em vídeo pelo Ministro Jaques Wagner.

Celso sintetiza dizendo que "No Brasil inclusão social se chama emprego." Dessa fala inicial, nós estruturamos um processo de diálogo no Conselho, que é composto por mais de cem membros, sendo 98 da

sociedade civil, convidados pelo Presidente, dos setores empresariais, laborais, ONGs, organização de representação de vários segmentos e quinze Ministros de Estado.

Nós estruturamos um processo de discussão entre esses membros do Conselho, visando responder a esta questão: quais seriam as questões, na visão desses membros do Conselho, estratégicas que, uma vez atuadas sobre elas, tendo portanto uma intervenção organizada, articulada com forte participação do Estado, nós promoveríamos mudanças possíveis de propiciar condições para o desenvolvimento.

Nós sabemos também que não temos uma cultura muito desenvolvida para negociação e para contratação social. É muito difícil fazermos e abrirmos esse diálogo e desenvolvermos esse diálogo. Num esforço feito em mais de um ano de trabalho resultou em uma agenda composta de seis grandes objetivos, estruturados a partir de seis âmbitos, identificados pelo Conselho como âmbitos que precisariam ser enfrentados para que o desenvolvimento fosse alcançado no País.

Bom, a idéia, portanto, era a de que o Conselho desenvolvesse uma reflexão que propiciasse que os atores sociais criassem um campo possível de estabelecimento de compromissos capazes de, uma vez implementados, promoverem mudanças substantivas na sociedade brasileira.

Esse era o enfoque, ou seja, quais são as convergências que são entendidas como elementos estratégicos para promovermos as mudanças?

De forma esquemática, trabalhamos a idéia da construção de diretrizes estratégicas a partir da identificação de âmbitos problemáticos que foram apresentados pelos conselheiros. Esses âmbitos foram sistematizados e sintetizados em seis grandes âmbitos problemáticos. Identificaram-se valores que deveriam promover a mudança desses âmbitos problemáticos, valores genéricos, materializados em palavras e sínteses, e uma visão de futuro que se procuraria alcançar, orientadora, portanto, da escolha das diretrizes estratégicas para um projeto de desenvolvimento.

A agenda, portanto, seria o resultado desse debate entre os membros do Conselho, da divergência de visão, de opinião, de análise e de entendimento dos problemas que afligem a nossa sociedade, mas da busca para se identificar quais seriam os pontos estratégicos a serem atacados.

Esse documento, que está à disposição, publicado, também encontra-se à disposição no *site* do Conselho neste endereço: www.sedes.gov.br.

Falei a esta mesa-redonda, em agosto de 2004, que se iniciou com a fala do Celso Furtado. Ele colocou, portanto, a centralidade do emprego para a inclusão social como dimensão constitutiva de qualquer projeto em desenvolvimento no País.

Em seguida, vários grupos temáticos trabalharam, basicamente, depois, foram funilados em seis grandes temas, que se traduziram em três grandes grupos temáticos, dos quais participaram diferentes conselheiros em cada um desses grupos temáticos.

Esse trabalho dos grupos temáticos foi sintetizado depois em um documento apreciado pelo Pleno, do qual participam todos os conselheiros, que é este documento que apresentamos aqui. O documento está à disposição e sintetiza, portanto, a agenda que foi debatida e tida como consenso pelo Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Essa foi a equipe, o grupo de sistematização final desse documento. Participei desse grupo e, por isso, estou aqui, apresentando o trabalho final – qualquer um dos outros conselheiros poderia estar aqui, no meu lugar, apresentando esse mesmo trabalho.

A visão de futuro, então, que foi sintetizada pelo Conselho, a partir do qual todo o trabalho foi feito; a visão de futuro de um País democrático e coeso, no qual a iniqüidade foi superada; todas as brasileiras e todos os brasileiros têm plena capacidade de exercer a sua cidadania; a paz social e a segurança pública foram alcançadas; o desenvolvimento sustentado e sustentável encontrou o seu curso; a diversidade, em particular, a cultural é valorizada. Uma ação respeitada e que se insere soberanamente no cenário internacional, comprometida com a paz mundial e com a união dos povos. Os valores, que foram destacados pelos membros do Conselho, que deveriam estar orientando a elaboração dessas diretrizes – a democracia, a liberdade, a eqüidade, a sustentabilidade, a identidade nacional, o respeito à diversidade sócio-cultural e a soberania.

O âmbito problemático.

Essa agenda foi construída a partir de seis âmbitos problemáticos: a extrema desigualdade social, inclusive de gênero e raça; a crescente concentração de renda e riqueza; parcela significativa da população vivendo na pobreza e na miséria e diminuição da mobilidade social.

O objetivo a ser alcançado é fazer a sociedade brasileira mais igualitária, sem disparidade de gênero e raça, com a renda e a riqueza bem distribuídas e vigorosa mobilidade social ascendente.

Nesse campo, nesse âmbito problemático, um conjunto de diretrizes foram destacadas e eu gostaria de me concentrar um pouquinho mais nesse âmbito problemático, porque ele está mais focado na questão da renda e do emprego.

Aqui, houve um grande consenso em torno desse âmbito problemático, por um lado, na linha de que o pleno emprego, entendido como a melhor capacidade de mobilização das capacidades produtivas de terra, capital e trabalho, deveria ser buscado e que as políticas deveriam, simultaneamente, trabalhar na diretriz da redução das diferenças salariais, numa política clara de valorização do salário-mínimo, num esforço claro de formalização dos contratos de trabalho e, portanto, da constituição da proteção social e sindical do trabalho, em políticas com o objetivo claro de redução acelerado do desemprego estrutural presente na nossa economia, do enfrentamento também continuado dos desafios da previdência social, e que essas questões estivessem articuladas simultaneamente, com a intenção clara de ataque à questão da pobreza e da miséria, fundamentalmente com a geração de emprego de forma intensiva para uma parcela enorme da mão-de-obra com baixa qualificação e, simultaneamente, a produção de investimentos em áreas estruturais e básicas, capazes de promover a homogeneização social básica na sociedade, como saúde, educação, habitação, transporte público, um conjunto de iniciativas que são fortemente demandantes de mão-de-obra e que podem, simultaneamente, propiciar uma inserção direta, por meio do emprego.

Uma outra diretriz clara, também, de consenso, é a importância de nós acelerarmos a reforma agrária no País. Temos um País que há mais de décadas faz reforma agrária, está há 20, 30, 40 décadas fazendo reforma agrária. É o País que há mais tempo faz, continuadamente, reforma agrária e o que, talvez, menos avançou na própria reforma agrária. Portanto, é necessário termos clareza do papel da reforma agrária, neste momento, e termos capacidade de promover essa mudança na propriedade da terra, no País.

A outra dimensão, também, nesse aspecto que foi bastante debatida é a importância de que a educação seja tratada e que tivéssemos a capacidade de transformar o investimento em educação em política de Estado. Nós precisamos ter investimento de longuíssimo prazo, desde a educação após o nascimento, até a educação tecnológica, universitária, investimento e desenvolvimento de pesquisa. Há necessidade de que tenhamos um equilíbrio nos recursos aplicados em todos os níveis da educação e a preocupação central sobre a qualidade do ensino em todos os níveis, uma preocupação mais evidenciada, não só, mas também no ensino do primeiro grau, dado o investimento feito, recentemente, na sua universalização, e devido aos desafios de qualidade que esse mesmo investimento tem destacado.

Então, há também o entendimento, na visão do Conselho, de que a questão da Educação é um investimento fundamental, é necessário que a sua política seja de Estado, de 20 ou 30 anos, claramente desenhada, com uma prioridade absoluta na sua busca e que deveríamos ter, governo após governo, na busca dessas metas em relação à qualidade e à universalização do ensino, uma verdadeira obsessão nacional, porque ela é a base para muitas das mudanças que nós pretendemos como desenvolvimento.

Um outro elemento importante desse âmbito problemático foi a idéia de que todas as políticas públicas, e de preferência as políticas privadas também, deveriam ter na equidade um critério básico a presidi-las.

Essa foi uma idéia bastante trabalhada no Conselho e talvez um dos seus grandes consensos, ou seja, todas as políticas públicas deveriam ter de responder ao critério de eqüidade na hora da sua formulação. Neste caso, o Conselho avançou e sugeriu – no momento estamos trabalhando neste projeto – a idéia de construirmos um observatório da eqüidade, cujo objetivo seria, fundamentalmente, uma organização que trabalhasse em rede com aquelas que já atuam nos diferentes campos das diferentes políticas, que tivessem a capacidade de identificar quais as metas que temos de curto, médio e longo prazo; apontar, em grande parte ou muitas vezes, que vários dos nossos planos carecem de metas claras; que pudessem produzir indicadores, a partir da produção nacional já existente de indicadores, capazes de monitorar as metas que estão sendo declaradas. E mais: que esse processo de análise e de monitoramento tivesse a capacidade de uma mobilização de organizações com vistas à, simultaneamente, verificar quais são as metas perseguidas, verificar quais os estágios em que determinada política está em relação às metas perseguidas, e que, tanto as metas quanto os recursos e as políticas a serem desenvolvidas para cada uma das metas, fossem, progressivamente, conhecida pela sociedade, e que este conhecimento propiciasse um aumento do controle social sobre essas metas, sobre as políticas e sobre os recursos que são alocados para a realização dessas metas. Trata-se de um projeto em que estamos trabalhando, e devemos, talvez na reunião, em dezembro ainda, do Conselho, apresentarmos a proposta básica desse observatório, com o objetivo de, já no ano que vem, iniciarmos um movimento piloto de construção dessa proposta.

O segundo âmbito problemático estava associado à dinâmica da economia insuficiente para promover a incorporação do mercado interno potencial, suportar a concorrência internacional e desenvolver novos produtos e mercados. Para este âmbito foi desenhado um

objetivo: tornar a economia brasileira apta a incorporar todo o mercado interno potencial, com forte dinamismo e capacidade inovadora, competente no desenvolvimento de novos produtos e mercados. Nesse caso, há uma clara prioridade nos investimentos, tanto os tecnológicos, os de grande produtividade, quanto na formulação de regras claras de partilha dessas grandes produtividades, entre preços salários e a sustentação do próprio investimento. Há prioridade também em termos de inovação tecnológica e a no sentido da articulação das políticas, um investimento como um todo, mas com foco nos setores de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis, diretamente associado, portanto, à reconstituição da capacidade do mercado interno, seja em termos de produção, seja em termos de consumo.

O terceiro âmbito problemático refere-se à infra-estrutura logística degradada, não-competitiva, promotora das desigualdades inter-regionais, intersetoriais e sociais, vinculou um objetivo de ter uma infra-estrutura logística eficiente, competitiva, integradora do território, da economia e das sociedades nacionais. Aqui também três grandes diretrizes foram desenhadas no sentido de termos uma logística em termo de infra-estrutura. Portanto, elas estão apresentadas no sentido de garantir esse objetivo.

O quarto âmbito problemático consiste na inexistência de se edificar sistema nacional público-privado, financiamento no investimento, estrutura tributária irracional regressiva e penalizadora da produção e do trabalho. O objetivo se constitui em um sistema de financiamento do investimento eficiente e eficaz, uma estrutura tributária simplificada e racional, com atributos de qualidade progressiva, estimulador da produção e do emprego. Temos, aqui, dez diretrizes básicas. A questão da reforma tributária é um centro nessa questão. A demora no trato dessa questão e a sua implicação em termos redistributivos e de investimentos é um drama que não foi resolvido. Na verdade, é uma solução política que precisa ser construída. Implica necessariamente repactuar a Federação, implica um acordo entre os entes federados, cujo desenvolvimento não é simples.

Finalizando, o quinto âmbito problemático está associado à insegurança pública e cidadã, justiça pouco democrática e aparato estatal com baixa capacidade regulatória fiscalizadora. Nesse âmbito, a segurança pública e a paz estão instauradas, como objetivo. A Justiça é democrática, e o Estado regula e fiscaliza a contento. Nessa questão, o sistema único de segurança pública é uma das prioridades. A complementação da reforma do sistema Judiciário é outra dimensão importante. As agências reguladoras e os órgãos de fiscalização, a sua articulação, eliminação de superposições – são várias diretrizes colocadas como parte dessa agenda.

E o último âmbito problemático tratado, o sexto: baixa capacidade operativa do Estado, dificuldade para gerir contenciosos federativos e desequilíbrios regionais profundos, insustentabilidade da gestão dos recursos naturais. Objetivo. O aparato estatal opera eficiente e eficazmente, o pacto federativo funciona sem conflitos, há equilíbrio entre as regiões, e os recursos naturais são manejados de forma sustentada.

Aqui, são oito diretrizes, e a reforma política é uma delas, uma das prioridades; a repactuação da Federação, do pacto federativo, é outra dimensão. Um investimento no planejamento e na gestão, na qualificação dos profissionais, servidores públicos. Há necessidade de carreira, de perspectiva profissional e de investimento continuado na melhoria da gestão do Estado, na sua racionalidade, eficiência e eficácia. São elementos destacados como diretrizes.

Essa agenda foi tratada e concluída em agosto deste ano. Foi entregue ao presidente da República em agosto e, de lá para cá, o conselho vem tratando de cada uma das suas dimensões, a cada reunião, tentando aprofundar ou tentando fazer o diálogo sobre como as políticas públicas, que já estão em execução, respondem ou não a essas questões, e de como outras ou novas políticas, ou mudanças nas atuais políticas, deveriam estar sendo tratadas.

Há assuntos polêmicos, como o Conselho Monetário Nacional. Um dos assuntos sobre os quais tratou foi a educação; as relações internacionais serão tratadas na agenda de dezembro, mas vale a pena registrar que, no esforço de construção dessa agenda, com todos os dilemas e problemas que é estabelecer um diálogo sobre uma agenda tão grande, a formulação de políticas revelou, por um lado, que temos a possibilidade de avançar no diálogo e na possibilidade da contratação social. Segundo, que essa possibilidade talvez seja um dos caminhos reais para trilharmos políticas de médio e longo prazo que se possam transformar em políticas de Estado. Terceiro, que talvez seja possível os atores sociais colocarem na mesa todos os seus recursos políticos, financeiros e materiais, e não só colocarem na mesa demandas ao Estado; ou seja, que possamos sair de uma situação de demandantes ao Estado para uma situação de atores com capacidade política de contratação social.

Creio que essa experiência revela essa possibilidade e também todos os desafios que temos pela frente, para construí-la com maior detalhe e transformá-la em políticas que modifiquem a realidade brasileira.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR – Obrigado, Sr. Clemente, pela interessante exposição, por apresentar esse material tão rico produzido no conselho. Parabéns por sua capacidade de síntese. Se houver um pouquinho de tempo, vou tentar relacionar isso, no final, com algo que tem muita afinidade com esse material, que é o Plano Plurianual 2004/2007. Não sei se vai dar tempo.

Concedo a palavra ao Sr. Márcio por vinte minutos.

O SR. MÁRCIO POCHMANN – Obrigado. Boa tarde a todas e a todos. Manifesto minha satisfação e honra de poder compartilhar desse momento tão importante de reflexão a partir das contribuições do Professor Celso Furtado. Inegavelmente, estamos vivendo um momento extremamente importante, quando paramos para refletir e nos damos conta de que estamos sentados sobre ruínas em termos de modelos de desenvolvimento econômico e social. Aqueles que, pelo menos, ganharam mais importância ao longo do século XX, a começar pela experiência da social democracia, que vive certamente grandes dificuldades, especialmente no que diz respeito à experiência européia.

Também poderíamos aqui falar a respeito das dificuldades e ruínas do socialismo real, pelo menos aquela experiência que ganhou expressão a partir da revolução de 1917 e também certamente podemos falar das ruínas e fracassos do modelo neoliberal. Inegavelmente, temos a possibilidade de resgatar o planejamento, que foi um mecanismo-chave do séc. XX. De certa maneira, nessas duas últimas décadas, isso foi colocado em segundo plano, porque é o planejamento que nos permite olhar para frente e sonhar com o Brasil que queremos; mais do que sonhar, cumpre identificar os passos necessários para chegarmos lá.

O método que escolhi para fazer a minha exposição partiu da escolha de quatro aspectos referenciais de Furtado para fazer um contraponto com nossa atualidade no Brasil. Inicio com o primeiro ponto a respeito de Celso Furtado no que diz respeito ao seu otimismo e o compromisso com o Brasil, isso expresso nas suas obras, especialmente para quem teve oportunidade de conviver com ele ou, pelo menos, assistir às suas apresentações. Foi realmente bastante instigante identificar no intelectual da envergadura dele esse compromisso com o Brasil.

Para refletirmos bem as nossas possibilidades, o nosso compromisso e o otimismo que precisamos ter em relação ao Brasil, cabe-nos olhar o Brasil que temos pela frente. Esse mapa mostra bem o Brasil que tínhamos em 1950. Foi construído também por um grande brasileiro, José de Castro, a partir das informações existentes na década de 40 sobre a fome. Então, temos aí um Brasil pintado nessas três cores, uma divisão regional bastante forte, em que era a problemática da fome à época mais presente nas regiões Norte e Nordeste, principalmente no agreste do Nordeste, e uma situação não tão intensa nas regiões Sul e Sudeste brasileiras.

Então, estamos olhando o Brasil do ponto de vista da exclusão social mais primária, no que diz respeito à fome, à incapacidade de ter renda ou acesso a alimento e terra.

O próximo mapa mostra o Brasil do ano 2000. Estamos olhando o Brasil não apenas e tão-somente pelo indicador da fome, mas também olhando outros fatores, como desemprego, analfabetismo, desigualdade de renda, violência; enfim, são sete indicadores. Não temos tempo aqui para explicá-los. De certa maneira, mostra que o Brasil ainda tem traços regionais de extrema desigualdade e o quanto realmente precisamos intervir sobre o território nacional, almejando uma realidade muito diferente.

Se os senhores olharem – não está preciso, mas tem alguns pontinhos em verde no sul-sudeste –, podemos ver os pontos em que temos menor exclusão social. Olhando esse mapa, tem-se a idéia de que o Brasil ainda é uma ilha de inclusão, rodeada por um grande mar de exclusão.

No outro mapa que gostaria de mostrar, também não está muito claro, mas, pelos pontos em vermelho – justamente os pontos onde estão os ricos no Brasil –, é possível perceber a presença dos ricos por meio de dados. Os ricos no Brasil se escondem. Então, é muito difícil termos informações muito precisas, mas até onde há informações, vemos que há inclusão social onde moram os ricos. Isso diz respeito a apenas alguns pontos no território brasileiro, praticamente onde temos a concentração dos ricos. Estamos falando de alguma coisa em torno de um milhão e duzentas mil famílias que podem ser consideradas ricas em um país com 53 milhões de famílias.

Voltando ao primeiro ponto: sobre o otimismo e o compromisso de Celso Furtado com o Brasil. Acho que nós, inegavelmente, estamos diante de uma posição brasileira que, de certa forma, é singular se levamos em conta o salto tecnológico que estamos vivendo hoje.

Do ponto de vista histórico, nunca o Brasil teve a oportunidade que está tendo hoje. Celso sempre lembrava que o Brasil é um país de oportunidades nem sempre aproveitadas.

Peguemos a primeira revolução tecnológica, no século XVIII, 1750-1810/1820, do tear mecânico, da ferrovia. O que era o Brasil nesse período? O Brasil era uma grande colônia submetida ao exclusivismo metropolitano português que praticamente passou à

margem do salto tecnológico daquele momento que transformou a sociedade da época.

Na segunda grande revolução tecnológica, final do século XIX e início do século XX, com a energia elétrica, o motor a combustão, o petróleo e tantas outras transformações, ainda estávamos prisioneiros de um modelo arcaico de trabalho forçado, vinculados ainda ao Império. Constituímos uma república, mas uma república que inventa a eleição sem voto, pelo menos até 1930.

De tal forma que os avanços e a possibilidade de internalizarmos a inovação tecnológica da segunda revolução ficou para um momento muito distante, para quase setenta anos depois: o Brasil começa a montar automóveis quando o mundo se prepara para ir à Lua.

(Interrupção da gravação.)

...dando essas oportunidades. Em que medida estamos fazendo com que este País possa avançar e pegar essa onda da inovação tecnológica?

Penso que já perdemos; temos feito opções equivocadas em relação à questão da informática, mas temos pela frente a biotecnologia que, inegavelmente, nos colocaria em uma posição muito importante caso viéssemos a aproveitar com precisão as oportunidades que temos.

Um outro ponto dessa questão diz respeito inclusive ao esforço que fez Celso e um conjunto expressivo de intelectuais militantes do desenvolvimento brasileiro no que diz respeito à mudança do Brasil na sua inserção na economia mundial. Estamos falando do século XX, em que predomina a divisão entre o trabalho agrícola e do trabalho industrial, quer dizer, todo o esforço de industrializar este País e a identificação de que somente pela industrialização teríamos condições de valorizar o trabalho e construir uma sociedade muito diferente daquela que predominou, que foi a sociedade agrário-pastoril.

Estamos diante de uma nova divisão internacional de trabalho. Não é mais a divisão entre trabalho industrial e trabalho agrícola. Se olharmos as perspectivas da mudança tecnológica, estamos diante de uma divisão internacional do trabalho entre concepção e execução. Ao contrário do que muitos dizem, justamente os países que mais têm investido em tecnologia são os países que, hoje, convivem com menos desemprego, são os países portadores de melhores condições de salário e de remuneração, de melhor distribuição da renda. Acredito que ninguém tem dúvida de que os países desenvolvidos são os que mais investem em tecnologia. E, ao contrário do que se dizia há algum tempo, são os países com menos participação no desemprego mundial.

Em 1979, o G-7 – sete países mais ricos do mundo – respondiam por quase um terço do desemprego mundial que, à época, era de 45 milhões de pessoas desempregadas. Em 2002, são dados da OIT, o mundo teria 160 milhões de desempregados, no conceito aberto, desemprego aberto, só que o G-7, hoje, responde por menos de 11% do desemprego mundial. Ou seja, o desemprego, hoje, é característica cada vez maior de países subdesenvolvidos e que menos investem em tecnologia.

Esta é uma questão: qual é a perspectiva que estamos oferecendo em termos de inserção a essa nova divisão internacional do trabalho, justamente quando países de baixa escolaridade terminam sendo exportadores de mão-de-obra qualificada, países exportadores de cérebros?

Um segundo ponto que quero aqui abordar diz respeito à contribuição de Celso Furtado na interpretação da dinâmica capitalista brasileira. Certamente, houve um questionamento muito oportuno sobre a visão de Furtado a respeito da estagnação nos anos 60, um debate importantíssimo tratado pelo Profª. Conceição Tavares e José Serra, naquela época: se, de fato, estávamos diante da estagnação ou não.

Mas eu queria explicitar em que medida essa reflexão de Celso Furtado dos anos 60 pode ter alguma atualidade quando analisamos este último quarto de século e encontramos sinais fortes de estagnação, de perda de posição relativa do Brasil ante o mundo.

Em 1980, o Brasil tinha uma renda **per capita** equivalente a um terço da renda **per capita** americana. Dados de 2003 mostram que o Brasil tem uma renda **per capita** abaixo de 20% da renda **per capita** americana. Nós, que ocupávamos 16ª posição no desemprego mundial em 1980, pulamos, em 2003, para a 3ª posição do desemprego, a despeito de sermos a quinta maior população do mundo.

Se olharmos os indicadores sociais, poderemos perceber que houve uma regressão não apenas no desemprego, com uma taxa de desemprego de 2,2%, mas uma taxa de desemprego, dependendo do indicador, ao redor dos 10%. Há um aumento significativo da violência neste País. E há profunda concentração da renda funcional neste País.

O grande debate dos anos 70 a respeito da concentração da renda, da crítica à ditadura militar foi feito quando, em um período de 20 anos, se regrediu cinco pontos percentuais na disposição funcional da renda. Tínhamos, em 1960, 55% da renda formada pelo trabalho; em 1980, caímos para 50% da renda nacional formada pelo rendimento do trabalho; o último dado de 2003 mostra que a participação do traba-

lho na renda nacional encontra-se um pouco abaixo de 36% do PIB.

O terceiro ponto que eu queria trazer diz respeito à contribuição do Prof. Celso Furtado, ao entendimento sobre desenvolvimento. Pensar e atuar como ele fez. A promoção do desenvolvimento, a partir da industrialização de uma sociedade agropastoril colocou, certamente, condicionalidades que estão presentes na sua obra, especialmente na discussão sobre o enfrentamento da heterogeneidade. É claro que estamos falando de uma heterogeneidade numa sociedade que se transforma de uma sociedade rural em uma sociedade urbana, mas uma sociedade que dobra sua expectativa média de vida, de 34, 35 anos, no final do século XIX, para algo como 70 anos, no final do século XX. Uma sociedade que colocou certamente não apenas a construção do Estado, especialmente de políticas públicas de natureza específica para o enfrentamento daquilo que poderíamos reconhecer, no século XX, como sendo, hoje, a velha pobreza.

Tratava-se de enfrentar a questão da fome, do analfabetismo, para o qual a constituição de um Estado com políticas setoriais seria mais do que suficiente. Se há o problema do analfabetismo, é importante ter um ministério, uma secretaria que aponta para essa perspectiva, ou seja, a formação de uma intervenção clara no que diz respeito à unidade do problema. Se há fome, como fazemos para superá-la. É uma questão de distribuição da terra, de colocar cesta básica, de melhorar a renda, que dizem respeito à setoralidade das políticas.

No entanto, quando analisamos o momento presente, percebemos, na sociedade pós-industrial – se é que podemos chamar assim –, que estamos diante de um aumento bastante significativo da expectativa média de vida. Os demógrafos já começam a falar na possibilidade de, daqui a três ou quatro décadas, a população ter uma expectativa média de vida em torno de 120 a 130 anos. Isso certamente nos colocará questões mais importantes do que aquelas de que estávamos fazendo reflexões nos anos 50. Mais do que isso. As novas concepções a respeito da pobreza. Pobreza não é mais e tão-somente um fenômeno unitário como o é a fome. A nova pobreza hoje é algo mais complexo e coloca uma totalidade no seu entendimento. Quem é hoje pobre não o é só porque não tem renda, mas também é pobre porque não tem trabalho, não tem educação, não tem saúde. E a tradição das políticas públicas em geral é que elas permanecem ainda como políticas setoriais: os pobres da saúde, os pobres da educação, os pobres do trabalho e assim por diante.

Reforma agrária: há 50 anos, talvez fosse distribuir melhor a propriedade fundiária. Talvez hoje não seja somente isso. Apenas e tão-somente distribuir terra não é suficiente. São necessários, junto com a terra, técnicas novas de produção, comercialização, crédito, postos de saúde, escolas, ou seja, exige um padrão novo de políticas públicas matriciais intersetoriais.

Não há dúvida de que, nessa concepção, não há nenhuma novidade. Lamentavelmente, não é a tradição das nossas políticas. Permanece a setoralidade, o elevado custo-meio na implementação das políticas. De um terço a 50% é muitas vezes o custo de uma política quando opera nessa modalidade. Isso se dá justamente no momento em que há uma regressão no que diz respeito ao espaço do Estado de fazer políticas. Em 1980, o Estado brasileiro respondia por 12% do total da população economicamente ativa ocupada. Em 2003, o Estado brasileiro respondeu tão-somente por 8,2% dos trabalhadores ocupados. Ou seja, tivemos uma regressão de 2,5 milhões de trabalhadores no setor público. Não é possível fazer políticas públicas adequadas se não tivermos equipamento e funcionalismo decente. Não acredito na terceirização.

Por fim, o último ponto diz respeito ao pleno emprego e à distribuição de renda.

Quais seriam, a partir da obra de Celso, as razões dessa nossa dificuldade de juntar o crescimento econômico com uma melhor distribuição da renda e, especialmente, o pleno emprego? Olhando essa perspectiva brasileira, observamos pelo menos três aspectos que eu gostaria aqui de ressaltar. O primeiro, em relação a nossa baixa cultura democrática. O Senador Aloizio, em sua exposição, chamou atenção para o fato de que, nos últimos 60 anos, somente três Presidentes eleitos concluíram seus mandatos. Podemos ir mais longe. O Brasil tem uma história de quase quinhentos anos, mas não tem cinqüenta anos de democracia. Não me refiro apenas à democracia representativa, mas à democracia participativa, que é um elemento fundamental para o desenvolvimento. Em um país continental, com tão grande heterogeneidade, é difícil constituir formas que dêem convergência a uma nova maioria, uma maioria que seja capaz de resistir à luta em um país tão desigual.

Segundo ponto que quero ressaltar é o fato de o Brasil ter sido, ou melhor, ser um país com um capitalismo sem reformas civilizadoras. Falo da nossa enorme dificuldade de fazer reformas, pelo menos aquelas três que foram protagonizadas nos países hoje desenvolvidos. Este é um país que não fez reforma fundiária, não democratizou a propriedade da terra; um país que não fez reforma tributária. Temos uma estrutura tributária regressiva, ou seja, os ricos praticamente não pagam impostos, primeiro porque não querem, segundo porque nos faltam tributos adequados para tributá-los. A

tributação progressiva foi a grande conquista no Século XX, pois foi ela que permitiu a constituição de fundos públicos, absolutamente fundamentais para a terceira reforma, que é a social. Não constituímos educação, saúde, pelo menos de forma universal e adequada.

Quem estuda a questão do desemprego no Século XX, especialmente na experiência de países pós-guerra, percebe que, nos países desenvolvidos, houve dois fatores importantes no que diz respeito ao emprego: primeiro, o compromisso com o crescimento econômico; segundo, no que se refere ao papel do Estado, seja na promoção do gasto público – de cada dez postos de trabalho abertos nos países desenvolvidos, pós-guerra, seis decorreram do gasto público, que é fundamental, não apenas no bem-estar social, na desmercantilização da proteção social, mas também em uma política de emprego –, seja também, fundamentalmente, no que diz respeito ao financiamento da inatividade, que foi uma das grandes novidades do capitalismo no Século XX, ou seja, a possibilidade de os filhos dos trabalhadores e os trabalhadores idosos poderem viver sem terem mais que ir ao mercado de trabalho. Todos sabem que a industrialização européia foi feita, em grande parte, com mão-de-obra infantil, mas, no Século XX, foi possível financiar a inatividade de crianças, pelo menos as com menos de 15 anos, que não poderiam trabalhar, e de pessoas com mais de 65 anos, em média, que deixavam de trabalhar para poder viver na inatividade.

Na nova sociedade, pós-industrial, há uma questão certamente, que diz respeito a como financiar a inatividade de alguém que vai viver 120 anos. Em países como a Alemanha, por exemplo, não há ingresso no mercado de trabalho antes dos 25 anos de idade. De cada dez jovens, de 15 a 24 anos de idade, apenas um está no mercado de trabalho. Como financiar isso, a não ser por fundos públicos? Esse é um ponto ressaltado.

A questão mais interessante diz respeito ao reconhecimento da nossa dívida social. Este País acumulou uma dívida que precisa ser enfrentada. O enfrentamento da nossa dívida nos abre a perspectiva de construir um país diferente do que temos hoje, o que certamente foi o grande dilema de Celso Furtado, e atualíssimo quando verificamos alguns indicadores sociais como no caso da educação, no ensino médio especialmente.

No que diz respeito à educação do ensino médio, temos tão-somente 35% dos nossos jovens de 15 a 17 anos de idade matriculados no ensino médio. O Chile, país próximo ao nosso, tem 85% dos seus jovens matriculados no ensino médio. Não temos salas ociosas para incluir os nossos jovens, caso houvesse esse compromisso, porque a inclusão de jovens de 15 a 17 anos no ensino médio brasileiro representa a incorporação de quase cinco milhões de jovens, ou seja, estamos diante de escalas, no que diz respeito à enorme herança social, de grande porte. Para incluirmos cinco milhões de jovens, é necessário abertura de 50 mil salas de aula. É necessária a contratação de 500 mil professores. Isso apenas e tão-somente na educação. Podíamos falar aqui da saúde. Quantos leitos nos faltam? Outro exemplo: 60% dos Municípios brasileiros não têm biblioteca pública. Então, a dívida social certamente é uma questão estratégica na construção de um Brasil solidário, um país que abra a perspectiva de inclusão de todos, o que sempre foi a perspectiva apresentada por Celso. Não está tão longe quanto nós imaginamos, mas, para que cheguemos lá, é fundamental a convergência em torno de idéias que Celso sempre defendeu.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. COORDENADOR – Obrigado, Márcio Pochmann. Você de fato escolheu quatro aspectos referenciais centrais do pensamento de Furtado: seu otimismo e compromisso com o Brasil, apesar de toda a pobreza; para enfrentá-la, a contribuição dinâmica de crescimento; a problemática do Estado; e a distribuição de renda. Você fez isso de uma forma extremamente interessante.

Agora nós damos a palavra ao Mestre Carlos Lessa, que disporá de vinte minutos para sua explanação.

O SR. CARLOS LESSA – Boa tarde.

Certamente, estar aqui neste momento tem para mim um significado especial, principalmente olhando todos os que estão reunidos neste lugar e vendo tantas pessoas cujos caminhos tantas vezes se cruzaram com os nossos ao longo da vida. E o motivo que nos reúne é prestar uma homenagem substantiva a Celso Furtado. E estive pensando em como fazê-lo e confesso que pensei em várias alternativas. E vou assumir uma que é, a primeira vista, menos rigorosa, porém tem para mim um conteúdo importante.

Eu aprendi com Furtado muitas coisas. Em primeiro lugar, seu livro **Formação Econômica do Brasil** foi o andaime pelo qual eu comecei a pensar Brasil. Na verdade, creio que eu e a minha geração toda, pela **Formação Econômica do Brasil**, foi levada a pensar o chamado "desenvolvimento enquanto processo histórico" e, ao mesmo tempo, a perceber que o puro discurso teórico, isolado da observação da História como grande parteira, era um exercício pouco fecundo. Eu nunca pude deixar de lado a minha enorme, a minha imensa admiração e dívida intelectual que

tenho ao **Formação Econômica do Brasil**, livro em que esbarrei já quase terminando o curso de formação universitária.

Contudo, houve outra dimensão de Furtado também extremamente importante na minha trajetória, que foi rigorosamente o conceito de "subdesenvolvimento". E o conceito de subdesenvolvimento não é um conceito que congela, mas mostra como padrões históricos peculiares a determinadas organizações do espaço mundo podem fazer com que certos países se modifiquem, mantendo-se com certas características estruturais intransformadas, ou sem transformação. Quase que parafraseando Lampedusa, tudo se modifica com muita rapidez, porém não sai do lugar.

E eu queria, então, prestar alguma homenagem ao Mestre Furtado, dizendo que, observando esse último quarto de século brasileiro, creio que as duas lições principais que obtive da convivência com a obra de Furtado, logo no começo de minha trajetória de formação intelectual, continuam sendo extremamente importantes, extremamente presentes.

Em primeiro lugar, é inquestionável que, nesses 25 anos, o Brasil teve, na melhor das hipóteses, um lento crescimento. Não vou falar de estagnação, porque essa é uma palavra que me cria uma série de problemas, porque ela interrompe processos, ela congela Estados. Na verdade, houve lento crescimento. Porém, eu queria chamar a atenção para o fato de que houve intensas transformações por baixo desse lento crescimento, transformações essas que se deram menos no espaço da economia - se bem que essas transformações da economia já foram razoavelmente mapeadas pela nossa discussão, pela nossa pesquisa, pela nossa controvérsia e pela nossa angústia – e mais no chamado corpo social, político e institucional.

Quero mostrar algumas delas para mostrar sua importância, eu não diria a sua novidade, mas diria os elementos de perplexidade que ela nos coloca.

A primeira eu vou olhar o que tem hoje aparentemente um peso cada vez menor dentro do chamado corpo social brasileiro, que é o setor agrícola. Aí é inquestionável, observando esse último quarto de século, um espantoso desenvolvimento da empresa agrícola. Afinal de contas, a empresa agrícola teve nesses últimos anos um desempenho realmente importante. O Brasil é hoje o quarto produtor mundial de grãos, o que é um desempenho, do ponto de vista quantitativo, extremamente expressivo, e essa agricultura que produz esses grãos, que produz carne, biocombustíveis, quero pensar cada vez mais o complexo, como produtor de álcool, e daqui a pouco, se agrega o grão também como biocombustível. Essa agricultura, que deu origem a uma empresa extremamente moderna, que lança mão de tecnologias muito sofisticadas, convive com outras formas de produção que parece ou sugerem a não transformação. Então, o mesmo país que é o quarto produtor de grãos, tem no agro hoje ainda dez milhões de brasileiros que estão rigorosamente na linha da miséria, com renda familiar igual ou inferior a um quarto de salário mínimo. Esses dez milhões correspondem mais ou menos aos brasileiros que não estão ligados *(Inaudível.)* de luz. Apesar de todo esforço que foi feito nesses anos, ainda temos uma percentagem relativamente expressiva de população e certamente muito expressiva no campo, que não está no Século XX, ainda está no Século XVIII, do ponto de vista de estar submetido ao bioritmo das galinhas no seu ciclo vital: dorme e acorda com as galinhas e com o cantar do galo, o que, por sinal, é muito simpático, diga-se de passagem. O cacarejar das galinhas, então, é fantástico, não é *(Inaudível.)* Ele sabe por que estou dizendo isso. Depois eu lembro um episódio da nossa juventude.

Esse campo passou por algumas transformações que são, de certa maneira inéditas e inquietantes. Alguém poderia dizer que, de certa maneira, o Brasil, cada vez mais uma plataforma de exportação de *commodities* e cada vez mais depositando seu medíocre crescimento no desempenho do setor agroexportador, estaria reeditando alguma coisa da República Velha. É um engano absolutamente fundamental porque, se nós cotejarmos o café com a soja, e vou me permitir fazer rapidamente um cotejo, perceberemos uma diferença muito importante. O café, na República Velha, era certamente produzido por "empresas e empresários brasileiros", os fazendeiros de café. Era certamente transportado em ferrovias que haviam sido ou incorporadas pelos mesmos fazendeiros de café, ou feitas pelo Estado a serviço da cafeicultura. Os exportadores eram brasileiros, eram grandes firmas brasileiras. E os bancos financiadores do café eram nacionais. A semente era produzida no país e o seu aperfeiçoamento genético era feito pelo Instituto Agronômico de Campinas, que desenvolvia novas variedades.

Na verdade, todo o ciclo do café estava sob comandos de interesses nacionais. Se eu fizer com a soja o mesmo exercício, o quadro é radicalmente diferente. Certamente as grandes empresas agrícolas são predominantemente nacionais, quase não há presença de empresas estrangeiras na produção de grãos. E o transporte, pelo menos na etapa do caminhão, ainda é feito por transportadores nacionais, mas parou por aí, porque a semente não é mais brasileira, está controlada pela Monsanto, a exportação não é brasileira. Toda soja é comercializada por quatro empresas, nenhuma brasileira. O fertilizante não é mais brasileiro, é

produzido por subsidiárias filiais estrangeiras. Poderia ser nacional, mas foi privatizado o setor produtor de fertilizantes. O aperfeiçoamento técnico das variedades em soja não é mais da Embrapa, que está sendo sucateada; é, na verdade, alguma coisa que está no espaço – eu diria no caso da soja da Monsanto. E o maquinário também é todo ele produzido por filiais estrangeiras.

Na verdade, da cadeia produtiva da soja, ficou circunscrita ao Brasil apenas a etapa da produção. A sua articulação não se dá mais basicamente via bancos nacionais; a articulação se dá por meio de operações muito complexas, em que a Bolsa de Mercadorias e Futuros de Chicago é um elemento decisivo na construção das cadeias que financiam o setor, a partir das quatro grandes operadoras desse mercado. É outra coisa, não é o café.

Eu diria que talvez o ciclo da carne ainda se aproxime um pouco do café. Mas, quanto à agroindústria açucareira, há sinais muito claros de que ela passa a ser, cada vez mais, objeto de uma atenção preferencial das empresas internacionais.

Quero apenas chamar a atenção para o fato de que, frente a uma grande contração das *commodities*, não se espere uma reação igual à de 1929, porque os protagonistas são outros – já não são mais nacionais.

Agora, se eu passasse para a cidade brasileira, eu diria que a urbanização avançou muitíssimo neste País. Nós hoje formalmente temos 80% da população nas cidades. Eu acho que essa é uma variação um pouco excessiva, porque talvez a pequena cidade do interior, a pequeníssima cidade ainda tenha muito mais características de comunidade rural do que propriamente urbana, mas a maioria da população está urbanizada, e pelo menos metade da população está nas metrópoles. Essa metade da população que está nas metrópoles reproduziu, **interna corporis**, as mesmas distâncias que existiam antes no espaço Brasil como um todo. É como se houvesse uma condensação das distâncias agora justapostas dentro do espaço urbano, onde são marcadas impressionantes diferenças. Algumas dessas diferenças têm implicações sobre o tecido social que creio não foram ainda adequadamente pensadas.

Vou-me permitir chamar a atenção para o seguinte aspecto – a literatura estrangeira sobre esse aspecto é razoável, mas a nossa é muito pobre: o homem urbano brasileiro hoje não é mais um migrante; ele é geralmente o filho de um migrante. Ele já não é mais a primeira geração que se transferiu para a cidade, em busca das luzes das cidades. Ele nasceu e se desenvolveu na cidade. Isso faz uma enorme diferença, porque o seu pai teve a percepção de sair do Século XVIII e chegar ao Século XX. Na verdade, a cidade aparecia ao migrante como um espaço cheio de possibilidade, alguma coisa como uma espécie de loteria da vida. Ele poderia dar sorte. Já o filho dele, aquele que nasceu na cidade, conhece o que a cidade pode oferecer e não tem mais nenhuma visão de espaço lotérico. Na verdade, ele recebe, a partir de um quarto de século de lento crescimento, a informação contrária: a de que a cidade não vai lhe dar nenhum bilhete. Então, ele encontra duas saídas possíveis. Uma delas é a tendência para uma neo-religiosidade. É um fenômeno absolutamente impressionante a velocidade como isso progrediu. Eu até penso que, para a base recrutada pelas novas religiões, há um tipo de mobilidade transcendental, que seria a passagem para uma afirmação num outro espaço, mas há também uma mobilidade vertical, porque forma a sua própria hierarquia. Os pastores representam formas de ascenso social dentro dessa nova configuração. E é um protagonista absolutamente novo dentro do tecido social e político brasileiro.

Não tenho informação muito atualizada do que está acontecendo nos países irmão do continente. Porém, neste particular, creio que o fenômeno é rigorosamente generalizado. Ou seja, o mesmo fenômeno está acontecendo em praticamente todas as capitais sul-americanas, em todas em metrópoles do nosso continente.

Aí, um movimento que é extremamente inovador e que porta algumas questões desafiantes. Uma delas é a seguinte: será a constituição desse novo protagonista o fundador de uma nova ética? Será um protagonista relevante na trajetória política subseqüente ou terá um outro tipo de comportamento? Não sei prognosticar, mas certamente esse é um dado absolutamente fundamental se se quiser pensar mais além do já e do agora. Não tenho a menor dúvida de que se Furtado continuasse com a sua cabeça funcionando em algum momento ele iria colocar dentro da cultura a que fazia referência o Otávio, com grande importância, essa construção de novos valores que estão dando. Por favor, não façam nenhuma transposição weberiana para interpretar o fenômeno, porque não serve, é de outra natureza. Não dá origem a capitalismo nenhum; dá origem a uma outra coisa. Suponho inclusive que é uma reconstrução do tecido social, com a constituição de códigos próprios, de regras próprias, uma espécie de construção cidadã, alternativa e paralela.

Há um outro caminho. Esse outro caminho coloca para nós algumas questões muito desafiantes. Vou me permitir fazer referência a duas delas. Primeiro vou fazer referência à família uniparental, que poderia ser

tecnicamente a família *(Falha na gravação.)* família onde existe o adulto e crianças, mas um adulto apenas. Isso daí poderia, por exemplo, ser incorporado, numa visão de um movimento feminista, como uma afirmação, uma equiparação da mulher e uma plenitude de realização dela. Isso pode ser verdadeiro para setores médios da sociedade.

Agora, popularmente, não é isso não. Popularmente, é uma tragédia, porque, basicamente, o perfil dessa família uniparental corresponde ao de uma mulher jovem, que tem um ou dois filhos de pais que não assumem a paternidade. Na verdade, ela não tem sequer o registro do pai. Essa mulher, como podem compreender, tem um problema duplo: de obtenção de renda monetária e, ao mesmo tempo, de guarda e proteção de sua criança. Obviamente é uma tarefa gigantesca para ela, e ela é a presa fácil das empresas de terceirização informais. Uma das coisas mais indecentes que acontece na sociedade brasileira é que essas empresas que contratam a mão-de-obra para atividades-meio, que as grandes empresas terceirizaram, se nutrem basicamente dessa força de trabalho, pagando-a de forma absolutamente aviltada. A pessoa normalmente não tem nem salário mínimo nem carteira assinada. É uma coisa trágica.

Sabem quantas são as famílias uniparentais desse tipo na cidade do Rio de Janeiro? Vinte por cento. Vinte por cento das famílias já são desse tipo.

Por que isso está acontecendo? Creio que por muitas razões, mas o Pochmann podia imediatamente nos dar a resposta. A taxa de desemprego selvagem que assalta a juventude, a faixa que vai de 16 a 24 anos dá 47% desempregada, sem ensino profissionalizante e sem perspectiva de inserção em qualquer atividade, é evidente que nenhum reprodutor vai assumir a paternidade de nenhum feito. A pobre mãe assume porque o útero retém dentro de si o resultado de algum pequeno equívoco.

Agora eu queria que projetassem um pouco mais além do que serão, no futuro do tecido social, os filhos dessas famílias. Nós estamos criando o que, dentro do nosso corpo social? Um tipo de (aspas) "casta", um estamento, uma espécie de resíduo social? É muito grave, é gravíssimo. Até onde eu consigo perceber, esse fenômeno é hoje dominante nas grandes cidades brasileiras. Não sei como se passa em outros países do continente, mas é um fenômeno de imensa e definitiva importância.

Os jovens, tirando aqueles que se orientam pela ascendência para buscar realização em outro espaço, não têm alternativas. Então, obviamente, um pedaço deles é atraído para o tráfico de drogas, em que a esperança de vida se resume a 3 ou 4 anos. É tão importante a morte de jovens da pobreza nesse processo que a nossa pirâmide demográfica já está afetada pela falta de elementos masculinos com idade no intervalo entre 16 e 30 anos; já é perceptível na pirâmide demográfica. E nós ostentamos agora o duvidoso título de ter a quarta taxa de homicídios como causa de morte e externa da população entre 16 e 45 anos. Somos superados apenas pela África do Sul, pela Colômbia e pela Venezuela e acredito que a maior parte dos países não tem estatística confiável para isso. Mas estamos no quarto lugar. Talvez um país da África subsaariana tenha taxas mais altas, mas não há registro. Dos países que registram, estamos em quarto lugar.

Senhores, a juventude mantida dentro do espaço urbano, sem qualquer perspectiva de amanhã, sem visão de futuro, vivendo este tipo de processo a que me refiro, promete um cenário que continuado lento o crescimento, não sei exatamente o que vai dar, mas eu não ousaria prognosticar nada de bom, nada de bom. Essa impercepção intuitiva que têm hoje os ricos ou quase ricos tem construído cada vez mais uma tentativa de segregação dentro do espaço urbano; na verdade, a tendência é, cada vez mais, dentro do tecido urbano, da organização dos chamados condomínios fechados, que são tentativas de privatizar o que é público. Ou seja, a partir d cerca do condomínio, constitui-se um tipo de autoridade que não é mais pública, mas é autoridade do condomínio. Correto? No mínimo, se reduz e se restringe o direito de livre circulação porque, obviamente, há um ponto de passagem para entrar ou sair do condomínio.

Se fosse só o condomínio seria pouco, mas há essa outra coisa espantosa que é o centro comercial. Eu não gosto de usar a expressão *shopping center* porque tento preservar ainda o idioma ibérico. O chamado centro comercial é um espaço de segregação muito mais radical do que um condomínio porque ele se agrega eliminando toda e qualquer referência ao lugar: não há mais paisagem, não há mais dia e noite, controlam-se todos os fatores e se estabelece no âmbito do centro comercial uma autoridade para-pública de natureza privada que tem poderes em alguns casos até surpreendentes.

Na verdade, esse movimento de segregação pode gerar também, num processo que se projeta no tempo, um tipo de juventude que se cria dentro do espaço segregado. Para esse grupo, o que está fora do condomínio é estrangeiro. Então a convivência vai sendo destruída nesse processo de segregação em que estamos matando a praça pública. Está claro? Eu acho que está posta, por conseguinte, dentro do tecido urbano uma tendência absolutamente preocupante, que, se não for revertida – insisto –, promete

tornando extremamente violento. A expressão dessa violência não está só nas questões ligadas à economia da droga, mas também no comportamento dos jovens filhos dos segregados que começam a se comportar **externa corporis** do condomínio como se fosse uma projeção tribal que enfrenta outras tribos. Não sei se vocês acompanham, mas há um crescimento expressivo de conflitos entre tropas de jovens de condomínios **versus** condomínios, arena de luta, predominantemente nos espaços de lazer de uma brutalidade de escala sem nenhum referencial de cidadania ou de solidariedade. É uma degradação muito grande. Eu ousaria dizer que o que está sendo destruído é a **res publica**, a coisa pública.

O processo de privatização é muito mais avançado do que sugere a simples transferência de algumas empresas produtivas do setor público para o setor privado. Na verdade, o que está se acontecendo é que o mundo da mercadoria está encurralando o mundo do bem público. É curioso, mas, de certa maneira, a pauta de discussão pós-revolução francesa tem total atualidade no Brasil de hoje. Entendo que deve acontecer o mesmo em toda a América do Sul. Nós teríamos de repensar o que é público e o que é privado e, por um pacto, que é, necessariamente, constitutivo de uma institucionalidade traçar a fronteira. Caso contrário, eu diria a vocês que a cidade vai se converter em alguma coisa que não tem nada a ver com a idéia de um espaço onde há uma cidadania interativa e cordial; vai-se converter em um espaço rigorosamente recortado, onde a autoridade pública vai se convertendo em resíduo dentro desse mesmo espaço. Um dos poucos setores que gera emprego significativamente é a segurança privada associada a esse modo de organizar a cidade.

Acho essa uma das projeções do subdesenvolvimento, nesse período de estagnação, a mais atemorizante de todas as coisas. Creio que neste momento não temos soluções pensadas com grande facilidade, quer dizer, certamente todos nós diremos que uma política de ativa criação de emprego iria melhorar o cenário da mesma forma que reforçando a capacidade de gasto do setor público seria possível fazer políticas públicas universais, incorporadoras etc., porém, os modos de operacionalizar essas políticas nós não os conhecemos nem os sabemos. Há problemas muito sérios, em alguns dos deles há suspeita de reversibilidade muito duvidosa.

Eu queria chamar a atenção para mais um aspecto desses que estão ocorrendo por detrás do lento crescimento e mostrando como o subdesenvolvimento é "dinâmico", ou, pelo menos, é inovador. Eu queria fazer referência a alguma coisa que eu chamaria, à falta de outro nome, "padrões de articulação novos" entre o núcleo dito moderno da sociedade e a nossa periferia social.

Eu podia ficar muito tempo – certamente os cinco minutos de que disponho não dão para isso, então, vou apenas dar uma amostra dessas configurações. Eu vou falar daquele que talvez seja o mais importante de todos a meu juízo. Existe um desenvolvimento de uma forma extremamente importante como estratégia de sobrevivência e como estratégia de fruição dos bens da modernidade, que é a geriatria do objeto. Eu diria que o núcleo moderno para tornar o durável não durável e toda a pedagogia do consumidor é feita no sentido de que ele deixe de ser um colecionador e passe a ser um estuprador. Claro, o prazer não está em ter a coisa, está em usá-la pela primeira vez. É isso que explica o deságio brutal que tem o automóvel zero quilômetro quando sai da concessionária, na mesma calçada, perde 15% do seu valor.

Poderíamos falar aqui do estuprador como o consumidor desejado pelo mercado global, mas não vou falar porque isso não interessa. O que quero pegar é o movimento contrário que é feito, que é o de dar durabilidade ao que deveria ser finito. Chamo atenção para os números que vou citar, que acho absolutamente impressionantes. O caminhão de estrada no Brasil tem dezoito anos, em média. A frota tem, em média, dezoito anos. Os tratores agrícolas brasileiros têm, em média, trinta anos. Vocês sabem o que isso significa? Existem artesãos mecânicos que produzem as peças depois que elas pararam de ser fabricadas. Eles dão longevidade ao que deveria já ter sido sucateado. Na verdade, é a maneira pela qual se filtram para o espaço, vamos dizer, periférico do desenvolvimento os bens produzidos pela sociedade opulenta. Mas, ao mesmo tempo, filiam e ampliam o mercado para essa mesma economia opulenta, numa simbiose que é extremamente original, porque nada mais parecido com o artesão medieval do que o mecânico de beira de estrada ou o lanterneiro que recupera uma carroceria ou o rapaz que sabe, na seção – todo industrial sabe disso –, que engenharia reversa é uma expressão muito bonita, mas o nosso operariado aprende a fazê-lo desmontando as máquinas para procurar o defeito. Quantos são? Centenas de milhares. E o mais curioso é que, numa operação bastante hipócrita, eles são chamados de microempresários.

Então, temos uma estatística curiosíssima pela qual oitenta e tantos por cento das microempresas só tem o empregador, não tem empregado. Na verdade, é uma maneira muito curiosa pela qual se consegue converter, em muitos casos, aquele que fica desempregado e procura sobreviver na informalidade com um

desses procedimentos em empresário de si próprio. O exemplo melhor que conheço é o do engenheiro que, desempregado, compra uma carroça de pipoca. Ele passa a ser empregado e empresário que emprega a si próprio. E as pessoas que o computam como gerador de emprego se esqueceram de que cada engenheiro que compra uma carroça de pipoca retira um popular do ofício de vender pipoca. Então, é como se o sistema todo estivesse fazendo uma expulsão das atividades mais interessantes da informalidade na área de pobreza, o que é confirmado com a queda sistêmica da renda média do informal. E a renda do formal, que também cai, está acompanhada de uma extensão do prazo médio de educação. Não é a educação que cria emprego, mas o mercado extremamente restrito é que dá preferência a quem tem mais anos de instrução.

Por que estou dizendo isso? Porque de novo fico aflito em colocarmos em uma camisa terminológica e num padrão categorial fenômenos do subdesenvolvimento usando a linguagem que não é adequada. Artesão não é microempresário. O que é um informal? Não vou entrar por aí, mas essa é outra discussão, absolutamente fundamental para entender a questão desta mesa, que, como me disseram, era a das relações entre desenvolvimento e concentração de renda. Estou querendo chamar a atenção para que a progressão do subdesenvolvimento cria novos padrões de distribuição de renda. Eu reservei para o final o que considero o processo mais central e mais devastador de todos, que é a apropriação pelo Estado como um instrumento de captura de excedente e relação entre renda financeira e riqueza mobiliária. Quando se pega o Brasil – e aqui o número é absolutamente impressionante – deste ano, com 145 bilhões de juros de dívida pública, e se compara esse número com o programa de ajuda do Bolsa-Família, que é o mais importante programa social que o Brasil faz, que vai, no final deste ano, atingir oito milhões de famílias, esse programa, que tem importância muito grande nos grotões e nas regiões que estavam nos mapas do Márcio como as regiões mais problemáticas só vai gastar R$7 bilhões, 1/20 dos juros da dívida pública.

Eu devo a uma pesquisa feita pelo Márcio uma informação importantíssima. O Márcio, trabalhando muito, lançando mão de uma série de hipóteses heróicas, conseguiu chegar a uma idéia de que 80% desses juros de dívida pública beneficiam, em última instância, vinte mil famílias.

Essa informação que ele dá sugere o seguinte: o Estado nacional brasileiro realiza, pela equação fiscal, uma transferência de 120 bilhões para vinte mil famílias e sete bilhões para oito milhões de famílias. O mais interessante é o que oito milhões de famílias que recebem a Bolsa Família têm uma melhoria relativa no seu IDH, não vamos desprezá-lo, não. Mas reparem a fantástica transferência que está sendo feita do miolo do corpo social para o *top* da pirâmide. O que se expressa, nos dados da repartição funcional a que o Márcio fez referência, e se expressa de maneira também muito clara em todo e qualquer estudo que eu conheço ligado a indicador de renda.

Essa apropriação do Estado como instrumento de criação de riqueza. Por quê? Porque o destino de uma parcela muito expressiva desses juros pagos é a aquisição de novos ativos financeiros derivados da emissão de títulos de dívida pública. Então, esse jogo é um jogo de acumulação absolutamente estéril, devastador, mas que deforma de maneira absolutamente definitiva toda e qualquer hipótese de melhoria de distribuição de renda.

Eu, toda vez que ouço discurso sobre focalização ou qualquer coisa parecida, por dentro fico dividido. Não vou fazer o discurso contra porque é evidente que, para cada família que recebe uma Bolsa Família, isso é importante. Mas, ao mesmo tempo, me sugere uma componente farisaica, espantosa, uma sociedade que festeja uma transferência brutal via tributária para essas vinte mil famílias e, ao mesmo tempo, distribui migalhas insignificantes para o corpo social.

Eu queria finalmente fazer uma última referência. A nova forma do subdesenvolvimento é a destruição da república e a demolição da nação. Na verdade, as instituições estão sendo corroídas para cronificar definitivamente o quadro do desenvolvimento. Por quê? Sem a nação não há como enfrentar a premissa de uma melhor distribuição de renda; sem a nação não há como resolver a questão da inclusão social; sem a nação não há como fazê-lo.

Não creio que ninguém aqui deposite muita confiança na filantropia internacional. Certamente ninguém espere que haja, pelo neoliberalismo, uma abertura do mercado de trabalho mundial aos nossos excedentes de força de trabalho, nem se faça qualquer sugestão, nem remota, de que será o investimento do exterior que irá dinamizar espontaneamente a periferia. Não é por aí. Então, ou é pela nação ou não é pela nação.

O que me angustia é que a nação está sendo desconstruída, e, ao mesmo tempo, no plano cultural, a idéia da república vai sendo devastada, porque o espaço da mercadoria vai atravessando, cada vez mais, os níveis que antes eram imaginados como níveis e espaços reservados à república. Se a república é encurralada e a nação, debilitada, podem nos colocar rigorosamente numa situação de subdesenvolvimento, onde pressupostos fundamentais para enfrentar a questão não estão presentes.

Eu paro por aqui. Não quis, de maneira nenhuma, transmitir uma visão pessimista. Eu não quis transmitir pelo seguinte – me dêem um minutinho que eu dizer por que eu sou otimista. Primeiro, porque eu acho que a linearidade na história é nota zero para toda e qualquer projeção de um cenário; é a forma de perder emprego. Eu só estava imaginando alguém que, no Século XVI, projetasse um mundo em que a Península Ibérica dominaria e teria uma colônia chamada Inglaterra. Mas, no Século IX, quem projetasse a Inglaterra não poderia nunca imaginar os Estados Unidos. Então, penso que toda e qualquer projeção tem o grande mérito de mostrar o que não vai ser a história. É evidente que este quadro de horror que estou projetando aqui não se vai configurar, porque não creio que sociedade alguma pratique suicídio ritual. É evidente que essa questão com a juventude que descrevi a vocês, de uma segregação progressiva do espaço urbano, vai inspirar um movimento de repúdio. Por onde vem esse movimento, não me perguntem, porque não tenho bola de cristal. Mas tenho absoluta certeza disso: as projeções que fiz não se cumprirão, porque são demasiadamente absurdas.

Entretanto, mais além desse discurso – que é um pouco mágico – de fé na capacidade que o homem tem de se reencontrar e se recriar por dentro, porque não há lei de termodinâmica aplicável à história, não há entropia na história, eu gostaria de chamar a atenção para que existem alguns dados de imensa importância e de grande potencialidade. Eu abri uma janela aqui quando falei do povo que cria formas de sobrevivência e, ao fazê-lo, move-se contra orientações que são determinantes. Ninguém tem dúvida de que a globalização caminha para esse consumidor perfeitamente idiota, que *(Inaudível.)*, vivendo num ambiente que não tem referência própria. A expressão máxima disso é o viajante, na Turquia, que quando entra em um *shopping* diz: "Que alívio, sinto-me em casa!" É verdade! Padronizou-se inteiramente. Esses espaços climatizados são muito parecidos uns com os outros.

Não. Ao contrário, penso que aqueles que são colocados **a latere** desse processo subsistem, sobrevivem e criam de uma maneira muito original. Eu gosto muito de pensar o seguinte: só a pobreza schumpeteriana, porque ela cria continuamente para sobreviver; ela tem uma imensa capacidade de desenvolver fórmulas de sobrevivência.

Aliás, Professor Sunkel – o senhor dedicou-se muito à questão ambiental –, eu diria que devemos uma medalha de honra ao mérito às populações pobres que reciclam tudo. Quem recicla é a favela! A favela é um espaço de reciclagem, ainda que seja proposto por certos discursos que é um espaço de degradação. Não, ela recupera tudo.

Aliás, uma informação: nós brasileiros, por exemplo, somos campeões mundiais de reciclagem de alumínio. Não há uma latinha que fique solta. Há tanta mão-de-obra disponível, que catam todas as latinhas e fazem reciclagem. Interessante!

Este é o povo que combina a coisa schumpeteriana da inovação com uma coisa profundamente conservadora, porque não pode se dar ao luxo de abrir mão de nada do que sabe, do que tem e do que faz. Então, ele é a grande fronteira para manter a identidade, porque não pode de maneira alguma deixar de ser o que ele sabe.

Há fatos muito interessantes que gosto de cifrar assim: enquanto a classe média "deleta" e "printa" para aproximar-se de Miami, não querendo usar os termos imprimir e apagar do velho Camões porque isso desqualifica, o povão faz o movimento contrário, escuta uma música em que há **tonight** e a transforma em "Melô do Tomate". Com isso, na verdade, ele é a grande reserva de identidade, no sentido mais profundo, de que a nossa sociedade dispõe.

Não sou nada pessimista, porque temos um povo admirável. Em algum momento vamos descobrir que temos uma elite de muito má qualidade e a questão será resolvida num grande encontro entre essas duas personagens. Mas, para isso, esperem a próxima edição do otimismo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR – Obrigado, Lessa.

Entre os nossos economistas de maior expressão no Brasil, o Lessa é aquele que tem a análise sociológica mais refinada, com certeza. Ele terminou de maneira bastante "furtadiana" os três minutos adicionais, porque Furtado levanta realmente – sempre levantou – o rol de questões, de problemas, e depois sempre transmitiu uma mensagem de otimismo sobre a construção da Nação, enfim, das pessoas sociais, da organização social. Ele fez isso o tempo todo. E isso nos remete um pouco, dentro da idéia de otimismo, a projetos nacionais de desenvolvimento, que foi um dos temas aqui levantados.

Gostaria de fazer uma reflexão a esse respeito – infelizmente não há tempo –, porque tem muitíssimo a ver com o que está no coração, enfim, no pensamento estruturalista, na tradição do Aníbal Pinto, do Furtado, da Conceição, que é pensar a questão dos estilos, ou padrões, ou modelos de desenvolvimento. Isso sai dali, dentro de uma perspectiva histórico-estrutural em que se pensa o regime macroeconômico, a equação financeira, a composição de agentes, a composição de produtos, a opção tecnológica, a direção do crescimento

– se é para dentro, se é para fora, se é desde a dentro – e sobretudo a relação entre crescimento e distribuição de renda, pela via do emprego, sempre.

No caso de Furtado, se houvesse mais tempo, eu discorreria um pouco sobre a relação entre o bonito trabalho que vocês desenvolveram no Cedes, no Conselho, e no que está no Plano Plurianual, pois há muita identidade. Talvez no Plano Plurianual haja uma coisa que vai além, que é exatamente pensar o padrão. Existem processos reais por detrás das agendas. E são os processos reais viáveis que dão, enfim, a possibilidade para que a agenda se cumpra.

Então, é preciso pensar exatamente a questão de estilo de padrão. E, dentro desse PPA, existe uma idéia de padrão de crescimento por consumo de massa que sai de Furtado, que tinha lá um modelo de *welfare* com pleno emprego e mais ou menos produtividade. E, quando perguntado sobre se isso cabia no Brasil, ele respondeu: "com alguma distribuição de renda".

É preciso distribuir a renda e mudar a estrutura produtiva. Sabemos hoje que a mudança de distribuição de renda é compatível com essa estrutura produtiva, com algumas modificações. Não há incompatibilidade. De modo que o caminho está aberto para isso. Essa é uma reflexão profundamente furtadiana, que está no Plano Plurianual 2004/2006 deste Governo e que relaciona crescimento com distribuição de renda, pensando toda essa agenda a partir de processos de acumulação e progresso técnico viáveis, pela sua relação entre crescimento, emprego e distribuição.

Bem, temos um problema de tempo. Nossa reunião final será de depoimentos. Teremos os depoimentos do Prof. Hélio Jaguaribe – o Roberto Smith não veio –, do Rubens Ricupero e do Theotonio dos Santos. O problema é que o Theotonio dos Santos precisa sair e, por isso, tem de ser o primeiro a falar. Mais do que isso, ele tem que falar imediatamente. Portanto, vamos adotar o seguinte procedimento: vamos ouvir o Theotonio dos Santos, vamos fazer um intervalo de cinco ou dez minutos e, em seguida, ouviremos os Mestres Ricupero e Jaguaribe.

Muito obrigado a todos. Peço um aplauso aos participantes.

(Palmas.)

Vamos ouvir agora o nosso Theotonio dos Santos, que é professor titular da Universidade Federal Fluminense e tem vários títulos que não vou mencionar - todos conhecem Theotonio, que é referência indispensável, essencial na literatura do desenvolvimento, pela sua contribuição em vários terrenos, especialmente na conceituação da dependência.

É um prazer, uma honra, Theotonio, ter você conosco aqui. Esta última reunião destina-se a depoimentos sobre o Mestre Celso Furtado.

Theotonio tem a palavra.

O SR. THEOTÔNIO DOS SANTOS – Infelizmente, esse problema do tempo complicou as coisas. Na verdade, estou chegando do exterior e não queria chegar tarde em casa.

Estou vindo da Venezuela, e o Banco Central daquele país fez um interessante seminário sobre Celso Furtado e agora fez um seminário sobre Prebisch, do qual participei – dois possíveis participantes estão aqui, e não foram; um deles é o Aldo. Realmente, é muito interessante ver essa recuperação do pensamento latino-americano. Foi um momento significativo, que demonstrou que esse papel que o Celso tem não é somente no Brasil. Eu queria recuperar este aspecto do Celso Furtado: no Brasil, ele tem esse peso muito grande, mas também tem na América Latina. O pensamento do Celso Furtado na América Latina é realmente parte essencial de toda uma geração. E, no momento de recuperação de um pensamento latino-americano, ele é logo apontado em primeiro lugar. O primeiro a ser discutido é o Celso.

Então, estamos diante de um pensamento que tem uma força extremamente importante, sobretudo no momento em que se procuram alternativas, tendo em vista que há um sentimento de fracasso dessa opção neoliberal – se é que foi algum dia opção –, há essa necessidade de se encontrar alguma alternativa e existe essa idéia, cada vez mais clara, de que a alternativa requer a recuperação do pensamento latino-americano. Assim, esse é um aspecto muito importante, que faz com que reuniões como esta e a idéia do centro, que está sendo desenvolvida, tenham uma atualidade extrema.

No caso da Venezuela, inclusive, há um aspecto a destacar: é que o próprio Presidente Hugo Chávez assumiu esse ponto de vista e tem falado dele insistentemente. Agora mesmo, na conversa com Kirchner sobre os acordos que estavam sendo feitos, Chavéz faz uma referência ao Aldo e ao Hélio Jaguaribe no livrinho que saiu, lê partes dos textos do Aldo – **Quatro Pontos de Debilidade do Pensamento Latino-Americano** – e assinala a absoluta necessidade de se tomar em consideração o pensamento latino-americano para fundamentar uma alternativa na região. Então, o fenômeno se expande, e é muito importante o sentimento desse papel.

O que eu queria assinalar – e deixo um texto para a organização do evento – é que existe uma base material para isso. O Lessa levantou toda essa problemática do sentimento de fracasso do neoliberalismo. E

esse sentimento decorre da compreensão e, mais do que isso, do contato com uma realidade cada vez mais violenta para a qual a região está caminhando. E não é só a região. Se pensarmos em nível mundial, caminha-se para uma situação extremamente grave, anômala, e é preciso construir caminhos alternativos.

É muito importante ver que essa nova agenda para o desenvolvimento, que aparece então como alternativa, está ganhando dimensão regional e também espaço em outras partes do mundo, onde evidentemente há sustentação política. Existe uma tendência para uma nova coalizão de forças políticas. Está-se desenhando com muita timidez ainda, mas se está desenhando. Essa nova coalizão, o novo bloco de forças políticas tem muitos elementos do período anterior à década de 60, quando houve esse forte processo de desenvolvimento na região, mas evidentemente o papel das extintas forças mudou muito.

Um dos setores mais importantes em todo o debate das décadas de 40, 50, 60 era a burguesia nacional, à qual se dava a tarefa de dirigir esse processo. Lembro-me agora do que dizia Guerreiro Ramos. Com aquela força de linguagem, ele dizia: "Temos de pegar a burguesia nacional pela gola e colocá-la na frente, na direção desse processo". Mas ela não foi à frente, entre outras coisas, porque tinha uma esperança muito grande de que teria um papel muito importante num processo de desenvolvimento mais global, apoiado no capital internacional; ela acreditou que teria um papel dentro das forças bastante significativo.

Creio que hoje a burguesia brasileira não acredita mais nisso, sobretudo tendo em vista a Alca. Realmente, houve uma reação contra a Alca no Brasil muito mais extensa do que apenas a reação popular. Definitivamente, ela se sente ameaçada. Ela não via nenhuma possibilidade de sobreviver diante da Alca, onde todas as burguesias deveriam ter um papel empresarial importante.

Esse fenômeno novo, de certa forma, é muito importante para explicar inclusive como se conseguiu, no caso brasileiro, que empresários assumissem um papel fundamental, por exemplo, na campanha política de Lula. Normalmente, não assistiríamos a isso em outra etapa histórica, não veríamos um apoio feito abertamente na televisão por setores importantes do empresariado, dando sustentação a uma candidatura cujo significado era fundamentalmente de origem popular, com a presença importante do pensamento de esquerda dentro do conteúdo dessa candidatura.

Se pensarmos na figura de José Serra, no que ele representava, veremos que não havia nenhuma razão para a burguesia deixar de apoiá-lo para apoiar alguém como o Lula. A razão, contudo, existe – são os fenômenos de que falou o Lessa. A gravidade da situação social e política mostra que não podemos apresentar uma alternativa somente de cima para baixo. É preciso uma alternativa que tenha um respaldo social profundo, e, de certa forma, a nossa burguesia está descobrindo coisas de que, por exemplo, a burguesia européia hoje tem certa consciência. Em momentos mais difíceis de crise, a burguesia precisa da social-democracia para sobreviver; ela tem que abrir certos caminhos, senão ela não tem espaço. Aqui no Brasil, de certa forma, essa idéia vem surgindo.

Creio que na Argentina também ocorre esse fenômeno, apesar de os amigos argentinos dizerem, sempre que falo sobre a situação brasileira, que lá na Argentina não há nada parecido com isso. Não creio. Acho que uma figura como o Néstor Kirchner, que vem da área não necessariamente empresarial, mas de uma área de classe dominante, normal do país, assumiu certas posições e tomou certas decisões que não se explicariam sem o grande movimento social que derrubou o De la Rúa e que colocou as massas na rua na Argentina. Realmente, se não se leva isso em consideração, não se tem proposta, e o caminho é de uma confrontação cuja forma não sabemos muito bem como deverá ser. Então, há uma atitude de setores importantes de nossa classe dominante em aceitar a necessidade de formas de expressão popular mais amplas e de uma participação maior no Estado, participação dos processos de decisão e participação de um projeto nacional que incorpore esses elementos.

Fiquei muito impressionado com o fato de o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – com participação, por exemplo, do Piva, representante do empresariado de São Paulo – ter aceito, por exemplo, a tese de que no Brasil existe um sistema tributário regressivo para a produção. Mas aí entendo: é natural que o empresariado produtivo queira uma situação impositiva que respeite o processo produtivo, que apóie o processo produtivo e do trabalho. Não sei se ele viu a forma final do trabalho também. Realmente, temos uma situação regressiva que afeta profundamente a renda e que ajuda a concentrar renda, como já discutimos aqui várias vezes, e nossa classe dominante, normalmente, não assumiu essa perspectiva. Ao contrário, grande parte do nosso empresariado ainda pensa que o desenvolvimento econômico e a nossa competitividade na economia mundial dependem, fundamentalmente, de salários baixos e de certa situação regressiva, portanto, inclusive do ponto de vista impositivo, do ponto de vista fiscal, etc.

Então, acho que essas mudanças de posição se explicam exatamente pela gravidade da situação que estamos vivendo e pela necessidade de se reconhe-

cer que é necessário retomar perspectivas que foram abandonadas na década de 60 e na década de 70. Mas é preciso retomar tais perspectivas aceitando um papel mais importante dos setores sociais que não tinham, naquele momento, um papel tão definitivo. É daí que venho trabalhando a idéia de que se está produzindo o caminho para um novo bloco, um bloco histórico na região, no qual os trabalhadores, os movimentos sociais vão ocupar um papel muito mais avançado no projeto do desenvolvimento nacional do que o que ocuparam nas décadas de 40 e 50.

Tenho impressão de que essa situação está-se desenvolvendo, está-se perfilando. Vamos ter 14 eleições neste ano na América Latina, e todas elas vão ser ganhas por governos de centro-esquerda - tudo indica -, exceto o caso da Colômbia, onde seguramente haverá reeleição. Nos outros casos, inclusive na Nicarágua, no México, no Peru, na Bolívia, em toda a região, serão governos de centro-esquerda, pelo que tudo indica. A não ser que haja uma mudança muito grande. Essa é uma situação absolutamente nova. E, nesse quadro de recomposição de bloco histórico, creio que o avanço nas várias partes vai reforçando o avanço nas várias outras regiões. É de se estranhar, por exemplo, ver o empresariado brasileiro apoiando a candidatura do Lula em 2002. É muito interessante ver o Kirchner sendo recebido pelo Hugo Chávez, tendo de escutá-lo falar, e ele mais ou menos fazer um ar de que está de acordo na luta comum da Argentina e da Venezuela contra o imperialismo norte-americano. São coisas que, evidentemente, toda a comitiva dele não desejaria colocar.

O SR. COORDENADOR – Estou preocupado com o senhor.

O SR. THEOTÔNIO DOS SANTOS – Com o meu tempo, não é?. Estou tentando controlar aqui.

Então, veja bem, nesse contexto, essa recomposição seria talvez o caminho para a formulação de uma agenda nova. Mas eu gostaria de dizer que há um limite muito sério nesse caminho, que é o domínio do pensamento neoliberal. Apesar de o neoliberalismo estar desmoralizado perante as massas, perante os setores sociais amplos, continua exercendo um terrorismo intelectual muito forte. Há um medo muito grande de enfrentá-lo como pensamento. Isso é uma situação que pesa muito no contexto político da região, em parte como pensamento, mas também em parte pelo que o neoliberalismo significa do ponto de vista de forças internacionais que solidificam as políticas defendidas por ele.

Vimos o Aloizio nos apresentar um quadro muito interessante de mudanças significativas que estão ocorrendo no Governo, mas, quando vamos chegando em certos pontos, há certo bloqueio. Ele admite que a política monetária é o principal limite para o desenvolvimento, para o avanço do Governo e para o País. Ele admite isso em sua análise, mas se dobra um pouco diante da situação da política monetária existente, na medida em que aceita que, realmente, não podemos ter metas de crescimento muito grandes, muito fortes, e que temos de pensar numa taxa de crescimento relativamente baixa, que é parte desse conjunto de pensamento.

Costumamos discutir, por exemplo, essa idéia que quase todos têm – parece ser unânime – de que o Greenspan foi o grande administrador do crescimento econômico americano da década de 90. Mas o Greenspan passou toda a década de 90 dizendo que não podiam continuar crescendo os Estados Unidos, porque viria uma inflação colossal, e, no dia seguinte, os dados mostravam que a inflação estava diminuindo e o crescimento aumentando. Sem falar nos mais de 20 anos de crescimento da China a 10%, sobre a qual todos os anos, todos os meses e quase todos os dias se lê que vai entrar numa crise gravíssima, numa situação inflacionária colossal, etc., etc.

Essa repetição do argumento de que não se pode crescer, que está na raiz mesmo do pensamento neoliberal – afinal, a idéia de equilíbrio é a idéia central desse pensamento –, ainda pesa dramaticamente. E depois o Greenspan descobriu, no final da década de 90, que não é verdade que o crescimento não seja possível sem inflação, porque há um desenvolvimento tecnológico, um aumento de produtividade muito grande, capaz de viabilizar esse crescimento sem inflação. E nós vamos descobrir, depois de dez, quinze, vinte anos, que podemos crescer, porque o crescimento na fase atual da economia mundial está baseado num avanço de produtividade colossal e está gerando, no mundo, uma deflação colossal, entre outras coisas, sobretudo no setor industrial. Está ocorrendo uma baixa de preços colossal dos produtos industriais. Portanto, nessa perspectiva, crescer pode ser deflacionário. E é deflacionário.

Assim, no Brasil, estamos pagando um preço colossal ao não crescer e ao permitir essa taxa de juros colossal e essa transferência de recursos tão colossal, limitando e impedindo o nosso crescimento. Em nome de quê? De um pensamento econômico.

É aí que sentimos realmente o peso da figura do Celso, porque ele é uma marca clara. E essa marca decorre não só do Celso, mas de toda essa idéia de que existe um pensamento latino-americano, de que existe uma alternativa de pensamento, que se tentou desqualificar na região. Mas, sobretudo com relação ao Celso, o respeito tem que ser muito grande, pela qua-

lidade da sua obra. Ele não é o único, evidentemente, mas é um dos que mais se ressaltam.

Nós percebemos que o debate é também um debate teórico, é um debate filosófico em termos de filosofia da economia, de pensamento econômico e de resgate profundo do nosso pensamento. Tenho a impressão de que nós vamos dar um passo significativo nessa luta.

A presença da China hoje é um fator muito interessante, porque reestrutura muito e obriga-nos a repensar profundamente o processo econômico mundial. Ademais, os chineses estão se sentindo diante de responsabilidades muito grandes na economia mundial. Eles estão chamando a comunidade internacional para participar, por exemplo, em abril do próximo ano, de uma associação internacional de economia política, para buscar uma alternativa de pensamento econômico. Hoje se fala também de um Consenso de Pequim, contra o Consenso de Washington.

Essa luta pode assumir um caráter internacional muito forte. Eu acho que há todas as condições para isso. E não há dúvida de que o papel que o Celso tem, o seu pensamento, o que ele representa em termos de vida, de ética, de outra visão realmente do papel da ciência econômica vai ser um dos elementos – já é – mais chaves nesse embate teórico muito forte que vamos ter nos próximos anos, ou melhor, que já estamos tendo e vamos ter nos próximos anos. Talvez consigamos romper definitivamente a barreira desse terror ideológico e repensar o nosso mundo a partir do nosso pensamento e da nossa realidade.

(Palmas.)

O SR. COORDENADOR – Muito obrigado, Theotônio, pela sua reflexão, tão boa, tão contextualizada.

Nós vamos ter uma nova modificação da nossa programação. Sexta-feira, tipo *happy hour*, para evitarmos uma dispersão, vamos continuar a nossa reunião de encerramento.

Tenho a honra de convidar os nossos Profs. Hélio Jaguaribe e Rubens Ricupero.

Gostaria que também participasse da mesa a Rosa de Aguiar. Não sei se a Conceição está aí fora. Gostaria de convidá-las para participar da Mesa.

(Pausa.)

O pensamento crítico está vivo, pelo menos aqui no Brasil. Mas está vivo na América Latina, e não poderíamos encerrar de melhor maneira do que tendo ouvido o Theotonio dos Santos.

Vamos ouvir agora o Mestre Hélio Jaguaribe, que tem um currículo que eu precisaria de uma meia hora, no mínimo, para dizê-lo. O Hélio Jaguaribe é decano emérito do IEPS, doutor **honoris causa** em várias universidades no mundo inteiro, foi professor visitante em Harvard, Stanford, MIT, tem publicações em muitas línguas. Recentemente, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras.

É um prazer e uma honra ouvi-lo, Mestre.

O SR. HÉLIO JAGUARIBE – Desejaria, inicialmente, manifestar a extrema alegria que tenho de participar deste seminário em homenagem a Celso Furtado, com quem tive uma longa e estreita amizade por mais de cinqüenta anos, pessoa que sempre foi objeto da minha grande estima e alta admiração. Só lastimo que, por causa de compromissos de avião, vou ter de sair daqui às 18h30min, independentemente da continuação da reunião. Peço desculpas por isso. Lembro-me de que, em certa ocasião, quando estava visitando a Bahia, o prefeito me convidou para almoçar, e eu lhe disse que tinha que tomar um avião; e eles respondeu: "O avião espera". [Risos.] Creio que aqui em Brasília o avião não espera.

Bem, dentro do curto prazo que convém a uma reunião de encerramento, gostaria de dizer uma meia dúzia de considerações a respeito dessa extraordinária personalidade que foi Celso Furtado, que foi, possivelmente, marcado por três características: o grande teórico do desenvolvimento, o grande programador do desenvolvimento e o grande humanista. Há uma dimensão de humanismo na pessoa do Celso, na obra do Celso que se reflete desde os seus contos de expedicionário até a forma pela qual ele discutia a problemática da cultura. Ele via a cultura como sendo fundamentalmente uma apropriação, pela inteligência humana, de formas de compatibilizar o progresso técnico com o bem-estar humano, com as condições do humanismo.

O Celso era humanista profundo. Essa é uma das razões pelas quais, a despeito de ter profunda discordância com relação ao **status quo** da sociedade brasileira e, de modo geral, da sociedade latino-americana, ele foi sempre muito reticente relativamente a projetos revolucionários, porque ele achava que as revoluções terminam sempre em formas ditatoriais, em formas de violência e, em última análise, em formas de anti-humanismo. Independentemente das boas intenções iniciais, as revoluções têm uma tendência ao radicalismo, que é anti-humanista. Então, o Celso era um sistemático defensor do reformismo ilustrado, o que não significa um reformismo de elite, mas um reformismo aberto, para as massas executarem de uma forma ilustrada.

Gostaria de, a respeito dessa extraordinária personalidade, fazer um par de comentários. O primeiro é de que creio que se deve ao Celso - como já tem sido, muito apropriadamente, manifestado neste seminário - uma contribuição muito importante para a teoria do

desenvolvimento. Ele não é mero continuador de todo um processo de análise do crescimento econômico, que vem, em última análise, desde os clássicos até Prebisch, mas ele é um inovador em muitos aspectos.

Talvez a principal inovação que Celso introduziu nesse domínio foi a de sustentar que o subdesenvolvimento, diversamente do que se pensava, não constitui uma etapa inicial de crescimento econômico que desemboca no desenvolvimento. O desenvolvimento é uma realidade **per si**, uma realidade fechada, uma realidade dialeticamente em composição com o desenvolvimento.

Aí ele introduz uma modificação importante no pensamento de Prebisch, figura extraordinária na formulação do pensamento latino-americano, quando sustenta que essa díada prebischiana de centro-periferia não se aplica apenas a situações atuais do mundo, onde o chamado Primeiro Mundo seria o mundo cêntrico, e o Terceiro Mundo seria a periferia. É certo que essas relações de centro-periferia existem no mundo atual, são observáveis, e o surgimento está ligado a essa condição periférica. Apenas o que o Celso observa é que essa relação centro-periferia é uma relação histórica, originada, digamos, desde o Renascimento - para dar uma data no mundo ocidental razoavelmente admissível para esse efeito. Em determinadas sociedades, orientou-se o esforço produtivo, o esforço inovador, o esforço capitalizador no sentido de incrementar e modificar, de forma aperfeiçoada, os modos de produção. Por outro lado, em outras sociedades, orientou-se o esforço no sentido de melhor selecionar produtos, de otimizar a aquisição de produtos, independentemente da idéia de os produzir.

Isso está ligado, no caso da América Latina, à formação, dentro do nosso continente, de uma imensa exploração, que foi ou mineira ou agropecuária, destinada à produção de produtos primários por uma elite que adquiria importante capacidade aquisitiva e utilizava essa capacidade positiva em formas cada vez mais sofisticadas de selecionar os produtos do seu consumo.

Essa é a razão pela qual a substituição de importações, na maior parte dos casos latino-americanos, que foi o imperativo decorrente da crise de 1930, não conduziu a uma efetiva industrialização, com exceção de alguns países, um dos quais foi o Brasil.

No Brasil, a substituição de importações não foi apenas uma maneira de procurar obter domesticamente o produto que era importado; a substituição conduziu também a uma renovação da capacidade de produzir de forma própria, de forma adequada, em suma, a capacidade de incorporar elementos de progresso tecnológico na produção. O Brasil, em virtude de sua massa crítica e em virtude de outras circunstâncias, teve a capacidade de gerar a produção de bens de produção, gerar a produção de equipamentos.

Na medida em que o Brasil se tornou também um produtor de bens de produção, ele entrou – embora retardatariamente, e ainda o está fazendo em forma insuficiente – no processo de inserir progresso técnico nas suas modalidades produtivas, com o que, se esse processo se desenvolver, como é perfeitamente possível que aconteça, o País deixará de ser subdesenvolvido dentro de certo prazo.

O que torna a questão brasileira muito mais complicada, como o Celso nos alertou permanentemente, é o fato de que o nosso subdesenvolvimento não depende apenas da insuficiente transferência de formas mais modernas de tecnologia para o processo produtivo, mas o fato de que herdamos do nosso passado colonial, do nosso longo passado escravocrata e do longo passado subescravocrata, que marca a República Velha, uma gigantesca massa de pessoas destituídas de educação, de cultura, de qualquer meio de produção, formando um setor importantíssimo, constituído por uma população que não tem condições de ter acesso às formas de modernidade.

Em sua recente exposição, Lessa deu uma ilustração extremamente interessante sobre esse problema, sobretudo nesses gigantescos anéis de marginalidade que cercam as nossas metrópoles, onde há um problema da maior severidade: um terço talvez da população brasileira está destituída de condições de acesso à modernidade, à cultura, à educação e destituída de oportunidades para o trabalho, gerando um problema gigantesco, para o qual não se está dando a menor atenção. Todo esse problema da crise de segurança que está afetando as cidades brasileiras, evidentemente, envolve o problema policial, mas ultrapassa totalmente o aspecto policial. É um problema estrutural, problema de profundo desajustamento entre a sociedade moderna e a sociedade condenada à permanente destituição, que representa, simplesmente, mais de 50 milhões de pessoas. Esse quadro é de uma gravidade extraordinária.

Bem, essas coisas o Celso nos alertava muito quando mostrava que o desenvolvimento, além de exigir o progresso tecnológico, exige a inclusão social. E, por meio da inclusão social, eleva-se a capacidade de consumo de uma sociedade, o que gera um mercado que, por sua vez, gera espaço para que essa sociedade aumente a sua capacidade produtiva.

Essas reflexões me levam a abordar uma segunda dimensão da pessoa do Celso, que foi a do grande programador.

Celso teve duas oportunidades de atuar como grande programador do desenvolvimento. A primeira foi durante o período em que ele dirigiu a Sudene - a própria Sudene tendo sido uma invenção dele -, em contato com o Presidente Kubitscheck, quando propôs, a partir do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, a formação de uma agência que tivesse a capacidade de reorganizar as condições produtivas e de distribuição de renda no Nordeste e, com isso, acelerasse o desenvolvimento do Nordeste, que estava estagnado. A segunda ocasião foi quando ele, no período do Governo Goulart, elaborou o Plano de Ação Trienal.

A atuação de Celso na Sudene teve resultados extremamente importantes. Essa região, a mais subdesenvolvida do Brasil, depois de uma gestão de apenas quatro anos de Celso, passou a ter uma taxa de crescimento superior à média nacional. Ou seja, da mais subdesenvolvida passou a ter uma taxa superior.

O que aconteceu, o que Celso modificou? Foi tudo porque ele criou, por um lado, um corpo de funcionários especializados na fiscalização e na promoção do desenvolvimento. Portanto, uma agência publicamente séria, competente, que adotava, preventiva, corretiva ou, propositadamente, as medidas adequadas para o desenvolvimento. Segundo, ele fez, de sorte, que as inversões federais, em vez de serem captadas pelo coronelismo local, como tradicionalmente ocorria, se tornassem inversões orientadas para o atendimento das necessidades coletivas, públicas. Portanto, o investimento federal dirigido pela Sudene passou a ser um investimento de interesse público. E, por conseguinte, ele teve um impacto na história, inclusive ampliando a capacidade produtiva das empresas nordestinas, que passaram a ter competitividade que anteriormente não existia.

A experiência de Celso na Sudene foi extremamente favorável. É lamentável que, depois dele, o coronelismo que infesta a nossa República tenha se apoderado da Sudene e levou o Governo precedente, em nome da sua corrupção, a dissolvê-la, em vez de tentar reorganizá-la. Está havendo agora no Governo Lula o esforço de reorganizar a Sudene. A única coisa que é importante - ainda agora um amigo nosso alertou me sobre isso – não é estabelecer na lei que fica instituída a Sudene. A Sudene já foi instituída. Ela tem que ser reinstituída. Fica restabelecida a Sudene. Essa que é a coisa. A idéia de Celso da Sudene deve ser recuperada na nova legislação, colocando a Sudene nos trilhos em que o Celso a colocou, pelos quais a dirigiu de forma extremamente competente.

O outro aspecto que desejaria salientar na obra de Celso é o Plano Trienal. Já foram aqui, por mais de uma ocasião, salientadas as características desse plano, que, lamentavelmente, em virtude do golpe que derrubou Goulart, não chegou a ter começo e execução.

Mas o que era o Plano Trienal? Em última análise, o Plano Trienal era o esforço absolutamente correto, do ponto de vista técnico, de compatibilizar uma alta taxa de crescimento econômico com uma economia equilibrada, uma economia não inflacionária, que mantivesse o famoso equilíbrio das variáveis macroeconômicas. E isso se fazia por meio de taxas de juros moderadas, de uma redução a níveis já mais aceitáveis do superávit primário. Uma série de medidas que permitiam manter o equilíbrio financeiro, econômico e monetário, mas que liberavam importantes somas para o desenvolvimento nacional.

Para terminar essas reflexões minhas, breves – porque ainda quero ter o prazer, antes de ir embora, de ouvir algum outro dos nossos colegas –, quero salientar a absoluta – como diz aqui o título do nosso seminário – atualidade do pensamento de Celso Furtado.

O que estamos precisando neste momento em que se está encerrando o terceiro ano de mandato do Presidente Lula e vai se iniciar o último ano? Estamos necessitando de uma revisão profunda do nosso modelo econômico, uma revisão que compatibilize as formas, absolutamente necessárias, de equilíbrio macroeconômico com a liberação de importantes recursos para o desenvolvimento.

Como é possível isso? Evidentemente, não me cabe aqui entrar em detalhes a respeito dessa questão, tanto mais que a minha aproximação dessa matéria é a partir de uma perspectiva sociológica e não de uma perspectiva de economista profissional. Então, conservo-me dentro da prudente fronteira entre o sociológico e o econômico. Mas mencionaria aos meus estimados colegas três aspectos que me parecem absolutamente importantes.

Primeiro, não é necessário ter esse superávit primário tão grande como se está estabelecendo. O Governo Kirchner, com toda razão, em situações da economia argentina muito mais delicadas do que a nossa, limitou o objetivo do superávit primário a 3% e não a 5%, como se quer aqui, ou seja, liberando importantes recursos para inversões federais.

Ponto dois. O equilíbrio macroeconômico que estamos perseguindo e que realmente constitui uma necessidade de caráter totalmente transpartidária, transideológica, de uma economia sadia, não precisa necessariamente ser anualizado. Aí, entra num trabalho que estou em vias de publicar pelo Instituto Rio Branco chamado "Urgências e Perspectivas do Brasil", fazendo uma comparação entre o que está passando agora e o que aconteceu com o Governo Kubitschek.

O que fez Juscelino Kubitschek? Juscelino Kubitschek assumiu o governo em situação política extremamente difícil. Getúlio tinha se suicidado pouco tempo atrás, o Carlos Luz tentou dar um golpe; a situação era extremamente precária. Ele tinha que agir com muito cuidado diante de forças reacionárias ainda extremamente poderosas. Crédito interno: zero; crédito externo: zero. No entanto, ele desenhou um programa extremamente ambicioso de modificação da infra-estrutura brasileira e das indústrias de base a partir de um projeto que retroalimentava o seu próprio financiamento. Mobilizou recursos imediatamente disponíveis, apelou para o *supply* crédito estrangeiro, sabendo perfeitamente que não ia poder pagar, mas com isso equipando o Brasil das máquinas desejáveis, no momento em que os Estados Unidos negavam créditos de longo prazo ao Brasil, a pretexto de que o Brasil, tendo feito a Petrobras, não precisava de crédito estrangeiro. Então, utilizou-se do *supply*, um crédito europeu e, por meio disso, fez essa coisa extraordinária: em cinco anos converteu uma sociedade agrária numa sociedade industrial.

Bem, teve um preço? Teve; uma inflação média de 20%. Evidentemente, se for possível fazer com uma inflação menor, melhor. Mas, se o preço é esse, vale a pena. É melhor ser uma cidade industrial com 20% de inflação que uma sociedade agrária com inflação zero. Ou seja, o progresso tem capacidade de autoamortização, uma vez que se estabelece em patamares superiores de capacidade produtiva que as sociedades agrárias estagnadas não têm.

O plano trienal de Celso, feitas as revisões, evidente, que separam a década em que ele elaborou dos anos que estamos, contém a linha mestra daquilo que seria necessário fazer. Ou seja, uma concepção não estática do equilíbrio macroeconômico, uma corajosa aceitação de riscos de produção e, obviamente, esta coisa que hoje é objeto de consenso de um setor importante dos nossos pensadores em matéria social, a supressão dessa política de juros astronômicos.

Eu diria, com um pouco de perversidade, que é lícito considerar que hoje o Banco Central é um dos principais fatores da inflação. E por quê? Porque, ao supor que os juros astronômicos contêm a inflação, ele está, na verdade, inibindo a capacidade produtiva e, ao reduzir a oferta, aumenta a inflação.

A inflação brasileira, aquela, sobrevivia muito mais por falta de oferta do que por excesso de demanda. E, por outro lado, é preciso levar em conta que nesse processo, num país subdesenvolvido, onde a massa de capital disponível é modesta, eliminar o crédito como fator de produção é uma loucura. Simplesmente se está eliminando um dos possíveis instrumentos para mobilizar a capacidade produtiva do país. Hoje o País depende da reinversão de lucros e dessa excessivamente valorizada inversão estrangeira, porque o crédito não é mais fator de produção em virtude dos juros astronômicos. Isso é altamente inibidor do desenvolvimento.

Creio que uma revisão do nosso modelo, levando em conta as idéias de Celso seria extremamente favorável. Será que se vai fazer isso agora? Tenho dúvidas.

Não tenho dúvida do seguinte: seminários como esse, instituições como esse recém criado Instituto de Celso Furtado para o Desenvolvimento são centros a partir dos quais é indispensável que comece a haver um novo pensamento econômico formulando a compatibilidade entre um forte crescimento e um razoável equilíbrio das variáveis macroeconômicas para que se crie na opinião pública brasileira uma demanda de que esse tipo de política seja adotado, ainda que Lula seja reeleito ou qualquer que seja o futuro Presidente.

O Brasil necessita voltar a crescer a taxas não inferiores a 6%.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR – Muito obrigado, professor Jaguaribe. Realmente, esta Mesa não podia deixar de ter a sua participação. Faltou nos contar a todos, aqui, uma coisa. O Professor Jaguaribe, na criação do Ibesp, antes do Iseb, em 1952, antes do Iseb, não é? Está faltando nos contar o segredo da eterna juventude.

Nós temos agora outro amigo querido do Celso Furtado, outra das figuras mais destacadas da vida brasileira, que é aqui o Mestre Rubens Ricupero. Atualmente, ele é Diretor da Faculdade de Economia e Relações Internacionais. Ele sempre diz que o que ele gosta mesmo de fazer é ser professor. Ele foi Secretário Executivo da Unctad, Ministro da Fazenda, Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia, Subchefe da Casa Civil da Presidência da República, Embaixador em Roma, Washington e Genebra - quase sempre soube escolher bons lugares.

(Risos.)

Passo a palavra, então, ao Embaixador Rubens Ricupero.

O SR. RUBENS RICUPERO – Muito obrigado. Boa noite a todos.

Eu vou limitar a minha apresentação apenas a um dos ricos aspectos do pensamento e da atuação de Celso Furtado, que foi a sua visão do sistema internacional. Até mesmo por uma deformação profissional e também porque foi sobretudo em volta desse tema que o meu convívio com Celso Furtado se desenvolveu nos últimos anos, embora eu o conhecesse há muito tempo,

minha mulher trabalhou com ele no Ministério da Cultura. Mas realmente o nosso diálogo, o nosso convívio mais freqüente se deu quando eu estava em Genebra, na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, e muitas vezes visitei Rosa e Celso no apartamento deles em Paris, e as conversas giravam sempre em torno do tema internacional.

Quando ele morreu, escrevi um necrológico sobre ele para a **Folha de S.Paulo** naquele mesmo dia. E lembro-me de que disse nesse necrológico que ele havia sido o mais globalizado de todos os pensadores econômicos brasileiros. O mais globalizado num duplo sentido que não é usual. No primeiro sentido porque, entre todos os formuladores de pensamento econômico no Brasil, ele foi o que, de longe, teve mais repercussões no exterior: o que teve mais traduções, o que encontrou mais admiradores, o que foi mais comentado. O Brasil produziu grandes economistas neoclássicos, liberais e outras escolas, mas que, em geral, foram epígonos. Eu não digo isso no sentido pejorativo, mas não eram propriamente criativos. Eram grandes representantes de escolas, de doutrinas que basicamente foram desenvolvidas fora do Brasil. A originalidade do Celso é que, de fato, ele criou um pensamento profundamente pessoal e, por isso mesmo, teve uma repercussão mundial muito grande. De longe, muito mais do que qualquer outro pensador econômico que o Brasil jamais produziu. Esse foi o primeiro sentido do termo "mais globalizado".

No sentido adicional, ele foi também o mais globalizado porque o pensamento dele sempre foi um pensamento muito abrangente. Embora ele tenha se incorporado à História brasileira através da programação, como disse o Hélio, do desenvolvimento do Nordeste - portanto uma visão regional -, na verdade ele sempre pensou o Brasil como uma peça do sistema mundo. Desse ponto de vista, é interessante. E eu também dizia nesse artigo que, quando ele morreu, lembrei-me muito da morte do Norberto Bobbio, na Itália, que tinha ocorrido uns meses antes, e o jornal **La Stampa**, de Torino, onde ele nasceu e viveu, publicou uma manchete enorme na primeira página, dizendo: "Morre Bobbio, o intelectual de uma outra Itália". E eu dizia que se podia aplicar a mesma expressão ao Celso: ele era o intelectual de um outro Brasil, no sentido de que ele fecha, de fato, um ciclo em termos de história intelectual no Brasil sob muitos pontos de vista, inclusive das pessoas que pensaram o Brasil acreditando que se pudesse ainda falar na construção de um País, de onde surgiu o título da obra dele **Brasil – A Construção Interrompida**. Nessa época, havia ainda os que acreditavam na idéia de que houvesse um projeto nacional e que fosse possível pensar o destino de um país com um mínimo de clareza, como uma estratégia a longo prazo.

Tudo isso praticamente se encerra com ele, encerra-se em definitivo, porque ele é, também, de todos os grandes intérpretes do Brasil, talvez o último – o último em termos biológicos, porque antes dele morreu o Florestan Fernandes, e todos os demais que o antecederam já tinham desaparecido. E, dentro dessa fieira de intérpretes do Brasil, ele escolheu não se filiar propriamente àqueles que privilegiaram os fatores internos da formação brasileira – como, por exemplo, Oliveira Viana, Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda. Ele, na verdade, privilegiou os fatores internacionais da formação do Brasil. Nesse sentido, ele tem uma filiação muito estreita com o Caio Prado Júnior, e isso se vê até na tese de doutoramento dele – não tanto no livro **Formação Econômica do Brasil**, mas na tese de doutoramento -, porque tanto Caio Prado Júnior como ele viam o Brasil como uma peça secundária de um grande sistema do capitalismo mercantilista europeu, que, a partir dos séculos XVI, XVII e XVIII – XVIII já declinante –, teve no Brasil, como em outras colônias tropicais, feitorias para a produção, com mão-de-obra escrava, em grandes latifúndios, de *commodities* tropicais para o mercado já existente, que era o mercado europeu.

Portanto, a história do Brasil é uma história inseparável dessa concepção da sua inserção no mundo. E é por isso que ele via, com muita clareza, o que hoje as pessoas se esqueceram: o fato de que, quando se fala que o caminho do desenvolvimento é a integração no comércio mundial, integração na economia mundial, é preciso qualificar essa afirmação, porque não se trata de integração **per se**, numa integração quantitativa, porque integrado o Brasil sempre foi. O Brasil nasceu como uma etapa de expansão do capitalismo mercantilista europeu e talvez não seja por acaso que seja o único país que tem o nome de uma *commodity*. O nome do Brasil é o nome do primeiro produto de exportação que o Brasil teve, que foi o pau-brasil. Então, foi um país profundamente inserido no sistema mundial de comércio durante três séculos e meio, porque praticamente tudo o que se produzia aqui em matéria de açúcar e, mais tarde, de ouro, diamantes, cacau, café eram produtos que se exportavam quase que na sua integridade. Havia, claro, uma economia paralela a isso, que era uma economia que se destinava às próprias populações, mas o grosso da atividade econômica era voltado para o exterior. Portanto, não se poderia imaginar um país mais inserido, mais integrado no sistema mundial de comércio do que o Brasil.

Ora, o que ele viu foi que as mesmas forças que nos integravam no mundo nos desintegravam interna-

mente. E esse é um paradoxo que continua até hoje, porque, obviamente, era esse sistema de produção que gerava os produtos que integravam o Brasil no circuito mundial. Mas como eram produzidos esses produtos? Através de um sistema de *plantation* – os grandes latifúndios com mão-de-obra escrava. Portanto, houve dois fatores de desintegração: nada desintegra mais a sociedade do que dividi-la entre senhores e escravos, sujeitos de direito e objetos de direito; nada desintegra mais uma sociedade do que dividi-la entre poucos proprietários de terra e todos os outros apenas em instrumentos de trabalho.

Portanto, a história do Brasil, vista por ele na **Formação Econômica do Brasil,** era inseparável dessa visão do mundo. E é muito interessante como ele mostra, em seu livro **Formação Econômica do Brasil** – e ele realça isso no último capítulo –, de que maneira esse processo começa a se quebrar com a industrialização. A industrialização é que vai pôr em marcha um movimento que vai começar a articular regiões diversas do Brasil que antes se integravam ao mundo separadamente, cada uma com seus circuitos próprios, e que não tinham praticamente nenhum tipo de intercâmbio entre si. E é a industrialização que vai, finalmente, lançar um processo de criação do mercado interno, que, por sua vez, será responsável pelo grande dinamismo do crescimento brasileiro, da fase de ouro do crescimento brasileiro, que dura desde os anos 20, 30 até os anos 70, mas que já vinha precedido de um período preparatório muito dinâmico.

E é também a perda desse rumo, a perda dessa possibilidade que marca muito os últimos livros do Celso, como, por exemplo, **Brasil - A Construção** Interrompida e tudo o mais que ele escreveu nos últimos anos de vida. E, nesse particular também, ainda realçando esse aspecto do pensamento dele, eu sempre tive a impressão de que ele foi uma das pessoas que viram, com mais clareza, com mais nitidez e mais cedo, as características da globalização econômica que estava em formação.

Há uma conferência dele que ele até transcreve parte no livro **A Construção Interrompida**, que é de 1983, em São Paulo, em que isso já está muito claro. E há passagens de **Brasil - A Construção Interrompida** que, escritas quinze anos atrás, são antológicas em relação ao que se sucedeu depois.

É verdade que boa parte da obra dele é antológica, que ele tinha um estilo lapidar, que ele era um escritor humanista, como dizia o Hélio, e também um grande artista. Nós vemos isso no gosto que ele tinha na escolha dos títulos de suas obras, o poder de fixação dos títulos: **A Fantasia Organizada**, **A Construção Interrompida**. Ele, sem dúvida alguma, era um homem que escrevia muito bem, mas escrevia com extrema economia de meios. Os textos de Celso Furtado são muito compactos. Às vezes me lembram, **mutatis mutandis**, aquela oração de Gettysburg, de Abraham Lincoln, que é a obra-prima da oratória mundial e que é um texto tão curto que o fotógrafo, que naquele tempo precisava de tempo para organizar a máquina, não conseguiu tirar a fotografia de Lincoln enquanto ele falava, porque Lincoln foi tão veloz que, quando a máquina estava pronta para tirar a foto, ele tinha acabado de pronunciar seu discurso.

Então, os textos de Celso têm um pouco essa característica. Eles são muito densos, e, por isso mesmo, quase que cada frase merece virar uma peça de antologia. São coisas realmente lapidares. Não há gordura, não há excesso no que ele escreve.

Pois bem, ele viu isso com muita clareza nesses anos, e eu diria que esse é, talvez, o tema decisivo para nosso destino hoje em dia.

Eu quero até, na fase conclusiva dessas minhas observações – mostrando que de fato não posso melhorar o que ele disse –, ler aqui dois ou três parágrafos de **A Construção Interrompida**. Por exemplo, um desses parágrafos que me parecem fundamentais, na página 32, é quando ele diz:

"Ora, a partir do momento em que o motor do crescimento deixa de ser a formação do mercado interno para ser a integração com a economia internacional, os efeitos de sinergia gerados pela interdependência das distintas regiões do País desaparecem, enfraquecendo consideravelmente os vínculos de solidariedade entre elas."

Em seguida, um pouco além, ele diz:

"Em um país ainda em formação como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá, quase necessariamente, a tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do País como projeto nacional."

Eu não preciso dizer que o que ele dizia sobre essas rivalidades inter-regionais está patente hoje, por exemplo, na guerra fiscal, na guerra dos Estados pela atração de investimentos.

Para concluir, só gostaria de dizer aqui que, a meu ver, o tema que é realmente o decisivo neste momento, mais do que qualquer outro, é o de saber de que maneira vamos decidir a nossa estratégia de crescimento futuro. Vamos persistir na ilusão de que o fator dinâmico virá da economia internacional? Ou, ao contrário, seremos capazes de compreender que, no mundo atual, em países continentais como o Brasil, os exemplos de maior êxito de desenvolvimento econômico se deram

pela harmonização de um crescimento interno muito dinâmico e muito forte? Ora, esse crescimento interno é o essencial para o crescimento.

Tanto na China como na Índia, o essencial vem de dentro, vem da demanda doméstica. E foi justamente isso que criou a massa crítica, inclusive, que permite a esses países adquirir a competitividade para se inserir de forma qualitativamente boa no sistema internacional de comércio, e não apenas por uma fórmula qualitativamente inferior, como tem sido a nossa.

Esse exemplo mostra bem que o problema não é escolher entre mercado doméstico e inserção no mundo globalizado, mas é escolher o primeiro como plataforma para o segundo, quer dizer, ser capaz de fazer isso de maneira harmoniosa.

Em relação a isso, acho fundamental o que Celso diz sobre o papel da industrialização. E é fundamental porque nós estamos vivendo neste continente um fenômeno de desindustrialização precoce. A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, a Unctad, produziu em 2003, quando eu ainda estava lá, um estudo admirável que é o **Trade and Development Report** daquele ano, que é dedicado ao estudo do fenômeno da desindustrialização precoce ou prematura, que ocorre depois da grande crise da dívida dos anos 80 e que é devastadora em continentes inteiros: boa parte da África, boa parte da América Latina, boa parte do Oriente Médio.

Quer dizer, é a desindustrialização desse tipo, não é a variante virtuosa da desindustrialização que ocorre, digamos, na Escandinávia, quando o nível de renda **per capita** chega a US$11 mil, US$12 mil, e, a partir daí, a indústria passa a declinar na formação do produto e na geração de emprego. É um fenômeno que ocorre entre nós com um nível de renda que é metade ou um terço disso, e justamente em sociedades empobrecidas, que não têm renda suficiente para gerar uma economia de serviços que possam empregar os que vão ser desempregados na indústria. E justamente ocorre nos momentos em que essas economias são obrigadas a se liberalizar comercialmente, mas sem terem condições para isso, porque a teoria do comércio internacional, que sempre pleiteou que, no momento da liberalização, os setores que por acaso não sobrevivessem permitiriam a liberalização de recursos para sua alocação mais racional a setores mais competitivos, evidentemente não trabalhou com um fenômeno como o nosso, em que uma macroeconomia doente, com taxas de juros exorbitantes, com taxas de câmbio desfavoráveis como as que temos hoje em dia, com custos tributários cada vez maiores, impede o investimento.

Um dos fatores diferenciais mais nítidos entre a época de Celso e a nossa é justamente a taxa de investimento. Hoje há certo consenso de que um país em desenvolvimento e em estágio intermediário precisa investir pelo menos 25% do seu PIB para ter um crescimento razoável. Nós temos investido menos de 20%, enquanto os asiáticos têm investido mais de 30% e alguns quase 40%. É claro que eles fizeram a liberalização comercial a partir de uma posição de força. Fizeram a partir de uma situação macroeconômica muito sólida, juros baixíssimos, muitas vezes subsidiados, moeda desvalorizada e uma capacidade de investimento muito grande, enquanto aqui não se fez isso.

Penso que o problema do futuro da indústria é fundamental entre nós, porque, em alguns dos países de colegas presentes aqui, o fenômeno da desindustrialização foi muito mais longe. O Brasil, felizmente, ainda preservou um pouco mais seu tecido industrial, e, no nosso caso, não chegamos ainda àquele ponto sem retorno. Acho que ainda temos possibilidade de evitar aqui o que aconteceu no Chile, que perdeu sete mil empresas médias em poucos anos, ou o que aconteceu na Argentina, em que quinze mil empresa foram destruídas e onde a destruição criativa de Schumpeter ficou só na primeira parte, porque a criação foi feita na matriz das empresas transnacionais que adquiram essas empresas.

Na verdade, acho que precisaríamos recentrar um pouco o debate em torno do pensamento que ele tinha em relação ao mundo e compreender como, nesse pensamento de Celso Furtado, o papel da industrialização é absolutamente chave. O Osvaldo Sunkel tem trabalhado muito sobre esse tema, e tudo o que ele tem escrito sobre desenvolvimento desde dentro vai no mesmo sentido, que não é, repito, o desconhecimento das vantagens da inserção internacional, mas, ao contrário, é fazer isso pela lógica da dinâmica interna. Acho que esse é um tema central para o desenvolvimento brasileiro, porque, se não conseguirmos fazer o debate voltar a esse ponto, temo muito que as outras questões acabem sendo vítimas da situação que se vai criar e que vai ser essa, como Celso mesmo dizia em **A Construção Interrompida**, de condenar o Brasil a taxas modestas de crescimento.

Portanto, encerro minhas considerações, apenas lembrando, em caráter pessoal, que, no ano passado, quando fizemos em São Paulo a grande Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – Unctad, que ocorre a cada quatro anos, tivemos oportunidade de prestar ao Celso, talvez, a última homenagem importante em público. Infelizmente, ele não pôde comparecer, porque já estava muito combalido, mas ele fez uma mensagem, gravou-a pelo rádio, e

essa mensagem foi lida na presença do Secretário-Geral da Organição das Nações Unidas, Kofi Annan. Merecidamente, as Nações Unidas prestaram ao Celso essa homenagem, porque o Celso foi um grande funcionário das Nações Unidas, e na presença do Presidente.

Creio que isso mostra bem a verdade daquela observação que fiz ao iniciar, ou seja, de que o Celso era profundamente brasileiro, profundamente intérprete da terra onde ele nasceu. Ele mesmo dizia que ele era só cacto - mas digo que apenas em aparência, porque ele era um homem de profunda ternura, um homem capaz. E contarei a vocês uma história, apenas porque me foi contada por um grande amigo meu que era embaixador em Buenos Aires e que recebeu o Celso como Ministro da Cultura. Era um domingo, e o Celso ficou sem programa, e esse embaixador o convidou para almoçar com a mulher e a filha. A filha dele, infelizmente, é uma menina que nasceu com problema de retardamento mental. Ele tentou explicar ao Celso que ele se sentia um pouco constrangido de obrigar o Celso a participar daquele almoço, e o Celso passou o almoço todo conversando com ela, com uma facilidade extraordinária, com uma espontaneidade. Ele me contou essa história como testemunha daquela profunda ternura humana que ele tinha por baixo daquela aparência de sertanejo espinhoso, que era mais uma superfície do que uma realidade.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. COORDENADOR – Muito obrigado ao Embaixador Ricupero. Sua intervenção realmente fecha com chave de ouro o conjunto de exposições de ontem e de hoje.

Já estamos caminhando para o final das nossas atividades. Pergunto à Conceição e à Rosa se não querem fazer breve uso da palavra.

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Falarei rapidamente, e a Rosa encerra.

Foi muito interessante o final. É óbvio que Jaguaribe e Ricupero não estão de acordo. Está claro que o resto é conversa. Estou nesse ofício há muito tempo e participo das duas tradições. Aliás, eu estava tão desesperada no começo de 80 com o Brasil, apesar de ter tentado, na Nova República, a estabilização e tudo aquilo, que eu, inspirada em Furtado – sempre ando coladinha no mestre, porque ele me faz uma falta danada –, também passei a discutir a questão internacional, o poder americano, que não ia acabar aquela hegemonia, que estávamos meio atrapalhados. Tudo bem!

Mas o que há implícito hoje, no mundo, é que não é possível, dado o estágio atual de globalização e de deterioração das periferias, a tal ponto que houve uma generalização do subdesenvolvimento, fazer o projeto nacional. Em compensação, Jaguaribe e Mercadante, como falaram hoje de manhã, acham que sim. Meus senhores, a esta altura da minha velhice, eu não acho nada. Eu trabalharei nos dois rumos que me competem, porque foi nesses dois rumos que meu Mestre me ensinou a trabalhar.

Mas primeiro gostaria que se avaliassem a sério as chamadas transformações da estagnação. Por exemplo, o Chile não se desindustrializou senão do modelo anterior, mas depois conseguiu fazer uma industrialização agroindustrial, como se fosse a Suécia, orientada aos recursos naturais.

Nós não fizemos, como o Lessa disse, um *agrobusiness* que não tem nada a ver com o café – é outra história –, com modernização brutal, com muito pouca gente operando a máquina exportadora e com uma tecnologia avançada. Ademais, não dá para dizer que o Brasil se atrasou tecnologicamente, porque depende do setor. Temos uma das mais avançadas tecnologias de exploração de petróleo do mundo. Temos tecnologia própria em toda a cadeia, inclusive controle eletrônico e produção de *software* de controle de plataforma, que desbancou a Inglaterra, etc. Como os Estados Unidos nem têm, não é disso que se trata. E há os aviões. Então, isso é que é complicação.

Tudo isso, meus senhores, surgiu lá atrás, não no Juscelino, mas na Ditadura. O ressentimento dos progressistas contra a Ditadura era de tal ordem... E inclusive o meu, mas, quando voltei, como tive de trabalhar como assessora da Finep, vi a idéia da potência. E não tinha como não ver o progresso tecnológico vir, até porque esta era a idéia dos militares, sobretudo do Geisel, a idéia da potência. Dado que havia esse pensamento, venderam a idéia de fazer o programa de desenvolvimento tecnológico. Está lá: São José dos Campos. É deles o centro. Os centros de prospecção são deles, ou eram deles.

Isso faz com que o Brasil esteja numa situação muito esquisita. Não dá para dizer que um país que tem uma indústria aeronáutica de primeira, brigando na OMC por causa disso, que tem *agrobusiness* de primeira, à qual está acoplado fatalmente... É claro que estou de acordo de que, nas velhas áreas, os tratores tenham idade. É claro. Só que o Lessa, quando estava no BNDE, financiou tratores novos e a moderna frota para o *agrobusiness*, e entraram bilhões para financiar.

Segundo, temos instrumentos de financiamento que nenhum país da América Latina tem, porque temos três grandes bancos públicos. Está claro ou não? O problema é que ele está torcido e tem essa armadilha,

esta armadilha da política monetária, que eu chego a ter dúvidas se não é porque tem três setores fortes da burguesia, com o perdão da má palavra, como eu era jovem eu dizia assim: era a burguesia nacional, três grandes bancos; a burguesia estatal, três grandes bancos; e a burguesia internacional, três grandes bancos; tem que "rechunchar" entre eles. Então, tome uma taxa de juros! Porque é tão inexplicável, é tão absurdo, é tão desnecessário, nós não estamos com nenhuma restrição externa, então é completamente absurdo que a pergunta é: **quid profit**? Estou levantando uma hipótese que nunca levantei publicamente, tá? Mas é que, realmente, tem dó, vocês agüentam essa coisa dos juros? Bom, eu agüento desde que, imagina! Quem é que está de acordo com essa política de juros? Ninguém. Eu concluo: "Não, mas é que os meninos do Banco Central são muito burros". "Bom, mas isso não é explicação nenhuma, está claro?" "Por quê? Os do Banco Central são muito inteligentes, os do Chile, os do México?" "É". Isso é um absurdo explicar pela burrice dos técnicos do Banco Central, totalmente integrados com o Fundo Monetário, é uma pândega, mas contribuindo e contudo burro não existe! Logo, não sabemos hoje o suficiente da dinâmica do capitalismo brasileiro. E eu, particularmente, sei menos sobre isso hoje – e olhem que fico atenta para burro! – do que sei sobre a dinâmica do capitalismo mundial. Justamente, Ricupero, porque dado que para nós em 80 era a construção interrompida, melhor estudar o mundo global para ver quando é que eles mudavam, para ver quando é que finalmente nós, sempre dependentes, também mudávamos. Só que o Celso no final não estava mais nessa, não. Ele tinha dúvidas, mas era sobre se nós realmente tínhamos conseguido avançar. Avançar em que sentido? No sentido civilizatório. É como se ele, Darcy Ribeiro, eu, todos os discípulos, tivéssemos pensado uma civilização nos trópicos, e nisso perdemos. Perdemos porque deu uma coisa tão estranha! Então havia muito essa coisa do espírito civilizatório do Celso – estou fazendo uma interpretação à revelia, não pode me contestar, já não está aí, mas espero que pelo menos me fecunde com as minhas dúvidas, que, aliás, eram sempre sistemáticas, com o (incompreensível) que eu tenho na vida como intelectual, com o Celso – está aí a Rosa como testemunha; eu ia para lá e discutia, discutia, discutia; era um interlocutor; depois que morreu Anival Pinto, eu ia discutir com quem? Eram os mestres! Agora aqui eu discuto com o Belluzzo. Bom, mas o Belluzzo não é meu mestre! Discuto com o Lessa, mas tampouco é mestre, nós somos companheiros, e como civis não somos propriamente do mesmo temperamento nem estamos interpretando os três, que somos tão próximos, as coisas da mesma maneira. Logo, o que é que é isto? Isto que eu estou fazendo não é apologia do Governo Lula. Eu estou discutindo estrutura. Estou discutindo mudança estrutural nesses 20 anos, onde estagnou, e cujas raízes não estão na escravidão, estão na ditadura militar e na maluquice da grande potência, está claro? É sempre assim. Nós temos uma dialética em que às vezes o que a gente pensa de bem dá errado e o que eles fazem de mal dá certo. Essa é que é a dificuldade do Brasil. Essa é que é a dificuldade. Por isso é que é tudo uma coisa meio "macunaímica", que é até por isso que eu digo: então tem que olhar. Claro, na cultura literária ela está. Na cultura literária está. Na grande tradição literária brasileira está tudo lá. Eu fico com vontade de fazer literatura, só que eu não tenho talento. O mestre ainda tinha. E ainda mais tinha uma cultura muito maior que a minha. Está claro? O que eu estou falando é o seguinte: essa coisa para mim chega. Quer dizer, eu não vou discutir hoje, depois do que foi dito aqui pelo Lessa, que é a pura verdade, e pelo menino, as raízes escravocratas deste País. Eu insisto: os emigrantes nordestinos que estão em São Paulo é claro nem sabem se são descendentes de escravos ou não. Tem uma população nordestina em São Paulo gigantesca. Pergunta para o menino que foi embora que tratou com a Marta na periferia. Não tem carioca recém-emigrado, a população do Rio de Janeiro não cresce. São todos de segunda ou terceira geração. Portanto, são todos cariocas, tanto aqueles meninos que assaltam nos morros que me circundam – porque aliás, tem essa vantagem, lá não é periferia nenhuma, lá é no meio da gente, lá, como uma vez disse Manuel Castells, um colega seu, disse: "*Es una ciudad improvida*". O Rio de Janeiro não tem periferia no estilo desse que estamos discutindo. É implodida, está ali no meio da gente. É preciso cumprimentar os bandidos, que, aliás, se você morar perto deles, eles lhe protegem. Se não morar, matam-lhe.

Nessa situação de ambigüidade do Brasil, não vai dar para eu entrar. Eu só quero fazer aquilo que os meus mestres me ensinaram: análise histórico-estrutural do que aconteceu nesses últimos 25 anos, que Mestre Furtado não teve tempo de fazer, até porque não tinha ajudante. Não estava mais de professor da Sorbonne, nem eu. Eu ainda tinha a universidade à minha disposição, ainda pude dar aulas.

Contudo, tenho grande esperança nessa tarefa que temos pela frente. Por isso que fui proposta pelos companheiros para diretora acadêmica, e vou ter um companheiro que vai me ajudar em pesquisa, para fazermos essa tarefa, assim como outros, como o Ricupero, como o Fiori, como os que se interessam pela

coisa internacional para valer e que farão a tarefa que lhes corresponde.

Não vou abrir mão de estudar a realidade internacional, que eu estudei, sobre a qual dei aulas, escrevi livros sem parar nas últimas décadas. Neste ano, pela primeira vez, dei um curso sobre problemas estruturais do Brasil, e chamei os melhores especialistas. O meu queixo caía, porque eu não tinha mais a menor idéia do que tinha acontecido no Brasil. Ponto.

Ficamos ainda apegados à velha idéia: desindustrializou! Sim, mas isso já era. Abriu. Para começo de conversa, esses malucos do período passado abriram a economia fechando a economia. Pode? Os caras me abrem o quê? As empresas. Mas o que aconteceu macroeconomicamente? O menor coeficiente de comércio da história do Brasil aconteceu com Fernando Henrique! Logo, é uma abertura que fecha. Os senhores estavam esperando isso? Ninguém. Todo mundo julgava que, naquela altura, estávamos impressionados pela integração internacional. Pelo contrário! Fechou! Ficou em 0,86% do comércio mundial! Grotesco!

Há coisas que foram feitas nos últimos oito anos do século XX que eu tenho a impressão de que o Presidente nem tem idéia, porque também - sabe como é? - é muito genial, muito intelectual. Sim, mas, do meu ponto de vista, superficial, pela rama – coisa que, aliás, Mestre Furtado comigo no final concordou, porque ele achava que eu era muito agressiva com ele, mas depois disse: "Envergonha-nos como se fosse um intelectual escorregando pela rama". Além da coisa do poder, do deslumbramento. Esquece! Mestre Furtado jamais foi pela rama.

Esta é a herança: este centro pequeno, com a ajuda de vocês todos, não irá pela rama. Criaremos, se Deus quiser, cátedra de Celso Furtado, em que cada um desenvolva o seu ponto de vista, porque é do debate que vai surgir uma nova economia política para a América Latina que prolongue as suas raízes, que são, indiscutivelmente, as raízes "cepaleiras". E a Cepal foi a única instituição com o pilar Prebisch-Furtado e depois Ariovaldo Pinto e tantos outros que fez uma economia política latino-americana. Essa é a dívida da minha geração, mas também a dívida de todos os que foram meus alunos. Todos, porque algo ensinei. Está claro?

Finalmente, esta homenagem aqui é muito bonita, foi linda e nos comovemos, tanto eu quanto a Rosa; mas a única homenagem verdadeira que podemos prestar a ele é retomar e atualizar o pensamento dele sobre o mundo e sobre a América Latina, sobre a qual ele refletiu até a hora da morte!

(Palmas.)

A SRª ROSA FREIRE D'AGUIAR – Depois do que a Maria falou - era mais ou menos por essa linha que ia no meu pensamento -, eu só queria complementar uma coisa. Grosso modo, faz um ano e alguns dias que o Celso faleceu. Quanto à herança, a gente vai fazendo descobertas nesse processo. Sei que não é uma conversa muito agradável para o final do seminário, mas falo agora do processo de luto porque eu queria chegar num outro ponto. Enquanto eu fui fazendo o trabalho de luto, fui fazendo também o trabalho do que é herança. Claro, eu herdei um bem material, algum imóvel, com certeza, mas são as coisas imateriais que interessam mais, são essas as grandes heranças.

Eu herdei várias amizades que o Celso tinha, e vejo aqui amigos dele da vida inteira. Vejo nosso Ronald Queiroz, da Paraíba; Osvaldo Sunkel, que ontem me contava que, na lua-de-mel dele, o Celso deu uma encomenda para ele um pouco incômoda, que era o filho dele, pequenininho, e ainda teve que interromper a lua-de-mel para pedir para ele levar o André no avião, pequenininho. O Otávio Rodrigues, que é um amigo mais recente. Todos eles. Já nem falo de Jaguaribe, que estava aqui, de Ricupero, que ele lia toda semana. Era a única coisa da Internet que ele dizia: "Você já abriu o Ricupero na **Folha**? Vá lá ler o Ricupero".

Enfim, essas heranças vão ajudar muito na construção desse centro. E é muito bom saber que, um ano depois, já vamos ter um espaço onde reviver essas idéias, onde repensar as coisas que ele pensou. Exatamente como Maria disse, o Celso trouxe todos vocês até aqui. Daqui para frente, têm que ir outras pessoas levando, e essas amizades que, mal ou bem, eu particularmente herdei do Celso, e prezo muito.

Eu pediria a vocês todos que ajudem este centro. Na verdade, nós quase que pegamos carona neste seminário, e eu queria fazer um pequeno agradecimento ao Senador Aloizio Mercadante, que há muito tempo disse que queria fazer um seminário. E também um agradecimento muito especial a Luiz Antonio Elias, que foi a pessoa que de fato levou adiante, organizou. E não é fácil organizar um seminário com uma parte grande internacional, com agendas, com gente do Brasil inteiro vindo. E Luiz Antonio foi impecável. E também agradeço ao Gerson Gomes.

Ricardo, não tenho palavras, desde a nossa primeira experiência de vídeo no ano passado, quando trocamos figurinhas. Então, Ricardo é um interlocutor privilegiado meu.

O SR. COORDENADOR – Acho que só nos resta aplaudir a todos nós. Agradecemos a presença de todos. Saímos daqui muito enriquecidos, sabendo

que o pensamento do Celso continuará iluminando a reflexão crítica deste País, se contarmos por este seminário, pela criação do centro, e pelo fato de que ele é o intelectual brasileiro na área de Ciências Sociais mais lido, mais citado, mais respeitado e mais seguido. (Palmas.)

(Levanta-se a reunião.)

Ata da Quinta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 28 de março de 2006, às 9:30 horas, na Sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte e oito de março do ano de dois mil e seis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, do Senador Romeu Tuma, Vice-Presidente e, em seguida, da Senadora Lúcia Vânia, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores César Borges, Edison Lobão, Rodolpho Tourinho, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Tasso Jereissati, Heráclito Fortes, Demóstenes Torres, Leonel Pavan, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Wellington Salgado, Gerson Camata, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra, João Ribeiro, Aelton Freitas, Antônio Carlos Valadares, Osmar Dias e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Sérgio Guerra, Ramez Tebet, Sérgio Cabral, Alberto Mestrinho e Patrícia Saboya Gomes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, a Presidência comunica a realização de uma Audiência Pública, em trinta de março, às dez horas, no Plenário nº 2, Anexo II da Câmara dos Deputados com a presença do Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, em cumprimento ao disposto no art. 9°, § 5°, da Lei Complementar n° 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), determinando que, no prazo de 90 dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos indicadores". Usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, João Ribeiro e Jefferson Péres. Em seguida, são apreciadas, em Extrapauta, o Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 107, de 2006, não terminativa, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor total de até US$ 93,000,000.00 (noventa e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – PNAGE – Fase I", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Luiz Otávio, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. O Senador Luiz Otávio passa a Presidência ao Senador Romeu Tuma, Vice-Presidente, e procede, em seguida, à leitura de seu parecer. Colocado em votação, a Comissão aprova o parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 106, de 2006, não terminativa, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até US$ 23,155,000.00 (vinte e três milhões, cento e cinqüenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura – Fida, para financiamento do Projeto de Suporte ao Desenvolvimento de Empreendimentos de Agricultores Familiares do Nordeste Brasileiro", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. A Presidência designa o Senador César Borges Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do parecer, colocado em votação, a Comissão aprova o parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria. Em seguida, a Comissão aprova o Requerimento nº 21/2006-CAE, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que requer, nos termos regimentais, seja incluído o nome do Exmo. Sr. Álvaro Augusto Ribeiro Costa, Advogado-Geral da União, na Audiência Pública a ser realizada com a finalidade de discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2006; Requerimento nº 22/2006-CAE, de autoria do Senador Gilvam Borges, que requer, nos termos regimentais e em aditamento ao Requerimento nº 06/2006-CAE, de 17 de fevereiro de 2006, seja convidado o Excelentíssimo Governador do Estado do Maranhão, Sr. José Reinaldo Tavares, para prestar informações sobre operação de crédito realizada entre o Estado do Maranhão e a Empresa Camargo Corrêa; Requerimento nº 23/2006-CAE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que requer, nos

termos regimentais, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão Assuntos Sociais com o objetivo de esclarecer acerca das negociações relativas à participação acionária da Petrobrás na Braskem/Odebrecht; a entrega de ativos da Petrobrás à Petroquímica Triunfo, empresa do Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul; o monopólio de alguns dos produtos petroquímicos ali produzidos e seus impactos no setor, bem como na manutenção dos empregos hoje existentes, com a presença dos Presidentes da Patrobrás, da Petroquisa, do Sindicato dos Trabalhadores do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul, e de Representantes da Braskem S.A., da Ipiranga Petroquímica S.A., e da Confederação Nacional dos Químicos – CUT; e o Requerimento nº 24/2006-CAE, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que requer, com fundamento no art. 93, § 2º do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública do Projeto de Resolução nº 57, de 2003, que "autoriza a cessão, para cobrança da dívida ativa dos municípios as instituições financeiras e dá outras providências", de autoria do Senador Sérgio Cabral. A Comissão rejeita o Requerimento nº 25/2006-CAE, de autoria do Senador Jefferson Péres, que requer, nos termos regimentais, sejam ouvidas previamente as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o PLS nº 385/2005, que "cria a Zona Franca de São Luís, no Estado do Maranhão", de autoria do Senador Edison Lobão. Invertendo a Pauta, é iniciada a apreciação das matérias constantes da 2ª parte, Item 01-Projeto de Resolução do Senado nº 37, de 2004, não terminativo, que "acrescenta § 5º ao art. 48 da Resolução n° 43, 2001. (Permite a dedução dos Investimentos dos Estados em Educação e pesquisa de nível superior, nos pagamentos de encargos de parte de dívidas junto à União)", de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2005, não terminativo, que "cria a Zona Franca de São Luís, no Estado do Maranhão", de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Ramez Tebet, que oferece Parecer pela aprovação da Matéria com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa. Em 21-02-06, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Usam da palavra os Senadores Jefferson Péres, que apresenta o Requerimento nº 25/2006-CAE, Edison Lobão, Valdir Raupp, Osmar Dias, Eduardo Suplicy e Aloizio Mercadante, Arthur Virgílio e Romeu Tuma. Colocado em votação, a Comissão rejeita o Requerimento nº 25/06-CAE. A discussão e votação da matéria são adiadas; Item 03-Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2005, não terminativo, que "modifica o art. 12 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, autorizando o parcelamento do Imposto Territorial Rural – ITR em até 12 (doze) meses", de autoria do Deputado Nelson Marquezelli, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece Parecer pela rejeição da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2004, terminativo, que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre equipamentos utilizados em obras rodoviárias e de infra-estrutura, quando adquiridos por Prefeituras Municipais", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador João Batista Motta, que oferece Parecer pela aprovação da Matéria com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2004, Complementar, não terminativo, que "altera a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que autoriza antecipação do pagamento do complemento de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dá outras providências", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 29/11/2005 foi concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2005, não terminativo, que "dispõe sobre incentivos fiscais à produção de fármacos, dos seus insumos e de medicamentos, de autoria do Senador Papaléo Paes, tendo com Relator o Senador Gilberto Mestrinho, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2005, Complementar, não terminativo, que "inclui o § 2º ao art. 17 e dá nova redação ao caput do art. 44 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 (disciplina o Sistema Financeiro Nacional)", de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2003, não terminativo, que "institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente", de autoria da

Senadora Serys Slhessarenko, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, Complementar, não terminativo, que "altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica", de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2005, não terminativo, que "reduz alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidentes sobre os produtos que menciona", de autoria do Deputado Nelson Bornier, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2004, não terminativo, que institui o Programa de Incentivo à Conclusão da Educação Básica – "Poupança Escola" e dá outras providências, de autoria do Senador Cristovam Buarque, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação, com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2003, terminativo, que "altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, incluindo como beneficiário da lei os representantes comerciais", de autoria do Senador Leonel Pavan, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral, que oferece Parecer pela aprovação da Matéria com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. Em seguida, a Presidência dá início à primeira Parte da Reunião com a realização de Audiência Pública com a finalidade de discutir a unificação da Secretaria da Receita Federal e da Secretaria da Receita Previdenciária, a denominada "Super-Receita", constante do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2006, que "dispõe sobre a Administração Tributária Federal; altera as Leis nºs 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.910, de 15 de julho de 2004, e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de junho de 2004, 11.098, de 13 de janeiro de 2005, e 9.317, de 5 de dezembro de 1996; e dá outras providências", em atendimento aos Requerimentos nº 15/06-CAE, de autoria do Senador Valdir Raupp, nº 16/06-CAE, de autoria do Senador Romero Jucá, nºs 17 e 21/06-CAE, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho e nº 20/06-CAE, de autoria do Senador Tasso Jereissati, com a presença dos convidados, Sr. Antonio Carlos Rodrigues do Amaral, Representante da OAB / SP; Sr. Lucas Izoton, Presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo e do Conselho Temático Permanente da Micro e da Pequena Empresa (representando o Exmo. Sr. Deputado Armando Monteiro Neto); Sr. Orlando Spinetti, Assessor da Divisão Jurídica da Confederação Nacional do Comércio – CNC (representando o Sr. Antonio José Domingues de Oliveira Santos); Sr. Luigi Nese, Vice-Presidente da Federação de Serviços do Estado de São Paulo – Fesesp (representando o Sr. Ricardo Luis Martins Scalise); Sr. Gilberto Luiz do Amaral, Presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – IBPT; Sr. João Carlos Souto, Presidente do Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional; Sr. Roberto Eduardo Giffoni, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Federais – Anpaf; da Sra. Leonilda Terezinha de Araújo, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Administrativos e Auxiliares da Receita Federal – Sindsarf; e do Exmo. Sr. Deputado Estadual Paulo Ramos, Representante da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Senador Rodolpho Tourinho e a Senadora Ana Júlia Carepa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e seis minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Luiz Otávio,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, a realizar-se, hoje, 28 de março de 2006, às 10h11, na sala de Reuniões nº. 19, na Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciar os nossos trabalhos eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Srªs. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada a Ata da reunião anterior.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pois não, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Edison Lobão tem alguns projetos de grande importância. Não sei se V.Exª. antes de começar a Audiência Pública, pudesse colocar em votação dois ou três. Os Srs. Senadores...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Primeiro eu vou colocar em votação tanto esses projetos que estão na pauta, como extrapauta nós temos dois projetos de financiamento externo. Um, para o PNAGE, que trata-se de financiamento de noventa e oito milhões de dólares para Secretarias de Administração de todo o Brasil. E incluindo, aí, o Distrito Federal. Na questão de gestão, recursos para aperfeiçoamento, melhoria na questão, na área de atuação da gestão. Inclusive, é um financiamento do próprio Banco Mundial.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Quem é o Relator desse projeto?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Eu sou o Relator. O outro é de 23 milhões de dólares para recursos do Nordeste para agricultura familiar. Tem como Relator Senador Sérgio Guerra. Poderá ser feito nomeado um Relator *ad hoc,* no caso o Senador César Borges pode assumir já para nós votarmos. Bem como a colocação do Senador Romeu Tuma de projetos que estão na pauta do dia de hoje.

Temos também requerimentos, que, inclusive, tem a ver com a questão não só da Audiência Pública, mas do projeto da criação da Receita Federal do Brasil. Então eu acho que nós poderemos colocar logo o requerimento e depois voltaremos à pauta.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, só para informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pois não.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – É porque consta na pauta que nessa primeira parte nós teríamos aqui Audiência Pública com a presença, inclusive, do Jurista e Tributarista Ives Gandra Martins.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Ele já justificou sua ausência. Ives Gandra--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Ele não estará presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – --não estará presente. São 14 convidados.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – E também o Presidente da Confederação Nacional de Indústrias e da Confederação Nacional do Comércio.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Aqui nós temos a relação dos convidados e está ausência Antônio Marangon, Presidente do Sindicato de Empresas de Serviços Contábeis, Sr. Luiz Alberto dos Santos, Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil, da Presidência da República, também, com ausência justificativa e o Professor Dr. Ives Gandra Martins, Jurista e Tributarista que também justificou sua ausência.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Mas também os Presidentes da Confederação Nacional da Indústria...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Até agora nós não tivemos confirmação.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – V.Exª. irá marcar uma outra Audiência Pública para essas pessoas?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Está confirmada a presença deles aqui hoje.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Está confirmado, mas não estão aqui ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Bom, aí eu não sei. Eles serão chamados, aí nós veremos quem está presente ou não. Apenas esses três é que justificaram a ausência. Senador Eduardo Suplicy, pela ordem. Senador Eduardo Suplicy do PT de São Paulo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, V.Exª. marcou para o próximo dia 30, quinta-feira, tendo em vista, inclusive, anuência do Presidente Henrique Meirelles do Banco Central, para que possa ser aproveitada a oportunidade da presença do Presidente Ministro Henrique Meirelles na Comissão Mista do Orçamento, mas também em Sessão Conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Finanças e Tributação da Câmara e Fiscalização e Controle de ambas as Casas, para que possa o Presidente não apenas aqui expor à respeito das diretrizes de política monetária, política cambial, de juros e de aumento da... E dos instrumentos de política monetária. Mas, também, nessa mesma oportunidade, atendendo requerimento de minha autoria, dois requerimentos, o Presidente do Banco Central, juntamente com os Diretores do COPOM do Banco Central, portanto, são mais oito Diretores estão previstos de aqui expor sobre a maneira de raciocinar na hora de definir qual a taxa de juros básica.

O Presidente Gilberto Mestrinho da Comissão Mista de Orçamento e V.Exª., estavam assinando um Ofício encaminhando ao Ministro Henrique Meirelles a comunicação à respeito. V.Exª., inclusive, pediu-me providenciasse com o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Gilberto Mestrinho, que é em função de providências relativas à votação do orçamento--

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Suplicy V.Exª. já deve ter conhecimento. O Presidente da Comissão de Orçamento...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Tem uma condição difícil...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Na questão da votação do orçamento lá na Câmara, junto com o Senado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Então o Senador Gilberto Mestrinho, inclusive, ameaçou hoje de deixar a Presidência da Comissão de Orçamento. Então ele me pediu o seguinte. Ele vai manter a pauta que está lá.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Será mantida a pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Será mantida a pauta, até porque ele não sabe se ele vai estar ainda à frente da Presidência da Comissão de Orçamento. Então, o que nós podemos fazer é: Aguardar o que vai acontecer na Comissão de Orçamento ou manter a pauta como estava prevista e a Comissão de Orçamento, reunir e lá ouvir tanto o Ministro Presidente do Banco Central Henrique Meirelles, bem como os membros do COPOM para realmente atender a solicitação de V.Exª..

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas a minha sugestão, Sr. Presidente, é que o Ministro Gilberto Mestrinho ele pode assinar. Se ele resolver deixar a Comissão Mista do Orçamento, o Vice-Presidente Mussa Demes irá se responsabilizar...?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Ok, Senador Suplicy. Mas eu não posso impor isso, apenas...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Está bem. Mas a minha sugestão, Sr. Presidente, é que seja feita a comunicação ao Presidente Henrique Meirelles de que a reunião irá ser feita tanto para o exame das questões relativas à política monetária--

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Mas nós não podemos fazer isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ah, não pode? Por que não pode?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Se a Comissão de Orçamento definir como está definida ela faz a reunião dela. O que o nós podemos fazer é fazer uma nova reunião, aí V.Exª. propõe o requerimento numa Audiência Pública com a presença do Ministro e na Comissão de Assuntos Econômicos...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente.

SENADOR JOÃO BATISTA DE JESUS RIBEIRO (PL-TO) – Posso colaborar com essa questão?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pois não, Senador João Ribeiro com a palavra.

SENADOR JOÃO BATISTA DE JESUS RIBEIRO (PL-TO) – Só para informar, a reunião que tive ontem à noite, a Comissão de Orçamento vai ser mantida, hoje, a reunião, mas não vota hoje, deve votar amanhã, porque em função da questão econômica ontem numa reunião no Palácio, os líderes dos partidos da base na Comissão, não conseguiram acertar o fechamento dos destaques. E, portanto, os destaques serão acertados hoje e será votada amanhã impreterivelmente. É o que ficou mais ou menos definido Senador Suplicy só para informação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Quero ajudar, então, minha proposta sempre foi que a reunião...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Mas o Ministro combinou com V.Exª., o Presidente do Banco Central que seria feito em conjunto lá, não comigo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não, mas que seria a minha sugestão, Sr. Presidente. Sr. Presidente, a minha...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Interferir nisso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É que a reunião seja feita no Senado, na sala da CAE.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Tá bom, então.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Convidada a Comissão Mista do Orçamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) - Então faça esse requerimento, e aprovamos seu requerimento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Está explicitado no Ofício.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Mas V.Exª. na época, viu o que o Ministro Presidente disse não vinha, V.Exª. lembra disso?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Eu até aprovei aqui a convocação dele. V.Exª. veio comigo e disse: "Eu vou fazer o entendimento lá com ele, com o Senador Mestrinho para fazer lá na Comissão de Orçamento". Então, eu estou atendendo a V.Exª.. Agora eu não posso é colocar em cheque a Comissão de Economia. V.Exª. me perdoe, mas eu não posso. Com a palavra Senador Jefferson Peres. Apenas para ouvir o Senador Jefferson Peres.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu vou esclarecer, Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Eu retornarei a palavra a V.Exª., pode ser que o Senador Jefferson Peres tenha uma solução para o caso.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, faz sentido a vinda do Sr. Henrique Meirelles ao Senado para debater os critérios que adotam o COPOM para fixação da taxa SELIC, se for nesta Comissão de Assuntos Econômicos. Sr. Presidente e Srs. Senadores, a Comissão de Orçamento tem 80 membros. Se houver uma afluência grande, Senador ir lá, mais 20 da CAE são 100 Parlamentares. Que compareçam 50, ainda é muita gente Senador Suplicy. Esse debate não seria produtivo para algo tão sério como é a questão levantada por V.Exª. e eu o louvo por isso. Eu gostaria de estar presente para debater isso, também, que interessa a todo o Brasil. Mas só faz sentido numa reunião feita num âmbito bem menor no caso desta Comissão de Assuntos Econômicos. Se o Sr. Henrique Meirelles não quiser comparecer, Sr. Presidente, tem que convocá-lo. Eu não sei porque esta subserviência tradicional do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Jefferson foi aprovado só para V.Exª. ter...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Convocação?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Foi aprovada convocação, e o Senador Suplicy entrou em entendimento com o Ministro, com o Presidente do Banco Central, e votou para que fosse feito em conjunto. Agora está nas mãos do Senador Suplicy decidir. Se ele quer manter o requerimento dele está mantido e nós vamos agora convidá-lo porque foi mudado. Mas se quiser nós mudamos novamente e convocamos o Ministro. Está acabada a história.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente. Permita esclarecer. Veja só. Foi o Ministro Henrique Meirelles que encaminhou carta a V.Exª., está aí nos arquivos com o Sr. Gonzaga, dizendo que ele gostaria de aproveitar a oportunidade da vinda dele na Comissão Mista do Orçamento, para também tratar desse outro assunto. Se ele não concorda, então, Sr. Presidente, permanece... Então eu peço a V.Exª. que esclareça ao Presidente do Banco Central que a reunião sobre a taxa de juros básica deve ser feita na CAE.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Ok.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E eu estou de pleno acordo. Peço apenas a V.Exª. que marque a data e assim quinta-feira fica...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Marcaremos posteriormente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Só a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele apresentar lá a sua exposição. E já está aqui a assessoria do Presidente do Banco Central.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Ok.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Que fica esclarecido. Vai ser noutro dia então. Eu peço a V.Exª. que marque a discussão da Taxa Básica SELIC, aqui na CAE. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Requerimento nº. 21/2006 da Comissão de Assuntos Econômicos. Senador Rodolpho Tourinho, nos termos do art. 90, inciso II, do Regimento Interno. O Senado Federal requer seja incluído, como convidado, na próxima Audiência Pública a ser realizada no âmbito desta Comissão com finalidade de discutir o Projeto de Lei da Câmara nº. 20, Exmº. Sr. Álvaro Augusto Ribeiro Costa, Advogado-Geral da União. Em discussão. Como ninguém discute, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento do Senador Rodolpho Tourinho. Senador Gilvan Borges. Nos termos regimentais e aditamento e requerimento nº. 6 de 17 de fevereiro de Comissão de Assuntos Econômicos, requer, também, que seja convidado a S.Exª. o Sr. Governador do Estado do Maranhão, o Sr. Reinaldo Tavares, a fim de que perante o Plenário desta Comissão, preste informações sobre operação de crédito realizado entre o Estado do Maranhão e a empresa CAMARGO CORRÊA. Em discussão. Como ninguém discute. Em votação. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento do Senador Gilvan Borges. Requerimento do Senador Sérgio Cabral. Requer nos termos regimentais, fundamento do art. 93, § 2º do Regimento Interno do Senado Federal, dispensa da Audiência Pública do Projeto de Resolução 57/2003, que autoriza a Sessão para cobrança de dívida ativa dos Municípios às Instituições Financeiras e dá outras providências de minha autoria. Senador

Sérgio Cabral. Em discussão. Como ninguém discute em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado requerimento do Senador Sérgio Cabral.

Senador Suplicy, então o requerimento de V.Exª. que está aqui em minhas mãos mantém... Esse é um outro requerimento, de V.Exª., do Senador Paulo Paim, do Senador Pedro Simon, que requer nos termos regimentais, seja realizada também uma Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos e Assuntos Sociais com objetivo de esclarecer os Srs. Senadores e as Srªs. Senadoras acerca das negociações relativas à participação acionária da PETROBRAS na BRASKEN, ODEBRECHT, a entrega de ativos da PETROBRAS à PETROQUÍMICA TRIUNFO, empresa do Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul e o monopólio de alguns dos produtos petroquímicos ali produzidos e seus impactos no setor, bem como na manutenção dos empregos hoje existentes. Requer ainda sejam convidados a comparecer na audiência o Presidente da PETROBRAS, da PETROQUISA, do Sindicato dos Trabalhadores do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul, um representante da BRASKEN, um representante da Ipiranga Petroquímica e um representante da Confederação Nacional dos Químicos. Em discussão. Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon, Senador Eduardo Suplicy. Como ninguém discute, em votação. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Passamos, então, à pauta e temos dois projetos de extra-pauta que já falei do financiamento. Tanto da Secretaria de Administração do Brasil como da agricultura familiar. Requerimento pedindo a inclusão em extra-pauta. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento extra-pauta. Passamos então à segunda parte da Ordem do Dia. Pois não. Vou logo extra-pauta? Então lá vai. Vamos primeiro votar logo os dois extra-pauta que é mais rápido.

Item 1: Mensagem do Senado Federal nº 107/2006, não terminativa. Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de 93 milhões de dólares dos Estados Unidos da América entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, para o financiamento do Programa Nacional de Apoio à Modernização, da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal. Isso é o PNAGE, Fase I. Autoria a Presidência da República. O parecer é favorável nos termos do PRS que apresenta. Em discussão. Como ninguém discute em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o item um.

O item 2: Mensagem do Senado Federal nº. 106/2006, não terminativa. Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de 23 milhões, 155 mil dólares americanos, de principal entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura, o FIDA, para financiamento de projeto suporte ao desenvolvimento de empreendimentos de agricultores familiares do Nordeste brasileiro. Autoria: Presidência da República. Relator Senador Sérgio Guerra. Encontra-se ausente. Designo o Relator *ad hoc* Senador César Borges do PFL da Bahia. Eu pediria também, Senador César, se V.Exª. pudesse pedir a urgência para os dois projetos.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Pois não, Sr. Presidente, com muita satisfação. Mas Sr. Presidente como Relator *ad hoc*, substituindo o Relator Sérgio Guerra. O relatório é o seguinte, Sr. Presidente. O Presidente da República, encaminha para exame do Senado Federal, proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de 23 milhões, 155 mil dólares dos Estados Unidos da América, com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura, FIDA. Os recursos da operação serão destinados ao projeto de suporte ao desenvolvimento, empreendimentos de agricultores familiares do Nordeste brasileiro. De acordo com exposição de motivo do Ministro da Fazenda, o empréstimo a ser contratado visa contribuir com a redução dos níveis de pobreza e desigualdade social e desenvolver a capacidade de pequenos agricultores familiares do Nordeste. O custo total do programa está estimado em 46,6 milhões de dólares, sendo que além dos recursos previstos para serem contratados com o FIDA, serão aportados como contrapartida da União e dos agricultores beneficiados 22 milhões de dólares. E um milhão 470 mil dólares respectivamente, que é a parte dos agricultores. Ressalte-se que a contrapartida prevista para os agricultores, não consta no contrato de empréstimo negociado, assim como da União incorpora além dos recursos do OGU, os recursos provenientes da aplicação pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar, no crédito rural, na região equivalente a 16,9 milhões.

A análise, Sr. Presidente, é de que essa operação de crédito que destina ao suporte do desenvolvimento dos empreendimentos agricultores familiares do Nordeste brasileiro, e que ora está em apreciação nessa Comissão de Assuntos Econômicos, sujeitam-se ao cumprimento de uma série de condições e exigências definidas na Constituição Federal, na Resolução de

96/1989 do Senado Federal. A observância dos preceitos ali contidos constitui, pois, condição imprescindível para a nossa aprovação. Nesse contexto, relativamente a solicitação em exame são de destacar. Os limites devidamente da União, estipulados nos arts. 2, 3 e 4 da referida resolução são atendidos.

O Parecer da Procuradoria Nacional encaminhado ao Senado Federal, conclui que a minuta de contrato de empréstimos contém cláusulas admissíveis. Relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos conste no Plano Plurianual da Lei Orçamentária Anual, é informado pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Ademais, quanto à previsão orçamentária, entende a Secretaria do Tesouro Nacional, que considerando as informações acerca das dotações orçamentárias, o cronograma de utilização dos recursos, as dotações orçamentárias existentes para o ano de 2005, assim como as prevista para o corrente ano, serão suficientes para dar suporte no exercício do corrente. Ressalte-se que de acordo com cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendido, era implicar custos efetivos, equivalente a 6,3% ao ano, levando aquela Secretaria a concluir que a referida estimativa constitui indicativo aceitável, se comparando com o custo de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional.

É de se enfatizar, também, a observância pela União das restrições, exigências estabelecidas na Lei Complementar nº. 101 de 4 de maio de 2000. Portanto, Sr. Presidente, o voto é pela autorização pleiteada pela mensagem nº. 106/2006, nos termos que se segue. Esse é o relato, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Em discussão. Como ninguém discute, em votação. Os Srs. Senadores concordam e as Senadoras concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado o item dois da pauta extra. Passamos então à pauta convencional. Item um: Projeto de Resolução do Senado, nº. 37/2004, não terminativo, que acrescenta ao § 5º, art. 48 da Resolução 43/2001 permite a dedução dos investimentos dos Estados em educação e pesquisa de nível superior, nos pagamentos de encargos e parte de dívida junto à União. Autoria Senador Osmar Dias. Relator Senador Fernando Bezerra. O Relator não encontra-se presente. Adiamos a votação?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Como o parecer é pela rejeição, acho que era bom que o Relator estivesse presente para explicar porque rejeitou.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Fica adiado item um. Item dois. Não terminativo. Cria a Zona Franca de São Luiz, no Estado do Maranhão. Autoria Senador Edison Lobão. Relator Senador Ramez Tebet, pela aprovação da matéria com a Emenda nº. 1 que apresenta. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com decisão terminativa em 21 de fevereiro de 2006, foi concedido vista coletiva nos termos regimentais.

Há um requerimento de autoria do Senador Jefferson Peres do PDT do Estado do Amazonas, requer nos termos regimentais a suspensão da tramitação do Projeto de Lei do Senado, nº. 385/2005, na Comissão de Assuntos Econômicos, até que seja apreciado pelas Comissões de Justiça e Cidadania, bem como a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. A justificação. Ao propor a criação da Zona Franca de São Luís, do Estado do Maranhão, projeto em tela de autoria do nobre Senador Edison Lobão do PFL do Maranhão, fere os protocolos de Ouro Preto, adicionados ao Tratado de Assunção e assinados pelo Brasil em dezembro de 2004, no marco do Mercosul, estabelecendo que nenhum de seus membros poderá instituir nova Zona Franca, sem a prévia anuência dos demais. A dimensão jurídica e diplomática da proposição, patenteia a necessidade e a urgência de que ela seja previamente apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, bem como pela Comissão de Relações Exteriores, no tocante aos seus aspectos legais e à luz dos compromissos externos assumidos pelo País. Essa é a justificação do Senador Jefferson Peres.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, pela ordem...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pela ordem, Senador César Borges, PFL da Bahia.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu gostaria apenas de corrigir aqui e solicitar a V.Exª. compreensão, para votar o pedido de urgência da mensagem ao Senado Federal nº. 107/2006, recém aprovada aqui, há poucos minutos atrás. E também a mensagem 106 e a 107. São empréstimos à União que visa à modernização da gestão de planejamento do Estado Brasileiro e o financiamento do projeto, suporte de desenvolvimento e de empreendimentos a agricultores familiares, em face do mérito dessas duas mensagens nós pudéssemos votar à urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Votaremos a urgência. Em discussão a urgência solicitada pelo Senador César Borges para os dois itens. Item 106, 107, Projeto 106, 107 da Presidência da República. Em discussão. Como ninguém discute, em votação. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado o pedido de urgência.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Jefferson Peres, autor do requerimento.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, nas últimas Sessões que discutimos esse projeto do Senador Edison Lobão, eu e os dois outros membros da bancada do Amazonas, já manifestamos nossas restrições quanto ao mérito, embora reconhecendo o legítimo direito do Senador Lobão de propor a criação desta Zona Franca em São Luís. Nada contra, mas temos razões para não darmos o nosso apoio ao projeto.

Entretanto, Sr. Presidente, isso quanto ao mérito, mas preliminarmente, há que ser considerado pelas Comissões respectivas, a suposta inconstitucionalidade levantada a ser apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça preliminarmente. E a objeção feita pelo Senador Aloizio Mercadante quanto à suposta violação dos acordos de Ouro Preto, no marco do tratado do Mercosul, a ser apreciado pela Comissão de Relações Exteriores. Ora, Sr. Presidente, me parece, salvo melhor juízo, que não devemos colocar o carro diante dos bois, porque é inútil apreciarmos, ou pelo menos seria precipitada apreciarmos, e inútil, apreciarmos o mérito do projeto do eminente Senador Edison Lobão. Se posteriormente ele for julgado inconstitucional pela CCJ ou contrário violador de um Tratado Internacional pela Comissão de Relações Exteriores. Por isso eu apresentei o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Edison Lobão do PFL do Maranhão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, este projeto foi apresentado há algum tempo e encaminhado às Comissões. A duas Comissões. A esta Comissão e outra Comissão em caráter terminativo. Não foi orientado o encaminhamento do projeto à Comissão de Constituição e Justiça pela própria Mesa. Portanto, no pressuposto de como normalmente se faz, que a própria Comissão de Assuntos Econômicos julgará da constitucionalidade ou não do projeto, da legalidade do projeto.

Sobre o tratado a que se refere o Senador Jefferson Peres, ele realmente existe, porém há uma jurisprudência no Supremo Tribunal Federal, segundo a qual a equivalência, há uma equivalência entre a lei interna e o Tratado Internacional, ou seja, o Tratado Internacional tem a equivalência de uma Lei Ordinária. Portanto, pode o Tratado Internacional ser alterado por uma Lei Ordinária do Congresso Nacional. Não há, portanto, nenhuma inconveniência legal naquilo que estamos votando neste momento.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu na vez passada disse aqui que o Estado do Amazonas foi beneficiado por todos os brasileiros na medida em que ali se criou a Zona Franca de Manaus. Era um Estado em dificuldades financeiras, econômicas e que repentinamente em razão da Zona Franca tornou-se um Estado com uma economia pujante. Ele tem o seu funcionamento previsto, a Zona Franca de Manaus, até 2013, portanto, dentro de cinco anos desaparecerá a Zona Franca de Manaus.

O que estou propondo é que se ajude uma outra unidade da Federação, que é o meu Estado do Maranhão, que é considerado hoje o Estado mais pobre da Federação Brasileira, e eu não posso acreditar que até mesmo os nossos irmãos do Amazonas, que tanto se beneficiaram da Zona Franca, não desejem, não pretendam, procurem impedir que um Estado irmão tenha o mesmo destino econômico e de bem-estar social para o seu povo.

Eu esperava exatamente a solidariedade do Amazonas, até por isto mesmo. Não. O que obtenho do Amazonas é uma posição contrária às legítimas pretensões do Estado do Maranhão.

Recentemente votei no Plenário do Senado, a favor de uma disposição nesse sentido que beneficia tanto o Estado do Amazonas. E por isso eu imaginava, também, obter a solidariedade do Amazonas. Não, obtenho a oposição.

Portanto, Sr. Presidente, com estas informações eu peço aos Srs. Senadores, que em primeiro lugar, não acolha o requerimento do Senador Jefferson Peres, e em seguida, apoio ao mérito do projeto, aqui, já que ele tem a oposição, também, do Senador Jefferson Peres declarada quanto ao mérito.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação o requerimento do Senador Jefferson Peres. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento. [risos].

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Peço a V.Exª. que faça uma recontagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Então vamos a uma votação nominal, pronto. Um, dois, três, quatro, cinco... Bom, agora é a maioria.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Senador Tuma, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Tuma também é favorável?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu. Eu.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Então o requerimento foi rejeitado pela maioria. Só votou o Senador Jefferson Peres...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Democraticamente eu aceito. Vamos à guerra Parlamentar instaurada no Senado. O Amazonas, com a solidariedade do Amazonas, Sr. Presidente, com o Maranhão vai até o limite da nossa sobrevivência. A criação de uma Zona Franca em São Luís do Maranhão, uma cidade muito mais bem locacionada, com a vantagem locacional, São Luís, porto de mar, com instalações portuárias de primeira ordem pode se transformar num buraco negro a sugar todos os investimentos direcionados ao parque industrial de Manaus. Senador Edison Lobão, V.Exª. talvez não saiba, o único sustentáculo da economia do Amazonas, o único, toda a economia extrativista foi por água abaixo, não existe mais. Se tornou antieconômico, o interior está inteiramente esvaziado. A miséria no interior do Amazonas é maior do que a sua do Maranhão. Sustentáculo da economia do Amazonas é o Parque Industrial de Manaus. Se esse parque, se os investimentos começarem se desviar para São Luís, aquilo desmorona rapidamente. É de uma fragilidade enorme, porque só se apóia nos incentivos fiscais. Uma vez que não há como qualquer produto do Amazonas possa concorrer com produtos fabricados em São Luís do Maranhão com os mesmos incentivos fiscais de Manaus. O que nos sustenta são os incentivos fiscais que cobrem o diferencial de frete e outros, devido a nossa localização, péssima localização em termos geográficos.

É por isso que eu nem vou votar. V.Exª. tem todo o direito de insistir no seu projeto. Se passar nesta Comissão, espero que não passe. Nós vamos continuar a lutar, porque o que está em jogo não é dividir com o Maranhão, é a sobrevivência econômica do meu Estado. Responsável, aliás, pelo fato do Amazonas, hoje, ser o Estado mais bem preservado em termos florestais. 98% da cobertura florestal do Amazonas, está intacta, está preservada. Se não fosse o Parque Industrial da Zona Franca a atrair pessoas e investimentos no interior, aquilo já estaria desflorestado, pior, talvez, do que no Sul do Pará.

Mas, enfim, Srs. Senadores, votem de acordo com as suas consciências. Agora nós não vamos concordar e vamos brigar em todas as instâncias.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Valdir Raupp. Eu só quero deixar claro que nós votamos apenas o requerimento do Senador Jefferson Peres, que foi rejeitado. A matéria ainda vai entrar em discussão e votação. Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, eu gostaria muito de poder concordar com o projeto do nobre Senador Edison Lobão, que eu acho que é muito importante para as capitais pobres do nosso País, a exemplo do Maranhão. Mas Porto Velho já tentou, por algumas vezes, num momento há meses atrás, naquele projeto do Senador José Sarney, estendia para Macapá incentivos da Zona Franca e nós tentamos puxar para Rondônia, também, e fomos vencidos porque o Pará entrou na briga, também, e queria colocar três cidades do Estado do Pará, para ser zonas francas, também. E eu não posso concordar, porque se Porto Velho, a nossa capital que é pobre também, não tem uma indústria em Porto Velho, enquanto Manaus tem 400 indústrias, Porto Velho não tem nenhuma indústria para gerar emprego. Então, se fosse estendido também às demais capitais da Amazônia, eu seria favorável. Mas se Porto Velho não for contemplado, eu não posso concordar que uma outra capital da Amazônia seja contemplada.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, em primeiro lugar eu queria dizer as boas-vindas ao seu novo auxiliar que hoje chega aqui e pela maneira como... (risos) Ele é parecido com V.Exª. e o carinho com que o trata, já percebemos que se trata de seu filho, que bom que ele possa aqui estar algumas horas com o pai. Mas, gostaria, Sr. Presidente, de ressaltar que como se prenuncia a votação deste projeto, poderá ensejar a uma prolongada discussão. Mas queria ponderar que dada Audiência Pública que está marcada para esta manhã e tendo em vista que a Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal, deverá provavelmente às 11h na CPI dos Bingos, estar iniciando um importante depoimento eu queria ponderar que seria bom, Sr. Presidente, quem sabe, abreviar a parte da Ordem do Dia para logo iniciarmos o... [interrupção no áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Presidente, embora a manifestação do meu companheiro de partido, Senador Jefferson Peres, tenha sido enfaticamente contra a criação dessa Zona Franca, eu queria lembrar que na legislatura passada eu apresentei um projeto criando a zona de livre comércio em Foz do Iguaçu, porque todos os anos o comércio do lado de lá da fronteira, acaba levando do Brasil cerca de 12 a 13 bilhões

de reais e enfraquece a economia do lado de cá. São 6 mil trabalhadores que atravessam a ponte todos os dias para trabalhar no Paraguai. E essa Comissão aprovou o meu projeto. Aprovou o meu projeto e foi vetado pelo Governo. Então, eu tenho sempre essa posição de entender o desejo dos Senadores dos Estados, de criar esse tipo de comércio para o desenvolvimento do próprio Estado. E neste caso eu estou aqui num conflito, porque o meu companheiro de bancada foi enfaticamente contra. Mas eu tenho um projeto igual, criando a zona de livre comércio em Foz do Iguaçu. E vou voltar a apresentá-lo aqui, se esse projeto for aprovado, então eu vou me animar muito mais em apresentá-lo. E já conto com o apoio do Senador Lobão. Agora, eu estou só preocupado que se esse debate se prolongar talvez Audiência Pública não se realize.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Nós vamos adiar a votação do projeto, tendo em vista a ausência, inclusive, do Relator Senador Ramez Tebet.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, acha conveniente adiá-lo por esta razão? Nós temos...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Porque nós fizemos a mesma coisa no item um. O Relator não está presente.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Mas o autor está presente. Quando o autor está presente--

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Mas o autor também está do primeiro, que é o Senador Osmar Dias.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – O autor sou eu.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Não. Do item 1.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Estou falando do projeto de minha autoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Lobão se o Plenário concordar em votar. Apenas eu tenho que destacar, designar um Relator *ad hoc*.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – V.Exª. pode fazê-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Então Senador Tuma como Senador *ad hoc*.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu vou ponderar... Sr. Presidente, com todo o respeito ao Senador Edison Lobão que se trata de um projeto altamente polêmico no Senado. O líder do Governo Aloizio Mercadante ainda não pôde chegar. É provável que por causa dos acontecimentos esteja realizando ações de responsabilidade junto ao Palácio do Planalto e etc, então, eu pondero, Senador Edison Lobão que dada a polêmica que está sendo criada, o forte posicionamento do Senador Jefferson Peres, da bancada do Amazonas, o posicionamento que V.Exª. sabe do próprio Governo de não se criar mais zonas francas que seria importante poder ter o debate, a votação dessa matéria com a presença mais significativa de Senadores. E, inclusive, com... Bom, agora chegou o líder do Governo, então, pelo menos está presente, então, este argumento que eu estava pedindo, Senador Aloizio Mercadante, que fosse votado outro dia o item dois, inclusive, pela sua presença. Agora V.Exª. está presente. Eu pedi para adiar, argumentando que você não estava, mas o Jefferson Peres também tinha feito... Sugeri para votar outro dia e fazer audiência agora.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Continua em discussão, com a palavra o Senador Aloizio Mercadante líder do Governo e amigo pessoal do Senador Edison Lobão.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Por isso que é particularmente difícil encaminhar qualquer coisa contra o Senador Edison Lobão, não só pela longa vivência que ele tem no Parlamento, mas pela capacidade de diálogo, de construção. E ele sempre foi um Parlamentar paciente. Eu gostaria de aprofundar essa discussão com o Senador Edison Lobão, porque nós temos o Senador José Sarney que foi autor do Mercosul, foi um dos Presidentes da República que à época ajudou a constituir o Mercosul e que hoje é um patrimônio bastante importante, político, diplomático do Brasil e de toda a América do Sul. Nós estabelecemos no âmbito do acordo de Ouro Preto que seria vedada a Constituição de novas Zonas Francas no âmbito do Mercosul. Os outros Países da região não podem fazer e nem o Brasil. O que foi acordado é que seriam mantidas as zonas já constituídas como da Terra do Fogo, a Zona Franca de Manaus. Mas não poderiam ser construídas, porque nós temos uma tarifa externa comum. E todos estão acompanhando que nós temos uma dificuldade.

Hoje, a Argentina é o segundo parceiro comercial do Brasil. Nós temos negociações bastante delicadas, do ponto de vista comercial com a Argentina. Não só com Argentina. Também a Argentina e Uruguai, agora estão numa disputa ferrenha, em torno da localização de uma planta de papel e celulose. Então, existem mecanismos hoje de consulta mútuas que são acionados em todos os litígios, em todas as áreas de conflito. Nós estaríamos, o Parlamento brasileiro, rompendo um princípio estruturante do Mercosul. Porque se cada nação do Mercosul, constituir zonas de livre comércio, estará

conferindo a idéia fundamental desse projeto que é a tarifa externa comum. Nós não temos essa prerrogativa do ponto de vista do direito internacional. Não podemos fazê-lo. Também não me parece ser recomendado. Se nós... Nós temos projetos estruturantes que estão sendo implantados no Maranhão. Por exemplo, a ferrovia Norte-Sul também um projeto do Presidente Sarney, que hoje nós construímos mais de 300 quilômetros ao longo desses três anos, que vai dar competitividade e eficiência a toda aquela área relevante ali que é a área da soja no Maranhão. Maranhão e Piauí. Então nós temos alguns projetos, como a construção das siderúrgicas que são muito importantes, e nós fizemos incentivos fiscais. Por exemplo. Para os investimentos voltados para mais de 80% para a exportação, nós desoneramos totalmente. Uma das razões daquele projeto de exoneração era exatamente aquele projeto da siderúrgica no Maranhão.

Então, eu ponderaria ao Senador Lobão, não me parece um bom caminho. Eu sei que existem dezenas e dezenas de projetos de Zona Franca no País, porque a carga tributária do Brasil é muito alta e há evidentemente desequilíbrios regionais. Mas não me parece um bom caminho. É um caminho que não tem sustentação no direito internacional. Agride todo o contrato do Mercosul. Portanto, eu peço que a gente adie essa votação para tentar conversar e ver se encontra algum mecanismo de fomento e que a gente possa construir. E a gente poderia hoje fazer audiência que é o que estava inicialmente programado. Ponderaria ao Presidente e autor do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o autor do projeto Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Tanto quanto o Senador Aloizio Mercadante em relação ele à mim tenho eu dificuldades em relação a ele. Eu sempre, quase sempre concordo com sua Excelência, mas peço-lhe vênia para que desta vez eu possa prosseguir no meu dever de ajudar o meu Estado, o meu povo pobre. Sua Excelência vem de um Estado poderosíssimo que é São Paulo rico e que determina as linhas da economia nacional. Há de compreender necessidade do povo maranhense. Nós já estamos com esse projeto aqui sendo debatido a duas ou três Sessões. Eu então pondero a sua Excelência que votemos nesta Sessão da Comissão de Assuntos Econômicos e deixaremos o debate mais amplo proposto por sua Excelência, na outra Comissão e no Plenário do Senado Federal.

Quanto ao fato de que há um acordo que não pode ser modificado. Pode sim. Acabei de dizer, na ausência do Senador Aloizio Mercadante que os tratados internacionais têm a força de Lei Ordinária e a Lei Ordinária é alterada por uma outra Lei Ordinária. Portanto, nada nos impede de fazer isto agora, votar este projeto. Se nós levarmos ao pé da letra os tratados internacionais, sobretudo, o que o diz respeito à Zona Franca no Mercosul nós estaremos extinguindo a Zona Franca de Manaus dentro de cinco anos, coisa que eu acredito que nenhum Parlamentar deseje proceder. Portanto, uma de duas. Ou a Zona Franca de Manaus desaparecerá em cinco anos e não se construirá nenhuma outra ou então é válida a iniciativa em favor do povo pobre do meu Estado do Maranhão. Peço, portanto, a votação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Como o autor insiste na matéria e insiste em incluir na votação de hoje a matéria, eu tenho que designar um Relator *ad hoc*. O Senador Romeu Tuma então designado Relator *ad hoc* da matéria. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SR. RELATOR SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O relatório foi elaborado pelo ilustre Senador Ramez Tebet. E já foi lido por ele. Então nós acrescentaríamos nova leitura para rememorar os Srs. Senadores da proposta do ilustre Senador Edison Lobão. O projeto apresentado está organizado em cinco arts.. O primeiro cria a Zona Franca de São Luís no Estado do Maranhão. Ela é definida como área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais com a finalidade de implantar no Município um Centro Industrial e Comercial integrado à Amazônia e as demais regiões do País. Bem como promover o desenvolvimento econômico e social do Estado. Art. 2º. Aplica à Zona Franca de São Luís os incentivos fiscais previstos nos arts. 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º e alterações posteriores no Decreto-Lei 288, de 28 de fevereiro de 67. O Parágrafo Único desse artigo mantém os incentivos fiscais até 2023. O art. 3º coloca administração e implantação da Zona Franca em São Luís a cargo da Superintendência da Zona Franca de Manaus, SUFRAMA. O Parágrafo Único determina que a concessão de incentivos fiscais está condicionada à aprovação dos projetos pela SUFRAMA. O autor na sua exposição de motivos fixa bem esta parte que é o caso que a SUFRAMA terá toda a possibilidade de manter a sua preponderância sobre as decisões da Zona Franca de Manaus. De forma que o voto favorável pelo Senador Ramez Tebet com a emenda de incluir no Projeto de Lei do Senado o art. 5º, renumerando-se o atual 5º, que passa a ter a redação abaixo. Artigo 5º, Poder Executivo, com vista do cumprimento do disposto do art. 5º, inciso II, 12 e 14 da Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal. Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data da publi-

ção e o Parágrafo Único, art. 2º só produzirá efeitos a partir do primeiro de janeiro do exercício subseqüente àquele que for implementado disposto no art. 5º. E é isto que se o corpo do projeto e a justificativa. Esse é o relatório Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Em discussão o relatório do Senador Romeu Tebet tendo como Relator *ad hoc* o Senador Romeu Tuma. Ninguém discute em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontrato. Aprovado.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Peço verificação para votação nominal, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Eu gostaria de lembrar que essa matéria caso seja aprovada, ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa. O pedido do Senador Mercadante. Votação nominal. Srs. Senadores que concordam...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, só apenas...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pois não Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Com todo o respeito ao Senador Edison Lobão...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) - Bolão, Senador Lobão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas sou Edi Lobão, tive a intenção de falar. Se eu errei peço desculpas. Senador Edison Lobão eu avalio que será muito melhor nós desenvolvermos o Maranhão, Sr. Presidente, através de progressivamente estarmos ampliando os Países, mais e mais do Mercosul, da América do Sul e eu tenho a convicção de que será muito melhor caminharmos na direção de baixarmos gradativamente as nossas barreiras alfandegárias com todos os Países de áreas contíguas e progressivamente com Américas, mas, sobretudo das áreas com maior vulnerabilidade do que estarmos criando novas Zonas Francas. Então com o maior carinho e respeito eu vou votar contrariamente também.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Então o Senador Arthur Virgílio pede a palavra pela ordem. Com a palavra o Senador Arthur Virgílio do PSDB do Estado do Amazonas...

SENADOR ARTHUR VIRGILIO (PSDB-AM) – Eu endosso o pedido que o líder Mercadante vez e com muita lucidez de verificação nominal, esclarecendo que não me cabe a não ser repetir o que da outra feita já havia aqui posto. É louvável o gesto do Senador Lobão preocupado que está com o desenvolvimento do seu Estado. Eu só tenho que recomendar cada vez mais ao povo do Maranhão que preste atenção na atuação de defesa em dormida dos interesses do Estado que faz o Senador Edison Lobão. Mas mantenho a convicção de que o projeto é inconstitucional. Ele corresponde a algumas dezenas de outras que tramitam nas duas casas do Congresso. Todos eles no mesmo intuito louvável de buscar o desenvolvimento pela via do incentivo fiscal para as regiões dos Deputados ou Senadores que os apresentaram. E me parece que o dado da constitucionalidade revela mais uma vez a sabedoria do legislador. Cabe ao Presidente da República decidir se e quando adotar modelo tipo Zona Franca aqui ou acolá. Se isso ficasse nas mãos do Congresso e meramente sob o jogo da minoria ou da maioria Parlamentar, nós teríamos uma profusão de economias desse porte surgindo no País e com a natural desorganização de quem não está vendo o todo, de quem não está vendo o contexto. Figuras admiráveis que defendem seus Estados, mas que naquele momento não estão tendo uma prerrogativa que é do Presidente da República, de quem está de um planalto, de um platô observando o País como um todo, muito mais atento o Presidente, portanto, do que os Parlamentares nesse episódio.

Entendo, então, que é inconstitucional a matéria e por todas as repercussões e aí falo agora como Parlamentar do meu Estado, que acarretaria para o meu Estado, eu evidentemente que peço a verificação nominal e me oponho à aprovação desse projeto, advertindo de novo que ele não passará pelo crivo do exame de constitucionalidade, embora seja louvável, eu repito, e de dar orgulho ao Maranhão a preocupação que tem com seu povo o Senador Edison Lobão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, poderia dar uma palavrinha?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Verificamos aqui, Senador Arthur Virgílio... A discussão mexe muito com a alma do brasileiro. V.Exª. faz e eu conheço o sofrimento de implantação da Zona Franca de Manaus e o que ela representou em todos os sentidos da formação da cidadania do amazonense. Acompanhei de perto, participei de processos que envolviam pessoas que se aproveitaram da Zona Franca, principalmente da venda de cotas. V.Exª. sabe e acompanhou e me ajudou muito nesse trabalho. E o Senador Arthur Virgílio Edison Lobão traz a discussão à necessidade de melhorar a cidadania do Amazonas, do Maranhão onde a miséria é patente em todos os componentes dessa Casa e as pesquisas mostram que é o Estado mais pobre da Federação. E o Senador Lobão deu um exemplo que nós vemos, estamos vindo de São

Paulo um Estado rico, o que não é verdade, porque a miséria, a pobreza...

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Permite um aparte Senador Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Também tem um aporte muito grande. Pois não, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Nós não poderíamos adiar a votação desse projeto?

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Eu faço apenas uma colocação breve, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Até para nós iniciarmos...

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Eu que como tantos nessa Casa enfrentei o regime autoritário durante os 21 anos da vigência dele, em alguns anos com mais força, outros anos com menos força, mas não teve nenhum mês, nenhum dia em que eu não tenha feito alguma coisa para prejudicar o regime autoritário durante a vigência dele, eu sou forçado a reconhecer que a Zona Franca de Manaus que já adquire uma característica que não é de Zona Franca, ela só nasceu porque foi uma decisão completamente discricionária do Marechal Castelo Branco, que assessorado pela genialidade do seu Ministro do Planejamento Roberto Campos, percebeu que era preciso jogar um olhar estratégico sobre minha região. Esse é um dado.

Outro dado, é que aí é que eu creio que se impõe um esforço à Casa como um todo, se nós entendemos que é inconstitucional, e eu entendo assim: Se entendemos os embaraços políticos outros no caminho desse projeto, eu creio que o esforço seria no sentido de vermos qual é a possibilidade viável de articulação a favor do Maranhão e dos Estados todos que necessitam de visão estratégica. O que é que é possível? O que é que é constitucional? O que é que é razoável? O que é que é justo? O que é que é urgente e inadiável para que se faça pelo Maranhão, atendendo ao pleito do Senador Lobão e atendendo a outros Senadores e a outros Estados que diriam muito bem. Se eu não posso ir pela via dessa expressão legislativa que hoje se julga ou se debate aqui, qual seria a expressão legislativa que daria para ser adotada? Eu estou às ordens, completamente às ordens e tudo que me deixará alegre será poder colaborar com o Maranhão sempre que necessário.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – V.Exª. coloca bem. Ninguém pode negar o aspecto moral e humanitário do projeto do Senador Edison Lobão, até porque todos nós conhecemos a situação da população no Maranhão. E o Pacto Federativo está demonstrado que ele é falho. Senador Rodolpho Tourinho várias vezes tem ido à tribuna César Borges e outros para mostrar prejuízo da Bahia, prejuízo de outros Estados. Eu pediria Senador Edison Lobão se concordasse e também retirasse o pedido de votação nominal e deixasse para outro dia...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Fica adiada a matéria, então, Sr. Presidente...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não sei se o Senador Lobão concorda.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Lobão concorda?

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de concordar com V.Exª., com o Relator *ad hoc*, meu querido e amigo e irmão Romeu Tuma, e fico no dever de agradecer as palavras tão generosas, primeiro do Senador Aloizio Mercadante, em seguida do Senador Arthur Virgílio que embora ambos se opondo ao meu projeto são generosos em elogios imerecidos por minha parte.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Não apoiado, Senador Lobão. Não apoiado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não apoiado.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Assim como o Senador Tuma e tantos outros companheiros. Agora, Senador Arthur Virgílio V.Exª. não se encontrava presente quando eu dizia aqui... Senador Arthur Virgílio, V.Exª. não se encontrava presente quando eu aqui acentuava que esse Tratado Internacional tem a força de uma Lei Ordinária, portanto, pode ser alterado por uma Lei Ordinária nossa. Segundo. Se nós entendermos e até no Poder Judiciário que isto não é possível, nós vamos ter problemas com a Zona Franca de Manaus daqui a cinco anos. Ela desaparecerá em 5 anos. Ela tem uma vigência até 2013. Se nós não pudermos adiar--

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Permite um aparte Senador Lobão? Ela tem vigência até 2023 e ela foi excepcionalizada junto com a chamada Zona Franca de Terra do Fogo, que parece que ainda tem característica de Zona Franca mais do que o Pólo Industrial de Manaus, que hoje, e aí foi até sugestão do líder Mercadante, hoje por uma PEC minha e aprovada com o seu apoio, fraterno, estamos até mudando o nome para adequar melhor, mas essas duas regiões de tratamento tributário excepcional, elas são tratadas de maneira ímpar, de uma maneira singular.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Pois veja V.Exª..

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Durante a vigência, até 2023 a Zona Franca de Manaus,

junto com a lei de informática, vai até o mesmo período de vigência dos incentivos.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Pois veja V.Exª., o mesmo acordo, o mesmo tratado que foi feito e que aqui tanto já se mencionou, fazia uma exigência no sentido de que as Zonas Francas, as duas, Terra do Fogo e a de Manaus, prevalecessem apenas até 2013. Pois bem, já alteramos isto, se fizemos isso em relação às duas zonas, como não se pode criar uma terceira para proteger o Estado mais pobre da Federação Brasileira. Então eu espero, Sr. Presidente, não podendo deixar de concordar com V.Exª., com o apelo que faz, assim como o Senador Mercadante, Senador Tuma, para o adiamento da votação, espero que meus colegas dessa Comissão compreendam a situação de emergência em que vivemos e que nos ajudem e não que se oponham aos legítimos interesses do Estado do Maranhão.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Permite outro aparte?

(Soa a Campainha).

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Pois não.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Eu entendo que a situação no Maranhão deva ser de emergência, mas até se é de emergência, a saída não é esta, se fosse constitucional e se fosse algo, a meu ver, cabível politicamente. Porque a implantação de um pólo leva anos para maturar, leva um bom período para se consolidar. Leva um tempo bastante significativo entre as iniciativas legais iniciais e a consolidação em termos competitivos numa sociedade que está cada dia com a sua economia menos, não digo aberta, mas menos fechada. Portanto, eu me coloco, Senador Lobão, o meu mandato à sua disposição em tudo que seja luta e possibilidade de conquista no campo do desenvolvimento regional. O Brasil é um País desigual por pessoa, um País desigual por região e é um País mais injusto do que pobre. E eu me coloco, portanto, em qualquer hipótese ao seu lado.

[soa a campainha].

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – A solidariedade de V.Exª. é extremamente importante. Nós desde logo agradecemos Senador Arthur Virgílio, mas veja, o Governo Federal que podia ter nos ajudado, [soa a campainha] eu vou concluir, Sr. Presidente, podia ter nos ajudado como a siderúrgica não deu nenhum passo nesse sentido. Podia ter nos ajudado com a refinaria de petróleo não nos contemplou com isso, poderia ter nos ajudado, já a muito tempo, com a conclusão da ferrovia Norte-Sul que não é do Maranhão, é do Brasil, sobretudo, mas por ter nascido no Maranhão, nada fez, não só está fazendo pouco, muito lentamente e o outro também lentamente.

Enfim, os mais pobres parece que estão destinados à perseguição bíblica. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Fica, portanto, adiado o item dois da pauta de hoje para a próxima reunião. Audiência Pública com a finalidade de discutir a unificação da Secretaria da Receita Federal, da Receita Previdenciária, a denominada Super-Receita, constando Projeto de Lei nº. 20 de 2006, dispõe sobre Administração Tributária Federal, altera as leis relacionadas aqui e já discutidas em três audiências públicas e dá outras providências em atendimento ao Requerimento 15, da CAE, de autoria o Senador Valdir Raupp e o Requerimento nº. 16 de autoria do Senador Romero Jucá nº. 1721 do Senador Rodolpho Tourinho, bem como do Senador Tasso Jereissati de nº. 20, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Antônio Carlos Rodrigues do Amaral, representando a OAB do Estado de São Paulo. Sr. Antônio Carlos Rodrigues do Amaral. Deputado Armando Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria. Como representante o Dr. Lucas Izoton Vieira, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo e do Conselho Temático e Permanente da Micro e Pequena Empresa. O Senador Romeu Tuma. Cadê o Tuma depois para passar para ele? O Sr. Antônio José Domingos de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio, tem como representante o Sr. Orlando Spineti, Assessor da Divisão Jurídica. Dr. Ricardo Luís Martins Scalise, Presidente da Federação de Serviços do Estado de São Paulo, tem como representante o Dr. Luigi Nese, Vice-Presidente da Federação. Dr. Gilberto Luís do Amaral, Presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário. A Dra. Leonilda Terezinha de Araújo, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Administrativos e Auxiliares da Receita Federal. Dr. Roberto Giffone Presidente da Associação Nacional de Procuradores Federais. Dr. João Carlos Souto, Presidente do Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional. O Deputado Estadual Paulo Ramos, representante da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. E ausência justificada do Dr. Ives Gandra Martins e Dr. Luís Roberto Carlos, Subchefe de Acompanhamento das Políticas Governamentais da Casa Civil, da Presidência da República bem como o Dr. Antônio Marangon, Presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis. Peço à Secretaria que conduza o Senador Romeu Tuma. Ainda não foi encontrado.

De acordo com art. 94, § 2º e 3º do Regimento Interno do Senado, serão adotadas as seguintes normas: Os convidados farão breve exposição e em

seguida abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Senadores e Srªs. Senadoras. A palavra aos Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição. Com a palavra o Sr. Antônio Carlos Rodrigues do Amaral, representando a Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo para fazer a sua exposição.

SR. ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES DO AMARAL: Exmº. Sr. Senador Luiz Otávio, Exmº. Sr. Relator Senador Rodolpho Tourinho, as pessoas a quem saúdo os demais e excelentíssimos integrantes desta Comissão. O tema que me parece relevante para análise da questão da Super-Receita, diz menos referência à questão, propriamente dita, da estrutura da Super-Receita e mais propriamente aquilo que nós denominamos uma Super-Receita convivendo com o micro direito do cidadão. O que o vale dizer? Nós temos hoje o cidadão do ponto de vista tributário sendo tratado como subproduto da Federação, um subproduto da própria existência do Estado. Nós temos sempre na criação de uma superestrutura, o risco real de conciliar junto a esta superestrutura, uma alta concentração de poderes e pela doutrina política constitucional da separação de poderes, os freios e contrapesos ficam sempre violados ou perigosamente em risco, quando nós temos uma alta concentração de poderes. Mas me parece que a questão é menos vinculada a essa estrutura, mas sim a contrapartida de nós temos esta Super-Receita, como eu disse, convivendo com micros direitos do cidadão. E por esta razão, tive oportunidade de escrever com o Dr. Luís Flávio Borges D'Urso, Presidente da OAB de São Paulo, um artigo que denominamos isso, Super-Receita e os micros direitos do cidadão, com o risco de se virar um super arbítrio. Isso nós fizemos à época da Medida Provisória e a posição da OAB de São Paulo foi que o tema fosse efetivamente discutido no âmbito do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional em matéria de Projeto de Lei.

O que ocorre hoje com a nossa política de elevada carga tributária, câmbio deprimido, juros elevados? Hoje o jornal Correio Brasiliense dando as notícias do Ministro Palocci, publicou notícias sobre o chamado "Legado do Ministro Palocci". E nós temos um crescimento do PIB em 2002, pífio de 1.9%, por um também pífio de hoje de 1.3%. O nível de desemprego, 10,5% em 2002 e chegamos hoje com 10,1%. Nós temos um déficit nominal na nossa dívida pública, cresceu exponencialmente de 623 trilhões para um trilhão de reais. Então este é o legado, 623 bilhões para um trilhão de reais. O que vale dizer: nós estamos saindo de um sistema com essa elevação da carga tributária que demonstra a impossibilidade de crescimento econômico. Isto é conseqüência da alta carga tributária e da complexidade do nosso sistema. E este sistema tem levado a quê? A que os ricos fiquem cada vez mais ricos. Os Governos mais centralizados. A burocracia mais tirânica e as massas mais pobres e desprotegidas da população, cada vez mais dependente de políticas sociais dos seus Governos ou dependentes dos grandes capitalistas do sistema financeiro e assim por diante. Isto resulta todo esse arcabouço de falta de uma política pública tributária consistente, numa escalada burocrática, repetição de controles na vida do cidadão, criminalização acentuada das atividades do contribuinte.

O que nós tivemos nos últimos anos é com essa tendência criminal nos atos do contribuinte tudo agora é autuado com autuações por sonegação fiscal. O que antes eram matérias de nível civil hoje vão para... Ou multas administrativas para o criminal. Se forem no Conselho de Contribuintes V.Exªs. vão verificar até a mudança, também, na ótica do próprio Conselho de Contribuintes, que não conseguiu formatar uma jurisprudência, consistência, do que é fraude tributária, que é absolutamente diferente de todas as outras fraudes, questão de dolo, questão de simulação, como não se construiu isto, hoje tudo é julgado numa vala comum de ato criminal por parte dos contribuintes.

O cidadão teme o Estado. Qualquer cidadão por mais honesto que seja, teme o Estado. É um Estado que se transformou num verdadeiro malfeitor ao destruir, às vezes, atividades honradas e honestas do cidadão, por um arcabouço tributário absolutamente incompatível com o Estado democrático de direito.

Não faço nenhuma defesa da sonegação, que deve, sim, ser punida e rigorosamente punida, mas as políticas fiscais dos últimos anos infelizmente, não estão no caminho do combate à sonegação, mas com o crescimento da carga tributária, com o crescimento dos níveis de burocracia, cada vez nós temos mais um fomento a informalidade.

A prova disso, Sr. Senador, Sr. Presidente, esse debate que V.Exª. estava tendo de criação de Zona Franca, quando viajam internacionalmente, eu participo de vários foros internacionais, ninguém investe nesse País sem incentivo. Isto é uma realidade. Qualquer um dos Senhores que forem lá fora, conversar com investidores internacionais. Falam: "Vamos investir, sim, se tivermos tratamento tributário diferenciados". Estamos criando um fosso no nosso País, fundamentalmente numa política tributária infelizmente irracional.

Com isso nós temos o quê? As medidas de proteção ao cidadão são sistematicamente proteladas. Então, falamos de Super-Receita na ótica de uma super estrutura arrecadatória. Se essa superestrutura arrecadatória minimizasse custo, trouxesse eficiência

para o cidadão e para o contribuinte, pelo menos, teríamos um benefício de médio e longo prazo. Mas o que nós estamos tendo é que todas as discussões de benefício para o contribuinte são proteladas.

O que a OAB de São Paulo propõe, o que o nós estudamos e fizemos, é uma análise de que por meio de estabelecimento de critérios mínimos de proteção ao cidadão, com ou sem Super-Receita, é este um debate que não pode ser adiado.

Por isso que trouxemos a V.Exªs., eu tive a oportunidade de trazer esse tema ao Senador Tasso Jereissati, que sempre se mostrou sensível a essas questões do contribuinte, e que eu faço agora um elenco para V.Exªs. bastante breve. Se este projeto de Super-Receita for adiante, o que nos parece é que necessariamente teria que haver uma integração absolutamente paulatina, demorada.

Nós estamos integrando duas estruturas complexas, com culturas próprias, com as suas idiossincrasias próprias, os seus costumes próprios. Então temos que ter isso absolutamente paulatina, para que haja efetivamente benefícios que se buscam. E mais do que isso? Para proteção do cidadão e do contribuinte, esta integração fica necessariamente vinculada a integração dos controles burocráticos.

O que vale dizer hoje. Nós temos o DATAPREVI no INSS e temos o SERPRO na Receita Federal. Sistemas que não conversam. Temos que integrar a base de dados? Sim. Temos que integrar a consolidação das informações burocráticas. Então, se vamos fazer uma fusão, vamos também trazer a fusão para o benefício do cidadão, que fica submetido a uma repetição de controles constantes na sua vida.

Há um *rol* de coisas absolutamente práticas, que infelizmente tem sido abandonadas, no debate daquilo que nós na OAB de São Paulo chamamos o verdadeiro debate. Trazer o Estado para o nível do cidadão, elevar a temperatura democrática do País pela elevação do debate, pela melhoria nas relações Fisco/contribuinte.

Eu vou ler rapidamente um *rol* de temas que temos trazido, e V.Exªs. vão verificar que são temas práticos que atingem o cidadão no seu dia-a-dia. E quanto mais pobre o cidadão mais ele sofre.

Estamos propondo a discussão de estabelecimento de prazos de fiscalização. Hoje a fiscalização começa e não tem prazo para terminar. Fica um ano, dois anos, três anos. O contribuinte não sabe quando termina.

Pode parecer um tema, Senador Tuma, absolutamente irrelevante, mas temos que estabelecer horário mínimo de atendimento ao cidadão. Hoje o cidadão vai à Receita Federal, há departamentos que atendem de manhã, departamentos que atendem à tarde, e o cidadão quanto mais pobre tem que chegar as 7h da manhã ou às 5h da manhã, em algumas regiões, pegar uma senha. Aí ele é atendimento num departamento e mandam ele para outro local ou outro andar do mesmo prédio. Vai para outro andar, aquele departamento só abre à tarde, aí ele é atendido naquele departamento à tarde. Mandam ele retornar para o outro departamento que só abre de manhã. Então isso causa uma confusão, causa um estresse tremendo na vida do cidadão, e nós estamos desprivilegiando os mais pobres do País.

A previsão de horário mínimo, identificação da autoridade que manda as notificações no campo das defesas mínimas do cidadão, obrigação e prazo para a Receita Federal decidir os pleitos do contribuinte. V.Exªs. podem não acreditar, mas há questões que ficam 10, 20 anos para serem resolvidas. E de repente o contribuinte... Eu tenho um cliente internacional, uma discussão com a Receita Federal em 1989, foi executado agora em dezembro de 2005, chegou uma execução. Está prescrita, está decaída, mas vem a execução. Como nós vamos explicar para o investidor internacional, o processo fica 15, 20 anos parado na Receita Federal e de repente ele é executado.

Temos que fortalecer o Conselho de Contribuintes que é o verdadeiro, no plano da defesa do cidadão, o mais rápido. Porque efetivamente se demandarmos 10, 20 anos no âmbito do Judiciário nenhum cidadão sobrevive. Estamos trazendo ao debate de V.Exªs. questões voltadas à dispensa de autorização de cópias reprográficas de autenticação de cópias que são caríssimas para o cidadão, [soa a campainha] trazendo a questão da proibição do protesto. Se V.Exªs. perceberem foi inserido eu diria quase que maldosamente nesse projeto de criação de Super-Receita uma alteração de protestos de título da dívida que no Estado de São Paulo está sendo feito por medidas administrativas está sendo questionado legalmente.

Ora, o crédito tributário já tem ampla proteção. O cidadão quando tem a sua dívida inscrita na dívida ativa da União, ele sofre inúmeras restrições. O CADIN já torna público que o cidadão e sua empresa são devedores. Quer dizer, não se justifica em nenhuma hipótese, criar mais um obstáculo na vida do cidadão por uma medida vexatória como protesto. E são assim, V.Exªs. podem perceber temas que tratem o dia-a-dia.

Eu vou terminar, Sr. Presidente, para dar um exemplo muito prático, uma coisa que eu vivi. Eu disse: "Não, eu vou até o fim nessa questão para ver se não é uma caricatura que nós fazemos da realidade". Nós pagamos tudo no nosso escritório. Até por uma questão, eu digo não é nem por uma questão moral,

absoluta convicção, porque se eu critico o Governo, eu acredito que o País tem condições, eu tenho cinco filhos e quero um País melhor para os meus filhos, se eu tiver que sonegar, eu cheguei à conclusão que o País realmente não tem mais caminho de crescimento econômico.

Recebemos seis notificações, inscrição direto na dívida ativa, de dívidas em relação ao semestre de 99. Valores pequenos. Mil reais, dois mil reais. Somatório dava doze mil reais. Fomos lá, Receita Federal, peguei meu contador. Contador. "Está tudo pago". "Ah, mas se está tudo pago, está inscrito na dívida ativa". Fomos lá na Procuradoria da Fazenda. Tem que se preencher um pedido de revisão de débitos inscritos na dívida ativa. Esse pedido não tem previsão legal. Isto gera um processo e não é uma caricatura, denominado envelopamento. O sujeito pega isso daqui na Receita Federal e envelopa, põe dentro de um envelope. E este envelope não será aberto. Passou um ano, um ano e meio, eu recebi uma nova notificação. "Olha, aquelas suas seis dívidas do escritório, foram executadas". Eu falei: "Como foram executadas?!". Fomos na Receita Federal. "Olha, nós estamos em greve há quatro meses nesse departamento, há três meses naquele outro. Então, como essas greves vão se sucedendo, não tem ninguém para fazer a abertura desses envelopes". Eu falei: "Não, vamos até o fim". Entrei com mandado de segurança, consegui a liminar para que fosse desenvelopado aqueles pedidos. A Receita Federal disse o seguinte em relação aos seis envelopes. Eram seis pedidos, seis envelopes. Ela disse: "Dois nós já cancelamos, um não achamos o envelope, os outros três estão no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional que está em greve, também, e não promoveu a devolução dos autos do processo administrativo". Fizemos um novo pedido para que esses autos fossem entregues. Final da história. Cinco débitos foram cancelados. O último débito, um débito de Imposto de Renda na fonte, de mil e poucos reais, a Receita Federal pediu tantos documentos que meu contador falou: "Nós vamos cobrar do senhor mais que mil reais para o senhor poder fazer a prova de que está tudo pago". Então, nós pagamos esse último. Fizemos tudo isso. E veio a execução. Entramos com uma petição na execução fiscal para não ter bem penhorado. "Temos aqui tudo pago, S.Exª. suspendeu o processo, mandou para a Procuradoria da Fazenda Nacional, que está em greve, e não vai reconhecer até que saia da greve, ou que dê andamento a esses projetos e nós ficaremos devedores".

Então eu finalizo, apenas trazendo para V.Exªs. apenas algumas considerações práticas, mas que me parecem importantes porque muitas vezes nós ficamos no mundo da teoria e esquecemos a vida prática do cidadão. Então, essa temática que me parece de extrema relevância, Sr. Presidente, ser trazida ao âmbito do Congresso Nacional, nesse momento de um debate não pode ser adiado, por causa da criação também da Super-Receita. Obrigado.

(Troca de Presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Esse exemplo de V.Sª. eu diria que quando eu assumi a Receita, chamei a Procuradoria e perguntei como é que estavam os processos. Tinha mais de 120 mil paralisados. Foi assustador. E a justiça, para execução, pedia a nomeação de 12 juízes substitutos, só para trabalharem para liquidar o assunto e não conseguiram. Mas se V.Exª. pudesse deixar para o Relator as sugestões, Senador Rodolpho Tourinho, estou pedindo as sugestões para que ele encaminhe a V.Exª..

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tasso Jereissati...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Tasso é professor. [risos]. Estou pedindo para o Relator. Aliás, eu preciso ter uma conversa rápida com V.Exª. particular se puder depois. Faço é público para todo mundo saber que não é segredo de Estado. É apenas uma questão político-partidária. Obrigado, Senador, e parabéns pelo seu trabalho em harmonizar o seu partido. Acho que falar em público não tem nenhum demérito, porque a gente faz um reconhecimento da seriedade com que os Parlamentares lidam com as suas agremiações políticas. Eu aqui, V.Exª. primeiro inscrito. Agora o Dr. Lucas Izoton Vieira, Presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo, representando o Deputado Armando Monteiro Neto, Presidente da CNI para fazer sua exposição por 10 minutos podendo abreviar nós ficaríamos agradecidos.

SR. LUCAS IZOTON VIEIRA: Ok. Bom dia, acho que já quase boa tarde...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Peço para marcar o tempo, por favor.

SR. LUCAS IZOTON VIEIRA: Sr. Senador Romeu Tuma, Srs. Senadores, Senadoras, a Confederação Nacional da indústria vê esse projeto da Super-Receita, vê pontos positivos, vê pontos que podem melhorar. Primeiro: Nós sabemos que na iniciativa privada toda vez que existe uma fusão, uma unificação, normalmente isso reduz gastos com a máquina, melhora a eficiência, melhora a qualidade dos serviços e melhora a produtividade. A CNI sabe que apesar da altíssima carga tributária que o País atravessa e vem crescendo ano a ano, que já chegou no seu limite, nós temos consciência de que toda a sonegação tem que ser combatida, e que se mais pago impostos, essa base aumentando, podemos diminuir a carga individual em

cima de cada contribuinte. Então, nós acreditamos que essa unificação dos dois órgãos, pode ser benéfico desde que sejam considerados alguns aspectos. Aspectos que se fosse de iniciativa privada ou tenhamos, assim, um sério compromisso com a melhoria do gasto público, certamente alguns fatores vão ser levados em conta.

Nós acreditamos, também, que essa unificação deve gerar simplificação para os contribuintes, como já foi citado aqui há pouco. E a nossa grande preocupação é que normalmente nos projetos de unificação e difusão se reduz gastos, mas nós estamos com receio de que nós tenhamos aumento de gastos, o que vai aumentar ainda mais a carga tributária. Então, a nossa maior preocupação da Confederação Nacional das indústrias e das entidades empresariais é reduzir o gasto público. Nós não podemos aprovar ou estimular ações que aumentem o gasto público e conseqüentemente a carga tributária, que já atingiu determinados limites.

Outro item que é importante observarmos e colocarmos para nossas reflexões é que essa unificação confere uma ampla gama de poderes ao Fisco. E nós temos que pensar no cidadão, no cidadão contribuinte como já foi dito aqui também. Então essa reflexão nós temos que pensar o seguinte: Existe a necessidade de aprovação do código de garantia do contribuinte. Nós temos que levar em conta a melhoria dos órgãos arrecadadores, a melhoria da eficiência, a melhoria do sistema de comunicação, mas temos que dar garantias, também, para o contribuinte. Então, é importante a aprovação do código de garantias do contribuinte.

O outro ponto que eu estou tentando ser bem sintético à pedido do nosso Senador Romeu Tuma, aqui. Um outro ponto que nós temos que levar em consideração é que hoje no Brasil nós temos mais de 5 milhões de empresas formais. Se levarmos em conta as empresas informais são cerca de 10 milhões. Essas dez milhões de empresas que estão informais não se formalizam em virtude da carga tributária e por conta da burocracia. O que é que nós precisamos? Se essa unificação, se a Super-Receita pensa num futuro melhor, nós temos que levar em consideração esse grande número de empresas existentes que geram empregos e temos que pensar numa maneira que nós possamos fazer com que essas empresas fiquem legais e possam continuar atuando, gerando empregos. Então, nós acreditamos que é preciso nós estimularmos essa maioria das empresas, que ou por conta de tributos atrasados ou por conta de não ter conseguido pagar seus impostos na data adequada ou mesmo por conta de erros no recolhimento das suas obrigações, elas estão praticamente fora do processo natural de sobrevivência e crescimento.

Então nós acreditamos que para que a gente possa acertar o futuro, temos também que pensar no passado. Nós temos que criar um mecanismo, vamos estudar que mecanismo é esse. Já tivemos mecanismos no passado aí. Temos que ter um mecanismo de regularização dessas empresas.

Das cinco milhões de empresas formais que nós temos no nosso País, são muitas que precisam desse mecanismo de regularização. Se o nome é similar aos nomes do passado que já tivemos aí, e se os modelos como é que vai ser criado, nós temos que repensar, mas essa regularização tem que existir para permitir que esses empregos já existentes continuem sendo mantidos e possam ser estimulados. Não adianta a gente querer estimular novos empregos se nós não mantermos o já existentes. E algumas, para eu finalizar, queria colocar algumas questões pontuais que a CNI vê aqui. Primeiro o seguinte: Tem que haver possibilidade de compensação entre os tributos arrecadados pelos dois órgãos. Se em um tem saldo positivo e outro tem negativo, tem que haver essa compensação.

Quer dizer, é importante que com essa unificação, seja unificado todos os procedimentos para que nós tenhamos uma melhoria de desempenho da máquina pública. Não estamos aqui querendo defender empresas ou cidadãos que estejam, que não estejam contribuindo de maneira adequada, mas que nós queremos é que a máquina pública reduza seu gasto. E se nós tivermos aqui trabalhando em cima de um projeto que vai gerar a contratação de milhares e milhares de novos, de novos funcionários, isso não está adequado. O que tem que se fazer numa unificação se sabe que primeiro se unifica, se reduz, se acerta processo, se acerta sistema, *hardware*, *software*, pessoas, se treina e só aí se depois de um certo tempo se não conseguir, se pensa em aumento de efetivo. Então a CNI não concorda, acha que não é o momento adequado de se aumentar o gasto público. A unificação é para reduzir gasto público, não é para aumentar o gasto público, e o cidadão contribuinte tem que ser respeitado. E temos que ter uma regularização com o passado.

Como é que vai ser esse modelo? Existem várias propostas que podem ser avaliadas, mas nós temos que regularizar essas empresas que precisam estar acertadas para sobreviver e poder crescer. Ok, Senador, cumpri tua solicitação. Seis minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Agradeço muito a compreensão e tenho certeza que V.Exª. deixará o rol de sugestões com o nosso Relator e com a Mesa. Terceiro inscrito Sr. Orlando Spinelli, Assessor da Divisão Jurídica da CNC, representando o Sr. Antônio José Domingos de Oliveira Sanchez, Presidente da Federação Nacional

do Comércio. V.Exª. tem dez minutos com o mesmo apelo a V.Exª.

SR. ORLANDO SPINELLI: Vou tentar colaborar com o Senador Tuma também. E boa tarde a todos, um bom dia a todos aqui presentes. Ainda é bom dia. Ainda não é boa noite. Praticamente, a CNC se reporta sempre às manifestações anteriores, tanto da CNI quanto do Dr. Antônio Carlos Rodrigues do Amaral, porque a CNC entende que tem que haver, sim, redução de carga tributária e diminuição da burocracia. Independentemente do mérito da criação da Super-Receita a gente trabalhou com levantamentos de questões pontuais que já foram encaminhadas ao Senador Rodolpho Tourinho que a gente pede atenção para elas. Eu para ajudar o Senador Tuma eu vou lê-las e não são muitas. Elas são: "Estabelecer prazo para que a Procuradoria da Fazenda Nacional tome ciência dos julgamentos dos processos administrativos, do Conselho de Contribuinte do Ministério da Fazenda". A outra seria extinguir a delegação de competência dada pela Portaria do Ministério da Fazenda 110 e 140 de 2003, para o secretário nomeado aos membros dos Conselhos de Contribuintes. A terceira seria revogar o art. 16 da Lei 9.979/89, que outorga competência à Secretaria da Receita Federal, para dispor sobre obrigações acessórias, relativos a impostos por ela administrados. E por último vedar o Poder Executivo, o direito de recolher das decisões providas pelos conselhos de contribuinte, exceto em casos de improbidade administrativa ou de fraude mediante manifestação de 2/3 dos Conselheiros da Câmara superior de recursos fiscais em acórdãos.

Esses são os nossos levantamentos pontuais. As justificativas, elas constam dos próprios encaminhamentos das emendas. Se eu for ler aqui vai passar dos 10 minutos e eu não vou colaborar com o Senador Tuma. Pelo que eu aqui, no momento, eu chamo só atenção para vocês na hora da análise do projeto do encaminhamento do projeto para que vocês prestem atenção nesses pontos que nós levantamos. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra Luigi Nese... Vice-Presidente da FESESP, representando o senhor Ricardo Luís Martins Scalise, Presidente da FESESP para fazer a sua exposição.

SR. LUIGI NESE: Bom dia. Eu queria agradecer a gentileza do convite de poder participar dessa Audiência Pública, Senadora, Senador Rodolpho Tourinho que é Relator dessa matéria.

A Federação de Serviço vem aqui para contribuir aquilo que já foi explanado aqui, por outros apresentadores, mas lembrar que a unificação da Receita Federal, essa Super-Receita ela tem três aspectos. Um é o aspecto informático administrativo, vou chamar assim. A unificação do sistema. O outro é unificação do sistema de fiscalização e o outro é o objetivo da unificação do sistema de arrecadação.

Como técnico em informática, evidentemente a unificação de um sistema, juntando os bancos de dados existente na Previdência e na Receita unificando esse sistema a procura é otimização e melhoria do sistema de arrecadação no aspecto informatizado. Vejo com bons olhos esse aspecto. Entretanto, é preciso lembrar que a unificação desses sistemas, acarreta um super poder à Receita Federal. E coloca à disposição da Receita Federal uma poderosa arma de cruzamento de informações, cruzamento de dados, cruzamentos de até entrar na vida particular do cidadão.

Hoje pelos cruzamentos apresentados da Receita, nós podemos saber com os cartões de crédito, nós podemos saber os hábitos e costumes de cada cidadão brasileiro, inclusive, desculpe, até o papel higiênico que ele compra, aonde compra e quando compra, devido esses cruzamentos. Haja vista que recentemente a Receita Federal em função desses cruzamentos está fazendo uma blitz em São Paulo nas lojas dos usuários, nas lojas DASLU e do SHOPPING CENTER IGUATEMI. Duas mil pessoas estão sendo fiscalizadas individualmente em função desses cruzamentos. Então, esse poder que a Receita, essa Super-Receita terá, tem uma influência determinante na vida do cidadão brasileiro. E poderá ser utilizado dependendo da circunstância em benefício e outros em um sistema muito... Malefício em detrimento da pessoa. Então nós temos que não ficar preocupados com isso.

E nesse aspecto da informatização, do poder dessa informatização, eu gostaria de propor que se crie uma auditoria externa dos sistemas informatizado que a Receita Federal implanta, porque essa é uma caixa-preta da Receita Federal. Não sabemos como é que é o procedimento e como ele está sendo utilizado. Então nós teríamos que fazer com que esse sistema que hoje está informatizado seja auditado externamente por auditores técnicos externos da Receita para auditar esse sistema. Haja vista as impropriedades que aconteceram com o caso do Antônio Carlos que houve, houveram cobranças indevidas. E por que é que houve essa cobrança indevida? Esses ofícios que são enviados pela Receita Federal sem base técnica e sem base jurídica realmente nos preocupa. Então, aí esse sistema deveria ser auditado externamente.

Com relação à unificação da fiscalização, nós temos também um certo temor com relação a isso, que essa unificação pode acarretar prejuízos para a própria fiscalização. Técnicos hoje da Previdência po-

dem se utilizar indevidamente para fiscalizar a parte da Receita e vice-versa. Isso pode prejudicar a fiscalização e pode ser até andamento do próprio entendimento das empresas. E um bom relacionamento que deveria existir entre Fisco e contribuinte. E a unificação da arrecadação. O que nós tememos é que se crie um caixa único e que esse caixa único seja utilizado indevidamente. Essa é a preocupação que nós devíamos ter com relação a isso. Eu acho que nós temos que atender muito bem a isso, porque dá um poder para essa arrecadação ser criada num caixa único e esse caixa único ser utilizado indevidamente na distribuição dessas receitas.

Com relação ao aspecto, também, que nós temos que analisar é esse aspecto de voltar ao problema de ser usado, mal usado essas informações da Receita Federal. Eu não gostaria de voltar aqui, Srs. Senadores e discutir que a Receita Federal se transformou numa espécie "gestapo fiscal".

Hoje, em todas as reuniões que nós temos, e digo nós empresários, temos com a Receita, quem interfere sempre na discussão da direção da economia brasileira é a Receita Federal. Nós vamos discutir carga tributária, Receita Federal, em primeiro lugar que aparece. Nós vamos discutir carga de isenção de impostos e a Receita Federal que aparece. Eu não sei se é a Receita Federal que tem que dirigir a economia brasileira e o sistema econômico brasileiro. Eu acho que tanto o legislador e o empresário deveriam discutir com os membros do Governo, que seria o Ministério da Fazenda e não os técnicos da Receita Federal, para saber se aquela diminuição de imposto ou aquela resolução é benéfico ou não. Portanto, eu vejo isso uma interferência da Receita em assuntos econômicos e da política econômica brasileira. Ela é um órgão importante, é um órgão fiscalizador, arrecadador, mas não pode interferir no processo econômico do Brasil e na direção daquilo que interessa às empresas e aquilo que interessa o povo brasileiro. E isso entendo, também, que deveria ser controlado a respeito disso. E para isso eu acho que só pode ser aprovado uma Super-Receita ou pelo menos dentro desse processo que está sendo colocado se houver uma contrapartida de se aprovar o projeto do Senador Bornhausen que é o processo de defesa do contribuinte. Eu acho que esse projeto tem que ser concomitante. Não pode ser exclusivamente criar um super poder para a Receita, sem ter o contribuinte uma defesa do processo legal que hoje um projeto que está tramitando há tanto tempo aqui nessa Casa e não consegue reverter. Muito obrigado, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Sr. Gilberto Luís do Amaral, Presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, IBPT, para fazer a sua exposição.

SR. GILBERTO LUÍS DO AMARAL: Exmª. Srª. Senadora Lúcia Vânia, Exmº. Sr. Senador Rodolpho Tourinho, demais Senadores aqui presentes. Eu começo a minha exposição fazendo indagações aos nobres Senadores e ao público aqui presente.

Quantos tributos são cobrados hoje no País? Quantas normas tributárias estão em vigor? Quantas burocracias são exigidas do cidadão e das empresas? Qual é a carga tributária efetiva a que somos submetidos? Quantos contribuintes estão em dívida perante o Fisco? Temas do nosso cotidiano, nós no Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, que temos nos dedicado ao estudo desses temas, mas podemos afirmar que nós vivemos no País do sistema tributário mais complexo e mais caro do mundo. Sem dúvida alguma pela quantidade de impostos, burocracias, quantidade de normas exigidas do cidadão, fizemos um estudo ao completar 17 anos da Constituição Brasileira, denominado a supressão de direito dos contribuintes. Quando pudermos compilar todas as legislações de caráter geral e especificamente as legislações de caráter tributário.

No período de 5 de outubro de 88 a 5 de outubro de 2005, foram editadas no Brasil, União, Estados e Municípios mais de 3 milhões e 400 mil normas. Em matéria tributária mais de 225 mil normas. Hoje, estão em vigor mais de 16 mil normas tributárias que o cidadão deve cumprir, deve tentar conhecer, porque a ninguém é dado o direito de alegar ignorância em relação à lei. No período anterior à Constituição de 88 foram editadas uma norma para cada grupo de 300 cidadãos. Normas de caráter geral. No período de 88 à 2005 isso caiu, ou seja, nós tínhamos uma norma para cada grupo de 300 cidadãos. Hoje nós temos uma norma para cada grupo de 53 cidadãos. Em matéria tributária nós temos o que era uma norma para cada grupo de 4 mil 615 cidadãos, hoje nós temos uma norma para cada 815 cidadãos. Ou seja, nós vivemos definitivamente num País que tem um apetite por legislação.

E o que entra a Super-Receita nesse contexto? Primeiro, um Projeto de Lei complicadíssimo que se nós formos colocar todas as remissões à legislação que este Projeto de Lei faz, nós teremos aí, sem dúvida alguma, mais de 250 páginas de legislações que nós deveremos tentar entender para conhecer o projeto. Nesse período de 88 a 2005 nós tivemos um aumento brutal da carga tributária. Na próxima quinta-feira nós divulgaremos a carga tributária de 2005, quando o IBGE apresenta os valores nominais do PIB e nós no instituto apresentamos a carga tributária em relação ao PIB. Porque nós veremos que ela cresceu exponencial-

mente. Novamente apesar de todas as afirmações ela continua crescendo. Nós vimos no acompanhamento só dos dois primeiros meses desse ano, o contínuo aumento da carga tributária.

Nesse período nós tivemos 48 emendas constitucionais sendo que dessas 48 emendas constitucionais, 12 trataram de matéria tributária. Senador Rodolpho Tourinho, as 12 Emendas Constitucionais que tratavam de matéria tributária, foram para criar novos tributos, para suprimir direito dos contribuintes ou para majorar os tributos já existentes. Nós não tivemos nenhuma norma, nenhuma Emenda Constitucional que foi em favor do contribuinte na sua plenitude. Nós temos o costume e até academicamente de falar e utilizar uma linguagem, desculpem os Senhores, que não é tão acadêmica, mas que toda a norma tributária ela tem uma finalidade de trazer uma sacanagem para o cidadão. Na limitação dos seus direitos, na ampliação da base de cálculo e na ampliação das alíquotas. Notem que até a MP do Bem que transformada na Lei 11.196 o foi. Para quê? Para dar poderes ao Ministro de constituir turmas especiais no Conselho de Contribuintes. O foi para determinar a compensação de ofício do direito de que o contribuinte tem de um crédito tributário junto ao Fisco, para possíveis débitos tributários, independentemente se aquele débito tributário esteja constituído ou não. Se aquele débito tributário tenha uma impugnação, um recurso ou uma ação judicial. E daí se joga ao contribuinte a obrigação de ele fazer a sua manifestação.

Muito bem. O projeto da Super-Receita só a nosso ver deve ser aprovado se nós restabeleçamos o equilíbrio que haja entre o Estado, o Fisco e o contribuinte. Hoje há um desnível dos direitos e dos poderes do Estado fiscal em relação ao cidadão, em relação às empresas. Nós apesar de ser uma matéria que é dada com cunho político partidário, nós não vemos assim. É necessário, sim, estabelecer e aprovar um Código de Defesa do Contribuinte respeitando as questões processuais, as questões dos direitos. Mas, sim, é necessário que se faça. É necessário que nós não deixemos continuar acontecer, Senadora Lúcia Vânia, o que está acontecendo nos Conselhos de Contribuintes em que hoje as decisões em instância administrativa quando contrária ao Fisco não têm mais fim. Ou seja, pode a Procuradoria ingressar em juízo contra uma decisão de um órgão administrativo que foi favorável ao contribuinte. Isso está acontecendo.

Então essa supressão, essa visão que hoje nós temos da Receita Federal e dos Fiscos de uma maneira geral, que o cidadão deve em primeiro lugar, pagar e não ter direito a questionar, levou a nós termos, hoje, mais de três milhões de contribuintes, pessoas físicas. É mais de 15 milhões de contribuintes pessoas físicas e mais de três milhões de empresas com debito fiscal. Seja junto à União, junto aos Estados e junto aos Municípios. Esse Estado de coisas de suprimir os direitos, deve ser muito bem contrabalançado nessa avaliação da Super-Receita. Porque é o cidadão, são as empresas que geram a riqueza. Se nós formos ver a carga tributária que em relação ao PIB já ultrapassa a 37,5% do Produto Interno Bruto, se nós trazermos isso para o Produto Nacional Líquido nós temos uma carga tributária superior a 50%. Ou seja, nós não podemos continuar verificando o aumento de poderes, sem o aumento ou reconhecimento do direito dos contribuintes. [soa a campainha]

Se faz necessário, também, nesse projeto nós termos uma limitação das obrigações acessórias já que o projeto ele veio com uma finalidade de num futuro distante reduzir burocracias. Que veio num futuro distante limitar a criação de novas legislações. Então, é necessário que esse equilíbrio se dê, também, com a limitação no número de burocracias e na estabilidade dessas burocracias. E na não exigência de duas ou mais burocracias com o mesmo ponto.

Vou citar algo que é inimaginável num País civilizado. Nós termos uma DIPJ, uma declaração de imposto de renda que exige informações que estão contidas na Declaração do Imposto de Renda na Fonte e que estão exigidos na DACON, Declaração da Apuração das Contribuições Sociais. Com uma única finalidade que é inscrever a empresa por qualquer inconsistência nessas informações, sem que isso haja efetivamente uma vantagem ao País e aos contribuintes. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu gostaria de informar aos Srs. Senadores que o Sr. Lucas Izoton Vieira vai se ausentar em função de um compromisso assumido. Gostaria também de informar àqueles que estão de pé, que encontra-se à disposição das pessoas interessadas a acompanhar essa Audiência Pública um telão na sala nº. 9. Outra informação que eu gostaria de passar é dizer que a Presidência dessa Comissão já distribuiu o Processo sobre a Defesa do Código do Contribuinte e que se encontra com o Senador Ramez Tebet para apresentar o seu relatório. Com a palavra a Srª. Leonilda Terezinha de Araújo, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Administrativos e Auxiliares da Receita Federal, SINDSARF, para fazer a sua exposição.

SENADORA ANA JULIA CAREPA (PT-PA) – Srª. Presidente, Senadora Lúcia Vânia, só uma questão de ordem, de ordem prática, inclusive, parece que já existe lugar na Mesa, eu acho que a pessoa que vai falar poderia sentar à Mesa. Acho mais prático, inclusive.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Convidaria a Srª. Leonilda para tomar parte da Mesa. Agradeço à Senadora Ana Julia a colaboração.

SRA. LEONILDA TEREZINHA DE ARAÚJO: Bom dia a todos e a todas. Obrigado pela presença de cada um. Agradeço a Deus primeiramente a oportunidade de estarmos aqui. Exmª. Srª. Presidente da Mesa, nós cumprimentamos os demais na sua pessoa, Senadora Lúcia Vânia, muito obrigada. Nós do SINDSARF queremos falar à todos e todas aqui que é fundamental agradecer a oportunidade diante desse colegiado e participar da discussão em torno do assunto sobre o qual debruçam as V.Exªs..

A entidade sindical que represento é a caçula entre aquelas cujos representantes foram argüidos no âmbito desta Comissão. A convocação do SINDSARF consolida definitivamente nosso sindicato e nos habilita como interlocutores para tratar da matéria que agora ocupa a atenção dos membros da CAE. Devo dizer, contudo que agradecer a nossa presença não nos basta. O convite foi aceito com entusiasmo, porque nos move a certeza de que temos plenas condições de contribuir para o enriquecimento do presente debate.

Estamos aqui representando a mais sofrida entre todas as categorias funcionais envolvidas na criação da Super-Receita, e por isso mesmo, a que mais pode traduzir as inquietações e incertezas a serem administradas na vida cotidiana do novo órgão.

Servidores da Receita Federal, hoje, se dividem entre os que alcançaram e os que ainda não lograram a estrutura da carreira própria. O primeiro grupo recebe tratamento remuneratório diferenciado enquanto o outro, justamente aquele que é representado pelo SINDSARF somente se reserva encargos. A estrutura administrativa da Receita Federal atribui aos nossos filiados, tarefas idênticas ou semelhantes que desempenham auditores e técnicos. Mas disso não decorre nenhuma alteração dos nossos contracheques evidentemente equivocados. Temos consciência da relevância do papel que desempenhamos para funcionamento do órgão. Sabemos, também, que a Receita Federal se diferencia por sua natureza e forma de funcionamento das outras unidades fazendárias.

Se comparássemos o Governo da República, com organismo humano não seria exagero dizer que a Receita Federal representa o coração do aparelho estatal. O músculo cujas contrações e distensões promovem a sobrevivência do corpo. É essa a razão pela qual foi criado o nosso sindicato. Sempre defendemos e continuaremos a defender a idéia de que as peculiaridades do órgão, para a qual prestamos serviço, exige tratamento remuneratório igualmente específico.

O SINDSARF nasceu para evitar que os servidores, neles reunidos, fossem indevidamente absolvidos por valas comuns em planos generalistas, incapazes de assimilar as dificuldades só encontradas na administração de tributos, contribuições e demais encargos.

Vejam V.Exªs., que o que eu estou afirmando já foi objeto, inclusive, de prova cabal, documentada e amparada em fatos. Os cargos ocupados, pelos atuais técnicos da Receita Federal, proveram justamente da necessidade de abordar com o devido cuidado, o delicado e peculiar apoio administrativo prestado à atividades que se encarrega o Estado ao fiscalizar a arrecadação de impostos.

Na época providência dessa espécie, poderia ter sido adotada sem as restrições que hoje se aplicam ao ordenamento jurídico. Mas infelizmente não se cuidou de dar à questão a abrangência merecida.

Quando foi criado o antigo cargo técnico de atividade tributária, nem todos os servidores administrativos da Receita Federal foram aproveitados. E relatar essa injustiça vai além de trazer à tona uma mera reminiscência, porque foi justamente o critério discriminatório em tom adotado, que hoje atormenta o cotidiano do nosso órgão e justificou a criação do nosso sindicato. É que a realidade cedo ou tarde se impõe a legisladores descuidados, e é dessa máxima que V.Exªs. precisam se recordar ao tratar do nosso caso.

O texto que contempla a nossa categoria com a promessa de uma carreira estruturada em um raciocínio mais justo, é lógico do que aquele que pontua a realidade vigente, onde a exclusão e o descaso são nossos maiores adversários. Deve ser mantido o acompanhamento de manifestações que externe com a devida propriedade seu significado. Porque não nos é suficiente, V.Exªs., uma simples promessa. O artigo que nos contempla, o art. 36, se acompanhado da expressão da vontade dos membros desta Comissão e de seus colegas, nas demais instâncias do Senado, representará o cheque nominativo em função da qual certamente se multiplicará e se consolidarizará a expectativa que carregamos, a de que seremos enfim resgatados.

Que o espaço de tempo previsto pela minha presença, perante esse colegiado, seja assim bem aproveitado, e possa traduzir os anseios da categoria que represento. Nada mais reivindicamos nesse projeto senão aquilo que já nos foi reservado. Mas não podemos e não devemos deixar de aproveitar essa oportunidade para expressar a quem interessar possa que estaremos atentos. Tão logo seja aprovada a nova unidade administrativa, tudo faremos para que a carreira justa e adequada que nos prometeram, se transformam o mais rápido possível em realidade concreta.

Para alcançar esse objetivo firme e inafastável, precisamos ter absoluta certeza de que não nos faltará o apoio decidido dos membros desse colegiado. E é esse o resultado que esperamos para obter dessa sincera e comovida manifestação expressa de agradecimentos, que antecipadamente trazemos a V.Exªs. e a todos que aqui estão.

Senhores muito obrigada. Nós os administrativos e auxiliares da Receita Federal, estamos aqui nesse momento externando o nosso apoio ao PLC 20, porque em toda a nossa história, inclusive, de servidores ali daquela Casa que defendemos, e há mais de 20 anos prestando serviços lá dentro, é nossa, e única, oportunidade dentro desse novo órgão, mostrar não somente para o Brasil todo, até fora, porque nós sabemos o que nosso Brasil tem representado lá fora, não só a questão da otimização, como foi falada aqui, sobre a questão da praticidade, o quanto importante será para todos os contribuintes e que esqueceram de falar aqui também os segurados, que é o pessoal da Previdência também estão vindo, a gente não pode esquecer.

E quanto a preocupação aqui sobre o pessoal pobre, que realmente é o que estão fazendo a cara da Receita Federal, que é quando preocupa as autoridades quando vê aquele todo mundo de pessoas lá, a gente quer dizer que todo o cidadão brasileiro tem um número que acaba valendo mais do que o próprio nome que é o CPF. E com certeza atrela uma série de outros quesitos ou série de outras coisas com relação à questão de informática em cima daquele número. É CPMF que é questão do Banco e por aí vem uma série de coisa.

Agora, com relação à Receita Federal do Brasil, com certeza, essa praticidade para aquele que não é somente a pessoa que ele falou aqui no caso, o povão que vai estar aplaudindo e abraçando. Nós já estamos vendo dentro da própria Receita Federal com relação à Procuradoria da Fazenda e da Receita Federal, também, está na mesma certidão. Isso tem sido muito bom para nós. Estamos recebendo vários e-mails, vários apoios de entidade que não tem nada a ver diretamente por estarmos aqui nessa questão, mas que estão nos telefonando, mandando *e-mail* e dizendo que estão esperando, estão apoiando a nova Receita Federal do Brasil. Um novo órgão está nascendo e com certeza no momento único, conjuntural, assim, vamos dizer, político no Brasil. E eu acho enquanto entidade que é algo muito sério que está nascendo, que com certeza, não está sendo feito à deriva como muitas outras pessoas, muitas entidades tem colocado.

Muito obrigado e estamos aqui para qualquer um outro esclarecimento caso as excelências queiram saber com relação à nós, PCCs Administrativos e Auxiliares da Receita Federal. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu agradeço a Srª. Leonilda. E quero informar aos Srs. Senadores que já se encontra entre nós o Deputado Estadual Paulo Ramos que representa a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Com a palavra o Sr. Roberto Eduardo Giffone, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Federais, ANPAF, para fazer sua exposição.

SR. ROBERTO GIFFONE: Exmª. Srª. Senadora Lúcia Vânia, Presidente eventual da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Srªs. e Srs. Senadores, companheiros da Mesa, representantes de entidades, colegas, servidores públicos das mais diferentes entidades, UNAFISCO, ANFIP, SINDIRECEITA, SENAD, ANPREV, SINDSARF, enfim, todos aqueles que direto ou indiretamente foram alcançados por essa iniciativa, não muito bem construída do nosso entender, do ponto de vista não só da conformação da boa idéia que é o processo de raciocinalização das estruturas do Estado, mas que pelas divergências que tem sido apontadas aqui mesmo nesse Plenário, diante das seguidas audiências públicas, demonstram que o Sr. Relator, mostra que o eminente Senador Rodolpho Tourinho, vai ser a difícil missão de reequilibrar o projeto da chamada Super-Receita para lhe dar a conformação que interessa para dentro do Estado ao equilíbrio e à boa atuação enquanto serviço público essencial, e para fora do Estado que atenda aos interesses do cidadão brasileiro.

Eu creio que hoje aqui foi unânime tanto nas palavras dos representantes das confederações nacionais, quanto do nosso Instituto Brasileiro Tributário, de que a situação da administração tributária no nosso País está caótica. É inadmissível que nós tenhamos um modelo onde a dívida ativa dessas estruturas da administração cresçam sistematicamente, se tornem hoje, inclusive, incobráveis dada a estrutura, a péssima estrutura que é oferecida aos seus servidores e por outro lado um processo de auto-afirmação, de obsessão quase que ditatorial em relação ao cidadão contribuinte que se vê totalmente desprotegido, numa estrutura e numa máquina que não presa o reequilíbrio dessa atuação.

Os servidores, os representantes das inúmeras carreiras estiveram aqui e já demonstraram que a administração tributária em nosso País, hoje, ela é ineficiente, mal estruturada, má atuante no que diz respeito à cobrança da sua dívida e ao processo de fiscalização seja ele no âmbito da Previdência Social, seja ele no âmbito da Receita Federal do Brasil.

E o que nós queremos buscar do projeto de uma Super-Receita? É justamente a valorização da atua-

[illegible] público, e por outro lado, um processo [illegible] desburocratização e de agilização dessa [illegible] não podemos mais continuar convivendo [illegible] em que de dívida tributária nós temos [illegible] bilhões de reais para serem cobrados. [illegible] – que o Dr. João Carlos Souto que [illegible] na fala como Presidente do Sindicato [illegible] Procuradores da Fazenda Nacional – é [illegible] inadequada e incipiente para fazer frente [illegible] de dívida.

[illegible] posição, enquanto Procuradores Fede[illegible] coisa melhor, porque a nossa dívida hoje [illegible] bilhões. 1/3 da dívida da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Nós contamos com 670 Procuradores Federais, eles lá contam com pouco mais de mil, dos quais menos de 900 vinculados à cobrança da dívida. Ora, se nós temos esse quadro em que uma estrutura, assim como a outra, é responsável pelo processo de cobrança de dívida ativa tributária, nós enquanto responsáveis pela execução da dívida da Previdência Social e eles enquanto responsáveis pela dívida ativa da União.

Ora, por que o Governo elegeu o modelo de simples transferência das atribuições de um órgão para outro? Quando é facilmente perceptível que o órgão Procuradoria Geral da Fazenda Nacional não tem condições de dar cabo a aquilo que hoje é sua própria responsabilidade legal. Não seria mais inteligente, Srª. Presidente, que se unificasse uma atuação, não digo unificação de carreiras, mas que se unificassem as competências dessas carreiras para que somando a experiência, a tradição dos Procuradores Federais na cobrança da dívida ativa previdenciária a experiência, a tradição e o bom desempenho dos Procuradores da Fazenda Nacional, nós fizéssemos um combate efetivo a um processo crescente de sonegação, de fraude e de inadimplência, porque são três circunstâncias totalmente diferenciadas.

E do modelo que está inserido hoje, Presidente Senadora Lúcia Vânia, no Projeto de Lei da Câmara nº. 20 vai acontecer justamente o inverso, até em relação a estrutura de fiscalização. Pois enquanto o Governo foi sábio, inteligente de promover uma estrutura única buscando fazer com que o processo de fiscalização funcionasse de forma integrada, ainda embora ela careça de ajustes, de aperfeiçoamentos que eu tenho certeza que o nosso Relator irá fazê-lo, na área jurídica foi totalmente inconseqüente. Nós vamos simplesmente repassar com inúmeras dúvidas, do ponto de vista constitucional e legal, à Procuradoria da Fazenda Nacional. E o que é pior. Colocam os Procuradores Federais numa situação de segunda categoria na medida em que criaram uma figura de fixação de lotação e de delegação que é inadmissível, porque nós todos somos Advogados públicos de um mesmo sistema, criado pela constituinte que é o sistema da Advocacia Geral da União. Esse sistema veio se associar a uma estrutura de Procuraturas. Nós temos a Procuratura do Ministério Público responsável pela defesa da sociedade, a Procuratura da defesa do cidadão carente através das defensorias públicas, que é outra que carece de uma atenção especial do Estado e da advocacia pública.

Ora, se nós integramos o mesmo sistema, temos estruturas eficientes na atuação isolada, por que não fazer um compartilhamento das atribuições aperfeiçoando-se o Projeto de Lei para que efetivamente nós possamos ter uma administração tributária efetiva? E a par disso depois de associarmos as outras áreas que mexem, também, com a arrecadação tributária. As agências reguladoras, aprovadas pelo Congresso Nacional que o foram, Câmara e Senado, dispõe de tributos que são arrecadados de forma isolada. E se nós queremos construir esse processo, nós temos que sopesar: A dívida de um é maior do que a dívida de outro. Proporcionalmente a arrecadação promovida pela Procuradoria Geral Federal é maior em números proporcionais do que aquela que é alcançada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

A nossa estrutura hoje é cinco vezes mais barata do que a estrutura da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em cargos, em número de servidores. A nossa capilaridade, enquanto órgão de arrecadação da Procuradoria Geral Federal já está efetivada, implantado em mais de 110 Municípios, o projeto está criando mais 120, ou seja, o Estado não aproveita aquilo que ele já tem funcionando. Cria-se mais despesas e criam-se mais cargos. Ora, se nós vamos ter um processo em que se está aumentando despesa, em que não há diminuição da burocracia, não há racionalização do Estado, temos todos que parar para repensar a forma e o conteúdo da proposta que está sendo apresentada à nação. E a responsabilidade das Srªs. e Srs. Senadores é exatamente fazer esse processo de reflexão.

Nós hoje enfrentamos durante a tramitação da Medida Provisória 258 e o Senador Rodolpho Tourinho sabe bem dessa circunstância, inúmeros questionamentos do ponto de vista legal. Se criou uma verdadeira barafunda jurídica. Não havia integração das áreas. Os processos ficaram paralisados. Hoje mesmo os Procuradores da Fazenda Nacional estão parados em razão da falta de condições de trabalho. Ora, como é que se vai fazer uma transferência dessa? Quem é que vai se beneficiar dessa instabilidade jurídica? Quem sonega. Quem frauda. Porque eles é que vão se valer... [soa

a campainha] Srªs. e Srs. Senadores desse processo de instabilidade.

Por isso é que eu gostaria de encerrar, Srª. Presidente, colocando da necessidade de se adotar a proposta apresentada pelo Exmº. Sr. Advogado Geral da União, no que respeita ao compartilhamento das atribuições entre Procuradores Federais e Procuradores da Fazenda Nacional, aproveitando-se a nossa especialização na matéria somando-se a especialização que os Procuradores da Fazenda Nacional têm e fazendo-se efetivamente um projeto que venha fortalecer o combate a esse câncer que é a sonegação e a fraude em nosso País. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Sr. João Carlos Souto, Presidente do Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional.

SR. JOÃO CARLOS SOUTO: Senadora, estou sem microfone mas eu falo assim mesmo...

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Aqui.

SR. JOÃO CARLOS SOUTO: Não tem problema eu tenho uma voz... Bem, agora está funcionando. Boa tarde a todos. Senhora Senadora, Presidente dessa Comissão, Presidente eventual, Senador Rodolpho Tourinho, eminente Relator que conseguiu sanear as contas do Estado da Bahia, quando lá exerceu o cargo de Secretário da Fazenda. Eu fui Procurador da Fazenda do Estado da Bahia e posso dizer que o Estado da Bahia trata bem os seus Procuradores.

A questão que se põe giza acerca da Super-Receita. Seus males, seus eventuais benefícios. No entender da carreira de Procurador da Fazenda Nacional, secundando aqui diversas falas que me antecederam, efetivamente a fusão dos FISCOS ela é benéfica ao Estado Brasileiro e, portanto, benéfica à sociedade brasileira, porque não existe Estado que não almeje o benefício dos seus cidadãos, portanto, beneficia o Estado e efetivamente beneficia a sociedade brasileira.

Foram feitas algumas observações acerca da atuação da Procuradoria da Fazenda Nacional, inclusive, com o registro de que os Procuradores estão em greve. E os Procuradores estão em greve, e eu lamento a ausência do Senador Suplicy porque hoje vínhamos de São Paulo no mesmo avião e eu conversava com ele acerca da nossa situação, estamos em greve porque...

SENADORA ANA JULIA CAREPA (PT-PA) – Por gentileza, só para esclarecer que o Senador Suplicy foi para a CPI que ele é membro e iniciou agora.

SR. JOÃO CARLOS SOUTO: E ele fez esse registro. Eu lamento não ter dado a intenção parecendo que ele estava ausente por um motivo qualquer. Mas ele me disse isso, desculpe, Senadora. E eu conversava com o Senador Suplicy acerca da nossa situação, ele como um interlocutor privilegiado do Governo, Senador pelo partido que hoje está no poder, e a greve ela reside justamente numa falta de estrutura. Ela reside justamente no salário pífio que nos tem sido concedido nos últimos anos. Não é um problema que se originou agora, mas que tomou proporções preocupantes nesse instante. Há pouco tempo melhor dizendo. Ora, a Procuradoria da Fazenda Nacional com essa estrutura que não atende aos seus, às suas necessidades mínimas, arrecadou no ano passado 9 bilhões de reais com 1.200 Procuradores. Isso arrecadação direta, porque arrecadação direta é bastante superior. Nós a estimamos uma arrecadação indireta de 40 bilhões. O que seria arrecadação indireta? É a CPMF que não se discute mais em juízo e não se discute mais, porque teses defendidas e elaboradas pela Procuradoria da Fazenda Nacional lograram êxito no Supremo Tribunal Federal. A CIDE não se discute mais e não se discute mais, porque teses defendidas pela Procuradoria da Fazenda Nacional, foram acolhidas pelo Supremo Tribunal Federal. E, portanto, há uma arrecadação "espontânea", entre aspas, mas espontânea porque a Procuradoria fez valer as suas teses em juízo. Então, estimem aí o que a Procuradoria tem proporcionado à sociedade brasileira. E em contrapartida desses nove bilhões arrecadados, de forma direta e 40 bilhões de forma indireta, nos últimos anos, essa cifra, o investimento do Governo na Procuradoria não passa de 150 milhões de reais.

Falou-se aqui acerca da necessidade quase que uma unanimidade contrariando o nosso dramaturgo Nelson Rodrigues, uma unanimidade no sentido de que é preciso rever a política tributária brasileira que é escorchante. E nós concordamos. Aliás, nós temos um texto que vamos distribuir aos ilustres Senadores, não temos em número suficiente para todos, e os Procuradores da Fazenda, o SINPROFAZ fala em proposta de diminuição da carga tributária brasileira. E a proposta de diminuição da carga tributária brasileira, passa pela cobrança dos 340 bilhões de reais, que significa aí o estoque da dívida ativa dos créditos que o Governo tem e não consegue cobrar em razão de uma estrutura deficitária. Ora, é óbvio que com a quantia dessa se houvesse a estrutura, por certo, por que qual a razão de se aumentar tributo? A razão de se aumentar tributo, porque os gastos são elevados. E se não se consegue em curto prazo diminuir esses gastos pelo menos que se cobre o que se tem de dívida ativa e que se possibilite aí um refresco, vamos usar essa expressão que não é das mais adequadas, ao orçamento da União com essa dívida que se tem

para se cobrar e o que se necessita é efetivamente um investimento na Procuradoria.

Eu divirjo de alguma das considerações do Dr. Giffone que me antecedeu, no que diz respeito a uma suposta incapacidade, digamos assim, no futuro próximo se essa cobrança viesse para a Procuradoria. A cobrança das questões previdenciárias.

Em primeiro plano esse projeto não foi discutido com os Procuradores. Foi um projeto gestado intramuros, gestado na cúpula da Fazenda e da Receita Federal. Se nós fôssemos consultados teríamos uma postura um tanto quanto diferente. Agora, o que nós entendemos é que a criação dos cargos de Procuradores que estão previstos, a criação dos cargos que estão previstos no Projeto de Lei, ela atende ao interesse público. Essa questão de que aumento de despesa, aumento de custos, Procurador da Fazenda Nacional se auto-sustenta. Eu acabei de assinalar há pouco que nós arrecadamos 9 bilhões e foram investidos 150 milhões. Portanto, aí há uma disparidade bastante expressiva.

Portanto, a criação de Procuradores vai possibilitar, a criação dos cargos de Procuradores vai possibilitar a cobrança, inclusive, desse estoque. Ainda que esse estoque nós saibamos que 40% desse estoque é incobrável, aproximadamente isso e por razões das mais variadas. Mas divirjo nessa questão. Eu não vejo a reestruturação da Procuradoria, que já se faz necessário hoje, que isso venha a criar uma despesa indevida.

Com relação a um aspecto da fala do Presidente, do representante do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, do que diz respeito ao conselho dos contribuintes que agora a decisão desfavorável ao Fisco pode ser impugnada por um entendimento da Procuradoria, eu quero lembrar que desde sempre, desde a criação do Conselho de Contribuinte a decisão desfavorável ao contribuinte, pode ser questionada na justiça e esse tratamento, é óbvio, sempre foi assim, e, esse tratamento igualitário não era deferida à Procuradoria da Fazenda Nacional que representa os interesses da sociedade brasileira. O Estado se sustenta através da arrecadação de tributos. E essa arrecadação de tributos ela é viabilizada pela atuação da Procuradoria da Fazenda Nacional, que repito, não tem tido do Governo o olhar demorado e preocupante de que deveria ter tido desde o início, desde o seu início.

Com relação mais especificamente ao projeto da Super-Receita e eu me apresso para não extrapolar o tempo, porque já sabemos aqui do adiantado da hora, não identifico inconstitucionalidade. [soa a campainha] A meu ver não há discrepância entre o Projeto de Lei e aquilo que encontra estatuído na Carta Magna. Vejo com uma certa preocupação essa questão de propostas de unificação de carreiras, que me parecem ainda tramitam com relação à emendas que foram feitas no projeto da Super-Receita. O constituinte de 1988 foi muito preciso quando se referiu à carreiras da Advocacia Geral da União. E o constituinte se referindo no art. 131, § 3º, em carreiras, obviamente essa vontade do constituinte originário não pode ser supressa via emenda a Projeto de Lei em razão da hierarquia constitucional.

Bem, eram essas as considerações. Eu agradeço o espaço que foi concedido ao sindicato, Procuradores da Fazenda Nacional, reiterando a necessidade de o Governo – e aqui nós temos a Senadora Ana Julia que nos acompanhou ao Ministério do Planejamento há alguns dias – a necessidade de o Governo olhar com mais responsabilidade para a Procuradoria da Fazenda Nacional, para que se propicie a cobrança dessa dívida vultosa que existe hoje. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Exmº. Sr. Deputado Estadual Paulo Ramos, representante da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

SR. DEPUTADO ESTADUAL PAULO RAMOS (PDT-RJ) – Muito obrigado Senadora. Cumprimento V.Exª., Senadora Lúcia Vânia e cumprimento todos os Senadores agradecendo esta oportunidade. E cumprimento, também, os representantes das categorias profissionais envolvidas.

Nós vivemos uma fase em que os aspectos políticos e vigentes estabelecem uma certa preocupação. Não quero usar a expressão desconfiança, principalmente considerando que tendo em vista a relevância do tema, foi tratado inicialmente através de Medida Provisória. Isto fez com que as desconfianças se acentuassem na medida em que há especulações sobre influências ou vigências até de organismos internacionais, em relação às questões previdenciárias em Países como... Uma fase, em que se encontra, também, o nosso Brasil. E especialmente considerando, também, que a grande marca do Governo atual tem sido o apelo ao debate.

Então, recorrer à Medida Provisória, isto acentuou as desconfianças. Por outro lado vencido o prazo da Medida Provisória sem que tivesse sido apreciada pelo Congresso Nacional, mais uma vez a desconfiança se acentua. É pela forma como a Câmara dos Deputados apreciou o Projeto de Lei. Foi votado, vou usar uma expressão também... De afogadilho. E coube ao Senado restabelecer, pelo menos, as possibilidades de uma participação democrática. E esse debate de hoje, aqui, é um atestado de que o Senado da Repú-

blica se dispõe exatamente a discutir com a sociedade o mérito do projeto.

Eu estou aqui exatamente, porque mobilizado por setores lá do Rio de Janeiro, especialmente aposentados, realizei lá uma Audiência Pública. E que foi, e que trouxe contribuições muito importantes de todos aqueles que participaram.

Há um debate sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei. É claro que há um enfrentamento entre um parecer da Ordem dos Advogados do Brasil e um patrocinado pelo ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal Nélio da Silveira. É claro que nós conhecemos, nós sabemos que os juristas estão aí à disposição, exatamente para dar pareceres. E naturalmente o parecer é encomendado a um Jurista que o formula de acordo com a pretensão daquele que fez a contratação.

A Ordem dos Advogados do Brasil tem um compromisso, assim, é uma espécie da consciência jurídica e democrática do nosso País. O confronto dos pareceres faz com que obviamente o parecer da Ordem dos Advogados do Brasil, tenha muito mais relevância. Mas tratamento única e exclusivamente do mérito, tive a oportunidade, Senadora Lúcia Vânia deve se recordar, como também outros Parlamentares aqui no Congresso Nacional, de participar da elaboração da Constituição de 88. Sou um dos signatários daquela Constituição. Não a de hoje que já foi completamente esfrangalhada, mas a de 5 de outubro de 88 tem lá a minha assinatura.

E na questão da Seguridade Social, os constituintes cuidaram de, inclusive, prever o custeio para a Seguridade Social. O que foi depois reforçado na CPMF, que seria uma contribuição compulsória e provisória, mas com uma finalidade específica, uma destinação específica, isto é, a saúde, para reforçar as verbas já constitucionalmente previstas para a Seguridade Social. E os desvios foram acontecendo. Não quero aqui tratar deles, como também o desvio da CIDE, as questões ligadas a superávit primário. Essas questões são paralelas.

Mas é preciso e eu assumo a responsabilidade de dizer isto, que há uma falência, não há no Brasil, Srs. Senadores, Senhoras Senadoras, nenhum órgão encarregado de fiscalizar qualquer coisa que seja que esteja devidamente aparelhada com seus profissionais com planos de cargos, carreiras instalados, não apenas aqueles que ocupam a cúpula das instituições, mas aqueles também que ocupam os escalões intermediários e os escalões menores, como se uma instituição ela fosse composta única, e exclusivamente, por aqueles que ocupam o nível superior, vou usar essa expressão, e as demais carreiras sempre sepultadas.

Então em relação ao mérito desse projeto, nós também fomos forçados a constatar que ele vem sendo abordado por algumas categorias profissionais, não em função do seu mérito, em função do interesse maior da sociedade brasileira, especialmente daqueles que dependem da Seguridade Social, da saúde pública, da assistência, não assistencialismo, mas a verdadeira assistência e a Previdência, os aposentados.

O Brasil todos nós sabemos é um País muito grande. Não considero razoável, considerando... Os órgãos previdenciários são aqueles que demonstram que a poupança nacional é possível. Veja bem. O Brasil não poupa. Não tem investimentos. Entretanto, são as Previdências que demonstram a possibilidade de uma poupança nacional. E todos nós sabemos que a nossa Previdência Social, se não tivesse passado pelas facadas que levou, hoje formaria um monte capaz de dar sustentação talvez até a um projeto verdadeiramente nacional. Estamos aí terminando de ver na Rede Globo a fase Juscelino, as comprovações de dinheiro da Previdência para construir Ponte Rio-Niterói, lá no meu Rio de Janeiro. E a Previdência não formou esse monte. Quer dizer, não é possível hoje ter nitidez sobre aquilo que os trabalhadores, com os empregadores contribuíram para formar um monte.

E quando essas discussões surgem sempre vem a afirmação: "A Previdência é deficitária". E fazer uma afirmação assim eu considero uma temeridade, porque a Previdência não é deficitária. E aí vem a questão não só da sonegação, as diversas fraudes. E o pior. Aí, não digo nem a impossibilidade, as dificuldades políticas para enfrentar os sonegadores. E a dificuldade política para cobrar aqueles que em tendo sonegado foram pilhados na sonegação. Não tem mais aí aquela punição prévia de com prisão do depositário infiel, foi pilhado, o máximo que pode acontecer é pagar. Mas nesse esse máximo do que pode acontecer a pagar tem acontecido. E aí as Procuradorias, a Advocacia Geral da União, por exemplo, que surgiu na Assembléia Nacional Constituinte, quando a Procuradoria da República, perdeu as funções de defender a União. Não é porque... Veja bem, não é porque era ineficiente. Não. É porque, eu vou caminhar para concluir. É porque esse modelo político faz com que aqueles que são os verdadeiros e grandes sonegadores, eles tenham força política. Eles são fortes politicamente e dificultam a cobrança, tanto que a cobrança também não acontece como o desejado no período pós-constituinte. E aí vem a minha avaliação. Qual a conveniência de promover mais uma centralização? É uma indagação. Por quê? A Fazenda Nacional, os auditores têm uma responsabilidade de fiscalização já muito grande [soa a campainha] e a Previdência Social, também, uma responsabilidade

muito grande. Imaginar que nós vamos centralizar e um órgão só vai ser capaz de... "Ah, mas diminui as rotinas, acumulação...", tudo isso é um discurso. Mas, na verdade, a cobrança sempre é muito efetiva, quando ela é descentralizada e não centralizada.

Então, respeitando as reivindicações das categorias profissionais, compreendendo aqueles que ocupam os menores degraus na chamada hierarquia que tem que ser prestigiados. Não é possível, por exemplo, pegar a Fazenda que os auditores fiscais funcionem sem os técnicos. Não é possível. Então, é preciso que haja uma compreensão de que este modelo, ele precisa mais ser aperfeiçoado e prestigiado do que ser completamente modificado, ainda mais nessa fase tão conturbada da vida nacional.

Então eu cumprimento os Senadores da República, na pessoa de V.Exª. Senadora Lúcia Vânia, por esta iniciativa de mobilizar a sociedade. Mas, estou convencidíssimo pela experiência pouca que acumulei exercendo alguns mandatos e faço um registro. Lá no Rio de Janeiro, a Procuradoria do Estado tem poderes, veja bem, para cancelar inscrição na dívida ativa. Cancela sem buscar em juízo a cobrança com avaliação de que o alto de infração está mal feito, mesmo tendo passado, por todas as juntas, todos os recursos. Inscreve na dívida ativa e depois cancela a inscrição à Procuradoria, dizendo que a sucumbência poderá levar o Estado a um prejuízo muito maior.

Quer dizer, então para demonstrar o sistema como está montado e certamente isto também acontece nos escalões da Procuradoria da Fazenda e na Procuradoria do INSS.

Então, eu imagino, venho aqui dar estas... E também avaliando posicionamento de entidades representativas dos aposentados, que tem uma certa neutralidade e uma preocupação. É preciso ao contrário ao invés de unificar, aperfeiçoar esse sistema dando verdadeiramente condições de fiscalização e controle e de cobrança, para a Previdência e para a nossa Fazenda. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradeço a todos os expositores e gostaria de chamar atenção dos Senhores expositores para o compromisso do Senador Tourinho que está aqui até agora para questioná-los e que tem um compromisso logo em seguida. Com a palavra o Senador Tourinho, Relator da matéria.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Mesa, Senhores participantes. Eu a rigor, Senadora, eu não tenho muita coisa a inquirir ou nada a inquirir. Nós temos debatido muito essa questão e acho até que todos esses debates que foram levados a efeito, nós sentimos a necessidade de efetuar esses debates, porque me parece que isso não foi feito antes, isso não foi feito quando da discussão do projeto, muito menos quando da Medida Provisória. E talvez menos também ou igual quando foi mandado um Projeto de Lei.

E eu quero iniciar pedindo a V.Exª. que considere uma carta que eu, inclusive, fui eu que solicitei. Quero dizer, que não é necessariamente que eu esteja de acordo com ela, mas até posso da última vez, na última Audiência Pública, ter deixado alguma dúvida em relação aos sindicatos, quando aqui esteve a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social, FENASPS e que havia uma dúvida sobre a posição deles. E isso está externado nessa nota de esclarecimento, que eu peço que faça parte do integrante aí de todas as discussões que nós tivemos, onde eles se manifestam dizendo que diante das similaridades de atribuições e de possuirmos o mesmo nível de escolaridade dos técnicos da Receita Federal, temos o mesmo tratamento conferidos a eles. Ou seja, sermos incluídos no PLC, na carreira de auditoria da Receita Federal do Brasil, no cargo técnicos da Receita Federal do Brasil. Este pleito está respaldado pois assim como na Receita Federal há auditores fiscais e os técnicos na Receita Previdenciária, também, aos auditores fiscais e os técnicos. Todos são arrecadadores.

Eu quero que isso faça parte, porque na última vez ficou em dúvida essa questão até por uma questão que havia sido levantada por mim indagando o que é que efetivamente esse sindicato representava. Se eram os trabalhadores da Saúde, do Trabalho, da Previdência ou Assistência Social. Então eu gostaria que isso fizesse parte.

Outro ponto que eu acho que é importante e sempre tenho frisado isso, que ao longo dessas discussões, Senadora, o que a gente verifica é um conflito grande entre carreiras dentro do Ministério da Fazenda, do Ministério da Previdência e também do Ministério do Trabalho. Técnicos, conflitos entre níveis, por exemplo, auditor versus técnico, isso em todos eles, mas também eu chamaria conflitos orientais ou horizontais seria, por exemplo, a questão do Ministério do Trabalho querer participar, mas nesse sentido de ampliar essa participação. Eu acho que isso é que devia ter sido discutido melhor antes e que nós estamos discutindo aqui, precisa de um tempo, inclusive, para rever essas posições.

Eu quero também lembrar que isso tem sido feito, inclusive, motivado por... Já é outro assunto... Por emenda do Senador Tasso Jereissati, que acho que são muito próprias em se discutir determinados aspectos que até foram levantados, também, aqui hoje pelo Dr.

Antônio Carlos Rodrigues do Amaral da OAB de São Paulo, que acho que o momento também é esse de fazer um questionamento em relação ao contribuinte.

Há um outro ponto que considero fundamental, também, que foi levantado logo na primeira audiência aqui, pediria providências da Comissão para que fosse trazido para cá o Código de Defesa do Contribuinte. Nós de alguma forma assumimos um compromisso com o Senador Jorge Bornhausen de discutir esse assunto nesse momento. Entendemos que o momento próprio é esse. Isso foi colocado pelo Senador na primeira Audiência Pública aqui havida.

Eu pedi também, último assunto, a convocação, o convite ao Advogado Geral da União em função de entender que há hoje um conflito também dentro dessa área e pelo próprio posicionamento do Advogado Geral da União, que no meu entender, no meu entender não, entender do Ministro, que me parece contrário ao projeto. Então, mais uma vez Senadora, eu fico preocupado porque acho que o assunto não foi discutido. Porque se você tem um Ministro do Governo que é contrário a um projeto do Governo... E não é um Ministro qualquer, não é o Ministro da Agricultura que está contra, não é o Secretário da Pesca que está contra, é o Ministro que representa os Procuradores, tanto os Procuradores Geral da Fazenda Nacional, como os Procuradores da Fazenda. Preciso conhecer o pensamento dele. E acho que isso até gera na minha cabeça um problema maior de dentro do Governo essa falta de, não diria nem de unanimidade, de mesma opinião.

Esses eram os pontos que eu queria colocar. Eu não tenho nenhuma dúvida a mais. Eu teria só uma questão, Dr. Antônio Carlos, quando o Dr. João Carlos Souto falava sobre a questão do Conselho de Contribuintes, me parece que vocês dois divergiram um pouco. Se pudéssemos tirar essa dúvida, Procurador. Eu também acabei ficando na dúvida. Seria a única questão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Sr. Antônio Carlos Rodrigues do Amaral.

SR. ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES DO AMARAL: Obrigado Excelência, obrigado Senador Rodolpho Tourinho. Eu diria o seguinte, a questão onde parece um pouco equivocada a posição do Dr. João Carlos. Na verdade o Conselho de Contribuintes é um órgão revisor que pertence ao próprio Ministério da Fazenda. O que vale dizer, o cidadão sofre a sua autuação. Hoje quando fiz a consideração, alguns anos atrás o contribuinte recebia uma notificação, podia se defender nas instâncias administrativas, pelo menos para demonstrar a inexistência do debito.

Hoje, nós já estamos afastando, porque já está sendo escrito direto na dívida ativa, como esse exemplo que eu dei a V.Exªs., não foi para trazer um caso particular, mas um caso emblemático que é a situação de milhões de pessoas. Os que ainda conseguem ir para o Conselho de Contribuintes, o que o acontece? Eles passam primeiro pelas delegacias de julgamento, que são órgãos revisores da própria Receita Federal, não é paritário, quer dizer, aí a composição é exclusiva da própria Receita Federal. Então é a 1ª Instância administrativa, que normalmente corrige quando há erros evidentes, materiais.

Quando vai para o Conselho de Contribuintes ele passa a ser um órgão paritário. O que é esse órgão paritário? Ele é composto pela Fazenda e por representantes dos Contribuintes. O Presidente de cada Câmara sempre é da Receita Federal. No caso de empate o voto do Presidente que é indicado pelo Secretário da Receita Federal, tem peso duplo. Quer dizer, então a influência, o peso que a Receita Federal tem no seu próprio órgão revisor, é nitidamente superior ao peso do próprio contribuinte.

Agora, o que o faz a Fazenda Nacional? Infelizmente nós temos duas realidades hoje no Conselho de Contribuintes, além do fato que foi aqui mencionado. Hoje quando o contribuinte, por exemplo, ele ganha um recurso no Conselho de Contribuintes, a Procuradoria da Fazenda Nacional não toma vista do processo. Demora seis meses, oito meses, um ano, quer dizer, nunca acaba para o contribuinte. Eu tenho casos curiosos. Quando a Receita Federal ou a Procuradoria efetivamente querem trabalhar, eles conseguem fazer recursos e o processo andar em um mês coisa que para um cidadão comum demora anos.

Então, o que parece, o que o eu quero alertar, Senador Tourinho, é que neste ponto é porque então que a decisão que é uma revisão administrativa no qual há um peso maior da Receita Federal, não pode ser ela mesma a Receita Federal, como V.Exª. acabou de dar o exemplo do Advogado Geral da União, quer dizer, a própria Receita constitui aquele órgão, ele é um órgão revisor, ela tem um peso maior naquele órgão. Aí ela mesma fala o seguinte: "Quer saber, eu vou processar esse contribuinte, tumultuar ainda mais o Poder Judiciário". Que hoje infelizmente o Poder Judiciário nas Varas de Execução Fiscal viraram repartições públicas, repartições, escritórios burocráticos da Receita Federal. E a Fazenda Nacional, Dr. João Carlos, eu participei agora do exame, eu fui examinador do último concurso de Juízes Federais em São Paulo, nomeado pelo Conselho Federal da OAB, vários Procuradores prestaram alguns, até atingiram, foram nomeados Juízes.

O que me chamou atenção é que quando indagava esses Procuradores, claro, carreira de Juiz, eles diziam o seguinte: "Nós não temos mesa para trabalhar". Então, é evidente que os Senhores estão sucateados, mas os Senhores estão sucateados... É óbvio que preocupa a questão da sonegação e da cobrança efetiva da dívida, mas está sucateado quando vai defender o contribuinte. Aí, o contribuinte, como eu dei os exemplos concretos, ele chega na Procuradoria, esse caso desse investidor internacional, o Juiz determina. Em 10 dias se manifesta a Procuradoria, seis meses. Eu recebo e-mails semanais do investidor internacional, um grande investidor no Brasil, mas o juiz falou 10 dias. Aí, nós temos que explicar que 10 dias no Brasil é um conceito um tanto quanto elástico.

Então me parece, Senador que essa questão do Conselho de Contribuintes ter uma revisão, ela é absolutamente incabível uma vez que é o próprio órgão que está efetuando essa revisão. E infelizmente o Judiciário hoje virou uma não decisão. Quer dizer, várias execuções fiscais, os processos se arrastaram por 10, 15, 20 anos e nunca se acabam. Obrigado, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com o palavra o Dr. João Carlos Souto.

SR. JOÃO CARLOS SOUTO: Em verdade, as considerações que eu teci foram em razões de um comentário do Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Tributário. Mas acabou sendo, nem me recordava, não me recordava que o digníssimo representante da OAB de São Paulo havia também tecido considerações acerca desse tema.

A questão da OAB. A questão é muito simples. Se diz, foi dito aqui que a decisão que o Fisco, que o Estado já tem uma prevalência no Conselho de Contribuintes, e que em razão disso uma decisão contrária à Fazenda, em razão disso ela não deveria ser objeto de um pedido de reconsideração, ou de uma impugnação.

Imagino que com todo o respeito, Kelsen deve estar se revirando no túmulo. Pelo seguinte: Se há uma primazia da Constituição, se a Constituição está colocada no vértice da pirâmide Jurídica Nacional e se uma decisão do Conselho fere o texto constitucional, isso não deve ser objeto de revisão? A Constituição vai ficar contrariada em razão de uma suposta prevalência do poder do Fisco, do Estado no Conselho de Contribuintes? Como fica? A decisão é inconstitucional, a decisão viola o estatuto Magno. A Constituição da República. E isso fica sem solução? Em nome de um benefício a um constituinte? E eu pergunto: E os demais... Constituintes não, perdão. E os demais contribuintes que têm interesse que as decisões estejam de acordo com o texto constitucional? E os demais contribuintes que, talvez, que não foram beneficiados por uma decisão equivocada que pode estar beneficiando um constituinte, uma empresa internacional, uma multinacional que conseguiu fazer prevalecer a sua tese, que estupra a Constituição e os demais constituintes como ficam? Em razão dessa suposta prevalência do Estado, a coisa fica da forma como está? É justo? É constitucional? Não. Me parece que não. Para concluir.

Para concluir. Uma decisão contra o Fisco, perdão, contra o contribuinte, ele tem com base legal que instituiu o Conselho de contribuinte, tem condições de impugnar no Judiciário. Volto a repetir. A Procuradoria da Fazenda Nacional, a Procuradoria Geral Federal, defendem o patrimônio nacional. Às vezes confundem, o Advogado da União, o Procurador Federal, Procurador da Fazenda Nacional, com Advogado de Governo. Nós não somos Advogados de Governo. Nós defendemos o patrimônio nacional. Parece que fui claro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Gostaria de saber se o Senador Tourinho gostaria de fazer alguma observação. E o Sr. Antônio Carlos...

SR. ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES DO AMARAL: Eu queria fazer duas considerações. Primeiro. Por que a Receita Federal – eu gostaria de perguntar aos Procuradores, inclusive – Por que a Receita insiste em cobrar dívidas que já caducaram, como aconteceu dívidas antigas e eles mandam o contribuinte, cobranças para as empresas e para o contribuinte de coisas já vencidas? Porque a Receita insiste? Isso é um terrorismo fiscal isso? O que é isso? Porque não é possível. Já caducou a cobrança. E elas insistem em cobrar essas dívidas ou senão aquele ditado: "Se pegou, pegou. Se não pegou deixa de lado". É isso?

E uma outra questão com relação às despesas que foi falado que deveria diminuir das despesas do Governo e da própria Receita. O Projeto de Lei, o projeto que está aqui no art. 3º ele diz o seguinte: § 1º. "A retribuição pelos serviços referidos no *caput* desse artigo será de 3,5% no montante arrecadado". Ora, se você melhorar a eficiência da arrecadação e diminuir, você aumenta também as despesas. Então, não poderia ser baseado num percentual sobre a Receita de arrecadação. Deveria ser baseado numa definição de custo, para se arrecadar esses benefícios e não fazer um proporcional sobre o montante arrecadado. Isso, também, cria um processo de aumento de despesa. Você está melhorando a eficiência e aumentando a despesa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Parece que foi feita uma pergunta...

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Dr. Gilberto Amaral só para concluir. Não, Dr. Gilberto Amaral já pediu a fala, logo em seguida para v.Sª.. Gostaria apenas de dizer que nós temos que encerrar e que se fosse rápido e finalmente... Pois não. Está ok.

SR. GILBERTO LUÍS DO AMARAL: Só para esclarecer porque foi o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, entidade que reúne tributaristas desse País, que fez o levantamento e no sentido e a contestação da inviolabilidade jurídica desse pleito da Fazenda, de contestar uma decisão do próprio Governo. Lembrar o Dr. João Carlos, e não há um confronto aqui entre o Procurador e o Advogado, o Procurador e o contribuinte, ou o Estado e o contribuinte.

Há uma questão que esta Casa, infelizmente, aprovou a Lei Complementar 118, a qual estendeu inúmeros poderes ao próprio Fisco, primeiro a estabelecer a regra para a decadência, a prescrição que hoje basta o despacho do Juiz no sentido de suspender o prazo prescricional decadencial. Ou seja, antes era necessário que o contribuinte fosse citado, fosse notificado ou citado. E agora não. Basta ir... Então o que está acontecendo? Estão se distribuindo todas as execuções e a resposta até ao Dr. Luigi, a Fazenda distribuiu todas as execuções, porque sabe que o mero despacho do Juiz vai deixar *ad eternum* aquele contribuinte, e a cada cinco anos a Procuradoria renova, e o contribuinte nunca vai ter fim nas suas questões.

Também lembrar que, infelizmente, Senador Rodolpho Tourinho, Senadora Lúcia Vânia e outros Senadores aqui presentes, lembrar que a Lei Complementar 118, e me permita utilizar o adjetivo, estuprou. Foi o direito do contribuinte ao estabelecer a redução do seu prazo para o pleito de restituição de tributos, ou seja, o que era nos tributos lançados por homologação, havia um entendimento do STJ no sentido de que era cinco mais cinco anos, e a Lei Complementar simplesmente cortou esse prazo para cinco anos. Então nós contribuintes temos cinco anos para buscar o nosso direito. Agora o Fisco, não. Ele pode ficar eternamente na busca do seu direito.

Então, aquele equilíbrio, Senador, que nós precisamos voltar. Então, e essa questão do Conselho de Contribuintes no mínimo me parece esdrúxulo, o fato. Primeiro que o Conselho de Contribuintes tem fugido das questões constitucionais. Tem colocado. Se é questão constitucional, não se analisa em sede do Conselho de Contribuintes. E num segundo momento, também, o próprio Estado é contestar as decisões de um órgão em que ele tem a Suprema maioria em que as decisões, quer dizer, quando o contribuinte consegue ganhar alguma coisa no Conselho de Contribuintes, realmente é porque esse pleito é muito claro e evidente em favor de si. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra Dr. João Carlos com a recomendação de ser bem breve.

SR. JOÃO CARLOS SOUTO: Respondendo ao Dr. Luigi. Com relação a Receita Federal, eu não posso tecer maiores considerações, sugiro a convocação do ilustre Secretário Rachid, que terá condições de explicar melhor essa postura.

Com relação ao nosso colega do Instituto Brasileiro de Direito Tributário, ele usou adjetivo de suprema maioria. Então deve existir a maioria e obviamente se é Suprema a maioria, é uma maioria qualificada. Não há suprema maioria, com todo o respeito, porque lá conforme foi dito aqui é paritário, pode ter voto de Minerva, etc e tal. Essa é uma questão importante.

Com relação a que o Conselho esteja fugindo de questões constitucionais, eu pergunto: Como? Num País que tem uma Constituição dirigente para lembrar o nosso Canotilho. Num País que tem uma Constituição bastante ampla, que cobre todos os aspectos possíveis, e aqui não vai nenhuma crítica específica à Constituição. Eu acho que foi uma boa Constituição, é uma boa Constituição. Mas, portanto, as questões constitucionais são sim enfrentadas ainda que *a latere*, mas são enfrentadas, e em sendo enfrentadas e em havendo uma ruptura entre a decisão do Conselho de Contribuinte e o Texto Constitucional, o Texto Constitucional tem que prevalecer e o Estado tem que buscar a solução jurídica.

Eu lembro que... Rapidamente Senadora, eu lembro que ontem eu li nos jornais que Procuradores da República, órgãos do Estado, funcionários do Estado, não é um quarto poder, estão ingressando com *habeas corpus* em favor do caseiro Francenildo. Ora, é o Estado contestando o Estado. É o Estado contestando a Polícia Federal, em razão de um aparente equívoco cometido. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra Dr. Giffone com a recomendação--

SR. ROBERTO GIFFONE: É rapidíssimo, Srª. Presidente, sr. Relator, Senadora Ana Júlia Carepa, também aqui presente. Só para fazer dois registros, Relator, Senador Rodolpho Tourinho em relação a essa questão da pura e simples transferência da cobrança de tributos e duas experiências que foram malsucedidas.

A primeira, em relação ao ITR, Imposto Territorial Rural, que era nosso, dos Procuradores Federais

cobrado através do INCRA e que foi transferido à Procuradoria da Fazenda Nacional há mais de 10 anos, e que recentemente, agora, foi repassado numa demonstração de arrecadação pífia de falta de controle da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para os Municípios. Ou seja, terceirizou-se a cobrança de um tributo Federal exatamente pela falta de eficiência na sua cobrança.

E a segunda, em relação ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Outra responsabilidade da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, que volto a repetir, não por culpa de seus Procuradores repassado que está por convênio aos Advogados da Caixa Econômica Federal, que por sua vez terceirizam a sua cobrança a escritórios particulares até valores de um milhão de reais, ou seja, não há controle quando se fala em dever de defesa de interesse de patrimônio público e de duas fontes fundamentais do povo que é a Previdência Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, tão importantes para a distribuição de renda e para as fontes de investimento do Estado. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Dr. Antônio Carlos Rodrigues.

SR. ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES DO AMARAL – Obrigado Excelência. Muito rapidamente. Só uma referência ao Dr. João Carlos.

Dr. João Carlos, eu recomendaria a leitura do capítulo 8 da Teoria do Direito de Kelsen, quando ele discute interpretar é um ato da vontade, e kelsen trata das delegações de competência. No caso da legislação existe uma competência e uma competência definitiva por esclarecimento do órgão no âmbito do Ministério da Fazenda.

Mas o que é que interessa, talvez, essa discussão do Conselho de Contribuinte? Eu não sei se V.Exª., como é uma questão pessoal, comunga da idéia de que não deveria existir o Conselho de Contribuintes. Porque esse é um tema que foi discutido na Secretaria da Receita Federal durante vários anos já sob o comando do Secretário Everardo Maciel.

Dr. Everardo queria claramente queria acabar com o Conselho de Contribuintes. O que o Governo fez? O que ele fez num dado momento? Ele falou: "Olha, eu não vou mais questionar o contribuinte. Eu levo para o Judiciário, porque no Judiciário..." Primeiro, a dívida do contribuinte ela é acrescida da Taxa SELIC, que atividade nenhuma nesta nenhuma no País remunera. Segundo houve a transferência dos depósitos judiciais, direto para o caixa do Tesouro.

Quer dizer, isso é um vilipêndio, uma violação tremenda ao equilíbrio das partes na discussão judiciária. Porque evidentemente, se eu estou discutindo com V.Exª. o valor de uma locação, eu depósito esse dinheiro em juízo, eu não tenho dinheiro, o Senhor não tem. Quer dizer, nós dois temos interesse na eficácia da decisão. Na hora que vai para o Tesouro, o Tesouro fala: "Eu não quero mais discutir". Então, eu vou sucatear a Procuradoria da Fazenda Nacional? Eu não vou. Eu Governo? Então, eu não vou dar condições dos Senhores bem defender o interesse do próprio Estado, da União, porque eu já estou com o dinheiro.

Então o que me parece, também, que nós temos que por mais que nós possamos ter posições diferentes em relação a uma interpretação constitucional, num dado momento a discussão tem que acabar. Eu sei que eu já estou me estendendo também. Mas se ela acabou no âmbito do Conselho de Contribuintes em relação ao Estado na sua própria revisão, essa é a razão de não poder ser levado para o âmbito do Poder Judiciário. Obrigado, Excelência.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Olha, agradeço a todos os Senhores expositores. Para finalizar eu passaria a palavra a Drª. Leonilda, mas com a solicitação que fosse breve. O Senador tem um compromisso no Ministério da Fazenda.

SRA. LEONILDA TEREZINHA DE ARAÚJO: ...Senador Tourinho, nós sabemos aqui da relevância de toda a importância dessa discussão que aconteceu aqui, mas dentro dessa audiência aqui, foi convidado também o Sr. Luiz Alberto dos Santos, Subchefe de Análise e Acompanhamento das Políticas Governamentais da Casa Civil e da Presidência da República. E com relação a nossa situação nós sabíamos e esperávamos que ele estivesse por aqui, para ver a nossa questão. Mas nós passamos para o Relator, ele já estava aqui na primeira audiência quando nosso Secretário Dr. Rachid ele colocou, que não consegue imaginar a administração da nova Casa, na Receita Federal do Brasil, sem o apoio dos administrativos. Então, a gente passa aí para o Relator, inclusive, ele sabe da nossa Emenda nº. 72, com relação ao nosso prazo e a questão da nossa carreira dentro do novo órgão. Muito obrigado, era isso que a gente gostaria de estar colocando.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradeço a todos os expositores. Um instantinho, Senadora. Agradeço aos Senhores expositores. E quero dizer ao Relator Dr. Tourinho que a carta que V.Exª. leu aqui em Audiência Pública no dia 28 do março de 2006, será anexada ao processado. Ao mesmo tempo, respondendo a V.Exª. quero dizer, como já coloquei aqui, o Código de Defesa do Contribuinte encontra-se já distribuído com o Senador Ramez Tebet, e já foi solicitado ao Senador a devolução do

processo para que possa ser decidido a sua posição aqui dentro dessa Comissão. Com a palavra o Relator e logo em seguida a Senadora Ana Julia.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Não tenho nada mais a acrescentar, Senadora Lúcia Vânia. Só queria saber. Nós temos só um caso pendente de Audiência Pública? Queria checar isso. Tem o Advogado Geral da União que eu solicitei, foi aprovado hoje. Tem mais algum pendente? É só para minha informação. Só isso.

SENADORA ANA JULIA CAREPA (PT-PA) – Eu na verdade só queria fazer um comentário extremamente breve em relação ao ITR, até porque eu sou Relatora de um projeto que pretende, eu dei parecer contrário a um projeto, até porque o fato gerador em janeiro as pessoas só vão pagar nos três últimos meses do ano, então, não há nenhuma justificativa de dividir o ITR que já é como V.Sª. falou, pífio o seu recolhimento. Mas por que é que eu acho que está correto passar para os Municípios? Porque, na verdade, quem tem interesse, em haver uma cobrança maior são os Prefeitos, mesmo. Porque infelizmente, a maioria das pessoas não pagam ITR. Principalmente os grandes latifundiários, num País aonde apenas menos de 2% dos proprietários de terra detém 47% das terras brasileiras, menos de 2% detém, não se pagar ITR é uma vergonha nacional. Mas é uma vergonha nacional, porque infelizmente esse grupo no País ainda tem força via UDR e outras entidades, que eu aqui não quero citar, porque vocês sabem muito bem o que eu combato essas entidades, que todo mundo viu a minha atuação na CPMI da Terra. Mas só queria dizer que eu concordei com a questão de passar para os municípios. Pode ser assim que esses latifundiários, muitos deles produtivos, muitos deles corretos, muitos deles trabalhadores, sim, mas muitos deles absolutamente improdutivos, façam alguma coisa à favor do País.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu agradeço a todos. Dr. Giffone.

SR. ROBERTO GIFFONE: Registrar a posição de V.Exª. é corretíssima, Senadora Ana Julia. Eu só espero que isso não venha ocorrer pelos motivos com a questão da Previdência Social, amanhã ter que ser objeto de terceirização por uma incapacidade, por falta de estrutura ou por falta de uma organicidade no sistema jurídico que é tão importante a Previdência para milhões e milhões de brasileiros.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradeço a todos os Senhores expositores e não havendo nada mais a tratar declaro encerrada a presente Audiência Pública.

(Sessão encerrada às 13h06min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Primeira Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 21 de fevereiro de 2006, terça-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e vinte e nove minutos, do dia vinte e um de fevereiro de dois mil e seis, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador FLÁVIO ARNS, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **MARCO MACIEL, MARIA DO CARMO ALVES, RODOLPHO TOURINHO, FLEXA RIBEIRO, LEONEL PAVAN, NEY SUASSUNA, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA, FLÁVIO ARNS, IDELI SALVATTI, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, DEMÓSTENES TORRES, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, GERSON CAMATA, EDUARDO SUPLICY E CRISTOVAM BUARQUE.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando ausência os Senhores Senadores **ANTÔNIO CARLOS VALADARES** e **TEOTONIO VILELA FILHO.** O Senhor Senador Flávio Arns declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Senador Flávio Arns deu conhecimento aos presentes sobre o Ofício nº 18-SGS-TCU de 18 de março de 2005, referente ao Processo nº TC 014.459/2002-8, sobre auditoria operacional realizada no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal e informa que o referido relatório ficará à disposição dos Senhores Membros pelos próximos 15 dias na secretaria da Comissão. Passa-se a apreciação dos itens da pauta. **Item 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005 – CAS,** "Veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT". **Autor:** Deputado Paulo Rocha. **Relator:** "ad hoc": Senador Paulo Paim **Parecer:** Favorável na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer. **Item 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, DE 2005.** "Dispõe sobre a duração do trabalho dos farmacêuticos". **Autor:** Deputado José Carlos Coutinho. **Relator:** Valdir Raupp **Parecer:** Favorável **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do relator para reexame. **Item 3 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2003.** "Dispõe sobre a criação da Farmácia Popular e dá outras providências". **Autor:** Deputado Eduardo Jorge **Relator:** "ad hoc" Senador Marco Maciel **Parecer:** Contrário **Resultado:** Aprovado o Parecer **Item 13 – OFÍCIO JUDICIAL Nº 1410, DE 2005. Referência:** Processo nº 00295-2005-112-03-00-9, da 33ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte.

Autor: Juiz André Luiz Gonçalves Coimbra. **Reclamante:** Jair Arthur Afonso. **Reclamado:** TransGlória LTDA. **Relator:** Senador Augusto Botelho. **Parecer:** Pelo Arquivamento. **Resultado:** Aprovado o Parecer **EXTRA PAUTA – Item 14 – REQUERIMENTO Nº 01, DE 2006 – CAS.** "Requer que seja convidado o Senhor Ministro de Estado da Educação, para debater, na Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)". **Autores:** Senador Antônio Carlos Valadares e Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Aprovado Os demais itens da Pauta foram adiados. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Marco Maciel e Augusto Botelho. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às dez horas e cinqüenta e oito minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Flávio Arns, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro de estenotipia informatizada. – Senador **Flávio Arns,** Presidente em Exercício.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho aos senhores Senadores a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Não havendo objeção, os Senadores que aprovam queiram permanecer como se acham. Aprovado. Gostaria de dar conhecimento às senhoras Senadoras e senhores Senadores do ofício nº 18 GS/TCU de 18 de março de 2005, referente ao processo nº TC-014.459/2002-8, sobre auditoria operacional realizada no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal. O referido documento ficará à disposição dos senhores membros pelos próximos quinze dias na Secretaria da Comissão. Quero dizer que é um documento muito importante que nos faz pensar, refletir, vermos os avanços e os desafios em relação ao Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal. Então, é um ponto fundamental para esta Comissão de Assuntos Sociais. Passamos ao item nº 1 da pauta, que é o Projeto de Lei de decisão não terminativa, Projeto de Lei da Câmara nº 103 de 2005 que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos em empregos regidos pela consolidação das leis do trabalho, CLT. O autor é o Deputado Paulo Rocha, Relator Senador Eduardo Azeredo, o parecer é favorável, porém na forma do substitutivo que o Senador apresenta. Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim como Relator ad hoc, para proferir o relatório. Com a palavra o senhor Senador.

SR. RELATOR (AD HOC) SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senhor Presidente Flávio Arns, é com satisfação que passo a relatar o projeto de autoria do Deputado Paulo Rocha, que se retirou do mandato, renunciou, pelo qual eu particularmente tenho muito respeito pela sua história ainda como líder sindical, trabalhamos juntos muitos anos e foi Presidente também da Comissão de Trabalho e Serviços Públicos da Câmara dos Deputados. E entendo que a iniciativa do Deputado Paulo Rocha merece todo o apoio do Senado da República e eu passo rapidamente a fazer a leitura, então, do relatório. "Submetido a esta Comissão Projeto de Lei da Câmara nº 103 de 2005, de autoria do nobre Deputado Paulo Rocha. A iniciativa pretende vedar a exigência a qualquer pretexto de carga de fiança aos candidatos a emprego sobre o regime da Legislação Trabalhista, fixa também multa para a empresa que infringir essa norma, de fato essa exigência é absurda. O autor da proposição afirma ter chegado a seu conhecimento denúncias documentadas sobre exigências feitas por empregadores a candidato a emprego, sobre o regime da Legislação Trabalhista e cita a carta de fiança como uma verdadeira coação para o candidato a um emprego, assim o trabalhador passa a depender de um fiador que por sua vez é envolvido numa relação entre terceiros. Ele também destaca que a lei 6.322 de 14 de abril de 1976 dispensa a prestação de fiança para o provimento em exercício de qualquer cargo, função ou emprego na Administração Federal e argumenta finalmente que cabe à empresa a responsabilidade pelos riscos inerentes ao uso do capital. Na Câmara dos Deputados esse parecer na Comissão do Trabalho, de Administração de Serviço Público foi incluído dispositivo para estimular multa em caso de descumprimento dos termos da nova legislação. Nessa Comissão, no prazo regimental não foram apresentadas emendas. Análise. A proposição não apresenta vícios de constitucionalidade ou de juridicidade, foi apresentada com observância das normas regimentais e da boa técnica legislativa. Pretende impedir, como eu dizia, uma verdadeira discriminação em relação ao trabalhador". E é isso, senhor Presidente, acho que não precisa fazer toda a justificativa que no meu entendimento aqui repete o que eu já li no momento em que eu fiz o relatório e eu vou direto, então, para o voto. "Em face do exposto opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 103 de 2005 na forma do substitutivo que ora apresentamos". Quem apresenta o substitutivo é o Senador Relator Eduardo Azeredo que só aprimora, senhor Presidente, a redação original e por isso o meu voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Em votação parecer, então, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 103 de 2005 na forma do substitutivo do Senador Eduardo Azeredo e apresentada pelo Senador Paulo Paim como Relator ad hoc. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senhores Senadores, senhoras Senadoras que estejam de acordo queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências. O item nº 2 da pauta, que tem como Relator o Senador Valdir Raupp, em função da solicitação do senhor Relator, este item está sendo retirado da pauta para a apreciação posterior. Passamos ao item nº 3 da pauta, Projeto de Lei da Câmara nº 30 de 2003, decisão não terminativa, que dispõe sobre a criação da farmácia popular e dá outras providências. Autor: Deputado Eduardo Jorge. Relator: Senador Teotônio Vilela Filho. O parecer é contrário. Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel como Relator ad hoc para proferir o relatório.

SR. RELATOR (AD HOC) SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, senhoras e senhores Senadores, coube-me a função de relatar em substituição ao Senador Teotônio Vilela Filho, o Projeto de Lei nº 30 de 2003 da Câmara dos Deputados. que lá teve um número, número 4702, 1994 na origem, portanto, Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a criação da farmácia popular e dá outras providências. Eu, senhor Presidente, acho que posso deixar de ler o relatório para entrar logo na análise da proposição. Em 14 de abril de 2004 foi publicada a lei nº 10858 de 13 de abril de 2004 que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz, A instituição Fiocruz a disponibilizar medicamentos mediante ressarcimento, visando assegurar à população o acesso a baixo custo a produtos básicos e essenciais à saúde. A referida norma resultou do Projeto de Lei de conversão PLV nº 16 de 2004, proveniente de Medida Provisória nº 154 de 2003. O parágrafo único do referido projeto estabelece que a Fiocruz poderá disponibilizar medicamentos produzidos por laboratórios oficiais da União e dos Estados bem como medicamentos e outros insumos definidos como necessários para atenção à saúde. O ressarcimento pelos produtos deverá corresponder aos custos de produção ou aquisição e distribuição e dispensação, do não somente aos custos da produção ou aquisição, distribuição e dispensação segundo determina o artigo 2º. O decreto nº 5090 de maio de 2004 regulamentou aquela lei e instituiu o programa intitulado "A farmácia popular do Brasil". Esse decreto estabelece que os medicamentos serão disponibilizados em farmácias populares por intermédio de convênios com Estados, Distrito Federal, Municípios e Hospitais Filantrópicos, bem como em rede privada de farmácias e drogarias. O preço do medicamento nessa rede será subsidiado. Basicamente a matéria tratada pelo PLC nº 30 de 2003, é a mesma da lei 10858 de 2004, qual seja, a disponibilização de medicamentos por preços tabelados e margem de comercialização pré-estabelecida conforme determina aquele projeto e mediante ressarcimento de alguns componentes dos custos conforme aquela lei. A diferença está no tipo de relação entre o Estado e os estabelecimentos que levaram disponibilizar os produtos, franquia, segundo propõe o projeto em apreciação e convênios de contratos conforme estabelece aquela lei. A lei complementar número 95 de fevereiro de 1998 estabelece em seu artigo 7º, inciso IV que o mesmo, não poderá ser disciplinado em mais de uma lei, exceto quando a subseqüente se destine a complementar a lei considerada básica, vinculando-se a esta por emissão expressa. Ademais, a designação ou marca "Farmácia Popular do Brasil" já é utilizada pelo Executivo, e eu diria pela população, o que pode constituir um motivo para veto a denominação "Farmácia Popular" proposta pelo PLC nº 30 de 2003, pois do ponto de vista administrativo não é conveniente que as duas denominações coexistam. O principal obstáculo para aprovação do PLC 30 de 2003 é o fato de que não há previsão legal para o tipo de relação nele proposta, contrato de franquia empresarial com o Estado. A lei federal que disciplinou o assunto é de nº 8955 de dezembro de 1994, que dispõe sobre contrato de franquia empresarial, *franchising* e dá outras providências. No seu artigo 2º a referida norma define franquia empresarial como sendo um sistema pelo qual o franqueador sede ao franqueado o direito de uso de marco patente, associado ao direito de distribuição exclusivo ou semi-exclusivo de produtos ou serviços e eventualmente também ao direito de uso de tecnologia de implantação e administração de negócio ou sistema operacional, desenvolvido ou detido por franqueador mediante remuneração direta ou indireta sem que, no entanto, fique caracterizado vínculo empregatício. Como podemos observar, o Estado nesse caso específico nada tem a franquear, pois em relação aos medicamentos não é detentor de marco patente de produtos ou serviços, nem desenvolveu ou é detentor de tecnologia de implantação e administração de negócios o sistema operacional. Portanto, o projeto de apreciação, na opinião do Relator, incorre em juridicidade em razão da inexistência de norma legal que permita ao Estado firmar contrato de franquia ou para usar a expressão não incorporada em nosso lexo, *franchising*. Meu voto, senhor Presidente, portanto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 30 de 2003.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço ao Senador Marco Maciel pela gentileza de servir como Relator ad hoc da presente matéria. Quero, então, dizer que está em discussão o parecer do Senador Marco Maciel. Senador Paulo Paim com a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senhor Presidente, uma observação rápida, em primeiro eu quero de público aqui cumprimentar o nobre Deputado, ex-Deputado Eduardo Jorge, foi companheiro nosso de inúmeras legislaturas. Eu sempre digo que tem uma discussão enorme no país do chamado remédio transgênico. É isto? Está certo? É essa a expressão? E esse famoso remédio que acabou diminuindo o valor, principalmente, o autor dessa iniciativa foi o Deputado Eduardo Jorge. Só que muito poucos lembram que ele teve a iniciativa, foi genérico--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Genérico--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu estava aqui no transgênico--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O transgênico--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu pedi socorro a V. Exa, como refletir--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu fiquei pensando um pouco remédio transgênico.

(Risos)

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O genérico.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas é o genérico--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – V. Exa entendeu que eu estava pedindo socorro, mas aí V. Exa me entendeu em tempo ainda para que ficasse registrado que efetivamente o Deputado Eduardo Jorge foi o grande autor desse debate e dessa proposta no país aprovado, sancionado pelo Governo na época e hoje é uma realidade, onde permite que o remédio tenha um preço bem menor. Então, remédio genérico é importantíssimo, esse encaminhamento que foi feito pelo Deputado. O Deputado Eduardo também teve essa iniciativa naquele período ainda da "Farmácia Popular", que é uma bela iniciativa também, mas como em seguida veio uma lei que assegura e implanta efetivamente eu entendo que o relatório apresentado aqui pelo Senador Teotonio Vilela tem toda uma razão de ser e o Senador Marco Maciel também endossa essa posição, entendendo que a iniciativa é brilhante e o mérito, quem sabe na época da discussão, pertence também ao Deputado Eduardo Jorge, mas como já existe uma lei regulamentando essa situação eu acompanharia então o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Com a palavra o Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Senhor Presidente, eu apenas desejo em complementação às palavras proferidas pelo Senador Paulo Paim, dizer que aprecio muito o Deputado Eduardo Jorge, estivemos, não, fomos colegas de Casa quando ele chegou à Câmara, quando ele chegou eleito à Câmara dos Deputados eu já me encontrava no Senado, mas tenho com ele uma excelente convivência e devo até mencionar que ele deu uma contribuição muito boa aqui na Câmara, como também deu uma contribuição muito boa no Poder Executivo, convocado que foi pelo então Ministro da Saúde, José Serra, para cumprir atividades no Ministério da Saúde. Eu tenho por ele assim uma grande estima, admiração, temos uma boa convivência, tivemos opiniões convergentes em algumas proposições e é, assim, com certo constrangimento que eu relatei esse projeto, mas nós já temos mais que uma convicção, a certeza de que os objetivos colimados pela proposição já estão atendidos e daí não haver razão para um novo mandamento legal sobre um tema já versado e regulado pelo Executivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Da minha parte também eu quero me associar às manifestações tanto do Senador Marco Maciel como do Senador Paulo Paim, ressaltar o trabalho do Deputado e grande cidadão Eduardo Jorge na área da Saúde e realmente ele teve, assim, um papel fundamental em vários aspectos já implantados na área da Saúde, como o Senador Paulo Paim mencionou, a grande revolução, eu diria dos medicamentos genéricos, teve a participação decisiva de Eduardo Jorge também, e de outros tantos que implantaram toda essa questão, toda esta iniciativa no Brasil. Então, foi um avanço que o Brasil teve. E ao mesmo tempo a idéia da "Farmácia Popular", que é uma idéia também interessante, boa, pertinente como Senador o Marco Maciel colocou, e que está prevista neste Projeto de Lei que está sendo rejeitado aqui, mas pela razão de que a iniciativa já foi implantada. Então, existe uma vedação legal de haver uma segunda lei que verse sobre o mesmo assunto, como foi colocado no relatório a não ser que seja, assim, para aprimorar, mudar aspectos da lei original. E é interessante de se pensar que quando nós olhamos, assim, o Projeto de Lei de autoria do Deputado Eduardo Jorge, já como ponto de partida já existe uma posição de respeito, de querer se homenagear, de se olhar com toda a cautela, com todo o cuidado, refletir sobre o assunto porque ele realmente tem uma história voltada à questão da saúde, ao direito à saúde, o

acesso à saúde e através da saúde a construção da cidadania. Então, eu quero só me associar a todas as manifestações já externadas nesse sentido. Para um esclarecimento necessário a todos que estão, inclusive, ouvindo e posteriormente participando desse debate. Portanto, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Está em votação então o parecer contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 30 de 2003. Senhores Senadores, senhoras Senadoras, que concordam com o parecer queiram permanecer como se encontram. Então, o parecer está aprovado com a rejeição que propõe o parecer contrário à aprovação do Projeto de Lei. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências. Os itens seguintes da pauta de números 04 a 12, todos os itens têm a natureza terminativa e para isso se exige também a presença de um quorum qualificado, o que não acontece no dia de hoje. Então, passamos para o item 13 da pauta, que é ofício judicial número 1410 de 2005, referente ao processo número 00295-2005-112-03-00-9 da 33ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte. O autor é o Juiz André Luiz Gonçalves Coimbra, reclamante, senhor Jair Arthur Afonso, reclamado, TRANSGLÓRIA LTDA e o Relator é o Senador e amigo Augusto Botelho. O parecer é pelo arquivamento. Concedo, então, a palavra ao Senador Augusto Botelho para proferir o seu relatório.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Presidente Flávio Arns. Recebemos para análise e cópia do Processo Trabalhista que tramitou na 33ª Vara de Trabalho de Belo Horizonte tendo como reclamante o senhor Jair Arthur Afonso e reclamada a empresa TRANSGLÓRIA LTDA. Demandou o litigante pela comprovação dos recolhimentos previdenciários referentes ao período de contratação de trabalho entre as partes. A cópia do processo foi encaminhada ao Senado Federal por ordem do Juiz André Luiz Gonçalves Coimbra ,que entendeu possível a necessidade de mudança na legislação para que o INSS, Instituto Nacional de Seguro Social, assuma a fiscalização das empresas que não exige empregado prova de um recolhimento de contribuição que não é da responsabilidade dele. A análise. Em nosso entendimento, como bem ilustra a sentença do ilustre magistrado, a legislação já contempla a responsabilidade da Previdência Social pela fiscalização das empresas. Desnecessário repetir aqui os artigos da lei 8212 de 91, que fixam as obrigações empresariais. Ademais como comprovam os autos, o empregado possui carteira de trabalho assinada e houve recolhimento do FGTS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, referente ao período de contratação. O direito do reclamante à contagem do tempo está, portanto, comprovado. Não vislumbramos razões para negativa do órgão previdenciário. Não é razoável, no entanto, a elaboração de uma proposição que obrigue um órgão público a cumprir com suas obrigações legais. Senhor Presidente, sendo assim, entendemos que a competência para decidir o litígio é da Justiça Federal. A Justiça do Trabalho, a qual recorreu o reclamante, não é competente para decidir sobre o tema, no caso o senhor Jair Arthur Afonso deve mover a ação contra o INSS, pleiteando recolhimento do tempo de serviço e a concessão do benefício da aposentadoria. Do voto. Lamentando a ocorrência da injustiça relatada, opinamos pelo arquivamento do processado, eis que não se trata no caso de elaboração de nova proposição legislativa já que a legislação vigente contempla o direito pleiteado. Este é o relatório, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Está, portanto, em discussão o relatório do Senador Augusto Botelho. Os Senadores que querem discutir, o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senhor Presidente, de forma muito rápida cumprimentando o relatório muito bem-feito, como sempre, do Senador Augusto Botelho, que diz que existe a legislação pertinente a esta situação, e consequentemente não cabe à Casa elaborar um outro projeto. Senhor Presidente, eu usei esse espaço, mais para dizer que essa forma complicada de como se faz a fiscalização da contribuição de empregado e empregador, de fato tem que mudar. E a Comissão Mista do Salário Mínimo, com onze deputados e onze Senadores, que está debatendo uma política permanente de recuperação do salário mínimo, está debruçado também sobre esta situação. É a nossa intenção, no fim do relatório, fazer com que a contribuição das partes para a Previdência seja sobre o faturamento e não sobre a Folha de Pagamento. Daí não teria mais esse problema. Faturou tanto e paga lá um percentual X de tudo que foi faturado, e aí vai a Previdência. E aí o empregado terá naturalmente assegurado o seu direito. Como é um debate que estamos fazendo lá, um projeto que se queira Deus, se conclui até o final do ano e se encaminhe para votação, eu acompanho na íntegra, neste caso, a posição do Relator Senador Augusto Botelho, entendendo que a melhor forma é desonerar a Folha de Pagamento e jogar as contribuições da Previdência sobre o faturamento no índice pequeno. Hoje eu diria que as contribuições sobre a Folha. Senhor Presidente, só para a previdência, se pegar o Cofins e também atribuição calculada de empregado e empregador, ultrapassa 40%, quando que nós podíamos criar um índice sobre faturamento, sei lá se vai ser três, quatro ou cinco que vai dar um recurso bem maior para a Previdência e

toda a sociedade paga, e não só aquele que emprega. Acompanha a Relatoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Presidente, é só para dizer que essa idéia que o Senador Paim está expondo aí, de cobrar a Previdência sobre o faturamento da empresa, vai incluir na Previdência Social um grande número de brasileiros que não tem direito a Previdência. Não tem direito à Previdência porque uma empresa que tem três empregados que fatura dez mil por mês, fica com dificuldade de pagar. Aí o que acontece? Trabalha na ilegalidade todo mundo. Eu espero que haja um amadurecimento nessa Casa, e que a gente vote... isso sim será uma reforma da previdência para beneficiar o trabalhador e também o empresário, pequeno empresário, porque você não pode tratar um BANCO ITAÚ igual trata a Carpintaria do Adolfo, meu compadre Adolfo lá em Roraima. Está bom. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só quero também da minha parte compartilhar com as opiniões externadas e dizer que apesar do parecer do nobre Senador Augusto Botelho ser pelo arquivamento do presente ofício judicial, a preocupação é intensa, justa, no sentido de se buscar caminhos para melhorar essa situação. Esse debate tem que acontecer, o Senador Paulo Paim mencionou, inclusive, as tratativas que já estão sendo feitas nesta direção, e o Senador Augusto Botelho coloca de uma maneira muito clara que o compadre Adolfo não pode ter o mesmo tratamento de alguém que, porventura, tenha um faturamento de alguns bilhões de reais. Então é um debate que tem que acontecer e principalmente com a tecnologia à disposição hoje em dia. Nós temos, na verdade, o Brasil precisa achar mecanismos novos e com a grande preocupação social, externada pelo Senador Augusto Botelho, de incluir a população no grande seguro social que é o seguro social da Previdência. Muito bem. Então, neste sentido está em discussão. Ninguém mais querendo discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer do Senador Augusto Botelho, que é pelo arquivamento. Senhores Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. Aprovado o parecer do Senador Augusto Botelho. Como último item da pauta, item extra-pauta, pedido do nosso Presidente, que pediu para justificar a sua ausência, que é o Senador Antônio Carlos Valadares, em co-autoria com o Senador Cristovam Buarque, é o requerimento nº 1 de 2006 da CAS. Os dois Senadores requerem que seja convidado o senhor Ministro do Estado da educação para debater na Comissão de Assuntos Sociais sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento à Educação Básica e de valorização dos profissionais à educação, FUNDEB. O requerimento, quer dizer, nos termos do artigo 400, amparado nos artigos 397, 398, Regimento Interno, mas principalmente dizendo-se o seu seguinte conforme justificativa do requerimento: O debate dar-se-á sobre a ótica do ganho social caracterizado: 1) Pela universalização de toda a educação básica de qualidade e em tempo progressivamente integral garantindo, inclusive, o ingresso em modalidades transversais da educação, educação indígena, educação especial, educação de jovens e adultos e educação profissional. 2) Pela melhoria das condições de trabalho, para os profissionais da educação com reflexo nos salários dessa parcela da população brasileira. Assinam o Senador Antônio Carlos Valadares e o Senador Cristovam Buarque. Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado, então. Agradeço a presença dos Senadores, das Senadoras e declaro encerrada a presente Sessão.

(Sessão encerrada às 10h58)

Ata da Segunda Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 09 de março de 2006, quinta-feira, às 09:30 horas.

Às dez horas e vinte e três minutos, do dia nove de março de dois mil e seis, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **MARCO MACIEL, MARIA DO CARMO ALVES, RODOLPHO TOURINHO, FLEXA RIBEIRO, LEONEL PAVAN, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA, SÉRGIO CABRAL, FLÁVIO ARNS, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, WELLINGTON SALGADO, GERSON CAMATA, DELCÍDIO AMARAL, EDUARDO SUPLICY, MOZARILDO CAVALCANTI PATRÍCIA SABYA GOMES E DO SENADOR SIBÁ MACHADO.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Presidente, Senador Antônio Carlos Valadares declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, o Presidente leva à consideração da Comissão, baseado no § 2° do artigo 93, a dispensa da Audiência Pública aprovada pelo RQS n° 01, de 2006 – CAS, de convite ao Ministro da Educação, para debater sobre o FUNDEB, uma vez que o assunto, já debatido na Comissão de Educação, será exaustivamente abordado na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania,

tornando, assim, sem efeito o referido Requerimento. É dado conhecimento aos presentes, da presença dos Senhores: Dr. José Sérvulo Sampaio Nunes do Conselho de Medicina/ SE e do Dr. Henrique Batista – Conselheiro Federal de Medicina /SE. Passa-se à apreciação dos itens da pauta. **Item 15 EXTRA-PAUTA – REQUERIMENTO N° 02, DE 2005 – CAS,** "Requer a realização da Audiência Pública para abordar a regulamentação do exercício profissional da acupuntura e a criação do Conselho Federal de acupuntura, objetos do PLS 480 de 2003, em tramitação nesta Comissão de Assuntos Sociais". **Autor:** Senador Flávio Arns. **Resultado:** Aprovado. **REQUERIMENTO N° 03, DE 2006 – CAS** "Requer a realização de Audiência Pública em reunião conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência com vistas a tratar das questões atinentes à "PROIBIÇÃO DO DESCONTO EM FOLHA DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL", convidando o Ministro de Estado do Trabalho, os Presidentes das Centrais Sindicais, o Toninho do DIAP, e outros a serem definidos pela própria Subcomissão". **Autor:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **Item 17 EXTRA-PAUTA – REQUERIMENTO Nº 04, DE 2005 – CAS** "Requer a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das questões atinentes à "APOSENTADORIA E PENSÕES", a se realizar em reunião conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, convidando, o Ministro de Estado da Previdência Social- Nelson Machado, o Presidente da COBAP, o Presidente do MOSAP, o Toninho do DIAP, o Presidente da ANFIP e outros a serem definidos pela própria Subcomissão. **Autor:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **Item 16 EXTRA-PAUTA – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, DE 2005.** "Dispõe sobre a duração do trabalho dos farmacêuticos". **Autor:** Deputado José Carlos Coutinho. **Relator:** Valdir Raupp. **Parecer:** Favorável. **Resultado:** Concedido Vista ao Senador Flexa Ribeiro. **Item 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, DE 2005 – COMPLEMENTAR.** "Dispõe sobre a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos segurados portadores de deficiência filiados ao Regime Geral da Previdência Social, conforme determina o § 1º do art. 201 da Constituição Federal". **Autor:** Senador Flávio Arns. **Relator:** "ad hoc" Senador Eduardo Azeredo. **Parecer:** Favorável. **Resultado:** Aprovado. Às 10:55 horas a reunião foi suspensa por 03 minutos e teve seu reinicio às 10:58 horas. **Item 19 EXTRA-PAUTA – REQUERIMENTO Nº 44, DE 2005 – CAS** "Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para instruir a apreciação do Projeto de Lei do Senado n° 451, de 2003, que *dispõe sobre o exercício de profissões de saúde por estrangeiros em áreas carentes desses profissionais*". **Autor:** Senador Mão Santa. **Resultado:** Aprovado. **Item 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 2005.** "Cria Sistema Especial de Inclusão Previdenciária" **Autor:** Senador Rodolpho Tourinho. **Relator:** Senador Eduardo Azeredo. **Parecer:** Favorável. **Resultado:** Aprovado com 12 votos favoráveis. **Item 14 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, de 2003** "Altera o artigo 29 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, e revoga os artigos 3º, 5º, 6º e 7º da Lei 9.876, de 26 de novembro de 1999, modificando a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social" **Autor:** Senador Paulo Paim. **Relator:** Senador Mão Santa. **Parecer:** Favorável. **Resultado:** Aprovado com 11 votos favoráveis. **Item 11 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, de 2005** "Institui gratificação de adicional por tempo de serviço aos empregados em geral". **Autor:** Senador Antônio Carlos Valadares. **Relator:** Senador Paulo Paim. **Parecer:** Favorável com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Concedido vista ao Senador Flexa Ribeiro. Os demais itens da Pauta 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12 e 13 foram adiados. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores: Antônio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Flávio Arns, Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Rodolpho Tourinho, Sibá Machado, Romeu Tuma, Marco Maciel e Mão Santa. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e quatorze minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **Antônio Carlos Valadares,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da Reunião anterior. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Comunico à Casa, -- um instante, Senador Valdir Raupp, daqui há pouco -- que essa Comissão aprovou o Requerimento de convocação do Ministro da Educação para debater conosco sobre o FUNDEB, que é o Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Entretanto, nós consideramos que o Ministro da Educação, já tendo passado na Comissão de Educação e, posteriormente, irá debater na Comissão de Justiça onde essa matéria vai ser votada e apreciada. Quero crer que a presença do Senhor Ministro nessa Comissão retardaria, sem dúvida alguma, o andamento da matéria e esse não é o nosso objetivo. Sendo assim, eu submeto à apreciação desta Comissão a seguinte deliberação: Que o Ministro da Educação seja dispensado de sua presença nessa Comissão e que os membros que, por acaso, se interessem de participar de algum debate na Comissão de Justiça, não há, nem, qualquer impedimento, mesmo, como membro da Comissão de Justiça, sem ser membro da Comissão de Justiça, os Senhores Senadores e as Senhoras Senadoras têm o direito de participar dos debates de qualquer Comissão. Sendo assim, eu submeto à apreciação, desta Comissão, no sentido de que o Requerimento que foi apresentado por mim e pelo Senador Cristovam Buarque, não seja levado em consideração e que nós possamos ouvir o Senhor Ministro na Comissão competente que trata da matéria que é a Comissão de Justiça. Os Senhores Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Senador Valdir Raupp com a palavra V. Exª.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Senhor Presidente, eu sou Relator do -- não está pauta, queria pedir uma extrapauta, se possível -- do Projeto de Lei que veio da Câmara dos Deputados, nº 113/2005 e PL 06459/2002, na origem, que dispõe sobre a duração do trabalho dos Farmacêuticos, já está há algum tempo debatendo, teve Audiências Públicas, entendimento entre o Conselho Federal de Saúde e de Farmácia, houve entendimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Como não se trata de matéria terminativa, já que vem da Câmara, essa proposição, o Requerimento de V. Exª. será atendido no decorrer dessa Sessão.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Obrigado. Senhor Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E há um Requerimento, de autoria do Senador Flávio Arns, pedindo realização de Audiência Pública para abordar regulamentação do exercício profissional da Acupuntura e a criação do Conselho Federal de Acupuntura. Então eu, antes de submeter esse Requerimento à votação, eu passo a palavra ao seu autor, o eminente Senador Flávio Arns, para fazer a devida justificação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Existe o Projeto, em tramitação no Senado Federal, objetivando regulamentar essa área. E não tanto até, também a questão do Conselho, mas a gente sabe que já existem decisões judiciais de que a iniciativa para a criação do Conselho seria do Executivo, mas, de qualquer forma, discutir esse assunto. E Acupuntura é uma área que vem tendo, cada vez mais, adesões no Brasil, inclusive o Sistema Público de Saúde já vem permitindo que a Acupuntura tenha o seu espaço, também, no sistema de Saúde. Profissionais, assim, muito qualificados, vêm exercendo essa profissão no Brasil, nada melhor, então, do que pensarmos na regulamentação dessa área e fazermos um debate, convidando profissionais dessa área, profissionais do Ministério da Saúde, alguém indicado pelo próprio Relator da matéria, para que possamos, assim, criar um juízo de valor mais adequado sobre essa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V. Exª. o Projeto a que se refere, o autor desse Requerimento, Senador Flávio Arns, é o PLS 480/2003, eu submeto à votação esse Requerimento. Os Senadores e as Senadoras que aprovam esse Requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado. O outro Requerimento é da autoria do Senador Paulo Paim. Ele pede realização de Audiência Pública com vistas a tratar das questões atinentes à proibição do desconto em folha da contribuição assistencial, no dia 27 de março de 2006, às 10 horas, a se realizar no âmbito da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, convidando as seguintes Autoridades: Ministro do Estado do Trabalho, os Presidentes das Centrais Sindicais e o Senhor Toninho do DIAP. Com a palavra o autor.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senhor Presidente, como é uma Audiência Pública para debater um tema que V. Exª. leu, acho que nem precisa discutir a matéria, se quiser botar em votação, para a gente --

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu só sugiro ao nobre colega e companheiro o seguinte: que, em se tratando da presença de um Ministro do Estado, que ele compareça à Comissão de Assuntos Sociais e V. Exª., nesse dia, presidirá, em nome da Comissão, eu terei muito prazer.

SENADOR PAULO PAIM: (PT-RS) – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Está bem assim?

SENADOR PAULO PAIM: (PT-RS) – OK, então. Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pode fazer a Reunião

Conjunta da Comissão e da Subcomissão e V. Exª. presidirá nesse dia com muito prazer. Eu irei recebê-lo, eu estarei recebendo o Ministro e, em seguida, passarei a coordenação dos trabalhos a V. Exª.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Obrigado Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Então, em votação o Requerimento com essa sugestão da Presidência da Comissão. Senhores Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Também da autoria do Senador Paulo Paim, o Requerimento que pede a realização de Audiência Pública; o Ministro do Estado da Previdência Social, Nelson Machado, Presidente da COBAP, Presidente da MOSAP, Senhor Toninho Diap, Presidente da ANFIP e outros a serem definidos pela própria Subcomissão. Então eu acho, Senador Paulo Paim, nós podíamos adotar a mesma sistemática do Requerimento anterior, ele seria convidado pela Comissão de Assuntos Sociais.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – [inaudível – 8:14:8] encaminhamento de V. Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – OK? Senhores Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Temos, agora, decisão não terminativa do Projeto de Lei da Câmara de nº 113/2005, que dispõe sobre a duração do trabalho dos Farmacêuticos, o autor, o Deputado José Carlos Coutinho, trata-se, então, de uma matéria oriunda da Câmara dos Deputados e o Relator é o Senador Valdir Raupp que se encontra presente e já tem um Parecer Favorável. Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para proferir seu Relatório.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Obrigado, Senhor Presidente. É submetido ao exame dessa Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 113/2005, que tem, por finalidade, assegurar aos Farmacêuticos a duração do trabalho normal não superior a 30 horas semanais. Na Câmara dos Deputados, a proposição mereceu aprovação das Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e Constituição Justiça e de Cidadania. Ao Projeto não foram apresentadas emendas até o momento. Da análise. É tradição em nosso direito laboral, observado o interesse social e a peculiaridade de determinadas profissões, a fixação de normas especiais para o seu exercício, levando em consideração o tipo de atividade, o desgaste que ela produz no indivíduo e os riscos que ela comporta. Assim o fez o Legislador ao dar tratamento especial quanto à duração da jornada semanal de trabalho a várias categorias de profissionais de saúde, haja vista as condições especiais em que se desenvolvem suas atividades. Em verdade, são esses os profissionais que se mais sujeitam à fadiga física e psicológica, eis que, no desenvolvimento de suas funções, têm uma parcela significativa de responsabilidade na conservação da vida e saúde das pessoas. Por isso, tiveram sua jornada de trabalho reduzida; aos Médicos, 20 horas semanais e alguns de seus auxiliares, Auxiliar Laboratorista e Radiologista, os Técnicos em Radiologia, 24 horas semanais e os Fisioterapeutas e os Terapeutas Educacionais, 30 horas semanais. Enfatiza-se, também, que a medida para a proposta é extremamente necessária para o aperfeiçoamento e a atualização constante do Farmacêutico, dada a velocidade com que se processam os avanços científicos à sua área de conhecimento. O Projeto é, portanto, meritório pois, da mesma maneira que os demais integrantes da área de saúde, os Farmacêuticos também estão sujeitos à situações estressantes de trabalho, o que justifica a redução da jornada de trabalho desses profissionais para 30 horas semanais. Diante das várias manifestações, todas legítimas, ressalta-se encaminhar... ressalta-se, encaminhadas a esse Relator, promoveu-se uma Audiência entre as partes interessadas, que contou com a presença de representantes do Conselho Federal de Farmácia, do Conselho Nacional de Saúde, da Associação Brasileira de Medicina de Grupo; também foram ouvidas a Confederação Nacional do Comércio, a Federação Nacional dos Farmacêuticos e o Comando da Marinha do Brasil. A preocupação era com a manutenção do equilíbrio entre capital e trabalho, tendo em vista que a nova jornada poderia causar impacto significativo nas despesas com pessoal, pois exigirá novas contratações. Restou comprovado, das audiências e oitivas, que existe suficiente oferta de novos profissionais para suportar o aumento da demanda. Obteve-se, das partes interessadas, o compromisso formal sobre a fixação de carga salarial compatível com a nova carga horária quando da realização de novos acordos e Convenções Coletivas de Trabalho. Do voto, Senhor Presidente. Pelas razões expostas opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 113/2005. É o Parecer, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para discutir o Projeto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, eu gostaria de pedir vista do Processo para analisar junto com o Relator, face que eu recebi, no Gabinete, alguns e-mails e documentos para pudéssemos fazer uma discussão e uma análise mais aprofundada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Vista concedida a V.

Exª., na forma regimental. O Item 1 da pauta, trata-se de uma decisão não terminativa, é o Projeto de Lei do Senado nº 358/2005, Complementar, que dispõe sobre a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos Segurados portadores de deficiência, filiados ao Regime Geral da Previdência Social, conforme determina o § 1º, do art. 201, Constituição Federal. Autor Senador Flávio Arns. Relator é a Senadora Lúcia Vânia. O Senador Eduardo Azeredo assumirá essa responsabilidade, do Relatório, no lugar da Senadora Lúcia Vânia, como Relator *ad hoc*. Agradeço a V. Exª., Senador Eduardo Azeredo. Pode fazer a leitura.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MB) – Senhor Presidente, o Projeto do Senador Flávio Arns vem disciplinar condições especiais para portadores de deficiência, no que tange à aposentadoria da Previdência. Prevê a possibilidade de se aposentar por idade aos 55 anos de idade, se homem, 50, se mulher, desde que tenha no mínimo 180 contribuições na Previdência Social, no caso de ter sido inscrito, na Previdência após 24 de julho de 91. Para os que se inscreveram antes dessa data, o número mínimo de contribuições varia de 60 a 180, a depender do exercício em que acontece o implemento das condições para aposentadoria. O PLS 358 dá, também, possibilidade ao portador de deficiência de se aposentar por tempo de contribuição, nesse caso exige-se 25 anos de trabalho na condição de deficiente. Tanto na aposentadoria por idade quando na por tempo de contribuição existem regra de transição para o caso de o segurado ter adquirido a deficiência no decorrer de sua vida laboral. Na hipótese da legislação previdenciária federal ser mais vantajosa do que a presente proposta, fica assegurado, ao portador da deficiência, o direito à primeira. A aposentadoria constituirá na totalidade de salário e benefício, será apurado pela média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo. O Fator Previdenciário só será aplicado se resultar vantagem extra à pessoa com deficiência. Por fim, a proposição prevê que, ao portador de deficiência aposentado, que necessite de assistência de terceiros, será devido um acréscimo de 25% do valor de seu benefício. Não houve apresentação de emendas durante a tramitação do Projeto e o Relatório da Senadora Lúcia Vânia, que tenho a honra de aqui, nesse momento, como Relator *ad hoc*, proferir, é um Relatório que aprova, integralmente, o Projeto. É importante lembrar que essa questão foi discutida durante o período da discussão da Reforma Previdenciária, aqui no Congresso e ficou acertado, inclusive com os órgãos do Governo, com o próprio Ministro da época que era o Ministro Berzoini, que haveria, realmente, condição especial para as pessoas com deficiência se aposentarem. De maneira que o Projeto do Senador Flávio Arns, que está sempre atento às questões das pessoas com deficiência, é um Projeto que vem regulamentar o que tinha sido acordado na Reforma da Previdência. O voto, Senhor Presidente, é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir a proposição da autoria do Senador Flávio Arns, coloco em votação. Senhores Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado, por unanimidade. O segundo Item é uma proposição da autoria do Senador Tourinho, que cria o Sistema Especial de Inclusão Previdenciária. Essa proposição, notadamente, como se trata de um dia especial, dedicado a homenagear a mulher, internacionalmente, desde ontem que essa Casa se debruça sobre essa homenagem merecida às mulheres e esse Projeto concede aposentadoria à dona-de-casa, finalmente às pessoas que, ganhando até dois Salários Mínimos, possam obter o benefício especial da Previdência Social. Como não há número, não há *quorum* adequado para sua votação, pelo menos nós iniciaremos a discussão da matéria pedindo ao nobre Relator, Senador Eduardo Azeredo, que faça a leitura do seu Parecer. É o Item 2, Projeto de Lei do Senado nº 318 de 2005, do Senador Rodolpho Tourinho.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MB) – Senhor Presidente, Senhores Senadores, esse é um Projeto que tem uma importância muito grande. Ainda ontem, na Tribuna do Senado, tanto o Senador Tourinho quanto eu, nós pudemos falar sobre a sua importância e a homenagem que a sua aprovação significa para as mulheres, em especial, já que ontem foi o Dia Internacional da Mulher. O Projeto de Lei 318 de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, cria o Sistema Especial de Inclusão Previdenciária. Para criar o referido Sistema, o PLS 318 propõe alterações nas Leis 8212 e 8213, ambas de 1991, acrescendo três Parágrafos no seu art. 21 da Lei 8212 de 91, dispondo que contribuinte individual com renda mensal de até dois Salários Mínimos ou que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado e, também, do segurado facultativo sem renda própria, que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertença a família de baixa renda, ambos terão alíquota de contribuição de 11% sobre o valor correspondente ao limite mínimo mensal do salário de contribuição desde, ainda, que optem por não terem direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição. Se, posteriormente, o beneficiário desejar que o tempo em que passou nesse sistema especial valha para obten-

ção de aposentadoria por tempo de contribuição ou contagem recíproca do tempo de contribuição entre Regime Previdência Social e o Regime Previdenciário dos Servidores Públicos, deverá complementar sua contribuição mensal, mais 9%, acrescido de juros de mora. Essas alterações foram necessárias para que a legislação do Plano de Benefícios ficasse harmonizada com o Plano de Custeio da Previdência Social. Ainda de relevância de mencionar que dessa maneira fixou-se que são necessárias 10 contribuições mensais para usufruir o Auxílio Doença e Aposentadoria por Invalidez, em termos de carência. E 144 contribuições mensais, no caso da aposentadoria por idade e aposentadoria especial e, ainda, oito contribuições mensais para a carência do Salário Maternidade. Os Artigos 5º e 6º do PLS 318/2005 estipula que os efeitos decorrentes da aprovação desse Projeto acontecerão a partir do primeiro dia do exercício subseqüente àquele que o Poder Executivo estimar a conseqüente renúncia fiscal e tomar as medidas de forma a cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. O Projeto é extremamente justo, é um Projeto de interesse social muito grande e incluindo, no Regime Geral de Previdência Social, um... eu diria mais de... não são milhares, são milhões de pessoas, talvez, que, atualmente, não contam com qualquer tipo de proteção social e que passarão a ter essa chamada 'aposentadoria da dona-de-casa' como mais comumente é conhecida. Essas pessoas serão novos contribuintes que vão se filiar à seguridade social e que, portanto, aumentariam, até, a receita da Previdência no primeiro momento. O Projeto não recebeu emendas e é, portanto, extremamente positivo e, em vista das considerações apresentadas, sou pela aprovação do Projeto de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, Projeto 318/2005, que cria a aposentadoria para a dona-de-casa, em especial, mas que está dentro de um Projeto que cria um Sistema Especial de Inclusão Previdenciária.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em discussão a matéria. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Antônio Carlos Valadares, Senhores Senadores. Ontem eu tive oportunidade, já, de fazer um pronunciamento, parabenizando o autor, Senador Rodolpho Tourinho, Relator, Senador Eduardo Azeredo, por esse importante Projeto. Como já bem disse o Relator, o autor, ele aborda um tema da maior importância que é a atenção do sistema previdenciário, a inclusão no sistema previdenciário das donas-de-casa. E ontem, como se comemorou o Dia Internacional da Mulher e o autor, tanto o autor como o Relator, tiveram a oportunidade de ir à Tribuna do Senado fazer uma exposição sobre o Projeto. Eu quero, aqui, antecipar o voto favorável e parabenizar o Senador Rodolpho Tourinho, Senador Eduardo Azeredo e parabenizar as milhares de donas-de-casa, milhões de pessoas que vão ser beneficiadas com essa inclusão no Sistema Previdenciário Brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Com a palavra o autor, Senador Rodolpho Tourinho.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Senhor Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, eu acho que as grandes questões da mulher, da mulher brasileira, têm que ser discutidas aqui no Senado, tem que ser encaminhadas e, sempre, resolvidas. Eu quero até voltar a agradecer a V. Exª. a compreensão e cooperação, a compreensão que teve e a cooperação que deu, para que pudéssemos realizar, na Bahia, na sede do Ile Aie, um bloco afro, bloco de Carnaval, mas com a sede muito grande, no coração negro de Salvador, de uma Audiência Pública sobre o estatuto da igualdade racial, Senador Paulo Paim e que, naquele momento, ao realizar aquela Audiência lá, nós queríamos, exatamente, inserir a mulher brasileira, a mulher negra, dentro do estatuto da igualdade racial, que ela estava fora. E acho que aquele momento foi muito importante nessa visão, no meu entendimento de que o Senado deve ter participado dessa luta. Hoje há um segundo momento, que é a inserção da dona-de-casa da família de baixa renda no sistema previdenciário. Serão milhões de donas-de-casa que passarão a ter os benefícios da Previdência e benefícios que terão direito, mas com contribuição, não é uma coisa gratuita, é uma contribuição, como bem salientou o Relator, o Senador Eduardo Azeredo, é uma contribuição menor, é 11% ao invés de 20% e os prazos de carência também serão reduzidos em torno de 20% para gozar os benefícios. Terão direito a todos os benefícios previstos na legislação. Eu entendo que, nesse momento, até ontem estavam milhares delas aqui procurando uma solução para esse problema, para o problema da aposentadoria delas e essa solução que nós pudemos dar, aqui, hoje, porque já vinha caminhando, desde a aprovação da PEC Paralela. Isso nasceu da PEC Paralela, ela foi, digamos assim, extraída da PEC Paralela quando, na PEC Paralela, se permitiu que ocorresse esse fato que é a aposentadoria, possibilidade de aposentadoria, ou benefícios do sistema de seguridade às donas-de-casa de baixa renda e, também, para os trabalhadores de baixa renda definindo, aí, claramente, o que é família de baixa renda, definindo tudo. O Projeto é simples, é completo, no meu entendimento e queria agradecer ao Senador Eduardo Azeredo a compreensão que teve nesse Projeto, a competência com o que fez seu Re-

Senadora focando, exatamente, as questões principais que foram trazidos aqui e, acho, que num momento importante, no dia de que segue, ontem subimos à Tribuna duas três, aqui, falaram sobre, no Dia Internacional da Mulher, sobre a importância desse tipo de [illegible] forma, que eu queria agradecer, outra vez, a [illegible] são de V. Exª. e, também, a competência do Senador Eduardo Azeredo e o sempre incentivo que [illegible] recebido, também, do companheiro Flexa [illegible] também do Senador Flávio Arns. Muito obrigado, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu gostaria de enaltecer a iniciativa do Senador Rodolpho Tourinho ao apresentar essa matéria que vem ao encontro do atendimento de uma parcela ponderável da população brasileira que, por conta própria, toma conta de suas casas, que vive com suas famílias e que trabalha, diuturnamente, para manter e dar assistência às crianças, ao marido, ao irmão, à irmã que residem numa só casa. E o Senador Tourinho teve essa iniciativa sem criar privilégios odiosos, antes pelo contrário, concedendo direitos à dona-de-casa que hoje são negados, como, por exemplo, direito à Previdência Social. E essa Previdência será concedida pelo Estado brasileiro não de forma gratuita, não de forma privilegiada, mas através de uma contribuição de 11% a fim de que a dona-de-casa, depois de 12 meses de contribuição, tenha direito a tudo aquilo que a Previdência dá ao trabalhador, como... e limitando esse benefício às pessoas que estão por conta própria ganhando até dois Salários Mínimos. De modo que eu, no Dia Internacional da Mulher, que foi ontem, vários Senadores se posicionaram favoravelmente a essa matéria, entretanto devido à clara falta de *quorum*, e, se tratando de matéria terminativa, exigindo votação nominal, nós não pudemos colocá-la em votação, infelizmente. Entretanto nós, em face da homenagem que as mulheres estão recebendo agora, no Plenário do Senado Federal, seria até bom que alguns Senadores pudessem suspender um pouco da sua homenagem e viessem para cá, para a Comissão, que seria muito mais benéfico para as mulheres, as donas-de-casa. Entretanto, nós respeitamos a convocação do Congresso Nacional, que foi feita com antecipação, com esse objetivo e, por isso, que nós vamos suspender não apenas a votação desse Projeto, também a própria Sessão da Comissão de Assuntos Sociais, tendo em vista que muitos dos Senhores Senadores estarão presentes e desejam ocupar a Tribuna para falar a respeito da mulher brasileira, da mulher do mundo inteiro já que se trata de homenagem internacional. Está encerrada a --

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Senhor Presidente, só um instantinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – V. Exª. deseja falar?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Com muito prazer.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu pediria um favor a V. Exª., que a gente pudesse fazer um esforço aqui, muito grande, de encontrar alguns colegas que pudessem vir, rapidinho, para prestar essa votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Se V. Exª. se dispuser a isso. Eu aguardarei mais um tempo. De vez que nosso, nossas Secretárias, aqui, têm se esforçado com esse objetivo. Não há só homenagem à mulher que está sendo prestada, agora, no âmbito do Plenário do Senado. Algumas outras Comissões estão funcionando. O Senador, por exemplo, Romeu Tuma me mostrou uma relação de 11 compromissos aqui dentro do Senado, agora pela manhã. Então, assim como o Senador Romeu Tuma tem esses compromissos, outros Senadores integrantes dessa Comissão poderão ter as mesmas ocupações.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Certamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Mas, se V. Exª. se dispuser a falar uns dez minutos, enquanto aguardamos o número adequado de Senadores para a votação, V. Exª. tem a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Porque eu acho que, se a gente pudesse fazer um esforço, somos... o número de titulares é... Faltam quantos?

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Faltam quatro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Não, o Senador Sibá não é membro.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não, não sou membro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Então faltam cinco.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não sou membro. Eu acho que a gente poderia fazer um esforço, aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Se não fosse terminativa, nós podíamos votar, mas infelizmente.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Vamos distribuir, aqui, Presidente, ver se cada um aqui de nós

traz mais um, eu posso tentar mais dois, aqui. Vamos fazer um esforço, aqui. Aguarde um instante, aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – A nossa Secretaria está atuando com esse objetivo. Os demais Senadores poderiam, também, se esforçar com isso aí.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Wellington Salgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Já chegou mais um Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu suspendo a sessão por cinco minutos no aguardo de outros Senadores e Senadoras.

Sessão suspensa às10h55

Sessão reaberta às10h58

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Reabrindo a Sessão, eu gostaria de colocar em votação o Requerimento nº 44 de 2005-CAS, enquanto aguardamos a presença do Senador Paulo Paim e do Senador Valdir Raupp para complementarmos o *quorum*. O Senador Mão Santa requer realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para instruir a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 451/2003, que dispõe sobre o exercício de profissões de saúde por estrangeiros em áreas carentes desses profissionais. As entidades que deverão ser representadas são: Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional de Educação, Conselho Nacional de Imigração, Conselho Federal de Medina, Conselho Federal de Enfermagem. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir o Requerimento, submeto à votação. Senhores Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento do Senador Mão Santa pedindo a realização de Audiência Pública com os objetivos a que já me referi. Havendo número legal para a votação do Projeto de Lei do Senado nº 318 de 2005-CAS, nós colocamos, ainda, o mesmo Projeto em discussão. Senador Paulo Paim acaba de chegar, estava sendo aguardado. Senador Paulo Paim, estamos em fase de apreciação do Projeto de Lei nº 318 de 2005-CAS, que tem, como Relator, o Senador Eduardo Azeredo e como autor o Senador Rodolpho Tourinho e que trata, em resumo, dos direitos previdenciários especiais que serão concedidos às donas-de-casa. Aquelas pessoas que trabalham por conta própria na sua residência. O Senador Paulo Paim deseja dar alguma palavrinha antes da votação? Concedo a palavra, então, a V. Exª.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senhor Presidente. Eu abro mão de falar, pela importância do Projeto, acho que nesse momento a melhor homenagem às mulheres é não falar e votar. Até porque tem outros Projetos Terminativos que poderão ser apreciados, rapidamente, ainda hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O Senador Romeu Tuma, que é um --

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu endosso as palavras do Paulo Paim em homenagem --

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – -- que é homem interessado em todas as mulheres do Brasil...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – -- às mulheres. Eu acho que temos que votar, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em votação o Projeto de Lei nº 318/2005. Os Senhores Senadores que aprovam nominalmente, esse Projeto deverão manifestar-se dizendo sim, ou seja, de acordo com o Relator Senador Eduardo Azeredo. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Rodolpho Tourinho, não vota porque é... Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Mão Santa. Senador Mão Santa, sim, né? Senador, como vota V. Exª.?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Naturalmente sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Flávio Arns. Senador Paulo Paim. Sim. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu voto sim, V. Exª. disse que sou interessado nos assuntos de mulher, imagine se não fosse, estava expulso de casa.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Parabéns a V. Exª. por essa inclinação. Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PMDB-AP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Doze sim, aprovado por unanimidade. Parabéns.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Senhor Presidente. Pela ordem, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – V. Exª. com a palavra, Senador Rodolpho Tourinho.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Não posso deixar, Senhor Presidente, neste momento, de agradecer a V. Exª. a compreensão que teve, mas também a competência, para reunir todo o *quorum* necessário. Mas queria também agradecer ao Senador Sibá, que, não participando dessa Comissão, foi preponderante para obtenção do *quorum* num momento tão difícil. Hoje nós temos reunião do Congresso, temos a Audiência do FUNDEB, assunto extremamente importante, temos Relações Exteriores, nós temos N assuntos que estão sendo tratados. Não poderia deixar, também, de enaltecer a figura do Senador Sibá, pelo que propiciou na obtenção desse *quorum*.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senhor Presidente, eu tenho sempre ficado nessa Sessão do primeiro ao último Projeto em votação. Hoje nós estamos promovendo, na Comissão de Educação, está lá o MEC presente, um debate sobre o ensino profissionalizante. E eu tenho um Projeto que está na pauta, tenho diversos, mas tem um que é Terminativo, que tem uma simbologia muito grande para o conjunto dos trabalhadores brasileiros. Fizemos uma Audiência recentemente, aqui no Congresso, com a presença de todas as Centrais Sindicais, todas as Confederações, que se refere, também, à Previdência que é o Item nº 14 da pauta, que é a mudança no Fator Previdenciário. Eu faria um apelo, se nós poderíamos votar esse aqui e eu poder voltar, então, para a Comissão de Educação, sem prejuízo de, quando tiver votação de um outro Projeto, me comprometo de vir aqui e votar. Mas esse, para mim, eu faria um apelo, se pudesse inverter a pauta.

[**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** 00:38:30] Senhor Presidente, eu gostaria só de falar, fazer uma breve manifestação para cumprimentar, também, o Senador Rodolpho Tourinho pela iniciativa do Projeto e que ao final terminou aprovado por unanimidade o que bem demonstra a forma competente e fecunda com que ele está exercendo o mandato de Senador da República.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu quero aproveitar a oportunidade para agradecer, também, ao Senador Sibá Machado que chegou num momento certo, na hora certa e fez ver a alguns Senadores que a presença dele seria essencial para a aprovação da matéria. Em se tratando de um Senador de prestígio na bancada do Governo, só a presença de V. Exª. foi importante para garantir a presença de vários dos Senhores Senadores na votação dessa matéria.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, só um minutinho para cumprimentar o Senador Rodolpho Tourinho, ao Eduardo Azeredo e V. Exª. por, no dia que se comemora, nesse Congresso, o Dia Internacional da Mulher, podermos votar esse Projeto. V. Exª. raciocinou como um grande Governador que foi, de Sergipe, espero vê-lo, novamente, lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Muito obrigado a V. Exª. Primeiro gostaria de ver V. Exª. em São Paulo, como Governador. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) –... inversão de pauta para votarmos o Fator Previdenciário.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Paulo Paim nós temos dois Projetos Terminativos, aliás, temos vários Terminativos, agora nós temos o Item 11, onde V. Exª. é o Relator e por coincidência o autor, Senador Antônio Carlos Valadares, o Projeto de nº 267 --

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Se V. Exª. concordar, faríamos as duas inversões.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Exatamente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Votamos o 14, que o Senador Mão Santa tem que sair e eu me comprometo de votar o seu.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Vamos votar o 14 e, em seguida votaremos o nº 11.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – E eu fico aqui para relatar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Submeto essas duas sugestões à Comissão, sendo os Senadores que aprovam, que permaneçam como se encontram. Aprovado. Item 14, primeiro lugar, que é o Projeto de Lei Terminativo nº 296/2003, que altera o art. 29 da Lei nº 8213, modificando a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social. O autor, Senador Paulo Paim. Relator, Senador Mão Santa, a quem concedo a palavra nesse momento.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-GO) – Senhor Presidente, o Paulo Paim, para nós aqui, no País, significa o Martin Luther King, tudo que vem dele vem para libertar e corrigir as injustiças. Então é submetido à análise dessa Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa, o projeto do Senador Paulo Paim. Objetivo: Se alterar a Lei de Benefício da Previdência Social para que o cálculo do salário de benefício seja feito pela média aritmética simples de todos os salários-contribuição dos meses imediatamente anteriores ao afastamento da atividade, ou data da entrada do Requerimento, até o máximo 36, apurados em período não superior a 48 meses. Trata-se de fato, de substituição do cálculo que incluiu o denominado Fator Previdenciário, como modalidade que considere as últimas contribuições somente. Em defesa de sua proposição o autor afirma que [interrupção de áudio – 00:42:05] calculado com utilização da expectativa média da vida para ambos os sexos, foi introduzido com o objetivo de conter as despesas com benefícios da Previdência Social, embora o argumento utilizado para a sua aprovação tenha sido a necessidade de adequar o sistema previdenciário aos impactos atuarial e [inaudível – 42:30:6] democrata, dessa forma promover-se-á redução do valor das aposentadorias ou retardamento de sua concessão. Dentro dos efeitos negativos do Fator Previdenciário a justificação da proposta destaca a punição aos trabalhadores que começaram a trabalhar cedo, via de regra, trabalhadores de baixo rendimento. Esses, certamente, não têm razões para postergar o início dos benefícios eis que são remotas as chances de que eles obtenham a prestação previdenciária continuada maior à queda do salário mínimo. Depois fizemos a análise, aí o voto: Em face das razões de mérito expostas e da inexistência de impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 296 de 2003, com louvor.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senhor Presidente, eu abro mão da minha fala pela urgência de votar outros Projetos Terminativos, os Senadores estão presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em votação nominal. Senador Rodolpho Tourinho.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Mão Santa. Favorável. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PMDB-AP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO: Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Eduardo Suplicy não está. Não está presente, mas deixou o voto consignado. E o Senador Marco Maciel também deixou.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Aprovado com onze votos favoráveis.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Obrigado, Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Parabéns a V. Exª. --

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – --pela forma rápida que V.Exª conduziu tão importante votação, e a todos Senadores, o Senador Mão Santa foi o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Encontram-se presentes, participando, como assistentes especiais nessa Comissão, além de outras Autoridades, o Doutor José Sérvulo Sampaio Nunes, do Conselho de Medicina do Estado de Sergipe e o Doutor Henrique Batista, do Conselho Federal de Medicina, dois grandes e eminentes Médicos do nosso Estado, que nos honram com suas presenças nessa Reunião histórica onde nós homenageamos a mulher brasileira, dona-de-casa. Agradeço a Vs. Exas. presenças tão marcantes nessa reunião. O Item 11 é o Item que trata, é o PLS 267 de 2005, que trata da gratificação de adicional por tempo de serviço aos empregados em geral. O Senador Flexa Ribeiro esteve aqui ao meu lado, há poucos instantes e fez uma ponderação, de vez que a Confederação Nacional da Indústria deseja participar do debate dessa matéria. E o Relator é o Senador Paulo Paim, então eu gostaria de saber da opinião de V. Exª. se nós podemos conceder vista ao, não? Podemos conceder vista --

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com certeza, meu parecer é favorável, mas, se assim o Plenário entender, o pedido de vista, vamos debater a matéria --

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Podemos conceder vista ao Senador Flexa Ribeiro, --

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Mas digo, de antemão, que o meu Parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – -- que é um companheiro dedicado a esta Comissão, que vai estudar, de forma aprofundada, também, essa matéria para nos ajudar a aperfeiçoar a mesma, com a participação de todos os segmentos sociais do nosso País. Concedo vista, portanto, na forma regimental, ao Projeto de Lei nº 267 de 2005, mas antes eu queria ouvir o pedido de Senador Flexa Ribeiro, que nós não ouvimos o pedido. Antecipei apenas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senhor Presidente. Eu quero agradecer a atenção de V. Exª. no atendimento ao pedido de vista do Projeto, para que nós possamos aprofundar a discussão. Vou diligenciar a reunião para que, já na próxima Reunião da Comissão nós possamos discutir e colocar em votação o Projeto de vossa autoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu agradeço a V. Exª. Senador Flexa Ribeiro, aqui todos os Senadores, nesta Comissão, têm direito não apenas a opinar, conforme o Regimento, também pedir vista, porque o nosso objetivo é que as matérias que saiam daqui não recebam qualquer rejeição da sociedade brasileira, antes pelo contrário, tenham o consenso da sociedade.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Agradeço a atenção de V. Exª. e a Presidência de forma democrática.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Encerrada essa sessão, convocada outra para a próxima semana.

(Sessão encerrada às 11h14)

Ata da Terceira Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 16 de março de 2006, quinta-feira, às 9:30 horas.

Às dez horas e quarenta e um minuto, do dia dezesseis de março de dois mil e seis, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **MARCO MACIEL, JONAS PINHEIRO, MARIA DO CARMO ALVES, RODOLPHO TOURINHO, FLEXA RIBEIRO, LÚCIA VÂNIA, LUIZ PONTES, VAUDIR RAUPP, SÉRGIO CABRAL, FLÁVIO ARNS, PAULO PAIM, PATRÍCIA SABOYA GOMES, AUGUSTO BOTELHO, HERÁCLITO FORTES, DEMÓSTENES TORRES, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, WELLINGTON SALGADO, GERSON CAMATA, MORAZILDO CAVALCANTI, CRISTÓVAM BUARQUE.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando sua ausência o Senador Teotônio Vilela Filho. O Presidente, Senador Antônio Carlos Valadares declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senador comunica que o item 01, PLC 113 DE 2005, fica retirado de pauta para leitura de requerimento perante a Mesa, de audiência preliminar da Comissão de Assuntos Econômicos. Passa-se à apreciação dos itens da pauta. **EXTRA-PAUTA – REQUERIMENTO N° 05, DE 2006 – CAS,** "Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com vistas a tratar das Questões atinentes a "GRIPE AVIÁRIA", com desdobramento na mortalidade e "PANDEMIA" mundial, bem como seus reflexos no agravamento das questões socioeconômicas mundial e especificamente no Brasil". Convidando as seguintes autoridades: Ministro de Estado da Saúde, Ministro do Trabalho – Exmo. Sr. Luiz Marinho, e outros a serem definidos pela própria Comissão. **Autores:** Senador Paulo Paim

e Senador Antônio Carlos Valadares. **Resultado:** Aprovado. **EXTRA-PAUTA – REQUERIMENTO Nº 06, DE 2006 – CAS** "Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal com vistas a promover amplo debate a respeito da Gripe Aviária e suas Prováveis conseqüências para o Brasil". Convidando as seguintes autoridades: Sr. José Agenor Álvares da Silva, Secretário Executivo do Ministério da Saúde (MS) e Coordenador Interministerial "Pandemia da Influenza", Sr. Jamil Gomes de Souza – Diretor do Departamento de Saúde Animal, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Sr. Ricardo Gonçalves – Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos (ABEF), Dr. Paulo Marchiori Buss – Presidente da Fundação Oswaldo Cruz e Membro-Titular da Academia Nacional de Medicina. **Autores:** Senador Papaléo Paes, Senador Paulo Paim, Senador Cristovam Buarque e Senador Antônio Carlos Valadares . **Resultado:** Aprovado. **Item 1– PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, DE 2005.** "Dispõe sobre a duração do trabalho dos farmacêuticos". Autor: Deputado José Carlos Coutinho. **Relator:** Valdir Raupp. **Parecer:** Favorável. **Resultado:** Retirado de pauta para atender leitura de Requerimento de audiência preliminar da Comissão de Assuntos Econômicos. **Item 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2005** – "Altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida". **Autora:** Deputada Ann Pontes e outro(s) Sr(s) Deputados. **Relator:** Senador Valdir Raupp. **Parecer:** Favorável. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame a pedido do relator. **Item 13 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, de 2005.** "Altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente". **Autor:** Senador Papaléo Paes. **Relator:** Senador Augusto Botelho. **Resultado:** Aprovado com 11 votos. **Item 12 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 454, DE 2003.** "Dispõe sobre a jornada, condições de trabalho e piso salarial dos técnicos e auxiliares de enfermagem e dá outras providências". **Autor:** Senador Gerson Camata. **Relator:** Senador Valdir Raupp. **Parecer:** Favorável com cinco emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame a pedido do relator. **Item 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, de 2003** "Altera o § 2º do artigo 18 e o artigo 122 da Lei nº 8213, de 24 julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências, restabelecendo as regras originalmente asseguradas aos aposentados que permanecem ou retornam à atividade sujeita ao Regime Geral da Previdência Social" **Autor:** Senador Paulo Paim. **Relatora:** Senadora Lúcia Vânia. Parecer: Favorável com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame a pedido da relatora. **Item 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, de 2003** "Dá nova redação ao artigo 134 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, para alterar o critério de concessão de férias, e dá outras providências.". **Autor:** Senador Sérgio Zambiasi. Tramitando em conjunto com o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, de 2005** "Altera o artigo da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. ("As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período nos 12 (doze) meses subseqüentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito"). **Autor:** Senador Paulo Paim e com o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, de 2005** "Revoga o § 2º do art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Extingue a proibição de concessão do parcelamento de férias aos trabalhadores menores de 18 (dezoito) e maiores de 50 (cinqüenta) anos de idade". **Autor:** Senador César Borges. **Relator:** Senador Flexa Ribeiro. **Parecer:** Favorável ao PLS 116/2003 na forma do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição do PLS 62/2005 e do PLS 88/2005. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame a pedido do relator .**Item 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, de 2003** "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para proibir a atribuição de destaque às declarações de qualidades e de características nutritivas, tanto nas embalagens quanto na publicidade de alimentos" **Autor:** Senador Tião Viana. **Relator:** Senador Flexa Ribeiro. **Parecer:** Contrário. **Resultado:** Concedido vista ao Senador Paulo Paim. **Item 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, de 2002** "Altera o artigo 12 da Lei nº 9656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para acrescentar, entre as exigências mínimas dos planos que incluírem internação hospitalar, a cobertura de despesas com cirurgia e transporte de órgãos destinados a transplante". **Autor:** Senador Carlos Bezerra. **Relator:** Senador Demóstenes Torres. **Parecer:** Favorável na Forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado com 11 votos. **Item 11 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, de 2005** "Institui gratificação de adicional por tempo de serviço aos em-

pregados em geral". **Autor:** Senador Antônio Carlos Valadares. **Relator:** Senador Paulo Paim. **Parecer:** Favorável com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do relator, para reexame. **EXTRA-PAUTA – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000.** "Que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistemas de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica". **Autor:** Deputado Freire Junior. **Relatora:** Senadora Lúcia Vânia. **Parecer:** Favorável. **Resultado:** Aprovado com 11 votos. **EXTRA-PAUTA – REQUERIMENTO Nº 07, DE 2006 – CAS** "Requer a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar das negociações relativas à participação acionária da PETROBRÁS na Braskem e a entrega de ativos da PETROBRÁS no Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul, no dia 24 de março, às 14:00 horas". Convidando as seguintes autoridades: Chefe da Casa Civil da Presidência da República, ou representante, Ministro das Minas e Energia, Presidente da PETROBRÁS, Presidente da PETROQUISA, Representante da BRASKEM, Diretor Superintendente da Ipiranga Petroquímica, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul. **Autor:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. Os demais itens da Pauta 4, 6, 8, 10 foram adiados. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores: Antônio Carlos Valadares, Paulo Paim, Valdir Raupp, Augusto Botelho, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Romeu Tuma, Welligton Salgado, Demóstenes Torres. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo,** Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **Antônio Carlos Valadares,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Comunico que o item 1, do PLC 113/2005, fica retirado de pauta para a leitura do Requerimento perante a Mesa de audiência da Comissão de Assuntos Econômicos.

Requerimento em pauta. De autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com vistas a tratar das questões atinentes à gripe aviária, com desdobramento na mortalidade e pandemia mundial, bem como, seus reflexos no agravamento da questão socioeconômica mundial, especificamente no Brasil. Convidando as seguintes autoridades, Ministro do Estado da Saúde, Ministro do Trabalho, o Exmo. Sr. Luiz Marinho e outros, a serem definidos pela própria Comissão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento da autoria dos Senadores Papaléo Paes, Paulo Paim, Cristovam Buarque e Antônio Carlos Valadares. Que requer a realização da Audiência Pública no âmbito da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com vistas a promover amplo debate a respeito da gripe aviária e suas prováveis conseqüências para o Brasil. A sugestão é que neste Requerimento ,, sejam convidadas as seguintes autoridades: José Agenor Alves da Silva, Secretário Executivo do Ministério da Saúde e Coordenador interministerial Pandemia da Influenza, Sr. Jamil Gomes de Souza, Diretor do Departamento de saúde animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Sr. Ricardo Gonçalves, Presidente executivo da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos e o Dr. Paulo Marchiori Buss, Presidente da Fundação Oswaldo Cruz e Membro titular da Academia Nacional de Medicina. Os Srs. Senadores--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) –--Que queiram discutir esta matéria... Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, eu havia entrado nessa Comissão com um requerimento pedindo essa Audiência Pública e, num segundo um momento, em conversa com o Senador Papaléo Paes, inclusive, no plenário, fizemos um entendimento de assinarmos, em conjunto, o mesmo requerimento. Então, eu quero dizer que esse requerimento, na mesma linha, foi aprovado também na Comissão de Direitos Humanos, já está aprovado lá, e, na mesma linha, a Comissão de Economia por iniciativa da Senadora Ideli e também com o nosso aval, naturalmente, pela proposta, também lá está sendo aprovado.

Então, a intenção seria fazer uma audiência conjunta das três Comissões, essa é a idéia, para discutirmos essa questão da gripe aviária. Se depender de mim, claro, sob a Presidência de V.Exª. junto com os outros dois Presidentes das Comissões, porque, de fato, Presidente, a situação é gravíssima, eu vou falar rapidamente. As exportações já decaíram 9%. O número de trabalhadores desempregados, nessa área, hoje já ultrapassa, rapidamente, a mais de duas mil pessoas no País.

Ainda temos, claro, o quadro mais grave, que é a situação das vidas, porque ninguém está livre, as revistas, os jornais dizem que em setembro ou outubro a gripe aviária chega no Brasil. Tomara que não chegue. Mas, nós queremos também que o Ministro da Saúde, Ministério da Indústria e Comércio, que o Ministro da Agricultura coloque a sua posição, preocupado com os produtores, com os trabalhadores e, na ordem inversa, de preferência, naturalmente, a vida. Aí nós precisamos analisar essa situação. Então, esse é o objetivo do requerimento, visando a debater o aspecto social, econômico e, naturalmente, das vidas, em relação a essa epidemia, ou pandemia, como alguns dizem, que é, infelizmente, uma realidade no mundo e que poderá ter repercussões muito sérias também no Brasil, já está tendo, pelo menos no aspecto social e econômico.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – De fato, Senador Paulo Paim, esta perspectiva, que eu considero avassaladora, de vir a gripe asiática para o Brasil, tem conseqüências imprevisíveis, no campo da economia, no campo social, da saúde pública. Conseqüentemente, nós sabemos que o Brasil, hoje, se no me engano, é o maior produtor, é o maior exportador de frangos para a China, por exemplo, para outros Países, para a Europa e, por via de conseqüência, eu acho que essa discussão é da mais alta importância, trazendo aqui autoridades como o Ministro da Saúde o Ministro do Trabalho, que trabalham de forma integrada para garantir a saúde e, ao mesmo tempo, o emprego, a geração de emprego e renda em nosso País. Esse fato, que está acontecendo em diversos Países, não só na Ásia. Já foi descoberto o vírus na Alemanha, na Europa e pode acontecer de vir para a América Latina e o Brasil pode ser atingido. Tomara que não seja, como diz V.Exª. Então, vamos discutir e tomar as medidas acautelatórias para, quem sabe, evitar que esse mal venha acontecer ao nosso País. Em votação o Requerimento. Os Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

O item 2 é a decisão não terminativa, o Projeto de Lei da Câmara nº 49 de 2005, que altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho. Aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio de jornada reduzida. O autor é a Deputada Ann Pontes e outros Srs. Deputados, o Relator é o Senador Valdir Raupp. Senador Valdir Raupp, V.Exª. já está com o parecer em mãos, eu gostaria que fizesse a leitura do mesmo.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu vou, a pedido do Senador Flexa Ribeiro, porque ainda há alguns questionamentos e querem discutir melhor do projeto. Eu vou, para que não sofra pedido de vista, como já sofreu, do Projeto de Lei das farmácias, eu vou pedir o adiamento do projeto, Sr. Presidente, para que seja votado em outra Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Vou atender ao requerimento de V.Exª. Fica adiada a matéria para o próxima Sessão. Senador Augusto Botelho, nós temos aqui o Projeto de Lei nº 124 de 2005, que é da autoria do Senador Papaléo Paes. É o item 13. Vamos fazer a inversão de pauta, e V.Exª., que é o Relator, se encontra presente, e eu gostaria que fizesse a leitura. Só a leitura para a discussão, se for a caso. Se algum Senador, por acaso se interessar, nós entraremos na uma discussão e a votação ficará num momento adequado *a posteriori*.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – É um Projeto de Lei do Senador Papaléo Paes, que restringe venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalente à do tráfico e distribuição de entorpecente.

Relatório. Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, este Relatório é um pouco extenso, porque o assunto é um assunto é muito delicado, e eu vou ter que esclarecer bem e vou ter que ler todo o Relatório. Bom, vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei nº 124/2005. A proposição determina que, pelo seu art. 1º, o acréscimo de parágrafo único ao art. 2º, da Lei 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências. O dispositivo inserido configura como crime punível, com pena de reclusão de três a quinze anos e pagamento de multa, a venda de medicamentos do grupo terapêutico dos esteróides ou peptídeos anabolizantes, em descumprimento com as disposições da Lei que pretende alterar. A Lei que se originar da proposição em comento, entrará em vigor na data de sua publicação, é o que determina o art. 2º do projeto. O projeto deverá ser apreciado pela CAS,

com decisão de caráter terminativo e registrando-se que não foram apresentadas Emendas.

Da análise. Os esteróides são lipídios, gorduras, que podem ser encontradas na natureza em plantas e animais. Esse grupo de substâncias inclui colesterol, números hormônios, precursores de vitaminas, ácidos biliares, álcoois e venenos. Álcoois orgânicos. Na linguagem médica, o termo esteróide por vezes é utilizado como sinônimo de corticosteróide, poderoso antiinflamatório hormonal utilizado para controlar os processos inflamatórios. No entanto, da prática do esporte, esteróides são sinônimos de esteróides anabolizantes ou, simplesmente, anabolizantes, que são substâncias dopantes utilizadas por atletas para melhorar o seu desempenho. Os esteróides e anabolizantes são hormônios naturais ou sintéticos que promovem o crescimento e divisão celular, gerando aumento da massa muscular. Testosterona é o exemplo mais conhecido de esteróides anabolizantes naturais. O uso e esteróides e anabolizantes é um problema de saúde pública, especialmente entre adultos jovens e esportistas. As reações adversas dessas substâncias são a elevação dos níveis pressóricos e do colesterol e, também, irritabilidade e agressividade, depressão, acne intensa, calvície precoce, impotência sexual e atrofia testicular. Em homens, podem ocorrer ginecomastia e, em mulheres, masculinização. Nos adolescentes, o uso desses produtos pode ocasionar uma parada prematura do crescimento ósseo, resultando em estatura baixa. Efeitos no coração, com o aumento da musculatura, podem aumentar o risco de doenças cardíacas. Alterações hepáticas crônicas, como o câncer, também podem ocorrer. Muitos desses efeitos colaterais são irreversíveis. Existem ainda, sintomas relatados com a abstinência dessas drogas, quando consumidas de forma indiscriminada. Além dos esteróides anabolizantes, existem também peptídeos compostos de aminoácidos anabolizantes.

No presente momento, a somatropina, um hormônio do crescimento, próprio para o tratamento do nanismo, que é o que gerava os anões, é o único peptídeo da lista dos anabolizantes que vem sendo usado irregularmente por atletas para aumentar a massa muscular. O risco associado ao consumo indiscriminado de anabolizantes foi reconhecido internacionalmente e pela legislação brasileira, que definiu as substâncias que necessitam de controle especial e os procedimentos para sua dispensação. O abuso dessas substâncias gerou, recentemente, internações hospitalares e mortes. No mês de setembro de 2004, foram internados seis jovens que moravam no município de Padre Bernardo, no Estado de Goiás. E que aplicaram a substância nandrolona, anabolizante de uso veterinário proibido no Brasil, vendido somente no mercado negro. Posteriormente, no Distrito Federal, outros dois adolescentes foram internados por reações adversas ocasionadas pelo uso indevido do medicamento ADE, um complemento vitamínico de uso veterinário. Em Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, mais dois casos graves foram registrados, associados ao consumo desses medicamentos. Em novembro do mesmo ano, mais 20 pessoas foram intoxicadas em João Pessoa, Estado da Paraíba, por anabolizantes, sendo registrada uma morte.

Vários outros casos de intoxicação, internação ou morte relacionadas ao uso de anabolizantes acontecem em todo o País, em número crescente. Vê-se que o problema do uso indevido do esteróides e anabolizantes é real e de magnitude ainda desconhecida, visto que muitos casos de intoxicação leve ou alterações crônicas, que não levam à morte imediata, não chegam ao conhecimento do público e das autoridades sanitárias.

Do ponto de vista técnico, os anabolizantes não se enquadram no conceito de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica. Como descrito no caput do art. 1º da Lei 6.368, de 21 de outubro de 1976. Assim, o comércio ilegal de substâncias anabolizantes não poderia ser reprimido pela citada lei, tampouco pelo art. 243 da Lei 8.069, de 13 de março de 99, do Estatuto da Criança e do Adolescente, por força do princípio da legalidade penal. Hoje, também seria discutível incriminar a venda irregular de anabolizantes à luz do art. 278 da Lei 2.848, de 7 de setembro de 40, do Código Penal, uma vez que a expressão "Substância nociva à saúde" tem gerado polêmicas jurisprudenciais. Até que ponto um medicamento pode ser considerado uma substância nociva à saúde? Pode o farmacêutico controlar a destinação final do produto?

Por outro lado, a venda de medicamento em desacordo com a receita médica é punida nos termos do art. 280 do Código Penal. Medicamento em desacordo com a receita médica, "art. 230: Fornecer substância medicinal em desacordo com receita médica. Pena: Detenção de um a três anos, ou multa. Modalidade culposa, a pena diminui. Parágrafo único: Crime culposo, apenas a detenção de dois meses a um ano".

A rigor, não há outra conclusão possível a venda de medicamentos sem receita médica nao constituir crime, porque o tipo penal acima transcrito fala apenas em fornecer substância medicinal em desacordo com a receita médica. Portanto, a criminalização específica da venda irregular de esteróide ou peptídeo anabolizante, como quer o PL 124/2005, do Senador

Papaléo, certamente contribuirá para o combate a essa prática.

No entanto, a proposição merece aprimoramento no sentido de assegurar consecução dos seus objetivos. A comparação do comércio ilegal de esteróides ao tráfico de substâncias entorpecentes, para efeito de nivelamento das penas, nos parece excessiva. É que os estragos causados pelas drogas na sociedade brasileira não podem sequer ser acompanhados em termos estatísticos àqueles provocados pelos anabolizantes, e por isso, a venda dessas substâncias merece um tratamento diferenciado pelo poder público. Nesse ponto vale a comparação com o art. 278 do Código Penal. Outras substâncias nocivas à saúde pública. "Art. 278. Fabricar, vender, expor a venda, ter em depósito para vender, ou, de qualquer forma, entregar a consumo coisa ou substância nociva à saúde ainda que não destinada à alimentação ou fim medicinal. Pena: detenção de um a três anos e multa. Modalidade culposa, se o crime é culposo, detenção de dois meses a um ano".

Deixar bem claro para as pessoas que estão ouvindo a Rádio Senado, que, no caso, culposo é quando a pessoa vende sem saber que está vendendo aquela substância. Ele tem que ser punido, porque vendeu sem saber, mas não pode ter a punição de um que vendeu sabendo que estava vendendo substância maléfica à saúde. O artigo citado refere-se a uma conduta equiparável à venda ilegal de anabolizantes, mas comina com uma pena menos rigorosa que é proposta pelo PL 124/2005. Isso demonstra a necessidade de atenuar a punição prevista no projeto. Sob pena de violação do princípio da proporcionalidade.

Abstraída a questão da razoabilidade da pena, o PLS em comento não previu a modalidade culposa, o que poderia evitar excessos punitivos. Imagine-se, por exemplo, o farmacêutico que, por esquecimento ou pela enormidade do número de medicamentos controlados, dispensa o medicamento cuja receita não contenha o endereço do paciente. Essa situação poderia suscitar a aplicação integral da pena de que trata o PLS, pois, no final das contas, houve descumprimento da lei. É necessário destacar, ainda, que muitos anabolizantes não têm registro no Brasil, entrando no mercado ilegalmente por meio do contrabando.

Assim, o acesso aos anabolizantes por parte de atletas, especialmente nas academias de ginástica, indica antes problemas com a comercialização ilegal do produto, que é a ausência de legislação sobre a matéria. Nas academias, vendas irregulares dessas substâncias ocorrem em casas agropecuárias, lojas de animais, por contrabando e pela internet. Outra questão obscura diz respeito à expressão "Para uso humano ou veterinário". A Lei 9.965, de 2000, não trata da venda de anabolizantes para uso veterinário, como poderia ocorrer. Então, não há venda irregular, se a própria lei em referência não disciplina a venda para tal uso. Entendemos que há a necessidade de um dispositivo para tratar, especificamente, dos casos de uso de produtos veterinários em humanos.

A fim de corrigir os problemas mencionados e aprimorar o projeto sob análise, oferecemos o substitutivo ao final deste projeto. Por fim, não há reparos a serem feitos à proposição, no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Voto. Em vista do exposto, considerando que o Projeto de Lei do Senado 124/2005 possui inegável mérito e atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, o voto é por a sua aprovação, na forma do seguinte substitutivo. "Altera a Lei 9.965, de 27 de abril de 2000, para criminalizar a venda ou distribuição ilegal de esteróides ou peptídeos anabolizantes. O Congresso Nacional decreta: art. 1º. A Lei 9.965, de 27 de abril de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2-A. Vender ou dispensar medicamento do grupo terapêutico dos esteróides ou peptídeos anabolizantes com inobservância do disposto nesta lei ou no seu regulamento. Pena: Reclusão de dois a cinco anos, e multa. Parágrafo 1º. Incorre nas mesmas penas quem: Ministra os medicamentos de que trata a *caput* quando adquiridos em desconformidade com esta lei. Inciso II. Vendo ou dispensa para consumo humano esteróides ou peptídeos anabolizantes destinados a uso veterinário. Se o crime é culposo, detenção de seis meses a dois anos, e multa. Esta lei entra em vigor em sua publicação". Este é o Relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em discussão. Eu passarei, em face da presença aqui do Senador Valdir Raupp, que é Relator do item 12, a determinar a fazer a leitura do Projeto de Lei nº 454 de 2003, que tem como autor o Senador Gerson Camata, o Senador Valdir Raupp, como Relator, que é favorável, com cinco Emendas. Eu peço a V.Exª., Senador Valdir Raupp, que proceda a leitura do Parecer.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, eu estou olhando aqui, esse projeto, de autoria do Senador Gerson Camata, ele é muito semelhante ao item um da pauta, que foi requerido pela Mesa para que seja enviado também à CAE, a Comissão de Assuntos Econômicos. Então, eu não sei como eu iria dar esse parecer, porque aqui a carga está 40 horas dos farmacêuticos, e no outro está 30 horas. E eu queria perguntar ao Presidente, se a Mesa requereu o projeto, o item 1, para que fosse enviado também à CAE, por que é que não pode ser votado aqui e depois

ser votado na CAE, o item 1. E aí ele prejudicaria parte do 12, do Senador Gerson Camata. Então, eu vou pedir também, já que os dois são muito semelhantes, que a gente possa adiar também o item 12, mas a pergunta fica feita. Por que a CAE pediu e por quê não pode ser votado aqui, sendo que não impede o envio dele para a Comissão de Assuntos Econômicos?

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Bom, a informação da nossa secretária é que a Comissão pediu, digo melhor, a Mesa pediu uma redistribuição. Exatamente. Redistribuição para a Comissão de Assuntos Econômicos, ou seja, audiência preliminar.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Seria analisado primeiro lá e depois voltaria para cá?

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Isso.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Está entendido. Obrigado, Presidente. Eu retiro também o item 12.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pois não. Pela Ordem, V.Exª.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Como disse o Senador Valdir Raupp, o item 12 da pauta, ele tem o mesmo objeto do item um da pauta. Se o item um foi redistribuído à CAE, esse 12 também deverá ser. Porque trata da questão da carga horária dos farmacêuticos. Um propõe seis horas e o outro propõe oito.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Na verdade precisa... Cada proposição existe, individualmente. Então é necessário--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Que haja a solicitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) –--Haver um Requerimento para que ele seja redistribuído.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Está ótimo. Obrigado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, eu sou Relator do item sete.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – É sobre esse item sete que nós estamos aqui conversando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – A Senadora Lúcia Vânia está presente? Então, vamos passar ao item sete, já que a nossa Relatora se encontra presente. É o Projeto de Lei nº 464 de 2003, da autoria do Senador Paulo Paim. O projeto altera o § 2º do art. 18 e o art. 122 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 91. Que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, e dá outras providências. Restabelecendo as regras originalmente asseguradas aos aposentados, que permanecem ou retornam à atividade sujeitos ao regime geral.

Antes de fazermos a leitura desse projeto, ou seja, do Relatório, eu gostaria de, em primeiro lugar, dar as boas-vindas ao Senador Luiz Pontes, do Estado do Ceará onde exerceu, com muito brilhantismo, com muita competência, o cargo de Secretário de Estado, convidado pelo Governador Lúcio Alcântara, V.Exª. está retornando à Casa para cumprir mais uma atividade, e considero importante aqui no Senado a sua presença, naturalmente que esta Casa se engrandece com o seu retorno. As nossas homenagens. Senadora Lúcia Vânia, com a palavra V.Exª.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, por solicitação do Governo, eu estou retirando... Gostaria de retirar o projeto de pauta, porque o Governo acena com a possibilidade de um acordo. Então, eu acredito que se nós pudermos fazer um bom acordo é melhor do que não vermos o projeto aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu atendo ao requerimento de V.Exª., mas antes, eu concedo a palavra ao autor, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Antônio Carlos Valadares, nosso Presidente, eu queria primeiro cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia pelo Relatório e a sensibilidade dela por esse tema, porque o projetinho é simples. O cidadão aposentado que voltar a trabalhar e se tiver um acidente que comprometa a sua vida laboral, a sua caminhada, a sua vida e ele ficar inválido, ele terá direito a aposentaria, mas terá que optar entre o benefício que ele tinha e a aposentaria no ato do acidente que o tornar inválido. Há uma sensibilidade junto ao Ministério da Previdência pelo projeto, e por isso é que nós concordamos, na íntegra, com a posição da Senadora Lúcia Vânia, que já tinha dado parecer ao projeto com uma Emenda que melhorou a qualidade e, no momento, vai fazer essa negociação junto ao Ministério da Previdência, que também está sensível, mas quer dialogar mais sobre o tema com vistas, não só a aprovar o projeto no Senado e na Câmara, como também à sanção do Presidente Lula. Por isso, meus cumprimentos à Senadora e à iniciativa do Governo de buscar uma certa negociata em cima do projeto. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Exª. Senador Flexa Ribeiro, nós temos o item nove, um pa-

recer de V.Exª. a ser apreciado, quanto aos Projetos de Lei nº 116 de 2003, 62 de 2005 e 88 de 2005. É o nº nove, na página 77. V.Exª. poderia, então, fazer a leitura do parecer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, o autor de um dos projetos, o de nº 62, o Senador Paulo Paim, ele fez um contato comigo agora da possibilidade de nós abrirmos uma negociação com o Governo que acena, da mesma forma como disse a Senadora Lúcia Vânia, para a possibilidade de um acordo no sentido de acelerar e aprovar os três projetos que tramitam, do Senador Paulo Paim, do Senador César Borges e do Senador Sérgio Zambiasi, que tratam do mesmo assunto. Então, o Senador Paulo Paim nos solicita que façamos essa reunião com o Governo para que, depois, retornemos com o processo para a pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Todo acordo que seja feito, entre esta Comissão e o Governo, com vistas a obter um consenso é importante e tem todo o nosso apoio.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – E é uma solicitação do Ministério do Trabalho, que está também sensível a esse tema que é dá uma melhor redação, que contemple o interesse do empregado e do empregador, na questão das férias. E a própria CNTI também está disposta a fazer essa conversa sobre o tema. Então, eu acho que é positivo esse adiamento, para uma posterior votação.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pela Ordem, V.Exª., Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu gostaria de ver a possibilidade, Sr. Presidente, de colocar o Projeto da Câmara nº 64/2000 como extra-pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Vamos, então... Agora nós já temos número para votar com a chegada de dois Senadores, o Senador Wellington Salgado e o Senador Romeu Tuma. Então, Senadora Lúcia Vânia, dentro em pouco eu atenderei o requerimento de V.Exª. para colocarmos em votação o Projeto de Lei da Câmara nº 64 de 2000. Este é o pedido de V.Exª. que será atendido nesta Sessão ainda hoje. Nós temos uma decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 124 de 2005. Altera o art. 2º da Lei 9.965, de 27 de abril de 2000. Que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes, e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível, com penas equivalentes à do tráfico ilícito de substância entorpecente. O autor é o Senador Papaléo Paes e Relator o Augusto Botelho, que já fez a leitura. Eu gostaria que V.Exª., Senador Augusto Botelho, fizesse um resumo, uma síntese do Relatório para os Senadores que acabaram de chegar.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Bom, o projeto é a respeito do uso de anabolizantes em seres humanos sem autorização e sem prescrição médica, que a lei anterior não deixava bem claro, não falava em anabolizantes, só falava em substâncias entorpecentes e em substâncias nocivas a saúde. E também, uma coisa muito comum que tem ocorrido agora ultimamente com essa história de academias, é a uso de medicamentos veterinários em seres humanos.

O projeto visa a criminalizar a venda ou a aplicação de medicamentos de uso veterinário, quer dizer, no caso, anabolizantes, em atletas, em pessoas, em seres humanos, inclusive porque têm ocorrido, desde 74 começaram a ocorrer algumas mortes associadas ao uso desses medicamentos, como também de internações hospitalares, em Estado grave, de pacientes que usaram indevidamente os peptídeos anabolizantes ou os lipídios anabolizantes. O projeto visa a fazer isso. E também dar uma pena para quem faz a coisa propositadamente, no caso, doloso e diferencia a pena para o caso dos culposos. É isso o que o projeto faz.

Eu apresentei o substitutivo para amenizar a pena, porque, de início, havia comparação entre a venda de anabolizantes e a venda de cocaína e não pode ser dessa forma. O anabolizante não vicia, não cria dependência, então, nós achamos que deveria haver uma diferenciação, mas que tem que ser punido mesmo com prisão, porque anabolizante mata. Não só mata, como provoca câncer, atrofia de testículo, doenças cardiovasculares, uma porção de doenças na pessoa. É esse o resumo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Continua em discussão o projeto. Senador Romeu Tuma, com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, hoje pela manhã quando eu [interrupção no áudio] vi que realmente havia esse projeto do Senador Papaléo Paes e relatado pelo Senador Augusto Botelho. Dois médicos, autor e Relator médicos. Nós temos acompanhado de perto, Senador Augusto Botelho, matérias que são inseridas na televisão, às vezes gravações sigilosas de escritórios ou de tipos de farmácias que vendem anabolizantes de forma irregular e jovens que desconhecem até se faz mal ou não, e são lojas, não sei nem como é que se chamam esses estabelecimentos comerciais, que vendem para animais e os jovens vão e compram, tomam indiscriminadamente, sem consultar ninguém e às vezes estimulados por academias. Por

academias. Eu não sei se há punições às academias que vendem esses anabolizantes. Ela está inserida aqui, não é isso Senador? As academias.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Não especifica a loja que vende, especifica a pessoa que vende, em qualquer lugar. Entendeu? não tem assim--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A recomendação também?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Recomendação também. E a aplicação. Quem aplicar o medicamento também é considerado participante.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu acho que é muito importante isso, porque vem trazer a responsabilidade criminal daqueles que fazem comércio de uso indevido desses produtos que levam ao óbito, normalmente, para pessoas que, não desconhecendo seus efeitos, tomam de forma exagerada. E o Senador teve a cautela de por detenção, e não prisão, pelo menos, no crime culposo, que é aqueles que acham, o colega vai compra e vende para o outro sem saber a extensão do perigo que está trazendo. Então, tem o crime culposo e tem o doloso. Eu acho que está perfeito, Senador Augusto Botelho. De forma que vai ser mais fácil para a polícia, para a justiça agir sem cometer nenhum tipo de abuso. Eu acho que V.Exª. e o Senador Papaléo, mas do que ninguém têm a nossa admiração, por serem médicos e saberem os riscos que correm os usuários dessas drogas.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Wellington, com a palavra V.Exª.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu estava lendo aqui a análise, só em fazer, ou em causar, a masculinizaçao das mulheres eu já sou a favor. [risos]. Sou totalmente a favor, entendeu Senador Romeu Tuma? Porque eu acho que isso não pode acontecer, de maneira alguma. Agora, é importante essa colocação, porque eu patrocino alguns times de basquete, Senador, e o que é que acontecesse? Essa garotada, ela começa a achar... Na minha época que eu praticava esporte, você tinha que treinar, tinha que se desenvolver e tudo. Hoje não, eles acharn que podem chegar a um nível alto tomando esses remédios. E o que é que acontecesse? Todo início de temporada eu tenho que fazer o exame em todos eles. Porque, de repente, já vêm de um outro time com esse resíduo no sangüíneo, por essa ingestão desses tipos de anabolizante.

E outro dia eu peguei um garoto que tinha um futuro estupendo e, quando eu fiz o teste, estava lá o anabolizante. Um grande jogador. Quer dizer, deu e, quando eu fiz, ele foi fazer um jogo e teve o exame, eu tinha feito, tinha avisado, mas, assim mesmo, ele foi numa seleção, fez o exame e deu. Conclusão, foi suspenso por dois anos. Um grande atleta, que teria um futuro de seleção, representaria o País e, no entanto, está hoje proibido de jogar em campeonatos do FIBA. Está jogando nos outros campeonatos, que não têm essa surpreendo pensão. E a seleção brasileira de basquete perdeu um grande jogador nesse período de dois anos, que seria a sua maturidade em termos de atleta. Então, eu acho que vem muito bem, vem em boa hora é para poder proteger essa juventude que acha que... O que eu queria até saber até aqui, Senador, é o que é que é ginecomastia.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – É o aparecimento de seio nos homens. O homem, quando começa a desenvolver um seio tipo o da mulher, a gente chama de ginecomastia. É o homem que cria peitos, em termos bem simples.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O que é que é isso? Eu sou contra de novo. [risos]. Então, realmente eu apóio aí, totalmente. Eu não vou nem debater mais. Esse troço só faz mal. [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu gostaria de cumprimentar o autor do projeto, o Senador Papaléo Paes, cumprimentando também o Relator, o nosso companheiro Augusto Botelho, que são dois médicos e que têm prestado uma colaboração muito grande nessa questão de saúde aqui nesta Comissão. Eu concordo com o Relator Senador Augusto Botelho, porque nós temos assistido freqüentemente a acidentes com jovens que são usuários de anabolizantes.

E hoje está constatado que, além de fazer mal à saúde, de modificar toda a composição do corpo, eles também provocam câncer. Portanto, nada mais justo que haja um controle desses remédios que, sem dúvida nenhuma, afeta, principalmente, a nossa juventude. Hoje, esse culto ao corpo faz com que o jovem às vezes é levado a usar esse tipo de medicamento trazendo grave prejuízo para sua saúde. Portanto, eu quero parabenizar os dois Senadores, Augusto Botelho e o Papaléo Paes, por essa iniciativa e, principalmente, por essa responsabilidade voltada para a nossa juventude.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, Carlos Valadares, cumprimento V.Exª. e, ao mesmo tempo, os dois Senadores. Como disse muito bem a Senadora Lúcia Vânia, Senador Papaléo Paes, médico, Senador Augusto Botelho, também médico, ambos comprometidos aí, eu diria, em melhorar a qualidade vida da nossa juventude, nesse caso especificamente. E nós que estamos aqui no Senado trabalhando em uma campanha, inclusive com o apoio do Senador Presidente Renan Calheiros, contra as chamadas drogas, entorpecentes, enfim, que tanto violentam a vida do nosso povo, da nossa gente, da nossa juventude principalmente, a gente vê com muita alegria esse projeto, que avança, com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, drogas, para esse caso também.

O substitutivo, inclusive, do Senador Augusto Botelho, com todo o respeito ao Senador Papaléo Paes, ao Senador Augusto Botelho, o seu substitutivo completa a idéia original. Avança ainda mais. O substitutivo, inclusive estou aqui com dados da nossa assessoria, ele aprimorou a redação do projeto original quando há modalidade culposa. Então, V.Exª. está de parabéns e de parabéns, também, o Senador Papaléo Paes, que é o autor do projeto original. Parabéns a ambos. Estamos avançando na luta permanente, não é Senador Romeu Tuma? Contra, eu diria, aqueles que usam drogas ilícitas. Com certeza absoluta. Era isso que eu tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Augusto Botelho, somente para reavivar o que aqui V.Exª. já disse, o abuso de esteróides anabolizantes é um problema de saúde pública, especialmente entre os adultos jovens e esportistas. Quer dizer, nas academias onde se usa muito esse tipo de anabolizante, as reações adversas dessas substâncias incluem: Elevação dos níveis pressóricos, pressão alta, e do colesterol sangüíneo, irritabilidade e agressividade, depressão, acne intensa, calvície precoce. Olha, eu nunca tomei anabolizante. [risos], impotência sexual e atrofia testicular. Em homens pode ocorrer ginecomastia, que é o crescimento do tórax. Em mulheres, masculinização. Quer dizer, tira a feminilidade da mulher, de sorte que V.Exª. aqui tocou no ponto nevrálgico da distribuição, de forma aleatória, sem nenhuma fiscalização, dos esteróides.

Parabéns a V.Exª., parabéns ao autor, Senador Papaléo Paes. Vamos a votos. Senador Jonas Pinheiro?

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Rodolpho Tourinho.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Luiz Pontes.

SENADOR LUIZ PONTES (PSDB-CE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Augusto Botelho é o Relator, voto conhecido. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Favorável. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O Senador Cristovam Buarque deixou o voto consignado. Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Então, o projeto é aprovado--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Deixa todos consignados, que o Senhor achar que é favorável--

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – A matéria foi aprovada com 11 votos. Vai a turno suplementar, tendo em vista que tem um substitutivo. Agora, passemos à matéria

seguinte, que tem o Senador Flexa Ribeiro como Relator. É o item cinco, Senador. Página 45.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sr. Presidente Senador Antônio Carlos Valadares, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Lei do Senado, PLS nº 26/2003, apresentado a esta Casa pelo Senador Tião Viana, em 24 de fevereiro daquele ano. Para vedar que se destaquem declarações de qualidades e de características nutritivas na rotulagem e na publicidade de alimentos. A proposição não recebeu Emendas, Sr. Presidente. Vamos à análise. O objetivo do PLS 26/2003 é contribuir para a promoção de práticas alimentares saudáveis e, por conseguinte, combater o aumento da obesidade infantil. Para tanto, pretende coibir a exploração promocional de características nutricionais dos alimentos. Uma vez que essa medida pode induzir o consumidor a adquirir produtos de baixa qualidade nutricional e a reforçar maus hábitos alimentares, que eventualmente podem levá-lo à obesidade ainda na infância ou posteriormente, na idade adulta.

A nosso ver, todavia, a atribuição de destaque às características nutricionais dos produtos nem sempre é usada de forma a prejudicar o consumidor. Deste modo, a proposição legislativa em apreço implica a restrição do acesso dos consumidores a informação e o desestímulo da indústria para aprimorar seus produtos alimentícios, visto que suas qualidades não mais poderão ser convenientemente divulgadas. Patente está, portanto, o prejuízo econômico a ser causado pela aprovação do projeto em análise, na medida em que inibe o investimento das indústrias de alimentos em novas tecnologias para aprimorar o valor nutricional de seus produtos. A despeito das louváveis intenção do autor da proposição, entendemos também que a sua aprovação trará mais problemas do que vantagens para o consumidor brasileiro.

Atualmente, ainda é restrito número de brasileiros que, no momento da compra, examinam e entendem satisfatoriamente o quadro de informações nutricionais presentes nos rótulos dos produtos alimentícios. Em verdade, muitos consumidores brasileiros não conseguem sequer compreender os nomes dos grupos básicos de alimentos. Por esse motivo, cabe ao poder público e às autoridades sanitários investirem em um amplo programa de educação do consumidor, para dar-lhes condições de entender as informações presentes nos rótulos de alimentos.

Assim sendo, apesar de entendermos os bons propósitos do Projeto de Lei em análise, acreditamos em que, em termos do controle dos abusos cometidos na rotulagem e na publicidade de alimentos, cabe à agência reguladora o papel coibi-los, por meio da ação fiscalizadora, embasada na regulamentação infralegal. Dessa, forma preserva-se o direito das empresas sérias do setor de alimentos de promover a venda e a diferenciação dos seus produtos, por meio de alegações verdadeiras e éticas. Vamos ao voto, Sr. Presidente. Diante do exposto, o voto é pela rejeição do PLS 26/2003. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Presidente, como esse projeto é do Senador Tião Viana, ao qual eu tenho o maior apreço, e o projeto recebeu parecer favorável na CCJ, parecer contrário na CAE e aqui o nosso Relator Flexa Ribeiro acompanha o parecer da CAE e, como eu gostaria de conversar um pouco mais com o Senador Tião Viana e, quem sabe, até encontrar uma saída comum, eu pediria, Sr. Presidente, vista para o projeto, em conversa aqui simbólica feita já com o Senador Flexa Ribeiro. Se fosse pela aprovação, com certeza, eu estaria votando, de pronto, porque concordo com ambos os Senadores, na maioria das questões em debate aqui na Casa. Como há um desentendimento entre a vontade do autor e do Relator e ambos são de minha relação de amizade e não só, de muita proximidade política, dos tempos em que temos caminhado juntos, eu peço vista, para poder conversar com ambos e vê se encontramos uma outra saída.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Concedida vista a V.Exª. até a próxima reunião desta Comissão. O Senador Demóstenes Torres S.Exa. é Relator do item três, que está na página 24. Eu gostaria que V.Exª. fizesse a leitura do seu parecer. Esse projeto trata de alterar o art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. O autor é o Senador Carlos Bezerra. Com a palavra, V.Exª.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Sr. Presidente, esse é um projeto, eu vou fazer questão de ler, porque é um projeto absolutamente complexo porque ele trata, principalmente, da inclusão, além da internação hospitalar quando houver transplante, a cobertura de despesa com cirurgia e o transporte desses mesmos órgãos destinados a transplante. Então, como é uma matéria que está tramitando há muito tempo, desde 98, sempre gerando polêmica, eu quero que os Srs. Senadores fiquem bem inteirados, porque também vai ser uma matéria, a se aprovar, de interesse muito grande para o Brasil.

Então, o Projeto de Lei do Senado nº 75/2002, de autoria do Senador Carlos Bezerra, propõe, no seu art. 1º, acréscimo de alínea ao inciso II, do art. 12, da Lei 9.656 de 3 de junho de 98, "Lei dos Planos de Saúde",

para determinar a cobertura das despesas decorrentes de cirurgia, de remoção e de transporte de órgãos destinados a transplantes nos beneficiários planos de saúde que incluam internação hospitalar. Então, fica bem cingido nisso.

O art. 2º da proposição prevê que a lei resultante entrará em vigor na data da sua publicação. O projeto foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais, para decisão em caráter terminativo. No foram apresentadas Emendas no prazo regimental referente a essa primeira distribuição. O Senador Benício Sampaio foi designado Relator e apresentou Relatório com voto favorável à aprovação do projeto com Emenda aditiva no sentido de alterar o § 4º, do art. 10, da mesma Lei, parágrafo esse introduzido pela Medida Provisória 2.177, de 24 de agosto 2001. A citada Emenda propunha que na definição das normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS, para amplitude das coberturas inclusive de transplantes e de procedimentos de alta complexidade, deveria ser ressalvado o disposto na alínea que pretende se acrescentar do art. 12 da Lei 9.656, de 98.

O Relatório do Senador Benício Sampaio não chegou a ser apreciado e o projeto foi devolvido à Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado, em 20 de dezembro de 2002, em razão do final da Legislatura. Em 8 de janeiro de 2003, a proposição redistribuída a CAS, à vista do disposto no inciso III do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 17/2002. Em 27 de fevereiro de 2003, foi designado novo Relator, eu, que apresentei Relatório com voto pela aprovação da proposição, com Emenda, da mesma maneira que a anterior, esse Relatório não foi apreciado, em virtude de apresentação, em 28 de outubro de 2003, de Emenda de autoria do Senador Sérgio Guerra, o projeto retorna ao Relator, para reexame do Relatório citado no parágrafo anterior. Então, Srs. Senadores, a Lei 9.656, de 3 de junho de 98, conhecida como "Lei dos Planos de Saúde", não é totalmente omissa, no que seu refere à cobertura das despesas decorrentes da cirurgia de remoção do órgão a ser doado, bem como do seu transporte até o receptor que esteja internado em hospital diferente daquele em que se encontra o doador. No entanto, a citada cobertura não se encontra claramente estabelecida na lei. Com efeito, o § 4º do art. 10 apenas concede à Agência Nacional de Saúde Suplementar, sem nenhuma especificação, a competência para definir as normas relativas à amplitude das coberturas das despesas assistenciais aos beneficiários dos planos de saúde, inclusive as relativas aos transplantes e procedimentos de alta complexidade.

A Resolução do Conselho de Saúde Suplementar nº 12/98, de 4 de novembro de 98, dispõe sobre a cobertura de transplante e seus procedimentos por parte das operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde. No art. 2º, aquela resolução determina que os planos e seguros-referência e sua segmentação hospitalar cobrirão transplantes de rim e córnea, bem como as despesas com seus procedimentos vinculados, sem prejuízo da legislação específica que normatiza esses procedimentos. O inciso IV do parágrafo 1º do art. 2º da Resolução CONSU 12/98, determina que as despesas assistenciais com doadores vivos e as despesas com capitação, transporte e preservação dos órgãos deverão ser cobertas pelos planos de saúde na forma do ressarcimento ao SUS. Apesar de prevista na Lei 9.656, de 98 e normatizada pela ANS, a cobertura das despesas referentes à cirurgia de remoção, à preservação e ao transporte de órgãos a serem transplantados em beneficiários de plano se saúde constituiu um dos diversos pontos nevrálgicos da relação entre tais planos e os seus beneficiários, pois, muitas vezes, o ressarcimento das despesas é recusado.

A conseqüência de tal atitude é a perda de muitos órgãos que poderiam beneficiar os doentes que aguardam, por longo tempo, a oportunidade de terem o seu sofrimento atenuado. Há, pois, a necessidade de que a obrigatoriedade da cobertura das despesas citadas seja claramente estabelecida em lei. Este é o objetivo do projeto em apreciação. Então, fica entendido. Já tem norma, já tem uma lei genérica, já tem uma regulamentação, só que os planos saúde não cumprem. Então, qual a finalidade da lei? Estabelecer essa obrigatoriedade. O mérito da proposição é inegável, pois visa a impedir que as operadoras de planos de saúde recusem-se a cumprir o que, em âmbito infra-legal, mas com apoio legal, já é determinado, sob a alegação de que as despesas objeto da proposição não são especificadas em lei.

Quanto à técnica legislativa, há a necessidade de que sejam feitas alterações no projeto original, a fim de adequá-lo á lei que se pretende modificar e às próprias modificações. À redação do § 4º do art. 10 da Lei 9.656, de 98, deve ser acrescentada ressalva para determinar que na determinação das normas da ANS sobre a amplitude da cobertura das despesas relativas aos transplantes e procedimentos de alta complexidade, seja observado o disposto na nova redação do art. 12. Outra alteração do projeto está sendo proposta pelo Senador Sérgio Guerra, que apresentou Emenda com o objetivo de incluir na alínea que se propõe acrescentar ao art. 12 da "Lei dos Planos de Saúde a ressalva de que a cobertura seja obrigatória, apenas quando

houver previsão legal ou contratual para transplante e o transporte do órgão que se efetive dentro dos limites de abrangência territorial do respectivo plano ou seguro de saúde. A ressalva proposta é necessária, uma vez que a clara definição da área geográfica de abrangência da cobertura oferecida pelo plano se saúde, é uma exigência da Lei 9.656, de 98, conforme estabelece o inciso X do seu art. 16. Não é necessário, porém, que seja concluído o seguro de saúde, pois, em toda a lei, exceto na sua Ementa, há referências apenas a planos se saúde.

A Lei nº 10.185, de 12 de fevereiro de 2001, equiparou as duas modalidades. Ademais, para que haja concordância com outros dispositivos da Lei 9.656, de 98, a expressão "limites de abrangência territorial", utilizada na mesma Emenda, deve ser mudada para "área geográfica de abrangência". Então, eu estou adequando o que propôs o Senador Sérgio Guerra, porque o que ele está propondo é verdade. Todo plano se saúde deve dizer qual é sua área geográfica de abrangência. Então, ao mudar-se para "limite de abrangência territorial", nós estamos criando um novo conceito que a lei não estabelece o que é. Para que não haja confusão, eu estou voltando à determinação, à determinação original "área geográfica de abrangência", embora não tenha havido proposta no sentido de se incluir na alínea "a", a ser acrescentada a cobertura das despesas decorrentes da assistência ao doador vivo e a preservação do órgão a ser transportado, é necessário que tal cobertura seja especificada.

A Resolução CONSU 12/98 já inclui aquelas despesas. Para não dar margem a dúvidas e a interpretações que impossibilitem a recusa das operadoras em cobrir despesas referentes a cirurgia de remoção, é necessário também que se especifique, e tal cobertura é devida, qualquer que seja o Estado do doador, vivo, cadáver, ou em morte encefálica. A Ementa da proposição deverá ter nova redação, não só para incluir uma da alterações propostas, a do art. 10, mas também para generalizar a cobertura proposta, utilizando-se a mesma expressão contida na Resolução CONSU 12/89, qual seja, procedimentos vinculados. Para que sejam acatadas todas as alterações citadas, inclusive a que foi proposta pelo Senador Sérgio Guerra, a boa técnica legislativa recomenda que seja elaborado um projeto substitutivo, dada a amplitude das modificações.

Quando à constitucionalidade e a juridicidade do projeto em análise, não existem óbices, pois estão sendo propostas alterações em dispositivos de lei vigente, sem contrariar dispositivos constitucionais ou legais. Pelo exposto, Sr. Presidente, e considerando que não foram notados indícios de inconstitucionalidade, nem de injuridicidade, e que os óbices quanto à técnica legislativa podem ser superados pelas alterações que estão sendo propostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 75/2002, na forma do seguinte Projeto de Lei do Senado substitutivo. Altera os art. 10 e 12 da Lei 9.656, de 3 de junho de 98, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, para acrescentar entre as exigências mínimas dos planos que incluírem internação hospitalar, a cobertura de despesas com procedimentos vinculados a transplantes de órgãos. Art. 1º. O § 4º do art. 10 da Lei 9.656, de 3 de junho de 98, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 10, § 4º. A amplitude das coberturas, inclusive de transplantes de procedimentos de alta complexidade será definida por normas editadas pela ANS, ressalvado o disposto na alínea "g" do inciso 12 do art. 12 desta lei", como eu já expliquei lá atrás, e que vem aqui. "Acrescente-se ao inciso II do art. 12 da Lei 9.656, de 3 de junho 98, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001, a seguinte alínea: "art. 12, inciso II, alínea "g". Cobertura", essa é que é o essencial, "das despesas assistenciais com doador vivo, e das referentes a cirurgia de remoção em doador vivo, cadáver, ou com morte encefálica à preservação e ao transporte de órgãos destinados a transplante no beneficiário, desde que haja previsão legal ou contratual para o transplante e o transporte se efetive na área geográfica de abrangência prevista no plano contratado".

Então, é essa proposta, Sr. Presidente, que eu submeto à apreciação dos meus colegas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em discussão. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o autor do projeto, Carlos Bezerra, bem como o Relator, Demóstenes Torres, que pôde aperfeiçoá-lo. Realmente, essa questão do transplante de órgãos é um ponto nevrálgico da questão do transplante. Nós temos visto pela televisão, constantemente, órgãos sendo perdidos, enquanto centenas de pessoas esperam na fila. E acho que essa questão da doação de órgãos é uma coisa extremamente importante, eu mesma possuo um projeto que coloca, que manifesta, que faz com que o doador manifeste o seu desejo, em vida, para que isso não cause também transtorno, quando da morte de algum paciente que poderia ter os seus órgãos doados e a família fica numa situação de dificuldade. Portanto, eu acho que normatizar essa questão de transplante de órgãos é uma questão extremamente importante e é mesmo

uma questão de humanidade, porque a espera é uma coisa aflitiva e que tem deixado muita gente sem esperança, uma vez que tanto os planos de saúde, quanto os hospitais, titubeiam muito diante de vácuos que tem na lei atual. Portanto, eu quero parabenizar o autor e o Relator, por essa iniciativa de grande importância para muitas pessoas que esperam esse momento para ter a sua vida prolongada, através de um transplante. Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Paulo Paim, com a palavra V.Exª.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, eu só quero cumprimentar tanto o autor, o Senador Carlos Bezerra, como o brilhante Relatório apresentado aqui, como sempre, pelo Senador Demóstenes Torres, que amplia os direitos do cidadão. Conseqüentemente, não tem como essa Casa não aprovar, por unanimidade, um projeto dessa grandeza, na forma do substitutivo apresentado, se adequando ainda, conforme ele mesmo recomenda, à atual legislação, permitindo que os planos de saúde, de fato, ampliem o direito do seu associado. Por isso, meus cumprimentos a ambos, e tenho certeza que o projeto será aprovado, de forma terminativa, voltando, então, à Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Wellington. Em seguida, V.Exª., Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu acho que é uma questão muito importante, porque o Senador Demóstenes Torres, que a gente, quem conhece a história do Senador Demóstenes, sabe que ele tem um conhecimento profundo sobre a legislação vigente no País, e usa esse conhecimento sempre para o lado do bem, eu tenho certeza que se tivessem consultado bastante o Senador Demóstenes quanto à verticalização, ele teria feito uma legislação ou aquela PEC não teria os problemas que teve hoje no Supremo, tenho certeza disso e o quanto é importante a questão legal numa legislação. Eu acho que isso é importante.

O Senador Demóstenes, com certeza, pela análise que ele fez, pelo Relatório que ele fez, ele está trancando toda e qualquer ação que possa vir dos planos de saúde, para não assumir determinadas despesas, que já constam na lei. A verdade é essa. Porque, não adianta você, de repente, ter direito ao transplante se você não tem recurso para trazer o órgão transplantado e assumir as outras despesas. Então, o quanto é importante, esse é de autoria do Senador Carlos Bezerra, mas a Relatoria é do Senador Demóstenes, porque ele foi e trancou todas aquelas arestas que poderiam dar alguma razão ou alguma brecha para que os planos de saúde, para entrar com uma ação e não assumir a responsabilidade sobre essas despesas. Então, eu acho que a Comissão está de parabéns pela autoria e pela Relatoria.

Senador Demóstenes, o Senhor, realmente já o conheço bem, conheço a sua história. Mas, agora aqui, vi que esse Relatório foi um Relatório de profundo estudo, usando inclusive... Vendo a situação por outras óticas, para poder tampar todas as saidinhas que poderiam advir de uma Relatoria assim com alguma brecha. Então, vejo que os planos de saúde que não quiseram pagar essas despesas vão ter que contratar um Advogado muito melhor que o Senhor. E eu acho que vai ser difícil, porque essa maturidade que o Senhor está conseguindo aqui dentro, com mais o conhecimento que já tinha, está trancando todas as saídas e beneficiando o pobre... A Senadora Lúcia Vânia ficou com ciúmes, não é, Senador Demóstenes? [risos]. É normal. Eu esqueci que os dois são do mesmo Estado. Mas, aqui na Comissão de Assuntos Sociais, a Senadora Lúcia Vânia, toda a hora são só atividades dela, então deixa eu dar uma "acariciada" aí no Senador Demóstenes, porque ele merece. [risos]. E meteu para o lado político. [risos]. Não é nada disso. [risos].

Bom, então eu vou encerrar, para os meus dois grandes amigos porque virou um problema político no ano eleitoral [risos]. Mas o Senador Demóstenes está de parabéns e também o Senador Carlos Bezerra, pela autoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Antônio Carlos Valadares, eu quero parabenizar o autor do projeto, Senador Carlos Bezerra e o brilhante parecer do Relator Senador Demóstenes Torres. Tudo o que já foi dito sobre o Senador Demóstenes Torres pelos meus pares que me antecederam, ainda é pouco para dizer da qualidade deste representante do Estado de Goiás junto com o Senadora Lúcia Vânia. Os dois representantes de Goiás, aqui nesta Comissão e no Senado Federal, dão o maior brilhantismo à representação daquele querido Estado.

Quanto ao projeto, Senador Antônio Carlos, é da maior importância, e o parecer do Relator vai ao encontro dessa necessidade. Porque, no momento da angústia da necessidade de um transplante, o plano se saúde colocar em dúvida se vai ou não arcar com as despesas do transporte do órgão ser transplantado, não pode ser, neste momento da necessidade. Porque, às vezes, vidas se perdem na discussão desse momen-

to. Então, é importante, porque o parecer do Senador Demóstenes ele retira qualquer dúvida em relação a isso. Ou seja, não há mais, a partir da aprovação deste projeto, qualquer justificativa para que os planos de saúde se neguem a arcar com essa despesa e vidas não sejam perdidas em função da burocracia a ser discutida. Parabéns ao autor e parabéns ao Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Augusto Botelho, com a palavra V.Exª.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Obrigado, Presidente. Eu endosso as palavras de todos que me antecederam em relação ao Senador Bezerra e ao nosso Senador Demóstenes Torres. Mas vou aproveitar a oportunidade, porque realmente a gente está regulamentando a lei, mas o maior problema dos transplantes aqui no Brasil, geralmente não são as leis, não. São os doadores de órgãos, e eu vou aproveitar a oportunidade, porque esta aqui é uma chance que nós temos de falar para não sei quantas mil pessoas que vêem à TV Senado, porque, como o Senador falou ali, que ameniza o sofrimento, no Relatório dele, na realidade, em alguns casos, acaba o sofrimento. Todos que têm um renal, na família, crônico, que usa o aparelho, que usa a hemodiálise, que usa a o rim artificial, sabe que duas, três vezes naquele aparelho, ser furado por uma agulha quase da grossura destes meus óculos aqui, ficar quatro horas, cinco horas sentados naquilo ali com outros companheiros, realmente é um sofrimento muito grande. Quando você recebe um rim, você fica livre daquilo, fica livre de todos os medicamento que você tomava, praticamente, para pressão. Vai tomar só os para evitar a rejeição do órgão. E rins a gente pode doar, porque a gente tem dois. Quem doa um, não vai fazer falta, se vocês não têm doença, principalmente se vocês tiverem familiares, quem tem familiar que está na hemodiálise se ofereça para ser doador. A retirada do órgão da pessoa viva é muito segura.

E o pior, ainda, é quando a gente tem um familiar da gente em morte cerebral que a gente não toma providência para doar. Por isso é que eu gostaria de fazer um apelo a todos os brasileiros que, na hora de tirar os seus documentos, colocassem "eu sou doador de órgãos". Ninguém vai matar uma pessoa para tirar um órgão neste País, eu acho que em lugar nenhum do Brasil ninguém tem condição de fazer isso. Porque nós também somos o País onde existe mais transplantes de órgão em setor público. Os pobres aqui no Brasil fazem transplante de órgão, graças a Deus. E isso, graças ao Sistema Único de Saúde, que vem sendo implantado e lutado, vou aproveitar para fazer uma propagandinha do SUS, mas pedir às pessoas, mais uma vez, que se ofereçam para serem doadores de órgãos, porque vocês não sabem como é, o bem que vocês fazem para pessoas que não vêem, porque córnea é uma coisa tão simples também, porque todos nós poderíamos doar nossas córneas. Mas tem pessoas, a fila de transplante de córneas geralmente é de três, quatro mil pessoas.

Então, eu faria, mais uma vez, que se inscrevam "eu sou doador de órgãos", quando for tirar um documento, para facilitar. E digam para os seus familiares, porque, principalmente, tem que ser falado para os familiares, porque, se o familiar recusar, nós não podemos retirar o órgão para usar para o transplante. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu agradeço a V.Exª. O Senador Demóstenes Torres encontrou uma solução prática e objetiva a respeito desta matéria tão importante que é relacionada ao transporte de órgãos. Na verdade, a demora nesse transporte, como assinalou V.Exª., pode resultar na morte de uma pessoa que poderia ser salva com o aproveitamento desse órgão. Por outro lado, V.Exª. tornou assim, de forma transparente, bem clara, de tal forma que nenhuma empresa de seguro possa criar obstáculos à cobertura das despesas assistenciais com o doador vivo, à preservação e ao transporte de órgãos destinados a transplantes no beneficiário. Como a lei existia e existe, mas não explicitou, assim de forma tão clara, as empresas de assistência à saúde, que detém planos de seguro de saúde, criavam obstáculos, e aqui não estava muito claro, e agora V.Exª. colocou "os pontos nos Is" e eles jamais poderão agora se recusar, depois da aprovação desta matéria pelo Senado Federal.

Nós vamos fazer a sua votação, em caráter terminativo, significando dizer que, depois de aprovada aqui, ela vai para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso. Como há um substitutivo, vai a turno suplementar, depois da aprovação desse turno suplementar, vai para a Câmara dos Deputados, não havendo recurso. Em votação. Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Rodolpho Tourinho, deixou consignado. Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Demóstenes é o Relator, é favorável. Senador Romeu Tuma, deixou favorável, Cristovam Buarque e Eduardo Azevedo. Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Luiz Pontes, também. 11 votos favoráveis. Vamos agora ao projeto não terminativo que foi solicitado pela Senadora Lúcia Vânia. Projeto de Lei da Câmara nº 64 de 2000. A Senadora Lúcia Vânia é a Relatora. O autor é o Deputado Freire Júnior. Projeto de Lei da Câmara nº 64 de 2000, que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistemas de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor terra de proteção, bem como, torna obrigatória a existência de condutor terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica. Senadora Lúcia Vânia, com a palavra, a Relatora.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Examina-se o Projeto de Lei da Câmara nº 64/2000, que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com utilização do condutor terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor terra de proteção nos aparelhos eletrodomésticos que especifica. Análise. Antes, eu gostaria de dizer que esse projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados, onde mereceu aprovação unânime da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, de Desenvolvimento Urbano e Interior, de Constituição e Justiça e Redação.

O PLC nº 64/2000 foi submetido a deliberação do Senado, foi distribuído às Comissões de Constituição Justiça e Cidadania, e de Assuntos Sociais. Na primeira, a proposição foi aprovada, sem Emendas, no dia 15 de dezembro de 2004, e, antes da deliberação da CAS, contudo, aprovou-se o Requerimento nº 711/2005, do Senador Sibá Machado, que levou a matéria ao exame de Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, que também aprovou o parecer favorável ao projeto, exatamente um ano após a manifestação favorável da CCJ. Cabe, agora, colher o pronunciamento desta Comissão.

Análise. Torna-se evidente, na argumentação que sustenta a proposição, que duas singelas medidas precisam ser concomitantemente adotadas no sentido de reduzir o grave risco de acidentes decorrentes da falta de sistemas adequados de aterramento. De uma parte, as edificações precisam contar com instalações elétricas compatíveis. De outra, os aparelhos mais sensíveis às variações de tensão devem ser fabricados com pinos tripolares. Não havendo as necessárias características nos prédios construídos, a fabricação de aparelhos mais seguros vem sendo adiada. Em conseqüência, multiplicam-se os acidentes pessoais e os danos materiais. Ao dispor sobre ambas as exigências, o projeto em causa, preenche importante lacuna normativa.

Embora a Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT, já tenha editado norma no mesmo sentido, falta-lhe o poder coercitivo próprio das leis. Na prática, sem a coercitividade legal que o projeto pretende suprir, a efetividade da norma técnica tem dependido da escassa adesão voluntária das empresas e profissionais do setor de engenharia. No tocante aos aspectos formais, o PLC nº 64/2000 não incorre em vício de iniciativa. Nos termos do inciso IV, do art. 22, da Constituição Federal, compete à União legislar, privativamente, sobre a energia e o teor do disposto no inciso V e VIII, do art. 24, concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal sobre a produção e consumo e responsabilidade por dano ao consumidor. A matéria não se encontra demais adstrita reserva de iniciativa atribuída ao Presidente da República, por força do § 1º, do art. 61. Como a manifestação da CCJ à proposição harmoniza-se com o Código de Defesa do Consumidor, especialmente quanto à obrigação do poder público de zelar pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.

Do ponto de vista dos aspectos urbanísticos e edifícios, ainda que os objetivos do projeto pudessem ser alcançados pela via legislativa municipal ou, ainda, no âmbito dos regulamentos de concessionárias de serviços de energia elétrica, nada obsta a edição de norma federal proposta, como bem observou o parecer da CCJ. Cumpre, por fim, destacar que embora se exija que as novas construções atendam às disposições da lei proposta, tão logo decorram 90 dias de sua publicação, as necessárias adaptações do processo industrial para atender a obrigatoriedade da tomada tripolar nos

aparelhos elétricos poderão ocorrer no período de 15 anos. Todos os prazos parecem adequados.

Voto. À par de não padecer de inconstitucionalidade ou de injuridicidade, a proposição sob exame, elaborada em boa técnica legislativa, aborda matéria relevante para o aprimoramento das condições de segurança com que ocorre a utilização domiciliar e comercial dos aparelhos elétricos no Brasil. Voto assim, pela aprovação do PLC nº 64/2000. Sala das Comissões. Lúcia Vânia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passemos à votação. Senador Wellington, para encaminhar à votação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu tenho que fazer um elogio à Senadora também. É verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – V.Exª. tem todo o direito.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – E realmente tem coisas importantes, Sr. Presidente, que muitas vezes passam pela Comissão e a gente nem chega a debater, porque acha que aquilo é tão importante que não tem nem que debater, aprova. E é essa a questão desse Projeto de Lei que vem lá da Câmara, de nº 64 de 2000, do qual a Senadora Lúcia Vânia é Relatora. É importante, porque, eu vou dizer só um exemplo, que é essa questão da parte elétrica. Eu carregava o meu celular sempre do lado esquerdo, em cima do coração, e eu, sentando com o Senador Romeu Tuma, ele falou: "Não faça isso, porque é uma descarga elétrica, bote no bolso". Eu não sei se isso faz mal, mas agora eu já não coloco ele, de jeito nenhum, no lado esquerdo. Então, são pequenas coisas que muitas vezes afeta a gente, porque a gente não presta atenção. E essa questão também de toda essa proteção é muito importante, Sr. Presidente. Eu só queria deixar bem claro para a nossa "rainha" aqui da Comissão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Exª. Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Eu queria também, da mesma forma, parabenizar a Senadora Lúcia Vânia pelo brilhante Relatório e dizer que foi com muita satisfação que eu relatei esse projeto também na Comissão de Infra-Estrutura do Senado. E o Relatório foi favorável, até mesmo por entender que isso vai trazer economia para as pessoas, principalmente na queima de aparelhos eletrodomésticos com a descarga elétrica, com raio elétrico, têm queimado muitos aparelhos por falta do aterramento nas tomadas, tanto nas indústrias, nas residências, enfim, em todos os setores onde usam as tomadas elétricas. Parabéns, mais uma vez, à Senadora Lúcia Vânia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Presidente, gostaria também da oportunidade de dizer que a Senadora Lúcia Vânia me impressiona pela sua sensibilidade social. Ela é uma das pessoas mais sensíveis e que tem me ensinado muito aqui nesta Comissão como é que a gente tem que fazer para defender as pessoas, defender os menores. E esse projeto, realmente, é um projeto para poupar. Quando todos os aparelhos eletrodomésticos do Brasil tiveram três pontos com o aterramento vai diminuir mais as despesas das pessoas que compram os aparelhos mais baratos e que têm instalações mais fracas nas suas casas. Eu parabenizo a "majestade" da nossa Comissão, pelo seu Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Como se vê, Senadora Lúcia Vânia, é unanimidade nesta Comissão. V.Exª. e o Senador Demóstenes Torres receberam elogios hoje, merecidos. Pela eficiência com que apresentam as suas proposições e os seus pareceres. Em votação. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente eu queria solicitar a V.Exª--

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pela Ordem, V.Exª.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) ---Se assim fosse possível, e conversei com V.Exª. e também com o Senador Flexa Ribeiro, que nós não votássemos hoje o item 11, um projeto de V.Exª., um projeto, que eu entendo, de um enorme alcance social, um projeto, Senador Antônio Carlos Valadares, que, na verdade, já é consagrado, em princípio, no dissídio e acordo coletivo dos grandes sindicatos, mas os pequenos e médios no têm esse direito. E V.Exª., com esse projeto, que quer garantir, simplesmente, um adicional de 5% na remuneração dos empregados, por tempo de serviço, eu entendo que dará um ganho considerável ao conjunto dos trabalhadores assalariados do País.

O Senador Flexa Ribeiro também está sensível a essa matéria, está conversando com setores do empresariado, eu já recebi o apoio ao seu projeto de todas as Centrais Sindicais, de todas as Confederações e Federações de Trabalhadores, porque sou o Relator da matéria. Estou explicando a eles, pela TV Senado, que nós todos aqui estamos a favor do seu projeto, esse é o meu parecer, é favorável, mas como quere-

mos dialogar um pouco mais com o setor empresarial, com a oval de V.Exª. e do Senador Flexa Ribeiro, eu pediria a V.Exª. que nós não votássemos ainda no dia de hoje, na busca desse grande entendimento. Mas, faço questão de dizer, o mérito do projeto de V.Exª. é inatacável, pela justeza que faz concedendo o adicional por tempo de serviço aos trabalhadores do nosso País. Parabéns a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Paulo Paim, eu agradeço a V.Exª. o apoio ao nosso projeto, que realmente vem em defesa dos pequenos, daqueles que ganham até dois salários mínimos, que poderiam receber um adicional de 5% sobre a sua remuneração. Entretanto, o Senador Flexa Ribeiro, ouvindo a CNI, Confederação Nacional da Indústria, ponderou que esse projeto poderia criar mais despesa para o empresariado, mas V.Exª. se referiu a uma coisa que, de fato, está acontecendo em relação aos grandes. Aqueles que têm o sindicato em defesa dos seus direitos, os sindicatos fortes.

Então, nos dissídios coletivos essa gratificação já é prevista pelos grandes sindicatos, de comum acordo com as empresas. Como S.Exª. o Senador Flexa Ribeiro apresentou um substitutivo, não alterando, mas rejeitando integralmente a matéria, eu pediria a V.Exª. que realmente não colocássemos em votação nesta Sessão e, na Sessão seguinte, através de um entendimento entre os dois Senadores, nós possamos chegar a um consenso e, quem sabe, votarmos esta matéria tão importante, que vem ao encontro dos interesses dos menores, dos pequenos, daqueles que não têm nem o sindicato para defendê-los, mas têm o Senado ao seu lado. Agradeço a V.Exª.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, eu tinha um requerimento, que é votação simbólica, no momento adequado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Não há número, não há quorum, senão eu atenderia o pedido de V.Exª., com muita alegria. Mas há um requerimento do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública com vistas a tratar de renegociações relativas à participação acionária da PETROBRÁS na BRASKEM e à entrega de ativos da PETROBRÁS do pólo petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul. É uma matéria que envolve interesses nacionais, mas, localizados no Rio Grande do Sul. E ele pede a Audiência Pública, nesta Comissão, do Chefe da Casa Civil da Presidência da República ou representante, Ministro das Minas e Energia, Presidente da PETROBRÁS, Presidente da PETROQUISA, representante da BRASKEM, Diretor Superintendente da IPIRANGA PETROQUÍMICA, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores. Em votação. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o requerimento, permaneçam como se encontram. O Requerimento nº 7 de 2006-CAS está aprovado.

V.Exª., Senador Paulo Paim, está autorizado por esta Presidência a fazer a realização desta Audiência Pública, presidi-la, na próxima segunda-feira, na próxima sexta-feira, digo melhor, de vez que eu estarei de volta, novamente hoje, ao Estado de Sergipe, onde irei cumprir uma vasta agenda do interesse do Senado Federal. Conseqüentemente, da nossa vida parlamentar no Estado. Mas, se não fosse isso, estaria presente aqui prestigiando o requerimento de V.Exª.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – E explico, Sr. Presidente. Farei na sexta-feira, porque o prazo limite para construir, talvez, um entendimento entre os que estão envolvidos nessa negociação que envolve o Estado do Rio Grande do Sul, lá a PETROBRÁS, e outros interessados, termina no dia 31. Por isso é que eu adaptei nas agendas, e as audiências, nós temos inúmeras, eu sei, aqui na Comissão, para que seja, então, no dia 24, sexta-feira, à tarde, para não prejudicar inclusive o trabalho de alguns Senadores em plenário. Agradeço a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E sucesso, na próxima sexta-feira, a V.Exª., representando a nossa Comissão. Obrigado. Encerrada a presente Sessão. Convocada uma outra, para a próxima quinta-feira.

(Sessão encerrada às 12h13.)

Ata da 4ª Reunião, Conjunta, da Comissão de Assuntos Sociais, com a 7ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 22 de março de 2006, quinta-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e quarenta e quatro minutos, do dia vinte e dois de março de dois mil e seis, na Sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador CRISTOVAM BUARQUE, com a presença dos (as) Senadores (as) **JONAS PINHEIRO, MARIA DO CARMO ALVES, FLEXA RIBEIRO, LEONEL PAVAN, LÚCIA VÂNIA, LUIZ PONTES, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, FLÁVIO ARNS, IDELI SALVATTI, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, HERÁCLITO FORTES, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES E CRISTOVAM BUARQUE.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Senador Cristovam Buarque declara abertos

os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública conforme Requerimento nº 09, de 2006 – CDH e Requerimento nº 05, de 2006 – CAS, com a Finalidade de discorrer sobre a estratégia preventiva da União para proteger o território brasileiro da "**gripe aviária**".O Presidente leva à consideração dos membros das Comissões, o Requerimento nº 19 de 2006 – CAE, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, de Audiência Pública conjunta das Comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, convidando representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério do Desenvolvimento Agrário. Não havendo discordância, a reunião conjunta das três Comissões é aprovada. Comparecem à reunião o Dr. JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR – Secretário representante do Ministério da Saúde e a Dra. PAULA MONTAGNER – Representante do Ministério do Trabalho. Às doze horas e seis minutos o Senador Antônio Carlos Valadares, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, assume a Presidência dos Trabalhos. Às doze horas e seis minutos, o Senador Papaléo Paes, Presidente da Subcomissão Permanente de Promoção Acompanhamento e Defesa da Saúde substitui o Senador Antônio Carlos Valadares na mesa. O Senador Cristovam Buarque retorna à Presidência dos trabalhos. Após a apresentação dos convidados, fazem uso da palavra os Senhores Senadores **ANTÔNIO CARLOS VALADARES, PAULO PAIM, JONAS PINHEIRO, AUGUSTO BOTELHO, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, PAPALÉO PAES, MÃO SANTA E IDELI SALVATTI.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e nove minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Cristovam Buarque, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – **Senador Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Membro Suplente da Comissão de Assuntos Sociais.

7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, Conjunta com a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª SessãoLegislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 22 de março de 2006, às 10 horas 45 minutos.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos da Legislação Participativa 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senhores Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovada. Passamos à apreciação da pauta. Em primeiro lugar, eu quero lembrar que essa Sessão de hoje é para fazer uma Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, sobre o risco que estamos vivendo relacionado à gripe aviária. Eu creio que essa Comissão aprova que seja conjunta. Há uma outra proposta também de uma Sessão conjunta da nossa Comissão com a CAS, outra vez e com a Comissão da CAE. Os Senadores estão de acordo. Nós comunicaremos o nosso interesse. Eu convido, então, para vir à Mesa o Dr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior, que é Secretário de Vigilância e Saúde, representando o Ministro da Saúde, José Saraiva Felipe. E convido a senhora Coordenadora do Observatório do Mercado de Trabalho Dra. Paula Montagner, representante do Ministro do Estado do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

Eu quero dizer aos senhores representantes dos Ministros que essa Sessão foi convocada tendo em vista uma preocupação de toda a sociedade brasileira extremamente forte. Eu diria de toda a sociedade planetária hoje, em relação ao risco da gripe aviária chegar no Brasil e também se espalha contaminando pessoas humanas. Nós convocamos para saber que medidas o Governo está tomando na estratégia de impedir que isso aconteça e se isso acontecer que medidas estão previstas para proteger o mercado de trabalho, para proteger a saúde da população.

Eu passo a palavra inicialmente ao Dr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior com o tempo de 30 minutos.

SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA: Bom dia. Eu queria em primeiro lugar parabenizar as duas Comissões e particularmente os Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque. (Corte de áudio 2:57:09) Esse é um tema efetivamente que vem mobilizando a atenção global, como disse o Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque. E eu creio que quanto mais a gente puder estar ampliando o debate sobre ele, o Brasil estará fazendo uma melhor preparação para esse evento. Eu gostaria de justificar o Ministro Saraiva Felipe não pôde atender, mas dentro do Ministério da Saúde é minha área responsável pela área de vigilância, prevenção e controle de doenças. Então, eu espero poder representá-lo bem aqui nessa reunião.

Eu gostaria de pedir licença. Eu vou passar uma apresentação curta, mas eu creio que é importante para que a gente possa, vamos dizer assim, ter uma idéia mais ampla do que nós estamos falando.

Pode passar. Quando nós falamos de influenza ou gripe, nós estamos falando de três situações distintas que têm sido tratadas, inclusive, equivocadamente por alguns órgãos de imprensa como se fosse a mesma coisa. Então, quando falam: "A gripe aviária chegou na Europa". As pessoas as vezes pensam que tem gente adoecendo e morrendo na Europa. O que absolutamente não é verdade. Ou confundem a influenza sazonal com a pandemia. Então eu vou tratar os três separadamente, porque são fenômenos relacionados. Mas que têm impacto social, econômico e sanitário completamente diferentes.

Primeiro lugar a gente tem influenza sazonal, que é um problema permanente, da gripe ou influenza, talvez seja uma das doenças mais comuns no mundo. Ela tem uma dispersão global, mas tem uma incidência mais forte e mais grave principalmente nos países que têm inverno mais marcado e que por isso as pessoas ficam mais confinadas uma grande parte do tempo e a transmissão respiratória como é a caso do vírus influenza, se dá de uma maneira mais facilitada. A Organização Mundial de Saúde estima que a chamada influenza sazonal, essa que a gente tem todos os anos, produza entre 250 mil a 500 mil mortes por ano. Quando o inverno é mais rigoroso ou quando as cepas circulando são mais agressivas, a gente pode chegar a ter 500 mil mortes por ano, principalmente de complicações relacionadas com a influenza, as pneumonias bacterianas e outros problemas. Nós temos um segundo problema que é a gripe aviária, esse é um problema atua, presente, não é um problema de futuro. Nós temos... É uma gripe de aves, como o próprio nome diz, nós temos nas gripes aviárias, a gente tem gripes que podem ser produzidas por subtipos pouco patogênicos ou de baixa patogenicidade e vírus que podem ser considerados de alta patogenicidade.

Os vírus de alta patogenicidade que são conhecidos e acontecem surtos outros, esse não é o primeiro. O que chama atenção nesse foi a dispersão, o H5N1 é um subtipo considerado de alta patogenicidade, ele infecta rapidamente aves, ele mata muitas aves e ele tem uma história. Ele surgiu no mundo em 1997, num surto em Hong Kong. Esse surto foi controlado. Mas ele ressurgiu em 2003, e desde esse seu ressurgimento até agora, não tem sido possível principalmente nos países da Ásia, tomar medidas capazes de conter e impedir a circulação.

Tem um outro dado. É que além dele ter uma capacidade muito rápida de se espalhar entre aves, ele demonstrou a capacidade mesmo que eventual e rara de acometer pessoas humanas. Eu digo eventual e rara, porque enquanto a gente tem mais de 200 milhões de aves que morreram ou em decorrência da infecção ou em decorrência das medidas para conter a infecção, nós temos ainda uma quantidade relativamente pequena se comparado com esses 200 milhões de casos em humanos.

Então, o problema da contração em humanos é eventual, é raro, e se deu exclusivamente em pessoas que tinham contato direto com a ave ou com excrementos ou secreções da ave, que são muito ricos em vírus, por exemplo, as fezes das aves são uma das principais vias de eliminação de vírus e em países da Ásia quando a gente tem a convivência de aves com seres humanos dentro da casa, não é criando no quintal como o nosso, no meio rural ainda é freqüente, lá é criado dentro da casa, como aqui a gente cria gato ou cão e aquelas fezes eliminando vírus, elas ao ressecarem e produzir a poeira, aquela poeira em suspensão pode ter partículas virais que as pessoas ao respirar podem se contaminar. Por isso a gente tem dentre esses pouco menos de 200 casos de pessoas que se contaminaram de 2003, até agora, desculpem, principalmente crianças, porque estão ali dentro de casa, próximo do solo, próximo do excremento, brincando com aves e etc. Ou pessoas que trabalhavam diretamente com fazendas de aves ou no abate de aves. Então, é um problema por enquanto ainda que tem essa situação.

Nós temos um terceiro problema, que é um problema futuro, que é a questão da pandemia de influenza. A pandemia ocorrerá quando? A pandemia conceitualmente é uma epidemia global. A pandemia acontece, uma pandemia de influenza acontece, quando a gente tem um novo subtipo do vírus da influenza, o vírus da influenza ele muda muito, ele tem três tipos e dezenas de subtipos. E quando acontece de nós termos um subtipo novo, às pessoas, para o ser humano aquele subtipo é completamente desconhecido, ou seja, ninguém tem nenhum anticorpo contra aquele subtipo. Isso faz com que ele se espalhe rapidamente e com isso propicia esse quadro que a gente chama de pandemia.

Qual é o problema que nós temos atualmente? O vírus demonstrou capacidade mesmo que eventual de passar da ave para o ser humano. Se esse vírus aprender a passar de uma pessoa para outra, a gente pode ter um quadro de pandemia. Ele tem dois caminhos para fazer esse aprendizado, olhando para as pandemias passadas. Ele pode ao infectar um ser humano, ele trocar material genético com o vírus da influenza humana se essa pessoa estiver infectada também com o vírus da influenza humana e dai nas-

cer um outro vírus, vamos dizer assim, capaz de se espalhar rapidamente ou ele pode por uma mutação dele mesmo é mais raro mais pode acontecer, ele fazer um aprendizado de passar a ser transmissível de uma pessoa para outra. Então nós temos esses três problemas e a inter-relação entre eles é importante que a gente analise. A gripe aviária a gente tem essa situação atual. Nós temos surtos de influenza aviária por esse subtipo que eu falei, o H5N1 em plantéis de aves de países da Ásia, da África e da Europa. Na Europa, a Turquia somente. E detecção em aves selvagens, nós temos também já na África e aves selvagens na Europa Ocidental.

Surtos de influenza aviária contaminando o rebanho não são eventos raros de acontecer. Aqui mesmo no continente americano nos últimos 15 anos nós tivemos dois surtos de vírus de alta patogenicidade, não era o H5N1, era um outro, os H7, nos Estados Unidos e Canadá que foram contidos rapidamente. Tivemos na própria Europa Ocidental, na Holanda em 2003, um surto que causou a morte de um veterinário e por isso chamou atenção, teve cerca de 70 casos humanos, apenas uma morte, mas foi contido em três semanas, porque em três semanas a Holanda eliminou mais de três milhões e meio de aves e com isso conseguiu conter rapidamente o vírus. Qual é o problema que nós temos hoje? O problema que em países da Ásia e da África há uma carência de recursos e de infra-estrutura tal que a medida fundamental para eliminar e conter um caso de gripe aviária é fazer a eliminação o mais rápido possível de aves num raio de três quilômetros e manter sob vigilância constante todas as aves num raio de dez quilômetros. Essa é a medida que é preconizada. Para fazer isso na Alemanha ou na França isso tem um impacto. Para convencer um fazendeiro pobre do interior da Turquia, ou da China, ou da Indonésia, de que ele tem que abater todas as aves, o impacto é outro, ou seja, a gente vive particularmente uma situação de risco global pela falta de infra-estrutura, pela falta de solidariedade global a que países pobres que tiveram esse acometimento, não tem ainda condições de realizar contensão.

Qual é o problema que isso causa? Quanto mais tempo esse vírus continua a circular entre aves, aumenta a chance que num desses acidentes que ele infecta uma pessoa, ele encontre uma pessoa infectada também com vírus da influenza humana e aconteça esse evento de haver troca genética e se criar um outro vírus que consiga se transmitir. Segundo lugar que essa gripe aviária ela tem um impacto econômico e social muito grande, porque como ela mata muitas aves e ela exige que se mate muitas aves para poder conter. Então como a carne do frango é a proteína animal de mais baixo custo, que a gente tem, além de ser muito saudável, na verdade a gente está tendo um encargo econômico e social muito forte sobre os países da Ásia e da África que são acometidos e uma perspectiva, inclusive, de haver até problemas posteriores de nutrição, de se agravarem problemas de nutrição, caso persista esse caso atual. A transmissão para humanos como eu falei continua eventual e não há evidência de transmissão de uma pessoa para outra. Ou seja, nós não temos até hoje nesses casos detectados nenhum caso em que foi comprovado que havia possibilidade de transmissão entre seres humanos.

Uma outra coisa que é importante esclarecer é que a alimentação, pelo menos a alimentação normal com aves, também não é capaz de transmitir. Eu digo alimentação normal a mais comum, a ave cozida, frita, assada, porque basta uma temperatura de 60 graus centígrados para inativar o vírus. Logicamente que pessoas ou comunidades que possam ter o hábito de ter contato com sangue de aves ou se alimentar de aves cruas, pode ter um risco de ter uma contaminação o que é comprovado até por aquele gato lá na Alemanha, que comendo carcaça se contaminou. Ou seja, a ingestão de ave crua ou secreção de aves, excrementos, etc. Pode eventualmente transmitir. Mas alimentação normal não tem qualquer risco, nunca houve um caso identificado como sendo de transmissão pela alimentação com alimento cozido. Ou seja, não há qualquer sentido de temores da população brasileira, por exemplo, em relação à alimentação com ave. Não há risco de se comer ave hoje nem na China, nem na Indonésia, nem na Tailândia se ela for comida de maneira apropriada. Que dirá no Brasil que nao tem nenhum caso de gripe aviária no nosso rebanho.

Um quarto ponto é a necessidade de um fortalecimento da vigilância sobre a saúde animal e mecanismos de contensão. Isso é importante, porque diante da possibilidade de acontecer um caso de ave contaminada, seja ave selvagem ou uma ave do rebanho, o grande problema vai ser se conhecer precocemente, para se fazer a contenção. Não há medida capaz de impedir que num dia incerto, que nós não sabemos quando vai ocorrer, ou se vai ocorrer, chegue uma ave migratória no Brasil. Isso é impossível de prever. Mas as medidas são conhecidas. Não são medidas de tecnologia particularmente complicadas. São medidas que num país como o Brasil, tem condições de aplicar se o conhecimento é precoce que é fazer a eliminação das aves num raio de 3 quilômetros e vigilância sobre aves num raio de 10, para evitar que haja contaminação do nosso rebanho. Essa é a principal questão.

As medidas já adotadas no Brasil foram restrições maiores à importação de material avícola. O Brasil ele

não importa comumente aves. O Brasil, ao contrário, é um grande exportador de aves, mas o Brasil importa um material destinado a fazer o aperfeiçoamento genético do rebanho. Desde o ano passado essa importação está ainda mais restrita somente a países que não tem nenhum caso de gripe aviária, mesmo que seja detectada em aves selvagens, quer dizer... Nunca houve também caso de transmissão do H5N1 para outros países, por essa via. Não há nenhum país que importou a ave pelo mecanismo de importação regular de aves. Mas mesmo assim foram tomadas essas medidas e tem um plano de preparação no Ministério da Agricultura, no mapa, que já foi, inclusive, divulgado publicamente que visa exatamente aplicar essas medidas de contensão conhecidas, para eventualidade da detecção no Brasil.

Pode passar o próximo. Aqui a gente tem só para ilustrar. O H5N1 está aí em dourado, em verde são as células do substrato, ele é um dos subtipos o tipo A da influenza, quer dizer, é um tipo comum em aves, a gente tem... Cada vírus da influenza geralmente ele tem uma família que se dirige infectando aves, outra que infecta seres humanos, outra que infecta porcos e outros animais. De vez em quando a gente tem esse processo de saltar a barreira biológica e um subtipo que era comumente encontrado só em aves, pula e ou infecta porco ou infecta o ser humano, como é o caso do H5N1 que diretamente passou a infectar seres humanos.

Pode passar. A gripe aviária, a gente só trouxe esse mapa que está bastante atualizado, esse mapa traz todos os países que foram acometidos desde janeiro de 2006, para cá. Em amarelo estão os países que não têm o seu rebanho contaminado, então não tem foco de gripe aviária, que são os países da Europa Ocidental, particularmente. Eles detectaram em aves selvagens, mas não tem contaminação no rebanho. Em vermelho estão os países que têm o rebanho contaminado. Eu chamo atenção só que no mapa seguinte o Japão lá no canto direito do mapa, que agora está sem caso. E no centro da Europa, o Norte da Ásia, centro da Europa...

Pode passar. Que no próximo mapa quando a gente vê desde 2003, estava em vermelho, ou seja, tinha um rebanho contaminado. Por que eu trago esse mapa? Porque não é inevitável que ela seja controlável, países que tem recurso e que estão aplicando as medidas adequadas controlam e eliminam os focos de gripe aviária. O nosso problema é essa superposição entre pobreza extrema, condições de dificuldade de infra-estrutura de alguns países, para adotar as medidas adequadas.

Pode passar. Aqui a gente traz o mapa, esse mapa tem as rotas de aves migratórias, aves selvagens elas geralmente não conseguem voar durante centenas, centenas de quilômetros elas conseguem, elas não conseguem viajar geralmente sem parada milhares de quilômetros. Por isso não é comum que haja rotas de aves migratórias que sobrevoam grandes faixas de oceano, geralmente elas fazem procurando terras contíguas. Tanto o fluxo principal nosso de ave migratória, como está ali em vermelho, preto, verde é o percurso Norte e Sul, seja pela via atlântica, seja pela via andina, nós temos um fluxo importante de aves migratória com o Norte do continente norte-americano, ou seja, o Norte dos Estados Unidos e o Canadá. Se a gente tivesse hoje focos de aves com H5N1 naqueles países, a gente estaria, portanto, numa situação muito mais preocupante do que o atual. Porque o fluxo que nós temos com o Canadá e Estados Unidos é um fluxo importante e continuado. Todos os anos milhares de aves vêem para o Brasil, voltam para os Estados Unidos e Canadá em seguida. Mas apesar de não termos rotas, vamos dizer assim, principais e constantes nem da Ásia, nem da Europa, no processo de monitoramento que nós fazemos em parceria com o Ministério da Agricultura e com o IBAMA, nós identificamos nos locais de invernada de aves, aves que se desgarraram da sua rota principal e que vieram para o Brasil. Originárias da Costa Atlântica da África e da Europa principalmente da Ilha da Madeira ou da Península Ibérica. Nunca foi detectado, mas pode ocorrer de uma ave que conseguir vir do centro da Europa para cá. Isso não quer dizer que a gente esteja imune, infelizmente nesse caso nós não podemos dar certeza nem para o mal e nem para o bem. Eu desconheço qualquer evidência técnica que diga a data em que vai chegar uma ave migratória no Brasil. Logicamente que como o ano só tem 12 meses, quem dá um palpite tem 1,12 avos de chance de acertar. Mas eu conversei com ornitólogos e com o Centro Brasileiro de Aves Migratórias é impossível fazer essa previsão.

Por isso a gente tem que estar preparado hoje, tem que estar preparado hoje. Se chega uma ave migratória no Brasil, para a gente contextualizar bem o problema. Isso não será nenhum risco à saúde público, isso será um risco inicialmente ao nosso rebanho. E por isso que a medida principal aí será tomada pelas Secretarias Estaduais de Agricultura junto com o Ministério da Agricultura, ou seja, fazendo a contensão das aves. É muito improvável, a gente não pode falar impossível, mas é muito improvável e os casos da Europa estão demonstrando, não tem nenhum caso de ser humano na Europa, que a partir da detecção de algumas aves selvagens haja contaminação de pesso-

as, até porque o número de pessoas que entram em contato com aquela ave é mínimo. Reforçando o que a gente tem que fazer aí é uma detecção precoce e uma medida de contenção.

Pode passar o próximo. Aqui a gente tem um mapa que a OZAID(F) preparou sobre os riscos. Na região das Américas o Brasil, inclusive, é considerado de menor risco, quando comparado aos outros continentes. Tem uma lógica nisso. Primeiro, quais foram as grandes maneiras onde a gripe aviária está se propagando no mundo? Foram duas principalmente, ou por quantidade de território, países na Ásia que compartilham fronteiras fazem mercado de aves nas fronteiras. Então, sai lá um caminhão cheio de aves da Turquia para outro país, da China para Indonésia etc. E com isso se levou o vírus da Ásia por contigüidade de fronteira. Como nós não temos nenhum foco de gripe aviária nas Américas hoje é impossível a gente ter contaminação por essa via, que foi a via mais freqüente.

A outra via, a que chega agora na Europa é a via pelas aves selvagens. Como nós não temos fluxo importante de aves selvagens de área contaminada para cá, também a gente tem uma situação de relativo baixo risco, mas eu faço questão de enfatizar que isso não significa que nós não temos risco, baixo risco não significa risco nenhum. É só uma estimativa de probabilidade que a gente está fazendo e não significa que a gente esteja imune, não, nós não estamos, nenhum país do mundo está. E a gente pode por uma eventualidade, uma ave dessa que desgarra e ser detectado no continente Americano. O que nós esperamos é que isso ocorrendo não só o Brasil, porque no caso aí a preparação nacional é importante, mas ela é importante dentro também de um contexto de preparação global e particularmente dos países do continente, ou seja, se a gente tem capacidade de detectar rápido e conter, o continente inteiro fica protegido ou fica em risco se a gente não conseguir fazer essa detecção.

Pode passar o próximo. Bom, aqui tem o dado mais atualizado aí da Organização Mundial de Saúde, a gente tem 184 casos até o momento de gripe aviária em pessoas humanas, todos eles são casos graves, porque na verdade não é ainda uma doença humana. A pandemia sim, essa será uma doença humana, mas a gripe aviária é uma doença de animais e toda vez que um ser humano se contamina com a doença animal é um quadro grave, tanto que a gente tem aí uma letalidade de mais de 50%. Isso não significa de maneira nenhuma, que se houver a pandemia que a gente vai ter essa letalidade dentro de uma pandemia. A pandemia que mais impacto causou sobre a mortalidade, que foi a gripe Espanhola tem uma letalidade estimada em 2%. E a gente tem... Eu faço esse alerta, porque são quadros diferentes que a gente vai tratar.

Pode passar o próximo. Aí é só para ilustrar o mapa que vem a informação que a gente já estava falando, a China, a Tailândia, o Vietnã aparecem como os países com maior número de casos e de mortes. Mas nós temos casos lá na Turquia e casos já detectados também no Iraque.

Pode passar. Pode passar. É o mesmo mapa. Bom mudando agora de capítulo, entrando na influenza sazonal, essa que acontece aí todos os anos e que é um problema. A grande medida para reduzir o impacto da influenza sazonal é fazer vacinação, principalmente dos grupos mais vulneráveis às complicações da influenza que são as pessoas acima, no mundo inteiro acima de 65 anos. Essa é a recomendação. Aqui no Brasil quando a nossa lei do idoso fixou na idade de 60 anos, o Ministério da Saúde resolveu seguir essa... Para que a gente fale a mesma linguagem no país e adotamos desde 99, a vacinação a partir dos 60 anos. Essa vacinação é gratuita, é precedida de uma campanha de mobilização, publicitária, o que faz com que o Brasil tenha, por exemplo, alcançado esse ano 86% de cobertura vacinal nessa faixa etária. Sem, assim, sem ufanismo, mas é uma das maiores coberturas vacinais do mundo nessa área.

A Organização Mundial de Saúde no ano passado, em novembro, numa reunião sobre a influenza, recomendou que os países desenvolvidos que oferecem a vacina, procurassem alcançar pelo menos 75% de cobertura vacinal, de maneira a proteger mais a população idosa. E logicamente se o vírus da pandemia tiver numa similaridade com as cepas que a gente usa na vacina do dia-a-dia, todos os anos, a gente pode ter alguma proteção cruzada, ou seja, alguma maneira poderia beneficiar. Isso não é um dado certo, mas poderia. Nós já alcançamos 86%. A vacina de influenza, infelizmente, ela é específica para cada subtipo, então nós não temos ainda uma vacina que protegesse contra todos os subtipos de influenza. Nessa vacina da influenza sazonal a gente coloca os três subtipos que mais circularam no Brasil no ano anterior, de maneira a procurar fazer com a vacina tenha o balanço mais adequado e proteja mais a população. Bom, já estamos preparando aí a campanha brasileira de vacinação de 2006, que vai acontecer no mês de abril. A gente faz em abril, porque como a gente leva dois meses para ter o pico do benefício da vacina, as pessoas chegam na nossa época de transmissão da influenza sazonal que é entre junho e agosto com o máximo de proteção auferida pela vacina.

Uma outra questão importante é fortalecer a vigilância de influenza. Gripe é muito comum. Então gripe

a gente não conta caso a caso. O que a gente faz com gripe é fazer uma vigilância em unidades sentinelas, que numa amostras das pessoas que apresentam quadro de síndrome gripal é colhido o material e esse material é enviado para identificação viral nos laboratórios. Isso faz, tem dois benefícios. O primeiro é que a gente passa a ter segurança de que na vacina para o hemisfério Sul, que é a vacina que a gente usa no Brasil, os subtipos que circulam no Brasil tem um peso importante. Antigamente a vacina que era recomenda para o hemisfério Sul, era formada basicamente pelas três cepas ou subtipos que mais circulavam na Austrália. Atualmente o Brasil já fornece uma quantidade grande de isolamentos virais para que a OMS tenha uma formulação mais equilibrada do hemisfério Sul. Nós temos 46 unidades sentinelas em 21 Estados que fazem essa captação. No ano passado 254.410 pessoas passaram nessa rede e tinham síndrome gripal e uma amostra delas foi colhido material para fazer isolamento viral. Um outro benefício é que havendo um caso de um surto de influenza mais grave, principalmente em ambiente fechado, em quartel, em creche, em asilo, em escolas a gente tenha condições de rapidamente identificar qual é o subtipo circulante e identificar se é algo inusitado, algo não previsto.

Pode passar. Bom, entrando agora no último capítulo aí que é a pandemia. A pandemia ocorrerá quando e se o vírus aprender a se transmitir de pessoa para pessoa, como eu falei por um daqueles dois mecanismos. Ou ele vai aprender trocando material genético com o vírus da influenza humana e gerando um outro vírus ou ele vai fazer mutações internas que lhe dê a capacidade de ser transmitido de uma pessoa para a outra. A possibilidade de ocorrência é alta, mas é imprevisível quando eu vi uma e pela nossa ansiedade social de termos, números e datas e previsões, eu vi uma única pessoa no mundo arriscar um prognóstico que duraria 18 meses. É uma pessoa, inclusive, que trabalha em laboratório. Eu tenho o maior respeito por laboratório, mas é um profissional absolutamente desqualificado para trabalhar com modelos matemáticos de projeção sobre epidemias, tanto que nem a Organização Mundial de Saúde, nem o CDC Americano, nenhum órgão que trabalhe há décadas com saúde pública e com vigilância se arrisca a referendar qualquer previsão. Infelizmente é incerto se vai ocorrer em 18, em 8, em 3, em 24 ou em 36 meses. Nós não temos condições hoje de prever qual percurso o vírus vai desenvolver e se vai desenvolver para causar a pandemia. É imprevisível também o impacto. O impacto eu trouxe, nós tivemos no século passado três pandemias. A gripe espanhola foi devastadora, estima-se que 500 milhões de pessoas adoeceram, de 20 a 40 milhões de pessoas podem ter morrido, uma estimativa, uma faixa muito grande. Mas mesmo na perspectiva otimista, foi uma situação dramática no mundo, de 20 a 40 milhões de pessoas. Era um mundo diferente do que a gente tem hoje.

Nós estamos falando de um mundo... É a Primeira Guerra, fome, inclusive na Europa, milhões de pessoas migrando e alguns recursos que nós temos hoje relativamente, amplamente disseminados como os antibióticos não existiam ainda naquela época. Então, grande parte das pessoas que morreram na gripe espanhola, morreram em decorrência das pneumonias bacterianas que se sucedem, às vezes, episódios de gripe e naquela época não havia ainda sido descoberto os primeiros antibióticos, que só ocorreram nos anos 40. Nós tivemos uma segunda pandemia que ficou conhecida como a gripe asiática nos anos 50. A gripe asiática estima-se que pode ter matado entre um a dois milhões de pessoas. E tivemos uma última pandemia no século passado que foi a gripe de Hong Kong nos anos 60. Essa estima-se que pode ter matado entre 750 mil pessoas a 1 milhão de pessoas, ou seja, uma pandemia apesar do nome ser um nome que nos impacte, ela tanto pode ser algo devastador e dramático como foi a gripe Espanhola, até um evento que chega muito próximo... [Corte de áudio] É que eu já estou me alongando. Mas eu estou perto de acabar. Ou pode ser algo que tenha um impacto muito parecido... [Corte de áudio] Dentro de um inverno mais rigoroso, por exemplo. Tanto que existem eventos, a chamada gripe russa que até hoje tem debate. Tem gente que foi uma pandemia e tem gente que não foi. E a própria gripe... [Corte de áudio] Por exemplo no caso do Brasil não foi percebida como um problema de saúde pública. Quer dizer, o impacto ele pode ser muito forte ou muito baixo... [Corte de áudio] Também aqui eu repito, é imprevisível. Por isso a gente tem que se preparar para os piores cenários. Mas é diferente da gente ter informações de afirmar seguramente que aquele cenário vai ocorrer.

Pode passar. Nós nos encontramos hoje na fase três, dentro de um sistema que a Organização Mundial de Saúde propõe, que todos os países estão seguindo. A gente está num momento em que em vários casos, já é um caso, vários casos de infecção humana com um novo subtipo viral em algum pais estrangeiro de outro continente. No caso do Brasil é isso que a gente está passando. Então estamos aí acelerando o processo de preparação, mantendo o que se chama de vigilância em alerta para que a gente possa ter tanto de pessoas que vêem desses países, como na questão das aves mais afeta aí ao Ministério da Agricultura.

Pode passar.... [Corte de áudio] De preparação nossa para pandemia de influenza, ele... [Corte de áudio] Em alguns pressupostos, fortalecer a vigilância epidemiológica, por quê? Porque detectar no início ou não faz uma diferença absurda em termos de saúde pública, quer dizer, a SAS que foi a última grande emergência que a gente passou no mundo. Aquele evento ficou conhecido como a pneumonia asiática em 2002, nitidamente o fato de não ter se percebido o início daquele ciclo de transmissão não usual, fez com que a gente tivesse casos no Canadá, nos Estados e em alguns países da Europa. Se a gente perceber a fagulha, a gente consegue conter com os recursos que a gente tem hoje, a gente consegue conter no início. Se a gente só perceber quando tiver um incêndio configurado, aí o combate todo terá muito mais dificuldade.

Uma segunda questão é o provimento de insumo estratégico, que eu vou falar de vacinas e antivirais. Também a previsão de necessidade na área assistencial, então os modelos matemáticos estão sendo usados para que a gente possa ter a previsão de quantos leitos serão necessários, UTI, medicamento e etc. O planejamento da comunicação social e a previsão de medidas de contensão que podem ser necessárias, suspender aula numa escola se for necessário, impedir comércio de ave entre Estados se tiver um caso de gripe aviária, tanto no caso da gripe aviária como na pandemia, medidas de contensão tem se mostrado extremamente eficazes quando são adequadamente adotadas.

Pode passar. Eu acho que voltou. Aí. Não, só, rapidamente o sistema de vigilância sobre aves migratórias é um processo que a gente vem desenvolvendo desde 2002. Ele na verdade no início se destinava só no vírus da influenza, particularmente, mas também de outra doença que tem nos Estados Unidos e região do Egito, provavelmente, a febre do Nilo Ocidental que pode ser transmitido por aves. Então, a gente vem fazendo inquéritos sorológicos em aves migratórias de invernada e nos animais do entorno. Até hoje não identificamos nenhum vírus de influenza de alta patogenicidade.

Pode passar. Aí é um centro de informações estratégicas, uma sala de situação que está sendo inaugurada agora no mês de março lá no Ministério da Saúde, para permitir um acompanhamento mais, vamos dizer assim, em tempo real e com mais transparência para a sociedade, para a imprensa, para os Parlamentares, para o Conselho de Saúde para a gente acompanhar não só a influenza, mas em qualquer surto, epidemia, o que está ocorrendo.

Pode passar. E aí a gente tem a capa do nosso Plano de Influenza, esse plano começou a ser preparado já em dezembro de 2003, quando foi identificada a ressurgência do H5N1, nós tivemos várias sociedades especialistas, virologistas, técnicos de laboratórios, professores, pesquisadores trabalhando no plano, apresentando esse plano no Seminário Internacional em novembro no Rio de Janeiro... [Corte de áudio] Participantes, pessoas da OMS, Organização Mundial de Saúde, Organização Pan-americana, do Canadá, dos Estados Unidos, do Chile. Tivemos uma participação em várias reuniões internacionais.

O Presidente da República instituiu em outubro um grupo Executivo Interministerial, onde senta o Ministério da Saúde, Agricultura, Planejamento, Fazenda, Justiça, Relações Exteriores, gabinete de Segurança Institucional, Casa Civil, acho que não esqueci nenhum. Sob coordenação do Ministério da Defesa, Esqueci um fundamental, sob coordenação do Ministério da Saúde. Esse grupo vem trabalhando procurando integrar ações nessas várias áreas. E tivemos uma primeira simulação feita agora no mês de fevereiro, com a idéia de testarmos se os frutos estão funcionando. Então, fizemos primeiro aqui em Brasília no hospital de Referência que é o Hospital Regional da Asa Norte e Hospital Emílio Ribas em São Paulo. A gente fez uma simulação para a situação atual. Nós não temos ainda pandemia ocorrendo no mundo. O que é que pode correr hoje? Ou é chegar uma ave migratória e se chegar o Ministério da Agricultura e a Secretaria da Agricultura vão ter que agir rápido, para conter e impedir a contaminação do rebanho ou chegar uma pessoa que se infectou lá na Ásia e veio para o Brasil. O risco para a saúde pública brasileira nesse momento seria nenhum. Porque não há transmissão de uma pessoa para outra. Seria um evento gravíssimo para a pessoa que está doente. Então, nós fizemos uma simulação se chegando uma pessoa nessa condição, vindo da Turquia ou da China a equipe do hospital estava preparada, sabia o que fazer em termos de biossegurança, sabia que tinha que comunicar rápido e comunicou rápido para o órgão de vigilância epidemiológica, para a gente avisar mesmo sendo pouco provável, não tem transmissão entre pessoas humanas. A gente teria que vigiar todos os contatos daquela pessoa. Então foi feita essa primeira simulação que a gente pretende agora estender a todos os Estados brasileiros, para que a gente vá testando fluxo, processos e ter tudo funcionando na hora em que seja realmente necessário.

Pode passar. O plano tem todos esses capítulos que vai desde a epidemiologia da influenza, as fases, etc. Até o aspecto da legislação brasileira, que a gente está fazendo uma revisão, para verificar se necessitam outras normatizações para medidas, por exemplo, de contensão que venham a ser necessárias.

Pode passar. Tem um conjunto de anexos feito por especialistas, pegando aspectos clínicos para que os médicos saibam como tratar. Recomendações para diagnóstico, para laboratório de biossegurança, com produção de vacina, manejo clínico de paciente.

Pode passar. Recomendações para os hospitais, que hospitais de referência que atendem esses pacientes com infecção por nova cepa de influenza, que são esses casos graves, até ações de vigilâncias em portos, aeroportos e fronteiras, que já estão sendo adotadas. A medida atual preconizada é de alertar passageiros que vão para países que têm foco de gripe aviária, que evitem contato com ave. Essa é a única recomendação. Não é ainda necessário suspender viagem para nenhum país do mundo, desde que a pessoa evite ter esse contato direto com ave, na medida que só nesse caso é detectada a contaminação de pessoas. O Ministério da Agricultura com a ANVISA também estão implantando, eu creio que agora até abril, uma espécie de um raio X, um raio X que nos grandes aeroportos brasileiros que recebem vôos internacionais, possa detectar a presença de material biológico dentro da bagagem de pessoas. Nunca foi detectado transmissão de gripe aviária por essa via. Mas como ela pode ocorrer está se tomando essa medida que vai proteger não só contra ela, mas contra outras possibilidades de importação que possam ameaçar o nosso rebanho.

Pode passar. Bom, a gente já tem algumas atividades em andamento. A extensão e aprimoramento do sistema de vigilância da influenza, incluindo os laboratórios, investimento a produção nacional de vacina. A gente já em 2003, numa iniciativa conjunta, Ministério da Saúde e Governo Estadual de São Paulo, foi feito um investimento de cerca de 50 milhões, 30 milhões do Ministério da Saúde, e 20 milhões do Governo de São Paulo, para instalar uma fábrica de vacinas de gripe no Instituto Butantã. Vai ser a primeira fábrica em país não desenvolvimento, ou seja, é uma vantagem enorme que o Brasil tem nesse caso. Só existem hoje oito produtores de vacina contra influenza no mundo. Todos estão ou nos Estados Unidos, ou na França, ou na Inglaterra.

Quer dizer, todos estão num círculo muito pequeno de países desenvolvidos. A nossa será a primeira feita num país não desenvolvido. Ela está sendo feito com assessoria técnica dos maiores fabricantes de vacinas do mundo, Aventis Pasteur e vai estar totalmente pronta no final desse ano. Os equipamentos instalados e testados até metade de 2007. Ou seja, no 2º semestre de 2007 essa fábrica terá condições de fabricar, pelo menos, 30 milhões de doses de vacina. A fábrica é voltada não é para pandemia. A fábrica é voltada para produção de vacinas contra a influenza. Se ocorrer a pandemia ela fará a vacina contra a pandemia, senão essa fábrica fará a vacina que a gente utiliza no Brasil todos os anos na campanha de vacinação dos idosos. Como ela só estará funcionando para o ano, nós fizemos um repasse de 3 milhões, cerca de 3 milhões de reais para o Butantã e já está pronta uma unidade piloto em fase de teste, o Instituto Butantã já recebeu desde o final do ano passado, a cepa H5N1 da Organização Mundial de Saúde e nós vamos começar a preparar a vacina. Logicamente que vai ser uma preparação inicial, experimental para aprendermos bem a fabricar a vacina. Essa vacina será testada e estocada num pequeno estoque estratégico. Porque é que é a gente não fabrica milhões de doses contra o H5N1? Porque infelizmente como a vacina é específica para cada subtipo nós não temos nenhuma certeza, ao contrário, a certeza é ao contrário, é que vacinas fabricadas para o H5N1 que está circulando hoje, provavelmente não terão eficácia contra o H5N1 modificado que causará a pandêmica. Essa preparação está em andamento. Não procede uma publicação, uma reportagem sensacionalista que foi feita no Brasil há cerca de duas semanas atrás, que falava que vai ter problema com a CTN-BIO. Não haverá problema nenhum. O Brasil já fabrica uma vacina por engenharia genética, que ele é um misto de desconhecimento e um misto também de sensacionalismo. Há cinco anos que a gente já fabrica no Brasil uma vacina por engenharia genética, que é a vacina contra a hepatite B, que é totalmente feita por engenharia genética. Essa vacina infelizmente ainda não há tecnologia de engenharia genética. A única coisa que foi feita é que como foi feita uma modificação genética na cepa original do H5N1, o Instituto Butantã comunicou a CTN-BIO, mas não há nenhum empecilho administrativo para que o Brasil produza isso. Terceiro, a outra grande medida que está sendo preconizada é o estoque de antiviral. Tem um medicamento que tem uma eficácia. Não é uma eficácia de 100, mas ele tem eficácia contra qualquer subtipo do vírus da influenza, que é um medicamento OSELTAMIVIR. Comercialmente chamado de Tamiflu. O Brasil já adquiriu 9 milhões de tratamentos, que corresponde a cerca de 90 milhões de doses. Esse medicamento já está sendo entregue ao Brasil. Será entregue durante todo o ano de 2006, ele vai ficar estocado no Ministério da Saúde e parte nas Secretarias Estaduais de Saúde para dar velocidade no uso. E ele tem duas utilizações. Ele tanto será usado para tratar as pessoas acometidas, como pode ser usado também para fazer bloqueio. Ou seja, pessoas que tiverem contato com a pessoa contaminada no caso de ocorrer a pandemia, tomando duas doses do Tamiflu nas primeiras 48 horas, a gente tem uma chance grande de que eles não venham adoecer e com

isso não transmitam. Então o grande uso do Tamiflu vai ser naquele espaço de tempo que será necessário entre começar a pandemia e iniciar a produção da vacina, a gente vai ter aí uns três, quatro meses até ter a vacina pronta, ou seja, nesse intervalo de tempo o Tamiflu seria extremamente importante para conter a disseminação.

A Organização Mundial de Saúde estima que se a transmissão entre pessoas humanas for detectada nas primeiras três semanas, bastaria de um a 3 milhões de dose de Tamiflu para a gente bloquear, abortar na fonte e impedir que ocorresse a pandemia. Então eu creio que é importante ter os insumos estratégicos e mais importante ainda é ter uma utilização racional desses insumos. As pessoas que comprarem Tamiflu para se protegerem, não tem nenhum papel. Não vai proteger ninguém, ninguém sabe o efeito que o Tamiflu tem a longo prazo, ele pode até fazer mais mal para a pessoa se a pessoa tomar continuado do que no caso da gripe e isso vai aumentar a chance de que o vírus aprenda a sobreviver ao Tamiflu, que é o fenômeno natural da resistência que eles têm. O inquérito viral que eu já fiz referencia.

Pode passar. Eu estou no final mesmo. Capacitação de profissionais nós estamos distribuindo uma parceria como Conselho Federal de Medicina, 200 mil Cds para todos os médicos brasileiros por mala-direta. Esse treinamento já está disponível no site do Ministério da Saúde e a idéia é informar os médicos preventivamente de como agir diante de um caso. Foi feito em parceria com especialistas, sociedade brasileira de infectologia e outros grupos. E a gente tem dentro daquele grupo Executivo Interministerial, vários grupos trabalhando. Um de comando e controle que está procurando fazer a interligação, será feito ainda nesse primeiro semestre das salas de situação da Presidência da República, do Ministério da Defesa, do Ministério da Agricultura, do Ministério da Saúde para caso haja necessidade da gente poder acompanhar em linha, em linha a situação a revisão da legislação que eu já falei, a comunicação que já tem um plano elaborado e discutido com base, base simples, transparência para que a população tenha conhecimento efetivamente do que está ocorrendo sempre, qualquer aprendizado e a gente teve um aprendizado duro no Brasil nos anos 70, quando houve uma tentativa de controlar a divulgação de que estava ocorrendo uma epidemia de meningite meningocócica no Brasil causou um efeito muito pior. As pessoas tiveram além da epidemia de meningite uma epidemia de pânico, então um dos pilares é a transparência.

O outro é só trabalharmos com o que é científico e tecnicamente fundamentado. Previsões sobre... Que não tem base técnica científica sustentável, elas não têm nenhum papel. As pessoas não ficam mais preparadas ou menos preparadas se a gente disser, marcar a data que vai chegar nada. O que a gente tem que trabalhar é como se fosse chegar hoje, ou seja, se chega uma ave migratória hoje, a agricultura brasileira está preparada para conter rapidamente e evitar o rebanho de ser contaminado? É isso que a gente tem que responder. E aparte de logística que está reunindo permanentemente informações do Ministério.

Então, eu concluí aqui. Eu peço desculpas aí pela extrapolação do tempo. Mas eu tentei falar assim em uma linguagem incompreensível, assim, muito epidemiologês, como a gente fala, para que a gente possa depois ter condições de tirar todas as dúvidas dos senhores Senadores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Quero agradecer ao Dr. Jarbas que apesar do tempo que tomou, trouxe uma certa tranqüilidade para nós e dizer que aqui está o Presidente, também, da Comissão de Assuntos Sociais. E passo a palavra para ele, porque pelo regimento é o mais velho. Como eu não quero discutir quem é o mais velho, eu passo para você a Presidência. [Risos]

(Troca de Presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu agradeço ao Presidente Cristovam Buarque na qualidade de Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, eu assumo interinamente a Presidência, desde quando eu vou ter que me ausentar dessa Sessão para participar de uma outra na Comissão de Justiça, onde está sendo votado nesse instante o nome da Ministra Ellen Grace, para a Presidência do Conselho Nacional de Justiça e ainda há um projeto no qual eu sou Relator da autoria do nobre Presidente Cristovam Buarque, da maior importância, que se eu não estiver presente, naturalmente, que esta matéria não entrará em votação. Sendo assim, antes de me retirar, eu gostaria de aproveitar essa oportunidade para agradecer aos convidados que aqui compareceram. Dr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior e a Coordenadora do Observatório do Mercado de Trabalho, Dra. Paula Montagner. O Dr. Jarbas é o Secretário de Vigilância Sanitária e Saúde, que deu uma palestra realmente importante, aprofundando essa questão da gripe aviária ou a gripe do frango, que preocupa o mundo inteiro e o Brasil que ainda não teve nenhuma incidência desse vírus, felizmente pela forma, pelo relatório aqui apresentado o Ministério da Saúde está devidamente preparado. É bom que isso não aconteça. Que Deus nos ajude que isso não venha acontecer aqui no Brasil. Mas o Ministério da Saúde dentro daquele espírito de previsão que caracteriza,

o Ministério de responsabilidade, está se adequando de forma oportuna para a eventualidade deste acontecimento que ocorreu em outras partes do mundo no século passado e agora está ocorrendo na Ásia.

Portanto, eu pediria, Sr. Presidente Cristovam Buarque, que aqui ocupasse o meu lugar o Presidente da Subcomissão de Saúde da Comissão de Assuntos Sociais, o Dr. Papaléo Paes, Médico emérito do Estado do Amapá, que ocupará o meu lugar e, conseqüentemente representará nesta Mesa a Comissão de Assuntos Sociais. Obrigado.

(Troca de Presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu assumo outra vez a Presidência, agradecendo muito a presença do Senador Valadares pedindo que faça um parecer bem favorável ao meu projeto--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Já está favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E convido o Senador Papaléo. Eu quero cumprimentar, sem querer fazer nenhuma distinção dos outros Senadores presentes, dois médicos mais que nós temos... Também?... Três, então. Os três médicos que nós temos presentes. Senador Papaléo. E aproveito para passar a palavra para a Dra. Paula Montagner.

SRA. PAULA MONTAGNER: Bom. Bom dia a todos. Eu venho representando o Ministro do Trabalho que não estava podendo estar presente nessa reunião. Mas ele sempre reputa muito importante estar trazendo à vocês alguma sorte de informação, a respeito dos impactos econômicos em especial dos impactos para o emprego que podem ocorrer uma vez que como nos explicou o colega da saúde, talvez a gente seja mais feliz em controlar os impactos de saúde que propriamente os impactos econômicos num primeiro momento. O Ministério do Trabalho ainda não desenvolveu nenhuma ação específica para essa questão. Então a minha preocupação é trazer algum conjunto de informação para que vocês tenham uma idéia de como é estruturada, como são estruturadas as empresas brasileiras que atuam na criação de aves e no abate de aves. Elas estão longe de ser empresas pouco estruturadas, elas são empresas de grande porte, tanto pelo volume de recursos aportados, pela logística que elas foram obrigadas a desenvolver uma vez que nós somos grandes exportadores desse produto. Pela logística nacional de distribuição, uma vez que seguramente a carne de frango é uma das fontes de proteína mais importantes da Cesta Básica brasileira hoje em dia. E nos pareceu que seria, pelo menos, importante que as pessoas tivessem algumas noções que a contribuição que o Ministério do Trabalho pode trazer nesse momento.

Eu não trouxe uma apresentação muito grande, mas eu acho que tem alguns grandes números que podem ser objeto de memória de vocês, para vocês terem um parâmetro. No ano de 2005, a gente deve ter, a gente tem informações estatísticas bem organizadas considerando não apenas o lado formal da economia, mas também o lado informal para 2004. Mas considerado o lado formal da geração de emprego onde vão estar a maioria das empresas de maior porte, nós vamos estar falando de aproximadamente 40 mil postos de trabalho, 82 mil em empresas associadas à criação, ao criatório de frangos, galinhas e pintinhos e 150 mil trabalhadores no abate de aves, principalmente uma vez que agrega-se além do abate de aves, abate de animais de pequeno porte nesta categoria. Para vocês terem uma idéia da importância que isso tem isso é mais ou menos 1% do total de empregados com carteira de trabalho assinada nesse país, que a gente consegue registrar por qualquer um dos indicadores. Seja as pesquisas domiciliares, sejam os dados administrativos que as empresas enviam ao Ministério do Trabalho via RAIS e via CAGED.

Agora, quanto ao impacto do emprego e desemprego, eu gostaria de lembrar a vocês que esse segmento, apesar de ser um segmento que tem no caso das empresas de criação de aves, número médio de trabalhadores da ordem de 775 empregados e os abatedouros que tem uma média de 1300 empregados, 40% desses trabalhadores mudam de emprego a cada ano. Então, há uma rotatividade de mão-de-obra muito importante que torna muito complicado que a gente avalie exatamente o impacto de desemprego que a gente pode ter. Por quê? Porque você vai estar lidando permanentemente a cada ano com uma variação que é expressiva, que é da ordem de 40 mil pessoas que mudam de emprego nesses setores. Então, há uma dificuldade de avaliar um impacto imediato.

Uma das coisas que nos preocupou quando nós fomos olhar esses dados é que os impactos não são idênticos no total do país. Eles são diferenciados uma vez que nós temos uma predominância tanto das empresas que criam as aves quanto dos abatedouros na região Sul e no Centro-Oeste. O que me deixou muito preocupada com aquele mapinha de aves migratórias, mas o colega me deixou muito mais tranqüila. Porque a gente tem, inclusive, um centro epidemiológico ali que pode rapidamente captar essas informações. Para vocês terem uma idéia, nós vamos ter os maiores produtores de carne em Santa Catarina, no Paraná, no Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Norte. Mas temos também uma criação

muito importante, embora o abate não apareça como muito importante em Pernambuco, Alagoas, Roraima e Amazonas. Então, são setores todos que têm, são Estados todos que têm empresas de grande porte com pelo menos mil empregados. Não é um número desprezível, vocês que estão acostumados a lidar com a importância que tem as pequenas e médias empresas, a gente está acostumado a pensar no nosso país na maioria dos setores como tendo uma média de trabalhadores muito mais baixa.

Esse setor, tanto o de criação quanto o de abate, no Paraná, em Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, no Rio Grande do Sul, a média de empregadas é de 2000 empregados por estabelecimento. Então esta rotatividade não é desprezível, nós estamos lidando com grandes empresas. Agora nós temos duas vantagens, eu acho que é muito mais fácil o controle do que se passa com algum problema que a gente venha a ter, porque ao contrário de outros países em que a média de tamanho dos criatórios e do próprio abate é muito menor. Pelas informações que nós temos no Ministério, nós estamos lidando com um número relativamente restrito de empresas que lidam tanto com a criação quanto com o abate. Nós estamos falando de mais ou menos seis mil e 700 empresas responsáveis pela criação de animais e com 1600 estabelecimentos de abates de ave. O que torna muito mais viável que o Ministério do Trabalho possa auxiliar o Ministério da Saúde no controle de alguma situação, porque é muito mais fácil as formas de localização das grandes empresas de criação e o que é uma coisa que eu acho que, talvez, seja importante, formas de controle da contaminação dos trabalhadores nessas empresas, porque se eu bem compreendi a gente vai ter também que de algum modo capacitar tanto as empresas de criação de aves quanto as empresas de abate para a incorporação nas suas medidas de segurança e saúde às medidas que evitem a contaminação com qualquer forma viral que possa aparecer no país. Acho que é uma... Saber com que números estamos lidando pelo menos para o lado mais comercial da criação, porque a gente sabe que ainda existe pelo país uma série de situações e que a gente cria galinha, pequenos estabelecimentos, a própria criação, mas ela hoje em dia ela responde por uma fração, pelo menos dos meus colegas com quem eu falei em outro Ministério, para a discussão do grande impacto econômico o que importa é razoavelmente mapeado através desses números que eu coloquei. Eu acho que a gente ainda não tem medidas claras do impacto que teria uma diminuição das exportações de frango.

As exportações de aves no Brasil hoje vêm crescendo, aliás, nos últimos anos, eles são uma parte importante da pauta brasileira de exportações, mas a gente já vem observando algumas indicações das principais empresas, chamando atenção da importância para que se caminhe para produtos tratados, pra produtos que incorporem maior valor adicionado, que significaria cozimento da carne e a preparação mais... E a elaboração... Algum trato com a elaboração da carne de frango. Então, a nossa preocupação é uma preocupação de manutenção de uma atenção em relação às informações que a gente venha a ter da existência desse vírus aqui no Brasil. Por enquanto a gente vê pelos mapas que a gente pode, inclusive, ser uma das áreas beneficiadas se a gente não conseguir controlar rapidamente qualquer surto que venha a acontecer, sem perder a capacidade de exportar e com um impacto minimizado também nas atividades econômicas. Mas nós ainda não temos modelos matemáticos completos para isso. Isso vai ser objeto de um acompanhamento de tal modo que a gente não seja surpreendido por uma situação de geração de emprego inesperada. Mas o Ministério do Trabalho tem se mostrado bastante atento em outras situações, em que segmentos específicos foram afetados, foi possível de alguma forma criar uma proteção à situação de desemprego. É o caso do calçado no ano passado a quem foram estendidos os trabalhadores que sofreram desemprego foi estendido o seguro-desemprego.

Eu sei que essa não é a situação mais importante. Eu acho que a questão da saúde é a mais importante, mas não custa a gente lembrar que existe um Sistema Nacional de intermediação de mão-de-obra hoje no Brasil, o qual está articulado o seguro-desemprego e ele vem sendo mobilizado exatamente para atender situações esporádicas e principalmente situações que causem para um número significativo, não é um número desprezível, nós estamos falando de 1% dos trabalhadores com vínculo formal, alguma sorte de reparação caso eles já não façam jus o que é possível que ocorra. Uma vez que nós estamos falando que 40% desses trabalhadores podem não ter, podem não estar habilitados ao recebimento do seguro-desemprego. Mas o Ministério do Trabalho vai estar atento para essas discussões. Eu não vou me estender mais, porque eu acho que essas são as informações que a gente tem disponíveis no momento. Eu só gostaria de lembrar que a inspeção de saúde do Brasil é considerada uma das melhores e é considerada padrão para a América Latina e ela pode ser mobilizada com bastante antecedência e ela incorporar-se junto aos demais ministérios a esta... A capacidade que a gente tenha de responder rápida e prontamente ao aparecimento desse surto no nosso país. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não há Senadores inscritos.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente. Eu só quero, se me permitir antes de iniciar a fala... Não. Não. Quero entrar na fila aí dos inscritos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Estão abertas as inscrições.

SR. SENADOR JONAS PINHEIRO: Sr. Presidente, Senhor e Senhora que vieram nos dar essa lição. Eu só queria acrescentar, Dr. Jarbas, que já noticiou confirmada a presença também da gripe na Dinamarca. Ontem um laboratório especializado na Inglaterra já confirmou a presença também na Dinamarca. Com respeito ao impacto econômico, esse impacto é muito grande se por acaso acontecer problema da gripe das aves no Brasil. Pois o mercado europeu que importa o nosso frango já retraiu. Retraiu, porque o consumidor está consumindo menos carne. E só a Sadia semana passada já estava com 400 toneladas de frango parado. Isso significa, claro, um desemprego enorme. Não vai continuar produzindo e estocando, estocando frango. E hoje essa atividade aviária ela é muito grande, porque como disse a senhora é um produto que faz parte da Cesta Básica brasileira. É a mais barata que tem. Inclusive, o grande concorrente hoje de nós pecuarista é exatamente o frango. Carne no Brasil não reage ao preço. É porque tem muita carne e o frango passou a ser a proteína preferida do consumidor brasileiro. Portanto, eu quero apenas parabenizá-los e ficar mais despreocupado no ponto de vista de saúde e econômico com as declarações do Dr. Jarbas Barbosa. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Agradeço. E passo a palavra ao Senador Paim que, inclusive, é um dos autores da convocação desta audiência.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Cristovam Buarque, Presidente dessa Comissão, Senador Papaléo Paes, que aqui representa a Presidência da Comissão de Assuntos Sociais e é Presidente também da Subcomissão que trata da Área da Saúde, os nossos convidados, Jarbas Barbosa da Silva Júnior, Secretário de Saúde. E a Paula que eu conheço já do Observatório do Mercado de Trabalho. Primeiro, ao mesmo tempo que eu quero fazer algumas considerações, eu deixo para o Dr. Jarbas o seguinte questionamento: Quando nós começamos na tribuna do Senado a falar da nossa preocupação com a chamada gripe aviária, claro que nós não somos especialistas na área. Eu não sou médico, mas estamos acompanhando o debate no mundo todo e conseqüentemente o Brasil não é, como é que chama? Uma ilha distante dessa realidade internacional. E nós sabemos que o deslocamento das aves nós não temos controle e muito menos o Brasil tem controle. Mas eu ouvi muito a seguinte expressão: "Pô, mas com tanta malária aqui no Brasil as pessoas vão se preocupar com a gripe aviária?" Eu acho que não é uma expressão feliz. A malária existe, nós temos que combatê-la, mas não podemos desconhecer aquilo que pode ser um desastre internacional. Esse debate foi no plenário do Senado e que as expressões eu vi e que envolverá como aqui foi dito, quem sabe até a vida de milhões de pessoas. Tomara que não aconteça. Eu sou o primeiro que rezo todo dia de manhã, embora tenha tocado nesse assunto inúmeras vezes, Senador Papaléo Paes, Cristovam Buarque e outros tantos, agora, nós temos que estar preparados. Como alguém já disse: "Se você quer mesmo a paz prepara te também para a guerra. Como é que você vai fazer a defesa do seu povo e da sua gente?" E eu quero dizer que aqui na linha também que falou. Em primeiro lugar a vida, ninguém tem dúvida quanto a isso. Essa é a nossa maior preocupação. Mas sem sombra de dúvida embora ela não tenha chegado aqui no Brasil, o impacto negativo na economia, como falou o Senador Jonas Pinheiro, é verdadeiro, já é um fato real nas nossas vidas consequentemente, claro, nas nossas vidas. Se os dados que a gente tem preliminares mostram que no campo da exportação em torno de 9% já houve um decréscimo que significa uma redução de mais de 50 mil toneladas de imediato, aqui fala-se 80 mil toneladas. A previsão de que o setor perca no mínimo 525 milhões de dólares ainda este ano. É um quadro real. Nós não podemos desconhecer isto. Conforme cálculo da Embrapa que eu tenho aqui.

A cadeia produtiva de frango, toda a cadeia produtiva de frango gera quatro milhões de empregos do país, dos quais 400 mil podem desaparecer. Ora, 400 mil empregos dentro da realidade brasileira se nós multiplicarmos aí dois dependentes, quantos milhares e milhares ou até milhões de pessoas serão prejudicadas diretamente. A redução das exportações das grandes empresas tem com certeza provocado impacto negativo no pequeno avicultor, como a Paula também aqui coloca, que é obrigado a reduzir a produção de frango.

Eu vou entrar na Área da Saúde, mas eu demonstrei aqui todas as minhas preocupações. Quero dizer que a preocupação é tanta que na AVIPAL, por exemplo, e a Paula fala também, já estão demitindo. É demissão e férias coletivas pela redução da exportação de frango. E eu tenho aqui um documento que eu recebi agora pela manhã da Federação dos Trabalhadores da Alimentação do Estado do Rio Grande do

Sul, que eles têm uma reunião hoje a tarde em caráter de urgência urgentíssima com a superintendência do Ministério da Agricultura e a delegacia do trabalho no Rio Grande do Sul para discutir a questão do impacto da gripe aviária e claro na região Sul e outras partes também do país.

Quero cumprimentar os dois expositores. O Dr. Jarbas que nos deu aqui uma aula do assunto. Claro que a gente não domina. Nós não somos especialistas. Eu digo, eu sempre tenho afirmado que eu não gosto muito dos generalistas, aqueles que dizem que entendem de tudo, porque quem entende de tudo não entende de nada. E eu não entendo de tudo, graças a Deus. E aqui o Dr. Jarbas nos botou efetivamente as informações precisas, como é que está o movimento, quais as suas preocupações, o que pode ou não pode acontecer e quais as preocupações que está tendo o Governo. Dra. Paula também lembra que nós temos que nos preocupar efetivamente com o lado do emprego e o que o Governo vai ter que pensar até num aporte de recursos se houver um desemprego em massa como está havendo na área do calçado, devido ao valor do dólar estar despencando em relação ao real, que principalmente também lá no Rio Grande do Sul, infelizmente, são milhares de trabalhadores que estão perdendo o emprego, devido a essa situação. Então se conjuga a questão dólar relação dólar, significa menos exportação, mais desemprego. E agora a gripe aviária menos exportação mais desemprego.

Então eu levanto aqui as minhas preocupações que efetivamente o Governo brasileiro está a apontar pelo que vejo pelos dois expositores, a precaução e as precauções na Área da Saúde, que eu acho adequada, correta e temos até que pensar em aporte de recurso da peça orçamentária para toda essa, a intenção de efetivamente não permitir que o fato se desenrole da forma como alguns anunciam, que o Doutor colocou muito bem, eu estava aqui com os dados da Isto É e outras revistas, que diz que chega aqui em setembro. Eu estava de fato preocupado. V.Exª. me tranqüilizou que qualquer futurologia de achar que vai chegar em três meses, seis meses ou 18 meses todos estão errados, porque ninguém sabe e V.Exª. deixou isso muito claro. A minha fala é nesse sentido.

Quero cumprimentar o Senador Papaléo Paes. Sei que ele vai falar sobre isso. E já na próxima quarta-feira sob a Presidência de V.Exª. e nós estaremos lá, Comissão de Direitos Humanos, Senador Cristovam, sei que a Senadora Ideli também, temos um outro debate. E depois parece que teremos um outro também na Comissão de Economia. Eu acho que é isso mesmo. Vamos ter que ter diversas audiências aprofundando o diálogo em cima desse tema. E digo como iniciei. Vou rezar muito, queira Deus, que ela não chegue no Brasil, mas se chegar vamos enfrentar com as forças que o nosso Governo, enfim, e o Senado está aqui dando agora a sua contribuição. Parabéns aos dois Painelistas. Foi muito bom para a gente conhecer mais do tema e as precauções que o governo está já apontando que vai tomar para combater caso ela chegue aqui no Brasil. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Bom. Inicialmente eu gostaria de cumprimentar os requerentes por trazer um assunto tão importante, tão necessário. E agradecer a presença do Dr. Jarbas Barbosa, da Dra. Paula Montagner que expuseram. Lamento não ter assistido toda a palestra do Dr. Jarbas, pois eu sou médico, também me interesso muito. Eu acho que todos os gastos que são feitos em relação à febre aviária, não pode haver dúvida em relação a esses gastos. É só a gente se lembrar da cólera, que foi uma epidemia que eu freqüentei a Faculdade de Medicina de 67 a 72. Cólera, acho que o professor não falou nem dois minutos ou três durante a aula e no livro, de doença só tinha um trechinho. Quando a cólera começou de cada 100 pessoas, não me lembro bem a estatística, mas acho que 35 morriam, quando a epidemia voltou. Então, o Governo Brasileiro gastou muito dinheiro, treinou pessoas lá de Roraima, lá no buraco, lá longe. Quando chega em Roraima alguma coisa vieram muito por aqui. Vieram as pessoas treinar aqui e foram treinar lá onde estava dando cólera. Foram para lá os médicos treinar a controlar a cólera. E graças a Deus poucas pessoas morreram de cólera no Brasil.

Então eu gostaria de parabenizar o Ministério da Saúde pela iniciativa e dizer que tem todo o apoio desta Casa em que tudo que for feito e em que tudo que precisar para se preparar, para enfrentar. Agora eu quero fazer uma pergunta mais técnica para o Dr. Jarbas Barbosa. Se esse vírus dessa gripe aviária, ele só dá nos palmípedes ou ele pega em outras aves também? Se já se tem o conhecimento disso. Sei que o conhecimento é restrito. E também se tem algum conhecimento do período de duração do vírus no meio ambiente. Eu me lembro quando a AIDS apareceu, uma das grandes preocupações da gente que era cirurgião e trabalhava, eu e o Mão Santa, dois cirurgiões, era quanto tempo esse vírus dura? Para a gente saber o tempo que a gente ficava correndo o risco de pegar. Se existe alguma informação sobre o perigo de duração do vírus no meio ambiente e se ele é transmitido para outras aves também? Se é só nos palmípedes.

Muito obrigado. Claro que eu sei que essas perguntas, esse conhecimento não esteja na mão da gente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu prefiro passar logo a palavra.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, eu ia pedir exatamente o inverso. Não seria importante que nós fizéssemos. Ele responderia em bloco para todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Só temos inscrito o Senador Geraldo. Senador Geraldo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL-AC) – Senador Cristovam, Senador Papaléo. Antes de mais nada, eu queria dizer da minha felicidade e alegria de retornar à Comissão de Assuntos Sociais como membro titular, cumprimentar os nobres Senadores que fazem parte da Comissão, à Presidência, os servidores e companheiros e companheiras que tanto nos ajudam aqui nessas missões por vezes difíceis. Enfim, dizer da minha satisfação em estar aqui novamente. Eu também como o Senador Botelho, eu lamento não ter ouvido por completo a exposição do Dr. Jarbas. Peguei o restinho aqui, mas colhi algumas informações aqui com o Senador Paim. E fiquei aqui muito atento ouvindo a Dra. Paula que me impressionou muito pelas informações que traz.

Agora, há muitos anos... Eu tenho um cunhado no Acre que ele tem uma pequena empresa de informática e ele tem uma pequena "fazendolazinha", Paim. E ele é uma daquelas pessoas muito observadoras. Ele há muito tempo me chamava atenção para um fenômeno que ocorre numa determinada época do ano, mais de uma época, lá no Acre, em Rio Branco, onde ele vive, de aves migratórias segundo ele de longo curso, ele observa isso, fazia tempo, e agora com a questão da gripe aviária ele voltou a comentar esse assunto comigo e chamando atenção para a extensão do problema. Aves migratórias que passam por ali pelo Acre, não se sabe se em algum lugar elas pousam para descansar, sei lá o que, mas isso existe. Então ele chama a atenção para a extensão do problema. A Dra. Paula logicamente centrou a sua preocupação e trouxe aqui a preocupação do Ministério com relação ao mercado de trabalho e etc. Naquele conjunto mais consistente, ou seja, naquele conjunto ali que concentra Sul, Sudeste, etc. Dos maiores criadores. Mas eu fico, assim, muito... Dra. Paula, lá no nosso Estado o Governo do Estado instituiu e implementou um programa de criação de aves que a gente chama lá de frango caipira, distribui as matrizes, os pintinhos lá e isso está assim pulverizado, Paim. É pulverizado isso. É uma criação, pode-se dizer domiciliar. Isso está no campo, está na cidade, as pessoas.

Então eu não quero me estender, mas queria primeiro parabenizar e dizer que fico tranqüilo e satisfeito em saber que as autoridades, nossas autoridades tanto no campo do trabalho, como no campo da vigilância de saúde e sanitária estão atentas ao problema e criando e gerando soluções, se antecipando ao problema, por sinal Dr. Jarbas, antes que eu esqueça, eu queria até lhe perguntar se há algum resultado objetivo acerca, recentemente morreram as aves lá em São Paulo, uns gansos e uns patos e a população brasileira foi informada de que as autoridades sanitárias fariam avaliação. Eu confesso que eu não tenho o retorno disso, não sei de fato. No momento disseram que não se tratava de nenhum caso. Mas eu gostaria de saber se o senhor tem isso já consolidado, essa informação para nos prestar.

E eu encerro dizendo que eu ofereceria, assim, modesta, modestamente, a sugestão de nós primarmos pela informação, Dra. Paula. De alguma forma a gente massificar a informação, porque eu acho que ela é básica e fundamental para as pessoas se prevenirem. Uma campanha de informação mesmo, como a gente teve várias da dengue e vários males que afetam a vida e a tranqüilidade do povo brasileiro. Informação simples, mas consistente, para que a gente possa disseminar de todas as formas possíveis, principalmente nos veículos de comunicação, porque eu acho que nesse processo de tratamento preventivo de alguma coisa que pode se abater sobre nós, eu acho que a informação atrai a cumplicidade da população brasileira e principalmente daqueles que estão envolvidos com a criação de aves, para a solução da melhor forma possível do problema. Então, a minha modestíssima contribuição seria no sentido de incentivar, estimular os órgãos oficiais que estão envolvidos com o problema, para que primem e massifiquem a informação para que as pessoas não sejam pegas de surpresa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Senador, o Senador Papaléo se inscreveu e preferiu ir para o outro lado para fazer a sua pergunta.

SENADOR PAPALÉO PAES (PMDB-AP) – Quero fazer minha saudação, Sr. Presidente, parabenizá-lo também pela iniciativa de termos esta importante reunião, Senador Paulo Paim, que é um dos grandes interessados sobre o assunto que também motivou todos nós a termos este encontro importante tanto na área econômica quanto na Área da Saúde para o nosso país. Eu faço uma referência em especial à Dra. Paula que nós que somos da Área da Saúde às vezes nos concentramos muito nessa questão da saú-

de, mas a senhora expôs muito bem a preocupação na área trabalhista, nessa questão social e econômica do país. Parabéns a senhora. E ao Dr. Jarbas Barbosa que realmente nos concedeu aqui uma grande aula, fazendo com que muitos pontos importantes dessa questão técnica da saúde fossem esclarecidos, elucidados e nós colocamos essa questão confrontando com a opinião pública, ou seja, com a informação que a opinião pública tem.

Então, o senhor fez um esclarecimento técnico que atinge as pessoas que estão recebendo essa informação e a população em geral está com uma informação principalmente das revistas semanais que fazem com que nós possamos verificar um verdadeiro pânico na população. E por isso me preocupa bastante o fato de que o Governo já tivesse tido até a iniciativa. Não sei se já tem. De patrocinar a opinião pública de uma forma globalizada as informações que sejam informações corretas, logicamente que sua palestra foi uma palestra que jamais tendeu para o alarmismo. Mas a informação das revistas, dos jornais são alarmistas e digo até que tem razão para isso, porque a preocupação que nós temos como uma pessoa muito ligada na saúde, sabendo que as doenças, principalmente as doenças virais, viróticas, elas se propagam de uma maneira muito rápida e por isso eu queria que o senhor nos esclarecesse quais são as medidas principais que o Ministério da Saúde está tomando. E se informações como, por exemplo, prestados pela própria EMBRAPA que estabeleceu até prazo para chegada da... O senhor já explicou muito bem, mas por que a EMBRAPA se precipitaria em estabelecer este prazo causando até um pânico muito grande na população? E também temos uma declaração do próprio Ministro da Saúde, que sai na revista, que todos nós lemos e que a população leu, que ele diz que é impossível conter a entrada da gripe aviária no país. Muito bem. Impossível é. Mas se isso traria para nós algum pânico no sentido de dizer que a qualquer momento nós poderíamos ter uma grande epidemia, até uma pandemia da doença. E também importante que o Ministério comece a esclarecer as pessoas de que o grande risco para a população em geral, o grande risco no sentido da pandemia seria justamente a transmissão de ser humano para ser humano, que seria o grande risco. Deveria esclarecer que esse risco ele existe, mas ele tem que percorrer um determinado caminho que não seria um caminho, vamos dizer assim, muito curto ou imediato como até o senhor bem falou.

Bom, mas consultando o site do Ministério da Saúde eu não localizei nenhuma unidade sentinela no meu Estado, que é o Estado do Amapá. E a pergunta é: quando seria diante dessa, principalmente, porque nós vimos no mapa que o controle de entrada das aves nós temos lá no Arquipélago do Bailique um observatório desse controle, existe no Amapá e nós não temos unidade sentinela para alguma eventualidade. Então, parabenizo ao senhor Dr. Jarbas e dizer que realmente o senhor, apesar de usar uma linguagem que todos nós pudemos compreender o senhor se aprofundou bastante sobre o assunto e nos deixou de uma certa maneira até tranqüilos e mais equilibrados para transmitirmos informações referentes à doença. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu passo a palavra ao Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Muito oportuno, eu cumprimento o professor Cristovam Buarque. E queria dizer as minhas preocupações. Eu sei que nós melhoramos, mas não tanto. Estamos melhor apenas do que Afrânio Peixoto, eu não sei se o Jarbas, ele é muito novo, mas foi um dos primeiros livros de médico brasileiro, então, lá eles se queixava que a saúde pública no Brasil era feita pelo sol, a chuva e os urubus. E aí ele alertava. Melhorou, a ciência de saúde progrediu muito no Brasil, muito e nessas décadas. Quando eu me formei em medicina era muito difícil a gente ter um livro na nossa língua. Tinha que comprar bem aí em Buenos Aires, na Livraria El Ateneu, quer dizer, nós avançamos. Mas me preocupa que nesse avanço eu sou testemunha, eu sou formado em 1966, Como cirurgião, mas eu quero dar um testemunho de um pouco de pessimismo, porque a saúde pública eu vi mais séria nesse país. Ela tinha uma estrutura organizada. Era aqueles antigos FCS Fundação, Serviço Especial de Saúde Pública. Então, aqueles profissionais eram de uma dedicação exclusiva, porque eles tinham o salário compatível com isso. Mas Cristovam eu fui entender o Brasil, quando eu entrei está lá na sala do Presidente. Talvez nem o Presidente tenha se debruçado. Eu fui ver porque essa injustiça, só quem ganha bem hoje no Brasil é quem é da área da justiça. E aí eu entendi, porque que eu sou médico. Nós damos valor a etiologia, está o retrato lá dos primeiros Senadores, aqui. O erro está aqui. Nós é que estamos errados e continuamos errados, estamos é pior. Aí eu olhei, são quarenta e dois, mais da metade era da área da justiça. Aí tinham dez militares naquele tempo esses militares todos do tempo do Paraguai, dos brasileiros. Sete da igreja, dois médicos, hoje nós temos mais aqui nessa sala. E dois da área do campo. Então, desde daí, eles só vem fazendo leis para eles mesmos, esses traquinos do Poder Judiciário. Vinte e sete mil foi o que pediu ao Senado no fim do ano ele já prevê um aumento.

E eu sei o que é isso. E eles foram... Eu me formei nos anos 60. O Banco do Brasil era uma instituição séria, ganhavam bem. E os da saúde, o FSESP eles eram exclusivos, então eles se dedicavam. Por isso que acabou a varíola, esses negócios todos, melhorou a febre amarela, eles eram dedicados. Aí foi caindo nessa desigualdade que eles tiveram que fazer aquilo como exclusivo. O médico da saúde pública do FSESP era exclusivo. Tinha um salário compatível com a dignidade e o serviço. Agora vai olhar hoje quanto ganha um desse de saúde pública e quanto ganha um juiz. Então, aí a grande diferença. E eu vejo... Daí a etiologia dos quinhentos mil casos no Amazonas, Geraldo Mesquita, jurista, ele não compactua com isso não. Ele é um homem de vergonha, de dignidade. Mas aí como? Quinhentos mil casos e acaba são os profissionais de saúde pública. Saúde pública eu me lembro, tinha o serviço da malária, SUCAM. Isso tudo foi acabando.

Então o meu entusiasmo por V.Exª. de ter mandado aqui, o senhor é dessa área de saúde pública? Então minha admiração, embora, eu sou cirurgião, mas eu reconheço que são mais e os investimentos foram errôneos. Esse negócio de médico de saúde de família. Os médicos que já tinha... Eu conheci. Eu conheci quem fez o Programa de Saúde família. É um programa bobo esse negócio de Cuba, tudo é propaganda. Não tem nada disso. Eu fui lá. Eu estive com o fundador. Eu vi o primeiro livrozinho, apostila, nem impresso é porque eles são pobres mesmo. Cuba é pobre. Eu estive no hospital. Só tem um de resulotividade que era um banco, tomaram e fizeram. Eu tive com ele. Ele estava lá no hospital, porque aqui tem três sistemas. Eu vi a apostila. Então aquilo eram aqueles clínicos gerais, que tinha na nossa infância e na nossa história do Brasil. Não foi avanço, pelo contrário, outra desgraça. Eu acho que devia ser o Ministro da Saúde, era eu mesmo, estou mais preparado do que esses que estão aí. Mais sofridos. Fui prefeitinho, Governador. Desgraça. Cristovam, preste atenção, que o senhor é candidato a Presidente da República, vai cair no mesmo erro. Frank Delano Roosevelt: "Toda a pessoa que eu vejo é superior em mim em determinado assunto". E nesse particular ele foi quatro vezes Presidente dos Estados Unidos. você está desejando eu quero também que V.Exª. chegue lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu estou querendo apenas ver aqui--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Sim, mas vou dizer o grande

mal hoje--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Vai ter uma Sessão da Campanha da Fraternidade--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Isso é bom. Mas eu vou só encerrar aqui, porque é raro uma autoridade. O país em que o Ministro Arraes saiu. Tomara que o senhor fique, pelo menos com essa minha experiência você está mais capaz do que muita gente aí. E eu vou dizer o erro, que eu estou vendo aí. Esse programa eu conheço, eu tive com o homem, eu fui Governador, fui lá. Um homem que fez o projeto de família. Mostrou o primeiro, uma apostila. Eles são pobres mesmo em Cuba, o resto é idiotice aí. Eu tive... Eu vi mimeografado. Eu vi o primeiro. Tive na mão com ele. Ele estava premiado, então ele estava no hospital. E é um médico, Governador... Mas vou dizer o grande mal: Cristovam, estamos perdidos. Cristovam, grandes especialistas. Eu digo agora na minha área. "Mas não, o senhor sabe que vai ter uma cesariana?" Ninguém pode falar mais. Só Deus do que eu, porque eu fiz muito, fui médico de Santa Casa, interior, cirurgião geral. Cem reais. Tomara que V.Exª., se o Lula tiver a consciência, alguém do PT aqui, porque eu falei a verdade. Eu votei nele, eles não quiseram ouvir a verdade. Eu fui o primeiro que disse que o José Dirceu era Zé Maligno. Fizeram foi tirar uns carguinhos que deram para mim, porque eu ajudei eles no Piauí. Pensaram que ia amedrontar. Olha aí as parrelas. Eu fui o primeiro que aqui contestei. Mas quero dizer para o senhor o grande mal. Especialista. Uma cesárea é cem reais. Cristovam, você tem noção, eu sei que você foi pai, mas não foi mãe. Quando começa uma cesárea na gravidez ela começa, oh, exame, pressão alta, inchou as pernas, o menino balançou, vomitou, faz ali de madrugada, porque o menino é chato, dá tudo é de madrugada que dá dor de parto. Eu passei muitas madrugadas sem dormir. Aí de madrugada você acorda e vai. Aí tem o pós-operatório. Então você é mais de nove meses, é antes até ou depois. Cem reais. Então os especialistas estão tudo deixando, cem reais, eu estou dando com exemplo. Todas são as taxas. Anestesia seis reais. Você está fazendo aí botando o braço com dor, nove. Você acha que uma anestesia... Então os especialistas estão abandonando. Se eu fosse dessa era, hoje, fazia a mesma coisa. Então estão buscando uma boquinha, um biquinho. Ganham pouco.

Médico de família. Onde eu moro, o Piauí, ele é estreito de um lado do Maranhão e do outro lado o Ceará. Então o pobre coitado tem que comer, tem família, tem dignidade e tem ideal, então ele pega uma boquinha de médico de família do Piauí e faz aí, porque esse pessoal da justiça não tem 30 estômagos e o médico só um. Ele tem que se alimentar, a família. E

começa aí. E pior, o de saúde pública. Este é que está arrasado mesmo. Este é que... Então eu me preocupo, louvo V.Exª. e por isso é que tem os 500 mil casos de malária. Por isso é que está aí todo mundo querendo ser prefeito, todo mundo querendo ser tudo e entrar na política e perdendo o ideal. Então, os nossos parabéns e V.Exª. sintetiza Oswaldo Cruz, esse pessoal que falou. E o investimento em saúde pública é muito pequeno. O Governo passado foi melhor, eu não sou o Fernando Henrique Cardoso não, eu sou eu mesmo. Mas eu quero lhe dizer que eu consegui no Piauí 30 milhões de aula, para fazer um projeto sanear. Teresina tem 400 quilômetros de esgoto e eu não vejo essa história em nenhum outro Governo, 400 quilômetros. Diminuiu a mortalidade infantil e a longevidade que era 50. Então, eu quero com isso estimulá-lo, porque nós estamos passando. Eu sei, eu tenho uma história para contar de cólera, eu enfrentei uma cólera, eu fiz foi um UTI para cólera, eu vinha do Ceará e do Maranhão. Por isso é que eu estou aqui. Quando eu saí candidato de prefeito da minha cidade, eu tive a maior votação. Está aqui o Heráclito... Mais forte do que eu até no nome, Heráclito Fortes. E ele era amigo de Ulisses, de Tancredo, de Figueiredo, e meu. Sim. Mas enfrentei uma cólera. Eu era médico. Coincidiu. Era médico e coincidiu. Então, nós queremos parabenizá-lo e cumprimentá-lo. E o voto, Dª. Ideli, meu respeito e admiração sincera. Coloque esse homem aí. Não vai sair um Ministro político. Isso não é lugar para político não. Político é para estar aqui fazendo projeto, lei boa para fazer um salário melhor para os profissionais de saúde, não deixarmos o da justiça ganhar 10, 30 vezes mais do que esse homem. Então, está aqui o nome Ideli. Vamos louvar o homem. Eu vi a preocupação, a dedicação, um homem de saúde pública já que vai mudar o Ministério. Nossos parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu passo a palavra à Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade de poder participar da audiência. Somente agora, eu quero até registrar que nós estávamos num momento muito especial na Comissão de Constituição e Justiça, onde estava sendo sabatinada a Ministra Ellen Grace, para Presidente do Conselho Nacional de Justiça e aí como mulher eu não poderia jamais deixar de prestigiar, porque vai ser a primeira vez na história deste país que nós vamos ter uma mulher presidindo um poder. Ela vai substituir o Ministro Nelson Jobim, então, todas nós mulheres estamos assim faceiras, sorriso até a orelha, porque de repente a gente toma gosto e aí a coisa vai ficar um pouco mais delicada. E queria agradecer também ao Senador Mão Santa. Com certeza se eu tivesse algum tipo de poder eu estaria--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Mas hoje é dia de festa, só a saída do Jobim é uma bênção ao país e principalmente... Eu assumo. Ele foi condenado pelo Leonel Brizola num artigo antes de morrer. As fraudes de Nelson Jobim, Leonel Brizola. Eu posso entregar para a senhora hoje mesmo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Quando eu ia elogiar o Senador Mão Santa e agradecer, ele já produz algo que não me permite, porque tenho maior respeito pelo Presidente Ministro Nelson Jobim. Mas eu queria colocar aqui o seguinte. Este assunto gripe aviária eu não poderia deixar de estar aqui presente, até porque de todas as conversas que fizemos nós, inclusive, apresentamos também um requerimento na Comissão de Assuntos Econômicos. Até era para ser conjunta, como não acabou não sendo votado lá a tempo, para a gente poder tratar do assunto gripe aviária na complexidade que ele tem, porque ele tem os aspectos de saúde pública, então todas as medidas necessárias a serem adotadas caso o vírus chegue ao nosso país, que algum ser humano possa ser contaminado e as medidas que o Ministério da Saúde tem e que deve ter sido aqui, eu vou me ater a apenas os conhecimentos parcos que eu tenho sobre as medidas já adotadas. Mas tenho certeza que deve ter sido muito bem, senão não teria provocado a indicação do Dr. Jarbas para o Ministério, se não tivesse sido a contento as explicações apresentadas aqui. Mas além do aspecto de saúde pública a gripe aviária tem incidência em mercado de trabalho, ela tem incidência em relações internacionais, ela tem incidência numa cadeia produtiva, que é muito importante e digo mais, ela é muito importante para o país, mas para o meu Estado é estratégica. Santa Catarina, ela é nada mais nada menos do que responsável por 1/5 de todos os empregos diretos do setor produtivo do frango, 1/5. Ou seja, tudo que está empregado diretamente no país 1/5 está localizado em Santa Catarina. Nós temos o abatimento mensal, só para ter a dimensão, de 60 milhões de aves/mês, 60 milhões de aves/mês é executado em Santa Catarina. E a exportação do produto por Santa Catarina foi exportado nada mais nada menos do que um bilhão de dólares no ano passado. O Estado de Santa Catarina é o maior exportador de frango desse país. Portanto, falar em gripe aviária em Santa Catarina é arrepiar não só as penas, os cabelos, tudo que a gente tem direito de arrepiar, porque realmente ali toda a cadeia produtiva que vai desde o pequeno agricultor em Santa Catarina é só pequeno agricultor que no sistema integrado nós não temos grande produtor, são pequenos agricultores familiares, toda a rede da

agricultura familiar de Santa Catarina a maior parte está integrada, a agroindústria.

Então começa já desde a ponta dos nossos pequenos Municípios, aonde o agricultor familiar já está sofrendo as conseqüências. Aí nós temos as maiores agroindústrias estão sediadas em Santa Catarina, é a Perdigão, é a Sadia, é a Aurora, depois nós temos todo o setor de transporte e temos o maior porto exportador de frango. Então, toda a cadeia produtiva do frango está fundamentalmente localizada em Santa Catarina. Então, a questão da gripe aviária em Santa Catarina é o equivalente à febre aftosa, por exemplo, no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul e se as providências não forem adotadas realmente o nosso Estado, que é um Estado exemplar em termos de desenvolvimento descentralizado, harmonioso, aonde os diversos, as diversas regiões não conflitam em termos de matriz produtiva. Isso realmente vai abalar muito. Por isso que há uma grande mobilização em Santa Catarina com relação a isso. Nós já tivemos a oportunidade, por exemplo, o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, o Dr. Alcântara Corrêa teve a oportunidade de falar pessoalmente como Presidente da República há 15 dias atrás no Recife.

Quando o Presidente da República esteve agora sexta-feira em Santa Catarina novamente teve um momento, os empresários entregaram um documento com o pleito e eu quero aqui deixar, qual é, registrado qual é o pleito que foi apresentado pelo setor empresarial de Santa Catarina. O primeiro deles é a regionalização sanitária da avicultura por blocos de Estados, como, por exemplo, o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, através de certificação regional do Ministério da Agricultura. Porque esta regionalização da certificação? É porque da mesma forma que na questão da carne bovina nós temos Estados livre de febre aftosa, nós temos Estados que não foram afetados, porque tem situação diferenciada de região para região do país. Então não é justo que nós sejamos atingidos como um todo, se há condições sanitárias, entende do... A gente usa rebanho também para ave? Acho que não. Para o plantel. Isso. Para o plantel. Então há condições diferenciadas. Então, é muito importante essa questão da regionalização sanitária. O segundo pleito é a mobilização como projeto nacional de emergência em torno de ações que resultem na obtenção pelo Brasil da certificação da Organização Mundial de Saúde Animal OIE, para reconhecimento de status sanitário livre de febre aftosa sem vacinação, porque isso terá incidência também, este reconhecimento terá incidência no caso das aves. E o terceiro pleito é a realização de ampla campanha oficial no exterior destinado a demonstrar que o Brasil não se encontra atingido pela gripe aviária.

Além destes três pontos pleiteados pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, teve uma ótima receptividade, porque coincidiu com a ida do Presidente à Santa Catarina a liberação dos 300 milhões para a questão da estocagem do milho. Então este recurso que está disponível já, para poder exatamente, quem está tocando milho poder acessar aos recursos para poder, utilizando esse recurso para dar conta de superar esta crise, porque nós já tivemos no Brasil como um todo e Santa Catarina a diminuição da exportação. Diminui a exportação, as empresas começam a demitir e os agricultores começam a ter que ou não pegar os pintos, para fazer a criação ou matar as aves. Nós já tivemos abates em várias regiões, em vários Municípios, porque não tem a cadeia está sendo quebrada e não tem como dar continuidade. Então foi recebido muito positivamente os trezentos milhões já para a estocagem do milho e a gente sabe que isso está em estudo, nós precisaríamos ter algo relacionado à estocagem do frango. Então, não há precedente. Nós nunca tivemos pelos mecanismos do EGF do empréstimo do Governo Federal para estocagem de carnes. Isso nunca aconteceu. Porque como eu tenho mantido dia sim e outro também contato permanente com os Ministros. Tive oportunidade ontem de falar longamente pelo telefone com o Ministro Furlan. Hoje pela manhã pessoalmente com a Ministra Dilma Rousseff.

Na semana passada, falei com o Ministro Palocci, com o Ministro Rosseto. Então, a gente tem buscado permanentemente colocar este assunto. Então esta questão da possibilidade de um empréstimo para a estocagem da carne de frango tem dificuldade, mas não é algo que possa ser descartado, a priori está em estudo. Tem a questão do treinamento que o Ministério da Agricultura já vem fazendo de algo em torno de 1700 técnicos exatamente para fazer o diagnóstico, a prevenção para poder estar colocado em todo o país já com um batalhão de técnicos para poder monitorar, mas há pedidos de outras questões como esta da regionalização sanitária, da avicultura.

E outra questão que já começou a ser aventada é que como uma boa parte do... E lá no meu Estado é isso. Eu acredito que isso aconteça também em vários outros Estados, os agricultores familiares eles pegam o crédito do PRONAF para fazer reformas nas suas instalações, nos seus aviários, nos seus equipamentos, no maquinário que cada vez mais está sendo aperfeiçoado e uma boa parte desses empréstimos começam a vencer agora na metade do ano. Então, já tem um pleito. De repente pode ser uma medida que tenha um certo impacto positivo se nós conseguirmos, por exem-

[illegible] a situação está mais crítica a gente poder [illegible] como já houve em outras situações de emergência, de [illegible] com enchentes e tal em outras [illegible]. Então o que eu queria aqui fazer o registro [illegible] questão da gripe aviária tem tido da parte [illegible]. O Presidente Lula atendeu, não estava [illegible] o Presidente da FIESC lá no Recife. [illegible] recebeu o pleito, deu os encaminhamentos. [illegible] visita, eu fui testemunha a atenção com [illegible] atendeu o Vice-Presidente da FIESC e todas [illegible], porque eu estou buscando monitorar, até [illegible] não der respostas a esta situação, ao meu [illegible] não preciso voltar ao Estado, porque toda a [illegible] gente volta normalmente a gente é cobrada [illegible] muito insistente, porque volto a dizer essa [illegible] gripe aviária em Santa Catarina é estra[illegible] relevante para toda a nossa economia, a [illegible] social, entende, e até de modelo o que [illegible] adotou e que é profundamente diferenciado [illegible] dos Estados brasileiros.

[illegible] queria aqui fazer estes registros, Senador Cristovam Buarque, e dizer da preocupação de [illegible] espero que a Comissão de assuntos econô[illegible] realize a audiência, o requerimento para trazer [illegible] o Ministério do Desenvolvimento, Indústria [illegible] do Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para que a gente possa junto com os resultados desta audiência de hoje, a gente cobrir toda a complexidade do debate que é a questão da gripe aviária tem. E que principalmente aquilo que a Ministra Dilma Rousseff me disse hoje pela manhã, possa se concretizar, que é na semana que vem entre terça-feira ou quarta-feira, ela fará a reunião interministerial, Ministro Palocci, Ministro Furlan, Ministro Miguel Rosseto, Ministro Rodrigues, para que uma série de medidas, inclusive, como estas que eu registrei aqui que é pleito, já apresentado oficialmente por setores que estão envolvidos aí na crise da gripe aviária, possa ter da parte do Governo um pronto atendimento. E, inclusive, tanto o Ministro Furlan quanto a Ministra Dilma já sinalizou que os primeiros a receberem a notícia e aí tem uma previsão, inclusive, de uma reunião, envolvendo todos os setores aqui em Brasília e que o setor que encabeçará e receberá em primeiro lugar, entende, as notícias das novas medidas a serem adotadas pelo Governo Lula, será exatamente capitaneado por Santa Catarina até pelo reconhecimento da importância que esse setor tem no Brasil patrocinado e implementado pelo nosso Estado. Então era isto, Senador Cristovam que eu não podia deixar de estar aqui.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Senador Cristovam, V.Exª. permite eu terminar um debate qualificado que eu fiz. Bem rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem rápido.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Olha, eu quero é cooperar. Primeiro que esse Ministério está na mão do PMDB. Então, eu acho que eu tenho para o caso mais qualificação do que o Senador Suassuna de indicar. E o PMDB aqui de Senador não está com esse negócio não. Nós somamos até pensando em derrubar. Está 12 a 10. O placar. Mas é o seguinte. Eu quero justificar o meu pleito e a V.Exª. O PMDB não vai levar. Então vamos levar uma pessoa que sirva à saúde. Por quê? Cristovam, V.Exª. é mais culto do que eu, é mais viajado. Mas ontem eu fui representar o Senado lá no Panamá. Senador Cristovam, eu fiquei impressionado pela obra de engenharia pelo canal Panamá, de tal maneira que eu fui duas vezes entender o negócio. E o que me impressionou foi o seguinte. Daí a minha indicação por V.Exª. Eu poderia estar encantado pelo Zerbini, cirurgião como eu.

E eu vi aquela obra. Professora Ideli foi o seguinte, foram os franceses que começaram. Anos e anos dos franceses, desistiram, morria todo mundo de malária. Aí os americanos foram lá, mandaram um homem como V.Exª., acabou a malária e está aí a obra. E o Panamá hoje tem vida própria, porque aquilo foi 90 anos de volveria e eles tiveram uma sorte na hora de terminar o contrato, foi o Jimmy Carter. Se fosse esse Bush aí ele não devolvia nunca. Mas foi primeiro um homem como esse que chegou lá, que os americanos mandaram, acabou a malária, aí construíram. Então no momento de tantas ameaças e a malária está aqui, isso faz mais de um século a Constituição do Panamá. E a malária está aqui como estava lá. E quem vai acabar com a malária é um homem de saúde pública, essa é a minha intenção. E aí, oh, essa outra ameaça nós estávamos todos tranqüilizados, principalmente, Santa Catarina que tem V.Exª. uma grande líder e daí eu estar entusiasmado, porque eu sempre acredito mais na mulher. Hoje foi uma mulher que assumiu, amanhã no bacharel e a senhora é, sobretudo, a mulher que tem mais coragem, maior da humanidade a crucificação de Cristo, todos nós homens falhamos. Olha a mulher, a mulherzinha de Pilatos, Verônica, as três Marias... Então ao nosso respeito como isso, como admirador da firmeza que V.Exª. tem tido como mulher defendendo o partido.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu agradeço, Senador Cristovam, só ao Senador Magno Malta, desculpa, perdão, Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Eu agradeço.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Perdão. Senador Mão Santa pela atenção que me presta, mas apenas assim. Eu terminei a minha fala sem fazer nenhum questionamento. Mas obviamente tanto o Dr. Jarbas quanto a Dra. Paula se tiverem algum comentário a fazer a respeito das questões que eu trouxe, eu acho que seria também relevante. Eu não fiz pergunta, até porque expus a gravidade da situação e as preocupações e aquilo que está em andamento. E quero dizer o seguinte: Se precisar de apoiamento – viu, Dr. Jarbas?- , eu estou à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem, eu quero agradecer a participação dos Senadores e dizer que quando essa Sessão, essa audiência foi convocada Senadora Ideli nós estávamos preocupadíssimos. Eu confesso que depois da fala do Dr. Jarbas eu senti, eu relaxei um pouco, porque dá a impressão que de fato há uma estratégia de parte do Governo. Eu por isso vejo que não tivemos muitas perguntas, tivemos comentários. Eu tinha uma única pergunta. Como é que está a relação nessa estratégia da Receita Federal na fiscalização dos aeroportos? Porque a gente fala muito em migração de aves e esquece que alguns vem com passageiros de navios ou de aviões.

Então a minha pergunta é: A Receita Federal através da fiscalização dos aeroportos está dando a contribuição devida, está dentro do esquema ou é um sistema paralelo? A ANVISA, mas ela está comparada com a Polícia Federal, não é Receita. Desculpe. A Polícia Federal. É esse trabalho junto que eu quero saber como anda. Eles estão trabalhando juntos a Polícia Federal e a ANVISA ou estão trabalhando separadamente? É a única pergunta que eu tenho. Só queria pedir que agora a gente fosse mais conciso até para as próximas perguntas, porque a Sessão da Fraternidade já está iniciada.

SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA: Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria em primeiro lugar de reiterar a importância que teve essa Sessão. Eu creio que trazer aqui para os Srs. Senadores e duas Comissões tão importantes os esclarecimentos sobre esse tema, eu creio que é, assim, muito relevante para todos nós até pelo poder, a liderança que os senhores exercem, Senadores tem perante a sociedade e, inclusive, para o apoio a medidas que sejam necessárias até tomar adiante, por exemplo, dentro de um orçamento que já é relativamente muito insuficiente, nós estamos tendo que aportar 200 milhões de reais a mais já de imediato praticamente só com a compra do Tamiflu, mais o investimento na área de vigilância, ou seja, a gente vai precisar provavelmente de aportes financeiros, de suplementação ao nosso orçamento ao longo do ano, eu acredito que também o Ministério da Agricultura. Mas procurando responder bastante objetivamente os vários Senadores, Senador Paulo Paim, o Senador Geraldo Mesquita, Senadora Ideli Salvatti e outros, aportaram a importância que tem o impacto social e econômico que pode haver no presente. Porque a gripe aviária já é uma realidade.

Uma pesquisa do Ministério da Saúde revelou que 28% das pessoas, foi uma pesquisa por telefone, não é uma amostra, mas tem o seu... A sua serventia, 28% das pessoas diziam que estavam pensando em reduzir alimentação com frango com medo da gripe aviária. Quer dizer, eu acho que não é responsabilidade de um ou outro órgão de imprensa. Eu creio que a imprensa está prestando um trabalho excelente. Tem um ou outro exagero. Os próprios jornalistas se questionam, de vez em quando, quando sai uma reportagem exagerada. Mas as pessoas estão com medo de comer frango no Brasil por conta de algo que nem existe no Brasil e que ainda que existisse numa ave selvagem ainda assim não seria recomendável reduzir a alimentação de frango. E o que é pior, geralmente quem tem essa preocupação é o mais pobre, o menos informado. O que vai ter dificuldade de substituir a carne de frango por outra fonte de proteína animal. Então eu creio que é extremamente importante que esse assunto permaneça em debate tanto pela questão dos grandes produtores como da pequena produção domiciliar que o Senador Geraldo Mesquita aqui reiterou que é lá no Acre, mas também os Estados Brasileiros.

O Senador Papaléo falou sobre a questão da declaração do Ministro Saraiva Felipe, que é impossível impedir a entrada da gripe aviária, quer dizer, eu acho que isso é importante... A gente ter... É impossível, por mais que a gente faça uma vigilância com ave migratória é impossível. Se já tivesse na América do Norte e Canadá eu reitero o perigo é real e imediato, porque como tem um fluxo muito grande e era quase que certeza que a gente ia ter. Ainda não tem lá. Provavelmente a chegada ao Continente Americano, aí é um terreno de previsão se dará por lá, porque é de lá que tem fluxo. Se vocês lembrarem daquele mapa de aves vindo da Europa e da Ásia, então, provavelmente chegará nos Estados unidos e Canadá, o que é uma vantagem para o Continente Americano, porque um país pobre se chega num país da América Latina pobre que não tenha condições de agir rapidamente, isso poderá por toda a região em risco. Porque aí eu reitero, o recurso aí faz uma diferença fundamental.

Eu pessoalmente entrando no terreno das probabilidades, a Europa eu acho que não será uma

ameaça global. A Europa está convivendo já, é três, quatro, cinco, dois meses já em alguns países só com aves selvagens. Não tem nenhum rebanho da Europa Ocidental infectado e ninguém adoeceu na Europa, porque na Europa tem recursos para aplicar as medidas. A medida é simples agora é penosa, sem fazer um trocadilho, vamos dizer assim, indesejável, porque eliminar aves de um grande produtor já é complicado, e eliminar ave de um produtor que tem ali a sua única fonte de sustento, é complicado, a tendência dele é esconder o fato, é natural do ser humano. Se não há apoio e compensação financeira a África e a Ásia terão dificuldade imensa para conseguir fazer esse trabalho. Então é por isso que o Ministro Saraiva Felipe colocou essa questão é impossível prever ou impedir a chegada. A medida central é detectar rápido e conter. É esse o objetivo. Chegar uma ave selvagem, detectar rápido e conter.

O Senador Augusto Botelho lembra a questão da cólera e o impacto que teve cólera e eu só lembro Senador, daquele episódio de cólera é assim uma demonstração do que a gente deve ou não deve fazer em epidemias. No meu Estado de origem Pernambuco, a chegada da cólera impressiona, porque toda a epidemia mexe também com o psicossocial das pessoas. O Governo tomou uma medida que não tinha muita fundamentação técnicocientífica, mas foi tomada, foi proibido tomar banho de mar. As pessoas não acreditaram que banho de mar transmitisse cólera, achavam certo. Teve estudo demonstrando que você precisava beber sete litros de água salgada do mar, para poder ter alguma chance de contaminar, ou seja, morreria afogado antes. Três dias depois o Governo viu a bobagem que tinha feito e mandou abrir as praias e aconteceu uma coisa estranha. Quando o Governo disse praia transmite teve que colocar a cavalaria da Polícia Militar para impedir as pessoas de tomar banho. Ninguém acreditou. Quando o Governo imediatamente mudou radicalmente a opinião ninguém acreditou e aí as pessoas se retiraram. Foi preciso então o Governador ter que tomar um banho de mar para poder provar que não era perigoso.

Então é por isso que eu reitero a necessidade dessas medidas que a gente diga à população, assim pega, assim não pega, previne assim, previne assado, quer dizer, tem que ser com base de fundamento, porque se a população percebe que há inconstância, que há incerteza ela pára completamente de acreditar. Agora, todas as aves, teoricamente podem transmitir. Não existe ainda estudo em todas, mas tanto perus, cisnes, gansos, patos, são uma fonte importante, frango e também um grande número de aves selvagens. Então eu creio que o bom senso que é ser pessimista é trabalhar com a idéia de qualquer ave pode se infectar e transmitir o H5N1.

O Senador Geraldo Mesquita falou sobre a questão da informação, que eu só estou reiterando para dizer que é importante e sobre os exames de aves mortas, todas até aqui descartaram completamente influenza de alta patogenicidade, tanto aquele do São Paulo, que chamou atenção, ficou conhecido como Galo de Marília, aquelas aves também que morreram lá no Rio de Janeiro, há três semanas e ali demonstrou como o sistema pode funcionar, quer dizer, o produtor viu mortandade de aves e comunicou de imediato para a Secretaria de Agricultura que chegou lá, conteve, isolou a área, mandou para o exame, se isso for feito, isso é suficiente para a gente agir. O que vai precisar é recurso e provavelmente, talvez, alguma compensação financeira para as pessoas que vão ter a cadeia produtiva vai ser abalada, porque se tiver uma ave selvagem o grande esforço nosso vai ser impedir a contaminação do rebanho. Isso vai ser crucial. A gente não pode deixar contaminar o rebanho avícola brasileiro pelo impacto econômico elevadíssimo que terá ao país, aos milhares de produtores, aos milhares de trabalhadores dessa área. Mas a informação eu concordo inteiramente da importância.

O Senador Mão Santa, eu agradeço as palavras elogiosas, Senador, em nome da equipe e suas observações com base na sua larga experiência do problema grave que a gente tem de recursos humanos na área de saúde e particularmente na área de saúde pública. Eu creio que essa sua intervenção aqui em defesa de se ter mais sensibilidade para essa questão é muito importante.

A Senadora Ideli Salvatti, eu acho que fez uma observação extremamente importante sobre o impacto que isso vai causar e medidas que os avicultores brasileiros já vem solicitando ao Ministério da Agricultura para acelerar, como a regionalização, porque vamos ser pessimistas, e eu creio que em saúde pública é sempre bom a gente usar aquela máxima do pensador italiano, dizer que a gente deve ser pessimista na razão, na inteligência e otimista na vontade. Eu acho que quando a gente olha esses cenários, se houver um caso de gripe aviária a gente tem que lutar com todo o esforço para impedir a contaminação do rebanho. Mas se houver a contaminação do rebanho também nem tudo está perdido, porque se tiver a regionalizado, a gente pode conter e impedir um dano maior. Então é importante que a gente tome todas as medidas possíveis, mesmo as mais remotas para estar prevenido. Medidas que a gente tome com base racional nunca serão desperdício. Se a gente agir baseado, vamos dizer assim, emocionalmente a gente talvez erre. O

Tamiflu que a gente está comprando, ele não vai ser jogado fora. Se não acontecer a pandemia de influenza ele vai ser distribuído na rede hospitalar e vai tratar as pessoas com influenza. A fábrica de vacina de gripe no Instituto Butantã, vai fabricar a vacina contra a gripe sazonal que tem todos os anos e que a gente precisa ter vacinas contra ela. O fortalecimento da vigilância tanto animal no Ministério da Agricultura como epidemiológica no Ministério da Saúde, protege a gente contra uma nova SAS, contra uma nova doença, ou seja, medidas racionais não serão desperdiçadas e elas tem que ser tomadas agora. Nós não podemos esperar ocorrer. Por isso que no Ministério já comprou Tamiflu, já está terminando a fábrica de vacina, ou seja, nos preparando para esse cenário pior.

E por último a questão do Senador Cristovam Buarque, enfim, está havendo um trabalho do Projeto Interministerial que foi estabelecido por um decreto do Presidente em outubro do ano passado e já houve, inclusive, Senador, tanto essa ação que eu falei de fiscalização em aeroportos para evitar, vamos dizer assim, material biológico, porque a gente teve um caso concreto de uma pessoa que veio da China, era um chinês, trazendo meio quilo de língua de frango, para preparar algum prato típico. Logicamente que não nenhum caso no mundo de transmissão por essa via. Mas mesmo que não seja o vírus H5N1, mas um outro o *newcastle,* ou qualquer outro, que pode ser trazido para o Brasil, já enfrentou esse problema. Eu acho que eu não sou da área, mas a gente já teve um prejuízo grande causado a indústria de porcos no Brasil, por um vírus que foi trazido em avião e o descarte inadequado de comida num vôo internacional fez a transmissão da peste suína e causou... Porque além dos que morrem você perde a oportunidade da exportação. Então eu acho que medidas nesse sentido, elas são importantes. Está se trabalhando tanto da inspeção conjunta como de um sistema integrado. Trabalhou Polícia Federal, Receita Ministério da Saúde e da Agricultura, a Casa Civil para elaborar um projeto de um sistema integrado para não precisar duplicar ou triplicar os sistemas de informação. Então vai ser captado informação das próprias agências de transporte dos passageiros e verificação conjunta das cargas de maneira a gente ir buscando unificação que diminua, não tenha filas grandes em aeroportos brasileiros, mas também a gente tenha segurança da barreira. Então isso está sendo respondendo sua pergunta assim, está sendo trabalhado. Eu rapidamente só quero agradecer e mais uma vez parabenizar o Senado. Saúde pública a gente tem que se procurar um balanço adequado entre fazer algo que inquiete todo mundo e gere pânico, mas também não gerar uma tranqüilidade inadequada. Eu creio que aqui vários Senadores que falaram demonstraram um equilíbrio muito grande da necessidade que a gente tem de tomar medidas de não estarmos despreparados nenhum dia a partir de agora. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem, eu passo a palavra a Dra. Paula.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente, o senhor sabe que a gente tem aquelas Delegacias de Polícia instaladas aqui e já estão me chamando lá para a CPI dos Bingos. Foi tanta coincidência que tão logo eu terminei aqui a fala, me ligou o Ministro Rodrigues da agricultura, que eu estava tentando falar com ele desde ontem e ele estava terminando de sair do gabinete da Presidência da República. Ele esteve tratando agora pela manhã exatamente de medidas necessárias que já estão em andamento e outras que ainda são necessárias na questão da gripe aviária. E ele... Eu pedi autorização e ele me autorizou, inclusive, a colocar aqui que nós teremos provavelmente anúncios de novas medidas na semana que vem, que estão bastante avançados algumas dessas questões que eu já alinhavei aqui como possibilidades e outras que nem sequer eu tenho conhecimento, tinha conhecimento antecipado. Então ele só pediu para não adiantar nada, porque obviamente vai ter que ter uma batida de martelo, todos nós sabemos que isto significa, todas elas significam recursos e aí nós não queremos reprodução de quedas de braço entre os Ministérios fins e o Ministério fonte, então, por isso que provavelmente nós deveremos ter anúncios ainda na semana que vem. Mas eu não poderia aqui de fazer o registro, porque é extremamente positivo a agilidade. Eu acho que é isso que a gente tem que ter nesse momento e continuar monitorando, porque esta é uma situação que exige agilidade de Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E eu quero dizer que nós aqui aprovamos participar da outra audiência convocada pela senhora. Bem, eu passo à Dra. Paula embora eu acho que ela aqui pelo seu setor é tão preocupada quanto nós.

SRA. PAULA MONTAGNER: Olha, eu acho que assim, eu tenho muita pouca coisa a acrescentar a não ser fazer coro com os colegas, com os Senadores, com quem está aqui colocando da importância da disseminação de informações para que a gente evite corrida de preços, para que a gente evite perdas maiores, porque a gente não pode esquecer que a exportação, embora ela seja regionalmente importante, mais importante do que a exportação é o consumo nacional e o mercado interno. Então a gente sabe que há, talvez, não haja num tempo tão curto quanto que a Senadora Ideli estava preocupada e seguramente as empresas de grande porte que nós temos no Estado de Santa Catarina, mas não apenas Santa Catarina, a região Sul, os três Estados da região Sul e São Paulo respondem por 58% do emprego, por 60% das empresas. Enfim, aquilo que a gente tem de informação, ela está

correta, eles estão caminhando no sentido de evitar crises maiores, uma vez que a gente tem alguma experiência e um tamanho territorial muito grande para ser evitado. Então eu acho absolutamente importante que a gente tenha informações adequadas sobre o consumo, sobre os impactos que isso tem, porque isso tem importância para a vida das pessoas, para capacidade de alimentação que as pessoas têm e tem impactos econômicos que felizmente, eu poderia dizer para aquele segmento mais formalizado da economia ainda não é transparente.

Eu tenho... A gente acabou de divulgar ontem os dados de mercado de trabalho formal e eu estava olhando os dados de Santa Catarina preocupado, mesmo do Rio Grande do Sul, até o momento para aquilo que a gente consegue ter de informação, mesmo para os segmentos mais diretamente envolvidos, aparentemente não há o impacto negativo diferenciado do que há no passado, porque eu fiz questão de chamar atenção, este é um segmento com alta rotatividade. Então, continua havendo aquela rotatividade de admissões e demissões naquele ritmo dos 40%. Então nós estamos mantendo o ritmo. Mas ainda não há, isso não foi, pelo menos até fevereiro, que são os dados que a gente tem disponível, não há nenhuma indicação negativa o que não significa que nós não mantenhamos a atenção para essas informações. Eu gostaria depois de deixar disponibilizada as informações para as demais unidades da federação, de tal modo que essas informações econômicas possam de algum modo vir a ser úteis exatamente porque de fato como lembrou o Senador Geraldo Mesquita a gente tem diferentes situações. Se alguns dos Estados em especiais os da região Norte exceto o Amazonas há pequena produção. Os abatedouros e os criadouros são de pequeno porte. Então a chance da gente ter menores produtores é ainda maior e é importante que eles sejam notificados, que eles tenham informação sobre como cuidar para evitar maiores problemas e para evitar impactos econômicos menores. Mas eu não consigo avançar para além disso, mesmo porque medidas de maior impacto econômico vão estar associadas aos Ministérios, associados à Área Econômica. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem, está encerrada esta audiência.

(Sessão encerrada às 12h59.)

Ata da Quinta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 23 de março de 2006, quinta-feira, às 9:30 horas.

Às dez horas e nove minutos, do dia vinte e três de março de dois mil e seis, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador AUGUSTO BOTELHO, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) RODOLPHO TOURINHO, FLEXA RIBEIRO, LUIZ PONTES, ROMERO JUCÁ, VALDIR RAUPP, SÉRGIO CABRAL, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, AUGUSTO BOTELHO, HERÁCLITO FORTES, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES E MORAZILDO CAVALCANTI. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando sua ausência o Senador Antônio Carlos Valadares, Senador Teotônio Vilela Filho e o Senador Flávio Arns. O Senador Augusto Botelho, Presidente em exercício, declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica que o item 08, PLS 430, de 2003 e o item 09, PLS 230, de 2002 foram retirados de pauta para reexame à pedido da relatora, Senadora Patrícia Saboya Gomes. É comunicado o recebimento do Aviso 297 – SGS – TCU 005.026/2005-0, referente à Auditoria de natureza operacional no Programa de Saneamento Básico, o referido documento ficará à disposição dos Senhores Membros, na Secretaria da Comissão, pelos próximos 15 dias. Passa-se à apreciação dos itens da pauta. ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, DE 2002, "Altera o artigo 12 da Lei nº 9656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde" , para acrescentar, entre as exigências mínimas dos planos que incluírem internação hospitalar, a cobertura de despesas com cirurgia e transporte de órgãos destinados a transplante". Autor: Senador Carlos Bezerra. Relator: Senador Demóstenes Torres Parecer: Favorável na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Não tendo sido oferecidas Emendas na Discussão Suplementar, a Emenda nº 01 – CAS (Substitutivo) é definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. O Senador Augusto Botelho passa a presidência dos Trabalhos para o Senador Paulo Paim. ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005 "Altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente". Autor: Senador Papaléo Paes. Relator: Senador Augusto Botelho Parecer: Favorável na formas do substitutivo que apresenta Resultado: Não tendo sido oferecidas Emendas na Discussão Suplementar, a Emenda nº 01 – CAS (Substitutivo) é definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Os demais itens da Pauta 3, 4, 5, 6, 7 e 10

foram adiados. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores: Romero Jucá, Romeu Tuma, Augusto Botelho e Geraldo Mesquita. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – **Senador Paulo Paim,** Presidente em Exercício.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – 5ª Reunião Extraordinária da CAS. Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada a Ata.

O Senador Antônio Carlos Valadares pediu-me que eu comunicasse aos ilustres membros dessa Comissão, que, por motivo de doença na família, teve que viajar, não sendo possível presidir a presente reunião.

A pedido da Relatoria a Relatora Senadora Patrícia Saboya Gomes, nossa Vice-Presidente, retiro de Pauta os itens 8 e 9, respectivamente, os PDS 430 de 2003 e 230 de 2002 para reexame.

Comunico o recebimento do aviso 297 SGS TUCU Plenário, cópia do acórdão, proferido nos autos do processo número TC 005.026/2005-0, referente à auditoria de natureza operacional no programa DE saneamento básico. O referido documento ficará à disposição dos Senhores membros, na Secretaria da Comissão pelos próximos 15 dias.

O item 1 é um Projeto PLS nº 65, de 2002, do Senador Carlos Bezerra. Em turno suplementar. Altera o art. 12, da Lei 9.656, de 13 de junho de 98, que dispõe sobre os Planos de Seguros Privados de Assistência à Saúde para acrescentar, entre as exigências mínimas nos planos que incluírem internação hospitalar, a cobertura de despesas com cirurgia e transplante de órgãos destinados a transplante. Esclareço que na última reunião de 16 de março de 2006, foi aprovada a Emenda nº 1 da CAS, Substitutivo. Não foram apresentadas emendas em turno suplementar. Em discussão a matéria.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu não vou gerar polêmica, porque, efetivamente já foi aprovado, inclusive em primeiro turno, e eu não participei, mas eu só me preocupo porque ao ver, que as exigências mínimas de planos incluírem a questão de transplante, é na verdade, é encarecer o Programa de Plano Mínimo de Saúde Complementar, que na verdade, é um caminho que atende mais de 50 milhões de brasileiros. Então eu faço o registro, mas não vou criar nenhum tipo de...

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – : Não, Senador Jucá, o transplante já é incluído nos planos de saúde, praticamente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB –RR) – Não. Mas no mínimo...

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – É a retirada do órgão doador, do doador que não estava incluído, por exemplo: Se eu... É mais focando esse ponto, o projeto. É porque, por exemplo, o Senhor vai doar o rim para o outro. O plano não cobria a cirurgia da retirada do rim para o outro. E o transporte do órgão também. Ok?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Tudo isso, é bom lembrar que a questão do Plano de Saúde é uma questão de equilíbrio financeiro e a contratação por pessoas do setor privado. Mas eu não vou... eu vou votar a favor, estou apenas fazendo esse registro.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador, é claro que o Romero Jucá está levantando um problema sério, porque hoje há uma discussão muito grande entre o problema econômico dos planos de saúde e o próprio Governo com intervenção permanente e modificando os benefícios dos segurados. E hoje, o SUS paga um preço altíssimo, porque muita coisa o seguro não paga e vão ao SUS e não há compensação junto a essas empresas. Eu tenho a impressão, Romero, pelo que eu ouço falar, que mais da metade das empresas de seguro de saúde já fecharam. Não estou defendendo, não, eu vou votar a favor.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Senador Romeu Tuma, V.Exª. tem razão. É uma situação extremamente delicada.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu acho que é um assunto que a gente tem que trazer em discussão aqui. Como devem funcionar os planos de saúde e qual é a colaboração do Governo para sustentar as diferenças que levam um plano de saúde a fechar.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Porque a minha preocupação é que os planos de saúde, como são privados, a gente chega ao ponto de ir criando uma série de demandas, e os planos não agüentam, quebram. E a pior situação para o segurado é pagar a vida inteira um plano de saúde, e quando chegar na velhice o plano quebrar e ele não ter para onde buscar, como já ocorreu várias vezes. É uma questão que preocupa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ...Sujeitar a uma cirurgia e o plano de saúde diz que não paga a prótese, que a prótese não está incluída. E o Médico diz, se não por a prótese, não vai resolver a cirurgia. Posso matar a cliente num risco, desnecessariamente.

Então, tem algumas coisas esquisitas, que talvez... eu estou votando a favor. O que vem do Paim eu estou assinando sem ler.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [pronunciamento fora do microfone]: Não é do Paim, não...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas se você está sorrindo eu estou achando que é bom. Agora, tem que ter um debate aqui, Senador. Se o Senhor pudesse uma hora marcar uma Audiência Pública, uma Audiência Pública para a gente discutir qual é o papel do plano de saúde, qual é o papel do SUS, para a gente saber como orientar a sociedade. Porque o pessoal bate à sua porta e fala: eu tenho um plano de saúde e não querem me atender numa cirurgia. Não querem pagar um médico que eu fui tratar, porque não está indicado dentro do plano de saúde. Então, é uma confusão difícil. O Governo intervém, sem encontrar a solução. Eu ponho nas mãos do Senhor, que é Médico, e sabe muito melhor que eu. Eu tenho filho Médico e, às vezes, surgem esses problemas de discussão entre eles. Eu participo ali, fico ouvindo, para aprender um pouco. Esse é um choque tremendo no Sistema de Saúde.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senador Augusto.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita. Vamos discutir. Vamos pensar bem.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Eu queria esclarecer. V.Exª.falou uma coisa que me chamou a atenção. Quando da observação do Senador Jucá, que eu acho muito pertinente e oportuna, V.Exª. afirmou, Senador Augusto, que os planos, nas exigências mínimas, já consta a cobertura do transplante?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – [pronunciamento fora do microfone]: ...está tornando obrigatório qualquer plano de saúde, por menor que seja, a ter a questão do transplante e do pagamento do transplante... a retirada e o transporte do transplante. V.Exª., vamos analisar, no nosso caso, nós temos lá a UNIMED, um órgão importantíssimo, que dá assistência muito grande à população lá, mas que vive... [agora falando ao microfone] uma cooperativa em dificuldade. De repente, se chega uma ação dessa...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E transplante é complicado. O Senhor sabe como é complicado. Tem que tirar o órgão, tem que ter uma... tem que ter uma infra-estrutura.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Aí se consegue um doador em São Paulo. A UNIMED vai ter que buscar, em São Paulo, num jatinho, trazer para Roraima...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A infra-estrutura de transporte também não é... não pega...

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – A observação do Senador Jucá é muito pertinente e oportuna. O perigo de encarecimento dos planos, e principalmente para aqueles que pagam o plano de saúde com muito sacrifício, para a questão do transplante, para o universo dos segurados pelos planos, eu acho que é uma proporção aí que a gente precisa analisar. É uma proporção que a gente precisa analisar. Fazer isso de forma generalizada, para uma questão que se restringe, digamos, a um universo muito pequeno em relação ao grande universo dos usuários de planos. Eu acho que o Senador Jucá tem absoluta razão. Isso pode resultar no encarecimento dos planos para aquela faixa que já tem uma dificuldade tremenda de arcar com essa despesa. Então, eu creio que seria muito oportuno uma discussão mais aprofundada dessa questão, se houver, regimentalmente, possibilidade disso, Senador Botelho.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Essa é uma casa de discussão, realmente... Não, eu acho... Com a palavra o Senador Paim. Vamos ouvir o Senador Paim também.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu queria dar minha contribuição também, Senador Romeu Tuma, Romero Jucá e Mesquita Júnior, na seguinte linha, eu ouvi aqui o alerta que faz o Senador Romero Jucá, eu estava aqui... Na verdade eu estava lendo, tem um outro projeto aqui, inclusive me pediram a opinião aqui na TV há pouco tempo, eu disse que em tese eu sou a favor do projeto, mas também toca de novo nos planos de saúde. Eu não sei se nós não teríamos... Como V.Exª. está propondo, a gente fazer um debate sobre o tema, eu disse que em tese sou a favor, mas eu acho que teríamos que aprofundar o debate. O que que diz o outro projeto que também é terminativo? Diz o seguinte: os planos de saúde não poderão fazer mais testes para ver se a pessoa tem ou não tem alguma doença genética antes de ver se o homem ou a mulher está apto. Eu, em tese, sou a favor, mas gostaria de conhecer mais. O que significa a abrangência desses dois projetos e a repercussão nos planos de saúde. Porque nós também, ninguém quer aqui, tenho certeza absoluta, inviabilizar os planos de saúde. Por isso que o seu alerta eu acho que contribui para o debate.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Inviabilizar os planos de saúde não é defender a empresa, é defender o usuário, que pagou a vida toda e vai ficar no final da vida, de repente, pendurado em algo que

não existe e não tem mais nem volta. Eu acho que se pudesse, de repente, tirar de pauta e a gente fazer audiências públicas...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – E até discutir os dois. Os dois envolvem planos de saúde.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador, tem um detalhe aqui que é o art. 12, inciso G, ele faz referência: Cadáver com Morte encefálica, à preservação e ao transporte de órgão, destinar transplante de beneficiário desde que haja previsão legal ou contratual para transplante e o transporte. Tem que constar de contrato. E é uma nova redação que foi dada. Está aqui o NR. Então, há obrigatoriedade de ter a citação no contrato.

Obrigação de transplante para mim, Senador Romero Jucá, é do Governo, que tem o Plano Nacional de Transplante, tem lista própria, o Governo é que decide, a lista está na mão de um hospital. Então, tudo isso é fiscalizado pelo Governo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu acho que independente de aprovar, eu acho que nós deveríamos nos debruçar na Comissão de Assuntos Sociais sobre essa questão de planos de saúde. É uma questão importante, que diz respeito a mais de 50 milhões de brasileiros. A situação dos planos hoje, a maioria dos planos estão desequilibrados, e é importante que haja a consciência de buscar o reequilíbrio, nem que seja, através de mecanismos de suporte do SUS em determinadas atividades. Mas que se possa, efetivamente, zelar pelo futuro da previdência complementar, da assistência médica complementar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Romero Jucá, só para dar um exemplo, tem um grande Banco que tem assistência à saúde ofereceu para um outro plano, o plano deles por um real, para passar o plano, porque o prejuízo é mensal. "Você não quer, você está com o seu plano, passamos aí por um real. Simbólico". "Não. Eu já estou..."

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – : Deixa eu falar sobre um entendimento em relação à prótese que o Senador falou ali. O Sistema Único de Saúde garante assistência médica a todas as pessoas. Certo? Universal. Cada um tem o seu entendimento. O meu entendimento é de Médico. Se o plano de saúde não cobre a prótese, porque no contrato não figura isso, a quem que aquela pessoa deve recorrer de direito de cidadão brasileiro para pegar essa prótese? Ao SUS. Então, eu acho que é claro, já no entendimento da própria lei. Agora, lógico que a gente tem que regularizar isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – : É aí que nós temos que criar um mecanismo para que a pessoa não fique nessa... Uma prótese, Senador, estou falando em relação à prótese. Transplante não tem jeito. Os transplantes, geralmente a maioria é feito em público, pouco transplante em órgão privado. Inclusive, a estrutura dos hospitais privados, geralmente não cabe para fazer transplante. E pelo regimento aqui, em relação a esse projeto, nós temos que aprová-lo hoje. Agora, é bom a gente trazer para essa Casa esse assunto dos planos de saúde e em relação a essas próteses, essas coisas assim. Porque a prótese não falta só no plano de saúde, falta também na fila do SUS. Nós não temos prótese para fazer tudo, as próteses são caras, difíceis de adquirir. O SUS limita o uso de próteses. Não limita assim dizendo "está limitado". Limita pelo pagamento que ele faz. Lógico que, nós temos que lutar para melhorar o pagamento dos hospitais do SUS, das consultas médicas, dos procedimentos do SUS, que é uma luta maior. Do PAB também, que é o Piso de Assistência Básica, que paga para as Prefeituras. Porque se a gente não melhorar esses pagamentos, nunca vamos melhorar as condições de atendimento. Então cai numa redundância. O Cone Sul tem um PAB elevadíssimo. O Norte e o Nordeste o PAB é lá embaixo. Então, nunca vai melhorar a assistência à saúde no Norte e Nordeste. Porque o regimento é bem claro no art. 284: "Não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação". Então, esse automaticamente vai ser aprovado e encaminhado. Acho que todos são favoráveis à aprovação dele. Declaro aprovado então, em segundo turno, o substitutivo do Projeto de Lei 75/2002.

Eu vou passar a Presidência ao Senador Paim, porque eu sou o Relator do segundo item.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E do Senhor também em segundo turno. Não teve Emenda. Nem precisa se discutir, acho.

[mudança de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra, no exercício da Presidência ao Relator, Senador Augusto Botelho, ao Projeto de Lei de autoria do Senador Papaléo Paes. O projeto altera o art. 2, da lei 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídios, anabolizantes e dá outras providências para tipificar a venda desses produtos como crime punível, com penas equivalentes às do tráfico ilícito e de substâncias entorpecentes. Relator, Senador Augusto Botelho, com a palavra.

SR. RELATOR SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Eu só faria um comentário, é o seguinte: realmente algumas pessoas morreram recentemen-

te, por uso indevido de anabolizantes, que pode ser peptídios ou esteróides. E essa Emenda, esse Projeto de Lei que nós passamos a punir também a pessoa que vende, por exemplo, o produto que é usado em veterinária, que não é permitido no Brasil uso de anabolizantes em veterinária, mas vende ilegalmente. E a pessoa vende nas casas de veterinária para uso de crianças, para os rapazes tomarem e tudo. E não havia... E vendia e não era proibido vender. Não estava escrito. Não tinha bem claro. Então, agora com esse substitutivo, quem vendeu e quem aplicar, o indivíduo que der a injeção do anabolizante no jovem é considerado culpado também. Fica bem claro aqui. Eu gostaria do apoio dos Senhores porque é para regulamentar. Os jovens usam muito os anabolizantes, e volto a repetir mais uma vez, ele altera, ele feminiliza o homem e masculiniza a mulher, em última hipótese. Nos homens o testículo atrofia e na mulher o ovário, porque ninguém consegue apalpar o ovário, mas sabe que certamente acontece isso. Fora os casos de morte. E também propicia o aparecimento de câncer no fígado das pessoas. Então, os jovens que tomam anabolizante não podem estar tomando anabolizante, porque eles estão se matando. Esse Projeto de Lei vai tentar ajudar, mas o que vai resolver mesmo é a conscientização de que remédio anabolizante não pode ser usado em ser humano.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Está em discussão a matéria. Senador Romeu Tuma, em seguida o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador, eu tenho um exemplo muito claro, a morte de uma pessoa conhecida, que tomou uns remédios para cavalo. Mas é anabolizante. Ficou com cirrose imediata. Durou uma semana, dez dias, e veio a falecer. É o que o senhor diz, ataca diretamente o fígado, porque ele não tem a capacidade de filtrar, provavelmente, a composição química que... E várias mortes, as academias hoje, para se valorizar... Não estou generalizando, porque tem sérias, e a grande maioria é fiscalizada e tudo, mas dão anabolizante para o sujeito dizer que está fazendo efeito a ginástica. Estão malhando e crescendo fisicamente o desenvolvimento. Daí um, dois anos o sujeito já está no caixão. Fica mais pesado para carregar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senador, eu parabenizo o Senador Paim e o Senador Augusto por essa iniciativa.

Veja Senador Paim, Senador Tuma, Senador Botelho, normalmente, quando o efeito oferecido, principalmente aos jovens, vem travestido de potência sexual, beleza, vigor, etc, por exemplo, os comerciais de bebida alcoólica, o menino vai conquistar a mulher mais bonita, vai ter o carro mais potente, não sei mais o que, e ele está enveredando é pelo caminho do vício. Nao é verdade?

A cocaína, Senador Paim, que é oferecida aos jovens e a quem é usuário disso, os efeitos é o paraíso. O efeito é o paraíso. É oferecido. Anabolizante, eu já vi vender em birosca, isso. É um negócio extremamente perigoso, não só pelas conseqüências que o Senador Augusto Botelho apontou aqui, principalmente por elas, as deformações físicas. O risco de morte, o risco de graves conseqüências. Mas como é que ela é oferecida? É oferecido aos jovens, principalmente, pelos seus efeitos imediatos. Como a cocaína. O sujeito cheira, o efeito imediato é do paraíso. O anabolizante também. Qual é o efeito? O cara cria musculatura, não sei mais o quê. E lá na frente, a conseqüência é a mais grave possível. Então, é o tipo de projeto que a gente vota "sim" com a consciência leve de que está cumprindo um dever cívico aqui nesse Senado Federal. O voto favorável ao projeto do Senador Papaléo relatado pelo Senador Augusto Botelho.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Augusto Botelho, só uma pergunta mais na área médica. Isso causa dependência física, psíquica ou não?

SR. RELATOR SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Inicialmente, havia intenção do projeto de punir igual as drogas psicoativas. Mas os anabolizantes não criam dependência psíquica e nem física. Pelo menos, um uso moderado. Um uso muito prolongado, mas são pessoas portadoras de patologias, de artrite, que usam um tipo de anabolizante que são os corticosteróides. Criam uma dependência, mas uma dependência mais de... Porque com ele, ele não sente a dor. Mas não existe aquela... Eu não posso viciar uma pessoa em anabolizante, como eu posso viciar em cocaína, heroína. Com quatro doses eu vicio uma pessoa em heroína.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Essa presidência quer complementar o Senador Papaleo Paes e Augusto Botelho, que eu tenho o mesmo entendimento exposto aqui por todos. Isso vai na linha da dependência. E o Senador Mesquita Júnior para mim... Todos fizeram uma brilhante defesa do projeto. Aponta esse caminho da dependência química. Eu estou apavorado. Confesso a vocês que quanto mais eu vejo a implicância da dependência química, e quando eu digo química falo também do álcool, mais eu me assusto. E esse documentário, demonstrado pelo Fantástico, mostra para onde está indo a nossa juventude. E é independente da classe social, inclusive, no que percebo. E por isso nós esta-

mos organizando um grande seminário para o dia 24 de abril, aqui no Senado, onde o tema é a dependência, tanto de drogas pesadas como o álcool. Há todo um apoio do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, entendo, da sociedade organizada. Por isso, quero também deixar registrado o meu voto, totalmente a favor desse projeto, e quanto a ele, eu considero então aprovado, já que não vai nem à votação, porque não houve Emendas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador, posso fazer um apelo através dessa Comissão? De um projeto, que não é meu, sou apenas o Relator e já está, acredito eu, no Congresso desde a outra Legislatura. Já passou pelas mãos de quatro Relatores, que é a nova Lei de Drogas. E que a gente tem que tratar o dependente diferentemente do traficante. O usuário com a assistência à saúde. E não se consegue pôr em votação. E isso foi feito de acordo com a Secretaria da Presidência da República, todos se manifestaram, a Área Psiquiatra, todos opinaram na elaboração final do relatório. Agora, já tem apresentada há mais de dois, três meses a última versão. E a gente não consegue aprovar, porque a outra tem mais de 20 anos. E o Senhor sabe o que modificou durante esse período, com novos medicamentos, uso de outros esquemas e distribuição. O que mostrou a nossa televisão no Fantástico, tudo isso... Eu queria fazer esse apelo. Talvez, os nossos companheiros de Senado possam apressar a análise desse novo projeto, sobre o controle e combate ao uso e tráfico de drogas.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Romeu Tuma, pode ter certeza que nós todos vamos trabalhar nesse sentido. Mas desde já, eu quero convocar, se V.Exª. me permitir, para ser um dos painelistas desse seminário como Relator do projeto. E se até lá, ele não for votado, eu tenho certeza que o seminário vai tirar inclusive, um documento de total apoio, porque eu sei e conheço o trabalho de V.Exª, e a importância de penalizar o traficante, mas ter um olhar mais severo também com os dependentes. Um olhar severo não quer dizer que você não tenha que dialogar, construir, não abandonar, mas apontar caminhos. Eu quero apenas cumprimentar V.Exª. pela Relatoria.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A importância é o Estado oferecer portas para o usuário. Porque hoje, o Estado não oferece nada. Não tem nenhuma área de tratamento de Psiquiatria, uma série de fatores que podem colaborar, que o Estado não oferece. O Estado fica muito na dependência de botar o cara na cadeia. Então, é uma coisa difícil de controlar, porque cada dia vai crescendo o número do usuário. Porque a facilidade com que se compra as drogas... E os traficantes estão aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu não sou Médico, mas estou lendo muito, acompanhando muito, e aquilo que a gente chama de amor exigente. O amor exigente é você saber que tem limite. E os nossos filhos, eu diria que os filhos do nosso povo, da nossa gente, que cada vez mais estão optando por esse caminho. E dizem os Psiquiatras, que eu tenho conversado, que já vai para o campo da Psiquiatria, e com a devida profundidade à realidade dos dependentes. E eles não têm limite. O dependente, amanhã ou depois... Primeiro, ele vai para violência, é um fato real de quem está visitando famílias, vai para violência, não tem limite, e nós precisamos ajudar a apontar caminhos. Ou você aponta caminhos e vai na linha de recuperar essa juventude, ou como alguns estão fazendo, estão abandonando. E eu não gostaria de ver grande parte da nossa juventude abandonada porque optou por esse caminho. Apostar que é possível recuperá-los, sabendo que nem todos vão. Muitos vão morrer, sim, ou na linha de tiro de um traficante ou numa overdose. Essa é a verdade.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Augusto, só uma... Nós, durante todos esses anos, em reuniões internacionais, sempre travávamos discussões de como reprimir. Então, há hoje uma reversão de como recuperar, e como dar oportunidade ao usuário de se afastar das drogas. Então, há um processo inverso que deve ser longo, lento e difícil. O Senhor é Médico, sabe como é difícil tratar um usuário de drogas. Ele tem componentes de dependência de reações violentas, até contra aquele que precisa e quer ajudá-lo. Senador Augusto Botelho sabe muito mais que eu.

SR. RELATOR SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Senador Paim, só uma observação. Os pais dos dependentes químicos e tudo... V.Exª. eu sei que é uma pessoa que não gosta de fazer nada que ofenda, nem nada, porque o pai abandonar o filho é muito ruim. Ele não abandona na realidade, ele desiste, Senador. A palavra certa é desistência. Eles me dizem: "Doutor, eu desisti do meu filho". Ele desiste, porque começa fazendo pequenos furtos dentro de casa. Daqui a pouco tem que esconder tudo dentro de casa. Daqui uns dias, ele leva a televisão. Quando leva a televisão é porque já perdeu... Daqui a pouco ele começa a agredir a mãe e o pai, à procura do dinheiro. E enfim, acaba matando os pais. Eu já acompanhei muito o sofrimento de família, sei como é, eu sou Médico do interior, lá graças a Deus não tem tanta droga, mas tem. Eles desistem realmente. A palavra certa é desistência.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Durante o meu período na polícia, tive alguns pais, "Pelo amor de Deus, doutor, põe meu filho no xadrez, pelo menos

uma semana ou dez dias, para ver se ele consegue". Aí trazia um pastor para conversar, dentro do xadrez, com uma pessoa, para tentar recuperar. Porque às vezes pela igreja, pela fé, se recupera muito mais do que o tratamento médico. Isso é experiência pessoal, tratando com usuários, com traficantes. Quando eles acreditam que tem um caminho melhor, a reversão é completa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Muito bem. As famílias estão pedindo socorro, e eu quero passar a Presidência para o meu titular aqui. Eu, antes de concluir, só quero informar que amanhã, às 14h, nós teremos aqui uma Audiência Pública, requerida por mim, para discutir a situação acionária da PETROBRAS na BRASKEM e a entrega do ativo da PETROBRAS no pólo petroquímico do Rio Grande do Sul, e que vai estar presente a BRASKEM, a PETROBRAS, a PETROQUISA, o Sindicato dos Trabalhadores, a IPIRANGA e também lideranças do Rio Grande do Sul e da Casa Civil.

E na segunda-feira, também aqui, teremos uma Audiência Pública para discutirmos a situação dos aposentados e pensionistas. A da segunda-feira é às 10h da manhã e essa de amanhã é às 14h. Já está confirmada a presença de todos os representantes e das entidades que pediram. Eu quero só explicar. Por que sexta-feira à tarde e segunda pela manhã? Primeiro, porque ou a gente resolve alguma coisa para os aposentados, porque o mês de abril está aí. Então tem que ser, e o único espaço que conseguimos, foi nesse horário de segunda pela manhã, devido ao número de Audiências Públicas que estão marcadas em todas as Comissões. E essa da BRASKEM, e também da PETROBRAS, que envolve bilhões de reais, também o único espaço que nós conseguimos foi agora. Isso não quer dizer que nós possamos ter ainda outras audiências sobre os dois temas. Assim eu encerro a presente Sessão. Muito obrigado.

(Sessão encerrada às 10h39)

Ata da Sexta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª legislatura realizada no dia 24 de março de 2006, sexta-feira, às 14:00 horas.

Às quatorze horas, do dia vinte e quatro de março de dois mil e seis, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador PAULO PAIM, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais para a realização de Audiência Pública conforme Requerimento nº 07, de 2006 – CAS de autoria do Senador Paulo Paim, com vistas a tratar das negociações relativas à participação acionária da PETROBRÁS na Braskem e a entrega de ativos da PETROBRÁS no Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul. O Senador Paulo Paim que preside a reunião, declara aberta a reunião da Comissão, informando os motivos que levaram à realização da presente reunião. O Senador Paulo Paim convida para tomarem assento à mesa, para suas exposições, o Dr. Cláudio Akido – Diretor do Departamento de Combustíveis e Derivados do Petróleo do Ministério de Minas e Energia – MME; Dr. Patrick Horbach Fairon – Diretor de Participações da PETROQUISA; Dr. Valter Luiz Guimarães – Diretor Superintendente da Unidade de Novos Negócios do GRUPO IPIRANGA; Sr. Cairo Garcia Correia – Confederação Nacional dos Químicos; Sr. Carlos Eitor Machado Rodrigues – Presidente do SINDIPOLO; Dr. Alexandrino Alencar – Vice-Presidente de Relações Institucionais da BRASKEN. Registra-se também a presença do Deputado Estadual Edson Luiz Portilho – PT do Rio grande do Sul. Após a exposição de cada um dos convidados e não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário-Adjunto da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **Paulo Paim,** Presidente em Exercício.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Havendo número regimental, baseado na apresentação do requerimento por mim encaminhado, declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. A presente reunião destina-se à Audiência Pública atendendo ao requerimento nº 6, de minha autoria, com vistas a tratar das negociações relativas à participação acionária da PETROBRÁS na BRASKEM, e a questão de ativos da PETROBRÁS no pólo petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul. Foram convidadas as seguintes autoridades: Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República ou representante; Ministro de Minas e Energia ou representante; Presidente da PETROBRÁS ou representante; Presidente da PETROQUISA ou representante; mesma coisa na visão da BRASKEM e também na questão da IPIRANGA PETROQUÍMICA, e, também, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do pólo petroquímico do Rio Grande do Sul e a Federação e o Presidente da Confederação Nacional dos Químicos. Em primeiro lugar quero agradecer a presença de todos os convidados. Quem não pôde fez a devida justificativa, mas eu diria que dos convidados,

95% está aqui, mostrando a importância desse tema aqui no Senado da República.

É nossa intenção desenvolver esta Audiência Pública da seguinte forma: Nós convidaríamos os Painelistas, de dois em dois, para que viessem aqui à Mesa. Teriam o tempo de 15 minutos para fazer a sua exposição. Alertamos que como é uma audiência oficial do Senado da República, só poderão fazer uso da palavra os Painelistas e os Senadores. Os Painelistas poderão, se assim entenderem, fazer alguma pergunta entre si. A reunião será objetiva atendendo os fins para os quais ela foi convocada. Enfim, estão todos aqui participando. Nós, de imediato então, passamos a convidar para fazer parte da Mesa, para fazer de imediato a sua fala, se já está presente, o Dr. Cláudio Akio. Convido o Senhor para fazer parte da Mesa. E também o Dr. Patrick. Dr. Cláudio representando aqui o Ministério de Minas e Energia, Dr. Patrick, representando a PETROQUISA.

O tempo que nós vamos assegurar a cada convidado, quero dizer que todos são convidados a estarem aqui, é satisfação desse Senador, que todos tenham atendido à nossa solicitação para essa exposição. O tempo de cada convidado é de 15 minutos, não necessariamente. Quem entender que pode abreviar, abrevia. E se alguém entender a tolerância, será de mais dois minutos. Então, de imediato, essa Presidência passa a palavra ao Dr. Cláudio, representando o Ministério de Minas e Energia.

SR. CLÁUDIO AKIO ISHIHARA: Senador Paulo Paim, senhoras e senhores aqui presentes, em primeiro lugar eu gostaria de agradecer o convite em nome do Ministro de Minas e Energia, e dizer que o MME estará sempre à disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário, seja nessa área ou em qualquer área afeta ao Ministério.

Eu gostaria de fazer uma... A minha fala vai se concentrar, basicamente, na atuação do Ministério de Minas e Energia no setor petroquímico. Então, em primeiro momento eu queria falar sobre a importância do acompanhamento da indústria petroquímica pelo MME. A indústria petroquímica, por ser uma indústria muito próxima do setor do petróleo, ou seja, ela usa como matéria-prima os produtos oriundos da própria indústria do petróleo, quer seja a nafta ou, mais ultimamente o gás natural, ela tem um interesse muito grande do Ministério. Ela é uma indústria energointensiva, usa derivados de petróleo, nafta e gás natural como matéria-prima, e produz derivados combustíveis, GLP, gasolina principalmente, além dos produtos petroquímicos normais para as indústrias de segunda geração. É também uma indústria de base, e, portanto, tem um caráter estratégico para nós. Seja na formulação de compostos plásticos, que isso vai desde o balde plástico utilizado pela dona de casa, até computadores, e painéis de carros e outros equipamentos mais sofisticados, e também é um insumo importante para a indústria de fertilizantes do País.

Dessa forma, as diretrizes do Ministério de Minas e Energia, com relação a esse setor específico de petroquímica se baseia no seguinte ponto: a criação e manutenção de um ambiente propício. E esse ambiente propício, para quê? Para desenvolvimento da indústria sobre regras de mercado e iniciativa dos agentes na busca de soluções, ou seja, procurar dar ao mercado condições para que esse setor se mantenha sozinho pelas próprias empresas do setor. Aumento da capacidade de produção para acesso a novos mercados e maior agregação de valor aos produtos aqui produzidos, como também a melhor utilização dos recursos do País, quer seja de infra-estrutura, matéria-prima, tecnologia, inclusive, geração de mais mão-de-obra qualificada, e, portanto, mais emprego para o País.

Eu gostaria de fazer agora algumas considerações sobre a indústria petroquímica em geral. Isso, para muitos, já é uma coisa de conhecimento, de domínio público, mas, de qualquer forma, eu gostaria de fazer essa explanação. A gente percebe, e segundo alguns estudos, que haverá um crescimento de demanda nos produtos petroquímicos nesses próximos anos, inclusive, estudos do Ministério do Desenvolvimento de Indústria e Comércio e ABIQUIM apontam para a necessidade de investimentos para, até 2013, da ordem de doze bilhões de dólares. Repito, Senhores: doze bilhões de dólares até 2013. É um setor que precisa ter uma expansão e uma competitividade que está diretamente relacionada à disponibilidade de matéria-prima. Portanto, é importante que se tenham empresas que gerem matéria-prima aqui no Brasil, para que não haja importação. Nesse sentido, vale informar que a nafta é ainda o principal produto com matéria-prima, e possui importações agora em elevação, preços crescentes, e o mais importante, quer dizer, um distanciamento entre a diferença entre o preço do petróleo e o preço da nafta. Doutor, só alguns números aqui, para citar, para explanar melhor.

Em 2003 nós importamos 3,2 milhões de metros cúbicos, o que houve um dispêndio correspondente de 548 milhões de dólares, e o que daria um custo médio, vamos dizer assim, de 29 dólares por barril. Em 2004, se manteve a mesma quantidade importada, ou seja, 3,2 milhões de metros cúbicos, no entanto o dispêndio já aumentou para 840 milhões. E aí, percebe-se por quê? Porque houve um aumento agora para 41 dólares o barril. Em 2005, já houve um aumento do volume importado. Em 2005 foram importados 4,3 milhões de

metros cúbicos e o gasto já passou de 1,4 bilhão de dólares. É o que daria o correspondente a um preço médio de 52 dólares por barril.

Então, nesse novo patamar que se clareia, agora, com relação ao preço do petróleo internacional é de se esperar também uma elevação muito grande do preço da nafta. Também a gente poderia falar um pouco sobre outras unidades que estarão vindo, aqui, a serem construídas no País. Eu destaco a Unidade Petroquímica Básica, que deve ter sede no Rio de Janeiro, não está definida ainda a localização exata, mas que com certeza vai se transformar num grande alavancador da capacidade de agregar valor da indústria petroquímica. O Dr. Patrick pode falar isso com maior propriedade, mas ela, basicamente, essa unidade vai produzir produtos derivados de petroquímicos com base num petróleo pesado de Campos. Qual é a atuação do Ministério de Minas e Energia nesse setor específico? O Ministério, ele procura fazer a formulação de políticas e diretrizes. Então, nessa formação de políticas e diretrizes para o planejamento, inclusive, energético, tem uma interação muito grande com as entidades representativas do setor. ABIPLAST, ABIQUIM, o próprio Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, ao qual tem um fórum de competitividade de plásticos. Isso tudo para quê? Para que a gente tenha uma noção da quantificação da demanda por matéria-prima para o setor petroquímico. Por quê? Porque isso engloba diretamente o planejamento do setor de petróleo na medida em que ele é um demandante de matéria oriunda do setor de petróleo e gás.

Paralelamente a isso, nós temos agora procurado estudar mais o mercado. E isso está se dando não somente por interação com as outras agências, outras entidades, mas também, contratação de estudos independentes para quantificar a demanda, verificar necessidades de novos produtos e novas tecnologias. Então, nesse sentido eu gostaria de destacar a coordenação do Ministério de Minas e Energia no PROMINP, Programa de Mobilização de Indústria do Petróleo, o qual visa capacitar o setor, e não por menos também, o setor petroquímico com relação tanto à capacitação do profissional, como também, capacitação da indústria no sentido de novas tecnologias e novos produtos. Nesse sentido, existe uma ação específica dentro do PROMINP que se chama Rede de Excelência em Petroquímica, a qual, como eu disse anteriormente, objetiva capacitar melhor os empregados do setor, vislumbrar as possibilidades de novas tecnologias e novos produtos para o setor.

Então, feita essas considerações a respeito da área de abrangência e de atuação do Ministério de Minas e Energia, eu gostaria de falar alguma coisa mais a respeito da COOPERSUL. Então, é de conhecimento de todos, já está na mídia, a muito tempo, a composição acionária e todos sabem que, tanto a BRASKEM quanto a IPIRANGA, elas possuem igualdade acionária em 29,5%; a PETROQUISA possui 15,6% e outros acionistas possuem o restante, 25,4%. É interessante que no acordo de acionista é previsto que cada um desses dois maiores acionistas, BRASKEM ou IPIRANGA, ela pode exercer sua opção em comprar a ação correspondente que é outra parte comprar a mais. Ou seja, a idéia é, pelo que a gente entende, de manter a igualdade acionária entre os dois principais acionistas. É importante dizer que as duas, tanto BRASKEM quanto IPIRANGA possuem unidades de segunda geração, elas são clientes da COOPERSUL e, logicamente, tenham interesse na COOPERSUL e, também, que a COOPERSUL, ela não possui planta de segunda geração, ou seja, ela somente é fornecedora de produtos para as indústrias de segunda geração. Então, mais especificamente com relação ao acordo PETROQUISA/BRASKEM, o Ministério entende que a gestão dessas empresas estatais, dentre as quais a PETROQUISA, elas ocorrem de forma transparente e profissional. Então, os gestores que lá estão, estão procurando a melhor oportunidade sob o ponto de vista dos acionistas, entre os quais o Governo Federal é o maior, e também conforme as orientações emanadas pelo seu Conselho de Administração. E, uma coisa que a gente entende, é que essa negociação é uma negociação entre duas empresas de Direito Privado, as quais possuem uma série de informações que são de caráter privado e que não devem ser divulgadas ao público porque há informações que interessam preponderantemente aos outros concorrentes no setor. Isso não quer dizer também, que o Ministério não está acompanhando. Nós temos o acompanhamento da situação, mas respeitamos essa necessidade desse momento particular em que, tanto a BRASKEM, quanto a IPIRANGA, quanto a PETROQUISA necessitam ter uma avaliação muito criteriosa desses assuntos. Não é à toa que todas contrataram consultorias para fazer essa avaliação o mais correta possível. De qualquer sorte, uma vez definido o acordo, isso vai ser necessariamente referendado pelo conselho de administração da PETROBRÁS, a qual o Governo tem assento. E, na seqüência, também uma vez consolidado o acordo, ele ainda deverá ser submetido ao Conselho Administrativo e Defesa Econômica, o que nós entendemos que verificará as condições de mercado e essa nova conformação com relação ao poder de mercado que essa nova empresa terá. Desculpe. Essa nova composição proporcionará à COOPERSUL. Esses eram os pontos que eu gostaria de abordar, aqui, com relação

ao posicionamento do Ministério de Minas e Energia e me coloco à disposição dos senhores para qualquer pergunta eventual. Muito obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra ao Dr. Patrick, Diretor de Participação da PETROQUISA também por 15 minutos e com uma tolerância de mais dois, se necessário.

SR. PATRICK HORBACK FAIRON: Boa tarde a todos os senhores e senhoras, em especial ao Senador Paulo Paim que está presidindo essa sessão. Gostaria de apresentar aqui o desejo manifestado tanto pelo Presidente da PETROBRÁS, José Gabrielli, e a Presidenta da PETROQUISA, Maria das Graças gostariam de estar presentes, caso não fosse o que nós estamos nesse momento discutindo planejamento estratégico da PETROBRÁS. Nós estamos num processo de revisão do nosso planejamento estratégico, onde dentro deste processo está sendo definido, como já em alguns momentos já foi indicado, mas agora de uma forma bastante mais pragmática e assertiva, a expansão do sistema PETROBRÁS na Área Petroquímica. E, dentro, desta expansão seletiva, nós identificamos grandes marcos, e alguns já identificados pelo Dr. Cláudio, no Ministério, que é o nosso projeto da Refinaria Petroquímica, que é um investimento de 6,5 bilhões de dólares, de extrema importância para o desenvolvimento da infra-estrutura desse País, gerador de milhares de empregos diretos e que vai reconfigurar a indústria petroquímica no Brasil. É um processo que vem com uma evolução natural da indústria petroquímica. Inicialmente todas as centrais eram à base de nafta, recentemente nós temos uma participação numa indústria à base de gás, e agora nós estamos entrando dentro da nossa veia inovadora do sistema PETROBRÁS, numa petroquímica à base de petróleo pesado.

Junto com esses projetos, nós temos na nossa carteira um conjunto de projetos grandes, onde nós podemos destacar alguns. Um deles, a própria opção BRASKEM, projeto de PTA em Pernambuco, e outros projetos que estão em análise. Então, é sempre fácil falar depois do nosso controlador, que já dá todas as direções, e eu aqui gostaria de me colocar. Eu não teria muito a acrescentar, só dizendo que na questão da opção BRASKEM é um processo. Esta opção começou na criação, no processo de privatização, na realidade em 2001. Depois, em 2002 houve uma negociação de um aditivo um, ao memorando de entendimentos de 2001 que criou a BRASKEM, onde foi colocada a possibilidade de nós virmos a ser co-controladores da BRASKEM, aportando as nossas ações da COOPERSUL. Posteriormente, já indicando a nova tendência no planejamento estratégico da PETROBRÁS, nós fizemos uma renegociação. Por quê? Naquele aditivo anterior, nós, para sermos co-controladores nós teríamos que desfazer de todas as participações que seriam concorrentes com a BRASKEM.

Pelo papel da PETROBRÁS, nós entendíamos que isso não era coerente, porque uma empresa como a PETROBRÁS tem um papel um pouco maior do que simplesmente estar competindo no mercado. Naquele momento, nós renegociamos um papel de minoritário relevante que significa que nós estaremos, caso venhamos a exercer a opção, um papel fundamental de efetiva gestão junto com a BRASKEM. E, então, nesse processo, foi renegociado um aditivo dois, que foi em abril de 2005, e iniciamos um processo bastante complexo, caro, de avaliação para subsidiar todos os processos decisórios de Diretoria de PETROQUISA, Diretoria da PETROBRÁS, Conselho de Administração da PETROBRÁS, como o Dr. Cláudio já identificou para, se houver um acerto entre as partes nas questões de valores, os valores dos ativos, acordo de acionista que manifeste os interesses e os direitos essenciais que o sistema PETROBRÁS não abre mão, e conjuntamente com um laudo das nossas áreas técnicas sobre as questões de SMS, nós teremos concluído uma etapa que vai subsidiar a decisão para o exercício, ou não, da opção. Então, era isso que eu teria a dizer, e agradeço a oportunidade de estar nessa sessão, prestando os esclarecimentos em nome das companhias. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Pelo que eu entendi aqui, falará pelo grupo IPIRANGA o Dr. Walter. Convido V. Sa. para chegar à Mesa junto com o representante da Confederação Nacional dos Químicos, Dr. Caio Garcia Correia. Eu solicitaria aos dois primeiros palestrantes, meus amigos, a retornar ao plenário. Quando os dois chegarem, ficam só mais dois Painelistas, que serão o Presidente do SINDIPOLO, o Sr. Carlos, e o Dr. Alexandrino. Seriam os dois que iriam fechar o painel e daí nós abriremos a possibilidade de pergunta entre os Painelistas.

Passamos a palavra ao Dr. Walter Guimarães, Diretor Superintendente da Unidade de Novos Negócios, do grupo IPIRANGA. Por 15 minutos e mais dois, se necessário.

SR. WALTER LUIZ GUIMARÃES: Boa tarde, senhoras e senhores. Eu gostaria de cumprimentar o Senador Paim, pela iniciativa. Me parece extremante relevante, em função da importância do setor petroquímico para o País, para o nosso Estado do Rio Grande do Sul, e cumprimentar os senhores e senhoras, e os nossos colegas da PETROBRÁS, BRASKEM e demais presentes. Eu represento, aqui, o Diretor Superintendente da IPIRANGA petroquímica, Sr. Paulo Magalhães, e também as empresas PETRÓLEO IPIRANGA como um todo. Na realidade, eu pretendo

falar de forma muito breve, mas apenas ressaltar alguns aspectos da importância da petroquímica para a IPIRANGA. Como é que nosso grupo tem se posicionado e continuará certamente se posicionando em relação a essa atividade.

A IPIRANGA, como todos sabem é uma empresa inteiramente nacional, brasileira, de origem no Rio Grande do Sul, mas que hoje está presente no País como um todo. Recentemente, nós temos também como prática exercícios constantes de revisão do nosso plano estratégico, e que recentemente, coincidentemente, terminamos um desses exercícios, que foi feito de forma muito detalhada. Uma das principais conclusões desse exercício é que identificamos, naturalmente, as áreas de crescimento onde o grupo deverá aportar prioritariamente os seus recursos e seus investimentos. E entre essas áreas de crescimento está a petroquímica. Não só porque a IPIRANGA, uma empresa que tem nas outras atividades, a IPIRANGA vai completar nesse ano 70 anos de idade, e na petroquímica nós estamos há mais de 25 anos, e começamos uma trajetória devagar, lenta, mas segura e com crescimento significativo. Temos um crescimento de volume desde que começamos há 25 anos atrás de mais de dez vezes. Então, a petroquímica para nós, é uma área, como eu disse, de crescimento prioritário. Não só porque apresenta um potencial interessante do ponto de vista empresarial, como também casa-se perfeitamente com as habilidades que o grupo vem desenvolvendo, já, ao longo de todos esses anos.

E, por último, mas também, muito importante, a geração de empregos que a indústria petroquímica tem criado e pode criar para o Brasil como um todo. Nesse sentido, a nossa posição, da petroquímica, eu gostaria de enfatizar, é de priorizar a consolidação de nossos ativos no Pólo de TRIUNFO na região Sul. Esse é o objetivo da IPIRANGA, prioritário. E, portanto, tendo essa visão muito clara, essa visão direcionada para o crescimento nessa indústria, é que nós também temos muita segurança em afirmar que entendemos que qualquer dispêndio de recursos para essa atividade deva ser, prioritariamente, alocado para o crescimento. Se nós pudéssemos colocar de forma simples e direta: dinheiro novo para projeto novo. Então, nos parece que qualquer movimentação que aconteça no Pólo Petroquímico de TRIUNFO, que requeira o investimento, a alocação de recursos apenas para a manutenção da posição relativa dos atuais parceiros não nos parece, e aqui eu aproveito um pouco da fala do representante do Ministério de Minas e Energia, onde ele diz que uma das funções é zelar pelo bom ambiente e a alocação ótima dos recursos da nação. Então, nos parece, a alocação ótima passa por destinar recursos escassos dos grupos empresariais aqui presentes para o crescimento, e não apenas para a manutenção da posição relativa dos atuais investidores e acionistas e sócios.

Dessa maneira, eu encerro a minha fala, aqui, porque acho que enfatizei o principal ponto, o compromisso que a IPIRANGA tem com o País e com a atividade: crescer, investir, geração de mão-de-obra, geração de emprego e concentração, basicamente, e compromisso com a consolidação de seus ativos no Pólo Petroquímico do Sul. E entendemos a importância para isso, para esses objetivos, da PETROBRÁS, com esse retorno à atividade petroquímica numa presença mais marcante como fundamental para alavancar esse processo. Naturalmente, também, ressaltando o aspecto importante dos demais *players* privados que participam dessa atividade. Eu agradeço e me coloco à disposição. Obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra pelo mesmo tempo, 15 minutos com a tolerância de mais dois ao Sr. Caio Garcia Correia, representante da Confederação Nacional dos Químicos.

SR. CAIRO GARCIA CORREIA: Boa tarde, Senador Paulo Paim, boa tarde, representantes das empresas, e boa tarde ao representante da classe trabalhadora que está aqui presente. Nós, da Confederação Nacional do ramo químico, queremos trazer um outro enfoque a esse debate, que é um enfoque que, normalmente nas reuniões de negócios ele fica à margem, porque como nós vemos sempre, as empresas trazem para as mesas os números, os volumes de investimento, as perspectivas de crescimento econômico, as possibilidades de expansão de mercado. E, pouco se fala, até ficamos surpresos, que a IPIRANGA falou de emprego. E isso, até é gratificante ouvir, porque raramente se trata desse assunto.

Diante da conjuntura do setor petroquímico no Brasil e das articulações que as empresas vêm fazendo, principalmente a partir de 2001, nós temos que chamar a atenção para os movimentos do capital, como sempre ocorre, envolvendo empresa estatal e envolvendo capital público, envolvendo patrimônio público, envolvendo riquezas, envolvendo recursos que são de interesse absoluto da população.

Então, nós queremos tocar nesse ponto porque, desde os primórdios das explorações de minas e energia, desde a época do Império, a gente vê que o capital se movimenta sempre no interesse do lucro, simplesmente. Sempre no interesse do uso do recurso público, na exploração no recurso público das riquezas públicas. A gente viu que ao longo dos anos, como ocorreu no setor do petróleo que está dentro da cadeia da petroquímica, que quando foi para desenvolver os

setores o capital privado sempre se deteve, sempre apelou para o recurso público, e não evoluiu. No setor petróleo isso é claro, a história mostra isso. Então, homens trabalhadores, homens ousados investiram no seu sonho, investiram na crença de que se poderia, sim, desenvolver setor petróleo e apostaram nisso até que, pela luta do povo, pela luta dos trabalhadores, se consolidou o Setor Petróleo no Brasil. Se criou a PETROBRÁS da luta do povo brasileiro. Nós não podemos esquecer isso. Não foi da disputa somente e dos acordos das grandes empresas dentro das salas de reuniões. Foi uma grande campanha, porque isso interessa, e é de propriedade do povo brasileiro. Nós não podemos deixar passar isso em branco. A voz dos trabalhadores que não podem estar dentro das reuniões das empresas, aqui, agradece o espaço de poder se manifestar. Essa riqueza pertence à população, não pertence a meia dúzia de empresas. Então, a população quer defender a sua parte, quer proteger a sua parte, como foi no caso, setor petróleo, mostrando que o Brasil tem capacidade de se consolidar, tem capacidade de se envolver, e o desenvolvimento sempre foi a partir do recurso público.

Depois, em passos seguintes, a gente viu que, quando, os setores estavam consolidados, houve grandes movimentações políticas para se mudar legislações e se transferir os setores consolidados para a mão privada. E o que é que ocorreu? Como é o caso da petroquímica, como é o caso dos fertilizantes, estagnou no tempo. Não houve evolução, não houve interesse de ampliar suas estruturas produtivas. Hoje, quando nós estamos com grande parte dos insumos sendo importados, porque as empresas privadas não deram conta do recado, está se apelando de novo para o capital público, para a parceria com o capital público, para a parceria com aquilo que é do povo brasileiro. Porque, agora, isso só está sendo possível, essa discussão aqui, porque a PETROBRÁS se consolidou, a dentro do Brasil e fora. Senão, não teria essa discussão aqui, e nós estaríamos submissos a importação dos produtos para a petroquímica.

Então, é isso que nós queremos chamar atenção, que a PETROBRÁS, que é esse patrimônio, ela não pode se envolver em negócios simplesmente de transferência de capital, de transferência de ativos. Porque ela tem condições de alavancar o setor petroquímico novamente. Porque na época de 70 ele estava consolidado. E aí, as manipulações, os arranjos fizeram as privatizações, e nós, hoje, estamos aqui, de novo, debatendo a nossa dificuldade no setor petroquímico, a nossa dificuldade nos fertilizantes, porque não foi dado o valor pela gerência privada ao capital público que lhe foi transferido. Então, nós estamos aqui, cobrando sim, que a PETROBRÁS tenha uma responsabilidade muito grande de cuidar do patrimônio da nação. Então, ela tem que só participar onde ela tenha realmente poder de gestão. É muito difícil para nós trabalhadores, sabedores que as empresas investem pesado na disputa da competição, nós acreditarmos que é possível uma empresa com poder de voto minoritário determinar políticas dentro da empresa. Nós não visualizamos isso. Nós não acreditamos nisso. Nós queremos a PETROBRÁS, porque é empresa de domínio estatal, e muito mais deveria ser, que ela esteja determinando as políticas para que, então, possa-se aí garantir aquilo que interessa realmente a um conjunto maior da sociedade brasileira, a um conjunto maior da classe trabalhadora. Nós não podemos estar concordando quando a PETROBRÁS aponta com investimentos, num geral de 56 bilhões de dólares, até 2010, nós quase nem sussurramos empregos. Não temos meta de emprego nos projetos. Nós não aceitamos isso. Porque está transferindo o capital. Tem perspectiva de crescimento. Tem agregação de lucro, de valor nos produtos.

Então, nós estamos conduzindo cada vez mais a sociedade para a exclusão. Nós estamos propondo negócios e querendo convencer que é bom, que vá excluir trabalhadores do ambiente de trabalho, que vá reduzir postos de trabalho. A sociedade não pode aceitar isso. Nós da classe trabalhadora, representantes dos trabalhadores não podemos aceitar isso. Nós queremos, sim, que a PETROBRÁS use os recursos que são, repito, de propriedade do povo brasileiro. Isso é soberania do povo. Nós não podemos deixar que a PETROBRÁS entregue e não tenha controle sobre isso. Queremos que isso seja usado para se gerar emprego.

Deveria, nesses negócios, já estar planejado nos planos estratégicos que conforme a perspectiva de crescimento que tem e com o crescimento também se estabelecesse metas de emprego, de distribuição de renda, de projetos sociais. Porque, para quem vai esses recursos?

Todo cidadão dessa nação tem direito à riqueza que nela está colocada, no seu subsolo, nos seus minerais. Todos têm direito e nós não podemos esquecer isso. Nós temos que lembrar e fazer valer, porque nos negócios isso não é considerado, porque só se considera mercado e lucro. E nós, no Rio Grande do Sul, também estamos reivindicando e entendendo que a presença da PETROBRÁS é de extrema importância para aquele Estado. Que ela esteja aportando mais recursos no pólo, se ampliando dentro do pólo, ampliando o pólo para gerar muito mais desenvolvimento, para gerar mais riqueza, para agregar valor a seus produtos, para gerar emprego e renda. É isso que se quer da riqueza de uma nação. É isso que se quer. Nós

não queremos construir uma sociedade excludente, uma sociedade de excluídos. Nós estamos vendo hoje o que produziu-se nos últimos anos, deteriorando os recursos públicos. O que é que se vê nas ruas? Todos os dias, está na mídia, notícias assustadoras. Nós mesmos nos assustamos. E isso é resultado de quê? É resultado da concentração da riqueza, da manipulação da riqueza, da manipulação do domínio daquilo que é público para meia dúzia de grandes empresários, de grandes multinacionais e de outras que estão querendo se tornar multinacionais.

Ao longo da década de 90 se lutou pelas privatizações. Se quebrou o monopólio estatal. Porque monopólio não serve. Porque com monopólio você se diz no discurso, pode manipular. E hoje, o que é que nós estamos vendo, construindo aqui? Um monopólio usando de novo o recurso público, construindo um monopólio privado. Que, a gente vê, a PETROBRÁS aloca recursos na TRIUNFO. Há dois anos, três anos atrás. Aloca recursos na REFAP. O que é que a gente vê agora? Esses recursos vão ser canalizados para um negócio. É bastante conveniente para quem vai ficar com esse negócio. Por que é que a PETROBRÁS está fazendo isso? Aonde vai ter o ganho para essa empresa que tem essa característica que foi falada aqui, de outras responsabilidades, como falou o representante da PETROQUISA, e ela tem. Aonde vai parar isso?

Então, nós precisamos estar chamando a atenção para isso. As autoridades, Senador Paim, nós precisamos aqui da defesa dos representantes da população brasileira nesse debate, também de uma análise profunda, um debate profundo sobre isso aí, de olhos atentos, de análises, de análises da conjuntura para ver o que é que está se movimentando. Porque sempre acontece que a sociedade fica excluída dos benefícios. O que é que nós vemos nos últimos anos? Desemprego. Desemprego em conseqüência das privatizações. E nós vamos querer produzir mais isso, para estar precisando, estar exercendo controles, terríveis, como a gente está vendo na sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – V.Sa. tem mais um minuto para concluir.

SR. CAIRO GARCIA CORREIA: Como a gente vê até o uso do Exército. Isso não nasceu assim. Isso foi produzido. E nós temos riqueza no País que deverá ser usada para resolver isso, distribuindo, criando emprego, e no Rio Grande do Sul nós queremos e defendemos que a PETROBRÁS, Sr. Representante da PETROBRÁS, invista mais na ampliação do pólo, porque para o povo gaúcho a importância da PETROBRÁS no Rio Grande do Sul, tem destaque, e a importância da petroquímica no Rio Grande do Sul tem destaque. Grande foi o interesse, grande foi a importância dada quando foi criado pólo no Rio Grande do Sul, e a PETROBRÁS, pode sim, nós acreditamos, investir mais lá e se consolidar, ela determinando as políticas, não transferindo os seus ativos nesse negócio, porque aí vai estar construindo um monopólio que não interessa à classe trabalhadora, que não interessa à sociedade brasileira. É esse o que nós queríamos colocar, e agradecemos a oportunidade. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Ao convidar os últimos dois expositores, eu queria, em nome do Senado da República, agradecer a todos os convidados, todos os envolvidos nesse grande debate em nível nacional, ninguém se negou a vir aqui. Todos estão aqui colocando o seu ponto de vista, que é muito bom para a democracia e, no meu entendimento até valorizando a Comissão de Assuntos Sociais aqui do Senado da República. De pronto, eu convido os dois Painelistas que se dirijam ao plenário, e convidamos agora o Sr. Carlos Heitor Machado Rodrigues, Presidente do SINDIPOLO e o Dr. Alexandrino Alencar, Vice-Presidente das Relações Institucionais da BRASKEM. Passamos a palavra ao Sr. Carlos Heitor Machado Rodrigues, Presidente do SINDIPOLO. V.Sa. dispõe de 15 minutos com a tolerância de mais dois, se necessário.

SR. CARLOS HEITOR MACHADO RODRIGUES: Boa tarde Senador, companheiros da Central Única dos Trabalhadores, da FUP, da CNQ, do ramo químico, os companheiros da Bahia que vieram aqui acompanhar esse debate, que é importante para o futuro da petroquímica brasileira. Queremos, antes de entrar, agradecer ao Senador Paim, que a gente fez a solicitação e de pronto garantiu que acontecesse essa audiência, mesmo com eventuais cobranças aqui. Fosse postergado, não era o momento, essa coisa toda, isso é importante. E, também reiterar aqui, os nossos cumprimentos aos representantes do Ministério de Minas e Energia, PETROQUISA, da IPIRANGA, representante da CNQ, da BRASKEM Alexandrino, porque esse debate, ele... A intenção, quando iniciou esse processo todo é de que essa negociação acontecesse, e a sociedade só tomasse conhecimento quando saísse os memorandos, os fatos relevantes na imprensa. E felizmente a gente conseguiu, está conseguindo que esse debate, além de estar sendo bastante discutido esse tema no Rio Grande do Sul, está sendo discutido também em nível nacional. Tivemos Audiência Pública na Assembléia Legislativa, tivemos Audiência Pública em outubro do ano passado, aqui na Câmara dos Deputados, e estamos com essa audiência aqui no Senado. Então, a sociedade tem que saber o que está acontecendo. Claro que nós também estamos trazendo aqui a nossa posição com relação ao tema.

Com relação à composição do pólo, já foi feito aqui, o Patrick já colocou, o companheiro do Ministério de Minas e Energia também, a gente quer dizer o seguinte: lá no pólo, hoje, rapidamente, assim, a PETROBRÁS, dos pólos petroquímicos, onde ela tem a maior presença no pólo do Rio Grande do Sul. Ela tem 15.53 na COOPERSUL, de participação na COOPERSUL, ela controla a petroquímica TRIUNFO e controla, também, a INOVA através da PETROBRÁS, energia da Argentina. A BRASKEM, ODEBRECHT, que controla a BRASKEM tem 70% da BRASKEM, tem lá no sul, a antiga, para quem conhece no Sul, a antiga PPH que faz unidade propileno, tem a antiga POLIOLEFINAS que produz polietileno e, também tem 30% do capital da COOPERSUL onde divide o controle com a IPIRANGA PETROQUÍMICA. E também tem a unidade que produz polietileno e polipropileno.

Rapidamente, a BRASKEM foi criada em 2002, e com relação a essa negociação, foi criada em 2002 e com isso assumiu o controle do pólo petroquímico da Bahia, comprando a central de matérias-primas ela assumiu o controle do pólo petroquímico da Bahia. A última decisão desse processo todo que já foi detalhado aqui por Patrick, foi no dia 29 de setembro, onde a PETROBRÁS indicou, na negociação com a ODEBRECHT, que os 15% que ela tem na COOPERSUL, os 85% que ela tem na petroquímica TRIUNFO e 40% de uma empresa que está sendo criada em São Paulo, a petroquímica PAULÍNEA. Isso, para a PETROBRÁS sair dos 10% que tem hoje, dentro da BRASKEM para 30%. A questão eu falei da PAULÍNEA, uma questão que está chamando muita atenção, a petroquímica PAULÍNEA, quem é que está financiando aquele projeto? No início a PETROBRÁS tinha 30%, a ODEBRECHT, a BRASKEM 70%. No andar do processo todo de consolidação do projeto, a PETROBRÁS foi para 40%. Então, a grande pergunta: Quem é que está financiando, efetivamente aquele projeto? A petroquímica PAULÍNEA.

Então, essa negociação o Caio meio que antecipou um pouco, ele está acompanhando o tema, boa parte do que a gente quer colocar, mas a gente pretende reiterar, ela vai resultar na concentração do setor petroquímico nas mãos da ODEBRECHT, controladora da BRASKEM.

É um processo que a nosso ver traz grandes vantagens para essa empresa. Porque ela passará, será um primeiro passo, vamos dizer assim, para ela assumir, também, o controle do pólo gaúcho, que hoje já controla o pólo baiano. A gente fala baiano, obviamente, mas pela localização, nada de qualquer outra conotação é o pólo localizado na Bahia. E o resultado desse processo, além dessa concentração, para a PETROBRÁS é um resultado duvidoso. Para PETROBRÁS é um resultado duvidoso. Porque com 30%, é difícil de ter uma posição de mando. E mais difícil ainda, e a gente vai ver ali adiante, dentro de uma empresa controlada pela ODEBRECHT. O nosso entendimento é esse aí. Além dessa questão da concentração, uma negociação que tem resultado duvidoso para o Rio Grande do Sul, aliás, para a PETROBRÁS, vai haver uma devastação nos postos de trabalho lá no pólo do Rio Grande do Sul.

Uma desvastação a exemplo do que houve na Bahia e no Rio Grande do Sul quando foi criada a BRASKEM em 2002. Aí tem estudos do DIEESE, subseção do DIEESE, do Sindicato do Ramo Químico e Petroleiro da Bahia, que dão conta de 2 mil demissões. Lá no pólo gaúcho foram 100 demissões dos trabalhadores. E em cima desse tema, um parêntese aqui, os companheiros da Bahia trouxeram para nós aqui, a gente não pode deixar de fazer esse parêntese. Com a entrada da BRASKEM em Camaçari, não surgiu nenhum aparecimento de novas empresas, ao inverso, o que está acontecendo é o aumento da concentração, exemplo, porque está acompanhando o tema a questão agora, da POLITENO, que está para ser assumida pela ODEBRECHT.

E, além disso, segundo declarações dos companheiros da Bahia, o pólo baiano, hoje, está fechado. Para alguma empresa se instalar lá tem que pedir licença à ODEBRECHT. E, além de toda a questão da concentração, além do resultado duvidoso para a PETROBRÁS, das demissões, isso vai haver um grande impacto na economia do Rio Grande do Sul. Porque o seguinte, aí não é questão de bairrismo. Isso é um princípio de quando foi criada a petroquímica no País. E até recentemente, ele é trabalhado, que os pólos petroquímicos meio que trabalhava com os grupos econômicos, de uma forma equilibrada, tendo no Sudeste, na Bahia e no Rio Grande do Sul, algum dos grandes grupos que pudesse dividir sociedade, mas jamais concentrar, por exemplo, os dois maiores pólos petroquímicos na mão de um só grupo privado, no caso a ODEBRECHT, a BRASKEM. E nesse caso do Rio Grande do Sul, nós ficaríamos subordinados, isso é uma questão importante, claro que é um debate nacional no Senado, a ficar subordinado ao que foi determinado lá onde está a sede da empresa, lá onde é o compromisso maior, que é onde ela está localizada. O perfil da ODEBRECHT, pedindo licença ao Senador, ao Senado da República, mas a gente quer ser firme e direto. E por que é que a gente tem esse entendimento?

A BRASKEM se caracteriza como uma empresa agressiva no mercado. Coloca isso, coloca inclusive com muito orgulho. Nós entendemos a BRASKEM, a

ODEBRECHT como a predadora no mercado e perversa na gestão das suas unidades, das suas empresas. Exemplos, a gente tem, vamos citar alguns, aqui. Porque é que ela é predadora? Porque ela, diz ela, que quer ser a décima maior, está entre as dez maiores da petroquímica mundial nos próximos anos. E ela vem tentando isso, e vai para conseguir isso, eliminar outras empresas do setor de várias formas. Então, para nós isso é nada mais que ser um grupo econômico predador no setor petroquímico.

No ponto de vista de gestão, a gente vive sistematicamente, ano a ano, nós, o pessoal de Alagoas, pessoal da Bahia, é um drama nas negociações salariais, nós somos sindicato, nós temos que ter isso vivo, defendemos os trabalhadores. Já falei das demissões, lá no Rio Grande do Sul a gente teve a um tempo atrás a eliminação do quinto grupo de turno, pessoal que trabalha em turno de revezamento, a terceirização lá no pólo petroquímico gaúcho onde ela fechou, simplesmente, todos os setores de manutenção, mandando para uma empreiteira, de sua propriedade, na época a ODEBRECHT, sem rescisão de contrato, sem nada. O pessoal foi transferido para uma das prestadoras, das empreiteiras pertencentes à ODEBRECHT, e além disso, o maior índice de terceirização. Lá no pólo a terceirização está na média das empresas, mais ou menos, um por um, um direto e um indireto, em média. No caso das duas unidades da BRASKEM, no pólo, tem dois terceirizados para um trabalhador direto. E aí, a gente tem exemplo, por exemplo, quando se fala em concentração, o impacto do emprego, quando foram compradas as duas fábricas, a PPH e a POLIOLEFINAS, onde a POLIOLEFINAS praticamente fechou, só ficou com os setores operacionais e setores de apoio mais direto de manutenção.

Então, o que a gente quer dizer com isso? Reiterar que isso não interessa, não pode interessar ao País, não pode interessar à PETROBRÁS e não interessa muito mais, para nós, para o pólo petroquímico gaúcho. Nós queremos, defendemos, sim, que a PETROBRÁS, sim, a PETROBRÁS que vem sempre alavancando investimento no setor petroquímico, que a PETROBRÁS aumente sua presença no pólo. Porque a gente tem estudos feitos pelos técnicos do BNDES que, em 2013, se não forem feitos pesados investimentos na produção de petroquímicos, vão faltar petroquímicos no País. E quem é que efetivamente tem investido? É a PETROBRÁS. É o Estado Brasileiro, direta ou indiretamente. No caso da PETROBRÁS, diretamente, ou através do BNDES. Então, por que é que o Estado Brasileiro tem que pegar recursos para passar para grupos privados? Se a PETROBRÁS pode fazer diretamente isso? Porque a PETROBRÁS foi quem criou, foi quem alavancou a petroquímica brasileira lá na década de 70. Então, a gente defende isso aí, que a PETROBRÁS, efetivamente tenha uma presença na COOPERSUL que valha a pena para a PETROBRÁS investir, duplicar a produção daquela empresa, com isso ampliar significativamente a produção de petroquímicos do pólo petroquímicos, em função até desse cenário que tem para 2013, e que garanta, também, investimento nas duas unidades que a PETROBRÁS tem lá no pólo, ela tem a INOVA e a petroquímica TRIUNFO. Inclusive, a petroquímica TRIUNFO tem uma curiosidade. Ela trabalha boa parte do período com carga baixa por restrição de matéria-prima. Matéria-prima fornecida pela COOPERSUL. Então, se tem esse problema de restrição, que se tem problema técnico tem problema político também, do ponto de vista da composição acionária do pólo petroquímico, a PETROBRÁS vai passar a produzir propeno, que serve para a produção de polipropileno, começa a produzir que se tem notícia, agora, no final do primeiro semestre, pode ser de cerca de 200 até 300 mil toneladas com as unidades em plena produção. Então, porque não trazer aquele propeno lá da REFAP para o pólo petroquímico? Porque, por exemplo, não trabalhar como fez a IPIRANGA recentemente, como fez a BRASKEM, ampliando suas unidades de produção vão fazer uma planta de polipropileno na petroquímica TRIUNFO, ao invés de querer passar a Petroquímica TRIUNFO nessa troca de ativos aqui com a ODEBRECHT. Então, isso é importante. Isso é o que interessa para o Estado do Rio Grande do Sul. É desenvolvimento econômico, até porque a economia do Estado está estagnada. Desenvolvimento econômico, geração de emprego e geração de riqueza. E nós temos certeza que a partir do momento que o pólo petroquímico estiver subordinado aos interesses de uma empresa, ter sua sede, seu compromisso maior lá no Nordeste, o cenário para o Rio Grande do Sul vai ser muito complicado. Até hoje vem dando tudo certo no pólo petroquímico, onde basicamente os dois maiores grupos econômicos, a IPIRANGA e a petroquímica e recentemente agora a ODEBRECHT, PPH, agora BRASKEM. O pólo petroquímico, ele foi uma dura luta, uma conquista, uma dura luta dos gaúchos, lá na década de 70. [soa a campainha] Então, por que agora a gente permitir a PETROBRÁS? E aí, a gente diz PETROBRÁS, não é pessoal? Mas como o próprio Cláudio, do Ministério de Minas e Energia colocou, não é a PETROBRÁS que está decidindo, quem decide é o Governo. Quem decide é o Conselho de Administração da PETROBRÁS, que vai decidir se essa negociação vai ser feita ou não. É o Governo que vai decidir isso aí. Os técnicos da PETROBRÁS, a Direção da PETROBRÁS está fazendo um trabalho

sério, um trabalho técnico, um trabalho sério, pelo que se tem conhecimento, pelas as pessoas que a gente conhece de longa data lá dentro na PETROBRÁS, ou quem vai bater martelo. E acredito que até independente, isso que nos preocupa mais, independente de qualquer... Pode ser até, independente de qualquer orientação técnica. Isso nos preocupa muito. Aí tem algumas questões para fechamento aqui, que chama atenção nesse processo todo. A PETROBRÁS, como já foi dito, ela aumentou seu capital na petroquímica TRIUNFO em 2004, aonde assumiu o controle. Já tinha esse processo em andamento, e havia perspectiva de estar aí entrando, a petroquímica TRIUNFO numa negociação dessa aí. Porque botar cem milhões aproximadamente como foi colocado lá? Isso é uma questão que chama a atenção.

Do ponto de vista do debate, o que é que tem, o que é que incomoda tanto nesse processo de negociação que é uma insistência grande? E nos permita nossos companheiros da PETROBRÁS, do pessoal Governo e da ODEBRECHT, de querer anular todo e qualquer Fórum de debate do tema. Nós tínhamos uma Audiência Pública, aqui na Câmara, em setembro do ano passado, aliás, em agosto do ano passado, pouco antes daquela decisão do final de setembro foi feita uma pressão extraordinária em cima da Comissão de Trabalho para cancelar a Audiência Pública. Foi cancelada em menos de 24 horas do seu acontecimento, e isso são questões que chama muita atenção. No dia 29 de setembro onde teve aquela decisão, onde todos os indicativos apontavam para que não fosse feita a indicação dos ativos, no dia 29 de setembro, no dia 26 de setembro a ODEBRECHT foi lá para o Sul, convocou a imprensa para um café da manhã no dia 30 de setembro. Ou seja, três, quatro dias antes da decisão, ela já estava comemorando, comemorando a vitória com aquela decisão do dia 29 de setembro. E a gente sabe, havia uma recomendação que as decisões, aquela decisão lá, fosse jogada lá para 2007, 2008, ou no limite 2006. Tanto é que o mercado reagiu. E o mercado somos nós, sindicalistas que a gente acompanha, mas não acompanha, no detalhe. O mercado reagiu a tudo isso e no dia 29 de setembro os papéis da BRASKEM na bolsa tiveram uma queda de mais de 6%. O mercado reagiu porque sabia. Agora, de forma extraordinária no final do dia acabou havendo a decisão, aonde foi indicada a TRIUNFO, foi indicado os 15% na COOPERSUL, e também a questão da petroquímica PAULÍNEA. Nós tínhamos uma Audiência Pública na Assembléia Legislativa essa semana, dia 22, foi feito uma série de movimentos e acabou sendo esvaziada a Audiência Pública. Então, isso são questões que nos chamam atenção. Essa audiência aqui, pelo que se sabe, também tinha uma perspectiva, uma expectativa de que ela fosse transferida ou coisa assim. Nós estamos num momento importante, a decisão vai acontecer agora dia 31 de março. Agora que nós temos que fazer o debate, não é depois do dia 31 de março. Agora tem que ser o debate para que a sociedade, para que a gente possa vir fazer nossas posições aqui, ouvir as considerações, da IPIRANGA, da PETROQUISA, da BRASKEM, do Governo.

O que a gente coloca é o seguinte, o Governo Lula vai decidir que é quem controla a PETROBRÁS através do Conselho de Administração. Usando uma linguagem bem direta para que todos entendam: O Governo Lula já tem sarna demais para se coçar. Já tem sarna demais. O Governo que muitos, maioria dos trabalhadores apostaram muito, tem frustrado muita expectativa, em especial, no Rio Grande do Sul, as quatro vezes em que o Presidente Lula concorreu o povo gaúcho elegeu o Presidente. Se dependesse do Rio Grande do Sul, o Presidente Lula já era Presidente desde--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Heitor, eu lhe dei três minutos além do tempo, e vou lhe dar mais dois para concluir.

SR. CARLOS HEITOR MACHADO RODRIGUES: Há uma expectativa muito grande, e sempre teve. E a categoria, os trabalhadores do ramo químico, do pólo petroquímico, hoje estão muito frustrados com tudo isso que está acontecendo. Então, o que a gente quer colocar? A gente tem mais uma série de questão para colocar sobre essa questão do Governo e algumas relações que nós criticamos e condenamos neste processo todo. Mas nós vamos deixar porque a gente tem perspectiva de ter mais discussão nesse sentido. Então, o que a gente quer dizer é o seguinte. O Governo tem que ver muito bem o que ele vai fazer no dia 31 de março. O Governo Lula tem que ver muito bem o que vai fazer no dia 31 de março. Porque, a não ser que hoje o Governo esteja abrindo mão do projeto que inclua também o Rio Grande do Sul, projeto de desenvolvimento, projeto de geração de emprego, geração riqueza que inclua também o Rio Grande do Sul. Nós não acreditamos nisso. [Soa a campainha] Até porque, se vai ter impacto para o Governo lá no Rio Grande do Sul, a nível de Governo Federal, vai ter impacto também para os seus aliados no Rio Grande do Sul.

Então, o que a gente quer, o que a gente busca é que aja muita responsabilidade no que vai ser decidido no dia 31 de março. Que o Governo, que a Ministra Dilma, que é gaúcha, tem uma posição estratégica de Governo, pense muito bem no que vai ser decidido. Para e encerrar, Senador, eu estou trazendo aqui um manifesto pela duplicação do pólo petroquímico do

Rio Grande do Sul através da ampliação de investimento da PETROBRÁS, onde os Senadores, os três Senadores gaúchos, Senador Paim, Pedro Simon, e Zambiasi, se manifestam, veementemente contra esse atual protocolo de entendimentos entre a ODEBRECHT e a PETROBRÁS, e exijam que a PETROBRÁS, em coerência com novos investimentos que está realizando na Área Petroquímica e aos investimentos já realizado na REFAP consolide e amplie sua participação no polo petroquímico do Rio Grande do Sul e lidere o esforço para sua duplicação, apoiando assim, o desenvolvimento do nosso Estado, do País, e a geração de oportunidades de trabalho.

Então, o que eu estou entregando para o Senador aqui são três manifestos que foram assinados pelos três Senadores, por vinte e poucos Deputados Federais dos 31 da bancada gaúcha, e por 44 Deputados Estaduais dos 55 Deputados Estaduais que tem a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul para ser encaminhado ao Presidente da República, à Ministra Dilma Russef, ao Presidente do Conselho de Administração da PETROBRÁS e aos demais membros do Conselho de Administração da PETROBRÁS. Então, a gente está solicitando aqui, ao Senador, que encaminhe esses três manifestos, que isso aqui é, nada mais nada menos, que uma manifestação expressa da classe política dos parlamentares gaúchos contra esse processo que, visivelmente, só quem sairá fortemente, grandemente beneficiado, no nosso entendimento, é a ODEBRECHT e a BRASKEM. Obrigado e desculpe exceder o tempo, Senador. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passo a palavra ao Dr. Alexandrino Alencar, Vice-Presidente de Relações Institucionais da BRASKEM. V.Sa disporá, também, dos mesmos 20 minutos que foi assegurado ao Presidente do SINDIPÓLO.

SR. ALEXANDRINO ALENCAR: Muito boa tarde, Senador Paim, boa tarde, companheiros expositores do Ministério de Minas e Energia, da PETROQUISA, do CNQ e dos colegas da IPIRANGA. Senador, eu acho que algumas coisas interessantes aqui desse debate é realmente a transparência do processo. Que o próprio Heitor, meu dileto Presidente do SINDIPÓLO comenta, mas se há uma coisa que é clara e transparente é esse processo desde a publicação, se não me engano em 29 de setembro, processo nos jornais do Brasil, e todo esse trabalho que tem sido feito é um trabalho feito de forma bem clara. Nós, a BRASKEM, teve com o próprio SINDIPÓLO algumas vezes discutindo. Nós tivemos até com V.Sª, já tivemos na cidade de Canoas discutindo, mostrando esses dados. Tivemos com os três Senadores, com o próprio Senador Pedro Simon e com o Senador Sérgio Zambiase. Quer dizer, nada que está sendo feito nesse processo está sendo feito de maneira escusa ou escondida como às vezes querem dizer.

Tivemos presentes e acho que a única empresa que esteve presente em todas as Audiências Públicas foi a BRASKEM. Concorda, Heitor? Correto? Então, acho que a única que teve fomos nós mesmos. Eu acho que é extremamente importante a discussão do setor petroquímico, que é um setor petroquímico de base da indústria nacional, tal qual é siderurgia, mineração, papel e celulose, são setores realmente fundamentais. É uma pena, eu acho, Senador, que não se traz essa discussão, o terceiro elo da cadeia, que é a terceira geração petroquímica, que é aonde realmente gera-se emprego, já que o sindicato tanto fala em emprego, onde gera-se impostos, gera-se riquezas ao País. Eu acho que esse é o setor que faz parte da nossa cadeia produtiva e é de extrema importância. E, nisso aí, eu acho que todas as empresas petroquímicas, do Brasil, têm feito um trabalho extremamente forte de que essas empresas tenham musculatura, nós temos um projeto, aí, de exportação de produtos transformados no Brasil, que eu acho que é por isso que o setor cresce. E um terceiro aspecto que eu queria comentar, que é o aspecto até que o próprio Carlos Heitor comentou aqui, que acho importante, que ele comentou no dia 29 de setembro, falou que a ação caiu 6%. Então, eu acho que as três empresas que estão envolvidas aqui são empresas de capital aberto, que têm ações na Bolsa de Valores, quer dizer, nós temos que ter muita atenção, muito cuidado para o que é dito e talvez não se possa ter a transparência que se queira, que dizem que não se tem, porque nós temos vários acionistas, outros acionistas, eu acho, todas as empresas. Então esse é um processo muito delicado no qual a BRASKEM tem o maior nível de governança corporativa e preocupação com isto, porque como nós somos um setor de capital intensivo, nós precisamos de investidores. Então, nós temos que ter essa preocupação. Eu trago e entrego às suas mãos o compromisso público que a BRASKEM fez no dia da sua fundação, 16 de agosto de 2002, publicado em todos os jornais e revista, e o código de conduta no qual qualquer novo integrante que entre na BRASKEM, ele tem que ter o seu posicionamento claro e transparente.

Eu aproveito até o que o Dr. Cláudio e o próprio companheiro Carlos Heitor falou aqui sobre o estudo do BNDES, eu lhe trago o estudo do BNDES aqui, para não dizer que falam aí dos doze bilhões de investimentos até o ano de 2013. Tem um estudo com o próprio comentário. Eu acho que é interessante o Sr. Senador, não só por ser Senador, e como também, ser Senador gaúcho, se tem o entendimento que eu

acho que coloca extremamente bem, está na página, se não me engano 78 a 104, embora tenha sido feito em março de 2005, mas é um estudo bastante atualizado. É um estudo onde tem dados coletados também junto às associações de classe da própria química e petroquímica de terceira geração.

A BRASKEM, como já comentei é uma empresa cotada na BOVESPA em São Paulo, Nova York e Madri, está no nível um, da governança corporativa da BOVESPA, nós temos o que nós chamamos de "tag along" que nós damos aos nossos minoritários os mesmos direitos de qualquer acionista. Quer dizer, a nossa preocupação é muito grande com isso. Temos um compromisso muito forte, com o desenvolvimento, com o País, com o Brasil, uma empresa brasileira, uma empresa brasileira que tem musculatura. Eu acho, não sei quem comentou, mas eu acho que nós falamos com orgulho que hoje nós devemos ser entre 17ª e 18ª empresa no mundo, queremos ser a 10ª para orgulho do Brasil e dos brasileiros, uma empresa privada. Temos, no ano passado, tivemos uma receita bruta de quinze bilhões de reais. Desses, aproximadamente entre 25 a 30% dessa receita foi no Estado do Rio Grande do Sul, onde nós temos uns ativos extremamente modernos, aproximadamente entre os últimos 10 anos com a própria ampliação da COOPERSUL e novas unidades que nós criamos no Rio Grande do Sul, nosso investimento deve ter atingido no Estado alguma coisa em torno de, direta e indiretamente, alguma coisa em torno de oitocentos milhões de dólares. Quer dizer, é realmente uma aposta no Rio Grande do Sul extremamente forte. Temos investido nos últimos dois anos um bilhão de dólares, um bilhão de reais, perdão, estimamos investir nesse ano novecentos milhões de reais. Eu acho que os companheiros da Bahia que falam que a gente não traz empresas, eles sabem que nós estamos defendendo, embora o representante da PETROQUISA já falou da unidade de PTA, em Pernambuco, mas nós estamos conversando com a PETROQUISA de fazer unidade de PTA na própria Bahia e, com conseqüência, empresas da área têxtil, então existe realmente uma vontade nossa de atração de investimentos. O nosso compromisso é com o crescimento, é uma empresa que vem crescendo, fortemente, a própria BRASKEM.

E em relação aos empregados, desde a criação da BRASKEM nós já geramos 500 empregos diretos. Sendo aproximadamente 60 no Estado do Rio Grande do Sul. E empregos qualificados, empregos... A nossa massa salarial esse ano de 2005 foi de dezessete milhões de reais, um crescimento nos últimos quatro anos de 30% acima do INPC. Eu acho que quando o próprio Heitor comenta dos embates na questão salarial, mas isso eu acho que é saudável, mas justa recompensa dos nossos integrantes.

Sobre a questão de impostos no Rio Grande do Sul nós geramos no ano passado quase quatrocentos milhões de reais de impostos, embora por uma questão, e aí uma questão que a nós nos preocupa bastante, mas é uma questão que espero que se solucione, que é a questão dos créditos de exportação, e não só nós, como o grupo IPIRANGA que também está aqui do nosso lado, nós da BRASKEM temos no Rio Grande do Sul mais de cento e quarenta milhões de reais de crédito de ICM, e conseguimos agora no trabalho em conjunto da cadeia produtiva, que acho que a importância da cadeia produtiva junto com o Governo do Estado reduzir o ICMS da cadeia produtiva no programa RS Competitivo de 17 para 12, de modo a que não se penalize, também, muito as empresas no Rio Grande do Sul e que se consiga atrair investimentos para o Estado, que infelizmente, Senador, o Senhor sabe que o Senhor é do Estado, nós temos esse pólo petroquímico, sem dúvida nenhuma um dos grandes pólos do Brasil. Mas, nós não conseguimos que a terceira geração já agrega valor tenha o desenvolvimento que tem o pólo petroquímico. E eu acho que nisso aí que nós temos que agregar valor. Um outro dado interessante que... Para ver como a BRASKEM que é uma empresa de quatro anos, o Senhor está vendo aí no compromisso público, no ano passado... Perdão, nesse ano nós fizemos uma seleção para *trainee*, que são jovens formados nas universidades. A BRASKEM conseguiu em todo o Brasil, 18 mil inscrições, uma empresa só de quatro anos e uma empresa de capital intensivo, selecionamos 35, gente de todo o Brasil. Eu acho que essa, também, é uma das outras obrigações da BRASKEM pelo tamanho dela, pela importância dela, ter gente de todo o Brasil. E nós temos, Senador e colegas, também uma enorme responsabilidade com a comunidade, temos um programa de responsabilidade social, temos nas nossas preocupações, então, eu acho que o nosso envolvimento é forte com a própria comunidade gaúcha. Eu acho que é nosso interesse com a opção é se criar uma empresa petroquímica forte, brasileira, que seja orgulho dos brasileiros, e entendo que todo o processo, volto a falar, está acontecendo aqui é um processo extremamente transparente e claro e pode ser debatido em qualquer lugar, a hora que quiser no Senado a gente volta para debater que acho que é importante isso, e nos colocamos à inteira disposição para algum outro esclarecimento. Muito obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu queria mais uma vez agradecer em nome do Senado da República a todos os convidados, porque os convites feitos foram respondidos de forma positiva.

Agradeço aqui ao Dr. Cláudio Akio, Diretor do Departamento de Combustível e Derivados de Petróleo do Ministério de Minas e Energia, ao Dr. Patrick Horback Fairon, Diretor de Participação da PETROQUISA, ao Sr. Carlos Heitor Machado Rodrigues, Presidente do SINDIPOLO, ao Dr. Alexandrino Alencar, Vice-Presidente de Relações Institucionais da BRASKEM, fez agora sua exposição, ao Sr. Eduardo Tergolina, Diretor Comercial da Ipiranga Petroquímica, que também está aqui conosco, Dr. Valter Guimarães, Diretor Superintendente da Unidade de Novos Negócios do grupo IPIRANGA, que também fez aqui sua exposição, Dr. Maurício Ferro, Vice-Presidente Jurídico da BRASKEM, também está aqui e abriu mão da fala para que falasse um por cada Corporação, e o Sr. Carlos Garcia Correia representando a Confederação Nacional dos Químicos. Agradeço aqui a exposição de todos até o momento. E, digo que, confesso a todos, eu fiquei feliz sim com a Audiência Pública. Porque num primeiro momento havia no ar que a audiência não aconteceria. Porque os representantes das partes não estariam presentes. Eu tive a alegria de conversar praticamente com todos, e todos, no fim de uma conversa preliminar, confirmaram a presença. Veja bem, é uma sexta-feira à tarde. Nós sabemos que há um número pequeno de Senadores aqui, mas ao mesmo tempo, isso eu falei a todos e repito aqui, a TV Senado está transmitindo essa audiência pra todo o País. E todos sabiam disso. E todos colocaram seu ponto de vista sobre um tema que interessa a todo o povo brasileiro. Por isso, meus parabéns, a todos que foram convidados e todos que se fizeram aqui presentes. Eu gostaria de dar um pequeno depoimento, se me permitirem.

Eu tenho um pouco da minha vida ligada ao pólo petroquímico lá de TRIUNFO. Eu era ainda sindicalista quando começou a construção daquele pólo. E confesso que na construção, na obra de construção, que não tem nada a ver com as empresas que estão administrando, me lembro de uma oportunidade. Eu estava assumindo a Presidência do Sindicato de Metalúrgicos de Canoas e houve um conflito numa greve entre os trabalhadores da construção e a Polícia Militar. Eu, no dia que assumi, no meu primeiro dia à frente do Sindicato dos metalúrgicos de Canoas no Rio Grande do Sul, dá um conflito e um dos trabalhadores leva um tiro de 12 numa das pernas que se chama Calgenir Machado dos Santos, me lembro até hoje. E eu estava na posse do meu sindicato. Aí fica a questão:"E daí?" Não é a tua base. O que tem a ver o pólo petroquímico conosco, os metalúrgico? E num conflito de consciência, acho que ali decidiu muito parte da minha vida, estou fazendo esse depoimento com um pouquinho de emoção, mas faz parte das nossas vidas. Eu dizia: o que é que eu faço? Não é a minha base? E ali eu tomei a minha decisão. Eu não ia assumir só a Presidência do Sindicato dos Metarlúgicos em Canoas, mas eu queria assumir a Presidência de um Sindicato para ser o representante dos trabalhadores. E foi assim que eu entrei, então, definitivamente. Fui ao pólo petroquímico, peguei o Calgenir, com a perna já perdida, coloqueio-o no carro, levamos para um hospital, e depois conseguimos pelo menos que ele fosse aposentado com a devida indenização e, claro, ele ficou com uma perna mecânica. Então eu acabei tendo esse vínculo com o pólo.

E nesse momento quando pedem que eu realizasse essa audiência, eu confesso que eu fiz com muita tranqüilidade e muita transparência. A intenção é essa, ouvir todos os setores envolvidos nesse acordo, nessa negociação. E claro que tem também parte da minha preocupação com o Estado no Rio Grande do Sul. Todos vocês sabem a dificuldade que o nosso Estado atravessa hoje. Infelizmente a desvalorização do dólar em relação ao real para o Estado exportador é gravíssimo. Vejam a crise que nós estamos apresentando lá na área do calçado. A previsão é de 25 mil demissões. Já foram praticamente 20 mil demissões, a um passado próximo numa outra crise. Agora poderemos chegar a mais de 25 mil demissões. A própria gripe aviária vai ter uma repercussão muito grande no Rio Grande do Sul que é um Estado exportador inclusive de frango.

E essa questão específica, desse grande entendimento, dessa negociação que está havendo entre as partes, e por isso aqui o debate, para aonde vai, eu sinto que a classe política do Rio Grande, ao assinar um documento exigindo um debate mais amplo sobre o tema, e lhes confesso aqui, os três Senadores pediram que eu colocasse, eu sei que haverá algumas perguntas entre os convidados, pergunta que eu fiz também da BRASKEM, hoje, quando ele me procurou, digo, são dois temas. Não, coloque lá. E eu estou colocando aqui então. Primeiro, sustento que a PETROBRÁS faça a opção onde ficará a planta destinada à exportação? Um. E dois, onde ficará a planta destinada a produzir para o mercado interno, porque sabemos que com a Lei Kandir os produtos para exportação não recolhem ICMS e, como no Rio Grande do Sul a planta exportação, se ficar lá, e não ficar a planta para o consumo interno, se não haverá um grande prejuízo para o Estado. E a terceira, na visão dos trabalhadores que é também a minha preocupação, como a gente verá? Haverá demissão, não haverá? Enfim, qual o compromisso com a questão do emprego. Eu acho que vai para o Dr. Alexandrino essas três perguntas. Essas são as três perguntas que eu faria. Eu teria outra mas

eu me restrinjo a essas três e, assim que responda essas três, em seguida eu vou permitir entre os Painelistas se tiver alguma pergunta a fazer e depois nós vamos para o encerramento conforme já acertado na reunião preliminar que fizemos aqui com aqueles que chegaram primeiro nesse evento.

SR. ALEXANDRINO ALENCAR: Obrigado pela oportunidade, Senador, Nós temos fábricas hoje produzindo em quatro Estados. Quanto à questão da exportação, dependendo da produção, dos produtos que são produzidos, você pode estar exportando de um ou outro Estado. Quer dizer, então isso é muito difícil você antever isto. Por isso que eu comentei aqui quando falei da terceira geração, o trabalho que nós estamos fazendo, que acho que esse é o grande trabalho que está sendo feito, não só da BRASKEM, como de todas as petroquímicas brasileiras, é de exportar a terceira geração. Onde você agrega esse valor, onde você pode, digamos, diminuir esse impacto em Estados que tenham uma petroquímica forte. Então esse é o trabalho que está sendo feito.

Agora, nós, até pelos dados que nós temos dos dois primeiros meses desse ano, em que o consumo interno no Brasil cresceu alguma coisa em torno de, sobre janeiro e fevereiro do ano passado 12%, eu acho que com o andar que nós estamos observando no mercado isso tende a diminuir. E a terceira, que eu acho que as duas perguntas se encontram, a terceira e que eu também já comentei aqui, Senador, a BRASKEM é uma forte geradora de empregos. Nós temos esses investimentos todos novecentos milhões, nós temos essa fábrica agora que nós estamos fazendo em conjunto com a PETROBRÁS aqui em PAULÍNEA, onde nós vamos gerar aí mais duzentos empregos diretos, em PAULÍNEA. Nós temos, aí, entendimentos na própria Venezuela de fazer uma fábrica de polipropileno na Venezuela. Então nós temos expansões das nossas unidades. Então nós sempre estamos crescendo. Nós estamos crescendo nos últimos quatro anos, um aumento de empregos na BRASKEM, quase 20%. Então, eu acho que não... Eu acho que o próprio crescimento da BRASKEM vai gerar mais empregos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Como eu quero ser bem objetivo, agora eu abro a possibilidade de alguma pergunta entre os Painelistas. Só vou solicitar que sejam perguntas e não uma nova intervenção. Porque daí nós não terminaremos. Então, quem tiver uma pergunta a fazer está à disposição o microfone correspondente.

SR. CARLOS HEITOR MACHADO RODRIGUES: Eu quero fazer uma pergunta ao representante da IPIRANGA PETROQUÍMICA, eu vou dizer o porquê. Porque se essa opção se efetivar como ela está configurada no dia 31 de março, a percepção que se tem é de que a IPIRANGA ficará numa situação muito complicada no pólo petroquímico. Como é que a IPIRANGA está entendendo essa questão dessa negociação, desse formato que tem até hoje, a partir do memorando lá de setembro, e se há alguma iniciativa, alguma coisa, o que poderia para que nesse caso, dentro do que nós entendemos, pudesse ao menos manter o equilíbrio de forças dentro do pólo petroquímico. Obrigado.

SR. WALTER LUIZ GUIMARÃES: Conforme citei na minha intervenção no início, eu reforço o meu comentário, nós entendemos que, prioritariamente, seria muito mais racional, que recursos novos, novos investimentos fossem destinados para novos projetos. Mas caso haja o exercício pela PETROBRÁS da chamada opção BRASKEM, a IPIRANGA vai exercer seus direitos, que são propiciados pelo acordo de acionistas na COOPERSUL, e vai adquirir a participação necessária para manter a sua posição relativa. Isso nós podemos afirmar com toda tranqüilidade e segurança. A IPIRANGA irá exercer os seus direitos assegurados pelo acordo de acionistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – A Presidência pergunta entre os Painelistas... Pode usar o microfone, Caio.

SR. CAIRO GARCIA CORREIA: Bom, só gostaria de perguntar para o representante da PETROQUISA, aqui lembrando que está representado o terceiro setor aqui, porque a Confederação Nacional do ramo químico abrange esse setor, essa cadeia é muito abrangente, e o terceiro setor está na nossa base de representação. Então, eu perguntaria, até para atualizar aqui, aproveitando a oportunidade, por que é que ainda não foi assinado o protocolo de intenções entre IPIRANGA e PETROBRÁS em um estudo de parceria no pólo petroquímico lá no Rio Grande do Sul?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Pergunta dirigida ao Dr. Patrick, creio eu, que representa a PETROQUISA.

Sr. PATRICK HORBACK FAIRON: Bom, junto com o processo de avaliação da opção BRASKEM, a PETROBRÁS identifica uma série de posicionamentos que são necessários, de forma a que, valorize adequadamente os seus ativos. Então, eu poderia citar aqui, acho que o Carlos Heitor citou, o sistema PETROBRÁS tem 100% da INOVA. Nós temos 70% da petroquímica TRIUNFO, e temos uma participação minoritária na BRASKEM. Somos controladores da REFAP. E, atualmente, estamos estudando uma possibilidade de negócios com a IPIRANGA. Então, nós estamos num momento, e isso é importante que seja dito, analisando o conjunto da obra. Ou seja, não adianta nós termos um documento assinado sendo que

aquilo não representa na realidade um equacionamento melhor arranjo. Então, junto com essa opção e junto com todos os movimentos possíveis, e em negociação, como já foi explicitado aqui, por vários Painelistas, o processo é esse mesmo. Quer dizer, identificado um posicionamento estratégico da PETROQUISA que é: nós valorizarmos os nossos ativos, termos direitos essenciais nas participações que nós estivermos participando, nós não somos Banco. A PETROQUISA não é Banco. Ela está no setor petroquímico para gerir os seus negócios. Então, esse equacionamento, este desenho é um desenho complexo. E por isso, dentro do processo, passa do processo estratégico, ele passa por uma série de decisões. E essas decisões, no final, cabem e nós temos uma data, então como nós temos uma data, todo esse equacionamento tem que ser decidido nessa data. Porque não caberia a gente estar gerando novas demandas sem que as pudéssemos cumprir. Então, eu acho que isso que é importante. O importante é a gente manifestar que nós temos estudos com os grupos econômicos que estão hoje representando a indústria petroquímica, nós temos vários projetos em carteira, opção BRASKEM é um projeto. Esse protocolo que você citou com IPIRANGA é um projeto também. Nós temos os nossos projetos como a Refinaria Petroquímica, nós temos os nossos ativos, e o equacionamento disso. Leva a um debate interno, bastante denso, bastante profundo para que a gente tenha o posicionamento final que interesse o sistema PETROBRÁS, que essa é a solução da equação é que a gente venha a participar de projetos e venha estar com os direitos essenciais garantidos e que respeite os interesses do sistema PETROBRÁS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – A Presidência assegura ainda se tiver alguma pergunta entre os Painelistas, ainda há essa possibilidade. Se não houver mais nenhuma pergunta, nós vamos para o encerramento da nossa Audiência Pública, sem nenhum prejuízo, como aqui foi colocado, que outros momentos venham a ser construídos para esclarecimento do tema.

Eu quero registrar a presença do Deputado Edson Portilho que veio prestigiar esse evento, mas foi feito um acordo na abertura desse trabalho, com todos os participantes, que a palavra seria feita entre os convidados e os Senadores presentes. Mas eu quero aqui registrar a presença do Deputado Estadual Edson Portilho que veio prestigiar este evento, que eu tenho certeza que teremos ainda outras oportunidades para aprofundar o debate. De forma tal que não fique nenhuma dúvida junto à sociedade brasileira, do acordo, do protocolo que poderá ser construído.

Assim, eu quero, mais uma vez, dizer da minha satisfação. Porque no momento que fiz a convocação para essa Audiência Pública, inúmeros setores tentaram demonstrar que ela não aconteceria. Eu levei confiança, tanto no representante dos trabalhadores e todos os setores envolvidos que a audiência ia se realizar. Independente do número, os Senadores, que tivessem aqui presente, quero também aqui na figura do Dr. Cláudio que representa indiretamente, o Governo Lula, também aqui da sua presença, já com a presença do Ministério. A audiência se realiza com a presença dos líderes sindicais de todo o País, todos convidados tiveram o seu tempo para as devidas perguntas e réplicas, se assim entendessem, e assim nós entendemos que essa reunião cumpriu o seu objetivo. Repito, conforme aqui foi dito, sem prejuízo e que o debate continue. Até que não tenhamos nenhuma dúvida e que se construa o melhor para o País. E claro, como gaúcho, eu diria, também para o Rio Grande, sem nenhum questionamento. Porque eu acho que não pode, e nós dizíamos aqui na Mesa que esse debate transforme como se fosse a questão da Ford (Bahia e Rio Grande do Sul). Por isso a pergunta que eu fiz para que ficasse claro a questão da planta. Para um mercado interno e para um mercado exportador. O que nos foi dito é que não haverá nenhum prejuízo econômico para o Rio Grande e não haverá demissões. Eu não quero prejuízo econômico, nem para o Rio Grande, nem para a Bahia. E não quero, também, que os trabalhadores tenham algum tipo de prejuízo. E sei que o Governo Federal fará devidamente a ação, a PETROBRÁS na construção daquilo que for melhor para o País.

Mediante o fato, mais uma vez eu agradeço ao Dr. Cláudio Akio, ao Dr. Patrick Horback Fairon, Sr. Carlos Heitor Machado Rodrigues, do SINDIPOLO. Dr. Alexandrino Alencar da BRASKEM, o Sr. Eduardo Tergolina, IPIRANGA PETROQUÍMICA, Dr. Walter, do grupo IPIRANGA e Dr. Maurício Ferro, da BRASKEM.

Então, a todos eu agradeço, agradeço os sindicalistas que deslocaram dos seus Estados para esse debate e mais uma vez o Deputado Estadual Edson Portilho aqui presente. Está encerrada a presente Audiência Pública. [palmas]

(Sessão encerrada às 15h41min.)

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ata da Primeira Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 1º de fevereiro de 2006, quarta-feira, às 14:15 horas.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos, do dia primeiro de fevereiro de dois mil e seis, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador Eduardo Azeredo, reúne-se a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, com a presença dos Senhores Senadores **EDUARDO AZEREDO, FLÁVIO ARNS, PAULO PAIM E MARCO MACIEL.** Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. O Senhor Senador Eduardo Azeredo declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando início aos Trabalhos a Presidência anuncia os Temas da Reunião; Sendo Campanha da Fraternidade: "Levanta-te, vem para o meio" e Pró-Uni: Programa Universidade para todos, com a presença dos seguintes convidados: **Dom Odilo Pedro Scherer – Secretário Geral da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) e do Padre Ernanne Pinheiro – Assessor Político da CNBB.** Após exposição de Dom Odilo sobre a "Campanha da Fraternidade de 2006", fizeram uso da palavra os Senadores: **Eduardo Azeredo, Flávio Arns, Paulo Paim e Marco Maciel.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Eduardo Azeredo, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Declaro aberta a Primeira Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior dessa subcomissão realizada em 10 de outubro de 2005. Aprovado. Senadores aqui presentes, senhoras e senhores, esta reunião se destina basicamente a dois temas: um diz respeito à questão do PROUNI, algumas dificuldades que estão acontecendo para as pessoas com deficiência poderem se beneficiar das vagas previstas no PROUNI nas escolas superiores privadas e para podermos discutir a questão da Campanha da Fraternidade, que com muita honra nós temos aqui a presença de Dom Odilo Pedro Scherer, secretário geral da CNBB que convido para que tome assento aqui conosco, e também o Padre Hernane Pinheiro, assessor político da CNBB, convido para que esteja conosco também, Padre Hernane. Presente conosco o vice-presidente da Comissão, Senador Flávio Arns. Eu quero iniciar pela questão do PROUNI, o que foi detectado é um novo projeto que já está funcionando em todo o país. As universidades privadas em troca da isenção de pagamento de alguns tributos, dão bolsas que foram aprovadas em projeto enviado pelo governo e aprovado pelo Congresso. As bolsas podem ser integrais, podem ser de 50% ou de 25%. As condições para acesso ao PROUNI..., o PROUNI, quando foi tramitado, foi colocado que as pessoas com deficiência teriam direito a algumas dessas vagas do PROUNI, entretanto, respeitando regras. Uma das regras é evidentemente a questão da renda per capta para atingir as pessoas com mais necessidade. Uma outra regra que foi introduzida, diz que os alunos para se beneficiar do PROUNI, precisam que, além de preencher essa questão da renda, eles teriam que ter estudado o segundo grau em escola pública ou escola privada com bolsa integral. O que ocorre é que, lamentavelmente, nós não temos escolas de segundo grau inclusivas em todo o país. Então, muitas pessoas com deficiência que conseguem chegar à universidade, tiveram que pagar, com muito esforço da sua família ou esforço próprio, tiveram que pagar o segundo grau. Então, se tiveram, nem que um dos três anos do segundo grau, tiveram uma escola paga, elas não podem se beneficiar do PROUNI. Então, isto tem sido um empecilho para as pessoas com deficiência, e a idéia é que nós possamos, através dessa subcomissão, ter um contato com o Ministério da Educação para a busca da solução. Se puder ser através de uma norma, mais fácil, senão, buscaríamos a discussão de uma nova lei que venha, então, esclarecer. No caso das pessoas..., nós estamos querendo uma solução diferenciada, no caso das pessoas com deficiência, não teríamos essa segunda exigência que é a exigência do segundo grau em escola pública ou escola privada com bolsa integral. Eu passarei a palavra ao Senador Flávio Arns para que possa falar, sobre esse assunto ainda do PROUNI e logo depois nós passaríamos à questão da Campanha da Fraternidade. Com a palavra Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu quero cumprimentar em primeiro lugar o nosso presidente, Senador Eduardo Azeredo, também cumprimentar Dom Odilo Pedro Scherer que é secretário geral da CNBB e que vai falar sobre a Campanha da Fraternidade, assim como o Padre Hernane Pinheiro que é assessor político da CNBB e dizer que, realmente, nós como comissão, recebemos ponderações de famílias a respeito da necessidade de se aprimorar os critérios do PROUNI naquilo que se refere as pessoas com deficiência. O PROUNI, eu diria, foi um avanço importante, vem permitindo que dezenas de milhares de pessoas

tenham acesso ao ensino superior, particularmente pessoas economicamente carentes e já na regulamentação do PROUNI existe a ênfase para que a pessoa com deficiência também tenha acesso, com critérios, inclusive, de prioridade, o que é algo importante na legislação. Mas como o Senador Eduardo Azeredo colocou, esse ano de experiência demonstrou que existem aspectos que precisam ainda ser melhorados, seja na lei ou no aprimoramento da regulamentação da lei. Exatamente os aspectos levantados da escola pública e da escola privada, a questão de inclusão que nestes anos todos vem sendo bastante debatidas, para as pessoas poderem participar. Então as famílias, muitas vezes, se empenharam muito para que o aluno, o filho estudasse numa escola que oferecesse as alternativas de estudo, que às vezes até era difícil achar escola nesse sentido, quinze anos atrás, vinte anos atrás. Além do mais, a renda per capta da família que é um outro aspecto a ser considerado. As famílias, mesmo quando têm um filho com deficiência, elas têm um gasto muito maior, necessidades muito maiores, e isso tem que ser visto como um critério, um diferenciado também. A própria classificação dentro do exame do ENEM é outra dificuldade que tem que ser vista, porque é importante que as pessoas façam o ENEM, o Exame Nacional do Ensino Médio, mas ao mesmo tempo, esse critério da classificação que pudesse ser para as pessoas com deficiência, também diferenciado. Além de outros aspectos como os auxílios necessários dentro da instituição de ensino superior, para que uma pessoa surda, uma pessoa cega, uma pessoa com deficiência possa ter acesso aos mecanismos adequados para ter um ensino superior de qualidade. A sugestão de Vossa Excelência, Senador Eduardo Azeredo, eu considero assim muito importante, no sentido desta comissão colher, nestas dificuldades todas e, formalmente, discutir esse assunto com o Ministério da Educação para se chegar a um aprimoramento do que possa ser feito. Agora sempre destacando que a pessoa com deficiência ou qualquer outro cidadão, vai se incluir na sociedade por um aspecto principal, por um direito essencial que é a educação. As pessoas com deficiência ficaram marginalizadas durante muitos anos e continuam marginalizadas ainda do processo educacional. Então, essas pessoas, a gente precisa achar um jeito, mecanismos, aprimorar o que já existe no sentido de fazer com que essas pessoas tenham o acesso a educação fundamental ao ensino médio e a educação superior facilitado, porque isso vai significar mais chance de trabalho, mais oportunidade de renda, mais inclusão e o que se deseja é que todos sejam incluídos e que neste "todos" estão incluídas as pessoas com deficiência. Então, da minha parte, Senador Eduardo Azeredo, só quero ressaltar isto e dizer que certamente o Ministério da Educação estará sensível a um debate sobre estas mudanças que são necessárias nesse sentido apontado do PROUNI.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado Senador Flávio Arns, eu quero, então, passar a palavra a Dom Odilo para que possa expor para nós a proposta da CNBB de que a campanha da Fraternidade deste ano será em relação às pessoas com deficiência.

DOM ODILO SCHERER: Obrigado. Excelentíssimos Senadores Eduardo Azeredo, Flávio Arns, senhores e senhoras aqui presentes, também saúdo os representantes da imprensa. É com muita alegria que acolho o convite feito para que, em nome da CNBB, que eu possa apresentar a Campanha da Fraternidade deste ano, 2.006 que tem como tema justamente a fraternidade e as pessoas com deficiência. Foi um tema muitas vezes sugerido à CNBB para que fosse tema de uma campanha, e, então foi atendido esse pedido que teve muitas partes. Trabalhou-se bastante na campanha que logo mais estará sendo lançada no início da quaresma, no dia primeiro de março que é quarta-feira de cinzas e tradicionalmente é o dia de lançamento das Campanhas da Fraternidade da CNBB. A CNBB agradece a muitas pessoas, as organizações das pessoas com deficiência que ajudaram a refletir e a elaborar a Campanha da Fraternidade desse ano, sobretudo o texto base que é o texto essencial de lançamento, de promoção da campanha onde de fato se lança aquilo que é o ideário da campanha e as propostas fundamentais. Eu gostaria aqui, então, de fazer uma apresentação geral da Campanha, uma breve apresentação do texto base e do lema da Campanha da Fraternidade que neste ano que será: "levanta-te, vem para o meio", palavra de Jesus no evangelho de São Marcos. E depois, havendo ainda uma disponibilidade de tempo, nós temos um breve vídeo para estarmos vendo algumas imagens relativas também já a promoção da Campanha. A campanha da fraternidade de 2.006 é uma proposta da CNBB para ajudar a viver bem o tempo litúrgico da Quaresma, tradicional na igreja católica, em preparação à Páscoa. É um tempo de penitência, de escuta mais atenta à palavra de Deus, para encontrar, conhecer e seguir Jesus Cristo, caminho, verdade e vida. O tempo da quaresma é um convite à conversão para aquilo que é central na vida da igreja, na vida da fé, no reino de Deus, no anúncio de Jesus, que é o amor sincero, generoso a Deus, o amor de caridade que tão bem lembrou o Papa Bento XVI na recente encíclica: "Deus carita est", Deus é amor. Todos os anos a Campanha da Fraternidade propõe um tema motivador para a conversão e a vivência dos

valores do evangelho. A fraternidade entre as pessoas e na sociedade é buscada como fruto de conversão. Geralmente os lemas tem sido de grande interesse social, de maneira a atrair não apenas os católicos, mas também todas as pessoas sensíveis aos valores humanos e do bem comum na sociedade. O anúncio do evangelho da salvação de fato não é dirigido apenas aos cristãos e membros da igreja, mas a toda a sociedade. A Campanha da Fraternidade de 2006 tem como tema a fraternidade e pessoas com deficiência e o lema: "levanta-te e vem para meio", Marcos 3:3. As diversas propostas evangelizadoras e pedagógicas da Campanha da Fraternidade deste ano colocam as pessoas com deficiência no centro da atenção e da reflexão e questionam a sociedade e a própria igreja sobre atitudes e relacionados com as pessoas com deficiências. O objetivo geral da Campanha deste ano é conhecer melhor a realidade das pessoas com deficiências e refletir sobre esta situação, sobre esta realidade, a luz da palavra de Deus, da ética cristã, para suscitar maior fraternidade, maior solidariedade em relação às pessoas com deficiência, promovendo sua dignidade, seus direitos, isto é, sua inclusão social, naturalmente. Para se atingir o objetivo geral da Campanha, são propostos os seguintes objetivos específicos: primeiramente apresentar a realidade das pessoas com deficiência e as iniciativas para promoção de sua dignidade; segundo: denunciar as ideologias e contra valores que marcam a sociedade no que diz respeito às pessoas com deficiência e, portanto que produzem exclusão social; terceiro: mostrar valores evangélicos que devem orientar o relacionamento com as pessoas com deficiência; quarto: assegurar os direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência de suas famílias, superar toda forma de preconceito e sensibilizar a consciência pessoal e social sobre a questão da deficiência; quinto objetivo específico é promover a autonomia das pessoas com deficiência, fortalecer suas organizações e movimentos, criar mecanismos de participação efetiva como protagonistas de sua história na família, na igreja e na sociedade; sexto objetivo específico é suscitar e apoiar as iniciativas individuais e comunitárias, bem como políticas públicas para inclusão, valorização e inclusão das pessoas com deficiência com os seus familiares no ambiente escolar, no mundo do trabalho, na vida eclesial e nas atividades culturais, esportivas, de lazer e de convívio social. Sobre o texto base que é um texto importante para promoção da Campanha da Fraternidade eu gostaria de dizer uma palavra também: o texto base principal instrumento de promoção da Campanha da Fraternidade e os demais subsídios de apoio, de fusão, como cartaz, por exemplo, já estão divulgados, estão publicados e à disposição dos interessados nas livrarias e nas paróquias católicas. O texto base foi elaborado pela secretaria da Campanha da Fraternidade da CNBB com a colaboração de vários grupos organizados de pessoas com deficiência, de entidades da sociedade que as apóiam e por peritos na área. Seguindo a conhecida metodologia em uso nas Campanhas da Fraternidade, do ver, julgar e agir, aborda-se primeiramente a realidade das pessoas com deficiência e a problemática social que enfrentam, bem como a história de suas lutas e conquistas. No segundo momento, no julgar, é apresentada uma fundamentação bíblica ou teológica da dignidade dos direitos das pessoas com deficiência. Ao mesmo tempo a luz dos princípios cristãos e éticos são analisadas, criticamente, diversas atitudes pouco fraternas em relação às pessoas com deficiência e algumas soluções inadequadas para a sua problemática. Na terceira parte que é o agir, apontam-se diversas pistas para maior inclusão social e religiosa das pessoas com deficiência. As ações sugeridas envolvem a denúncia de atos e situações discriminatórias e excludentes, mas referem-se também às ações de inclusão do âmbito da família, dos diversos espaços sociais, culturais e eclesiais, a prevenção das várias formas de deficiência e a promoção de atitudes fraternas. O texto também traz a oração e o hino da Campanha da Fraternidade além de um nutrido apêndice com vários anexos interessantes para uso e a motivação da Campanha, apêndice que tem textos que vão desde uma lista de leis e decretos relativos às muitas formas de deficiência até um glossário com termos e conceitos usados para fazer a referência às pessoas afetadas por alguma deficiência. O texto também tem orientações para organização e a celebração da Campanha da Fraternidade. A Campanha de 2006 traz ao centro da nossa atenção, portanto as pessoas com deficiência que são freqüentemente vítimas de preconceito e discriminação, sobretudo numa tendência cultural que privilegia os fortes e saudáveis, os belos, os fisicamente perfeitos, enquanto marginaliza e até excluem os que têm menos capacidade de se afirmar sozinhos e de competir com os outros. As deficiências me questão podem ser de três tipos: físicas, sensórias e mentais. E são tantas as pessoas atingidas: cegas, surdas, mudas, as que têm dificuldades motoras ou deficiências mentais, em maior ou menor grau. Grande parte da população está afetada por algum tipo de deficiência e ao longo da vida todos nós estamos sujeitos a adquirir algumas das deficiências, por isso o lema e o tema da campanha de 2006 é de grande interesse social e, naturalmente, também, interesse político. Eu desejo a fazer finalmente uma reflexão sobre lema: "Levanta-te e vem

para o meio". O que significa esta palavra na campanha fraternidade? Já disse que é uma palavra tirada do evangelho de São Marcos e eu quero refletir brevemente sobre ele. "Levanta-te e vem para o meio", disse Jesus ao homem da mão seca que estava na sinagoga ("mão seca" diz o evangelho, mas de fato, atrofiada). Jesus estava rodeado de muita gente pessoas importantes da religião e sociedade, simpatizantes e curiosos, pessoas com vários interesses, conversa animada, perguntas pedidos, gente capaz de se afirma na multidão e de conquistar o seu espaço, mesmo não fazendo recurso a empurrões e cotoveladas. Um pouco como acontece também hoje na sociedade. Jesus não deixa de observar um pobre homem sentado num canto sozinho com o seu problema talvez com seu complexo de inferioridade, tinha a mão atrofiada, sabe Deus por qual motivo, talvez até já tivesse aceito, sem mais reclamar, que ele valia pouco mesmo, que não era ninguém e só podia depender da boa vontade e comiseração dos outros. Jesus o vê com outro olhar chama-o para o meio de todos, aí é seu lugar, no meio dos outros. Aquele homem não tem que se esconder nem achar que vale menos que os outros. "Vem para o meio", é o mesmo que dizer: "você é importante e tem dignidade, pois é um ser humano como os outros, você também é filho querido de Deus", equivale ainda a dizer: "venha, há lugar para você nós o aceitamos e o acolhemos em nosso meio, respeitamos sua diferença e limitação, você tem uma contribuição para dar para a família humana e pode nos ensinar muitas coisas a respeito da vida." A Campanha da Fraternidade de 2006 traz, portanto, para o centro das atenções as pessoas com os braços e as pernas deformadas, os paraplégicos, os surdos, os mudos, todas as pessoas com deficiência física, sensorial e mental. São tantas em nosso meio, basta abrir os olhos para perceber tantas vezes são desprezadas, deixadas de lado, vistas como pessoas de menos valor, discriminadas excluídas do convívio e das oportunidades como se fossem um peso, incômodo. Com freqüência regimes totalitários ao longo da história tiveram a tentação de eliminar as pessoas com deficiências graves. No Congresso Nacional, e, Brasília, tramita um projeto de lei de legalização do aborto no Brasil que também pretende negar às pessoas com deficiência o direito de nascer e de viver, tudo porque elas poderiam ser vidas inúteis elementos inviáveis numa sociedade de competição e de afirmação individualista. Se passar este projeto de lei será a consagração da prepotência dos mais fortes sobre os mais fracos. Fraternidade e pessoas com deficiência. Esta é a proposta para a Campanha da Fraternidade de 2006 para a igreja, e toda a sociedade no Brasil. Essas pessoas pedem para que sua existência seja reconhecida sem negar nem esconder a sua condição. Não querem apenas ser objetos de cuidados e de comiseração. Esperam que o respeito e a valorização de sua dignidade humana e de suas capacidades sejam traduzidos em oportunidade de efetiva inclusão no convívio e na dinâmica social. As pessoas com deficiências são capazes de muitas coisas, sobretudo de ajudar constantemente a sociedade a perceber que o valor do ser humano e o motivo do respeito que lhe é devido, não estão na perfeição física, na capacidade produtiva ou na habilidade de sua afirmação social, econômica, cultural ou política. Acima de tudo a base da dignidade humana encontra-se no próprio fato de ser uma pessoa humana, um ser humano. A presença de pessoas com deficiência em nosso meio é um permanente questionamento a lógica da competição, da eficiência, da perfeição estética, do sucesso, do poder econômico. Esta lógica que orienta com freqüência o convívio social acaba privilegiando sempre os mais fortes. Valemos por aquilo que somos e não por aquilo que parecemos. Esta é a lição constante que aprendemos com as pessoas com deficiência. No fundo elas ensinam que a vida é sempre um dom gratuito a ser acolhido com amor, de fato, antes de tudo valemos por aquilo que recebemos e não por aquilo que conquistamos por nós mesmos. Esta maneira de pensar torna possível valorizar integralmente as pessoas e de respeitar sua dignidade intocável em qualquer condição de saúde ou situação social. Diante das pessoas com deficiência aprendemos o que é essencial na vida e elas oferecem lições de verdadeira fraternidade humana e cristã e tenhamos certeza, ao lado delas estaremos mais perto de Jesus Cristo e de Deus. Jesus nos dirá, nos fará um dia esta surpreendente declaração: "vem para o meio você também, na casa do pai aquilo que fizeste a um desses meus irmãos, os mais pequeninos foi a mim que o fizeste." Depois destas palavras eu gostaria de pedir, se ainda existir um tempo, para passar um DVD com imagens em que as pessoas com deficiência elas mesmas também falam.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Enquanto o problema do som se resolve, eu queria registrar a presença do Senador Paulo Paim. Senador, primeiro falamos da questão do PROUNI que tem uma condição para que as pessoas com deficiência possam usar o PROUNI, que é a questão do segundo grau ter sido feito em escola pública ou privada com bolsa integral, e isto esta prejudicando o acesso às universidades das pessoas com deficiências. Então é um assunto que, segundo o Senador Flávio Arns, nós teríamos que procurar primeiro o Ministério da Educação para buscarmos uma solução, se possível

através de normas, senão, um projeto de lei que pudéssemos fazer aqui. Em seguida então o Dom Odilo pode expor para nós a Campanha da Fraternidade que será lançada agora logo após a Semana Santa, não, depois do Carnaval, logo após o Carnaval, antes da Semana Santa. Eu queria passar a palavra para o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senhor presidente desta comissão, Senador Eduardo Azeredo, nosso sempre companheiro de luta nesta jornada, Senador Flávio Arns vice-presidente, Dom Odilo Pedro Scherer, secretário da CNBB, Padre Hernane Pinheiro, nosso assessor permanente da CNBB. Primeiro eu quero cumprimentar a CNBB pela Campanha da Fraternidade apontada para este ano. Eu tenho uma experiência muito rica com a CNBB. Em diversos momentos da história aqui no Congresso Nacional, as Campanhas da Fraternidade da CNBB sempre foram um instrumento que nos ajudou muito, inclusive a aprovar projetos de lei, porque alguém às vezes diz: "não, mas lei tem bastante". Tomara que tenhamos mais ainda, porque muito pior é não ter lei e para você cobrar, exigir cidadania e direitos. Eu me lembro, Dom Pedro, do estatuto do idoso. O estatuto do idoso só foi aprovado porque a Campanha da Fraternidade da CNBB naquele período foi voltada para a pessoa idosa. Tivemos audiência aqui, eu acompanhei a CNBB, com o presidente da Câmera, do Senado, enfim esse movimento feito permitiu que o Estatuto do Idoso, hoje seja uma realidade. Alguém poderia dizer: "mas estão cumprindo na íntegra o Estatuto da Criança e do Adolescente que tem quase vinte anos? Ainda existe meninos na rua, infelizmente. Esta é a realidade do nosso país, que é um país de terceiro mundo, mas sem sombra de dúvida é um grande instrumento o Estatuto da Criança e do Adolescente que foi formulado pelo Congresso Nacional, também o Estatuto do Idoso. Eu falo tudo isto porque eu gostaria muito de pedir a CNBB, da mesma forma como fizemos já movimento para o Estatuto de Igualdade Racial. O Moura nos ajudou muito também, nos levou lá na CNBB e nós participamos. O Estatuto da Desigualdade Racial foi aprovado já no Senado, já foi para a Câmara, agora é um instrumento de combate para todo tipo de preconceito, mas, principalmente preconceito racial. Nós temos em debate na Câmara e no Senado e não sei por que força ocultas não avança, não avança. É incrível que não avança, sempre alguém tranca, por um motivo ou outro tranca, que é o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esse Estatuto, no primeiro momento, e o Flávio Arns quando era deputado e fez a apresentação, nós procuramos reunir o que havia de matéria na época para que ele seja um instrumento que efetivamente permita a sociedade organizada fortalecer a cidadania da pessoa com deficiência. O Senador Flávio Arns está fazendo um belíssimo relatório ampliando muito mais que o projeto original aqui no Senado e eu acredito que a obra do Senador Flávio Arns que eu só apresentei o projeto original, deve ficar pronta, calculo eu, quem sabe até junho, depois você pode falar, você pode ajudar, eu diria,você pode nos ajudar! Porque ele, muito mais que eu, conhece esse tema, ele sabe que eu sou discípulo dele, eu sou o discípulo do Flávio Arns nesse assunto. Então, no momento que o Senador Flávio Arns concluiu o substitutivo, então, acho que está caminhando bem, seria importantíssimo para nós que a CNBB ajudasse com que ele caminhasse com mais rapidez porque ele vem exatamente nesta linha. Eu chego a dizer que se o Estatuto da Pessoa com Deficiência não significar um enorme avanço para as pessoas com deficiência. Nós o pegamos e jogamos na lata do lixo. O que eu não acredito pelo trabalho que está sendo construído, principalmente, eu quero destacar aqui a figura do relator, que o relator está ouvindo toda a sociedade e ampliando a redação final. Tem algumas forças ocultas por aí que botam uma pedrinha no caminho sempre, eu sei, meu relator, que embora você não diga, tem sempre alguém que põe uma pedrinha no caminho, mas você vai com calma, com aquela paciência, digamos, eu diria que Cristo teve, e você vai costurando eu sei que será uma peça importantíssima para a cidadania. Então, além de elogiar a Campanha da Fraternidade, eu tenho certeza que nós vamos caminhar juntos também na aprovação do Estatuto e não só do Estatuto, de outras tantas leis que existem e outras que existirão que vão sempre aprimorar, vão apontar para um horizonte melhor. Vão apontar para um caminho que efetivamente contribua para que os nossos companheiros que tenham algum tipo de deficiência sejam efetivamente contemplados e aí eu gostaria, se você me permitir, nesse momento, de passar a palavra para o meu relator, que há coisas que eu quis dizer...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Vossa Excelência fica com a palavra, Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu acho que o Senador Paulo Paim fala desta maneira até pela amizade que a gente tem,conhecimento mútuo e uma luta assim conjunta há tantos anos e de fato o Senador Paulo Paim é autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, como ele mencionou, como Vossa Excelência mencionou, houve muita discussão sobre esse assunto com todos os setores das pessoas com deficiência e principalmente daquele argumento que foi levantado: porque o Estatuto se nós já temos um conjunto de leis existentes e que não vêm sendo cumpridas, no fundo o

debate foi este, mas realmente depois de todo debate acontecido se chegou à conclusão que em hipótese alguma vamos ter algum tipo de retrocesso, mas nós temos espaço para termos muitos avanços dentro do Estatuto e é este o objetivo principal, nada de retrocesso e sim de mais avanços para se assegurar que a cidadania da pessoa com deficiência aconteça. Então, eu posso assegurar agora que logo no reinício dos trabalhos, em fevereiro, o texto vai ser apresentado a toda a sociedade ainda de uma maneira a receber mais contribuições dando-se um prazo para uma espécie de consulta pública, vamos chamar assim, e logo em seguida para ser votado na comissão fundamentalmente de direitos humanos do Senado Federal. Mas eu quero dizer assim junto com o estatuto eu acho o que é mais importante nos termos assim a consciência da cidadania pessoa com deficiência, da necessidade de construção desta cidadania e que todos nós somos responsáveis por isto, toda a sociedade é responsável. E cidadania não é algo abstrato, é uma coisa bem concreta, o que é cidadania? A pessoa tem que ter escola, esporte, cultura, trabalho, renda, apoio para família, ser apoiado quando idoso, remédio, exames, tudo aquilo que qualquer pessoa tem que ter para ter uma vida digna. Então, isto, nós temos que dizer: não é um favor, não é piedade, não é um ato de comiseração contido no texto, mas é uma questão de direito, para todos. Para pessoa surda, cega, com deficiência física e mental múltiplo, surdo, cego, autismo, com distúrbio de comportamento, distúrbio de aprendizagem que muitos colocam, a pessoa excepcional, quer dizer, com necessidades, seria pessoa super dotada com talentos especiais, quer dizer todo esse conjunto de pessoas precisa ter..., todos nós como sociedade, como família dizermos: "eles merecem". Por que? Porque são seres humanos, pessoas humanas, todas merecem e essas pessoas também. Então, nesse sentido, a gente ter uma campanha da fraternidade abordando esse tema, nós temos que ter, assim, consciência de como uma Campanha da Fraternidade pode auxiliar nesse debate todo. As igrejas estão no Brasil inteiro, todas as igrejas cristãs, é igreja católica, mas as demais igrejas também, porque é uma iniciativa ecumênica. Teve sempre a chancela da CNBB, mas existe um grande esforço para que seja ecumênico. Todo o Brasil vai discutir no Carnaval, quarta-feira de cinzas, após o Carnaval, até a Páscoa, é o período quaresmal, durante quarenta dias estará sendo discutido o tema: fraternidade e pessoas com deficiência. O Brasil inteiro vai discutir. Então isso é fundamental para a pessoa com deficiência, a gente tem que ter muita consciência disto, para a família, para as escolas, escola comum, escola especial, trabalho, saúde, lazer, esporte, cultura, renda. Que todas as comunidades do Brasil façam este debate, procurem as igrejas, se integrem neste esforço para palestras, discussão, levar o tema para frente, achar solução. E solução que pode ser simples, muitas soluções que são simples. Por exemplo, hoje aqui nós temos a tradução através da língua brasileira de sinais, está acontecendo aqui. Eu conheço igrejas que tem missas já em horários determinados, onde a pessoa surda vai lá e sabe que vai haver um interprete da própria comunidade, por que não? Aqui nesta sala, depois de muito tempo nós temos aqui a rampa, quer dizer, quem vier falar para as pessoas, aqui nesta mesa, não precisará mais ser empurrada para cima. Será que tem a rampa na nossa igreja, no nosso clube, na nossa escola, banheiro adaptado... Isto tudo é sinal de respeito, sinal de solidariedade. Se alguém tiver alguma dúvida, no Brasil, eu sempre digo: vamos nos colocar na pele da outra pessoa. Como é que eu gostaria de ser tratado se eu fosse surdo, ou se fosse cego ou se fosse deficiente físico ou tivesse deficiência mental e assim por diante. Eu sempre considero isto solidariedade, não é pena. Quer dizer, vamos tratar o outro como eu gostaria de ser tratado, ao pé da letra, assim num linguajar direto. Isto a gente pode ir modificando na nossa realidade. E para tudo isso nós temos as leis como o Senador Paulo Paim já colocou: Lei da Acessibilidade, o Estatuto do Adolescente, Lei da Educação, a LOA, que é a Lei Orgânica da Assistência Social, enfim, todo conjunto de leis da previdência, leis do trabalho, né? Todas as leis estão aí, então vamos discutir na nossa comunidade. O que nós podemos fazer para promover? Então, que bom que nós estamos aqui com a Campanha da Fraternidade, boa iniciativa desta Subcomissão. Nós vamos ter aqui no Senado uma sessão solene, vamos falar com os meios de comunicação do Senado, agencia, jornal, televisão, o rádio que sempre são sensíveis para fazermos debates sobre isto. Ajudarmos a multiplicar esta idéia vamos conversar bastante, vamos falar com os Deputados, Senadores. Por isso que esse debate está acontecendo antes do lançamento da Campanha para que todos nós nos preparemos até o dia primeiro de março, hoje é primeiro de fevereiro, temos um mês. Então vamos, ainda tem tempo para pensarmos em muitas coisas e depois da Campanha da Fraternidade que vai se prolongar durante o ano também, não acaba na Páscoa, as iniciativas continuam no decorrer do ano. Vamos todo o ano, junto com as igrejas... olha, eu diria, nós podemos contribuir para mudar o Brasil, não é verdade? A igreja, pela Campanha pode ajudar. Então que bom, vamos para a luta, arregaçar as mangas e o Senado tem um papel importante. Por exemplo, o Senador Eduardo Azeredo, a esposa do Senado Edu-

ardo Azeredo, a Heloisa, é presidente da APAI de Belo Horizonte e vem se dedicando a vida inteira, assim como o Senador Eduardo Azeredo, a favor das necessidades das pessoas com deficiência. Senador Paulo Paim, que está aí, autor do Estatuto. Senado Marco Maciel que está aqui, sempre, em todas as ocasiões, seja como Senador, como vice-presidente, sempre a favor da luta da pessoa com deficiência. Então, todos nós temos, assim, uma contribuição a dar enorme, a favor do sucesso de todas as iniciativas. Desculpe até ter me demorado muito, mas agradeço e parabenizo Dom Odilo, Padre Hernane e com esses cumprimentos, cumprimentar a CNBB.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado Senador Flávio Arns. Nós continuamos com problemas técnicos para o vídeo, para o DVD. Mas então, vamos dar continuidade aí a esta publicação da CNBB que vai ser liberada para todo o país, já esta liberada, né? E por acaso eu abri aqui numa página: "O excelente desempenho dos atletas brasileiros nas para-olimpíadas de Atenas em 2004 tem sido a demonstração das conquistas obtidas nessa área". Vejam que tem sido várias áreas que nós temos avançado bastante sim. Aqui, ontem ainda nós tivemos no Senado uma discussão sobre questão de falsificação de moedas, não de notas, e foi também anunciado que a Casa da Moeda está já preparando uma nova família de notas para substituir as notas brasileiras que foram lançadas há onze anos atrás, na época do real, e esta nova família já estará preparada para as pessoas com deficiência visual, porque as notas vão ser de tamanhos diferentes. Então, facilitando para a identificação. Isto foi uma boa notícia aqui trazida ontem também. Então Dom Odilo, eu queria, então, voltar a palavra para o senhor, se puder continuar...

DOM ODILO PEDRO SCHERER: Nós estamos ainda esperando, se fosse possível solucionar o problema técnico..., mas contrariamente, paciência. No Brasil já há muitas leis, decretos finais já aprovados, medias legislativas que visam as pessoas com deficiência. Portanto são voltadas a ajudar e o nosso texto final traz todo um elenco enorme da legislação já existente no Brasil. Talvez o que falte, realmente, é fazer cumprir as leis e naturalmente outras que podem ainda ser feitas. Mas o que é muito necessário no Brasil é, justamente, criar uma cultura que inclua o fato da existência das pessoas com deficiência, que não sejam rejeitadas culturalmente, e por isso mesmo que se crie sempre mais uma cultura voltada para a solidariedade, para a inclusão, para a plena cidadania como nós dizemos em ambientes cristãos, para plena fraternidade. E este é o objetivo principal da Campanha da Fraternidade, se puder ajudar até o fim deste ano, aprovar o Estatuto das Pessoas com Deficiência, muito bem e nós estaremos sem dúvida também ajudando, e a Campanha visa isto. Agora, de toda a maneira, o objetivo principal é, justamente, sensibilizar através de uma Campanha intensa para o fato das pessoas com deficiência e de uma revisão, eventualmente, de conceitos, de atitudes em relação a elas para criar uma cultura de solidariedade em relação a elas, e, aí é claro, nós teríamos feito um grande ganho. A Campanha da Fraternidade, ela é pontual, ela dura os quarentas dias do tempo da quaresma da igreja católica, mas é uma Campanha de motivação para que as iniciativas sejam desencadeadas e vão andando ao longo do ano todo e quem sabe continuem como está acontecendo em relação a outras temáticas, por exemplo, a temática da água, a campanha foi há dois anos e ela está, ainda, frutificando dentro da sociedade. Então, de minha parte, de nossa parte, eu gostaria de agradecer a oportunidade que nos foi dada de aqui apresentar esta proposta da CNBB que é para a igreja, mas também para toda a sociedade. Nós estamos na sociedade e gostaríamos através desta iniciativa de contribuirmos para o bem comum, obrigado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Muito obrigado Dom Odilo. Eu passo a palavra ao Senador Marcos Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Nobre presidente Senador Eduardo Azeredo, Senador Flávio Arns, Padre Hernane, Dom Odilo Pedro Scherer, secretário geral da CNBB e pelo que eu vejo também coordenador da Campanha da Fraternidade deste ano, eu estava lendo inclusive a mensagem que ele oferece, a consideração de todos nós. Caro Padre Hernane Pinheiro, minhas senhoras e meus senhores, eu quero dizer que considerei muito oportuno que a CNBB mais uma vez tenha contemplado a questão do deficiente dentro do quadro das Campanhas da Fraternidade, que é uma marca muito forte que a igreja católica tem... é uma marca muito forte da igreja católica no seu campo de atuação social. Quero dizer, a exemplo do que já foi aqui mencionado, que realmente nós temos avançado. É lógico que os avanços ficam sempre aquém daquilo que nós desejamos. E até foi aproveitar a ocasião para dizer, até porque o Senador Flávio Arns fez uma referência a umas intervenções minhas neste campo, eu quero dizer que quando eu era Governador de Pernambuco, isto em 1979, 1980, eu criei uma comissão no estado só para tratar da questão do deficiente. Depois descobri dois anos após, que tinha sido o primeiro estado a criar uma comissão deste tipo. Uma vez Ministro da Educação, mais adiante, já nos idos de 1985nós criamos no Ministério da Educação uma comissão só para essa questão do deficiente, mas, sobretudo, em

relação à educação especial. Mas como fizemos uma comissão com objetivo mais abrangente, envolvendo não só a questão da educação, mas todo o universo de temas ligados ao deficiente, esta comissão que se chamou CORD ela ficou funcionando no Ministério da Educação até quando estive no Ministério da Educação, quando eu fui deslocado, por um apelo, já não do Tancredo Neves, mas do presidente José Sarney para deixar o Ministério da Educação e ir para a Casa Civil, houve uma solicitação muito grande dos integrantes da comissão e também do público alvo no sentido de que esta comissão se deslocasse do Ministério da Educação para a Casa Civil. Eu na ocasião reagi a esta idéia porque achava que a Casa Civil não era bem o fórum para tratar destas questões, mas todos achavam que era importante dar seqüência a política e na Casa Civil não ficava circunscrita apenas a questão da educação, Isto é, que na Casa Civil, obviamente, abrangeria todos os ministérios que direta ou indiretamente tivessem voltados para a questão. E, em função disto, nós concordamos em transplantar este órgão do Ministério da Educação para a Casa Civil e ficou funcionando até que nós encaminhamos ao Congresso Nacional um projeto de lei que ao final se converteu numa lei número... que está aqui citado, de 89, a CORD, e esta foi resultado desta semente que nós começamos no Ministério da Educação e depois na Casa Civil e ao final com apoio do Congresso Nacional. Mas, voltando a questão que a CNBB agora suscita, oportunamente, nesta Campanha da Fraternidade, eu considero que nós devíamos, a exemplo do que faz a CNBB, eleger alguma prioridade, que nós elejamos a nível de plano do Congresso Nacional, algumas prioridades, aproveitando essa grande mobilização e sensibilização que ocorre por ocasião da Campanha da Fraternidade. Porque a Campanha da Fraternidade, eu diria que ela extrapola os limites da ação da igreja católica. Ela hoje já se converteu numa campanha ecumênica, não quero aqui cometer nenhum erro na frente de altos dignitários da igreja, mas eu, pelo que eu sei, é o seguinte: que ela hoje é praticamente ecumênica, e certos temas, até pela sua natureza, envolvem a participação de toda a comunidade. Então, nós poderíamos eleger aqui, que dentro da ação específica do Congresso Nacional, envolvendo obviamente Câmara e Senado, o que nós poderíamos fazer, já que esta Campanha, por ter esta enorme repercussão social, ela sensibiliza a muitos e, portanto cria um clima favorável ao acolhimento de muitas propostas que às vezes ficam pendentes não somente de legislação específica ou quando é o caso de sua respectiva regulamentação. E eu quero mencionar que, aqui na Casa, está presente, por exemplo, Senador Flávio Arns que tem uma longa militância neste campo, inclusive no campo das APAEs, sobretudo o Senador Eduardo Azeredo que tem uma militância no seu estado, Senado Paulo Paim que tem uma grande preocupação com as questões de integração em todos os aspectos, não somente no plano social, mas também, inclusive e especificamente no plano étnico. Então, eu acho que poderíamos sensibilizar outros também no Senado Pedro Simom e tantos outros que eu poderia mencionar aqui, não só no Senado, mas também na Câmara, que nós pudéssemos fazer um trabalho de mobilização aproveitando este período de mobilização da Campanha da Fraternidade, que como Dom Odilo disse, que é uma Campanha de relativo período curto, porque ela se conclui praticamente com a Páscoa, então, como temos aí, praticamente até o fim de abril, são uns quatro meses aí para um bom aproveitamento e criando a sensibilização o restante ocorre em função do nosso calendário legislativo. Era esta a sugestão que eu gostaria de dar e mais uma vez felicitar o Senador Eduardo Azeredo por haver promovido a presente reunião que acho que ajuda também a criar uma consciência da importância do tema. Uma vez o ex-presidente Kennedy disse que governar era administrar pressões. Na verdade, penso, que o que ele queria dizer com essa frase é o seguinte: que na verdade, os dirigentes públicos agem em função de uma demanda da sociedade e obviamente, esta demanda da sociedade pressupõe uma previa conscientização do tema e é em função disso que nós agimos, porque o nosso trabalho é este de ser uma ponte, um instrumento de interlocução entre o povo e o governo. Daí porque, encerrando minhas palavras e sem querer tomar tempo desnecessariamente, eu quero cumprimentar o Senador Eduardo Azeredo por haver feito essa reunião e esperar que nós possamos, a partir daí, extrair ações concretas.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) Excelência, se me permitir... Eu na minha fala elogiei muito o Senador Flávio Arns e ele sabe que é de coração isto, mas eu também quero elogiar Vossa Excelência, se permitir, em um minuto, dizer que Vossa Excelência tem sido um parceiro, um companheiro, um homem efetivamente preocupado contra todas as discriminações e preocupado com o social. Quero dizer que eu tenho muito orgulho de estar com Vossa Excelência nesta comissão sob a sua presidência. Inclusive eu acho que algumas injustiças fazem com Vossa Excelência, por isso eu dou esse depoimento dizendo que eu tenho um respeito enorme por sua caminhada, por sua história, estou muito feliz pelas iniciativas que Vossa Excelência tem tomado na Casa, inclusive e principalmente no momento, esta. Parabéns senhor presidente e todos presentes.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado Senador Paulo Paim pela sua palavra, pelo seu testemunho que é importante na vida pública de todos, inclusive na minha vida pública, eu agradeço suas palavras. E por falar em preconceito eu quero lembrar aqui também, que na semana que realizamos aqui, das pessoas com deficiência em outubro o Senador Cristóvão Buarque lembrou que o analfabeto também pode ser considerado como uma pessoa com deficiência, porque o analfabeto, eu lembro as palavras dele, o analfabeto vê e não entende o que viu, escuta e não entende o que escutou, lê e não entende o que leu. Então, era importante também que nós pudesses incluir, num conceito mais amplo, o analfabeto também como uma pessoa que precisa ser incluída na sociedade como um todo. Bom, nós tivemos um problema técnico com o DVD e também já temos a informação que já estamos prestes a começar com a ordem do dia e quando começa a ordem do dia nós não podemos continuar com as reuniões das Subcomissões. Eu vou pedir ao Dom Odilo que se puder nos enviar depois um novo DVD, inclusive pela TV Senado, normalmente tem feito um trabalho muito importante de divulgação. Então vamos utilizar na TV Senado. Agradeço ao Padre Hernane Pinheiro também,o senhor quer usar da palavra? Agradeço a rádio Senado também que estás transmitindo junto com a TV Senado e agradeço a todos a presença, principalmente do Senado Flávio Arns, Senador Paulo Paim, Senador Marco Maciel e todos aqueles que nos honraram com a sua presença. Muito obrigado, está encerrada a reunião.

(Sessão encerrada às 15 horas e 40 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 1ª Reunião Extraordinária, da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em 24 de janeiro de 2006.

CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Às onze horas e trinta e um minutos do dia vinte e quatro de janeiro de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Sérgio Zambiasi, Presidente Eventual e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Geraldo Mesquita, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Luiz Otávio e Delcídio Amaral reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Teotônio Vilela Filho, Maguito Vilela, Gerson Camata, Sérgio Cabral, José Maranhão, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Paulo Paim, Roberto Saturnino, Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta. Item Único: Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 2005, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Professora Raquel Teixeira que, "Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispondo sobre a duração mínima de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade". O relator designado é o Senador José Jorge e o parecer favorável, com as emendas nº 01 e 02-CE oferecidas é aprovado. Nesse momento, a Senhora Senadora Fátima Cleide requer, oralmente, a inclusão extra-pauta, de Requerimento, o que é aprovado. Extra-Pauta, Item Único: Requerimento de Urgência nº 01, de 2006-CE, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que "Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 144, de 2005, que 'altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração mínima de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade'". O requerimento é aprovado. O Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e cinqüenta e dois minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Sérgio Zambiasi,** Presidente Eventual da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Declaro aberta a Primeira Reunião Extraordinária da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª legislatura neste 24 de janeiro de 2006, terça-feira. Item único não terminativo. Projeto de Lei da Câmara 144 de 2005, altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece

as diretrizes e bases de educação nacional dispondo sobre a duração mínima de nove anos para o ensino fundamental. Com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade. Autoria a Deputada professora Raquel Teixeira, relatoria Senador José Jorge, parecer favorável com a emenda oferecida e passo imediatamente a palavra ao Relator Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhoras e senhores Senadores. Relatório. Chega a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara PLC número 144 de 2005, que altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei número 93, 94 de 20 de dezembro de 1996 a LDB, que estabelece a diretrizes e base da educação nacional, dispondo sobre duração mínima de nove anos para o ensino fundamental com matrícula obrigatória a partir de seis anos de idade. O texto aprovado pela Câmara dos Deputados é fruto da discussão de vários projetos, sendo os principais de número 3675 de 2004, da Deputada Raquel Teixeira e o de número 5452 de 2005 do Poder Executivo, existe que parte do seu conteúdo, que se refere à obrigatoriedade de matrícula do ensino fundamental de seis anos de idade, já havia sido exposto no Projeto de Lei nº 11.114 de 2005, incorporando esta norma a LDB, portanto a parte dos seis anos já estava incluída. Análise: Como é do conhecimento de todos a LDB de 1996, regulamentando a Constituição Federal em matéria de educação escolar, substituiu os conceitos de ensino primário de primeiro grau vigente até então, pelo entendimento mais moderno e democrático, pela qual a preparação para a cidadania e para o trabalho se constrói ao longo de toda a educação básica, a educação básica por sua vez se desenvolve em três etapas, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Somente é obrigatório, entretanto, como dever de oferta gratuita pelo Estado e de matrículas pelas famílias, o ensino fundamental. Embora houvesse uma tendência de extensão da obrigatoriedade da universalização as outras etapas, o direito público subjetivo se restringe ao ensino fundamental. Em nome da flexibilidade curricular e da autonomia do sistema de ensino, a LDB não fixou uma duração obrigatória para o ensino fundamental, dispondo oito anos como duração mínima, artigo 32. Assim, em tese, nenhum sistema de ensino, nenhum ente federado, nenhuma escola privada estariam proibido de oferecer um ensino fundamental em nove, dez, ou mais anos. De outro lado, os artigos 29 e 30 que tratam da educação infantil, dispõe que ela será oferecida para as crianças até seis anos, do que se conclui que a idade de ingresso no ensino fundamental, seria normalmente de sete anos, conforme dispõe a Lei 5692 de 71 que é a LDB. Finalmente nas disposições intransitórias da LDB no artigo 87, ao tratar da década da educação, que é o artigo que criou o FUNDEF, se dispõe que caberá a cada município supletivamente aos Estados e a união, matricular todos aos educandos a partir dos sete anos de idade facultativamente a partir dos seis anos ao ensino fundamental. Independentemente da LDB e do plano nacional da educação PNE, dela decorrente Lei número 10172 de 2001, já havia uma prática bastante difundida, principalmente pelas famílias de maior renda, de antecipar o início da escolarização fundamental, formal ou informalmente. Daí a existência reconhecida nos centros escolares, das chamadas classes de alfabetização, com crianças de seis e até de cinco anos e mais recentemente de proposta de organização do ensino fundamental, em três ciclos de três anos, totalizando nove anos de escolarização com início aos seis anos. Uma das experiências mais conhecidas entre outras, foi da Escola Plural do município de Belo Horizonte, que recebiam um de modelo pelo outro sistema de ensino. No contexto internacional do índice obrigatório do sistema de nove, doze e até mais anos, o Brasil se viu em dívida com as pressões dos educadores da sociedade, assim em 2001 além das metas de expansão da educação infantil e universalização do ensino médio, o plano nacional de educação, estabeleceu na meta número dois do ensino fundamental, para "ampliação para nove anos da duração do ensino obrigatório, com início ao seis anos de idade, na medida que fosse universalizado o atendimento na faixa de sete aos quatorze", o que na realidade já está sendo feito. Ainda em 2005 foi sancionada a Lei nº 11.114, que fixou o início do ensino fundamental aos seis anos, entretanto, não houve o cuidado formal de tornar obrigatório a sua duração em nove anos, como conseqüência passou a ser possível a hipótese de redução da direção da educação básica de dezoito para dezessete anos, que não era intenção do legislador e muito menos está no horizonte às aspirações da população, o presente Projeto de Lei cumpre, portanto o papel de ajustar o texto da LDB, que já fixou o início do ensino fundamental aos seis anos a proposta de aumento da duração do ensino obrigatório para nove anos superando uma flexibilidade indesejável em matéria de dever do Estado. Contra a constitucional de juridicidade não há nada a objetar pelo contrário, o projeto da coerência ao dispositivo poderia ensejar interpretações contraditórias, emenda e redação poderão lhe prestar mais clareza. Voto pelo exposto, o voto é favorável ao PLC 144/2005, com a seguinte mente de relação. O artigo 03 do PLC, número 144 de 2005 vai ter a seguinte relação, artigo terceiro, o artigo 32 da Lei 93, 94 e 96, passa a vigorar com a seguinte redação, o artigo 32, o ensino fundamental obrigatório com duração de nove

anos gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade, terá por objetivo a formação básica do (?) cidadão mediante....Aí continua. Senhor Presidente, esse é o parecer, eu gostaria só de dar uma pequena explicação e dizer o seguinte, na verdade essa questão do ensino fundamental inicial em seis anos e ter nove anos, na realidade já é um consenso nacional. Apenas havia alguns projetos, apenas existiam alguns projetos que na verdade não tornaram isso bastante claro. Um projeto até que nós que nós aprovamos aqui no Senado que era um projeto de autoria de um Senador, não me lembro de quem, mas eu fui até o Relator nós aprovamos aqui, mas que também não deu nenhum prazo para que isso fosse colocado em uso por todos os Estados. E esse projeto também não teve assim uma participação maior dos órgãos, nem o próprio Ministério da Educação acompanhou como deveria nem o FUNDEF, nem o órgão dos secretários municipais enfim, houve assim um certo descuido em relação ao projeto de tal maneira que quando ele foi aprovado foi sancionado pelo Presidente e posteriormente se verificou que muitos Estados tinham dificuldades em implantar imediatamente. Então, esse projeto, existia um projeto na Câmara de ampliação de oito para nove anos, então se juntou todas essas questões e se fez um consenso na Câmara em relação a esses projetos. O importante é que ele seja aprovado rápido por isso que nós estamos fazendo essa sessão extraordinária para que alguns problemas operacionais que estão acontecendo em alguns Estados inclusive Rio Grande do Sul, que é o Estado de V.Exa. possam ser resolvidos, tem nove Estados se não me engano disse que não teriam dificuldade, mas tem outros que tem dificuldade então por isso eu peço que nós possamos aprovar esse projeto para que a gente, e ele dá um prazo para que os Estados possam implantar o projeto. O prazo, deixa eu ver aqui, é no Artigo 5º. No Artigo 5º do projeto se dá o prazo até 2010. Quer dizer, esse projeto, e também aqui teve uma emenda de redação que é exatamente para tornar mais clara essa nova redação. É exatamente incluindo aqui a emenda de redação no seguinte, ela inclui aqui onde tem o ensino fundamental no Artigo 32, o ensino fundamental obrigatório com duração de nove anos gratuito na escola pública aí a gente incluiu só isso, iniciando-se aos seis anos de idade, só isso, então é somente para tornar mais explícito, portanto é um projeto de consenso vindo da Câmara, que eu peço então o voto e a aprovação de todos, o meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Obrigado Senador José Jorge, que sem dúvida é um especialista na área em redação, traz uma riquíssima contribuição ao projeto, e este artigo 5°, realmente ele alivia um pouco as preocupações dos Estados, o secretário da educação do Rio Grande do Sul o Deputado Fortunati esteve aqui conosco e falou com ao Relator esteve na Câmara e colocou todas essas preocupações com relação ao caso, que são sanadas exatamente através destas emendas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Pois não, Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eu gostaria somente de dizer...Fazer uma pequena alteração na ementa quando diz assim: Na Comissão de Educação o Projeto de Lei da Câmara PLC 144 de 2005, que tem escrito assim, "altera a redação do artigo 29", 30, 32, 87 da Lei 9194 que estabelece as diretrizes de base de educação nacional, dispondo sobre a duração mínima de nove anos para o ensino fundamental, agora não é mais duração mínima é duração de nove anos, então na ementa tem que retirar a palavra mínima, então eu faço também essa emenda de redação obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Já determina a supressão da palavra mínima, para que possa ficar corrigida de acordo com a orientação do nosso Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Pois não, Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Eu peço desculpa, que eu não estou nem inscrito. Eu estou com a reunião agora com a Câmara brasileira, Brasil-China, a Câmara de comércio Brasil-China, eu tenho que sair é só para registrar o meu voto favorável ao voto do Relator, obrigado senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Está registrado o seu voto, Senador. Dois Senadores inscritos para discutir a matéria, inicialmente o Senador Eduardo Azeredo e posteriormente a Senadora Fátima Cleide. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senhor Presidente, senhores Senadores e Senadoras, eu quero manifestar o meu apoio a esse projeto, já foi bem lembrado pelo Senador José Jorge que o meu Estado de Minas Gerais já adotou esse sistema de nove anos para o ensino básico com resultados positivos, evidente que nós sabemos que a formação da criança nessa parte da fase chamada pré-escola é muito importante, lamentavelmente apesar da Lei de diretrizes de base de educação propugnar que o pré-escola seria a pré-escola seria pelos municípios, os municípios não conseguiram ofertar o ensino de pré-escola para toda a população. Então, essa solução de nós aumentarmos um ano no ciclo básico incluindo

portanto um ano o último ano de pré-escola como o primeiro ano do ensino básico. Ele essa é uma providência muito importante e que vai avançar no sentido da melhor educação das nossas crianças. O que eu quero colocar também senhor Presidente, é que esse projeto é da auditoria da Deputada Raquel Teixeira, do PSDB de Goiás e foi apresentado em 2004. E em dezembro de 2005 o Presidente da Câmara mandou aqui para o Senado e nós estamos nessa convocação extraordinária analisando o projeto e buscando a sua aprovação. O mesmo não tem acontecido com os projetos que são aprovados pelo Senado e que na verdade ficam nas gavetas na Câmara dos Deputados. Então era importante mais uma vez que V.Exa como Presidente levasse essa questão ao Presidente da Casa ao Senador Renan Calheiros, porque os projetos de origem dos Senadores não têm sido colocados em pauta na Câmara dos Deputados. O levantamento já foi feito recentemente pelo Senador Sérgio Cabral que não é uma coisa de exceção não é a praxe que os projetos ficam parados lá. Infelizmente nós não estamos fazendo o mesmo estamos aprovando projetos importantes que tem origem na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Nós queremos recolher a sua sugestão Senador Eduardo Azeredo e eu acho que em boa hora estamos no início do ano legislativo e vamos levar sua reivindicação ao Presidente do Congresso Nacional Senador Renan Calheiros, para que possa dialogar com o Presidente da Câmara e dar celeridade assim como nós fazemos aqui que haja, não é? Retribuição na Câmara dessa mesma celeridade e desse mesmo esforço que o Senado promove na aprovação dos projetos que chegam daquela Casa. Inscrita para falar a Senadora Fátima Cleide.

A SR.ª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Senhor Presidente, senhores Senadores, quero aqui também explicitar o meu apoio a esse projeto na ocasião parabenizar a iniciativa da Deputada professora Raquel Teixeira. E parabenizar também o relatório do senador José Jorge que inclusive oferece uma emenda que está de acordo com o que nós primamos. No plano nacional de educação que é a educação básica agora também este projeto está aqui na convocação extraordinária por um compromisso do Governo Federal também do Presidente Lula, do nosso Ministro Fernando Haddad de fazer cumprir o mais rápido possível, o ensino básico de nove anos, é um projeto que realmente precisa de ter o compromisso de todo o Congresso Nacional e acho que a Comissão de Educação faz muito bem a aprová-lo por unanimidade para que ele possa tramitar o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Também inscrito para falar contínuo a discussão o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Da minha parte senhor Presidente também quero enaltecer a idéia em primeiro lugar. Dizendo que é algo que é uma defesa histórica de todos os setores da educação, de se ter o ensino fundamental estendido para um período de nove anos a partir dos seis anos de idade. Enaltecer também o relatório do Senador José Jorge que é uma pessoa que sempre está atenta a todos os detalhes da parte da educação, mas de uma maneira particular em relação à LDB é um verdadeiro guardião da LDB se a gente pudesse falar assim para que ela seja cumprida seja aprimorada no que for necessário, mas com muito cuidado com muita cautela para não perdermos inclusive esse documento essencial para a sociedade brasileira e que foi fruto de tanto debate e tanta discussão. E eu sempre inclusive lembro que nós aprovamos aqui no Congresso Nacional a LDB por consenso. Chegamos a um denominador comum em termos da Lei maior da área da educação. Então todos os partidos políticos se debruçaram sobre a legislação e se pôde chegar a um consenso nesse aspecto. O ensino fundamental ser estendido para nove anos de idade se nós realmente pensarmos para aliás, nove anos de idade não para nove anos de duração a partir dos seis anos de idade V.Exa. tem toda a razão lógico. Eu me equivoquei para uma duração de nove anos iniciando-se aos seis anos de idade. Se nós pensarmos bem em termos da classe média classe alta já é o que vem acontecendo. Porque as crianças todas vão para a escola com quatro anos cinco anos seis anos. E nós estamos dizendo aqui que para a escola pública de uma maneira geral a obrigatoriedade deve acontecer a partir dos seis anos como a duração de nove anos também para o ensino fundamental. Isto vai aprimorar o processo educacional vai oferecer maiores chances para a comunidade, vai tornar o ensino obrigatório por um período maior de tempo. Inclusive tranqüilizando a população porque muitos perguntam se teria que fazer uma "nona série" praticamente. Não é para adiar o término do ensino fundamental é na verdade para se antecipar a entrada no ensino fundamental obrigatório da criança. Isto, somado ao aspecto de termos o debate intenso no Congresso Nacional sobre o FUNDER, que é o financiamerto da educação básica incluindo-se o ensino fundamental, mas acrescentando-se a educação infantil e o ensino médio nós teremos assim medidas importantes e salutares para o desenvolvimento do Brasil, cujo desenvolvimento só tem um caminho que é pela educação. A educação é tudo. Então me regozijo com a aprovação desse projeto com o rela-

tório com o consenso que existem em relação a essa matéria externando também a minha posição senhor Presidente favorável a esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Continua em discussão o Senador Pavan para discutir.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senhor Presidente, em primeiro eu quero cumprimentar aqui a nossa Deputada Raquel autora do projeto bem como o nosso Relator José Jorge. A Raquel ela é ligada à educação é Secretária de Educação de Goiás. Uma especialista na área do meu partido PSDB, e apresenta um projeto que por unanimidade aqui está sendo aprovado. E a sociedade brasileira principalmente na área da educação estão aprovando esse projeto, vão aprovar a esse projeto essa idéia da Deputada e também do nosso Relator. Eu tenho um compromisso nós temos compromisso com a educação. Todos nós. Quem já foi Prefeito quem é Governador Presidente da República, e nós aqui no Senado Federal da Comissão de Educação, temos um compromisso com a educação. E projetos como esse certamente valoriza o nosso trabalho e o parlamento. Todos os programas de campanha programas de governo sempre se coloca como prioridade número um se coloca educação, e muitas vezes não acontece apenas fica no discurso fica para buscar o voto é fácil buscar voto quando você fala de educação. E que nós estamos vendo aqui hoje é um projeto de grande envergadura e que traz segurança a um futuro mais promissor às crianças do nosso país. Eu apenas aqui quero cumprimentar a todos os membros aqui dessa Comissão em especial a nossa Deputada Raquel e o querido amigo o nosso Senador José Jorge que é o Relator do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Continua em discussão. Não havendo mais nenhum Senador inscrito, coloco em votação com parecer favorável ao do Senador José Jorge com duas emendas de redação oferecidas. Senhoras e senhores Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade. Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SR.ª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Senhor Presidente eu gostaria de requerer que este projeto tramite em regime de urgência na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Pois não, Senadora, faço matrícula e coloco em votação o seu requerimento. Senadores e Senadoras que concordarem permaneçam como se encontram. Está também aprovado por unanimidade o seu requerimento. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão, agradecendo a presença de todos os senhores e senhoras que aqui estão prestigiando essa reunião da Comissão de Educação. Muito obrigado e bom dia a todos.

(Sessão encerrada às 11h52.)

Ata da 2ª Reunião Ordinária, da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em 25 de janeiro de 2006.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia vinte e cinco de janeiro de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Gerson Camata e com a presença dos Senhores Senadores Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Teotônio Vilela Filho, Geraldo Mesquita, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Wellington Salgado de Oliveira, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, José Maranhão, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Sérgio Guerra, Lúcia Vânia, Romero Jucá, Delcídio Amaral, Antônio Carlos Valadares e Patrícia Saboya Gomes reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Paulo Paim e Fátima Cleide. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta. Item Único: Mensagem do Senado Federal nº 283, de 2005, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República que, "Submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – Ancine". A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya Gomes e o parecer conclui pela aprovação. Dando prosseguimento a reunião o senhor Presidente, Senador Gerson Camata, franqueia a palavra aos Senhores Senadores para que se dê início à sabatina. Terminada a sabatina, o Presidente da Comissão determina a realização da votação por escrutínio secreto, designando os Senhores Senadores Reginaldo Duarte e Wellington Salgado de Oliveira para servirem como escrutinadores. Encerrada a votação e apuração dos votos, a Presidência declara aprovado por vinte e sete (27) votos favoráveis, o Senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE. Os Senhores Senadores Wellington Salgado de Oliveira e Reginaldo Duarte pedem a palavra, e requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de requerimentos, o que é aprovado. Extra-Pauta, Item 01: Requerimento de Ur-

gência nº 02, de 2006-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que "Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para a mensagem do Senado Federal n.º 283, de 2005, que 'submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – Ancine'". O requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº 03, de 2006-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador

Reginaldo Duarte, que "Requeiro, nos termos regimentais, a retirada do requerimento nº 14, de 2006, de minha autoria que 'requer que sejam fornecidas pelo Tribunal de Contas da União informações sobre a concorrência pública que dá origem à portaria nº 450, de 28 de agosto de 2003, do Ministério das Comunicações, que outorga permissão à FM São Bento de Amontada Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pindoretama, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº 1493 de 2004, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 1.493, de 2004, evidencia problemas que remontam à Comissão de Licitações do Ministério das Comunicações". O requerimento é aprovado. Antes de finalizar a reunião, a Presidência faz o comunicado que se segue: Comunicado 01: "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento da correspondência do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adylson Motta, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo TC 010.889/2005-5, com o objetivo de verificar que dificuldades, limitações ou barreiras impedem a aplicação dos recursos do FUST. Os Senadores que desejarem uma cópia deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A Matéria vai ao arquivo". O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinqüenta e nove minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Gerson Camata,** Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Havendo número regimental declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. Aprovado e dispensada. As senhoras e senhores Senadores que concordam permaneçam como se encontram. A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Nós temos apenas um item único na pauta. A indicação do senhor Leopoldo Nunes da Silva, a homologação, para a Agência Nacional do Cinema. O indicado já se encontra na sala da Secretaria da Comissão, eu solicito, então, ao Secretário, que o conduza até a esse Plenário. Enquanto isso eu queria convidar para fazer parte da Mesa, também, o Dr. José Gustavo Dahl, que vai estar conosco aqui na Mesa, Presidente da ANCINE, também o Dr. Manoel Rangel, que vai fazer parte da Mesa aqui conosco. Gustavo Dahl, que já está convidado, Presidente da Agência Nacional, Leopoldo, por favor, que é o nosso indicado. E o Secretário do Audiovisual, Dr. Orlando Senna, também está convidado a participar da reunião. Eu queria, então, conceder a palavra a Relatora do processo, que é a Ilustre Senadora Patrícia Saboya Gomes. Com a palavra Sua Excelência.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Bom dia a todos, senhor Presidente, senhoras e senhoras Senadores. Quero cumprimentar o Presidente da ANCINE, senhor Gustavo Dahl. Eu quero cumprimentar o Diretor da ANCINE, senhor Manoel Rangel e o Secretário de Audiovisual, Orlando Senna. Quero cumprimentar, também, o nosso indicado Doutor Leopoldo, e dizer da satisfação e da alegria de poder ter sido a distinguida com o relatório, para que eu pudesse dar o parecer do relatório que indica o senhor Leopoldo para essa função. Com base no artigo 52, inciso III, alínea "s", da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do artigo 8º da Medida Provisória o 2228, de 06 de setembro de 2001, o Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal, o nome do senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho, para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Cinema, ANCINE, encaminhando para tanto, a mensagem número 283 de 2005, na qual está incluído o curriculum vitae do indicado. No referido curriculum consta sua última atividade, como Diretor de Patrocínios da Secretaria de Comunicação Institucional da Secretaria Geral da Presidência da República, cargo que ocupa desde julho de 2004, bem como sua graduação em Comunicação com especialização em Cinema em 1995, pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e a realização de Curso de Roteiro e Dramaturgia, na Escola Internacional de Cinema e TV de Santo Antonio de Las Banhos, em Cuba, em 1988. Consta também, relação de relevantes funções exercida pelo indicado no Setor Audiovisual, entre os quais ressalta-se Programador e

Exibidor do Cine Clube Cauim, de Ribeirão Preto, em 1984, produtor de Usina Prés de São Paulo em 1986, Diretor Roteirista e Produtor de TV dos Trabalhadores de São Bernardo do Campo em 1988 e 1992, Diretor e Roteirista da STV de São Paulo em 1994, Diretor e Roteirista do Documento Especial "Comunicação Alternativa Band", de Rio de Janeiro de 1995, Diretor da VCR de São Paulo em 1997, Crítico de Cinema Televisão e Política Cultural entre 1999 e 2002, com publicação de artigos nas Revistas dos Bancários de São Paulo e Sinopse, e Chefe de Gabinete do Audiovisual da Secretaria do Ministério da Cultura entre janeiro de 2003 e maio de 2004. O senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho, possui uma obra cinematográfica significativa composta dos seguintes títulos, a "Idade do Lixo", curta metragem em 35 minutos de 1990, "O Argonauta Alemão", curta metragem 16 minutos de 1994, "O Profeta das Cores", média metragem em 16 minutos de 1995, obra que recebeu o Prêmio Estímulo, da Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo de 1995, e o prêmio de melhor documentário, no Festival de Brasília do Cinema Brasileiro de 1995, "Erra uma vez", curta metragem de 1997, "A Lata", curta metragem de 2003, que recebeu o Prêmio Estímulo da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, o Prêmio Especial do Júri, e Prêmio Cinema para a Infância da ANDI, no 36º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. O Prêmio Melhor Filme, do Júri Popular, o Prêmio Kodak e o Prêmio QUANTA de Florianópolis Audiovisual MERCOSUL, todos do ano de 2003. E, por fim, o documentário em longa metragem "Aparecido das Águas" de 2005, filme convidado para encerrar o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro desse ano. Além de sua atividade cinematográfica, o senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho tem atuado como membro de várias Comissões de COnselhos na Área do Audiovisual, ressaltando-se a Comissão Estadual de Cinema de São Paulo entre 1998 e 2000, Congresso Brasileiro de Cinema, do qual foi diretor entre 99 e 2002, a Comissão Nacional de Cinema do Ministério da Cultura entre 99 e 2002, o Fórum de Competitividade do Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio, entre 2000 e 2001, e desde 2004, o Conselho Petrobras-Cultura, como representante da Secretaria de Comunicação da Presidente da República. Atuou ademais, na organização de defesa de sua categoria profissional, participando ativamente de associações de classe. Foi Presidente da Seção São Paulo, da Associação Brasileira de Documentaristas em 1998 a 1999 e 2001, e Presidente da Associação Brasileira de Documentaristas de Âmbito Nacional, por duas gestões, de 99 a 2001 e de 2001 a 2003. Em face do histórico pessoal e profissional apresentado e já resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar, sobre a indicação do nome senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho, ao cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema. Esse é o parecer que o senhor Presidente. Eu queria apenas ressaltar, mais uma vez, o privilégio e a honra de poder aqui relatar o nome do senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho, que todos podem perceber pelo resumo que fiz do seu curriculum, a sua atuação a sua disposição e a sua determinação nesta área que é tão importante para nosso País, a produção cultural. Portanto, eu quero já antecipando, evidentemente, o nosso voto favorável a sua indicação. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O parecer apresentado pela Ilustre Senadora Patrícia Saboya Gomes, é pela aprovação da indicação feita pelo senhor Presidente da República. Encerrada a apresentação do relatório, nós vamos passar a palavra ao senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho, para que ele faça uma breve exposição. Mas antes, eu queira com a anuência do Plenário, se me permitirem, dado que nós temos hoje a Comissão do Salário Mínimo e a Comissão da Agricultura, senão houver oposição, abrir já o processo de votação enquanto ele faz sua exposição. As cédulas já se encontram aqui na mesa à disposição dos senhores Senadores. Com a palavra o Doutor Leopoldo Nunes da Silva Filho.

O SR. LEOPOLDO NUNES DA SILVA FILHO: Bom dia a todos. Senhor Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal, Senador Gerson Camata, senhor Vice-Presidente Senador Augusto Botelho, Senadora Patrícia Saboya Relatora desta minha indicação, através de Vossas Excelências eu gostaria de saudar a todos os Senadores da República que integram esta Comissão de Educação. Gostaria de saudar também, a todas as autoridades e todos os presentes nesse recinto, especialmente, o Presidente da nossa Agência Nacional de Cinema Gustavo Dahl, o Secretário do Audiovisual Orlando Senna, Manoel Rangel, também Diretor da Agência Nacional de cinema. Senhoras Senadoras e senhores Senadores, no 2000 o setor cinematográfico conseguiu se articular para a realização do 3º Congresso Brasileiro de Cinema, que veio a ocorrer em Porto Alegre reuniu setores de infra-estrutura de insumos, técnicos, realizadores, distribuidores, exibidores, restauradores, instituições de ensino, críticos e pensadores entre outros. Naquele momento este que vós fala, era Presidente Nacional da Associação Brasileira de Documentaristas, uma instituição criada em 73 e que representava interesse de realizadores de todo o Brasil, o que nos colocava numa posição de muita responsabilidade dentro das resoluções que seriam tiradas naquele encontro. A

necessidade de rearticulação do setor era premente, pois a última reunião em torno de um congresso havia ocorrido 47 anos em 1953, durante o Governo Vargas e fatos graves haviam em passado recente. Em 1990 o Governo Federal extinguiu a Empresa Brasileira de Filmes, a EMBRAFILME, extinguindo por extensão a sua distribuidora, mas extinguiu principalmente o CONCINE, Conselho Nacional do Cinema, o órgão regulador da atividade cinematográfica no Brasil. A partir desse período qualquer filme que necessitasse de um registro para uma exibição no exterior, por exemplo, o produtor tinha que recorrer a um Cartório, pois não havíamos mais o órgão regulador. Com a extinção do CONCINE perdemos também o papel fiscalizador do Estado Brasileiro, e o cinema brasileiro levaria alguns anos para reaparecer nas salas. Assim, o histórico do 1º Congresso Brasileiro do Cinema elege como sua primeira reivindicação, a criação de um órgão gestor para o cinema brasileiro. Tive a honra de ser eleito para essa função juntamente com Gustavo Dahl, eleito Presidente para o Biênio 2001 e 2002. O clamor do setor cinematográfico foi ouvido, tendo chegado a Sub-Comissão do Cinema desta Casa, hoje presidida pelo Senador Sérgio Cabral que muito contribuiu para a criação do GEDIC, o Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica, este sob a coordenação do Ministro Pedro Parente, foi o Grupo que elaborou o Projeto que resultou na Medida Provisória 2228 que criou a Agência Nacional do cinema. Após a formação da Diretoria original da ANCINE, vejo-me agora o terceiro diretor a ser sabatinado por essa Casa. Para um brasileiro nascido a 700 quilômetros do mar não poderia existir maior honra, pois foi de lá que parti acalentando o sonho de servir ao meu País, através do cinema brasileiro. Apresentar os meus ideais e os meus compromissos com o meu País e com o cinema brasileiro a esta Comissão de Educação e reafirmar os compromissos históricos expostos em inúmeros Fóruns que participei por alguns anos, acolhendo as proposições de cada segmento da atividade cinematográfica. "A cultura é nossa força e a economia é a nossa fraqueza", afirmou Paulo Emílio Sales Gomes, criador dos cursos da USP de cinema e da ONB, e um dos maiores intelectuais que esse País já teve. Essa afirmação de 40 anos atrás se referia ao fato de gerarmos uma produção de filmes que era aclamada no mundo inteiro e tinha uma dificuldade imensa de penetrar em nosso mercado interno, situação semelhante a que vemos hoje. Durante esse período o Governo Geisel, sensível ao papel estratégico que o cinema viria a desempenhar para a soberania do País, cria a Empresa Produtora, a EMBRAFILME, a distribuidora que colocaria o cinema brasileiro ocupando mais de 30% do nosso mercado e o órgão regulador, o CONCINE, estrutura que seria extinta 15 anos depois. No início da década de 90, criam-se os mecanismos das leis de incentivos, baseados na renúncia fiscal. Pouco antes havia sido criada a Lei Sarney com o mesmo propósito que, com algumas reformas e algum tempo depois ficou conhecida como Lei Rouanet. Outra lei foi criada especialmente para o audiovisual, que através da venda de ações do projeto lançadas na bolsa de valores sob a supervisão da CVM, conhecida como Lei do Audiovisual. Esses dois mecanismos permitiram a produção de sentenças de filmes nos últimos dez anos. Amealhamos prêmios e participações nos principais festivais e fóruns do mundo, Oscar, Berlim, Cannes, Moscou, Tóquio, Hong Kong, Havana, mas não conseguimos ainda ultrapassar a barreira do mercado interno. Se tivemos cerca de quatro mil salas no início da década de 80, quando quase toda cidade brasileira possuía sua sala de cinema, iniciamos a década de 90 com cerca de 600 salas, o que revela que o modelo econômico da exploração da atividade cinematográfica havia mudado, e o Brasil assistia passivamente a esta mudança. Sem órgão regulador e sem agência de planejamento, vimos os cinemas se afastarem dos pequenos centros e das periferias e concentrarem-se se na nova tendência de expansão dos shoppings. Segundo essa tendência a expansão do mercado de shoppings, o negócio da exibição cinematográfica voltou a crescer, chegando ao número aproximado de 2000 salas nos dia de hoje, mas perdemos a distribuidora brasileira e podemos lembrar, que entre 90 e 95, menos de uma dezena de filmes constaram da programação de exibição de salas cinematográficas. É fundamental expandirmos o mercado de sala, atendendo aos anseios de centenas de prefeituras que ressentem das perdas das suas salas. Muitos especialistas argumentam sobre a inviabilidade econômica de pequenas salas, mas são argumentos questionáveis, pois projetos criativos já se apresentam com menor custo para esse tipo de demanda, e a retomada do mundo cineclubista viria preencher um grande vazio cultural que amargamos desde a década de 80. O filme "Carlota Joaquina" da cineastas Carla Camuratti, foi um marco na retomada da geração recente de filmes quando em 1995 cai nas graças do público, fazendo uma cifra bastante significativa para aquele ano. Desde então, até 2002, o filme brasileiro manteve uma média de 6% de ocupação do mercado de salas, média expressiva para aquele que tinha desaparecido das telas. Em 2003 com o lançamento de "Carandiru", "Cidade de Deus", "Lisbella", "O Prisioneiro" e os "Normais", chegamos à marca excepcional de 22% de ocupação e, a partir daí, conquistamos sólida de 14%

de ocupação, que temos toda a chance de superar nesses próximos anos. Com o advento das novas tecnologias está anunciada uma nova mudança no modelo econômico da exploração da atividade cinematográfica. O mercado de sala segue sendo cada vez mais importante, por ser a primeira da cadeia produtiva de exploração de um filme. Este tem a missão primordial de colocar preço no produto, a partir da aceitação do seu público, ou seja, um filme de maior sucesso passa a ser negociado com maior valor nas outras mídias que são o mercado de vídeo e DVD, a TV por assinatura e, por fim, a TV aberta. Nesse sistema algumas considerações têm que ser feitas, para que sejam explicitadas algumas razões que impedem que o nosso produto empaque, sendo sub-explorado por seus empreendedores. Com a extinção da distribuidora brasileira o mercado de salas é abastecido pelas distribuidoras estrangeiras, que têm uma demanda média de 250 títulos norte-americanos para serem postos no mercado local. Isto gera um fenômeno chamado de "pressão de tela", o que faz com que as produções locais participem apenas nas beiradas desse sistema, principalmente nos chamados circuitos de cinema de arte. Por outro lado as multinacionais têm desempenhado um papel importante na promoção de um segmento industrial, através do benefício do artigo 3º, da Lei do Audiovisual, que propõe o investimento da mídia em um filme brasileiro de sua escolha em troca da renúncia sobre impostos da remessa de lucros da exploração da atividade. Foi através desse mecanismo que assistimos aos grandes sucessos nas salas comerciais do País, um mecanismo que vem crescendo ano a ano. Já os outros segmentos, DVD, TV por assinatura e TV aberta, necessitam urgentemente de pactuação entre as partes e com as Instituições do Estado Brasileiro competentes para intermediar os interesses comerciais dos empreendedores e os interesses estratégicos do País. Hoje essa três mídias representam 70% na economia de uma produção cinematográfica e nossos produtos têm sido postos no armário antes da hora, alijando o povo brasileiro de compartilharem todo o seu potencial a obra cultural do cinema brasileiro. Entendemos que um dos maiores problemas para o desenvolvimento do cinema brasileiro é a ausência de distribuidora fortes que possam negociar os filmes em grande escala e, também, de distribuidoras especializadas para atuar nos nichos de interesses definidos de produtos. Tanto uma como as outras padecem de falta de recursos para promoverem, lançarem e negociarem seus produtos. Entendemos que essa questão merece especial atenção, pois com pouco de financiamento sobre bons diagnósticos muito podem contribuir para aumentar a presença do cinema brasileiro junto ao seu público. Sem mercado interno não teríamos força para nos dedicarmos exclusivamente à exportação. A televisão brasileira é motivo de orgulho para todo o País pela sua excelência e pela sua abrangência. Temos assistido recentemente, a incorporação de alguns títulos cinematográfico em sua programação sempre com boa audiência, o que nós permite crer que o público brasileiro ama o seu cinema, gosta de ser ver na tela. Entendemos que com mais diálogo, a TV Brasileira pode vir a ampliar a presença do nosso cinema nas suas grades, e dar uma contribuição -- (Soa a campainha).

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Peço permissão ao Dr. Leopoldo, para convidar o Ministro Interino da Cultura, Doutor Jucá Ferreira a participar da Mesa com a gente. Pode continuar sua exposição.

O SR. LEOPOLDO NUNES DA SILVA FILHO: Entendemos que com mais diálogo, a TV Brasileira pode vir a ampliar a presença do nosso cinema nas suas grades, e dar uma contribuição inestimável ao desenvolvimento do nosso cinema. Vimos também algumas emissoras adentrarem no universo da produção e co-produção de filmes, servindo-se de sua grande experiência na produção de conteúdos, obras estas que mais contribuíram para atrair o público brasileiro para as salas. Entendemos como fundamental esta iniciativa que pode e deve ser ampliada para outras emissoras, mas não podemos esquecer do produtor independente. Sem qualquer suporte empresarial o produtor independente necessita de todo o apoio do Estado na criação de regras isonômicas de competição, suporte para distribuir e colocar o seu filme ao público. Afinal o produtor independente representa a necessidade de expressão do artista brasileiro em toda a sua riqueza regional temática e de diversidade. Por fim, senhoras e senhores Senadores falamos em um segmento que tanto nos orgulha, quando vemos-nos representados na mídia mundial estrelando os eventos mais importantes do mundo e, este segmento custa ao Brasil cerca de 120 milhões de reais por ano para a sua produção. A escassez de recursos para atividades é que gera controvérsias e conflitos, pois em realidade, não podemos abrir mão de ninguém em nossas atividades. Somos todos importantes e nossas diferenças é que compõe a dialética que faz com que nossos propósitos avancem. Os 120 milhões já não são mais suficientes para enfrentarmos os novos desafios. Toda a produção cinematográfica está baseada apenas nos mecanismos de renúncia fiscal. Nossos projetos e modelos de financiamento da atividade estão em discussão, como o fundo público, que deverá ser trazido para esta Casa para discussão e

avaliação. For fim, senhoras e senhoras Senadores, se pudéssemos reduzir a duas metas essa complexa teia de variáveis que permeiam o cinema brasileiro, essas metas seriam produzir mais e aumentar a participação do filme brasileiro junto ao seu público e ao seu País. A Agência Nacional de Cinema, sob o comando de seu Presidente e amigo Gustavo Dahl, como órgão regulador e fiscalizador do cinema brasileiro tem sobre a mesa um desafio imenso, mas prazeroso na mesma proporção, pois somos todos homens que dedicamos toda a nossa vida a esta causa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Encerrada a exposição, a Presidência comunica às senhoras e senhores Senadores, que se encontram sobre a mesa as cédulas de votação e que eu poderão ser utilizadas a qualquer momento pelos membros da Comissão. Nós temos três, quatro inscrições. Estão inscritos os Senadores Wellington Salgado, Senador Roberto Saturnino, Senador Romeu Tuma e Senador Sérgio Cabral. Com a palavra, portanto, o primeiro inscrito Senador Wellington salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senhor Presidente, senhores componentes da Mesa, senhores Senadores, senhora Senadora Relatora Patrícia --

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Se me permite, Senador.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Senadora Maria do Carmo está se retirando, eu queria cumprimentá-la pela Emenda Constitucional de autoria dela e de Mercadante que cria a licença-maternidade para aqueles que adotam criancinhas, bebês, que é um grande acontecimento. Uma Emenda Constitucional de muita importância e de grande alcance social, da qual ela é autoria, juntamente com a subemenda apresentada pelo Aloízio Mercadante. Me desculpe Vossa Excelência, mas precisava cumprimentar nossa colega pelo êxito da sua emenda.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Para mim é uma honra ter a minha palavra cortada pelo Presidente, do qual eu sou fã, Senador Gerson Camata. Primeiro eu queria dizer senhor Presidente, que eu vou votar com a Relatora, mas tem algumas questões que eu queria só... Simplesmente eu olhei o curriculum do senhor Leopoldo, acho que o senhor Leopoldo merece ser indicado, você vê toda uma linha de trabalho onde que merecia ser indicado pela ANCINE. Da mesma maneira que eu, só comparando, o Ministro Hélio Costa e todo aquele trabalho de jornalista, sempre se dedicando à televisão, merecia ser Ministro das Comunicações. Agora, há um período atrás, eu participei muito que pela periferia, da questão da ANCINAVE senhor Leopoldo, e vi – se eu estiver errado o senhor Gustavo me corrija -, o senhor Gustavo lutando muito pela valorização, não da criação da ACINAVE, mas sim, pela valorização da Agência Nacional de Cinema. O senhor defendeu que teríamos que valorizar mais a agência, ao invés de criar a ANCINAVE. Que, na verdade, pelo pouco que eu li a respeito parecia muito com que o Chávez implantou na Venezuela em cima dos meios de comunicação, seria um "Chavismo" no Brasil. Depois eu me perdi um pouco no acompanhamento, eu sei que não se falou mais na ANCINAVE, ou ela entrou num período de hibernação, digamos assim. Eu queria saber senhor Leopoldo, qual é a sua opinião sobre... Embora isso não esteja aqui, mas como eu vi o seu perfil inteiro sempre da liberdade, por sinal estudou em Cuba, onde tive oportunidade também, o senhor já está com traço meio cubano, digamos assim, a cabeça meio cubana, ali malécon, de caminhar por ali. (Risos). Então, eu queria saber qual a sua opinião pessoal, só para procurar entender um pouco mais o seu perfil, porque eu vi um homem dedicado às artes pregando sempre a liberdade, pelo que eu vi no eu curriculum. Eu queria saber qual a sua opinião pessoal independente que o meu voto já está dado, para deixá-lo bem à vontade, acompanhando a Relatora Patrícia, e queria saber qual a opinião sobre a ANCINAVE. É só essa minha pergunta, senhor Leopoldo.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra o Dr. Leopoldo.

O SR. LEOPOLDO NUNES DA SILVA FILHO: Senador Wellington é uma oportunidade impar poder colocar o que eu penso sobre a questão. Primeiro, eu não acompanhei diretamente a questão e a elaboração do texto do projeto, mas o que me vem, o que eu penso a respeito de fato é que nós estamos diante de uma série de desafios com as novas possibilidades tecnológicas. Hoje tem as teles, com possibilidade da transmitir conteúdo, tem o desafio da TV Digital nesse momento, e eu vejo, tenho informações de que diversos países vêm trabalhando na atualização de redefinição de marcos legais em torno dos conteúdos audiovisuais. Eu imagino que os conteúdos audiovisuais vão ganhar uma dimensão econômica bastante diferente dessa que se tem agora. Eu acho que o modelo econômico todo da atividade do audiovisual deve mudar nos próximos anos, eu acho que em poucos anos, nesse momento. Então, para mim a ANCINAVE é uma marca de um debate que foi trazido, que foi debatido aqui nessa Casa, e que o governo deliberou, e que isso vai ser tratado em termos de um novo marco legal que seria a lei geral do audiovisual, coordenado lá pelos Ministérios

das Comunicações com a sua agência e o Ministério da Cultura, também com a sua agência. Eu vejo que nós temos hoje grandes produtores de conteúdos que são as nossas emissoras e temos grandes produtores de conteúdos que são os produtores independentes. Eu vejo esse País com potencial imenso, de ser um dos periciais produtores de conteúdo audiovisual do mundo, e imagino que essa matéria deve ser trazida a essa Casa sob qualquer outra marca, seja ANCINAVE qualquer outra marca, outra discussão, para que as nossas instituições, os nossos ministérios competentes, as nossas agências competentes possam ter novas bases legais para enfrentar esse desafio. O fato é que nesse momento nós nos baseamos numa legislação de rádio difusão dos anos 60, uma lei da década de 90, que é a Lei do Cabo e os desafios novos estão todos postos na mesa. Do que eu pude depreender do projeto da ANCINAVE, é que ele trouxe a tona uma série de possibilidade de plataformas novas em que se pretende transmitir conteúdo audiovisual. Então, é uma questão que pretendemos acompanhar de perto juntamente aqui com essa Casa, mas sobre o projeto especificamente, eu não tenho conhecimento em detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A palavra novamente com o Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senhor Leopoldo, como eu tenho visto, vi o seu curriculum e vejo que o senhor realmente é uma pessoa interessada no assunto, eu aconselharia ao senhor a ler todo o conteúdo dessa idéia do que seria a ANCINAVE. Pelo menos como que eu vi em termos de liberdade, liberdade de televisão, controle estatal sobre conteúdo, inclusive, com processos contra diretamente diretores de televisão, de rádio, podendo o governo intervir a qualquer momento com um grupo criado, eu não me lembro agora quantos seriam essas pessoas desse grupo. E, como o senhor é uma pessoa dedicado pelo que eu vi a liberdade e ao conteúdo, inclusive citou aqui, que a nossa televisão é uma das melhores do mundo, colocando bem a sua opinião. Eu só ficaria, senhor Presidente, eu só deixaria aqui, não pode ser um Conselho, mas pelo menos que o senhor lesse a respeito, porque se ela não foi morta, ou se ela está em estado de hibernação, essa maldita ANCINAVE, digamos assim, que o senhor lesse, porque dentro da sua maneira de pensar, com certeza, seria muito importante para os meios de comunicação a sua opinião a respeito. É só isso, senhor Presidente.

O SR. LEOPOLDO NUNES DA SILVA FILHO: Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Obrigado Senador José Wellington Salgado. Estão inscritos ainda, os Senadores Roberto Saturnino, Romeu Tuma e Sérgio Cabral. Com a palavra pela ordem de inscrição o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Dr. Leopoldo, eu tenho duas questões, duas indagações a fazer. Uma é um pedido, a primeira seria um pedido de notícia, sobre o funcionamento, aliás, Gustavo Dahl, também podia ajudar na resposta a essa pergunta. O funcionamento das FUNCINES me parece um mecanismo muito interessante novo de financiamento da produção cinematográfica, mas que por ser novo leva um certo tempo de amadurecimento, de experiência. Mas eu não tenho notícia de como isso está sendo... Se está se ampliando esse mecanismo? Se está tendo êxito, enfim, eu queria uma notícia do funcionamento dos FUNCINES. A segunda questão se refere a uma polêmica que se instalou aqui no Senado Federal, recentemente. E decorre do seguinte: O ECADE, o órgão da arrecadação dos direitos autorais dos músicos em geral, está cobrando dos exibidores de cinema no Brasil e dos exibidores nacionais, porque os exibidores estrangeiros ainda não foram atingidos, mas evidentemente, num futuro acabarão sendo atingidos também, estão cobrando dois e meio por cento do bruto da receita bruta da bilheteria dos filmes para os músicos, os compositores de trilhas, os músicos. A Sub-Comissão de Cinema desta Comissão de Educação, o ano passado, aliás, há dois anos discutiu muito esse assunto e com várias audiências públicas, e chegou, então, a conclusão de que era importante elaborar um projeto de lei para regulamentar essa questão dos direitos autorais para a produção cinematográfica, partindo da visão de que o filme é uma obra de arte nova que se configura como obra de arte independente, das obras de arte componentes que a compõem e, por conseguinte, o filme, quando a pessoa vai ao cinema vai para ver o filme não vai para escutar uma música. Ele escuta uma música também, como vê a fotografia, como vê os artistas, a imagem dos artistas, como se interessa pelo roteiro, pelo argumento do filme. Mas enfim, como o filme configura uma obra de arte nova, independente das obras de artes que a compõem, e que, por conseguinte, todos os direitos autorais dos artistas diversos que colaboram na execução do filme são negociados com o produtor, e o produtor do filme é que é o responsável pela nova obra de arte é aquele que vai receber, então, negociando com o exibidor naturalmente, a bilheteria tendo pago o combinado, o acertado, ou contratado, com os diferentes artistas componentes a sua participação. Quer dizer, o direito autoral, por conseguinte do músico, do com-

positor da trilha, ele seria objeto de uma negociação com o produtor, mas não uma arrecadação paga pelo público ou pelo exibidor, porque não nos pareceu ter sentido nenhum. Esse projeto foi aprovado na Sub-Comissão, foi ao Plenário, e no Plenário na hora da votação, na próxima votação, naturalmente o ECADE, com o poder de mobilização que tem, os compositores com o prestígio de que desfrutam, com o charme de que desfrutam, conseguiram criar uma resistência na votação e o projeto não foi aprovado. E nesse debate os produtores até naturalmente, se encolheram com algumas exceções, Carla Camuratti que compreendeu o problema, mas os produtores de um modo geral se encolheram, porque viram "bom, nós agora, não precisamos mais pagar os músicos, o publico vai pagar o músico, o exibidor vai pagar o compositor e nós vamos nos livrar de um custo", vai ser um custo a menos, os produtores se encolheram, não percebendo que isso vai prejudicar o elo final de toda a cadeia que é a exibição, e vai prejudicar a toda a produção e o crescimento da indústria cinematográfica, seja por redução da lucratividade dos exibidores, como é fechamento de salas em cinema, ou seja, com o aumento dos bilhetes, dos ingressos em cinema que vai cortar o público. Enfim, isso é um assunto da maior importância, que está para ser decidido aqui no Senado. O Gustavo Dahl, Presidente da ANCINE, nos enviou uma manifestação muito preocupado com uma emenda que foi apresentada, uma emenda desastrada e desastrosa, que foi apresentada a última hora, pretendendo compor um acordo que faria incidir esse percentual só sobre os filmes nacionais, quer dizer, os filmes estrangeiros ficariam de fora. Isso seria a emenda pior do que o soneto, ainda. Mas enfim, este é um assunto que está em discussão nesta Casa no Plenário, e foi objeto de um debate muito demorado e muito aprofundado, na Sub-Comissão do Cinema. Então, eu gostaria de conhecer a opinião de Vossa Senhoria, enfim, sobre esse assunto que é a meu juízo, de importância fundamental para o êxito de todo esse esforço, que tem sido feito inclusive nesta Casa, e naturalmente, pelos senhores também da ANCINE, para impulsionar a indústria cinematográfica brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra –

>> (...)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Nós temos ainda a inscrição do Senador Romeu Tuma e do Senador Sérgio Cabral. Eles poderiam também fazer às perguntas e, logo a seguir, o Doutor Leopoldo também responderia a todas às questões formuladas. Não havendo ninguém que se pronuncie contra essa decisão, e como tem sido hábito aqui na Comissão, com a palavra, então, o Senador Romeu Tuma, e posteriormente, Senador Sérgio Cabral.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Presidente eu vou ser rápido, provavelmente nenhuma pergunta farei, mas eu queria Senador Wellington, dizer que a virtude da nomeação do Ministro Hélio Costa para as Comunicações, é trazê-lo à nossa Casa em que preenche, também, um buraco na área da educação tão importante pelos conhecimentos que Vossa Excelência tem, então, eu acho que isso é importante. A presença do Ministro Juca Ferreira, para prestigiar esta reunião da Comissão, em que se aprecia o nome do senhor Doutor Leopoldo Nunes da Silva Filho para exercer o cargo de Diretor da ANCINE e, com a presença do Presidente e demais membros da Mesa, dão a importância deste ato que se realiza aqui. Quando o Dr. Leopoldo fez uma citação, eu não poderia deixar de cumprimentá-lo pela citação e pela pessoa que foi citada, que é o Senador Sérgio Cabral que como Presidente da Sub-Comissão de Cinema, tem realmente tido uma presença excelente e voltada para que se desenvolva essa indústria cinematográfica e de cultura no território brasileiro. Eu acho que o Brasil hoje tem um caminho muito forte, a gente tem visto na apreciação em todos esses festivais internacionais a presença do Brasil marcante, concorrendo com as grandes indústrias de cinema internacional. O Senador falou sobre trilha sonora. Eu sou assistente permanente de novela, acho que trilha sonora no cinema e na novela tem um valor inestimável, porque traz a emoção para quem assiste Senador, não estou discordando de Vossa Excelência, apenas o efeito que dá. Se pega um filme desses com toda a tecnologia de montagem de monstros e tudo, aquela trilha é que traz a emoção e que faz com que o assistente sinta o filme. Então, trilha sonora tem muita importância. Então, os autores não podem ser desprestigiados ou relegados, porque o ECADE ele funciona, pode ser que se lute para mudar a lei do ECADE, é uma outra coisa, mas o ECADE faz a fiscalização em busca dos direitos dos autores da trilha sonora. É isso mesmo Senador? Vossa Excelência que acompanhou e que tem realizado reuniões, eu não sou estou sendo contra a discussão que o Senador levanta, mas estou dando a importância do autor das trilhas sonoras. Se a gente vê quando se entrega o Oscar da cinematografia *hollywoodiana*, que é a principal do mundo que esse envolvimento conseguiu tem o Oscar da trilha sonora. O autor da principal trilha sonora do filme X, recebe o Oscar também da trilha sonora. Então, é o que dá importância a vibração do assistente. Sobre as salas de cinema eu, às vezes, fico triste Dr. Leopoldo, no interior tem muita cidade que não tem mais cinema. Às vezes tem alguém que põe uma maquininha daquelas

antigas, põe na praça para as crianças assistirem um filme, um desenho, provavelmente catado com aquela fita celulóide emendada e toda cheia de... Para que se conheça. É uma arte que não pode ser desprestigiada principalmente no Interior. Hoje os shoppings tomam conta. Cada Shopping tem cinco, seis salas de cinema. É claro, é muito mais confortável e tem mais segurança, mas nós precisamos pensar um pouquinho nesse Interior longínquo que não tem, nem às vezes, um Shopping Senadora. A senhora que é defensora dessa camada social menos favorecida que sempre está lutando por isso, nós temos que dar um apoio a essas pessoas que possam realmente trazer alguma coisa em benefício. Quando o senhor falou de TV digital, eu não vou lhe perguntar por que provavelmente está fora da área do senhor, mas encontrando com membros Senador Camata, membros da área de telefonia, já está entrando numa encrenca desgraçada, porque diz que vai furtar a capacidade dos serviços que a telefonia pode oferecer em benefício da TV digital, que se for exclusiva eles poderão perder uma parte dos investimentos da clientela, porque eles teriam condições de oferecer o mesmo trabalho. Mas é uma discussão que provavelmente não bata na sua... Mas como foi citado por Vossa Senhoria aqui na sua exposição, aliás, eu queria cumprimentá-lo por sua origem, por duas origens. Ser paulista, Santa Fé do Sul, cidade que eu conheço. E, nós temos tanta fé nesse Brasil que o senhor traz no seu nascimento a Santa Fé. Nós acreditamos que o trabalho da ANCINE vai ter um valor imenso, porque eu acho a que fé faz parte da nossa formação. E a origem da ECA. Eu conheço a ECA pelo período em que ela se envolveu na tentativa de redemocratizar o País num período muito difícil. Era uma escola praticamente secundária em que os jovens iam para ter uma formação preliminar para uma universidade futura. Depois, com a inteligência e visão de governo ela foi absorvida pela Universidade de São Paulo, e hoje eu posso considerar, sem desprestigiar as outras escolas de comunicação como uma das melhores do País. Então, Vossa Senhoria vem de uma origem sadia. Sadia. Fez curso em Cuba, isso não é... Qualquer de nós... Eu estive em Cuba, fiquei horas e horas conversando com Fidel Castro, como Chefe da Polícia Federal. Fiquei horas com ele conversando, trocando idéias sobre segurança, que ele se interessou sobre o assunto, porque a criminalidade começou a crescer até nos países comunistas da Rússia em todo lugar. Hoje todo mundo tem medo da criminalidade que se organiza e não tem fronteira. Então conversei muito com ele, foi muito simpático, queria conhecer a Amazônia, queria vir na posse do Presidente Collor, então. Foi muito agradável e eu fui com o Ministro da Saúde para comprar uma vacina e a tecnologia de fabricação da vacina, então, não tem nada de mais, acho que Cuba tem também, principalmente na área de educação uma visão bastante forte, da importância que representa para a juventude a educação. Eu não quero perguntar nada, apenas assim, praticamente alguma coisa, que eu não sou entendido em cinema como o nosso Sérgio Cabral, mas às vezes assisto às reuniões dele para aprender um pouquinho, mas a gente ouve muito, lê muito. Os jornais hoje como diz o Senador Saturnino, está "em evolução" temas muito fortes ligados à indústria cinematográfica e também a telefonia e a TV digital, que elas vão se misturar. Eu acho que esses financiamentos de filmes teriam que passar para a ANCINE uma fiscalização mais rigorosa, e evitar um pouco que precise ficar catando esmola com renúncia fiscal. 120 milhões, pega um filme desses que o americano faz custa milhões de dólares e eles arrecadam três, quatro, cinco vezes mais, porque tem qualidade e tem interesse. É claro que o Brasil faz filmes não mais amadoristicamente, hoje nós temos filmes de qualidade, só que a desespero para conseguir dez reais, provavelmente para melhorar um pouco a tecnologia, faz com que o produtor desista e acabe improvisando tirando um pouco da qualidade do filme. Provavelmente a ANCINE com todo o vigor que pode ter, se o governo investir na credibilidade do órgão, eu acho que vai ter um valor imenso. Nós temos que reduzir a burocracia. Por exemplo, financiar cinema tem classe, não sei o que, não sei o que, a ANCINE... Tem que ter um órgão só, que possa coordenar fiscalizar e saber o destino desse dinheiro. Não é como alguns filmes que são interrompidos, querem a devolução do dinheiro, porque não conseguiram concluir e ninguém sabe qual foi realmente a razão desse fracasso. Desculpa tomar tanto tempo Presidente, mas eu acho que valeu a pena.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência concede (falha no áudio) a sua Excelência o Senador Sérgio Cabral e, posteriormente, a Senadora Ideli Salvatti, a última inscrita para apresentar questões ao Dr. Leopoldo. Com a palavra o Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Senhor Presidente da Comissão de Educação Senador Gerson Camata, Ministro Interino da Cultura e Secretario Executivo do Ministério da Cultura Juca Ferreira. Cumprimentar o querido amigo e Presidente da ANCINE Gustavo Dahl. Cumprimentar o Doutor Manoel Rangel, eleito por esta Comissão e pelo Plenário do Senado. Orlando Senna, Secretário do Audiovisual e com longa tradição e respeitabilidade na história do cinema brasileiro. Cumprimentar o nosso sabatinado

Leopoldo da Silva Filho, Leopoldo Nunes da Silva Filho, agradecer as palavras do Senador Romeu Tuma. Agradecer as próprias palavras do nosso sabatinado, em referência a minha pessoa. E fazer algumas observações, senhor Presidente. Primeiro, a demonstração de boa vontade de Vossa Excelência com o candidato ao cargo, ao designar a Senadora Patrícia Saboya como Relatora, da candidatura do senhor Leopoldo. A Senadora Patrícia Saboya, evidentemente, goza de grande prestígio e carinho e admiração desta Comissão, e já é um passo, foi um grande cabo eleitoral que o senhor Leopoldo ganhou nessa intenção da ocupação do cargo. Eu creio que o cinema brasileiro nos últimos anos passou por uma mudança significativa para melhor, que culminou no ano de 2005, com a maior bilheteria dos últimos sei lá, 20 anos, de um filme de produção nacional, sendo o líder de bilheteria de todos os filmes exibidos no Brasil no ano de 2005, que é o filme "Dois Filhos de Francisco". Nós passamos há dez anos atrás, um pouco mais de dez anos atrás, há treze anos atrás uma situação muito difícil. Esse Congresso Nacional encontrou junto, com a indústria do cinema brasileiro uma solução produzida por esse Congresso por iniciativa do Executivo, e que com outras medidas tomadas ao longo dos anos 94, 95, 96, permitiu a retomada do cinema brasileiro, eu falo da Lei do Audiovisual. Eu me preocupo muito e quero já adiantar, aproveitando a presença do Ministro Interino, já tive oportunidade de falar com o Ministro Gil, com quem tenho as melhores relações e tenho feito inclusive referências positivas. Acho que o Ministro Gil, primeiro chamou a atenção de um ponto fundamental, que é a briga por 1% do orçamento da União para a cultura brasileira, para que o Estado Brasileiro possa fomentar, desenvolver e estimular a cultura brasileira. Está aí, agora, a discussão no Congresso Nacional do orçamento 2006, e é uma luta sempre difícil, porque lutamos com setores ditos prioritários, como se cultura não fosse prioridade, e com a maldita ou maldito compromisso do pagamento dos juros, que só em 2005 foram para lá de 140 bilhões de reais, comendo o orçamento brasileiro. E o Ministro Gil tem feito uma série de ações muito louváveis em algumas áreas importantes. Recentemente resistente eu tive oportunidade de abordar a questão da restauração do investimento em museologia, que é uma área que é muito cara a mim e, recentemente no Rio de Janeiro, ele acabou de lançar um pacote interessante nessa área. Mas eu me preocupo quando Vossa Senhoria e membros do Ministério, com muita honestidade de desejo levam a discussão dessa questão do audiovisual. Eu concordo que 120 milhões não é nada, que o cinema brasileiro com mais recursos, nós temos criatividade, nós temos conteúdo, nós ao longo do Século XX provamos isso. E o meu único temor é que nós estamos na iminência da extinção do artigo 1º da Lei do Audiovisual, e nós aprovamos aqui na Comissão de Educação um projeto de minha autoria por unanimidade, e já seguindo em caráter terminativo para a Câmara dos Deputados, porque eu vejo o seguinte, há necessidade de outras ações é evidente. Há necessidade de se pensar, de se desenvolver um conceito maior e uma ação executiva maior para a indústria do audiovisual. E eu concordo com Vossa Senhoria a questão de interação com a televisão, a questão do conteúdo em televisão e em outras mídias que nascem. Agora vem o Ministério das Comunicações, o Ministro Hélio Costa aqui nos disse, e me parece que estamos chegando já, findando essa discussão da TV digital, que uma questão que acho que o Ministério da Cultura tem que interagir, porque tem aí uma interação muito forte.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Me permite Senador Sérgio Cabral? Na próxima quarta-feira, nesse mesmo horário, dois requerimentos que já foram aprovados aqui, e o Ministro estará aqui, sobre o FUST que é outro grande—

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Outro ponto fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – E a TV digital. Ele anunciou que vai trazer boas novidades e Vossa Excelência –

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Eu agradeço a Vossa Excelência, ao fazer essa referência à vinda do Ministro e a citar o FUST, porque tem a ver com o que eu estou abordando. Essa questão da criação de fundos é algo absolutamente maravilhoso no conceito, mas absolutamente assustador na prática, porque se cria o FUNCINE, se cria o FUST, e vai tudo para pagar o superávit primário, são 140 bilhões de reais, não vai nada para o FUST. O FUST se puser no papel são quantos bilhões? Seis bilhões de reais do Fundo da Universalização do Sistema de Telecomunicações, e que está no superávit primário, não foi um tostão para o FUST. A Agência Nacional de Petróleo faz um leilão que arrecada mais de um bilhão de dólares e, no entanto, para controlar 33 mil postos de gasolina 70 e tantos mil postos de abastecimento de GLP, tem 47 fiscais. Tinha 48 morreu um, tem 47. Então, não dá para brincar, essas coisas não dá. E a ANCINE com a Lei do Audiovisual, tem dado certo. O ótimo é inimigo do bom. Eu acho que nós temos sempre que sonhar e imaginar coisas melhores patamares superiores para a indústria do audiovisual, mas o ótimo é inimigo do bom, por isso eu quero fazer um apelo aproveitando a presença do Orlando Senna. Aproveitando a presença do Juca Ferreira e de Diretores a ANCINE, para a

questão da renovação do artigo 1º, da Lei do Audiovisual. Tudo bem, o Ministério está pensando algo mais complexo, mais sofisticado que avance. Maravilha! Mas vamos resolver essa questão, até porque nós sabemos que um filme a maturação de um filme é de três, quatro, cinco, seis anos. Então, é uma maturação de médio prazo, de longo prazo. Então, a ameaça do fim do artigo 1º, só a ameaça que se vai caducar o artigo 1º, isso gera uma tensão na relação dos players na captação de patrocínio para os próximos projetos. Então, eu faço um apelo ao governo que dê prioridade a esse projeto, se quiser esquece o do Sérgio Cabral, manda um outro amanhã que a gente aprova o outro, não tem problema, eu não faço questão de direito autoral. E por falar em direito autoral Senador Saturnino, há um equívoco muito grande. Eu fui o único voto nesta Comissão, porque não é a mesma coisa. A *commodity* música não é a mesma coisa que a fotografia, que o roteirista, isso é outra parte do processo. Se paga pela pipoca e tem que se pagar pela música. A música é um outro produto. As pessoas pagam o bilhete para ir ao cinema. Pagam o bilhete para ir ao cinema, como se pagam para ir ao bar, ouvir um piano bar ou um artista e vão tomar um drinque. Vão ao Canecão, pedem um uísque, mas vão ver um show. Pagam pelo uísque, pagam pelo show. Pagam pela pipoca, pagam pela bilheteria. E o exibidor tem que pagar pelo direito autoral. Isso é projeto absolutamente justo e que existe em todos os países do mundo civilizados. Essa história dos Estados Unidos, os Estados Unidos tem outra lógica. Os Estados Unidos não é parâmetro para nada. Nos Estados Unidos à carga da remuneração de um trabalhador é 8%, aqui é 110%. Então, é uma outra lógica, é um outro País, é um outro federalismo, é uma outra... Então, essa é uma questão que me assusta muito, se nós não conseguirmos... Os artistas estão jogando pesado, os autores, os compositores, e eu estou nessa luta. Apenas uma observação, eu não estou exigindo que Vossa Senhoria, senão quiser se manifestar sobre isso. Eu estou preocupado é com a questão objetiva da renovação do artigo 1º, da Lei do Audiovisual. Acho que a questão da ANCINAVE passou, eu não faço política com retrovisor, vamos olhar para frente, vamos tentar encontrar o que de fato avance. Vamos encontrar o que de fato introduza, cada vez mais a produção nacional num outro instrumento poderoso nosso, que é a televisão e, agora, a TV digital. Como é que se cada vez mais se fomente, não de uma maneira autoritária, mas que a televisão tenha mais compromisso com a produção audiovisual nacional. A gente vê, diga-se de passagem, com todas as críticas que possa ter dito, a TV Globo é uma TV que produz conteúdo nacional e de boa qualidade. Nós temos que ver as outras emissoras que produz muito pouco. É muito enlatado mexicano, é muito enlatado latino americano. É muita bobagem norte americana, nós temos que trabalhar para as outras emissoras também investirem. Eu vejo com muita simpatia que algumas emissoras já começam a investir mais no conteúdo nacional, e como a indústria do cinema, pode cada vez mais interagir com esse instrumento poderoso, que e a televisão brasileira. É isso. E saudar também a sua origem, o cineclubismo. Eu vejo que Vossa Senhoria tem uma história no cinema. Eu vejo que enfim, é alguém compromissado de fato com o cinema brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra a questionante inscrita, Senadora Ideli Salvatti.

A SR.ª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Muito obrigada, senhor Presidente. Eu quero saudar a todos os nossos convidados, mas de forma muito especial o nosso sabatinado. Senhor Leopoldo, eu estou aqui com o parecer da Senadora Patrícia Saboya, que apresenta todo o seu curriculum, a experiência acumulada, não só como produtor cinematográfico, como também pessoa que participou de inúmeras instâncias do setor administrativo, da Administração Pública, da organização do Setor Cinematográfico Brasileiro. Indiscutivelmente a sua indicação para a ANCINE, vem exatamente, na lógica de alguém que tem todo uma experiência acumulada e que vai poder desenvolver na ANCINE, exatamente o papel que se espera de alguém operacionalmente ligado e que tem experiência administrativa com o setor. E eu queria aproveitar porque, nós estamos agora com este debate, e aqui eu acho que o senhor já pode perceber as posições divergentes com relação ao projeto, se paga ou não paga direito autoral para os nossos músicos, quando veiculados nos filmes. E aqui não tem governo e oposição, nem dentro do PT, porque o Saturnino é defensor de uma linha e nós estamos defendendo na outra, até por entender a importância da valorização da produção musical brasileira e do reconhecimento que os nossos músicos, os nossos compositores têm que ter, recebendo o direito autoral pelo que eles produzem, quando são veiculados nas obras cinematográficas. Até porque volto a dizer, na linha mesmo do Senador Sérgio Cabral, nos Estados Unidos o pagamento, a venda da música é um outro patamar, o que eles recebem é muito diferenciado do que recebem os nossos músicos aqui. Então, eu não sei se o senhor vai querer entrar nesta polêmica, mas o senhor já viu que isso aqui está uma briga de foice no escuro, tanto que nós não votamos ainda, e a polêmica está grande. Aliás, diz que a polêmica é briga de foice no escurinho do cinema, para todos os gostos. Mas além desta questão, nós estamos acompanhan-

do também pela imprensa, uma outra celeuma que se deu envolvendo o Ministro Gilberto Gil, o Caetano Veloso, e que tem no pano de fundo, um debate que eu entendi como sendo relevante, até se o senhor tiver oportunidade de poder colocar a opinião, é porque o setor de produção cinematográfica brasileira tem um grupo de produtores, de artistas que têm uma maneira de produzir, de veicular, de inclusive financiar e de ter a recuperação financeira pelo produto cinematográfico. E tem uma geração meio nova que está engendrando outras formas de financiamento, que tem sido inclusive mais bem sucedida, inclusive pelo que a gente acompanha pela imprensa, na maneira de financiar e de ter a retribuição financeira pelo produto cinematográfico. E aí esta briga, veio para o debate das ações, principalmente, do Ministério da Cultura que eu acho que teve na visão de Ministro Gilberto Gil, uma série de iniciativas no sentido de descentralizar, de sair dos de sempre, de ter uma visão de que o Brasil tem produção regional diferenciada com potencial e tal. E, é claro que os que estão estabelecidos... Quem está estabelecido não quer nunca perder o potencial que tem, a forma de financiamento, de patrocínio e isto acabou gerando uma grande celeuma. Nós estamos acompanhando pela imprensa esta celeuma. Então, se o senhor tiver oportunidade de poder colocar algo a respeito disso, acredito para subsidiar o que a gente vem acompanhando, também seria bastante pertinente neste debate, até porque eu acredito que a ANCINE deverá tratar... Esta celeuma vai acabar desembocando lá na ANCINE, então, também poder ter uma idéia do que o senhor pensa. Qual é a posição que o senhor tem a respeito desse debate que está colocado. E mais uma vez, como já outros fizeram lamentar que nós por força de uma legislação muito bem desencadeada por determinadas áreas empresariais do audiovisual, nós não tivemos a oportunidade – eu acho que nós acabamos perdendo efetivamente – a oportunidade de termos o projeto da ANCINAVE tramitando com o debate que precisaria e era necessário ser feito, mesmo que o projeto tivesse que ser profundamente modificado, mas a produção audiovisual ela é uma das potencialidades que o País tem que infelizmente por a gente não estar adequadamente regulamentando de forma adequada para dar às condições do desenvolvimento, a gente acaba perdendo todo mercado, não só a questão cultural em si que o país... o País que não dá valor para a sua cultura, que não fortalece a sua cultura, que não coloca a cultura como uma questão estratégica de soberania muito pouco pelo resultado das suas ações. Mas até pelo lado econômico, porque a indústria audiovisual só perde para a indústria bélica. E por coincidência são as duas indústrias que têm o forte caráter de dominação, você domina pela força ou você domina pela mente. Não é a toa que exatamente, essas duas indústrias são as indústrias de maior faturamento mundial e, a força que isso tudo tem. O retrato dos Estados Unidos é bem isso. A primeira é a bélica e a segunda é a produção audiovisual. Então, a gente ter perdido a oportunidade de ter o debate sobre a ampliação e a regulamentação do setor do audiovisual, eu acho que foi um prejuízo muito grande para o País. E aí quem movimentou da forma como movimentou, com os interesses que tem para movimentar, que o processo e o projeto não pudesse tramitar aqui. É lamentável. E eu acho que é um prejuízo para o País. Eu queria inclusive aproveitar, porque a Deputada Jandira Feghali tem um projeto de produção regional, que se arrasta a não sei quantos anos que está, Sérgio Cabral, mas está a muitos anos aqui tramitando, está aqui no Senado. Já teve posição inclusive, já teve reunião, já foi aprovado e tal, e está aí parado, está na CCJ. E hoje no Espaço Cultural da Câmara vai haver uma reunião almoço, para debater exatamente como que nós vamos poder agilizar esse projeto de regulamentação da produção regional, e também um debate sobre a questão da TV digital, que nós vamos ter na semana que vem o debate na Comissão. Eu queria inclusive aproveitar a oportunidade e convidar os Senadores e Senadoras que puderam, pelo menos dar uma passada lá no Espaço Cultural da Câmara, onde vão estar sendo debatidos esses dois temas: O tema do projeto da Deputada Jandira Feghali para a produção regional nas nossas TVs, e também a história da TV digital. Então, eu fico por aqui senhor Presidente, com as provocações que eu fiz ao Doutor Leopoldo.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito bem encerradas às perguntas, então, eu concedo a palavra ao Doutor Leopoldo Nunes da Silva Filho, para que ele responda os questionamentos feito pelo Roberto Saturnino, pelo Romeu Tuma, pelo Senador Sérgio Cabral e pela Senadora Ideli Salvatti. Com a palavra o Doutor Leopoldo.

O SR. LEOPOLDO NUNES DA SILVA FILHO: Perfeito. Muito obrigado. Eu vou procurar seguir aqui pela ordem. Senador Saturnino é uma tremenda oportunidade poder falar sobre os FUNCINES, porque como foi compreendido e interpretado por todos aqui, a única forma no momento de financiamento da produção cinematográfica existente, são as leis baseadas em renúncia fiscal. O FUNCINE foi um projeto um fundo que foi criado, que veio junto com a Medida Provisória 2228, que criou a ANCINE, que ele se viabiliza através do incentivo fiscal, mas com uma lógica de mercado através de um controle da Comissão de Valores Mobiliários, então ele é um fundo privado, com recurso

incentivado e gerido pelos acionistas e pelos gerentes ali do fundo. Nós estamos vivendo, nesse momento começamos ano passado, ano de 2005, a primeira experiência de funcionamento dos FUNCINES. Temos dois fundos nesse momento, um na BBDTVM do Banco do Brasil, e outro na Rio Bravo, que é um outro Banco. O da BBDTVM operou um pequeno recurso em investimentos pontuais em alguns filmes e o FUNCINE da Rio Bravo, obteve um pouco mais de sucesso e está com pouco mais de recurso e, no entanto, ele vai começar a funcionar a partir de agora. Então, instala-se uma Comissão, um Conselho, onde vão escolher projetos e acompanhar projetos, este sim, dentro de uma lógica de mercado. E apesar de ser com recurso incentivado é um fundo que opera com lógica de mercado. Esse fundo ele pode ser ainda um pouco aprimorado, porque as regras pela CVM são bastante rígidas, mas mesmo assim conseguiram os investimentos eu vai se começar o exercício, agora, de investimentos em novos filmes. São valores pequenos e entendemos que com o aprimoramento das regras, principalmente na CVM, ele pode ser bastante otimizado e bastante atraente. As outras formas de financiamento, de fato é a renúncia fiscal, é a autorização da ANCINE e do Ministério da Cultura para captação em mercado dos quais às empresas estatais têm sido as maiores investidoras. Em segundo lugar os recursos do artigo 3º, da Lei do Audiovisual, sobre a remessa de lucro das empresas estrangeiras. Entendemos que novas formas de financiamento do cinema devam ser criadas. A lei de incentivos, ela tem sido o mecanismo que viabilizou a retomada da produção cinematográfica brasileira, já fizemos centenas de filmes e concordo inteiramente com o Senador Sérgio Cabral, e isso já debatido aqui na Sub-Comissão, que ele deve ser prorrogado aí por muito mais tempo e, no entanto, devem ser criados novos mecanismos também de financiamento do cinema. Estivemos na Austrália acho que em 2003, onde a produção australiana, um país de língua inglesa que distribui seus filmes dentro dos países de língua inglesa também, tem lá cinco ou seis formas de financiamentos diferentes para suas produções. Com relação ao ECADE o que eu entendo, é que tanto o ECADE, enfim, tem argumentos bastante sólidos, como os exibidores também têm, como os produtores também têm. Entendemos que tem, por exemplo, se cobra do filme brasileiro, mas tem a questão de filme estrangeiro. Tem uma divergência entre produtores e exibidores, o que faz dessa questão uma questão bastante polêmica mesmo. Eu acho que essa Casa aqui deve ser a Casa onde esse debate deva ser levado a exaustão, até que se chegue a um bom termo. Conheço pessoas, instituições de grande respeitabilidade de ambos os lados nessa corrente e, de fato, eu não tenho posição, opinião aí, conclusiva sobre essa questão. Eu acho que esse debate vai se arrastar por um bom tempo, até porque ele já vem se arrastando há um bom tempo. Então, eu não tenho opinião conclusiva sobre a questão. Eu conheço um pouco os argumentos do ECADE que são bastante fundamentados, mas também dos produtores de filmes, que quando contratam uma música para botar num filme, geralmente eles contratam todos os direitos e depois ele passa a ser cobrado do cinema também, uma outra cobrança e tal. Então é uma questão polêmica, que eu de fato não tenho conhecimento aprofundado para emitir uma opinião conclusiva. Eu queria aqui só comentar sobre os comentários do Senador Romeu Tuma, que nesse momento a questão das salas de exibição. Isso foi um fenômeno, foi uma mudança do modelo da economia do cinema, que se deu no mundo e o Brasil foi bastante afetado porque nós temos um grande número de municípios, tínhamos cerca de quatro mil salas de cinema. Isso em poucos anos isso foi desmontado, os grupos que operavam o sistema de exibição acabaram. Na minha região, por exemplo, tinha o "Grupo Curte", que fazia o Oeste do Estado de São Paulo, Mato Grosso, Minas e o Paraná, que ele nem existe mais, foi extinto. Nós assistamos essas salas se tornarem, Bancos, supermercados essa coisa toda, igrejas, principalmente. E hoje nós temos projetos, propostas bastante criativas, mas principalmente, o desejo dos municípios de voltar a ter suas salas de cinema, porque o cinema ele desempenhava, principalmente, um papel de sociabilidade, um papel social muito importante para as pequenas comunidades. Foi criado no BNDES um projeto de financiamento de salas, entendemos que as garantias oferecidas, exigidas podem ser melhoradas para poder atingir mais os pequenos empreendedores. Tem bastante iniciativas em diversas regiões, já se preparando para poder devolver os cinemas para o Interior, em formatos menores a um custo menor. Conhecemos um do Ribeirão Preto, conhecemos aqui de Brasília, o Geraldo Moraes tem trabalhado nesse projeto e pequenos exibidores também têm se fortalecidos bastante. Eu citei recentemente, o menino que era aqui de Brasília que foi para a Goiânia e hoje é um exibidor de 15 a 20 salas, no entorno da cidade de Goiânia e bastante sólido –

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – E tem aquela, uma nova modalidade de repasses por satélite, não é?

O SR. LEOPOLDO NUNES DA SILVA FILHO: Sim.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Que é uma experiência interessante.

O SR. LEOPOLDO NUNES DA SILVA FILHO: Isso.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Cai o custo barbaramente, por digital, não é?

O SR. LEOPOLDO NUNES DA SILVA FILHO: Exatamente.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – É uma empresa brasileira que—

O SR. LEOPOLDO NUNES DA SILVA FILHO: Rei Networks.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Rei Networks, exatamente, que até está...

O SR. LEOPOLDO NUNES DA SILVA FILHO: Isso. A Rei está se implantando, está apresentando o novo formato possível. Nós tínhamos ainda um problema até o ano passado, que os filmes americanos eles não eram permitidos a difusão pública através do sistema digital. As empresas americanas já decidiram desde o ano passado, que nesse ano vão começar a adotar e a autorizar a exibição digital, porque tem essa questão também, o público se atrai, ele gosta tanto do cinema brasileiro, como foi acostumado a assistir no cinema americano, então, uma sala comercial não se sustenta exclusivamente com o cinema brasileiro, com o cinema latino americano, por conta da nossa tradição, nossa cultura de consumir filmes estrangeiros. O ideal é se mesclar e ter na verdade toda essa oferta de títulos em suporte digital, isso é que vai tornar viável o negócio em grande escala. E por fim, Senador Sérgio Cabral, eu queria dizer que nós concordamos inteiramente, somos defensores a prorrogação da Lei do Audiovisual, do artigo 1º, e tal qual ele está nesse momento, porque tem sido a forma de financiamento, a única nesse momento, combinada com a Lei Rouanet, também que tem permitido a realização da nossa produção. Entendemos e eu só chamaria a atenção, que os FUNCINEs também podem ser aprimorados nesse mesmo trabalho, porque é um mecanismo muito importante que já vem dentro de uma lógica de mercado com recurso incentivado. Então, para o chamado cinema de mercado, mercadológico, os FUNCINEs tem um papel muito importante aí a desempenhar. E entendemos que temos a possibilidade da criar diferentes modalidades de financiamento da atividade cinematográfica. Os 120 milhões que hoje financiam a produção cinematográfica brasileira, ele era majoritariamente recursos deduzidos do artigo 1º, e hoje é visível que há transferência para o artigo 3º, ou seja, tem diminuído o aporte direto do artigo 1º, aquela capitação simples de recursos, e tem aumentado significativamente os investimentos através da renúncia sobre a remessa de lucros. Então, somos pela renovação do artigo 1º, mas também pela criação de novos mecanismos e recursos novos para a atividade cinematográfica.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Antes que Vossa Senhoria encerre. Senhor Presidente, uma abordagem sobre esse assunto. Quer dizer, eu comentava com o Ministro Juca a questão da iminência da votação em função de ser um ano eleitoral, então isso... E às pessoas, ás vezes, não compreendem, é assim uma qualquer País civilizado do mundo. Quando começa o processo eleitoral o Congresso diminui sua produção mesmo, não tem jeito. Então, nós temos até concretamente até junho para aprovar. Quando há acordo e quando o Governo é favorável e eu fico feliz que o Ministro Juca já acenou favoravelmente, Vossa Senhoria a ANCINE, acho que isso dá para ser tocado com uma velocidade muito positiva. Acordo de lideranças passa rápido da Câmara, volta para o Senado e... Aliás, não volta, e o Presidente sanciona rapidamente. Eu queria fazer mais algumas observações, a questão de regionalização abordada pela Senadora Ideli Salvatti, de Santa Catarina. Eu fiquei triste de ver o meu querido Ministro Gil, que a gente gosta tanto, polemizar, às vezes, a gente pela boca... O Ministro Gil um Ministro muito mineiro, ele é baiano, mas mineiro também. Ele é muito ponderado, o Ministro Gil, é um Ministro com uma densidade política muito grande, eu como tenho o privilégio de conviver com ele há alguns anos, há muitos anos e verificar que ele sempre vê as coisas de uma maneira muito mais... Ele não cria o litígio sem necessidade. O litígio é quando há necessidade do litígio, e eu acho que ele criou, sem necessidade, com o nosso querido produtor Luis Carlos Barreto, que é uma figura extraordinária. Essa área do audiovisual é polêmica é contraditória, mas não há visões diferentes, mas não há necessidade... A visão da regionalização – e eu concordo com a regionalização – não precisa machucar pessoas que tanto contribuíram eu contribuem para o cinema brasileiro, como o Luis Carlos Barreto. Acho que ninguém quer a igrejinha, ninguém ter proteger, mas é uma figura que merece todo o nosso respeito e a nossa admiração, como evidentemente o Ministro Gil. Como também o meu querido amigo que tem feito um belo desempenho na Secretaria de Política Cultural, o Sérgio Sá Leitão, de quem eu sou admirador pessoal, também não precisava magoar o grande poeta Ferreira Goulart. Deixa o Ferreira Goulart na "Folha de São Paulo", falar um pouquinho mal, mas não precisa... Supera isso com... Porque o Ferreira Goulart é um grande poeta nosso, é um garanto escritor, um grande crítico de artes plásticas, uma das figuras mais importantes da cultura brasileira, também merece todo o nosso carinho, como o Sérgio Sá Leitão, também que vem desempenhando um grande

papel. Então, eu acho que como Vossa Senhoria, certamente, em poucos dias estará assumindo esse cargo na ANCINE, junto com o Gustavo, com o Manoel, e os demais Diretores e com o Ministério da Cultura, harmonizar cada vez mais, deixar a polêmica para o conteúdo, para a produção cultural.

>> (...)

O SR. SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – E também uma coisa que me chamou a atenção no seu curriculum, é que Vossa Senhoria vem de uma querida figura também, que é o Ministro Luis Dulce, que eu pessoalmente tenho... Eu sou peemedebista de oposição, mas nutro muito carinho por alguns membros do Governo, dentre ele o Ministro Luis Dulce.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa registra a presença do Senador José Agripino, Líder do PFL nesta Casa. Novamente com a palavra o Doutor Leopoldo Nunes da Silva Filho, para encerrar a sua exposição e as respostas às questões feitas até agora.

O SR. LEOPOLDO NUNES DA SILVA FILHO: Perfeito. Antes de responder a Senadora Ideli, só concluindo aqui, ao Senador Sérgio Cabral, a questão da regionalização. Nós entendemos, eu sou de São Paulo, tenho uma relação muito forte com o Rio de Janeiro, mas pela minha história eu tenho uma relação muito forte com todas as regiões do País. Eu ajudei a reorganizar a política cinematográfica no País todo, e acho muito importante hoje ver surgir expressões cinematográficas, como em Pernambuco, como na Bahia, como no Ceará, no Rio Grande do Sul. E, em breve teremos novos Estados, aí também fazendo, então, eu acho que essa diversidade é a nossa força. E sem dúvida nenhuma, historicamente a infra-estrutura da indústria do cinema se baseou em São Paulo e no Rio, que continuarão a ter suas cinematografias fortes também. A Senadora Ideli se referiu aqui às formas de financiamento, e a questão esta... Tem razão dessa polêmica geracional que foi colocada aí em alguns jornais. Nós entendemos essa polêmica como uma polêmica não muito verdadeira, porque no fundo, no fundo, vem sendo feito historicamente há décadas um esforço para o financiamento, as formas de financiamento para viabilidade da nossa cinematografia do cinema brasileiro. No entanto, velhos como os novos o que nós temos nesse momento são poucas modalidades de financiamento da atividade cinematográfica. Conforme eu disse antes, nós temos hoje praticamente as leis de incentivo, e temos um pouco de recursos de orçamento direto que são colocados para o financiamento de filmes. Nós entendemos que o aprimoramento do FUNCINE e a criação de um fundo público para o financiamento da atividade, isso tudo pode acabar com todas essas polêmicas que vêm sendo colocadas nesse momento. Precisamos de mais recursos e precisamos aprimorar o sistema cadeia produtiva do audiovisual, principalmente o seguimento da distribuição, o financiamento com garantias melhores para a ampliação do mercado de salas e a participação da televisão brasileira, também nessa cadeia produtiva. Então, é isso. Eu acho que eu procurei responder aqui a todas às questões. Agradeço e estou a disposição.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito bem. Encerrada a exposição, encerrados os questionamentos, a Mesa vai designar então os escrutinadores. Serão os Senadores Reginaldo Duarte e Wellington Salgado. Eu vou solicitar, então, ao Leopoldo da Silva que vá até a sala da Secretaria e, logo a seguir, para o anúncio do resultado será chamado novamente à Mesa. Muito obrigado. Nós continuamos em sessão e, ainda, temos um requerimento para votar e um comunicado a fazer, que é a vinda do Ministro Hélio Costa, na próxima quarta-feira, para discussão do FUST e da TV digital. Solicito a Secretaria que convide o indicado para retomar o assento à Mesa, para a proclamação do resultado. Realizada a apuração, a indicação do Dr. Leopoldo Nunes da Silva Filho foi aprovada por unanimidade com 27 votos, recorde absoluto dentro da Comissão. (Palmas).

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senhor Presidente, eu encaminhei à Mesa um pedido de urgência sobre a indicação do senhor Leopoldo, para ver se a Mesa aprova, para ver se caminha rápido. Eu acho até que é interessante, porque nós temos um caso muito polêmico na ANCINE, que é o caso Chatô, e vocês vão discutir isso, se não me engano até semana que vem. Então, seria importante que o senhor Leopoldo já participasse dessa reunião se for tão rápido assim. (Risos). É bom jogá-lo logo para ele sentir o clima, não é isso? (Risos).

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em votação o requerimento. Não tendo ninguém que se manifeste contra, aprovado o requerimento de urgência para que vá imediatamente ao Plenário. Nós temos ainda um requerimento que é do Senador Reginaldo Duarte. A mesa solicita o requerimento para ser submetido ao Plenário: "Requerer nos termos regimentais, a retirada do requerimento número 14 de 2006, de sua autoria, para que sejam fornecidas pelo Tribunal de Contas da União, informações sobre a concorrência pública que dá origem a Portaria, 420 de 2003, do Ministério das Comunicações sobre a FM-

Ltda". Em votação. Não tendo votos contrários. Aprovado também o requerimento do Senador Reginaldo Duarte.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Eu queria só—

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Comunico aos senhores Senadores o recebimento de correspondência do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adilson Motta, encaminhamento a cópia do Acórdão, proferido nos autos do processo TC 010, com o objetivo de verificar às dificuldades, limitações ou barreiras que impedem as aplicações do FUST. Os Senadores que desejarem uma cópia deverão se dirigir à Secretaria dessa Comissão. Com a palavra a Senadora Patrícia Saboya.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Senhor Presidente, eu gostaria apenas de parabenizar o Doutor Leopoldo, por esta indicação. Fico muito feliz de ter sido escolhida Relatora da indicação do Doutor Leopoldo da Silva Filho, desejo a ele muita sorte, que ele possa dar o melhor de si, eu tenho certeza que assim fará, nesse novo cargo que vem ocupar. Pelo seu curriculum, todos nós aqui do Senado tivemos a oportunidade de ouvir, de escutar, de estudar. Vossa Senhoria foi indagado por todos os Senadores e Senadoras dessa Comissão, portanto, para mim é um privilégio muito especial ter sido a Relatora e ter dito um resultado tão positivo como esse, de 27 Senadores terem votado, e 27 Senadores terem aprovado o nome de Vossa Senhoria. No mais eu queria apenas cumprimentar também o Ministro Gilberto Gil e a todos os senhores que estão aqui. Eu que tenho um carinho enorme pelo Ministro Gilberto Gil, não só como fã do Ministro Gilberto Gil, mas um carinho muito pessoal de uma pessoa que eu tenho um bem assim muito grande no meu coração, pela sua delicadeza, pela sua seriedade, pela sua simplicidade, pelo seu jeito que consegue cativar a todos nós brasileiros e, certamente, ao mundo por onde o Ministro Gilberto Gil anda, e por onde o Gilberto Gil percorre no mundo inteiro. Então, um abraço muito carinhoso ao Ministro Gilberto Gil. Muita sorte ao senhor Leopoldo e a todos que vieram prestigiar esse momento tão importarte para todos nós. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Antes de encerrar a sessão, eu queria agradeço aos Senadores Wellington Salgado e Reginaldo Duarte que foram os escrutinadores. Cumprimentar a Senadora Patrícia Saboya pelo seu relatório. Agradecer a presença do Ministro Interino Juca Ferreira que aqui veio, e solicitar que ele transmita ao Ministro Gil, os nossos cumprimentos pela aprovação unânime da sua indicação. Uma indicação que é também do Presidente da República, que mereceu esse apoio tão assentado, tão forte. Cumprimentar também o Presidente da República pela indicação. Agradecer a presença do Gustavo Dahl, essa figura mítica, histórica do cinema brasileiro que hoje comanda a ANCINE. Do Doutor Manoel Rangel e do Orlando Senna. E cumprimentar o Leopoldo da Silva Filho, por esse recorde histórico aqui na Comissão. Parabéns. Está encerrada a sessão.

(Sessão encerrada às 12h59.)

Ata da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 1 de Fevereiro de 2006.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Às dez horas e vinte e um minutos do dia primeiro de fevereiro de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Gerson Camata e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Maria do Carmo Alves, Geraldo Mesquita, Reginaldo Duarte, Wellington Salgado de Oliveira, Sérgio Cabral, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Juvêncio da Fonseca, Mão Santa, Luiz Otávio, Antônio Carlos Valadares e João Ribeiro reúnem-se a Comissão de Educação, a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Teotônio Vilela Filho, Leonel Pavan, Maguito Vilela, Valdir Raupp, José Maranhão, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Paulo Paim e Fátima Cleide. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, registra a presença, para acompanhar a audiência pública, dos Senadores Jefferson Perez (PDT/AM); Arthur Virgílio (PSDB/AM) e Tião Viana (PT/AC) não membros da Comissão, Deputado João Campos(PSDB/GO); do Ex-Deputado Federal Freire Júnior, Assessor do Senhor Ministro; do Senhor Dione Craveiro, Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA; Senhor Evandro

Guimarães, Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo; Senhor Carlos Lindenberg Neto, Diretor da Rede de Televisão do Espírito Santo; Senhor Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, Senhor Roberto Pinto Martins, Secretário de Telecomunicações; Yáscara Laudares, Assessora Especial do Senhor Ministro. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, submete à Comissão e às Subcomissões a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 017-CE de 2005, Requerimento nº 001-SCTC de 2005 e Requerimento nº 010-SCT de 2005, de autoria dos Senhores Senadores Sérgio Cabral, Flávio Arns e do então Senador Hélio Costa, que tem como objetivo discutir a Implantação da TV Digital no Brasil e o Requerimento nº 23-CE de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, que tem como objetivo discutir os fundos administrados diretamente pelo Ministério das Comunicações (FUNTELL – Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações e FUST – Fundo de Universalização das Telecomunicações). Em virtude da amplitude do tema "TV Digital", por decisão do plenário, o debate sobre o "FUST" ficou adiado para uma próxima data a ser agendada. Comparece à Audiência Pública o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Hélio Costa. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão e das Subcomissões Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e Ciência e Tecnologia presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Flávio Arns, autor do Requerimento e Presidente da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, Arthur Virgílio (não membro), José Jorge, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Roberto Saturnino e Wellington Salgado de Oliveira. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e cinqüenta minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Gerson Camata,** Presidente da Comissão de Educação, – Senador **Sérgio Cabral,** Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, – Senador **Flávio Arns,** Presidente da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Sob a proteção de Deus, declaro aberta a Sessão [soa a campainha]. Solicito a dispensa de leitura, trata-se da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária e da 52ª Legislatura a se realizar no dia de hoje, 1º de fevereiro de 2006, quarta-feira, no horário de 10h22 minutos. Proponho a dispensa da leitura da ata da Sessão anterior e sua conseqüente aprovação. Não havendo quem se oponha, dispensada e aprovada a ata. Esta reunião se destina a uma audiência por convite ao Ministro Hélio Costa, de Estado das Comunicações, para um debate sobre o problema da TV digital no Brasil e a aplicação dos recursos do FUS, Fundo de Universalização das Telecomunicações. O Sr. Ministro já se encontra na sala da Secretaria da Comissão, e eu queria designar à Senadora Maria do Carmo e o Senador Roberto Saturnino para receberem o Ministro e o convidarem a vir até a Mesa. Suspendo a Sessão por um minuto. Mas, enquanto a S.Exa, o Sr. Ministro, vem até a Comissão, eu queria dizer que tem uma lista de inscrição para aqueles que desejarem debater ou fazer perguntas a S.Exa. o Sr. Ministro, queria, também, comunicar que esta é a 5ª audiência que essa Comissão realiza sobre o problema da TV digital, quer dizer, desde o ano de 2001, que nós vimos debatendo o problema da TV digital. O Sr. Ministro já está chegando...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO): Sr. Presidente. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata (PMDB-ES): Pela Ordem, Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO): Sr. Presidente, eu apenas queria... Porque eu vou ter que me retirar agora da Comissão para ir à Comissão de Orçamento, já que vamos concluir a votação de um relatório meu e, portanto, lamentavelmente, não poderei permanecer, pelo menos agora no início, com o Ministro Senador Hélio Costa. Eu queria, apenas, aproveitando este momento, cumprimentar o Ministro Hélio Costa pelo brilhante trabalho que ele vem realizando à frente do Ministério das Comunicações. Ele, realmente, é de uma dinâmica muito grande no Ministro Ministério, as coisas lá, realmente, funcionam, andam, caminham e, sobretudo, sobre esse programa de inclusão digital, enfim, tudo isso que o nosso querido

Ministro e Senador Hélio Costa vem mostrando, tanto nos debates, nas reuniões que ele vem trazendo às duas casas do Congresso, mas, também, na imprensa e em todos os setores da sociedade. Então, portanto, meus cumprimentos ao nosso Ministro e Senador Hélio Costa, já que eu não vou poder, Sr. Presidente, permanecer, lamentavelmente, aqui para ouvir a explanação do Ministro.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): A Presidência solicita à Secretaria que coloque na Mesa das bancadas dos Srs. Senadores, a lista de inscrição. Ela está chegando, Senador Roberto Saturnino. Bem, eu queria só... Senador Jefferson Peres, está chegando a lista aí, nas mãos de V.Exa. Eu queria comunicar, Sr. Ministro, que essa é a 5ª Audiência Pública que essa Comissão realiza sobre o problema da TV digital. Senador Roberto Saturnino, o Senador Jefferson Peres se lembram bem disso, o Senador João Ribeiro, também, e a Senadora Maria do Carmo, que estava com a gente aqui. A primeira foi em novembro de 2001, depois, em junho de 2002, depois, 24 de junho de 2003, depois, já com o Ministro Hélio Costa aqui, 8 de junho de 2005, 27 de setembro de 2005 e, agora, a 6ª audiência. De modo que essa Comissão vem, há muito tempo, se dedicando a esse tema. E eu estou observando, e acho que isso é um ponto positivo, que a busca, logo que o Ministro Hélio Costa assumiu o Ministério, ele criou um Grupo de Trabalho com cientistas, técnicos, especialistas na área de televisão no Brasil, bem amplo por sinal, e a busca desse Grupo de Trabalho e a busca do próprio Ministério, é um modelo que não sirva só as TVs abertas, que não sirva só aos fabricantes de aparelhos, que não sirva às operadoras de telefone, um modelo que sirva ao consumidor, ao povo brasileiro, para que tenha acesso ao melhor modelo, ao modelo mais barato, ao modelo que tenha a melhor interatividade, melhor portabilidade e melhor condição de uma imagem de boa qualidade, de excelente qualidade. E para levar aquela tecnologia que os ricos já têm através do cabo ou do satélite, nas TVs abertas, também, para o povo brasileiro. Eu acho que essa busca tem que ser... Que começou aqui na Comissão em 2001 e que agora, com o Ministro Hélio Costa, começou a se acelerar, através de um busca técnica desse modelo. De modo que nós acolhemos aqui, Sr. Ministro, com muita alegria a sua presença, na qualidade de um Senador, um Senador que é da área de comunicação, também, e que vem efetuando um grande trabalho nesse setor. E eu dizia a V.Exa. na audiência passada que eu, ainda, na rua, ninguém tinha pedido a TV digital. Eu me lembro que quando entrou a TV a cores no Brasil, Senador Flávio Arns, as pessoas na rua perguntavam: "Quando é que vai ter TV a cores?" Quando é que vão começar as transmissões a cores. Ninguém, ainda, tinha me questionado quando vão começar as transmissões de TV digital, mas, com a aproximação da copa do mundo, a exemplo do que aconteceu com a TV a cores, a gente já começa, na rua, as pessoas que encontram com a gente, dizer: "Senador, não vai ter digital na copa do mundo?" Senador, quando que vai entrar a digital? Acho que está na hora das autoridades acelerarem, não só pela qualidade que o povo terá acesso a ela, mas, acima de tudo, pela grande movimentação industrial e comercial e geração de empregos que ela vai proporcionar no Brasil com esse acesso a essas novas tecnologias. De modo, Sr. Ministro, que, dizendo da nossa alegria em tê-lo aqui, de cumprimentá-lo pelo seu trabalho, eu queria registrar algumas presenças que estão aqui, a Dra. Dione Craveiro, Diretora de relações institucionais da ABTA, Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, o Dr. Evandro Guimarães, Vice-presidente de Relações Institucionais da Organizações Globo, o Dr. Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, e outras autoridades que aqui estão. Sr. Ministro, então a Presidência--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, Pela Ordem.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Pela Ordem, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Só sobre a relação dos convidados... Licença... Desculpa, Sr. Ministro, mas é sempre uma honra para nós, recebê-lo aqui, até pela simpatia e pelo carinho com que o senhor trata os seus colegas. Mas, como eu recebi, até pessoalmente, alguns diretores de companhias telefônicas que poderiam vir a ser a prejudicados com a venda de outros serviços da TV digital, e que eles seriam prejudicados, eu pergunto se tem alguém da área de telefonia, para poder... Desculpa, Ministro, mas, eu não sei, devem ter falado com o senhor, porque tiveram, também, com o Presidente da República e, segundo a direção de algumas companhias--

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Senador, a Presidência responde a V.Exa. Como o convite desta audiência foi ao Ministro, na Mesa, podem participar o Ministro e o assessor, que não tem direito a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Não, eu estou fazendo na "sacanagem" para que ele fale um pouco sobre esse assunto. [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu queria registrar, também, a presença do Dr. Carlos Lindenberg Neto, Diretor da Rede de Televisão do Espírito Santo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Então, por favor, eu solicito lá ao pessoal das atas que retire. O Senador Geraldo Mesquita está rindo muito disso. [risos].

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Não, não... Foi... Eu achei que nós estávamos em reunião pessoal. Eu agradeço ao Senador Jefferson Peres, e me acautelarei, na próxima vez, porque não é da minha índole.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Com a palavra, S.Exa. o Ministro Hélio Costa, das Comunicações.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Bom dia a todos, eu quero inicialmente agradecer ao ilustre Presidente da Comissão de Educação, que é também a Comissão de Comunicações do Senado, Senador Gerson Camata, pela atenção em acolher a minha solicitação de comparecer, mais uma vez, a esta Comissão para falar sobre TV digital. Agradeço, também, ao Presidente da Subcomissão de Ciência e Tecnologia, Senador Flávio Arns, e aos Srs. Senadores que, evidentemente, num momento tão importante da vida nacional se propõem a comparecer a esta Audiência Pública para discutirmos a questão da TV digital. Quero fazer, inicialmente, um agradecimento público ao ex-Ministro Miro Teixeira e ao ex-Ministro, Eunício Oliveira. Em primeiro lugar, ao Ministro Miro Teixeira, por ter tido a visão de levar o Presidente da República, em novembro de 2003, a assinar o Decreto 4901, que cria os instrumentos legais para a transição da TV analógica para a TV digital no Brasil, dando ao Governo condições de poder fazer a grande discussão, nesses últimos dois anos, sobre esta verdadeira revolução que é a implantação da TV digital, a utilização da TV digital. Na verdade, nós estamos no limiar de uma grande transformação dos instrumentos de comunicação do país, com a introdução da TV digital. Mas, eu queria já, de início, estabelecer um princípio básico, que é levantado pelo Senador Romeu Tuma. Nós estamos falando hoje, aqui, de televisão digital, nós não estamos tratando de telefonia celular digital. São duas coisas diferentes, são duas leis diferentes, são dois campos totalmente diferentes, telefonia celular é tratada pela lei geral de telecomunicações, radiodifusão é tratado pela Lei de radiodifusão. Então, são duas coisas que, segundo a Constituição brasileira, são diferentes, estão em campos diversos. Com a moderna tecnologia, lá na frente, certamente, haverá uma convergência, nós vamos encontrar um caminho de situar as duas atividades, mas, neste momento, são atividades diferentes. Por isso que esta Audiência Pública que fala de TV digital, nada ou pouco tem a ver com telefonia digital. Mas, é importante nós ressaltarmos, o trabalho que foi feito a partir do Decreto que institui a TV digital no Brasil, ou que faz esta transição da TV digital do Brasil, porque eu tenho sido muito perguntado, principalmente, em Audiências Públicas e, às vezes, nas palestras que faço, sobre qual tem sido a participação das instituições que estão ligadas à comunicação, as instituições de pesquisa, as universidades, as organizações que estão preocupadas com a maneira que nós vamos utilizar os instrumentos da TV digital. E, na verdade, quando, em novembro de 2003, o Decreto é publicado, nós, imediatamente, constituimos os comitês. Primeiro, o comitê consultivo, que é representado pela sociedade civil e, principalmente, pelas empresas que estão diretamente ligadas ao setor de comunicação. Nós temos o comitê de desenvolvimento, onde estão os cientistas, onde estão as pessoas que nos oferecem subsídios sobre as maneiras como nós devemos fazer a TV digital. Nós temos o comitê gestor, que está intimamente ligado não só às questões políticas, mas, às questões científicas e às questões técnicas. Esses comitês, e, principalmente, o grupo gestor, são orientados, presididos pelo Ministro das comunicações. E a partir de do momento em que eu cheguei ao Ministério, eu, conversando com o Presidente Lula, eu perguntei ao Presidente se nós íamos, realmente, fazer a TV digital no Brasil. O Presidente disse que era sua intenção, no ano de 2006, colocar a TV digital no ar. Então, evidente que nós começamos a cobrar as datas que estavam citadas no Decreto 4901. O Decreto dava 23... Inicialmente, ele dava 12 meses. Lamentavelmente, como nós não tivemos os recursos para fazer-mos as pesquisas que queríamos fazer, foi feito um adendo ao Decreto, no ano de 2005, dando o prazo de 23 meses, a contar da data em que o comitê de desenvolvimento foi criado, para que nós apresentássemos um relatório de todos os que participaram do sistema. E como é que foi criado este grupo, que acaba nos dando as informações que nos permitem decidir sobre o sistema brasileiro de TV digital. O CPQD, que é a fundação de pesquisa ligada ao Ministério das Comunicações, ele criou 20 consórcios. Esses 20 consórcios foram, na realidade, chamados a participar do empreendimento, em cartas convites que foram publicadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, e responderam a essas cartas convite, pelo menos 100 instituições de pesquisa, universidades, empresas, grupos de trabalho, pessoas interessadas que queriam participar, reunidas no CPQD, foram divididas em 20 consórcios, dentro das suas respectivas áreas. Cada consorcio tinha, por obrigação, estudar e desenvolver um trabalho e apresentar, eventualmente, uma solução. Nós temos 1200 cientistas, téc-

nicos, envolvidos, há um ano e meio, trabalhando no sistema brasileiro de TV digital. Da universidade da Paraíba, onde foram feitos extraordinários trabalhos sobre a interatividade, para a TV digital, a USP, que demonstrou um extraordinário conhecimento sobre a tecnologia, o Instituto Mackenzie, que é quem, na realidade, faz as transmissões diárias de teste da TV digital, na região da grande São Paulo, a Universidade do Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o INATEL, Instituto de Telecomunicações de Minas Gerais, quer dizer, são todos os principais institutos e estabelecimentos de estudo superior, que estão envolvidos neste procedimento, há dois anos. Quando eu cheguei ao Ministério das Comunicações, o Governo tinha liberado quatorze milhões de reais, para esses estudos. E, na medida em que o Presidente indicou que gostaria de ver a TV digital, já funcionando, no ano de 2006, eu levei a ele a reivindicação dos nossos cientistas que participavam dos consórcios. E, em vista disso, hoje, neste dia, nós temos liberados cinqüenta e quatro milhões de reais para os estudos da TV digital. Como resultado, e cumprindo o cronograma que foi estabelecido no Decreto 4901, nós temos a data do dia 10 de fevereiro para que o Presidente da República receba o relatório final do CPQD, que está sistematizando todas as informações dos 20 consórcios, quase 100 instituições e mil e duzentos e tantos cientistas, para que a gente coloque para o Presidente da República e para o comitê de desenvolvimento, que tem a palavra final sobre que sistema de televisão nós vamos utilizar. E é importante, agora, nós ressaltarmos o porquê da urgência de se fazer a implantação da TV digital no Brasil. Primeiro, porque o mundo inteiro já está se transformando. Na verdade, nos Estados Unidos, na Europa, na Ásia, já foram criadas as datas em que vai se fazer o que se chama *switch off*. O que é o *switch off*? A partir daquela data, não existe mais TV analógica, a TV analógica é desligada e entra a TV digital. Berlim, já está desligado, nos Estados Unidos, 2009, todo o país desliga a TV analógica. Só vai ter TV digital, na Europa, 2009, como nos Estados Unidos, toda a Europa desliga a TV analógica, no Japão, 2011, todo o Japão desliga a TV analógica. Então, em vista disso, nós queremos trabalhar no sentido de que o Brasil possa ser, para a América do Sul, o carro chefe dessa inovação da televisão. Nós entendemos a TV digital como uma inovação da televisão. Por exemplo, de todas as entidades que fazem comunicação no Brasil, só a TV que neste momento continua analógica. Todas as outras já estão digitalizadas. Eu pediria ao Roberto, providenciar essa primeira lâmina, que é uma exposição simples, de 5 minutos, que é importante fazer. Porque, primeiro, o que é que é a TV? Nós estamos querendo fazer a TV digital de uma forma, absolutamente, diferenciada do que existe na grande parte do mundo, praticamente, no mundo inteiro. Nós vamos fazer uma TV digital aberta, para toda a população brasileira, nós não vamos limitar a TV digital, como acontece na Europa, nos Estados Unidos, no Japão, em todos os países que já têm a TV digital, ela está limitada, na realidade, à TV fechada, à TV por cabo, à TV por satélite. No Brasil, nós vamos fazer uma TV digital que vai atender a todos aqueles que tem um televisor em sua residência. São 60 milhões de televisores no Brasil inteiro, todos eles têm que ser atendidos. E o que é que acontece de diferença, entre a TV analógica e a TV digital? Nós já estamos produzindo os nossos programas, todas as redes brasileiras, todas as principais emissoras independentes já estão produzindo digitalmente, já estão captando a imagem, a informação, digitalmente. Só que, elas continuam transmitindo analogicamente. E a diferença é muito simples, quando você fala de TV analógica, você está transmitindo em ondas curtas, na realidade, você está transmitindo em FM, você está transmitindo em ondas médias. O som da TV, por exemplo, é em ondas médias, como se fosse uma rádio de ondas médias, e, você transmite, em ondas, a imagem. Na TV digital, é diferente, você transmite zero e um, você transmite dados, você não transmite mais som, você não transmite mais imagem, você transmite dados, zeros e uns. Aqueles zeros e aqueles uns são convertidos por uma caixa, por um terminal de acesso que se chama, em inglês, *setup-box*, ele é que converte os dados digitais em imagens e sons. Neste momento, nós estamos transmitindo, ainda, analogicamente, conforme os senhores podem ver, e o que é que é o primeiro passo da digitalização? O primeiro passo da digitalização é a transmissão digital. Todas as principais redes de televisão brasileira estão preparadas para dar este primeiro passo, para fazer a digitalização da transmissão. Isso pode ser feito, experimentalmente, até junho, nós já estamos com um canal experimental, há mais de um ano, que é administrado pelo Instituto Mackenzie, que faz parte do consórcio que está estudando o sistema de modulação da TV digital. E nós estamos em condições de podermos fazer transmissões já comerciais, a partir de setembro do ano que vem. Então, essa é a TV terrestre, que passa por essa transformação e vai ser a TV digital. Quais são os cenários de mídia que nós temos no Brasil? Nós tínhamos, no passado, a televisão, já estou dizendo no passado, porque nós estamos já entrando na TV digital, produzia, exclusivamente, programas de televisão, imagem e som, e imagem muito ruim, diga-se de passagem, e som louvável. Mas, a imagem, e lamentavelmente, até hoje nós ainda te-

mos esta situação no Brasil, dos 60 milhões de aparelhos no Brasil, mais de 85% fazem a recepção com uma antena no teto da Casa ou com uma antena interna e, às vezes, ainda, com a utilização daquela palha de aço agarrada naquele "chifrinho" virando para um lado, virando para o outro, para você conseguir uma imagem razoável. Isso, para não fazer propaganda para aquela esponja de aço muito famosa. E o telefone? Vamos voltar ao telefone. O mesmo quadro anterior. Bom, no setor de telecomunicações o telefone transmitia, exclusivamente, voz, isso até há dez anos, exclusivamente voz, e olhe lá, porque, ainda, recentemente, é que nós começamos a ter, realmente, uma grande transformação no setor de telecomunicações por uma invasão, por assim dizer, da telefonia celular. Mas, com todo este progresso que foi feito nas telecomunicações, mais de 50% de todo o território nacional ainda não é coberto pela telefonia celular e nós ainda temos um problema seriíssimo de fazer o telefone fixo chegar às principais regiões do Norte e Nordeste do país, onde ainda falta o telefone fixo. Nós temos 70 mil escolas, no Brasil, sem telefone fixo. Sem telefone. Ponto. 70 mil escolas públicas, sem telefone. Mas, o telefone era apenas uma transmissão de voz. Voz, mais nada. De repente, com a modernização do sistema, nós temos um quadro totalmente diferente. Aí você começa onde nós temos, no quadro específico de televisão, surge a plataforma que faz a TV por satélite, por cabo, já digitalizada. Você tem hoje, pelo satélite, condições de receber imagens digitais. Se houver uma transmissão via satélite e você tiver um televisor digital, ou seja, com mais de 720 linhas, e, de preferência, com 1080 linhas, que é o padrão, na realidade, da alta definição da TV digital, você já recebe, digitalmente, pela transmissão via satélite. A TV a cabo já pode fazer as transmissões digitais, é só ela se adaptar às necessidades técnicas simples, que tem de fazer, para poder transmitir e eu receber no aparelho digital, em Casa, uma transmissão digital. Da mesma forma, na radiodifusão terrestre nós temos uma série de progressos. Você entra nas telecomunicações e vê que todo o sistema, toda a rede está sendo transformada, digitalmente, aliás, com uma pergunta, Quando as empresas de telefonia, as telefônicas, decidiram mudar de telefone analógico para telefone celular, não se fez uma pergunta ao Congresso Nacional, não se criou uma lei específica, não se fez, absolutamente, nenhuma discussão, isso foi uma decisão das empresas, as empresas que estavam com a telefonia analógica, de repente, descobriram que cada linha analógica podia ser transformada em quatro, cinco, oito linhas digitais, que, com a transmissão digital eu podia transmitir imagem, eu podia transmitir fotografias, eu podia transmitir o torpedo, eu podia transmitir dados, eu podia transmitir uma série de coisas, então, o telefone deixa de ser apenas uma transmissão voz para ser um instrumento de comunicação. Ele transmite voz, ele transmite imagem, ele transmite dados, ele transmite tudo, ele é, na realidade, um computador de bolso. Então, a TV satélite digitalizada, cabo digitalizado, telefone digitalizado e a televisão, no Brasil, continua analógica. Continua presa a uma tecnologia, totalmente, já ultrapassada. Então, o que é que se propõe a fazer com a TV digital? O que se propõe a fazer com a TV digital é que você possa levar a televisão, que é gratuita no Brasil, que chega a todos os lares, com os mesmos instrumentos que aqueles que podem pagar pelo cabo ou via satélite, têm: A imagem de alta definição, a portabilidade, ou seja, eu vou poder ver televisão no meu celular, porque o celular vai ser transformado num aparelho receptor de televisão. Eu vou poder fazer a comunicação entre o telespectador e o estúdio, nós já temos isso na TV a cabo e na TV a satélite, tem um canal da TV a cabo, que você observa que tem um ícone no lado esquerdo, no canal de informações, você clicou ali, além da informação que você está recebendo verbalmente, ele complementa as informações com dados de pesquisa sobre aquele assunto que está sendo tratado. Isso aí é interatividade. Em alguns setores da TV a cabo e da TV a satélite, a caixinha que faz essa transformação, ela já tem uma memória suficiente para receber milhares de informações. Quando entram determinadas programações, e você clica no seu controle remoto, você já tem uma informação de volta. Isto é interatividade. Imagina o que é que a TV digital vai poder fazer, na medida em que ela estiver fornecendo televisão visual de alta definição, que vai estar até a uma velocidade de 100 quilômetros por hora, ou dentro do ônibus, ou atrás num táxi, ou então, numa sala de aula móvel, que vá poder sair de um lado da cidade para outra, uva vai poder ver televisão até a velocidade de 100 quilômetros por hora. E, ao mesmo tempo, você vai poder transmiti-la para os aparelhos portáteis, que são os telefones celulares, nós hoje temos 85 milhões de aparelhos celulares funcionando.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): Ministro, e a questão da antena? Porque a televisão hoje, tem que ter antena.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Nós vamos chegar lá, Senador. Isso tudo é, perfeitamente, possível com esta mudança, esta inovação que propõe a TV digital, ela vai oferecer o mesmo serviço do cabo, o mesmo serviço do satélite, evidentemente, aberta, programação aberta para todos os brasileiros. Já que o Senador José Jorge menciona a questão das ante-

nas, no caso específico da antena da TV digital, o que o Governo tem que fazer é orientar, e já está fazendo, as emissoras de TV, as redes de televisão para que transmitam sempre do mesmo lugar, da mesma torre, ao contrário do que acontece com a TV analógica, que você bota a sua torre onde você quiser, no alto de um edifício, no topo do morro, na TV digital você precisa sempre orientar a sua antena interna que, diga-se de passagem, é produzida no Brasil, em Santa Rita do Sapucaí, e custa 35 reais, a antena interna da TV digital, ela tem que ser apontada, direcionada para o local da emissão. Então, se nós tivermos quatro emissões de televisão digital na cidade, cada uma de um lado, eu vou ter que, cada vez que eu ligar a televisão digital numa televisão, eu vou ter mexer na minha antena para a posição de recepção. Então, a sugestão que o Governo faz, é que todas transmitam do mesmo lugar, e é facílimo fazer isso, não tem o menor problema, para que só com a antena, uma vez colocada na mesma posição, você receba todas as emissões da TV digital. Diga-se de passagem, o Brasil, conforme eu disse, produz a antena e o Brasil produz, também, já, os transmissores digitais, e, mais do que isso, o Brasil está exportando os transmissores digitais que aqui são feitos. Vamos... Eu queria que você clicasse ali no portátil, porque tem que se fazer uma boa diferenciação do que é que é o telefone celular, nesse contexto. Para a TV digital, e nós estamos falando de TV digital, não estamos falando de telefonia digital, o telefone celular, ele, com um pequeno *chip* que é colocado nele, ele se transforma num aparelho de televisão, você recebe transmissões de TV no seu celular, então, ele funciona, sim, como telefone, mas, ele é, também, por força desse *chip* acrescentado, um aparelho de televisão que recebe imagens digitais, até a velocidade de 100 quilômetros por hora, em qualquer ponto da cidade. Então, essa é a tecnologia que chega da TV aberta digital até o telefone. Todas as outras participações da telefonia celular estão ligadas à interatividade, porque, na medida em que você faz a TV digital se comunicar, você precisa de um canal de retorno, este canal de retorno é feito via telefone. Então, você está em casa, com a sua caixinha, esta caixinha tem um dispositivo onde você liga a linha do telefone fixo, e, durante um programa que está fazendo uma pesquisa nacional sobre saúde pública, por exemplo, ou sobre educação, eu pego o controle remoto da minha televisão e dou a minha opinião. Ele vai perguntar: "Se você conhece a obra de Machado de Assis, se já leu e quantos livros leu, aperte o número 1; Se você nunca leu um livro de Machado de Assis, aperte o número 2". Você aperta no seu controle remoto registra, na emissora, a sua participação. Se você estiver numa TV escola, em determinadas circunstâncias, e num futuro, que eu diria, daqui a dez anos ou mais, você pode usar um sistema que nós chamamos de *Wi-Max* que é a internet banda larga sem fio que vai ser colocada, diga-se de passagem, já com experiências que estamos fazendo no Ministério das Comunicações, este ano, notadamente, em Belo Horizonte, onde nós já estamos transmitindo, sem fio, a internet banda larga para vários segmentos da cidade, você vai poder fazer a comunicação direta, de voz, da sua casa, com o estúdio da televisão. Neste momento, na primeira etapa e na segunda etapa da TV digital você faz a interatividade usando os canais de telefonia. Agora, voltamos, então, à lâmina anterior, e vamos à tecnologia da TV digital terrestre. Nós... Abra todo o quadro, por favor. Precisamos começar, mostrando como é que se faz a transmissão digital. A transmissão digital se faz, através de um conjunto de ferramentas de informática e instrumentos telefônicos, mais ferramentas de informática do que instrumentos eletrônicos, e existe uma ferramenta que faz a ligação entre estas ferramentas de informática e os instrumentos eletrônicos. Mas, fundamentalmente, ela tem essas seis partes importantíssimas, que tem que constar, em qualquer padrão. Isto aí, é um padrão, de TV digital, é o padrão americano, ATSC. Este padrão americano é constituído de um sistema de modulação, que é o 8-VSB, que está ali, em baixo, um sistema de transporte, que é o MPEG-2, na realidade uma ferramenta de informática, hoje com domínio público internacional, compressão de vídeo, também, de MPEG-2, compressão de áudio, o *Mida-Ware* que é, exatamente, essa interação entre o *software* e o *hardware*, ou seja, entre as ferramentas e os instrumentos eletrônicos, e os aplicativos. Nós temos o trabalho maravilhoso feito por este consórcio sobre todos estes campos da TV digital. Este é um trabalho maravilhoso, feito por este consórcio sobre todos estes campos da TV digital, este é o sistema americano. O sistema europeu, que se chama DVB, na verdade, criado, especificamente, o DVB, inicialmente, DVBP, que se chamava, era para a transmissão de TV fixa, exclusivamente, transmissão de TV digital fixa, ou seja, só para a casa, eu só receberia em casa, não se fez a previsão para se transmitir para o telefone, ou seja, a televisão digital portátil e não se fez a previsão para se transmitir para a TV digital móvel, para eu pegar no carro, no barco, em qualquer condição de estar em movimento. Ele vem com interativos que atendem, evidentemente, às posições da televisão e da população européia, ele tem um *Mida-Ware* próprio, que foi desenvolvido, apenas, para o DVB, que é o sistema europeu, mas, na compressão de áudio, já são instrumentos conhecidos no mundo inteiro. Vocês

vêem, por exemplo, que os americanos usam o *dolby*. *Dolby* é um sistema de compressão de áudio, que é conhecidíssimo, a indústria cinematográfica, por exemplo, só usa o sistema *dolby*, praticamente, o sistema *dolby*. Muito do que se vê, hoje, em instrumentos de alta fidelidade, estéreo, você, também, vê com sistema de compressão de áudio *dolby*. Os europeus, já preferem o MPEG, que também é um produto que vem dos Estados Unidos, porque o MPEG quer dizer, na realidade, *Motion Picture Engineer in Group(F)*, ou seja, é o grupo de associação dos engenheiros, quer dizer, eles é que criam essas ferramentas, e você usa, conforme vem, para compressão de vídeo, o mesmo sistema americano, usa para a compressão de tenho certeza o mesmo sistema americano, usa para compressão de transporte, o mesmo sistema americano, que é o MPEG-2, e você já tem a modulação, diferenciada. Na questão da modulação diferenciada, na realidade o que é que se fez? Eles pensaram na TV fixa, fizeram, inicialmente, todo o trabalho técnico para transmitir digitalmente para a sua residência, e depois, entenderam que tinham, também, que fazer a portabilidade e a mobilidade. Então, tiveram que criar um outro sistema paralelo, que é o DVBH, que transmite, paralelamente, em outro canal a portabilidade para o seu celular e a mobilidade para o seu aparelho de televisão em movimento. Os americanos, por exemplo, descartaram, totalmente, a portabilidade e a mobilidade. Este sistema TSC não contempla a mobilidade e não contempla a portabilidade, ou seja, com este sistema você não transmite a televisão no seu celular, você não transmite a televisão para qualquer aparelho de televisão em movimento. Então, estão aí os dois principais concorrentes, e, depois os japoneses. Os japoneses, que vêm, depois da ATEC e, depois do DVB, eles pegaram os dois produtos, o americano e o europeu, e fizeram um produto que atende, certamente, a todas as imposições que foram surgindo nos últimos anos, com relação à TV digital. Porque, vejam só, nós estamos falando desses produtos aí, internacionalmente, há dez anos. Houve uma pequena correção, há dois anos atrás, em alguns desses produtos, principalmente com relação às compressões de áudio e vídeo, mas, nós estamos, na realidade, com as mesmas ferramentas há dez anos. Então, o que é que os japoneses fizeram? Pegaram o sistema de modulação europeu, vejam só, COFDM, na Europa, no DVB, no meio e, do lado dos japoneses, você vê BSTCOFDM, então, é uma variação no sistema europeu com o sistema japonês. Tem uma parte do sistema europeu, mas ele acrescenta a portabilidade e acrescenta a mobilidade, que não tem no sistema europeu, e, para fazer isso, tem que usar um outro canal. O que é que é essa questão de usar um outro canal? É porque, na realidade, conforme vocês vêem aqui, todas essas ferramentas, elas são mais compatíveis entre elas do que qualquer outro produto eletrônico, elas se entendem. Você pode criar, paralelamente, um sistema em que você pode usar a modulação de um sistema, o transporte de outro, a compressão de vídeo de outra. Então, o que é que nós fizemos, o que é que nós pedimos? O que é que nós solicitamos aos 20 consórcios formados com mais de 90 instituições de pesquisa e aos 1200 cientistas brasileiros? Testem isso tudo. Façam testes de campo. Procurem todos os conhecimentos. O dinheiro que precisar, nós vamos bancar. Viajem, conheçam, explorem. E nos tragam o melhor resultado para a TV brasileira, considerando que nós, no Brasil, não vamos fazer TV digital fechada. Já existe. Nós vamos fazer TV digital aberta, para todos, para toda a população. Muito bem. Então, nós temos uma proposta. O que é que fez o consórcio? Clique, por favor, na questão da modulação. Três consórcios lideraram os estudos para o sistema de modulação: O Instituto Mackenzie em São Paulo, a PUC de Porto Alegre e o INATEL, que é um Instituto de Tecnologia em Minas Gerais. Em Santa Rita do Sapucaí que, diga-se de passagem, é considerado o Vale do Silício, em Minas Gerais, e eu espero que vocês considerem, também, no Brasil. Muito bem. Este é o resultado. Este é o resultado apresentado pelos consórcios. Cada consórcio desse, tinha em torno de 15 a 20 empresas ou instituições participando e a sistematização nos resultados foi feito pelo Mackenzie, no caso do Mackenzie. Conclusão, o Mackenzie sugere o sistema de modulação *best COFDM turbo code*. O segundo foi liderado pela PUC, em Porto Alegre. A PUC, em Porto Alegre fez um extraordinário trabalho, mas, ela se baseou em cima de um projeto, que, na realidade, está apenas no papel, sem testes de campo, fica, exclusivamente, teste de campo faltando para se considerar uma hipótese que está, apenas, no papel. Então, ela não pode ser considerada. Essa proposta é apenas uma proposta didática, ela não está efetuada, não está confirmada, eletronicamente e tecnicamente. E o INATEL passa por todo o procedimento de organizar o trabalho de 15 ou 20 empresas, indústrias e instituições de ensino e, também, chega a uma conclusão, que é o sistema BSTCOFDM, que é o sistema japonês. Vamos ao segundo, o sistema de transporte. No sistema de transporte não houve muita dificuldade porque, na realidade todos os três sistemas, o americano, o europeu e o japonês usam a mesma compressão, que é o MPEG-2, então, não houve a menor dificuldade. Vamos à compressão de vídeo. Na compressão de vídeo, é a mesma coisa, como todos usam o MPEG-2, o que

aconteceu de diferente, nós tivemos um trabalho formidável na PUC no Rio de Janeiro, na UNISINOS e na Universidade Federal de Campina Grande, por isso Rio Grande do Sul, quando disse, no começo, esse estudo cobriu o Brasil inteiro, ele vem do norte ao sul, do leste ao oeste, todos participaram, nós tivemos aqui, no caso de compressão de vídeo, um desenvolvimento extraordinário, nós conseguimos fazer uma plataforma que se chama MPEG-4-10, ou seja, nós melhoramos este tipo de compressão de vídeo que está sendo utilizado nos três sistemas. [soa a campainha] Então, nós perguntamos a cada um dos detentores das patentes desses sistemas se eles podiam aceitar as nossas sugestões, se eles poderiam incorporar esse MPEG-4 no compressor de vídeo que está sendo oferecido e, evidentemente, que tivemos as respostas. Vamos, então, para a compressão de áudio. A compressão de áudio nós estamos, rigorosamente, sem nenhuma dificuldade de decidir porque, qualquer dos três que você for fazer é compatível, todos três são muito bons, sem problema nenhum. Podemos decidir pelo *dolby* americano, podemos decidir pelo DVB, pelo MPEG, que é o nosso MPEG, MPEG, que são bases americanas de compressão de vídeo. O *Mida-Ware* é o diferente, uma situação especial, porque você tem que fazer um trabalho identificando novas plataformas, se houver qualquer novidade, na parte de baixo, ele no *Mida Ware* tem que ser modificado, para ele poder entender e passar a informação para os instrumentos aplicativos. E os aplicativos? Os aplicativos, nós temos um trabalho maravilhoso que começa, inclusive, na Universidade da Paraíba, passa pela PUC, passa na Universidade do Rio Grande do Sul, foi, evidentemente, fantástico, o resultado que nós tivemos com os aplicativos. O que é que são, na verdade, os aplicativos? Os aplicativos são aqueles instrumentos que vão permitir a utilização da TV digital nos campos mais importantes que nós esperamos para dar para a população. Por exemplo, saúde pública, educação a distância, TV escola, tudo isso, a participação efetiva das pessoas dentro do sistema de TV digital. O que nós queremos é que, amanhã, a TV Senado, durante uma audiência como essa, eu possa entrar pelo controle do meu celular e colocar uma pergunta para o Senador que estiver aqui prestando esclarecimentos ou falando sobre qualquer assunto, em particular. Esta é a interatividade. Então, nós temos a certeza de que vamos poder, realmente, utilizar um bom produto brasileiro nesse sentido. Vamos um pouquinho mais para frente. Então, nós temos aqui, já, condições de chegar para o Presidente da República e dizer para ele que o sistema brasileiro de TV digital, diferente de um padrão brasileiro de TV digital, nunca houve, nunca se pensou na idéia de se fazer um padrão de TV digital brasileiro. Veja só, só a modulação, nestes sistemas que estão aí, só a modulação levou 10 anos, aproximadamente, de oito a 10 anos para desenvolvimento, cada padrão deste que está aí, o americano, europeu e o japonês, custou, em média, três bilhões de dólares. Três bilhões de dólares. Então, nunca houve a intenção do Brasil, de fazer um padrão de TV digital, que é a composição desses seis elementos. O que o Brasil se propôs a fazer, foi criar um sistema de TV brasileiro, pegando o melhor de cada um dos três, o que nós podemos fazer. Na verdade, ao contrário do que um cidadão disse aí, que nós estamos fazendo um sistema *Frankenstein*, quer dizer, *Frankenstein* deve ser a cabeça dele, que não entende que nós temos, evidentemente, condições de dar ao Brasil o que o Brasil precisa. Nós estamos fazendo televisão aberta para todo mundo, nós não estamos fazendo TV digital por cabo, não estamos fazendo TV digital por satélite. Já tem. Nós estamos fazendo TV digital para todo o telespectador brasileiro. Então, evidentemente, que nós podemos... É uma seleção. É uma seleção, você pega o Ronaldinho de um lado, o Ronaldo do outro, você faz uma seleção, você pega o melhor, e põe em campo. Este é o sistema brasileiro de TV digital que nós estamos em condições, agora, de levar ao Presidente da República, e dizer: "Presidente, agora o senhor pode decidir. Agora nós temos condições de decidir". Um pouquinho mais na frente, porque nós vamos entrar, evidentemente, agora, numa discussão um pouquinho mais técnica, mas é, absolutamente, importante que ela seja transmitida para os Srs. Senadores, porque, essa discussão, agora, é que vai dar origem a uma grande discussão política, que vai acontecer na frente. Nós vamos, na verdade, falar sobre como cada um desses sistemas se adapta à exigência brasileira, da TV digital. O que é que o Presidente estabelece no Artigo 4901? Ele diz que nós temos que fazer um sistema que atenda a população. Então, ela tem que atender com alta definição, ela tem que atender com interatividade, ela tem que atender com portabilidade, ela tem que atender com mobilidade. São os instrumentos da TV digital. Para que todo mundo tenha o que há de melhor no cabo e no satélite, e que é a TV digital. Bom, o sistema americano diz que, até julho, até julho eles estarão em condições de fazer mobilidade, fazer a portabilidade, ou seja, móvel ou no celular. O sistema europeu, ele já faz a mobilidade e a portabilidade, mas, é um sistema paralelo, ou seja, usa um outro canal de transmissão. Quando você fala em televisão analógica, nós usamos, tecnicamente, um canal de seis megahertz, para ficar uma explicação bem mais simples. Bom, você, para fazer a TV digital,

você pode dividir esses megahertz, em vários setores. Agrupa estes setores, para fazer as transmissões que você quer fazer. Então, por exemplo, no caso específico do sistema europeu, ele foi criado, basicamente, para fazer a transmissão não de alta fidelidade, mas, de *standard* definição. Definição *standard*, ou seja, ao invés de 1080 linhas, com a melhor imagem cristalina, absolutamente perfeita, você tem uma imagem muito boa, que chega a, mais ou menos, as 720 linhas, resultado, mas, que está bem próxima, vamos dizer assim, de uma boa recepção de um aparelho moderno, analógico, com 620 linhas. A transmissão real, perfeita, de alta definição, ela se dá com 1080 linhas. E para você fazer toda a conexão interativa, para você fazer a portabilidade, para você fazer a mobilidade, você tem de sair desse espectro de seis megahertz e usar uma parte de um outro canal, para poder fazer a transmissão móvel e a transmissão via celular. Bom, no sistema japonês você consegue fazer todas essas transmissões, você faz TV de alta definição, *standard* definição, mobilidade, portabilidade, interatividade, tudo dentro dos seis megahertz. Esta é a diferença. Essa é a diferença técnica. E, por que é que isso é importante no Brasil? Porque nós vivemos algumas situações onde, apesar da multiplicação de canais que a TV digital permite, em algumas cidades do Brasil, notadamente, São Paulo, na Avenida Paulista você já tem tamanha concentração de transmissão de imagem e vídeo, que vai ser difícil, até, para a TV digital. Se você tiver que criar um outro canal para fazer portabilidade, para fazer mobilidade, em São Paulo, você não consegue. Então, tecnicamente, é, praticamente, impossível você fazer cumprir as exigências do Decreto, se você estiver adotando a proposta, como ela existe. Então, eles chegaram, e disseram: "Olha, nós estamos fazendo uma adaptação. Nós estamos juntando tudo aquilo que o DVBT faz, que foi o primeiro, criado na Europa, como o DVBH. Ou seja, nós estamos juntando o que nós fizemos para a transmissão fixa na sua residência para um sistema que pode, também, atender a transmissão móvel e a transmissão portátil. Mas nós precisamos de um segundo canal, ou, de parte de um segundo canal". Isso aí, evidentemente, nos deixou com o pé atrás. Então, nós colocamos, sabendo que os japoneses já estavam, rigorosamente, preparados para fazer tudo aquilo que o Decreto permitia, nós fizemos uma série de indagações aos três sistemas, sabendo o que é que eles ofereciam de contrapartida para o Brasil assumir um desses padrões e, evidentemente, que nós esclarecemos a eles que nós estamos em permanente contato com os países do cone sul, da América do Sul, e eu já estive com o Secretário de comunicações da Argentina, já estive com o Ministro que responde pela área de comunicações da Argentina, nós estamos aguardando os venezuelanos, nós estamos em contato com os colombianos, nós queremos que o Brasil seja o carro-chefe da TV digital, na América do Sul. E na medida em que nós fizermos esta definição, eu tenho certeza de que a América Latina, a América do Sul, especificamente, vem, como já está vindo, conversar conosco e saber como é que nós vamos, juntos, negociar estas ferramentas que estão aí. Cada um desses instrumentos, um MPEG-2 desses, que, por acaso, no caso específico da compressão de áudio, sobretudo, já é padrão internacional, mas, a modulação, qualquer uma, qualquer uma dessas ferramentas tem dezenas e algumas, até mais de uma centena de patentes envolvidas. Então, para você negociar um instrumento desse, você vai a um consórcio. Você chega no Japão, o consórcio está lá, chama ARIB. Na verdade, ele junta todas as empresas de tecnologia, nesta organização, que responde por todas as negociações sobre o padrão japonês. Você chega nos Estados Unidos, você vai à TEC, essa TEC é o consórcio de empresas americanas que tem as patentes dessas ferramentas. Da mesma forma, o DVB é o consórcio que tem as patentes das ferramentas do DVB. Você tem de conversar com essa gente toda. Então, nós fomos a eles e disseram: "O que é que vocês nos oferecem?" Bom, eu fiz uma relação aqui, rápida, e, ontem, eu coloquei para a Presidência da República, exatamente, o que é que eles oferecem. Nós estamos recebendo, esta semana, os representantes dos três sistemas. Já recebemos os japoneses, na segunda-feira, vamos receber os europeus, hoje às 3h da tarde, vamos receber os americanos, na quinta-feira. Mas, na semana passada, eu fiz um desafio, até público, falei pela televisão: "O que é que os senhores têm a oferecer, de contrapartida, para nós adotarmos o seu sistema?" Os americanos disseram o seguinte: "Nós oferecemos trezentos milhões de dólares de financiamento. Nós podemos discutir o retorno de 50% dos *Royalties* aplicados às ferramentas do padrão americano. O que é que quer dizer o *Royalty* dessas ferramentas? Cada conjunto desse aí representa, aproximadamente, entre dois e quatro dólares, por aparelho digital vendido no país. Uma vez. Ponto. Uma vez, só. Esse é o *Royalty* a ser pago. Toda vez que você vende um televisor, quatro dólares do preço do aparelho representa os *Royalties* que são pagos para aqueles que inventaram o sistema digital que se aplica àquele aparelho de televisão. Muito bem. E os americanos dizem, que nós brasileiros podemos ter assento ao ATSC, que é o Fórum que representa as empresas que têm os direitos sobre esse padrão. Os europeus. Os europeus nos oferecem: Trezentos milhões de euros, para fazer-

mos empréstimos para as empresas, assim como, os americanos. Não é dinheiro para aplicar, a fundo perdido, são, na realidade, financiamentos. Trezentos milhões de euros. Eles não dão a positividade de nós termos um assento definitivo... Hoje vamos receber confirmação oficial, se vamos ou não vamos ter isso, assento definitivo no Fórum DVB. E, evidentemente, que eles fazem uma série de sugestões de que nós podemos estar fazendo algum trabalho de *off-set* sobre venda de outros produtos brasileiros, na Europa. Há algumas sugestões, que foram feitas dentro do próprio Governo. Eu, particularmente, sou da opinião de que nós não podemos, neste momento, na área eletrônica, nem na área eletrônica, misturar laranjas com bananas. Nós estamos falando de eletrônica, nós temos que ficar dentro da área eletrônica, mas, é perfeitamente possível que se possa chegar a algum acordo de concessão de produtos europeus e brasileiros em *off-set* etc. E o que é que os japoneses oferecem? Os japoneses oferecem o seguinte: Como nós desenvolvemos ali na competição de áudio e vídeo, principalmente na compressão de vídeo, nós desenvolvemos o MPEG-4, que é uma ferramenta internacional, porém, com um trabalho brasileiro muito bem executado, que moderniza a ferramenta, que abre mais espaço de canais, que abre melhores condições para você fazer a utilização do expectro radioelétrico, que permite a transmissão da TV digital. Eles estão deposto a incluir no MPEG-2, deles, no MPEG-2 japonês, eles incluem a inovação brasileira do MPEG-4, para atender ao Brasil, e a quem quiser utilizar o sistema mais moderno, que seria o MPEG-4-10, ou seja, substituindo o MPEG-2. Eles estão dispostos, na questão do *Mida-Ware*, ou seja, nessa interação entre o *soft* e o *hard*, eles estão dispostos a incorporar todas as inovações que nós conseguimos dentro dos estudos realizados, e que foram conduzidos através da organização do CPQD. Todas as inovações que nós propusermos, eles atendem, e já mandam pronto, que isso tudo vem num *chip*. É um *chip* que contém, praticamente, todas essas informações. Eles gravam no *chip* esta inovação brasileira. Eles nos dão assento na ARIB. ARIB é o Fórum que representa o ISDB. A representação de todas as empresas japonesas que desenvolveram estes instrumentos. E eles nos dão os *Royalties* todos de graça, ao contrário de das outras propostas que estão na realidade devolvendo parte dos *Royalties*, todos dois tanto os Americanos quanto os Europeus, estão dispostos a devolver 50% dos *Royalties*, em pesquisa e desenvolvimento. Nós conhecemos a figura da pesquisa e desenvolvimento, através da Lei de informática que se aplica especificamente na zona franca de Manaus, onde as empresas podem deduzir do seu imposto recursos da ordem de até 5%, para pode fazer pesquisa e desenvolvimento de produtos eletrônicos e eletroeletrônicos. Eles se propõem a devolver, 50 % dos *Royalties* para pesquisa e desenvolvimento. Os japoneses dizem: "Olha, nós abrimos mão, nós não cobramos os *Royalties* dos produtos desenvolvidos no padrão japonês". Agora, o mais importante de tudo isso é que toda esta combinação de ferramentas depende da tal famosa caixinha que vai permitir qualquer cidadão, neste país que tenha um televisor antigo, velho, até preto e branco, através dessa caixinha, ele continua a receber a TV digital. Ele vai receber a TV digital. Que ela via converter os sinais digitais, vamos dizer assim, piorá-los atrasá-los para analógico novamente e jogar dentro da televisão dele. Por outro lado, esta caixinha, ela recebe os sinais eletrônicos e te abre um mundo extraordinário de opções, porque através dela que você vai fazer a interatividade. É através dela que eu vou lhe comunicar. É através dela que nós vamos ter condições de fazer a TV Escola, de fazer o ensino à distância, essas coisas todas... Então, esta caixinha é fundamental para a decisão que nós vamos tomar. Como é que nós estamos funcionando nesse momento? Nós estamos negociando com os três, sobre a questão da caixinha. No caso específico dos americanos, na verdade nós até já estamos produzindo um tipo deste terminal de acesso, que é a tal caixinha para os americanos. Nós fazemos isso em Santa Rita de Sapucaí, e exportamos para os Estados Unidos. O modelo mais simples. O *minimum minimorum* só para pegar realmente a TV de alta definição. Mais nada. E nós já exportamos. Os Europeus têm a caixinha deles, que na realidade foi um desastre, a cerca de dois anos, porque eles começaram conforme eu disse com o padrão DVBT só para transmissão fixa, para as suas residências. Quando tiveram que trocar, a estas alturas já tinham descoberto que a transmissão da televisão *standard* não seria acatada no mundo inteiro, porque o mundo inteiro partiu para HDTV, para televisão de alta definição, descobriram que quem tinha comprado a caixinha de televisão *standard,* ela não funcionava com a HDTV. Então, tiveram que jogar a caixinha fora e comprar outra. Tiveram que fazer um segundo investimento neste terminal de acesso. Bom, os japoneses, os japoneses não têm caixinha, porque todos os aparelhos que são produzidos no Japão, já vem preparados para fazer a interação no próprio aparelho. E eventualmente, todos os aparelhos digitais vão fazer isso. Mas nós vamos precisar da caixinha. Então perguntamos a eles, como é que nós vamos resolver o problema? Bom, hoje a caixinha na Europa, custa 80 euros. Nos Estados Unidos custa 110 dólares. No Japão 80 euros. Então, a nossa proposta para os ja-

poneses e os europeus, foi a seguinte: "Quem é que nos dá os componentes para que nós possamos produzir a caixinha no Brasil, com empresas brasileiras?" Primeiro porque nós criamos uma indústria que vai ter que atender a 60 milhões de aparelhos de televisão no Brasil. E não pára aí, porque no ano passado, para vocês terem uma idéia, no ano passado o Brasil vendeu no mercado interno 10 milhões de televisores. Agora, imagina na medida em que nós estivermos com acesso à TV digital, com todas essas extraordinárias ferramentas. O que, que vai acontecer? Veja só o que aconteceu com o aparelho de telefone celular. Na medida em que o digital trazia melhores instrumentos, todo mundo partia para o digital. 85 milhões de telefones digitais. Não tem um milhão mais de telefone analógico. E quem tem está jogando fora. Veja o que aconteceu com o DVD, há cinco anos um DVD no Brasil custava dois mil e quinhentos reais. Mil dólares. Uma pequena movimentação do Governo através do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, retirando algumas taxas de exportações de componentes, hoje você compra um DVD por cento e sessenta reais. Eu estou me referindo a um DVD. Mas, ele fala em português aqui. Com certeza transmite em português direitinho. [risos] Essa verdade nós não podemos esquecer. Nós tivemos em cinco anos, de dois mil e quinhentos reais para cento e sessenta reais. Esta caixinha que custa na Europa, no Japão, oitenta e dois euros, cento e dez dólares, ou seja, duzentos e poucos reais. Se for fabricada aqui, em qualquer região do país, e especialmente nas regiões onde existem os subsídios... Nós vamos produzir esta caixinha por cem reais. No começo. E depois ela vai caindo de preço. E pode chegar a cinqüenta reais. Agora, existe um Banco Popular nesse país, e nós sabemos disso... Senador, no meu país ou no seu? No nosso país. [risos]--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ministro, agora como Ministro já está usando as frases do Presidente Lula, por isso que... Ele que sempre diz: "Nesse país"--

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Veja só que beleza, eu vou dizer para ele isso, que eu fiquei extremamente honrado o senhor ter me lembrado que eu estou repetindo o Presidente Lula. Eu fico... Na verdade, na expectativa de que nós possamos utilizar os recursos de financiamentos que nós temos. Seja da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, ou do Banco Popular, mas principalmente do Banco Popular que se propõe a financiar bens de consumo de baixo custo. É o ferro de passar roupa, é o DVD, o rádio, a televisão de baixo custo, até duzentos reais, duzentos e cinqüenta reais, nós abrimos o caminho para que todos os brasileiros possam comprar essa caixinha, que hoje custa duzentos e poucos reais, mas que daqui há um ano eu tenho certeza que custa muito menos. Trazendo para se fazer essa caixinha no Brasil. E o que é que acontece com a indústria? Eu tenho sido bombardeado pela indústria, preocupadíssima com o que vai acontecer... Nós estamos, vendendo televisores e eu tenho certeza que isso é absolutamente importante para o Brasil e para a indústria nacional, preservar, todas as fontes de exportação que o Brasil tem. Hoje nós vendemos cerca de setenta milhões de reais de aparelhos de televisão, notadamente para Argentina, Venezuela, Colômbia, Peru, etc. Setenta milhões. Agora, o televisor digital, ele tem uma qualidade extraordinária, que facilita para a indústria. E é muito bom... Nós acabarmos com alguns mitos que correm aí na praça e eu vejo volta é meia isso divulgado para todo canto. Ao contrário do aparelho analógico de televisão, que tem que obedecer a padrões criados, nos Estados Unidos é o MTEC, no Brasil é PALM, na Europa num canto PAL(F) no outro é CECAM(F). Cada um tem um número de linhas, cada tem um sistema de cores e eles não se entendem. Você compra um DVD em Londres, traz aqui e fica preto. Acabou, não aparece nada no seu televisor. Você compra no Estados Unidos um DVD, não perdão, um DVD não, um vídeo cassete, traz aqui ele fica em preto e branco. Quer dizer, esses sistemas não se entendem. Ao contrário, a TV digital é rigorosamente a mesma televisão no Japão, na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil. O que é que modifica esse aparelho de TV digital, esse receptor de TV digital para que ele entenda o sistema europeu, o sistema japonês, o sistema americano, é um *chip*, se chama *front(F) tend(F) chip*. Custa oito dólares. De quatorze a vinte reais, é a diferença para um televisor produzido no Brasil ou na Europa entender o sistema europeu ou o sistema que vai ser implantado no Brasil. Então, a indústria brasileira está preparada para atender ao mercado brasileiro, ao mercado latino americano, ao mercado europeu, ao mercado americano, qualquer mercado. Porque, ela pode produzir o televisor e perguntar: "Estou exportando para o Estados Unidos? O seu sistema é o ATEC?" Já vou colocar o *chip*... ATEC aqui... Mais oito dólares no custo. Sabe o que encarece realmente a TV digital no Brasil? É que ela, por força de Lei, tem de trazer aquele dispositivo de recepção analógica. Nós vamos ter um período de 15 anos, para fazer o que os americanos estão fazendo em 2009, para fazer o que os japoneses vão fazer em 2010, ou seja, desligar a TV analógica. Então, os televisores têm de continuar vindo com o receptor da TV analógica. Esse receptor representa 30% do preço aparelho. Sabe por quê? Porque é uma jabuticaba, só o Brasil tem. Aliás só o Brasil não, o Brasil e o Laos. Não perguntem por

que é que o Laos decidiu, porque eu também não sei explicar. Na verdade, é que por força disto, nós temos de introduzir esse receptor de TV digital. A lei diz o seguinte: "Ninguém pode ser prejudicado em receber a sua imagem na transição da TV analógica para TV Digital". Todo mundo continua recebendo a televisão. Então, na verdade, nós vamos começar a transmitir em setembro, se tudo correr bem, mas nós vamos continuar transmitindo analogicamente para o Brasil inteiro. Então, Sr. Presidente, eu acho que é basicamente eu cobri os termos principais da nossa proposta da TV digital e evidentemente eu acho que agora nós temos que abrir espaço para que todos os companheiros possam participar do nosso debate.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): A Presidência agradece, a sua Exa. Sr. Ministro o cumprimenta pelo seu excelente depoimento prestado aqui, a exposição que fez... E atendendo ao regulamento, eu queria antes submeter o plenário, porque... O convite ao Ministro, até por sugestão do próprio Ministro, foi para falar sobre o FUST e a TV digital. Mas eu estou achando que a TV digital está tão importante, se a gente pudesse solicitar ao Ministro marcar uma outra data para um debate sobre o FUST e hoje a gente fechava sobre a TV digital. Talvez na próxima semana ou na semana seguinte. Acho que seria melhor.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: [inaudível] quando V.Exa. determinar.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Então eu submeto ao plenário, então, vamos hoje só para TV digital. Pelo regimento da Comissão nós temos agora cinco minutos para as perguntas, depois cinco minutos para as respostas e depois quem perguntou tem dois minutos para réplica. É claro que não vai ser rígido, mas se a gente pudesse acertar, até porque o Ministro tem um compromisso às 13h00 com o Sr. Presidente da República. Então, nós temos aqui, os autores do requerimento eu não vou fazer perguntas, o Senador Sérgio Cabral não está presente, portanto, não vai fazer. A preferência é dele, mas está presente um dos autores do requerimento, que é o Senador Flávio Arns que tem a palavra para as suas perguntas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu não vou também fazer perguntas, mas eu gostaria de saudar o Ministro como Senador, também colega nosso aqui do Congresso Nacional, Ex-Presidente da Comissão de Educação, de cuja Comissão a parte de comunicações também é parte integrante, e também Ex-Presidente da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia da Comissão de Educação. Então, uma pessoa que, como profissional, como político tem, já vinha se dedicando intensamente a esse debate, e que continua a tomar este rumo também, já coerente com as atividades anteriores na condição de Ministro agora. E como Senador Sérgio Camata já mencionou no início desta Audiência Pública, desta reunião pública, que esta é a quinta oportunidade que esta Comissão de Educação do Senado vem proporcionando em termos de debate a respeito desse assunto. Aliás, houve já cinco oportunidades anteriores. Com esta é a sexta oportunidade. Inclusive, uma delas já no ano de 2005, já na condição inclusive de substituto do Senador e Ministro Hélio Costa na condição de Presidente também desta Subcomissão. Então, é um debate que vem fazendo parte, eu diria assim, do cotidiano do Senado Federal. Sempre dados interessantes, participações necessárias, e um encaminhamento assim muito adequado também. Eu quero, Sr. Ministro, só destacar, assim... A importância dessa apresentação, porque através desta apresentação nós podemos observar o critério, o cuidado, a busca de informações de fontes diferentes, o envolvimento das universidades, das instituições de ensino superior, de outros institutos de pesquisa, o que dá uma alta credibilidade, transparência também, porque é um assunto, sem dúvida, que envolve valores altos, decisões importantes, um rumo que o Brasil tem que tomar em relação ao futuro, e que vai representar, assim eu diria, uma revolução em termos de muitas possibilidades sociais, inclusive, científicas, tecnológicas e sociais como V.Exa. mencionou, em termos de Brasil. Então, os critérios adotados, o caminho adotado eu diria que foi assim muito bem construído, muito participado, bastante transparente, os dados à disposição, e sem dúvida, isto levado ao Presidente da República para que, com base então em todos esses estudos, possa ser tomada uma decisão que favoreça o país, e principalmente favoreça o povo, a pessoa, o consumidor. Este ponto eu diria, é fundamental. Quer dizer que seja um sistema aberto, ao alcance da população para que todas as pessoas que não tenham recursos financeiros adequados, para atender o que parte da população já tem que eles tenham acesso a esses recursos todos. Então, da minha parte, inclusive como Presidente da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia e substituindo como já mencionei V.Exa. e junto com o Senador Gerson Camata, um dos autores do requerimento, quero enaltecer a apresentação, os estudos, a sistemática, quer dizer, a maturidade de uma decisão que vai ser tomada pelo Brasil nos próximos dias. Quero parabenizar V.Exa, o Presidente Lula já por ter tomado essa atitude, dois anos atrás, mais de dois anos, porque foi já em 2003, já estamos indo para dois anos e meio, quase, e que

isto realmente está trazendo os frutos neste momento [soa a campainha] Parabenizo V.Exa.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Eu evidentemente quero agradecer o Senador Flávio Arns pelas suas palavras e dizer que quando o Presidente da Comissão de Educação que sempre me deixa muito honrado de mencionar, foi realmente uma decisão importantíssima para a Comissão, escolher V.Exa. para continuar o trabalho na Subcomissão de Ciência de Tecnologia que foi criada durante a nossa gestão como Presidente. Da mesma forma que me orgulho muitíssimo de ter indicado meu colega de partido do PMDB, Senador Gerson Camata Ex-governador para a Presidência desta Comissão. Eu vejo que V.Exa. bate num ponto absolutamente importante, que é como a TV digital vai atender a toda a população. Esta é a grande diferença que nós vemos no sistema brasileiro. Muitas vezes as pessoas dizem assim: "O sistema americano atende a uma população de 350 milhões de pessoas, o sistema europeu a 350 milhões de pessoas [soa a campainha] Os japoneses só atendem a três cidades, quatro cidades, no Japão. E agora começa pelo país inteiro a partir de maio de 2006". Não nos interessa o que está cobrindo no momento. Eu quero saber quem faz a melhor cobertura para a TV aberta. Ninguém. Nesses três projetos que estão aqui, está fazendo a cobertura para a TV aberta. Alguns dos projetos que estão aqui atendem à TV aberta. Outros não atendem. Essa é a posição [inaudível]. Muito importante a sua posição Senador.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Muito bem. Finda a inscrição dos autores do requerimento, nós temos aqui então as inscrições feitas aqui no início da Sessão. O Senador Mozarildo Cavalcanti, cedeu o seu tempo ao Senador Arthur Virgílio. Logo a seguir o Senador Jéferson Peres e o Senador Romeu Tuma, que não estão presentes. Então, eu vou chamar—

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): O Senador Romeu Tuma cedeu o tempo dele a mim se ele não estivesse--

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Mas V. Exa. já é o próximo também. Mas então, eu vou propor que sejam feitas perguntas de três em três. Aí o Ministro responderia conjuntamente para evitar até muita repetição de pergunta. Então Senador Arthur Virgílio, em seguida o Senador José Jorge e depois o Senador Sérgio Zambiasi. Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, Sr. Ministro e cumprimento por seu intermédio a sua ilustre assessoria. Senhoras e senhores Senadores. V.Exa. anunciou ontem, não só a urgências como a sua preferência pelo sistema japonês. V.Exa. sabe o apreço que tenho por, pela figura humana que V.Exa. tem representado para todos nós aqui no Senado, mas hoje de manhã eu devo fazer esse reparo eu fui informado, que V.Exa. através de uma rede de rádio, teria dito que o Governo anterior teria perdido a oportunidade de fazer a TV digital. É um assunto muito complexo. Se quisermos lembrar nesse campo do governo passado vamos lembrar do êxito que foi a popularização, a democratização da telefonia celular e a expansão da rede de telefonia fixa com o marco regulatório a meu ver competentemente estabelecido pelo Ministro Sérgio Mota. E digo isso porque V.Exa. sempre se pautou pela abertura, pela cordialidade pelo cavalheirismo, e isso é mais uma certa prática do PT, que gosta de dizer que tudo começa com ele, e mais um pouco Pedro Álvares Cabral é acusado pelo PT, de não ter implantado parlamentarismo no Brasil. Pedro Álvares Cabral, teria perdido oportunidade de implantar o parlamentarismo. E ele mal teve chance de receber, de fazer aquele primeiro pedido ao rei de emprego a não sei quem lá. Mas, isso é detalhe que nada empana o respeito e o apreço pessoal que tenho pelo querido amigo que V.Exa. é para mim. Muito bem, o que eu estou feliz mesmo é com a idéia da implantação do sistema de TV digital. Estamos vendo essa competição, legítima e justa entre União Européia, Japão e Estados Unidos, estou convencido de que o grande investimento mesmo é inovação e o mundo que vem por aí, é o mundo da inovação. Alguma coisa já existe. Eu vou cantar a minha aldeia, nós temos, por exemplo, no Amazonas funcionando por satélite para todo o Brasil, espraiada pela Amazonas Ocidental inteira e mais a Amazônia Oriental na parte do Amapá a Rede Amazônica de Televisão que já funciona com equipamentos digitais e produzindo programas digitais. Ou seja, está pronta essa rede para dar exemplo de uma região, para operar nos novos moldes com competência e eu vou usar o exemplo da minha região várias vezes, até para fazer aqui a própria minha opção. Muito bem, então nós entendemos que implantação deve ser imediata. Estamos de acordo e dispostos a apoiar a ação que V.Exa. empreende. Em segundo lugar, nós entendemos que a questão da mobilidade é essencial, essa questão da TV no ônibus, no metrô, no carro, enfim. Do mesmo modo a chamada portabilidade. Seria de maneira simples, talvez até simplória, eu não temeria ser simplória nesse momento, equivaler aos tempos que começaremos a viver agora. Isso aí é o que significou em algum momento de revolucionário o Radinho de pilha. A portabilidade é essencial. A interatividade. A opção para o telespectador, escolher como deseja ver um programa, receber suas informações e por aí

afora. Eu dei o exemplo da Rede Amazônica, da minha região, 202 repetidoras. E... A avaliação que fazemos no meu Estado, eu não sou nenhum técnico no assunto, eu sou um exímio ligador e desligador de televisores, enfim, mas nós também lá entendemos que a via mais justa os debates nos apontam que seu sistema ISDB, o japonês. Entendemos ainda e V.Exa. já esclareceu na parte que eu estava aqui, que eu estava atendendo as demandas da Comissão de Justiça também, que V.Exa. já respondeu isso, televisão tem que ser aberta e gratuita. Muito claramente democrático sobre esse prisma. Dou novamente o exemplo da experiência de Tv na minha região. A TV a cabo ela não levaria a toda extensão da Amazônia as informações e os avanços até humanos, que a TV digital poderia proporcionar. Muito bem, levando em conto que... Aí eu vejo uma questão muito prática. Levando em conta que há urgência por parte do Governo, urgência por parte de V. Exa. há a aceitação dessa urgência por parte da sociedade. Eu creio que o próximo passo agora é nós deliberarmos com consciência sobre qual o melhor sistema aquele que deve ser adotado e fazê-lo com firmeza, obrando com acerto, mas obrando com o sentido de urgência, para que esse projeto vire realidade. Pelo que eu antecipadamente parabenizo V.Exa, muito obrigada Sr. Ministro.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Com a palavra sua Exa. o Sr. Ministro.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Ilustre Senador e líder Arthur Virgilio, eu faço uma rápida observação sobre as suas palavras iniciais. Em nenhum momento, na realidade, eu quis colocar nas costas do governo passado e muito especialmente do nosso ilustre Presidente Fernando Henrique Cardoso, qualquer culpa pela não implantação da TV digital. Pelo contrário, eu acho até que não tendo decidido no finalzinho do Governo–

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu fiz questão de separar V.Exa. dessa mania de inaugurar o Brasil que o PT tem--

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: [risos] Muito bem. Eu fiz questão de fazer essa observação porque, na verdade, eu acho que o Governo do Presidente Lula fez acrescentado ao trabalho que já estava sendo desenvolvido pelo Governo anterior, do Presidente Fernando Henrique, Foi colocar a discussão a nível científico e técnico para o Brasil inteiro. Nós podíamos ter decidido em 2002, qual o sistema que nós vamos adotar. Mas, nós simplesmente íamos ter que escolher uma base puramente comercial, quem é que cobra menos pelas ferramentas ou pelos *Royalties*, que vamos ter que pagar, hoje não. Hoje nós estamos discutindo em termos técnicos e científicos. E certamente políticos, porque o que é que melhor atende a população? É um padrão separadamente, ou um conjunto de ferramentas dos três padrões para fazer o melhor para o atendimento ao Brasil. Não tenho o menor dúvida de que o que nós estamos fazendo nesse momento, Senador, leva o Presidente Lula a poder decidir com absoluta certeza e garantia de que, nós vamos fazer no Brasil uma TV digital aberta para toda a população, conforme V.Exa. ressaltou, é fundamental que ela tenha mobilidade, que ela tenha portabilidade, que ela tenha interatividade e que ela possa atender certamente, a toda a região brasileira que está menos atendida, vamos dizer assim, pelo sistema analógico. Eu acho que especialmente no que diz respeito à Região Amazônica, Senador, veja só, as dificuldades que nós temos na medida em que o senhor falou aqui 202 emissoras repetidoras de TV ou geradoras de TV na Amazônia. Com o sistema analógico, o senhor vai ter um progresso extraordinário. Ou perdão, com sistema digital o senhor vai ter um progresso extraordinário por quê? Porque cada emissão analógica, o senhor não chega a mais que 10 quilômetros de distância. Para cada emissão, por melhor que seja o transmissor da TV analógica, ela vai a 10, 15 quilômetros de raio. Bom, na TV digital, se o senhor puser a potência toda, na TV digital, o senhor vai cobrir aproximadamente 80 quilômetros de raio. Então, evidentemente que o senhor vai poder chegar com menos emissoras no Estado do Amazonas e cobrir praticamente todo o território do Estado. É uma inovação que tecnicamente vai facilitar na implantação da TV digital. Trazendo evidentemente o melhor aproveitamento do sistema. Eu agradeço a V.Exa. pelas suas carinhosas palavras como sempre.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): A Presidência quer também registrar aqui a presença do Dr. Roberto Pinto Martins, que é Secretário de Telecomunicações do Ministério, está aqui na Mesa. O Dr. Yaskara Laudares que é Assessor Especial do Sr. Ministro e do nosso colega Deputado Freire Júnior, também assessor do Ministro, no Ministério das Comunicações. Muito feliz aí com a presença dos senhores. Yaskara, Yaskara Laudares. Então, eu queria agora, pela ordem de inscrição, a palavra vai para o Senador José Jorge, que é o próximo inscrito, e depois o Sérgio Zambiasi.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar eu gostaria de saudar aqui a presença do nosso Ex-Presidente da Comissão, Senador Hélio Costa, amigo que na verdade representa bem o Senado no Ministério. Inclusive tem uma capacidade de decisão, de colocar as opiniões no debate, e, portanto, eu me congratulo com V.Exa. por esses aspectos positivos que deu ao

Ministério das Comunicações. Mas, evidentemente aqui me cabe também tirar algumas dúvidas como o Senador da oposição que sou. Em primeiro lugar eu gostaria de perguntar o seguinte: V.Exa. tem dito nas suas entrevistas, inclusive nessa que eu estou com ela na mão aqui, já coloquei a bola no pé de Lula é só chutar. Entre outras coisas, V.Exa. faz as comparações da portabilidade, todas aquelas vantagens do sistema japonês, e tem concluído de que o sistema japonês é o melhor. Por outro lado, V.Exa. tem dito que cabe ao Presidente Lula decidir. Então, V.Exa. espera que ele escolha um que não seja o melhor? Ele tem essa opção de escolher o pior, por exemplo? Isso que eu não entendo, como é que um já o melhor e o Presidente Lula que vai escolher. E V.Exa. inclusive, quando disse aqui sobre futebol, V.Exa. disse o seguinte: "Ou ele chuta e marca um gol de placa". Que no caso eu acho que ele escolheria o japonês. Ou chuta devagar e a bola entra de mansinho, que eu não sei qual é, deve ser o europeu ou joga para fora deve ser o americano. [risos] Então, V.Exa. está dando ao Presidente Lula a uma opção muito boa que é escolher o pior. [risos] Em segundo lugar, pergunta que eu gostaria de falar à V.Exa, é sobre a questão dos televisores que tem um prazo de 15 anos, para fazer transmissão analógica. Pelo que eu entendi, todas as emissoras vão fazer também, a transmissão digital. Vão manter a analógica pelo mesmo período, evidentemente para as pessoas que já disponham do televisor, eles possam continuar recebendo a transmissão analógica. Mas, ao mesmo tempo os televisores novos vão vir também com o sistema analógico. E eles precisam... Qual é a razão? Para que as pessoas não precisem comprar o equipamento ou é porque na verdade, isso deveria ser uma opção do comprador do televisor novo, e não uma obrigatoriedade da pessoa comprar um sistema que ele não vai usar. Então, isso deveria ser optativo nos televisores. Quer dizer, as empresas colocariam uns com analógico ainda, e outros só com digital e com esse dinheiro ele compraria o equipamento para a transmissão. V.Exa. disse que é porque uma Lei diz que tem um prazo de 15 anos. Mas, a nossa obrigação aqui, uma das principais, nós nem cumprimos tão bem, é exatamente mudar as Leis que estiverem erradas. Então o fato de ter uma lei dizendo que é 15 anos, não quer dizer que V.Exa. como Ministro e nós como Senadores aqui, nós não possamos fazer uma proposição para mudar essa Lei, ou então usar uma Medida Provisória e o Governo gosta tanto... Quer dizer na Medida Provisória rapidamente muda essa Lei e fica optativo. E na realidade não vai se fazer jogar 30% do preço do televisor no lixo, como V.Exa. explicou. Isso eu também não entendi essa razão disso... Em terceiro lugar é a questão dos *Royalties*, quer dizer, o que é que se paga no sistema japonês, europeu e americano se há diferenças fundamentais, no custo dos *Royalties* que vai se pagar em cada caso. E por último, eu gostaria de perguntar sobre o papel da ANATEL. Eu sou uma das poucas pessoas aqui, que me preocupo muito com essa questão das agências. O Governo, na realidade [soa a campainha] Eu vou encerrar, Presidente. O governo na realidade, ele sempre deixa as Agencias sem diretores. Mas, atualmente eu sempre acompanho isso assim, é fácil, são poucas agências, mas na realidade eu sempre acompanho. Hoje nós temos a ANP, sem dois diretores e um Diretor que tem um mandato meio *sub judice*, porque ele entrou para substituir um, que o Mandato acabou ninguém sabe se mandato dele continua ou se ele vai ter que ser reaprovado. Então, nesse caso, ficariam só com dois diretores. A ANEEL, a ANP é. Tem dois Diretores que não estão, e tem um diretor que o mandato está mais ou menos *sub judice*. É a ANEEL... A ANP é de petróleo. É importantíssima, petróleo á 65 dólares e nós não temos o os diretores das agências, recebe sei lá... Seis mil de salário. A ANATEL, a ANEEL, passou o ano inteiro sem dois diretores. Ficou com três. Só pode se reunir com três. Se um adoecer pára a reunião. E agora nomearam dois em dezembro, com muito esforço aqui nosso. E aí acabou o mandato de dois e ele só tem três novamente. Então, na realidade também está do mesmo jeito e não se fala quem vem para cá. E a ANATEL, e V.Exa. conhece melhor que eu, está a mais de 90 dias sem Presidente, aparentemente uma divergência entre o nome V.Exa. quer, e o nome que o Governo, sei lá, o PT quer, e eu acho que na realidade é preciso que se fizesse um acordo para que a Agencia, não ficasse sem Presidente. Eu apelo a V.Exa. para que se faça um acordo e aproveito essa presença de V.Exa. para perguntar qual será o papel da Agência Nacional de Telecomunicações, mesmo sem Presidente, nessa escolha e nesse processo no futuro. Muito obrigado. Eu pediria se fosse possível, já que ele respondeu a do Senador Arthur Virgílio, e como eu sou titular da Comissão de Constituição e Justiça, que está se votando lá a questão das medidas provisórias, se V. Exa. pudesse me ajudar que ele respondesse logo as minhas perguntas.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Com a permissão do Senador Sérgio Zambiasi eu cederia então, com a palavra sua Exa. o Sr. Ministro Hélio Costa.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Em primeiro lugar eu fico feliz de voltar à Comissão de Comunicações que é a Comissão de Educação do Senado e continuar me divertindo sempre com as observações que

o Senador José Jorge faz com muito espírito e bom humor. [risos] Eu fico sempre aguardando o momento da intervenção do Senador José Jorge, porque sei que ele sempre vem com alguma coisa inteligente e curiosa. E o senhor até me coloca em uma posição especial. Eu vou modificar um pouco aqui as regras do futebol, já que eu coloquei a bola na marca do pênalti, eu vou fazer o seguinte vou diminuir a distância, ao invés de 11 metros eu vou botar dois metros da linha debaixo da trave. Então quer dizer, não tem jeito de chutar para fora. Nem querendo ele não consegue chutar para fora. Não tem jeito. O senhor pode estar certo que a minha função como Ministro das Comunicações, não é de perder gol.--

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): Mas Ministro eu já vi gente perder gol, em cima da linha [risos]--

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: O senhor pode estar certo, e vou dizer mais ao senhor, aposte no gol de placa que o meu Presidente Luis Inácio Lula da Silva vai fazer, não é só com a TV digital, não. Vai fazer com muitos outros produtos importantes na pauta que ele tem até o fim do ano. Mas, principalmente o gol de placa que ele vai fazer em novembro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: [risos] O senhor vai ver. De placa realmente. Mas, eu queria colocar para o senhor que nós estamos na realidade numa função muito específica, Senador José Jorge. Mas, não é o Ministro que decide. Essas decisões elas são todas do Presidente da República. Na realidade, o próprio Decreto 4901 deixa bem claro isso. O Decreto cria instrumentos para a transição. Nos instrumentos para transição, você prepara as condições para que o Presidente, assessorado pelo conselho de desenvolvimento, possa tomar a decisão. Evidentemente, é uma decisão muito importante, porque ela vai pautar as comunicações do Brasil para os próximos vinte anos. Vai ter um impacto profundo em toda a comunicação brasileira. Então, eu não tenho a menor dúvida de que o Presidente vai estar muito bem informado para poder tomar essa decisão. Quando eu digo que eu tenho não necessariamente preferências, eu digo que eu tenho uma visão técnica daquilo que melhor atende as necessidades brasileiras. Quer dizer, agora, se um produto não entende as necessidades brasileiras, não quer dizer que ele esteja fora da proposta não. Nós temos prazo ainda, conforme eu disse aqui, na abertura das nossas discussões, nós ouvimos os japoneses na segunda-feira, hoje às 3h00 da tarde nós vamos ouvir os europeus, na quinta-feira vamos ouvir os americanos. E eu entendo que se eles chegarem e apresentarem propostas semelhantes ao que nós já temos, que favorecem ao Brasil e que tecnicamente atendem às exigências da TV aberta brasileira digital, claro que eles podem ser considerados, claro que eles podem acabar sendo escolhidos como o sistema brasileiro. Agora, o senhor citou prazo de 15 anos para o chamado *switch off*, para desligar a TV analógica e passar a ter uma televisão totalmente digital no Brasil. Não existe esse prazo. Esse prazo vai ser determinado, evidentemente, ou pelo Congresso ou pelo Presidente em forma de Decreto, nós ainda não temos sequer este prazo definido. Porque na realidade nos Estados Unidos nós estamos há 12 anos discutindo quando é que vai ser feito o *switch off* e só agora que o Congresso Americano decidiu que vai ser em 2009--

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): Deixa eu só esclarecer minha pergunta, eu acho que me expressei mal. V.Exa. em determinado momento, disse que as televisões mesmo antes de... Teriam um prazo de 15 anos.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Eu vou chegar lá. Conforme eu esclareci, evidentemente com o instrumento necessário para a recepção da TV analógica, e que isso eu fui informado oficialmente representa cerca [soa a campainha] De 30% do custo do aparelho digital. O que V.Exa. propõe é muito importante e realmente inteligente. Cabe à indústria que vai produzir estes televisores no Brasil, fazer realmente optativo, essa questão do sistema analógico, que é embutido no aparelho digital, porque pode diminuir o custo. Decididamente vai diminuir o custo. Então, se você vai comprar o televisor e você quer exclusivamente a transmissão digital e não está mais interessado em ver nenhum outro canal que não esteja digitalizado, você pode optar por esse instrumento e ponto final. Eu não vejo a menor dificuldade técnica de se fazer isso.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): Só tem que mudar a Lei.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Não existe na realidade uma Lei ainda nesse sentido. O que existe na realidade, é o que nós estamos fazendo, conforme eu disse, no Decreto 4901 você tem os instrumentos da transição e a partir daí pega o Congresso com a Lei Geral de comunicação de massa e começa a trabalhar os instrumentos legais que vão ser necessários, para você fazer todas as aplicações da TV digital entrar em funcionamento. Agora, com respeito às decisões fundamentais dos *Royalties* que o senhor citou, as propostas são muito claras. Os americanos estão dispostos a reinvestir 50% dos *Royalties*, em pesquisa e desenvolvimento. Os europeus estão dispostos a negociar parte dos *Royalties* que serão cobrados. Os japoneses abrem mão definitivamente em todo e qualquer *Royalties*, que esteja envolvido na arquitetura

que eles apresentam, como o padrão japonês de televisão digital. Esses *Royalties*, conforme eu ressaltei aqui, não sei se o senhor estava presente, eles são na base de dois a quatro dólares por aparelho vendido. Quer dizer quando o aparelho é vendido, na realidade quem acaba impondo este custo em cima do aparelho é o próprio revendedor e a indústria inicialmente, porque ela tem que acrescentar ao preço original o preço do *Royalties*. Não havendo o preço do *Royalties*, não havendo o preço do *Royalties* já vem evidentemente com quatro ou dois dólares mais baixo. No que diz respeito a ANATEL, eu vou discordar de V.Exa. quando o senhor diz que a agência está sem Presidente. Veja só, a ANATEL é uma agência e toda agência no Brasil ela tem uma direção formada por conselheiros. Na verdade, você só pode escolher o Presidente da ANATEL, entre os conselheiros da ANATEL. Quando você tem uma vaga no conselho, um dos principais coordenadores sobe para a posição de conselheiro. E o mais velho, assume a Presidência. Então, veja só, nós temos hoje na Presidência da ANATEL--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Não, o velho no cargo, o mais velho que está ali. O mais antigo. É um rodízio. Então, quem está na Presidência da ANATEL hoje é o Dr. Plínio Aguiar, e quem assume o lugar do Dr. Plínio Aguiar na posição dele de conselheiro é o Dr. Ara(F), que é um dos mais antigos técnicos da ANATEL. Então, veja você, se não fizer nada, está perfeito. Está muito bem colocado.--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Veja você, pelo contrário. Nós temos um aconselho da ANATEL que está atuando perfeitamente, e a substituição do conselheiro que assumiu a Presidência, ele tem uma larga, vasta experiência no setor, foi feita pelo mais antigo técnico da ANATEL que é o Dr. Ara(F), reconhecido no Brasil inteiro, e que passou a ser conselheiro. Até recentemente, nós tínhamos o Dr. Jarbas Valente como conselheiro exatamente substituindo o Dr. Plínio Aguiar que assumiu a Presidência. Então, para dizer a verdade, é como se fosse o piloto de um *Boeing* saindo em direção ou qualquer destino, você substitui o piloto, mas o avião é rigorosamente o mesmo.--

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): Vai pilotado pelo co-piloto, vamos dizer.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Vai pilotado pelo piloto que assumiu.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): Que é o co-piloto. [risos]

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Não, não existe co-piloto nesse sentido. Os senhores podem estar certo que especialmente as agências, não existe essa separação. São conselheiros. Todos os conselheiros. A Lei diz que você só pode escolher o Presidente entre os conselheiros. Todos eles têm que estar permanentemente preparados para assumir em qualquer situação a Presidência da agência. Tanto assim, que se um tirar férias ou se outro viaja ele está sempre com a Presidência entre os conselheiros. Eu não vejo essas diferenças não, Senador.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): Bom, Sr. Presidente, eu tenho direito--

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Com a palavra o Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): Eu gostaria de agradecer o Sr. Ministro, os esclarecimentos e dizer que infelizmente nessa questão da ANATEL, eu discordo. Eu acho que nós devemos ter o Presidente titular encaminhado ao Senado, na hora correta e não uma agência ser administrada por substituto. É mesma coisa de um Ministro. Na realidade, se o Governo tem um Ministro e o Ministro sai, se coloca um substituto no lugar até nomear outro Ministro. Mas, aquele Ministro evidentemente que não tem as mesmas condições de prazos e conseqüências para fazer a sua gestão. Então, eu acho que o Governo deveria não só no caso da ANATEL, como no caso da ANP, como no caso da ANEEL. Manter sempre essas agências com seus diretores como titulares. Porque é uma coisa que não é difícil, mesmo porque o Senado tem colaborado tem aprovado a maior parte dos indicados, e outra coisa, Ministro, a gente já sabe que vai vagar um lugar numa agência, com três anos de antecedência quando um cara entra. Porque se fosse algum que morresse, tivesse assim um acidente que a vaga ocorresse sem a gente saber, mas não, a vaga aparece exatamente no dia que tinha que aparecer. Portanto, o Governo pode mandar para cá seis meses antes. Não é obrigado a esperar que a vaga termine. E, no entanto, há esse descuido com a Agência, que na realidade eu acho que o Governo deveria [soa a campainha] O mais rápido possível encaminhar. No resto eu agradeço a V.Exa.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): A Presidência registra a presença do Deputado João campos, que é um estudioso também do assunto e está participando dessa reunião. O próximo inquiridor é o Senador Sérgio Zambiasi e depois Senador Augusto Botelho, Senador Roberto Saturnino e Senador Wellington Salgado de Oliveira. Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sr. Presidente Gerson Camata, Ministro Hélio Costa e

colegas Senadoras e Senadores. Primeiro, quero cumprimentá-lo Ministro desde ontem acompanhando, inclusive ontem, a sua explanação na Câmara, hoje aqui, didático, convicto, e nos ensinando muito do que é realmente a TV digital. Muita gente ouve e nem todos entendem exatamente, o que é essa proposta muito avançada. Eu acho realmente que tem que ter pressa na sua instalação, porque vem um grande evento mundial, que é a copa do mundo, e seria interessante que até lá quem tiver acesso à TV digital já pudesse assisti-la, digamos, com este privilégio. O que eu não entendo é que este privilégio realmente deve estar na TV aberta e acho que esse privilégio deve ser para todos, portanto o consumidor deve receber de Graça sem intermediário, eu acho isso já fundamental, porque por enquanto privilégio apenas do sistema a cabo, o satélite, banda larga. Então, eu acho que para mim o fundamental, no caso, Ministro Hélio Costa, é exatamente o sistema que nos permitir que possa transmitir a TV digital para a TV aberta, sem intermediário que o consumidor possa receber gratuitamente esse sinal, sem um custo a mais. Porque a tecnologia faz isto. Nós temos... Nós todos estamos encantados pela tecnologia, mas, ela invade terrivelmente o orçamento das famílias. A pessoa se encanta. Por tudo que tem de moderno aí. Adquire, mas é um custo a mais, ao final do mês que mexe no orçamento que dificilmente ele é recomposto. Então, um tema que para mim é fundamental, não sei qual dos sistemas que oferece a possibilidade do acesso gratuito, mas acho que na minha opinião este é o sistema que deve ser implantado no Brasil e pensando inclusive, em nível Sul-americano. Acho que essa é uma questão que deve também passar por uma conversa com a América do Sul, com o Mercosul que pelo menos, que já avança muito e com quem nós já estamos parceiros, com a Argentina, Uruguai, os países todos. A América do Sul, enfim, que eles possam já ter uma tendência a adotar o mesmo sistema, nós já temos a TV Brasil que já começa a integrar as Comunicações sul americanas, nós temos aqui a TV Senado que daqui a pouco está transmitindo inclusive para outros países, já estamos recebendo sinais de outros países e esta possibilidade de convívio no meu ponto de vista é importante. Mas aqui em nível de Brasil eu entendo que, acima de tudo, possa ser um privilégio para todos. TV aberta sem intermediário e o sinal gratuito.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Com a palavra S.Exa. o Sr. Ministro.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Eu antes de mais nada quero cumprimentar o Senador Zambiasi, e sempre lembrar o Senador sempre concorria comigo, em quem era o primeiro a chegar no Senado pela manhã. Ele faz um programa por volta de 07H00 da manhã, eu tenho certeza disso, e eu costumava chegar aqui às oito horas. Ou ele estava no painel ou eu estava no painel. Então, nós concorríamos na chegada em primeiro lugar—

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu continuo chegando cedinho--

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: [risos] continua. Mas, eu vejo que V.Exa. se preocupa com que nós todos no Governo e especialmente o Ministério das Comunicações nos preocupamos que é realmente fazer com que a TV digital seja TV aberta. Que ela chegue a todos os aparelhos de televisão no país inteiro. Agora, vale a pena usar a sua preocupação para nós fazermos uma pequena diferenciação entre os dois sistemas, porque V.Exa. diz que deve ser utilizado o sistema que atenda a TV aberta em todos os níveis. Muito bem. Por que é que vale a pena essa explicação? Entre o sistema japonês e sistema europeu existe uma diferença. A diferença é o seguinte, no sistema japonês no ISDB ao transmitir a televisão, você está transmitindo a TV digital, ela vai pegar nos aparelhos de televisão digitais, fixos e móveis, e vai pegar também como televisão no seu celular. Se você acrescentar um pequeno *chip* no seu celular ou o celular de três G, ou seja, de terceira geração, ele já vai captar a emissão da TV digital. Enquanto que nos outros sistemas, para você captar a transmissão gratuita da televisão no seu celular, você teria que usar um canal de comunicação extra, que seria pela linha telefônica. Então, aí você já vai pagar o pulso que ele vai te cobrar ou então a entrega do produto. E não pode haver isso, nós fazemos questão de que a TV livre, aberta, transmitida para todos os sistemas, seja gratuita. Agora, nada impede, e por isso que as empresas de telecomunicações que não são empresas de rádio difusão e teledifusão, também tenham espaço na implantação da TV digital. E não precisam ficar nervosos. Vão ter todo o seu espaço. Por quê? Porque, na realidade, a interatividade na TV digital, ela é feita pela linha telefônica. Você, como eu disse aqui no começo da minha fala, você joga o fio do telefone no terminal de acesso, na caixinha, no *setup-box* e através da linha telefônica que você manda os pulsos necessários para Responder as perguntas da interatividade. Agora, a partir daí, você tem hoje uma abertura extraordinária, para todos os setores da comunicação, e notadamente nas telecomunicações, porque veja só, o senhor citou a copa do mundo, nós vamos para a copa do mundo, vamos estar vendo a TV digital, na hora que você tem um gol do Brasil, você recebeu pelo seu celular na fila do ônibus você está vendo o jogo pelo celular, mas você quer repetir o gol. Tá bom. Disque para companhia telefônica, ela repete o gol

para você. Mas te cobra. Aí é um produto pago. Não é mais um produto livre, aberto. Você tem o direito de ver tudo. Agora, se quiser repetir, se quiser luxo, o luxo é pago. Este é o caminho da utilização sem dúvida das companhias de telefone. E nós estamos vivendo uma situação que é importante ressaltar para a Comissão de Educação e Comunicações do Senado, eu fiz isso ontem na Câmara dos Deputados. A Receita da comunicação no Brasil é de quarenta bilhões de reais. [soa a campainha] Desses quarenta bilhões de reais, Presidente, trinta e três bilhões vão para as empresas de telefone. Principalmente as quatro empresas. Trinta e três bilhões. Quando você junta todas as emissoras de TV, rede, ou independentes, privadas, rádio, tudo, sete bilhões. Então, a diferença é essa. Trinta e três por sete. E já estou incluindo aí, cabo satélite, TV aberta fechada tudo sete bilhões. Trinta e três bilhões. E não conseguimos convencer ninguém a fazer um telefone social que pudesse reduzir em 50% realmente a assinatura básica do telefone, que o absurdo que se faz neste país de impor as pessoas pobres e carentes uma prestação, por assim dizer por uma coisa que não tem, que é o telefone em Casa. Levantou está pagando mais do que quarenta reais. Isso é um absurdo. E além de não conseguirmos fazer o telefone celular, porque infelizmente a própria Lei Geral de telecomunicações não permitiu que o Governo fizesse a elegibilidade, ou seja, que nós pegássemos uma parcela da população de baixa renda e disséssemos: "Bom, você que ganha até três salários mínimos, tem o direito de pagar menos por um telefone na sua casa que vai custar no máximo 50% do que custa atualmente. A Lei não deixou. Então, nós temos que corrigir esta Lei, Senador Camata. Nós temos que mexer nessa Lei. Isso é um absurdo não permitir por Lei, que as pessoas não tenham acesso a um instrumento como o telefone. E aí fizemos o pior. Aceitamos uma proposta da ANATEL, que na realidade, e diga-se de passagem, o Ministério das Comunicações não tem nada a ver com esse telefone que criaram agora recentemente, e que eu peço a cada um de vocês que não use, porque ele é ruim ele é prejudicial, ele é mais caro, ele engana o consumidor, que é o chamado AICE, Acesso Individual ao cliente especial. Que cliente especial é esse que eu cobro mais caro? Coisa complicada. Então, o caminho das operadoras de telefonia está aberto. Eu não tenho a menor dúvida. Agora, conforme disse lá no comecinho da nossa exposição, nós estamos tratando aqui de TV digital. Nós não estamos falando de telefonia digital. É outra história, outra Lei, é Lei geral de telecomunicações, não tem nada a ver com TV digital. Agora, quando a TV digital for implantada pronta para funcionar. Bom, venham as companhias telefônicas porque tem um espaço extraordinário para cada uma delas participar dessa nova, vamos dizer assim, aventura nas comunicações brasileiras.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Eu vou conceder então a palavra em bloco aos três últimos inscritos, por causa do nosso tempo, Senador Augusto Botelho e depois Senador Roberto Saturnino, Senador Wellington Salgado de Oliveira. Os três perguntam em bloco e logo a seguir o Ministro também responde em bloco. Senador Augusto Botelho com a palavra.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Inicialmente eu gostaria de lhe felicitar e dizer que Roraima é muito grata pela TV digital, porque atualmente nos rincões mais distantes das cidades da transmissora só pega televisão quem tem uma parabólica. E os nossos produtores rurais não estão com dinheiro sobrando assim para todos terem parabólica. Os mais pobres têm uma televisão, podem conseguir uma televisão, mas uma parabólica já fica difícil. Com esses 80 quilômetros que o senhor falou que é o raio da TV digital, praticamente o meu Estado vai ficar todo coberto por televisão. Então, Roraima lhe agradece essa atitude e espera que o senhor implante logo para a gente conseguir. Mas eu vou partir por um outro ponto que, eu cheguei um pouco atrasado... Outra oportunidade mas, o senhor falou que vão instalar na Câmara dos Deputados ontem que eu também acompanhei, 30 mil telefones nas escolas. Lá na nossa região eu gostaria de deixar bem claro para o senhor, porque é para o senhor, tocar esse projeto e empurrar ele mais se possível aumentar. Um telefone numa escola daquelas isoladas, cuja estrada de asfalto está a 40, 50 quilômetros por uma estrada bem ruim, é um ponto de decisão entre a vida e a morte de algumas pessoas. Uma picada de cobra, por exemplo, se ele for seguir as vias normais que geralmente não tem condução dentro das áreas mais inóspitas de tentar chegar na estrada para depois, chegar no hospital e tudo... Ele vai levar quase 12 horas para chegar no hospital, que é um tempo fundamental. E quando cai uma árvore em cima de uma pessoa. Quando uma pessoa cai numa ponte, que tem uma hemorragia interna, o tempo é menor. Então, as operadoras tinham obrigação de estar lá, que eu já tentei, já lutei fazer elas instalarem nas escolas do interior os telefones e não consegui instalar nenhum lá em Roraima, porque elas alegavam justamente o custo do telefone. V.Exa. agora com a ajuda da Justiça para utilizar o FUST(F). Eu acho que isso vai ser resolvido. Então eu gostaria de solicitar de V.Exa. um empenho, mesmo que tentar fazer isso, porque na minha região da região Amazônica, um telefone numa escola é a diferença entre a vida e a morte para muitas pessoas.

Por da facilidade de comunicação e de outras coisas. Mas é... Então, eu gostaria que o senhor tivesse esse relógio. Porque na nossa região para instalar o maior número possível de telefones na região Amazônica, [illegible] vai fazer essa diferença. Muito obrigado, Senador Eduardo.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Com a palavra, Senador Roberto.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Sr. Ministro quero antes de tudo, agradecer e cumprimentar V.Exa. sua exposição, a exposição de V.Exa. foi muito convincente, nos informou de muitos detalhes que são difíceis para nós compreender mesmo. De forma que antes de tudo, os meus cumprimentos, e eu queria fazer duas indagações. Uma referente... O senhor me disse: Sempre me preocupo com a questão da indústria nacional, porque a gente tende e naturalmente e é um dever pensar no consumidor imediatamente, naquele povo que vai receber agora o benefício. Mas, a gente tem que pensar também no povo de duas, três gerações depois, que depende do desenvolvimento, isto é, da indústria e da geração de riqueza e tudo mais. Então, a indústria brasileira, o que... Que papel vai ser... Que papel ela vai ter nisto tudo? Qual é o modelo de negócio no qual ela vai participar? Por exemplo, se os japoneses não vão cobrar *Royalties* nenhum, eles vão poder fabricar livremente sem pagar nada aos... Enfim, à matriz, aos japoneses? E em segundo lugar eu queria que V.Exa. também dissesse algo sobre esse benefício, que além de todos esses da qualidade da portabilidade, da mobilidade, e tudo mais, é a multiplicação dos canais que o sistema digital possibilita. Como é que vai ser? Essa é outra pergunta que se faz. Como vai ser feita a distribuição desses canais, desses muitos canais novos? Porque esse é outro benefício. Talvez até o mais importante de todos, a utilização da televisão para muitos outros fins além do que atualmente é feito. Quer dizer, haverá necessidade de legislação para isso? Isso que eu queria que V.Exa. nos dissesse algo a esse respeito.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Senador Wellington Salgado de Oliveira, o último inscrito.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sempre o último na ordem alfabética, Sr. Presidente, em tudo, em tamanho, os maiores atrás, sempre. Mas não tem problema.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Essa história eu já escuto há muito tempo. Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, primeiro de tudo eu quero dizer que é o meu Ministro predileto e o meu Senador predileto por razões óbvias.[risos] Por razões óbvias. Mas, eu tenho tido pouca oportunidade de conversar--

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): E o candidato à Vice-presidente de V.Exa.--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas, eu tenho tido pouca oportunidade de conversar com o Ministro, porque nesse momento o Ministro está muito bem cotado para Governador de Minas, então todas as conversas que nós temos participado tem sido simplesmente questões políticas, indicação de partido, argumentações, e eu acabo perdendo esse espaço de conversar sobre toda essa questão importante que é essa mudança da TV digital. Então, não chego aqui combinado com nada [risos] com o Ministro. Digamos assim. Agora, Ministro, V.Exa. colocou uma situação importante aqui que eu estava até procurando uma pergunta, porque em todo momento sendo o último, as perguntas acontecem antes. Mas, uma colocação feita por V.Exa. foi de que os telefones celulares vão receber imagens, vão ter a capacidade de receber imagem. E o que é que acontece hoje com o Ministério das Comunicações? Você, para ser gerador, e aí não é esse caso, porque eu acho que eles vão funcionar como retransmissores dos telefones, isso é algo que não prevê na legislação. Ou seja, esses telefones vão estar naquele momento funcionando como retransmissores. E retransmissores é uma concessão do Ministério, uma outorga dada pelo Ministro, diretamente, e concessão ela vai ser dada por que ganha na licitação o direito de explorar uma televisão e fazer programação. Como o senhor vê essa situação e como o senhor acha que ela vai poder ser corrigida, ou será que vai afetar as grandes empresas que hoje produzem. Essa é uma pergunta. A outra pergunta é que a televisão brasileira hoje é conhecida mundialmente como a televisão que faz grandes programas, exporta programas, e com a TV digital, pelo que V.Exa. falou, vai dar um espaço maior para a interatividade. V.Exa. acha que isso vai abrir um novo mercado para essas televisões a nível mundial com a qualidade que ela hoje apresenta com os programas, o senhor acha que também esse espaço será ocupado pelas nossas televisões do Brasil hoje.São as duas perguntas que tenho para V.Exa.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): A palavra V.Exa. o Sr. Ministro Hélio Costa.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Em primeiro lugar, eu quero agradecer ao ilustre Senador Augusto Botelho, porque durante todo o tempo que eu fui Presidente desta importante Comissão de Educação e

Comunicações, o Senador Augusto Botelho foi o meu ilustre Vice-Presidente. E sempre com a maior atenção, dignidade, sempre respondeu nos momentos em que eu não pude estar presente pela Presidência da Comissão. E, ao mesmo tempo, dizer que a sua preocupação certamente pode ser resolvida com a TV digital, vai ser resolvida com a TV digital. Num Estado como Roraima, por exemplo, em que o senhor citou, nós, na verdade, a cada dez quilômetros precisariam de uma retransmissora de TV analógica. Para lhe dar um exemplo do que acontece com a TV digital, em São Paulo, na cidade de São Paulo, com todos os obstáculos do centro de São Paulo, com os edifícios de São Paulo, com 5% da potência possível de se aplicar a um transmissor digital, nós estamos cobrindo 15 quilômetros de raio partindo da Av. Paulista [soa a campainha]. Com 5% da potência. Se você puser toda a potência disponível, você pode chegar a 80 quilômetros de distância. Então, evidentemente que com 80 quilômetros de raio, você vai realmente poder fazer uma cobertura excepcional e com uma imagem primorosa. Porque conforme eu ressaltei no começo, na TV digital não existe imagem ruim ou imagem boa. Só existe imagem boa, não existe outro tipo. Você, ao transmitir dados, você está colocando no seu televisor ou uma imagem perfeita ou fica tudo preto. Não aparece nada. Ela só chega com uma imagem perfeita. Ou então, não chega. Não tem como mexer na anteninha. A anteninha é mexida uma vez para orientar, conforme eu disse, para o sistema de transmissão. E com relação ao FUST, eu assumi o compromisso com o Senador Camata de voltar à Comissão para falarmos sobre o FUST, mas eu posso antecipar para o ilustre Senador que a sua preocupação é exatamente o ponto prioritário, que nós enviamos segunda-feira para o Tribunal de Contas da União como a proposta que o Ministério das Comunicações faz para a execução orçamentária deste ano com os recursos do FUST, que é atender as escolas públicas no país inteiro que não têm telefone. E vou inclusive voltar aos dados que citei ontem e volto a afirmar. Nós temos na zona urbana do Brasil 70 mil escolas sem telefone. E na zona rural nós temos 30 mil escolas no Brasil sem telefone. Então, são 100 mil escolas que no Brasil inteiro não tem sequer um aparelho telefônico. Levando a essas situações absurdas, como acontece no seu Estado de Roraima. Então, nós vamos fazer as aplicações do FUST inicialmente nessa questão da telefonia. Até porque a Lei com do FUST é muito correta. Ela foi feita depois da Lei da Privatização, que é de 1997, que estabelece os princípios de que os recursos de um fundo que seria criado deveriam ser utilizados para universalização do sistema de telefonia. Quando vem a Lei do FUST, em 2000, ela já vem falando de inclusão digital, ela vem falando de telefonia digital, mas lamentavelmente nós estamos tolhidos pelas imposições da Lei Geral de Telecomunicações. Por isso que nós temos que mudo mudar a Lei. Temos que mudar a Lei de telecomunicações exatamente, para permitir a elegibilidade que atende ao telefone social, temos que mudar a Lei Geral de Telecomunicações para flexibilizar a utilização dos recursos do FUST que, por exemplo, hoje nós não podemos fazer *internet* banda larga com os recursos do FUST. A Lei não permite. Quer dizer, veja o absurdo, nós estamos em plena era digital, temos três bilhões e oitocentos milhões de reais em caixa para aplicar, com a Lei do FUST, e não podemos fazer integração digital com esse dinheiro. A menos que mude a Lei Geral de Telecomunicações. Então, o nosso assessor jurídico o Dr. Marcelo Bechara, que está aqui sentado na primeira cadeira como ouvinte, já preparou todo o instrumento legal para nós apresentarmos no meu primeiro encontro com o Presidente da República que deve ser na sexta-feira, entre quinta e sexta-feira e nós vamos levar ao Presidente já a proposta para a modificação da Lei Geral nestes dois pontos específicos. E eu tenho certeza que vai atender precisamente as preocupações de V.Exa. O Senador Roberto Saturnino coloca inicialmente a preocupação com o setor industrial. Nós temos tido, Senador Saturnino, reuniões permanentes com os representantes das indústrias. Eu posso garantir ao senhor, que só como Ministro eu fiz pelo menos umas cinco reuniões com os representantes, [soa a campainha] Tanto da ABINEE, quanto da ELETROS, que são os representantes da indústria eletroeletrônico. Nós os envolvemos em todas as discussões e participações com relação à TV digital. E eles mesmos por iniciativa própria já foram falar com o Presidente da República, já estiveram com a Ministra Dilma Rousseff, já estiveram com o Ministro Furlan, já estiveram praticamente em todos os Ministérios da República, preocupados também com respeito à posição da indústria com relação à implantação da TV digital no país. As informações que eu passei aqui no ponto de vista industrial onde você produz um televisor de plasma ou LCD, para transmitir a TV digital e que ele precisa apenas de pequenas adaptações, notadamente com o chamado *Chip front tend* que vai entender o sistema que vai ser aplicado ou na Europa ou no Japão ou nos Estados Unidos. Isso aí abre para a indústria brasileira um caminho extraordinário. Na medida em que nós já temos um mercado de venda de televisão na América do Sul, Argentina, Venezuela, Colômbia etc, e nós somos na realidade competentes para produzir o melhor aparelho de TV digital de 1080 linhas, como se produz na Europa, nos Estados Unidos ou

no Japão, nós temos que pegar embalo nessa proposta industrial e envolver toda a América do Sul, principalmente o Mercosul, o cone sul, para que a gente possa realmente ter um grande sucesso nessa área. Nós temos tido conversações permanentes com os Argentinos, conforme eu disse aqui, com os Ministros, Secretários, estamos esperando os Colombianos, temos boas conversas já com os Venezuelanos. Eu acho que do ponto de vista industrial, nós estamos muito bem preparados para nós podermos fazer uma série de inovações. Por outro lado, eu queria também falar, sobre a questão levantada pelo senhor com respeito à multiplicação de canais. Na verdade, V.Exa. toca num assunto que passou de certo modo desapercebido ontem na Comissão de Comunicações da Câmara, e agora no finalzinho da nossa palestra aqui no Senado, é que nós vamos acabar tocando nesse assunto. Este tem sido, o objeto da mais importante discussão técnica e política no que diz respeito à TV digital. Porque na verdade, o que está acontecendo nos Estados Unidos, na Europa e no Japão é exatamente o seguinte procedimento: Como você não pode parar a transmissão da TV analógica, porque senão você condenaria o telespectador a ter de, forçosamente, comprar a caixinha, e nós não podemos fazer isso, se ele não quiser comprar a caixinha, ele tem que continuar recebendo todas as transmissões analógicas que são feitas no Brasil. Nós não podemos obrigar ninguém, a se adaptar à TV digital. Foi mais ou menos o que aconteceu com a transformação da TV preto e branco para TV a cores. Quer dizer, olha: "Já existe a TV a cores. Se você quiser, você compra um aparelho de TV a cores". Agora, se você não quer comprar o aparelho de TV a cores, você continua recebendo as suas novelas preferidas ou os seus jornais preferidos em preto e branco. Quer dizer é o que vai acontecer com a TV digital. Por esta razão, você precisa de canalização. Cada transmissão de TV analógica ela é feita num espaço, num aspecto rádio elétrico de seis megahertz. Então, para nós continuarmos transmitindo a TV analógica e fazermos a inclusão da TV digital, nós precisamos de um novo espaço no espectro radioelétrico de seis megahertz. Então, este espaço extra, ele é repassado às emissoras de televisão como está sendo feito nos Estados Unidos, como está sendo feito na Europa e no Japão, em todos os lugares, está sendo feito assim. E o canal analógica, na realidade, seis megahertz, ele é dado temporariamente. Não é uma concessão, não se faz uma concessão. Por isso que o Decreto 4901, ele dá... O Presidente cria os instrumentos da transição. Porque, se nós estivéssemos esperando toda a discussão do sistema de canalização que começa Ministério das Comunicações, vai a ANATEL, depois vem aqui para o Congresso e aqui que nós vamos decidir. Se nós tivermos que esperar, todo esse procedimento nós não fazemos a TV digital em menos de 10 anos. Possivelmente, o mais que podia se fazer seria em cinco anos. Mas o Decreto 4901 nós dá os instrumentos da transição. Então, nós podemos a título precário, em prestado, nós fazemos a entrega do canal digital para cada uma das emissoras. Este canal, na realidade, digitalmente ele tem uma utilização extremamente melhor do que a utilização no sistema analógico. Porque no sistema analógico, você transmite uma única imagem com som naquele canal. Você precisa dos seis megahertz para transmitir a imagem da televisão e um som, que é o som de rádio AM. No sistema digital você divide esses seis megahertz em 13 partes no sistema japonês. Você divide em oito partes no sistema europeu e você divide em três partes no sistema americano. Então, você faz a juntada desses pequenos módulos, que tem dentro desse espectro da seguinte maneira. Eu posso, no sistema japonês, por exemplo, fazer a seguinte divisão: Eu pego quatro, desses 13 canais e transformo na transmissão em alta definição da televisão. Eu pego mais dois e transformo em uma transmissão de baixa Resolução para poder atender o celular. Eu pego mais quatro e boto na telefonia móvel e na telefonia do celular. Eu posso fazer tudo isso dentro destes canais. Ou então, eu posso transformar em quatro canais exatamente iguais à transmissão analógica. Ou seja, de baixa Resolução. Mas, eu crio quatro canais simultâneos, quatro programações simultâneas. Por isso que vai ser extremamente importante à discussão deste assunto todo passando aqui pela Comissão de Educação do Senado e certamente da Câmara, porque o que é que o Governo quer? O Governo quer que, obedecendo os critérios que nós estamos criando, ou seja, nós temos que ter alta definição, nós temos que ter interatividade, portabilidade e mobilidade, você não vai fazer TV de alta definição o tempo todo. No momento que você estiver fazendo a alta definição, ou seja, de 08 à 10 da noite, ou na novela, ou no filme ou no espetáculo, de qualquer forma, você vai juntar os quatro canais, todos esses três elementos deste espectro de seis megahertz e vai transmitir em alta definição. Quando você não estiver transmitindo em alta definição, durante à tarde ou pela manhã ou no começo da noite, você tem quatro programações distintas sendo transmitidas. E como é que eu pego isso em casa? Na minha caixinha, onde você pega a TVYX no canal cinco, você agora tem 5,1; 5,2; 5,3; 5,4. Você pega quatro canais onde você pegava um canal. E você vai poder ir sintonizando esses canais diferentes. O que nós entendemos é que esta multiplicidade dos canais, vai nos oferecer um instru-

mento extraordinário de educação e cultura. Porque, você vai ter em cada emissão de televisão digital no Brasil, você vai ter condições de canalizar a informação, a educação e a cultura pela televisão, sem as dificuldades de canalização que nós temos hoje. Por exemplo, você não consegue colocar mais um canal analógico em São Paulo. Não tem jeito. Você não consegue criar mais um canal analógico dentro do VHF no Rio de Janeiro, não tem jeito; Belo Horizonte, não tem jeito; Recife, não tem jeito; Curitiba, não tem jeito. Não tem jeito nas capitais em lugar nenhum. Exceto, evidentemente, se eu for para Roraima, no norte e nordeste do Brasil é possível. Mas, abaixo do noroeste do Brasil, já é com dificuldade que você consegue a canalização. A TV digital vai facilitar o sistema de canalização, vai nos dar esta grande e extraordinária opção de realmente podermos fazer um uso maravilhoso da televisão, especialmente nesse sentido. Quando eu aqui, às vezes, aparento uma defesa de algum sistema, é porque eu estou preocupado, primeiro, com a [soa a campainha] televisão aberta, segundo que ela comporte todos esses instrumentos inovadores. Qualquer sistema que atenda a TV aberta como eu insisto, e o Presidente Lula sabe e concorda comigo, tem que ser feita no Brasil TV aberta digital. Qualquer sistema que atenda a TV digital aberta no Brasil, qualquer sistema que tenha interatividade, mobilidade e portabilidade serve para o Brasil. Agora, se não tiver, não serve. Essa que é a simples dificuldade que nós temos. Acho até que não é dificuldade nenhuma. Nós vamos encontrar um caminho direitinho. Mas, V.Exa. realmente... Valeu a sua espera para nós chegarmos a essa posição, porque V.Exa. chega e faz uma pergunta absolutamente importante. E a legislação, Senador, é a Lei Geral de Comunicação de Massa, certamente, que vai poder tratar de tudo isso. E neste momento [inaudível] Que nós estamos falando de TV digital, mais do que nunca, é importante que se comece uma grande discussão aqui na Comissão de Educação, Senador Camata, sobre a Lei Geral de Comunicação de Massa, porque este ano como sendo um ano eleitoral é mais complicado, mas no ano que vem eu tenho certeza que nós vamos ter que fazer essa Lei de qualquer forma, porque--

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Se V.Exa. me permitir uma intervenção, antes da resposta ao Senador Wellington Salgado, eu observei no FCC americano a tese deles é quando a tecnologia é nova, não faz a Lei. Faz portaria ou faz Decreto. Quando a tecnologia vai e consolida, aí faz a Lei. Porque mudar a Lei às vezes demora. Agora, mudar um Decreto, mudar uma portaria, é facílimo. Então, a tecnologia corre tanto hoje, que eles vão acompanhando com Portarias, não são nem Decretos. Portarias do FCC. Lá na frente consolidou a tecnologia, "pum", faz a Lei. Nós aqui cometemos esse erro. Fizemos a Lei, a tecnologia evoluiu e a lei engessou a tecnologia. Com a palavra V.Exa. Me desculpe a intervenção.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: O Senador Gerson acabou de repetir o que eu disse agora a pouco, entre a Lei do FUST e a Lei Geral de Telecomunicações. A Lei Geral de Telecomunicações diz que você pode utilizar os recursos do FUST para fazer a universalização mas, de repente... A Lei do FUST é toda moderna e lamentavelmente a Lei Geral me proíbe de fazer tudo, está engessada lá atrás. Então, o que o Presidente Lula fez, foi rigorosamente seguindo o que foi feito pelo FCC americano, pelo sistema europeu e pelo sistema asiático, diga-se de passagem, primeiro com Decreto, você estabelece as bases da transição, faz a transição. E evidentemente cabe ao Congresso Nacional fazer as Leis definitivas. Com respeito à observação feita pelo ilustre Senador Wellington Salgado. que muito embora seja o último a ser atendido aqui, mas certamente é o primeiro nas minhas notadamente orações, pois é meu amigo querido...

[risos]

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Eu tenho absoluta convicção que o Senador Wellington Salgado tem representado o Senador Hélio Costa e o meu querido Estado de Minas Gerais, com a maior dignidade no cidade e nesta Comissão, e vejo que as suas perguntas estão afinadas com a preocupação que nós todos temos, neste proposta da implantação da TV digital. Você levantou uma questão relacionada aos telefones celulares e a sua participação no sistema digital, perguntando se eles não acabariam sendo um retransmissor da televisão e que, portanto, sendo retransmissor, teria que ter uma concessão que notadamente vem do Ministério para a Presidência da República e o Congresso que aprova. Bom, eu ouvi em alguns lugares e, notadamente, ontem durante uma entrevista coletiva que eu dei, alguém levantou esta suposição de que você, para poder fazer televisão captada pelos celulares, você precisaria de torres multiplicadas como os celulares têm. Não é verdade essa informação. Não é verdade. Quando você faz a transmissão da TV digital aberta, nenhum dos sistemas e eu já não quero mais ficar citando sistemas mais, nenhum dos sistemas, você transmite com condições de você receber a imagem de televisão em um aparelho celular de terceira geração ou num aparelho celular digital com um *chip* que transforma o seu aparelho digital em um receptor de televisão. Então, ele não é um retransmissor, ele é apenas um receptor. Ele não está fazendo pontes de retransmissão, ele está recebendo a imagem como se

fosse um televisor portátil. Na realidade ele é a portabilidade do sistema de TV digital. Então, não existe essa preocupação, porque ele não vai repetir informações, ele vai receber apenas as informações. E a outra pergunta que é extremamente pertinente, é exatamente com respeito ao espaço que a TV brasileira vai ter no momento em que houver a digitalização. Sobretudo, nós estamos falando de conteúdo. A TV brasileira ela só se compara hoje em qualidade de conteúdo à TV americana. Se existe alguém que produz mais e produz no mesmo nível, não melhor, mas no mesmo nível, é a TV americana. Mais ninguém. Passei por 73 países, e sempre pesquisando a televisão. Não tem um lugar no mundo, que se faça nada melhor no Brasil do que a televisão. Pode fazer igual, melhor não faz. Alguns países, evidentemente, se destacam em alguns setores. Os ingleses são maravilhosos para fazer documentários, principalmente sobre a natureza. Mas, fica nisso aí. A Europa, de modo geral, tem uma das televisões mais chatas do mundo. Eu confesso que é difícil passar uma noite em Paris, depois das 11h00 da noite se você não tiver naquelas noites maravilhosas da cidade luz. Porque se tiver que ver televisão, é um desastre. Eu me recordo que a última vez que estive em Paris, às 8h00 da noite, trocando de roupa para ir numa cerimônia, e o canal principal da TV francesa apresentava uma entrevista com o quinto escalão da Prefeitura de Paris, falando sobre uma bobagem que ninguém queria ouvir. Essa era a hora que nós entrávamos com os principais programas da TV brasileira, às 8h00 da noite. Então, a nossa televisão tem um conteúdo excepcional. Na medida em que nós entramos na TV digital e o Senador Saturnino levantou a questão da canalização, quando você multiplica os canais, quando você pega um espectro de seis megahertz que você transmite uma vez uma imagem e um som na TV analógica e esse espaço se transforma em quatro transmissões independentes, o que eu estou dizendo, Senador Camata, é que nós estamos abrindo um mercado de trabalho para o profissional da comunicação. Por isso que este Senador Ministro, profissional da área de comunicação tem apanhado isso de uma forma tão veemente, tão firme, tão decisiva, e tenho insistido tanto com o nosso Presidente Lula e felizmente ele nos deu todo o espaço que nós pedimos, os recursos que nós necessitávamos, para fazermos a implantação da TV digital, porque abre um mercado de trabalho extraordinário. É como eu dizer que cada emissora geradora de televisão neste país se transforme em geradoras, se quiser, porque ela vai ter que apresentar quatro programações diferentes em determinadas horas do dia, se quiser. Então, a produção de audiovisual neste país, no nosso Brasil, vai crescer de uma forma espetacular e evidentemente que pela qualidade que tem, hoje já com os resultados que nós obtivemos colocando os programas nossos no Brasil, no mundo inteiro, da Europa, África, Ásia, a China como eu vi, eu tenho certeza de que a abertura da TV digital, vai dar um grande avanço para a colocação do produto da TV brasileira [soa a campainha]. Muito obrigado, Senador Wellington, pela sua inteligente pergunta. V.Exa. nunca me decepcionou.

[risos]

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Além de ser o mais querido também é o maior. Bem, nós queríamos agradecer mais uma vez Sr. Ministro, a presença aqui do Dr. Roberto Pinto Martins, que é o Secretário de Telecomunicações do Ministério, da Dra. Yaskara Laudares, que é a Assessora Especial de V.Exa, do nosso companheiro Deputado Freire Júnior, que hoje assessora V.Exa, o Marcelo Bechara, o Deputado João Campos que está aqui conosco, e registrar a presença da Dione Craveiro, Diretora de Relações Institucionais da DTA, o Dr. Evandro Guimarães, do Dr. Carlos Lindenberg Filho, Dr. Dione Craveiro, Marcelo Bechara eu é o Consultor Jurídico do Ministério, que eu já registrei aqui e Dr. Carlos Lindenberg Neto, Diretor da Rede Gazeta do Espírito Santo. Sr. Ministro, eu, antes de encerrar, como Presidente da Comissão, eu queria agradecer a presença de V.Exa, que foi provocada por V.Exa, que desejou vir aqui, e dizer que nós já temos dois requerimentos aprovados, um até da minha autoria convidando V.Exa. para falar sobre o FUST e depois sobre o FUNTEL, poderia ser as duas no mesmo dia. E cumprimentar V.Exa. e sua equipe pelo êxito desta exposição que V.Exa. fez, quando nós vimos até os líderes da oposição cumprimentando V.Exa. pelo êxito de sua fala. Muito obrigado a V.Exa. [risos] Declaro encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 12h50.)

Ata da 4ª Reunião Extraordinária, da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em 7 de fevereiro de 2006.

CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Às onze horas e sete minutos do dia sete de fevereiro de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Gerson Camata e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Geraldo Mesquita, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Wellington Salgado de Oliveira, Sérgio Cabral, José Maranhão, Ney Suassuna, Aelton Freitas, Fátima Cleide, Flávio Arns, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, César Borges, Cristovam Buarque, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo

Azeredo, Lúcia Vânia, Juvêncio da Fonseca, Garibaldi Alves Filho, Gilvam Borges, Mão Santa e Luiz Otávio reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Marcelo Crivella, Teotônio Vilela Filho, Maguito Vilela, Gilberto Mestrinho, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Mozarildo Cavalcanti e Valdir Raupp, que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata registra a presença, para acompanhar a reunião, do Deputado João Madison, Líder do PMDB, na Assembléia Legislativa do Estado do Piauí. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta. Item Único: Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 2005, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República que, "Dispõe sobre o ensino na Marinha". O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável é aprovado. Nesse momento, os Senhores Senadores Flávio Arns, José Jorge, Cristovam Buarque e Romeu Tuma requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta, de Requerimentos, o que é aprovado. Extra-Pauta, Item 01: Requerimento de Urgência nº 04, de 2006-CE, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Romeu Tuma, que "Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 139, de 2005, que 'Dispõe sobre o ensino na marinha'". O requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº 05, de 2006-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Jorge, que "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de uma audiência pública no âmbito dessa Comissão, em conjunto com a Comissão de Infra-Estrutura, para que o Presidente da Empresa Petróleo Brasileiro – Petrobrás, José Gabrielli, preste esclarecimentos ao Senado Federal sobre a campanha de divulgação da auto-suficiência brasileira de petróleo". O requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 03: Requerimento nº 06, de 2006-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Requeiro, nos termos do artigo 90, incisos II e V, e artigo 93, inciso II do Regimento Interno, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça, para discutir a Proposta de Emenda à Constituição Federal -PEC nº 536-b, de 1997, que trata do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB. Deverão ser convidados a expor e debater seus pontos de vista sobre a matéria, autoridades públicas e especialistas com atuação funcional, profissional ou política relacionada a educação, cujos nomes deverão decorrer de sugestões encaminhadas pelos Senhores e Senhoras Parlamentares à Presidência desta Comissão". O requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 04: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 06, de 2006-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que "Requeiro, nos termos regimentais, seja convidado o Senhor Senador Cristovam Buarque a comparecer perante esta Comissão de Educação com a finalidade de expor sobre o Projeto de Criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB". O requerimento é aprovado. Antes de finalizar a reunião, a Presidência faz o comunicado que se segue: Comunicado: "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento da resposta do Ministro de Estado da Educação, Sr. Fernando Haddad, ao Requerimento de Informação n.º 52/02-CE, de autoria de Sua Excelência Senador Casildo Maldaner, aprovado nesta Comissão, sobre cumprimento de determinações e recomendações constantes da Decisão n.º 871/2002 do Tribunal de Contas da União, referente ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF. Os Senadores que desejarem uma cópia da resposta deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A Matéria vai ao arquivo". O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e onze minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Gerson Camata,** Presidente da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Declaro aberta a quarta Reunião Extraordinária da quinta Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura que está sendo realizada nesse sete de fevereiro, terça-feira, às onze horas e sete minutos. Havendo número regulamentar, coloco em votação a dispensa da leitura da ata da sessão anterior e a sua conseqüente aprovação. Não havendo contestação, aprovada a ata e dispensada a sua leitura. Nós temos hoje um único item na pauta, além de alguns outros requerimentos que serão apresentados, serão lidos no final. Trata-se do parecer da Comissão de Educação sobre o Projeto de Lei da Câmara 139/2005, PL 4142/2004, na origem que dispõe sobre o ensino na Marinha. O Relator do projeto é o Senador Marcelo Crivella, que não estando presente, a Mesa designa a

Relator *ad hoc* o ilustre Senador Romeu Tuma. Com a palavra S. Exa. para proferir o seu relatório.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sr. Presidente Camata, agradeço enormemente V.Exa. por me designar Relator *ad hoc* dessa matéria sobre o ensino na Marinha. Eu, Senador, se V.Exa. permitir, como preâmbulo, eu tinha um sonho, um sonho que para mim era um passo, Senador Cristovam, da realidade, há mais de dez, doze anos eu estive no arsenal da Marinha e vi uma boa parte do submarino atômico ser construído no Brasil com a tecnologia importada da Alemanha. E ontem, domingo tomei um susto e me amargurei quando li isto aqui: "Sem dinheiro a Marinha desiste de submarino". Sabe que o ensino, a Marinha tem convênios com a Universidade de São Paulo para os cursos de especialização em Engenharia Naval e outros segmentos que absorvem essa especialização dos oficiais de Marinha. E nós sentimos assim uma possibilidade do desenvolvimento da tecnologia, de desenvolvimento na área de energia atômica para uso pacífico. Claro que é o projeto brasileiro. E ver cair por terra isso, quando nós sabemos que a plataforma marítima, ela é extensa e precisa de, pelo projeto, cinco ou seis submarinos atômicos para percorrer e garantir o patrimônio que está no mar que é do Brasil, não só o petróleo, vários outros segmentos. Nós fizemos aqui, foi aprovado por votação unânime, a aquisição de aviões P3 para fiscalizar toda a plataforma marítima, mas no mar está praticamente desguarnecido por falta de verba. Então, eu apenas gostaria de esclarecer isso porque essa amargura eu vou tentar levar para a Tribuna hoje e apelar ao governo que não desista de alguma coisa que já teve um avanço tão grande e que seria importante para o país não só para a tecnologia que a Marinha vem desenvolvendo.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Se V.Exa. me permite, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Pois não.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Eu denunciei aqui já há uns dois anos e o fato continua a acontecer. Nas costas do Espírito Santo, freqüentemente, navios pesqueiros da Coréia e do Japão passam puxando aquelas cordas e anzóis de 120 quilômetros de comprimento, daqui a Anápolis e vão carregando--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Fazem o arrastão.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): O arrastão, exatamente. Impedindo às vezes embarcações nacionais de transitarem no mar territorial, têm que dar a volta de 120 quilômetros nos cabos que estão sendo arrastados. Não acontece nada.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Nós tivemos a Guerra da lagosta, faz alguns anos. Senador Cristovam, acho que estava no Ministério da Justiça ainda ou não? Na Guerra da lagosta que foi uma coisa terrível também, avançaram sobre as lagostas brasileiras a poucos quilômetros da nossa Costa aí que deu um rolo internacional muito grande. Mas, aqui o projeto já havia recebido parecer favorável do Senador Demóstenes Torres e de Relações Exteriores também, devido a aprovação do Requerimento 63, de autoria do Senador, V.Exa., Gerson Camata, o projeto foi encaminhado a esta comissão e por isso que ele está sendo apreciado pelo, pela comissão. A análise do projeto, de modo geral, o PL sem tela mantém a estrutura presente do ensino naval e a organização dos capítulos da Lei 6540/78, com as devidas atualizações de conceitos e terminologias e aperfeiçoamentos de redação que visam tornar a legislação mais clara e objetiva. Além dessas atualizações, a proposição faz inovações importantes especialmente ao incluir dentre os princípios do ensino na Marinha temas caros às instituições democráticas e à educação de qualidade tais como: Pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, a garantia de padrão de qualidade, a preservação da ética, avaliação integral e contínua e o efetivo aproveitamento da qualificação adquirida em prol da instituição. Também merecem destaque a possibilidade de oferta de cursos e estágios à distância, modalidade de ensino potencializada pelas novas tecnologias de informação e comunicação, bem como a especificação dos requisitos que devem constar dos editais dos concursos públicos para matrículas em cursos que permitam o ingresso na Marinha. Cabe lembrar que o sistema de ensino naval compreende cursos e estágios correspondentes a diferentes níveis e modalidades de ensino na educação profissional, geralmente, o ensino é ministrado em estabelecimentos próprios de reconhecida qualidade, podendo ser complementado por cursos realizados em organizações extra marinhas civis ou militares, nacionais ou estrangeiras. O ensino na Marinha abrange, portanto, desde o ensino médio voltado para a preparação de aspirantes do Colégio Naval, até os cursos de altos estudos militares promovidos pela escola de guerra naval que se destinam a preparar a elite do oficialato para o exercício de funções de Estado Maior e cargos de comando e direção. A LDB prevê o artigo 83, que o ensino militar seja regulado por legislação específica. As Forças Armadas, pela natureza de sua missão constitucional, requerem processos específicos de formação e capacitação de seu pessoal tanto civil quanto militar, englobando os conhecimentos gerais, técnicos e científicos necessários para o bom desempenho de suas funções. Mas o mesmo dispositivo da Lei admite

a equivalência de estudos de acordo com as normas fixadas pelo sistema de ensino. Daí decorre a necessidade de que o arcabouço normativo dos diferentes sistemas de ensino militar, observado as suas especificidades, seja adequado aos princípios, conceitos e terminologias que orientam a educação nacional. Ademais, o processo de democratização vivido pelo país na década de 80 e as mudanças institucionais na própria estrutura das Forças Armadas na década de 90, com a criação do Ministério da Defesa, exigem atualização e a modernização das normas que regem o ensino militar. No caso da Marinha, essas normas datam dos anos 70, contexto muito diferente da realidade histórica e educacional brasileira atual. Não há dúvida, portanto, que o PLC número 139/2005 é meritório e oportuno, contribuindo para o ensino na Marinha, para que o ensino na Marinha alcance os seus objetivos específicos sem descuidar dos princípios e diretrizes compartilhados com a educação nacional. Voto. Diante do exposto, votamos pela aprovação da Lei da Câmara número 139/2005. O Senador esse é o parecer do Senador Crivella que, infelizmente, não pôde estar presente e para minha alegria, V.Exa. designou como *ad hoc*.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): O parecer do ilustre Senador Romeu Tuma, Relator *ad hoc*, é pela aprovação do projeto. Em discussão. Os srs. senadores que queiram discutir, com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, srs. senadores. O meu ponto de vista também é pela aprovação do projeto, seguindo a manifestação do Senador Romeu Tuma e do Senador Marcelo Crivella e destacando, como a própria justificativa do projeto já apresenta que a LDB, no artigo 83, diz que o ensino militar é regulado em Lei específica, que é o que nós estamos fazendo agora e, além disso, o desejo também, a necessidade de se adaptar o ensino naval, o ensino na Marinha às diretrizes da LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Dentre os aspectos que eu considerei assim mais importantes é que nesta lei também, no Projeto de Lei número 139, portanto, está bem claro assim escrito o aperfeiçoamento da legislação no sentido de se ter na oferta deste ensino pluralismo de idéias, pluralismo de concepções pedagógicas, padrão de qualidade, como aliás sempre aconteceu, garantia de padrão de qualidade, preservação da ética, avaliação contínua, não é, e aproveitamento da qualificação adquirida em prol da instituição. Então, são princípios fundamentais. Então, nesse sentido, eu me manifesto favoravelmente a essa, a esse Projeto de Lei também, inclusive já tendo solicitado a V.Exa., sr. Presidente, um pedido, um requerimento de urgência para que, na seqüência, depois da discussão e aprovação, a gente possa apreciar o requerimento para aprovação--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Nós já assinamos o requerimento.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): O requerimento é de autoria de V.Exa. e do Senador Romeu Tuma.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Já assinou, inclusive eu endossei.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): O projeto continua em discussão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Senador Wellington Salgado com a palavra para discutir.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Ele é marinheiro, o Wellington.

[risos]

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): De primeira viagem.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, srs. senadores. Eu queria fazer uma colocação que, muitas vezes a gente, na vida, acaba passando por experiências que é bom trazer para cá para valorizar. Eu tenho um, conheço um amigo que é engenheiro e se formou no Fundão, que é um grande Universidade, a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ele tem um filho agora que está em idade de estudo. Ele colocou e orientou o filho para estudar na Marinha. E eu achei muito interessante porque, realmente, uma pessoa que fez um curso de engenharia na Cidade Universitária do Rio de Janeiro, tem uma, pertence a uma peneirada difícil de passar para o Fundão, digamos assim, bem estudado, bem formado, no entanto orientou seu filho para fazer um curso na Marinha. Eu perguntava para ele: Mas Silvio, por que é que você orientou o seu filho para fazer um curso? Por que é que já não coloca ele no caminho universitário? Ele falou: Não, Wellington, o meu filho está precisando fazer um curso na Marinha porque além de dar o conhecimento para ele que ele precisa nesse momento da vida dele, também vai ter uma orientação, uma orientação de, hierárquica, de ordem, de comportamento, de... De saber acompanhar como funciona a sociedade e isso foi muito importante para mim, que eu vim do Exército e acho que o meu filho tem que ir para a Marinha para poder aprender isso. Então eu vejo, sr. Presidente, que realmente a gente encontra muitas vezes na sociedade, em função da liberdade que a gente prega, essa falta de orientação para uma, para você poder observar as hierarquias

que existem na sociedade e o respeito a esse caminho que você deve seguir. Então, achei muito importante essa colocação e fazendo jus a Marinha de fazer com que a pessoa, o aluno que pertença aos seus, ao seu colegio sai com essa experiência para a vida que eu acho que nós estamos precisando muito. Não só pelo respeito aos mais velhos, mas também ao respeito aos que têm, detém um melhor conhecimento e que, muitas vezes, chamam isso de liberdade mas que no fundo é um desrespeito, uma falta de educação e a Marinha tem orientado muito isso. Só essa colocação que eu queria fazer, Sr. Presidente, srs. senadores.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Peço, se as observações feitas por V.Exa..

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Só para--

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Pela ordem, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): -- Para agradecer a manifestação do Senador Arns, que é um profundo estudioso da matéria de educação, Wellington também é um especialista nesta área, mas é interessante esta paixão que algumas pessoas têm pela Marinha. É a primeira Força Armada que o Brasil teve com a vinda de Dom João para cá, criou a Marinha como primeira instituição. Eu tenho um filho, está na reserva, que o senhor contou aqui. Meu filho fez um curso que queria fazer na área da Marinha também. Então, ele falou: vou fazer um curso na área da ciência. Fez Ciências Sociais, Senador Cristovam. Fez odontologia. Aí resolveu fazer pós para fazer pós-graduação na área de [illegible] marinhas, aí disseram que não podia, ele [illegible] fazer um curso da área de biologia científi- [illegible] fazer vestibular para fazer Biologia para [illegible] pós-graduação. E ele começou a trabalhar, [illegible] objetivo de gênio teve uma virtude enorme, [illegible] para ele pesquisar todas as atividades marítimas [illegible] Unidos e em outros países. Então eles [illegible] a Escola do Mar na região aqui do Rio de [illegible] onde tem a Ilha, onde o pessoal vai passear [illegible] gostoso--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (15'50"): Cabo [illegible].

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Angra dos Reis.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Em Angra é lá em escola, e também no rio Amazonas, que [illegible] que a juventude tem um interesse enorme. [illegible] essa paixão. Nós somos cercados de mar e rio por todo o canto. Então quanto mais nós pudermos investir na área da Marinha, mais tranqüilidade nós teremos. O senhor precisa ver a dificuldade para patrulhar a região Amazônica no combate ao tráfico de drogas, a entrada de terrorismo sem as Forças Armadas. Não teria condição. A polícia sozinha não tem. E na Marinha eles fazem um patrulhamento com certa dose de dificuldade, a Aeronáutica, por quê? Porque tem pouca verba, a Polícia Federal tem que pagar as horas de uso dos instrumentos que também não tem dinheiro. Então nós temos que ficar aqui cautelosos e não deixar de investir nas Forças Armadas, porque elas têm um trabalho social enorme. Não se pensa só na guerra como o americano gastando trilhões de dinheiro. Hoje eu vi a repercussão do orçamento americano aonde praticamente a área militar gasta o dobro de qualquer assunto social que possa trazer benefícios à sociedade americana estão sendo cortados. Então eu acho que é uma oportunidade, o senhor desculpa, sei que não quer dizer respeito a este assunto, mas é importante que se aprove, que sempre se invista no ensino. Porque o segmento particular às vezes na escola, nos colégios militares, viu, o Wellington, os pais matriculam os filhos nos colégios militares que são difíceis a matrícula, para que tenham uma boa formação. Não é para seguir a carreira militar, é porque eles saem de lá em condições de prestar o vestibular em qualquer tipo de Universidade. Então, eu acho que tem um valor enorme. E também tem os cursos superiores feitos em convênio com as Universidades para a especialização de Oficiais de Marinha em algumas atividades importantes como de Engenharia Naval e outras aí. Eu agradeço o senhor e V.Exa.., e agradeço V.Exa. pela tolerância que eu pudesse usar mais um pouco do microfone.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Quem fala a verdade tem que ser tolerado eternamente. Wellington Salgado, com a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, essas observações que a gente acaba fazendo no meio desses debates que aqui para mim, no Senado, é o momento máximo de troca de conhecimento. Eu tenho uma posição que eu acho que a CPI faz o papel dela, mas eu acho que é nas comissões que a gente decide os grandes momentos do Brasil, e aqui se troca muito conhecimento. Eu queria fazer uma colocação apartidária, rapidamente e, nesse momento que gente está vivendo de reeleição e tudo o mais, ela pode ser entendida de uma maneira, mas é simplesmente uma observação. V.Exa. também teve a oportunidade de participar de um jantar com o Presidente Lula, onde ele mostrou todo o trabalho que o partido dele vem fazendo. Eu achei interessante porque em todo o debate nós sempre defendemos aqui as Forças Armadas, sempre lutamos, V.Exa. também, os Senadores também por mais recursos para as Forças Armadas. E naquele jantar nós conversamos com

o Presidente, ele também defende isso. Onde ele está colocando maiores orçamentos. Explicou para a gente que ele desenvolveu, onde, no Exército, os alunos, as pessoas que entram no Exército já saem com uma profissão, não é isso, sr. Presidente? Então eu falei: Presidente, Presidente Lula, mas é incrível porque para mim V.Exa. tinha uma posição contrária. E nós sempre defendemos como se V.Exa., o Presidente tivesse uma posição contrária. E não tem. Tem uma posição como a nossa. Defende as Forças Armadas e até citou aquela reunião para poder criar uma empresa--

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Uma fábrica de armamento.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Uma fábrica de armamento no Mercosul. Eu falei: Presidente, nem tanto. Calma. [Risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não exagere tanto. Eu queria fazer essa colocação porque foi super interessante aquele jantar e o Presidente fez essa colocação.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Continua em discussão. Não tendo quem queira discutir. Senador Cristovam Buarque, com a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero apenas apoiar o parecer do Senador Tuma, mas chamar a atenção também daquilo que ele levantou no começo sobre o nosso submarino. Eu creio que esse é um assunto que a gente tem desprezado, a retomada de um sentimento de nacionalidade no Brasil. Nós estamos perdendo isso. É claro que o Brasil tem que participar da globalização, mas jamais diluir-se na globalização. Hoje, Senador Tuma, está havendo um processo de diluição nacional do Brasil, não é um processo de integração internacional. E uma das provas disso é a falta de Forças Armadas com competência, com preparo, com apoio, com recursos. E uma prova disso é abandonar um projeto desse tipo. Um projeto no qual já se gastou bilhões de reais provavelmente, ou milhões, centenas de milhões. De repente, pára. E daqui a vinte, trinta anos vai ter que recomeçar ou vai ter que contratar Forças Internacionais ou mercenárias para defender a gente. Porque o senhor falou bem do petróleo, o Presidente falou dos recursos no litoral e a Marinha também que um dia vai ter que defender a Amazônia, é a Marinha. Não vai ser apenas Exército nem apenas Aeronáutica é sobretudo a Marinha. Então é uma pena que aqui a gente não tenha uma discussão mais profunda sobre a necessidade da retomada da nacionalidade brasileira e do papel das Forças Armadas nessa formação nacional. Então eu fico feliz que o Senador Tuma tenha aproveitado o momento de um projeto relacionado a educação na Marinha para trazer a gravidade desse problema, do abandono que a gente tem tido da Nação Brasileira como entidade e por causa desse abandono o desprezo com o qual têm sido tratadas as Forças Armadas no Brasil.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Continua em discussão. Com a palavra V.Exa.. Continua em discussão.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS): Sr. Presidente, dadas--

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): último orador inscrito.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS): Dadas as referências sobre o sentimento de nacionalidade que desperta quando falamos numa Escola Militar, eu não posso, de forma nenhuma, deixar de dar aqui um depoimento de uma emoção profunda que eu senti quando fui chamado pela, pelo Comando Militar do Oeste para visitar no Rio Paraguai, lá na fronteira com a Bolívia, alguns destacamentos militares. Porto índio, aquele pátio gramado enorme, as casas em volta, um lugar ermo, de difícil acesso, mas estava lá o militar brasileiro. A bandeira sendo hasteada, cantando o Hino Nacional e as crianças todas perfiladas na escola e só falando em sentimento cívico e Brasil. Eu acho que isso, Senador Cristovam Buarque, é aquilo que V.Exa. se referiu, não perder o sentimento pela Pátria, esse espírito de civismo é muito próprio das escolas militares. E é por isso que nós temos que aplaudir o relatório feito pelo Senador Crivella e lido pelo Senador Tuma, e essa iniciativa que é profundamente importante para o país. Se nós pudéssemos fazer com que se proliferasse essas escolas militares talvez não houvesse na sociedade tanta indisciplina como existe, e a indisciplina na própria escola. As escolas hoje estão carentes, carentes de uma ação disciplinar mais forte. É justamente aquela ação disciplinar que na Escola Militar ela existe, ela é patente, ela é materializada no respeito à hierarquia e na defesa dos interesses nacionais e no despertar do desejo de que essa Pátria cresça e respeito pelas nossas cores. Parabéns pelo projeto.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam o projeto permaneçam como estão. Aprovado. Em votação o requerimento de urgência, os que são favoráveis permaneçam como estão. Aprovado também o requerimento de urgência.

[pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Veja V.Exa. que nós estamos com uma

única matéria com o quórum mais completo hoje das comissões técnicas da Casa.

[pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Exatamente. Nós temos aqui alguns requerimentos que foram apresentados e vou lê-los pela ordem de apresentação. O primeiro é do Senador José Jorge. "Requeiro nos termos regimentais a realização de uma Audiência Pública no âmbito dessa comissão para que o Presidente da empresa petróleo brasileiro, Petrobras, José Gabrielli, preste esclarecimentos ao Senado Federal sobre a campanha de divulgação de auto-suficiência brasileira de petróleo". Na justificação ele alega que vai se fazer algumas comparações durante essa campanha e que a comissão precisa tomar conhecimento, dado esse quadro preocupante é oportuno que a Comissão de Educação examine o conteúdo do material que a empresa estatal pretende distribuir entre o corpo docente e discente das escolas públicas. Com a palavra, o Senador José Jorge para defender o seu requerimento.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): Não, Sr. Presidente, na realidade nós estamos esse ano, o Brasil vai conseguir a auto-suficiência de petróleo. Esse é um trabalho de cinqüenta anos, desde que a Petrobras foi criada que se tenta obter auto-suficiência, o que significa um, não é propriamente tudo o que se vai produzir aqui vai ser consumido aqui. É a balança que vai ficar positiva. Quer dizer, nós vamos exportar, que nós exportamos gasolina e importamos diesel, então nós vamos exportar mais do que importar. Esse é um momento importante. Nós, inclusive, já estava previsto que isso seria inicialmente previsto para 2004, com o acidente da P36 ficou para 2005, houve algum atraso em algumas desses, desses navios que retiram o petróleo das plataformas e agora vai ser em 2006. E a Petrobras está considerando que com a nova plataforma, no dia que ela começar a funcionar, aquele dia vai marcar, vamos dizer, oficialmente a obtenção dessa auto-suficiência. E está previsto uma grande campanha publicitária, já está inclusive divulgada pelos jornais, que a Petrobras vai gastar trinta e sete milhões de reais nessa campanha publicitária. Então, e que será feita pelo publicitário Duda Mendonça, é aquele mesmo que está envolvido em todas essas falcatruas. Então, na realidade, por outro lado também, nas entrevistas do Presidente da Petrobras, ele também colocou uma série de questões de natureza política na obtenção desse resultado e disse também que isso ia ser divulgado nas escolas, quer dizer, uma parte das campanhas seriam feitas nas escolas. Então, como a gente, na realidade, não dá para confiar em Duda Mendonça. A campanha é muito cara. Então eu acho que era importante antes dessa campanha ser iniciada, já que ele especificamente citou que a campanha teria uma parcela que seria feita nas escolas, que a gente o ouvisse aqui sobre a questão da auto-suficiência. Eu devo dizer também que fiz um requerimento também na Comissão de Infra-Estrutura para que ele fosse convidado para falar sobre a auto-suficiência, mas sem enfatizar essa questão da campanha. Porque eu acho que a questão da campanha específica, ela será mais bem, mais bem ouvida, mais bem explicitada aqui na Comissão de Educação porque é Comissão de Educação e de Comunicação. Então seria melhor aqui, mas poderíamos até fazer em conjunto, se for o caso ele falaria sobre a questão da auto-suficiência e sobre a questão específica da campanha que, na verdade, nos deixa preocupados pelo valor, por quem está fazendo e pela orientação política que poderá ser dada a essa campanha, que deve ser uma campanha do Brasil e não de A, B ou C. Então essa é a razão que eu fiz o requerimento, eu pediria o apoio de todos.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Continua em discussão, com a palavra para discutir o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, por incrível que pareça isso tem a ver com o assunto anterior também que o Senador Tuma levantou que é a defesa da nacionalidade. Eu apóio a proposta do Senador, José Jorge, do ponto de vista dos aspectos da publicidade. Mas eu queria a que gente aprofundasse até na vinda dele. Nós, brasileiros, temos uma preferência pelo presente extremamente alta, a gente abandona o futuro. Por isso a taxa de poupança é tão baixa, por isso qualquer solução imediata de um problema a gente acha que vai resolver o problema inteiro. É claro que todos nós temos que comemorar a auto-suficiência. Mas será que alguém está pensando que a auto-suficiência significa a redução mais rápida das reservas de petróleo? E que isso significa que daqui a algumas décadas a gente não vai ter mais petróleo? Os Estados Unidos têm condições de reduzir as importações, não digo ser auto-suficiente, pelo seu consumo exagerado. Mas eles optam por importar e manter as reservas dele. Na semana passada, o Presidente Bush fez o seu Estado da União, seu discurso no Senado, prática aliás que deveríamos ter no Brasil, e falou que é preciso acabar com o vício do petróleo que os Estados Unidos sofrem. Os Estados Unidos são viciados em petróleo. Ele não falou em auto-suficiência como defesa contra os riscos que está, do que vai acontecer agora no Irã, do que acontece na Venezuela. Em vez de falar em auto-suficiência, ou aumentar a produção, ele falou em substituição do petróleo por outras fontes energéticas. Eu acho fundamental essa audiência, Se-

nador José Jorge, só gostaria de acrescentar não apenas esse lado da publicidade que é muito grave, mas também o lado da estratégia de longo prazo energética do Brasil. Como se situa a auto-suficiência dentro de uma estratégia de longo prazo? Quanto tempo durarão nossas reservas? O que é que a gente vai fazer quando elas acabarem? Então eu apoio a proposta e acrescento esses itens para o debate.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Continua em discussão. Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu também voto a favor do requerimento do Senador José Jorge, também enfatizando que a questão da Petrobras, naquilo que envolve nacionalidade, educação, reservas para o futuro, até é uma questão, debate, na verdade, de várias comissões aqui do Senado que poderia acontecer. Eu só queria fazer uma observação em relação a questão da propaganda pela Petrobras, que está a cargo do Duda Mendonça. E não é o caso de defender o Duda Mendonça porque todas as dúvidas que existem em relação a ele têm que ser esclarecidas é isto que nós desejamos e que toda a sociedade deseja também. Porém a Petrobras deve ter um contrato, que deve estar baseado, não é, em algum documento também, algum processo licitatório ou sei lá eu, procedimentos legais que devem ter sido seguidos, na verdade, para a contratação do Duda Mendonça. O que não pode acontecer, não só em relação ao Duda Mendonça, mas em relação a qualquer pessoa que esteja sendo investigada, que ninguém culpado de algum crime até que esta investigação tenha o seu trânsito em julgado. Então, não se pode também romper contratos, eu diria, em função de investigações que estejam sendo feitas. Então, a gente não deve só lançar as suspeitas sobre a Petrobras por estar se utilizando dos serviços do sr. Duda Mendonça porque isso a gente imagina, porque senão também a Petrobras seria culpada, isso deve estar baseado dentro de procedimentos legais--

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): V.Exa. permite um aparte, só para esclarecer.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Previstos na legislação. Pois não, Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): Não, só para esclarecer o Senador Flávio Arns, na verdade, existia um contrato entre a Petrobras e o sr. Duda Mendonça, que foi assinado através de uma licitação logo no início do governo do Presidente Lula. Esse contrato se encerrou há cerca de 90 dias atrás, mais ou menos, 60, e a Petrobras renovou sem licitação, dentro de um sistema que na verdade os contratos podem ser renovados dentro de um determinado prazo. Mas houve uma renovação sem licitação e depois de todas as acusações já feitas ao sr. Duda Mendonça que, inclusive, é réu confesso, porque todo mundo sabe aqui que na CPI dos Correios, ele confessou que abriu uma conta no exterior, chamada *Dusseldorf* e que dessa conta ele recebeu dez milhões de reais para pagar o serviço da campanha eleitoral do PT. Isso foi ele que disse, não foi a gente, foi ele. Então o Presidente Lula, ele tem um contrato no Palácio, o Presidente Lula inclusive mandou rescindir o contrato dele, dentro do Palácio, mas permaneceu esse contrato da Petrobras, que estava em vigor, mas deveria ter sido cancelado após o seu encerramento. Ele foi renovado, apesar do depoimento do próprio sr. Duda Mendonça para o qual não existe dúvida porque foi dito por ele mesmo. Então, na realidade, por isso que eu citei, porque ele é réu confesso. Não está dependendo de julgamento de ninguém. Muito obrigado. Era esse o aparte.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu sempre, naquilo que eu comentei, eu parto do princípio de que, na verdade, nos atos públicos os procedimentos previstos na legislação têm que estar sendo seguidos porque senão também haveria aí toda a possibilidade de se anular qualquer iniciativa que acontecesse. Então a gente também não sabe até que ponto que essa campanha já estava organizada ou não. Porque como o Senador José Jorge até falou, isso já deveria ter acontecido em 2004, mas por várias razões acabou não acontecendo. Foi transferido para 2005 e nesse ano, felizmente, vamos ter essa auto-suficiência do petróleo. Agora, na verdade, o que eu queria dizer é que para esta comissão também é importante nós termos os esclarecimentos voltados para a história também, eu acho que toda essa divulgação, essa auto-suficiência é fruto de 50 anos de trabalho na Petrobras e vários Presidentes do Brasil, Presidentes da Companhia, a Nação Brasileira, assim, se empenhou muito no decorrer desses anos. E não só pensarmos nessa história que foi importante para o nosso país mas também pensarmos em termos de futuro, não é, como o Senador Cristovam já mencionou, no sentido de se ver esta questão de autonomia, de participação do Brasil, de reservas existentes e toda essa questão que pode ser debatida também com a vinda do Presidente da Petrobras. Mas é fundamental assim esse avanço que o Brasil está tendo. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Não havendo quem queira discutir, em votação. Senador Marco Maciel com a palavra.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Presidente, eu gostaria de me manifestar. Não, eu não tenho nada sob o ponto de vista substantivo a acrescentar a não ser dizer que estou de acordo com o requeri-

mento do nobre Senador José Jorge, líder da minoria nesta Casa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Senador Romeu Tuma com a palavra para discutir.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Acho que o Senador Marco Maciel alimenta o desejo de praticamente todos os Senadores de concordar com o requerimento. Porque é claro, esta é uma alegria imensa que vem historicamente, como disse o Senador Cristovam Buarque, há muitos anos sendo almejada pela sociedade brasileira, a auto-suficiência. E eu pergunto, Senador Cristovam, o que quer dizer auto-suficiência? É o número de produção de barris que o Brasil precisa e a refinaria? Estará em condições, visto que há o desejo de se criar algumas outras refinarias, se nós nunca mais vamos importar nenhum tipo de combustível ou se é apenas a alegria de ter uma auto-suficiência--

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): Eu posso dar um aparte para explicar?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu até agradeço.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): Na realidade, o que está se considerando auto-suficiência é o balanço financeiro do setor de petróleo. Isto é, nós vamos continuar exportando alguns produtos e importando outros, mesmo porque, existe diversos tipos de petróleo e o Brasil, ele, ele é, ele fabrica mais gasolina do que usa. E fabrica menos, menos diesel do que usa. E assim o petróleo tem diversos subprodutos. Em uns nós seremos exportadores, em outros nós seremos importadores. Então a questão da auto-suficiência é a auto-suficiência do ponto de vista financeiro, quer dizer, quando pegar o dinheiro que foi vendido para fora, pegar o dinheiro que a gente comprou, se der um saldo positivo, então nós teremos a auto-suficiência. Então o ano de 2006 vai ser o primeiro ano em que nós teremos um saldo positivo na balança de pagamento. E isso, para qualquer país, é importantíssimo porque no passado nós sabemos que as crises de petróleo foram exatamente o grande fator de desequilíbrio das nossas contas externas. Era isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Muito bem. Senador Wellington Salgado, para discutir.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, tem só uma coisa que eu não consigo entender e às vezes eu paro e fico tentando entender. Para que é que nós fazemos propaganda de que nós vamos atingir, atingimos a auto-suficiência e gastamos milhões de reais, vamos contratar artistas para cantar, falando que atingimos. Aí depois fazemos mais propaganda. Mas não é só esse governo não, eu não estou falando desse governo não. Eu estou falando de toda a nossa história. É a velha história de que a galinha bota o ovo e grita o pato bota o ovo maior e não grita. Talvez seja isso. Mas eu acho que a gente com tanta dificuldade em tantos setores se somar esse dinheiro todo a gente podia fazer alguma coisa. Lançamos os petroleiros, propaganda que lançamos o petroleiros, eu sei quanto custa trinta segundos no horário nacional, da Globo, digamos assim.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O noticiário se encarrega de fazer a propaganda--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu acho também, eu acho também.

[manifestação fora do microfone]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, mas eu não estou falando, o Senador José Jorge que tem todos os dados desse governo. Mas isso é histórico, Senador. Não é só nesse governo.

[manifestação fora do microfone].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu sei, mas estou dizendo, é histórico isso. Por que é que a gente gasta esse dinheiro. Daqui a pouco nós vamos ter que fazer uma propaganda da nossa comissão--

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): São trinta e sete milhões nessa campanha.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Quer dizer, daqui a pouco vamos fazer, soltar os *outdoors*, Presidente Camata, Presidente da Comissão de Educação prestigia a nossa comissão que tem, daqui a pouco vai caminhar para isso. Não é isso, Senador? "Não vá na outra comissão, venha na do Senador Camata, aqui é melhor! Aqui nós aprovamos tudo para a educação!". Porque vai caminhar para isso. Não sei porquê é que a gente gasta esse dinheiro todo nisso aí, Sr. Presidente.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Continua em discussão, Senador Juvêncio da Fonseca com a palavra para discutir.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS): Sr. Presidente, de todas as argumentações aqui-- de todas as argumentações o que mais me preocupa e me frustra é que os personagens deste meio publicitário, como Duda Mendonça, ainda continuam atuando, 2005 foi o ano da frustração nacional com a revelação

de tanta corrupção, com a confissão, como disse o Senador José Jorge, com a confissão de Duda Mendonça do que aconteceu com a sua empresa e com o Governo Federal. Essa frustração, ela realmente é muito séria porque será que com todo--

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS):-- O escândalo que apareceu neste país comprovado e confessado, o Governo Federal, as estatais ainda continuam alimentando esses escândalos?! Será que, que não vai ter um exemplo de dignidade para esse país. Um exemplo, Senador José Jorge, de coibição dessas situações irregulares, confessadamente praticadas? Essa é a minha frustração.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Não havendo, Senador Reginaldo da Fonseca.

SENADOR REGINALDO DUARTE (PSDB-CE): Sr. Presidente, eu acho que gastar trinta e quatro milhões em propaganda, a propaganda maior seria se a Petrobras investisse em trinta mil casas, seria a maior propaganda que ela poderia fazer.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, esse valor dá para fazer trinta mil casas, Senador?

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Hein? Senador Wellington Salgado com a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Dá para fazer? Mas dá para fazer quantas, trezentas mil casas? -- Quatro mil casas. Mas que é uma boa, não é? Cinco mil casas. Também, quantos cadernos daria para comprar? É isso que eu digo. Agora, Senador, Presidente. Eu quero dizer o seguinte, se tivermos que fazer uma propaganda para a nossa comissão, conte comigo que eu apoio o senhor.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Tem que pedir o patrocínio da Petrobras, não é? Bem, continua em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação esse requerimento.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): Eu pediria primeiro que fosse também aprovada a possibilidade de nós fazermos uma reunião conjunta com a Comissão de Infra-Estrutura. Desde que a comissão aprove o requerimento que fiz lá.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Primeiro vou colocar, aliás, em votação aqui aprovado depois a gente faz.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): E vê lá.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): *Ok.* Em votação. Não tendo ninguém contra, aprovado. Nós temos agora mais dois requerimentos.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Pela ordem, Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): Não, só para esclarecer sobre essa questão Duda Mendonça sem querer reabrir o caso, que logo que a Petrobras renovou o contrato deles sem licitação a dois meses atrás eu entrei com um requerimento no Tribunal de Contas da União para que o Tribunal faça uma investigação sobre essa renovação de contrato, e que está em curso, era só isso.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): A presidência queria registrar aqui, com muita honra, a presença, no nosso plenário, do Deputado João Madson, que é o líder do PMDB na Assembléia Legislativa do Piauí. Nosso companheiro de partido. Nós temos aqui agora dois requerimentos, um, o primeiro do Senador Romeu Tuma que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Senador Cristovam Buarque a comparecer perante esta Comissão de Educação com a finalidade de expor sobre o projeto de criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica, o FUNDEB. E logo a seguir, um requerimento do Senador Cristovam Buarque, solicitando uma Audiência Pública nos termos do artigo 90, inciso dois e quinto e artigo 93, inciso segundo do regimento interno, audiência pública no âmbito desta comissão para discutir a proposta de emenda à Constituição Federal que trata do fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, o FUNDEB. Deverão ser convidados a expor e debater seus pontos-de-vista sobre a matéria, autoridades públicas e especialistas com atuação funcional, profissional ou política relacionada a educação cujos nomes deverão decorrer de sugestões encaminhadas pelos senhores e senhoras parlamentares à presidência dessa comissão. Assinado, Senador Cristovam Buarque. Trata-se de uma PEC que está tramitando lá na Comissão de Justiça, mas nós já discutimos aqui, concomitantemente, porque ela não vem aqui. A PEC do Capital Estrangeiro, que foi discutida aqui, o capital estrangeiro das empresas de comunicação. A TV Digital, que não passou, nós discutimos aqui, a Reforma Tributária e a medida provisória que criou o ANCINE. De modo que eu acho que é uma coisa muito interessante porque abre o debate entre nós quando a matéria for para o plenário nós aqui, membros da comissão--

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Senador José Jorge, pela ordem.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): Sr. Presidente, essa PEC do FUNDEB, na realidade, ela está chegando, não chegou ainda aqui no Senado, mas na verdade vai chegar, já foi aprovado pela Câmara em dois turnos e o Senador Antônio Carlos Magalhães, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, ontem me disse que eu iria ser o Relator dessa PEC. Eu fui Relator da PEC do FUNDEF, tanto na Câmara, eu era Deputado na época e o Flávio lembra-se. Fui Relator também da lei de Diretrizes e Bases da Educação, esse projeto que está em vigor, e do Plano Nacional da Educação. Portanto, na verdade, já tenho um conhecimento relativo, assim, do setor. Gostaria de dizer que, na realidade, eu acho muito importante que nós façamos algumas audiências públicas para ouvir algumas pessoas, isso sem, ao mesmo tempo, que nós vamos tentar agilizar esse projeto. Porque esse projeto era um projeto do FUNDEB, já existia aqui no Congresso diversos projetos, é, feito por deputados, principalmente deputados na época do PT, PCdoB, da oposição na época. Que sempre quiseram ampliar o FUNDEF para o FUNDEB. O FUNDEF está funcionando dez anos, acaba esse ano, portanto o FUNDEB está sendo aprovado no ano em que acaba o FUNDEF. Prestou um grande serviço, nós inclusive já aprovamos um projeto aqui prorrogando, porque não sabíamos ainda se essa questão de FUNDEF ia ser votada ou não. Mas eu acho que, como Relator, eu inclusive vou propor umas audiências públicas na Comissão de Constituição e Justiça e vou pedir para que se faça, em conjunto com a Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Beleza.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): Porque aí seria uma maneira da gente, porque na Comissão de Constituição e Justiça, ela vai tramitar por lá exatamente por ser uma matéria de emenda constitucional, que só tramita lá. Mas na verdade a gente sabe na Comissão de Constituição e Justiça não estão todos aqueles que são interessados na área da Educação. Esses estão aqui. Então, é mais lá, formalmente, que ser discutida lá. Então eu acho que a gente pode fortalecer ainda mais o requerimento do Senador Cristovam para fazer uma sessão conjunta, uma ou mais sessões, de discussão entre a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Educação e eu, logo que eu for formalmente declarado Relator, então eu vou então propor isso lá na Comissão de Constituição e Justiça.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Pela ordem de inscrição com a palavra o Senador Cristovam Buarque, a seguir a Senadora Fátima Cleide e Senador Flávio Arns.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Primeiro eu quero agradecer ao Senador Tuma a sugestão que eu fosse ouvido. Mas como membro desta comissão que eu sou, eu creio que desse lado aqui eu posso participar perfeitamente na discussão desse tema que eu considero dos mais importantes que a gente tem para discutir no Senado. Então, a minha idéia é que a gente faça uma audiência e convide pessoas de fora do Senado e nós, senadores, discutamos desse lado. E eu quero justificar a minha proposta e sugerir alguns nomes. O FUNDEB, não há dúvida, é uma oportunidade ímpar que a gente não pode perder. E nem pode, também, vender como uma ilusão. Porque dependendo como seja feito, ele é uma ilusão e não um instrumento de transformação. Depende de duas coisas, primeiro o valor e, segundo, os instrumentos de intervenção que ele vai permitir e vai usar. Mais dinheiro apenas não muda a Educação. Educação só muda se vier mais recursos com mais intervenção, por exemplo, na formação do professor. Nas exigências em relação ao professor, nos equipamentos à disposição do professor, senão, não adianta, vai ser dinheiro perdido. O FUNDEF, como lembrou o Senador José Jorge, foi um avanço, mas não fez a revolução na educação brasileira, que a gente precisa, que os outros países já fizeram. Aqui a gente pode outra vez repetir a mesma coisa, ter um bom projeto mas não ter a revolução que a gente pode sim, a partir desse momento, começar. Vai demorar 10, 15 anos. Então para não perder a oportunidade de um grande projeto que o governo está enviando, não é para diminuir o projeto, ao contrário, para aumentar o projeto é que eu acho que vale pena ouvir aqui algumas pessoas. Por exemplo, o próprio Ministro da Educação, o Presidente do Conselho Estadual de Educação, o Conselho de Secretários Estaduais da Educação, o Presidente da União dos Secretários Municipais da Educação, pelo menos essas três pessoas, eu acho que a gente deveria ouvir. Porque são pessoas envolvidas que viriam aqui defender e ouviriam de nós sugestões, críticas, análises que melhorem o projeto. Eu acho que não está em discussão a audiência sobre aprovar ou não aprovar o FUNDEB. A gente já esperou até demais. Nem entendo porque o governo segurou tanto tempo esse projeto que estava pronto lá desde 2003.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Elaborado pela equipe de V.Exa..

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Foi entregue pelo tempo que eu fui Ministro. Então

não é questão, tampouco pode ser usada a audiência para postergar a aprovação. Vamos tentar aprovar o mais rápido possível, mas vamos dar contribuições. O Senado não pode ficar de fora disso. A Câmara, por exemplo, deu boas contribuições. E não tem como as contribuições saírem apenas do Plenário e nem apenas da Comissão de Constituição e Justiça. Essa é a comissão certa. Agora a idéia do Senador José Jorge, de fazer conjunta, eu acho perfeitamente válida e sinaliza no sentido de que não queremos postergar, queremos melhorar o projeto.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Com a palavra, por ordem de inscrição, a Senadora Fátima Cleide e, logo a seguir, Senador Flávio Arns.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, apenas para também expressar o meu contentamento com o andamento desta proposta que como bem disse o Senador Cristovam Buarque já está pronta desde 2003. Eu estava, no início, com uma preocupação de que nós começássemos a realizar muitas audiências aqui e isso viesse a postergar a aprovação desse projeto que toda a sociedade brasileira espera com muita ansiedade até, porque nós temos, nós até poderemos não fazer a revolução necessária para a educação, mas é muito importante a possibilidade de mais recursos para que a gente possa ter mais dezessete milhões de crianças na rede pública sendo atendidas com dignidade. E isso a gente só faz com mais recurso mesmo, como disse o Senador Cristovam Buarque. Então eu já estou mais tranqüila com essa afirmação aqui, várias afirmações de que as audiências não postergarão a aprovação deste projeto. Porque quanto mais demorar aqui, mais a gente demora a possibilitar o atendimento a quem de fato dele precisa. Então, eu penso que apenas para colaborar, Senador Cristovam, eu gostaria também de sugerir o nome da professora Jussara Vieira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que é uma batalhadora a entidade, é uma batalhadora pela aprovação do FUNDEB, até porque, pela primeira vez, pela primeira vez uma proposta governamental trata de piso salarial para os trabalhadores em educação. E eu acho muito importante que a gente possa ouvir também a representação dos trabalhadores da educação básica. É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): No momento nós não temos nem poder para retardar a tramitação, nós podemos fazer audiências públicas aqui enquanto ela tramita por lá. E nós vamos levar as emendas ou as opiniões colhidas aqui lá para o Plenário quando chegar lá. Ou tendo audiência conjunta, na Comissão de Justiça, é onde tramita porque trata-se de uma PEC.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Fico mais tranqüila, excelência.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Pela ordem de inscrição, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu concordo com V.Exa., eu acho que o espírito realmente desta Comissão de Educação e de todas as pessoas que se manifestaram é no sentido de se dar pressa, agilidade, não postergar, mas não deixar de fazer o debate, a discussão também que é fundamental que isto aconteça dentro aqui do Senado Federal. Eu acho que a idéia de fazer junto Educação e Constituição e Justiça, isso já vai agilizar também. E não há a necessidade de se fazer separadamente, repetir as audiências públicas. Eu até quero lembrar a repercussão positiva que nós tivemos de ontem para hoje, de anteontem, desses últimos dias a respeito da Lei que nós aprovamos aqui durante a convocação extraordinária, que é a extensão da obrigatoriedade do ensino fundamental para nove anos de idade, para nove anos de idade não, para nove anos de duração, a partir dos seis anos de idade. Então essa já foi uma repercussão positiva, necessária, dentro desse espírito de que o fundamental é a educação para qualquer país. Agora com o FUNDEB nós vamos ter assim perspectivas ainda maiores porque, ainda mais com o avanço que se conseguiu na Câmara dos Deputados. Não de se começar aos quatro anos de idade, mas já se começar ao zero anos de idade e indo-se até o final do ensino médio, ou seja, a inteireza, a integralidade da educação básica. Então, este vai ser assim um avanço importante, destacamos também a iniciativa enquanto Ministro, do Senador Cristovam Buarque, enviando esse projeto para a discussão necessária. Também fico satisfeito com a participação do Senador José Jorge, que tem assim, sido muito hábil e muito prático também, muito concreto na aprovação de Leis Fundamentais. E eu diria que este é um momento importante para a história do Brasil, não é? Se nós realmente tivermos uma lei adequada, boa, que preveja assim, os aspectos de qualidade o Brasil terá um avanço, através da educação, essencial no rumo ao futuro, rumo à consolidação do sentido de brasilidade, principalmente dando instrumentos para a população para serem, para as pessoas, para serem Condutoras do seu destino. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Inscrito a seguir Senador Eduardo Azeredo com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, eu considero que nós podemos ter uma

discussão realmente muito efetiva nessa questão do FUNDEB e a Senadora Fátima Cleide falava aqui da questão do piso para os professores. É importante que consigamos chegar a um bom termo, se não for um piso, que sejam alguns pisos regionais, que é uma alternativa à semelhança da questão do salário-mínimo que se discute também que poderia haver salários-mínimos regionais no Brasil. O que nós temos que conseguir é um compromisso efetivo de implantação desse piso, porque eu me lembro que em 1994 houve um compromisso nacional de implantação do piso para os professores. Aí tomaram posse novos governadores, entre eles eu e Minas Gerais. E para cumprir o que eu tinha acatado na campanha de 94, eu efetivamente implantei o piso em Minas, isso me custou 60% de reajuste para os professores no primeiro ano de governo. E um peso que me levou a investir 45% do orçamento do Estado em Educação. Os professores esqueceram, quando chegou no último ano já estavam dizendo: "Não tivemos aumento, porque o aumento foi no primeiro ano". Devia ter feito uma coisa paulatina se lembrariam bem se eu tivesse implantado em quatro anos, Senador Cristovam também implantou aqui. Então esse, aí foram poucos estados que efetivamente levaram a termo essa implantação. Agora já, nós já temos a coisa, já mudou muito no país todo, então nós precisaríamos ter realmente, através de Lei a implantação efetiva ou do piso, ou do piso nacional ou, efetivamente, quem sabe, uma diferença pequena para pisos regionais. Eu não sou muito contra não. Eu sei que o Brasil é um país só, mas tem desigualdades efetivamente de renda entre as várias regiões.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Continua em discussão os dois requerimentos. Não tendo quem queira discuti-los. Agora, na votação nós vamos ter aqui que decidir como é que se vota. O primeiro requerimento é do Senador Romeu Tuma, ele requer uma Audiência Pública convidando o Senador Cristovam Buarque para falar sobre o FUNDEB. Ele que foi o autor da mensagem que acabou sendo encaminhada pelo Presidente da República à Câmara dos Deputados. E o outro é do Cristovam Buarque, do Senador Cristovam Buarque, me desculpe, solicitando então que sejam ouvidos secretários de educação, a união de secretários de Educação dos estados, dos municípios e outras autoridades que nós, que os Senadores vierem a sugerir. Então eu vou colocar em votação o primeiro requerimento do Senador Romeu Tuma e a seguir o requerimento do Senador Cristovam Buarque. Aliás, se me permite, eu vou anexar os dois requerimentos, aprovados os dois, fica então o Senador Cristovam Buarque também um dos convidados, não é? Em votação os dois requerimentos. Não tendo quem vote contra, ou quem se pronuncie contra os dois requerimentos estão aprovados. E está aberta então a lista aqui de sugestões que devam ser encaminhadas e pessoas que serão ouvidas em conjunto com a comissão, com a CCJ. Ocorrendo mais novidades e mais gente que queira vir e participar, nós fazemos então separado aqui sem prejudicar a tramitação do projeto lá para o Plenário. É por aí. Bem, nós temos aqui um comunicado que: "Comunico aos senhores senadores o recebimento da resposta do Ministro de Estado da Educação, sr. Fernando Hadad ao requerimento de informação 5202 de autoria de S. Exa., o Senador Cacildo Maldaner, aprovado por essa comissão sobre o cumprimento de determinações e recomendações constantes da decisão 871 do Tribunal de Contas da União de 2002, referente ao Fundo de Manutenção do Desenvolvimento Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, FUNDEF. Os Senadores que desejarem uma cópia da resposta deverão se dirigir a esta Comissão". A matéria vai para o arquivo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem. Por favor.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Pela ordem, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Veja bem, Sr. Presidente Camata, eu encaminhei ofício para o Ministério onde eu pedi algumas informações porque algumas Faculdades de Direito que tinham sido aprovadas, então, por exemplo, era aprovada pelo Conselho Nacional de Educação e pelo INEP com 200 vagas e aí ela sofria uma pressão do MEC, que só publicaria se ele fizesse um requerimento de próprio punho diminuindo para cem vagas. Recebi no meu gabinete uma série de reclamações nesse sentido. O que é que eu fiz? Vim aqui, fiz o ofício e encaminhei. Bonitinho, item por item pedindo a explicação. Recebi a resposta do Ministro Fernando Haddad mas são respostas que, é uma agressão à minha inteligência e à inteligência dos senadores. Onde ele diz o seguinte: Está tudo em conformidade com o artigo tal, está tudo em conformidade com a portaria tal. Pelo amor de Deus, eu quero uma explicação para os assuntos que eu botei pautado item por item. Ele *foi en passant*, mandou no último dia aqui da comissão antes do recesso, porque depois foi chamado de novo. E eu esperei esse momento para ver o que e que nós faríamos aqui nessa comissão. Eu pedi, refaço o ofício e encaminho para a votação com as dúvidas que eu tenho?

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): A Mesa então solicita a V.Exa. que rei-

tere o requerimento com as informações reiterando as informações, nós reenviaremos ao Ministro outro requerimento--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E vou colocar também o meu requerimento que foi aprovado aqui com a resposta dele mostrando que não tem nada a ver uma coisa com a outra. Pergunto, olha aqui, onde é que nasce a goiaba? Não porque a bananeira. Não tem nada a ver, entendeu, Senador Camata? Não tem nada a ver. Então eu sei, eu acho que não sei nem se o Ministro respondeu ou se foi um assessor. E uma coisa que eu também vejo, Senador Gerson Camata, é que acontece aqui, a gente tinha que ter aqui um processo de direitos autorais, Senador Cristovam. Porque toda hora um Senador encaminha um projeto e demora a tramitar, aí vem alguém de algum Ministério, não vou falar só da Educação não, vem um Ministério, vai e faz um decreto, uma Portaria encaminhando, vem e tira a autoria do projeto, foi assim com a questão do PROUNI que o Paim tinha um projeto muito parecido que estava caminhando. Agora V.Exa., Senador Cristovam que foi Ministro da Educação, tinha lá o FUNDEB é do governo mas estava, quando S. Exa. era Ministro, como governo. Mas V.Exa. tinha, tem aí um direito autoral. Tem ou não tem? É inegável que tenha. O senhor não quer uma relação com esse governo digamos assim politicamente falando. Mas, quer dizer, foi filho de um casamento passado.

[risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas é filho, não é isso, Senador Camata? Está lá registrado. É filho.

[risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então o senhor tem que embalar essa criança.

[risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então essas coisas que acontecem, eu não sei como é que deve proceder, entendeu, Senador Camata toda hora tem alguém aí tomando os direitos autorais aí.

SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB-ES): Muito bem, a Mesa, antes de encerrar quer agradecer a presença hoje dos senadores José Jorge, Edison Lobão, Geraldo Mesquita, Reginaldo Duarte, Wellington Salgado de Oliveira, Sérgio Cabral, Fátima Cleide, Flávio Arns, Sérgio Zambiase, Cristovam Buarque, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Juvêncio da Fonseca, Gilvan Borges e Mão Santa que contribuíram com suas presenças para o brilho dessa reunião. A sessão está encerrada com o agradecimento a todos. Muito obrigado.

(Sessão encerrada às 12h11)

Ata da 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 14 de fevereiro de 2006.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia quatorze de fevereiro de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Gerson Camata e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Maria do Carmo Alves, Teotônio Vilela Filho, Geraldo Mesquita, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Wellington Salgado de Oliveira, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Aelton Freitas, Paulo Paim, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Jonas Pinheiro, Cristovam Buarque, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Gilvam Borges, Luiz Otávio, Aloizio Mercadante, Delcídio Amaral, Antônio Carlos Valadares e João Ribeiro reúnem-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Sérgio Cabral, José Maranhão, Gilberto Mestrinho e Fátima Cleide. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, registra a presença, para acompanhar a audiência pública, dos Senadores Eduardo Suplicy (PT/SP) e Serys Slhessarenko (PT/MT), não membros da Comissão; Deputados Luiz Carreira (PFL/BA), Gastão Vieira (PMDB/MA), Iara Bermardi (PT/SP), relatora da PEC na Câmara, Fátima Bezerra (PT/RN); Antenor Naspolini (PSDB/CE); Nelson Bornier (PMDB/RJ); José Divino (PMDB/RJ); Almerinda de Carvalho (PMDB/RJ) e Doutor Heleno (PSC/RJ); Senhor Francisco das Chagas, Secretário de Ensino Básico do MEC e o Senhor Paulo Egon, Diretor do FUNDEF/MEC. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 06-CE, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque e ao Aditamento nº 01 ao Requerimento citado, de autoria do Senador Romeu Tuma, que tem como objetivo discutir a Proposta de Emenda à Constituição Federal – PEC nº 009, de 2006, que "Dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e

212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal. (Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB)". Comparece à Audiência Pública o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, autor do Requerimento, Paulo Paim, Roberto Saturnino, José Jorge, Ideli Salvatti, Wellington Salgado de Oliveira, Lúcia Vânia, Leonel Pavan, Flávio Arns e Eduardo Suplicy (não membro). A Comissão decide por unanimidade encaminhar ofício às Lideranças desta Casa, no sentido de definirem um calendário para a discussão e deliberação, da PEC nº 009/06. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e cinqüenta e nove minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Gerson Camata,** Presidente da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Senhoras e senhores declaro aberta a presente sessão que se destina a uma audiência pública para que, conforme requerimento apresentado a esta comissão e aprovado para a audiência do Sr. Ministro da Educação. Trata-se da quinta reunião extraordinária da Comissão de Educação, da quinta sessão Legislativa extraordinária, da quinqüagésima segunda legislatura. Está sendo realizada às 10 horas e 25 minutos do dia 14 de fevereiro. Está convidado para essa, essa reunião extraordinária o Sr. Ministro da Educação, Dr. Fernando Haddad. O assunto é a discussão da proposta da Emenda Constituição Federal, pequi 009/2006, que dá nova redação aos artigos 23, 30, 206 e 210 da Constituição Federal. E ao artigo 60 do ato das disposições constitucionais transitórias, e acrescenta parágrafo quinto ao artigo 211 da Constituição Federal. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação, FUNDEB. Os autores do requerimento são os senadores Cristovam Buarque e Romeu Tuma. Eu ia solicitar ao Senador Paulo Paim, ao Senador Ney Suassuna que pudessem acompanhar S.Exa., o Sr. Ministro, até a sala da comissão. Conforme a presidência anunciou, trata-se de uma audiência pública que tem como convidado especial S.Exa. o Sr. Ministro da Educação, Dr. Fernando Haddad. De acordo com o Regimento Interno da comissão, inicialmente o Sr. Ministro fará uma exposição sobre o assunto de sua vinda aqui que é uma palestra sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação, o FUNDEB. Logo a seguir, já estão abertas inclusive as inscrições para perguntas dos senhores senadores tendo preferência os autores do requerimento, são os senadores Romeu Tuma e Cristovam Buarque. Com a palavra, portanto, S.Exa., o Sr. Ministro Fernando Haddad para proferir a sua exposição e a sua palestra.

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Muito bom dia a todos, gostaria de agradecer Senador Gerson Camata, agradecer o Senador Romeu Tuma, Senador Cristovam Buarque por ter nos oferecido a todos essa oportunidade de discutir um assunto tão importante quanto o Fundo da Educação Básica. Desde logo, colocar todo o aparato do Ministério da Educação, o que inclui as Secretarias, o Instituto de Pesquisa, o nosso INEP à disposição dos senadores para que possam ter acesso às informações necessárias para uma, para formar seu juízo a respeito do que aqui se discute. E sucintamente expor o nosso entendimento a respeito da importância do Fundo da Educação Básica para a Educação brasileira. Digo sucintamente porque o projeto tramita já há oito meses no Congresso, é óbvio que está há pouquíssimo tempo aqui no Senado, mas tenho a certeza que, sobretudo os senadores dessa comissão, acompanharam pela imprensa os principais argumentos que foram levados em conta para que a proposta fosse forjada pelo Executivo. Encaminhada pelo, ao Legislativo e, até o momento, aprovado, aprovada pela Câmara dos Deputados já em dois turnos com uma votação bastante representativa do esforço que foi feito pelos educadores para que avançássemos na discussão. Foi com muita alegria que nós recebemos, até com alguma surpresa, eu gostaria de dizer, que nós recebemos o resultado final da votação na Câmara dos Deputados, foram 457 votos a favor contra cinco votos contra a proposta de Emenda Constitucional. E eu parto deste dado porque penso que tão importante quanto o mérito, vale a pena discutir a forma como esse projeto foi encaminhado junto à sociedade e junto ao Legislativo. Nós, durante um ano, fizemos inúmeras reuniões, inúmeras, incontáveis reuniões tanto com o Conselho Nacional do Secretário de Educação, o nosso CONSED, presidido pelo Secretário Estadual de Educação

de São Paulo, professor Gabriel Chalita, quanto com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, a UNDIME, presidido, presidida pela Secretária Municipal de Belo Horizonte de Educação, a professora Maria do Pilar. Além das inúmeras reuniões ocorridas no âmbito do Ministério da Educação, houve um cem número de reuniões por todo o país, plenárias regionais em que os dirigentes do MEC menos falavam do que ouviam os anseios dos educadores, para que nós constituíssemos um Fundo da Educação Básica. Divulgamos algumas diretrizes que foram sendo alteradas ao longo do tempo e nos permitir, e essa metodologia de trabalho nos permitiu forjar um texto que foi validade pelo Presidente da República e encaminhado em mensagem de 14 de junho à Câmara dos Deputados. O Ministro da Educação, no caso já, depois da minha posse, o Presidente do CONSED e a Presidenta da UNDIME assinaram uma carta conjunta, os três entes que representam a Educação do país, não é. São instâncias de representação dos educadores nos três níveis da Federação, União, Estados e Municípios. Eu penso que esse documento é um documento histórico, foi entregue aos senhores ontem, e está à disposição dos senhores inclusive na página do Ministério da Educação. Assinam um documento pedindo a Prefeitos, Governadores e Parlamentares, Deputados e Senadores, a aprovação da proposta de Emenda Constitucional. Esse documento, sem dúvida nenhuma, ficará nos anais da Educação brasileira. Não tenho lembrança de uma outra iniciativa que tenha contado com o apoio dos três níveis da federação. Três representantes dos educadores municipais, estaduais e no plano federal irmanados em torno de um mesmo projeto. Embora num ponto ou no outro ajustes tiveram que ser feitos para que a Câmara aprovasse pelo quorum que aprovou em dois turnos a proposta de Emenda Constitucional. Feitas essas considerações formais, mas não menos importantes, sobre o método de trabalho que nós adotamos para forjar a proposta, e já entrando na discussão de mérito. Aquilo que foi um pressuposto desse acordo diz respeito justamente ao papel da União em relação a Educação básica. O que nós tínhamos consciência é que seria impossível sentar à Mesa com estados e municípios sem um ponto de partida único, que era o compromisso da União com a Educação básica. Estados e municípios, de certa forma, todos entendiam o FUNDEF como um avanço do ponto de vista de divisão de responsabilidades, do ponto de vista de financiamento do ensino fundamental, uma vez que o FUNDEF tem esse, essa abordagem, exclusiva no ensino fundamental. Mas, todos se queixavam que a proposta de Emenda Constitucional, a Emenda Constitucional aprovada, promulgada por ocasião da aprovação do FUNDEF não teria deixado absolutamente claro o papel de complementação da União. E, o pressuposto para sentar à Mesa de negociação, por parte do CONSED e da UNDIME era saber, definitivamente, se a União, afinal, se dispor ria a atuar nos moldes ou nos termos que reza o artigo 211 da Constituição, que determina que a União corrija as disparidades regionais por meio de apoio técnico e financeiro. E esse pressuposto foi absolutamente vencido na Mesa de negociação. Nós, do Ministério da Educação, tínhamos a autorização do Presidente da República de que sim, nós sentávamos à Mesa com o compromisso de definir uma participação da União que fosse considerada por estados e municípios digna de uma reformulação de financiamento da Educação básica. O segundo pressuposto dessa negociação foi a abrangência. Ou seja, todos estávamos convencidos que era o momento, era a oportunidade de ampliar a cobertura do Fundo para além do ensino fundamental. E isso tem uma razão de ser, uma razão muito profunda de ser. Nós todos achávamos que a experiência do FUNDEF tinha sido meritória, virtuosa mas que era o momento de recuperar, de resgatar a sistematicidade de toda a Educação básica, inclusive do ponto de vista do seu próprio conceito. Porque hoje há, eu diria que uma, um consenso internacional não só em torno de pedagogos, mas os próprios economistas da Educação, não é, hoje há, felizmente, há prêmios Nobel dedicados a economistas que se debruçaram sobre a questão educacional. Então, deixou de ser um assunto exclusivo de educadores para envolver muitas outras especialidades. E hoje é um certo consenso de que o desempenho do aluno no ensino fundamental, e mesmo para além do ensino fundamental, depende de quão precoce é sua matrícula na escola, na Educação infantil. Ou seja, de quão cedo ele vai à escola, sobretudo no que diz respeito aos filhos de famílias de mais baixa renda. Nesse caso, todos os indicadores dão conta de que quanto mais cedo o aluno, a criança for à escola, melhora o seu desempenho escolar. Alguém poderá dizer: Mas será que isso é verdade no Brasil? Onde a pré-escola ainda, em algumas regiões, não está estruturada de maneira adequada? Nós fizemos um estudo por ocasião da visita do James Hackman, que é Prêmio Nobel de Economia voltado para a Educação, sobre o impacto da Educação infantil na escolaridade do brasileiro. E nós verificamos que o brasileiro que freqüentou a pré-escola tem quase dois anos a mais de escolaridade do que aquele que não freqüentou. Isso controlando por renda. Vejam os senhores, controlando por renda, porque, não é, se poderia dizer: "Não, você não levou em conta a renda do aluno que freqüentou a pré-escola". Não, controlando por

[illegible] tem um efeito de quase dois anos a mais [illegible] daqueles que freqüentaram a pré-es[illegible] em relação aqueles que não freqüentaram a pré-[illegible] demonstra, de maneira muito clara, muito [illegible], muito cristalina que a bem do ensino [illegible] é necessário uma boa estruturação da [illegible] infantil. O que é uma obviedade para edu[illegible] é sempre bom quando isso fica compro[illegible] estatísticas. E mais do que isso, o desempe[illegible] do aluno no fundamental também é sensível às [illegible] que a ele se apresentam para além do [illegible] fundamental. Ou seja, o aluno que tem uma [illegible], um horizonte educacional para além do [illegible] fundamental tem um desempenho escolar me[illegible] durante o ensino fundamental do que aquele que [illegible] esse horizonte. O mesmo vale para o ensino [illegible]. Quando os alunos do ensino médio têm, dian[illegible] si, a oportunidade de ingresso na Educação su[illegible], seja na Universidade pública, e nós tivemos [illegible] a experiência de realizarmos o ENEM depois [illegible] implementação do PROUNI. O que se verifica nos dados do ENEM depois da implementação do PROUNI é que a distância que separava o aluno da escola particular e do aluno da escola pública diminuiu. E diminuiu por quê? Porque o aluno da escola pública se esforça mais quando tem, diante de si, uma oportunidade que não tinha no momento anterior. Ou seja, a Educação é um fenômeno muito complexo e não é, ele não pode ser pensado por etapas e níveis, a não ser do ponto de vista de estruturação porque do ponto de vista do conceito trata-se do mesmo processo, que tem que ser organizado desde o seu princípio, desde a infância até os níveis mais elevados de Educação, até a pós-graduação. Nós temos tentado pensar assim a Educação. Pensar de forma sistêmica, de forma a ampliar o horizonte educacional de todo cidadão independentemente de onde ele se encontre no ciclo educacional. Se é um graduando com vistas a pós-graduação, ele tem que receber o apoio. Se é um aluno que depende da Educação infantil, ele tem que receber o apoio. E durante esses anos nós não ficamos aguardando a aprovação do Fundo da Educação Básica, nós fomos tomando providências para preparar a Educação básica para o Fundo da Educação Básica. Eu vou citar alguns exemplos importantes dessa estruturação. Durante este governo foi, por exemplo, estendida a alimentação escolar para creche, o que não era, o que não havia no passado. O per capita da creche e da pré-escola foi igualada a per capita da merenda escolar para o ensino fundamental. Portanto, hoje nós temos tanto a Educação infantil quanto o ensino fundamental com o mesmo per capita. E este per capita, depois de nove anos, foi reajustado em 40%. O livro didático, que estava voltado única e exclusivamente para o ensino fundamental foi estendido para o ensino médio, primeira vez na história do país em que isso se faz. Todos os alunos de ensino médio em 2006, os livros já estão na escola, estão recebendo o livro didático de português e matemática. A depender aqui do, da aprovação do orçamento, nós poderemos oferecer, a partir de 2007, mais duas disciplinas e completaremos as sete disciplinas do ensino médio, não é, gradativamente até que todo o ensino médio público tenha o seu Programa Nacional do livro didático, tanto quanto o ensino fundamental. O per capita do FUNDEF, o per capita do FUNDEF, ao longo desses três anos, foi reajustado 26% acima da inflação. Ou seja, houve uma recuperação também do investimento no ensino fundamental. Então não ficamos aguardando a aprovação do FUNDEB para tomar essas providências. A questão que nos parece também crucial para as famílias de baixa renda, a questão do controle de condicionalidade do bolsa-família. Que envolvia, em 2002, apenas 19% das escolas, no último trimestre, o levantamento envolveu 90% das escolas. Hoje, 90% das escolas informam a freqüência do bolsa-família. Mais do que isso, hoje nós sabemos a causa da não freqüência. No aplicativo que foi desenvolvido em parceria, Ministério do desenvolvimento social, Ministério da Educação e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a escola informa a causa da não freqüência. E se ela não é justificada, por exemplo, por razão de doença, por óbito familiar, alguma coisa que justifique a ausência da criança na escola, toda a sociedade, a começar do Fórum Nacional dos conselhos tutelares, do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, Ministério Público, Associação dos Magistrados, se envolvem no movimento de resgatar essa criança para a escola. E hoje nós conseguimos atingir 77% das crianças beneficiadas pelo programa. Fazendo com que a evasão escolar caisse de 4,4 para 2,2 em cinco trimestres. Ou seja, em apenas cinco trimestres, reduzimos em 50% a evasão escolar. Então, uma preocupação que vai para além da matrícula, a matrícula é um dia por ano. Agora a permanência é todos os dias, todos os duzentos dias ou 85% desses duzentos dias que a criança tem que estar na escola. Eu penso que esses elementos, essas providências, essas ações é que criaram, no âmbito da Educação um ambiente favorável à apreciação da PEC do FUNDEF, da proposta de Emenda Constitucional que cria o Fundo da Educação Básica. Gostaria de citar uma última. O salário Educação, nós aumentamos em três bilhões de reais a arrecadação do salário Educação a partir da sensibilização das empresas inadimplentes, em relação a importância deste tributo para a Educação. O

salário Educação, em 2002, arrecadação quatro bilhões de reais, nós vamos fechar o mandato em 2006 com sete bilhões de reais. Três bilhões de reais, todo ele orientado para o ensino fundamental. Hoje, estados e municípios têm um repasse da União que é de cerca de 60% desses recursos, diretamente nos seus cofres, sem nenhuma intermediação. E com o aumento de arrecadação da cota parte da União, foi possível desenvolver esses outros programas, como o livro didático no ensino médio, Biblioteca na escola e também o Programa Nacional de Transporte Escolar, que pela primeira vez na história paga um valor per capita. A criança foi transportada, o prefeito recebe o valor per capita correspondente. Então essas ações permitiram criar um ambiente muito favorável ao debate. Nós temos hoje um relacionamento com os dirigentes da Educação muito proveitoso. Não é por outra razão que nós conseguimos assinar o mesmo documento pedindo a aprovação do Fundo da Educação Básica. Um documento que, eu insisto, é inédito na história da Educação deste país. Porque nós conseguimos despartidarizar o debate sobre a Educação. Fala-se muito em blindar a economia, nós quisemos blindar a Educação. E para blindar a Educação nós adotamos esse procedimento, despartidarizar, desideologizar. Ideologia é muito bom quando ela é nobre, você discute conceito, mas desideologizar no mau sentido da palavra, despartidarizar no mau sentido da palavra e torna-la um projeto de país, um projeto de Nação. Até porque se chega a conclusão de que não se tem grande benefício sequer do ponto de vista da disputa eleitoral brigar em relação a isso. Porque os efeitos são tão diferidos no tempo, que se nós não somarmos esforços para que as gerações seguintes se beneficiem das medidas tomadas hoje. Nós não íamos conseguir construir um país minimamente preparado para enfrentar os desafios da modernidade. Penso, portanto, que as duas principais, os dois principais pilares de estruturação do projeto, que nos parece à essa altura, inamovíveis. É, de um lado, garantir a complementação da União para toda a vigência do Fundo e, de outro lado, extrapolar o ensino fundamental, fazer transbordar para as outras etapas da Educação básica o apoio da União para que nós possamos estrutura-la em seu conjunto da Educação infantil até o ensino médio. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito bem, Sr. Ministro. Eu queria, antes de conceder a palavra ao primeiro autor do requerimento, registrar, com muita satisfação, Sr. Ministro, a presença do Dr. Francisco das Chagas, Secretário de Ensino Básico do MEC, do Dr. Paulo Egon, Diretor do FUNDEF atual, Deputado Antenor Naspolini, do PSDB do Ceará, Deputada Iara Bernardi, foi a relatora da PEC na Câmara e a Deputada Fátima Bezerra, do Rio Grande do Norte. E ainda dos Deputados do PMDB do Rio de Janeiro, Almerinda de Carvalho, Nelson Bornier, Dr. Heleno e José Divino. Eu queria, Sr. Ministro, se V.Exa. me permite os companheiros também da comissão, dizer que, dar aqui um testemunho. Na reunião da UNESCO, em Paris, eu estava lá e o Ministro também estava, claro, representando e como chefe da delegação brasileira, eu estava como Presidente da comissão. E, naquela época, tinha sido recém enviado para a Câmara o projeto do FUNDEB. E o Ministro da Educação do Brasil foi o Ministro que mais audiências concedeu no segundo dia da reunião da UNESCO. Eu me recordo que eu pude acompanhar o Ministro da Educação da Argentina, o Ministro da Educação da África, a Ministra da Educação da África do Sul, o Ministro da Tailândia, da Hungria e a Ministra, que lá chama-se Secretária, dos Estados Unidos, procuraram o Ministro, quer dizer, ele teve que ficar praticamente quase um dia inteiro concedendo essas audiências a ministros de outros países, qual era o assunto? Se informar sobre o projeto do FUNDEB, considerado um grande avanço, na escala da Educação até mundial, um paradigma a ser seguido. E eu pude ver o interesse dessas autoridades de outros países por um projeto brasileiro. O que deixa a gente sempre bem, também, não é, quando acontece uma boa coisa. Não é só o futebol não, tem muita coisa boa no Brasil também. Cumprimento o Sr. Ministro por isso. Bem, então, o Senador Cristovam Buarque é um dos autores, e como um dos autores, o primeiro a colocar às suas questões. Com a palavra, S.Exa.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PT-DF): Obrigado, Presidente. Sr. Ministro, em primeiro lugar quero fecilitá-lo pela postura de vir aqui imediatamente, assim que nós solicitamos. Nem sempre acontece isso quando ministros são convocados para virem ao Congresso, até pela agenda de cada um deles. Eu imagino o que não foi preciso o senhor fazer para conseguir essa agenda de vir aqui agora. Segundo, eu quero dizer que, da nossa, da minha parte não há nenhum intuito da gente atrasar a aprovação do FUNDEB. Porque eu considero que é um avanço, sem dúvida alguma. A intenção nossa, nessa audiência é saber como é que a gente ajuda para avançar. Como ajuda para dar passos adiante porque, eu creio que é um momento muito especial a aprovação do FUNDEB e eu temo que aconteça o mesmo que aconteceu com o FUNDEF. Claro que foi um avanço, mas insignificante diante do avanço que a gente precisa dará Educação brasileira em comparação com os outros países. Apesar de 10 anos do projeto, que foi um bom, é um bom projeto,

eu elogiei na época como militante do Partido dos Trabalhadores então, muitos ficaram chocados porque eu elogiei o FUNDEF que era do Ministro Paulo Renato e do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas depois de 10 anos, o que a gente tem visto é que o avanço que o FUNDEF trouxe é muito menor do que o avanço que os outros países estão tendo na Educação. E eu temo que o FUNDEB, que é um avanço, sem dúvida alguma, em relação ao FUNDEF, daqui a 10 anos a gente diga: Caramba, a gente fez pouco! A sensação que eu tenho, Ministro, ao votar a favor do FUNDEB, é a mesma dos senadores abolicionistas que votaram a favor da proibição do tráfico de escravos em 1851. Sabe que alguns queriam votar contra porque eles achavam que votar a favor da proibição do tráfico de escravos era dar apoio à escravidão. Porque ela continuou mais quarenta anos, mais quarenta anos depois da proibição do tráfico. É por isso que eu gostaria de perguntar, por que é que a gente não tenta dar alguns saltos adiante? E se não vale a pena o senhor contar conosco, aqui do Senado para dar esses saltos? Em primeiro lugar, um salto que eu venho lutando aqui, que é a idéia que eu chamo de federalização da Educação básica ou nacionalização da Educação básica. Que, sem dúvida alguma, o FUNDEF e o FUNDEB já representam um passo. Só que dinheiro não basta em Educação. O senhor mesmo citou aí seis pontos que foram feitos como, merenda, livro didático no ensino médio, mas eu tenho a impressão que se o Governo Federal não assume para si, não a gerência das escolas, isso não acredito, aí eu sou até mais radical, eu acho que a gerência pode deixar até para os pais e professores em alguns casos, não só o Prefeito. Mas a instância melhor é o Prefeito, no caso do fundamental. Mas trazer para si a definição de padrões mínimos, como, por exemplo, de salário e de formação. Aqui já tem, então, uma emenda que a gente pode colocar, que a Câmara já iniciou também de criar o piso salarial. Mas eu acho que esse piso tem que ser vinculado a formação do professor. Aumentar salário de professor não é suficiente se o professor não sabe mais e não se dedica mais. Honduras, um pequeno país da América central, dobrou o salário dos professores, dobrou, pá. O Presidente por ordem, não melhorou a Educação. Porque não vem acompanhado de mais recursos para o professor, recursos pedagógicos, nem veio acompanhado de mais cobrança sobre o professor. Então esse é um. Como é que a gente faz para vincular, no FUNDEB, não só o piso mas também o piso relacionado com a formação? Para que o Governo Federal interfira na seleção dos professores. O funcionário do BANCO DO BRASIL em qualquer cidade que vá trabalhar para mexer com dinheiro, ele passou no concurso federal. Agora um professor para mexer com crianças, não. É uma referência puramente Municipal e com a diferença entre as nossas cidades a gente tem professores melhores nas cidades mais ricas, professores menos preparados nas cidades mais pobres. A CAIXA ECONÔMICA eu citei, a CAIXA ECONÔMICA, a Polícia Federal, a INFRAERO, tudo isso é levado com seriedade Federal, mas Educação fundamental a gente deixa, a gente não interfere. Há um temor aparente. Eu quero, eu gostaria de saber de V.Exa. se não era o momento com o FUNDEB da gente–

[soa a campainha]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PT-DF): Eu peço mais--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Está prorrogado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PT-DF): Mais algum minuto. O segundo: Por que não fazer o FUNDEB permanente? Por que colocá-lo como algo provisório, como foi também o FUNDEF? A gente poderia dar um salto se colocasse ele como permanente. E, além disso, eu acho, gostaria de perguntar por que não usar o apoio dos senadores para que o senhor, que eu sei que é difícil a cargo porque fica entre o Ministro da área Econômica e os governadores e Prefeitos e os Secretários Estaduais e Municipais da Educação, o Ministro fica no meio. Por que não usar a gente para aumentar os recursos? Em vez de fazer com que chegue aos quatro bilhões e meio, daqui a quatro anos, por que não chegar logo? Como, aliás, foi a proposta inicial, elaborada em 2003 até com a colaboração do professor Chagas. Foi ele o principal elaborador da proposta para mim naquela época. Por que não usar o Senado, o Congresso para a gente antecipar esses quatro bilhões. Porque, sinceramente, é muito pouco para o Governo Federal colocar isso. A Educação nas costas dos Prefeitos ela, não vai dar salto porque eles não têm dinheiro mais, nem os Governadores. Seria a maneira da gente dar uma contribuição. Eu sei que muitos falam que não têm dinheiro. O CORREIO BRAZILIENSE de ontem traz numa página que o BNDES tem setenta bi à disposição de empresário. Como é que a gente não arranja quatro e meio à disposição da Educação? Na outra página, do lado, diz que esse mês se arrecadou cem bi, um mês, se se arrecada cem bilhões em um mês, mesmo com dívida, mesmo com Previdência, mesmo com as vinculações, dá para a gente arranjar quatro e meio. Então, eu gostaria de perguntar se o senhor não gostaria de ter o nosso apoio para a gente fazer aquilo que nem sempre é fácil de fazer. Agora, além disso, eu queria fazer uma referência a sua fala dizendo que eu apoio radicalmente, totalmente o aumento do período de permanência da

criança na escola. E aí eu gostaria de sugerir, tentar recuperar uma proposta que o Presidente Lula apresentou em 2002, que era garantir uma vaga na escola a toda criança, mais perto da casa, a toda criança no dia que fizesse quatro anos. Ou seja, o pai é obrigado a mandar a criança para a escola no dia que fizesse seis anos, mas as autoridades públicas são obrigadas a recebê-las no dia que ela fizer quatro anos. Porque a classe média alta põe as crianças a partir dos três. Isso é uma proposta que está no programa do Presidente Lula. E, a maneira de fazer isso está já na Casa Civil há quase, há dois anos já para fazer. A outra, eu quero dizer que eu apoio totalmente a idéia de que as cotas para a escola pública trazem melhoria de qualidade na Educação básica. Então eu quero apoiar isso. E quero sugerir que tente fazer uma coisa que dê um grande impacto. Aqui em Brasília, a UNB, ela seleciona os seus alunos, uma parte, através de exames dentro do ensino médio, Presidente Gerson Camata. Isso deu um salto de qualidade muito grande na Educação básica pública porque os meninos da Educação básica, do ensino médio, perceberam que eles tinham a chance de entrar na UNB sem vestibular tradicional, mas sim, estudando mais no ensino médio. Então, concluindo, eu gostaria de saber como é que a gente colabora para dar saltos. E eu quero lhe dizer que esses itens que eu lhe coloquei, e mais um, que é proibir o contingenciamento nesses recursos. Porque parece, parece que é uma redundância colocar, proibir o contingenciamento se a lei obriga a investir. Mas no caso do Brasil é preciso ser redundante em certas coisas. Até porque tem uma maneira de, de fazer o contingenciamento sem ferir a Lei. É simplesmente não aumentar o valor per capita quando se deveria, que é o que se fez com o FUNDEF tanto no governo Fernando Henrique quanto no nosso governo. Apesar do aumento que houve no nosso, no governo atual, mas, mesmo assim, o FUNDEF jamais gastou a totalidade dos recursos que deveria, através de uma redução de valor per capita. É colocar que o valor per capita, uma emenda, nunca será inferior a garantir o desembolso do total de recursos do FUNDEB. Essa é uma forma de evitar o contingenciamento. Eu quero saber uma coisa, se o senhor considera que apresentar essas emendas, como eu penso, é uma colaboração, na tentativa de fazer avançar o que o senhor está conseguindo com o FUNDEB, ou se seria um atrapalho? Porque eu recebi muitas entidades sindicais, ONGs, ligadas à Educação pedindo que não apresente emendas para não atrasar a aprovação. Eu lhe pergunto se, voltando aquela metáfora da escravidão, se não teria valido à pena atrasar alguns meses a aprovação, a proibição do tráfico de escravos e aprovar de uma vez a abolição nesse país? Se valer a pena eu quero dizer que eu sou um colaborador seu, para tentar fazer avançarmos até a abolição, não ficarmos só na proibição do tráfico.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com a palavra, S.Exa., o Sr. Ministro Fernando Haddad.

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Senador Cristovam, muito obrigado pela sua intervenção. Muito elucidativo o seu comentário sobre a proposta de Emenda Constitucional. Eu vou começar pelo final, porque penso que a questão do financiamento, ela tem uma particularidade que interessa. Nós estamos defendendo no Ministério da Educação que o país passe a investir 6% do seu Produto Interno em Educação. Hoje nós investimos em torno de 4% em Educação. A Argentina, o ano passado, aprovou uma Lei encaminhada pelo Executivo, que dá prazo de cinco anos, eu tive com o Ministro Filmus mais de uma vez, conversamos muito inclusive sobre a Lei aprovada, que dá cinco anos de prazo para que a Argentina passe a investir de quatro, passe a investir 6% o seu Produto Interno em Educação. E dá prazo até 2010 para que isso aconteça. Alguns outros países da América Latina estão se esforçando para aumentar o investimento em Educação com proporção do PIB, a Venezuela está fazendo isso, não é, com muita força. O México começa a discutir esse assunto e a UNESCO insiste, insiste há muitos anos que o investimento mínimo desejável em Educação é desta ordem, da ordem de 6% do PIB. Nós aqui dizemos que investimos cinco, mas se nós considerarmos que dentro desses cinco computam-se inativos, Ciência e Tecnologia e ações e serviços de Saúde feito pelos hospitais de ensino. Nós vamos chegar a conclusão de que nós não investimos cinco, porque nenhum lugar do mundo esses três itens se computam na contabilidade da Educação. Então, investimos quatro, na verdade, não sabemos ainda se é um pouco acima de quatro, um pouco abaixo de quatro, o INEP está concluindo um estudo que eu comentei já tem seis meses. E a questão não é trivial, tecnicamente, estamos até com o apoio de alguns técnicos internacionais para elaborar uma contabilidade justa do investimento do país em Educação. Se o senhor me pergunta, portanto, se nós devemos tomar essas providências, eu diria para o senhor que sim, nós devemos dar esse salto. O Brasil só vai resgatar a sua dívida em Educação se passar a investir algo em torno de 6% do seu PIB em Educação no mínimo, não é? Sendo que o nosso Plano Nacional de Educação previa sete. Infelizmente, houve um veto, mas previa atingir 7% do PIB em Educação. Esta é uma discussão, a outra discussão é quanto a União tem que investir no FUNDEB. Por que é que as coisas não se confundem? Por que

não deve ser a única ação da União na Educação o Fundo da Educação Básica. Nós precisamos de um conjunto enorme de outras ações para dar conta do desafio educacional. Por que não, ao invés de quatro bilhões e meio, investirmos dez ou vinte até, no Fundo da Educação Básica? E eu insisto, uma coisa é desejar investir mais vinte bilhões na Educação Básica--

[soa a campainha]

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: A outra coisa é discutir, defender vinte bilhões no Fundo, no FUNDEB exclusivamente. Por que é que nós chegamos à discussão sobre quatro bilhões e meio? Nós fizemos um ranking dos estados no que diz respeito a um investimento per capita. E fizemos um outro ranking dos estados no que diz respeito ao desempenho dos sistemas no SAEB, no Sistema de Avaliação da Educação Básica. E o que é que nós verificamos? Nós verificamos que o décimo sétimo estado em investimento é o quarto estado em qualidade. Vou repetir porque é um dado muito importante. O décimo estado, o décimo sétimo estado, dos vinte e sete, em investimento, quando nós comparamos o desempenho dele no SAEB, no Sistema de Avaliação de Educação Básica. Nós verificamos que ele está em quarto lugar, per capita, investimento per capita, dividindo os recursos pelo número de matrículas em todos os estados e comparando com o desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica. O que é que nós nos perguntamos? Se o, se o papel do FUNDEB é corrigir desigualdades regionais, no que diz respeito a complementação da União, qual é o valor necessário para que o estado mais pobre da Federação pudesse ter um investimento per capita equivalente ao desse estado da Federação? Que comprova que com os recursos que tem consegue ter uma Educação de qualidade, minimamente de qualidade, dadas as condições nacionais. Não estou dizendo que esse estado, no mundo, no mundo é uma outra coisa, mas o FUNDEB tem essa, esse objetivo, corrigir desigualdades regionais no que diz respeito a complementação da União. No que diz respeito à qualidade, em sentido mais genérico, nós temos que ter outras ações que vão desde a questão do transporte escolar até o bolsa-família. Com controle de condicionalidade, passando por programas, inclusive inaugurados pela sua gestão, Ministro, Senador Cristovam, no Ministério da Educação, no que diz respeito a capacitação de professores. Nós estamos hoje, nesse momento, capacitando cem mil professores pelo Pró Letramento, que atende professores que ministram aulas na primeira e segunda séries do ensino fundamental, até um programa chamado Pró Licenciatura, que dá Bolsa auxílio para professores obterem a licenciatura e que hoje ministram aula no ensino médio ou nas séries finais do ensino fundamental. O nosso objetivo, no FUNDEB, é justamente conseguir compatibilizar o custo/aluno, respeitada a desigualdade, observada a desigualdade regional, para que todos os estados tenham um padrão mínimo. E todas as outras ações, elas têm que ser universais. Como fazer, por exemplo, o livro didático do ensino médio? Ele corre por fora do FUNDEF, do FUNDEB. O transporte escolar? Corre por fora do FUNDEB. Bolsa-família com controle de condicionalidade. Também, corre por fora do FUNDEB. E muitas outras ações necessárias para a melhoria da Educação Básica vão passar por fora do FUNDEB. O que temos que fazer, portanto, é dar amparo, do ponto de vista de financiamento, para um conjunto de ações e não para uma única ação. Eu não, não tenho a esperança de que o FUNDEB, ele próprio, resolverá os problemas da Educação nacional independentemente da complementação da União. Eu não penso isso. Eu não acho que esta questão resolve o problema da Educação, senão seria fácil. Se dez resolve o problema da dívida com a Educação no FUNDEB? Estaremos todos de acordo, vamos colocar dez bilhões então. Eu não penso assim. Eu penso que se nós garantirmos que o estado mais pobre tenha recursos per capita compatíveis com uma Educação de qualidade mínima, e se o Ministério da Educação, estados e municípios, tiverem um orçamento de Educação que, no conjunto, representem ações coordenadas para impactar a Educação, aí sim eu acho que haverá um aumento substancial da qualidade e do resgate da dívida educacional. Ainda em relação a essa questão de financiamento, por que não antecipar? Por que não fazer de uma vez? De novo, a crença de que os recursos não são, são um elemento essencial mas se desacompanhados de outros elementos, eles não corrigirão os problemas históricos da Educação. O senhor sabe que só 20% dos nossos municípios têm um Plano Municipal de Educação, apenas vinte, é uma obrigação legal. A lei exige um Plano Municipal de Educação e apenas 20% dos municípios têm. Há estados, há municípios do Nordeste que vão dobrar os recursos para a Educação com o FUNDEB, dobrar. Ou seja, hoje tem, digamos, seiscentos reais por aluno, terão mil e duzentos. A pergunta que se fez e se respondeu no âmbito dessa comissão tripartite CONSED, UNDIME e MEC que elaborou a proposta. Todos acharam essencial que fosse dado um tempo para que as pessoas pudessem planejar o gasto de maneira a otimizar o seu retorno. Porque sem planejamento, o risco de desperdício, de nós gastarmos o recurso e não investirmos o recurso é muito grande. Nós queremos investir o recurso. Investir significa exigir retorno para a criança. E não,

simplesmente, aumentar o volume de recursos sem essa exigência. De outra parte, o FUNDEF deixou algumas marcas, algumas cicatrizes, como ele foi implementado de uma vez, de um ano para o outro, alguns entes da federação, municípios ou estados, sofreram uma queda de recursos sem que eles pudessem se planejar para isso. Alguém poderá dizer: Não, perdeu porque não tinha matrícula. Sim, mas mesmo aquele estado, aquele município que não tem matrícula e pode sofrer algum prejuízo em função disso, e não por outra razão. Ele também precisa adequar o seu orçamento de maneira a poder suportar essa transição. E houve estados que tiveram que repassar, de um ano para o outro, quase um bilhão de reais para os municípios sem que pudessem planejar. O que é que aconteceu? Prejudicou o ensino médio. Desestruturou o ensino médio. E nós não queremos que o FUNDEB desestruture nada que esteja estruturado. Daí porque a transição é essencial para que todos, estados e municípios e a própria União possam se planejar, se adequar para que o recurso tenha o melhor retorno possível. É um investimento importante que precisa de um retorno importante. A questão sobre a, se deve ser uma disposição transitória ou estar no corpo da Constituição é simplesmente pelo fato de que nós temos a expectativa de que o país, em catorze anos, evolua. Nós não achamos que esse é o ponto final. Nós entendemos que deve haver uma oportunidade, daqui a catorze anos, para fazer uma rediscussão sobre se é o caso de simplesmente prorrogar a vigência do FUNDEB, mas também é o caso de verificar se avanços como os considerados pelo senhor podem ser feitos, com as cautelas devidas para que nós possamos ter um, uma melhoria segura da Educação. Eu, pessoalmente, não teria nada contra fosse para o corpo da Constituição, mas entendo que o país ganha se determinar prazos, ao final dos quais se exige do país um aprofundamento do debate sobre a Educação. Às vezes quando você torna perene algumas ações você, como por exemplo a lei Calmon, é 25% dos impostos de estados e municípios e dezoito da União. Dá a impressão que isso resolveu, isso não resolveu. Se fosse uma regra de transição, antes fosse 18 e 25 por vinte anos, hoje nós estaríamos revendo para mais a lei Calmon porque ninguém, né, defenderia menos recursos para a Educação. E hoje nós não defendemos porque está no corpo da Constituição, então ninguém discute. Dizem: "Ah, a Educação já é rica, não precisa de mais recursos, porque tem verbas vinculadas" e nós sabemos que não é assim. Então há outros expedientes para aumentar os recursos da Educação que não passam, necessariamente, por dentro do FUNDEB. Eu lhe cito um exemplo, o ano que vem o Congresso terá que se manifestar sobre a prorrogação ou não da DRU. É uma grande oportunidade de repensar isso, se a DRU foi um benefício ou não para o país. É óbvio que há os que defendem a DRU porque realmente há o ajuste fiscal que é necessário para a redução da relação dívida/PIB. Mas há os que pensam que essa redução da dívida/PIB não pode ser feita em detrimento dos investimentos em Educação, que se arrume outras fontes, não é? Para, digamos permitir que essa curva virtuosa de redução da dívida/PIB, aconteça. Eu sou dos que defende de que o superávit primário é muito importante para o país, mas não às custas da Educação. Tenho defendido isso publicamente. O ano que vem o Congresso vai se manifestar a respeito, prorrogamos a DRU ou não? Se não prorrogar são mais quatro e meio bilhões para a Educação. E nós poderemos ter um conjunto enorme de ações para além do FUNDEB que dê sustentação a programas importantes para a Educação Básica. Então, o que eu quero é concordar com o senhor e dizer que não vejo nenhum prejuízo no seu intuito de discutir à exaustão o Fundo da Educação Básica. É óbvio que nós temos o desejo que ele seja implementado ainda em 2006, mas há um desejo também legítimo, tão legítimo quanto o seu desejo de discutir mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Senador Cristovam Buarque para a réplica.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PT-DF): Não réplica, apenas uma pergunta. Eu tenho feito consultas nesse nosso país a gente não sabe nem como vão ser as eleições esse ano, que falta só oito meses. Então a gente às vezes fica perdido sobre como interpretar as regras. Alguns dizem que se não for aprovada até amanhã o FUNDEB, até hoje, dentro do período de convocação extraordinária, não poderia ter validade para 2006. Mas muitos me dizem que não haveria nenhum problema se for aprovado, depois de amanhã, durante esse ano, no momento da aprovação, entraria em vigor. Qual é a interpretação do MEC sobre isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com a palavra S.Exa., o Sr. Ministro.

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: É, o meu entendimento pessoal, não é do MEC, porque eu não consultei a Consultoria Jurídica do Ministério para isso, mas posso lhe transmitir o meu entendimento pessoal. Eu penso que ele é aplicável sim, uma vez promulgado. Eu acho que a preocupação de alguns é em relação a exigência incontornável de regulamentação. Portanto, será que, nós teremos que remeter uma lei de regulamentação para a Câmara que deve ser aprovada, pela Câmara e o Senado

para que ele entre em vigor. E, mas penso que se o Congresso assim entender, a promulgação, não é, ela resolve o problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): O próximo inscrito é o Senador Paulo Paim que tem a palavra para os seus questionamentos. Eu ia pedir aos companheiros antes, mais ou menos obedecer o Regimento Interno para que haja um pouco de brevidade na conclusão dos trabalhos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, Senador Gerson Camata, Augusto Botelho, nosso vice, nosso Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad. Eu, a exemplo de V.Exa., não pretendo partidarizar essa discussão, mas quero, na sua figura, cumprimentar o Presidente Lula. E vou dizer o porquê. E vou dizer o porquê. Primeiro, Ministro, por ter indicado o ex-ministro Cristovam Buarque. O ex-ministro Cristovam Buarque sai do Ministério não por competência, por outros motivos políticos que não entraremos em debate. Em seguida, é empossado o Ministro Tarso Genro, que a exemplo do Ministro Cristovam fez um belíssimo trabalho. E V.Exa., que nós, confesso, não conhecíamos a sua história, a sua caminhada, mas no trato do dia-a-dia, e pela sua atuação está fazendo, sem sombra de dúvida, um excelente trabalho. Por isso, é na figura de V.Exa. que eu cumprimento o Presidente Lula. V.Exa. tem apoiado muito o debate das cotas para os alunos do ensino público, negros, índios, enfim, para os mais pobres. Só por esse motivo eu diria que V.Exa. estaria de parabéns. Mas V.Exa. também tem incentivado um outro campo de atuação da Educação que eu, particularmente, já disse aqui, sou apaixonado, que é o ensino profissionalizante. E nesse aspecto, apresentei inclusive uma proposta que visa assegurar um Fundo que garanta efetivamente investimento nessa área. Há um debate também no Projeto de Lei, é com orgulho que eu digo que, por sugestão dos Deputados Federais, eu fiquei responsável na frente parlamentar aqui no Senado sobre o ensino profissionalizante. Tenho conversado muito com o Peniel Pacheco e também com Jairo Jorge, ambos, sinto, incentivados por V.Exa., estão também empolgados em fortalecer essa área da Educação. Em resumo, Ministro, eu quero mais, na minha fala, é cumprimentando V.Exa. E dizer a V.Exa. que esse dia eu vi o Presidente Renan Calheiros dizendo que se nós aprovássemos nessa convocação, essa ou aquela matéria e algumas inclusive que eu trabalho muito, faríamos um gol de placa. Olha, eu estou convencido, se nós aprovarmos o FUNDEB, ainda nessa convocação. Hoje, nós faremos, de fato, o gol de placa tão falado. Recebi aqui, há poucos minutos atrás, um documento assinado por todas as entidades, e entidades que nós trabalhamos desde o MST, as Centrais Sindicais, a nossa CNTE, enfim, todos assinam pedindo pela aprovação. Entendo que o debate é importante, entendo que podemos melhorar o projeto na caminhada. Mas eu acho que nesse momento nós, o Congresso Nacional, que eu diria que apanhamos tanto da mídia por essa convocação, se aprovássemos o FUNDEB, nós estaríamos fazendo uma homenagem, não a V.Exa. ou aos ministros que o antecederam também ou ao próprio Presidente, mas ao povo brasileiro pela importância que é esse projeto. Então a minha fala, Ministro, vai mais é para elogiar o trabalho de V.Exa. e na certeza que V.Exa. será parceiro, pelas informações que já tenho, pela valorização do ensino profissionalizante. Parabéns a V.Exa.!

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Dada a exposição que não foi bem um questionamento, mas a exposição do Senador Paulo Paim, com a palavra S.Exa., o Sr. Ministro Fernando Haddad.

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Sobre essa questão da Educação profissional, penso que o Ministério deu importantes passos, passos decisivos. Em primeiro lugar, com a ajuda do Congresso Nacional, revogou a lei que impedia a União de investir e ampliar a rede Federal de Educação profissional. Eu penso que essa, que essa revogação foi muito importante e desencadeou um processo de recuperação dos investimentos na rede profissional. Penso que das trinta e duas novas escolas técnicas previstas, vinte e cinco poderão ser inauguradas em 2006, que sem dúvida nenhuma é uma grande notícia para o jovem brasileiro que carece de Educação profissional, por uma inserção mais digna no mercado de trabalho, no mundo do trabalho. Mais do que isso, Senador, agradeço a sua referência a Educação profissional, nós estamos convocando o sistema S, para uma grande jornada conjunta. O sistema S, por muito tempo permaneceu com o foco na qualificação profissional, e não tão comprometido com a questão da escolaridade do trabalhador. E hoje está pacificada essa questão, hoje nós temos que aliar a Educação profissional à questão do ensino regular, porque um currículo fortalece o outro. A Educação profissional melhora o rendimento do aluno no ensino regular, e o ensino regular melhora a qualidade, o desempenho do aluno que está recebendo a Educação profissional. São currículos que têm que andar juntos na medida do possível, sem prejuízo de que também possa existir um ensino regular sem o apoio da Educação profissional, ou a Educação profissional. Mas essa aliança, onde quer que ela se verifique, ela é muito proveitosa. E o sistema S está abraçando a causa da Educação profissional com escolaridade. Então vamos assinar aí

com os nove S, os nove SS um convênio já autorizado pelo Conselho Nacional de Educação que introduz, no sistema, essa nova modalidade. Além disso, as nossas escolas técnicas, muita gente, muito pouca gente prestou atenção nisso. As nossas escolas técnicas se abriram para o povo de baixa renda. Hoje, as escolas técnicas federais têm que oferecer EJA profissionalizante. Ou seja, não é só para o... É também para o jovem de classe média que quer ter uma Educação vocacional. Mas aquele menino da periferia, com dezessete, dezoito anos, sem estímulo para cursar o ensino médio? Agora a escola federal está aberta para ele. A escola técnica tem que oferecer EJA profissionalizante, porque aí ela abraça também uma camada social que não estava, não tinha acesso à Excelência dos nossos cursos ministrados nos CEFETs, nas escolas técnicas e agrotécnicas. E todas as suas idéias inclusive, eu tenho ouvido o senhor falar, tenho lido nos jornais manifestações de S.Exa. sobre essa questão. Todas têm grande simpatia do Ministério da Educação. Se pudermos trabalhar juntos, penso que o Brasil vai ganhar muito. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Encerrada a exposição do Sr. Ministro em resposta ao Senador Paulo Paim. Com a palavra o próximo inscrito. Mas antes eu queria registrar aqui a presença do Deputado Luiz Carreira, do PFL da Bahia, participando aqui da nossa reunião. Senador Roberto Saturnino é o próximo inscrito, com ele a palavra.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Sr. Presidente, senhoras e senhores senadores, Sr. Ministro Fernando Haddad. Há algumas decisões políticas que marcam efetivamente a história de um país e abrem capítulos da história do país pelo desdobramento natural que têm, pelo desdobramento em termos de políticas, desdobramentos em termos de próprio comportamento, em termos de visão dos problemas com mais nitidez e com mais precisão. Eu acho que essa do, do FUNDEB é uma dessas decisões que vão marcar história. E vão marcar história, claro que a favor do Presidente Lula e a favor de V.Exa. como Ministro. Não obstante nós reconhecermos que o mérito do governo anterior e do Ministro Paulo Renato também foi muito importante com a criação do FUNDEF. Mas, esta é uma nova etapa e a história se compõe desta forma. Se há uma, eu até, para não dizer que não, também tenho alguma crítica a fazer, eu preferiria que esse, nós tivéssemos aqui discutindo e votando o FUNDEB no segundo ano do governo Lula e não no quarto. Mas eu entendo que essas, esse embate que existiu entre a questão econômica e a questão educacional acabou se refletindo, não é, num certo atraso. Assim como também, como V.Exa. disse muito bem, a própria necessidade de aprofundamento dos estudos feitos através do instituto para bem dimensionar e para bem formatar o programa também, no fundo, acabam trazendo frutos e o atraso também tem as suas conseqüências positivas. Mas, de toda a maneira, ainda acho que esse momento é um momento extremamente importante para a história do nosso país. Finalmente, parece que a sociedade, a opinião pública brasileira despertou, mas muitos aqui têm um papel essencial nisso, Senador Cristovam muito especialmente, pela insistência com que batalhou nesse tema. Mas, finalmente, o Brasil preparou-se e agora está diante do grande salto que vai dar em termos de Educação, que vai se refletir em todos os aspectos da vida do país. Até mesmo nos aspectos políticos de cidadania, de respeito aos direitos essenciais etc., etc. Para não falar apenas nos aspectos econômicos. De forma que eu quero cumprimentar V.Exa. pelo excelente trabalho que está fazendo e pelo coroamento desse processo todo que nos traz a decisão sobre o FUNDEB. Eu, eu, Presidente, eu aproveito para requerer a V.Exa. e à comissão que este, que o FUNDEB, que a decisão desta, desta emenda seja votada hoje, seja incluída na pauta e votada hoje. Acho que devemos fazer todo o esforço para que concluamos, possamos concluir esse processo hoje. Porque, como disse o Senador Paim, isso justificaria, só a aprovação do FUNDEB justificaria plenamente toda a convocação extraordinária. E é claro que há um consenso, não é? Não, eu entendo a posição do Senador Cristovam, mas ele mesmo já reconhece que, as entidades preferem que a aprovação seja imediata e que depois, em etapas posteriores, os aperfeiçoamentos sejam introduzidos. De forma que, Sr. Presidente, eu faria esse requerimento a V.Exa., apresentaria esse requerimento à comissão, que seja incluído na pauta para a votação a emenda do FUNDEB pelo dia de hoje.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): Pela ordem.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): E cumprimentar o Ministro pela sua exposição e pelo excelente trabalho que fez.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pela ordem, o Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): Oh, Sr. Presidente, foi bom que eu cheguei exatamente na hora desse requerimento.

[soa a campainha]

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): Eu quero dizer a V.Exa. que eu fui designado pelo Presidente Antônio Carlos Magalhães para Relator desse projeto. Eu também quero dizer que eu tenho uma experiência muito grande na área da Educação, de relatar projetos

importantes. Eu fui o Relator final do FUNDEF há dez anos atrás, quando era Deputado. Eu fui o Relator final da LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, quase dez anos, devo dizer também que de lá para cá ela foi muito pouco alterada. O que mostra que ela era boa, até agora, eu acompanhei todas as alterações, que desde lá eu sou Deputado ou Senador. Então ela passou pela Comissão de Educação da Câmara e pela passou Comissão de Educação do Senado. Então, na realidade, eu acompanho todas essas alterações. E fui Relator também do Plano Nacional de Educação, que está em vigor. Então, na realidade, eu sou, me considero, aliás, eu sou o Relator de muitas coisas aqui no Senado, inclusive agora acabei de relatar cinco projetos na Comissão de Constituição e Justiça de matéria educacional e eu diria até que não sou nem preparado para relatar tanto projeto como me deram. Agora esse eu sou preparado para relatar, exatamente pela presença experiência, fui secretário da Educação duas vezes, presidente do CONSED, Presidente da Comissão de Educação da Câmara. Agora nós temos que imaginar o que acontece com esse projeto de Emenda Constitucional. É uma Emenda Constitucional. Ele, o governo, esses projetos de, essa questão do FUNDEB, ela foi discutida desde a origem da criação do FUNDEF. Inclusive diversos parlamentares do PT e de outros partidos apresentaram um projeto transformando o FUNDEF no FUNDEB durante anos aí. O governo do governo, o governo novo do Presidente Lula, ele demorou dois anos e meio para elaborar e encaminhar o projeto ao Congresso. Ele chegou aqui em junho do ano passado. A Câmara demorou cerca de oito meses para aprová-lo, houve uma ampla discussão. E o que acontece aqui no Senado? Aqui no Senado é uma Emenda Constitucional. O que é que o regimento diz sobre uma Emenda Constitucional? Diz o seguinte, que essa Emenda Constitucional, vai para a Comissão de Constituição e Justiça, passa lá é aprovada na Comissão de Constituição e Justiça. Volta para o Plenário da Câmara, onde, aliás, é o primeiro onde ela tem que ficar em cinco sessões de votação seguidas. E, posteriormente, ela é então votada, em primeiro turno. Tem mais três sessões de discussão para que ela seja votada no segundo turno. Portanto, só a tramitação de uma Emenda Constitucional, normalmente, demora seis meses, cinco meses para ser aprovada aqui no Senado. Nós estamos empenhados, como Relator, a fazer todo o esforço para que essa emenda seja aprovada aqui no Senado com a votação a mais maior possível. Agora, nós não podemos atropelar o regimento, aprovando uma questão, por exemplo, fazer cinco sessões no mesmo dia e depois aprovar no primeiro turno depois mais três em segundo turno, porque significaria que nós não estamos, efetivamente, examinando a emenda, que é a atribuição específica do Senado. Então, com todo o respeito a todas aquelas instituições que, na realidade, querem aprovar o mais rápido possível. E com a promessa de que mantida a razoabilidade, dar um prazo para que os senadores apresentem emenda, alguns já apresentaram, nós vamos examiná-lo com a maior rapidez possível. E, de preferência, aprovar de maneira como está. Quer dizer, fazer todo o esforço, ninguém tem mais interesse, eu acho, pode ter igual, do que eu, porque eu, na realidade, fui o Relator de toda a legislação, eu sei que é importante. Mas, também eu não posso aceitar, e meu voto é contrário, a que nós aprovemos em um dia uma Emenda Constitucional, sob pena de nós estarmos retirando a atribuição específica do Senado. Então eu peço desculpas ao Senador Saturnino, mas essa é a minha opinião porque, na realidade, esse é o regimento que não pode ser modificado a não ser que haja uma concordância e diversos líderes já me disseram que não havia essa concordância. Portanto, eu acho que nós vamos fazer todo o esforço, eu vou fazer todo o esforço para aprová-lo o mais rápido possível. Agora, evidentemente, que em um dia eu considero que seja impossível. Portanto eu não acho que a Comissão da Educação deva fazer um pedido que não esteja amparado no regimento da Casa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): O Senador Roberto Saturnino estava com a palavra quando foi interrompido pelo Senador José Jorge, se ele por acaso tiver interesse a palavra volta ao Senador Roberto Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Sr. Presidente, eu apenas quero dizer o seguinte, não serei eu um propositor de qualquer atropelamento do regimento, não obstante tenha sido testemunha de muitos atropelamentos, não é, no caso das, da nova tramitação de medidas provisórias, no caso até de uma votação de uma pessoa que teve, foi rejeitada e depois houve uma segunda votação para que fosse aprovada. Quer dizer, e eu me manifestei sempre contra esses procedimentos que atropelam o regimento e, por conseguinte, não seria eu aqui agora o propositor de um atropelamento do regimento. Eu imaginei que, havendo um consenso unânime da Casa, nós pudéssemos apoiar, aprovar essa medida porque ela é, efetivamente, um marco histórico. Não obstante o reconhecimento como, como eu mesmo fiz em relação a posição do Senador José Jorge, do mérito do FUNDEF, não é? Não estou dizendo que, em momento algum disse que o Presidente Lula era o campeão absoluto desse, dessa

emenda. Mas o fato é que esta emenda, não obstante ter sido também criticado o seu retardamento, e eu sou um desses críticos, nós podíamos fazer todo o esforço possível e até, se necessário, o impossível, para aprová-la hoje. E não apenas pelo que ela significa, sim, pelo que ela significa que é extremamente importante mas também pela instituição, pelo Congresso Nacional que foi tão criticado por essa convocação. E, afinal de contas, se aprovássemos, se fosse possível aprovar esta emenda nesta convocação, ela, esta votação em si já justificaria completamente, irrefutavelmente, o mérito da convocação. Eram essas as considerações que eu queria fazer. Mas eu reconheço que o Senador José Jorge, que tem uma pessoa que tenho o maior respeito aqui, tem todos os argumentos para não querer relatar e aprovar a emenda no dia de hoje.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Estão inscritos regularmente para questionamentos o Senador Wellington Salgado e a Senadora Lúcia Vânia. Pela ordem está a Senadora Ideli Salvatti, Senador Cristovam Buarque. Ideli Salvatti com a palavra pela ordem e a seguir V.Exa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Queria a presença do Senador José Jorge, se ele pudesse retornar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Ele prometeu que retorna ainda hoje.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Retorna, ainda hoje? Já foi. Mas é porque todo este debate a respeito da tramitação da proposta de Emenda Constitucional do FUNDEB, nós tivemos inclusive a oportunidade de fazer o apelo quando chegou à Casa, vindo da Câmara, não é, a emenda que foi recepcionada pelo vice-Presidente, o Senador Tião Viana, que a emenda inclusive veio trazida pelo Presidente da comissão especial, Sebastian, Deputado, Severiano Alves, isto. E a Deputada Iara Bernardi, que vieram trazer, pessoalmente, com um apelo muito grande para que nós pudéssemos fazer uma tramitação o mais rapidamente possível da emenda. É claro que não cabe votar aqui hoje, Senador Saturnino, porque regimentalmente, aquilo que o Senador José Jorge falou é o, é o regimento da Casa. Vai, nós não temos Comissão Cspecial, como tem na Câmara. Aqui quem aprecia a Emenda Constitucional é a Comissão de Constituição e Justiça. Eu achei fundamental nós estarmos fazendo o debate hoje, a audiência pública com o Ministro Fernando Haddad para a gente poder, ter o entendimento, em termos do conteúdo da proposta. Mas a apreciação regimental é pela Comissão de Constituição e Justiça. Agora, nada que não nos permita acelerar. Nada que não nos permita acelerar. Qual é a premência? Eu acho que a premência não é votar no dia de hoje dentro da convocação extraordinária. Nós temos uma outra premência, a nossa premência é votar antes da votação do orçamento para que a gente possa ter, no orçamento, ainda de 2006, os recursos que o Deputado Carlito Merss, Relator geral do orçamento, reservou. Está lá na prateleirinha, com um monte de gente querendo pegar esse recurso do FUNDEB para botar na lei Kandir, botar em um monte de coisa. Portanto, nós estamos correndo contra o tempo a nível de um recurso que está reservado lá para o FUNDEB. E que, portanto, se nós não tivermos a capacidade de acelerar a votação, talvez a gente perca, na disputa aí a gente não tenha condição de, efetivamente, colocar este recurso que já está reservado lá pelo Relator do orçamento para que possa ser aplicado no FUNDEB já a partir de 2006. Eu queria ainda colocar algumas ponderações. O governo levou dois anos e pouco para apresentar o projeto. Mas não podia fazer diferente, porque o FUNDEB não é uma, uma modificação no financiamento da Educação que envolva exclusivamente recursos da União. Envolve recursos do estado, dos estados e dos municípios, portanto exigiu todo um processo de conversação, de negociação com os governadores, com as entidades representativas, CONSED, UNDIME e daí para frente. Ou seja, não foi um processo aonde o Executivo Federal bate o martelo, manda e cumpra-se, porque vai afetar apenas um ente da federação. Não, atinge e envolve recursos de todos os entes federados. E a outra questão é que quando um projeto como este vem da Câmara num período conturbado como o que nós estamos vivenciando, ainda, onde o acirramento da antecipação do processo eleitoral não contamina a votação e onde nós tivemos, no primeiro turno, Deputada Iara, se não me falha a memória, 435 votos a favor e pouquíssimos, raros, raros votos contrários. Inclusive de alguns que parece que, na hora de apertar o botãozinho lá se confundiram. E no segundo turno 399 votos a favor. Portanto, com duas, dois votos contrários apenas. Portanto, num período politicamente conturbado como este, vir da Câmara dos Deputados com, eu diria, praticamente uma unanimidade, depois de um processo aonde as entidades, ligadas, não é, a várias áreas aí da Educação tiveram oportunidade de serem ouvidas, de serem incluídas propostas, o projeto foi aperfeiçoado. Inclusive aperfeiçoado na linha que o próprio Presidente Lula, quando encaminhou o projeto para cá disse. Ele disse: Aperfeiçoem no Congresso.

[soa a campainha]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E isto foi feito, efetivamente na Câmara. Portanto, eu acho

muito pouco provável que aqui no Senado nós tenhamos, depois de todo o processo negocial do Executivo com os Governadores e com as entidades, ligadas aos municípios, depois de quase uma unanimidade construída na Câmara dos Deputados, que a gente tenha, efetivamente, grandes mudanças a serem, não que não precisem serem feitas grandes mudanças, mas eu digo, grandes mudanças a serem feitas neste contexto que nós construímos de modificação da conjuntura que nós vivenciamos e que não possa ser feita posteriormente. Inclusive, como aconteceu na Câmara, vários parlamentares concordaram em votar com o compromisso de manter tramitando outras alterações que viriam, num processo decorrente depois de aprovado o FUNDEB.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): A mesa não--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Por isso que, eu gostaria mesmo de que nós pudéssemos construir a agilidade na tramitação. E eu só vejo, Senador Camata, só vejo uma maneira de agilizar isso. É que desta comissão saia o apelo para que os líderes se reúnam ainda hoje, ou no mais tardar amanhã para montar o calendário de votação do FUNDEB. Esta comissão não pode votar hoje o FUNDEB, porque não é prerrogativa regimental dela votar. Mas pode sair daqui o apelo unânime para que o Presidente da Casa reúna imediatamente os líderes e nós tenhamos o calendário para poder votar o FUNDEB antes da votação do orçamento. Porque o orçamento não será votado hoje. Ele, provavelmente, deverá ser votado, eu acho que se encaminha para ser votado a semana que vem. Então, se nós tirarmos um calendário, com o apelo desta comissão, depois desta audiência pública, debatido o assunto, não é, colocadas as posições, eu acho que nós estaríamos contribuindo sim de forma significativa para que esta importante matéria, mesmo não sendo votada dentro da convocação extraordinária, seja votada a tempo de nós podermos colocar mais recursos ainda esse ano na Educação do nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): A Senadora Ideli Salvatti não levantou questão de ordem. A Mesa não responde, o requerimento é do Senador Roberto Saturnino, os que concordam com ele, podem votar favorável. Porque aí nós vamos, não podemos fazê-lo regimentalmente, mas vamos transformá-lo numa carta a ser remetida às lideranças e colocando a posição da comissão. Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PT-DF): Em primeiro lugar, eu acho que a proposta da Senadora Ideli é bastante pertinente. Que essa comissão peça um calendário e que se trabalhe duro para aprovar o mais rápido possível. E que, se possível, e eu espero que seja, antes do orçamento. Agora, em nenhuma hipótese, Senador Saturnino, eu fico até constrangido de ser contra uma proposta sua, que seja aprovado hoje. Não é com medo de atropelar o regimento, é com medo de atropelar a Educação em nome de dar a impressão à opinião pública de que a gente trabalhou durante o período da convocação extraordinária. O que vai acontecer é que a mídia vai dizer que além de não trabalhar a gente atropelou a Educação, que a gente aprovou sem debater. Não só pela Educação em si mas também, a própria Senadora Ideli lembrou, o projeto que foi entregue, e aqui está o professor Chagas que coordenou a equipe que fez em 2003, no final de 2003 na Casa Civil, precisou de um ano e meio de debate porque é difícil negociar com cada estado. Mas esta Casa representa estados, cada um de nós representa 1/3, vamos dizer assim, do estado. Então como é que a gente não vai ser ouvido também sobre uma reforma da Constituição que toca tão diretamente na Federação? Então eu acho que a gente deve procurar fazer o mais rápido possível. Pedir aos líderes que definam o calendário. Que esse calendário seja rápido, mas não atropelador e que a gente apresente as emendas possíveis. E eu quero dizer, Ministro, que eu fiquei muito mais tranqüilo para dizer isso depois que eu vi a sua interpretação de que aprovado depois do período de convocação extraordinária não fica o projeto, a reforma constitucional impedida de ser executada. Que era uma interpretação que alguns me deram. O limite é a aprovação do orçamento, pelo que diz a Senadora Ideli. Então, por isso, eu prefiro a proposta da Senadora Ideli.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Então, a manifestação do Plenário é que as lideranças, com a presença da Casa, elabore um calendário e que a votação se dê aqui no Senado antes da votação do orçamento em Plenário.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PT-DF): Eu não colocaria isso. Isso fica como um objetivo nosso, que seja o mais rápido possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): . Ok.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PT-DF): Eu preferiria desse jeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): O requerimento vai ser redigido e nós vamos encaminhamo-la na forma de um apelo à Mesa e às lideranças. Agora, eu tenho me debatido, agora, mais ou menos respondendo a questão de ordem, o regimento nosso, ele é antigo, velho e o Poder Legislativo está sem resolvo atividade, demora tudo. A maioria das medidas provisórias nós é que vamos lá no

Palácio pedir. Outro dia mesmo aqui estava um debate sobre a prorrogação do problema dos incentivos fiscais para a cultura e alguém gritou: Vamos pedir uma medida provisória que não dá tempo de nós aprovarmos aqui. Quer dizer, isso acontece sempre. E a existência da Medida Provisória, é um reconhecimento nosso, de que nós somos, temos baixo poder de resolvo atividade. E vejam que, há poucos dias, nós aprovamos duas emendas constitucionais não tão importantes, porque ainda foram para a Câmara, de retorno, e que nós fizemos cinco sessões em cinco minutos. Ora, tem que acabar com isso. Isso era antigamente quando o Diário Oficial ia de navio para o Espírito Santo, era do Rio para o Espírito Santo, vinha aqui de carroça. Então tinha que demorar cinco meses para o povo tomar conhecimento, o que o que Congresso estava votando, não é? Mudou, hoje tem televisão, rádio, internet. Eu acho que o Congresso não acompanhou isso. E, a qualquer momento nós vamos ter que criar uma Comissão Mista para a gente começar a elaborar um tipo de regimento no sentido de que o Congresso possa dar respostas mais rápidas às exigências da sociedade que são também cada vez mais rápidas. é a preocupação da Ideli. Tanto que nós tivemos, um outro dia, que atropelar o regimento fazendo cinco sessões em cinco minutos. Ora, se é possível fazer isso, é possível se extinguir essa exigência, a meu ver, burra, que está no Regimento Interno que exige cinco sessões de "intercisos" para votar uma Emenda Constitucional às vezes sem muita significação como as duas que nós aprovamos no outro dia. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente Gerson Camata, Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, demais senadores, senadoras. Eu tenho algumas questões que eu sempre vejo o Ministro Fernando Haddad, ele sempre coloca muitos índices, distribuição per capita, correção, divisão. Eu pedi para dar uma olhada no currículo de V.Exa. enquanto V.Exa. falava. E o currículo demonstra V.Exa. Bacharel em Direito, Mestre em Economia, Doutor em Filosofia, analista de investimento do UNIBANCO, consultor da Fundação de Pesquisa. Quer dizer, a todo o momento V.Exa. alterna entre o pensar e o executar, digamos assim. Talvez seja isso muito interessante para a área da Educação. Agora, a questão do FUNDEB, quando vai se discutir, Senador Cristovam Buarque, ao receber um documento assinado pelo Ministro Fernando Haddad e pelo Gabriel Chalita, pedindo pelo FUNDEB, realmente é algo que consegue ser pertinente tanto para os tucanos quanto para o PT, não é isso? Porque o Chalita hoje é o Secretário de Educação do Estado de São Paulo, por sinal uma pessoa incrível, que eu conheci. Eu não gosto de elogiar muito o "tucanato" não mas, realmente o Chalita me impressionou muito. Agora, Sr. Ministro, eu queria colocar o seguinte, esse constante alternar de seu lado economista, seu lado de pensador, seu lado de discutir, seu lado de índice, eu tenho notado mais forte a questão dos índices. Porque você sempre fala em renda per capita, distribuição, a comparação muito interessante desse décimo quarto para quarto, em função da média. Eu sinto sempre, no Ministério, essa questão gelada de análise de índice. Eu sinto que falta ao Ministério, na sua relação, não só com o Senado, mas a relação direta um pouco mais de alma, um pouco mais de sentimento que, por sinal, nós tínhamos até demais no governo, no Ministério do Cristovam. No sentido que o Cristovam recebia todo mundo, era sempre um grande pensador, discutia, foi um momento maravilhoso o Ministro Cristovam. E eu sinto que ao mesmo tempo V.Exa. tem essa capacidade de poder desabrochar esse outro seu lado, que não está sendo desabrochando. Eu sinto isso. Talvez de repente os seus assessores estejam te cerceando, você está jogando essa parte mais do seu contato para os seus assessores e está deixando de executar mais essa parte. E talvez fosse melhor executá-lo quando V.Exa. assumir para o senhor essa parte também de ter esse contato. Com relação ao FUNDEB, em função de todo o regimento, Senador Saturnino, que nós temos, como foi colocado pelo Senador José Jorge, eu posso dizer para o senhor, Sr. Ministro, que o meu voto será favorável. Eu acho importante. Mas tem algo, que já que o senhor é um Ministro de mudanças, a questão do PROUNI, que foi muito bem implantado. Eu acredito no PROUNI, eu não acredito na sustentabilidade do PROUNI. E aí eu acho que V.Exa. vai ter que tomar algumas atitudes com relação a isso. Eu tenho uma experiência ao longo da vida, talvez eu tenha nascido no banco de escola, minha mãe fez toda a vida, começou com jardim de infância. Então eu vi muitas situações. Não adianta só dar a vaga para aquele aluno estudar, ele tem que ter dinheiro para transporte, ele tem que ter dinheiro para livro, ele tem que ter dinheiro para a alimentação. Isso talvez seja algo que V.Exa. deve ter pensado a respeito, com certeza pensou, e deve estar caminhando alguma coisa nesse sentido. Já vi muitos ministros criarem soluções maravilhosas, como foi o CREDUC, que começou com 100%, caiu para 70%, então não tem uma continuidade. A toda hora aparece alguém e tem uma, aparece uma idéia maravilhosa, como foi o Ministro Paulo Renato, criou os centros--

[soa a campainha]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): -- Universitários que, logo depois, veio o Ministro e acabou com os centros universitá-

rios. Quer dizer, não há uma continuidade. A todo o momento se cria alguma coisa, entra o outro e muda. Agora, parece que V.Exa. na reforma está voltando os centros universitários. Pelo menos algumas coisas que eu vi. Agora, uma coisa que me deixa, já que V.Exa. é um homem que faz mudanças, jovem, está mais para incendiário do que para bombeiro, acho isso super interessante. Eu já estou mais naquela fase que estou mais indo para bombeiro, não é Camata? Agora, uma coisa importante, Sr. Ministro, e que eu vi é o seguinte, em função da lei que determina que os municípios têm que investir 18% da sua, 25 da sua arrecadação, eu acho que seria uma grande mudança também, já que V.Exa. está marcando a sua passagem na Educação, porque tem municípios que são muito ricos e acabam não tendo no que gastar esse dinheiro, certo, Ministro, Senador Cristovam? Então o que acontece? Começam a inventar. A passarela do samba no Rio de Janeiro, foi uma grande invenção do Oscar Niemeyer, mas embaixo tem escola, para quê? Para usar o dinheiro para fazer a passarela do samba. Outro dia eu visitei um município onde o Prefeito estava criando uma escola dentro de um parque de eventos, vaquejada e tudo o mais. Por quê? Porque com o dinheiro ele faz a manutenção daquilo, fazendo que é a manutenção de escola. São saídas que acabam sendo criadas para poder você gastar dinheiro. Ou seja, é igual aquele slogan, né: "Eu quero ficar pobre mas não consigo gastar todo o dinheiro". Digamos assim. Então isso talvez, Sr. Ministro, seria algo para a sua equipe pensar de alguma maneira tentar ver uma solução para que municípios que extrapolassem de recursos, como são municípios que têm a questão do royalties do petróleo e outras situações, pudesse, de alguma maneira, bater no teto e aí encaminhar esse investimento, talvez numa situação inversa do que mais precisa, o município que mais precisa. Eu não sei, tem, se não me engano tem o Fundo que funciona assim, Cristovam, não é, que o dinheiro é investido sempre no que está em pior situação tirando dos mais ricos, é o FUNDEF. Então, essa poderia ser, para a sua equipe, um grande desafio, criar, de alguma maneira, uma situação nesse sentido. Quanto ao restante, V.Exa. tem feito um grande trabalho. Temos posições particulares contrárias. Já falei para V.Exa. isso muitas vezes. Agora, tem marcado a sua presença nesse governo, sempre inovador, ao mesmo tempo, eu não quero ser descortês, que V.Exa. cria o PROUNI, V.Exa. bate o recorde de greve histórico também. Talvez seja essa outra parte que V.Exa. não utiliza V.Exa., e sim os seus assessores. Eu tenho certeza que V.Exa. tivesse conversado teria resolvido isso há mais tempo. V.Exa. sabe conversar, V.Exa. prestigia, não sei se resolve, mas conversa, escuta, acho que isso muitas vezes é mais importante do que resolver, para quem está no poder. Porque às vezes não dá para resolver. Então queria dizer, Sr. Ministro Fernando Haddad, que o meu voto vai ser favorável ao FUNDEB, é mais um ponto que V.Exa. marca na sua passagem pelo Ministério. É hoje o garoto prodígio, digamos assim, mas que não é tão garoto, eu vi a sua família já, bonita, sua esposa, seus filhos, já não é mais garoto, é um homem realmente que está marcando a sua passagem, e do qual o Presidente Lula tem a maior confiança. Boa sorte e que você crie novas idéias nessa linha. Agora, cuidado, Ministro, uma última coisa. E aí eu talvez esteja falando contra todos os outros senadores aqui. Cuidado com o problema das cotas para as universidades federais. As universidades federais, elas representam talvez, para o poder público, o último grande troféu, digamos assim. O poder público está sendo sacrificado e nisso eu sou uma pessoa atuante, porque a iniciativa privada está pagando melhores salários, estão pegando as cabeças do poder público, a Universidade pública. A Universidade pública foi sacrificada no projeto Fernando Henrique e todos se aposentaram, saíram correndo. E agora, ela ainda tem essa idéia de que aonde você aprende, é onde estão os melhores cérebros pensadores, onde a cultura é disseminada livremente, mas com a questão das cotas, cuidado, Ministro! Cuidado porque senão você vai acabar, você não, o sistema pode acabar com a última, o último grande orgulho, digamos assim, embora sua equipe está voltando às origens, fazendo o trabalho de FUNDEB para poder investir. Que é o grande sucesso das grandes nações do mundo, investir no primeiro, segundo grau, até a creche está entrando no FUNDEB agora. Então, eu espero que V.Exa. tenha mais esse lado que está sem desabrochar, digamos assim, que o seu lado de economista está maravilhoso, tem controlado, tem comparado, a gente tem sentido nas avaliações o resultado das avaliações, as questões das amostras, acho que está indo muito bem. Agora, desabroche mais esse outro seu lado que está um pouco enrustido, o lado de quê? O lado de humanista nas relações. E por restante, Sr. Presidente, era só isso que queria dizer e boa sorte aí no seu trabalho e conte no meu voto FUNDEB.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): V.Exa., o Senador Cristovam Buarque quer fazer uma intervenção, a próxima inscrita é a Senadora Lúcia Vânia. A quem eu darei a palavra logo a seguir e o Ministro responde em bloco.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PT-DF): Quando eu pedia a palavra era simplesmente para convidar o Senador Wellington de apoiar uma proposta que já está correndo aqui no Senado de uma Lei de

Responsabilidade Educacional. Uma Lei Federal, como existe a Lei de Responsabilidade Fiscal, que tem metas para o Prefeito cumprir, ter uma Lei de Responsabilidade Educacional com metas para serem cumpridas. Quanto vai reduzir de analfabetismo, quanto vai aumentar de salário de professor etc. Aí esse problema resolve, porque de fato, no Brasil, a gente mede se uma pessoa é boa executiva no cargo se gasta muito e não se faz muito. Eu pedi só para dizer isso e pedir o apoio dele para esse Projeto de Lei que eu já apresentei. Mas eu queria aproveitar e, com isso é capaz de perder o apoio dele.

[risos]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PT-DF): Dizer a respeito de duas coisas, defender o Ministro. Primeiro, no que se refere a greve. Nos últimos vinte anos não houve nenhuma greve em Universidade por razões educacionais, foram por razões salariais. E aí, o Ministro não tem como resolver. E segundo, sobre as cotas. Eu tenho defendido, primeiro, que as cotas não diminuem a qualidade da Universidade. Ninguém pergunta quando vai ao médico em que lugar ele passou no vestibular. Pelas cotas não vai entrar ninguém reprovado em vestibular. E segundo, as cotas para a escola pública vai sim melhorar a qualidade da escola pública, porque vai criar não só a expectativa dos meninos da escola pública de entrarem na Universidade e eles estudam mais, sobretudo se tiver o PAS, como tem em Brasília. Mas também porque a classe média e alta vai começar a colocar os seus filhos na escola pública. E quando isso acontecer a escola pública melhora. Então nessas duas coisas, Ministro, o senhor tem o meu apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Agora, Senadora Lúcia Vânia está inscrita.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só rapidinho, queria dizer o seguinte. Que o Cristovam não perde o meu voto, mas eu discordo dele plenamente.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Senadora Lúcia Vânia, o Ministro depois responde em bloco os dois últimos inscritos.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, senhores e senhoras parlamentares. Sr. Ministro, em primeiro lugar gostaria de cumprimentá-lo. E dizer da satisfação de vê-lo aqui para facilitar para todos nós a compreensão de um Projeto de Lei de extrema importância como esse. Eu vou fazer uma pergunta, se V.Exa. já tiver dito na sua fala, que eu não pude estar presente, não há a necessidade de responder, uma vez que eu pegarei as notas taquigráficas. Mas o que me preocupa primeiro é a falta de planejamento. Eu assustei quando a Senadora Ideli disse aqui que se nós não corrêssemos com a aprovação do FUNDEB, nós teríamos o risco de perder o recurso do FUNDEB no orçamento. Então, a primeira pergunta que eu faria é se o governo já fez essa previsão de recursos para a introdução do FUNDEB. Em segundo lugar, eu gostaria de saber sobre o Fundo único. É sabido que nós temos aí uma demanda enorme para o Segundo grau e uma demanda enorme para a Educação infantil. Se essa demanda não teria prejuízo, não traria prejuízo para o ensino fundamental uma vez que nós estamos na fase de qualificar essênio fundamental. Eu acho que é o maior desafio que nós temos hoje. É muito triste a gente chegar no Nordeste, mesmo no Centro-Oeste e até mesmo em alguns lugares do Sul e ver a criança terminar o quarto ano do ensino fundamental e não saber ler. Então, eu acho que a qualificação do ensino fundamental é imprescindível dentro dessas prioridades. O meu receio, e eu perguntaria a V.Exa., se a demanda pelo segundo grau e a demanda pela Educação infantil não viria trazer prejuízos para o ensino fundamental. Outro aspecto que eu gostaria de dizer é que me assusta o FUNDEB chegar no último ano. Eu me lembro bem que o Senador Cristovam, enquanto Ministro, logo assim que ele assumiu, ele lançou uma idéia que eu considerava, naquela ocasião, ousada, de universalizar o ensino médio. Nós sabemos as dificuldades que nós temos nos municípios para que essa universalização se faça. E, de repente, a medida que ele se afsstou do Ministério a gente não ouviu mais falar nisso. E vamos recobrar isso agora com o FUNDEB. Então, eu acho que, apesar de toda a discussão que houve, nós aqui do Congresso Nacional temos uma grande dificuldade para fazer uma votação assim de afogadilho, eu pessoalmente tenho. E acho que o Senador Cristovam colocou muito bem, nós podemos acelerar o máximo, mas nós não podemos acelerar a ponto de prejudicar a nossa participação neste debate. Portanto, eu gostaria de saber dessas duas perguntas que eu fiz. E gostaria também de saber alguma coisa sobre a reforma do ensino médio quando foi inserida a idéia do ensino profissionalizante paralelo ao ensino regulamentar. Foi criado o PROEP. E eu gostaria de saber como é que anda o PROEP? Qual o destino que se deu? E se essa reforma do ensino profissionalizante foi debatida com as escolas técnicas agora. Porque eu não, me perdoe se isso foi feito, porque eu não acompanhei e não vi esse debate pela imprensa. Era só isso que eu tinha a dizer. Muito obrigada pela sua presença e parabéns pelo seu trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com a palavra, S.Exa., o Sr. Ministro Fernando Haddad.

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Infelizmente, Senadora, para responder a senhora eu terei que voltar à matemática. Embora eu ache lindo a Educação, mas eu acho que o país está precisando de resultados. Então, eu vou voltar a boa e velha matemática que produz resultados, junto com os conceitos que não podem ser descartados em um debate tão importante quanto da Educação. A questão, eu vou começar pela questão do último ano, que a senhora coloca, que eu acho importante. Em primeiro lugar, nós temos uma Emenda Constitucional em vigor, que é a que criou o Fundo do ensino fundamental e que tem a sua vigência até o final de 2006. Portanto, das duas uma, ou nós consideramos que o FUNDEF não deu certo e tinha que ser substituído imediatamente, ou nós, ao contrário, dissemos: O FUNDEF foi um passo, temos que ter maturidade para dar outro, que eu penso ser o mais razoável. Se tivermos um bom passo, ali em torno do ensino fundamental temos que amadurecer para dar outro. Circularam centenas de, centenas não, dezenas de sugestões. Havia aqueles que queriam a vinculação ao FUNDEB de 25% dos tributos, havia aqueles que queriam que se mantivesse 15, havia quem defendesse a incorporação de impostos administrados pelas receitas municipais, IPTU, ISS, ITBI. Havia aqueles que entendiam que as universidades estaduais tinham que ter um Fundo para além dos 25%. Havia aqueles que defendiam que os inativos fossem retirados, outros incluídos. Tudo isso envolveu técnica, envolveu conta, envolveu sustentabilidade no tempo. E havia traumas que isso se discute pouco. Havia traumas sobre o FUNDEF, não porque o FUNDEF seja ruim, mas porque ele não correspondeu às expectativas de alguns. Por exemplo, no que diz respeito a complementação da União, num caso, e no que diz respeito, principalmente, a transferência que hoje soma mais de seis bilhões de reais de estados para municípios. Então teve muito governador que perdeu quinhentos milhões de recursos de um ano para o outro. Então, isso tudo tem que ser levado em conta. E eu penso que nós não devemos falar em atrasos, porque há um sistema que está operando, não é? Está funcionando e que nós aperfeiçoamos. Eu dizia que o per capita do FUNDEF durante o mandato do Presidente Lula teve um aumento do período per capita de 26% acima da inflação. Ou seja, nós tanto consideramos que o apoio ao fundamental era essencial que nós demos um reajuste do per capita em 26% de termos reais. Então isso ajuda o país a compreender a nossa disposição.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Ministro, poderia ter um aparte aí?

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Pois não.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Esse recurso para, para o FUNDEB, ele está previsto no orçamento, ele veio do executivo já levando em conta esse per capita?

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Eu vou responder a todas as suas perguntas. Bom, hoje o que, dito isso, quer dizer, que houve realmente uma, uma maturação muito grande. Porque, é fácil encaminhar uma proposta de Emenda Constitucional, o difícil é aprovar uma que atenda, e eu digo, nós temos hoje um documento histórico assinado pelo Presidente do CONSED, pela Presidenta da UNDIME e pelo Ministério da Educação em prol da aprovação desta proposta. Quando na história da Educação brasileira, a senhora se defronteou com o documento desta magnitude, dessa importância. Então, é muito fácil você encaminhar, não é, e é muito difícil você encaminhar uma proposta que realmente seja representativa de um consenso, pelo menos entre os educadores. Razão pela qual, razão pela qual, a Câmara tomando conhecimento de todo esse procedimento, pôde aprovar quase por unanimidade a PEC em dois turnos. Estamos completamente planejados para fazer os investimentos. O Ministério da Fazenda, por determinação do próprio Presidente Lula, já destacou os recursos necessários para a implementação gradual do Fundo, não é. Então, este ano, o Deputado Carlito Merss já tem a determinação--

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Mas, vem do Executivo ou nós temos que colocar aqui?

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: O Executivo, já está no relatório do Deputado Carlito Merss.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): É suficiente para o primeiro ano?

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Sim, é suficiente para o primeiro ano, um bilhão, novecentos cinqüenta milhões. Não, isso já está no relatório do Deputado Carlito Merss. Eu estive com ele há duas semanas, ele me garantiu que no seu relatório ele consignaria um bilhão, novecentos cinqüenta milhões.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim, o que eu estou perguntando Ministro, é o seguinte, que já, já se consolidou, quanto ao governo, essa idéia de que o Congresso Nacional é que tem que elaborar o orçamento, tem que modificar e arranjar fontes para esse orçamento. Foi assim com o salário-mínimo. O salário-mínimo veio aqui estimado em trezentos e

vinte e um reais. A receita que nós estimamos no orçamento é que possibilitou essa, esse salário-mínimo a trezentos e cinqüenta. Com tudo isso, quer dizer, a mesma coisa a Lei Kandir, não tem nenhum recurso para a Lei Kandir. O orçamento que tem que buscar o recurso. Agora, eu acho, e eu não estudei o FUNDEB, acho que nós temos que, eu não quero aqui discutir o mérito desse trabalho, que é um mérito incontestável. O que fica difícil para a gente entender é como um projeto de tamanho mérito chega aqui sem a previsão de recursos necessários. Esse é o questionamento que nós fazemos.

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Mas aqui não é possível prever recursos para uma lei que não foi aprovada ainda.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Não, Sr. Ministro--

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Não, mas eu não posso abrir uma rubrica no orçamento de algo que não foi aprovado, por isso que o orçamento foi encaminhado--

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Então o senhor veja que fica uma coisa, e isso sobra para aqui para a Casa, principalmente para a Comissão de Orçamento. Dá-se a impressão, a mídia coloca sempre que nós inventamos receita aqui, que nós demoramos a discutir o orçamento. Mas acontece que a gente pega uma peça, a Lei Kandir, não tem um centavo para a Lei Kandir. Tem que arranjar quatro bilhões de reais.

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Senadora, se puder concluir o meu raciocínio. A Lei Kandir sequer é uma lei em vigor. A senhora sabe que que expirou a obrigação da União, então é natural que dentro do congresso se faça as negociações. A senhora está colocando em pé de igualdade uma proposta de Emenda Constitucional com uma Lei que não, que não tem vigência. O que eu quero lhe dizer é que o Deputado Carlito Merss esteve comigo mais de uma vez, discutindo a questão do orçamento de 2006 e me assegurou que o recurso adicional não previsto no orçamento estará garantido no seu relatório. Portanto, aprovado o Fundo, nós temos condições de implementá-lo isso é um compromisso do Executivo em relação a isso. E há grande expectativa dos estados de receber, ainda este ano, o recurso. Portanto, quando nós, do Ministério da Educação temos a expectativa de aprovação, não é, a aprovação é para fazer o recurso chegar à ponta, não é, a conquista política, ela reflete pouco na vida do cidadão comum que sequer sabe o que é FUNDEB. O menino que está matriculado na escola, o pai e a mãe, se você fizer uma pesquisa de opinião pública, não dá 5% dos brasileiros que ouviram, sabem dizer o que é que é esta expressão FUNDEB. Agora, nós temos 50 milhões de brasileiros matriculados na Educação básica. E esses vão sentir quando o recurso chegar. Nossa pressa é fazer o recurso chegar, que ele está atrasado. Sobre a questão do Fundo único. Sabiamente, a Câmara dos Deputados introduziu uma emenda, inclusive proposta em negociação com o PSDB para deixar claro que o investimento per capita no fundamental não poderá ser inferior ao do último ano de vigência do FUNDEF--

[soa a campainha]

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: O que garantiu uma tranqüilidade de que as conquistas no ensino fundamental, do ponto de vista de acesso, não seriam, de maneira nenhuma, prejudicadas. Foi justamente esse que, o elemento que favoreceu o acordo no âmbito da comissão especial que teve votação unânime, não teve um único destaque na comissão especial. E no Plenário, uma votação esmagadoramente favorável ao Fundo. Não sei se, falamos de Educação profissional, poderia ter mais tempo para--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):[inaudível]

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Está bem. Nós temos algumas coisas importantes acontecendo na Educação profissional. Uma delas foi a revogação da lei que impedia a União em investir em Educação profissional. A senhora sabe que há uma Lei de 98 que proibia a União de expandir o Sistema Federal de Educação Profissional. Nós revogamos essa lei e vamos entregar vinte e cinco escolas técnicas espalhadas por todo o território nacional em 2006, a previsão é trinta e duas escolas, 2006/2007. Isso já foi um grande avanço. Um segundo avanço foi revogar a proibição ao ensino médio integrado, ao famoso decreto 2208, proibia a integração do ensino médio à Educação profissional. Só previa a forma concomitante ou seqüencial. Nós recuperamos, pela demanda do próprio sistema, isso que na nossa opinião é o futuro do ensino médio, a sua integração efetiva com a Educação profissional, sobretudo no que diz respeito a Educação de jovens e adultos, que no caso do ensino médio, se não for integrada a Educação profissional é melhor não ensinar. Imagine o senhor, Senador, um jovem de dezenove anos que terminou o fundamental. Você ofereceu supletivo de nível médio para ele sem Educação profissional, você vai estar acrescentando muito pouco à vida desse estudante se você não oferecer a ele uma oportunidade de inserção no mundo do trabalho adequada. Então, uma segunda medida importante do Governo Federal. Uma terceira. Obrigar a rede Federal a oferecer a Educação de jovens e adultos de nível médio integrada à Educação profissional.

O que só foi possível com a revogação e reformulação do decreto 2208. No caso do PROEP, para responder diretamente, o modelo comunitário nos causa muita preocupação porque o modelo comunitário, ele não funcionou adequadamente em muitos casos. Nós estamos entregando dezenas de escolas em que a ONG que recebeu o investimento não consegue cumprir os termos do convênio firmado com o Ministério da Educação. Porque a senhora sabe que pelo PROEP, no caso comunitário, a instituição é obrigada a oferecer pelo menos 50% das vagas gratuitamente e 50 ou menos paga. E a maioria das escolas, cujos convênios foram assinados há muito tempo, estão manifestando formalmente ao MEC uma preocupação pela insustentabilidade do projeto. Há escolas hoje prontas e fechadas. Então, nós estamos hoje convocando os estados e o próprio sistema federal para, eventualmente, absorver essas escolas que foram financiadas com recursos públicos e cujo projeto não tem sustentabilidade. Algumas experiências comunitárias estão funcionando, elas estão funcionando e os convênios estão sendo respeitados. Algumas estão, não estão funcionando, outras, inclusive, quase que, digamos assim, quebraram, são, receberam recurso, o recurso foi investido, as obras foram paralisadas porque a construtora, a empreiteira não recebeu da ONG os recursos direcionados. Eu, eu penso que nós deveríamos repensar o modelo comunitário à luz da experiência vivida. Ele precisa ser realmente repensado sem prejuízo e sem preconceito quanto a ele, merece, em alguns casos, consideração. Mas eu suponho que o movimento que está sendo feito de aproximação com o sistema S, principalmente, para reconectar a Educação profissional e aumento de escolaridade, seja realmente o caminho mais virtuoso a trilhar nesse caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com a palavra, a Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Ministro, eu agradeço o esclarecimento, gostei da emenda em relação ao ensino fundamental. Acho que foi uma coisa prudente, não é? E eu quero deixar sempre aqui bem definida a minha posição em relação ao orçamento. Eu me preocupa porque uma coisa é a gente avaliar o mérito de uma matéria como essa, que é uma coisa inquestionável. Eu acho, assim como o FUNDEF foi, na minha visão, a maior engenharia financeira que nós fizemos nos últimos tempos. Acredito que o FUNDEB será também. Mas, para isso, nós precisamos assegurar esse recurso e fazer com que esse recurso venha já previsto pelo Governo Federal porque isso demanda tranqüiliza para nós que há um planejamento. Quando o recurso não vem, a gente fica um pouco assustada, até que ponto isso foi pensado? Então, eu deixo aqui essas minhas colocações cumprimentando-o pelo trabalho e dizer que realmente nós vamos fazer um esforço enorme para aprovar o mais rápido possível o FUNDEB, porque eu tenho certeza que será muito bom para o país.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Último inscrito, Senador Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC): Sr. Presidente, Sr. Ministro. Eu apenas, não é em relação a questão do FUNDEB não. Eu queria, me permite Ministro, é sobre a questão das universidades federais, eu quero aproveitar esta oportunidade ímpar. Santa Catarina tem uma Universidade Federal há quarenta anos foi instalada aquela Universidade Federal, há quarenta anos. E de lá para cá não se construiu mais nenhuma, só tem uma Universidade Federal. E o governo do Lula tem aí instalado novas Universidades em diversos lugares do Brasil. Nós temos aí, por exemplo, Minas Gerais tem doze, treze ou catorze universidades, não me recordo, o Rio Grande do Sul tem seis, sete universidades e Santa Catarina tem uma só. E nós já inclusive encaminhamos para o Ministério abaixo assinado de diversas regiões do estado reivindicando uma Universidade. E eu fiz uma reivindicação referente, no Oeste de Santa Catarina. Nós aprovamos aqui no Senado Federal, na Comissão de, na CCJ, aprovamos na Comissão de Educação, aprovamos no Plenário e está na Câmara Federal a instalação, a possibilidade de instalar uma Universidade Federal no Oeste de Santa Catarina. A região dos agricultores, a região mais pobre, não é, e que precisa dessa Universidade. E, mandei ofício a V.Exa. pedindo como estava esse projeto. Ministro, como estava esse projeto. Se havia a intenção, se havia um programa dentro do Ministério de instalarmos uma Universidade no nosso estado, mais uma Universidade. E V.Exa. me respondeu dizendo que não está incluído, não tem, não está na prioridade do Ministério a instalação de mais uma Universidade Federal em Santa Catarina. V.Exa. disse o seguinte que: "O referido programa em adiantada fase de implementação não inclui o estado de Santa Catarina nas ações, que foi em 2005 a resposta, e 2006". Eu queria perguntar a V.Exa. por que é que Santa Catarina, que é um estado de extrema importância para o nosso país, é um estado que há muitos anos, nos governos passados também vem reivindicando mais uma Universidade, por que é que Santa Catarina não está incluída também como um estado para a instalação de uma nova Universidade Federal? Nós fizemos também um pedido e corre aqui um Projeto de Lei sobre a FURB, uma Universidade de Blumenau que ela é

pública, ela é, o município que mantém com a iniciativa privada, ela é mista e está sem mínimas condições de dar continuidade à manutenção daquela Universidade. E foi, no caso uma campanha dos estudantes, recolheram quarenta mil assinaturas e que teriam sido encaminhadas, não sei se V.Exa. tem conhecimento, ao Ministério. Se existe a possibilidade de também, de transformar essa Universidade, de Blumenau, a FURB, em uma Universidade Federal? V.Exa. me respondeu que não está no programa do Ministério a instalação da uma nova Universidade no Oeste de Santa Catarina, com certeza nem estará também a de Blumenau, que é a FURB. Outra questão, para aproveitar ainda a minha convocação--

[soa a campainha]

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC): V.Exa. disse que serão instalados trinta e nove, mais trinta e dois cursos técnicos no país, é isso? A pergunta: Santa Catarina está incluído nesses, nessas sessenta e duas, já que nós reivindicamos, também para o Oeste de Santa Catarina e para a região serrana em São Joaquim, uma terra muito conhecida. Uma região muito conhecida e nós reivindicamos também a instalação de um curso técnico naquela região. Eu queria perguntar a V.Exa. se Santa Catarina também está fora dessas trinta e duas, além da Universidade Federal?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com a palavra S.Exa., o Sr. Ministro.

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Bem, é importante descrever o processo de elaboração do programa Expandir tanto no que diz respeito a Educação superior quanto no que diz respeito a Educação profissional. São quatro novas universidades, seis transformações e quatro novos Campi, novas extensões no país todo. No caso da Educação profissional são trinta e duas novas escolas, vinte e cinco serão entregues em 2006. Como foi elaborado o programa?! A União, ela passou cerca de vinte anos, não é, reduzindo os investimentos na expansão até chegar em 2001/2002, a zero. Conseguimos zerar o investimento na expansão e interiorização da Educação superior e da Educação profissional. No caso da profissional ainda agravando a situação, por Lei. Uma Lei proibindo a expansão. Muito bem, o que é que nós fizemos, até por determinação do Presidente da República? Para que não houvesse uma disputa federativa em torno desses recursos, nós recuperarros todos os projetos que tinham sido apresentados, analisados, aprovados tecnicamente pela Secretaria de Educação Superior e pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Então, todos aqueles projetos que já tinham passado por algum crivo interno ao MEC foram recuperados, havia projetos de vinte, vinte e cinco anos aprovados e engavetados, nós recuperamos. Atualizamos esses projetos, porque a tecnologia mudou, os cursos são de outra, outro formato, atualizamos esses projetos e submetemos a apreciação do Presidente, que validou um a um. Depois que foi apresentado ao país a proposta de expansão tanto da rede federal superior quanto da tecnológica, naturalmente se abriu uma, reabriu uma demanda no Ministério para novos projetos. E o que nós estamos dizendo é simplesmente o seguinte, para enfrentar aquilo que já foi aprovado pelo Presidente e pelo Congresso Nacional, porque a maior parte das leis passou pelo congresso, de criação de novas universidades, nós já temos recursos no orçamento 2005 já liberados, 2006 a serem liberados com a aprovação e 2007, portanto no orçamento a ser encaminhado em agosto. E para que uma segunda fase do projeto de expansão pudesse ser considerada nós estamos recebendo novos projetos, dentre os quais se destaca o da região oeste de Santa Catarina. Ele não foi apresentado formalmente ainda, mas eu tenho conhecimento de que ele está sendo elaborado e provavelmente será apresentado. Uma vez apresentado nós vamos analisar com a mesma isenção, com a mesma tranqüilidade em que, que analisamos todos os demais. Eu vou fazer uma referência ao que disse o Senador Wellington, quando, quando sublinha que a carta de apoio ao FUNDEB é assinada pelo Ministério da Educação e pelo Gabriel Chalita, que é tucano, para usar o termo que usou. O Presidente Gabriel Chalita assina a carta como Presidente do CONSED, o que significa dizer que nós, em todo o momento nós procuramos despartidarizar esse debate, para avançar a comunicação. Todos os Campi novos, todas as extensões não foram partidarizadas. Nós temos--

[soa a campainha]

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Quatro investimentos, por exemplo, na Bahia. Nós temos quatro novos pólos universitários na Bahia. Nós temos em Pernambuco, nós temos no Ceará, nós temos no Rio Grande do Sul, em São Paulo. Nenhuma consideração de ordem menor foi levada, foi e sim a demanda social, a mobilização das comunidades em torno do projeto e o atendimento a essa demanda sem nenhum tipo de coloração partidária. Então são dezenove unidades da federação que estão recebendo investimentos. Se nós considerarmos a expansão da escola técnica, as vinte e sete unidades da federação estão recebendo investimentos, inclusive Santa Catarina. Portanto, se nós levarmos em conta os dois programas de expansão, profissional e tecnológico, não tem uma única unidade da federação que não esteja sendo agraciada com investimentos federais. Agora, é

evidente que sai na frente aqueles projetos que foram apresentados há mais tempo e que do ponto de vista de consistência, eles estavam mais aperfeiçoados.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC): S.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com a palavra, para uma rápida réplica, o Senador Leonel Pavan. Trinta e cinco segundos.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC): Deixar bem claro. Até porque devem estar, Santa Catarina está acompanhando inclusive o seu pronunciamento. Eu queria uma colocação clara: É possível Santa Catarina ter, este ano, a aprovação para instalar em 2007, 2008, ou não há condições? Não há condições?

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Vou lhe responder objetivamente--

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC): Bem objetivo.

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Eu não gosto de que expectativas sejam criadas--

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC): A sua cara diz que não há, que não está como prioridade.

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Sobre federalização de universidades, de instituições de direito privado, não há nenhuma intenção do MEC--

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC): Mesmo a municipal?

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Mesmo.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC): Não há intenção nenhuma?

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Mesmo, não há intenção nenhuma do MEC de federalizar instituição de direito privado.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC): Não há?

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Não.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC): Então Blumenau pode esquecer, Blumenau não vai ter a FURB federalizada.

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Eu vou lhe explicar a razão, eu vou lhe explicar a razão. Se nós fôssemos abrir a possibilidade, dezenas e dezenas de instituições que estão vivendo problema crônico de inadimplência, dificuldade em pagamento de tributos nos procurariam e não seria uma instituição de Santa Catarina, seriam dezenas espalhadas por todo o país na expectativa de que o governo pudesse assimilá-las e incorporá-las. Isso é muito difícil de fazer e não adianta passar para a população essa expectativa. Nós estamos ajudando algumas instituições aí do ponto de vista técnico e não financeiro, a se readequar, a se reestruturar. Isso nós estamos fazendo. Agora, federalizar nós não estamos abrindo essa possibilidade. No que diz respeito a universidades federais sim, nós estamos recebendo projetos, nós estamos trabalhando com uma possível segunda fase do projeto, do programa Expandir, provavelmente para depois de 2007. Nós queremos deixar no Ministério da Educação uma segunda fase pronta para aquele Ministro que for assumir o Ministério a partir de 2007 possa dar segmento a esse programa, não haja mais interrupções.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC): Em 2006 não existe a prioridade então?

[soa a campainha]

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Não, em 2006 não existe orçamento.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC): Só para mim, para esclarecer essa questão, porque fica a questão dos ofícios, eu faço uma pergunta e recebo uma resposta assim por diante.

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Estou sendo muito--

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC): é uma questão para deixar bem clara a questão.

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Em 2006--

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC): Não existe um programa do Ministério para 2007 instalar a Universidade, só se acontecer em 2007?

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Nós poderemos, dependendo de como essa discussão se desdobrar. E aí eu insisto, vai depender muito da qualidade do projeto apresentado, em primeiro lugar, não é-- então apresentado o projeto e não foi apresentado o projeto pedagógico ainda. Nós não temos sobre o que nos debruçar. Apresentado o projeto, analisado pela Secretaria de Educação Superior e validade pelo Executivo, não há nenhum obstáculo a que ele possa ser incorporado na segunda fase do projeto Expandir. Liberação de recursos para 2006, liberação de concursos em 2006 já foram feitas e contemplam os 40 projetos inclusos.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC): Eu fiz essa pergunta pelo seguinte, porque o Presidente Lula, tanto em campanha eleitoral e depois, em visita a Santa Catarina, disse que seria instalada mais uma Universidade Federal em Santa Catarina e falou no Oeste de Santa Catarina. Então, quer dizer, vai encerrar o mandato dele, termina e não vai ter a Universidade. Isso eu quero deixar bem claro.

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Se o Presidente Lula determinar.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC): Quem sabe assume um outro compromisso.

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Se o Presidente Lula determinar nós implementaremos ontem a instituição, como já fizemos em alguns casos em que houve uma demanda e determinação dele. Portanto, o Ministério da Educação, o Ministério da Educação vai seguir à risca das determinações do Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Senador, o último Senador inscrito, Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): Sr. Presidente, em primeiro lugar eu gostaria de justificar a V.Exa., ao Ministro e aos demais companheiros, que eu não pude participar da reunião como um todo. Eu hoje, infelizmente, eu fiquei muito sobrecarregado, como V.Exa. sabe aqui se marcam reuniões no mesmo horário. Então se marcou três reuniões, uma na Comissão de Constituição e Justiça, essa daqui da Comissão da Educação e uma da Comissão de Infra-Estrutura e da Comissão de assuntos econômicos em conjunto. A primeira, da Comissão de Constituição e Justiça, eu era, eu era o Relator de cinco projetos. Tive que relatar cinco projetos, portanto foi quando eu terminei de relatar os meus cinco projetos que eu dei aquela passada aqui. E na Comissão de Infra-Estrutura, estava o Ministro dos Transportes e o requerimento da vinda dele aqui era de minha autoria. E aqui eu também, não é de minha autoria o requerimento mas, de qualquer maneira, como eu sou o Relator do FUNDEB eu teria o interesse especial em participar. Mas foi por essa razão que só agora cheguei aqui. E na verdade, eu não vou nem perguntar ao Ministro porque eu não ouvi o que ele falou e vou deixar para depois. A semana ou na próxima, eu vou solicitar ao líder do governo a audiência com V.Exa. para ir lá e então conversar um pouco sobre esse projeto. Mas eu gostaria de aproveitar a oportunidade e dizer o seguinte, na verdade eu concordo e estou, apoiarei a medida que foi solicitada aqui pela Comissão de Educação de que os líderes façam uma, um calendário, um cronograma para que esse projeto seja aprovado. Eu acho que vai atrasar um pouco mas, de qualquer maneira, eu, eu concordo. Eu acho que ele sozinho faria mais rápido. Mas tudo bem, vamos fazer junto com os líderes. Em segundo lugar, eu gostaria de dizer que na realidade nós, mesmo sendo da oposição, nós sempre consideramos que essa questão da Educação, ela é supra partidária. Quer dizer, nós não vamos atuar de uma forma política em relação a esse projeto. Segundo, sempre que eu particularmente sou designado Relator, eu deixo de ser de partido A, B, ou C, para ser o Relator. Eu acho que Relator, na realidade, ele tem que estar acima das divergências porque cabe a ele gerar o consenso em relação ao projeto e é desta maneira que eu ajo. Foi assim que eu agi o tempo inteiro. Eu só, como eu sou antigo, antigo tem um defeito sério, ele se lembra das coisas. Então, eu me lembro que na verdade, quando eu fui Relator do FUNDEF, na Câmara, na época nós éramos do governo e o PT era da oposição. O que aconteceu? Apesar que o FUNDEF foi esse projeto que durante esses dez anos trouxe um grande avanço, principalmente nos lugares mais pobres, permitindo que a escolaridade aumentasse bastante, permitindo uma melhora salarial dos professores, também, principalmente nos lugares mais pobres, mas o PT votou contra. Quer dizer, não só o PT fez tudo para que não fosse aprovado quando, no final, na Câmara, eles votaram contra. Então, portanto, nós não vamos fazer isso. Nós somos uma oposição diferenciada, vamos dizer assim, nós não só vamos votar favorável como vamos procurar fazer o mais rápido possível e como vamos procurar manter, de preferência, tudo o que a Câmara já discutiu. Eu tenho aqui o ofício que V.Exa. me mandou que tem um anexo que é esse tal ofício que foi assinado pelo Ministério da Educação, foi assinado pelo CONSED e foi assinado pelo UNDIME que é importante porque são os três elementos mais importantes. Agora o ofício é de oito de novembro, quer dizer, isso foi assinado em oito de novembro e o projeto foi aprovado no final de janeiro. Portanto, novembro, dezembro, janeiro. Foram noventa dias depois desse ofício que o projeto foi aprovado na Câmara. Não vou utilizar desse tempo aqui no Senado. Quer dizer, na realidade, mesmo com o ofício, mesmo tendo essa concordância a Câmara ainda demorou--

[soa a campainha]

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): -- Noventa dias, nós vamos procurar, evidentemente, com o apoio dos líderes, dentro do cronograma que os líderes elaborem. Mas V.Exa. pode ficar tranqüila, as comunidades que estão interessadas nesse projeto, que nós vamos procurar aprovar o mais rápido possível. E inclusive a oposição vai ajudar a aprovar, não só eu como todos os líderes da oposição, ao contrário do que aconteceu no FUNDEF. Era só isso. E eu agradeço então. Deixo para perguntar as questões numa audiência depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com a palavra, S.Exa. o Sr. Ministro Fernando Haddad.

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Me chegaram as informações de Santa Ca-

[illegible] que diz respeitasse escolas técnicas, são três escolas previstas, Chapeco, Joinville e Araranguá.

[illegible]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Saiu bem.

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Saiu bem, Senador.

[illegible]

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: É bom que está filmando assim--

[illegible]

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC): Agradeço. Água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Obrigado.

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Mas meus parabéns para o estado. Eu sou testemunha do esforço que o Senador José Jorge tem feito em relação aos projetos do Ministério da Educação. Eu penso que o, sim, agora, recentemente, não é, nós tivemos a grata satisfação de tê-lo como Relator do fundamental de nove anos, o senhor teve uma atitude impecável, ouviu a todos, sensibilizou com o projeto e deu uma grande notícia para o país com seu relatório que foi aprovado pelo Senado e depois sancionado pelo Presidente da República. Esse espírito, Senador, eu dizia, um pouco antes da sua chegada, que nós conseguimos construir, na Educação, e essa carta eu acho que é um testemunho disso, um ambiente muito favorável. Porque se nós só olharmos para trás e não aprendemos com os equívocos cometidos, nós não vamos superar as dificuldades que o país enfrenta. Eu acho que a grande vantagem da democracia é que um dia na oposição, um dia na situação, você evolui na maneira de enxergar os assuntos do estado e essa maturidade que as forças políticas adquirem ao longo da alternância no poder, da sucessão, dos ciclos políticos, é o que vai dando solidez para as instituições, o país vai se encontrando consigo mesmo, não é? Portanto, eu vejo, acho que somos todos hoje convictos de que a democracia é o melhor regime político, não é? E isso também nem sempre foi assim. Houve, no passado, forças que entendiam que o regime de força era o mais adequado, então todo mundo aprende, com a democracia todo mundo aprende. Eu penso que o Brasil aprendeu com a democracia, não é, hoje somos todos democratas e somos todos pela Educação. É muita coisa, somos todos também pela estabilidade econômica. Então são conquistas que vão se somando, não é? Eu, outro dia, conversando com o Presidente da República dizia: Presidente, os anos 80 foi marcado pela democratização, os anos 90 foram marcados pela estabilização e agora nós temos a chance de fazer com que essa década seja a década da Educação, avanços importantes podem ser conquistados. E se nós pensarmos bem, sem esse terceiro passo, os outros dois ficam comprometidos. Porque não haverá democracia nem desenvolvimento econômico se não houver investimento em Educação. Então, todos aprendemos. Eu penso que nos últimos vinte anos todos aprendemos. Todas as forças políticas, todos os partidos políticos aprenderam. E, razão pela qual, nós estamos aqui civilizadamente discutindo um assunto que diz respeito ao cidadão mais humilde do país, as expectativas geradas em torno dessa questão de acesso, de qualidade e eu penso que esse passo, sim, vai ser dado, com as cautelas devidas. Penso que o senhor está numa compostura muito prudente em relação ao projeto, mas eu entendo que o sentimento da Câmara, que se deixou contaminar por um desejo nacional pela Educação, vai também chegar ao Senado e com a mesma força, e o Senado saberá apreciar um projeto dessa importância. Agradeço a sua postura, a sua conduta e espero realmente que o senhor tenha o mesmo excepcional desempenho que o senhor teve em todas as matérias relativas a Educação que foram--

[soa a campainha]

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Encaminhadas a essa casa, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Ministro, eu acho que ao final a presidência quer agradecer a presença de V.Exa., dizer que contribuiu muito a exposição que V.Exa. fez para o bom entendimento desse projeto tão importante para o futuro das crianças brasileiras. Eu quero, em nome do Senador Leonel Pavan, agradecer pelas três escolas técnicas que serão instaladas em Santa Catarina--

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Não esquecendo as três do Espírito Santo que estão em andamento.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC): Eu queria agradecê-lo por isso. Nós somos a favor ao FUNDEB, tem todo o nosso apoio, total. Agradecemos--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Agora, né?

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC): Não, ao contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Agora. [risos]

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC): Ao contrário, nós temos nos pronunciado, quem faz o toma lá dá cá não somos nós, é o contrário. Já sabemos bem que é feito isso. Mas nós já, inclusive usamos a tribuna do Senado cumprimentando esse projeto, elogiando o projeto. Eu quero aproveitar a oportunidade, Ministro, para agradecer a atenção dispensada pelo menos às escolas técnicas. Apesar que temos outros

projetos para frente. Não foi possível-- concluir nesse governo mas será concluído futuramente, pelo Serra ou pelo Alckmin.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Senador Flávio Arns, pela ordem, rápido que estamos encerrando.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só queria de público lamentar não ter estado aqui no debate dessa audiência pública tão fundamental para o Brasil como V.Sa já colocou em termos de que a Educação. Realmente é o encaminhamento que o Brasil precisa para a democracia, para a estabilidade econômica, para a realização do ser humano, para a construção da cidadania, porque nós estávamos também envolvidos em outros debates na Comissão de Constituição e Justiça. Mas também enaltecer particularmente o espírito não é, do senhor, no sentido de dizer que o diálogo está acontecendo, que nós temos que realmente observar a história, que todos nós temos, observarmos o que deu certo, os pontos que devem ser melhorados, refletir sobre todos os aspectos históricos e juntos, assim, enfrentarmos os desafios que o Brasil precisa. Eu acho que isso que a população espera de todos nós tanto do Executivo como do Legislativo, que todos nós nos debrucemos a favor de coisas boas e a favor das necessidades, do atendimento das necessidades fundamentais da população. Quero parabenizá-lo também pela última parte que escutei, mas certamente todo o restante também foi, como costuma ser da parte do senhor, assim, com esse espírito altamente democrático. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senador Gerson Camata, por ter estado na comissão da CCJ até, de Constituição e Justiça até há pouco pelas votações ali colocadas, eu não pude estar presente, Ministro Fernando Haddad, e quero expressar o meu apoio ao projeto do FUNDEB. E aproveitaria, Sr. Presidente, se... Há um debate hoje com respeito ao processo de alfabetização e, quem sabe possa, V.Exa., nos transmitir uma breve palavra a respeito deste assunto que hoje inclusive é objeto de um editorial relativamente ao, acho que na FOLHA DE SÃO PAULO, aos projetos de utilização de uma metodologia mais moderna do ponto de vista da, do uso de procedimentos para que as pessoas possam ouvir bem os fonemas e daí avançarem no processo de alfabetização e com respeito aos métodos de Piaget e Paulo Freire, e da escola construtivista. Este editorial menciona que uma possibilidade seria a conjugação dos esforços de ambos os métodos. Mas como constitui um dos objetivos principais, aliás, da Constituição Brasileira e, inclusive o Senador, ex-ministro, Cristovam Buarque muitas vezes tem ressaltado o aspecto de avançarmos o quanto antes no objetivo de erradicarmos de vez o analfabetismo no Brasil. é que eu agradeceria se puder nos dizer uma breve palavra sobre este assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): O convite ao Sr. Ministro foi sobre o FUNDEB, mas se o Sr. Ministro se dispuser a responder, com a palavra, S.Exa.

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: É, na verdade nós estamos começando, iniciando uma discussão que é menos árida e mais voltada para a própria Educação do que até aqui. Porque, até o momento, nós tivemos imersos em discutir a questão de financiamento e a questão de estrutura da Educação básica, a aprovação dos nove anos, por exemplo, diz respeito a própria estrutura da Educação básica. O FUNDEB diz respeito ao financiamento da Educação básica. Há um elemento que precisa voltar ao debate, voltar há discussão que é a questão dos conteúdos. O Ministério da Educação, evidentemente, não está tomando partido pelo método A, B, ou C, e nem é o caso de fazê-lo, até porque os sistemas têm liberdade de adotar os métodos que bem entenderem. E até de não adotar método nenhum, se os professores, se os dirigentes entenderem assim. O que nos parece importante é desinterditar o debate. Eu tenho conversado, nas poucas viagens que faço ao exterior, eu não tenho saído muito, mas tenho discutido muito com os ministros da Educação dos outros países essa questão. Principalmente preocupado com o desempenho dos alunos brasileiros nos exames nacionais e internacionais de desempenho. O desempenho dos alunos brasileiros, de jeito nenhum, corresponde ao que é, ao que é o brasileiro. O brasileiro é uma pessoa que aprende, que assimila, que, enfim, que tem capacidades reconhecidas no mundo inteiro. Por que é que isso não se traduz nos exames de português e matemático, por exemplo, no PISA, no SAEB? Por que a repetência na primeira série chega a quase 1/3 dos estudantes. Isso tudo tem que ser investigado. O que nós estamos propondo fazer é uma investigação a respeito disso e verificar, com a ajuda inclusive do mundo todo, que debate esse assunto, o que nós podemos fazer para aperfeiçoar o nosso, o nosso processo de alfabetização. Eu vim, passei o final de semana, sábado e domingo passei em Havana discutindo com os educadores de Havana esse assunto, especificamente esse assunto. E o método lá é fônico. E o desempenho dos cubanos nos exames internacionais é, basta conferir para verificar que chama a atenção. São dos primeiros colocados. Em alguns outros países não é

fônico, não é. É híbrido, ou não tem o método oficial. Eu estou indo agora à Israel, eu tenho aproveitado o fim-de-semana e carnaval, feriados, para sair do país e retornar sem prejuízo da agenda aqui do Ministério. Estou indo a Israel também para discutir o mesmo assunto durante o carnaval. E acompanho o Presidente da República a Londres, onde também vou debater esse assunto com o Ministro da Educação. Ou seja, nós estamos tentando trazer subsídios para o Brasil e, evidentemente, sem prejuízo de ouvir os nossos especialistas, para verificar o que é que nós podemos fazer com essa nova estrutura e com esse novo padrão de financiamento para que o estudante, efetivamente--

[soa a campainha]

SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD: Chegue a quarta série com as competências e habilidades previstas nas diretrizes curriculares atendidas. Esse é o nosso objetivo. E, há toda, há o impacto dessa discussão inclusive sobre as políticas do Ministério da Educação. Nós podemos flexibilizar programas numa ou na outra direção sem necessariamente ter que assumir que o método A, ou B, é melhor que os demais. Não é isso que se pretende, mas arejar o ambiente, discutir mais profundamente, permitir que os sistemas encontrem seu caminho com o apoio do Ministério, que não pode simplesmente financiar um determinado programa em detrimento dos outros. Eu penso que essa discussão, talvez não se esgote esse ano, talvez não se esgote esse ano. Mas, a nossa agenda não é uma agenda de governo, a nossa agenda é uma agenda de estado. Eu, o Ministro da Educação, ele tem que se apropriar do acúmulo, não é, do trabalho do seu antecessor e promover melhorias, não é, sem nenhum tipo de preconceito em relação ao que foi feito no passado. Como eu penso estarmos fazendo nesse momento em que o trabalho, o legado do Ministro Cristovam, o legado do Ministro Paulo Renato estão sendo apropriados, tanto pela gestão do Ministro Tarso quanto pela nossa no sentido de melhorar a Educação que não pode viver de disputas pessoais e nem de visões de mundo deferenciadas. É óbvio que sempre enriquece quando alguém traz a sua bagagem, mas a principal obrigação de quem está dirigindo uma Secretaria do MEC, ou próprio Ministério, é ouvir as partes interessadas e fomentar uma discussão. Então, resumidamente, a oportunidade é única de reabrir esse debate, uma vez que financiamento e estrutura estão avançando bem, reabrir o debate sobre o processo de alfabetização, sobretudo porque é ele que alicerça todas as demais ações dos professores em sala de aula. Você não aprende matemática se não souber português, se não tiver um letramento adequado e assim sucessivamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): A Mesa já encerrou duas vezes. V.Exa. tem trinta segundos.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Porque o Senador Suplicy trouxe esse assunto importante. Na verdade eu quero apoiar a intervenção que o Ministro está tendo nesse assunto. Eu acho que o analfabetismo brasileiro, 52% das crianças da quarta série, 15% de adultos, decorre de duas coisas. Primeira, o fato de que nós entregamos a tarefa da alfabetização aos municípios. Tem que ser uma preocupação da Nação Brasileira, da Presidência da República. Todo o país desse que o senhor está visitando, se for olhar, a Educação básica é uma tarefa Federal. Pode olhar, Ministro. Alguns tiveram isso como tarefa Federal e, depois, passaram para os estados e municípios, quando eles já não tinham grandes desigualdades. Mas ou a União assume isso como uma preocupação nacional ou não vai dar certo. Isso exige recursos como o FUNDEB e intervenção como a sua. E a segunda é que nós temos tido, no Brasil, a tendência de trabalharmos para atender aos pedagogos e não às crianças. Por exemplo, o próprio Ministro disse aí, com toda a intenção boa que ele está tendo, que falou com as partes. As partes significam os métodos diferentes, não é isso? A parte é a criança. Pedagogo, Senador, é para ir para como meio para ajudar a resolver os problemas. E, de vez em quando, algum pedagogo cria um método novo e a gente vai tudo atrás para atender aquele, aquela pessoa e não o interesse da criança. A parte é a criança. E nesse sentido eu acho que, de fato, não vai ter um método único-- [soa a campainha] A gente vai ter que tolerar métodos diferentes, conforme a professorinha e o professorzinho lá na ponta achar que é o melhor para ele, para aquela comunidade. Mas, cumprindo metas definidas nacionalmente e com dinheiro vindo da União. Porque o Prefeito não vai ter.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pois bem. A presidência então quer agradecer e registrar a presença do Dr. Francisco das Chagas, Secretário de Ensino Básico do MEC, Dr. Paulo Egon, Diretor do FUNDEF, Deputado Antenor Naspolini que aqui esteve, está aqui também o Deputado Gastão Vieira, nosso companheiro do PMDB lá da Bahia. Agradecer a todos os senadores,-- ah! Do Maranhão, quer dizer, da Bahia, do Maranhão. E agradecer a todos aqueles que participaram deste encontro.

E cumprimentar o Sr. Ministro pela exposição brilhante que fez, pelos pontos que esclareceu e pelo grande aporte de conhecimento que trouxe aos senhores senadores de conhecimento sobre a matéria educacional e, principalmente, sobre o FUNDEB. Cumprimento o Sr. Ministro. Está encerrada a sessão.

(Sessão encerrada às 12h59.)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, do dia 21 de fevereiro de 2006 às 9:30 horas.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia vinte e um de fevereiro de dois mil e seis, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **CÉSAR BORGES, FLEXA RIBEIRO, GILVAM BORGES, GERSON CAMATA, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA, SIBÁ MACHADO, JOÃO RIBEIRO, AUGUSTO BOTELHO, JOSÉ JORGE, LEONEL PAVAN, ÁLVARO DIAS, FÁTIMA CLEIDE, IDELI SALVATTI e FLÁVIO ARNS.** Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Comissão passa à deliberação da Pauta. **Item 01) AVISO nº 167, de 2000 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 321, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, na área de irrigação (TC nº 006.073/2000-4)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **GERSON CAMATA. Parecer**: Pela remessa do processado ao arquivo. **Resultado: APROVADO. Item 02) MENSAGEM (SF) nº 222, de 1999 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, o relatório acerca da Retribuição Adicional Variável – RAV, referente ao 1º semestre de 1999." **Autoria:** Presidência da República. **Relator"ad hoc":** Senador **AUGUSTO BOTELHO. Parecer**: Pela remessa do processado ao arquivo. **Resultado: APROVADO. Item 03) Diversos nº 25, de 1997 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste, com posição em 31 de dezembro de 1996." **Autoria:** Banco do Nordeste S.A.(BNB). **Relator"ad hoc":** Senador **AELTON FREITAS. Parecer**: Solicita informações referentes ao sprogramas de financiamento e às aplicações de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento. **Resultado: APROVADO. Item 04) AVISO nº 204, de 2001 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 320, de 2001 – TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (extintas), com o objetivo de aferir os resultados alcançados pelos sistemas de incentivos fiscais, Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR e Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM. (TC – 011.707/2000-8)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator"ad hoc":** Senador **VALDIR RAUPP. Parecer**: Pela remessa do processado ao arquivo e reitere ao Tribunal de Contas da União a necessidade de envio das novas informações relativas ao cumprimento das determinações contidas no Acórdão nº 1.384/2005-TCU-Plenário e à recuperação dos recursos indevidamente aplicados no âmbito do FINAM e do FINOR. **Resultado: APROVADO. Item 05) AVISO nº 12, de 2003 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 473, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins-BR-235-Divisa TO/MA, trecho Pedro Afonso (TC – 003.798/2003-2)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **FLEXA RIBEIRO. Parecer:** Para que o Tribunal de Contas da União: tome conhecimento do relatório; se pronuncie sobre as irregularidades atinentes ao programa de trabalho classificado sob a funcional 26.782.0237.5710.0105", assim como esclarecimentos sobre possível conexão entre as programações de trabalho classificadas sob as funcionais "26.782.0237.5710.0105 e 26.782.0237.7224.010", notadamente em face dos empreendimentos de que tratam e dos contratos que lhes permitiriam a execução e reexame da matéria tão logo sejam prestados os esclarecimentos necessários por parte daquela Corte de Contas. **Resultado: APROVADO. Item 06) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO nº 4, de 2005 – NÃO TERMINATIVO,** que "propõe que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle apure as denúncias de que o Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Antonio Palocci Filho, recebia, sistematicamente, propinas quando fora Prefeito do Município de Ribeirão Preto, no Estado de São

Paulo." **Autoria:** HELOÍSA HELENA e outros Senadores. **Relator:** Senador **LUIZ OTÁVIO. Parecer:** Pelo arquivamento da matéria. **Resultado: ADIADO. Item 07) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2005 – NÃO TERMINATIVO,** que "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos oferecerem ao consumidor e ao usuário datas opcionais para o vencimento de seus débitos, e revoga a Lei nº 9.791, de 24 de março de 1999". **Autoria:** Presidência da República. **Relator:** Senador **FLEXA RIBEIRO. Parecer:** Pela aprovação do Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado: APROVADO. Item 08) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, DE 2005 – NÃO TERMINATIVO,** que "dispõe sobre o início do pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal, e dá outras providências." **Autoria:** Senador **LEONEL PAVAN. Relatora:** Senadora **ANA JÚLIA CAREPA. Parecer:** Pela aprovação do Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado: ADIADO. Item 09) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, DE 2005 – NÃO TERMINATIVO,** que "Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências." **Autoria:** Senador **GERSON CAMATA. Relator:** Senador **CÉSAR BORGES. Parecer:** Pela aprovação do Projeto com as das Emendas nºs 1 e 2, adotada pela CCJ. **Resultado: APROVADO. Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 2003 – TERMINATIVO,** que "altera a redação do artigo 18 da Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para, nas propriedades rurais privadas, responsabilizar o proprietário pelo florestamento ou reflorestamento das áreas de preservação permanente". **Autoria:** Senador **GERSON CAMATA. Relator:** Senador **AUGUSTO BOTELHO. Parecer:** Pela aprovação do Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado: ADIADO. 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, DE 2005 – TERMINATIVO,** que "dá nova redação ao inciso III do artigo 39, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências". **Autoria:** Senador **PEDRO SIMON. Relator:** Senador **GERSON CAMATA. Parecer:** Pelo sobrestamento da matéria, na forma do requerimento que apresenta. **Resultado: APROVADO.** Extra-pauta, são deliberados os seguintes requerimentos: **Item 01) REQUERIMENTO nº 01, de 2005-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja dirigido convite à diversas autoridades para, em Audiência Pública, no âmbito desta Comissão em Conjunto com a Comissão de Infra-Estrutura, seja debatida a questão da pavimentação da BR-163, rodovia que liga Cuiabá/MT a Santarém/PA, matéria de interesse público relevante para o País, especialmente para as regiões norte e centro-oeste." **Autoria:** Senador **FLEXA RIBEIRO. Resultado: APROVADO. Observação:** Ficou decidido que os convidados serão relacionados posteriormente. Pelo sobrestamento da matéria, na forma do requerimento que apresenta. **Item 02) REQUERIMENTO nº 02, de 2005-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja dirigido convite às autoridades abaixo relacionadas para, em Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, debaterem sobre o desenvolvimento do Plano de Manejo Florestal Sustentável da Amazônia: Sra. Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente; Sr. Luiz Fernando Furlan, Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Sr. Rolf Hackbart, presidente do INCRA e Sr. Ubiratan Cazetta, Procurador da República no Estado do Pará, Representante do Ministério Público Federal." **Autoria:** Senador **FLEXA RIBEIRO. Resultado: APROVADO. Item 03) REQUERIMENTO nº 03, de 2005-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer esta Comissão oficie à Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal, instando a cobertura por parte dos veículos de comunicação da Casa, para as conferências das Nações Unidas sobre Biossegurança, que acontecerá entre os dias 13 a 17 de março, e Biodiversidade, que acontecerá entre os dias 20 a 31 de março, ambas na cidade de Curitiba-PR." **Autoria:** Senador **FLÁVIO ARNS. Resultado: APROVADO.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Os senhores Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da Sessão anterior, permaneçam como se encontram. Aprovado. Passaremos à apreciação da pauta. Item um, aviso 167 de 2000 encaminha ao Senado Federal cópia da decisão número 321 de 2000, bem como dos respectivos relatórios de auditoria e voto que a fundamentam realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, DNOCS, de autoria do Tribunal de Contas da União e tem como Relator o Eminente Senador Gerson Camata a quem concedemos à palavra.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, este aviso do Tribunal de Contas refere-se a umas informações adicionais que eu solicitei no dia 17 de novembro de 2004, quando fui Relator de um outro aviso que o Tribunal havia mandado aqui para a Comissão, tratando do problema de vistoria nos sistemas de irrigação conjuntos ou comunitários do DNOCS. Trata-se agora então do aviso 167, da 2ª Câmara do Tribunal de Contas, refere-se à auditoria realizada nas obras de perímetros de irrigação sob responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra Secas. Foi baseado inicialmente no aviso do ano 2000, aí veio para cá em 2004, 2004 solicitei informação e agora em 2006. Quando eu digo que nós temos que aumentar o poder de resolutividade dos órgãos públicos de resposta, eu sempre digo isso aqui. Bem, aí o Tribunal de Contas nessa nova vistoria coloca o seguinte: As seguintes características da política governamental de irrigação implementada pelo DNOCS ao longo dos últimos 30 anos. Então ele analisa todo um período e coloca... Eu acho que objetivamente, apesar da demora, a escolha dos locais implantação dos perímetros irrigados levou em conta aspectos de ordem subjetiva, a exemplo de influência de parlamentares em detrimento de questões técnicas. As políticas públicas, não vêm contemplando assistência técnica e capacitação dos irrigantes. Três, verifica-se um baixo nível de eficácia dos programas de irrigação implantados a partir dos anos 70. Nesse sentido é irrelevante a observação registrada no relatório de auditoria, de que os programas de irrigação elaborados entre 70 e 80 se revelaram ineficazes, não tendo sido atingidas as suas metas. A exemplo do PROEMA que previa 122 mil hectares de irrigação, dos quais apenas 42 mil hectares, 35% do previsto foi realizado. O Tribunal alerta ainda para a inadequada estrutura de DNOCS como órgão executor, o que tem resultado em restrições de caráter operacional, mormente quanto à não efetividade de suas ações. Com base nessas constatações o Tribunal optou por recomendar ao atual Diretor do DNOCS o seguinte: "Maior rigor no acompanhamento da execução do Programa de Emancipação dos Perímetros de Irrigação – PROEMA, especialmente quanto à capacitação, assistência técnica e acesso ao crédito rural e regularização fundiária; B: Promoção de estudos com vistas à adoção de medidas que assegurarem a participação permanente dos pequenos irrigantes, mormente quanto aos perímetros em implantação já emancipados, no intuito de efetivar o desenvolvimento integrado entre empresários, técnicos agrícolas e pequenos produtores. Ainda a inclusão na primeira proposta orçamentária a ser encaminhada pelo DNOCS ao Ministério de Integração Nacional de indicativo das obras prioritárias e dos limites mínimos de recursos para a sua execução. E realização de gestões junto ao Conselho Construtivo do DNOCS, objetivando adoção de medidas no sentido de que as políticas públicas de irrigação sejam traçadas de forma integrada entre as diversas pastas ministeriais envolvidas na área, em especial o Ministério de Integração Nacional, Agricultura e Meio Ambiente, visando o manejo eficaz de recursos hídricos e da terra ao aprimoramento da capacidade técnica e gerencial das organizações irrigantes, a perspectiva do desenvolvimento sustentável dos projetos de irrigação". Veja, Sr. Presidente que a demora já me faria hoje aqui fazer de novo um outro pedido de informação. Se o item C das exigências do Tribunal, que era que na proposta orçamentária seguinte que equivalia a 2003, se foi obedecida essa recomendação do Tribunal. Bem, com base na argumentação que apresento aqui, Sr. Presidente, em parte atendidas pelo Tribunal de Contas da União, as solicitantes constantes do ofício CFC número 79/2.004 expedida em decorrência das recomendações constantes do parecer aprovado por essa Comissão, ao deliberar sobre o aviso 167 de 2000, razão da qual eu solicito e manifesto pelo arquivamento desse aviso, embora considere que não tenha sido plenamente atendido, não em função da... O Tribunal foi eficiente, só que o atraso, a demora fez com que outras demandas pudessem aparecer no decurso nesse tempo. Como está se mudando muito o aspecto da política de irrigação já no novo governo, isso já é do ano 2.000, do governo passado, eu acho que a gente deixa qualquer outro pedido complementar, para uma próxima inspeção feita pelo Tribunal de Contas. É o aparecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O parecer de V.Exa. pelo arquivamento. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Passamos para o item dois. Mensagem número 222 de 1999, encaminha ao Senado Federal o relatório acerca da retribuição adicional variável referente ao primeiro semestre de 1.999, tem autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas. Eu designo Senador *ad hoc* o Senador Augusto, a quem passo a palavra. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR): Sr. Presidente, passo a ler o relatório do Senador Aelton Freitas, a respeito do assunto citado por V.Exa. Os termos do parágrafo um do Artigo 6º da Lei 7.711 de 22 de dezembro de 1988, os chefes executivos encaminharam a esta Casa uma mensagem em epígrafe, juntamente com o relatório sobre a retribuição adicio-

nal variável RAV, correspondente ao primeiro semestre de 1999. O referido dispositivo legal que determinou essa modalidade de prestação de contas no Congresso Nacional dispõe. Artigo 6º Parágrafo 1º. "O Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo relatório semestral detalhado relativo à aplicação desses fundos, inclusive especificando metas e avaliando os resultados". O fundo referido na adição do parágrafo é o fundo especial de desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades de fiscalização, FUNDAF criado pelo Decreto-Lei 1437/75 destinado a oferecer recursos para financiar o reaparelhamento e reequipamento da Secretaria da Receita Federal, atender aos demais encargos específicos inerentes ao desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades de fiscalização dos tributos federais e especialmente a intensificar a repressão das infrações relativas a mercadorias estrangeiras e outras modalidades de fraude fiscal ou cambial. Como assinala a apresentação, trata-se do vigésimo e último relatório de espécie, tendo em vista a extinção da retribuição adicional da RAV, definido pela Medida Provisória 1.915 de 29 de julho de 99, que visa ser convertida em Lei nº. 10593 de 6 de dezembro de 2002, e que reorganizou as carreiras de auditoria de fiscalização de administração federal. Senador Freitas, estou relatando o seu relatório. Análise. Sr. Presidente, chegou o Relator eu passo para ele a análise para ele continuar o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Com a palavra o Senador Aelton Freitas.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG): Sr. Presidente, com a sua permissão, eu queria pedir que o nobre Senador Augusto Botelho continuasse fazendo o relatório, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Botelho, a tarefa com V.Exa.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR): A análise. Muito obrigado. A gratificação em questão devida aos auditores fiscais do Tesouro Nacional, de nível superior e aos técnicos do Tesouro Nacional, de nível médio integrantes da carreira auditoria do Tesouro Nacional criada pelo Decreto-Lei 2.225 de 10 de janeiro de 85, teve por objetivo o melhor desempenho da administração dos tributos Federais, conforme diretrizes da Lei 7.711 de 88, por meio de estímulo à mão-de-obra fiscal e aos administradores tributários no sentido de aumentar a eficiência e a produtividade na execução das atribuições da Receita Federal. Dois, nacionalização dos serviços e melhor alocação da mão de obra disponível. Três, fornecimento de instrumental e gerencial capaz de assegurar a execução das ações planejadas. Quatro, realização de metas governamentais de arrecadação. Pode registrar que o segundo relatório sobre a RAV evidenciou-se no dever de sua vigência, como poderoso instrumento gerencial por intermédio da avaliação a que cada membro da secretaria da Receita Federal estava sujeito, para ela fazer jus, funcionando como incentivo intenso à arrecadação de tributos federais. Mais adiante observa o relatório que a RAV foi um instrumento eficaz de estímulo da arrecadação tributária direta ou indiretamente, através do efeito multiplicador da ação fiscal que garantiu ao governo o cumprimento de suas metas de arrecadação e combate à evasão fiscal. Sem necessidade de utilização velhos expedientes de manipulação da Lei, para aumentar a carga tributária dos contribuintes, que cumpriram pontualmente suas obrigações tributárias. Sobre a exaustão do modelo de incentivo remuneratório representado pela RAV, assim se posiciona o relatório. Em que pese esses predicados a retribuição adicional variável vinha gradativamente sendo esvaziada de sua característica principal, a da possibilidade de gratificar proporcionalmente com valores mais elevados, as unidades dos servidores que mais se destacaram pela eficiência coletiva ou individual. No cumprimento das metas estabelecidas pela administração federal. Razão desta falha, no pleno atingimento de seus objetivos, foi o advento de limites legais e de subtetos, o que acarretou nivelamento de pagamentos impedindo o administrador de recompensar por meio de valores diferenciados performance melhores. O voto do Senador Aelton Freitas. Com qual eu concordo. Em face de todo o disposto nosso voto é pelo arquivamento da mensagem número 22 de e 1999, nos termos do Inciso III do Artigo 133 do Regimento Interno do Senado Federal. Esse é o relatório, Sr. Presidente. Pelo arquivamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Passamos ao item três. O encaminhamento ao Senado Federal às demonstrações contábeis do Fundo Nacional de Financiamento do Nordeste, FNE, administrado pelo BANCO DO NORDESTE com posição em 31 de dezembro de 1996 de autoria do BANCO DO NORDESTE. No meio Relator *ad hoc* o eminente Senador Aelton Freitas. A quem passo a palavra.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG): Sr. Presidente Senador Leomar Quintanilha, senhoras e Srs. Senadores. Submete-se a essa Comissão, o processo diverso número 25 de 1997 que encaminha ao Senado Federal, para efeito para efeito de fiscalização e controle as demonstrações contábeis do Fundo Constitu-

cional De Financiamento Do Nordeste, FNE administrado pelo BANCO DO NORDESTE, SA ou BND com posição de 31 de dezembro de 1996. O ofício 492/97 do BANCO DO NORDESTE que encaminhou demonstrações contábeis foi recebido em 13 de maio de 97 e encaminhado nesta Casa à Comissão de Fiscalização e Controle. A Lei de nº. 7.827 27 de setembro de 1989 que regulamentou o Artigo 159 Inciso I alínea C, da Constituição Federal instituiu os fundos constitucionais de financiamento do norte, o FNO e do nordeste o FNE e centro-oeste o FCO, em seu Artigo 20 Parágrafo IV, que determina que o balanço dos fundos devidamente auditado seja encaminhado ao Congresso Nacional para efeito de fiscalização e controle pelos Bancos administradores respectivos. Segundo as informações constantes das demonstrações contábeis no ano de 1996 foram atendidos no âmbito do FNE 68.232 propostas de financiamentos com alocação de oitocentos e sessenta e cinco milhões de reais. Deste montante 81% foram alocados ao setor rural, com 58.645 operações, sendo que 17% foram ao setor industrial e 3% à agroindústria. Os empreendimentos de pequeno porte representaram 99% das operações contratadas, e 83% dos valores alocados. A zona semi-árida recebeu 53% dos financiamentos de destinação que respeita os preceitos constitucionais e legais. Com o objetivo de promover o desenvolvimento das atividades ambientais produtivas e a conservação e o controle do meio ambiente, a programação do FNE para 1997, incluiu o programa de financiamento à conservação de meio ambiente, o FNE VERDE. Os recursos do FNE, também foram aplicados em programas especiais, tais como o Programa de Geração de Emprego e Renda, o PROGER, que foram alocados oitenta e sete milhões de reais. O que resultou na criação de 28.450 empregos. O Programa de Crédito Especial para a reforma agrária, o PROCERA voltado para atender as famílias de assentados de projetos de colonização e reforma agrária, com o montante aplicado de 81,8 milhões de reais, e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF, ao que foram destinados cinqüenta milhões de reais. Em relação ao controle e prestação de contas aplicadas dos recursos dos fundos constitucionais e financiamentos cabe destacar que a Lei de 7.827 de 1989 com alterações decorrentes da Lei 10177 de 2 de janeiro de 2001, impõem em seu Artigo 15 Parágrafo Único, que os Bancos administradores dos fundos encaminhem ao Ministério da Integração Nacional até 30 de setembro de cada ano. A proposição de aplicações de recursos relativos aos programas de financiamento para o exercício seguinte. Já o artigo 20º estabelece que os Bancos administradores apresentem semestralmente ao Ministério da Integração, o relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos. Para efetiva fiscalização e controle dos recursos dos fundos, os relatórios circunstanciados e os programas de financiamentos deveriam ser igualmente encaminhados ao Congresso Nacional. Com tal fim tramita o PLS de número 142/2001 de autoria do nobre Senador Jefferson Peres, que prevê o envio à Comissão Mista e Permanente de que trata o Artigo 166 Parágrafo 1º da Constituição Federal. Para conhecimento, a proposição de aplicação dos recursos relativos aos programas de financiamento para o exercício seguinte. Ainda prevê o envio à mesma Comissão, para efeito de fiscalização e controle do relatório circunstanciado acompanhado de demonstrações contábeis, devidamente auditadas que deverão ser apreciadas na forma do prazo do seguinte regimento interno. Voto do nobre Senador Heráclito Fortes, Sr. Presidente. Diante do exposto, o nobre Senador constata que, em regra geral, os administradores do FNE têm cumprido as determinações normativas relativas ao fundo, especialmente ao que se refere à aplicação do percentual mínimo de recursos na região semi-árida e ao tratamento preferencial de pequenos e mini produtores rurais e pequenas e microempresas. Salienta ainda o nobre voto do Senador Heráclito Fortes, que a necessidade do envio de informações referentes aos programas de financiamento e as aplicações de recursos dos fundos constitucionais de financiamento, a fim de que o Congresso Nacional possa exercer o efetivo controle das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos pelos Bancos administradores nas operações de fundos. Dessa forma, submete a essas considerações à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor Fiscalização e Controle para que tome conhecimento das demonstrações contábeis apresentadas. É esse o voto do nobre Senador Heráclito Fortes, que eu tenho o prazer de fazer *ad hoc* com a sua permissão, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Os agradecimentos ao eminente Senador Aelton Freitas. Em discussão o relatório, não havendo quem queira discutir, submetemos à votação. Srs. Senadores, aqueles que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Pela Ordem tem V.Exa. a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pedir a V.Exa, Presidente, a inversão de pauta com referência aos itens cinco e sete de minha relatoria, porque eu

tenho mais dois processos a relatar na Comissão de Assuntos Sociais.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em apreciação o requerimento formulado pelo Senador Flexa Ribeiro de inversão da pauta, dos itens cinco e sete. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovada a inversão. Passaremos então ao item cinco. Trata-se do numero 12 de 2003, que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão 473 de 2003 do TCU, bem como dos respectivos relatórios e voto que o fundamentam sobre auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins (BR 235, divisa do Tocantins com o Maranhão, trecho Pedro Afonso. Autoria do Tribunal de Contas da União, Relator Senador Flexa Ribeiro. Tem V.Exa. a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente Senador Leomar Quintanilha Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Relatório, o teor do Acórdão número 473/2003 do Tribunal de Contas da União, é trazido a conhecimento desta Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle por intermédio do aviso 626 SGC- TCU. A matéria cuida de obra de construção de trecho rodoviário no corredor Araguaia-Tocantins BR 235 divisa Tocantins com Maranhao, trecho Pedro Afonso sobre a funcional 26.782.0237.5710.0105, relacionado entre as obras apontadas por indício de irregularidade grave de consonância com o quadro 7 da Lei 10.640 de 2003. A Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2003, LOA 2003. Em síntese, o Acórdão dá providências. Pela primeira determina a Secretaria de Infra-estrutura do Estado do Tocantins, a adoção das providências necessárias obtenção do licenciamento ambiental para a realização das obras na BR 235. Na segunda promova o pensamento do próprio Acórdão de fls. 4 da votação que o acompanha ao Tribunal de Contas referente o 005.166/2002 item nove. Processo no qual os indícios de irregularidades se encontram sob apreciação do Tribunal. Na terceira providência determina que se dê conhecimento ao conhecimento do Congresso Nacional do próprio Acórdão em que se destaca o Voto a propósito dos indícios de irregularidades, constantes no bojo do processo do Tribunal de Contas 005.166/2001 9 ainda não há deliberação definitiva por parte daquele corte de contas. O relatório, Sr. Presidente, é o que cabe analise. Em face dos elementos formalmente constantes da instrução desta Comissão, nomeadamente o Acórdão 473/2003 e a correspondente documentação, iniciamos pela consideração de que a matéria poderia ser declarada prejudicada com base no artigo 334 do Regimento Interno desta Casa. Mas por que prejudicada? Porque se trata de obra sobre a funcional 26.782.0237.5710.0105 que havia sido relacionada em quadro da LOA 2003, como eivada por indícios de irregularidades, e, portanto, como obra cuja execução orçamentária, financeira e física, enquanto perdurasse a irregularidade apontada estaria suspensa. Ora, o exercício 2003 findou-se, não havendo como executo executar o programa de trabalho. A exemplo do programa em questão, exceto se esse programa houvesse sido inscrito, em a pagar o término do exercício. Isso entretanto, não aconteceu com o programa sobre a funcional 26.782.0237.5710.0105. Conforme exame da base de dados referente ao exercício de 2003. Essa mesma funcional por outro lado, não consta das Leis Orçamentárias de 2004, LOA 2004 e 2005, sendo também digno de nota que em 2005 tampouco está relacionada entre as obras derivadas por indício de irregularidades graves. Há, contudo, elementos adicionais a analisar, elementos esses que impedem a pronta declaração de prejudicialidade da matéria, e que dizem respeito à LOA de 2005. Vamos ao voto, Sr. Presidente. Em vista dos argumentos aqui estendidos, o voto é no sentido de que: Um, leve-se o inteiro teor desse parecer ao conhecimento do Tribunal de Contas da União. Dois, solicite-se àquela corte de contas, esclarecimentos sobre a existência de deliberação definitiva acerca das irregularidades atinentes ao programa de trabalho classificado sobre a funcional 26.782.0237.5710.0105, assim como esclarecimentos sobre possível conexão entre as programações de trabalho classificadas sobre as funcionais 26.782.0237.5710.0105. E 26.782.0237.7224.0107 notadamente em face dos empreendimentos de que tratam e dos contratos que lhes permitiriam a execução a execução. E três, proceda-se ao reexame da presente matéria, tão logo sejam prestados os esclarecimentos necessários por parte do Tribunal de Contas da União. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu não vou nem discutir, mas diante do relatório do Senador Flexa Ribeiro, eu queria só fazer uma observação. Quando eu bato muito que o Poder Público tem que aumentar o poder de resolutividade de resolver as coisas, aqui é um fato interessante. Vejam V.Exa. que uma rodovia ficou parada cinco anos, por uma irregularidade. Aí vem a intempérie, vem à chuva, vem o abandono. No final, para recompor aquelas obras que o tempo destruiu, a chuva destruiu, a intempérie destruiu vai se gastar muito mais do que o problema que foi levantado no Tribunal. Agora, tinha que ter no

Tribunal um órgão. Porque eu observo lá no Espírito Santo, a rodovia, acesso norte da segunda ponte de Colatina parada há oito anos, quer dizer, já se perderam quatro milhões segundo um dos empreiteiros que até abandonou a obra. E uma rodovia de Afonso Cláudio Itarana, também lá no centro-oeste do Espírito Santo, segundo o empreiteiro dela perdeu dois milhões. Uma porque não tinha o projeto. Então, eu acho que tinha que ter um órgão, olha faz um projeto dentro de três meses senão vou chamar a segunda colocada... Tem que ter um regulamento para isso. Porque se perde recurso, o povo deixa de ter a obra que vai incentivar mais plantio, mais agricultura, mais comércio, mais desenvolvimento, mais crescimento da região e ao mesmo tempo se perde um enorme... Porque eu observo, tem um órgão do Tribunal de Contas da União lá no Espírito Santo. Ele vai lá e observa. Faz um relatório. Aí o relatório vem para aqui. Aqui vai uma auditoria, vai lá ver se o relatório é verdadeiro, depois vai para o Ministro relatar, aí demora mais dois anos, nisso a obra vai se deteriorando, deteriorando se e se perde muito dinheiro. Eu acho que aquele órgão do Tribunal de contas lá, que é feito de gente idônea, concursada, profissionais de carreira podia muito bem resolver o problema lá. Olha, vocês têm tantos dias, refaz o projeto, senão nós vamos chamar a segunda colocada e chama a segunda colocada e põe para trabalhar no espaço de quinze dias, duas semanas. Agora, três anos, quatro anos, é um tempo demais se esbanja, se perde tanto recurso. Então, tanto nós aqui no Congresso, a Justiça, resolutividade é lenta. Demora o processo. Ontem mesmo eu fui procurado lá no Espírito Santo, uma causa trabalhista 11 anos o rapaz foi demitido da Companhia de Ferro e Aço. 11 anos. Está a Causa aqui. Quer dizer, certamente ele não terá a oportunidade de vivo receber a indenização que os Advogados dele acham que ele tem direito. Então são coisas que nós temos que zelar muito agora para aumentar o poder de resolutividade do Poder Público. Sem isso, nós vamos perder recursos, perder dinheiro e perder apoio da população. Era só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): V.Exa. está com completa razão. Senadora Heloísa Helena com a palavra.

SENADORA HELOíSA HELENA (PSOL-AL): Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu de fato nem sou membro dessa Comissão. Até porque--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Mas é sempre muito bem vinda.

SENADORA HELOíSA HELENA (PSOL-AL): Acabei vindo em função de um outro requerimento meu para fazer um breve comentário sobre isso. Mas eu não poderia também, diante do parecer do Senador Flexa e do pronunciamento extremamente importante do Senador Camata, fazer algumas breves considerações e trazer também um pouco dessa responsabilidade para a gente do Congresso Nacional. É fato que a Justiça é lenta, é fato que existem Juízes ou Promotores que dedicam as vidas com competência, com responsabilidade, com agilidade, muitos deles foram vítimas de assassinatos ou viram suas famílias numa situação de miserabilidade crescente. É fato que existem às vezes momentos de coragem das Instâncias do Judiciário, do mesmo jeito que existem Ministros do Judiciário que podem ser comprados, Juízes que podem ser comprados, que não zelam pelas prerrogativas que lhe são asseguradas na ordem jurídica vigente no país. Agora, é fato também e é importante que nós possamos, no Congresso Nacional, estabelecer os mecanismos na Comissão de Fiscalização e Controle ou nas outras Comissões da Casa para, de alguma forma, assegurar a agilidade através de procedimentos investigatórios, desses danos ou desses crimes da administração pública. Porque do mesmo jeito que tem irregularidades cujas obras são paralisadas, em muitos momentos também existe a não disponibilização, a paralisação das obras pela não disponibilização, a paralisação das obras pela não disponibilização de recursos públicos, porque infelizmente eu vejo isso em Alagoas e vejo isso no Brasil todo. Muitos dos delinqüentes de luxo, como eu às vezes atribuo a determinados personalidades políticas, eles continuam absolutamente livres, leves e soltos e as obras que foram paralisadas em função da má gestão de recurso, ela acaba penalizando a população de modo geral. E do mesmo jeito a execução orçamentária. Porque a compatibilidade da execução orçamentária que é, inclusive, uma tarefa nobre do Congresso Nacional, porque é tarefa nobre do Congresso Nacional fiscalizar as ações do executivo e inclusive a compatibilidade e a execução orçamentária que também paralisa obras, porque como muitas vezes a liberação das obras, a liberação dos recursos no orçamento ela se dá pela promiscuidade da relação Palácio do Planalto-Congresso Nacional, determinadas obras são paralisadas em Alagoas ou no Brasil, porque quem assina a emenda não é da base bajulatória do Governo, nem tem acordos promíscuos com determinadas empreiteiras e construtoras para o propinódromo dos 15 ou 20% para a liberação do recurso e, portanto para a agilidade dessa liberação de recursos e paralisa obras que também são importantes para a sociedade de modo geral e especialmente para as populações mais pobres. Porque sabe V.Exa, sabemos todos nós que são as populações pobres, que definitivamente dependem diretamente da ação

do Poder Público. Nós dependemos, determinados setores da sociedade dependem, mas quem mais depende que tem como única alternativa o setor público, sem dúvida, é 80% da população brasileira que depende desde as políticas sociais, as políticas de investimento e as políticas de infra-estrutura. Portanto, Senador Leomar, só para fazer uma breve consideração no sentido que nós que fazemos o Senado e o Congresso Nacional que a gente tenha também a eficácia das nossas ações para podermos fiscalizar com mais agilidade o Poder Executivo de modo geral e não penalizar as populações mais pobres. Porque os envolvidos nos crimes contra a administração pública, quando não tem grande pressão da sociedade, instalação da CPI, repercussão estrondosa perante a opinião pública, essas pessoas não lhes acomete absolutamente nada. Enquanto, que as pessoas mais pobres elas acabam sendo vítima em função também da nossa omissão enquanto Congresso Nacional. Claro que uns podem não aceitar. Eu também posso dizer: "Não, eu não sou omissa. Tudo muito bem". Mas eu estou falando da Casa de modo geral. Existe claramente uma omissão nossa, enquanto Congresso Nacional, da não fiscalização dos atos do executivo que acaba penalizando as populações mais pobres. Então, me desculpar com V.Exa. acabei entrando no debate também, porque essa questão da paralisação de obras, tanto pelo balcão de negócios sujos que é montado pelo governo. O atual governo faz, o governo passado fazia também dessa coisa promíscua de só liberar recursos para quem é da base de bajulação e acaba paralisando obras que são extremamente importantes. Muito importantes. Que vai da infra-estrutura, do saneamento, da educação infantil, da educação básica de modo geral, algo que definitivamente é de cortar coração, porque atinge a população mais pobre. Então agradecer à V.Exa, Senador Quintanilha.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A participação de V.Exa. sempre enriquece os trabalhos desta Comissão. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria de fazer coro ao que foi dito Camata e a Senadora Heloísa Helena, e dizer, Senador Camata, V.Exa. colocou com bastante propriedade a necessidade de que, quando constada alguma irregularidade, inclusive na questão de projetos, ou mesmo por ocasião da execução, que seja agilizado esse projeto de tal forma que o Estado, a sociedade não seja prejudicada. Eu mandei fazer, Senador Leonel... Senador Quintanilha, desculpe, eu mandei fazer um estudo pela Assessoria Técnica do Senado para ver como é que funciona. Eu li um Artigo sobre o correspondente ao Tribunal de Contas da União nos Estados Unidos, se não me falha a memória tem a sigla de AGO em que ele faz essa verificação antecipadamente, e só depois de aprovado por ele é que vai à execução. Se isso poderia ser também aplicado aqui em nível de Brasil. Eu mandei ver esse estudo, mas adiantado não recebi para poder aprofundar o conhecimento a respeito do assunto. E mais, com relação ao que foi aqui também colocado, da questão da execução do orçamento da união, nós... O Congresso Nacional precisa encontrar uma forma de tornar esse orçamento uma peça real. Porque o que se faz é usar a sociedade de forma não correta, porque se tem uma obra que custa duzentos bilhões de reais, se aprova cinco milhões no orçamento, se inicia essa obra que não se sabe quantos anos vai ser levada a sua execução total. E isso faz com que os custos dessa obra se multipliquem várias vezes. Então, é necessário que haja, primeiro, a definição exata das condições de projeto, das condições técnicas de execução da obra como também a questão orçamentária. Porque não adianta ter o projeto todo correto, se não execução orçamentária você... Uma obra que é para ser feita em dois anos, demora dez, quinze, vinte. Aí não tem orçamento que resista a isso. Então esses dois pontos devem ser objeto de aprofundamento, por parte do Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Continua em discussão. Senadora Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Eu queria comentar até porque se trata também de uma obra que iria possibilitar a ligação dos Municípios do norte do Estado do Tocantins e o sul do Estado do Pará. O corredor Araguaia-Tocantins, inclusive tem a hidrovia, esse seria o corredor rodoviário. E eu li aqui o voto do Senador Flexa, inclusive também que V.Exa. aqui assina, visto que esse problema já vem desde 2001. Quer dizer, é uma obra que pelo jeito foi paralisada, que pelo volume de recursos e para uma obra de rodovia, isso não é Emenda individual de ninguém. Isso daí ou é uma coisa aprovada no próprio orçamento da União, ou no mínimo só uma Emenda de Bancada, portanto, o que poderia ter sido liberado aqui por Bancada como um todo, do Estado, e não Emenda individual. Nós sabemos muito bem que emendas individuais, não são provavelmente para fazer rodovias por conta do volume de recursos que isso demanda. Então, só para dizer que realmente essas situaçoes, e tem acontecido em muitas obras no nosso Estado, que ficam paralisadas porque o Tribunal de Contas encontra uma irregularidade às vezes mínima, e não se consegue resolver a tempo. E acaba se tornando mais caro. A mesma questão quando nós... Quer dizer, nós eu não estava

no Congresso à época, mas quem aprovou acredito aprovou de forma absolutamente correta, responsável, mas quem aprovou uma Legislação em relações rodoviárias que todas têm que ter o licenciamento ambiental. Mesmo as já abertas. Mas, ao mesmo tempo, não se aprovou e não se cuidou de dotar o órgão responsável de condições de estrutura, para fazer esse licenciamento. Então tem situações hoje nesse país, onde o órgão responsável pelo licenciamento ambiental, não consegue dar conta de fazer esse licenciamento. Isso vai emperrando a obra, e a rodovia só vai ficando em condições piores e a rodovia já foi aberta 20 anos atrás. Mas como a Lei foi aprovada depois, precisa, mesmo que seja para consertar a rodovia, mesmo que seja para torná-la transitável, precisa do licenciamento. Eu acho que precisa. Mas se deveria também cuidar de dar condições aos órgãos de licenciamento ambiental, para que eles possam fazer isso com a celeridade que o país precisa, para que não se crie esses problemas, principalmente em regiões onde só se pode trabalhar na área de rodovias durante seis meses, porque nos outros seis meses, chove. Era esse o comentário Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Sibá Machado para discutir. Tem V.Exa. a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Em primeiro lugar só uma pergunta aqui ao Relator, Sr. Presidente. Se é uma rodovia federal ou é de... Mas como se terá trata de dois Estados certamente é federal. Para corrigir a mim mesmo. BR 235. Eu acompanhando aqui a leitura, cheguei atrasado ao debate, vi que as pendências apresentadas pelo Tribunal de Contas, trata-se de não observar o licenciamento ambiental e um segundo problema que são os procedimentos que é uma questão de preço, tabela de preço. Acho que V.Exa. dá o encaminhamento muito razoável, mas eu participo deste momento para dizer que na maioria das obras de infra-estrutura do país, esta ambigüidade de não se observar à legislação ambiental, e em muitos casos colocando-se como o órgão a instituição fiscalizadora e responsável por esse licenciamento como a culpada, de não se dar à velocidade adequada da execução dessas obras. Eu vivo também naquela região, sei da importância de uma rodovia como essa, a importância que se tem. Hoje nós estamos com uma série de grandes eventos na Amazônia toda. De alta importância para o país, principalmente na área de energia elétrica. Todos nós estamos imbuídos, no sentido de até encontrar os caminhos mais rápidos possíveis para a solução, mas eu pediria que nós pudéssemos aqui, Sr. Presidente, atentar para essas duas diferenças. Uma coisa é a pessoa que cometeu um processo licitatório errôneo. Quem fez isso eu concordo que tem que... Não pode ficar eternamente a gente aqui ano após ano, debatendo sobre o mesmo tipo de problema, questão do preço, projeto técnico e tal. Quando era técnico, isso pode ocorrer com muita naturalidade. Mas de 2001 para cá. Isso não está solucionado e isso me parece uma coisa grotesca. Quanto a essa questão ambiental neste período inteiro, se não está resolvido, o problema do licenciamento ambiental, tem que saber mais depressa agora acho que até poderíamos pedir se o Relator concorda, podemos votar favorável o seu projeto. Mas pedir também para acrescentar aqui, Sr. Relator, ofício do Presidente, que o IBAMA nos remeta também o procedimento que foi tomado em relação ao licenciamento. Se esse licenciamento já está dado em que pé está, se ainda está pendente, por que é que está pendente, por que é que a gente não resolve logo os problemas que poderão ser até no meu entendimento mais fácil solução. De qualquer jeito digo a V.Exa, pela grandeza da obra, e pela necessidade que ela tem e concordo aqui que a população não pode estar pagando por esse tipo de comportamento, que a gente avance ao máximo na solução desse problema que entendo que este corredor que interliga o Estado do Tocantins à região norte e da região norte para o centro-oeste do país, que a gente avance na solução deste problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A proposta de V.Exa. é que o Relator...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Solicite ao Tribunal de Contas. A cópia dos Acórdãos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Solicite ao Tribunal de Contas ou ao Órgão Ambiental?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu acho que o Ibama poderia nos mandar aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O Sr. Relator gostaria de se manifestar a respeito?

SR. RELATOR: Eu concordo com a proposta do Senador Sibá Machado, incorporo ao relatório, porque aqui o Tribunal de Contas, ele suspende a obra até a obtenção do licenciamento ambiental. Mas não tem nenhum indicativo aqui se esse licenciamento já foi conseguido ou não para a BR. Então, era bom que o Senado e a Comissão, tivessem esta informação também. Então, de acordo com a proposta do Senador Sibá Machado incorporo ao voto. E com relação que aqui... Já que o debate foi aprofundado, eu quero dizer a V.Exa, Senador Quintanilha, que tem dois requerimentos de audiências públicas aqui. Um deles especificamente com relação à pavimentação da BR 163. É impressio-

nante como que essa rodovia, uma rodovia de maior importância não para o Pará, mas para o Brasil que vai possibilitar o escoamento da produção agrícola de todo o centro-oeste hoje, grande produtor de grãos, ao invés de fazer um encaminhamento para o sul e sudeste para pegar os portos de Santos e Paranaguá, possam ir para o norte já encurtando o caminho para os mercados consumidores. Se aproximando da Ásia e da América do Norte e da Europa. Então, não é possível que isso não se consiga fazer. Ainda há pouco, a Senadora Ana Júlia de forma correta colocou aqui a sua preocupação, e a preocupação é maior ainda quando nós vemos que essa questão ambiental, Senador Sibá Machado, quando se refere à questão da rodovia BR 163, o limite de contingenciamento da rodovia passa a ser de 50 quilômetros a cada margem, a cada lado da rodovia. E quando rodovia na mesma região tem apenas 15 quilômetros. Quer dizer, estão sendo usados critérios diferenciados para a rodovia na mesma região. Ainda agora, Senadora Ana Júlia, o Presidente Lula editou uma Medida Provisória na semana passada que, a meu ver, impede completamente a execução da rodovia BR 163, porque ele criou uma área nacional de preservação, exatamente fechando a rodovia 163. Quer dizer, eu estou pedindo, inclusive, essa Audiência Pública que pediria a V.Exa. que a colocasse em votação, para que a gente possa discutir de uma vez por todas se vai ser feito isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flexa, vamos concluir a discussão do item cinco que é esse aviso do Tribunal de Contas e aí nós discutiremos essa questão de acordo com V.Exa. E gostaria que V.Exa. apresentasse o requerimento, formalizasse o requerimento de Audiência Pública sobre a BR 163 que V.Exa. mencionou. Senador Valdir Raupp, quer se manifestar a respeito do assunto? Pode ser depois. Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório do eminente Senador Flexa Ribeiro. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Passamos ao item sete. Outro item cujo Relator é o Senador Flexa Ribeiro. Projeto de Lei da Câmara número 104/2005 altera a Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 estabelecendo a obrigatoriedade das concessionárias de serviços públicos, oferecerem ao consumidor e ao usuário datas opcionais para o vencimento de seus débitos, e revoga a Lei 9.791 de 24 de maio de 1999. Senador Flexa Ribeiro a autoria é da Presidência da República e tem V.Exa. a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Sras. Senadoras Srs. Senadoras, vamos ao relatório. Esta Comissão examina o Projeto de Lei da Câmara número 104/2005 PL 1.165 de 1999 na cada Casa de origem. De iniciativa do Poder Executivo, que pretende determinar as concessionárias e permissionárias de serviços públicos a obrigatoriedade de propor a seus usuários, pessoas físicas e microempresas seis datas como opção de escolha para o vencimento de seus débitos. A Câmara dos Deputados à proposição foi apreciada e aprovada por unanimidade na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Melhorias, recebeu também um parecer unânime pela constitucionalidade e juridicidade, técnica legislativa na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania com substitutivo, com fundamento no caput 65 da Constituição Federal e no Artigo 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei sob estudo, foi encaminhado ao Senado Federal, em 14 de outubro de 2005. Após a apreciação do mérito do PLC número 104 de 2005 neste Colegiado, ele será submetido ao exame da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. Análise, Sr. Presidente. Compete a esta Comissão opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor em conformidade com o disposto no Artigo 102-A, Inciso III do Regimento Interno Senado Federal Resolução número 01 de 2005. Portanto, como a apropriação referência cria mecanismos para proteger o pequeno usuário, em relação aos grandes sem prejuízos a estes, entendemos que deve ser acolhida dado o seu evidente caráter social e solidário. Observa-se ainda que a proposta esteja em perfeita consonância com a política nacional das relações de consumo, esculpidas no Artigo 4º do CDC que atende alguns princípios, dentre os quais o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo, inciso I, principalmente aquele que merece receber mais incentivos do Poder Público. No entanto, cabe retificar uma imperfeição no PLC 104 de 2005, equivocadamente não inclui as empresas de pequeno porte entre os beneficiários na medida nele proposta. Quando Artigo 179 da Constituição Federal preceitua taxativamente. A União, os Estados o Distrito Federal e os Municípios dispensarão as microempresas e as empresas de pequeno porte, assim definidas em Lei. Tratamento jurídico diferenciado visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei. Como se percebe, o tratamento diferenciado assegurado na Lei Maior abrange também as empresas de pequeno porte. Entendemos que o PLC 104 de 2005 apresenta esta lacuna, falta de isonomia. Aliás, a própria exposição de motivo Inter-Ministerial que acompanha mensagem número 772/1999 justifica o projeto mencionando os dispositivos constitucionais e Art.170 Inciso IX e Art. 179 em que ele se fundamenta. Tais dispositivos se referem

ao tratamento diferenciado a ser concedido, tanto às microempresas como as de pequeno porte. Portanto, entendemos razoável incluir no projeto as empresas de pequeno porte. Parece-nos necessário também sanar correção constante do Artigo 2º que propõe Artigo 7-B o qual menciona as sanções previstas nos artigos 56 e 57, quando de fato elas se encontram definidas nos Artigos 56 a 60. Assim sendo, com as devidas retificações, consideramos a proposição exame relevante e meritória, por quanto favorece essencialmente os usuários mais humildes e de menor poder aquisitivo. Vamos ao voto, Sr. Presidente, diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara número 104 de 2005 na forma do seguinte substitutivo. Altera Projeto de Lei da Câmara número 104 substitutivo de 2005, altera a Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 95, para estabelecer a obrigatoriedade das concessionárias e permissionárias de serviços públicos oferecerem ao consumidor e ao usuário datas opcionais para os vencimentos de seus débitos, e revogo a Lei 9.791 de 24 de março de 1999. O Congresso Nacional decreta: Artigo 1º a Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações, Artigo 7, Parágrafo Único. As concessionárias e permissionárias de serviço público, sobre qualquer forma de empreendimento de responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios são obrigadas a estabelecer e disponibilizar ao consumidor ou usuário pessoa física, microempresa, e aí adição ou empresa de pequeno porte no mínimo seis data datas para opção de escolha de vencimento das contas de utilização dos serviços. Na forma determinada pelos respectivos órgãos de regulação e fiscalização. Artigo 7º-B Concessionária e permissionária de serviço público que desrespeitar os direitos dos usuários e consumidores sujeitos às sanções previstas aí a correção nos artigos 56 a 60 da Lei de 8.078 de 11 de setembro de 1990. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o relatório do eminente Senador Flexa Ribeiro. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Passamos ao item quatro. Aviso 204 de 2001 encaminha ao Senado Federal, cópia da decisão 320 do Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam sobre auditoria realizada na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE, extintas, com o objetivo de aferir os alcançados pelos sistemas de incentivos fiscais, Fundo de Investimento do Nordeste, FINOR, e Fundo de Investimento Da Amazônia, FINAM, de autoria do Tribunal de Contas da União. Relator *ad hoc* Senador Valdir Raupp. Tem V.Exa. a palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, como o relatório já é de conhecimento de V.Exas, eu vou direto para a análise e o voto para ganharmos tempo. As informações constantes do monitoramento destinado a verificar a implementação do conjunto de determinações e recomendações do TCU, Tribunal de Contas da União, aos órgãos e entidades competentes dão conta do seu cumprimento parcial. Alguns avanços foram obtidos pela criação do Ministério de Integração Nacional, da unidade de gerenciamento dos fundos de investimentos regulamentada pela Portaria número 117, 17 de fevereiro de 2004, e destinada à gestão unificada do FINAM e do FINOR. Por outro lado, foram plenamente atendidas as determinações de padronização e auditorias e fiscalizações de projetos do FINAM. Manifestação nos laudos de fiscalização, quanto aos achados e as exigências das fiscalizações anteriores utilização das informações oriundas da Secretaria Federal De Controle Interno e definição da competência para cobrança administrativa de incentivo do fundo, bem como a recomendação de adotar providências para obtenção de dados atualizados sobre as ações de execução fiscal. Por outro lado, ainda resta garantir o cumprimento pleno das determinações de reconstituir os bancos de dados do FINAM e de dotar o órgão responsável pela administração do fundo, de meios adequados para o cumprimento de suas funções. Adicionalmente permanecem as divergências quanto à adoção da metodologia uniforme, para a atualização de valores e de incentivos fiscais a serem restituídos por empreendimentos do FINAM cancelados. O que torna as ações de cobrança bastante morosas e sujeitas a recursos do Poder Judiciário, assim de acordo com as informações prestadas pelo TCU, persiste os riscos de danos ao erário em decorrência da quantidade de projetos passíveis de cancelamento e da lentidão dos procedimentos administrativos para apuração de denúncias de irregularidades e restituição de valores liberados pelos fundos de investimento. O cumprimento apenas parcial das determinações e recomendações do TCU, leva a crer que as condições necessárias para a boa gestão dos projetos remanescentes do FINAM e a recuperação dos incentivos fiscais de empreendimentos cancelados, ainda não foram alcançadas. O volume de recursos envolvidos e os riscos de danos permanentes ao erário exige a continuação do monitoramento das providências formuladas pelo Tribunal e das medidas tomadas pelos órgãos e entidades competentes para a recuperação dos recursos dos fundos de investimento, indevidamente aplicados. O voto. Diante do exposto,

o nosso voto é pelo arquivamento da matéria, e que o Senado Federal reitere ao Tribunal de Contas da União à necessidade de envio das novas informações relativas ao cumprimento das determinações contidas no Acórdão, número 1384/2005, TCU. Plenário e a recuperação dos recursos indevidamente aplicados no âmbito do FINAM e do FINOR. Esse é o voto, Presidente, que relato com muito prazer *ad hoc* tendo o parecer do Senador Jonas Pinheiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores que aprovam. Permaneçam como estão. Aprovado. Retirada de pauta a pedido do Relator o item seis. Passamos ao item oito. Projeto de Lei do Senado número--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Item oito.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Perdão, eu estou pedindo adiamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Retirar de pauta. Adiado o item oito, a pedido da Senadora Ana Júlia Carepa. Passamos ao item nove. Projeto de Lei do Senado de 155/2005. A Mesa esclarece aos Srs. Senadores que nós teremos... Submeteremos à apreciação da Casa, matérias terminativas que exige quorum qualificado. Vamos apreciar agora o item nove. Projeto de Lei do Senado 155/2005. Estabelece diretrizes nacionais para orçamento base para outras providências, de autoria do eminente Senador Gerson Camata e de relatoria do Senador César Borges. A quem passo a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. Senadoras Srs. Senadores. Esse é um projeto muito importante, Sr. Presidente, que tramita nessa Casa. Leva o número 155 de 2005 e é de autoria do nobre Senador Gerson Camata. No entanto ele vem com o apoiamento de vários Senadores e foi motivo de uma discussão muito ampla, com os setores do saneamento no país. Ele estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências. Ele está composto de 29 Artigos distribuídos em seis capítulos. O capítulo um, dos princípios fundamentais, indica 10 princípios a serem observados e define oito conceitos, que são empregados no corpo do projeto. Destacamos desde logo que o conceito de saneamento básico, baliza todo o projeto e é definido de forma específica para o abastecimento de água potável e afastamento disposição final dos esgotos sanitários. O capítulo dois, trata do exercício da titularidade, quando fixa obrigações para os entes federativos titulares da competência para prestação do serviço de saneamento, autoriza a prestação mediante gestão associada e regulamenta situações em que a prestação é segmentada entre diversas empresas. O capítulo três, trata do planejamento. Determina que a prestação de serviço obedeça a um plano de saneamento básico e fixa seu conteúdo e procedimento de elaboração. O capítulo quatro, trata da regulação. Está dividido em duas Seções. Dos aspectos econômicos sociais e dos aspectos técnicos. O capítulo cinco, trata da política federal de saneamento básico, estabelecendo como preceitua eu quero frisar, Sr. Presidente Constituição Federal estabelecendo diretrizes para a atuação da União. O capítulo seis, estabelece as disposições finais quando acrescenta parágrafo à Lei 6.766 de 1979 que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e também a Lei 11.079 de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público privado. Essa proposição foi distribuída às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e está agora sendo apreciado nessa Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. E ainda passará na Comissão de Infra-estrutura, quando lá a decisão será terminativa. À presente Comissão compete, à nossa Comissão aqui agora, Sr. Presidente, opinar sobre assuntos atinentes à defesa do meio ambiente e à defesa do consumidor. Assim sendo, abstemo-nos de analisar outras dimensões do projeto, que serão objeto de atenção de outras Comissões. A proposição dispõe adequadamente sobre a dimensão ambiental do saneamento básico. A articulação com as políticas de desenvolvimento urbano, regional, habitacional, ambiental e de recursos hídricos e de saúde constitui-se em diretriz geral. De outra parte, a preocupação ambiental estará presente já no planejamento do setor, o que é tornado obrigatório e deverá ser observada tanto pelos titulares quanto pela União. Um dos objetivos da política tarifária é a inibição do consumo supérfluo, medida essencial em se tratando de um recurso escasso como a água. A disposição final dos efluentes gerados pelas estações de tratamento de água e de esgotos, ficará sujeito a licenciamento ambiental, que poderá ser feito em etapas, a fim de que o atendimento dos padrões legais seja conciliados com a capacidade de pagamento dos usuários. O projeto determina ainda que toda edificação urbana seja conectada às redes de abastecimento de água e de esgotamento disponíveis, condição necessária para eliminar os chamados "esgotos a céu aberto" que tanto mal têm causado à saúde pública. Fortalece ainda os direitos dos usuários, uma vez que a regulação do setor resultará no estabelecimento de regras claras e na ampliação da transparência. Uma vez editada a lei proposta, os Estados e municípios ti-

tulares do serviço deverão instituir índices reguladores, incumbidos de estabelecer as tarifas e os padrões de qualidade, visando a assegurar a modicidade tarifária e a satisfação dos usuários. A maior contribuição desse PLS 155, Sr. Presidente, diz respeito à segurança jurídica, que ensejará propiciando condições institucionais para que se ampliem os investimentos no setor, condição extremamente necessária para a universalização desses serviços que são essenciais para a preservação dos recursos hídricos e para a melhoria da qualidade de vida da população. Ou seja, Sr. Presidente, aprovado esse projeto, pelo Senado e pela Câmara, nós teremos condições de alocarmos mais recursos oriundos, inclusive, do setor privado, que se somará aos recursos do setor público para uma área tão importante da nossa infra-estrutura, que diz relação direta à saúde da nossa população. Portanto, Sr. Presidente, sem maiores delongas, o nosso voto é pela aprovação do PLS nº 155/2005, com as emendas de número um e dois, que vieram já da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, e lá foram aprovadas e que são apenas emendas que aperfeiçoaram, no aspecto legislativo, essa proposta, que consideramos essencial para o setor de saneamento e espero ver aprovada aqui nesta Comissão, nesta manhã. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o relatório do eminente Senador César Borges. Para discutir, Senador Flexa Ribeiro, tem V.Exa. a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Leomar Quintanilha, eu quero parabenizar o Senador Gerson Camata, autor do projeto e o Senador César Borges, como Relator. Esse projeto é da maior importância para a sociedade brasileira. Para o Senador César Borges, ele foi perfeito no seu voto, na sua análise, no seu relatório. E para dizer da importância, ele fez uma síntese, ao final da análise, dizendo que a maior contribuição desse Projeto de Lei é para que dê segurança jurídica e que esta segurança ensejará a maior universalização desse serviço essencial para a melhoria da qualidade de vida da população e também propiciará maiores investimentos no setor, exatamente investimento na área de saneamento para dar, como disse, melhor qualidade de vida e diminuir os gastos da sociedade com saúde, porque cada recursos investidos no saneamento, são recursos poupados no atendimento da saúde do cidadão. Então, Senador César, parabéns pelo seu relatório, parabéns ao Senador Gerson Camata, que em tão boa hora propõe esse projeto, que peço que seja tramitado em regime de urgência para que isso possa virar lei e a gente possa ter os benefícios da lei para a sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Para discutir, Senador Sibá Machado, tem V.Exa. a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente, eu ouvi atentamente o parecer do nosso Relator, Senador César Borges, a idéia do Senador Gerson Camata, como tantos projetos que ele traz a esta Casa, é enriquecedor para o bem-estar nacional. Eu até queria dizer que, quando acompanhei a proposição que ele fez lá na CCJ, dos plebiscitos, eu me animei muito porque acho que provoca a sociedade a trabalhar sobre temas que para alguns fica assim muito elitizado, Sr. Presidente. O debate não pode ficar tão fechado em tão poucas pessoas. Eu até acho que a gente deveria avançar naqueles pedidos de plebiscito que o Senador pediu. Quanto a este projeto, nós temos a seguinte opinião. Ele não é uma coisa tão simples, não é uma coisa tão pequena, ele provoca como se fosse uma nova matriz para este tipo de empreendimento, um novo comportamento, adequado à nova realidade, adequado às novas circunstâncias. E eu queria pedir a V.Exa. e a esta Comissão, se nós pudéssemos suspender esta votação neste momento, há um interesse de nossa bancada muito grande de dar uma atenção especial ao projeto, e estou querendo remeter à Mesa um requerimento para que nós convidássemos a esta Comissão, o Engenheiro Marcos Elando(F) Montenegro, que é Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, o Dr. José Raimundo Machado dos Santos, que é Diretor do Departamento de Engenharia de Saúde Pública da FUNASA, o Dr. Vitor Zular, Secretário de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Vitor Fernando Bertini, que é Presidente da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais, o Sr. Silvano Silvério da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento e o Sr. Fernando Ariane Mangabeira, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto. Então, com isto, nós faríamos um debate sobre o assunto, nós gostaríamos de nos debruçar bastante sobre essa matéria, confesso a V.Exa. que isto tem provocado uma atenção, e hoje confesso que não viemos, digamos assim, com toda a clareza de procedimentos a aprovar a matéria. Não gostaria aqui de pedir vista, eu gostaria de pedir um entendimento. Se nós pudéssemos transformar uma audiência dessa magnitude, trataríamos sobre todos os pontos que nós gostaríamos de apresentar, e daí então, se o nosso Relator concordar com os pontos que a gente apresentar e acatar de pronto, estaria, digamos assim, sem nenhum tipo de... Tratar essa

matéria dentro da harmonia como ela merece. É isso que gostaríamos de fazer porque ela é realmente muito rica, contribui muito mais para um problema tão grande, hoje, para a situação urbana brasileira. Quero só aproveitar, Sr. Presidente, dizer que situações como... Vejamos o caso de São Paulo, uma cidade daquele tamanho. Eu até digo que não há Prefeito ou Prefeita, milagroso ou milagrosa, para resolver o problema das enchentes do Município de São Paulo. São Paulo está construída no meio de fundos de vale, os fundos de vale foram todos ocupados por avenidas, por prédio, e, portanto, o curso natural das águas, ao passar, vai incomodar e bastante. Então, se nós pudermos aproveitar todo esse debate que já foi dito aqui, o debate das PPPs, o debate de uma nova matriz, como foi do setor elétrico, como nós estamos discutindo aqui o do gás, como discutimos o PL de florestas públicas para a região amazônica e tantas outras grandes idéias que têm surgido aqui no âmbito do Senado, nós pedimos, então, o acatamento deste requerimento e, a partir disso, nós participaremos ativamente da contribuição a este projeto tão importante para todas as cidades brasileiras, que é um novo programa de saneamento básico, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A Mesa entende que V.Exa. propõe a interrupção da discussão e submete à apreciação da Comissão a proposta de realização de uma audiência pública, onde técnicos e especialistas no assunto viriam trazer subsídios a esta Comissão, para enriquecer a discussão. É isso? É esse o documento que V.Exa. está formalizando aqui. Senador Gerson, V.Exa. quer comentar a respeito ou nós já poderíamos submeter--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu queria discutir o requerimento e o projeto, um pouco, se V.Exa. me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Com a palavra, V.Exa.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, Senador Sibá Machado, ilustre Senador César Borges, primeiro, esse documento ele está aqui, ainda vai passar na Comissão de Infra-estrutura e ainda mais duas comissões.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Ela já passou na CCJ, onde foi aprovada, está passando nesta Comissão e o meu relato foi muito em cima das questões atinentes a meio ambiente, que eu acho que é a parte que compete a esta Comissão.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Exatamente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): E vai à Comissão de infra-estrutura, porque basicamente os serviços são de infra-estrutura, e lá será terminativo. Então, essa discussão, Sr. Presidente, eu acho que o foro apropriado é a Comissão de Infra-estrutura. Não é aqui nesta Comissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Até numa audiência conjunta, com a gente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): --Claro. Que todos os senadores, a própria Comissão poderá participar. Mas, nesse momento, parar a tramitação desse projeto aqui, antes de chegar na Comissão de Infra-estrutura, me parece algo que vamos levar a uma delonga, a uma procrastinação da aprovação deste importante projeto. Eu acho que seria melhor remeter à Comissão de Infra-estrutura, Sr. Presidente. Essa é minha opinião. E retorno a palavra para o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, então veja V.Exa. o parecer do Relator, o Senador César Borges acompanhou a elaboração desse projeto, que demorou um ano. Era um projeto inicial, o meu, um pouco tímido, que foi para um debate em todos os órgãos e em todas as áreas dos especialistas brasileiros na área de saneamento. Dali surgiu esse projeto, foi elaborado, foi para a consultoria, voltou. E ele já está tramitando há um ano. Veja V.Exa, corre-se o risco, nós estamos já no último ano do Governo Lula. Em quatro anos, não se elaborou um projeto, não se prepararam normas para um setor tão importante que se constitui uma meta de Governo. Ele vai ter que passar, ainda, nas comissões, possivelmente talvez no plenário e ainda vai para Câmara. Mais quatro anos. Então, veja, oito anos é uma vida. Um país não pode perder-- --com essa tramitação, vai demorar mais quatro. Então, o que eu queria propor, o Governo tem um projeto lá na Câmara. O projeto do Governo tem aspectos bons, mas ele recebeu 900 Emendas. Ora, um projeto que tem 30 artigos e recebeu novecentas Emendas, não deve ser o melhor. Porque todo mundo que apresenta uma Emenda, certamente, lá na Câmara estava com o propósito de melhorar um pouco esse projeto de trinta e poucos artigos e novecentas emendas. Então eu acho que o ideal é deixar esse projeto tramitar para que ele possa, indo para a Câmara, depois a gente vê o que é que está bom e o que é que não está bom. Se bem que eu acho que esse está... Eu não estou puxando brasa na nossa sardinha, mas está um pouquinho melhor do que aquele outro lá do Governo, para dar agilidade. Então, o que é que eu queria propor ao Sibá? O fórum ideal... O que nós discutirmos aqui vira um relatório do Senador César Borges. O que toca é em relação ao meio ambiente. O mérito do projeto, a parte substantiva do projeto é da

Comissão de Infra-estrutura. Então, poder-se-ia apresentar esse requerimento a uma audiência conjunta da Comissão de Meio ambiente com Infra-estrutura, a gente aprovava ele aqui hoje e ele ia para lá, fazíamos a audiência lá. E depois lá é que se ia discutir tudo, e eu tenho até outros nomes para colocar também nessa Audiência Pública, para que a gente pudesse, então, fazer um debate bem amplo, no fórum apropriado, porque aqui nós vamos debater meio ambiente. Ora, se aqui é meio ambiente, não chamou ninguém do IBAMA. Tinha que chamar o IBAMA aqui. Não chamar os técnicos de saneamento. Então eu acho que o ideal seria, deixa passar aqui, e vamos lá para a Comissão própria, numa audiência conjunta, uma audiência pública, e lá se discute tudo isso. É o apelo que eu queria fazer. Travar o projeto agora, não faz bem ao Governo e não faz bem ao Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Para nós, se nós decidirmos em realizar uma audiência pública conjunta das duas Comissões, o projeto não poderá ser apreciado aqui. Vai ter que ouvir primeiro o resultado dessa reunião conjunta. Eu faria um apelo ao—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Aprova aqui. A Infra-estrutura aprova lá uma audiência pública convidando a Meio Ambiente para ir para lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Isso na seqüência. Não seria então--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): --Depois de decidido aqui na Casa. Então, a Mesa questiona o Senador Sibá Machado se ele retira o seu requerimento, para apresentar na Comissão de Infra-estrutura, ou se quer submeter o requerimento à apreciação da Comissão. Senador Flexa Ribeiro, V.Exa. tem a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Antes do Senador Sibá Machado se pronunciar, eu queria fazer um apelo ao Senador Sibá Machado, face à importância desse projeto, que V.Exa. atenda o pedido do autor do projeto, do Senador Camata, do Relator, Senador César Borges, do próprio Presidente, Senador Leomar Quintanilha, e eu acho que a maioria dos membros desta Comissão, no sentido que ele seja aprovado nesse instante e que, ao tramitar na Comissão de Infra-estrutura, possa ser feito a discussão, o profundamente que eu acho que todos nós somos subscritores dessa audiência pública lá na Comissão. E aí não vamos entravar o projeto aqui, que não é terminativo. Nós temos necessidade de aprofundar o estudo sobre ele, mas façamos isso na Comissão de Infra-estrutura. E também, que não seja solicitado vista do projeto para que a gente não possa, efetivamente, aprová-lo nesta reunião da Comissão. É um apelo que eu faço ao bom senso que V.Exa, Senador Sibá Machado tem demonstrado nesta Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Sibá. Senadora Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Eu queria colocar aqui, e eu acho que aqui não existe, com todo o respeito que o Senador Camata sabe que eu tenho com a importância do tema, eu não sou, por exemplo, da Comissão de Infra-estrutura. Eu gostaria de discutir. Essa é uma discussão que diz respeito a todos nós, a todo o país, a cada município--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Mesmo não sendo membro V.Exa. pode discutir qualquer Comissão.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Eu sei disso. Mas apenas eu estou colocando que eu acho que não seria ruim, se pudesse fazer aqui, que nós também pudéssemos fazer essa audiência. Eu acho que nós votaríamos com muito mais tranqüilidade. Eu não... Dessa forma eu me sentiria mais à vontade até de votar o parecer do nobre Senador César Borges que, em muitos pontos aqui, e o Senador sabe disso, muitas questões nós temos visões semelhantes, como por exemplo, aquele projeto dos pneus. Eu e o Senador César Borges aqui externamos numa audiência pública, inclusive, nossa posição semelhante. Lembra disso, Senador? Em relação a exportações. Então eu acho que aqui não é uma questão de partido, mas é mais realmente em relação ao profundamente do tema. Mas, eu não quero aqui colocar como um impedimento, apenas estou colocando a vontade de conhecer melhor. Mas, estou aberta a que a gente possa fazer esse debate de forma mais aprofundada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Sibá, V.Exa. mantém seu requerimento ou acolhe os apelos formulados pelos eminentes Senadores?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu só queria fazer mais um breve comentário, Sr. Presidente. Que este assunto ambiental, em toda a matriz do desenvolvimento é muito mal compreendido. Quando a gente insiste que esta Comissão também apresente um parecer, uma opinião mais, digamos assim, mais contundente sobre temas dessa natureza, porque facilita também para que a opinião pública em geral compreenda a extrema necessidade de se calcular, em qualquer investimento, a situação, a questão ambiental.

E não tem sido fácil, não tem sido fácil, olha que para votarmos uma série de investimentos, muitas vezes a questão ambiental é vista ou como morosa, atrapalhando a ação do investimento, ou como extremamente complacente deixando, digamos assim, agressões ambientais ocorrerem. Nós estamos muito entristecidos com esse tipo de visão que o país acaba se debatendo. Em alguns lugares o órgão ambiental paga sozinho uma conta que, com certeza, não é só dele. Então, eu digo isso para V.Exa. porque, com certeza, outros grandes investimentos virão a esta Comissão e nós temos que tratar sob o viés da visão ambiental, com a clareza que ela merece. Então, o que nós estamos pedindo e insistindo, que esta Comissão também se reporte ao assunto, é que este tema transversal ao investimento público não se deixe, digamos assim, passar ao largo. Portanto, eu estou... Eu não estou aqui para pedir vista. Não quero pedir vista–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): --Eu estou colocando aqui sobre o aspecto de um setor do planejamento público que, acho que historicamente tem sido relevado em segundo plano.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Senador Sibá, permite um aparte, Senador?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Pois não.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Senador Sibá Machado, só para lembrar a V.Exa. e pedir a sua compreensão também, é um apelo pessoal que eu lhe faço, apenas uma questão de praticidade. Nós vamos discutir profundamente. Acho que é um projeto de maior importância, diz respeito à vida de milhões de brasileiros, principalmente com uma parte tão importante que é a saúde humana e, sem saneamento, não temos saúde humana e a cobertura hoje do esgotamento sanitário é muito baixa no país. Evoluímos muito no abastecimento de água, mas não no esgotamento sanitário. E é o problema que, sem dúvida nenhuma, diz respeito ao meio ambiente. Não há maior poluição do que a poluição causada pelos esgotos sanitários não coletados. Esse é um assunto que esse projeto, posso lhe afiançar, porque eu sou estudioso, fui Secretário de Saneamento no meu Estado, antes de ser governador de Estado, fui Secretário de Saneamento e sei como nós precisamos resolver essa questão hoje, da regulação, da titularidade, para que dê segurança jurídica e os investimentos cheguem ao setor. Mas quero lembrar a V.Exa. que no projeto da Mata Atlântica, que teve o meu relato e sabe V.Exa. como eu procedi nessa aprovação desse projeto e meus compromissos com a área ambiental do Governo Federal, havia um requerimento para se fazer audiência pública na CCJ. O requerimento do Senador João Batista Motta. E eu procurei convencê-lo da possibilidade de não precisar daquela audiência pública, porque nós sabemos que audiência pública demora, tem que encontrar as pessoas, e tudo isso, de certa forma, atrasa o andamento da aprovação do projeto. Como nós temos a evidência de que ele passará na Comissão de Infra-estrutura, lá ela será a votação terminativa, então que nós não criemos agora esse obstáculo temporal, porque vai demorar para fazer essa audiência, aqui nessa Comissão pudéssemos aprovar agora e deixaríamos a discussão lá, para a Comissão que todos os Senadores podem participar da Comissão de Infra-estrutura. É um apelo que eu faço a V.Exa. Nós não queremos discutir, mas eu sei também que V.Exa. não quer que um projeto dessa envergadura fique demorando aqui nas diversas Comissões. Então, eu volto a fazer esse apelo a V.Exa. que da mesma forma que fizemos lá na tramitação do projeto da Mata Atlântica, possamos não fazer essa audiência pública agora aqui, deixemos de fazê-la e vamos fazer na Comissão de Infra-estrutura. É um apelo que eu faço a V.Exa.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, a preocupação que eu trago é essa e, é claro que o projeto de Mata Atlântica teve esse procedimento. Nosso Relator realmente nos ajudou a resolver este engasgo que estava aí há mais de dez anos. A diferença é que esse projeto tinha mais de dez anos na Câmara dos Deputados, estava realmente engasgado. Eu pediria, insistiria ainda, se a gente pudesse dar um parecer com um viés eminentemente ambiental, de um projeto dessa natureza, trazendo aqui as pessoas que poderiam responder, digamos assim, com maior rigor de qualidade a esta preocupação que nós temos. A questão urbana realmente no Brasil e, acho que no mundo, é cada vez mais situação de enchentes nas cidades, situação de qualidade de transporte de material, de dejetos, de reaproveitamento até de alguns desses dejetos tem sido realmente deixado em segundo plano. As cidades, cada dia que passa, a periferia das cidades convivendo com "lixões", convivendo com esgoto a céu aberto, água não-potável chegando na casa das pessoas, realmente é complicado. E a tendência natural do mundo é sempre as cidades tomarem de conta da população, em vez do campo. Eu continuaria pedindo que a gente pudesse apreciar o requerimento e que a gente pudesse, digamos assim, na primeira oportunidade que V.Exa. puder nos trazer, a gente ouvisse essas pessoas aí, talvez até algumas mais, talvez até substituísse algumas delas, mas que a gente tratasse aqui um pouco sob a visão

ambiental deste grande projeto que é uma matriz para o saneamento básico das cidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): V.Exa. mantém o requerimento. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, antes de entrarmos no mérito do requerimento, fazer um último apelo à sensibilidade do Senador Sibá Machado, e assumir um compromisso com V.Exa. Eu sou membro da Comissão de Infra-estrutura, e assumo o compromisso com V.Exa. de solicitar uma audiência pública, na tramitação deste projeto lá, em conjunto com a Comissão de Meio ambiente. Ou seja, a preocupação de V.Exa. será atendida naquela ocasião em que a audiência pública será em conjunto com os membros da Infra-estrutura e da Comissão de Meio ambiente. Mas não procrastinemos aqui essa aprovação, no sentido de que ele permaneça parado aqui na Comissão. Vamos aprová-lo, Senador Sibá Machado, sem o prejuízo da preocupação de V.Exa. que é de todos nós, de aprofundar esse estudo, que será feito na Infra-estrutura. É o apelo final que faço à sensibilidade de V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A Mesa pergunta se o Senador Sibá Machado quer responder ao apelo formulado pelo Senador Flexa Ribeiro. [risos].

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Ele me fez fazer uma ligação, Presidente. [risos] Senador Flexa Ribeiro tem--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Isso é uma demonstração de que o Senador trabalha articulado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): --Tem sido uma pessoa que tem trabalhado muito aqui nesta Casa. Eu acato a idéia de a gente transferir então para a Comissão de Infra-estrutura e que a gente pudesse então garantir que as pessoas que, digamos assim, que não podem faltar ao debate que estejam presentes para esclarecer, que este tema ambiental não fique prejudicado em relação ao tema físico-financeiro deste empreendimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Sibá Machado e--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Sibá Machado retira o requerimento atendendo ao apelo formulado e ao compromisso formulado pelo Senador Flexa Ribeiro de apresentar requerimento idêntico na Comissão de Infra-estrutura—

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em conjunto com a de Meio Ambiente, atendendo à solicitação do Senador Sibá Machado que tem demonstrado, Senador Presidente Leomar Quintanilha, eu tenho dito ao Senador Sibá Machado que, quando aqui iniciei, no início do ano passado, o mandado de Senador, o Senador Sibá Machado tinha uma postura totalmente diferenciada da de hoje. Já o parabenizei diversas vezes pelo tom e pela ação conciliadora que ele tem demonstrado ao longo desses últimos meses do final de ano e que demonstra que continuará em 2006. Parabéns. A responsabilidade da liderança que ele assume *ad hoc* do PT aqui neste Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Continua em discussão o relatório do Senador César Borges. Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero também enaltecer a conclusão a que se chegou. Acho que é uma conclusão saiba, boa, não delonga também todo o debate que está acontecendo. É um debate necessário, mas que pode ser feito na Comissão de Infra-estrutura, e enaltecer que essa busca de um entendimento sempre foi, como o Senador César Borges colocou, importante, por exemplo, no debate da floresta da Mata Atlântica, o Senador Gerson Camata, como Presidente da Comissão de Educação sempre prima por isso também "Olha, vamos ser práticos, objetivos", sem, na verdade, subestimar os debates necessários também, mas que sejamos rápidos e ágeis. E enaltecer aí o Senador Sibá Machado, por chegar a essa conclusão também, já com o compromisso assumido pelos demais senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Com a palavra o Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é só para também apoiar a aprovação desse projeto que, como já foi dito pelos demais senadores que usaram da palavra, de que é um projeto extremamente importante e cumprimentar o Senador Sibá Machado pelo desprendimento e a forma conciliadora como aceita a proposta e também junto com o Senador Flexa Ribeiro assumir o compromisso de na Comissão de Infra-estrutura, da qual também faço parte, embora como suplente, mas suplente atua do mesmo jeito que o titular. Eu assino--

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): [inaudível]. Eu estou propondo até que o Senador João Ribeiro também assine.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO): Assino a convocação desta audiência pública, e que ela seja feita em conjunto com as duas comissões. Então, está feito aqui o meu compromisso, Senador Sibá, e vamos votar favorável para que a gente possa realmente caminhar com esse projeto, que é importante para o País.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Depois deste belo entendimento, acho que nós podemos encerrar a discussão, passando à votação do relatório do eminente Senador Cesar Borges. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Passamos ao item 10. Projeto de Lei do Senado nº 201 de 2003, de natureza terminativa, altera a redação do Artigo 18, da Lei nº 771, de 15 de setembro de 1965, é o Código Florestal, para, nas propriedades rurais privadas, compatibilizar o proprietário pelo florestamento ou reflorestamento das áreas de preservação permanente. A autoria, do Senador Gerson Camata, e tem como Relator o Senador Augusto Botelho, a quem passo a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR): Sr. Presidente, o autor do projeto, Senador Gerson Camata, tem recebido inúmeros apelos dos agricultores do seu querido Estado do Espírito Santo, para que ele fizesse uma pequena alteração nesse projeto, que eu considerei louvável e adequada. E eu vou pedir para retirar o projeto para poder acrescentar essa alteração, que é o seguinte: Que, durante os dez anos em que tiver sendo feita a reposição florestal da área que foi alterada, na área de proteção, o proprietário do imóvel de até 200 hectares fique dispensado de pagar o ITR, no período em que estiver fazendo efetivamente a reposição florestal, e que eu acho louvável e bom para produtores, que já vivem com dificuldade, cuja renda mensal ultrapassa, algumas vezes, a trezentos e cinqüenta reais por mês e para se fazer uma reposição florestal tem um custo para o indivíduo. E, com a dispensa de ITR, nós poderíamos beneficiar e ajudar as pessoas a fazerem a reconstituição da floresta, principalmente da floresta atlântica.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): V.Exa. propõe a retirada de pauta, para que haja um aprimoramento do projeto. Retirada de pauta.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, só um esclarecimento antes de V. Exa. encerrar, sobre esta matéria. Eu faço aqui uma pergunta ao Senador Augusto Botelho, se foi acatada a Emenda que foi proposta pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária a esta matéria. Ou V.Exa. não é o Relator do projeto? É o Relator do projeto--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR): Essa Emenda não está aqui não, eu não estou com essa Emenda aqui não.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Tem uma Emenda da Comissão de Agricultura a este projeto.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR): Ah, sim. Isso mesmo. Tem sim.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Foi acatada, essa Emenda?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR): Foi.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Então, para mim, está tirada a dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito bem. Passemos ao item... Eu pediria ao Senador João Ribeiro, pediria aos Srs. Senadores, é o último item da pauta, trata-se de uma decisão terminativa, que exige quórum qualificado. Eu pediria a presença e a compreensão dos Srs. Senadores. Vamos passar à sua apreciação. Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 338/2005. Dá nova redação ao inciso III, do Artigo 39, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. A autoria é do Senador Pedro Simon. Relator é o Senador Gerson Camata, a quem passo a palavra.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu vou ser breve e ao invés de ler o relatório, explicando, o Senador Pedro Simon deseja incluir no Código de Defesa do Consumidor um artigo que diga que condena o fornecimento de qualquer cartão de crédito sem que o consumidor tenha solicitado o cartão de crédito. Ele acrescenta só "Fornecimento de crédito". Ocorre que o Código do Consumidor já contempla isso. Porque ele diz lá assim "Envio ou entrega de qualquer produto ou fornecimento de qualquer serviço". Produto, na definição do "Aurélio", é qualquer bem móvel, imóvel, material ou imaterial. E serviço, é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes às relações de caráter trabalhista. Então, em face disso, nós entendemos que o cartão de crédito é um bem móvel, material, mediante o qual se usa o crédito disponibilizado ao consumidor. Com base nessa interpretação, observa-se que o conceito de produto e serviço abrange, também, o cartão de crédito. Afora, nós estamos no Supremo, o Supremo Tribunal Federal está apreciando uma ação direta de inconstitucionalidade, uma ADIN, impetrada em 2001, na qual se questiona a legitimidade do Parágrafo 2º, do Artigo 3º, do Código de Defesa do Consumidor, em face da Constituição Federal. Por esse dispositivo haver incluído na conceituação de serviço as atividades de cunho bancário, financeiro e crédito. Então, o que eu estou pedindo, não sou contra o projeto, o sobrestamento, até que o Supremo decida. E aí, decidido pelo Supremo, o projeto continuaria a andar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A Mesa está entendendo que

V.Exa. está pedindo que a matéria seja adiada, que não seja discutida agora.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Seja adiada. Não seja discutida agora, aguardando o Supremo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador João Ribeiro, queria falar sobre o assunto? Como o Relator está propondo o sobrestamento da matéria, não vejo razão para nós discutirmos. Eu gostaria de submeter à apreciação, antes de nós encerrarmos a Sessão, de um requerimento extra-pauta. Queria, preliminarmente--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela Ordem, Sr. Presidente. Pela Ordem. Solicitar a V.Exa. também que submeta, extra-pauta, dois requerimentos que eu estou encaminhando à Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Antes de apreciar os requerimentos, eu gostaria de colocar em apreciação o parecer do Senador Gerson Camata, que propõe o sobrestamento da matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vamos--

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sr. Presidente, que a gente tivesse cópia, pelo menos, dos extra-pauta, porque fica difícil às vezes...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Os requerimentos estão sendo apresentados agora e nós vamos submeter à apreciação da Comissão para conferirmos o seu acolhimento ou não. O primeiro requerimento, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer, nos termos constitucionais que seja dirigido convite às autoridades abaixo relacionadas para, em audiência pública, no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Infra-estrurura, seja debatida a questão da pavimentação da BR-163, rodovia que liga Cuiabá, Mato Grosso a Santarém, no Pará, matéria de interesse público e relevante para o País, especialmente para as regiões Norte e Centro-oeste. A proposta é de ouvir, em audiência pública, a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o Ministro do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, o Ministro dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, o Governador do Estado do Pará, Simão Jatene, o Governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, o Presidente do Comitê BR-163, Jorge Antônio Ubaldo, o Prefeito de Cuiabá, Wilson Pereira dos Santos, Maria do Carmo Martins, Prefeita de Santarém. Em discussão--

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Exa. a palavra, Senadora.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Eu quero. Eu acho que eu prefiro não votar hoje, eu vou explicar por quê, eu acho que requerimento com... Audiência pública, com essa quantidade de pessoas costuma não funcionar. Eu acho que é importante... Audiências públicas, inclusive diversas no próprio Estado do Pará, têm sido feitas em relação à BR-163 e outros. Então, eu proponho que a gente não discuta hoje, porque eu vou ser contrária a fazer uma audiência pública com dez pessoas, porque isso a gente já viu que não funciona.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Bem, há a apresentação do requerimento, por parte do autor e uma manifestação contrária. Eu gostaria de saber se o Senador Flexa tentaria um acordo com a... Se não houver um acordo, nós teremos que submeter à apreciação da Casa.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Posso sugerir ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Flexa Ribeiro--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só um minuto, Senador Flexa Ribeiro, eu fico perplexo com a atitude da Senadora Ana Júlia em querer obstar à aprovação de um requerimento e, até para demonstrar o interesse que todos nós devemos ter em concluir, ou melhor, em começar a pavimentação dessa rodovia, eu me coloco à disposição da Senadora que se aprove a audiência pública e depois definamos os nomes que vão vir à audiência. Porque as que estão aí são, exatamente, as necessárias, os Prefeitos, os Governadores e os Ministros. A única... A sétima pessoa indicada é o Presidente de um consórcio, que luta há anos pela pavimentação. Mas, de qualquer maneira, Senadora Ana Júlia, para que a gente não procrastine a audiência, se aprove o requerimento e discutamos os nomes das pessoas convidadas a discutir a pavimentação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Posteriormente?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu quero fazer uma sugestão, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senadora Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Eu queria fazer essa sugestão, eu me coloquei inicialmente, então, não tem por que ninguém ficar perplexo por nada, porque eu sou favorável, até porque eu já discuto essa questão no meu Estado já há algum tempo. Então, eu quero dizer que sou favorável, mas, por uma questão prática, Senador e V.Exa. que já está aqui há um ano, mais ou menos, sabe que uma Audi-

ência Pública com sete pessoas ela acaba, em alguns momentos, oito, dez, ela não se torna tão produtiva. Então, eu acho que é necessário que se faça, que se discuta, é fundamental para o Estado do Pará.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu concordo, vamos aprovar o requerimento e eu defino com a Senadora Ana Júlia quais os cortes que ela quer fazer na lista. Talvez a Prefeita de Santarém, que é do partido da Senadora do PT. Mas, vamos definir quais os cortes que ela queira fazer. Mas vamos aprovar o requerimento, e aqui eu peço o apoio dos meus pares.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente, só a título de ajudar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Siba Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Acho que tem aí nessa relação cinco pessoas que resolveria no meu entendimento muito bem pela audiência. Dois Ministros de Estado, os dois Governadores e uma pessoa que responda pelo interesse da comunidade beneficiada. Eu acho que estas cinco seriam o suficiente para vir. Então, os dois Ministros que eu sugiro seriam o dos Transportes, que é a Pasta que vai resolver. A Ministra do Meio Ambiente, digamos assim, vai responder sobre o impacto que a região vai colocar e os dois responderiam pelas outras áreas. Os dois Governadores e o Presidente, se não me engano, que ele citou aí do Comitê... Tem um Comitê... Da comunidade. Então, com estas cinco pessoas eu acredito que a gente teria um bom debate aqui nesta Comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, nós podemos submeter, então, à aprovação do requerimento, para definição a *posteriore* das pessoas convidadas?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Até porque, eu queria fazer um apelo ao Senador Sibá e à Senadora Ana Júlia, que eu tomei como caminhamento dessas questões ambientais de não discuti-las mais sem a presença do Ministério de Desenvolvimento. Não há condição de se discutir a questão ambiental sem que o Ministro do Desenvolvimento, ou alguém indicado por ele, também discuta essa questão. Temos que discutir meio ambiente com o desenvolvimento, e não meio ambiente isolado do desenvolvimento. Mas depois nós vamos estabelecer a lista dos convidados. Vamos aprovar o requerimento e eu me proponho, desde já, estou à disposição da Senadora Ana Júlia e do Senador Sibá para que sentemos e definamos e encaminhemos ao Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Encerrada a discussão, queremos–

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu falei aquela hora que voltaria a discutir esse tema aí porque ele realmente é interessante. Essas questões ambientais, realmente têm atrapalhado muito a Amazônia. Eu sou a favor, até falei para o Sibá, tive a coragem de falar na Tribuna do Senado, que seria favorável o Governo Federal baixar uma medida de que por cinco anos não teria mais corte raso na Amazônia. Explorariam-se as florestas com plano de manejo, seletivamente, mas... Porque a Amazônia vai ser devastada. O IBAMA não está tendo competência, capacidade para fiscalizar as derrubadas. Eu fui informado, recentemente, que no meu Estado, em um município pequeno do meu Estado um fazendeiro derrubou mil hectares de floresta. Mil hectares. E, certamente o que correu foi alguma coisa para a fiscalização do IBAMA. Não é possível que o IBAMA de um Estado não consiga detectar a derrubada de mil hectares em uma única propriedade. Eu tenho passado em rodovias em Rondônia aonde proprietários que tenha, vamos supor, 100 hectares de terra, ele já derrubou 80, ele está derrubando os outros 20. Já tem muitas propriedades com 100% derrubado e o IBAMA não fiscaliza. Então, não são os madeireiros com plano seletivo que vão devastar a Amazônia, não são essas obras de infra-estrutura como a 163, como o gasoduto Urucum/Porto Velho, como as usinas do Madeira, que vão alagar talvez lá 200, 300 hectares de terra. O gasoduto vai cortar apenas 50 hectares de floresta. 50 hectares, com oito anos, com o reflorestamento após a construção, a floresta vai ser reposta e se você sobrevoar a área não vai nem perceber que tem um gasoduto ali embaixo. Então, são essas obras que nós precisamos para a Amazônia. Proíba-se o corte raso, ou o IBAMA fiscalize e faça cumprir o Código Florestal, à risca. Porque senão, a Amazônia vai se impedir as obras de infra-estrutura para melhorar a vida dos 20 milhões de brasileiros que lá moram e não vai se conter o desmatamento da floresta. Essa é a grande verdade. Então, esse é o alerta que eu quero fazer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Só para esclarecer ao plenário, nós votaremos o requerimento do eminente Senador Flexa Ribeiro, com o propósito da realização da audiência pública, ficando a indicação dos nomes a *poste-*

riore. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Passamos ao outro requerimento, também de autoria de eminente Senador Flexa Ribeiro. "Requeiro nos termos regimentais e constitucionais que seja dirigido convite às autoridades abaixo relacionadas para, em audiência pública, em nome desta Comissão, debaterem sobre o desenvolvimento do plano de manejo florestal sustentável da Amazônia. Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, Ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, Presidente do INCRA, Sr. Rolf Hackbart, Presidente do Instituto Nacional do Meio Ambiente, IBAMA, Marcus Luiz Barroso Barros, Sr. Antônio Carlos Rummel, Diretor de Florestas do IBAMA e o Sr. Ubiratan Cazetta, Procurador da República no Estado do Pará, representando o Ministério Público. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senhores que aprovam—

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senadora Fátima, tem V.Exa. a palavra.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu só queria compreender melhor o requerimento. Ele está convocando a Ministra de Meio Ambiente e o--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Ele convida essas autoridades que mencionei--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Convida a Ministra e convida o Diretor de Florestas, também?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Isso.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu acho que não precisa. É a mesma coisa do outro, é redundância de órgãos. Eu creio que até trazer o INCRA ou o MDA, mas essa audiência com cinco pessoas do mesmo órgão, MMA, IBAMA e Diretor de Florestas, é muita coisa, aí a gente torna improdutiva a discussão. Eu acredito que é uma discussão necessária e urgente, até mesmo, porque o Governo Federal já tem compromisso com a implementação do "Programa Amazônia Sustentável" e um desses compromissos é a pavimentação da BR-163, eu acho que tudo aí está--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A manifestação de V.Exa. é favorável à realização, com a supressão de alguns nomes?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu acredito até que... Com a supressão, com a diminuição do número de representantes aí--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Poderia indicar os nomes das pessoas--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Acho que o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Desenvolvimento, o Ministro Furlan. Acho que os três dão conta dessa discussão ou--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. Cada um [inaudível].

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Acho que os próprios ministros, eu penso que é interessante que a gente possa conhecer melhor e discutir melhor--

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Só para contribuir. Os três ministros vindo, Sr. Presidente, até mesmo pela hierarquia do Poder Executivo--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com certeza, não precisa.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): --Os demais não falarão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu acho que a manifestação tem procedência. Senador Flexa, concorda?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Desde que aprovado o requerimento, eu concordo com tudo, Senador Leomar Quintanilha. Até porque, Senador, nós estamos desde fevereiro de 2005 querendo aprovar esses famosos PDS e não conseguimos. Então, nós queremos ser colaborativos com relação a essa aprovação. Só quero dizer à Senadora Fátima Cleide que o Dr. Rummel está listado aí porque, lamentavelmente, a Ministra diz uma coisa, o Dr. Marcus, Presidente do IBAMA diz outra e o Dr. Rummel diz outra completamente diferente. Completamente diferente. Inclusive, contra o TAC que foi assinado por todos os Ministérios com o Ministério Público e tudo. Ele chega lá na ponta e diz "Eu não vou aprovar". Como se ele fosse autoridade superior a todas as outras que assinaram o TAC, toma uma posição diferenciada. Então, é por isso que eu quero trazê-lo aqui. Eu quero que ele diga aqui à frente dos Senadores e das Senadoras, à Ministra de Meio Ambiente e ao Ministério Público que ele não vai atender o que está estabelecido no TAC. Ele vai ter que dizer aqui para o Congresso, porque ele diz para a imprensa. Ele diz para a imprensa. Então eu acho que tiraria todo mundo, mas deixaria o Dr. Rummel que eu quero escutar "de viva-voz, ao vivo e a cores" ele dizer ao Ministério Público e à Ministra e ao Executivo que ele não concorda com aquilo que os superiores dele determinaram.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Gilvam, quer se manifestar, quer [inaudível] o debate.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-PA): É. A Senadora Fátima realmente traz uma questão que precisa de uma pequena reflexão, em que o Senador

Flexa realmente bota. Eu aqui me congratulo até com o Senador Flexa e a preocupação da Senadora Fátima é justamente porque há divergências. E eu acho que, quanto mais, melhor. Nem sempre há uma unanimidade, uma hegemonia filosófica doutrinária e é preciso justamente harmonizar isso. E eu acho que o depoimento, a contribuição, o posicionamento das autoridades, realmente, só contribui. E aí eu queria fazer um apelo à Senadora Fátima, justamente nesse sentido. E o Sibá. O Sibá é uma pessoa que tem esse olhar profundo e que realmente está atento. Mas eu acredito que isso aí as autoridades vindo, a gente harmoniza. E eu acho que esclarece muito mais. Há divergências, sim. E essas divergências precisam ser tiradas, justamente para a gente tomar o posicionamento nas votações e eu acho que é bom, é salutar, é produtivo. Eu acho que seria oportuno essas autoridades poderem realmente se manifestar e contribuir [interrupção no áudio].

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente, eu preciso--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Com a palavra, o Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu preciso fazer aqui uma consideração. Acho que vale aqui a preocupação do Senador Flexa. Vale a preocupação, mas não posso tratar aqui numa audiência pública uma coisa que eu resolvo numa audiência no gabinete da Ministra. Mas, se eu tiver uma dúvida de um procedimento entre ela e um outro subordinado, vou até o gabinete dela e digo que ele tomou um encaminhamento diferenciado. E cabe a ela, internamente, tomar a atitude que achar melhor. Agora, o que precisa acho que a esta Casa, ter entendimento é com a Ministra. Se a Ministra vier aqui e tiver um entendimento com esta Casa, está dado o entendimento. Daí para frente qualquer reclamação, é de outra maneira. Então, primeiro, porque eu acho que se a Ministra está aqui, ele não fala. Pela hierarquia, ele não tem direito nem de sentar nesta cadeira. Ela vai sentar, vai assumir a postura do Ministério e fala pelo Governo. Aí, abaixo o dela--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Mas aí são várias audiências. E eu quero concordar com o requerimento, mas dessa forma. Ministra vem e fala sobre a pasta dela. E o que ela assumir aqui está assumido. Se mais alguém não quiser assumir, trata-se de uma reclamação sobre um procedimento de um comportamento que variou à palavra da Ministra. Então, eu queria deixar muito claro aqui para a gente não ficar aqui alimentando coisas que eu acho que não é dever desta Casa. Não é obrigação da nossa Casa. Então, a Ministra Marina vindo, juntamente com o Ministro Furlan, não é isso? O Ministério do Desenvolvimento, que ele propõe e o Ministro Miguel Rosseto. E o Ministro Miguel Rosseto não podendo vir, certamente vem o Presidente do INCRA. Ministra Marina Silva não podendo vir, certamente virá aqui ou o Secretário Executivo ou o Presidente do IBAMA, Dr. Marcus Barros. O Ministro Furlan não podendo vir, vem o seu Secretário Executivo. Mas existe um procedimento de hierarquia. A presença do nosso colega que eu estimo muito o Dr. Rummel vindo até aqui a esta Casa, só se for para tirar uma dúvida diretamente com ele. Então, nós o convidamos aqui para conversar com ele. Mas, se a Ministra vier, eu discordo completamente que venha outra pessoa, além dela.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu já disse que eu concordo, desde que se aprove o requerimento. E quero só dizer ao Senador Sibá Machado, com todo o respeito que eu tenho e admiração pela Ministra Marina Silva, eu quero pedir ao Senador Sibá que encaminhe um pleito de demissão do Dr. Rummel, da Diretoria do IBAMA, porque ele já deu provas de não cumprir as determinações da Ministra. A não ser que a Ministra faça um discurso, e o Dr. Rummel tenha um outro encaminhamento para não cumprir aquilo que a Ministra está se pronunciando. Então, eu concordo, vamos fazer as audiências com os Ministros, e que a palavra da Ministra Marina, e aí eu quero compromisso do Senador Sibá, que a palavra da Ministra aqui colocada na audiência seja determinante para todos os escalões do IBAMA para que ela seja cumprida, sob pena de o Senador Sibá Machado ser o porta-voz desta comissão junto à Ministra para demissão daqueles que não fizerem o cumprimento das determinações aqui tomadas pela Ministra.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senadora Fátima, V.Exa. revelou-se–

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): --Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão. Vamos submeter à apreciação do requerimento apresentado com as observações e a supressões dos nomes apresentados.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): [risos]. Não, não. Vindo a Ministra no lugar do Rummel. Os Srs. Senadores que

aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. O último requerimento, de autoria do eminente Senador Flávio Arns. "Requeiro que esta Comissão oficie à Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal, instando a cobertura por parte dos veículos de comunicação da Casa para as Conferências das Nações Unidas sobre Biossegurança, que acontecerá entre os dias 13 a 17 de março e Biodiversidade, que acontecerá entre os dias 20 a 31 de março, ambas na cidade de Curitiba, no Paraná. Os temas Biossegurança e Biodiversidade constam em várias matérias em tramitação no Poder Legislativo sendo importante a cobertura dos eventos pelas mídias oficiais do Senado Federal, que assim contribuirão com a melhor informação dos cidadãos brasileiros". Em discussão.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flávio Arns, com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero até justificar, Sr. Presidente, porque é um encontro mundial, autoridades de dezenas de países vão estar presentes em Curitiba, neste evento mundial, e seria muito interessante que esta Comissão, como Comissão, entrasse em contato com os órgãos de comunicação do Senado Federal para que a cobertura deste evento acontecesse, porque eu acho que daria uma repercussão extraordinária, contribuiria muito para o debate que vem acontecendo no Brasil. O Brasil está sediando este evento. É um evento, como já disse, de natureza mundial e os assuntos que nós estamos debatendo aqui muitos deles farão parte dessas conferências mundiais. Então, o que estamos solicitando é que a Comissão de Meio ambiente, como Comissão, entre em contato, dizendo "Olha, é importante, é fundamental que esta cobertura seja feita e estamos instando nesse sentido para que isso aconteça.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A Comissão oficializará um documento à Presidência do Senado levando o apelo de V.Exa. se aprovado por esta Comissão. Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Antes de V.Exa. encerrar eu quero agora fazer, verbalmente, uma solicitação. Não pude fazer por escrito.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só que antes, não sei se...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): É sobre essa matéria?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sobre a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Com a palavra, V.Exa.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Além disso, que eu acho muito importante, queria saber se V.Exa. poderia encaminhar, oficialmente, representantes desta Comissão ao evento. Encaminhar, oficialmente, representantes desta Comissão ao evento. Digo isso a V.Exa. porque, mesmo não sendo mandado oficialmente e nem sendo convidado oficialmente, mas eu vou assim mesmo para este evento. Eu acho muito importante, é um tema da... Um dos temas que eu trabalho muito fortemente nesta Casa, parte do meu mandato, tenho total interesse de participar e estar lá como, digamos assim, um eventual participante ou estar lá com uma missão oficial seria muito diferente. E, portanto, faço aqui um pedido a V.Exa. que pudesse fazer este encaminhamento junto ao ofício, não só pedindo que os órgãos de comunicação, mas também uma representação do Senado àquele evento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Esta Presidência indicará o nome de V.Exa. à Presidência do Senado para que acompanhe tão importantes eventos. Vamos submeter à votação o requerimento do eminente Senador Flávio Arno. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Agradecendo a atenção de todos, está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a reunião às 12h29min)

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, do dia 7 de março de 2006 às 09:30 horas.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia sete de março de dois mil e seis, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **FLEXA RIBEIRO, GILVAM BORGES, GERSON CAMATA, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA, SIBÁ MACHADO, JOÃO RIBEIRO, SERYS SLHESSARENKO, AUGUSTO BOTELHO, NEY SUASSUNA, FÁTIMA CLEIDE, IDELI SALVATTI e FLÁVIO ARNS.** Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Comissão passa, inicialmente, à deliberação do **Item 02 da pauta: Aviso nº 21, de 2005 – não terminativo,** que "encaminha ao Senado Federal, o relatório das atividades

do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º e 2º trimestres de 2005." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **JOÃO RIBEIRO. Parecer**: Pela conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado.** Em seguida, é acatada pela Comissão a inclusão extra-pauta, solicitada pelo Senador **FLEXA RIBEIRO** do Aviso nº 12, de 2003, que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 473, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins-BR-235-Divisa TO/MA, trecho Pedro Afonso (TC – 003.798/2003-2)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **FLEXA RIBEIRO. Parecer**: Pelo conhecimento da matéria; pela solicitação ao Tribunal de Contas da União sobre o processo que analisa a obra de construção de trechos rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins-BR-235-Divisa TO/MA, trecho Pedro Afonso (TC 005.166/2001-9) para que seja apreciado com a maior brevidade possível e remessa dos autos ao arquivo. **Resultado: Aprovado.** Passa-se ao **item 01: Aviso nº 1, de 2006 – não terminativo,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.089/2005-TCU (Plenário), referente à auditoria de gestão realizada na Secretaria do Patrimônio da União – SPU, em cumprimento à Decisão nº 295/2002-TCU." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **FLEXA RIBEIRO. Parecer**: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 03: Proposta de Fiscalização e Controle nº 4, de 2005,** que "propõe que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle apure as denúncias de que o Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Antonio Palocci Filho, recebia, sistematicamente, propinas quando fora Prefeito do Município de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo." **Autoria:** Senadora **HELOÍSA HELENA** e outros senhores senadores. **Relator "ad hoc":** Senador **VALDIR RAUPP. Relatório Prévio**: Pelo arquivamento da matéria. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª legislatura. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam como estão. Aprovado. Vamos à pauta. Iniciaríamos pelo item dois, aviso nº 21 de 2005, que encaminham ao Senado Federal o relatório das atividades do Tribunal da Contas da União, referente ao primeiro e segundo trimestre de 2005, de autoria do Tribunal de Contas da União e tendo como Relator o nobre Senador João Ribeiro a quem concedo a palavra.

SR. RELATOR SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vamos ao relatório. Retorno a esta Comissão aviso AVS nº 21 de 2005, que teve a ele juntado os avisos nº 30 e 40, de 2005. Sr. Presidente eu quero só fazer uma pausa para registrar aqui com alegria nesta Comissão, visitando essa Comissão o meu amigo, o amigo de V.Exa., o Ex-prefeito da cidade de Arapoema. Baltazar Rodrigues Tazil(F), grande líder daqui região. Aquele que está com o chapeuzinho ali no fundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A Mesa compartilha com V.Exa. a alegria da presença deste grande companheiro, deste grande brasileiro, Ex-prefeito da nossa Arapoema, o nosso Tazinho(F).

SR. RELATOR SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO): Foi um dos esteios da nossa campanha, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Também. [risos]

SR. RELATOR SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO): Também. Obrigado Presidente. Aviso nº 21 de 2005, que encaminha o relatório de atividade TCU referente ao primeiro trimestre de 2005, com conclusão pelo conhecimento da matéria e remessa ao arquivo. Ocorre que posteriormente, foram recebidos os avisos nº 30, nº 3.537 na origem 31 de agosto de 2005 e 40, nº 7.147 na origem, de 29 de novembro de 2005 que encaminham respectivamente os relatórios de atividade do Tribunal relativos ao segundo e terceiro trimestre de 2005. Ambos os avisos foram juntados ao processado, do aviso nº 21 de 2005, por despacho do Presidente do Senado Federal que também os remeteu ao exame desta Comissão. Deste modo, já tendo sido apreciado nessa Comissão o aviso de nº 21 de 2005, com o relatório referente ao primeiro trimestre, cabe-nos apreciar nesta oportunidade os avisos nº 30 e 40, que contém os relatórios de atividades dos segundo e terceiro trimestre de 2005. Com relação ao relatório de atividade do TCU relativo ao segundo trimestre de 2005, o objetivo do aviso nº 30 de 2005. O Presidente do tribunal na apresentação do documento destaca a apreciação das contas do Governo da República, que

não se a tem a verificação dos balanços apresentados da execução orçamentária das questões contábeis e a investigação de irregularidades, mas, aprofunda-se na formulação de amplo diagnóstico do desempenho econômico e social do país. Na seqüência, como resumo das atividades do Corte de contas no período, o relatório apresenta apreciação conclusiva de 1.408 pareceres, processos de controle externo, julgamento de 12.995 atos referentes à administração de pessoal ou a concessão de aposentadorias, reformas e pensões, dos quais 425 tiveram registro negado em razão de irregularidades verificadas. Julgamento pela irregularidade de 238 processos de contas, equivalente a 40% do total de processo desta natureza, julgados de forma conclusiva no período. Condenação de 388 responsáveis ao recolhimento de débito e/ou pagamento de multa, no montante de aproximadamente 118 milhões. Início de 440 fiscalizações, sendo 211 em entendimento ao Congresso Nacional, remessa de cópia de 176 processos ao Ministério Público União, para fins de ajuizamento de ações civis e penais cabíveis, em razão de danos ao erário, desfalque ou desvio de recursos. Apreciação de 25 processos de interesse do Congresso Nacional, decretação da inabilitação de seis responsáveis por período de cinco anos, para o exercício de cargo em Comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal. Declaração de idoneidade de três empresas para participarem de licitação... Para participarem de licitação no âmbito da Administração Pública Federal, por prazo que variam de um a cinco anos, em razão de procedimentos irregulares. Adoção de nove Medidas Cautelares, com o intuito de evitar potencial lesão ao erário público. Continuidade do ciclo de seminários com Prefeitos Municipais, compreendendo 28 eventos em todos os Estados. Destinados a orientar os gestores Municipais. Grande parte deles em primeiro mandato, sobre assuntos essenciais de Administração Pública. Apuração de 439 denúncias ou representação. No relatório de atividades do TCU, relativo ao terceiro trimestre de 2005, objetivo do aviso 40 de 2005, o Presidente do Tribunal destaca duas importantes ações empreendidas no período. A entrega do relatório consolidado nos trabalhos de fiscalização e obras públicas federais e a continuidade da atuação da força tarefa, com mais de 100 técnicos incumbida de investigar as denúncias apresentadas nas Comissões Parlamentares De Inquérito, que estão em andamento. Em seguida o relatório sintetiza como principais resultados decorrentes das atividades desenvolvidas no período. Apreciação conclusiva de 2.254 processos de controle externo, julgamento 28.669 atos referentes à admissão de pessoal ou concessão de aposentadorias, reformas e pensões. Dos quais 813 tiveram o registro negado em razão de irregularidades verificadas. Julgamento pela irregularidade, de 298 processos de contas equivalentes a 22% do total de processos, desta natureza julgados de forma conclusiva no período. Condenação de 508 responsáveis ao recolhimento de débito e/ou pagamento de multa e montante superior a 86 milhões. Início de 201 fiscalizações, sendo 11 em atendimento ao Congresso Nacional. Remessa de cópia de 220 processos ao Ministério Público da União, para fins de ajuizamento de ações civis e penais cabíveis, em razão de danos ao erário, desfalque ou desvio de recursos. Adoção de 37 Medidas Cautelares, com o intuito de evitar potencial lesão ao erário. Realização de 37 eventos de treinamento de Conselheiros de alimentação escolar, em cinco Estados da Federação. Apuração 427 denúncias ou representações. Apreciação do processo de privatização do Banco do Estado do Ceará BEC, cujo valor superou em trezentos milhões, a avaliação anterior realizada. Sr. Presidente, estou concluindo. Determinação a ANATEL para que avalie a situação de contratos de concessão de telefonia fixa, com vistas a preservar o equilíbrio econômico financeiro. Promoção da Conferência Internacional Da Desestatização. Redução de 500 milhões no valor das obras das BR 101, trecho norte da transposição do Rio São Francisco em decorrência da atuação tempestiva do TCU. Com remessa dos avisos ora sobre exame, o Tribunal de Contas da União, cumpre disposição constitucional apresentada no Inciso IV o Artigo 71 da Constituição Federal, segundo o qual o Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestralmente relatório de suas atividades. No caso, cabe a esta Comissão tomar conhecimento das informações contidas nos referidos relatórios e se entender que há algo que mereça exame ou providências por outro órgão da Casa, encaminhar a matéria ao arquivo com a devida comunicação à Mesa, Artigo 143, do Regimento Interno do Senado. Em razão da natureza dos documentos examinados e não havendo qualquer reparo a fazer em relação à matéria, entendemos em não se fazer necessária qualquer providência adicional por parte desta Comissão. Razão pela qual sugerimos o arquivamento dos referidos avisos encaminhados pelo TCU, pelo Tribunal de Contas da União, TCU. Em face do exposto e considerando que este Colegiado já aprovou o parecer pelo arquivamento do aviso nº 21 de 2005, relatório de atividade do TCU, no primeiro trimestre de 2005, concluímos pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e conseqüente arquivamento dos avisos nº 30 e 40 de 2005, relatório de atividade do TCU no segundo e terceiro trimestre de 2005. Fala das Sessões... O relatório Sr. Presidente. É o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o relatório do Senador João Ribeiro. Não havendo quem queira discutir em votação, os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Pela Ordem, com a palavra V.Exa, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, solicito a inclusão na pauta da reunião de hoje, do item do aviso nº 12 de 2003. Este aviso foi lido o relatório e o voto na reunião do dia 21 e houve uma inversão do voto porque solicitava informações ao TCU e essas informações já foram encaminhadas. Gostaria de fazer a leitura do voto correto agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): V.Exa. procederá à leitura do novo relatorio.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem a palavra V.Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, o aviso nº 620 SGS, TCU de 07 de maio de 2003, que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 473 SGS TCU Plenario, de 5 de maio de 2003, bem como dos respectivos relatório e voto que fundamentam Tribunal de Contas nº 003.798/2003-2, programa de trabalho do orçamento de 2003. Enfim. 26.782.0237.5710.0105. Vamos direto ao voto Sr. Presidente. Ante o exposto e considerando que o objetivo maior do regime de fiscalização da execução física financeira e orçamentária de obras, visa a preservar o erário e garantir o interesse público. Propomos que: A) Esta Comissão tome conhecimento do Acórdão ora em tela. B) Solicite ao Tribunal de Contas da União que o processo que trata da obra de construção de trecho rodoviário no Estado do Araguaia/Tocantins, BR 235, divisa Tocantins/Maranhão, Trecho Pedro Afonso, Tribunal de Contas nº 003.798/2003-9, seja apreciado com a maior brevidade possível e se encaminhe os autos ao arquivo. Esse é o voto Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Nós temos também item 1, se trata do aviso nº 1 de 2006 e encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2084/2005 do TCU, referente à auditoria de gestão realizada na Secretaria de Patrimônio da União, SPU, em cumprimento a Decisão 295 de 2002 TCU, de autoria do Tribunal de Contas da União tendo como Relator o eminente o Senador Flexa Ribeiro. Tem V.Exa. a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, na Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o aviso nº 1 de 2006. Aviso 2.276-SGS-TCU-Plenário de 30 de novembro de 2005 na origem do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.084/2005-TCU-Plenário. Referente à auditoria de gestão realizada na Secretaria de Patrimônio da União, SPU. Em cumprimento a Decisão nº 295/2002-TCU. Relatórios. Examina-se nesta oportunidade o aviso nº 1 de 2006, pelo qual o Tribunal de Contas da União encaminhou ao Senado Federal cópia do Acórdão, nº 2084/2005-TCU-Plenário referente à auditoria de gestão realizada na Secretaria de Patrimônio da União, SPU. Trata-se de um trabalho continuado do Tribunal de Contas de monitoramento das atividades da SPU. Notoriamente sobre a precariedade de recursos materiais e humanos, com que se vem se defrontando aquele órgão, causando em grande medida uma gestão administrativa deficiente. Análise, Sr. Presidente. Conforme acentuado no referido aviso, o TCU encaminhou ao Senado Federal para conhecimento, o resultado da auditoria realizada na SPU em decorrência da decisão nº 295/2002-TCU-Plenário, a qual determinou a realização da auditagem cujo resultado ora se examina. Aspas: Com o objetivo de avaliar a administração e os resultados do Programa de Administração Patrimonial e Imobiliário da União, de examinar a possibilidade de incrementação da geração de receitas com alternativa e alienação de bens patrimoniais. De verificar as providencias adotadas para obstruir a prescrição e a decadência, referentes a créditos patrimoniais. Fecha aspas. O Tribunal pleno, diante das razões expostas pelo Relator Ministro Marcos Vinicius Villaça decidiu o seguinte: 1) Promover a oitiva da Secretária do Patrimônio da União Sra. Alessandra Resc(F), para que se manifeste no prazo de 30 dias, sobre as razões pelas quais a SPU não vêm conseguindo obstruir a prescrição de créditos inadimplentes. As medidas que vem sendo adotadas para a solução do problema, os resultado alcançados e as dificuldades enfrentadas pela SPU, para a obtenção de resultados, bem como presente outras considerações que julgar conveniente, relacionadas à questão, bem como a presente proposta para a apuração e responsabilizações por prescrições de créditos decorrentes de omissão ou infração cometida por gestores e servidores da entidade. Item 2) Dar conhecimento das dificuldades que afligem a SPU, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a

Casa Civil da Presidência da República, em especial quanto às prescrições dos créditos inadimplentes. E ao prejuízo que isso representa aos cofres públicos, para adoção de providências no âmbito de suas competências com vistas ao enfrentamento da questão, mediante ao envio de cópias do relatório de auditoria do Acórdão proferido e do relatório e voto que o fundamentam. 3) Recomendar ao Ministro do Planejamento Orçamento e Gestão, que adote providencias com vistas a viabilizar no menor prazo possível, créditos orçamentários e recursos financeiros para a SPU e suas unidades nos Estados. Bem como recursos humanos adequadamente capacitados e na quantidade necessária ao pleno exercício das atribuições daquela Secretaria. 4) Enviar cópia do relatório de auditoria do Acórdão proferido e do relatório e voto que fundamentam. 4.1) A Comissão mista de planos e orçamentos públicos e fiscalização do Congresso Nacional. 4.2) A Presidência do Senado Federal. 4.3) A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor Fiscalização e Controle do Senado. 4.4) A Presidência da Câmara dos Deputados. 4.5) A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. 4.6) A Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados. 4.7) Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. 4.8) A Procuradora da República do Distrito Federal, a Sra. Eliana Pires da Rocha. 5) Determinar CGSECS. 5.1) Que programe auditorias de natureza operacional na Secretaria do Patrimônio da União e suas unidades Estaduais, para o primeiro semestre de 2007. 5.2) Que avalie a conveniência e oportunidade da programação de auditorias em unidades regionais da SPU, selecionadas segundo critérios que julgar relevante, com fim específico de identificar irregularidades nas prescrições dos créditos inadimplentes e respectivos responsáveis, ocorridas no âmbito das unidades. 6) Determinar a 2° CGSECS 961, que levante o sobrestamento do processo do Tribunal de Contas 014.084/2003-7. 9.6.2, que apense os presentes autos ao processo de tomadas de contas da entidade relativas ao exercício de 2004. Vamos ao voto Sr. Presidente. Em face das considerações expendidas, opino no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibere pelo encaminhamento do processado ao arquivo. Este é o voto Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigo Senador Flexa Ribeiro, em discussão o voto do Senador Flexa Ribeiro. Não havendo quem queira discutir em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Passamos ao item três. Propõe que a Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, apure denúncia que o Ministro do Estado da Fazenda, Sr. Antonio Palocci recebia sistematicamente propina, quando fora Prefeito do Município de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo. Requerimento de autoria da Senadora Heloísa Helena e outros Senadores. Relator... Nomeio o Senador *ad hoc* Valdir Raupp. Tem V.Exa. a palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores é com prazer que relato *ad hoc*... Que faço o relatório do Senador Luiz Otávio. Eu vou direto para a análise do relatório, que já é de conhecimento das Sras. e Srs. Senadores. Trata-se de assunto que constituiu objeto de investigação das Comissões Parlamentares Mista de Inquérito, conhecidas como dos CORREIOS, do MENSALÃO e especialmente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, a CPI dos BINGOS. Na CPI dos BINGOS, em 26 de janeiro de 2006, o Ministro Palocci colocou-se a disposição dos Senadores e reafirmou o seu interesse em contribuir com os trabalhos da Comissão. Durante mais de seis horas de depoimento, respondeu a todas as perguntas e demonstrou a mesma segurança sinceridade, abertura e transparência demonstradas, quando esteve na Comissão de Assuntos Econômicos, em 16 de novembro de 2005. Naquela oportunidade o Ministro Palocci, já havia respondido a diversos questionamentos dos Senadores e rebatido as denúncias de corrupções relacionadas às suas gestões como Prefeito de Ribeirão Preto e as supostas doações feitas por Cuba. O fato de o objeto da proposta de fiscalização em contar sobre a investigação de CPI, já constituiria a nosso ver, superposição de esforços investigativos, mas em desfavor da CMA, pois essas não têm os poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, que tem aquela por força do disposto do Parágrafo 3º, do Artigo 58, da Constituição Federal. As comissões permanentes tal como a CMA, não pode, portanto, quebrar a proteção constitucional do sigilo fiscal, bancário ou telefônico de pessoas físicas ou jurídicas, ou receber esses dados das Comissões de Investigação, que atualmente investigam o assunto. Do voto Sr. Presidente. Em face do exposto o voto é pelo arquivamento da Proposta de Fiscalização e Controle n° 4 de 2005, nos termos do Artigo 133, Parágrafo 3º, do RISF. Este é o voto Sr. Presidente. Do Regimento Interno do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Sras. Senadoras, Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Não havendo mais nenhum item a tratar, agradecendo a presença de todos os Senadores declaro encerrada a Sessão. Eu só pediria aos Sena-

dores que assinassem as matérias aprovadas hoje, antes de sair, por gentileza.

(Sessão encerrada às 11h40.)

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, do dia 14 de março de 2006 às 09:30 horas.

Às onze horas e nove minutos do dia quatorze de março de dois mil e seis, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **CÉSAR BORGES, FLEXA RIBEIRO, LUIZ OTÁVIO, VALDIR RAUPP, SIBÁ MACHADO, JOÃO RIBEIRO, SERYS SLHESSARENKO, AUGUSTO BOTELHO e MOZARILDO CAVALCANTI.** Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta. **Item 01: Requerimento nº 05, de 2006-CMA,** que solicita "nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a finalidade de ouvir o Sr. Paulo Fernando da Costa Lacerda, Diretor-Geral da Polícia Federal e os Srs. Wagner José Quirici e Sérgio Rosa, respectivamente, Presidente e Diretor do SERPRO, para que apresentem a esta Casa a nova tecnologia do passaporte brasileiro desenvolvida pelo SERPRO, evidenciando os novos requisitos de segurança e a integração do sistema de controle de fronteiras", sendo convidado, também, o Sr. José dos Santos Barbosa, Presidente da Casa da Moeda do Brasil. **Autoria:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA. Resultado: Aprovado. Item 02: Requerimento nº 06, de 2006-CMA,** que solicita "nos termos do art. 93, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a finalidade de discutir e propor medidas relacionadas com a entrada em vigor da Lei nº 10.165/00, que institui a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA." **Autoria: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP. Resultado: Aprovado. Item 03: Requerimento (SF) nº 616, de 2001,** "sobre o Aviso nº 2.200-SGS-TCU-Plenário, de 23.11.2005, do Tribunal de Contas da União, que dá notícia do Acórdão proferido nos autos do processo TC 011.320/2003, referente à auditoria realizada na empresa Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), em atenção ao Requerimento nº 616, de 2001, aprovado pelo Plenário do Senado Federal em 25.10.2001". **Autoria:** Senador **GERALDO CÂNDIDO. Relator "ad hoc":** Senador **VALDIR RAUPP. Parecer**: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 04**: **Proposta de Fiscalização e Controle nº 6, de 2005**, sobre "representação que faz Brazuca Auto Posto Ltda contra PETROBRAS distribuidora S.A". Autoria: Senador **LEOMAR QUINTANILHA. Relator Prévio**: Senador **LUIZ OTÁVIO. Relatório Prévio**: pela aprovação da Proposta com adoção das seguintes providências: 1. remessa de cópia dos autos ao TCU para que proceda às inspeções e auditorias que julgar necessárias para averiguar as denúncias; 2. realização, após o recebimento das conclusões do TCU, de audiência pública com as autoridades governamentais e representantes do setor. **Resultado: Adiada. Item 05: Aviso nº 52, de 2002**, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 712/2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre relatório de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar em que medida o Programa Nacional de Saúde do Escolar – PNSE tem contribuído para melhorar o processo de aprendizagem da população escolar portadora de deficiência visual e auditiva (TC – 011.820/2001-3)". **Autoria**: Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **AELTON FREITAS. Parecer**: para que esta Comissão: 1. suste a tramitação deste Aviso, até a conclusão, pelo TCU, do terceiro e último monitoramento, para então avaliar a propriedade e a oportunidade do envio de Requerimento de Informações ao Ministro de Estado da Educação; 2. elabore proposta para estabelecer prazo para a deliberação, nesta Casa, sobre as Decisões do TCU relativas às auditorias operacionais de programas públicos conduzidas naquele órgão; 3. elabore proposta para definir possíveis sanções orçamentárias aos programas cujo desempenho seja considerado baixo pelas auditorias operacionais do TCU e, em contrapartida, incentivos orçamentários aos programas que venham tendo bom desempenho. **Resultado: Adiado. Item 06: Ofício "S" nº 1, de 2006**, que "encaminha documentação sobre contrato de locação firmado em 08 de setembro de 2005, entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a empresa "Irmãos Sarkis", tendo como objeto imóvel situado em Brasília". Autoria: Senador **DEMÓSTENES TORRES. Relatora**: Senadora **SERYS SLHESSARENKO. Parecer**: "pelo encaminhamento dos autos e deste Parecer ao: 1. Ministério Público Federal para indiciamento dos responsáveis por improbidade administrativa; 2. Tribunal de Contas da União, para continuidade das investigações já ini-

ciadas; 3. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para imediata rescisão do contrato atual e locação do mesmo ou de outro imóvel por preços compatíveis com os de mercado e 4. Comissões Parlamentares de Inquérito "dos Correios" e "dos Bingos", para verificar eventuais conexões com suas linhas de investigação". **Resultado: Adiado. Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2005**, não terminativo, que "dispõe sobre o pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal e ao pescador profissional, na condição de empregado, por ocasião do período do defeso, e dá outras providências". **Autoria**: Senador **LEONEL PAVAN**. **Relatora**: Senadora **IDELI SALVATTI**. **Parecer**: pela rejeição da matéria. **Resultado: Adiado.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatorze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da Primeira Reunião Extraordinária da Quinta Sessão Legislativa Extraordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dezenove de janeiro do ano de dois mil e seis, às nove horas e trinta minutos.

Às nove e trinta horas do dia dezenove de janeiro do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **ROBERTO SATURNINO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **JEFFERSON PÉRES, FLEXA RIBEIRO, MOZARILDO CAVALCANTI, MARCO MACIEL, ROMEU TUMA, SERYS SHLESSARENKO, EDUARDO AZEREDO, SÉRGIO ZAMBIASI, EDUARDO SUPLICY, AELTON FREITAS, JOSÉ JORGE** e **JOSÉ AGRIPINO.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. **Item 1**: Esta Reunião destina-se a discutir questões relativas à posição brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti – MINUSTAH. Fazem uso da palavra, pela ordem, os Senadores **JEFFERSON PERES** e **ROMEU TUMA**. **Item 02**: Requerimento nº 01, de 2006 – CRE, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Sérgio Zambiasi, que "considerando a importância de a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional estar bem informada sobre a situação do Haiti, a realização de eleições presidenciais e para o Parlamento, previstas para o próximo dia 7 de fevereiro, e o papel da MINUSTAH – Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti, comandada pelo Brasil; requer, nos termos do Art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do Art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, seja convidado, para nos relatar sobre esses temas, o Professor RICARDO SEITENFUS, enviado pelo Ministério das Relações Exteriores àquele país, de hoje até uma semana após as eleições, para fazer um diagnóstico de todos os problemas e de como o Brasil pode ajudar o processo de pacificação e democratização daquela nação, logo após a sua volta". Fazem uso da palavra os Senadores **SÉRGIO ZAMBIASI, ROMEU TUMA, EDUARDO SUPLICY, EDUARDO AZEREDO** e **JEFFERSON PÉRES.** Aprovado. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e sete minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Roberto Saturnino,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, se todos estão de acordo fica dispensado. Senhores Senadores essa reunião destina-se a uma discussão preliminar sobre as questões relativas à participação do Brasil na missão de paz da ONU no Haiti. Em função de acontecimentos recentes que estão levantando, enfim, opiniões no país a respeito da permanência do comando brasileiro, da participação brasileira ao nível em que está. E de providências que deveriam ser tomadas para que essa participação não seja fracassada sobre algum aspecto essencial. Enfim, a reunião foi convocada tendo em vista que a opinião pública brasileira está carente de informações e de elementos que possibilitem uma consolidação de opiniões a esse respeito. E nesse sentido eu estou abrindo e concedendo a palavra a quem quiser dela fazer uso.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM): Sr. Presidente, um Pela Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Pela Ordem, o Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM): Sr. Presidente, antes de entrar na questão do Haiti eu

louvo V.Exa, se foi sua a iniciativa de promover uma Sessão e discussão, e gostaria até que fosse rotina dessa Comissão, uma vez por mês, quem sabe, senão a Sessão de debate sobre tema relevante. Sugiro dois, Sr. Presidente, não quero formalizar através de requerimento porque gostaria de ouvir os companheiros. Por exemplo, esse veto dos Estados Unidos, a venda de aviões da EMBRAER para os Estados Unidos. Isso é emocionalismo, mas de forma madura vou até chamar a EMBRAER, chamar ministério, eu claro, eu compreenderia um veto a transferência de tecnologia, mas a venda do produto, eu gostaria de saber se isso está no contrato realmente. O outro tema, Sr. Presidente, a ITAIPU BINACIONAL, segundo matéria de revista de grande circulação nacional, que é verdadeira não se trata de denúncia é um fato, a ITAIPU BINANCIONAL não tem controle, não presta contas ao Tribunal de Contas da União, não presta contas a Receita Federal, que está isenta de impostos, presta conta, parece, só apenas a ELETROBRÁS. É esquisito isso, uma empresa, Sr. Presidente, que está livre de controle externo, isso é inadmissível num país democrático. É um tema a ser debatido. Bom, entrando rapidamente na questão do Haiti, me pareceu acertada, Sr. Presidente, senhores Senadores, a decisão do Governo brasileiro de participar da missão de paz no Haiti, um país, é o país mais pobre da América Latina, das Américas, aliás, não apenas o mais pobre, é um país cheio de gravíssimos problemas políticos e... É um país sem Governo, inclusive. De forma que tentar restabelecer a normalidade daquele país, o Brasil não poderia se furtar a isso, sendo um país com enorme peso hoje na América Latina. Mas, Sr. Presidente, eu disse isto certa vez ao Ministro Celso Amorim, quando aqui esteve, e me parece que o Brasil deveria ter estabelecido um prazo. Eu vou dar a minha contribuição durante dois anos depois que outros países contribuam. Ficar lá indefinidamente num país cuja situação pode se agravar muito mais e custar até a perda de vidas de soldados brasileiros; acabar nos envolvendo nas questões internas daquele país. Não. Muito bem, vamos ficar lá, um ano, dois anos, depois que outros toquem o barco, Sr. Presidente, essa é a minha opinião não houve erro em participar, acho que seria uma postura de egoísmo, de falta de solidariedade, porque o Brasil pretende com isso descredenciar-se para uma vaga permanente no Conselho de Segurança, eu não sei se está por trás da decisão, isso, mas como a razão humanitária eu acho relevante, o Brasil agiu acertadamente, mas ficar lá para frente sem prazo me parece um erro, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Obrigado Senador Jefferson. Eu queria fazer um breve comentário sobre as suas sugestões de tempos em tempos, quem sabe uma vez por mês, como V.Exa. mesmo sugeriu, dedicarmos uma reunião da nossa Comissão a discutir assuntos de importantes à política externa brasileira, e como V.Exa. disse vendo essa questão da venda dos aviões, o controle da ITAIPU; eu também estou querendo retomar aquelas Sessões de discussão de casos de países, que por uma razão ou por outra, se destacaram no processo de desenvolvimento. Nós aqui, ultimamente, tivemos uma Sessão com a presença do Prof. Hélio Jaguaribe, do Rubens Ricupero. Eu estava pretendendo até fazer um encontro nosso sobre... Para discutir e analisar o Chile, por exemplo, que é um caso, na América do Sul de êxito reconhecido internacionalmente para a gente conhecer as características da política do Chile, que levou a esse... Talvez o México também, enfim. E os países escandinavos, eu acho que merecem também um exame, enfim. Eu acho que, estou querendo exatamente obter o apoio da Comissão na base da sugestão do Senador Jefferson Peres para nós não cairmos numa rotina que nos paralise em relação ao debate, nós temos aí para a apreciação, parece que 40 acordos que chegaram na Câmara nos últimos dias. E, é claro, é vamos agilizar, mas não vamos nos deixar aprisionar por essa função meramente burocrática e deixar os assuntos para depois. Quanto a ponto de vista de V.Exa. a respeito da participação do Brasil, em princípio até eu concordo também, mas é exatamente isso que nós queremos discutir na Sessão de hoje e eventualmente até há notícias de que o Itamaraty enviou ao Haiti um Professor da Universidade do Rio Grande do Sul, como observador, para ficar lá dez dias ou 15 dias, enfim, seria importante que no seu retorno a gente pudesse comparecer a essa Comissão e nos dar a informação. Eu concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, que é o segundo inscrito.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Preliminarmente eu queria aplaudir a idéia do Senador Jefferson Peres e de V.Exa, fugir um pouquinho da rotina de apreciação só da obrigação que a Comissão tem para analisar projetos de Embaixadores e acordos internacionais. Eu sei que a importância dos acordos às vezes fica quatro, cinco anos já em execução e aqui não se decide o que seria ruim. Eu sei que praticamente eu acho que está em dia, nós estamos em dia. Isto pode-se se fazer.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Então, isso aí a gente sempre lutou para que realmente se pusesse em dia pela importância dos acordos internacionais que não podem permanecer por muitos anos congelados no Congresso Nacional. Eu acho que tem que ter uma velocidade, até para a análise crítica que

possa advir da análise que foi feita aqui. Agora, esse problema da ITAIPU, eu também fiquei muito amargurado quando li a revista. Achei uma coisa que é uma ofensa ao povo brasileiro. Inclusive o Paraguai, por ser sócio, não tem direito a saber o que está acontecendo. Quer dizer, são uns negócios meio esquisitos, eu não sei como é que os países aceitam isso, não é? Então eu acho que esse é uma discussão que tem que ser aprofundada e saber que ninguém é imune a uma fiscalização, a uma vigilância. E lá a revista, contundente, não estou entrando no mérito se verdadeira ou não, que institucionalizaram o caixa dois. Quer dizer, ninguém fiscaliza então paralelamente faz qualquer negócio com o dinheiro. Não estou levantando suspeita, mas eu acho que tem que dar até prioridade; e sobre a EMBRAER também eu acho que quando a gente relata qualquer projeto de financiamento de compra que equipamentos que se pede a tecnologia que acompanhe a compra, sempre vem uma restrição a venda para países estrangeiros que possam ser inimigos do país que fornece esse equipamento. Então, eu acho que é bom analisar que a EMBRAER fez silêncio, o Governo fez silêncio. Então, pelo menos se tiver que fazer uma reunião secreta, que se faça. É. Tem que trazer aqui, faz uma Sessão secreta, se for o caso. Agora o que não pode é ficar... Por que é que a Colômbia pôde comprar e a Venezuela não? Isso tem que ter uma razão muito forte para prejudicar, e alguns bilhões, inclusive. Inclusive, inviabilizando a possibilidade da EMBRAER instalar uma fábrica em Miami; que foi suspenso o projeto de investimento em razão, inclusive, da quebra do pré-contrato dos americanos, dos aviões de vigilância da EMBRAER. Que também o senhor não citou e que eu acho importante a gente saber porquê é que foi cancelado esse pré-contrato. Agora sobre as forças compostas da ONU em reconquistar a paz, porque diz que manter a paz... Não dá, não dá para manter a paz. Eu não acho que o objetivo é manter a paz é tentar impor a paz. Nós não podemos hoje retirar qualquer tipo de apoio às Forças Armadas Brasileiras, lá. Não pode, porque a gente vai ficar numa situação profundamente amarga, então discutir como que se pode ajudar o Exército Brasileiro e as outras forças que compõe. Queria agradecer o Exército e mandar uma minuta aqui sobre todas os fatos, sobre outras missões e que participou no exterior, porque é a sexta ou sétima missão que o Brasil participa. E em nenhuma delas teve qualquer crítica a atividade e o preparo das Forças Armadas Brasileiras.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Tuma, eu solicito um aparte a sua manifestação porque ela vai em direção exatamente a essa, ao seu discurso. Com relação à questão do Haiti, conversando ontem com o Senador Suplicy, com o Senador Saturnino, e tendo tido o contato pessoal com o professor, amigo e velho conhecido, o Prof. Ricardo Seitenfus da Universidade Federal de Santa Maria, e que convidado pelo Itamaraty para viajar a Haiti como observador do Itamaraty, deslocou-se ontem à noite, ele dispôs-se a vir aqui à Comissão no seu retorno para relatar essa experiência. O Prof. Ricardo Seitenfus, inclusive, é um especialista em Haiti. Ele já esteve inúmeras vezes naquele país estudando, analisando os fenômenos locais, razão pela qual ele recebeu o convite para viajar àquele país e acompanhar esse momento pré-eleitoral e as eleições, e nós estamos encaminhando, o Presidente Saturnino, eu e o Senador Suplicy, um requerimento que, se o senhor me permitir, eu leio, considerando a importância da Comissão da Relação do Exterior estar bem informada sobre a situação do Haiti a realização de eleições presidenciais e para o parlamento prevista para próximo dia sete de fevereiro, e o papel da missão da ONU comandada pelo Brasil, viemos requerer seja convidado para nos relatar sobre esses temas o Prof. Ricardo Seitenfus enviado pelo Ministério de Relações Exteriores aqui do país, de hoje até uma semana após as eleições, para fazer um diagnóstico de todos os problemas e de como o Brasil pode ajudar o processo de pacificação e democratização daquela nação, logo após a sua volta. Nós deixamos ofício para os demais colegas que queiram somar-se aqui às nossas assinaturas. Inclusive o Prof. Ricardo, ontem, ele dispôs-se a eventualmente, dentro das condições locais, enviar e-mails já com algumas observações, não apenas ao Ministério, mas também aqui à Comissão, a mim como membro da Comissão, que serão, obviamente, imediatamente repassadas à presidência aqui da Comissão de Relações Exteriores. É isso, Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu vou ser rápido, Presidente, eu acho que o aparte aqui conclui a nossa perspectiva de ser discutir, mas nós sabemos que o Sr. Augusto Heleno, que aqui esteve, que é um especialista em logística, o conheço, trabalhamos juntos, é um homem de bem, e aqui ele expôs a convite dessa Comissão, as primeiras críticas que recebeu do Governo Americano. Então, as regras que, o funcionamento desse tipo de intervenção são da ONU. O Brasil cede ou não de acordo com a decisão política do país, mas quem faz as regras é a ONU. Então, o que essa tropa foi fazer, a grande virtude é que confiaram no comando brasileiro. Quer dizer, há uma expectativa nossa, um reconhecimento internacional, que o Brasil está preparado para comandar uma tropa (*Inaudível*), que é de impor a paz, tentar impor a paz, sem intervir no processo político do país. Eu acho que isso que é

o grande problema. Porque eu li o documento que o Exército elaborou e distribuiu, e não consegui ler ainda a entrevista do General Heleno, dada a uma revista, que eu acho que é importante, com calma, eu vou ler depois, porque eu recebi agora. Mas eu só tenho certeza que essa Comissão assim vai agir, neste momento é todo o apoio ao comando do Exército para que eles não sofram nenhum tipo de pressão que possa prejudicar esta virtude reconhecida internacionalmente de que o país está preparado com a sua tropa para participar deste tipo de ação. Eu sei que eles estão combatendo praticamente como polícia lá, há uma ação quase de polícia contra as gangues; e tem também o grupo de oposição. O novo tipo de Governo, então, tem duas frentes armadas que põe risco, é claro, as tropas que lá estão não são só brasileiros, e depois o triste acontecimento com o comando do General que faleceu, não quero nem usar "suicídio" aqui porque não é uma coisa que não soa bem para gente, se amargura um pouco isso, mas trouxe essa expectativa de que a sociedade, "Bom, será que vale a pena estar lá ou não?" É claro que a gente não pode discutir se vale a pena ou não. Nós aceitamos então temos que apoiar para que o Brasil não se retire de lá sobre o espectro de ter fracassado. Então isso eu acho, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Agradeço Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): E queria apoiar o requerimento do Suplicy, do Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Eu creio que há entre nós e entre mesmo os brasileiros em geral, a sociedade brasileira, um consenso de que a missão do Brasil cumpriu até uma recomendação constitucional que é apoiar os países amigos no seu processo de redemocratização e de pacificação. A questão é aquela levantada pelo Senador Jefferson Peres. Se tudo se concluir com a eleição e a paz se instaurar, terá sido uma bela participação brasileira, mas e se a paz não se instaurar e a necessidade de permanência dessa missão se prolongar indefinidamente? Aí eu realmente não sei se esse caso foi previsto, mas seria, enfim, necessária...

(*Pronunciamento fora do microfone*)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): É, uma retirada gradual. Mas se não houver condições de retirada, eu acho que teria que haver uma renegociação com a própria ONU no sentido de estabelecer um rodízio, não é? Então, isso que, mas, enfim, eu acho que esse caminho é um caminho produtivo. E a idéia de trazer aqui a convite esse Professor da Universidade, Ricardo Seitenfus, com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ele seguiu ontem à noite, nós tivemos a oportunidade ontem no... Por ocasião do almoço do Presidente Lula ao Presidente Kirchner, ele estava lá presente e conversamos alguns de nós, que estávamos lá com ele, já algumas vezes ele dialogou conosco, os Senadores do Rio Grande do Sul, Sérgio Zambiase, Senador Pedro Simon são amigos pessoais desse Professor e já uma vez nós tínhamos considerado vir convidá-lo quando eu fui Presidente, porque ele tinha Estado lá, mas na ocasião o Ministro Celso Amorim, que também tinha feito uma visita lá, veio aqui à nossa Comissão e fez uma exposição. Mas, diante dessa informação que ele vai passar lá de hoje, dia 19, até uma semana depois das eleições, ele certamente terá um volume de informações, sendo um estudioso das questões do Haiti, muito adequado para aqui estabelecer um diálogo conosco. Eu fico pensando, estava ontem também a Deputada Maninha, que mencionou que seria, que estava-se considerando no âmbito da Câmara dos Deputados a possibilidade de serem designados congressistas observadores da eleição. Eu fico pensando, Sr. Presidente, eu sugeriria ao nosso Presidente Roberto Saturnino para quem sabe ser um observador da eleição do Haiti, se for possível, ou designar, ou o Presidente, em diálogo com o Presidente Renan Calheiros, considerar a hipótese de ir um ou mais Senadores, dada a importância do que vai se passar para as decisões que o Congresso Nacional, que o Senado Federal tem tido em princípio de apoio à missão; mas é preciso que esse apoio seja sempre baseado na informação, a mais completa possível. Nós já estivemos, já houve ocasião em que quatro Senadores, eu fui um deles, que estivemos no Haiti por ocasião, inclusive, da visita do Presidente Lula quando houve aquele jogo de futebol, que foi um momento alto, inclusive, do relacionamento entre o Brasil e o povo haitiano, eu fui testemunha ali da extraordinária vibração, acolhimento, contentamento do povo. E houve ali um extraordinário contraste entre as cenas de violência que... Acho que eram 2004, no início de 2004, lá por volta de fevereiro, tinha ocorrido tantas cenas de violência que nós pudemos ver pela televisão. E eis que no dia da chegada da seleção brasileira, e no futebol, era uma alegria, um congraçamento assim simplesmente fantástico. Ou seja, nós temos condições até pelas semelhanças, do povo brasileiro junto ao povo haitiano, de muita simpatia deles para conosco. Então, é claro que tem um grau de pobreza muito acentuado, problemas gravíssimos, mas não tão diferentes daquilo que já aconteceu com a nossa própria realidade. De tal maneira que estarmos bem informados sobre o que se passa no Haiti, procurar compreender, verificar como será possível

colaborar para que este processo de eleição se dê da maneira a mais democrática possível. E tem havido, inclusive, a cooperação das instituições da Justiça Eleitoral brasileira, por causa da nossa experiência. Um dos maiores problemas da eleição do Haiti era a falta até de documentação da população do Haiti. E eu acredito que a mim não está, e o Brasil colaborou muito para que houvesse a devida, o devido registro da população para poder participar das eleições. Então, são informações importantes e quem sabe possa o Senado Federal... Essa é a recomendação que se... Quem sabe possamos aqui aprovar nesta reunião que o Presidente Saturnino tenha aqui... É uma sugestão que eu faço, que façamos aqui a decisão de o Presidente Roberto Saturnino, em nome da Comissão, poder dialogar com o Presidente Renan Calheiros sobre a possibilidade de uma missão do Senado, quem sabe da Câmara, estar presente nas eleições de sete de fevereiro, portanto, são... Hoje é dia 19, daria o tempo para uma programação adequada. Então, fica essa sugestão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Há o... Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente Senador Saturnino, eu quero apenas mencionar que aqui lendo rapidamente esse material que foi distribuído aí, está muito interessante todo uma apanhado da atuação do brasileiro lá no Haiti, inclusive, as conclusões pessoas aqui do General Augusto em que ele considera que foi, tem sido positiva para a participação do Brasil até agora. Ele diz aqui em algum ponto que foi, está sendo importante para conhecer melhor o funcionamento da ONU, a questão do treinamento em situação real de combate para 4.800 militares brasileiros. Então, está realmente... O material está interessante para um entendimento um pouco mais adequado da questão. O que me parece também chamar atenção é que nós deveríamos talvez quando tivermos aqui a presença desse observador brasileiro, ter um pouco mais de informações sobre a efetiva atuação dos órgãos da ONU em termos de apoio à missão brasileira. O General não diz textualmente, mas ele dá a entender que alguns pontos a ação da ONU não tem sido a mais adequada para poder suportar o trabalho dessa missão, lá. E esse talvez fosse um ponto importante em que poderia haver depois uma atuação aqui da Comissão, reforçando a necessidade desse apoio à tropa brasileira. E com relação ao que propõe o Senador Suplicy, eu considero que é importante, sim. O Presidente Renan declarou que não ia autorizar viagens internacionais no período de convocação. Mas esse é um caso especial, é um caso de ter realmente o Brasil já está lá, seria um complemento a presença brasileira no Haiti.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Obrigado, Senador Azeredo... E vamos concluir então os nossos trabalho, primeiro votando o requerimento de convite ao Prof. Ricardo Staiteful(F).

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Seitenfus.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Seitenfus. Para que ele compareça no retorno da sua missão de observação e nos traga esclarecimentos.

(*Pronunciamento fora do microfone*)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Na medida em que ele... Aí num caráter pessoal, ao Senador Zambiasi, o Senador Zambiasi repassará à Comissão. Mas se todos estão de acordo, não havendo objeção, fica aprovado o requerimento de convite ao Professor. Quanto a... Esse é o requerimento nº 1 de 2006.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Só operacionalmente, Presidente, sugiro que possa V.Exa. fazer o contato com Ministro Celso Amorim dando conta disso, e para que seja feita a comunicação ao professor para que ele já marcar na primeira quinta-feira após a sua volta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Perfeito, perfeito, obrigado, com todo o procedimento. Quanto a ida de uma representação da Comissão a... Como observadores das eleições eu vou conversar com, quer dizer, eu recebo essa sugestão e delegação da Comissão para conversar com a Presidente Renan. Eu sei que ele declarou publicamente que não ia autorizar nenhuma viagem, tanto que eu pretendia ir ao Fórum social lá em Caracas e cancelei a minha ida em função disso, mas pode ser que neste caso dada a relevância do tema haja uma...

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM): V.Exa. me permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Com todo o prazer.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM): Converse à vontade com o Presidente Renan Calheiros porque por mais maldoso que seja o jornalista ele não vai dizer que... (*Inaudível*) a Paris, e que V.Exa. vai fazer um turismo prazeroso no capital do Haiti.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Com toda a razão. Está certo. Então eu--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E certamente V.Exa, indo para Porto Príncipe, vai ter uma certa dose de risco maior do que no Fórum Social Mundial

de Caracas. Mas eu queria aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, que eu fui honrado com a designação pelo Presidente Renan Calheiros para representar o Senado na posse do Presidente Evo Morales, e viajarei amanhã à tarde para La Paz, na Bolívia, e como vou oficialmente pelo Senado, o Presidente Renan Calheiros foi convidado oficialmente e eu manifestei muita disposição porque considero importantíssima, e ele então designou-me. E eu espero poder na minha volta fazer aqui um breve relato, inclusive, no Plenário do que ali teria acontecido presenciar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Muito importante.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É em La Paz esse sábado ou domingo, a posse.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Muito importante, obrigado Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): (*Inaudível*) tem exceção.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): É, já é uma primeira exceção, mas realmente tudo depende da relevância da viagem, não é uma viagem de turismo nem de participação num Congresso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu sei, Sr. Presidente, que há inúmeros Senadores que gostariam de estar presentes na posse da Presidenta do Chile, que vai se dar em março. E mais do que natural que o Senado ali se... Primeiro será convidada oficialmente. Obviamente, o Presidente Renan Calheiros, se possível, ele próprio irá, mas V.Exa. e outros Senadores, que se trata de um evento de grande relevância internacional. Um país irmão, com um exemplo tão significativo de democracia. E isso constitui algo importante para nós.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Indicar uma Senadora.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Também... Acho que todas as Senadoras gostariam de estar lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Com certeza. Bem, agora, quanto aos dois assuntos levantados pelo Senador Jefferson Peres, eu estive aqui pensando, Senador e... Se V.Exa. concordar com essa sugestão, nós poderíamos, previamente, antes de marcar propriamente uma Audiência Pública, tendo em vista a dificuldade de fazê-lo durante a convocação extraordinária, podíamos redigir um requerimento de informação bem fundamentado, e demandar, pedir uma resposta urgente. E conforme a resposta, se for satisfatória, nós poderíamos até dispensar a audiência, dependendo do teor da resposta. E enquanto isso nós, se não... Se não for satisfatória faremos a Audiência Pública a respeito, para completar os esclarecimentos.

(*Pronunciamento fora do microfone*)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Sim...

(*Pronunciamento fora do microfone*)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Com certeza, com certeza. Acho extremamente importante. Foi muito feliz a sugestão de V.Exa. Bem, tendo em vista que tratamos dos assuntos da pauta, agradeço a presença de todos. E quero agradecer especialmente ao representante do Exército, a remessa dos documentos que foram extremamente importantes para o esclarecimento dessa questão que está nos preocupando hoje. Então, em nome da Comissão, quero agradecer ao Exército Brasileiro essas informações. Está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às onze horas e sete minutos.)

Ata da Segunda Reunião Extraordinária da Quinta Sessão Legislativa Extraordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e seis de janeiro do ano de dois mil e seis, às nove horas e trinta minutos.

Às nove e trinta horas do dia vinte e seis de janeiro do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **ROBERTO SATURNINO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **RODOLPHO TOURINHO, GERSON CAMATA, ÁLVARO DIAS, ROMEU TUMA, VALDIR RAUPP, MARCO MACIEL, PEDRO SIMON, JEFFERSON PÉRES, EDUARDO AZEREDO, AELTON FREITAS, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, SERYS SLHESSARENKO, NEY SUASSUNA, SÉRGIO ZAMBIASI, FLEXA RIBEIRO** e **MÃO SANTA** . Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. **Item 01**: Mensagem Nº 276, de 2005, de autoria do Senhor Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor PAULO AMÉRICO VEIGA WOLOWSKI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária, e, cumulativamente, os cargos de Embaixador do Brasil na República da Bósnia-Herzegóvina e na República da Macedônia". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **AEL-**

TON FREITAS, que faz a leitura do relatório. **Item 02**: Mensagem Nº 18, de 2006, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor CARLOS ALBERTO FERREIRA GUIMARÃES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo, desde que obtido o agrément do governo desse País". O Senador **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** faz a leitura de seu relatório. Faz uso da palavra o Senador **NEY SUASSUNA**. O Senhor Presidente passa a palavra aos Embaixadores **PAULO AMÉRICO VEIGA WOLOVSKI** e **CARLOS ALBERTO FERREIRA GUIMARÃES** para a exposição de motivos. Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO AZEREDO**. A Reunião torna-se secreta. Reaberta a sessão o Senhor Presidente comunica a aprovação dos indicados por unanimidade. Fazem uso da palavra os Senadores **ROMEU TUMA** e **NEY SUASSUNA**. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Roberto Saturnino,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Se todos estão de acordo, fica dispensada. E passamos à apreciação da pauta que consta de dois itens relativos a Mensagens Presidenciais de indicação de novos embaixadores. O item um, a Mensagem número 276/2005 submete à apreciação do Senado Federal a escolha do senhor Paulo Américo da Veiga Wolowski, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária e, cumulativamente, os cargos de Embaixador do Brasil na República da Bósnia Herzegóvina e na República da Macedônia. Eu convido os indicados, os Embaixadores indicados a tomarem assento aqui à Mesa. Bem, o Relator desta, do item um da indicação do Embaixador Paulo Américo Veiga Wolowski é o Senador Ney Suassuna, que não se encontra presente. Nessas condições eu peço ao Senador Aelton Freitas, que faça o papel de Relator *ad hoc*, lendo o parecer do Senador Ney Suassuna. Com a palavra o Senador Aelton.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG): Senhor Presidente, Senador Roberto Saturnino, senhores Embaixadoras Carlos Alberto Ferreira Guimaraes e senhor Embaixador Paulo Américo Veiga, como Relator *ad hoc*, substituindo o nobre Senador Ney Suassuna, esta Casa do Congresso Nacional é chamado para manifestar-se sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Doutor Paulo Américo Veiga Wolowski, Ministro de Primeira Classe de Carreira Diplomática do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária e, cumulativamente, os cargos de Embaixador do Brasil na República da Bósnia Herzegóvina e na República da Macedônia. A Constituição Federal, Senhor Presidente, atribui competência privativa do Senado para examinar, previamente e deliberar, por voto secreto, sobre a escolha do chefe de missões diplomáticas, em caráter permanente, no Artigo 52, Inciso IV. O Doutor Paulo Américo Veiga Wolowski, nascido em Curitiba, dia 10 de outubro de 46, ali concluiu, também, dentre outros cursos de aperfeiçoamento de diplomatas, nomeado terceiro secretário em 1973, como diplomata de apreço, galgou todas as etapas de carreira por merecimento, chegando a Embaixador da, Comissionado em Acra, em Gana, em 2000 e, cumulativamente, Embaixador em Lomé, Togo, em 2002 e vários outros cargos até ocupar o cargo de Ministro de Primeira Classe em junho de 2005. No que concerne à República da Bulgária, o documento encaminhado pelo Itamaraty registra que as relações com o Brasil, pouco densas no âmbito político, econômico e comercial no período comunista, tem melhorado, gradualmente, em virtude das transformações políticas e econômicas em ambos os países. O documento esclarece, ainda, que a Bulgária apresenta-se como possível ponto comercial entre o Brasil e a Europa do leste e os países da antiga União Soviética. Resumidamente, pode-se afirmar que a Bulgária apresenta grandes possibilidades, em termos em relações econômicas, comerciais, políticas e culturais para com o Brasil. No campo econômico merecem, também, destaque as nossas exportações de carne bovina para aquele país e a viabilidade da constituição de *joint ventures* em setores como o minério de ferro, transporte, têxteis, calçados e outros. E há oportunidades, também, no setor petrolífero, de exportação de papéis para escritório e a pauta de exportações da Bulgária para o Brasil consiste basicamente de fertilizantes, têxteis e ligas metálicas. Quanto à Bósnia Erzegovina, Estado independente desde 1992, as relações com o Brasil se encontram

em níveis, ainda, incipientes havendo todo um caminho político, comercial e cultural a ser percorrido, por isso um Ministro com tão bom perfil, boas características e qualidades no que tange a relações exteriores. Na busca de maior inserção internacional, o país balcânico tem se aproximado da União Européia. Nesse sentido a sua admissão no Conselho da Europa, em março de 2002, constitui importante passo, credenciando-o, inclusive, como aspirante à adesão ao bloco. As exportações brasileiras, Senhor Presidente, para a Bósnia Erzegovina, concentram-se em carne de frango, peças automotivas e vidro e nossas importações são, em sua maioria, de peças automotivas e têxteis. Já a República da Macedônia, cuja denominação provisória é FAYROM, *Former Yugoslav Republic of Macedonia*. Vamos substituir, pular isso aqui, teve sua independência reconhecida pelo governo Brasileiro em 17 de outubro de 1995. O estabelecimento de relações diplomáticas, no entanto, deu-se somente em 15 de outubro de 1998. O documento do Itamaraty registra significativo interesse dos macedônios pelo Brasil. No campo cultural, por exemplo, há uma intenção de aprenderem a língua portuguesa e é comum a apresentação de grupos de música brasileira na Macedônia. Economicamente, o mercado macedônico tem consumido, muito, a nossa carne bovina e a carne de frango, também o café, os têxteis, automóveis brasileiros e importamos deles fumos, ervas medicinais e têxteis. Tendo em vista a natureza da matéria, ou apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório. Assim sendo está feito o Senador, o Relatório do Senador Ney Suassuna que eu tenho o maior prazer em ter feito o *ad hoc*. Muito obrigado, Senhor PResidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Obrigado Senador Aelton, nós é que agradecemos e eu vou passar ao item dois, para depois dar a palavra aos senhores Embaixadores. O item dois submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor Carlos Alberto Ferreira Guimarães, Ministro de Segunda Classe da Carreira Diplomática do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa, Gabão e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo, desde que obtido o *agreement* do governo desse país. O Relator é o Senador Wellington Salgado de Oliveira, a quem passo a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO OLIVEIRA: Senhor Presidente, senhor Roberto Saturnino, senhor Carlos Alberto, Embaixador, senhor Paulo Américo, senhores Senadores que estão presentes, seria toda a bancada mais internacional, que estão aqui os três Senadores de Minas. Mas chegou o Senador Gerson Camata, de Minas também? Chegaram. Então é a bancada mais internacional do Brasil. Senhor Presidente, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o senhor Presidente da República faz do senhor Carlos Alberto Ferreira Guimarães para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa e, cumulativamente, junto à República do Congo. A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para encaminhar, previamente e deliberar por voto secreto sobre a escolha de chefes de missão diplomática de caráter permanente, Artigo 52, Inciso IV. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do diplomata indicado, do qual extraímos para esse relatório de informações que se seguem. Nascido em Nilópolis, Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1941. Filho de Valdemar Ferreira Guimarães e Marcele Arnaldim Guimarães, o senhor Carlos Alberto Ferreira Guimarães concluiu o Curso De Preparação da Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco e graduou-se no primeiro Curso de Prática Diplomática e Consular em 1971. O diplomata indicado ingressou na carreira diplomática no posto de Terceiro Secretário em 1970, ascendeu a Conselheiro em 1990 e a Ministro de Segunda Classe em 1999, por merecimento. Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se as de Assistente da Divisão de Política Comercial, em 1981, assessor do Departamento de Organismos Internacionais em 1985 e chefe da Divisão de Organismos Internacionais Especializados em 1991. No exterior exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro na Embaixada junto à Santa Sé, em 1994, Conselheiro e Ministro Conselheiro na Embaixada, em Paramaribo, em 1997, Embaixador em Lagos, posteriormente transferido para Abuja, em 2002 e Embaixador, cumulativamente, no Benim, em 2004, ocupando esses dois postos até o momento. Desempenhou, ainda, importantes funções em missões temporárias, integrando e chefiando delegações de diversas reuniões de negociações bilaterais e multilaterais e conferências de organizações internacionais. Para a avaliação dos aspectos da política externa do Gabão de onde suas relações bilaterais do comércio com o Brasil, vale transcrever, nesse relatório, os seguintes trechos da avaliação elaborada pelo Ministério das Relações Exteriores e anexado à Mensagem Presidencial. A República do Gabão situa-se na África Central, no golfo da Guiné, confinando com o oceano Atlântico, Guiné Equatorial, Cameroon e República do Congo. O país tem uma extensão de duzentos e sessenta e sete mil quilômetros quadrados, sendo constituído por densa floresta equatorial que cobre oitenta por cento de seu território e uma faixa de pla-

nície litorânea. A população é estimada em cerca de 1,2 milhão de habitantes, dos quais mais de 20% poderiam ser estrangeiros. Os seguidores da religião católica constituiriam entre 55% e 75% da população; os muçulmanos, um por cento e os animistas, o restante. O francês é a língua oficial. A capital, Libreville, é o principal centro econômico cultural e populacional do país com população estimada em quatrocentos mil habitantes e a segunda cidade mais importante, Porto Gentil, com oitenta mil habitantes abriga as atividades petrolíferas e um porto. O PIB do Gabão foi estimado, em 2004, em 7,96 bilhões de dólares. O PIB *per capita* em cerca de seis mil e setecentos dólares, tratando-se, portanto de um país de renda média a alta. O país é rico em minerais dos quais apenas o petróleo e o manganês são explorados. O Gabão é um país politicamente estável, dotado de instituições democráticas desde a promulgação da Constituição de 1991, revista em 1994. A política externa gabonesa é conservadora e pró-ocidental, está centrada na preservação da paz na região e na ampliação das relações do Gabão com países de outras regiões que ofereçam possibilidades de cooperação econômica. As relações diplomáticas entre Brasil e Gabão foram estabelecidas em 1974. A Embaixada do Brasil em Libreville foi instalada em 1976 e é, atualmente, a única representação de país latino americano, assim como a Embaixada do Gabão, em Brasília, constitui-se a única repartição diplomática gabonesa na América Latina. As trocas comerciais com o Gabão apresentam o perfil errático, ora amplamente favorável ao Brasil, ora ao Gabão, dependendo das compras brasileiras de petróleo e derivados, que constituem, basicamente, a pauta importadora brasileira. O Gabão importa, sobretudo, carne, açúcares, borracha, ferro, aço e equipamentos eletro mecânicos diversos. Em 2005, até o mês de setembro, as exportações brasileiras ficaram em 16,55 milhões de dólares e a importações em praticamente zero. Sobre a República do Congo e seu relacionamento com o Brasil, ressalta-se do mesmo informe. A República do Gongo situa-se na África Ocidental entre Cameroon e a República Centro Americana ao norte, o Gabão a oeste e a República Democrática do Congo a leste e Angola ao sul. Com extensão de 342 mil quilômetros quadrados, os países têm população de 3,7 milhões de habitantes. 85% urbanizada, concentrada na capital, Brazzaville, 1,4 milhões. Na cidade portuária de Pointe Noire, 650.000 habitantes. Em Loubomo, 330.000. Espalhadas em pequenas aglomerações ao longo do rio Congo e da ferrovia paralela que liga a capital a Pointe Noire. Essas cidades se localizam numa faixa do sudoeste do país e o resto do território, coberto pela floresta tropical, é escassamente povoado. O produto interno bruto foi estimado em U$ 4,3 bilhões e a renda *per capita* em U$ 1.132 dólares. A economia do Congo se baseia, predominantemente, na exploração do petróleo, de longe a maior fonte de recursos do país, na extração de madeira e na agricultura familiar. Na composição do PIB, a indústria representaria 53,9%, os serviços 39,2% e a agricultura, 6,9%. Com dados de até setembro, as exportações brasileiras para o Congo ficaram em 26,6 milhões de dólares e as importações em 65,8 milhões de dólares, com déficit para o Brasil de 39,2 milhões de dólares. Diante do exposto, julgamos que os integrantes dessa Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito desse relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Agradeço ao Senador Wellington e vou, então, passar a palavra aos dois Embaixadores para... Ah, o Senador Ney Suassuna que...

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Senhor Presidente, eu queria, antes de mais nada, pedir desculpas, por que eu devia ter relatado o processo do senhor Paulo Américo Veiga Wolowski... Esta é a pronúncia certa, não é? E eu já tinha feito o Relatório, mas teve que ser lido por um Relator *ad hoc* porque, infelizmente, as atribuições de Líder não são taceis. Toda hora que eu faço força para chegar cedo, quando eu chego, já tem uma embaixada e, pelas confusões que estão havendo, não só de Senadores, como também de Deputados. Mas eu quero agradecer ao Relator *ad hoc* e dizer que essa é uma indicação muito de mérito e que a região para onde ele está indo, além da experiência que ele tem, é uma região de muita potencialidade, inclusive podendo ser a porta para o leste europeu e que, com certeza, hoje a responsabilidade dos Embaixadores... No passado, os Embaixadores, a sociedade via como pessoas que promoviam festas e relações sociais. Hoje têm outra característica inteiramente diferente, que é ir buscar, também, a expansão comercial e o relacionamento tecnológico e tudo mais, ou seja, o mundo moderno exige, já, outras colocações. Eu tenho certeza que o doutor Paulo, o Embaixador Paulo vai ser extremamente eficiente nessa missão. Por isso eu queria pedir desculpas, ao mesmo tempo em que dizer que o contato que tive com ele e o próprio currículo dele, apontam para todas essas indicações. Já em relação ao nosso outro Embaixador, hoje aqui indicado, é uma outra região também de importância aquela. Ainda esta semana passada nós tivemos aqui não só a Embaixada, o povo de Angola, também de Guiné Bissau e é uma região que merece o nosso apoio e, com toda a certeza, terá também, além do apoio, interesses comerciais fortes do Brasil nessa re-

gião toda. E por isso eu vou, claro que vou votar aqui positivamente para os dois, mas eu mais uma vez ao encerrar peço desculpas pelo atraso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Senador Ney, toda a Casa sabe que V. Exa é um dos Senadores mais diligentes e mais eficientes nessa representação, mas tem este encargo de ser o Líder da maior bancada no Senado e todos compreendem que V. Exa., na verdade, chegou quase a tempo, mas foi muito bem representado pelo Senador Aelton.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): E muito melhor representado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Então, vou passar, agora, a palavra aos dois Embaixadores. Inicialmente, o senhor Paulo Américo Wolowski, indicado para o cargo de Embaixador na Bulgária e, cumulativamente, na Bósnia Herzegóvina e na República da Macedônia. Com a palavra, o Embaixador Paulo Américo.

EMBAIXADOR PAULO AMÉRICO VEIGA WOLOWSKI: Obrigado, Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senador Roberto Saturnino, Senhor Relator, Senador Ney Suassuna e Senhor Relator *ad hoc*, Senador Aelton Freitas, senhores Senadores membros da Comissão, senhores e senhoras. Antes de mais nada, eu peço desculpas pela minha afonia que já foi registrada ontem pelo Senador Saturnino e pelo Senador Suassuna causada pelo fumo. Mas eu não vou falar sobre a Bulgária porque os dois Senadores Suassuna e Aelton Freitas já o fizeram. A minha idéia era, em poucos minutos, dizer o que eu pretendo fazer lá, em função do que existe. Eu tenho conhecimento que a sociedade e que o governo búlgaro se recente das inúmeras visitas oficiais, missões empresariais, comerciais que mandou ao Brasil e que não foram reciprocadas. Então, nesse sentido, eu pretendo trabalhar para que missões comerciais, parlamentares, empresariais, culturais, brasileiras, de certa maneira, reciproquem a essas visitas feitas desde 1990 e não reciprocadas por nós. Inclusive, já houve uma, há um documento que estabelece consultas políticas bilaterais entre o Brasil e a Bulgária. A primeira reunião foi em Brasília, em 1996, a segunda devia ser em Sofia, em 1999 e jamais aconteceu. Eu agora, no Itamaraty, já consegui que haja, no segundo semestre desse ano, então, a segunda reunião de consultas políticas entre o Brasil e a Bulgária. O papel que a Bulgária tem, malgrado ter sido o último país a sair da Cortina, a mudar o seu rumo socialista, ele tem feito isso com muita sabedoria e a Bulgária hoje é um modelo de pacificação na região dos Bálcãs e eu acho que isso deve ser explorada pela gente. Há inclusive interesse deles em se aproximar do próprio Mercosul, porque eles também têm uma associação de países em torno do Mar Negro e o papel de influência nas, com relação à Romênia, que não tem alcançado o grau de desenvolvimento e de pacificação desejado e, também, com as ex-Repúblicas que formavam a Iugoslávia. E eu acho que isso deve ser observado, relatado, explorado, acho bastante interessante, tanto assim que, graças ao papel da Bulgária, foi possível a assinatura para a criação de dois oleodutos provenientes do Mar Negro até o Adriático, o que seria impensável a alguns anos atrás. Um deles, de mais de 800 quilômetros, atravessa, justamente, a Bulgária, a Macedônia e a Albânia e é considerado, já pela União Européia, como a Rota Européia nº 8. Dentro dessas visitas, eu gostaria de destacar a do Presidente Parvánov, em janeiro do ano passado, ao Brasil. Com relação à parte comercial e econômica, foi assinado um acordo de cooperação técnica e econômica e comercial em setembro de 93. Muito pouco tem sido feito em cima desse acordo. Agora eles querem assinar um outro que facilite procedimentos alfandegários para as exportações Búlgaras no Brasil e vice versa. Eles também querem assinar com a **ABIEC** que o ano passado fez uma, muito bem sucedida visita à Bulgária, chefiada, liderada, pelo doutor Pratini de Morais e, a partir daí, as vendas de carne, carne suína e frangos aumentaram, hoje representam 17% das exportações brasileiras à Bulgária, a Bulgare Meat Association, a Associação de Carne Búlgara, quer assinar um documento com a **ABIEC** que me parece, em princípio, uma coisa que deve ser incentivada, interessante, etc. Há vários nichos, como o Senador Aelton mencionou, que devem ser explorados, de, por exemplo, mesas cirúrgicas, cadeiras de dentista, instalação em aparelho de odontologia, papel de escritório, enfim, há uma série de coisas que eu acho que a gente, e mais interessante ainda, eles querem uma parceria em metanol e eu tenho entendido que houve uma missão da PETROBRAS que esteve lá em 2005. Eu pretendo, caso aprovado por Vs. Exas., visitar a PETROBRAS e incentivá-la a irmos adiante para ver se é possível, porque eles querem fundar uma indústria de etanol e gostariam de fazer com a cooperação técnica brasileira e a importação de produtos brasileiros. Finalmente, com relação à parte cultural, o Brasil tem, a Embaixada tem e acho que é bastante interessante, publicado uma série de contos e poesias de autores famosos brasileiros. Eu gostaria de continuar nisso e já propus esse ano que dois contos de Guimarães Rosa e de Machado de Assis sejam publicados para distribuição nas escolas, universidades, etc. Nas duas grandes universidades Búlgaras fala-se português e o Instituto Camões dá muito apoio ao desenvolvimento

do português. Isso é muito louvado pela gente, mas talvez seja hora e eu gostaria, que os senhores me permitissem de estudar isso, de nós começarmos, também, a estar presente e não só nos valermos do Instituto Camões, porque há um negócio chamado civilização brasileira, que não tem nada a ver com o Instituto Camões. Enfim, estas são linhas gerais e eu pretendo aprofundá-las todas, estou saindo, sou Embaixador em Gana ainda e é uma mudança radical e espero contar com o apoio dos senhores nisso. Muito obrigado, muito obrigado, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Eu que agradeço o Embaixador Paulo Américo, inclusive o esforço de V. Exa. para fazer a sua exposição com a voz tão carente como está. Senador Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Eu queria, Presidente, dizer ao Embaixador que eu não sei se já existe um grupo parlamentar entre os dois países. Se não existe, nós poderemos, teremos o maior interesse de ajudar a fazê-lo. Eu não estou com certeza e também não é importante, mas só para me tirar uma dúvida. Foi dos búlgaros que uma vez o exército de um rei, que se chamava Miguel, os bizantinos furaram os olhos de quase cem mil homens? Eu não sei. [*Inaudível*] Eu também não lembro. É que eles sempre faziam pressão contra o Império de Bizâncio e fizeram, foi uma hecatombe no país, na época, se não me engano é isso, eu tenho quase certeza. Eu fui professor de história, mas faz tanto tempo que esqueci, que eu deixei, que agora já está e a idade também vai chegando e vai me confundindo, mas foi uma hecatombe na época no país e eu acho que desde lá eles deviam ser mais pacifistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Passo agora a palavra ao Embaixador que vai para o Gabão. Não. É, exatamente, também Gabão. O embaixador Carlos Alberto Ferreira Guimarães. Com a palavra, V. Exa..

EMBAIXADOR CARLOS ALBERTO FERREIRA GUIMARÃES: Senhor Presidente, Senador Roberto Saturnino, Senhor Relator, Senador Wellington Salgado de Oliveira, senhores Senadores, membros da Comissão, Senhoras e Senhores. É, para mim, uma grande honra ter tido o meu nome indicado, pelo Senhor Presidente da República, para exercer as funções de representante brasileiro no Gabão e, cumulativamente, no Congo, após os quatro anos que passei na Nigéria. E é, também, para mim, um motivo de grande prazer apresentar-me, mais uma vez, na Comissão de Relações Exteriores que irá apresentar a indicação que lhe foi submetida. Eu gostaria de me referir, nessa breve apresentação, a três tópicos que eu considero os mais importantes da agenda bilateral. Quais sejam, política externa do Gabão, relacionamento entre o Brasil e o Gabão e os interesses recíprocos que unem hoje os dois países. Como sabem, o Gabão se tornou independente em 1960 e ele fez esse processo de independência foi feito de perfeito acordo com a potência colonial. E a França continua tendo, hoje, uma grande influência nos assuntos do Gabão. O país talvez, talvez não, com certeza isso, esse fato, desse fato, decorre que o Gabão é hoje um país politicamente estável, dotado de instituições crescentemente democráticas e existe um multipartidarismo, uma, um parlamento bicameral que funciona, população de um milhão e quatrocentos mil habitantes, portanto uma população bastante reduzida, o país é mais ou menos do tamanho do Rio Grande do Sul, mas deve-se reconhecer que existe, ainda, uma forte concentração de poderes na Presidência da República. Bem, a política externa gabonesa, como ressaltou o Senhor Relator, ela é uma, ela é conservadora, é alinhada com o ocidente e ela se centra, sobretudo, na preservação da paz na região e ela vem procurando ampliar seu relacionamento com outras, outros países, outras regiões que ofereçam possibilidades de cooperação econômica e técnica. Mas a sua projeção diplomática ainda deve-se, principalmente, à reputação do Presidente, que busca soluções negociadas para os conflitos regionais, e, sobretudo, pelo fato de que é um país pequeno, não dispõe de grandes forças armadas. Então há uma preocupação do governo gabones de manter também a sua estabilidade e ela procura fazer isso de acordo com os seus vizinhos. A região da África Central e dos Lagos, Grandes Lagos Africanos e, lamentavelmente, não apenas nessas áreas, venha sendo afetada, ao longo desses últimos anos, por uma sucessão de conflitos de natureza, sobretudo, étnica e religiosa. E é nesse contexto, conturbado, que o Gabão vem procurando contribuir para solucionar alguns desses conflitos. Ela, o Gabão também procura, como eu disse, fortalecer a integração sub-regional e para isso ela atua, ele atua, o Gabão, através de uma ativa participação em dois organismos na Comunidade Econômica dos Estados da África Central e na Comunidade Econômica e Monetária da África Central. Bem, quanto ao, perdão. Relações diplomáticas entre o Brasil e Gabão foram estabelecidas em 74 e, dois anos depois, o Brasil instalou sua Embaixada em Libreville. Nossas relações sempre foram muito boas, mas são pouco densas. A visita do Presidente da República do Gabão, em 2004 e as visitas que fizeram aqui ao Brasil em 2002, 2004, o Presidente Bongo e o Chanceler Ping, é que propiciaram o surgimento de uma agenda bilateral, de termos econômicos de cooperação, que vem dando uma consistência adicional

ao relacionamento bilateral. É claro que essas visitas se inserem no contexto de reaproximação com os países africanos que foram resetadas desde o início do governo do Presidente Lula. O diálogo e a cooperação com a África tem sido intensificado, não só no plano bilateral, inclusive com abertura de Embaixadas brasileiras na África, mas também de Embaixadas de países africanos em Brasília e, além disso, por meio dos organismos multilaterais regionais, nos quais o Brasil mantém representação, como CPLP, União Africana e a Comissão Econômica dos Estados da África Ocidental, CDAO. Ainda foi ressaltado pelo senhor Relator que nosso comércio é ainda muito pouco denso, não houve alteração nesses dois últimos anos, os nossos níveis de intercâmbio comercial são muito baixos. E como, se nós considerarmos a fluência relativa, a fluência econômica do Gabão, nós só podemos deduzir que existe uma margem muito grande para o adensamento do comércio bilateral. Ainda mencionar, na área de exploração mineral, a Companhia Vale do Rio Doce, que é a única empresa brasileira desse porte, do seu porte, instalada no Gabão, ela vem implementado um projeto de exploração no alto do Ogooué, Ogooué é um rio e é um Departamento também. Portanto, eu queria falar ainda dos interesses, dos interesses recíprocos entre Brasil e Gabão e que vão, evidentemente, orientar a minha, eu pretendo, pelo menos, vão orientar minha atuação futura, se for aprovado o meu nome. O Brasil deseja aprofundar o diálogo com o Gabão já que isso redundaria, também, na maior coordenação, nos fóruns internacionais, políticos, econômicos e ambientais e isto é importante. Nós poderíamos, desse modo nós poderíamos ampliar, assim, a cooperação com um país africano de considerável estabilidade institucional e consolidar, também, os laços com um país que compartilhou conosco as teses de combate à fome e a pobreza. O aprofundamento do diálogo Brasil/Gabão também poderia propiciar uma aproximação no contexto do Mercosul, noutros organismos regionais africanos, inclusive no que diz respeito às oportunidades de comércio, sobretudo na área de serviços. E nós poderíamos assegurar, desse modo, também, a continuidade do apoio gabonês às atividades da Vale do Rio Doce e de outras empresas brasileiras, privadas ou públicas, que se queiram se instalar no país. O Gabão também tem interesses muito definidos aqui no Brasil, um deles é obter um engajamento brasileiro em propostas de cooperação em áreas como agricultura, saúde e educação. Interessa a eles, também, buscar a participação de empresas brasileiras, através de *joint ventures* que possam aumentar o valor agregado de seus produtos de exportação. E tem manifestado, também, interesse pela participação no Brasil na exploração mineral, construção de estradas e ainda na instalação de fábricas de medicamentos genéricos. Enfim, isso interessa ao Gabão, portanto ampliar também o diálogo com um país do peso político e econômico do Brasil, que é um dos líderes nas reivindicações por uma melhor inserção dos países em desenvolvimento na economia globalizada de hoje. São esses, Senhor Presidente, os pontos principais que eu considerei de vir a apresentar hoje a Vs. Exas., excelentíssimos membros da Comissão de Relações Exteriores. Agradeço a V. Exa. e a todos presentes pela gentileza da atenção.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senhor Presidente, Senhor Residente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Eu que agradeço Embaixador e passo a palavra ao Senador Azeredo ou Ney Suassuna?

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Pode ser primeiro os mineiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): É que eu tenho que transformar agora a sessão em secreta, mas antes passo...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não. Eu queria apenas, Presidente, uma informação. Me parece tanto a Bulgária, quanto o Gabão não tem, o Gabão têm embaixada no Brasil. A Bulgária não tem?

EMBAIXADOR CARLOS ALBERTO FERREIRA GUIMARÃES: Tem.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A Bulgária também tem. Agora, a República do Congo, aqui pela explicação aqui, está sendo, o Embaixador está em Havana, ele representa, responde por, não tem na Argentina também, não tem, está longe, assim. E os outros, da Bósnia, a Bósnia e a Macedônia, também, não tem Embaixada no Brasil? E nós, Presidente, nós podíamos até a nossa diligente secretária, Dona Lúcia, poderia trazer para nós uma relação atualizada de todas as Embaixadas do Brasil no exterior e quais são as acumulações, seria interessante que nós tivéssemos uma relação dessas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Certo.Eu vou então obedecendo...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não Presidente, eu pediria uma explicaçãozinha só. Este Congo que o senhor vai responder é o mesmo Congo Belga antigo ou o Congo Belga antigo passou a ser o Níger?

EMBAIXADOR CARLOS ALBERTO FERREIRA GUIMARÃES: O Congo Brazzaville é parte de um, enfim, de uma vasta área da, que era da Bélgica e uma parte da França, também, e que esse, em todo o caso,

é o que nós chamamos Congo Brazzaville, a capital é Brazzaville. O senhor falou, desculpe?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Antigamente, quando eu estudava geografia, era o Congo Belga, mas eu tenho dúvida hoje se o Congo Belga é onde está lá em cima,ali no meio da África, onde hoje é a República do Níger, ou se Congo Belga é aquele ao lado do Gabão?

EMBAIXADOR CARLOS ALBERTO FERREIRA GUIMARÃES: Não, acho que não compreendia o Níger, não. O Congo Belga não compreendia o... Que nós tínhamos dois...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Hoje, a Guiné hoje a África Equatorial Francesa hoje é o Gabão, é isso?

EMBAIXADOR CARLOS ALBERTO FERREIRA GUIMARÃES: Eu acho que é uma parte só.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Dividiram-se. Fragmentaram-se. É que houve tantas mudanças...

EMBAIXADOR CARLOS ALBERTO FERREIRA GUIMARÃES: O Níger, com certeza, não é.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A República Democrática do Congo hoje é o Congo Belga também. Porque a Bélgica foi a última potência a entrar e pegou uma área que era praticamente incógnita, nem tinha nada, não tinha economia e tinha um desnível muito grande, tem inclusive um livro muito duro que é o fantasma do rei Leopoldo, é um livro duro de se ler.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Eu vou...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Abriu inscrição?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Não, porque eu tenho que transformar a sessão em sessão secreta, por imposição do Artigo 52 da Constituição Federal. Peço, então, aos senhores presentes, que esvaziem a sala.

(Sessão passa a ser secreta às 11horas e 12minutos.)

(Reaberta a Sessão às 11horas e 29 minutos.)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Está reaberta a sessão e vou dar a palavra ao Senador Suassuna, mas antes devo anunciar o resultado, ambos os indicados foram aprovados por unanimidade. Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Ney Suassuna o Embaixador *ad hoc* aqui, *ad hoc* de vários países.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Eu fui para a Nigéria e lá, na Nigéria, fiquei, o Embaixador foi extremamente, não eu vou contar com, dá para gravar, o Embaixador foi extremamente gentil comigo, me levou para ver o cemitério dos brasileiros, me levou para ver o bairro dos brasileiros, nós já fazendo um convênio muito importante para trazer gente, pessoas para formar aqui, mestres de obras, etc., etc. e foi muito gentil comigo. E, no último dia, me disse: Senador, eu vou pedir um favor ao senhor, que o senhor está indo pela executiva da Varig, eu já conferi e o avião está vazio. Eu pedi para reservar uma cadeira executiva ao lado da do senhor e eu queria lhe pedir uma gentileza. Eu disse: Pois não, Embaixador. Eu vou lhe passar, vou lhe apanhar e eu tinha uma encomenda para o senhor levar para a minha mulher lá. Digo: Sem problema nenhum, Embaixador. Ele passou, me apanhou no hotel, nós fomos, estava naquele Federal, Federal? Não, eu acho que [*Inaudível*]. Aí nós fomos, chegamos lá e ele foi comigo, entrou, eu sentei na minha cadeira, ele trouxe o pacote e me explicou: Isto é um relógio antigo, de porcelana austríaca, que é uma renda e eu trouxe todo embaladinho, eu vou botar aqui e vou botar o cinto de segurança. O comandante era amigo dele e ficamos todos muito bem. E decolamos e, quarenta minutos, trinta minutos depois, o comandante informa que estava havendo uma perda de óleo, um dos retentores parecia que tinha estourado, estava havendo perda de óleo e ele ia sobrevoar. Vou retornar e despejar o querosene, que estava cheio o avião, para poder descer. Nesta hora que ele acaba de dizer isso, há um temor dentro do avião. Eu estou lá sentado na minha cadeira, paciência, sai de lá um moreno do tamanho do mundo, vestindo aqueles bobóis que é roupa deles, vem falar suado, pingando, vem falar com a aeromoça e pergunta para a aeromoça o que é que está havendo e se tem perigo de vida e coisa e tal e a moça disse: Volte e sente. E ele senta em cima do relógio do Embaixador. Eu disse: O senhor está louco? Olha, só ouvi o barulho. Gente, eu peguei o pacote depois, balancei assim. Era um maracá. Meu Deus do céu, o relógio antigo do Embaixador. Resultado: Cheguei no Rio de Janeiro, a mulher do Embaixador estava me esperando, ela disse tudo bem? Eu disse: Tudo bem, senhora. Como é que foi a viagem? Eu digo: Não foi muito bem. A senhora está vendo aquele morenão lá? Sentou em cima do relógio da senhora por que houve uma... Ela ficou branca e disse: Será que dá para concertar? Eu balancei assim e disse: Eu tenho minhas dúvidas. Entreguei o relógio, perdi a amizade do Embaixador e da família.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a sessão.

(Sessão encerrada às 11h35.)

Ata da Terceira Reunião Extraordinária da Quinta Sessão Legislativa Extraordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dois de fevereiro do ano de dois mil e seis, às nove horas e trinta minutos.

Às nove e trinta horas do dia dois de fevereiro do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **ROBERTO SATURNINO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **JEFFERSON PÉRES, GERSON CAMATA, EDUARDO AZEREDO, MARCO MACIEL, EDUARDO SUPLICY, SÉGIO ZAMBIASI, WELLINGTON SALGADO, PEDRO SIMON, RODOLPHO TOURINHO, HERÁCLITO FORTES, SERYS SLHESSARENKO, FLEXA RIBEIRO, JOSÉ JORGE, JOSÉ AGRIPINO, ROMEU TUMA** e **MÃO SANTA.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Fazem uso da palavra os Senadores **EDUARDO SUPLICY, HERÁCLITO FORTES** e **PEDRO SIMON. Extra-Pauta – Item 01**: Requerimento Nº 03, de 2006 – CRE, que "nos termos dos arts. 93 e 144, III, do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a comoção brasileira pelo desaparecimento do engenheiro João José Vasconcellos Junior, no Iraque, requer, para data a ser agendada, audiência em reunião secreta, com o Embaixador Sérgio Barcellos Telles sobre este episódio", de autoria do Senador Heráclito Fortes. Faz uso da palavra o Senador **HERÁCLITO FORTES** para justificar seu requerimento. Fazem uso da palavra os Senadores **EDUARDO SUPLICY, GERSON CAMATA, EDUARDO AZEREDO** e **JEFFERSON PÉRES.** Aprovado. O Senhor Presidente faz inversão de pauta e passa ao **Item 02:** Mensagem Nº 12, de 2006, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor ANTONIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Quênia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Ruanda". O Senador **GERSON CAMATA** faz a leitura de seu relatório. **Item 03:** Mensagem Nº 17, de 2006, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor BERNARDO DE AZEVEDO BRITO, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Iraque, com sede em Amã". O Senador **PEDRO SIMON** faz a leitura de seu relatório. **Item 01:** Mensagem N° 11, de 2006, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor PAULO DYRCEU PINHEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar. O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc" Senador Eduardo Suplicy. O Senhor Presidente passa a palavra aos Embaixadores **PAULO DYRCEU PINTO** e **BERNARDO DE AZEVEDO BRITO** para a exposição de motivos. Fazem uso da palavra os Senadores **PEDRO SIMON** e **EDUARDO SUPLICY.** A Reunião torna-se secreta. Reaberta a sessão o Senhor Presidente comunica a aprovação dos indicados por unanimidade. Faz uso da palavra o Senador **MÃO SANTA.** O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Roberto Saturnino,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Havendo número regimental declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura. Começo por submeter à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior se todos estão de acordo fica dispensada. Passamos agora a apreciação da pauta constante de três itens.

(Pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Eu sei, eu vou começar pelo dois porque é...

(Pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Então o senhor fala que é inversão a pauta...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem. Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Pela ordem, o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senhor presidente, por indicação, atenção e consideração de V. Exa. eu fui indicado pelo Presidente Renan Calheiros juntamente com V. Exa. conforme aqui su-

gerimos há duas semanas para estar representando o Senado Federal nas eleições do Haiti que se realizarão no dia 07 próximo. Em virtude do acúmulo de tarefas que, para qual eu estou designado nestes próximos dias, eu gostaria de transmitir a V. Exa. que em primeiro agradeço à indicação feita por V. Exa., mas considero que, quem sabe possa V. Exa. nos representar a todos como Presidente que é da Comissão de Relações Exteriores, acredito que muito proximamente haverá ocasião de o Senado Federal estar acompanhando os episódios e, sobretudo o objetivo da MINUSTAH – Missão de paz da ONU ali no Haiti para realmente promover a democratização e a pacificação do Haiti. Então, eu queria abrir mão dessa indicação nesta viagem, desejar a V. Exa. o êxito na sua missão, V. Exa. estará nos representando a todos, acho, o Senador Gerson Camata estava aqui me recomendando a ir de colete a prova de balas e eu gostaria de ressaltar, senhor Presidente. Que é importante que V. Exa. tenha a proteção assegurada, que possa estar dialogando com o general chefe e hoje comandante da missão que é brasileiro, se pudermos até registrar o nome aqui, eu esqueço, peço a secretária...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): José Elito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): José Elito que é o nosso comandante, assim como o nosso embaixador ali, queria até sugerir na medida do possível que V. Exa. possa ter um diálogo, um encontro com os candidatos à Presidente do Haiti para ter a informação a mais completa sobre os fatos. E então, muito êxito nessa difícil missão. V.Exa estará nos representando tão bem e eu me disponho numa próxima oportunidade, que acredito logo haverá, estar colaborando com V. Exa. seja no Haiti ou no Iraque, eu aceito a indicação do Senador Heráclito Fortes para ir onde a Comissão de Relações Exteriores e o Senado considerar adequado, muito obrigado, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Senador Suplicy eu que agradeço, farei o esforço máximo para representar toda a Comissão, só lamento não ter a companhia de V.Exa que seria muito agradável e muito útil para mim. Porém, compreendemos as razões e vamos ter aqui oportunamente a presença do professor Ricardo Seintenfus que foi convidado a requerimento de V. Exa. para nos trazer uma visão global do Processo Eleitoral, e da situação, da própria situação e do futuro do Haiti. Mas passamos então a nossa pauta, tendo em vista, eu peço a presença--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Senador Pedro queria falar alguma coisa e o Senador Heráclito.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Senador Pedro Simon, pela ordem.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu queria concordar com a sugestão do Senador Suplicy, eu acho que o professor Seitenfus reúne todas as condições para nos representar e trazer uma análise completa do que lá está acontecendo. O professor Seitenfus é hoje talvez a pessoa mais entendida em América Latina, os problemas em várias obras publicadas, professor universitário em Santa Maria, eu tive a honra de tê-lo como secretário de assuntos internacionais quando eu fui Governador e a obra que ele vem fazendo a nível nacional e internacional é realmente muito importante. Eu acho que ao convite para ele vir aqui nos trazer a análise do que ele estará vendo, realmente é significativo. É uma pena que o nosso companheiro Senador Suplicy não possa ir. Embora o terrorismo do Senador Camata que não é verdadeiro, pois as informações que eu tenho é que a situação lá está bem mais tranqüila. O Senador poderia até ir sem nenhum perigo, mas já que ele não vai, eu acho que é uma boa saída. V.Exa vai?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Estarei indo representando por delegação da Comissão. E o professor Seitenfus, ele virá, dentro de quinze dias ou três semanas ou em um mês no máximo ele estará aqui nos prestando informações. Agradeço o Senador Pedro Simon, agora o Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Veja V. Exa. como são as coisas, a solidariedade petista de antigamente é bem diferente da de hoje, o Senador Suplicy sempre ao lado nas grandes causas, na grande luta, abandona o Haiti de que ele tem boas recordações registradas na tribuna do Senado daquela sua viagem onde foi assistir ao jogo da seleção brasileira. Mas é isso mesmo, eu compreendo, ele é um homem atarefado. Mas, senhor Presidente, o que me traz a essa, ao usar a palavra agora é para sugerir que seja submetido à Comissão um convite ao embaixador do Brasil na Tunísia, Sérgio Teles. Para que ele venha a essa Comissão e aí nós temos que discutir se em caráter reservado ou não, tendo em vista a natureza do depoimento nos falar sobre a sua viagem ao Iraque quando foi por missão do Itamaraty inclusive, eu vou registrar que no gesto de grandeza ele ofereceu-se como voluntário e foi mandado pela Itamaraty ao Iraque exatamente para colher informações sobre o caso do engenheiro João José Vasconcelos morto, ou desaparecido de maneira misteriosa naquele país, de forma que eu acho que essa Comissão cumpriria muito bem o seu papel se tivéssemos a oportunidade de convidar

o embaixador Sérgio Teles para vir aqui prestar esclarecimentos sobre a sua missão no Iraque, fica feita a proposta V.Exa. poderia colocar a voto eu estou pedindo inclusive, a assessoria para formalizar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Para formalizar, exatamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Mas, nós poderíamos adiantar, haveria só a...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senhor Presidente, eu gostaria de...Ainda ontem conversei com V. Exa. que eu acharia muito oportuno que nós possamos ter do Itamaraty e obviamente a presença do embaixador Sérgio Teles da Tunísia que foi ao Iraque para conhecer a respeito do que efetivamente aconteceu com o engenheiro João José Vasconcelos Júnior. Então, eu acho que é muito oportuna e apoio integralmente a sugestão do Senador Heráclito Fortes. Mas quero informar ao Senador Heráclito Fortes, que apenas agora estou passando a missão para V. Exa., mas não quero abrir mão de ir ao Haiti em breve.

GERSON CAMATA (PMDB-ES): Senhor Presidente, se V. Exa. me permite eu queria acrescentar. Solicitar ao Senador Heráclito Fortes no dia da audiência do embaixador na Tunísia convidar alguém da família do engenheiro, para participar, para saber, porque certamente vai ser uma audiência reservada, mas alguém da família, não é? Que está sofrendo muito, tem familiares dele que moram lá em vitória, talvez a viúva, o filho...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ou a irmã Isabel Vasconcelos, que acredito, ela se disporia. Eu gostaria de informar a...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Muito bem...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A senhora Isabel Vasconcelos inclusive, encaminhou em 21 de junho passado, por meu intermédio, uma carta ao Presidente Lula para que houvesse o empenho pessoal dele sobre onde estará, o que aconteceu com o irmão, o engenheiro João José Vasconcelos. Então, eu acho que seria oportuno que ela pudesse vir e acompanhado de outros familiares até mesmo a esposa do engenheiro, se ela puder vir ou do outro irmão. Mas então, que ela poderia, ela e o irmão de ambos comparecerem aqui juntamente com o embaixador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): O embaixador. Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero como representante de Minas Gerais e venho acompanhando este assunto junto com o Senador Eduardo Suplicy, eu queria manifestar aqui também a minha concordância, eu acho que é importante que nós possamos ter aqui a opinião do Itamaraty, a informação adequada como coloca o Senador Heráclito Fortes.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Senhores senadores, a rigor regimentalmente eu não poderia submeter esse requerimento em vista de estarmos em convocação extraordinária, entretanto dada à urgência do caso, dado o consenso pleno que se realizou aqui, vamos votar e antecipadamente a formalização e depois se for o caso, se houver alguma objeção nós faremos uma votação complementar após a...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Senhor Presidente, eu informo a V. Exa. que se enquadra na convocação extraordinária, porque há lá um item que diz que a atribuição própria do Senado Federal é uma atribuição própria do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Perfeitamente, agora com o esclarecimento do Senador Camata eu ponho em votação o Requerimento Nº 03, de 2006 – CRE.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu queria apenas...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Complementado pela sugestão de trazer membros da família.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu queria apenas, Senhor Presidente, ponderar aqui a audiência com o embaixador, deveria ser uma audiência individual até porque alguns fatos poderão ser fatos que exige sigilo diplomático. Daí porque a minha sugestão, é que mesmo que seja no mesmo dia, entendeu, Senador Suplicy? Não invalidaria que houvesse nenhum contato e depois até poderia ajudar. Agora o depoimento dele aqui, a prestação dos esclarecimentos dele aqui é que eu tomaria essa cautela de que fosse feito, porque naturalmente ele vai pedir que seja reservado. Eu tomaria essa cautela, mas o segundo ponto e queria aproveitar a palavra que V. Exa. me...E pedir a essa Comissão que registre um voto de pesar pelo falecimento da dona Maria de Lurdes, mãe do Senador Tasso Jereissati ocorrido hoje em Fortaleza, trata-se de uma senhora que teve grande participação na economia nordestina. Através do trabalho original do seu marido e depois secundado pelos filhos Tasso e Carlos que se destacaram no mundo empresarial e político brasileiro.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Em votação.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM): Eu queria colaborar, me desculpe sei que V. Exa. está ansioso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Vamos votar logo essa proposição do voto de pesar porque eu acho que há um consenso geral que, se todos estão de acordo a Comissão manifestará o voto de pesar pelo falecimento da senhora mãe do Senador Tasso. Agora, a palavra ao Senador...

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM): Em relação ao requerimento anterior eu concordo plenamente, eu creio que V. Exa. poderia ou seu substituto. V.Exa está de viagem, não é? Para o Haiti.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): É.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM): Conversar com o embaixador, saber se haveria algum constrangimento, algum inconveniente de dele estar presente com o parente, pode ser que não...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senhor Senador, eu tive o cuidado de fazer um contato preliminar com o embaixador...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Não, vamos, as ponderações do Senador Heráclito, eu acho que são válidas, nós podemos convidar o embaixador para uma Sessão secreta, mas no mesmo dia estarão presentes pessoas da família e se houver, enfim, concordância, e se houver, se ele achar que não há inconveniente estarão presentes, senão faremos separadamente. Então em votação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu acho que é pertinente a observação do Senador Jefferson Peres, senhor Presidente. Porque eu compreendo as observações do Senador Heráclito Fortes, mas se há pessoas no Brasil interessadas, sobretudo no que é que aconteceu com o engenheiro João José Vasconcelos, são exatamente a sua esposa, os filhos, os irmãos, as irmãs. Então, que ela possa estar presente, acompanhar é mais do que legítimo. Não há nada que pudesse ser reservado que não converia ela, a saber, e pelo que eu tenho tomado conhecimento. Em verdade os irmãos estão acompanhando, o irmão, a irmã, inclusive os aspectos reservados do diálogo do Itamaraty com respeito a esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Senador Suplicy não há a menor dúvida, trata-se entretanto de uma providência de respeitar o embaixador se ele realmente desejar falar sob reserva diplomática, sob o sigilo diplomático, nós temos que considerar a opinião dele e a vontade dele.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Um momentinho, senhor Presidente. Por coincidência eu estou com o próprio embaixador aqui na linha, ele sugere que seja realmente reservado. A mesma opinião que eu externei anteriormente, Senador, ele sugere que seja reservado e posteriormente não se nega a ter uma conversa com a família.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Muito bem, então os senhores senadores estão bem entendidos para a natureza do convite para uma exposição reservada, os senadores que aprovam queiram permanecer como estão, está aprovado sendo que essa aprovação há de referendo de uma necessária, se for o caso, uma necessária confirmação posterior tendo em vista que estamos em convocação extraordinária. Eu convido então os senhores embaixadores presentes para tomarem assento à Mesa. Tendo em vista que não se encontra presente ainda o Senador Mozarildo que é o Relator do item 01, eu vou passar ao item 02 que é a Mensagem Nº 12, de 2006, que submete à apreciação do Senado a indicação do senhor Antônio José Rezende de Castro, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro Permanente do Ministério Relações Exteriores para cumulativamente com o cargo que já exerce de embaixador do Brasil junto à República do Quênia, exercer o de embaixador do Brasil junto à República de Ruanda, o Relator é o Senador Gerson Camata a quem eu concedo a palavra.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Senhor Presidente, obrigado. Essa Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o senhor Presidente da República faz do senhor Antônio José Rezende de Castro, Ministro de Segunda Classe da carreira de Diplomata do quadro Permanente do Ministério de Relações Exteriores para cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Quênia exercer o de embaixador do Brasil junto à República de Ruanda, a Constituição Federal no seu artigo 52 atribui à competência privativa ao Senado para examinar previamente e deliberar por voto secreto sobre a escolha de chefes de missão diplomática. De acordo com esse documento o candidato nasceu no Rio de Janeiro em 1948, filho de Josué Rezende de Castro e Arlete Correa Rezende de Castro, o senhor Antônio José Rezende de Castro, após a conclusão do curso de preparação de carreira de diplomata do Instituto Rio Branco, foi nomeado o Terceiro Secretário em 12 de março de 1971, conseqüentemente promovido a Segundo Secretário em 1976, a Primeiro Secretário em 1981, Conselheiro por merecimento em 1990 e Ministro de Segunda Classe em 1997, por merecimento. Dentre os cargos que exerceu os mais importantes, destaque-se: Encarregado de Negócios, em missão transitória, na Embaixada de Gergetown, Assessor do Departamento de Comunicações e Documentação, Encarregado de Negócios da Embaixada em Nairóbi, assistente da Divisão de Feiras e Turismo,

chefe substituto da Divisão da África dois, chefe da Divisão da África dois, Encarregado de Negócios, em missão transitória, na Embaixada em Bissau, o senhor Antônio José Rezende de Castro exerceu a função de terceiro e segundo secretário em Roma, e de Segundo e Primeiro Secretário em Quito, Primeiro Secretário em Caracas, Conselheiro em Assunção, Ministro chefe conselheiro em Tóquio e de Cônsul Geral em Ciudad del Este e atualmente é Embaixador junto à República do Quênia. O Ministério das Relações Exteriores anexa documento sobre Ruanda por esse informativo a composição ética ruandesa é de 80% *hutu*, 18% *tutsi* e 2% *twa*. É um país cujo índice de urbanização 90% da população vive no campo e cujo povo tem expectativa de vida de trinta e nove anos e uma renda per capita muito baixa de duzentos e cinqüenta dólares. A economia ruandeza é baseada na agricultura de subsistência no cultivo de chá e de café, sendo os dois produtos, a principal pauta de exportação local, enquanto que as importações concentram-se desde consumo e alimentos. O que torna a balança comercial tradicionalmente deficitária, a relação entre Brasil e Ruanda é de baixa intensidade, seja do ponto de vista político como do comercial, em 2005, por exemplo, não há registro de importação brasileira naquele país, enquanto nossas exportações atingiram cerca de setenta e quatro mil, quatrocentos e setenta dólares como uma das perspectivas deste quadro está o interesse do Governo de Ruanda em cooperação na área de capacitação rural, diante da natureza da matéria elencada considerações que seriam zeladas no âmbito do presente relatório, é o relatório, senhor Presidente, senhoras e senhores senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Agradeço ao Senador Gerson Camata e passamos imediatamente ao item 03, Mensagem nº 17, de 2006. Que submete a apreciação do Senado a escolha do senhor Bernardo de Azevedo Brito para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Iraque. Com sede em Amã, o Relator é o Senador Pedro Simon a quem passo a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Obrigado, somos chamados opinar sobre a indicação do Senhor Bernardo de Azevedo Brito para dirigir o Embaixada à República do Iraque com sede em Amã. Fizemos o máximo possível à apresentação do relatório para ver se a situação se acalmasse mais, mas não aconteceu e insistiu. Por mim eu ficava com mais tempo na gaveta desse parecer, senhor Presidente, mas não pela pressa, estou apresentando. O Ministério das Relações Exteriores e Defesa Nacional, atendendo o Regimental elaborou o currículo vitae do diplomata, nascido em Rio de Janeiro em 1935 cumpriu o curso de informações oficiais de reserva da Marinha, em 1958 completou, o curso de Itamaraty tornando-se cônsul de terceira Classe, em 1962 é designado junto com o consulado geral. Em 30 de junho de 1968 é promovido a primeiro secretário por merecimento, em 1969 é designado a primeiro secretário e conselheiro da missão junto as Nações Unidas em Nova Iorque. E aqui tem sua larga e longa folha de serviços apresentada, são páginas e páginas, importante trabalho feito por sua excelência até agora, na década de 1970 a 1980, Brasil e Iraque mantiverem intensos relacionamentos bilateral decorrendo a complementaridade entre as duas economias, em meados da década de 70, depois do primeiro choque do petróleo apareceram no Brasil sinais claros de esgotamento do antigo modelo de desenvolvimento adotado que dependia de alto endividamento externo, o Brasil passou a sofrer da escassez e divisas, a pequena produção nacional de petróleo nos obrigava a importar grandes quantidades de produto. O Iraque era um dos principais produtores mundiais de petróleo e decorrer de elevação brutal do preço da produção e o mercado externo havia tornado o Brasil ao maior programa de investimentos de infra-estrutura que em todo o mundo em desenvolvimento. Havia ainda uma forte relação de amizade entre os dois governos. Uma vez que o Brasil fora uma dos primeiros países a se solidarizar com o Iraque logo após a nacionalização das empresas do país em 1971, manteve-se nas ocasiões a importação do petróleo iraquiano, a despeito do embargo decretado pelos países desenvolvidos, o Iraque naquela época tornou-se o único país a vender petróleo no Brasil sem a exigência de garantias ou carta de crédito por falta de divisas suficientes para adquirir o produto, as importações eram pagas em parte em contratos de prestação de serviço, essa complementaridade, interesse trouxe benefícios para ambos os países, durante muitos anos enquanto o Brasil obtinha uma substancial a nível cambial, o Iraque executava o seu projeto de modernização de infra-estrutura por herança e em parte empreiteiras brasileiras. Após o início da guerra entre Iraque e Irã em 1980, entretanto, o relacionamento bilateral tornou-se pouco a pouco complexo e oneroso, os iraquianos passaram a canalizar a quase todos os seus recursos para os gastos decorrentes do conflito e conseqüentemente atrasaram os pagamentos devido às empresas brasileiras, o Brasil, entretanto, continuava dependente do petróleo iraquiano, por isso foram realizadas diversas operações financeiras entre empresas nacionais, prestadoras de serviço e instituições de direito privado controlado pelo Governo brasileiro como o BANCO DO BRASIL e a PETROBRÁS de modo a permitir a continuidade das

obras de infra-estrutura do Iraque. E aí vem toda a explicação. Senhor Presidente. Que culmina na hora em que nós estamos vivendo e que creio, que V. Exa. vai desempenhar um papel muito importante e muito significativo nessa hora, onde se vive uma hora de uma tremenda interrogação, de um lado, na minha opinião ficou absolutamente claro o absurdo da intervenção dos Estados Unidos, a revelia do Conselho na ONU, Conselho de segurança da ONU deixou muito claro que era contrário e que as informações que se tinha de que não havia a tais de armas perigosíssimas tidas pelo Presidente americano, faziam com que o Conselho e países como a França se manifestasse radicalmente contrários. Hoje, o próprio Governo americano reconhece o equívoco e falam até no erro ou mais do que erro, no equívoco ou mais do que equívoco. Quase nas falsas apresentações de dados feitos pela perícia americana para falar aquilo que todos diziam que não existiam, as armas que levaram os Estados Unidos a intervir. Eu sempre disse que aquela guerra do Iraque foi uma das coisas mais tristes que eu vi na minha vida. Porque não foi uma guerra, não dá para dizer a guerra dos Estados Unidos com o Iraque. Porque a defesa do Iraque era zero e o poder ofensivo do americano era mil. Basta dizer que as baixas que os americanos estão sofrendo, estão falando e estão lamentando agora são as baixas de depois da ocupação. Porque durante a operação de ocupação, praticamente o americano não teve nenhuma baixa. E agora estamos vivendo esse fato realmente delicado, de um lado os americanos conseguiram levar o povo iraquiano a fazer uma eleição. É verdade que ali no Oriente Médio falta democracia, a exceção do livre e mais alguns poucos países há um regime praticamente, um imperialismo monárquico que com participação quase zero da opinião pública e da sociedade. E os americanos fizeram essas eleições e terminou ganhando tradicionais adversários americanos e os países, e o partido mais radical. E a gente vive essa situação muito delicada. Enquanto de um lado a gente via os israelitas, Israel tendo a posição mais aberta dos últimos tempos com seu primeiro Ministro saindo do partido, criando um novo partido para fazer a paz definitiva com a palestina. Infelizmente a doença que o atingiu deixa uma interrogação sobre o que vai acontecer nessas eleições nos próximos dias. E de outro lado termina ganhando um partido que tem como objetivo a destruição de Israel. Aí, o Bush diz até com certa razão que ele não pode negociar com um país cujo primeiro Ministro tenha como objetivo a destruição do outro país. E a gente espera que realmente haja um pouco de bom senso, apesar dos radicalismos desse culto que ganhou. Uma coisa é estarem lutando na oposição e outra coisa é estarem no Governo, que eles tenham o bom senso e equilíbrio e encontrarem uma média de pensamento, mais acho que V. Exa. pela tradicional amizade do Brasil com o Iraque e pela nossa autoridade, pela nossa isenção e respeito que o Brasil tem com ambos os lados, quer os árabes como os israelitas, V. Exa. vai num momento muito importante e vai desempenhar e eu acredito uma missão muito importante na busca de se encontrar um pouco de dias mais felizes e menos tristes para aquela região. Eu subi na tribuna há tempos atrás dizendo que Israel não merecia aquele primeiro Ministro porque eu o achava uma das piores coisas. Depois, subir a Tribuna pedindo a Deus que guarde a saúde dele, porque de repente ele se transformou em cento e oitenta graus. Eu acho até uma coisa bonita de ver como as pessoas sofrem essa transformação e o mundo inteiro passou a torcer por ele. E agora, nós verificamos exatamente isso, de um lado não se sabe o que vai acontecer. Queira Deus que ou ele recupere a saúde, que parece difícil, ou que ganhe o Shimon Peres ou coisa parecida, para que não ganhem os radicais de outro lado nas eleições de Israel e queira Deus que se consiga, eu até gostei das declarações do Presidente americano porque dessa vez ele não foi radical, ele não ameaçou de extermínio, de intervir e coisa que o valha, ele apenas disse que... E ele está correto, o Governo americano não pode trabalhar em conjunto com um Governo que quer a eliminação do outro país. Eu acho que a ligação dele foi correta. Eu até sinceramente reconheço que teve bom senso nesse sentido, ele deu uma escapada nesse encontro, por isso que eu confio e acho que V. Exa., pela sua biografia que eu não li porque levaria umas quatro horas lendo, mas V. Exa. é um homem exato para o momento exato. Tenho convicção de que foi muito feliz Itamaraty escolher V. Exa. e mais feliz ainda pela coincidência da ida de V. Exa. no momento que V. Exa. vai viver e nós todos confiamos na atividade que V. Exa. terá no Iraque, meus cumprimentos a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Obrigado, Senador Pedro Simon. E vamos passar então ao item 01, Mensagem Nº 11, de 2006, que submete ao Senado a apreciação da indicação do senhor Paulo Dyrceu Pinheiro, Ministro de primeira classe da carreira Diplomata do quadro de Ministério Relação Exteriores para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar, o Relator Senador Mozarildo não estando presente, eu vou pedir ao Senador Suplicy que faça a leitura tão breve e objetiva quanto possível do parecer do Senador Mozarildo, com a palavra Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senhor Presidente. Senhores embaixadores, Bernardo de Antônio Brito e Paulo Dyrceu Pinheiro. Prezado Senador Pedro Simon, o Presidente da República indicou o senhor Paulo Dyrceu Pinheiro, Ministro de primeira classe de carreira do quadro especial do Ministério de Relações Exteriores para o cargo de embaixador do Brasil junto ao Estado de Catar, Paulo Dyrceu Pinheiro nasceu no Rio de Janeiro, graduou-se em Ciências Econômicas e Atuariais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, ingressou no curso preparatório da carreira diplomática no Instituto Rio Branco em 1961, tornou-se terceiro secretário, depois segundo e depois embaixador, sempre por merecimento, serviu no Itamaraty e na Divisão de Associação Latino Americana de Livre Comércio, de política comercial no Departamento Econômico e Divisão de Produtos de Base, serviu na Embaixada de Santiago, no histórico comercial de Taipei, na Embaixada de Londres, na embaixada de Tóquio com o Ministro conselheiro, também em Otawa, em Luanda como Embaixador Comissionado e Cônsul-Geral em Santiago e depois nas Embaixadas de Islamabade, em 1996 e 1998, em Cingapura em 1998, 2003, São Tomé 2003 a 2006, chefiou diversas delegações como na Assembléia da Aliança dos Produtores de Cacau em Salvador, no Grupo de Países Latino-Americanos e Caribe, na reunião extraordinária do Conselho Internacional de Açúcar, em reuniões plenárias do grupo de países latino-americanos, do Caribe, e de exportador de açúcar em consultas bilaterais sobre o comércio de fios de seda e de inúmeros outros. Cumpre destacar no relatório encaminhado pelo Itamaraty que o perfil global da política exterior seguida pelos responsáveis catarianos vem obedecendo as grandes linhas estratégicas que poderiam ser definidas como tendentes a assegurar certo equilíbrio entre vizinhas e grandes potências, valendo-se para tanto de uma série de iniciativas que no fundo acabam representando a defesa de um interesse nacional específico. O pragmatismo da política externa catariana foi o fator responsável pelas acusações de que aquele Estado distaria das linhas políticas seguidas pelo mundo muçulmano, o Catar procurou na aliança com a Arábia Saudita amenizar suas tendências expansionistas, com o Irã, Estado com o qual mantém vínculos e históricos culturais em razão da origem Pérsia da maioria de sua população. As relações bilaterais intensas e dinâmicas foram crispadas com a revolução islâmica liderada pelo Aiatolá Khomeini e ainda mais comprometidas com a guerra Irã-Iraque no início da década de 80 quando em reação integrou a aliança de caráter defensivo do Conselho de cooperação do Golfo. No momento as relações bilaterais encontram-se em distensão buscando ambas as partes estimular o comércio e a formação de *joint-ventures*. E a outros aspectos, que acredito que o próprio embaixador Paulo Dyrceu Pinheiro irá nos relatar, mas e a despeito do fato das relações bilaterais terem sido inauguradas na década de 70, somente no ano passado em um mês antes da reunião de cúpula dos países sul americanos e árabes é que foi oficialmente inaugurada a embaixada do Brasil em Doha. Por todos os méritos e experiência eu quero cumprimentar o embaixador Paulo Dyrceu Pinheiro, inclusive por ter sido designado pelo Presidente Lula para cumprir essa missão. Gostaria, senhor Presidente, de ainda aduzir um aspecto referente tanto ao Catar quanto ao Iraque. E eu quero também aqui transmitir em consonância com as mesmas preocupações e votos do Senador Pedro Simon, o enorme interesse que nós temos tido no Senado Federal para que possa haver o melhor caminho de pacificação no Oriente Médio e, sobretudo ali nos conflitos entre Israel e a Palestina, mas também com respeito ao Iraque, obviamente o Catar está muito envolvido nesse aspecto, quero destacar que ainda, anteontem ou na noite de dia primeiro para o dia dois, do dia 31 para o dia primeiro, quando houve a mensagem sobre o Estado da União, o Presidente Jorge Walker Bush expressou até a preocupação dos Estados Unidos de diminuir a sua dependência do petróleo em virtude de todo o impacto que tem tido essa dependência crescente para a própria política externa dos Estados Unidos. E muitas têm sido as análises, inclusive na imprensa internacional de como é que o Brasil conseguiu estar se livrando de ser tão dependente apenas do petróleo ao mesmo tempo em que estamos conseguindo obter a nossa alto-suficiência em petróleo e estamos também diversificando muito o consumo de energia através de outras fontes como o álcool proveniente da cana-de-açúcar e assim por diante. Mas, eu gostaria de transmitir ao embaixador Bernardo e Azevedo de Brito, eu inclusive vou encaminhar a ambos uma palestra recente que eu fiz no encontro do BANCO MUNDIAL para parlamentares em dezembro último em *Helsinque*, onde eu relato como é que em 2003 ao embaixador Sérgio de Melo encaminhei uma sugestão, era pelo dia, em abril de 2003 e encaminhei a sugestão para que ele sugerisse às autoridades que administravam o Iraque que considerasse o exemplo do Estado do Alasca. Onde foi constituído há mais de vinte e cinco anos o fundo permanente do Alasca que proporciona de uma maneira muito bem sucedida, um dividendo pago a todos os seus habitantes que hoje são setecentos mil. O fato de ter se proporcionado um dividendo igual a todos os habitantes do Alasca por mais de vinte anos, fez com que o Alasca se tornasse o mais igualitário de cinqüenta estado norte-ameri-

canos. Trata-se da experiência até a pouco única do mundo, de uma renda básica de cidadania. Na semana passada iniciou-se uma outra experiência, eu não sei se o Senador Pedro Simon e o Senador Roberto Saturnino souberam, mas, e se os embaixadores aqui conhecem, mas, trata-se de uma província de um Estado no Canadá, Alberta, que passou a pagar a todos os seus habitantes em janeiro, não vai ser uma quantia anual, mas de quatrocentos dólares canadenses, algo como setecentos e setenta dólares norte-americanos. E se trata de mais uma experiência importante. O Brasil é o único país no mundo cujo Congresso Nacional aprovou uma lei sancionada pelo Presidente Lula em 2004, para gradualmente iniciando pelos mais necessitados pagar a renda básica de cidadania ao que vai ocorrer pouco a pouco a Bolsa Família, pode ser visto como o início disto e que atingirá esse ano um quarto da população brasileira, mas até o que dia que venhamos a ter essa experiência, essa iniciativa para todos. Na ocasião, o Sérgio Vieira de Mello me disse que achou muito interessante e encaminhou as autoridades então, o administrador do Iraque era um embaixador, Paul Bremer, que em palestra, em junho daquele ano, no [*Inaudível*] expressou que estava sugerindo aos iraquianos exatamente seguir o exemplo do Alasca. E quando esteve presente em Brasília. Eu tive a oportunidade de um breve diálogo com o Presidente Jorge Bush e disse a ele qual relevante seria se estimulassem os iraquianos a seguir aquele exemplo. A resposta do Presidente George Bush para mim foi exatamente a seguinte: "Nós estamos trabalhando nisso". Mas eu agradeço muito se puder o embaixador Bernardo Azevedo Brito verificar se efetivamente há um interesse na discussão presente no Iraque a respeito disso e me disponho a colaborar e como o Catar tem condições de excepcional, excepcionais para seguir o exemplo do Alasca, eu também me coloco a disposição junto às autoridades do Catar, se desejarem estar colaborando para o debate a respeito. Por isso é o que eu vou entregar a ambos uma palestra recente que fiz relatando estes fatos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Obrigado Senador Suplicy, e vamos agora escutar a exposição dos senhores embaixadores e pela ordem da ata eu vou conceder a palavra primeiramente ao embaixador Paulo Dyrceu Pinheiro que vai para o Estado do Catar, com a palavra V.Exa.

SR. PAULO DYRCEU PINHEIRO: Muito obrigado. Senhor Presidente e os digníssimos membros da Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional do Senado Federal. Em primeiro lugar, eu gostaria de registrar o meu reconhecimento pela celeridade com que foi colocada em pauta a mensagem com que o Presidente Lula me honra indicando-me para mais um posto de chefia no nosso serviço exterior, provavelmente o meu último posto na carreira, onde eu espero corresponder à confiança que até agora tem me sido depositada pelo Governo brasileiro e pelo Senado Federal ao me aprovar para quatro chefias de embaixadas anteriores, exercidas desde 1986. A presente designação é um desafio para mim porque é a primeira vez que servirei no Oriente Médio, apesar de já havia servido em um outro país muçulmano, Paquistão. Eu tenho a impressão de que as mudanças ocorridas no Golfo Árabe-Pérsico nos últimos dez a quinze anos especialmente constituirão um importante desafio para a diplomacia brasileira que já vem sendo enfrentado desde 2003 com a decisão do Governo atual, principalmente da gestão do Ministro Celso Amorim de imprimir uma dinâmica especial às relações do Brasil com o mundo árabe. A exemplo disso, que isso consubstanciou com a reunião de cúpula, os chefes de Estado e chefe de Governo de países sul americanos e de países árabes realizado em Brasília no ano passado. A decisão de abertura, se bem que atrasada é de cerca de onze anos da embaixada do Brasil em Catar, junto ao Estado do Catar. É parte importante dessa nova dinâmica. Eu creio que seria interessante um pequeno recuo no tempo, o Estado de Catar se constituiu como Estado independente em 1971, portanto, apenas dois anos antes da primeira grande crise do petróleo, o primeiro choque do petróleo em 1973. A raiz da crise provocada, a crise mundial, recessão mundial provocada por essa primeira crise do petróleo organizou-se por pressão dos países consumidores especialmente os países industrializados, os Estados Unidos à frente, uma conferência de cooperação econômica internacional que se realizou em Paris durante um ano e meio provavelmente, dezoito meses procurando equacionar o relacionamento do Ocidente com os países exportadores de petróleo que passavam a ter, além de um poder extraordinário de controle do mercado de petróleo. Passaram a contar com excedentes a de divisas que necessitariam o que se passou a chamar de reciclagem, ou reinvestimento em setores produtivos, além dos próprios investimentos financeiros que os grandes exportadores de petróleo passaram a fazer nos Estados Unidos e na Europa. Catar naquele momento era um minúsculo Estado, apenas um pequeno produtor e exportador de petróleo, mas eu creio que graças à organização política que adotou. Eu creio que se converteu no Estado que melhor se beneficiou desse processo de reinvestimento dos recursos petrolíferos. Porque na época era conhecido como petrodólares e que propiciaram investimentos enormes na diversificação da base econômica dos países expor-

tadores membros da OPEP ou não. Membro da OPEP, apesar de pequeno e ainda não independente, Catar já era membro da OPEP desde 1961. Portanto, antes da própria, dez anos antes da própria Independência. O que demonstra a visão da elite dirigente do Estado. Eu creio que não é necessário entrar no histórico da formação do Estado de Catar, basta. Eu creio que é importante assinalar que a mesma família tal como em várias outras monarquias da região controla o Estado de Catar ou o território que se tornou o Estado de Catar, quando de sua independência há mais de duzentos anos. Tem raízes em tribos do interior da península arábica e eu creio que sabiamente a monarquia catariana adotou linhas de sucessão completamente diferentes da que prevalecia na Arábia Saudita que é a matriz, a matriz de que também, [*Inaudível*] de que também participa a cidade de Catar, a linha de sucessão hereditária no Estado de Catar diferente, portanto, da Saudi-Arábia, que é uma linha de sucessão horizontal que provoca um envelhecimento inevitável da liderança. Já que o poder passa de irmão para irmão e é sempre uma certa profusão de irmãos na cúpula monárquica Saudita. Tanto assim presentemente, o atual monarca já tem oitenta e dois anos, o rei Fahd havia falecido com oitenta e quatro anos e o príncipe herdeiro já está perto de oitenta anos também, príncipe herdeiro e Ministro da Defesa, isso infelizmente não ocorreu no Estado de Catar que conta com uma elite dirigente dominada pela família Al-Thani numa faixa de idade que vai de vinte e cinco anos de idade que é a idade do príncipe herdeiro, há cinqüenta e cinco anos que é a idade do Emir Hamad Al-Thani, dirigente máximo, monarca, portanto do Estado de Catar. A Assunção do atual Emir Hamad Al-Thani, deu-se mediante um golpe branco a exemplo do que já havia sido feito pelo pai deposto, vinte e três anos antes, quando depois também, o então Emir. Foram golpes não violentos que demonstra a índole extremamente moderada do sistema e que propiciou, ou que favoreceu a modernização a que se operou no Estado de Catar desde 1995, quando assumiu o atual Emir. Desde então, o aumento da produção de petróleo, e dos recursos orçamentários, recursos para investimentos conjugados com o aumento recente dos últimos anos dos preços do produto. Além do surgimento da produção de gás natural, ali que é feito, propiciou um crescimento econômico do Estado de Catar extraordinário. Uma das maiores taxas do mundo e certamente as maiores taxas de crescimento da península arábica do Estado do Golfo Pérsico. Com isso, Catar atingiu com taxas de crescimento recentes acima de 15%, 19%, 20% estimados em 2005. Foi possível atuar... A atual administração de o Estado realizar investimentos maciços em infra-estrutura, em desenvolvimento do turismo e especialmente no desenvolvimento da base educacional. Na qual se fundamenta o futuro desenvolvimento econômico do país. Mediante a criação de uma cidade educacional dotada de um parque tecnológico, no qual, ou ao qual se associam grandes empresas, empresas multinacionais com atividades de pesquisa científica e tecnológica e que certamente contribuirão para a maior diversificação ainda da economia catariana. Quer dizer, como a renda per capita superior a trinta mil dólares dependendo do critério de cálculos. Pelo critério de paridade, de compra da moeda nacional, paridade de poder aquisitivo, está acima de trinta mil dólares. Portanto, uma das mais altas rendas per capitas do mundo e com uma base industrial que começa a se diversificar seriamente, o que oferece ao Brasil uma oportunidade única de estabelecimento. De associações e de clientes entre empresas brasileiras, empresas catarianas ainda controladas pelo Estado, e empresas privadas que já tem manifestado o interesse bastante intenso e uma cooperação com o Brasil, o que se confirmou durante a cúpula da ASPER, realizada em Brasília no ano passado, paralelamente a qual se realizou um encontro empresarial coordenado pelo Ministro Luiz Fernando Furlan, que se pode considerar um grande êxito do ponto de vista do melhor conhecimento mútuo entre os empresariados e também as lideranças políticas do Brasil. E de seus parceiros árabes e que no Estado do Catar poderá beneficiar-se da decisão de abertura da embaixada residente do Brasil na capital, em Doha, que também poderá beneficiar-se do trabalho que já vem sendo desenvolvido pelo escritório comercial do Brasil no [*Inaudível*]. Um dos Emirados Árabes Unidos que poderá servir como base inicial de contatos com as empresas, entidades empresariais e com os próprios Estados Ribeirinhos do Golfo. Emirados Árabes Unidos, Estado do Catar, Bahrein, que tem a sua importância como parceiro comercial também. Eu creio que o potencial, as oportunidades de aumento do comércio de investimentos conjuntos já identificados, até pela pauta do intercâmbio bilateral que é a diferença de vários outros Estados árabes, tem predominância de produtos industriais e não apenas de produtos alimentícios, apesar da importância do mercado para as nossas empresas exportadoras de alimentos, principalmente frangos e seus subprodutos. Mas a pauta tem uma predominância forte no momento de equipamento de transportes, de automóveis, chassi de ônibus, partes e peças que vem tendo enorme aceitação, a principal empresa atuante no mercado de Catar, uma das multinacionais estabelecidas aqui no Brasil é a *W. Chraysler*, cujos ônibus montados no Catar são mon-

tados como chassis e carrocerias, tem tido enorme aceitação principalmente porque vem sendo utilizados inicialmente de uma remessa que eu creio, deverá chegar a quinhentos ônibus. Cerca de 20% vem sendo utilizado como transporte escolar, o que a falta de um sistema de transportes coletivos ainda incipiente no Estado do Catar, é um verdadeiro cartão de visita da capacidade industrial brasileira e que certamente encejará um maior interesse de empresas catarianas no intercâmbio direto com o Brasil. Várias outras empresas, a RANDON, por exemplo, já tem representante no local. E especialmente as empresas de engenharia, empresas construtoras brasileiras já manifestam interesse forte, recentemente eu conversei com alguns representantes da *ODEBRECHT* que vem marcando presença, vem buscando projetos conjuntos de forma a que o Brasil participe ativamente em... Da forma mais intensa no processo de modernização contínua porque passa o Estado de Catar. Eu creio que foi uma decisão extremamente acertada, a abertura da nossa embaixada. Espero, como disse, iniciar ou retomar um trabalho que já vinha sendo desenvolvido pela nossa embaixada em Abu Dhabi cumulativa. Agora, de forma direta e específica com relação ao Estado do Catar. Eu agradeço as palavras do Senador Suplicy, e certamente as idéias colocadas, eu já conheço até da minha gestão em São Tomé e príncipe, o próprio Presidente de São Tomé e príncipe se interessou na ida do Senador, aquele país para explicar a aplicação do sistema adotado no Estado do Alasca, para a redistribuição dos benefícios ou das receitas de petróleo que ainda não existem naquele país, no estado do Catar com o petróleo e gás natural, eles já tem praticamente no sistema, um sistema implantado de melhor distribuição dos benefícios da exploração de petróleo e de gás, sobre a forma de subsídios e de acesso praticamente livre, grátis da população, inclusive a população imigrante que forma a maioria, a maioria da população de Catar, onde apenas 40% são árabes, mesmo esses 60% de várias outras etnias se beneficiam do sistema de subsídios e de acesso a facilidades de saúde, educação que os governantes de Catar puderam criar nas usas décadas. Fico à disposição dos senhores senadores para...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Obrigado, embaixador e passo imediatamente a palavra ao embaixador Bernardo de Azevedo Brito para a sua disposição.

SR. BERNARDO DE AZEVEDO BRITO: Muito obrigado, senhor senador e senhor Presidente, é para mim mais uma vez, eu estou perto de meio século de carreira, cinqüenta e oito em Itamaraty, fui aposentado em 4 de junho, e fui convidado agora numa última posição sempre na linha de frente, estive na linha de frente na África Austral, na época do pleno Apartheid. Estive na linha de frente na Palestina, continuarei na linha de frente mais uma vez. Agora no Iraque. Devo dizer que me sinto altamente honrado pela indicação do senhor Presidente da República, e ao nosso chanceler Amorim e vejo um mundo para o qual estou indo, um mundo de problemas inter conexos, acabo de sair da Palestina aonde...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Por causa da capacidade de V. Exa., não é um dispositivo do Itamaraty de lhe mandar para...

SR. BERNARDO DE AZEVEDO BRITO: Acabo de sair da Palestina, onde passei cerca de um ano, abrindo o nosso escritório, iniciando as nossas relações formais com Palestina, uma situação totalmente *sui generis*, totalmente *sui generis* porque não é ainda um Estado independente, os problemas da região são muito inter conexos, não se pode pensar em problema em Israel Palestina sem pensar na Síria, sem pensar nos reflexos no Líbano, sem pensar agora na situação do Iraque. Evidentemente pensando, focalizando os dois pontos, mais, digamos contenciosos no momento, Palestina, Israel ou Iraque, no caso Palestina e Israel, nós temos um conflito em dois grupos, religiosos, étnicos pela mesma terra, no caso do Iraque, é diferente, no caso do Iraque nós temos três etnias, três grupos étnicos religiosos, *xiitas* na sua maioria, *sunitas*, *xiitas* cerca de 60%, *sunitas* cerca de 20%, cerca de 15% curdos e depois divididos os pequenos números menores, inclusive, alguns cristãos que nós sabemos o próprio, enfim, alguns cristãos. Bem diferente. Aqui no Iraque nós temos um objetivo que é o novo consenso que viabilize uma vida democrática, pacífica desse país, no caso de Palestina e Israel, já que eu estava de lá, e um ponto interessante a grande questão era um Estado, dois estados, um Estado significaria fatalmente em meio prazo, talvez em vinte anos uma maioria Palestina. Deixaria de haver um Estado judeu. No caso a alternativa justamente é dois estados, que está sendo pleiteado e que é possível. E que se estava caminhando, é difícil fazer como avaliação nesse momento. Dada à mudança na liderança de Israel e dada à mudança na liderança Palestina, com a vitória do Ramas. No entanto, há um ponto que eu gostaria de passar mais ao Iraque e eu gostaria de registrar, quanto ao Presidente Abu Mazen apelou para todas as facções palestinas para que obedecessem ao cessar fogo, o Ramas as obedeceu, absolutamente obedeceu, de maneira que eu sou um pouco otimista em que nós teremos um comportamento adequado visando à continuação do processo de paz. E eventualmente, a formação do Estado palestino que é para uma

população tão sofrida. Realmente tão sofrida. E eu pude presenciar isso durante mais de ano, tinha meu escritório em Ramala, a minha residência que eu não tinha a permissão de morar em Ramala, eu tinha que ir à Jerusalém oriental, fazer o percurso diariamente a cerca de uma hora em áreas, que eu diria, não fáceis para não dizer outra coisa, áreas não fáceis, vários controles normais na situação, eu diria. Muito bem, encerrado essa parte, passamos agora ao Iraque, o Iraque, como os senhores sabem, bem, é um país que passou por grandes sofrimentos. É o período de sanções entre 1991 na primeira guerra do Golfo, sanções que foram só suspensas pela resolução 1483 do Conselho de segurança de 2003, eu creio que foi em maio de 2003, representou um sofrimento muito grande para o povo iraquiano. Afirma-se, não há dados precisos que cerca de quinhentos mil civis, sobretudo mulheres e crianças morreram. É grave, é um dado muito importante, um grande sofrimento, uma guerra em 1990, à nova situação que se criou que todos os senhores conhecem. A necessidade de resolução do país é absoluto. E neste contexto, e é neste contexto que naturalmente nós temos que ver as perspectivas futuras, as perspectivas futuras evidentemente são condicionadas antes de qualquer coisa, claro por interesses externos, mas também pela própria Constituição da sociedade iraquiana. Como eu disse uma maioria xiita, uma minoria sunita e outra minoria curda. A Constituição que foi negociada no ano passado, que tem ainda muitos pontos em aberto é uma Constituição Federal. Uma federação bastante aberta por insistência dos curdos, sobretudo, e não há muita alternativa fora disso, a grande questão é saber até que ponto será possível obter também a colaboração sunita, a minoria, sunita que hoje é responsável, sobretudo, pela insurgência, enfim, qualquer previsão neste momento, eu acho que seria prematura, mas há indicações já de um deslocamento, a próprio fato da participação sunita nas eleições, que foram em 15 de dezembro de 2005 mostra que a população sunita está disposta a dialogar. E naturalmente como é o caso do Ramas, o Ramas participou das eleições palestinas de agora, do dia, que foi 25 de janeiro e que com isso mostrou o desejo de participar, do diálogo político, e da máquina política e de maneira que há sobre esse ponto razões para otimismo, para otimismo de um e de outro lado, evidentemente as dificuldades são muitas. Talvez até maiores no momento, no caso do Iraque, mas possíveis, o Iraque, afinal, visando agora de uma visão brasileira, nossa, o Iraque é um país de segunda reserva mundial de petróleo, algo importantíssimo, o país central no mundo árabe, central no mundo árabe como é a população importante que se traduz no quê? Traduz-se em demanda. Por isso mesmo o comércio, o comércio Brasil-Iraque teve na década de 70 e 80 uma importância tão grande. Porque nós tínhamos um fornecedor de petróleo que tinha ao mesmo tempo uma demanda importante. No momento, as nossas exportações chegaram a oitocentos milhões, novecentos milhões e isso na década de 80, hoje estão baixas, é claro, o comércio, as sanções foram suspensas em maio de 2003, o comércio bilateral recomeçou, mas ainda em níveis muito modestos, curiosamente o Iraque não tanto, o Iraque já está exportando para a Brasil em 2005, quinhentos e tantos milhões de dólares, não é tão pouco para um país na situação em que está, com a produção de petróleo ainda muito prejudicada, nós estamos com cinqüenta milhões de dólares, mas é muito difícil dizer que essa cifra seja correta, por quê? Porque essa cifra é a cifra contabilizada da nossa pauta de exportações para da direta ao Iraque, não está contabilizado o que passou pelo Kuwait, o que passou pela Jordânia, o que passou pela Turquia, possivelmente as exportações são maiores, mas modestos, venhamos e convenhamos, modestos. É óbvio que uma das minhas preocupações essenciais na minha próxima missão, no caso tenha aprovação dessa Casa, é justamente promover essas exportações. O Governo brasileiro e a associação Brasil/Iraque privada promoveram um grande êxito, uma feira em Aman em setembro de 2005, cerca de quarenta e oito, quarenta e nove grandes empresas brasileiras participou. Há um grande interesse do nosso empresariado em retomar o comércio que tem grandes perspectivas. De outro lado, do lado iraquiano as demandas, as manifestações de desejo de retomar um comércio significativo são muito grandes, tanto o Setor Privado e incentivado pelo Setor Público. Na medida em que isto existe, enfim, tem viabilidade nas circunstâncias atuais. Portanto, esta é uma preocupação natural nossa e perfeitamente viável. Obviamente o simples fato, como eu já mencionei da posição do Iraque no mundo árabe justifica, plenamente, a meu ver, esse retorno à reativação da nossa presença lá, devo dizer que inúmeros países estão atuando já em Bagdá, até Portugal. Portugal nunca fechou a sua embaixada em Bagdá. Espanha, Itália, França, é claro, Reino Unido e os Estados Unidos, é óbvio, Austrália, mas um grande número de países está já em Bagdá. Eu terei já no caso a minha indicação e mereço a aprovação à preocupação de tão logo possível e progressivamente transferir as nossas atividades de Aman para Bagdá. Porque é óbvio, lá é o nosso destino. Tão logo haja viabilidade física. Isso, eu só poderei, não poderia responder aos senhores agora, mas isso depende das primeiras avaliações, nós mantivemos uma instalação em Bagdá apenas as

condições de segurança que vier, seriam suficientes para de maneira que de início eu teria que fazer idas e vindas entre Aman e Bagdá. E claro, mas o meu desejo caso sejam essas as instruções de meus superiores é tão logo possível materializar a presença em Bagdá. Que é o natural, não é? E como eu disse há outras missões numerosas, países europeus, mais Austrália e outros. Fora dos Estados Unidos, é claro. E claro, alguns desses tem mais meios que nós não temos, teríamos mais dificuldade de imediato. Mas seria viável. Mais ou menos, enfim, quanto não vou me alongar em termos, os senhores sabem no momento há um...Feitas às eleições de 15 de dezembro, finalmente os resultados foram anunciados, foi por volta do dia 20 de janeiro já desse ano e no aumento está se procurando compor o Governo. Entre obviamente este Governo terá que incluir a maioria xiita, terá que incluir os curdos e não poder deixar de lado os sunitas, não é viável um Governo fora de um esquema desses, caso contrário é a receita para a continuada situação de instabilidade, insegurança, enfim, naturalmente eu comparto inteiramente das apreciações do Senador Pedro Simon, quanto aos fatos, são fatos tristes e que vamos olhar para frente, que este povo tão sofrido e tão amigo como todos os povos árabes são do Brasil, possa ter finalmente o seu destino. E vou para eventual, enfim, espero, estariam com a aprovação de V. Exa.s para o Iraque que é amigo do Brasil. Volto para uma região de povos que são amigos do Brasil, são amigos do povo brasileiro. Se for brasileiro, mesmo na Palestina quando atravessava um Posto de controle de Israel, eu sentia que ser brasileiro era algo muito importante. Era algo muitíssimo importante. E na Palestina só tive amigos. Estou seguro que no Iraque, mesmo na situação difícil continuarei a ter amigos. E de maneira que a minha missão é difícil de ambos os lados. Eu não vou dizer que não seja, os senhores sabem e muito bem que é, por outro lado é uma missão fácil, porque é uma missão de um povo que tem apreço pelo Brasil e que tem relações culturais étnicas com o povo brasileiro. Portanto, não é uma missão um pouco no ar. Não! Concreta. Portanto, pra mim eu vou, se aprovado, irei com grande orgulho, grande satisfação e espero apenas corresponder à confiança que Senhor Presidente da República me depositou neste meu caso certamente meu último posto. Muitíssimo obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, me permite...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Eu vou ter que fazer a sessão agora transformar na sessão secreta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Uma breve questão sobre o que ele mencionou, se há brasileiros em Bagdá na embaixada, o senhor diz que há uma equipe lá, há brasileiros na embaixada do Brasil em Iraque? Em Bagdá atualmente?

SR. BERNARDO DE AZEVEDO BRITO: Não. A instalação foi mantida desde 1991. Está lá e há um local não brasileiro que guarda, digamos, os arquivos, os nomes e etc, mas a instalação está lá. A segurança dela é outra coisa. É justamente o que eu terei que ver, nós temos obviamente opções quanto a isto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Por exigência a constitucional devo transformar agora nossa sessão em secreta pedindo aos presentes que nos deixem a sós.

A Reunião torna-se secreta.

Reaberta a Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Reaberta a nossa sessão, feita a apuração pelos senadores Eduardo Suplicy e Mão Santa foi verificado, a aprovação dos três candidatos por unanimidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Dezesseis a zero. Sendo que nos cabia tratar na Sessão de hoje, Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senhor Presidente, sem dúvida nenhuma isso traduz o respeito do Senado aos que fazem carreira no Itamaraty. Isso eu tenho observado que quando é alheio à estrada que a avenida que foi construída para buscar a paz em vez de guerra, os homens que se dedicaram a isso, o Senado o aprova, tudo que em bola branca. Então, há um grande respeito dessa Comissão, eu tenho observado ao longo dos anos, aos de carreira.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Verdade, obrigado, Senador Mão Santa. E cumprimentando então, os senhores embaixadores e declaro encerrada a presente sessão.

(Sessão encerrada às 12h44.)

Ata da Quarta Reunião Extraordinária da Quinta Sessão Legislativa Extraordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia nove de fevereiro do ano de dois mil e seis, às nove horas e trinta minutos.

Às nove e trinta horas do dia nove de fevereiro do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO AZEREDO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **ÁLVARO DIAS, JEFFERSON PÉRES, RODOLPHO TOURINHO, ROMEU TUMA, MARCO MACIEL, SÉRGIO ZAMBIASI, MÃO SANTA, AELTON FREITAS, EDISON LOBÃO, GERSON CA-**

MATA, SERYS SLHESSARENKO, CÉSAR BORGES, FLEXA RIBEIRO, ARTHUR VIRGÍLIO, EDUARDO SUPLICY e JOSÉ AGRIPINO. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. **Item 01**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 536, de 2005, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que a "Aprova o texto do Protocolo Modificativo do Protocolo que Institui o Prêmio Camões, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Lisboa, em 17 de abril de 1999". Faz uso da palavra o Senador **MARCO MACIEL**, para leitura de seu parecer. Aprovado. A Senadora **SERYS SLHESSARENKO** faz uso da palavra. O Senhor Presidente faz inversão de pauta e passa ao **Item 08:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 10, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre a Promoção do Setor Pesqueiro, celebrado em 26 de agosto de 2003, em Lima". Faz uso da palavra a Senadora **SERYS SLHESSARENKO**, para leitura de seu parecer. Aprovado. **Item 15:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 39, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia sobre Cooperação Técnica em Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, celebrado em Brasília, em 16 de junho de 2004". Faz uso da palavra a Senadora **SERYS SLHESSARENKO**, para leitura de seu parecer. **Item 16**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 40, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre Isenção Parcial de Vistos em Passaportes Comuns, celebrado em Tegucigalpa, em 12 de agosto de 2004". Faz uso da palavra a Senadora **SERYS SLHESSARENKO**, para leitura de seu parecer. Aprovado. **Item 17**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 41, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários, celebrado em Beirute, em 4 de dezembro de 2003". Fazem uso da palavra a Senadora **SERYS SLHESSARENKO**, para leitura de seu parecer, e o Senador **GERSON CAMATA**. Aprovado. **Item 02**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 537, de 2005, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia, celebrado em Brasília, em 7 de junho de 2001". Faz uso da apalavra o Senador SÉRGIO ZAMBIASI, para leitura de seu parecer. Aprovado. **Item 09:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 13, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Tratado sobre Transferência de Presos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, celebrado em Lima, em 25 de agosto de 2003". Fazem uso da palavra o Senadores **SÉRGIO ZAMBIASI,** para leitura de seu parecer, e **GERSON CAMATA**. Aprovado. **Extra-Pauta – Item 02:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 33, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo Constitutivo da Organização Internacional da Vinha e do Vinho – OIV, assinado pelo Brasil em Paris, em 2001". Faz uso da palavra o Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**, para leitura de seu parecer. Aprovado. **Item 04**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 563, de 2005, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia referente à Cooperação Tecnológica na Área de Mistura de Etanol em Combustíveis para Transportes, celebrado em Nova Delhi, em 8 de abril de 2002". O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador **MÃO SANTA**. Aprovado. **Item 05**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 565, de 2005, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto dos Termos de Referência e Regras de Procedimento do Grupo Internacional de Estudos do Níquel – GIEN". O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc" Senador **GERSON CAMATA**. Aprovado. **Item 07**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 09, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador na Área de Defesa Civil, celebrado em Quito, em 1º de outubro de 2001". O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc" Senador **GERSON CAMATA**. Aprovado. **Item 13**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 31, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002". Faz uso da palavra o Sena-

dor **FLEXA RIBEIRO**, para leitura de seu parecer. Aprovado. **Item 14**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 36, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Peru sobre Cooperação em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia, assinado em Lima, em 25 de agosto de 2003". Faz uso da palavra o Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**, para leitura de seu parecer. Aprovado. **Item 18**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 43, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para a Promoção da Segurança da Aviação, assinado em Brasília, em 22 de março de 2004". Faz uso da palavra o Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**, para leitura de seu parecer. Aprovado. **Extra-Pauta – Item 01:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 16, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto da Ata Constitutiva da Associação de Estados Ibero-Americanos para o Desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais dos Países Ibero-Americanos – ABINIA criada como organismo intergovernamental, em 12 de outubro de 1999, em reunião ocorrida em Lima, para a qual o Brasil enviou delegação". Faz uso da palavra o Senador **MARCO MACIEL**, para leitura de seu parecer. Aprovado. **Item 10**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 22, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação no Campo da Veterinária, celebrado em 9 de abril de 2002, em Foz do Iguaçu". O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**. Aprovado. **Item 11:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 23, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Estônia, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2000". O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador **MÃO SANTA**. Aprovado. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Azeredo, passa a Presidência ao Senador Marco Maciel. **Item 03**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 561, de 2005, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, celebrado em Brasília, em 5 de setembro de 2001". Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO AZEREDO**, para leitura de seu parecer. Aprovado. **Item 06**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 01, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto da Convenção Relativa ao Registro de Objetos Lançados no Espaço Cósmico, adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 12 de novembro de 1974, e em vigor a partir de 15 de setembro de 1976". Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO AZEREDO**, para leitura de seu parecer. Aprovado. **Item 12**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 26, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Protocolo contra a fabricação e o tráfico ilícitos de armas de fogo, suas peças e componentes e munições, complementando a Convenção das Nações Unidas contra o crime Organizado Transnacional, adotado pela Assembléia-Geral, em 31 de maio de 2001, e assinado pelo Brasil, em 11 de julho de 2001". Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO AZEREDO**, para leitura de seu parecer. Aprovado. O Senador Marco Maciel devolve a Presidência ao Senador Eduardo Azeredo. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com O Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente em Exercício.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Dispensada. Passamos agora à apreciação da pauta. Nós temos hoje vários itens de acordos para serem votados e o primeiro item é o Projeto Decreto Legislativo 536 de 2005, que aprova o texto protocolo modificativo do protocolo que institui o Prêmio Camões entre a República Federativa do Brasil e República Portuguesa, celebrada em Lisboa em 17 de abril de 1999. O Relator é o Senador Marco Maciel. Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel Relator do projeto.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) Gente, em 22 de junho 1988 o Brasil e Portugal celebram ou celebraram, melhor, um protocolo adicional o acordo cultural dos dois países criando o prêmio Luis de Camões o qual, entretanto, não foi promulgado por falta de notificação da parte portuguesa. Por essa razão o

cuidado dos dois governos de prontamente promover o protocolo para substituir... Que não chegou o viger que é o presente texto em análise que repete dispositivos anteriores criando o Prêmio Luis de Camões e estabelecendo as regras. Eu não vou ler, Sr. Presidente, diferentes partes do acordo porque ele tem em seu texto, na realidade, regras contendo como conceder o referido prêmio, daí porque, em face o exposto, e considerando a conveniência técnica e adequação legislativa regimental opina-se pela aprovação do Projeto Decreto Legislativo nº 536 de 2505. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, e este é meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador. Em discussão o parecer. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. Os senhores Senadores que aprovam o mesmo como se encontra. Aprovado. Antes de passar para o item dois, Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Eu gostaria, Senador Azeredo, até porque os outros relatores, à exceção do senhor, que estão na minha frente não estão presentes. Como eu sou membro titular da Mista do Orçamento e o Orçamento está patinando, mas está indo de vagar, mas está indo, se fosse possível fazer inversão de pauta dos itens 8, 15, 16 e 17.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Consulto os Srs. Senadores se estão de acordo? Nada havendo em contrário, invertemos, portanto, a pauta e passo ao item oito Projeto Decreto Legislativo nº 10 de 2006 que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre a promoção do setor pesqueiro celebrado em 26 de agosto de 2003. Senadora Serys Slhessarenko a Relatora. Concedo a palavra a Sra. Senadora para ler o seu parecer.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Sr. Presidente, obrigada, Sra. Senadores por ter aprovado essa inversão de pauta. Como o nobre Senador Eduardo Azeredo já colocou o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para a promoção do setor pesqueiro celebrado em 26 de agosto de 2003 em Lima. Nós já temos ao o parecer, todos os Srs. Senadores têm a possibilidade de verificar pelos dados que apresentamos a importância deste Memorando de Entendimento entre o Brasil e o Peru, e, principalmente, porque ele se insere no setor de indústria pesqueira de tecnologia para se tornar mais competitiva, principalmente, aliás, esse intercâmbio é importantíssimo para o Brasil, essa cooperação entre os dois países. Eu já vou direto para o voto em face do que consta na análise do relatório que fazemos, consideramos ser todo conveniente os interesses do país, somos pela aprovação do Projeto Decreto Legislativo nº 10 de 2006. É esse o nosso voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senadora Serys Slhessarenko. Em discussão o parecer. Não havendo quem queira discutir. Encerro a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Passamos agora, conforme solicitação da Senadora Serys para os outros itens de sua relatoria é o item 15 Projeto Decreto Legislativo nº 39 de 2006 que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia sob cooperação técnica em medidas sanitárias, e fitossanitárias, celebrado em Brasília em 16 de junho de 2004. Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko, a Relatora.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): É um acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia sobre cooperação técnica em medidas sanitárias e fitossanitárias, celebrado em Brasília em junho de 2004. Trata-se de acordo com o intuito de estabelecer a cooperação técnica e medidas sanitárias e fitossanitárias e assim compatibilizar os dois países em procedimentos e informações sobre doenças animais e pragas de plantas e seus produtos com vistas a facilitarem o intercâmbio comercial entre os dois países. Quer dizer, o fim dessas barreiras, essas barreiras não tarifárias são impostas em produtos originais do terceiro mundo a exemplo ocorrido, recentemente, com a febre aftosa e a doença da vaca louca, apesar do Reino Unido ter eliminado um número superior de 2 milhões de cabeças do seu próprio rebanho por causa da aftosa e necessitar importar carne para suprir o mercado interno, o Brasil ainda tem dificuldade para se manter como provador nos principais provadores, nesse sentido para com outros países. Então, o Brasil e a Tailândia selam este acordo e é importante para Brasil ter a Tailândia como um parceiro estratégico do Brasil como uma porta de entrada para o Sudeste Asiático de mercadorias de origem animal e vegetal. Com a cooperação técnica pretendida pelo acordo em tela essa perspectiva tende aumentar consideravelmente. Nosso voto, em face do exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do país, somos pela aprovaçao do Projeto Decreto Legislativo nº 39 de 2006. É esse o nosso voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em discussão o parecer. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em vo-

tação. Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Passamos ao item 16, também da relatoria da Senadora Serys Slhessarenko que é o Projeto Decreto Legislativo nº 40 de 2006 que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras, sob isenção parcial de vistos em passaporte comuns celebrado em Tegucigalpa em 12 de agosto de 2004. Com a palavra a Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Como o Sr. Presidente relata na chamada, é um acordo pela isenção parcial de vistos em passaportes comuns celebrado em Tegucigalpa em agosto de 2004 entre o Governo da República Federativa do nosso país, do Brasil e o Governo da República de Honduras. Trata-se de acordo com intuito de conceder isenção parcial de vistos, o que irá facilitar o fluxo de pessoa entre os países signatários. Como os Srs. Senadores poderão observar na leitura da análise na importância desse acordo, essa isenção de vistos para que exista esse intercâmbio, especialmente, no setor de turismo entre o Brasil e Honduras. Nós sabemos que o ano de 2005 para o turismo, para a história é o melhor ano para a historio do turismo brasileiro com a entrada de 5.6 milhões de turistas estrangeiros entrando em nosso país. O ano fechou com o total de 3.861 bilhões de gastos de turistas estrangeiros, um crescimento de, praticamente, 20% com relação a 2004. Portanto, é importante estreitar essas nossas relações diplomáticas com a República de Honduras, país este, localizado na América Central fortalecendo os laços de amizade entre os países latino-americanos e, principalmente, se aproximar dos países centro-americanos. Portanto, nosso voto, em face do exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do país somos pela aprovação do Projeto Decreto Legislativo nº 40 de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em discussão o parecer. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Passamos agora ao item 17 Projeto Decreto Legislativo nº 41 de 2006 que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sob cooperação técnica e procedimentos sanitários, fitossanitários celebrado em Beirute em 4 de dezembro de 2003. Autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e a relatora é a Senadora Serys Slhessarenko a quem passo a palavra [inaudível].

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): É da maior importância este acordo entre o Governo da República Federativa e o Governo da República do Líbano cooperação técnica e procedimentos sanitários e fitossanitários. Ele foi celebrado em Beirute em dezembro de 2003. Cuida-se aqui de um acordo bilateral Brasil e Líbano para instituir uma cooperação na área sanitária eu fitossanitária com a finalidade de proteger a vida e a saúde humana e evitar a disseminação de doenças de animais e pragas de vegetais. Vimos aí a importância de mais este acordo entre o Ministério, mais detalhadamente, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e um acordo selado com a República Federativa do Líbano. Cumpre salientar que a despeito da forte presença libanesa no Brasil, aqui está presente a maior colônia libanesa do mundo. Os dois países ainda não possuem relações diplomáticas tão próximas. Poucos atos internacionais foram celebrados entre os dois países demonstrando a situação que precisa avançar as relações diplomáticas com este parceiro estratégico de grande potencial que é o Líbano. A aprovação desse acordo significará importante aumento no comércio bilateral Líbano Brasil Líbano de animais, plantas e produtos de forma segura para os dois países. Em face ao exposto, nosso voto considerando ser de todo conveniente ais interesses do país somos pela aprovação do Projeto Decreto Legislativo nº 41 de 2006. Este é o nosso voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigada, Senadora Serys. Em discussão o parecer. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, se V.Exa. me permite 30 segundos. Todo Tratado com o Líbano é muito importante para o Brasil. O Líbano, talvez, é o país que fez com que imigrantes viessem para cá, tanto que o Brasil hoje tem 14 milhões de filhos e netos de libaneses, enquanto que o Líbano tem 4 milhões de habitantes. Trata-se de um país que recuperado dos problemas que teve no século passado começa a despontar economicamente muito forte na economia do Oriente Médio e de todo Oriente. De modo que todo tratado prestigia não só essas relações importantíssimas entre o Brasil e o Líbano, mas também a presença dessa enorme colônia libanesa que vive no Brasil. Os cumprimentos ao Governo pela assinatura desse convênio.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não havendo mais Senadores que queiram discutir o parecer, já com a palavra do Senador Gerson Camata, eu submeto, portanto, à votação. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Agradeço a Senadora Serys e retornamos à ordem da pauta passando ao item dois que é o Projeto Decreto Legislativo nº 537 de 2005 que aprova o texto do Acordo de Cooperação na área de turismo entre o Governo da República Federativa do

Brasil e o Governo da república da Croácia celebrado em Brasília em 7 de junho de 2001. O Relator é o Senador Sérgio Zambiasi a quem eu concedo a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Presidente Eduardo Azeredo. O parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto Decreto Legislativo 537 de 2005 que aprova o texto do Acordo de Cooperação na área de turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia celebrado em Brasília em 7 de junho de 2001. Vamos direto à análise aqui de um acordo de cooperação na área de turismo entre o Brasil e a Croácia que tem como objetivo incrementar as relações bi laterais entre os países contemplando as seguintes estratégias: a promoção e criação de políticas de estímulo ao turismo bem como a simplificação das formalidades de acesso nacionais de cada um dos países no território do outro intercambio de informações quanto a legislações nacionais sobre turismo, cooperação técnica, treinamento de especialistas, execução de projetos de desenvolvimento e outras políticas complementares. O turismo é uma atividade bastante desenvolvida na Croácia que possui os principais destinos turísticos da Europa Central e Oriental em especial, na categoria de turismo de veraneio procurado, principalmente, por turistas provenientes dos países do norte e do centro da Europa e também da Itália. A costa da Croácia é uma das mais belas do mar mediterrâneo denominado nessa porção de mar Adriático, extremamente, recortada com milhares de ilhas, suas penínsulas, baías, falésias, praias e vegetação formam a região muito semelhante à Grécia e ao sul da Itália. Ao patrimônio natural soma-se o patrimônio histórico representado pela existência de cidades romanas tombadas com patrimônio da humanidade. Esses aspectos fazem do turismo uma atividade bastante desenvolvida na Croácia o que, sem dúvida, favorecerá a cooperação proposta tanto na recepção, quanto na emissão de turistas. De outra parte o Brasil também sabe e tem enorme potencial turístico ainda por realizar e o acordo representa assim uma complementaridade bastante salutar nas relações bi laterais entre o nosso país e a Croácia. Como base no exposto considerando ser de todo conveniente aos interesses do país a ratificação do acordo em análise concluímos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 537 de 2005. É isso, Sr. Presidente Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em discussão o parecer. Eu mesmo quero fazer um comentário rápido, Senador Sérgio Zambiasi. Eu pude visitar a Croácia há 2 anos e é realmente um país que está crescendo, um país muito bonito, nós temos lá um Cônsul Honorário do Brasil que tinha na época em que, realmente, ele é croata, mas com um amor muito grande pelo Brasil e desenvolvendo e divulgando muito o país, e eu acredito que o intercâmbio entre os dois países pode ser muito positivo, sim. Então, agora já tivemos uma aprovação de Embaixador Brasileiro que vai, também, responder pelas relações em relação à Croácia, de maneira que eu quero aqui dizer que, também, eu considero muito importante esse acordo de turismo entre os dois países.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Eduardo Azeredo, eu tive o privilégio, também, de estar na Croácia a convite da representante Sra. Nancy que aqui esteve no ano passado, que está de volta ao seu país e foi uma bela oportunidade, realmente, para aproximar as relações entre os países, e eu lembro à época que o Primeiro-Ministro, ele reclamava que se intercedesse por um jogo de futebol entre as seleções nacionais da Croácia e do Brasil, e ele disse: "Foi a final que não aconteceu na França. Nós queremos fazer na Croácia a final que não aconteceu na França". E a gente conseguiu fazer todos os contatos e aconteceu, enfim, aquela final, por sinal, se não me engano, o Brasil ganhou. Será que empatou? Eu não lembro o resultado, mas os croatas receberam, realmente, a Seleção Brasileira de forma muito festiva. E a segunda reclamação, a primeira foi a falta desse futebol que seria decisivo para a Copa do Mundo, mas a segunda e, talvez, a mais importante, realmente, a instalação de uma Embaixada Brasileira na Croácia que deve estar acontecendo, também, exatamente, graças a esses movimentos de intercâmbio.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Sérgio Zambiasi. Em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado o texto do acordo. Eu vou passar aqui ao item nove que é também do Senador Sérgio Zambiasi, depois nós retornamos para o item três. O item nove é o Projeto Decreto Legislativo nº 13 de 2006 que aprova o texto do Tratado sobre transferência de presos entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo da República do Peru celebrado em Lima em 25 de agosto de 2003. Para poder entrar em funcionamento, esse Tratado deve ser aprovado aqui por nós pelo Senador. Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Pois não, Sr. Presidente Eduardo Azeredo. Vamos direto à análise do parecer. O Tratado tem dez artigos dos quais se estabelecem as condições para transferência de presos no Artigo 2 está o princípio geral de que a solicitação da transferência pode ser formulada tanto pelo Estado remetente quanto pelo Estado recebedor no Artigo 3 estão as condições da transferência, se

exige que o condenado seja nacional do estado recebedor que o restante da pena seja de, pelo menos, 12 meses ou indeterminado, que a sentença condenatória seja definitiva, que haja prévia anuência do condenado e que a causa da condenação seja tipificada como crime na legislação de ambas as partes. Os requisitos formais para solicitação pela via diplomática estão no Artigo 5 que dispõe também que as partes poderão negar a transferência solicitada. Digno de menção é o disposto no Artigo 8º que garante ao Estado remetente que a retenção da jurisdição exclusiva relativa à pena imposta e a qualquer procedimento com respeito a sua revisão, modificação ou cancelamento, assim como sobre a outorga de indulto, anistia ou graça. Nesse mesmo artigo se impõe que a duração e natureza da pena imposta pelo Estado remetente não poderá ser modificada pelo Estado recebedor. Os artigos finais dispõem sobre a vigência e as condições entrada em vigor do tratado e de denúncia. Cuida-se, portanto, de um acordo de cooperação na área de execução penal entre os dois países irmãos da América do Sul cujo objetivo é permitir, caso haja vontade do condenado, o seu translado para o país de origem com todas as vantagens humanitárias, sociais e econômicas que a medida pode propiciar. Tal característica está bem registrada na exposição de motivos do Ministro de Estado interino das relações exteriores anexada à mensagem presidencial quando afirma que o acordo permite humanizar o tratamento ao condenado em país estrangeiro, uma vez que, caso, expresse desejo poderá ser trasladado para o seu país de origem para cumprir próximo a sua família e num ambiente em que se formou a pena a que foi condenado. A execução do tratado tem, pois, um sentido de reabilitação do criminoso ao possibilitar que compra a sua pena em seu próprio país. O voto com base no exposto e considerando ser de todo conveniente aos interesses do país a ratificação tratado em análise, opino pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 13 de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em discussão o parecer. Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, maravilhoso esse convênio, esse acordo entre o Brasil e o Peru, só que se assinar um acordo igual com o Chile, esses seqüestradores do Washington Olivetto que estão para ser libertados porque é um Ministro do Supremo que entende que a lei que não considera, ele acha que a lei que considera seqüestro crime hediondo, ele acha que... Ele não gosta dessa lei, ele não vai aceitar essa lei. E estão para soltar os caras. O Chile está pedindo a extradição, ele está condenado três vezes a prisão perpétua, ele vai ter que nascer, reencarnar para ir cumprindo as prisões perpétua. Manda para lá, soltar. Esse Fernandinho Beira-Mar, o Brasil gasta uma fortuna, leva ele de avião para cá, traz ele de avião para lá. Os Estados Unidos está pedindo a extradição, é prisão perpétua, manda para lá... Vamos fazer esse acordo com os Estados Unidos e fazer com o Chile também, não com o Peru, até agora não apareceu ninguém do Peru para extraditar nem para mandar. Então é um acordo inútil que nós estamos fazendo, e o útil necessário, nós não fazemos. Mas eu voto a favor. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Gerson Camata. Nós temos ainda hoje um outro acordo com o mesmo objetivo com Portugal, que eu só até o relator, mas terminando então a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Nós temos ainda na extrapauta dois itens, e um deles é do Senador Sérgio Zambiasi. Eu gostaria que o Senador pudesse permanecer até o fim, mas de qualquer maneira eu já passo a palavra para o Senador para esse item extrapauta que é o Projeto Decreto Legislativo nº 33 de 2006 que aprova o texto do acordo constitutivo da Organização internacional da vinha e do vinho OIV assinado pelo Brasil em Paris em 2001. Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senador Eduardo Azeredo. O Sul lhe agradece a produção vitivinícola pela oportunidade de colocar em votação nesta pauta este projeto, este acordo porque ele tem uma importância significativa para a produção vitivinícola brasileira, ela já não é mais apenas gaúcha, ela é baiana, pernambucana, catarinense, paranaense; enfim, de todo o Brasil, é claro que para nosso privilégio o Rio Grande do Sul ainda é um dos ícones da produção vitivinícola brasileira. Trata-se de organismo este acordo constitutivo da Organização Internacional do vinho, OIV assinado pelo Brasil em Paris em 2001 é um organismo intergovernamental de caráter científico e técnico o qual conta com 45 estados-membros e que detém competência reconhecida para tratar dos assuntos relativos ao vinho, às bebidas à base de vinho, a uvas passas e aos demais produtos derivados da vinha. Dentre seus principais objetivos restaria informar aos membros de assuntos relevantes para os produtores, consumidores e demais participantes do setor vitivinícola, contribuir para harmonização internacional das práticas e normas existentes sobre a matéria. Contribuir para a melhoria de condições de elaboração e comercialização dos produtos vitivinícolas e promover e orientar pesquisas científicas e técnicas, além de avaliar seus resultados e assegurar a sua difusão. Cumpre-lhe

ainda submeter aos seus membros propostas relativas à garantia de autenticidade dos produtos de origem vitícola à proteção das indicações geográficas à melhoria dos critérios científicos e técnicos de reconhecimento e proteção de novas variedades de plantas vitivinícolas e contribuir para o intercâmbio de conhecimentos técnicos e tecnológicos no setor e ajudar a proteger a saúde dos consumidores. O financiamento da organização decorrerá de contribuições dos estados partes e montantes determinados nos anexos I e II ao presente acordo, função de coeficiente criado para enquadrar os Estados-membros em *ranking* sobre a posição de cada país no setor vitivinícola o qual contempla a média da produção de vinhos, vinhos especiais, mostos e espíritos provenientes do vinho nos últimos cinco anos para os quais existem dados estatísticos se estirpando os dois valores extremos, a média da área total de vinhedos dos últimos três anos para os quais existem dados estatísticos e o consumo médio aparente de vinho, equivalente de vinho nos últimos três anos para os quais existem também dados estatísticos. O setor vitivinícola brasileiro, Presidente Eduardo Azeredo, tem optado por estratégia agressiva de promoção de seus produtos no mercado exterior, com a meta de ampliar em 88% as exportações de vinho em relação ao ano 2003, foi assinado convênio entre a Associação de Promoção de Exportações do Brasil, a APEX e o Instituto Brasileiro do Vinho, IBRAVIN. Graças ao convênio serão destinados 2 milhões 780 mil reais em ações de promoção especial e comercial com foco nos Estados Unidos, Rússia e norte da Europa. Os produtos sairão, principalmente, do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia. O projeto que ora beneficia a seis vinícolas abrangerá até o final do ano outras 12 o que gerará 1.148 empregos diretos e indiretos. A vitivinícola brasileira é detentora de mais de novecentas premiações internacionais, se beneficiará da experiência de outros mercados e produtores ainda mais tradicionais. Nesse sentido o aprofundamento da cooperação internacional tende a se mostrar benéfica ao setor, e a importância desse Tratado, o Presidente Lula que confirmou a suai presença na Festa da Uva em Caxias do sul, ele vai, também até Flores da Cunha onde assina um convênio de apoio a pesquisa vitivinícola destinando-se 180 milhões de reais para o setor da vitivinícola brasileira, exatamente no objetivo de tornar a nossa vitivinicultura mais e melhor qualificada e mais competitiva em termos internacionais. Por tudo quando explicado por julgar oportuno e convenientes, somos pela aprovação do projeto de Decreto Legislativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Sérgio Zambiasi. Em discussão o parecer. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Passamos para o item nº 4 que solicita o Senador Mão Santa, seria o Relator "ad hoc" em substituição do Senador Roberto Saturnino, Presidente dessa Comissão que se encontra em missão oficial no Haiti acompanhando as eleições no Haiti. O Projeto Decreto Legislativo nº 563 de 2005 que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia referente à cooperação tecnológica na área de mistura de etanol e combustíveis para transportes, celebrado em Nova Deli em 8 de abril de 2002. Com a palavra o Senador Mão Santa Relator "ad hoc".

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Passamos à análise da relatoria do Senador Roberto Saturnino. O Projeto Decreto Legislativo em questão aprova o texto do Memorando de entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da Índia referente à cooperação tecnologia na área de mistura de etanol em combustíveis para transporte celebrada em Nova Deli em 8 de abril de 2002. A proposição se encontra formalmente abrigada pelo Artigo 49, Inciso I da Constituição Federal que atribui ao Congresso Nacional competência exclusiva para resolver definitivamente sobre atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. Quaisquer atos que possam resultar em revisão dos referidos termos, bem como quaisquer ajustes complementares ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional nos termos do Artigo 49, Inciso I da Constituição Federal. O instrumento está condizente com as Normas de Direito Internacional Público pertinente à cooperação bilateral de países e guarda expressamente o respeito às normas internas pertinentes dos dois países. O Memorando permitirá reforçar os laços entre dois países em desenvolvimento e propiciará a valiosa cooperação na difusão da tecnologia do etanol combustível que tem trazido tão bons resultados para o Brasil. Voto em decorrência do suposto, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo sobre análise, tanto por seu mérito quanto por sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Assim é o relatório do Senador Roberto Saturnino.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado Senador Mão Santa. Em discussão o parecer. Não havendo quem queira discutir. Encerro a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Passamos ao item nº 5 de parecer do Senador José Agripino. Eu solicito ao Senador Gerson Camata que leia o relatório como Relator "ad hoc". É o Projeto

Decreto Legislativo nº 565 de 2005 que aprova o texto dos termos de referência e regra de procedimento do Grupo Internacional de Estudos do Níquel, GIEN. Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com muita honra, Sr. Presidente, substituo aqui o Senador José Agripino. O Decreto Legislativo em questão aprova o termo de referência e regras de procedimento do Grupo Internacional de Estudos do Níquel, condição para que o Brasil possa vir integrar o GIEN como país membro. A proposição está formalmente abrigado pelo Artigo 49, Inciso I da Constituição Federal. Dado o peso do níquel para a economia do Brasil tanto da perspectiva das exportações quanto do consumo interno, dada a importância das discussões realizadas no âmbito do grupo e dado o reiterado interesse do setor privado em ver o Brasil como membro da organização é oportuna a aprovação do Projeto de Decreto do Senado que permitirá a adesão do Brasil a esse fórum. Em decorrência do exposto nós somos pela aprovação do projeto sob a análise tanto pelo seu mérito quanto pela sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. É o relatório, Srs. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Gerson Camata. Em discussão ao parecer. Não havendo quem o queira discutir encerro a discussão. Em votação. Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Eu vou saltar o item seis que eu sou Relator, eu pediria para a substituição da Presidência. Vamos passar para o item sete. O item sete eu peço, também, o Senador Camata que leia o relatório como Senador "ad hoc". É o Projeto Decreto Legislativo nº 9 de 2006 que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador na área de defesa civil celebrado em Quito em 1º de outubro de 2001. É da relatoria do Senador Jefferson Peres que não estando presente, solicito o Senador Gerson Camata. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria só de fazer um registro na aprovação do item cinco relatado pelo nobre Senador Camata. Dizer da importância dessa aprovação porque o Estado do Pará será nos próximos anos um grande produtor de níquel. A VALE DO RIO DOCE está implementando dois projetos de exploração de níquel, um próprio do níquel do vermelho e o outro que ela adquiriu de um Grupo Canadense que é o projeto Onça Puma e vai tornar o Brasil um grande *player* no mercado mundial de níquel.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Passo, então agora a palavra ao Senador Gerson Camata para o item sete.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente. Substituo do Senador Jefferson Peres como Relator "ad hoc" com muita honra. O Memorando que V.Exa. citou foi motivado pelos laços de amizade e fraternidade existentes entre o Brasil e o Equador, pelo objetivo dos dois países em desenvolver essa cooperação técnica. Vale lembrar que o Equador é um país sujeito a desastres naturais de grande intensidade relacionados a terremotos, erupções vulcânicas e maremotos. E vem buscando aumentar a cooperação internacional na área de defesa civil. O Brasil, por sua vez, tem atuado muito nessa área com significativa eficiência e eficácia, e carrega experiência de institucionalização da defesa civil que remonta a segunda guerra mundial. Registre, finalmente, que o acordo é interessante para o Brasil ao propiciar mais um mecanismo de inserção na comunidade de Andina e na cooperação com os países sul-americanos. Somos, portanto, pelo acatamento de aprovação do presente Projeto Decreto Legislativo, Sr. Presidente. É o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em discussão o parecer. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Agradeço ao Senado Gerson Camata. E passamos agora, o Senador Rodolpho Tourinho está a caminho nos itens 10, 11 e vou passar então para o item 13 que é da relatoria do Senador Flexa Ribeiro. É o Projeto Decreto Legislativo nº 31 de 2006 que aprova o texto do acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos países baixos celebrados em Brasília em 7 de março de 2002. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Srs. Senadores. Com fundamento no disposto do Artigo 49, Inciso I da Constituição Poder Executivo por meio da mensagem nº 414 de 27 de maio de 2002 submete ao Congresso Nacional o texto do acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos países baixos, celebrado em Brasília em 7 de março de 2002. Na Câmara dos Deputados o acordo foi apreciado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Comissão de Constituição e Justiça de Redação e pela Comissão de Seguridade Social e Família tendo sido aprovado pelo plenário daquela Casa em 8 de dezembro de 2005. Análise, Sr. Presidente, se trata de instrumento internacional por meio da qual os países signatários estabelecem normas que regulamentam sua

relação de matéria de Previdência Social se aplicando a todas as pessoas que estiverem ou tenham estado sujeita à legislação de cada uma ou ambas as partes contratantes, bem como nos seus dependentes legais. O pacto normativo contém 27 artigos e define quais os tipos de benefícios concedidos no Brasil e nos países baixos abrangidos pelo instrumento. No Brasil o texto se aplica à legislação do regime geral de previdência social no que refere aos seguintes benefícios: aposentadoria por invalidez, idade e tempo de contribuição, serviço, suspensão por morte, auxílio doença, salário família e salário maternidade. Nos Países Baixos o texto se refere à legislação que trata das seguintes espécies de seguro social, seguro doença, benefício no caso de doença e maternidade, seguro invalidez para trabalhadores e para autônomos, aposentadoria por idade, pensão por morte, auxílios para menores e seguro desemprego. Em síntese o acordo fixa os procedimentos básicos para concessão de benefícios em cada um dos países e determina que as autoridades competentes de cada uma das partes deverão, entre outras providências, estabelecer o ajuste administrativo necessário para o cumprimento do acordo, bem como designar as respectivas instituições competentes e os órgãos de ligação procedendo a divulgação das medidas adotadas contra a legislação interna concernente ao cumprimento do acordo. O acordo tem vigência limitada e pode ser denunciado a qualquer tempo por qualquer das partes permanecendo em vigor por mais doze meses a partir da data de recebimento de notificação de denúncia. No contexto atual a formalização de instrumento normativo desta natureza assegura direito aos brasileiros emigrantes, um contingente que cresce a cada dia e alcança mais de quatro milhões de brasileiros trabalhando no exterior. A reciprocidade do sistema previdenciário é fundamental para garantir o acesso a direitos básicos da seguridade sociais, especialmente, em situações de risco involuntário como seguro doença e seguro acidentário. Este não é um acordo isolado, uma vez que o Brasil já mantém acordo semelhante com inúmeros países como: Estados Unidos, China, Argentina, Uruguai, Portugal e Espanha. Assim confere-se aos trabalhadores dos países signatários proteções sociais que no caso do Brasil são previstos na própria Constituição Federal. Voto, Sr. Presidente, com base no exposto voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo num 31 de 2006 que aprova o texto do acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos celebrado em Brasília em 7 de março de 2002. Eu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Em discussão o parecer. Não havendo quem o queira discutir encerro a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. O acordo, portanto, relatado pelo Flexa Ribeiro nº 31 de 2006. Eu passo agora para o item 14 da relatoria do Senador Arthur Virgílio, é o Projeto Decreto Legislativo nº 36 de 2006 que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Peru sob cooperação em matéria de proteção e vigilância da Amazônia assinado em Lima em 25 de agosto de 2003. Concedo, portanto, a palavra ao Senador Arthur Virgílio para este importante Memorando de entendimento em relação à Amazônia.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, vou direto então à análise e ao voto constante do relatório. O Memorando objeto da apreciação desta Casa foi motivado pelos laços de amizade e fraternidade existentes entre o Brasil e Peru pela necessidade de um adequado controle sobre o espaço amazônico de seus respectivos territórios e de combater eficazmente os atos ilícitos produzidos entre outros pelo narcotráfico. É importante registrar que o documento inicia processo do cooperação que integrará o Peru ao Sistema de Proteção e Vigilância da Amazônia SIVAM, SIPAM permitindo o desenvolvimento da Amazônia peruana e brasileira e o fortalecimento integração em diversos campos de interesse bilateral. Nesse sentido o Artigo 1º do Memorando estabelece que o Brasil proporcionará o assessoramento e cooperação técnica necessários ao acesso progressivo do Peru aos dados gerados pelo SIVAM e a integração peruana ao SIPAM. Destaque-se que o intercâmbio entre os dois países deverá observar o princípio da confidencialidade, uma vez que envolve questões essenciais de segurança e defesa nacional. Sem dúvida, o combate aos ilícitos transnacionais e a defesa da Amazônia serão beneficiados com acordo em tela. Ademais se tem mais uma iniciativa de aproximação entre o Brasil e o Peru e, conseqüentemente, entre o Mercosul e a comunidade Andina das nações. Portanto, o acordo é interessante para o Brasil não apenas para aperfeiçoar nossos mecanismos de defesa e controle de área relevante como a Amazônia, mas também por estreitar relações do país [inaudível] continente. Sr. Presidente, antes do voto que é bastante curto eu faço uma consideração que eu creio que deve fazer parte dos anais da Comissão e deve fazer parte do debate político travado pela sociedade brasileira. É uma iniciativa correta na qual se envolve o Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Agora, mostrando o alcance já internacional do tal projeto SIVAM que para o PT era um escândalo, era um caso

de corrupção no governo passado, porque como eu não estou atacado de nenhuma falta de memória, não sofro, graças a Deus, de nenhuma doença que mexa com a minha memória, tanto que eu não me esqueci que o PT fez 26 anos, e só o Senador Suplicy foi à Tribuna, não houve sessão solene, não houve festa, não houve batucada, não houve tamborim, não houve nada; só o Senador Suplicy foi timidamente à Tribuna e os outros não foram; não houve nada, nada, nada; parece assim que perderam uma pessoa muito próxima da família, não houve comemorações. Mas, muito bem, o tal SIVAM que era o escândalo aos olhos de certa leviandade imatura de certas imaturamente levianas da época está aqui gerando efeitos na aproximação do Mercosul com a comunidade Andina. Feitas estas considerações porque eu não sei começar o meu dia sem criticar essa gente tão equivocada. Vamos agora ao voto. Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, por ser constitucional e ilegal e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto Decreto Legislativo nº 36 de 2006. Era, portanto, Sr. Presidente, o que eu tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Realmente o projeto SIVAM é um projeto da maior importância para o Brasil e para a segurança da Amazônia. Portanto, coloco em discussão o parecer. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Vou passar aqui ainda o item do Senador Arthur Virgílio que é o item 18 que é o Projeto Decreto Legislativo nº 43 de 2006 que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para a promoção da segurança da aviação assinado em Brasília em 22 de março de 2004. Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Muito bem, Sr. Presidente. Do mesmo modo vou direto à análise e ao voto. O texto do acordo em exame pretende intensificar cooperação bilateral entre os Estados Unidos e o Brasil no setor de segurança da aviação proporcionando níveis equivalentes de segurança e de objetivos ambientais correlatos. Nesse espírito as partes acordaram facilitar a aceitação das aprovações de aeronavegabilidade e dos testes de aprovações ambientais de produtos aeronáuticos civis e das avaliações de qualificações de simuladores de vôo. Igualmente facilitarão a aceitação das aprovações e do monitoramento de instalações de manutenção e de instalações de alteração ou modificação, pessoal de manutenção, aeronautas, estabelecimentos de treinamentos da aviação e operações de vôo da outra parte. Pelo acordo os agentes executivos do Departamento de Aviação Civil, DAC, pelo Brasil e do *Federal Aviation Administration, FAA,* pelos Estados Unidos serão as autoridades escolhidas para implementar os objetivos convencionados. Entre suas funções está a de envidar esforços para harmonizar padrões, regras, práticas, procedimentos e sistemas pertinentes à especializações técnicas relacionadas à segurança da aviação que estão devidamente listadas no Artigo 3º do acordo. Uma vez concluída as avaliações técnicas e os procedimentos de implementação relativos à certificação da aeronavegabilidade e aprovação ambiental nos termos do referido Artigo 3º do acordo será denunciado por troca de notas diplomáticas, ou agora vigente acordo para reconhecimento recíproco de certificados de aeronavegabilidade, 16 de junho de 1976. Esse Artigo 3º, esse é o item A, entretanto, contém erro de concordância que deveria ser sanado quando e se promulgado do acordo. Referimos ao momento em que dispõe que as autoridades da aviação civil das partes contratantes realizarão avaliações técnicas e trabalhar em cooperação, ao invés de trabalharão em cooperação. É uma contribuição que a gente sempre dá para o bom zelo pelo vernáculo. Isso, eu tenho uma preocupação desde o início deste governo de várias emendas que, afinal de contas, não custa a gente tratar bem a língua portuguesa. Jogador de futebol bom tem que tratar bem a bola, e quem faz lei tem que tratar bem a língua portuguesa. Muito bem. Independentemente deste detalhe louvamos a iniciativa bilateral entre Estados Unidos e Brasil de aperfeiçoarem a segurança internacional de aviação civil considerando a meritória bem como benéfica a nossa indústria aeronáutica. E agora vamos ao voto, Sr. Presidente. Pelo exposto, nos manifestamos favoravelmente ao Projeto Decreto Legislativo 43 de 2006 por sua conveniência e oportunidade. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Em discussão o parecer. Não havendo quem queira discutir encerro a discussão. Em votação. Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Nós temos ainda mais trecho que eu sou Relator e do Senador Tourinho. Mas tem ainda o Senador extrapauta. Eu vou pedir ao Senador Marco Maciel então a ver o item do Projeto Decreto Legislativo nº 16 de 2006 que aprova o texto da ata constitutiva da Associação de Estados Ibero-Americanos para o Desenvolvimento de Bibliotecas Nacionais dos Países Ibero-Americanos, ABINIA criada como organismo intergovernamental em 2 de outubro de 1999 em reunião

ocorrida em Lima para o qual o Brasil enviou delegação. Com a palavra o Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Presidente, nobre Senador Eduardo Azeredo, Sras. e Srs. Senadores. Eu serei breve visto que o próprio Presidente já leu a ementa do referido acordo. Deve até salientar um fato que me parece oportuno tratar esse projeto de iniciativa que tomei como Presidente da República em exercício, na ocasião em que encaminhei a proposição à Câmara dos Deputados, eu me encontrava no exercício da Presidência. E isso me permite fazer uma observação que também acho adequada é que entre o envio da Presidência da República, do Poder Executivo Federal ao Congresso Nacional já se vão cinco anos o que mostra como ainda somos um pouco lento nesse processo de tramitação legislativa. É lógico que eu não estou aqui a defender que o parlamento deva ser uma fábrica, e se caracterize pela sua produção, antes a sua maior virtude está naquilo que depura, que analisa, que debate, que discute, mas de toda maneira um acordo dessa natureza não deveria levar tempo tão delongado para a sua materialização e para a sua eficácia plena, portanto. Mas, Sr. Presidente, os objetivos estão adequadamente especificados na análise que fiz da proposição e também como não poderia deixar de ser até por considerar muito importante o nosso intercâmbio entre a língua espanhola e a língua portuguesa, e acho que isso concorre para que esse intercâmbio se desenvolva envolvendo e aí não somente em função da existência de vizinhos que são países de língua espanhola, mas também pelas nossas ligações com a Península Ibérica. Então, eu diria que eu sou a favor da referida proposição, e, portanto, opinamos pela aprovação do Projeto Decreto Legislativo 16 de 2006. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Marco Maciel. Em discussão o parecer. Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão. Em votação. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. O Senador Rodolpho Tourinho está numa outra reunião, não pôde estar presente, eu vou pedir, então, o Senado Sérgio Zambiasi que possa ler como Relator "ad hoc" o parecer do item 10 Projeto Decreto Legislativo nº 22 de 2006 que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sob cooperação no campo da veterinária celebrado em 9 de abril de 2002 em Foz do Iguaçu. Com a palavra, Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sr. Presidente Eduardo Azeredo, o parecer da comissão de Relações Exteriores [inaudível] sobre Projeto Decreto Legislativo 22 de 2006 que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Polônia sobre cooperação no campo da veterinária assinado em 9 de abril de 2002. Vamos direto à análise já proposta pelo Senador Rodolpho Tourinho. A Organização Mundial da Saúde da Sanidade Animal foi criada em 1924 e agrega hoje 128 países membros, possui uma lista de 128 enfermidades cuja ocorrência de declaração obrigatória. O Brasil é representado na Organização para o Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em 2005 o Brasil exportou 43,6 bilhões em produtos agropecuários, sendo destes 7 bilhões, 178 milhões de dólares do Complexo de Carnes. Somados os 3 milhões dos produtos do grupo de derivados: couro, peles e calçados, temos que cerca de 25% das exportações do agronegócio são de carnes e derivados de produtos agropecuários. A Polônia ocupa a 69 posição entre os países importadores com o total de cerca de 95 milhões de dólares em produtos agropecuários importados. Entretanto, desde o surgimento dos focos de febre aftosa no Mato Grosso do Sul, em outubro de 2005 52 países anunciaram embargo às carnes brasileiras. Alguns países também restringiram a importação de outros animais suscetíveis à aftosa além de miúdos, e de material genético como sêmen e embriões entre outros produtos. A sanidade avícola tem sido alvo de atenção, sobretudo, com a epidemia da gripe aviária. A preocupação brasileira deve, principalmente, ao fato de o país ser o maior exportador mundial de carne de frango. Em 2005 as exportações do setor somaram 3 bilhões e meio de dólares. Hoje o Brasil exporta carne de aves há mais de 150 países. Dada a importância do setor de carnes para a economia do agronégocio do país os prejuízos com embargos às exportações devido a questões sanitárias são enormes e ensejam gastos da ordem de centenas de milhões de reais com medidas sanitárias. Por estas razões são altamente positivas as medidas que visem o intercâmbios, experiências, conhecimentos e a rápida troca de informações entre Brasil e países importados. Acompanha assim o voto do Relator Rodolpho Tourinho titular pela aprovação do Projeto do Decreto Legislativo 22 de 2006, Sr. Presidente, Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Sérgio Zambiasi. Em discussão o parecer. Não havendo quem o queira discutir passo para a votação. Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Passamos ao item 11. Solicito ao Senador Mão Santa que faça a leitura do relatório como Relator "ad

hoc", Relator também Senador Rodolpho Tourinho. É o Projeto Decreto Legislativo nº 23 de 2006 que aprova o texto do acordo de cooperação cultural educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Estônia, celebrado em Brasília em 9 de novembro de 2000. Com a palavra o Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Passamos a ler o relatório do Senador Rodolpho Tourinho logo pela análise. O Tratado em apreço por objetivo fundamental o desenvolvimento da cooperação entre Brasil e Estônia nas áreas de cultura, educação, ciências e desportos. Nesse sentido as partes se comprometem a promover o intercâmbio de professor e pesquisadores para realização de curso de pós-graduação em instituições de ensino superior, intercâmbio de missões educacionais e de pesquisa dos dois países. A implementação de projetos de pesquisa, a [inaudível] do intercâmbio de documentos e publicações sobre resultados de pesquisas conjuntas, ademais o texto prevê o intercâmbio de técnicos especialistas e administradores das áreas de educação e cultura, bem como de estudantes universitários de educação secundária e de cursos profissionalizantes em áreas diversas. Outro aspecto relevante do acordo se refere à interação cultural entre os brasileiros e estonianos por meio da troca de informações sobre eventos artísticos e festivais organizados pelos respectivos países. As partes se comprometem ainda a estudarem possibilidade de intercambiar exposições de belas artes, bem como promover espetáculos e outros eventos culturais. Outro sim convém ressaltar a previsão do incentivo a contatos diretos entre as emissoras de rádio e televisão do Brasil e Estônia para que promovam a troca de programas. Finalmente o texto faz referência à cooperação na área do desporto. Diante do acordo e apreço vislumbramos um amplo leque de benefícios para o Brasil e Estônia. O tratado estimulará não só o maior conhecimento e estreitamento das relações entre os dois povos como em termos mais efetivos permitirá o desenvolvimento de projetos conjuntos entre as instituições educacionais, culturais e desportivas dos dois países. No caso do Brasil, em particular, o Tratado vai ao encontro dos interesses brasileiros de aumentar a atuação do país da comunidade das nações e divulgar nossas riquezas culturais e humanas, de fato que os brasileiros será sempre possível contar com a rica cultura estoniana, o que é muito positivo para o nosso desenvolvimento como nação. E o voto do Senador Rodolpho Tourinho é por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais constitucional e legal e versado em boa técnica legislativa somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 23 de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Mão Santa. Em discussão o parecer. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Nós temos ainda mais três itens que são... Dos quais eu sou relator, eu solicito ao Senador Marco Maciel que assuma a Presidência. O Senador Marcos Maciel foi Vice-presidente da República durante oito anos e várias vezes assumiu a Presidência da República. Então, ele assume para nós a presidência da Comissão.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Pois é, eu estive [inaudível] a ser candidato a Presidente da república, o país está precisando de nomes de probidade. O Marco Maciel está recebendo o telefonema? Há certas coisas que eu não entendo, esse Marco Maciel tinha coragem há 20 anos e eu participei de uma convenção municipal numa prévia, eu era Prefeito e o meu vice era do PFL. Então, na cidade de Parnaíba, Piauí foi sufragado o nome dele como o extraordinário Vice-presidente da República e Aureliano Chaves. E eu não entendo certas coisas de política. Como é que agora ele mais experimentado da Academia de Letras, testado e aplaudido e para dar uma nova ele faltou a coragem. E eu queria lembrar o Ulisses Guimarães que disse: "Faltando a coragem todas as virtudes vão embora". E que V.Exa. representa nessa eleição o homem do Nordeste de bem e de caráter diferente do Presidente Lula e do Presidente Severino que tivemos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Eu acolho a manifestação do nobre Senador Mão Santa, mas por não se tratar de matéria relativa à Comissão, eu vou conceder a palavra agora ao nobre Senador Eduardo Azeredo para que possa relatar o Projeto Decreto Legislativo nº 561 de 2005 que aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre a transferência de pessoas condenadas, celebrado em Brasília em 5 de setembro de 2001.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Marco Maciel, Sr. Presidente. Eu passo à análise. E o acordo em tela visa proporcionar aos cidadãos condenados no exterior a reintegração mais rápida e eficaz na sociedade, mediante a sua proximidade com a família e seu meio social. A exemplo do que já aprovamos aqui em relação ao Peru. Então a questão tem merecido crescente atenção por parte dos formuladores da política externa brasileira, tendo em vista a presença de grande número de brasileiros radicados no exterior. O Brasil vem celebrando um gran-

de número de acordos sobre o matéria, estando em vigor instrumentos firmados com a Espanha, Grã-Bretanha, Chile, Paraguai e Argentina. O Senador Sérgio Zambiasi está dizendo que o Chile já tem um acordo semelhante. O instrumento internacional em exame vem estreitar os laços de cooperação judiciária mútua em matéria penal entre Brasil e Portugal respeita, por outro lado, a soberania de ambos os Estados. Assim a exposição de motivos do Ministério da Relação dos Exteriores esclarece que os Tribunais do Estado é remetente mantém a jurisdição sob sentença proferida, cabendo-lhes à competência exclusiva para anular ou modificar aquelas decisões. E prossegue que de outra parte o Tratado reitera o princípio presente em outros instrumentos dessa natureza assinados pelo Brasil de que a legislação do Estado receptor será aplicada na execução da pena. Trata-se de matéria de elevada relevância social, pois pretende garantir a possibilidade mais rápida, reinserção à sociedade de nacionais condenados residentes no exterior. O Brasil tem mais de dois milhões de brasileiros morando no exterior hoje e nesse caso específico de Portugal é um grande número de brasileiros que lá residem e, às vezes, por um infortúnio acabam sendo presos e a proximidade que possam cumprir a pena próximo à família é, evidentemente, um objetivo muito meritório deste acordo. Pelo exposto eu voto favoravelmente à aprovação do Projeto Decreto Legislativo nº 561 de 2005 que aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre a transferência de pessoas condenadas, celebrado em Brasília em 5 de setembro de 2001. O voto, portanto, é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): O voto do nobre Relator Senador Eduardo Azeredo é favorável à aprovação d matéria. Eu gostaria de saber se há algum membro desta Comissão desejoso de se manifestar sobre o tema? Se não houver, eu gostaria de encerrar a discussão e os Srs. e Srªs. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Passamos, portanto, agora ao item seis que aprova o texto da Convenção relativo ao registro de objetos lançados no espaço cósmico adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidos em novembro de 1974 em vigor a partir de 15 de novembro de 1976. O Relator é, mais uma vez, o nobre Senador Eduardo Azeredo que, aliás, é Vice-presidente desta Comissão. Então, eu concedo a palavra ao ilustre representante do Estado de Minas Gerais para relatar a referida proposição.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, passo a análise do texto da Convenção relativo a objetos lançados no espaço cósmico. E o século 20 foi marcado pelos avanços no setor aeroespacial, de fato, grandes conquistas em nossa sociedade são tributárias das pesquisas de descobertas da era espacial. O Brasil tem se mostrado um ator cada vez mais importante no setor e está construindo as bases para o domínio completo das tecnologias de construção e lançamento de satélites. Nesse sentido é de fundamental importância a participação brasileira na Convenção e apreço. Destaca-se o interesse das Nações Unidas e que seus membros dela tomem parte. País como Estados Unidos, Alemanha, Rússia, França, Japão, Canadá, China, Índia, Argentina, Chile e México já são signatários. O Brasil não deve ficar alheio a esse regime internacional. Pelo exposto por ser conveniente, oportuno aos interesses nacionais constitucional e legal e versado em boa técnica legislativa somos pela aprovação do presente Decreto Legislativo nº 1 de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): O parecer do Relator é favorável. Eu abro discussão sobre a matéria e se nenhum senhor, Sra. Senadora desejar se manifestar, eu vou declarar aprovada a proposição. Em votação. Aprovado. Passo agora para o próximo item que é o item 12 que se trata de um Projeto Decreto Legislativo nº 26 de 2006 que aprova o texto protocolo contra a fabricação e o tráfico ilícito de armas de fogo, suas peças, componentes e munições. Complementando, aliás, a Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional adotado pela Assembléia Geral da ONU em 2001 e assinado pelo Brasil em julho, também, de 2001. Concedo a palavra ao nobre Relator, o ilustre Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Sr. Presidente. Passo logo à análise. A Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional, também conhecida como Convenção de Palermo já foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto nº 5.015 de 12 de março de 2004. Acompanham essa convenção três protocolos adicionais: combate ao tráfico de emigrantes por via terrestre, marítima e aérea, prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial, mulheres e crianças, e o protocolo objeto do presente parecer relativo à fabricação e o tráfico ilícitos de arma de fogo, suas peças, componentes e munições. Os outros dois protocolos adicionais citados também já foram incorporados ao ordenamento jurídico pátrio, por meio, respectivamente, dos Decretos nº 5.016, 5.017 ambos de 2 de março o 2004. No âmbito da organização dos Estados Americanos a Convenção de Palermo foi objeto de resolução aprovada na 30ª Assembléia Geral contando com o apoio do Governo Brasileiro. A

Convenção da ONU quanto ao crime organizado se constitui em mais um importante instrumento da comunidade internacional visando ao combate efetivo do crime transnacional. A importância desse documento é percebida pela recepção do mesmo junto ao OEA nosso grande fórum hemisférico. No Brasil tem havido significativo interesse do Ministério da Justiça na aprovação interna da Convenção e de seus protocolos adicionais. É importante observar que as medidas propostas pelo texto do protocolo em apreço visando ao combate e a fabricação e ao tráfico ilícito de armas de fogo e munições e que seriam de competência imediata do Poder Legislativo já foram, de uma forma geral, positivadas em nosso ordenamento jurídico por meio da Lei 10.826 de 22 de dezembro de 2003, popularmente conhecida como Estatuto do Desarmamento. Há ainda medidas importantes a serem garantidas pelo Poder Executivo como relacionados aos registros, exigências de marcação das armas, seguranças nos depósitos e aos controles de importação e exportação. Portanto, o presente Protocolo vem somar esforços ao combate do crime organizado e vai ao encontro dos atuais ditames e demandas de política da Segurança Pública do Estado Brasileiro. Pelo exposto, por ser conveniente e oportuno interesse nacional, constitucional e legal somos pela aprovação do presente Projeto Decreto Legislativo nº 26 de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Em discussão o parecer do nobre Senador Eduardo Azeredo. Se não houver orador interessado em discutir a matéria, eu vou colocar em votação. Os senhores e senhoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado. Eu, agora, devolvo a Presidência ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Marco Maciel. Não havendo mais nada a tratar eu quero agradecer, inicialmente, a presença dos Senadores que participaram desta Reunião do dia 9 de fevereiro, os Senadores Álvaro Dias, Jefferson Peres, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, eu próprio, Marco Maciel, Mão Santa, Sérgio Zambiasi, Aelton Freitas, Edison Lobão, Gerson Camata, Serys Slhessarenko, César Borges, Flexa Ribeiro e Arthur Virgílio. Nada mais tendo a tratar está encerrada a reunião.

(Sessão encerrada às 11h46.)

Ata da Primeira Reunião Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária Da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia nove de março do ano de dois mil e seis, às nove horas e trinta minutos.

Às nove e trinta horas do dia nove de março do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **ROBERTO SATURNINO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **JEFFERSON PÉRES, NEY SUASSUNA, MOZARILDO CAVALCANTI, VALDIR RAUPP, EDUARDO AZEREDO, GERSON CAMATA, MARCO MACIEL, ROMEU TUMA, FLEXA RIBEIRO, JOSÉ JORGE, PEDRO SIMON, SÉRGIO ZAMBIASI, HERÁCLITO FORTES, RODOLPHO TOURINHO, EDUARDO SUPLICY, WELLINGTON SALGADO, MÃO SANTA** e **EDISON LOBÃO.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Fazem uso da palavra os Senadores **JEFFERSON PÉRES** e **MARCO MACIEL.** O Senhor Presidente faz inversão de pauta. **Extra-Pauta – Item 01:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 12, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002". Faz uso da palavra o Senador **MARCO MACIEL**, para leitura de seu parecer. Aprovado. **Extra-Pauta – Item 02:** Requerimento Nº 09, de 2006 – CRE, de autoria do Senador Marco Maciel, que "Requer, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 12, de 2006, que "Aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002". Aprovado. O Senhor Presidente convida os Embaixadores para comporem a mesa. **Item 01:** Mensagem (SF) Nº 13, de 2006, de autoria da Presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Organismos Internacionais Conexos". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador Marco Maciel. **Item 02:** Mensagem (SF) Nº 82, de 2006, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha que deseja fazer do Senhor ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Em-

baixador do Brasil junto à República do Equador". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador Gerson Camata. O Senhor Presidente passa a palavra aos Embaixadores **ANTÔNIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO** e **ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS** para suas exposições de motivos. A Reunião torna-se secreta. Reaberta a Sessão fazem uso da palavra os Senadores **EDUARDO AZEREDO** e **EDUARDO SUPLICY**. O Senhor Presidente comunica que as duas indicações foram aprovadas e, nada mais havendo a tratar, encerra a Reunião às onze horas e cinqüenta e sete minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Roberto Saturnino,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Havendo número regimental declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura. E submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Se todos os Srs. Senadores estão de acordo, fica dispensada a leitura. Antes de entrar na pauta eu queria fazer duas comunicações aos Senhores membros da Comissão. A primeira é de que nós recebemos do Diretor-Geral da Itaipu Bi-nacional uma explicação daquele assunto referente, enfim, à suposta ausência de fiscalização externa da empresa, relacionada a uma matéria que saiu na REVISTA VEJA e foi objeto de preocupação do Senador Jefferson Peres, nós ficamos de votar um requerimento de informação, não chegamos a votar, infelizmente, mas certamente o Diretor-Geral soube informalmente da nossa preocupação e enviou esta resposta. Eu confesso aos nobres colegas que ainda não li, mas mandei distribuir para que todos leiam e se for o caso dispensar, então, se for satisfatória a resposta, se julgarem satisfatória, dispensaria o envio do Requerimento.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Com a palavra Senador Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): A carta do Diretor da Itaipu é sobre as denúncias da VEJA a respeito de suposta, supostos fatos de corrupção ocorridos na empresa. Eu acho que a minha preocupação, e de outros, foi sobre a falta de mecanismo institucional, porque nem o TCU teria poderes, daqui ou do Paraguai, tem poderes.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): E esse ponto ele não aborda aqui.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Não, é só sobre esse.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Está bem. Então não está dispensado o requerimento e nós vamos providenciá-lo. O segundo assunto é que eu queria comunicar, é que amanhã, no dia 10 de março, amanhã, que é uma sexta-feira, estará em Brasília o Presidente eleito do Haiti o Senhor René Préval. E ele, naturalmente manifestou desejo de fazer uma visita aqui à Comissão e nós, então, vamos receber a visita dele e estamos convidando todos os Senadores membros, assim como os Deputados que foram como observadores lá ao Haiti por ocasião das eleições. Sei que não será fácil termos aqui a presença dos Senadores, mas, enfim, é o meu dever, eu estarei presente, é o meu dever não só comunicar, mas convidar também aos Senadores que aqui estão para recebermos o Presidente René Préval.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente, é pena que, realmente é uma pena que ocorra numa sexta-feira. Eu gostaria muito de estar presente. Primeiro, porque tenho interesse em conversar com o Presidente eleito do Haiti; e, segundo, porque ele vai levar uma impressão nada lisonjeira do Senado vazio. Mas o que é que se há de fazer?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Naturalmente ele foi informado de que sexta-feira é um dia

que...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Deve ter sido informado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Mas é o dia que ele dispunha, porque no sábado já parte para o Chile e no domingo à Argentina, enfim.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Ele chega hoje?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Não, me parece que chega hoje à noite, o tempo que ele dispõe é esse.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Tenho um compromisso inadiável na minha cidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Nós compreendemos, todos compreendem. Então, feitas as comunicações...

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de solicitar a V. Exª. que colocasse extra-pauta e desse a devida prioridade à aprovação de um texto que trata sobre recursos genéticos para alimentação e agricultura. Eu sou Relator

do referido Projeto Decreto Legislativo, mas quando peço a prioridade não é por motivo de ordem pessoal, é porque, institucionalmente, sobretudo o Itamaraty, está desejando que seja aprovado rapidamente, porque esse acordo foi feito em 2002, eles estão agora diante de uma conferência internacional, a que vão comparecer, e que não ficaria bem o comparecimento do Brasil sem ter ratificado o acordo. Daí razão pela qual eu pediria a V. Exª. que se fosse possível, colocasse extra-pauta, e posteriormente se o Plenário da Comissão concordar fosse concedido urgência para que na próxima semana...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Seja votado no Plenário. Senhor Senador, o acordo já consta como item 1° extra-pauta, então se os demais Senadores estiverem de acordo podemos fazer uma inversão, trata-se de um assunto que provavelmente será decidido com muita rapidez, porque há um consenso e o Relator é V. Exª., se todos estão de acordo fica feita à inversão, e eu dou a palavra a V. Exª. para relatar o Projeto de Decreto Legislativo n° 12 de 2006 que aprova o texto do tratado internacional sobre recursos fitogenéticos, para alimentação e agricultura, aprovado em Roma em novembro de 2001 e assinado pelo Brasil em 10 de junho de 2002. Com a palavra o Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Presidente, Senhores e Srs. Senadores, para não me alongar eu vou ler apenas a análise do projeto, que é extremamente sucinta. O tratado internacional sobre recurso fitogenéticos para a alimentação e agricultura foi concebido em harmonia com a conferência sobre diversidade biológica, com vistas a criar um sistema multilateral de acessos à distribuição de benefícios e derivados do uso de recursos fitogenéticos. A CDB, que é a Conferência sobre Diversidade Biológica, aprovada em 2000, ou melhor, em 1992 declara a soberania dos países sobre os seus recursos genéticos. O sistema multilateral criado pelo tratado consiste num mecanismo de facilitação do acesso a recursos genéticos com a finalidade de uso em pesquisas científicas e melhoramento genético. Como contrapartida o sistema prevê repartição dos benefícios para os países de origem com a transferência de Ciência e Tecnologia e de Informações. Também há a previsão de um fundo de benefícios monetários a serem pagos quando a pesquisa resultar em cultivo explorável economicamente.

Outro ponto que merece ser destacado é o reconhecimento da contribuição das comunidades locais indígenas e dos agricultores para a conservação e desenvolvimento de recursos fitogenéticos. Dessa forma as partes contratantes e contratado concordam em adotar medidas para proteger e promover o direito dos agricultores. Dessa forma, concordamos com a ratificação do tratado a que me referi, ressaltando a sua contribuição para desenvolvimento da agricultura e para o combate a fome, além do reconhecimento do patrimônio genético de países ricos em diversidade biológica, como é o caso reconhecidamente do Brasil. Face ao exposto, Sr. Presidente, o nosso voto é pela aprovação do referido Decreto Legislativo n° 12/2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Parecer do Senador é favorável. Em discussão o parecer. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, em votação. Srs. Senadores...

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Presidente, se aprovado...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Vamos aprovar. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Está aprovado. V.Exa...

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Eu pediria que fosse concedido o pedido de urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Em votação o requerimento de urgência, Srªs e Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado o pedido de urgência. Passamos então à pauta normal e...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Peço aos Senhores Embaixadores que tomem assento aqui à Mesa. O item 1° da pauta é a Mensagem n° 13, de 2006, que submete à apreciação do Senado a indicação do Antônio José Vallin Guerreiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Representante Permanente no Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica, a AIEA, e Organismos Internacionais Conexos. O Relator é o Senador José Jorge, que não está presente. Eu pediria então ao Senador Marco Maciel que lesse como o Relator "Ad Hoc" o parecer do Senador José Jorge. Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sem querer me alongar, eu gostaria de dizer que a referida mensagem encaminhada pelo Presidente da República cumpriu toda as prescrições constitucionais e legais relativas à apreciação do Sr. Antônio José Vallin Guerreiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores. A mensagem presidencial é acompanhada de um Curriculum Vitae, foi indicado que aliás, é um Curriculum Vitae extremamente rico e denso. Por outro lado, eu não posso deixar de salientar, se tratar-se, o indicado, de filho do ex-Ministro das Relações Exteriores, o

Chanceler Guerreiro e, portanto, já temos pelo indicado uma admiração por hereditariedade. E quero dizer também que a função que ele vai exercer é uma função, consideramos hoje estratégicas, tendo em vista os fatos que estão se processando, sobretudo nesse território do uso da energia nuclear, inclusive, para fins não pacíficos. A AIEA é uma instituição, a qual o Brasil pertence, foi fundado em 1957 e tem sede em Viena. E o Brasil tem tido um papel extremamente importante na AIEA e considero, portanto, oportuno que nós possamos ter um Embaixador credenciado junto à tal instituição. Eu não teria nenhuma outra consideração a fazer por enquanto, já que mais a seguir o indicado será sabatinado. É portanto o meu relatório, Sr. Presidente, ad hoc, tendo em vista a eventual ausência do ilustre Senador José Jorge.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Agradeço ao Senador Marco Maciel e passo ao item 2° da pauta, a Mensagem nº 82, de 2006, que submete à apreciação do Senado a escolha do Sr. Antonino Marques Porto e Santos, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Equador. O Relator é o Senador Mão Santa. Não estando presente o Senador Mão Santa, eu vou pedir o obséquio ao Senador Gerson Camata que faça a leitura do Relatório.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, o Congresso Nacional é chamado a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz ao Senhor Antonino Marques Porto dos Santos, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Equador. Nascido em São Paulo em 28 de janeiro de 1948, filho de Antonino Santos Júnior e Atalá Marques Porto Santos, o Sr. Antonino Marques Porto dos Santos graduou-se em Ciências Jurídicas em 1971, tendo ingressado na carreira diplomática no posto de Terceiro Secretário em 1973. Ascendeu a Conselheiro em 1987, Ministro de Segunda Classe em 1994 e Ministro de Primeira Classe em 2005, sempre por merecimento. Entre as funções desempenhadas na Administração Pública destacam-se Chefe-Substituto da Divisão da América Central e Setentrional, Chefe de Gabinete da Subsecretaria Geral de Serviço do Exterior e da Subsecretaria Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos, e Diretor do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos. No Exterior exerceu, entre outros cargos, o de Cônsul Geral em Montreal, Conselheiro em Washington, além de haver atuado como o Chefe da Delegação em inúmeras conferências, das quais o Brasil participou nas áreas de Economia, Biossegurança e Ciência e Tecnologia, particularmente no que se concerne à Ciência da Informação. De acordo com o informe preparado pelo Ministério das Relações Exteriores, anexo à mensagem presidencial, o Equador tem experimentado um período de freqüentes crises, sendo que muitas delas levaram à destituição dos seus altos mandatários. Destaca-se que Alfredo Palácio, Presidente da República empossado em 20 de abril de 2005 é o sexto Chefe de Estado em oito anos. Mesmo assim o Relatório do MRE registra que o Presidente Palácio vem enfrentando problemas para assegurar a governabilidade do país. O relatório destaca ainda que a balança comercial continua favorável ao Brasil, terceiro maior fornecedor de bens ao Equador, depois os Estados Unidos da América e da Colômbia. A pauta de exportações equatorianas para o Brasil é concentrada em petróleo, medicamentos bombons e balas, fibras, e abacá em bruto, lâminas de polipropileno, ácido acetilsalicílico, conservas de atum e pescado, óleo de palma africano e fios de nylon. Já o Equador importa do Brasil, entre outros produtos, automóveis, produtos siderúrgicos, papéis, telefones celulares, máquina e aparelhos mecânicos. Convém fazer referência finalmente às empresas brasileiras atuando no Equador como a MARCOPOLO, a BASCAR, a VOLKSWAGEN DO BRASIL, a GENERAL MOTORS DO BRASIL, e as Construtoras ODEBRECHT e ANDRADE GUTIERREZ. Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito desse Relatório. É o Relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Agradeço ao Senador Gerson Camata, vou passar então a palavra para a exposição de suas considerações ao Sr. Antônio José Vallin Guerreiro, indicado para a Agência Internacional de Energia Atômica. Com a palavra, o Embaixador.

EMBAIXADOR ANTÔNIO JOSÉ VALLIN GUERREIRO: Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu queria antes de mais nada agradecer o Relatório preparado pelo Senador José Jorge e lido pelo Senador Marco Maciel. Eu serei breve na medida do possível. Eu queria antes de mais nada, dizer que a Agência Internacional de Energia Atômica, como foi mencionada, foi criada em 1957 com o objetivo de promover os usos pacíficos da energia nuclear, não só com vistas da geração de eletricidade, mas com vistas à sua utilização na indústria farmacêutica, na indústria em geral e na agricultura.

A Agência Atômica tem desenvolvido um papel muito importante nessas áreas, inclusive, no Brasil, onde presta consultoria à Comissão Nacional de Energia Nuclear. E eu estou convencido de que nesses anos de existência, quase cinqüenta, ela tem um saldo, ela mostra um saldo extremamente positivo.

Hoje em dia, a Agência está nas manchetes dos jornais. Isso porque depois que se concluiu o tratado de não proliferação de armas nucleares, que entrou em vigor em 1970, foi dada à Agência Atômica um papel importante, que é o de verificar se os Estados não nuclearmente armados, partes do tratado, estão cumprindo com as suas obrigações, isto é, não estão desenvolvendo artefatos nucleares explosivos. E essa tem sido uma das principais funções que a Agência Internacional tem desempenhado a partir de 1970. Nós, o Brasil tem tido uma atuação importante, significativa, nessa área, argumentando que tão importante quanto o cumprimento das obrigações dos países não nuclearmente armados é o cumprimento da obrigação estatutária da agência, de promover os usos pacíficos da energia nuclear. E permitir que, enfim, e dar expressão concreta ao direito que é inalienável, tal como está escrito no tratado de não proliferação nuclear de todos os Estados terem direito ao desenvolvimento da tecnologia nuclear para fins pacíficos, inclusive do ciclo do combustível nuclear. E essa é justamente a grande pendência que está hoje diante da comunidade internacional no que diz respeito ao Irã.

Por outro lado, nós também temos insistido que o regime de não proliferação de armas nucleares, ele não pode ser sustentado a longo prazo se não houver um esforço crível, um esforço que seja de fato percebido pela comunidade internacional como efetivo, no sentido do desarmamento nuclear. No fundo, uma vez terminada a Guerra Fria, é difícil acreditar que haja justificativa para existência de trinta mil ogivas hoje em dia. Nós sabemos que há países que reduziram ciclos, especificamente o Reino Unido, reduziram seus arsenais, mas ainda é necessário um compromisso que seja internacionalmente verificado com vistas à eventual eliminação dentro de um prazo que se considere razoável das armas no caso--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): No acordo há alguma obrigação?

EMBAIXADOR ANTÔNIO JOSÉ VALLIN GUERREIRO: O acordo fala de que há uma obrigação dos Estados que explodiram artefatos nucleares antes de 67, de negociarem de boa-fé o desarmamento. Eles nunca, quer dizer, a União Soviética e os Estados Unidos chegaram a assinar, a ratificar acordos, os acordos *salt(F),* depois os acordos *start(F),* ultimamente entre o Presidente Putin e Presidente Bush, um acordo no sentido de desativar, retirar as ogivas de uma grande quantidade de mísseis. Agora, esse acordo não é um acordo que se possa considerar definitivo, porque as ogivas podem ser colocadas de novo nos mísseis. Elas estão lá, não foram destruídas, mas enfim, houve acordos bilaterais, mas que evidentemente não satisfazem às aspirações da comunidade internacional nessa área.

O Brasil tem na sua Constituição de 88 um dispositivo que proíbe o uso da energia nuclear, para fins não pacíficos. E em decorrência disso o Brasil assumiu uma série de compromissos internacionais e primeiramente junto com a Argentina, depois junto à Agência Atômica, no sentido de assegurar que nenhuma atividade nuclear no Brasil seja utilizada para fins não pacíficos. E nós temos tido uma cooperação muito estreita com a Agência Atômica que, enfim... O último caso, se é que eu posso chamar de caso, mas enfim, foi justamente o dos procedimentos de inspeção para a primeira usina de produção de combustível para fins comerciais no Brasil, que foi a Usina de Rezende, que deve ser inaugurada pelo Presidente da República em algum momento, por uma questão de agenda, entendo eu. Levou algum tempo, mas nós fomos bem sucedidos em acordar com a Agência Atômica um sistema de inspeções que permite a Agência assegurar-se de que não há desvios de material nuclear e ao mesmo tempo permite que o Brasil, enfim, proteja importantes informações de ordem comercial, industrial e tecnológica. Há sempre um equilibro aí que tem que ser preservado. No fundo, um inspetor que tem acesso a como se faz uma ultracentrífuga, que enriquece o urânio em forma de gás e esse inspetor, ele é teoricamente um indivíduo proliferante. Então a própria Agência não gosta que os seus inspetores tenham acesso muito direto a certas informações consideradas mais sensíveis.

Como foi na mensagem a que o Senhor se referiu, Sr. Presidente, não é apenas a Agência Atômica que está em Viena e da qual eu, enfim, se for removido para Viena, me ocuparei, mas também a questão do tratado que proíbe os testes nucleares.

Esse tratado foi negociado em Genebra na Comissão do Desarmamento e ele prevê a proibição total dos testes nucleares. Quer dizer, houve um tratado dos anos sessenta que proíbe os testes na atmosfera, e esse que foi adotado nos anos noventa proíbe os testes em qualquer ambiente.

Esse tratado, ele tem dois objetivos, um deles contribuir para a não proliferação e contribuir também para o não desenvolvimento dos atuais arsenais nucleares. Já me disseram, os países que têm bomba, que embora seja possível fazer simulações em com-

putador sobre o comportamento de uma arma nuclear, como, por exemplo, o grau de radiação ou o grau de destruição, ninguém nunca saberá ao certo o que vai acontecer se não houver a explosão. Então, o tratado tinha esses dois objetivos, ele não está em vigor, existe uma organização provisória em Viena, que, enfim, está preparando todo um instrumental necessário, para que quando o tratado entre em vigor, se possa verificar se houve ou não algum tipo de teste nuclear em qualquer ambiente possível.

Nós temos feito um esforço para assinalar que, enfim, o tratado não pode ser apenas um clube de Sismólogos. Eles servem a um objetivo político importante e, portanto ele tem que entrar em vigor. Os Estados Unidos não ratificaram, a ratificação deles é essencial para que ele entre em vigor, a China não ratificou, de modo que... A Índia não ratificou e com boas razões, em 1998 fez os testes, o Paquistão tampouco ratificou... De modo que as perspectivas de entrar em vigor não são das mais alentadoras, porém, o trabalho permanece em Viena e nós temos uma atividade bastante ativa, atividade bastante, digamos assim, construtiva nessa área.

O outro não se trata de um organismo, mas enfim, trata-se de um mecanismo informal que existe em Viena, que é o grupo de supridores nucleares. Esse é um grupo informal composto por países, principalmente países, principalmente países que tenha a capacidade de produzir equipamentos, máquinas e materiais que podem ser utilizados em armas nucleares. E esse grupo elaborou nos anos setenta diretrizes que são evidentemente atualizadas de acordo com as necessidades para exportação de certos bens. E a idéia é que cada país soberanamente tome os cuidados necessários com vistas a não exportar certos equipamentos para países que não assumiram certos compromissos. Como, por exemplo, países que não são parte dos tratados de não proliferação de armas nucleares ou de tratados semelhantes, como o Tratado de Tlatelolco no âmbito latino americano, por exemplo. Isso traz uma questão sensível no momento que é esse acordo que foi assinado entre os Estados Unidos e a Índia, há poucos dias, que prevê sob certas condições que os americanos exportarão combustível nuclear para as usinas civis indianas inspecionadas pela Agência Atômica. Isso a rigor fere um dos parâmetros e critérios básicos do grupo de supridores nucleares, o Brasil vai assumir a próxima presidência desse grupo e é um dos temas com os quais nós teremos de lidar. Essa questão, se é possível ou não, adaptar esse acordo entre os Estados Unidos e a Índia às diretrizes do grupo de supridores nucleares. Há muita gente que acha que isso vai ficar para as calendas, porque até os indianos, enfim, separarem as suas atividades civis das atividades de cunho militar levará muito tempo e será muito caro. E eu li na imprensa artigos de cientistas indianos, que são inclusive muito contrários a isso, diz que isso vai prejudicar o esforço bélico indiano. Sr. Presidente, são essas as breves palavras com as quais eu queria me dirigir aos membros da Comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Obrigado, Embaixador. Eu vou passar então imediatamente a palavra ao Embaixador Antonino Marques Porto e Santos para fazer... Indicado para a Embaixada do Brasil na República do Equador para fazer a sua exposição, com a palavra o Embaixador Antonino.

EMBAIXADOR ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Bom dia a todos, obrigado Senador Saturnino Braga, eu queria agradecer também o Relatório preparado pelo Senador Mão Santa e lido pelo Senador Gerson Camata. Muito obrigado. Procurarei ser breve, como meu colega foi, mas antes de entrar em matéria eu gostaria de compartilhar com os Senhores uma pequena observação pessoal, outra profissional e depois entrarei na temática. A pessoal é que é com muita satisfação que eu volto a tratar de tema latino-americanos, que foram aqueles temas, nos quais eu tive uma parte importante da minha carreira profissional, da minha vida profissional como Diplomata. É com grande satisfação que eu faço isso, sobretudo sabendo da importância para a política externa brasileira da América do Sul, da idéia de América do Sul, do conceito sul-americano, dentro da idéia maior do latino-americanismo e que hoje em dia, enfim, é parte muito importante das prioridades, enfim, estar entre as prioridades maiores da política externa do Presidente Lula e conduzida pelo Ministro Celso Amorim. Eu acho que é um desafio que eu vejo com muita satisfação, quer dizer, algo que, voltar um pouco ao meu passado, e tratar de agora contribuir de alguma maneira para que essa prioridade da política externa brasileira se cumpra dentro das minhas possibilidades a melhor forma possível, sendo eu aprovado por V. Exªs. aqui.

Especificamente, no que diz respeito ao Equador, de maneira geral é um país com o qual nós temos uma relação de alto grau de relevância política e de aproximação, nós temos com eles simplesmente um dado, mas é um dado que mostra bem, do ponto de vista institucional, o relacionamento bilateral está balizado, bem balizado, por mais de seis dezenas de acordos bilaterais. No último ano, nós tivemos, no ano de 2005, nos tivemos três, pelo menos tivemos três visitas do chanceller Celso Amorim ao Equador, tivemos em 2004 uma visita muito importante do Presidente Lula, além de diversos encontros bilaterais entre Chefes

de Estado nos últimos dois anos dentro do quadro de aproximação de coordenação, que é tão importante para a política externa brasileira na América do Sul, e ai eu menciono a cúpula da Casa que é a comunidade de países sul-americanos em Cuzco em 2004, em Brasília em 2005, e a cúpula de países árabes e sul-americanos em Brasília, em 2004.

Como eu havia dito antes, tradicionalmente as relações bilaterais têm um alto grau de relevância política e aproximação que foi realçada muito expressivamente entre 1995 e 1998 pela atuação brasileira comum dos garantes do processo de paz que culminou com os acordos de paz entre o Equador e o Peru, de 1998.

Mais recentemente o Brasil entrou um pouco no foco, sobretudo equatoriano, quando o ex-Presidente Gutiérrez escolheu o Brasil para se asilar depois que foi afastado da Presidência da República do seu país.

No geral, do relacionamento bilateral hoje, eu creio que os nossos objetivos são aqueles pelos quais, se aprovado eu procurarei trabalhar, são ampliar e diversificar o alcance da relação, da cooperação bilateral, inclusive na área social, onde ambos países têm dificuldades e, por causa disso, têm campo comum para cooperar e junto com isso também procurar reforçar os laços do Equador com a região, particularmente com a América do Sul, dando ênfase à busca de uma coordenação regional em posições, em organismos como grupo do Rio, na esfera do Tratado de Cooperação Amazônica e no âmbito da Casa.

As relações econômicas bilaterais comerciais, sobretudo, já foram resumidas pelo Senador Camata no Relatório que fez. E eu rapidamente posso mencionar que o salto, o comércio bilateral tem sido extremamente favorável ao Brasil, a pauta brasileira é bem mais diversificada, de exportação para o Equador, com uma quantidade muito maior de produtos, com maior agregação de valor, como equipamentos, bens de consumo, automóveis e partes, celulares, produtos siderúrgicos etc. Por outro lado a pauta equatoriana é extremamente concentrada de exportações para o Brasil, se concentrou nos últimos dois anos basicamente em petróleo e mais tradicionalmente, medicamentos, bombons, balas, conservas de atum e pescada, que constituem esses cerca de 90% total exportado para o Brasil. Isso gera um superávit em favor do Brasil, um déficit em desfavor do Equador que é histórico e que tende a se aprofundar, se se concretizarem, como esperamos que aconteça, na venda de três aviões da EMBRAER ao Equador, no curso desse ano.

A nossa avaliação é que essa situação de déficit é uma situação de difícil reversão, mas que merece um esforço, no sentido de procurar, senão reverter, minorar, porque nós todos sabemos que um déficit, uma relação caracterizada por um déficit dessa magnitude, como nós temos com o Equador, que para nós, na nossa pauta, não é grande coisa, mas na pauta equatoriana é grande, isso não contribui para uma relação bilateral equilibrada. Então, o que nós temos procurado fazer é implementar com o Equador o programa de substituição competitiva de exportações, no que significa o esforço inaugurado no Governo em 2003, do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty, no sentido de procurar mostrar aos possíveis exportadores da região para o Brasil quais são aquelas possibilidades, quais são aqueles nichos de mercado que eles poderiam aproveitar.

Temos tido algum sucesso no caso do Equador, foi possível identificar algumas possibilidades que diz respeito à venda de óleo de palma, mas não chega a ser brilhante. E essa situação de déficit, de continuação de déficit decorre também de um certo grau de instabilidade no governo equatoriano, cujas autoridades econômicas financeiras mudam com uma freqüência muito grande. E também há pouca articulação que antes as Associações, Classes, Exportadores. Mas enfim, o esforço tem sido feito, foi assinado com o Mercosul o Acordo de Complementação Econômica número 59, do qual o Equador é parte como Membro na Comunidade Andina, e que está em vigor desde 2005; e esse acordo reconhece e preserva aquelas assimilitudes, que há no comércio entre os dois países e permite que a desbravação brasileira seja mais rápida ou por outro lado que a equatoriana seja menos rápida, e também há uma série de facilidades em regra de origem. O outro fator que dificulta o aumento realmente do comércio é a ausência de uma linha aérea regular entre os dois países.

Há um ponto que eu gostaria de mencionar aos Senhores que é a questão da participação brasileira no mercado equatoriano, no Equador, em termos de empresas brasileiras atuando no Setor de Infra-Estrutura. Algumas estão lá há mais de duas décadas. Hoje em dia, uma grande hidrelétrica, a hidrelétrica de São Francisco vai ser responsável quando pronta no fim desse ano ou no curso desse ano a 12% da oferta de energia do país, está a cargo de uma empresa brasileira, a ODEBRECHT e conta evidentemente com financiamentos do BNDES, no valor de trezentos e quarenta e três milhões de dólares, a obra está orçada em trezentos e quarenta, duzentos e quarenta e três de financiamento e trezentos e quarenta o custo total. Outra hidrelétrica onde há interesse de empresas brasileiras é a [*Inaudível*] . Se for concluída suprirá mais 8% da demanda energética equatoriana. Temos participação na construção do Aeroporto de Tena, importante no esquema geral de integração sul-americana.

E é um aeroporto que quando concluído facilitará o comércio entre o Equador e a região norte do Brasil, Manaus, sobretudo. E há também a participação de uma outra empresa brasileira na área de construção, na administração e exploração do Aeroporto de Quito. Outras empresas brasileiras presentes são AMBEV, EMBRAER que eu já mencionei, VOLKSWAGEN, GM e MARCOPOLO e a PETROBRAS que tem investimentos hoje, mais de quatrocentos milhões de dólares no Equador. Aí nós temos tido um certo problema, porque uma nova exploração que a PETROBRAS está pretendendo levar a cabo no Equador, tem sido muito questionada em termos ambientais, mas, enfim, o fato é que a empresa já produz trinta e dois mil barris/dia. No outro poço de perfuração e nesse, quando se resolvam essas pendências ambientais, certamente, a participação será maior ainda.

No caso, se eu pudesse, sem me alongar muito, procurar concluir, mencionando que no âmbito político a visita do Presidente Lula em 2004, ainda no Governo Gutiérrez, acelerou a conclusão de acordos de cooperação importantes para aquele país na Área de Energia, na criação de um Banco de Leite Humano, na de Telecomunicações e Sistema de Saúde. Outras áreas de cooperação são na cooperação Judiciária, Agricultura, Saúde e Biocombustíveis. O Brasil tem muito interesse na entrada do Equador no mercado de etanol.

Muito brevemente duas palavras sobre a situação política nós teremos do Equador, o país terá eleições em outubro, o cenário ainda não é muito claro, um dos principais atores que era o ex-Presidente que foi deposto, o Gutiérrez, saiu da prisão na sexta-feira, e ele certamente será um ator importante. Não se sabe ainda se ele pode concorrer a Presidente, ele já disse que é candidato, porque segundo a lei local, o que se interpreta é que ele não pode ser reeleito, porque ele na realidade teria sido demitido, e em sendo demitido se colocar de novo, ele estaria tendo um segundo mandato, coisa que não seria possível. Então nós, daqui até outubro, teremos uma situação bastante politicamente sensível no Equador. A situação econômica, o país é dolarizado, o que de certa forma blinda a economia dos percalços políticos, mas o que tem acontecido é que com um certo descontrole orçamentário, o que está havendo é uma inflação que está voltando e isso para um país dolarizado em termos de 4.5% por ano, foi o que deu no ano passado, pode indicar algum perigo, e no ano eleitoral será pior.

Áreas de atuação e potencial que eu identifiquei naquele país, eu creio que será importante manter o apoio à atuação das empresas brasileiras de serviço, a promoção de etanol é algo que poderá gerar bons resultados, da mesma forma que a proporção da cooperação em áreas sociais, difusão cultural e de imagem do Brasil, e a busca de equilíbrio do comércio através da divulgação da ACS 59, de Acordo de Cooperação Econômica, de 59, e do Programa da Substituição Competitiva de Exportações. Muito rapidamente, Sr. Presidente, é o que eu tinha a dizer nesse momento. Muito obrigado. Obrigado pela paciência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Agradeço ao Embaixador Marcos Porto e agora, tendo em vista a nossa exigência constitucional, eu transformo a Sessão em **Sessão Secreta**, pedindo aos presentes que nos deixem.

Sessão torna-se Secreta às 11h08

Sessão reaberta às 11h53

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Reaberta a nossa reunião, com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero me desculpar, porque também não poderei estar presente aqui amanhã na recepção ao Presidente Préval, mas eu queria levantar um outro assunto, Sr. Presidente, ainda com relação à pauta das reuniões, porque eu ontem à noite ainda tive um encontro social, encontrei com vários Embaixadores, e com relação à concessão de acordos do Brasil. E eu sei que existem vários acordos em pauta, se nós poderíamos pautar a coisa em pauta, para colocarmos na ordem para que a gente pudesse votar na próxima semana alguns desses acordos aí, que alguns deles que eu me lembro bem ontem, foi com o Panamá, são acordos importantes que estão pendentes aí ainda. Eu queria pedir para a gente colocar na pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Senador Azeredo, nós estamos diante de um dilema porque há a necessidade de apreciação urgente de vários desses acordos e, por outro lado, a direção, enfim, o Ministério nos pede uma urgência também na apreciação de três indicações de Embaixadores que foram enviadas para cá. E nós estamos cogitando de fazer na próxima semana duas Sessões e queríamos até querer conhecer a opinião dos Senadores-Membros, porque esta Reunião Extraordinária poderia ser ou na terça-feira às 14h da tarde ou na quarta de manhã. Então, vamos fazer uma consulta, eu não vou decidir isso agora, porque a maioria não está aqui, mas vamos fazer uma consulta para avaliarmos a possibilidade de fazermos duas Sessões na semana próxima, sendo que na Sessão de quinta eu vou pedir a V. Exª. que abra, porque eu só poderei chegar, eu estarei fora de Brasília, só poderei chegar às 11h, mas V. Exª. vai me fazer este favor, e à Comissão, de abrir a Sessão. Mas vamos fazer a consulta indivi-

dual aos membros da Comissão e tomar uma decisão e comunicaremos aos nobres Senadores.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Da minha parte eu já adianto que essa idéia de terça-feira é interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): A idéia de terça-feira à tarde?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu acho que é um horário que não tem Ordem do Dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Se os Senadores pudessem se manifestar quanto à viabilidade desta...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Terça-feira no início da tarde?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Terça-feira no início da tarde.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Uma Reunião Extraordinária, tendo em vista que há um acúmulo de acordos e também há uma urgência manifestada pelo Ministério da apreciação de três Embaixadores. Então nós faríamos duas sessões na semana que vem, uma normal na quinta-feira e a outra terça-feira de tarde. O Senador Mão Santa também acha bom. Então temos essa manifestação, vamos fazer essa convocação extraordinária. Não tendo mais assunto. Foi feita a apuração e ambos os Embaixadores mereceram a aprovação da Comissão. Não havendo mais assunto a tratar, declaro encerrada a presente Sessão.

(Sessão encerrada às 11h57.)

Ata da Segunda Reunião Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia quatorze de março do ano de dois mil e seis, às quatorze horas.

Às quatorze horas do dia quatorze de março do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **ROBERTO SATURNINO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **JOSÉ AGRIPINO, SERYS SLHESSARENKO, MARCO MACIEL, SÉRGIO ZAMBIASI, HERÁCLITO FORTES, MÃO SANTA, GERSON CAMATA, ROMEU TUMA, EDUARDO SUPLICY, EDUARDO AZEREDO, JEFFERSON PÉRES, VALDIR RAUPP, JOSÉ AGRIPINO.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Fazem uso da palavra os Senadores **HERÁCLITO FORTES, ROMEU TUMA, EDUARDO SUPLICY** e **JEFFERSON PÉRES**. **Item 01:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 562, de 2005, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto das Emendas ao Acordo Relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite e ao Acordo Operacional, aprovadas pela 25ª Assembléia das Partes, realizada entre 13 e 17 de novembro de 2000, e pela 31ª Assembléia de Signatários, nos dias 09 e 10 de novembro de 2000". Faz uso da palavra o Senador **JEFFERSON PÉRES**, para leitura de seu parecer. Aprovado. **Item 02:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 564, de 2005, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile no campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado em Arica, República do Chile, em 20 de março de 2002". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **GERSON CAMATA**. **Item 10**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 14, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, celebrado em Lima, em 25 de agosto de 2003". Faz uso da palavra o Senador **GERSON CAMATA**, para leitura de seu parecer. Aprovados. **Item 03:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 02, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação Técnica na Área e Turismo, celebrado em Brasília, em 6 de dezembro de 2002". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **ROMEU TUMA**. Faz uso da palavra o Senador **GERSON CAMATA**. Aprovado. **Item 04:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 03, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa sobre Cooperação em Certas Matérias Consulares de Caráter Humanitário, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **ROMEU TUMA**. Aprovado. **Item 05**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 05, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Restituição de Veículos Automotores Roubados ou

Furtados, celebrado em Brasília, em 28 de abril de 2003". Faz uso da palavra o Senador **ROMEU TUMA**, para leitura de seu parecer. Aprovado. O Senhor Presidente, Senador Roberto Saturnino, passa a presidência ao Senador Eduardo Azeredo. **Item 06:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 06, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Protocolo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Circulação de Produtos Alimentícios, celebrado em Brasília, em 25 de novembro de 1999". Faz uso da palavra o Senador **ROBERTO SATURNINO**, para leitura de seu parecer. Aprovado. O Senador Eduardo Azeredo devolve a presidência ao Senador Roberto Saturnino. **Item 07:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 07, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **JEFFERSON PÉRE**S. Aprovado. **Item 08:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 08, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Argentina para o Combate ao Tráfego de Aeronaves Supostamente Envolvidas em Atividades Ilícitas Internacionais, assinado em Buenos Aires, em 9 de dezembro de 2002". Faz uso da palavra o Senador **ROMEU TUMA**, para leitura de seu parecer. Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores **MARCO MACIEL e JEFFERSON PÉRES**. **Item 09**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 11. de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Trabalho Remunerado para Dependentes de Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas, Escritórios Consulares e Representações Permanentes de Organizações Internacionais, celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004". Faz uso da palavra o Senador **HERÁCLITO FORTES**, para leitura de seu parecer. Aprovado. O Senhor Presidente faz inversão de pauta e passa ao **Item 22**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 44, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, celebrado em Brasília, em 13 de dezembro de 2002". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **MARCO MACIEL**. Aprovado. **Item 11**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 15, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação para a Conservação e o Uso Sustentável da Flora e da Fauna Silvestres dos Territórios Amazônicos da República Federativa do Brasil e da República do Peru, celebrado em Lima, em 25 de agosto de 2003". Faz uso da palavra o Senador **JEFFERSON PÉRES**, para leitura de sue parecer. Aprovado. **Item 12:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 17, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia de Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em Brasília em 25 de julho de 2000". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **MÃO SANTA**. **Item 13**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 18, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto da Emenda do Artigo XIII da Convenção Constitutiva da União Latina". Faz uso da palavra o Senador **MÃO SANTA**, para leitura de seu parecer. **Item 23:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 62, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto da Convenção entre os Governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos sobre a Renda, assinada na Cidade do México, em 25 de setembro de 2003". Faz uso da palavra o Senador **MÃO SANTA**, para leitura de seu parecer. Aprovados. **Item 14:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 19, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá no Campo da Luta contra o Crime Organizado, celebrado em Brasília, em 21 de agosto de 2001". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **VALDIR RAUPP**. Aprovado. **Item 16:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 27, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação no Campo de Proteção das Plantas, celebrado em 09 de abril de 2002, em Foz do Iguaçu". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **MARCO MACIEL**. Aprovado. **Item 17**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 29, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova os textos

da Convenção nº 167 e da Recomendação nº 175 da Organização Internacional do Trabalho sobre a Segurança e Saúde na Construção, adotadas em Genebra, em 20 de junho de 1988, pela 75ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **GERSON CAMATA**. Aprovado. **Item 18:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 34, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica, celebrado em Atenas, em 27 de março de 2003". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **VALDIR RAUPP**. Aprovado. **Item 19**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 35, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em 4 de dezembro de 2003, em Beirute". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **MARCO MACIEL**. Aprovado. **Item 20**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 37, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, celebrado em Nova Deli, em 25 de janeiro de 2004". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **GERSON CAMATA**. Aprovado. **Item 21:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 38, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, celebrado em Brasília, em 05 de outubro de 2004". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **VALDIR RAUPP**. Aprovado. **Item 15**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 25, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Estônia, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2000". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **GERSON CAMATA**. Aprovado. **Item 24**: Projeto de Resolução do Senado Nº 81, de 2005, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Áustria". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc" Senador **VALDIR RAUPP**. Aprovado. Faz uso da palavra o Senador **MARCO MACIEL**, pela ordem. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às quinze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Roberto Saturnino,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Sessão Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Se todos estão de acordo, fica dispensada.

E passamos agora à apreciação da nossa extensa pauta. Eu queria, enfim, justificar perante os Senadores a convocação dessa extraordinária, porque nós estamos com uma pressão de pauta muito grande. Temos cerca de 40 acordos para aprovar e, na pauta de hoje, temos vinte e poucos. Temos três Embaixadores, que o Ministério das Relações Exteriores nos pede, encarecidamente, que apreciemos as respectivas mensagens, e temos os requerimentos, que nós pretendemos apreciar na outra semana. Durante a convocação extraordinária foram apresentados vários requerimentos que nós não pudemos votar, porque não se podia votar senão o que estava na pauta de convocação. Agora, há três requerimentos, que foram aprovados. Um, antes da convocação extraordinária, que é aquele que chama uma Audiência Pública para discutir os problemas das grandes cidades, da Segurança Pública e seus reflexos na Defesa Nacional, e dois, mais recentes, que foram aprovados já depois da convocação extraordinária que é uma audiência para ouvir o Prof. Ricardo Seitenfus, sobre o Haiti e o requerimento para ouvir, em Sessão secreta, o Embaixador da Argélia, sobre o Embaixador brasileiro que negociou o caso do brasileiro seqüestrado no Iraque e que também foi aprovado, mas não chegamos a marcar o dia da Sessão. De forma que eu acho também, Srs. Senadores, que nós vamos ter que fazer extraordinárias para essas Sessões, porque o acúmulo de pauta é muito grande, muita substância para apreciarmos.

Agora, o Prof. Seitenfus e a questão da segurança das cidades a gente pode... Quer dizer, não há uma urgência urgentíssima, porque o caso do Haiti já foi de certa forma, ultrapassado, na primeira etapa, com eleição do Presidente, e a segunda etapa, ainda não se cumpriu, só vai se cumprir ao fim de abril. O caso mais urgente é o do brasileiro seqüestrado no Iraque e que está desaparecido e nós convocamos o Embai-

ção da Argélia, para prestar os esclarecimentos e diligência ..

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Da Tunísia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Da Tunísia, desculpe. E ele pediu que fosse em Sessão secreta. Então, esse é o caso [illegible] que mais urgente para nós pensarmos em realizar um dia, naturalmente também de acordo com a conveniência dele, o Embaixador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Sr. Presidente, com sua permissão. Eu acho que nós teríamos que comunicar imediatamente o Itamaraty, porque não sei como seria o trâmite burocrático. Eu acho que a Comissão comunicaria o Itamaraty e o Itamaraty, [illegible] convite. A minha preocupação é...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): A data.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): ... [illegible] urgente possível. Nós temos aqui na [illegible] eu lhe passei às mãos uma cópia já, a [illegible] passei também para o Senador Suplicy, que [illegible] requerimento. Ocorre que os assuntos [illegible] seqüestro do Sr. Vasconcelos começam [illegible] acho da maior importância que essa Co[illegible] o mais rápido possível, a oportunidade [illegible] Embaixador Sérgio Teles.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Se todos estão de acordo, eu entro [illegible] com o Itamaraty e, tão logo seja possível, [illegible] e depois comunico à Comissão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Independente de ser dia ou não da Comissão. Qualquer dia e qualquer hora. Presidente, o Senhor permite uma [illegible] de V.Exª. concordar. Eu estou vendo aqui a [illegible] praticamente todos acordos de cooperação, [illegible] de algum tempo que circulam na Casa. Se V.Exª e os Senadores concordassem, a gente faria [illegible] feito. Hoje, pelo volume de projetos que [illegible] às rádios comunitárias em que se lê só o voto. Só o voto. E aí a gente provavelmente ganharia um tempo enorme, se V.Exª. concordar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Se todos estão de acordo, vamos proceder desta forma. Acho que... Obviamente, em um ou outro caso excepcionalíssimo, pode haver qualquer dúvida ou polêmica e neste caso, então, se discutiria com maior detalhe. Mas, na maioria dos casos...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Porque a Ementa quase que resume todo o procedimento e o relatório confirma ou não. A Ementa e o voto. A Ementa é para saber do que se trata e o voto, se tiver alguma dúvida...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Fazer o registro na ata, que é importante. Então, se todos estão de acordo, passamos à apreciação da pauta. O item ...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Apenas, Sr. Presidente, relativamente ao requerimento sobre o Embaixador da Tunísia, que eu assinei juntamente com o Senador Heráclito Fortes, eu gostaria de fazer a seguinte sugestão. Que no diálogo de V.Exª. com o Itamaraty, com o Ministro Celso Amorim, informando que a Comissão convidou o Embaixador da Tunísia, mas que possa ele próprio, o Ministro Celso Amorim, e/ou, além do Embaixador da Tunísia, quem ele designar e também o Presidente da ABIN, para estarem ambos presentes e nos darem a informação completa. Eu acho que seria interessante, porque assim... Porque o Embaixador da Tunísia esteve lá e realizaram uma missão. Muito bem, mas o que é que se passou desde então? É preciso que nós tenhamos a informação a mais atualizada e completa e que o Ministro, então, ou ele mesmo ou quem ele designar, talvez o próprio Embaixador do Brasil na Tunísia, para nos dar a informação a mais completa e atualizada sobre João José Vasconcellos Júnior. É só a recomendação que eu queria fazer a V.Exª., como Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Muito bem. Eu agradeço e, no contato com o Ministro, naturalmente, eu levarei em conta esta questão que V.Exª. levanta, da atualização da informação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Sr. Presidente, eu quero apenas ponderar ao companheiro Suplicy que o requerimento é específico ao Embaixador e que o Embaixador foi que, por delegação do Itamaraty, esteve no Iraque. Ele foi quem foi e fez algumas tratativas, então eu acho fundamental esta Comissão ouvi-lo o quanto antes. Evidentemente se, posteriormente, houver necessidade de se ouvir o Ministro das Relações Exteriores, dependendo do que diga o Sr. Embaixador ou a ABIN, tudo bem. Mas eu acho que nós temos o requerimento aprovado, de minha autoria, com o apoio do Senador Suplicy, eu acho que a prioridade aí, no caso, é a oitiva do Sr. Embaixador, que foi designado para esta missão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Naturalmente, a preocupação do Senador Suplicy é com a atualização das informações. O Embaixador poderá junto até o Ministro, já que ele foi delegado e tem a confiança do Ministro para negociar o caso, ele mesmo pode se utilizar e já nos trazer a informação mais atualizada. Srs. Senadores, passamos então a nossa extensa pauta de hoje, com a concordância de todos em que, não havendo subs-

tância mais polêmica, sejam lidos apenas os votos referentes a cada um.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente, V.Exª. permite um minuto só, Pela Ordem?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): É evidente. Pela Ordem.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Vamos limpar a pauta, com certeza, parabéns a V.Exª. por isso, mas eu gostaria que, em seguida, ou seja, próximas Sessões, se agendasse os debates, as audiências públicas já aprovadas aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Eu estive exatamente tratando disso antes. Na próxima semana nós vamos ter uma Sessão dedicada a isso. Item um, da pauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 562/2005. Que aprova o texto das emendas ao Acordo relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite e ao Acordo Operacional. Aprovadas pela 25ª Assembléia das partes, realizada, a assembléia, entre 13 e 17 de novembro de 2000 e pela 31ª Assembléia de signatários, nos dias nove e 10 de novembro de 2000. A autoria é da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e o Relator é o Senador Jefferson Peres, a quem passo a palavra.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Pois não. Aprovo o texto das emendas ao Acordo relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite e ao Acordo operacional. Aprovadas pela 25ª Assembléia das partes, realizada pela Assembléia das Nações Unidas. Trata-se de Projeto de Decreto legislativo, o texto das emendas altera a estrutura e o funcionamento do sistema INTELSAT, organização provedora de serviços de telecomunicação via satélite em nível internacional. O texto foi submetido ao Congresso Nacional, por meio de mensagem presidencial, acompanhado de exposição de mesmos motivos do Ministro das Relações Exteriores. Nesta se argumenta a necessidade de aprovar o texto, para que não seja suspensa a participação do Brasil na INTELSAT. Opinaram pela normalidade, juridicidade e constitucionalidade das emendas, o Ministério do Exterior e a Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL. Esta ressaltou a condição do tratado de expressar vontade multa dos membros em prol da consolidação de uma instituição que responda aos interesses de seus membros. Na Câmara, o texto foi aprovado por unanimidade na Comissão de Relações Exteriores e na de Constituição e Justiça. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental aqui no Senado. Por tudo isso, Sr. Presidente, meu voto é pela aprovação do PDS nº 562/2005.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Em discussão. Os Srs. Senadores, se ninguém quer discutir, coloco em votação. O Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Vamos ao item dois. Projeto de Decreto Legislativo nº 564/2005. Que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, no campo dos usos pacíficos das energias nuclear celebrado em Arica, República do Chile, em 20 de março de 2002. A autoria da Comissão de Relações Exteriores, da nossa Comissão, e o Relator é o Senador Pedro Simon. Não estando presente, solicito ao Senador Gerson Camata o obséquio de funcionar como Relator *ad hoc*.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, se V.Exª. me permite, juntamente com esse acordo, que é um acordo protocolar, sobre o uso de... Co-estabelecendo condições para o uso pacífico de energia nuclear entre o Brasil e o Chile, eu queria também relatar o item 10 que é exatamente um acordo diplomático sobre extradição com a República do Peru. A única substância nova que ele traz é que, ao invés de fazer por via diplomática, as extradições poderiam ser solicitadas, também, pela INTERPOL, o que já acontece com todos os países. Então, o item dois e o item três, voto favorável... O relatório é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Eu só quero, para efeito de registro na ata, ressaltar, ler a Ementa do item 10, que V.Exª. acaba de relatar conjuntamente. Ele é o Projeto de Decreto Legislativo nº 14/2006. Que aprova o texto do tratado de extradição entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, celebrado em Lima, em 25 de agosto de 2003. Então, o parecer do Senador Gerson Camata, a ambos os itens, o item dois e o item 10, é favorável. Eu coloco em discussão os dois pareceres. Não havendo quem queira discutir, em votação. Vou colocar separadamente. Primeiro, o item dois. Acordo de cooperação entre o Brasil e o Chile para usos pacíficos de energia nuclear. Os que estão de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

E o item dez. O Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru. Os Senadores que estão de acordo, permaneçam como estão. Aprovado. Vamos ao item três, da pauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 2/2006. Que aprova o texto de Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru. Sobre cooperação técnica na área de turismo, celebrado em Brasília, em 6 de dezembro de 2002. O Relator é o Senador Wellington de Oliveira que, não

estando presente, eu peço ao Senador Romeu Tuma o obséquio de funcionar como Relator *ad hoc*.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, eu poderia fazer só uma palavrinha ao Senador Camata. Eu não sei se eu entendi bem, porque quando ele falou que a extradição poderia ser feita a pedido da INTERPOL, é a prisão para a extradição. Porque a INTERPOL não pode pedir a extradição, pode pedir a prisão.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Exatamente, permitirá a ele a agilização da cooperação jurídica entre os Estados signatários, no que se refere à extradição. É ainda realizada na reciprocidade. Se bem que mantém a via diplomática para a tramitação dos pedidos dessa natureza, o acordo permite que os pedidos de prisão preventiva para fins de extradição sejam também solicitados pela INTERPOL. Primeiro pede para prender, depois pede para extraditar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Isso é importante que se dê à polícia internacional. Desculpa...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): V.Exª. tem razão. É importante a observação.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): ... mas, claro, não parecer que vai entender extradição da INTERPOL, porque ela não pode pedir, até porque é uma entidade privada. Ela tem uma representação forte internacional--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Prenderam uma libanesa, ontem, lá em São Paulo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): É verdade. E a INTERPOL brasileira hoje tem representante na sede em Lyon, na França. Não é estatal, ela tem a contribuição dos países todos e ela tem a sua legislação, praticamente, introduzida em todos os países para cooperação contra o crime organizado. Então é isso. Desculpa, mas é que eu participei com o Vice-Presidente. Alguma coisa ficou sobrando aqui. Mas, aqui o Senador Wellington Salgado relata o Decreto Legislativo nº 2/2006, 494/2003 na Câmara dos Deputados. Que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, sobre cooperação técnica na área de turismo, celebrado em Brasília, em 6 de dezembro de 2002. O Senador conclui, depois de toda a análise, ratificação do acordo pelo parecer, aprovando o dito projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): O parecer é favorável. Em discussão. Se nem um dos Srs. Senadores quer discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como estão. Está aprovado. E passamos ao item quatro. É o Projeto de Decreto Legislativo nº 3/2006. Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Libanesa, sobre cooperação em certas matérias consulares de caráter humanitário, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002. Eu vou pedir novamente ao...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): V.Exª. me permite uma sugestão, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): É claro que sim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Ponha o nobre Senador Romeu Tuma para...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): ... É isso. Eu ia pedir, por isso que eu disse, eu ia pedir novamente ao Senador, tendo em vista as suas origens libanesas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Hoje ele primeiro me assusta, com a prisão da libanesa que desviou oitocentos milhões e estaria envolvida na morte do Ministro Ariri. Agora eu vou ler o Acordo, não é, Presidente? Só para saborear um pouquinho e saber que o Líbano é um país bastante ligado ao Brasil. E esse acordo diz respeito sobre a reportação em certas matérias consulares de caráter humanitário, celebrado em Beirute, no dia 4 de outubro de 2002. Foi feita uma explicação pelo Sr. Relator Senador Ney Suassuna, que julgou-o oportuno e conveniente, pedindo a aprovação do Decreto Legislativo nº 3/2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): O parecer é favorável. Em discussão, o parecer. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Vamos ao item cinco, da pauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 05/2006. Que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia. Para a restituição de veículos automotores roubados ou furtados. Celebrado em Brasília, em 28 de abril de 2003. O Relator, no caso, é o Senador Romeu Tuma, a quem concedo a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sr. Presidente, este é um acordo bastante importante, visto que dois países, nós temos já acordos referentes a isso, que é com Paraguai, acordo do qual eu participei na elaboração, da restituição dos carros roubados e, às vezes, trocados por drogas. Então, esse acordo vem de encontro ao que vem acontecendo ultimamente. Muitos dos veículos roubados em território nacional estão passando pelo charco, chegando à Bolívia, tendo dificuldade na sua recuperação. Com isto, se faz legalmente dentro deste acordo, para o qual pedimos a aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): O parecer é favorável, e coloco em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, em votação. Os que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. O item seguinte é o Projeto de Decreto Legislativo do qual eu sou... Peço ao Senador Azeredo que assuma aqui a Presidência, para que eu possa relatar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Item seis, Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 06, de 2006. Com a palavra o Senador Roberto Saturnino, Relator deste Acordo.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Bom, trata-se do texto do Acordo que aprova o protocolo entre as Repúblicas Federativas do Brasil e da Argentina, sobre a circulação de produtos alimentícios. Um acordo muito importante, tendo em vista a nossa vizinhança e certos problemas que têm surgido, exatamente com a circulação desses bens, e que o acordo resolve, com a concordância de ambas as partes. Sendo assim, o meu voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em discussão. O parecer é favorável ao Acordo com a Argentina. Produtos alimentícios. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Em votação. Aprovado. Devolvo a Presidência ao Senador Roberto Saturnino.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Obrigado. O item sete, da pauta. É o Projeto de Decreto Legislativo nº 7/2006. Que aprova o texto de Acordo e Cooperação Judiciária em matéria penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa. Celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002, o Relator é o Senador Pedro Simon e o nosso representante libanês também não está, no momento, presente, eu vou pedir, então, ao Senador Jefferson Peres o obséquio de ler o Parecer, como Relator *ad hoc*. É o número sete.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): É o Projeto de Decreto Legislativo nº 7/2006. Que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judiciária em matéria penal entre o Brasil e o Líbano, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002. O Relator, Senador Pedro Simon, faz uma análise do tratado e conclui pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): O parecer é favorável. Em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores quer discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Passamos ao item oito. Decreto Legislativo nº 8/2006. Que aprova o texto o Acordo de Cooperação entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Argentina. Para combate ao tráfego de aeronaves supostamente envolvidas em atividades ilícitas internacionais. Assinado em Buenos Aires, em 9 de dezembro de 2002. O Relator é, novamente, o Senador Romeu Tuma, a quem passo a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Obrigado, Presidente. É um Acordo importantíssimo, de cooperação dos Governos do Brasil e da Argentina, para combate ao tráfico de aeronaves supostamente envolvidas em atividades ilícitas internacionais, assinado em Buenos Aires. Nós sabemos que com muita dificuldade foi aprovado pelo Brasil o abate de aeronave suspeitas, depois, hoje já com o poder da Aeronáutica, através do seu comandante, definir se deve ou não o interceptador derrubar a aeronave suspeita. Então, com isso, todos os dados da boa técnica constitucional e legal foram elaboradas. Nós somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 8/2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): O parecer é favorável. Em discussão. Os Srs. Senadores que desejam discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Presidente, Pela Ordem. Há um projeto de Decreto Legislativo muito importante que é o que está na pauta, o item número 22. Ele não é terminativo. É o que cria, quer dizer, que aprova o Acordo da criação da OTCA, Organização do Tratado Amazônico. E eu quero lembrar que este acordo foi celebrado há algum tempo e a secretaria da instituição funciona já em Brasília, cuja titular é a Dra. Rosalía Arteaga, que foi Vice-Presidente do Equador e exerceu outras funções. Foi Presidente interina do Equador e exerceu outras funções relevantes. Além disso é uma pessoa, escritora e renomada, figura nos meios das nações da Amazônia. Então, eu gostaria de talvez, tendo em vista não se tratar de matéria terminativa, que ainda, portanto, vai à Comissão de Constituição e Justiça, tendo em vista estarmos sob, eu diria *in mora* com relação a essa organização e vejo aqui muitos representantes da Amazônia, o Senador Jefferson Peres, o Senador Raupp, bem como, o Relator é o Senador Romero Jucá, que também é eleito por um Estado da Amazônia, o Estado de Roraima. Eu gostaria de ver se seria possível V.Exª. dar alguma prioridade, porque este depende ainda de aprovação da Comissão de Constituição e Justiça. E isso é uma coisa que nos angústia porque a gente tem feito apelos sucessivos nesse sentido.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente, há cerca de 15 dias, a Dra. Rosalía me fez um apelo para que desse agilidade a este Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Nós vamos apreciá-lo hoje, Sr. Senador. Só que, como eu já havia lido o item nove, logo em seguida, nós colocaremos em pauta o acordo a que V.Exª. se refere. O item nove. É o Projeto de Decreto Legislativo nº 11/2006. Que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República do Peru. Sobre trabalho remunerado para dependentes de pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico, de missões diplomáticas, de escritórios consulares e representações permanentes de organizações internacionais. Celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004. O Relator é o Senador Heráclito Fortes, a quem passo a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Sr. Presidente, trata-se de um acordo internacional semelhante ao que já foi firmado envolvendo o Brasil e outros países e que visa a possibilitar o aproveitamento de servidores brasileiros que exercem missões oficiais no Peru, e dando reciprocidade aos que exercem as mesmas funções no Brasil. É um acordo de reciprocidade, está coberto e amparado pela Constituição, inclusive o Itamaraty chama a atenção que o art. 1º assegura ao trabalho de dependentes dos Estados signatários condições equânimes com aquelas que desfrutam os nacionais do país onde se encontram. De forma que, tendo em vista todas essas cautelas tomadas no acordo, o meu parecer é pela sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): O parecer é pela aprovação. Em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, em votação. Os que aprovam, queiram permanecer como estão. Aprovado. O item 10 já foi apreciado e, antes de entrar no item 11, por solicitação do Senador Marco Maciel, vamos ao item 22, que efetivamente tem muita importância, eu também fui procurado pela já indicada Presidente do tratado, da Organização do Tratado. Então, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 44/2006. Que aprova o texto do Acordo sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, OTCA. Celebrado em Brasília, em 13 de dezembro de 2002. O Relator é o Senador Romero Jucá, que não está presente. Eu vou pedir ao Senador Mão Santa o obséquio. Aliás, desculpe, Senador Mão Santa, já que o Senador Marco Maciel foi o interessado, eu passo a palavra a S.Exª. pedindo que relate o Projeto de Decreto Legislativo, funcionando *ad hoc*, já que o Senador Romero Jucá não está presente.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu serei muito breve. E desejo, por oportuno, homenagear, mais uma vez, os Parlamentares da Amazônia, que aqui se encontram presentes, à frente o Senador Jefferson Peres, que inclusive presidiu esta Comissão, do Senador Valdir Raupp, e daqueles que, por motivo de força maior, infelizmente não estão aqui na Casa neste momento. E eu serei muito breve, Sr. Presidente, e apenas recordando, como sabem V.Exas. que esta proposição já se encontra há três anos em tramitação aqui no Congresso Nacional. E diria então, Sr. Presidente, que o meu parecer, aliás, o parecer do Senador Romero Jucá, que eu tenho a honra de neste momento relatar, é favorável.

E gostaria apenas de acrescentar que, com essa providência, o Legislativo brasileiro dá seqüência a uma série de tratativas que estão permitindo fazer com que a Amazônia tenha realmente um tratamento prioritário e que se estruture nesses tempos de modernização, como instância regional muito importante, não somente para o América do Sul, e de modo especial para o Brasil, mas também para toda a sociedade internacional. Daí porque, Sr. Presidente, secundo aqui, subscrevo aqui o parecer do Senador Romero Jucá.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): O parecer é favorável, que eu coloco em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores desejar discutir, em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. O projeto de Decreto Legislativo.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Presidente, se me permite fazer uma sugestão, porque V.Exª. é da Comissão de Educação também, e eu ia sugerir o seguinte, que a partir de agora, eu vejo que muitos Senadores que aqui se encontram, eles são relatores de mais de uma matéria. Quem sabe se quando eles fossem chamados a relatar a matéria, eles relatassem também os outros Projetos de Decretos Legislativos. Eu vejo que o Senador Jefferson Peres e o Senador Romeu Tuma, aqui já vi que são relatores de outros projetos, isso daria aquilo que, em Direito, se chama economia processual.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): De minha parte, estou inteiramente de acordo. É porque às vezes não é fácil. Tem que pegar a lista. Mas, enquanto a gente faz esta consulta, vamos ao item 11, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 15, que aprova o texto de Acordo de Cooperação para a conservação e o uso sustentável da flora e da fauna silvestres dos territórios amazônicos da República Federativa do Brasil e da República do Peru. Celebrado em Lima, em 25 de agosto de 2003 e o Relator é o Senador Jefferson Peres, a quem concedo a palavra.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, foi um acordo assinado em 2003, em Lima, entre o Brasil e o Peru, e que

bem se enquadra no marco do Tratado de Cooperação Amazônica. De forma que o meu voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): O voto é favorável. Está em discussão. Se nenhum dos Srs. senadores deseja discutir, em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. Está aprovado. Eu não estou vendo aqui nenhum outro. Então vamos ao próximo, que é o item 12. Projeto de Decreto Legislativo nº 17/2006, que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia. De cooperação no campo de turismo. Celebrado em Brasília, em 25 de julho de 2000. O Relator é o Senador José Jorge. Não estando presente, vou pedir ao Senador Mão Santa que faça a leitura do parecer do Senador José Jorge.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Representando a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 17/2006. Que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia. De cooperação no campo do turismo. Celebrado Brasília, em 25 de julho de 2000. Ele faz o relatório, a análise, e o Senador José Jorge emite o seguinte voto. Com base no exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 17/2006, que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia. De cooperação no campo do turismo celebrado em Brasília, em 25 de julho de 2000.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Senador Mão Santa, por sugestão do Senador Marco Maciel, vou pedir a V.Exª. que também já nos relate o item seguinte que é o projeto de Decreto Legislativo--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): 13. Esse, eu sou o Relator, e de acordo com a sugestão, que é a lei do Marco Maciel, eu pego logo o 23.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): --Muito bem. [risos]. Então, o item 13 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 18/2006. Que aprova o texto da emenda do art. 13, da Convenção Constitutiva da União Latina.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Pois é, fizemos o relatório, Sr. Presidente, e análise e expedimos o seguinte voto. Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do país, a ratificação da emenda em análise, além de adequado, do ponto de vista constitucional e regimental, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 18/2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): E.V.Exª. tem o item 23. Projeto de Decreto Legislativo nº 62, que aprova o texto da Convenção entre o os Governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos. Destinado a evitar dupla tributação e prevenir a invasão fiscal em relação aos impostos sobre a renda. Assinada na Cidade do México, em 25 de setembro de 2003.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sr. Presidente, após o relatório e a análise, emitimos o seguinte voto. Em face de todo o exposto, dado à importância do instrumento internacional em apreço, para a dinamização das relações de cooperação entre Brasil e México, e, tendo em vista a correta técnica legislativa em que é versado o Projeto de Decreto Legislativo nº 62/2006, que o aprova, votamos favoravelmente ao seu texto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): O Senador Mão Santa apresentou três pareceres favoráveis, que estão em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir nenhum dos três, eu encerro a discussão, e vou votar, separadamente, cada um deles. O item 13. A emenda ao art. 13, da Convenção Constitutiva da União Latina. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. O item 12. Desculpe, eu devia ter votado antes, mas o item 12 aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia. De cooperação no campo do turismo. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

E o item 23, que é o da Convenção entre o Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, para evitar dupla tributação no Imposto de Renda. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Vamos ao item 14. Projeto de Decreto Legislativo nº 19/2006. Que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá. No campo da luta contra o crime organizado. Celebrado em Brasília, em 21 de agosto de 2001. O Relator é o Senador José Jorge. Não estando presente, eu solicito ao Senador Valdir Raupp que faça a leitura do seu voto. É o item 14.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é com muito prazer que relato *ad hoc* o parecer do Senador José Jorge. Sobre relatório, a análise, vamos direto ao voto. Com base no exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal e versando em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 19/2006, PDC nº 1839/2002, na origem. Que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Fede-

rativa do Brasil e o Governo da República do Panamá. No campo da luta contra o crime organizado. Celebrado em Brasília, em 21 de agosto de 2001. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): O voto é favorável e ponho em discussão. Os Srs. Senadores, se nenhum dos Senhores deseja discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Passamos ao item 16. Projeto de Decreto Legislativo nº 27. Que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia. Sobre a cooperação no campo da proteção de plantas. Celebrado em 9 de abril de 2002, em Foz do Iguaçu. O Relator é o Senador Flexa Ribeiro. Não estando presente, eu vou solicitar ao Senador Marco Maciel que leia o voto de S.Exª.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Em nome do ilustre Senador Flexa Ribeiro, Sr. Presidente, eu gostaria de manifestar a minha total adesão ao que ele expõe no seu parecer, no seu voto, para dizer que sou, portanto, pela aprovação do referido Projeto de Decreto Legislativo. E acredito que, com isso, nós estamos ampliando também a cooperação com a Polônia, que agora, além de ser um país com o qual nós temos boas relações de amizade, passa a integrar também a União Européia, que é também uma instituição supranacional que tem um acordo, um quadro com o Brasil, firmado em 1995. Era o que eu tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): O voto é favorável. Em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. E vamos ao item 17. Projeto de Decreto Legislativo nº 29/2006. Que aprova os textos da Convenção nº 167 e da Recomendação nº 175, da Organização Internacional do Trabalho, sobre a segurança e saúde na construção. Adotadas em Genebra, em 20 de junho de 1988, pela 75ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho. O Relator é o Senador José Agripino. Não estando presente, peço ao Senador Gerson Camata que faça a leitura do respectivo voto.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, trata-se de aceitação, pelo Brasil, da convenção 167, da Organização Internacional do Trabalho, que está de acordo também com as exigências legais da CLT brasileira, de modo que a aceitação do acordo tem o parecer favorável do Senador José Agripino, e também meu, como Relator *ad hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): O parecer é favorável. Está em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, encerro a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Vamos ao item 18. Projeto de Decreto Legislativo nº 34/2006. Que aprova o texto do Acordo sobre a cooperação cultural e educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica. Celebrado em Atenas, em 27 de março de 2003. O Relator é o Senador Ney Suassuna. Não estando presente, vou solicitar ao Senador Valdir Raupp que faça a leitura do voto de S.Exª.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vamos direto ao voto. Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do país e a aprovação do acordo em análise, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 34/2006. É o voto *ad hoc* do nobre Senador Ney Suassuna.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): O voto é favorável. Está em discussão. Se ninguém deseja discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Vamos ao item 19, Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 35, de 2006. Aprova o texto do Acordo entre Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano. Sobre a cooperação no campo do turismo. Celebrado em 4 de dezembro de 2003, em Beirute. O Relator é o Senador Flexa Ribeiro. Não estando presente, nem o Senador Romeu Tuma, vou pedir ao Senador Marco Maciel que faça a leitura do voto de S.Exª.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Presidente, o meu parecer é de ratificação àquilo que manifestou o Senador Flexa Ribeiro, peça que se encontra constante do processo relativo ao Projeto de Decreto Legislativo nº 35. E quero dizer que, não preciso mencionar aqui, a presença da comunidade libanesa no Brasil, e quanto que é importante também que nós estreitemos as nossas relações no campo do turismo. Se bem que não seja esse um momento muito bom para citar o Líbano. Mas, o meu parecer, Sr. Presidente, é favorável. E eu espero que o Líbano, que já atravessou até momento mais difícil, tenha consolidado suas instituições e, sobretudo, possa viver em paz.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Com certeza. O voto é favorável e está em discussão. Se ninguém deseja discutir, em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Vamos ao item 20. Projeto de Decreto Legislativo nº 37/2006. Que aprova o texto do Acordo de Cooperação na área de turismo também, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia. Celebrado em Nova Delhi, a 25 de janeiro de 2004. O Relator é o Senador Wellington Salgado e, não estando presente,

peço ao Senador Gerson Camata que faça a leitura do mesmo.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, pelo presente acordo, assinado pelo Presidente Lula, em Nova Delhi, com o novo Primeiro-Ministro da Índia, ele objetiva a aceitação pelos dois países do Tratado de São Vicente, celebrado na Itália, de combate à prostituição e exploração sexual de crianças. De modo que trata-se de um tratado meritório e o voto, tanto do Relator, quanto o meu, é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): O voto é favorável. Em discussão. Se ninguém deseja discutir, em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. O item 21. Projeto de Decreto Legislativo nº 38/2006. Que aprova o texto do Acordo de Cooperação educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados. Celebrado em Brasília, em 5 de outubro de 2004. O Relator é o Senador Ney Suassuna. Não estando presente, solicito ao Senador Valdir Raupp que faça a leitura do mesmo.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, é com muito prazer que relato mais um projeto do Senador Ney Suassuna, por tudo quanto explicitado, por julgar oportuno e conveniente, somos pela aprovação do Projeto Decreto Legislativo nº 38/2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): O voto é favorável. Está em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Nesta leitura rápida, eu, por equívoco, pulei o item 15, que eu vou colocar agora em apreciação, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 25/2006. Que aprova o texto do Acordo e Cooperação na área de turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Estônia. Celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2000. O Relator é o Senador Wellington. Não estando presente, vou pedir, mais uma vez, ao Senador Camata que faça a leitura do mesmo.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Importante acordo. A Estônia está começando agora, já que saiu daquela situação difícil. Entrou agora na União Européia, de modo que facilita muito, é um país com muitas atrações, muitos lagos, uma diversidade biológica muito diferente da nossa, dada a sua posição no Globo terrestre e que, sem dúvida, com o crescimento da sua economia, poderá ser um país importante na emissão de turistas até para o Brasil, já que temos uma pequena colônia de residentes estonianos que vieram logo depois da Segunda Guerra mundial para o sul do Brasil. Ao relatório, o parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): O parecer é favorável. Nobre senador, nós precisamos constituir um grupo de Parlamentares da Comissão para observar a implementação deste acordo que, realmente, é muito interessante. Mas, o voto é favorável. Se os Srs. Senadores quiserem discutir, se ninguém quiser discutir, em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. E o último item da pauta, o 24, que é o Projeto de Resolução nº 81/2005. Que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Áustria. O Projeto de Resolução é de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e o Relator é o Senador Wellington Salgado. Não estando presente, vou pedir ao Senador Valdir Raupp que faça ao leitura.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vamos direto ao voto também. Por todo o exposto acima, voto favoravelmente ao Projeto de Resolução do Senado nº 81/2005, que institui o Grupo Parlamentar Brasil- Áustria, e dá outras providências. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): O voto é favorável. Está em discussão. Se ninguém deseja discutir, em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Foi votada toda a nossa extensa pauta. Eu agradeço muito a presença dos Srs. Senadores, especialmente do Senador Gerson Camata, Valdir Raupp e Marco Maciel, que colaboraram mais detalhadamente e dou por encerrada a nossa Sessão...

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Presidente, apenas, Pela Ordem, cumprimentar V.Exª. também, pelo esforço que fez, convocando inclusive uma Sessão extraordinária, muito bem-sucedida, como nós pudemos verificar, dos seus resultados, e também fazer uma reflexão sobre a necessidade também de nós aprimorarmos nossas técnicas de trabalho. Se V.Exª. puder observar, se V.Exª. observar, como certamente já o fez, nós vamos verificar que grande parte desses acordos estão já há algum tempo no Congresso. Alguns ainda do século passado, por exemplo. Os de 98, 99, e 95.

E nesse momento, que se fala muito em governabilidade, em reformas políticas e reformas institucionais, nós precisamos também reservar um espaço para uma autocrítica para verificar também que o Congresso precisa melhor se apetrechar para responder às semânticas dos novos tempos, quer dizer, as exigências que surgem do processo de modernização do planeta e também em função da inserção do país na comunidade internacional. E espero que nós possamos, com isso, reduzir as delongas que esses acordos, não apreciados em tempo hábil, provocam

no bom desenvolvimento das relações internacionais. Eu cumprimento, mais uma vez, V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Eu agradeço a V.Exª. esta observação, porque o Congresso evidentemente tem que dar o exemplo. Só que também, não é que estejamos querendo eximir qualquer responsabilidade do Senado, mas, na verdade, esses acordos demoram anos na Câmara e nós estamos procurando suprir exatamente essa demora, por uma apreciação tão rápida quanto possível.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): E eu quando empreguei a expressão Congresso, foi justamente tendo em vista que nós praticamos o sistema...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): V.Exª. tem toda razão. De nossa parte, vamos cumprir esse preceito, que é fundamental para que o Congresso dê o seu exemplo. Agradecendo, mais uma vez, a presença de todos, dou por encerrada a nossa Sessão.

(Sessão encerrada às 15h45.)

Ata da Terceira Reunião Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dezesseis de março do ano de dois mil e seis, às nove horas e trinta minutos.

Às nove horas e trinta minutos do dia dezesseis de março do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO AZEREDO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **RODOLPHO TOURINHO, JEFFERSON PÉRES, AELTON FREITAS, MARCO MACIEL, SERYS SLHESSARENKO, ROMEU TUMA, EDISON LOBÃO, GERSON CAMATA, EDUARDO AZEREDO, WELLINGTON SALGADO, DE OLIVEIRA, JOSE JORGE, SÉRGIO ZAMBISI, FLEXA RIBEIRO, EDUARDO SUPLICY, MOZARILDO CAVALCANTI, VALDIR RAUPP, HERÁCLITO FORTES, NEY SUASSUNA.** Compareceu também o Senador **CRISTOVAM BUARQUE,** não-membro desta Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente convida os Embaixadores indicados para comporem a Mesa e faz inversão de pauta. **Item 02:** Mensagem (SF) Nº 93, de 2006, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor LAURO BARBOSA DA SILVA MOREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa". Faz uso da palavra o Senador **MARCO MACIEL** para leitura de seu relatório. **Item 03**: Mensagem (SF) Nº 94, de 2006, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor MÁRIO VILALVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile". Faz uso da palavra o Senador **GERSON CAMATA** para leitura de seu relatório. **Item 01**: Mensagem (SF) Nº 92, de 2006, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOSÉ EDUARDO MARTINS FELÍCIO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Uruguai". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **ROMEU TUMA**, e passa a palavra ao Embaixador **JOSÉ EDUARDO MARTINS FELÍCIO**, para sua exposição de motivos. Faz uso da palavra o Senador **ROMEU TUMA**. O Senhor Presidente passa a palavra ao Embaixador **LAURO BARBOSA DA SILVA MOREIRA**. Fazem uso da palavra os Senadores **EDUARDO SUPLICY e NEY SUASSUNA**. O Senhor Presidente passa a palavra ao Embaixador **MÁRIO VILALVA**. Faz uso da palavra o Senador **CRISTOVAM BUARQUE**. A Reunião torna-se secreta. Reaberta a Sessão, o Senhor Presidente comunica a aprovação dos indicados por unanimidade, tendo sido os escrutinadores os Senadores Marco Maciel e Aelton Freitas. Faz uso da palavra o Senador **ROBERTO SATURNINO**. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e cinqüenta e quatro minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente em Exercício.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª. Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da Reunião anterior. Dispensada.

Passaremos agora à apreciação da pauta, que nós temos a sabatina de três Srs. Embaixadores. Item

01, Mensagem Nº 92, de 2006, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor José Eduardo Martins Felício, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Uruguai.

A Mensagem Nº 93, de 2006, que é o item 2, submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor Lauro Barbosa da Silva Moreira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. E o item 3, que é a Mensagem Nº 94, de 2006, que submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor Mário Vilalva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile.

Eu convido os Srs. Embaixadores para aqui tomarem assento para as suas exposições e, em seguida, passaremos, então, aos Srs. Relatores. O Presidente da Comissão, Senador Roberto Saturnino, não estando presente, caberá a mim, portanto, presidir a Reunião nesta data. E vamos dando seguimento também com a chegada do Senador Romeu Tuma, eu vou passar... Já estava aí, Senador?

Eu vou dar a palavra, no item 2, Mensagem Nº 93, de 2006, enquanto aguardamos a chegada do Senador Pedro Simon, que é o Relator do item 1. Com a palavra no item 2, que submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor Lauro Barbosa da Silva Moreira, para exercer o cargo de Representante do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O Relator é o Senador Marco Maciel, a quem concedo a palavra.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Senhor Presidente, Ilustre Senador Eduardo Azeredo, Srªs. e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, Senhoras e Senhores. Esta Casa, Sr. Presidente, é chamada a opinar sobre a indicação feita pelo Sr. Presidente da República, do Embaixador Lauro Barbosa da Silva Moreira para o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Gostaria de até, por oportuno, fazer uma referência ao fato de que a designação de um Embaixador do nosso país junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é algo inédito, talvez a primeira vez e talvez no Brasil tenha sido o primeiro a fazê-lo. Isto é uma forma que representa o interesse do Governo Brasileiro e acho que do nosso país de um modo geral, em ampliar cada vez mais as relações com os países de língua portuguesa.

Portanto, o Embaixador Lauro Moreira vai ser o primeiro Embaixador brasileiro e talvez o primeiro Embaixador dentre os países de língua portuguesa que estarão acreditados em Lisboa junto à CPLP, cuja sede se acha em Lisboa. Sem querer me alongar em considerações sobre o currículo do indicado, gostaria de lembrar que ele nasceu no Estado de Goiás e fez o curso de Altos Estudos, ou melhor, ele formou-se em Direito pela PUC do Rio de Janeiro e concluiu o seu curso de preparação para Diplomacia em 1964. E pós-graduou-se no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco com a tese "Relações Econômicas e Comerciais entre o Brasil e os Países do Leste Europeu de 1961 a 1981".

O Diplomata a quem me refiro, hoje Embaixador Lauro Moreira, ele exerceu muitas funções no Itamaraty, mas também funções fora da Casa. Inclusive foi Chefe da Assessoria Internacional do Conselho Nacional do Comércio Exterior em 74, Chefe da Assessoria Interna do Ministério da Fazenda em 79 e também exerceu funções relevantes, tais como a de Presidente da Comissão Executiva Bilateral Brasil-Portugal para as Comemorações do Descobrimento do Brasil e durante o o cujo período tive oportunidade de conviver mais diretamente com S.Exª. Ele fez um trabalho muito competente e as comemorações, se não alcançaram o nível desejado pela sociedade brasileira e também pelo Governo, nós não podemos deixar de reconhecer que essa Comissão muito ajudou a que nós nos conhecêssemos melhor e ampliássemos também o conhecimento sobre as questões especificamente nossas, do nosso país.

Creio que seja desnecessário, nesta Casa, falar sobre a CPLP. Ela foi criada em Lisboa, em 1996, com a finalidade de reunir, inicialmente, sete países de língua portuguesa, ou seja, os lusófonos. Hoje, nós poderíamos dizer que ela compreende mais um, que é o Timor. O Timor-Leste, cuja capital é Díli e que é, portanto, o oitavo país de língua portuguesa. E para cuja independência o Brasil também muito concorreu e continua ajudando a consolidação das instituições no Timor. Não somente numa fase inicial conduzindo tropa brasileira em Missão de Paz, mas também com o apoio técnico e científico que vem dando ao bom desenvolvimento do Timor. A CPLP tem, basicamente, três grandes objetivos: A concertação político-diplomática entre seus membros; a cooperação econômica, social, cultural e técnico-científica e a promoção e difusão da língua portuguesa. Mas em que pese esses sejam os três principais objetivos, a CPLP tem cumprido um papel muito importante inclusive no desenvolvimento

das relações entre os países que a integram e tem, inclusive, cumprido também funções políticas muito relevantes. Entre elas, eu gostaria de lembrar há cerca de cinco, seis anos atrás, a mediação que foi feita numa grave crise que ocorrera em Guiné-Bissau. Então, se vê que as suas atividades não se circunscrevem só a esse esforço no plano cultural que é, sobretudo, o plano de maior vulto, mas também se amplia para o plano político e até mesmo de ação política no sentido de favorecer o desenvolvimento da democracia e estimular o desenvolvimento do convívio pacífico entre os seus integrantes.

Falando agora especificamente sobre o Embaixador Lauro Moreira, eu gostaria de lembrar que ele é, além da sua habilitação em outros campos, ele é uma pessoa com enorme vocação para as atividades culturais, mercê de sua formação humanística, e isso ele vem revelando em diferentes funções que exerceu. Entre elas, eu gostaria mais uma vez de lembrar a sua participação na celebração dos 500 anos de nossa independência e também da parceria que nós fizemos com Portugal, mas também lembrar a sua mais recente missão que foi de Embaixador do Brasil em Marrocos, em Rabat, onde fez, já como Cônsul em Barcelona, um grande trabalho no campo cultural não somente aproximando-nos tanto do Marrocos quanto, também ainda mais, da Espanha, mas também fez um trabalho muito competente no sentido de difusão de nossa cultura, inclusive no campo da música brasileira. Daí, Senhor Presidente, sem querer me alongar em considerações, este era o relatório que eu gostaria de fazer para que, posteriormente, nós possamos dispender o nosso voto. Era o que eu tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Marco Maciel. Nós vamos passar ainda ao relatório do item 3, que é a Mensagem nº 94 de 2006, que submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Mário Vilalva, Ministro de Primeira Classe do Grau de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile. O Relator é o Senador Gerson Camata, do Espírito Santo, a quem passo a palavra.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Obrigado, Senhor Presidente. Srs. Embaixadores aqui presentes, Srs. Senadores. De acordo com o curriculum vitae que nos foi enviado pelo Ministério das Relações Exteriores em razão de preceito regimental, o Embaixador Mário Vilalva nasceu no Rio de Janeiro, onde em 1976 tornou-se Terceiro Secretário de Carreira por concurso direto, mesmo ano no qual bacharelou-se em Direito. Em 1979, ascendeu a Segundo Secretário por antiguidade, como ocorre de praxe na primeira sessão funcional da carreira diplomática. E de Primeiro Secretário até o status de Ministro de Primeira Classe sempre por merecimento.

Dentre as divisões em que serviu na burocracia do Itamaraty, citamos a Divisão da América Meridional, em 1976; Departamento das Américas, 1977; Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, 1987; Sub-Secretaria Geral de Assuntos Políticos Bilaterais, 1988; Gabinete do Ministro de Estado, 1993 a 1996; Cerimonial da Presidência da República em 1990; Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1999; Secretaria Executiva da Comissão de Financiamento Externo, 1999 e Departamento de Promoção Comercial, 2000.

Serviu nas seguintes missões diplomáticas e permanentes brasileiras: Embaixada em Washington, Terceiro e Segundo Secretário, 1978; Embaixada em Pretória, Segundo e Primeiro Secretário, 1982; Embaixada em Roma, Primeiro Secretário, 1985; Embaixada em Lisboa, Conselheiro, 1991 e o Consulado Geral em Boston, como Cônsul-Geral, em 1996.

Foi laureado com diversos prêmios no Brasil e no Exterior: Ordem Francisco de Miranda, da Venezuela, Grau de Cavaleiro, 1978; Ordem do Rio Branco, Brasil, Grau de Comendador; Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Grau de Grande-Oficial; Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grau de Comendador; Ordem do Mérito da Itália, Grau de Grande-Oficial; Ordem do Infante Dom Henrique de Portugal, Grau de Grande-Oficial; Ordem do Mérito Aeronáutico do Brasil, Grau de Comendador; Ordem Nacional do Mérito da Alemanha, Grau de Grande-Oficial e Ordem Nacional do Mérito da França, Grau de Comendador; Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz. Ordem do Mérito, Polônia, Grau de Oficial; Ordem de Manoel Amador Guerreiro, Panamá, Grau de Grande-Oficial; Ordem do Mérito Civil, Espanha, Grã-Cruz; Ordem do Infante Dom Henrique de Portugal, Grã-Cruz; Ordem Real do Mérito, da Noruega, Grau Grande-Oficial e Ordem El Sol, Peru, Grã-Cruz; Ordem de Maio, Argentina, Grã-Cruz.

Do relatório encaminhado pelo Ministério das Relações Exteriores quanto às relações bilaterais com o Chile, cumpre destacar o trecho que se segue, relativo ao recorte externo que se inicia nos anos 90: "Os êxitos econômicos alcançados ao longo da década de 90, por vezes, criam nas classes dirigentes chilenas a obsessão de diferenciar-se do entorno e de apresentar o Chile como um país distinto, de economia aberta especializada na exportação de uns poucos produtos, uma exceção de estabilidade em um continente conturbado. A esse respeito, levantaram-se já na imprensa

e nos meios político-diplomáticos locais teoria sobre um possível isolamento do Chile".

O Chile abriu cinco frentes de diálogo. A primeira delas é mantida com os seus vizinhos de imediato com os quais enfrenta problemas de intensidade e natureza diferenciadas. Para além da mal e servida seleção de limites, ressalta-se a crise de abastecimento de gás natural porque passa o país em reação do escasseamento do produto na Argentina, país de cujas exportações o produto é extremamente depende. Com o Peru e Bolívia, tem intensa relação no que se refere à questão ainda pendente da abertura ao Pacífico àquelas nações via território chileno. A segunda linha de diálogo é conduzida por meio da associação ao Mercosul. A terceira, com a América Central, motivo pelo que procura aproximar-se do CARICOM. A quarta linha de diálogo tem perspectivas hemisféricas.

Busca a revitalização da Organização dos Estados Americanos e a viabilização da ALCA. Para além dessas linhas, ou frentes de diálogos regionais, o Chile mantém importante intercâmbio diplomático comercial com a Ásia e Pacífico, que absorve a incrível cifra de 36% das exportações chilenas apesar do Mercosul e Europa. Em 2005, a economia chilena apresentou seu melhor desempenho em oito anos. Principais produtos de exportação do Chile receberam cotação internacionais altas: cobre, molibdênio, celulose, compensando a alta do petróleo, principal produto de importação. Além disso, o cenário institucional macro-econômico no Estado do Chile imprimiu forte margem de estabilidade aos investidores internacionais.

Prevê-se ainda que para 2006 haja um crescimento do PIB chileno entre 5.25 e 6.25. Ressalta ainda o relatório do Ministério das Relações Exteriores que no relacionamento bilateral inexiste intenções, sendo horizonte profundamente alvissareiro. A sintonia político-diplomática quanto aos importantes temas da agenda regional internacional, do que é sintomático o comando brasileiro chileno à frente das forças onusianas(F) no Haiti. Novo ajuste complementar entre Chile e Mercosul tem sido negociado e a participação do Chile no G20 tem se tornado cada vez mais pronunciada". Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não me cabe aduzir outras considerações. É o relatório, Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores .

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradecendo ao Senador Gerson Camata, eu voltarei ao item 1 da pauta, que é a mensagem 92 de 2006, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor José Eduardo Martins Felício, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomática do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Uruguai. A Relatoria do Senador Pedro Simon, que não estando presente, eu vou solicitar ao Senador Romeu Tuma que possa fazer a leitura do relatório como Relator Ad Hoc. Com a palavra, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Muito obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): ... Para eu poder ter esta oportunidade e, em nome do Senador Pedro Simon, relatar a indicação do Ministro José Eduardo Martins Felício, Ministro de Primeira Classe, para a Embaixada à República do Uruguai. Diante da legislação vigente, nós estamos na obrigação de apreciar e emitir parecer a respeito das indicações presidenciais.

O indicado é nascido na cidade de Presidente Prudente, portanto, um paulista, como eu. Então já viu que o gaúcho foi bom ter faltado, que assim dá a honra a um paulista poder relatar esta feliz indicação do Presidente da República. Se bem que o Uruguai é mais perto do Rio Grande do Sul, não é, Ministro? Então, talvez seja por isso que a indicação ficou dividida. Você vê como Deus é justo. Fez a divisão correta. Deu ao relator, o gaúcho, próximo ao Rio Grande do Sul, de fronteira, e a um paulista que nasceu na no mesmo Estado de V.Exª. e numa cidade importantíssima como é Presidente Prudente. Às vezes tem alguns Prefeitos meio malucos lá, mas vale a pena viver naquela cidade [risos]. Desculpe aqui a liberdade, mas é tão importante essas reuniões da Comissão de Relações Exteriores pela indicação e conversa com os indicados pela cultura que representam os membros do Itamaraty.

Eu acho que a gente, a cada um que ouve neste Plenário, Senador Marco Maciel foi claro na exposição que fez, tem um aprendizado permanente sobre qual é o comportamento do Brasil no exterior. E a figura do diplomata de carreira, porque eu sempre fui favorável que diplomata tem que ser de carreira, porque é uma história longa de acompanhamento da evolução política internacional. Então, não adianta improvisar um Embaixador porque ele vai fazer coisas boas, mas às vezes faz mais festinha do que coisas boas, sim objetivando, sem dúvida nenhuma, servir o país, principalmente agora que o representante, o Embaixador, tem um papel importante na área econômica. Tem um papel importantíssimo na globalização. E sei, Senador, pelo seu currículo que eu não vou ler, porque eu acho que todos têm aqui o seu currículo, a sua história, o trabalho excelente que o Senhor vai fazer.

O Uruguai é um parceiro importante para o país. E hoje, com o conflito com a Argentina, o Brasil provavelmente será um país importante para amenizar essa divergência econômica com a construção das usinas

[illegible]. Se eu estiver errado, o Senhor pode me [illegible] qualquer tempo, viu? Estou no noticiário de [illegible] é um papel importante que o Senhor vai [illegible] Uruguai. Portanto, toda a história do trabalho [illegible] inclusive nas salvaguardas internacionais [illegible] missão junto à ONU, Comitê Preparatório [illegible] Conferência visando o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares de Nova Iorque, então é um histórico muito importante, Presidente. Eu acho que já agraciado com várias comendas relacionadas no relatório enviado pelo Itamaraty, e esse histórico eu acho que condiz. Apesar de ser o voto secreto, condiz com o nosso desejo de vê-lo aprovado. Porque, sem dúvida nenhuma, fará aquilo que o Brasil mais espera, uma representação à altura do que o Brasil representa hoje no concerto das nações. Então, este é o relatório que o Senador Pedro Simon fez, já acrescentado de algumas idéias do leitor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Romeu Tuma. Nós vamos passar então agora já à fase de exposições. Então, concedo a palavra ao Embaixador José Eduardo Martins Felício para fazer a sua exposição pelo tempo que julgar necessário como Embaixador indicado para o Uruguai.

EMBAIXADOR JOSÉ EDUARDO MARTINS FELÍCIO: Muito obrigado, Presidente. Minhas palavras iniciais são de agradecimento ao Senador Romeu Tuma que apresentou o relatório em nome do Relator Pedro Simon, acrescentando uma afetividade que eu não esperava, tendo em vista que somos originários do mesmo Estado. Muito obrigado, Senador. Obrigado o Senhor também pelas palavras de elogio com relação à carreira à qual nós pertencemos e ao Ministério das Relações Exteriores. Eu gostaria de iniciar... Sim, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): (*pronunciamento fora do microfone*)... Não deixaram eu fazer o concurso. Minha família "não, não vai sair daqui". Mas eu acho que eu sou um Diplomata de sonho.

EMBAIXADOR JOSÉ EDUARDO MARTINS FELÍCIO: Obrigado de novo pela referência elogiosa à nossa carreira. Eu gostaria de iniciar mencionando algumas características importantes do Uruguai, que é um país de dimensões menores quando comparado aos seus vizinhos da América do Sul. A sua área é menor que a área do Estado do Paraná. Tem uma população de três milhões e trezentos mil habitantes, sendo que um terço dessa população é concentrada na cidade de Montevidéu.

A título de curiosidade também, o Uruguai tem um rebanho bovino de dez milhões de cabeças e um rebanho de ovinos de dezoito milhões. O país de um desenvolvimento agrícola muito importante, o motor da sua economia é a agricultura. É o país vizinho dos dois maiores países de economias da América do Sul, Argentina e o Brasil. Os limites com a Argentina são o Rio Uruguai e o Rio da Prata e o limite com o Brasil é uma fronteira terrestre de cerca de mil quilômetros, onde há cidades em que vivem cerca de setecentos e vinte mil habitantes. Uma fronteira, portanto, muito viva, com uma circulação extraordinária de pessoas. Há uma grande movimentação de área dessa gente que trabalha de um lado e de outro da fronteira, que freqüenta escolas, freqüentam médicos de um lado e de outro com todas as questões que daí surgem e às quais eu vou me referir um pouco mais adiante.

Por isso que a experiência nossa com o Uruguai inspirou e tem inspirado os principais acordos de que o Brasil é parte no que se refere à regulamentação da residência, do trabalho, dos estudos. Inclusive instrumentos jurídicos concluídos no âmbito do Mercosul para regular o trânsito e a vida das pessoas na fronteira. Uma breve referência à história. Como se sabe, o Uruguai é um país que chegou a ser uma província brasileira durante o Império, e que por isso mesmo, foi o último país latino-americano a se tornar independente. A Declaração de Independência do Uruguai foi feita em 1825, mas a declaração por si só não pôs fim aos conflitos, que continuaram e só terminariam em 1827 através de uma mediação inglesa.

Outras duas curiosidades, houve uma Convenção Preliminar de Paz em 1928, ratificada pelo Brasil em outubro... Perdão, 1828. E a Constituição uruguaia, a primeira Constituição só viria a ser aprovada em 1830, dando nascimento, então, à República do Uruguai. O país, o Uruguai sempre esteve classificado entre os primeiros colocados em estudos sobre qualidade de vida e desenvolvimento social. Essa situação só veio a piorar um pouco com a crise financeira do ano de 2002, quando houve uma corrida aos bancos, cerca de 45% dos depósitos foram retirados repentinamente e o país mergulhou numa crise muito séria, da qual, felizmente, vem recuperando recentemente.

O Governo do Presidente Tabaré Vázquez, que, aliás, está em Brasília hoje visitando o Presidente Lula, tem uma forte preocupação social. Uma das primeiras iniciativas desse novo Governo que tomou posse há pouco mais de um ano, foi a criação de um plano de assistência nacional de emergência social que alcançou, no ano passado, cerca de sessenta e oito mil famílias com gastos da ordem de quarenta e seis milhões de dólares. É um sistema semelhante ao brasileiro que prevê pagamento em dinheiro para as famílias menos favorecidas.

No plano econômico, prevê-se uma política austera, ortodoxa nos próximos anos em virtude, inclusive, do acordo tipo *stand by* firmado com o FMI de cerca de um bilhão e cem milhões de dólares que está favorecendo o Uruguai. Esse acordo prevê um controle de contas públicas e uma inflação baixa. Como eu disse, depois da crise de 2002, o país começou a se recuperar e volta a crescer a um ritmo acelerado. No ano passado, houve um crescimento, ainda com dados estimados, da ordem de 6,6%. Esse ritmo deve diminuir, mas mesmo assim, a previsão é de que permaneça em torno de 4% do crescimento do PIB este ano de 2006. As taxas de desemprego que durante a crise eram altas, em torno de 17%, baixaram para 13 em 2004 e 12% em 2005. Portanto, há uma tendência nos números da economia melhorarem.

Eu acho que é importante lembrar que 75% das exportações do Uruguai são de produtos agropecuários. De 2002 a 2005, esse setor cresceu 34%, sendo que os Estados Unidos tornaram-se o primeiro mercado para produtos uruguaios em virtude das exportações de carne. Após o surgimento de algumas doenças, sobretudo vaca louca nos Estados Unidos, no Canadá e na Europa, as exportações de carne uruguaia cresceram bastante. O Brasil é o segundo país de destino das exportações uruguaias. Cerca de 17% das exportações vêm para o Brasil. O turismo é uma atividade muito importante, mas há uma concentração muito grande de determinadas origens. Os argentinos correspondem a cerca de 75% do país de origem e o Brasil apenas 7%. O governo uruguaio deverá submeter ao Congresso este ano um programa de reforma política, econômica e social. O objetivo é reduzir a pobreza que, em virtude da crise, cresceu muito.

Poderá ser contemplada a possibilidade de assinatura de novos acordos de livre comércio. Tem havido um debate dentro do governo uruguaio sobre essa possibilidade. Como se sabe, o Uruguai, juntamente com outros parceiros do Mercosul, tem negociado acordos de livre comércio dentro do Mercosul. Assim tem sido feito, por exemplo, no acordo com a União Européia. Mas há determinados setores do Uruguai que acham que o Uruguai poderia pensar na possibilidade de negociar um acordo de livre comércio independente, por exemplo, com os Estados Unidos, que se tornou o principal destino das exportações uruguaias. Este tema está em discussão dentro da própria Frente Ampla que é uma das bases de apoio do Presidente Tabaré Vázquez.

Na política externa, houve modificações importantes no Governo Tabaré Vázquez com relação ao governo anterior do Presidente Jorge Battle. A começar pelo ingresso do Uruguai no Grupo dos 20 que, como você sabe, é o grupo que defende o fim do protecionismo agrícola no âmbito da rodada de comércio da organização, da rodada de negociação da Organização Mundial do Comércio.

O Governo Uruguaio tem sempre realçado a sua vocação de auxiliar no processo de integração regional. Há muitos anos é sede da ALADI e tornou-se sede do Mercosul. Os uruguaios e, sobretudo, a população de Montevidéu, se orgulha em dizer que Montevidéu é a capital do Mercosul. Portanto, há uma vocação integracionista muito grande. No âmbito da diplomacia, há comissões às quais eu vou me referir muito brevemente. Uma Comissão Geral de Coordenação, chefiada pelo Ministro Celso Amorim; uma Comissão de Consulta e Coordenação Política a nível de vice-Ministro, o chefe é o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães; e há uma Comissão de Monitoramento do Comércio, que é um mecanismo criado também com a Argentina e Paraguai para, como o próprio nome diz, monitorar o comércio e verificar se há surtos indesejáveis em determinados setores que possam prejudicar setores seja no Uruguai, seja no Brasil, ou em virtude de desequilíbrios ocasionais.

Passando para a política interna, eu gostaria de mencionar também brevemente que a coalizão Frente Ampla que apoiou o Presidente Tabaré Vázquez e que o elegeu em 2004, pôs fim a 170 anos de uma alternância no poder entre os Partidos Blanco e Colorado. Um processo muito interessante, porque demonstra uma modificação a qual outros países da América do Sul também vêm... Pela qual também vêm passando. O fenômeno Evo Morales também é um resultado talvez desse cansaço com relação aos partidos tradicionais. Eu acho que o mesmo ocorreu no Uruguai, como eu disse, com a eleição do Presidente Tabaré Vázquez pela Frente Ampla que pôs fim a 170 anos de alternância de dois partidos tradicionais, Blanco e Colorado.

O Presidente Tabaré tomou posse em 1º de março do ano passado e mantém um índice de aprovação popular bastante grande, com cerca de 60%. A coalizão que o apoiou mantém uma maioria estreita, mas uma maioria nas duas Casas do Congresso Uruguaio. Com relação ao que eu pretenderia fazer no Uruguai caso aprovado pelo Senado para ser Embaixador no país vizinho, seria continuar promovendo a integração fronteiriça, como eu disse, uma população importante com mais de setecentos mil habitantes que vivem na fronteira. Há, por exemplo, uma reivindicação que nós no Itamaraty consideramos importante da população fronteiriça, que na maioria dessas cidades em que há muita movimentação, o controle fronteiriço é feito dentro da cidade, quando ele poderia ser feito talvez fora da cidade. Senador Romeu Tuma sabe muito bem disso

que foi da Polícia Federal, o controle poderia ser feito fora da cidade para efetivamente controlar o tráfego internacional, e não o tráfego de pessoas que moram por ali naqueles municípios, municípios gêmeos.

Então essa é uma reivindicação que nós, quando viajamos para a fronteira, nós ouvimos dos Prefeitos, das comunidades, para que os controles saiam daquela ponte, do centro da cidade. É um trabalho que talvez eu possa conseguir fazer também como Embaixador no Uruguai. Promoção cultural que já foi mencionada aqui, é um trabalho que eu acho que é da maior relevância, inclusive porque os uruguaios têm um nível educacional e cultural bastante elevado e uma capacidade de absorção da música, das artes plásticas, que eu acho que será uma oportunidade de promover.

Uma última palavra, Presidente, antes de concluir, é relativa à visita do Presidente Tabaré Vázquez, que chegou ontem à noite, e parte amanhã de manhã para visitar o Presidente Lula, tratar de assuntos que preocupam a nossa região, que preocupam o Mercosul e tratar da relação bilateral, inclusive aspectos menos agradáveis como a reabertura da agência do Banco do Brasil no Uruguai que fechou depois de mais de 50 anos de presença lá. Foi uma decisão do banco, houve um problema trabalhista lá, houve uma ação judicial na qual o Banco do Brasil foi condenado, mas os próprios sindicatos bancários do Uruguai já estão em negociação com o Banco do Brasil. Há uma perspectiva de reabertura e é lamentável que uma agência mais antiga do Brasil, no exterior, tenha sido fechada. Então, nós estamos trabalhando nisso também. A PETROBRAS tem aumentado os seus investimentos no Uruguai, começará a trabalhar a redistribuição de gás e combustíveis. Tem havido um crescimento importante de investimentos brasileiros em vários setores, então eu acho que esse é um trabalho que eu me proponho a fazer também tendo a aprovação do Senado Federal. Muito obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, pela ordem. Só pra corrigir uma...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): ... Fala minha, pedir desculpas ao Embaixador. Eu falei que a disputa da Argentina com o Uruguai era a construção de usinas. Mas não é, é fábrica de celulose--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): De celulose.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): --Que a possibilidade... Então reclame do Governador da cidade de Entre Ríos e que a poluição poderá prejudicar a saúde da população local. Isso está até já no BANCO MUNDIAL. Eu, infelizmente, troquei as bolas aqui. Falam tanto em energia, que eu confundi Uruguai com o Irã.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Romeu Tuma, antes ainda de passar à parte de interpelação, de perguntas dos Senhores Senadores, nós vamos passar ao item 2 para a exposição do Senhor Lauro Barbosa da Silva Moreira que é indicado para Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Concedo a palavra, portanto, ao Embaixador Lauro Barbosa da Silva Moreira para fazer sua exposição pelo tempo que julgar necessário.

EMBAIXADOR LAURO BARBOSA DA SILVA MOREIRA: Muito obrigado. Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhor Presidente Senador Eduardo Azeredo, Senhores Senadores, meus colegas do Itamaraty, Senhoras e Senhores. Criada por ocasião da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo realizado em Lisboa nos dias 17 e 18 de julho de 1996, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa veio conferir uma moldura institucional à lusofonia. A CPLP engloba os cinco países de expressão portuguesa da África, são os PALOP, além de Brasil, Portugal e, desde 2002, o Timor-Leste. O Senador Marco Maciel já se referiu a alguns aspectos, já me facilitou muito o trabalho em relação àquilo que eu pretendia apresentar aos Senhores e inclusive eu queria, se me permite, Senhor Presidente, agradecer sensibilizadamente as palavras de S.Exª. que estão, evidentemente, marcadas pela generosidade que o caracteriza e pela amizade que nos une.

Sem querer muito avançar no tempo ou retroagir, digamos no tempo, nós poderíamos dizer que na ordem internacional no século 20, no início do século, as primeiras décadas, se caracterizava, sobretudo, por uma, por objetivos, digamos, minimalistas. Era basicamente assegurar um convívio pacífico entre as nações e o respeito mútuo entre as soberanias nacionais. Mas a partir da II Guerra Mundial, com todas as transformações porque passam o mundo, esses objetivos se tornaram mais ambiciosos, mais abrangentes, mais amplos. Começamos, então, a falar em paz e segurança, em solução de problemas de interesse comum e na promoção do desenvolvimento. Abre-se, então, o caminho para os processos de integração, integrações regionais e finalmente para o fenômeno da globalização a que assistimos hoje. Paralelamente, no mundo da lusofonia, podemos verificar desde os primórdios do século XX o aparecimento de idéias de se criar uma comunidade lusófona ou luso-brasileira tendo por base comum uma evidente identidade lingüística, cultural e histórica.

Entretanto, só no final dos anos 90, e aqui eu recordo palavras do Ministro Celso Amorim em 1993 quando Chanceler do Presidente Itamar Franco, em Lisboa, numa mesa redonda, discutindo exatamente a questão da CPLP, dizia o Ministro Celso Amorim que foi possível dar forma institucional a uma realidade que faz parte do nosso cotidiano, impulsando-a com o nosso timbre oficial. Antes de nós, comprovando a interação natural entre os nossos povos, diversos setores de nossas sociedades já haviam estabelecido os canais próprios de cooperação. Aliás, no tocante à questão da língua como elemento integrador, caberia citar, por exemplo, alguns antecedentes importantes, como é o caso do *Commonwealth,* que reúne 54 países a partir, evidentemente, da Grã-Bretanha, da Inglaterra e a Comunidade Francófona, Francofonia, que reúne hoje 49 Estados e com uma população superior a quatrocentos milhões de habitantes.

Entretanto, há alguns elementos distintivos entre essas duas entidades e a CPLP. Sobretudo, o primeiro elemento é que a CPLP não é comandada a partir de uma ex-metrópole: são oito países soberanos, inicialmente sete, depois mais um, que se somou o Timor-Leste, mas foram sete países soberanos que se reuniram e que decidiram criar uma comunidade. E o segundo elemento distintivo seria a coincidência entre sua língua oficial e a da totalidade dos membros que a compõe. Ou seja, no caso do *Commonwealth*, Moçambique faz parte dela. No caso da Francofonia – estou citando países do CPLP – São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e Cabo Verde a integram. A língua portuguesa, traço de união da CPLP, portanto, é uma língua de cultura – como dizia o professor Antônio Houaiss – é uma língua na qual se pode manifestar sentimentos, idéias, se pode manifestar a alma e o intelecto. É a sétima língua mais falada no mundo, é a terceira do ocidente, é a segunda entre as latinas e é uma língua de cultura, repito. Como antecedentes imediatos da CPLP, nós poderíamos citar um grande esforço que resultou de longos anos, que resultou, finalmente, na assinatura do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, firmado em Lisboa, em 1990. E, sobretudo, a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, IILP, em 1º de novembro de 1989, na primeira reunião Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos sete países lusófonos, realizada em São Luiz do Maranhão por feliz iniciativa do Presidente José Sarney.

O IILP foi criado com o objetivo de promover a defesa da língua portuguesa, promover o desenvolvimento das relações culturais entre os países da Comunidade Lusófona e com o objetivo de preservar e difundir o próprio Acordo Ortográfico. Poderíamos avançar já nesse momento dizendo que o IILP, hoje incorporado à CPLP como instrumento exatamente de divulgação da língua, talvez não tenha conseguido até hoje atingir de maneira plena os seus objetivos. Seja por questões conjunturais, problemas administrativos, dificuldades com a primeira Diretora de Cabo Verde, seja porque tem uma estrutura, talvez, um pouco pesada demais, contando com um Presidente, uma Assembléia Geral, um Diretor-Executivo e Comissões Nacionais.

No caso do Brasil, a Comissão que representa exatamente o país junto ao IILP é a Academia Brasileira de Letras. Em 1993, o Ministro das Relações Exteriores encaminhou ao Presidente da República Itamar Franco, o Ministro exatamente Celso Amorim, proposta recebida da Embaixada em Lisboa, chefiada então pelo Embaixador José Aparecido de Oliveira, propondo a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Poucos meses antes, tinha havido a institucionalização da União Européia com a participação entusiástica de Portugal.

Aprovada a proposta pelo Sr. Presidente da República, ele a encaminhou através de uma carta aos Presidentes dos PALOP, os Países Africanos de Língua Portuguesa, carta entregue pessoalmente pelo Embaixador José Aparecido, o autor, diga-se de passagem, e grande incentivador da proposta, ligado, aliás, por laços de estreita amizade com o Presidente Mário Soares, de Portugal, e também com o Presidente Itamar Franco. A partir desse momento, 1993, começa a haver uma grande reflexão no Brasil e em Portugal, nos países africanos, com relação ao tema da criação da CPLP. Há entusiasmos de um lado, há reservas de outro lado, até que em 17 de julho de 1996, se assina em Lisboa a declaração constitutiva da CPLP, como já dissemos no início, e se aprovam seus estatutos previamente elaborados e amplamente discutidos.

Entre os entusiasmos que se observavam na época com relação à CPLP, eu lembraria uma frase do Diretor, do então Diretor da Casa do Brasil em Lisboa Alípio de Freitas, que dizia o seguinte, e é uma visão absolutamente procedente também: "A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, mais do que um espaço geográfico, é uma idéia em sentido hegeliano. Existe de fato, é algo vivo, intemporal, forte de toda energia, plural e Una. Tem dentro de si o gérmen da eternidade. Era assim que Agostinho da Silva a entendia, que Vieira a pensou, que o Infante Dom Henrique a visionou. Uma comunidade de povos cuja pátria é a língua". Ao mesmo tempo, nós temos uma segunda declaração já agora do Presidente José Eduardo Santos, de Angola, na mesma época, já muito mais com os pés no chão e voltado muito mais para uma realidade dura, difícil dos nossos países, quando diz que "um dos primeiros testes de nossa comunidade será transitar da retórica

sentimental e grandiloqüente para um esforço de solidariedade e entreajuda, capaz de restituir a dignidade mínima a milhões de cidadãos".

Os objetivos da CPLP, já aqui lembrados pelo Senador Marco Maciel, se restringem, basicamente, a três áreas: primeiro, a concertação político-diplomática. Segundo, a cooperação em todos os domínios. E terceiro, a promoção e difusão da língua portuguesa designadamente através do IILP. A estrutura da CPLP, ela está constituída por uma Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, que se reúne a cada dois anos; por um Conselho de Ministro das Relações Exteriores e Negócios Estrangeiros, que se reúne a cada ano; por um Comitê de Concertação Permanente, onde há um representante por país e normalmente são os Embaixadores em Lisboa dos respectivos países da Comunidade que têm os seus representantes nesse Comitê; o Secretariado Executivo, com um Secretário Adjunto; reunião dos pontos focais de cooperação, que a partir de um certo momento passa a constituir como órgão integrante da CPLP; e as reuniões ministeriais, ou seja, de Ministros Titulares, portanto, de outras pastas que não a de Relações Exteriores.

O orçamento da CPLP está constituído por contribuições dos países membros e por um Fundo especial aberto à participação, à contribuição de organismos internacionais e de outras fontes. A CPLP está completando este ano, portanto, no dia 17 de julho, dez anos de existência. As expectativas dos países com relação à essa Comunidade varia. Portugal, por exemplo, passou a vê-la desde o início como uma preservação de, uma oportunidade de preservar a identidade da nação portuguesa através da língua e de seu passado atlântico. Sobretudo, a partir da inserção, de sua inserção na União Européia. No caso dos PALOP, de Timor-Leste, é claro que estão voltados para a questão fundamental, que é a questão do desenvolvimento econômico e social dos seus países, a vertente econômica e da cooperação é a vertente principal. No caso do Brasil, nós temos a vertente da concertação político-diplomática, de extrema importância para nós, a vertente cultural, além da disposição manifestada de maneira muito forte pelo país de cooperar estreitamente com os PALOP e Timor-Leste.

A CPLP, no plano da concertação político-diplomática tem obtido um sucesso inegável. A participação da comunidade junto com outras entidades ou até por iniciativa própria na solução de crises políticas observadas na África, tem sido extremamente importantes. Foi citado aqui o caso justamente das crises de Guiné Bissau de 2003, quando um golpe de Estado desalojou o Presidente João Bernardo Nino Vieira e a de outubro de 2004. E a de São Tomé e Príncipe, de 2003, quando um outro golpe militar depôs o Presidente Fradique Mendes que tinha sido eleito em 2001.

Por outro lado, ainda dentro dessa concertação político-diplomática, observa-se uma abertura cada vez maior da CPLP com relação a outros organismos internacionais, basicamente as agências da Organização das Nações Unidas como UNESCO, FAO, OIT, UNCTAD e no caso específico aqui nosso, contatos cada vez mais aprofundados com o próprio Mercosul, com a Comunidade Econômica Européia, com comunidades econômicas africanas, como é o caso, por exemplo, da Comunidade Econômica para o Desenvolvimento dos Estados da África Ocidental e da África Central. Ou seja, isso somado ao Estatuto do Observador que foi aprovado há um tempo atrás, abriu a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa ao mundo, de uma maneira geral.

No plano da defesa da língua, eu já mencionei o fato de que, infelizmente, até hoje, não tivemos grande sucesso. Há um esforço enorme por parte dos países agora a partir de um certo momento, de 2003, novas diretrizes foram indicadas para o funcionamento do IILP e um novo Diretor está à sua frente agora. A sede foi inaugurada em Cabo Verde e, com isso, se espera que ele possa agora de fato começar a cumprir a sua missão com mais eficiência. De qualquer maneira, eu preciso dizer que o Brasil considera fundamental que o IILP, como principal instrumento da CPLP para a difusão e promoção da língua portuguesa, cumpra a sua missão.

No plano da cooperação, agora de fato nós podemos falar de coisa mais concreta ainda e cujos resultados estão aos olhos de todos. A cooperação técnica, sobretudo, constitui um dos elementos essenciais das atividades da CPLP. Ela tem contribuído para generalizar experiências bem sucedidas e criar parâmetros especificamente voltados para a realidade de cada país. Eu hoje ocupo o cargo de Diretor da Agência Brasileira de Cooperação. Nesses últimos dois anos, tenho tido oportunidade, portanto, de estar muito em contato não apenas nesse diálogo Sulsur de maneira mais ampla na hora da cooperação, mas muito especialmente na cooperação, seja no plano bilateral, seja no plano multilateral, com os países que constituem hoje a CPLP. Nós temos aqui nessa área projetos extremamente importantes, projetos de iniciativa brasileira que foram apresentados e aprovados no âmbito da CPLP. Citaria apenas áreas como saúde, educação, formação profissional, a criação dos nossos Centros de Excelência.

E aqui eu me deteria um minutinho para explicar aos Senhores que nós criamos, através de um projeto apresentado pelo Brasil e aprovado pela CPLP, nós

criamos um Centro de Excelência em Formação e Administração Pública cuja sede está sendo construída hoje em Moçambique, Maputo. E, ao mesmo tempo, um Centro de Excelência em Formação Empresarial que já foi inaugurado pelos Ministros das Relações Exteriores e Negócios Estrangeiros da CPLP em julho último em Angola, em Luanda. Ao lado, no mesmo complexo onde funciona o Centro de Formação Profissional que a ABC Itamaraty, juntamente com o SENAI, construíram a partir de 1999, e que forma cerca de mil e quinhentas pessoas por ano nas áreas básicas absolutamente necessárias para aquela comunidade, como construção civil e todo o amplo leque da construção civil, marcenaria, carpintaria, eletricidade, etc. e etc., mecânica de motores, mecânica a diesel, panificação, informática, enfim, áreas absolutamente fundamentais.

Temos, na verdade, um centro como este – e aí estou falando do plano bilateral – no Paraguai, em Hernandarias, funcionando desde 2001 e muitíssimo bem. Temos um segundo centro, que é esse de Cazenga, ao lado de Luanda, em Angola, e temos um terceiro que é simplesmente a mais importante construção e talvez o mais importante projeto que exista hoje em Díli, no Timor-Leste.

Eu não gostaria de alongar-me mais. Estou apenas mencionando um ou outro projeto nessa área de cooperação técnica que tem sido tão importante para a CPLP, mas não poderia terminar sem mencionar a vertente econômica comercial que começa agora a se ampliar e se aprofundar cada vez mais no âmbito da CPLP. Nós tivemos a realização em Lisboa, em 2002, do I Fórum Empresarial da CPLP, com representantes governamentais de todos os Estados membros, exceto o Brasil, e empresários de todos os países.

Em 2004, firmou-se o Ato Constitutivo do Conselho Empresarial da CPLP, com o objetivo de aprofundar os contatos e conhecimento recíproco entre empresários e associações empresariais dos Estados membros. E, finalmente, eu gostaria de mencionar que também na área Parlamentar, já há um movimento grande de aproximação dos Parlamentos dos países que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Nós tivemos já quatro fóruns, o último aqui em Brasília, o IV Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa. Tivemos um em Lisboa em 1998; em Maputo, 1999; Praia, 2002; Brasília depois e a Presidência hoje desse Fórum cabe exatamente aos Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados no Brasil. Lembrando que o Brasil é o único país bicameral e não-parlamentarista compondo a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Muito obrigado, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradecendo ao Embaixador Lauro Barbosa da Silva Moreira.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Infelizmente, por uma questão de emergência, eu tenho que estar agora na Comissão Parlamentar de Inquérito e com diversos problemas a serem decididos até com respeito ao depoimento que está por haver e quero expressar os meus cumprimentos em respeito aos Embaixadores Lauro Barbosa da Silva Moreira, José Martins Felício e...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mário Vilalva.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mário Vilalva, desejando muito êxito nas suas respectivas missões. Eu vou votar favoravelmente, Senhor Presidente. Quero aqui expressar, mas por esta emergência, eu tenho que me ausentar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador. Antes de passar então a palavra ao Embaixador Mário Vilalva, eu quero dizer ao Embaixador Lauro que seria bom se nós pudéssemos ter também os jogos da Comunidade de Língua Portuguesa. Ontem foram iniciados os jogos da *Commonwealth* com toda a pompa. Nesse dos jogos da Língua Portuguesa, o Brasil certamente seria o favorito. Então seria... Já começava os meios, já.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMBD-PB): Senhor Presidente, V.Exª. me permitiria...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a palavra, Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMBD-PB): --A vida de líder é um verdadeiro, é uma verdadeira via crucis, e a gente tem que correr, assoprar, chupar cana, fazer tudo ao mesmo tempo. Mas eu não podia deixar de vir aqui. Todo mundo quer ser porque não sabe o que é. Quando chega lá, diz: "O que é que eu fiz da minha vida?"

SENADOR NEY SUASSUNA (PMBD-PB): Mas eu não queria deixar de dar não só os votos como os aplausos à escolha dos três Embaixadores. Dois deles eu conheço mais de vista, mas o Vilalva eu conheço pessoalmente. Eu queria desejar aos três sucesso, mas a ele um sucesso especial pela amizade que nos une.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Ney Suassuna.

Concedo a palavra, portanto, ao Embaixador Mário Vilalva para fazer sua exposição pelo tempo necessário. Embaixador Mário Vilalva é indicado para Embaixador do Brasil no Chile. Em seguida, nós passaremos então à parte de pergunta dos Senhores Senadores.

EMBAIXADOR MÁRIO VILALVA: Muito obrigado, Presidente Senador Eduardo Azeredo. Srs. Senadores, Sras. e Srs. O Senador Camata já fez um pequeno resumo do Chile e do estado atual da sua economia. Entretanto, eu vou me permitir aqui ressaltar algumas características do país, lembrando que o Chile desde que reconquistou a democracia em 1990, vem apresentando um notável desempenho econômico e, certamente também, um eficiente programa de combate à pobreza. A média do crescimento nos últimos 15 anos foi de 5,7%. Apenas no ano passado esse crescimento foi de 6,3% e o projetado para 2006 está entre algo de 5,4 a 6,5%. O desempenho econômico se justifica por uma bem sucedida política fiscal. O Chile teve, no ano passado, um superávit efetivo de 4,5% do PIB por uma equilibrada política monetária. Teve uma inflação de 3,7%. Depois de 2004, quando a inflação foi de 2,4%, só houve um incremento em virtude dos preços do petróleo, do qual o Chile é muito depende, e houve também uma redução significativa da pobreza. Hoje, a pobreza no Chile é da ordem de 18,8%, o que significa uma redução de quase 50% em relação aos índices de 1990, o que faz com que o Chile já tenha satisfeito os desafios do milênio em matéria de redução de pobreza.

A dívida do Governo Central é hoje 8% do PIB. Esses números se complementam com o resultado do programa Chile Solidário que, de certa forma, se assemelha ao nosso Bolsa-Família que tem por objetivo a inclusão social das camadas de baixa renda. A estabilidade democrática está consolidada hoje no Chile. A coalizão partidária de esquerda conhecida como *Concertación*, mantém-se no poder desde 1990 com altos índices de aprovação. O Presidente Lagos deixa o Governo com 70% de popularidade e a nova Presidente, Michel Bachelet, assume sobre a bandeira da mudança dentro da continuidade, uma clara referência ao seu propósito de preservar as conquistas até agora alcançadas, mas certamente, aperfeiçoar a relação Governo-cidadão com mais inclusão, menos disparidades e mais investimento em saúde e educação.

O Chile pratica uma política externa universalista cujo centro de gravidade está hoje no seu entorno geográfico. É membro associado no Mercosul, é participante ativo na Comunidade Sul-Americana de Nações e implementa uma política de aproximação e composição em torno de questões regionais e mundiais com os demais países das Américas. Para tanto, o Chile tem prestigiado a ação da Organização dos Estados Americanos, a OEA, cujo Secretário-Geral é hoje o chileno José Miguel Insulza.

Fora do âmbito regional, o Chile tem procurado estreitar relações com a União Européia, com os Estados Unidos, com os quais partilham valores centrais da política internacional, não obstante as diferenças políticas conjunturais e, obviamente, com os países asiáticos, este, sobretudo, em função da extensa costa que o Chile possui voltada para o Pacífico. Com esse pano de fundo, o Chile é hoje o país latino-americano a exibir o maior número de acordos de livre-comércio na América Latina. Entre eles, se destacam os acordos firmados com os Estados Unidos, com a União Européia, a China, a Coréia do Sul, México, Canadá, além de Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e tantos outros em várias partes do mundo. A Ásia é hoje o principal destino das exportações chilenas e o Mercosul é o principal fornecedor dos produtos comprados pelo Chile.

Brasil e Chile, como o Senador Gerson Camata mencionou, possuem relações exemplares. Aliás, recomendo muito a esse propósito o livro do Professor Alfredo Valadão, escrito em 1959, intitulado "As relações do Brasil e do Chile na época do Império, uma amizade sem exemplo". Aliás, o Chile está muito presente na nossa história. O baile da Ilha Fiscal que, aliás, foi retratado por Josué Montello que hoje homenageamos, infelizmente falecido ontem, num romance chamado "A noite do baile". O baile da Ilha Fiscal foi dado em homenagem ao Comandante de um encouraçado chileno que estava no porto brasileiro – o Encouraçado Cochrane – e seis dias depois do baile da Ilha Fiscal, em homenagem aos chilenos, foi proclamada a República no Brasil. Portanto, não há problemas políticos na relação bilateral. Ao contrário, há uma progressiva convergência de posições, interesses no âmbito bilateral, regional, mundial e multilateral. Há uma grande simpatia entre os nossos respectivos povos, interesses recíprocos pelas nossas culturas e um comércio que tem crescido de forma exponencial.

Em 2005, o intercâmbio entre Brasil e Chile alcançou a marca histórica de cinco bilhões e trezentos milhões de dólares, com um superávit de, aproximadamente, dois bilhões de dólares para o Brasil. Eu gostaria de recomendar a atenção dos Srs. Senadores de que o comércio do Brasil com o Chile começa a se aproximar. Ainda está um pouco distante, mas começa a se aproximar do comércio que o Brasil possui hoje com a Argentina. Portanto, ele é o nosso segundo parceiro comercial na América do Sul. Nós compramos do Chile cobre, molibidênio, produtos químicos, peixes, pastas de madeiras, bebidas e outros e para o Chile

exportamos veículos, auto-peças, petróleo, aparelhos mecânicos, aparelhos elétricos, plástico, ferro, aço, carnes e outros. Hoje nós somos o terceiro fornecedor do Chile. Participamos com aproximadamente 11,5% e somos o sexto mercado de destino das exportações chilenas, com 4,4%.

São igualmente importantes na relação bilateral os investimentos. O Brasil é o segundo destino para os capitais chilenos, o primeiro é a Argentina. O Chile possui no Brasil empresas como a ARAUCO, a MADECO, a ENERSIS, a EMBOTELLADORA ANDINA, a COMPANHIA SUL-AMERICANA DE VAPORES, que hoje é a maior companhia marítima da América do Sul e entre as empresas brasileiras instaladas no Chile, destacam-se a GERDAU, a MENDES JÚNIOR, a TIGRE, a RENNER e a SANTISTA. A PETROBRAS acaba de abrir as suas portas em Santiago com o investimento inicial de trezentos mil dólares.

Se aprovado por esta Casa, minha intenção à frente da Embaixada do Brasil em Santiago é, em primeiro lugar, dar seqüência ao excelente trabalho que vem sendo realizado pelo Embaixador Gelson Fonseca Júnior e procurar concentrar as minhas atenções em quatro aspectos principais:

1) No incremento, obviamente, da aproximação política com o Chile, mediante aumento progressivo dos contatos e do intercâmbio de visitas no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A ampliação do intercâmbio na área da cultura e da academia também será obviamente instrumental para que esse propósito, sobretudo, para o aumento do conhecimento mútuo e, portanto, para uma efetiva integração entre os dois países.

2) Na ampliação do comércio bilateral, sobretudo pela conquista de novos nichos de mercado – isso é perfeitamente possível, lhes dou um exemplo. O Chile está no momento implementando um importante plano de modernização urbana do transporte urbano de Santiago e tem comprado do Brasil equipamentos de vias férreas para o seu novo, suas novas linhas de metrô e também uma grande quantidade de ônibus no Brasil também para o seu sistema viário.

Além dos novos nichos de mercado, procuraremos também promover a formação de empreendimentos conjuntos, vamos também buscar novas modalidades de financiamento para o comércio bilateral e obviamente aprofundar o acordo de complementação econômica 35, que é o acordo que une o Mercosul ao Chile. Por este acordo, hoje 97% das posições tarifárias já estão liberadas. Restam apenas 3% que, basicamente, são açúcar, vinho, farinha de trigo. Além da expansão das exportações, procurar-se-á também aumentar a importação de produtos chilenos. O equilíbrio da balança comercial tende a gerar conseqüências positivas em outros ramos da relação bilateral, além de dar sustentabilidade à integração regional. No fundo, nós estamos propondo, o Governo Lula tem proposto com muita ênfase uma integração sul-americana, mas é preciso que o Brasil seja também mais generoso em relação aos seus vizinhos para que eles tenham a sensação de que estão ganhando também com essa integração. No fundo, integração significa abrir mais espaço no mercado brasileiro que é o grande mercado da América do Sul.

3) Na formação de uma melhor rede de infra-estrutura logística entre os dois países, inclusive com vistas a terceiros mercados. Seria conveniente aliar investimentos brasileiros ao interesse chileno de tornar-se uma plataforma de exportação. Interessa a ambos os países o trânsito e o escoamento de produção pelos portos do Pacífico, que hoje são considerados os mais modernos da América do Sul. O Chile está, no momento, construindo um porto, um novo porto ao norte de Antofagasta, chamado Mejillones, que será, certamente, o maior porto da América do Sul. A ferrovia Santos-Antofagasta, por exemplo, consta das prioridades atribuídas pelos dois governos no âmbito da IRSA. Ainda neste capítulo, a cooperação em matéria de produção e distribuição de energia será tema de capital relevância não apenas para a integração física, mas, sobretudo, para a garantia do desenvolvimento sustentado na região. Hoje, a questão energética não é mais apenas uma questão de integração, é uma questão de garantia de energia.

E, por fim, procurarei concentrar meus esforços na ampliação da cooperação em questões sociais e, em particular, nas áreas previdenciária, de educação, saúde, redução das desigualdades e combate à pobreza. Interessa, em particular, conhecer melhor as experiências bem sucedidas do Chile nessas matérias e também aquelas que serão implementadas pelo governo da Presidente Michel Bachelet. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Embaixador Mário Vilalva. Eu indago aos Srs. Senadores. Senador Cristovam Buarque, com a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, Srs. Embaixadores. Eu não sou membro efetivo dessa Comissão, nem suplente, mas não podia deixar de vir aqui. Sempre que eu posso, eu estou nessa Comissão como Senador, mesmo sem ser membro da Comissão à qual fui Presidente, especialmente quando se trata de sabatina de nossos novos Embaixadores que vão nos representar lá fora e que eu considero dos mais importantes cargos que pode ter uma República

os mesmo os países que não são republicanos. Mas, neste caso especialmente, eu queria ver pela amizade, também pela coincidência dos dois países e da fronteira. Os dois países, um do Embaixador José Aparecido, obviamente pela fronteira.

O Uruguai é um dos países com os quais o Brasil tem uma relação quase que incestuosa de tão próximo e, ao mesmo tempo, às vezes, com conflitos também. No caso do Chile, e eu queria me dedicar um pouco, pelo fato de que, a meu ver, hoje, o Chile é não apenas um fiel da balança na América Latina pelo equilíbrio que os governos e a democracia chilena conseguiram, fiel da balança diante do radicalismo dos que querem e dos que rechaçam a ALCA, por exemplo, dos governos que estão tendendo para a esquerda ou para o Chile é um fiel da balança aonde vai a América Latina do futuro, no debate, pelo menos, nos cenários macroeconômicos.

Além disso, eu considero o Chile um grande exemplo para o Brasil observar do que pode ser a globalização feita com responsabilidade. É um país que assumiu uma responsabilidade total na administração, no gerenciamento das finanças e da economia e, ao mesmo tempo, é um país que está fazendo transformações sociais que muitos talvez não percebam, especialmente na educação, mas em todos os aspectos sociais. Nesse sentido, eu vejo o nosso Embaixador Vilalva como um observador privilegiado, como foi o Embaixador Lauro, do que acontece naquele país.

Com o Embaixador Lauro, com quem eu tenho uma boa relação, é claro que aí é o Brasil que é o fiel da balança. É o Brasil que tem sim, qualquer arrogância, qualquer possibilidade de fazer com que a CPLP avance, não que ela fique paralisada ou não. E, no futuro, eu não sei se tivemos, eu não vou falar no plural, mas cometemos erros que atrapalhou o andamento da CPLP por algum tempo, felizmente não muito longo. Nesse caso, tivemos a má sorte de perder o nosso Embaixador Médici em pleno exercício e jovem como ele era. Então, é uma responsabilidade muito grande porque a CPLP pode representar um elemento de sobrevivência, ao mesmo tempo de sobrevivência da própria língua portuguesa. Mas de influência no mundo, obviamente, talvez no longo prazo, é um papel importante para o Brasil para aumentar o intercâmbio com esses países.

Fiquei muito feliz de ver o Timor ser citado com a importância devida sem o apoio do Brasil e de Portugal também. O Timor tem muitas dificuldades em se manter um país de fala portuguesa, é quase um milagre que seja. Nós precisamos estar presentes na área da educação, na área da cultura. Então, eu vim aqui, Senhor Presidente, sem poder votar na escolha dos três, sem poder votar, mas para manifestar a minha satisfação de ver a escolha do Presidente Lula que tem sido muito feliz na escolha de Embaixadores. Preciso respeitar isso, mas manifestar a minha posição e dizer que eu espero ir observar o Chile, porque eu acho fundamental saber como é que o Chile conseguiu sair da ditadura, manter a estabilidade monetária, fazer as transformações sociais, ter essa rotatividade do poder e ao mesmo tempo, eleger sempre pessoas de uma tendência comprometida com a responsabilidade fiscal e também com a transformação social; o Uruguai – claro que todos nós temos vontade – e, sobretudo, visitar alguns países da língua portuguesa.

Eu não fui ainda ao Timor, apesar de ter sido um dos primeiros aqui a defender a independência. Cheguei ao ponto até de ter um conflito com o Itamaraty, porque quando o Itamaraty não estava querendo abrir mais as relações com o grupo ainda fora do poder, eu disse: "Bem, se não abre uma Embaixada no Brasil, vamos abrir uma Embaixada em Brasília". E consegui uma bolsa de estudos para um jovem que estava na Holanda, no Timor, para ser o representante daqui. Mas em dois, três meses mudou a situação e eles tiveram a sua independência. Então, eu tenho uma relação de carinho especial com o Ministro das Relações Exteriores deles, com quem já estive muitas vezes, e espero poder, através da Embaixada em Lisboa junto à Comunidade, ter o máximo de informações para que daqui a gente possa influir. E ao mesmo tempo que vocês – desculpe chamar de vocês e não Srs. – vão ser os Embaixadores do Brasil, contem comigo como Embaixador de vocês aqui no Senado, obviamente além do Presidente da Comissão, para aquilo que for possível ajudar. Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha para falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Cristovam Buarque, V.Exª. será sempre muito bem recebido aqui na Comissão. Presidente que foi da Comissão até meados do ano passado, a sua presença, eu diria que não é só bem-vinda, nós gostaríamos que V.Exª. estivesse sempre aqui participando para poder enriquecer as discussões da Comissão de Relações Exteriores. De acordo com o dispositivo no inciso IV, do art. 52, da Comissão Federal, combinado com o Parágrafo Único do art. 383 do Regimento Interno, nós somos obrigados a transformar a reunião em Secreta para alguma indagação dos Srs. Senadores. De maneira que eu solicito as providências para que possamos, portanto, passar a essa segunda fase da Comissão.

(Sessão passa a ser secreta às 11h38.)

(Sessão reaberta às 11h53.)

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Reaberta a reunião, já feita a contagem de votos, estão aprovados por unanimidade para as suas respectivas posições o Embaixador José Eduardo Martins Felício, Embaixador do Brasil na República do Uruguai; o Embaixador Lauro Barbosa da Silva Moreira para Embaixador do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e o Embaixador Mário Vilalva para a Embaixada do Brasil no Chile. Eu cumprimento os Embaixadores e desejamos sucesso no desempenho de suas funções. Sim, os escrutinadores foram os Senadores Marco Maciel e Senador Aelton Freitas. Chegamos agora também... Recebemos a presença do Presidente da Comissão Senador Roberto Saturnino. Senador, já estamos concluindo a reunião. Agradecendo também a presença dos Senadores Rodolpho Tourinho, Jefferson Peres, Aelton Freitas, Marco Maciel, Serys Slhessarenko, Romeu Tuma, Edison Lobão, Gerson Camata, Wellington Salgado, José Jorge, Sérgio Zambiasi, Flexa Ribeiro, Eduardo Suplicy, Mozarildo Cavalcanti, Valdir Raupp, Heráclito Fortes, Ney Suassuna. Está encerrada a reunião.

Bom, antes ainda o Senador Roberto Saturnino que chegou, o Senhor deseja usar da palavra, Senador?

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Só pedir desculpas pelo atraso e cumprimentar os nobres Embaixadores e agradecer a sua Presidência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está ótimo.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): A sua cobertura, aliás.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Senador Roberto Saturnino. Muito obrigado a todos os Senhores. Não havendo nada mais a tratar, está encerrada a reunião.

(Sessão encerrada às 11h54.)

Ata da Quarta Reunião Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e três de março do ano de dois mil e seis, às nove horas e trinta minutos.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e três de março do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **ROBERTO SATURNINO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **EDUARDO AZEREDO, RODOLHPO TOURINHO, JEFFERSON PÉRES, FLEXA RIBEIRO, ROMEU TUMA, MOZARILDO CAVALCANTI, HERÁCLITO FORTES, SERYS SLHESSARENKO, SÉRGIO ZAMBIASI, AELTON FREITAS, EDUARDO SUPLICY, MARCO MACIEL, JOSÉ JORGE, JOSÉ AGRIPINO, ÁLVARO DIAS** e **VALDIR RAUPP.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Faz uso da palavra o Senador **JEFFERSON PÉRES**. **Item 01:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 20, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que Aprova o texto da Convenção para a Unificação de Certas Regras Relativas ao Transporte Aéreo Internacional, levado a Cabo da Sede da Organização da Aviação Civil Internacional – OACI, e concluído em Montreal, em 28 de maio de 1999". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **JEFFERSON PÉRES**. Aprovado. **Item 02**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 21, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre o exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em São Salvador, em 21 de agosto de 2002". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**. Aprovado. **Item 03:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 24, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino dos Países Baixos relativa à Assistência Administrativa Mútua para a aplicação Apropriada da Legislação Aduaneira e para a Prevenção, Investigação e Combate às Infrações Aduaneiras, concluída no dia 7 de março de 2002, em Brasília". Faz uso da palavra o Senador **MOZARILDO CAVALCANTI** para leitura de seu parecer. Aprovado. **Item 04**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 28, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova os textos da Convenção nº 176 e da Recomendação nº 183, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Segurança e Saúde nas Minas, adotadas em Genebra, em 22 de junho de 1995". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**. Aprovado. **Item 05**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 30, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, cele-

brado em Brasília, em 12 de dezembro de 2002". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **AELTON FREITAS**. Aprovado. **Item 06:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 32, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova a solicitação de o Brasil fazer a declaração prevista no artigo 22 da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, reconhecendo a competência do Comitê contra a Tortura para receber e analisar denúncias de violações dos dispositivos da Convenção". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **ROMEU TUMA**. Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO SUPLICY**. Aprovado. **Item 07**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 124, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa, assinado em Brasília, em 21 de outubro de 2003". Faz uso da palavra a Senadora **SERYS SLHESSARENKO**, para leitura de seu parecer, e o Senador **EDUARDO SUPLICY**. Aprovado. **Item 08**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 125, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrada em Kiev, em 16 de janeiro de 2002". Faz uso da palavra a Senadora **SERYS SLHESSARENKO**, para leitura de seu parecer. Aprovado. **Item 09**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 126, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia, celebrado em Kiev, em 16 de janeiro de 2002". O Senhor Presidente designa relatora "Ad Hoc", Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. Aprovado. **Item 11:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 133, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 08 de julho de 2004". Fazem uso da palavra os Senadores **MOZARILDO CAVALCANTI**, para leitura de seu parecer, **EDUARDO SUPLICY** e **SÉRGIO ZAMBIASI**. Aprovado. **Item 10:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 127, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Tratado de Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Ucrânia, celebrado em Brasília, em 21 de outubro de 2003". Faz uso da palavra o Senador **JEFFERSON PÉRES**, para leitura de seu parecer. Aprovado. **Item 12:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) 134, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo Complementar na Área de Recursos Naturais e Meio Ambiente ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, assinado em Brasília, em 20 de agosto de 2004". Fazem uso da palavra os Senadores **JEFFERSON PÉRES** e **MOZARILDO CAVALCANTI**, para leitura de seu relatório. Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores **ROMEU TUMA, JEFFERSON PÉRES** e **EDUARDO SUPLICY. Item 13**: Requerimento Nº 02, de 2006 – CRE, de autoria do Senador **JEFFERSON PÉRES**, que "Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o êxito do debate sobre o desenvolvimento econômico e social de países outrora menos desenvolvidos que o Brasil, ocorrido em 8 de dezembro de 2005, nesta Comissão, requer, para data a ser agendada, o prosseguimento das discussões com Audiência Pública sobre o seguinte tema: 'Os caminhos da dependência e da autonomia: Brasil e Coréia do Sul'. Como sugestão de convidados externos, indico os professores Otaviano Canuto, Lídia Goldenstein, Pérsio Arida e Luciano Coutinho". Aprovado. **Item 14**: Requerimento Nº 04, de 2006 – CRE, de autoria do Senador **ROBERTO SATURNINO**, que "Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o êxito do debate sobre o desenvolvimento econômico e social de países outrora menos desenvolvidos que o Brasil ocorrido em 8 de dezembro de 2005, nesta Comissão, requer, para data a ser agendada, o prosseguimento das discussões com Audiência Pública sobre o tema: 'O atual sucesso do Chile: mito ou realidade?". Como sugestão de convidados externos, indico os professores José Luis Fiori, Alberto Aggio e Emir Sader'. Aprovado. **Item 15**: Requerimento Nº 05, de 2006 – CRE, de autoria do Senador **ROMEU TUMA**, que "Nos termos do artigo 79 do Regimento Internos requer seja criada, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, destinada a tratar de assuntos de seu interesse". Faz uso da palavra o Senador **JEFFERSON PÉRES**. Aprovado. Fazem uso da apalavra os Senadores **JEFFERSON PÉRES, EDUARDO SUPLICY** e **ROMEU TUMA**. O Senhor Presidente, Senador Ro-

berto Saturnino, passa a Presidência ao Senador Marco Maciel. **Extra-Pauta – Item 01:** Requerimento Nº 07, de 2006 – CRE, de autoria do Senador **ROBERTO SATURNINO**, que "Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, e considerando as declarações feitas pelo Presidente Hugo Chávez, da Venezuela, sobre a frustração de importação, por seu país, de aviões Super Tucanos do Brasil, em razão de pressão exercida pelos Estados Unidos da América, requer sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, as seguintes informações: 1) foram feitas pressões pelos Estados Unidos ao Brasil, para que não exportasse aviões super tucanos, fabricados pela Embraer, para a Venezuela? 2) em caso positivo, dirigidas a quem? Em que termos e com quais fundamentos? 3) já houve outras ameaças similares pelos Estados Unidos contra exportações levadas a cabo pela Embraer, por exemplo, para o Irã? Se afirmativo, quais foram as circunstâncias e os motivos dessas ameaças?". Faz uso da palavra o Senador **ROMEU TUMA**. Aprovado. **Extra-Pauta – Item 02:** Requerimento Nº 08, de 2006 – CRE, de autoria do Senador **ROBERTO SATURNINO**, que "Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, e considerando denúncias feitas sobre irregularidades contábeis na empresa binacional Itaipu, requer sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, as seguintes informações: 1) a partir de pareceres feitos pela Eletrobrás para o Conselho de Administração da Itaipu, ou feitos por este e encaminhados à Eletrobrás, há dados sobre irregularidades contábeis na Itaipu? Se positivo, quais seriam tais irregularidades? 2) o que seriam, no mecanismo contábil da Itaipu, a Unidade de Correção Monetária, a Nota de Débito, a Correção Monetária por Atraso de Pagamento, o Crédito de Contas a Pagar e o Arquivo de Bloqueados? 3) quais foram as gestões feitas por este Ministério para implementar a Decisão nº 279/95, do plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), sobre modificação dos atos normativos da Itaipu, a fim de permitir plena fiscalização desta empresa binacional?". Aprovado. O Senador Marco Maciel devolve a Presidência ao Senador Roberto Saturnino. **Item 16**: Requerimento Nº 06, de 2006 – CRE, de autoria do Senador **ROMEU TUMA**, que "Nos termos regimentais, requeiro seja convidado o jornalista CLÁUDIO JÚLIO TOGNOLLI para, perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional prestar informações sobre o seqüestro do engenheiro brasileiro João José de Vasconcellos Júnior, da construtora Odebrecht, ocorrido em 19 de janeiro de 2005, no Iraque". Aprovado. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e cinqüenta e três minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Roberto Saturnino,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Havendo número regimental, declaro aberta a 04ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Se todos os Srs. Senadores estão de acordo. Fica dispensada. Passemos a apreciação da pauta. A pauta de hoje compreende doze acordos internacionais.

Na última reunião nós aprovamos mais de vinte, de maneira que, se nós adotarmos o mesmo procedimento breve da leitura dos votos, a gente aprova os 12 acordos e depois tem quatro requerimentos. Antes de iniciar a pauta, eu queria fazer duas comunicações. A primeira, sobre a visita, hoje é uma Comitiva de Senadores Belgas, de cinco Senadores Belgas, chefiados pela Presidente do Senado Belga – que é uma Senadora – e que estará visitando esta Comissão, às 14h30 horas.

Eu naturalmente estarei aqui e convido e até apelo, aos senhores Senadores que estiveram ainda em Brasília hoje à tarde, que nos dêem o prazer de receber a visita dos Senadores Belgas.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente, me permita? A propósito.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Claro.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Eu sugeriria que V.Exª., pessoalmente por telefone, contactasse os Senadores não vieram aqui à sessão, para que pedir que eles compareceram, por que será realmente constrangedor que essa senhora, Presidente do Senado Belga, fale para dois ou três Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Perfeito. Aceito a sugestão de V.Exª., que é muito razoável como sempre.

A segunda comunicação, é que ontem eu recebi a visita do Embaixador da China, que veio nos trazer um convite oficial do Governo Chinês, para receber uma Comitiva de oito Senadores Brasileiros para visi-

tar àquele país no mês de maio ou junho, conforme a conveniência dos nossos Senadores.

Eles custearão toda a despesa da delegação ocorrida lá na China. Propõem que a Comitiva visite Pequim e Xangai, ou se algum outro interesse, alguma outra cidade for objeto de interesse os Senadores também compreender. A visita seria de uma semana aproximadamente, poderia se estender um pouco mais. Eles custeiam toda a despesa na China, mas as passagens Brasil/China teriam que ser pagas pelo Senado Brasileiro.

Enfim, eu estou fazendo essa comunicação, e prometi que num prazo de 10 dias daria essa resposta sobre a possibilidade e, no caso, já os nomes que comporão a delegação.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente --

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Eu estou comunicando e pedindo que os Senadores que estiveram interessados manifestem, para a gente conversar sobre esse assunto.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Como eu estou fora, eu não aceito viajar para ao exterior. Não faço viagens ao exterior pelo Senado, mas não condeno quem faz.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Sei.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Isso é uma oposição minha, mas como as passagens são por conta do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Certo.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Eu também sugeriria à V.Exª. que discutisse, é uma decisão monocrática de V.Exª., que fosse reduzida a Comitiva para quatro, três.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Ah, sim! Eu acho que isso é --

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): --Eu acho que oito é um número muito grande --

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): É.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): -- Se o Senado vai arcar com as passagens.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): É. E naturalmente, eu tenho que previamente também conversar com o Presidente Renan Calheiros --

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Então--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): -- Porque afinal de contas ele é que autoriza essa despesa de passagens. Mas enfim, eu estou só tomando a iniciativa de trazer aos Senadores esta informação que naturalmente, também, nós enviaremos por escrito a cada um dos componentes desta Comissão.

Sendo assim, vamos então percorrer a nossa pauta, que começa pelos acordos.

O item 1º.

"Projeto de Decreto Legislativo, número 20, de 2006, aprova o texto da convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional, levado a cabo na sede da Organização da Aviação Civil Internacional – OACI, e concluído em Montreal, em 28 de maio de 1999".

O Relator é o Senador Aelton Freitas, que não estando presente, eu solicito ao Senador Jefferson Peres que leia o seu voto, em colaboração.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente, vamos nos revezando eu e o Senador Zambiasi, até esgotar. É o primeiro. Um momento.

Parecer da Comissão de Relações Exteriores, sobre "Projeto de Decreto Legislativo, número 20, aprova o texto da convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional, levado a cabo na sede da Organização da Aviação Civil Internacional – OACI, e concluído em Montreal, em 28 de maio de 1999".

Senhor Presidente, o voto do Relator Senador Aelton Freitas é: Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo, número 20 de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): É o voto que está em discussão. Se nenhum dos senhores Senadores desejam discutir.

Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Passemos ao item 2º.

"Projeto de Decreto Legislativo número 21, de 2006. Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador, sobre o exercício de atividades remuneradas, por parte de dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em São Salvador, no dia 21 de agosto de 2002".

O Relator, também, é o Senador Aelton de Freitas. Na sua ausência, peço ao Relator Sérgio Zambiasi que leia o voto do Relator.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sr. Presidente, Roberto Saturnino. "Projeto de Decreto Legislativo número 21, de 2006, Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador, sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes

do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em São Salvador, em 21 de agosto de 2002". O Relator: Senador Aelton Freitas.

O seu parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Parecer favorável, em discussão. Se nenhum dos Senadores deseja discutir, em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. Está aprovado.

Vamos ao item 3º.

"Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2006. Aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino dos Países Baixos, relativo à Assistência Administrativa Mútua, para aplicação apropriada da Legislação Aduaneira e para a Prevenção, Investigação e Combate às Infrações Aduaneiras, concluída no dia 07 de Março de 2002, em Brasília".

O Relator é o Senador Mozarildo Cavalcanti, a quem concedo a palavra.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, quero agradecer a gentileza de V.Exª., ao mesmo tempo, me desculpar pelo atraso devido ao conjunto de Comissões que se reúnem ao mesmo tempo. Como o parecer já foi lido, eu quero ir diretamente ao voto que é o seguinte:

Diante do exposto, considerando ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, além de constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, votamos favoravelmente ao "Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2006, que aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino dos Países Baixos, relativo a Assistência Administrativa Mútua, para aplicação apropriada da Legislação Aduaneira e para a Prevenção, Investigação e Combate às Infrações Aduaneiras, concluída no dia 07 de Março de 2002, em Brasília".

É o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): O voto é favorável. E está em discussão. Se nenhum dos senhores deseja discutir. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Vamos ao item 4º.

"Projeto de Decreto Legislativo nº 28 de 2006, aprova os textos da Convenção nº 176 e da Recomendação nº 183, da Organização Internacional do Trabalho, sobre segurança e saúde nas minas, adotadas em genebra, em 22 de junho de 1995".

O Relator é o Senador José Agripino. Não estando presente, vou pedir ao Senador Sérgio Zambiasi que faça a leitura do voto.

C SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Presidente, Roberto Saturnino. "Projeto de Decreto Legislativo nº 28 de 2006, aprova os textos da Convenção nº 176, da Recomendação nº 183, da Organização Internacional do Trabalho, sobre segurança e saúde nas minas, adotadas em genebra, em 22 de junho de 1995".

Relatoria do Senador José Agripino. Seu parecer é favorável, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): O parecer favorável, em discussão. Se nenhum dos senhores Senadores desejam discutir, em votação. Os Senhores que aprovam permaneçam como estão. Está aprovado.

Vamos ao item número 5º.

"Projeto de Decreto Legislativo número 30 de 2006. Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, sobre o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, 12 de dezembro de 2002".

O Relator é o Senador Marcelo Crivella. Na sua ausência, eu vou pedir ao Senador Aelton Freitas, que faça a leitura do voto.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG): Sr. Presidente, Sr. Senador Roberto Saturnino, Srªs. E Srs. Senadores. Primeiramente, eu peço desculpa pelo meu atraso, Presidente, que são muitas Comissões ao mesmo tempo--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Compreendemos.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG): O relatório do Senador Marcelo Crivella é sobre "O Decreto Legislativo número 30 de 2006. Aprova o texto do acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo de Israel, sobre o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes de pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 12 de dezembro de 2002".

O sucinto acordo de seis artigos permite que os dependentes do pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico e uma das partes contratantes, designadas para exercer missão oficial na outra como membro da Missão Diplomática ou Repartição Consular, que vivam com um membro de Corpo Diplomático, Consular, Administrativo ou Técnico no Estado Acreditante, sejam autorizados a exercer atividade remunerada no Estado Acreditado.

Para fins de acordo, são considerados dependentes: o cônjuge, o companheiro permanente, filhos, filhas solteiras menor de 21 anos, filhos de filhas solteiras menor de 25 anos, que estejam estudando em horário

integral em curso de que propicie qualificação substantiva da universidade ou centro de ensino superior reconhecido para cada Estado. Os filhos e filhas solteiras, também, com deficiências físicas ou mentais.

A permissão de exercer atividade remunerada finda, como fim da Missão Membro da Missão Diplomática ou Repartição Consular, que forem independentes ou por período razoável após o encerramento dessa missão, o qual não poderá exceder a três meses. A autorização poderá ser negada, caso a atividade afete a segurança nacional, ou se o empregador for o próprio Estado Acreditado e seus órgãos e entidades.

Não se implicará Sr. Presidente, a isenção de quaisquer requisitos que possam ser ordinariamente aplicados a qualquer emprego interárea relacionados com características pessoais, profissionais ou comerciais. Eventuais imunidades de jurisdição civil e administrativa, não se aplicarão a nenhum ato ou omissão que resulte atividade remunerada e que esteja previsto na legislação civil ou administrativa do Estado Acreditado. Em caso de ofensa penal o Estado Acreditante considerará seriamente, qualquer pedido escrito no sentido de remunerar imunidades caso haja.

Aos beneficiários desse acordo recairão regularmente, todas as obrigações tributárias e previdenciárias decorrentes da atividade exercida como se nacionais fossem.

Com isso, Sr. Presidente, a análise é curta e faço questão de ler, por que a gente considera também de suma importância. A análise é que o acordo que visa a minorar os custos da renúncia coletiva feita pelos dependentes do Pessoal Diplomático e Consular quando removidos para outros países.

No passado, os dependentes ficavam em situação de estagnação profissional enquanto estivessem acompanhado o parente removido, o que lhes causava o empobrecimento profissional e, por vezes acadêmicos, situação que os coloca em situação de desvantagem competitiva no mercado de trabalho de seus países de origem. Dessarte, o projeto é de todo oportuno e conveniente e não lhe cabe reparos. O voto do nobre Relator, Senador Marcelo Crivella, que temos orgulho de fazer ad hoc.

Por tudo quanto explicitado, e por julgá-lo e oportuno e conveniente, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo de número 30 de 2006.

É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): O voto é favorável, em discussão. Se nenhum dos Senadores deseja discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

E vamos ao item 6º.

"Projeto de Decreto Legislativo número 32 de 2006, Aprova a solicitação de o Brasil fazer a Declaração Prevista no art. 22 da Convenção das Nações Unidas contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, reconhecendo a competência do Comitê Contra a Tortura, para receber e analisar denúncias de violações dos dispositivos da Convenção".

O Relator é o Senador José Jorge, que no momento não está presente. Eu vou pedir ao Senador Romeu Tuma, que faça a leitura do respectivo voto.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sr. Presidente, é o item 6º, aprova a solicitação do Brasil fazer a declaração prevista no art. 22 da Convenção das Nações Unidas contra a tortura e outros tratamentos sobre penas cruéis, desumanas ou degradantes, reconhecendo a competência do Comitê Contra a Tortura, para receber e analisar denúncias de violações dos dispositivos da Convenção".

O Senador José Jorge, ele considera, diante de todo o exposto que está no relatório apresentado aos Srs. Senadores, medidas adotadas em Nova Iorque, em 10 de dezembro de 84, pela aprovação do Projeto do Decreto Legislativo 32.

E esta solicitação é para que o Brasil faça a declaração prevista no art. 22, da Convenção das Nações Unidas no que diz respeito à tortura. Então, é favorável. E nós sabemos que o Brasil ultimamente Presidente, tem se postado com bastante eficácia no combate a tratamento desumanos a prisioneiros e também contra a tortura. Haja vista que na reforma do Judiciário, nós discutimos muito à transferência da competência do crime de tortura, da Justiça Estadual para a Justiça Federal.

E foi um tema bastante ardente, não por que queríamos afastar da apuração, mas para dar eficácia à apuração e complementarmente a Justiça do Estado tem que funcionar, porque às vezes, a Justiça Federal não tem competência física, vamos dizer, para atingir todos os status, principalmente, as áreas mais inóspita do país, onde não há fiscalização, então, podem usar de meios desumanos no trato de prisioneiro.

Eu tenho uma alegria que quando Diretor da Polícia Federal instalei, pela Diretoria da Academia, a Cadeira de Direitos Humanos para que os Delegados chegassem à conclusão que a investigação cientifica, o interrogatório bem feito, tem muito mais eficácia do que a confissão conquistada pela tortura. Então, eu acho que o relatório do Senador José Jorge é bem favorável, bem feito. Eu só dei uma complementada, graças à oportunidade que V.Exª., me dá, para poder concluir da importância desse Decreto Legislativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Agradeço ao Senador Romeu Tuma. O parecer é favorável. Está em discussão. Senador Eduardo Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu considero de fundamental importância que nós aprovemos o parecer do Senador José Jorge, aqui expresso pelo Senador Romeu Tuma, porque o Estado não é e jamais será um bom fiscal de si próprio, isto muitas vezes nós temos visto.

E ainda, que possa um Governo, o mais sério, como por exemplo, de Governadores das 27 Unidades da Federação, ter sempre o propósito de jamais permitir que possa haver nos Distritos Policiais, nas Delegacias ou no Sistema Penitenciário, seja também por mais que o Presidente da República, o Ministro da Justiça, sejam extremamente severos com respeito à não se permitir que haja a prática de maus tratos a quem quer que seja, uma vez nas prisões, nas delegacias ou nos distritos, infelizmente há informações aqui e acolá de que isto ainda continua a acontecer no Brasil.

E, portanto, a aprovação desta iniciativa de repercussão internacional e que, sobretudo, inclusive, permite a visitas não anunciadas em qualquer Centros de Detenção situadas nos respectivos territórios dos países que estão de acordo com essa Convenção, isto constitui algo importante.

Então, eu quero dar a minha opinião favorável e fazer questão de registrar isso como fundamental. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Continua em discussão. Se nenhum dos senhores Senadores deseja discutir, em votação. Os que aprovam queiram permanecer como estão. Aprovado.

Vamos ao item 7º.

"O Projeto de Decreto Legislativo número 124 de 2006. Aprova o texto do Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa, assinado em Brasília, em 21 de outubro de 2003".

A Relatora é a Senadora Serys Slhessarenko, de descendência ucraniana? A quem concedo a palavra.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Como o nosso Presidente muito bem já colocou, o texto trata do Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia, sobre a Cooperação de Assuntos Relacionados à Defesa --

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas V.Exª., ainda não respondeu a pergunta do Presidente e todos queremos saber.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Depois eu te digo. Depois eu lhe digo, Senador.

Cuida-se aqui de um ato internacional para instituir Cooperação Bilateral, entre os Governos da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia em assuntos relativos à Defesa, principalmente nas áreas de desenvolvimento e pesquisa, produção, transferência internacional de material de defesa e suporte logístico.

Trata ainda, da permissão para a troca de experiências militares, tanto no campo das operações para a manutenção de paz, quanto na área científico tecnológico. Portanto, é o protocolo em tela.

Eu não vou ler toda a análise, que credito como desnecessária, uma vez que todos os Srs. Senadores já têm conhecimento da mesma. Portanto, o protocolo em tela cumpre papel importante de consolidação dos esforços de ambos os países, assim como fortalecer a cooperação dos dois países e complementar, ainda mais, relações diplomáticas.

Nosso voto.

Em face do exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo, número 124 de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): O voto é?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Favorável. Em discussão. Se nenhum dos senhores Senadores deseja discutir, em votação. Os que aprovam permaneçam como se estão. Aprovado.

Vamos ao item 8º.

"Projeto de Decreto Legislativo, número 125 de 2006. Aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia, para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda, celebrada em Kiev, a 16 de Janeiro de 2002".

E a Relatora é novamente a Senadora Serys Slhessarenko, a quem passo a palavra.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Essa propositura, também, busca a aprovação da Convenção feita entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia, para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda. Essa Convenção celebrada em Kiev, em 16 de Janeiro de 2002. A Convenção tem

29 artigos. Visa isentar às pessoas físicas e jurídicas, residentes ou instaladas em ambos os Estados contratantes. Essas últimas quando mantenham sede de direção, sucursal, escritório, fábrica, oficina, instalação, estrutura para a exploração de recursos naturais minas, postos de petróleo ou gás, pedreira ou qualquer outro local de extração de recursos naturais ou depósitos, ou estrutura utilizada como ponto de venda da possibilidade da bitributação, no que tange aos impostos sobre a renda, ou quaisquer outros idênticos ou substancialmente semelhantes.

Sr. Presidente, o acordo visa afastar a possibilidade, como já foi dito, de bitributação aplicando às hipóteses amparadas e aventadas de tributação sobre rendimentos. O princípio de que mais de um tributo não pode recair sobre o mesmo fato gerador, o que é um princípio de Justiça Econômica.

Por tudo, quanto foi explicitado e por julgá-lo oportuno e conveniente, somos Sr. Presidente, pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo, número 125 de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): O parecer favorável em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Vamos ao item 9º.

"Projeto de Decreto Legislativo número 126, de 2006. Aprova o texto do acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e novamente a Ucrânia, celebrado em Kiev, em 16 de Janeiro de 2002".

O Relator neste caso é o Senador Jefferson Peres que eu peço... Ele se ausentou por pouco tempo, mas eu peço a Senadora Serys, que leia o voto do Senador. É o item 9.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com fundamento no disposto do art. 49, inciso I, da Constituição, conforme o nosso Presidente já leu, o Congresso submete, é submetido ao Congresso Nacional o texto de acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia, também celebrado em Kiev, em Janeiro de 2002.

Vamos direto ao voto.

Com base no exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo, número 012411.2001 na origem, que aprova o texto do acordo de Assistência Judiciária em matéria penal, entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia, convênio este celebrado em Kiev, em 16 de janeiro de 2002.

O parecer favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): O parecer é favorável, está em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores desejam discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Eu vou pular o Item 10, que também é do Senador Jefferson, mas creio que ele dentro em pouco chegará.

Passemos ao item 11.

"Que é o Projeto de Decreto Legislativo número 133 de 2006. Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos celebrado em Santa Cruz da Serra, em 08 de Julho de 2004".

O Relator é o Senador Mozarildo Cavalcante, a quem concedo a palavra.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTE: (PTB-RR): Sr. Presidente, considerando que o relatório contendo a análise do Projeto de Decreto Legislativo, já foi distribuído a todos os Srs. Senadores eu vou ler o voto conclusivo.

Com base no exposto, considerando ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, além de constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, concluo pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo, número 133 de 2006, número 1735 de 2005, na origem, que aprova o texto de acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, para a permissão de residência, estudo, trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos, celebrado em celebrado em Santa Cruz da Serra, em 08 de julho de 2004".

Eu quero, inclusive, Sr. Presidente, além de ler o voto, fazer um comentário de que o Brasil devia estender isso a todos os países fronteiriços, como é o caso lá no meu Estado... A Venezuela, que há um intercâmbio natural e não existe na prática esse tipo de acordo.

Voto, portanto, pela aprovação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Obrigado, Senador Mozarildo. Em discussão o voto apresentado. Com a palavra o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu considero de extraordinária importância esse acordo, porque nós precisamos muito avançar na direção de maior liberdade de movimento entre os se-

res humanos, sobretudo aqui nos países do Mercosul e da América do Sul. Gradualmente nós temos a Bolívia, o Chile, o Equador, a Venezuela, se interessando por fazer parte do Bloco Mercosul, no qual fazem parte Brasil Argentina, Uruguai e Paraguai.

E nós temos hoje um número muito significativo, por exemplo, de bolivianos que estão na cidade de São Paulo e em outros lugares, muitas vezes, em situação de ilegalidade. E é importante que possam bolivianos e brasileiros estar podendo circular com maior liberdade para fins de estudar de trabalhar. Enfim, de viver e acredito que não apenas na área fronteiriça.

Então, um passo na direção desse caminho de maior liberdade de movimentação das pessoas é importante. Por mim, eu gostaria de ver mais e mais esta total liberdade de movimentos de seres humanos, como parte importante da integração sócio-econômica dos países, sobretudo, da América do Sul até que consigamos um dia, do Alaska à Patagônia esta inteira liberdade de movimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Continua em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, em votação --

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sr. Presidente, apenas para registrar e comungar--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ):-- Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o pensamento do Senador Eduardo Suplicy. Nós acabamos de receber também na Comissão do Mercosul, Senador Suplicy, idêntico projeto, que prevê idêntica situação com relação aos brasileiros e argentinos. E nós consideramos que nós estamos muito atrasados nesse processo.

Essa questão da integração passa pela cidadania, passa... Não se entende América do Sul, Mercosul, América do Sul... Nós estamos trabalhando, intensamente para que o Mercosul seja o Bloco sul-americano e não apenas um Bloco de quatro países.

Eu acho que a adesão da Venezuela, ela rompe algumas barreiras e, pode facilitar a compreensão da dimensão do Mercosul fazendo com que nós tenhamos então, um Mercosul lá da Patagônia, citada pelo Suplicy, até às portas do Caribe, porque para nós em termos de Mercosul, já seriam suficientes, passando por Roraima como cita aqui o nosso querido Senador Mozarildo, até porque com certeza, o povo de Roraima com isto dimensionará melhor a importância e o significado do Mercosul, como bloco não apenas de quatro países, Suplicy, mas um Bloco sul-americano, o que nos daria mais força em termos internacionais.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Permite um aparte?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É com o Presidente.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Um aparte? Até para complementar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Sim. Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senador Saturnino, eu sei que muita gente inclusive Ilustres Parlamentares, durante muito tempo confundiram Mercosul, como sendo uma coisa apenas do Conesul. E, na verdade, houve até iniciativas de se criar o Merconorte.

Então, na verdade, é muito bom que seja muito bem esclarecido, e que nós trabalhemos intensamente para uma integração, principalmente do norte do País com os países que fazem fronteira conosco.

Eu vou repetir, a Venezuela, a importância estratégica econômica da Venezuela para o Brasil, mas muito mais importante para o norte do Brasil, incluindo primeiramente o meu Estado, que é o Estado mais ao extremo norte diferentemente do que ainda se repete inclusive, que o ponto extremo é Oiapoque e não é, é o Monte Caburaí no Estado de Roraima --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nós vamos brigar.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): -- Comprovado. Não vamos brigar por isso, porque 60 quilômetros acima do Oiapoque.

Então, nós queremos mesmo é que haja integração. Roraima precisa. E o Brasil precisa de uma integração de fato, porque hoje infelizmente, somos geograficamente unidos e estrategicamente um de costas para o outro.

Quer dizer, o Brasil e a Venezuela estão colados geograficamente lá em Roraima e, estão de costas exatamente ali.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Em discussão ainda. Eu vou agradecer às manifestações sobre esse assunto, de extrema importância dos Senadores: O Relator Mozarildo Cavalcanti e dos Senadores Eduardo Suplicy e Sérgio Zambiasi. Eu coloco em votação. Os Srs. Senadores que se--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Apenas Sr. Presidente, eu até vinha conversando aqui com o Marcelo Zero, que é um dos nossos assessores especializados neste assunto. E, pedi a ele, mas eu queria pedir isto como uma reflexão nossa da Comissão de Relações Exteriores.

Seria interessante que nós pudéssemos ter um levantamento mais completo, em que estágio se encontra a questão de liberdade de movimento de seres humanos nas Américas? Em que estágio está, por

exemplo, este objetivo de liberdade de movimentação de seres humanos entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, que está se avançando.

Eu me lembro quando, por exemplo, esteve em visita ao Senado o Presidente Menem, falando do Mercosul, ele explicitamente disse: "Nós queremos um dia ter a liberdade de movimento de pessoas indo para lá e para cá, argentinos e brasileiros e tudo, e assim por diante". E nós sabemos que este é um dos objetivos do Mercosul. Temos aqui examinado inúmeros tratados para facilitar.

Então, sabemos que hoje para os países do Mercosul não precisamos vistos mais, não se exigem vistos e se facilita a viagem entre nós países fronteiriços e diversos deles podemos viajar só com a carteira de identidade. Os países Andinos têm isso.

Eu me lembro de ter notado nos Aeroportos de Quito e La Paz e outros, ali está para os cidadãos de países andinos não precisa mostrar passaporte, então, já facilita muito para a passagem nos aeroportos e assim por diante. Mas seria importante nós termos um levantamento a quantas anda nossas relações e tratados sobre isso, com cada um dos países da América do Sul, do Caribe e das Américas.

Então, eu estou pedindo a minha assessoria, mas quero fazer disto um pedido para nós, para termos esse levantamento preciso e acredito que o próprio Itamaraty, que certamente aqui hoje nos acompanhando possa colaborar com esse levantamento. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): V.Exª., será atendido, Senador Suplicy. Vamos pedir à nossa assessoria que faça esse levantamento, que realmente é importante.

Em votação o parecer do Senador Mozarildo. Senhores Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Eu vou voltar ao Item 10, que nós havíamos pulado, por que não estava naquele momento, presente o Senador Jefferson Peres que é o Relator. "Projeto de Decreto Legislativo número 127, de 2006. Aprova o texto do Tratado de Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Ucrânia, celebrado em Brasília, a 21 de outubro de 2003".

O Relator o Senador Jefferson Peres a quem concedo a palavra.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente, Srs. E Sras. Senadores, como se trata de um tratado presumivelmente não polêmico e o texto do meu parecer está sobre a mesa, eu vou ler apenas o voto Sr. Presidente.

"Com base no exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, versado em boa técnica legislativa somos pela aprovação do projeto de Decreto Legislativo número 127 de 2006, que aprova o texto do Tratado de Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Ucrânia, celebrado em Brasília, em 21 de outubro da 2003".

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): É o parecer que está em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores desejam discutir em votação. O Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): É. A Ucrânia hoje foi objeto de quatro acordos.

Item 12, que é o último acordo.

"E é o Projeto de Decreto Legislativo número 134, de 2006. Aprova o texto do acordo complementar na Área de Recursos Naturais e Meio Ambiente, ao acordo básico de Cooperação Técnica e Científica do Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, assinado em Brasília, em 20 de agosto de 2004".

O Relator é o Senador Mozarildo Cavalcanti, a quem concedo a palavra.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): O Senador Mozarildo está sendo privilegiado.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Lamentável que não seja nenhum referente à Venezuela, mas Senador Suplicy, não entenda como crítica ao Governo não. Eu estou apenas cobrando que essas coisas vão subindo e chegue até lá o Extremo Norte. É como V.Exª.s., anunciou um acordo entre o Brasil e o Peru.

A Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e o Peru, remonta a 1975, avultando-se nesse contexto a cooperação ambiental, tema sobre o qual as proposições dos dois países são convergentes.

O diploma internacional complementa o acordo para a conservação e uso sustentável da fauna e da flora silvestres dos territórios amazônicos firmado em novembro de 75. São de suma importância os objetivos específicos relacionados no acordo, como a capacitação de técnicos e especialistas para atuar nas aéreas de reflorestamento, na gestão e no manejo de recursos hídricos, na conservação da biodiversidade justificando plenamente a sua aprovação pelo Congresso Nacional.

O voto, portanto, diante do exposto é favorável a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo, número 134 de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): O voto é favorável. Está em discussão, se ninguém --

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente, apenas para --

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Senador, Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Eu vi, está na pauta hoje, estão na pauta dois acordos bilaterais, Brasil/Peru, e este específico sobre a região Amazônica.

É lamentável, Sr. Presidente, que sendo o Brasil signatário do Tratado de Cooperação Amazônica, que já vai completar 30 anos, que hoje é uma organização OTCA, e englobando todos os países amazônicos e a Secretaria Executiva funciona aqui em Brasília, é estranho Sr. Presidente, que estes acordos bilaterais não sejam multilaterais envolvendo todos os países amazônicos. Gostaria até de ouvir do...

Talvez até a dificuldade de envolver todos leve o Itamaraty, pragmaticamente, prefira fazer bilaterais que são mais rápidos. Acredito que a razão seja essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Sim, mas de qualquer forma a observação de V.Exa, é inteiramente procedente e vamos tentar obter uma informação de resposta.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Agora, vamos entrar nos requerimentos, antes, porém, eu queria submeter à Comissão as sugestões de participantes para uma audiência pública, já aprovada em requerimento do Senador Romeu Tuma, audiência pública destinada a discutir o Impacto da Crise das Grandes Cidades Brasileiras Sobre a Defesa Nacional.

Esse requerimento já foi aprovado, mas ficou dependendo, pendente em relação aos convidados a participar dessa audiência pública. E o Senador Romeu Tuma, sugere dois nomes um do Dr. Mauro Espósito, Degelado de Polícia Federal em Manaus e outro, do Dr. Vladimir Reali, Delegado de Polícia Civil do Rio de Janeiro.

Eu mesmo, de minha parte procurando informações, estou sugerindo a presença do Dr. Luiz Fernando Corrêa, Secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, e a senhora Marina Magessi, que é Chefe do Setor de Investigações da Delegacia de Repressão aos Entorpecentes do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Eu queria submeter esses nomes à apreciação da Comissão, para que possamos marcar a data e realizar essa importante audiência --

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, eu só--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Com a palavra, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): --Comunico que o Dr. Mauro Espósito – eu acho que o Senador Jefferson Peres o conhece bem – ele está muitos anos no Amazonas, e ele tem coordenado operações de fronteira--

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Ele ainda está em Tabatinga?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): -- Ele está por lá. Ele está em Tabatinga. Ele tem a base em Tabatinga, e percorre toda a região Amazônica, mesmo o tráfico de diamante ele que presidiu. Ele é um florestal mesmo, ele gosta daquilo.

Eu o chamei por que eu tenho visto, a maioria dos governantes justificarem o aumento da criminalidade pelo uso de drogas e responsabiliza o Governo Federal, por não controlar as fronteiras.

Então, eu acho que é um tema que a gente deve discutir: Como pode a polícia, sem meios suficientes e o Exército também apresentando um meio de colaboração, mas efetivamente, se poderiam ou não ter um esquema mais forte no combate às passagens dos crimes de fronteira.

Por isso que eu indiquei o Mauro, pela experiência de mais de 20 anos naquela região.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente, como o problema afeta todo o País, porém mais agudamente, as duas maiores cidades brasileiras Rio de Janeiro e São Paulo, não sei se dois desses nomes são da segurança dessas duas cidades --

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Não, de São Paulo não tem.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Não?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Tem do Rio de Janeiro, de São Paulo não tem ninguém.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Eu não conheço ninguém, mas se pudesse sugerir um nome de São Paulo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): São Paulo se o Senhor quiser convidar o Delegado responsável pela área de combate ao crime organizado Dr. Bittencourt, depois eu dou o nome completo.

O Dr. Bittencourt é um homem experiente nessa área de combate ao crime organizado, e é Diretor desta área – depois eu dou o nome completo. Do Rio de

Janeiro, talvez até o próprio Secretário de Segurança, ou o um Delegado Federal que tem experiência, mas V.Exª. indicou dois.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Eu sugeri a Dra. --

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): A Dra. Magessi, que é uma pessoa que é do Setor de Investigação e Repressão a entorpecentes.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Uma mulher sempre ajuda.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Ajuda. Certamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): A refrescar o ambiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Em discussão. O Senador Suplicy deseja...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, o propósito, pelo que eu observei do requerimento do Senador Romeu Tuma, para discutir os problemas de criminalidade, crime organizado, narcotráfico, nas Regiões Metropolitanas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [pronunciamento fora do microfone] Região Amazônica também --

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E também região Amazônica e também as fronteiras e regiões metropolitanas.

Então, eu sou extremamente favorável ao requerimento, mas eu vim até conversando com V.Exª., de que pudéssemos ter aqui uma discussão de profundidade que envolvesse inclusive, a problemática havido recentemente no Rio de Janeiro. Até o esclarecimento daquilo que aconteceu ali com as armas que foram roubadas na Zona Oeste, acabaram aparecendo na Rocinha, e isto está pendente ainda de um melhor esclarecimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O senhor permite um aparte, Senador?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pois, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Senador, Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senador, como existe a responsabilidade de fiscalização desta Comissão, fazer uma reunião secreta, o Senador Jefferson chegou a fazer, V.Exª. Convidar os responsáveis pela investigação da localização das armas e o emprego da força militar, para ver numa sessão reservada, talvez, atender o apelo se o Senador Suplicy concordar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Eu esclareço ao Senador Suplicy, que nós estamos considerando os nomes de um requerimento que já foi aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem, eu estou de acordo. Mas eu acho até interessante pensarmos alto aqui a respeito. Por quê? Uma idéia seria tratar da natural desta operação das Forças Armadas, para ajudar em controlar o narcotráfico no Rio de Janeiro. Isso é um tema, onde a questão havida dos fuzis é apenas um detalhe e na hora que viessem aqui não seria o principal.

O principal é a problemática do narcotráfico hoje e a cooperação das Forças Armadas, se adequada ou não, esse tipo de intervenção ou outro tipo de... E por isso se insere no requerimento do Senador Romeu Tuma – eu estou pensando alto aqui. Mais do que isso. Nós tivemos no domingo passado, a exibição no Fantástico de um filme de extraordinária repercussão, o documentário feito por Spike Lee, MV Bill e Celso Athayde, sobre os falcões do Rio de Janeiro, ou seja, aqueles meninos ou rapazes de dezesseis e dezessete anos, que se tornam como que sinaleiros da presença ou na polícia ou de quem quer que seja, ali interagindo com os narcotraficantes. Um documento que impressionou a todos no Brasil, foi objeto de diversos pronunciamentos, inclusive da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que sugeriu que este filme pudesse ser passado em todas as emissoras de televisão e inclusive a TV Senado.

Eu havia considerado, por isso falo aqui alto nesta oportunidade, que talvez fosse interessante, inclusive, termos aqui a presença de pessoas como os autores deste documentário o MV Bill, Celso Athayde – o Spike Lee, não seria fácil trazer aqui – mas para que eles transmitissem, inclusive é um trabalho de muito anos, são seis anos de trabalho para fazer o documentário, eles acabam de publicar um livro sobre isso. E quem sabe, se o assunto foi discutir a problemática social do narcotráfico e medidas até que os responsáveis pela segurança estejam pensando, mas é necessário pensar na problemática toda e com quem pensou sobre isso.

Então, eu fico pensando se não seria o caso de talvez fazermos uma outra, mas também termos isso. A Senadora Patrícia, eu conversei com ela, ela considerou que seria interessante sim, eventualmente termos uma sessão que pudesse ser, não apenas da nossa Comissão mas também de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos para quem sabe, termos uma discussão onde até passaríamos o filme – assim a TV Senado mostraria – e daí discutiríamos com a presença de convidados que pudessem trazer uma reflexão

importante. Talvez, seja um pouco diferente desta, mas se relaciona.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Entendi, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Como a Senadora--

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM): Senhor Presidente, é importante--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, eu expresso aqui por que isso pode ser até um outro requerimento, mas de uma iniciativa conjunta que a própria Senadora Patrícia, gostaria também de assinar – eu acho que ela iria tratar de um assunto no seu Estado hoje, eu acho que ele não viria – mas quem sabe possa ser apresentado nos próximos dias.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente, eu acho muito válida a proposta do Senador Suplicy. Eu acho que são três assuntos relacionados, mas que deveriam ser tratados em audiências separadas. Uma, objeto do requerimento do Senador Tuma, outra do Senador Suplicy, e uma terceira, Sr. Presidente, que se relaciona com a segurança nacional, seria sobre o problema do narcotráfico mesmo especificamente sobre o narcotráfico. Eu gostaria muito de participar de uma audiência pública, porque eu tenho a audácia de defender a legalização das drogas, como a única maneira de extirpar o narcotráfico. É curioso.

Eu digo audaciosa, porque quando eu falo nesse tabu, muita gente me vê como um defensor das drogas, é curioso isso – eu quero é acabar com o narcotráfico – mas então, eu gostaria de debater isso, ser um dos debatedores sobre isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu quero um aparte, se V.Exa., permite?

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Pois, não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Até por um desabafo. Acho que o Senador Jefferson Peres traz um assunto de vital importância para esta Casa. Há praticamente seis anos Senadores, se vem lutando para alterar a lei que tem 25 anos, do combate às drogas. Já passou por quatro Relatores. Eu fiz duas vezes a relatoria.

Agora, a última tem uns três meses, aonde foi coordenada com a Secretaria de Combate às Drogas do Governo Federal, as policias, os psicólogos, todos participaram da feitura desse último relatório. Já está nas Comissões e tudo e não se discute.

Talvez seja oportuno, ele ser discutido com essa proposta do Senador Jefferson Peres e a gente tirar conclusão para poder modificar a lei vigente. Eu acho que é são teses importantes.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): É um tabu que tem que ser enfrentado, Senador Tuma--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Por causa dessas dificuldades da interpretação: Como tratar o usuário? Como tratar o pequeno traficante que trafica, para ter a sua parte para uso pessoal?

Então, são confusos que estão gerando internacionalmente. Várias experiências foram feitas umas para cassar, outras tiveram sucesso que seria talvez até... Agradeço.

Não cumprimento, mas agradeço o Senador Jefferson Peres, por ter levantado esse assunto aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Muito bem. Eu acho que há um consenso entre nós de que se trata de assuntos muito próximos, mas efetivamente diferentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Poderíamos fazer. Quer dizer, fazer esta audiência com o propósito objetivo--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu proporia até um Oficial da Polícia Militar, por causa do --

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): --Eu ia propor que o--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): --Da polícia ostensiva, que a gente está falando muito em Judiciária e de Científica de Inteligência, e deixando de lado talvez o--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): A minha preocupação--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): -- E deixando de lado o planejamento que se fala no Rio, Senador Suplicy. Que a PM vai dar continuidade o que o Exército fez, senão não adiantou nada.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Só me parece que mais de três expositores --

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): É.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Nós já estamos com quatro expositores.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu só quero --

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Mas eu ia pedir, então, ao Senador Suplicy e ao Senador Jefferson Peres que formalizassem esses requerimentos--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): --Um para realizássemos audiência pública, em conjunto com a Comissão de Relações Sociais e de Direitos Humanos sobre o documentário "Falcões". E o outro sobre o tema em si, do tratamento do narcotráfico.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu quero saudar esta posição ousada, revelada pelo Senador Jefferson Peres, por que --

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Altamente impopular, que me faz perder votos!

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): -- Senador Jefferson Peres, deixa eu lhe transmitir. Eu quero ter mais elementos para conhecer esse ponto de vista, porque eu realmente tenho muito pensado a respeito deste assunto.

Eu vou aqui registrar, acho que faz uns quatro ou cinco anos, eu registrei da tribuna do Senado um manifesto, que foi assinado por diversos laureados com o Prêmio Nobel que uma vez fizeram uma declaração a ONU, ressaltando que possivelmente a liberação das drogas seria muito mais adequado do que as formas repressivas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senador--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): -- Deixa eu completar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Só um aparte? Porque a expressão liberação, ela confunde com discriminalização. Então, as teses mais fortes é de discriminalizar o uso, não liberalizar, porque aí pode fazer propaganda para o uso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim, mas poderia ser as formas as mais diversas que envolvem o debate. E quero aqui ressaltar, também, que quando o ex-Ministro, eminente jurista Evandro Lins e Silva, fez uma entrevista, alguns meses antes de falecer manifestando favoravelmente--

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Na revista Veja.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): -- Na revista IstoÉ, páginas vermelhas, tenho quase certeza--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É verdade.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): -- E pouco antes do seu falecimento, mas ele deu uma entrevista que eu considerei de grande lucidez. Quero dizer que fui instado a pensar seriamente no assunto. E eu sei de que muitas pessoas, desde Pagine(F) defenderam uma coisa dessas, mas eu quero compartilhar com V.Exª., nós precisamos estudar isso e por que--

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Se assumirmos isso, Senador, haverá pessoas que vão dizer: "Quem sabe os dois não são chegados a um pó?"

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E eu que sempre recomendo aos jovens que não utilizem de qualquer tipo de drogas. Então, eu estou tranqüilo com respeito a isso.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): É verdade.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): De maneira que eu acho a que descriminalização ou a liberação é algo que deve ser objeto de um sério debate --

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): De uma profunda discussão. Também acho e compartilho, enfim, dos pontos de vista --

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E que está relacionado--

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): O ruim é não discutir isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): --É claro, é claro. É tomar como tabu e não submeter a --

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, eu quero ajudar o Senador Jefferson Peres na escolha, inclusive de pessoas, por exemplo, o ex-Secretário de Anti-Drogas Maierovitch dentre outros é um nome que tem estudado muito esse assunto e há outras pessoas. Se pudéssemos convidar o Evandro Lins e Silva seria ótimo, mas haverá discípulos dele, que poderíamos pensar e convidá-los e assim por diante.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Eu vou formalizar o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Muito bem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu assino com V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Vamos apreciar esses dois requerimentos, certamente aprovados.

Mas eu queria só para terminar, obter a aprovação da Comissão, para os nomes sugeridos para o requerimento do Senador Tuma, que são o Dr. Mário Espósito, o Dr. Vladimir Reali, o Dr. Luiz Fernando Corrêa, a Dra. Marina Magessi e o Dr. Bittencourt, cujo o nome por inteiro o Senador Romeu Tuma nos trará. Os Senhores--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Apenas Sr. Presidente, eu acabo de ser informado que a Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Senador Cristovam Buarque, fez o convite já aos responsáveis pelo filme, o MV Bill e o--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Celso Athayde--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): -- Celso Athayde, será dia 04 de abril, de maneira que poderemos juntar esforços com aquela Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Perfeito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Já faço aqui o requerimento para que acresce junto --

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Participe, se junte.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --A Comissão de Relações Exteriores nessa atividade, a Comissão de Direitos Humanos nessa atividade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Muito bem. Então, os senhores Senadores, se concordam com os nomes do requerimento do Senador Tuma, permaneçam como estão. Aprovado.

Vamos apreciar os quatro requerimentos da pauta de hoje que são extrapauta.

Item 13. O requerimento número 02 de 2006.

"Pedindo audiência pública sobre o tema: Os caminhos da dependência e da autonomia Brasil e Coréia do Sul'".

O requerimento do Senador Jefferson Peres e a sugestão dos convidados compreendem os Professores: Otaviano Canuto, Lídia Goldenstein, Pérsio Arida e Luciano Coutinho.

Eu dou a palavra ao Senador Jefferson Peres, para manifestar, enfim, explicar o seu requerimento.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Este meu requerimento, aliás, se casa com o de V.Exas. --

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Logo em seguida.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): E deve ser o próximo a respeito do Chile, Sr. Presidente. É claro que só pode ser extremamente útil para nós, compararmos o processo de desenvolvimento de países de industrialização tardios, mas recentes.

Seria inútil comparar o nosso desenvolvimento com o dos Estados Unidos ou na Alemanha, não é Senhor Presidente? Por que esses países se desenvolveram rapidamente e quais às políticas públicas deles que podem ser aplicadas aqui?

Eu acho que o debate pode ser muito produtivo, muito útil.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Então, em discussão, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Só para cumprimentar o Senador Jefferson Peres e informar que nesta semana que está terminando, em Piracicaba no Estado de São Paulo, foi lançada a pedra fundamental de uma fábrica de investimento da Coréia do Sul, em São Paulo.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Senador Romeu Tuma, algumas das maiores fábricas do Distrito Industrial de Manaus são da SAMSUNG e da LG, empresas coreanas.

Essas multinacionais estão investindo aqui, 100% capital coreano, Senhor Presidente--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): E com uma qualidade invejável.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): -- Invejável, tecnologia de ponta.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Bom, então, eu coloco em votação o requerimento do Senador Jefferson. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O seguinte, Extra-Pauta, Item 01, é um requerimento de minha autoria, número 4 de 2006, "Que propõe audiência pública sobre o tema: 'O Atual Sucesso do Chile, Mito ou Realidade?'"

Propondo os nomes dos Professores José Luis Fiori, Alberto Aggio e Emir Sader. Eu vou até me dispensar de fazer a justificativa, o próprio Senador Jefferson Peres já fez, porque é semelhante ao da Coréia, de forma que eu vou colocar em --

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente, eu apenas sugeriria, seria pelo menos fazer um conveniente, fazer uma tentativa junto a Embaixada do Chile, se eles teriam algum Adido Econômico--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Só uma sugestão--

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Inclusive para fornecer dados recentes sobre o País--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Perfeito.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): -- Talvez nem os depoentes tenham, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Perfeito. Inteiramente de acordo, e uma gestão junto à Embaixada, no sentido de nos ajudar até com informações.

Em discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

O item 15, é o requerimento número 05 de 2006.

Nos termos dos art. 79, do Regimento Interno, requeiro... É do Senador Romeu Tuma, novamente: "Requeiro seja criada, no âmbito desta comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Sub-Comissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, destinada a tratar de assuntos de seu interesse".

É um requerimento do Senador Romeu Tuma, que já foi até objeto de muitas manifestações aqui na nossa Comissão, mas enfim, nós temos que considerá-lo formalmente.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente, se for aprovada eu sou candidato a membro dessa Sub-Comissão, em boa hora proposta pela Senador, porque é um assunto que me preocupa muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Só uma palavra ao Senador Romeu Tuma, que é o autor do requerimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Ele foi feito há algum tempo, mas prevalece como de interesse desta Comissão e do Congresso.

Então, eu pediria que se mantivesse a aprovação tácita que foi tomada naquela --

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Isso. Agora, nós precisamos definir o número de membros dessa Sub-Comissão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu com ela, acho que no máximo de três ou quatro, mais do que isso, sempre uma Comissão traz dificuldades na --

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Quando é muito grande não funciona.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): --Não funciona. Os nomes serão apresentados, acho que três ou quatro aqui, está bom, Srs. Senadores?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Eu sou informado aqui, temos que respeitar a questão da proporcionalidade --

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): A partidária?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): É.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): A partidária.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Então, nós vamos fazer com o número mínimo necessário. Os senhores Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente, pela ordem. Já foi aprovada?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Já. Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Já foi aventado aqui esse assunto, a comunicação feita por essa Casa do Brasil de Lisboa?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Agora, eu estava com esse papel na mão, exatamente para fazer.

Eu recebi aqui esta manifestação, dando conta de expulsão de imigrantes brasileiros: "A Casa do Brasil em Lisboa, vem publicamente protestar contra os processos de expulsão instaurados junto a muitos cidadãos brasileiros em conseqüência das rusgas realizadas – não define exatamente o que sejam essas rusgas – rusgas realizadas por serviços de estrangeiros em fronteiras e alguns locais de diversão e encontro dos brasileiros, no passado fim de semana. Mais uma vez repetimos o que já declaramos inúmeras vezes, imigrantes não são caso de polícia, são trabalhadores que têm contribuído para o crescimento de Portugal.

Não aceitamos a expulsão em massa dos nossos compatriotas e exigimos que o Governo Brasileiro, o Embaixador do Brasil em Portugal e o Consulado Geral do Brasil em Lisboa assumam a defesa de seus cidadãos e tomem providências imediatas para solucionar".

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente, uma informação do Itamaraty, não é possível, está muito vago isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Está muito vago, vamos pedir uma informação mais detalhada, mais circunstanciada deste assunto, mas não vamos deixar de considerá-lo.

Bom, eu volto a fazer as comunicações que fiz no início desta sessão, a respeito da visita dos Senadores Belgas a esta Comissão, que se realizará hoje às 14h30, com a presença da Presidente do Senado Belga, solicitando aos nossos ilustres companheiros que compareceram, àqueles que estiveram ainda em Brasília neste horário, para que seja dada enfim a atenção devida e justa a essa Delegação de cinco Senadores, Chefiadas pela Presidente do Senado Belga.

E também a questão de visita à China, que eu vou fazer uma comunicação por escrito a cada um dos Senadores membros sobre esse convite de uma viagem à China, de uma delegação que eles propõem oito e o Senador Jefferson Péres mesmo sugeriu a redução desse número, tendo em vista que eles assumem as despesas desta delegação lá na China, mas a passagem teria que ser paga pelo Senado.

Em vista disso, seria realmente conveniente, pensar na redução desta Delegacia, mas eu farei uma comunicação por escrito pedindo a manifestação de interesse dos Senhores Senadores, para que possamos dar a resposta no prazo de 10 dias, que foi o compromisso que eu assumi com o Embaixador. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu pergunto, se será possível no diálogo que V.Exª., estiver mantendo com o Embaixador da China, aliás, eu acabo de receber um convite, porque o atual Embaixador faz uma festa de despedida.

Eu acho que V.Exª., deve estar convidado e os Senadores, para terça-feira em que ele se despede. Então, é possível que seja substituído o Embaixador da China, mas pelo seguinte: Será que não seria adequado fazer a viagem em novembro, depois das eleições?

Porque uma viagem... Bom do ponto de vista, acho que provável da China receber a delegação, certamente, será melhor agora.

Eu teria vontade de ir, mas fico pensando da responsabilidade, porque eu sou candidato esse ano, outros não são --

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): E as convenções são em junho, muito próximo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --Há pessoas aqui que são candidatos a Presidente --

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Muito próximas--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): -- Vão precisar percorrer... Cada semana vai ser importante, o Senador Jefferson Péres poderá -- Então, eu fico pensando se... Para mim, será acredito, mais adequado enfrentar o inverno em novembro, na China, mas sem problema, porque... O Embaixador da China, já havia, inclusive, feito o convite a mim, para que eu pudesse a hora que eu pudesse ir.

Então, e do ponto de vista pessoal porque eu tenho que enfrentar às eleições desse ano, talvez, seja difícil passar uma semana longe. E que seja bem-sucedida essa viagem. Eu recomendo à V.Exª. que aceite e vá e como Presidente da Comissão de Relações Exteriores --

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Eu até me sinto de certa forma obrigado, mas não sei se poderei ir.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E eu, inclusive, acabo de aceitar um convite da Unesco, para ir ao Sri Lanka, de 30 de abril a 03 de maio já tem o feriado do Primeiro de Maio.

Para mim é um prejuízo ter que me ausentar no dia 1° de Maio, sempre tem manifestações importantes aqui no Brasil, mas como se trata de um convite importante da Unesco sobre Liberdade de Imprensa e Erradicação da Pobreza eu aceitei, e demora para chegar ao Sri Lanka e voltar. É até caminho para China, mas daí, então... E é um convite sem despesas para o Senado, porque a Unesco convida com o pagamento.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Permite uma sugestão, Senador?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pois, não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Vá, e deixe uma mensagem gravada para os trabalhadores no dia 1º de Maio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): É uma bela sugestão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado. Dentre as manifestações de 1º de maio, tem... Que eu sempre gosto de ir, é a Missa de 1º de Maio na Matriz de São Bernardo, não tem como deixar a mensagem gravada, não. Obrigado.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM): O Senador Suplicy sempre pode dizer que está querendo abrir os mercados chineses para os produtos paulistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Há sempre uma razão, perfeitamente justificável.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado, Senador Jefferson.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Extra pauta, estão os dois últimos requerimentos, que dizem respeito àquelas questões levantadas em relação à fiscalização de Itaipu e em relação à venda dos aviões da Embraer à Venezuela.

As sugestões até foram do Senador Jefferson Péres, mas a formalização dos requerimentos, são requerimentos de informação, não são de audiência pública. Eu mesmo fiz, então, eu vou pedir ao Senador Marco Maciel, que assuma aqui a Presidência.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, também, se puder nos dar informação relativamente ao requerimento do Senador Heráclito Fortes, sobre o Embaixador do Brasil na Tunísia, se foi verificada a possível data dele comparecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Ainda não, estamos insistindo, mas ainda, não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado. É sobre o... Ele iria trazer informações--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sr. Presidente, Senador Suplicy, eu sugeri um jornalista que foi chamado, para ir fazer uma cobertura lá e servir de mensageiro para tentar um acordo. Eu sugeri o nome também nessa--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Poderia, eventualmente, ser na mesma data.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Poderia ser na mesma data, mas em sessões diferentes, porque o Embaixador pediu a sessão secreta.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): É secreta, o jornalista ele relataria fatos que antecederam a possibilidade da viagem dele em missão oficial.

[Troca de Presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Eu gostaria de submeter, agora a consideração do Plenário desta Comissão, o requerimento de caráter, portanto, não terminativo, número 07 de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa

Nacional, que é subscrito pelo Sr. Presidente, o Ilustre Senador, Roberto Saturnino.

Está vazado nos seguintes termos: "Nos termos do parágrafo 2º, do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal e com o ato da mesa número 1, de 2001, e considerando as declarações feitas pelo Presidente Hugo Chávez, da Venezuela, sobre a frustração de importação, por seu País, de aviões super tucanos do Brasil, em razão de pressão exercida pelos Estados Unidos da América, requeiro sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, as seguintes informações: Foram feitas pressões pelos Estados Unidos ao Brasil, para que não exportasse aviões super tucanos, fabricados pela Embraer, para a Venezuela? 2. Em caso positivo, dirigidas a quem? Em que termos e com quais fundamentos? 3. Já houve outras ameaças similares pelos Estados Unidos, contra exportações levadas a cabo pela Embraer, por exemplo, para o Irã? Se afirmativo, quais foram às circunstâncias e os motivos dessas ameaças?".

Assinado Roberto Saturnino, a quem concedo a palavra para fundamentar o seu requerimento.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Sr. Presidente, eu apenas formalizei um requerimento sobre informações que foram levantadas, eu não me recordo se foi Senador Jefferson Péres, ou se foi...

Ou por outro dos nossos ilustres colegas, no momento em que foram veiculadas, pela imprensa, informações a esse respeito que a Comissão achou de importância que se requeresse ao Ministério das Relações Exteriores informações mais precisas sobre o fato.

Tanto esse como o requerimento seguinte, que diz respeito à fiscalização de Itaipu, da Empresa Binacional Itaipu. De forma que eu apenas formalizei, mas eu percebi que houve um consenso da Comissão, no sentido --

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Eu acho que a matéria já está amplamente discutida.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sr. Presidente, não é para discutir não, porque eu já estou assinando, como voto favorável, mas o rito. É um requerimento da Comissão que vai à mesa para análise e votação em Plenário, é isso mesmo? Para informação tem que aprovar pela mesa um parecer --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Então, aprova aqui é encaminhado, a Mesa lê [inaudível]

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Tem que ir à Mesa--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Presidente da Casa [inaudível]

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP):--Às vezes, ele distribui, para um membro da Mesa dar o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Então vai à Mesa para dar o encaminhamento--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Talvez, não tenha que ir ao Plenário --

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): --Eu só estou pedindo essas explicações, para a gente pedir urgência porque senão fica três meses e não adianta mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Não ao Plenário, vai à Mesa mas não ao Plenário.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): A Mesa para dar o parecer se concorda ou não--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Se preenche os pré-requisitos --

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Pois, não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): -- Para informação, mas é pedir urgência, já está há muito tempo isso aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Bom, em discussão o requerimento... Eu acho que a matéria... Já a considero suficientemente discutida e vou submeter à votação.

Os senhores Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Agora, há um segundo requerimento, também de autoria do nobre Presidente dessa Comissão, Senador Roberto Saturnino, nos seguintes termos: Requerimento número 08 de 2006, desta Comissão. "Nos termos do parágrafo 2º, do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal e com o ato da mesa número 1, de 2001, e considerando denúncias feitas sobre irregularidades contábeis na Empresa Binacional Itaipu, requeiro sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, as seguintes informações: 1. A partir de pareceres feitos pela Eletrobrás para o Conselho de Administração da Itaipu, ou feitos por este e encaminhados à Eletrobrás, há dados sobre irregularidades contábeis na Itaipu? Se positivo, quais seriam tais irregularidades? 2. O que seriam, no mecanismo contábil da Itaipu, a unidade de correção monetária, a nota de débito, a correção monetária por

atraso de pagamento, o crédito de contas a pagar e o arquivo de bloqueados? 3. Quais foram as gestÕes feitas por este Ministério para implementar a decisão número 279/95, do Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), sobre modificação dos atos normativos da Itaipu, a fim de permitir plena fiscalização desta empresa Binacional?" .

Bom, nesses termos que está vazado o requerimento do Presidente Roberto Saturnino. Eu vou colocar em discussão a matéria.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): As duas primeiras questões, foram exatamente às levantadas na matéria jornalística que nos despertou interesse.

E o item 16, é exatamente... Reflete a preocupação do Senador Jefferson Péres, sobre: Que mecanismos de controle externo deveria haver sobre essa empresa binacional? Que parece que não é submetida a nenhum tipo de controle externo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Exatamente, se é possível.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Mas na minha versão, não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Na minha já está correta? Nessa minha versão já tem 1, 2 e 3.

Bom, eu acho que a matéria está plenamente discutida e eu vou submetê-la à votação. Em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

E nada mais... Não, o Presidente vai, perdoe, eu vou devolver a Presidência ao Presidente.

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Vossa Excelência pode encerrar.

É porque ficou ainda, o último requerimento, que é exatamente o do Senador Romeu Tuma, sobre o convite ao jornalista, tem o nome dele aqui: Cláudio Julio Tognolli, para no mesmo dia em que vier o Embaixador da Tunísia em sessão separada, naturalmente, que ele também compareça para prestar as informações de que disponha.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Não encerrou não, essa é a última votação.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Ele se dispôs a vir aqui, porque ele foi convidado para intermediar lá as negociações, depois foi cortado, e saiu em meio mais ou menos com a história. Eu liguei para ele: "Não, eu vou com muito prazer e explico todo o andamento da possibilidade da viagem para tentar um acordo lá". Eu acho que é bom para a gente saber--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Mas eu acho que o Embaixador tem que ser reservada, porque ele tem ter tido tratativas reservadas com outros países.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ): Claro.

Muito bem, então, está em discussão. Se os Srs. Senadores estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado o requerimento do Senador Romeu Tuma.

E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a sessão, agradecendo muito a presença de todos.

(Sessão encerrada às 11h53.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

1ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 25 de janeiro de 2006, quarta-feira, às 9:30 horas, na sala nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de dois mil e seis, na sala nº13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **SÉRGIO GUERRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com a presença dos Senadores: **FLÁVIO ARNS, DEMÓSTENES TORRES, REGINALDO DUARTE, AELTON FREITAS, SIBÁ MACHADO, LÚCIA VÂNIA, WELLINGTON SALGADO, ANA JÚLIA CAREPA, OSMAR DIAS, JONAS PINHEIRO, GERSON CAMATA, VALDIR RAUPP, SERYS SLHESSARENKO E DELCÍDIO AMARAL**. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador **Sérgio Guerra**, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 1999.** (TERMINATIVO. Tramitando em conjunto com os PLS nºs 428 e 605/99). **EMENTA:** Dispõe sobre as Sociedades Cooperativas. **AUTOR:** Senador Osmar Dias. **RELATOR:** Senador Demóstenes Torres. **RELATÓRIO:** Pela aprovação com emen-

do que apresenta. **RESULTADO: ADIADO; ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, DE 1999.** (TERMINATIVO. Tramitando em conjunto com os PLS nº 171 e 605/99) **EMENTA:** Dispõe sobre as Sociedades Cooperativas. **AUTOR:** Senador José Fogaça. **RELATOR:** Senador Demóstenes Torres. **RELATÓRIO:** Pela rejeição. **RESULTADO: ADIADO; ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 605, DE 1999.** (TERMINATIVO. Tramitando em conjunto com os PLS nºs 171 e 428/99). **EMENTA:** Dispõe sobre as regras gerais do Sistema Cooperativista Nacional, que compreende as cooperativas e seus órgãos de representação. **AUTOR:** Senador Eduardo Suplicy. **RELATOR:** Senador Demóstenes Torres. **RELATÓRIO:** Pela rejeição. **RESULTADO: ADIADO.** Fizeram uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados os seguintes Senadores: **FLÁVIO ARNS, DEMÓSTENES TORRES, ANA JÚLIA CAREPA, OSMAR DIAS e EDUARDO SUPLICY.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dez minutos, lavrando eu, Cláudio Vicelli, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senador **Sérgio Guerra,** Presidente.

O SR. **PRESIDENTE** (Sérgio Guerra – PSDB – PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a Terceira Reunião da 2ª sessão legislativa extraordinária da 52ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à apreciação e à votação dos Projetos de Lei do Senado nºs 171, 428 e 605/99, de autoria do Senador Osmar Dias, José Fogaça e Eduardo Suplicy respectivamente, que tratam sobre a regulamentação das cooperativas nacionais.

A Presidência informa que sobre as bancadas estão os quadros comparativos dos projetos.

Quero informar à Comissão que ontem, 24 de março, o grupo de trabalho que foi constituído pela Comissão de Agricultura em 12/12/2005 para estudar a legislação das cooperativas reuniu-se com a presença dos Senadores Flávio Arns e Eduardo Suplicy, bem como do assessor do Senador Demóstenes Torres, relator dos projetos, do Dr. Márcio Portocarrero, do Ministério da Agricultura, do Dr. Humberto Oliveira, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, e do Dr. Fábio Sobral, representante do Dr. Paul Singer.

Como todos sabem, essa matéria tem uma história bastante prolongada. E foi orientação nossa – não só minha, da Mesa, mas de todos – que, ao longo da convocação extraordinária, ela fosse discutida, de maneira que a própria Comissão participasse dessas discussões com vistas ao entendimento de um acordo.

O ponto de vista que eu colhi de vários companheiros – e que é o meu ponto de vista – é que nós devemos votá-la ainda ao longo da convocação extraordinária e que a postergação de votações, pela Comissão, de matérias que são relevantes e que são polêmicas não ajudam a Comissão.

Eu tenho sempre a noção de que um acordo é sempre melhor do que uma disputa, de que o entendimento é essencial. Porém, o entendimento e o acordo não podem impedir a solução, que se dá com o voto.

Eu tinha a opinião de vários Senadores de que essa matéria fosse votada hoje. Fui de ontem para hoje informado de algumas gestões pelo Vice-Presidente da Comissão, hoje cedo pelo Senador Eduardo Suplicy e desde ontem pelo Senador Osmar Dias. Há uma evidente falta de sintonia sobre essa matéria inclusive no âmbito do próprio Governo.

Pedi uma manifestação do Ministério da Agricultura ao Senador Eduardo Suplicy, e ele me remete uma cópia de uma comunicação do Ministério da Agricultura dando várias alternativas para a decisão dessa matéria e ponderando pelo dia 20 de fevereiro, às 15h, ou 15h de oito de março ou 15h de 20 de março. Como os convites ficarão a cargo do Senador, permaneço no aguardo de fique atendido.

Uma funcionária do Ministério da Agricultura, Coordenadora da Agende e do Cerimonial, que implicitamente aceita esse cronograma.

O que eu proponho à Comissão é que essa decisão se dê no dia 14. Ouvi o Relator da matéria, o Senador Demóstenes, e ele concorda com isso. É preciso que no dia 14 – último dia da convocação – haja entendimento entre nós de que ninguém vai pedir vistas e de que essa matéria será votada não importa a decisão a ser tomada. Se houver acordo até lá, melhor para todos; se não houver, que ela seja normalmente votada.

Eu tenho procurado aqui sempre ter o máximo de tranqüilidade no exame de matérias que são relevantes, de forma que a decisão sobre elas se dê sempre que possível de forma consensual. Mas há limites. Eu penso que, se nós não votarmos isso na convocação extraordinária, estaremos renunciando a uma vontade de que é absolutamente sensata e a uma decisão de trabalhar com firmeza no interesse do Congresso, no interesse da valorização do nosso trabalho.

Ouço, pela ordem, o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Parlamentares, tenho vontade de votar o projeto, que foi incluído na convocação extraordinária, e não há razão alguma para que não façamos a votação.

É claro que o projeto tramita há muito tempo, mas é sempre assim: quando chega ao final é que as autoridades ficam alerta para algum perigo que paira sobre o projeto e ameaça a questão de "a" ou "b". O fato é que nós não vamos encontrar o consenso daqui até lá. Mas eu abro a discussão para que o Governo ainda tente fazer sugestões. Podemos ter uma audiência com o próprio Ministro da Agricultura, que não tem necessidade de ser ouvido em audiência pública no Ministério. Penso que a sugestão feita por V. Exª é a mais sensata, ou seja, votarmos até o dia 14, que é o último dia, e, portanto, será uma reunião extraordinária. Se não houver um entendimento, V. Exª poderia convocar para o dia sete ou o dia oito, e teríamos uma semana de prazo para fazer essa discussão caso haja pedido de vista.

Acredito que vamos decidir no voto mesmo. Pelo que eu conversei com todos, as pessoas têm pontos de vista divergentes, e não há como fazer a conciliação porque o ponto principal da discórdia é se haverá unidade ou pluralidade de representação, que são coisas absolutamente antagônicas.

Se forem dois representantes, eles serão plúrimos, não será único. De qualquer sorte, eu abro a possibilidade de entendimento, sem qualquer problema. Penso que a discussão é saudável, mas deve prevalecer a frase até que V. Exª disse: o entendimento, a conversação e o diálogo são absolutamente saudáveis, mas não podem ser óbices para a solução, e a solução só vem com o voto. E isso nós teremos que discutir.

Todos têm... Não que os pontos de vista sejam ilegítimos. Pelo contrário, são legítimos. Mas alguns entendem que com a unicidade é muito melhor, outros entendem que com a pluralidade de representação é muito melhor.

Então, eu concordo com V. Exª e deixo esse processo em suas mãos para que possamos fazer a votação ainda durante o período de convocação.

Deixo claro que o parecer está pronto e para mim seria muito desconfortável não votá-lo durante a convocação, porque poderia dar a impressão, no mínimo, de desídia. Então, gostaria que esse projeto saísse da minha mão e fosse discutido com todas as senhoras e os senhores Senadores.

O SR. PRESIDENTE(Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS(PT – PR) – Gostaria de apresentar algum detalhamento do que tem acontecido desde a nossa reunião do ano passado, a última, com a presença dos dois representantes do Governo, Paul Singer e Márcio Portocarrero. Naquela reunião ficou deliberado que haveria a constituição de um grupo de trabalho formado pelos três representantes dos Ministérios, além das duas pessoas também, o Humberto Oliveira, que já participava do grupo e também o relator, naturalmente, os autores do projeto, sob a coordenação da Comissão de Agricultura.

Ao mesmo tempo, as próprias cooperativas tomaram a iniciativa de fazer reuniões também decorrentes daquela audiência pública.

No dia de ontem, a pedido do Senador Sérgio Guerra, nós fizemos a reunião desse grupo – e, na condição de Vice-Presidente, eu a coordenei –, que eu diria foi extremamente produtiva. Estavam, como foi dito, os três representantes do Governo, o assessor do Senador Demóstenes Torres, de alguns outros Senadores também, o Senador Eduardo Suplicy é o próprio. Foi uma reunião extremamente interessante, em que se analisaram inclusive as razões pelas quais conversas anteriores não tinham chegado a conclusões. E uma das razões é de que a primeira reunião com as cooperativas foi com os Presidentes e a segunda reunião foi com os assessores jurídicos, o que causou algum problema de entendimento porque assessor jurídico não tem, na verdade, a condição de decidir.

Então, na reunião de ontem, ficou deliberado, junto com os três representantes de Governo, que todos os Presidentes de cooperativas, as pessoas que têm o poder de decisão, vão ser convidadas para, na semana que vem, junto com os representantes do Governo e com a assessoria do Relator, fazer o debate, a discussão sobre os dissensos. Apesar de a reunião com os jurídicos não ter chegado a conclusões, eu já tenho em mãos um documento, elaborado em função daquele encontro, onde existem consensos, quer dizer, chegou-se a consensos e a dissensos.

Eu falei, Senador Demóstenes Torres, com o Presidente da OCB (Organização das Cooperativas do Brasil) na semana passada, o Dr. Márcio Freitas, e ele me assegurou que o problema da unicidade está ultrapassado, não é mais um problema. Quer dizer, ele me disse claramente que unicidade já é uma coisa ultrapassada.

O SR. DEMÓSTENES TORRES(PFL – GO) – Não pode ser, porque eles não me convenceram. Sou o Relator da matéria. Como é que o problema é ultrapassado? Pode ser ultrapassado entre eles. É por isso que eu digo: eles podem ter ultrapassado, agora, se eles comunicaram a outra instância que não a mim... Porque estou convencido de que é, para mim essa matéria não está ultrapassada, ela está enraizada em mim.

O SR. FLÁVIO ARNS(PT – PR) – Não, mas é que V. Exª mencionou agora há pouco pontos de vista antagônicos. Então, eu diria que, em termos das cooperativas, pelo relato do Presidente da OCB feito pessoalmente para mim, esse problema antagônico,

conflituoso, teria sido ultrapassado em função das discussões e das conversas, e esperamos também que outras dificuldades, em função desse entendimento. Conforme o Presidente mencionou, "é muito melhor que dialoguemos e nos entendamos do que disputemos também alguma coisa".

Então, nesse sentido, ficou considerado, na reunião de ontem, na comissão designada, em função das atas também, que isso se realizaria na semana que vem. Na seqüência, viria a discussão aqui, para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e ficou acertado que os três Ministros seriam ouvidos. Acho que houve um equívoco do Ministro Roberto Rodrigues porque ele se colocou à disposição de uma audiência pública. Na verdade, não ficou dito ontem que haveria uma audiência pública; haveria uma reunião com os Ministros.

O SR. EDUARDO SUPLICY(PT – SP) – Se me permite esclarecer, meu empenho junto ao Ministro da Agricultura foi para que ele pudesse se reunir conosco, eu tinha imaginado até que com as entidades representativas, desde a OCB até todas as demais. Ele me informou que ele considera adequado que haja uma reunião com os Ministros e com os Senadores, inclusive os Senadores Osmar Dias e Demóstenes Torres.

E queria informar, Sr. Presidente, que essa comunicação oficial do Ministro da Agricultura é referente a essa reunião, para que possa ser feita, se possível, até no gabinete dele. Mas seriam convidados os Senadores da Comissão e os Ministros do Desenvolvimento Agrário e do Trabalho e os respectivos Secretários Márcio Pochmann e Paul Singer, da Economia Solidária e do Cooperativismo na Agricultura. É esse o entendimento.

O SR. FLÁVIO ARNS(PT – PR) – Exato, é exatamente nesse sentido.

Então, eu diria que houve um entendimento, um diálogo. Existe a necessidade de se conversar, de se dialogar, existem sugestões feitas e, tanto, quanto possível, vai-se chegar a um denominador comum, a um entendimento que beneficie, na verdade, no fundo, todo o sistema cooperativo do Brasil. Se isso ocorrer, vai ser bom para todo mundo. Nesse sentido é que houve hoje cedo a conversa também com o Senador Demóstenes Torres, uma conversa preliminar também com o Senador Osmar Dias, autor do projeto, para que isso seja votado dentro do prazo da convocação extraordinária, o que seria uma reunião extraordinária, por parte do Presidente, no dia 14, e assim podermos dar esses resultados todos até o dia 14.

Fiz questão de relatar todo esse processo porque, afinal, são decisões oficiais da Comissão de Agricultura.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE(Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Senador Osmar Dias, depois o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Talvez, em função de algumas informações adicionais, quem sabe seja melhor eu falar antes do Senador Osmar Dias para que eu possa informá-lo a respeito desse entendimento com o Ministro da Agricultura, se me permite.

Eu quero informar que eu disse ao Ministro da Agricultura que a Comissão – os Senadores Osmar Dias e Demóstenes Torres – gostaria que ter o quanto antes essa reunião. Ele falou que enviaria três datas que seriam possíveis para ele ter essa reunião. Então, diante dessa comunicação – infelizmente, das três datas, a primeira em que ele teria disponibilidade é 20 de fevereiro – eu me empenhei junto aos Ministros Luiz Marinho e Miguel Rosseto para saber se eles poderiam. Eles podem, já confirmaram que podem no dia 20, segunda-feira. Quero ressaltar que o propósito de votar em fevereiro, que foi aqui assinalado – se possível até dia 15, senão acho que uma semana depois –, dado o limite colocado pelo próprio Ministro da Agricultura, que é interessado nessa matéria... Quero assegurar que os três Ministros disseram que podem no dia 20 de fevereiro, uma segunda-feira, às 15h. E queria informar, Sr. Presidente, que ontem fui designado pelo Presidente Renan Calheiros para representar o Senado, juntamente com o Senador Roberto Saturnino Braga, no dia 7, nas eleições do Haiti. Então, quero dizer que estou para cumprir essa missão e, no dia 7, estarei impedido.

O SR. PRESIDENTE(Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero relembrar – e isso está inclusive nas notas taquigráficas – que em dezembro houve já o acordo para que esse projeto fosse votado efetivamente na convocação extraordinária. Quando eu levantei "se não for convocado o Congresso" – porque não tínhamos certeza ainda –, o Presidente respondeu "se não for convocado o Congresso, daí a votação será em fevereiro". Mas houve a convocação, e nós estamos aqui. Portanto, devemos, primeiro, cumprir o acordo que foi feito entre todos os Senadores no sentido de que a votação se daria na convocação extraordinária. Também não acho que seja dispensável o diálogo, a discussão, como ela vem ocorrendo. Aliás, ela vem ocorrendo há sete anos, porque o projeto está aqui desde 1999. Há sete anos, eu repito, estamos discutindo. Em dezembro do ano passado, fui convidado para uma conversa com o Presidente Lula, e ele tratou, entre outros assuntos, desse assunto do projeto do cooperativismo, e ele me

perguntou se eu, como autor do projeto, não aceitaria abrir mão da proposta de unicidade. Eu disse que manteria a minha proposta, apesar do apelo dele, e que defenderíamos aqui essa proposta de unicidade e que deveríamos decidir no voto. Como o Governo tem maioria no Congresso, acho que o Governo deveria entender que aqui se decide mesmo no voto. Agora, do jeito que as coisas estão indo, parece que quem vai decidir não são os Senadores, são os assessores do Ministério da Agricultura, da Casa Civil, da OCB. Nós é que devemos decidir! Acho que devemos, sim, ouvir essas pessoas – os assessores do Ministério, o Márcio, o pessoal da Casa Civil, o Paul Singer, todos. Mas temos obrigação de votar esse projeto. E mais. Quero lembrar, Sr. Presidente – V. Exª estava presente à reunião dos líderes –, quando foi debatido que tínhamos 31 temas, projetos, enfim, para votar na convocação extraordinária. E lá foram destacados seis que seriam prioritários, ou seja, que seriam votados durante a convocação extraordinária. Um deles é o projeto que estamos discutindo aqui, do cooperativismo.

Então, se há divergências, vamos discutir as divergências votando. Porque não vamos chegar realmente a um consenso. Vamos discutir mais sete anos e não vamos chegar a consenso algum. Então, acredito que cumprir os acordos é o melhor caminho para restabelecermos a credibilidade da Comissão de Agricultura. E lembrando: quem tem que decidir são os Senadores. Podemos até ouvir os assessores de qualquer órgão, do Governo ou da OCB, mas o voto é dos Senadores, e não podemos ficar fugindo dessa responsabilidade indefinidamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Se me permite um aparte, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Quero cumprir o objetivo que firmamos, mas esse objetivo foi assinalado. Inclusive, quando V. Exª falou do diálogo com o Presidente Lula, isso levava em conta o diálogo com o Ministro da Agricultura, que tem grande interesse – até por ter sido Presidente da OCB – e que considera que esse projeto tem muito a ver com o empenho dele. E eu disse a ele da importância de termos o diálogo com ele e com V. Exª e os demais. Concordando com V. Exª, que quem vai tomar a decisão não são os assessores, não é a assembléia de todos esses organismos interessados. Obviamente, eles têm interagido, e temos a responsabilidade de ouvir todas as entidades – a OCB, a UniSol, a Concrab e assim por diante – interessadas no assunto das cooperativas. Então, pedi a ele para marcar a reunião o quanto antes. A primeira data que ele, o maior interessado em seu próprio projeto, disponibilizou foi esta do dia 20 de fevereiro.

Se V. Exª, então, quiser, no espírito de construção, de harmonia e de vontade de apoiar o cooperativismo, que é a vontade de todos nós... Porque estou de pleno acordo com o Ministro da Agricultura em estarmos aperfeiçoando a lei das sociedades cooperativas com objetivo de apoiar o cooperativismo para valer, o cooperativismo na tradição de todos aqueles que na OCB consideram importante estimular as formas cooperativas de produção, mas também apoiar as formas cooperativas de produção que constituem o esforço de todos aqueles que, desde o século XIX, consideraram que, diante das adversidades da economia competitiva de mercado, seria importante, às vezes, para que trabalhadores não estivessem sendo despedidos, indo para a condição de desemprego, para situações das mais adversas, e que passaram a formar cooperativas como forma de enfrentar essas dificuldades... Há as cooperativas dos artesãos, há as cooperativas dos que trabalham na terra, há aqueles que são agricultores familiares, há cooperativas de serviço, há as cooperativas dos médicos, dos advogados, dos que trabalham em serviço de informática e milhões de outras. Então, hoje há no Brasil cerca de 24 mil cooperativas. Quem sabe a lei das formas cooperativas de produção possa estimular para que venhamos a ter centenas de milhares de cooperativas.

Tenho o maior respeito pelo Senador Osmar Dias, compreendo. Temos uma dificuldade que, para um jurista da qualificação do Senador Demóstenes Torres, até estranho um pouco a sua insistência, porque essa questão da unicidade, já compreendida pelo próprio Presidente da OCB, é algo que se refere ao que está como princípio constitucional. Ou seja, é a Constituição que diz, isso foi uma decisão dos constituintes, que deve haver liberdade de associação, autonomia de organização e assim por diante.

Então, este é um ponto que não se pode simplesmente chegar aqui e dizer que vamos votar isso na marra, porque tem uma questão a ser respeitada, que é a Constituição. É neste espírito, Senador Osmar Dias, que eu gostaria de colocar o meu apelo a V. Exª: se V. Exª quer votar até o dia 14, se o Ministro da Agricultura entender que pode antecipar essa reunião para antes do dia 14, ótimo, mas, se for uma impossibilidade pessoal, como S. Exª aqui coloca nesta carta, por meio da sua assessora, Marlene Ferreira de Souza, que a primeira data disponível para S. Exª é 20 de fevereiro, então por que não aguardar e fazer na segunda-feira, dia 20, a reunião com o Ministro, e a votação no dia 22 de fevereiro? Acho que seria de bom senso. É o apelo que faria a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – O aparte foi concedido ao Senador Eduardo Suplicy. Com a palavra, o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Eduardo Suplicy, também respeito V. Exª, mas V. Exª não me compreendeu. Eu não disse que quero votar o projeto "na marra". Essa palavra ao saiu da minha boca.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Desculpe-me, mas é que...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – E nem estou propondo isso. O que estou propondo é simplesmente que se cumpra o acordo. O acordo feito em dezembro seria votarmos o projeto na convocação extraordinária, porque V. Exª mesmo, se olhar as notas taquigráficas, disse que seria suficiente o tempo para o debate.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – É verdade. Estou de acordo com esse ponto.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – É isso que estou dizendo. Não estou dizendo que é votar "na marra" não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Está bem. Se V. Exª conseguir do Ministro da Agricultura uma reunião para o dia 12, digamos, se a votação for no dia 14, ótimo. Quem sabe façamos ambos um esforço nesse sentido.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mas V. Exª não pode me transferir essa responsabilidade. Eu não sou chefe de gabinete do Ministro para agendar a reunião para S. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Quem sabe o Presidente Sérgio Guerra, percebendo essa dificuldade, e até quem sabe V. Exª, como Presidente, possa transmitir ao Ministro da Agricultura o quão importante é para que possa ser satisfeito, primeiro, o acordo, que confirmo que fiz com V. Exª e os demais Senadores para votarmos até o dia 14.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – E a única coisa, Senador Eduardo Suplicy, que estou defendendo é que se cumpra o acordo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Mas eu gostaria de ter a atenção para com o Ministro da Agricultura, que é o maior interessado, em ter um diálogo com S. Exª. É só isso. E que possamos ter antes a votação.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, posso concluir?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Quero apenas fazer uma ponderação. A palavra está com o Senador Osmar Dias. Sei que os Senadores Eduardo Suplicy e Osmar Dias são dois defensores radicais do sistema cooperativista – além de sensatos, radicais. Mas o que temos para resolver aqui é uma questão exclusiva do Senado e da Comissão de Agricultura. Vamos votar essa matéria na convocação extraordinária, conforme previmos, discutimos e aprovamos. A presença do Ministro da Agricultura nesta discussão é absolutamente necessária. Duvido que S. Exª deixe de tratar desse assunto o quanto antes, porque é uma pessoa absolutamente ligada à questão. Devo dizer que não há Ministro que atenda mais a esta Comissão do que S. Exª. É absolutamente improvável que o Ministro se recuse a discutir essa questão a partir de amanhã. Tenho experiência com a agenda do Ministro. Ela não é tão lotada assim. O Ministro da Fazenda tem a agenda muito mais lotada do que a dele, mas, enfim, com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, ontem mesmo falei duas vezes com o Ministro da Agricultura, com o Deputado Moacir Micheletto, que é da Frente do Cooperativismo, e com o Deputado Zonta, que estão aqui e estavam com o Ministro. O que o Ministro pediu é o seguinte: que votemos o projeto porque ele já está há muito tempo aqui. Se não houve ainda tempo para algumas pessoas discutirem, essa discussão pode ocorrer até o dia 14, elas podem estudar o projeto até o dia 14. Agora, além disso, seria descumprir o acordo. E eu não disse votar projeto "na marra" não. Eu disse que o meu ponto de vista é de que devemos cumprir o acordo. Entretanto, se a maioria achar que não deve cumprir o acordo, Senador Eduardo Suplicy, não sou tão poderoso assim de impor que a votação seja feita e nem tenho essa pretensão. Apenas estou colocando o meu ponto de vista de que acordo deve ser cumprido. E o acordo é que se vote na convocação extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Senador Osmar Dias, estamos há mais de quantos dias do dia 14? Que dia é hoje?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Hoje é dia 26.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Temos tempo para tratar disso. A matéria é conhecida, discutida, etc. É importante que o encaminhamento sugerido pelo Senador Flávio Arns, iniciado em processo de negociação, permaneça. Tentar negociar até a última hora é mais do que legítimo. É absolutamente necessário.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Hoje é dia 25. Vou encerrar para dizer o seguinte.

A questão da unicidade, que foi colocada aqui, de que o Presidente da OCB já abriu mão, não foi o que ele escreveu no ofício que me mandou.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB - PE) - Pois é.

O SR. OSMAR DIAS (PDT - PR) - Então, Senador Flávio Arns, eu não duvido que V. Exª tenha ouvido

isso. Mas eu tenho um ofício do Presidente da OCB dizendo que é para manter inclusive a conclusão dele, do ofício, que é a seguinte: que...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT - PR) - V. Exª só me permite um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PDT - PR) - ...seja votado o relatório do Senador Demóstenes Torres na forma em que se encontra e aprovado o Projeto do Senador Osmar Dias. Então, isso é o que está aqui foi assinado pelo Márcio Lopes de Freitas. Podemos até ouvir o Presidente da OCB se ele mantém o que escreveu ou o que falou para o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT - PR) - Exatamente. Quer dizer, ou o que escreveu ou o que falou. Porque, na semana passada – e o Dr. Márcio Freitas está presente nessa reunião –, eu telefonei para ele, expliquei da reunião, do encontro que haveria nesta semana, e ele me afirmou que a questão da unicidade é um problema ultrapassado. Então, nesse sentido, ele me afirmou. Talvez tenha escrito algo diferente do que tenha afirmado, mas estou afirmando que ele assegurou por telefone que o problema da unicidade era ultrapassado.

De qualquer forma, o importante que se diga é que ficou claramente provado na reunião de ontem que existe um espaço muito bom para o diálogo, para o entendimento, com a presença dos Presidentes, e todos os Presidentes vão ser convidados. Não é a área jurídica. São decisões que têm de ser tomadas pelos Presidentes. E eles vão ser convidados para esta reunião, tanto no Senado, como no Executivo também.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB - PE) – Bem, eu queria tentar colocar uma ordem nessa discussão. Primeiro, a questão dos Ministros. É relevante que S. Exªs participem. Todos têm agenda. Mas antes da agenda deles há a nossa e, do ponto de vista da Comissão, ela prevalece.

A questão das cooperativas e das suas associações. Problema delas se elas concordam ou não; se desejam ou não desejam o acordo; se elas concordam ou não com a unicidade. Eu sou prisioneiro apenas aqui de uma regra, que é a de honrar os compromissos da Comissão. Pronto.

Nós temos um compromisso de votar isso durante a convocação extraordinária. Se eu sentisse que essa matéria nunca foi discutida, que ela estava verde, que ela não estava já bastante polêmica e amplamente questionada, eu seria o primeiro a propor à própria Comissão que o seu acordo fosse restabelecido noutro formato. Mas eu sinceramente não percebo isso. Percebo o sincero esforço do Senador Flávio Arns e de pessoas responsáveis a chegar a um acordo. É muito bom que se chegue a um acordo. Mas acredito que até para fazer o acordo acontecer é importante que mantenhamos aqui as nossas datas e que façamos as coisas conforme a própria Comissão resolveu.

Todos têm interesses. É uma matéria que nos mobiliza, que mobiliza a participação. Que essa participação se dê com grande intensidade por parte do Ministro da Agricultura, de outros Ministros, dos interessados, dos Senadores que têm ligação direta com o problema.

Creio que honramos o que combinou e, no dia 14, votamos isso aqui.

Essa é a nossa orientação.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT - PA) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB - PE) – Com a palavra, a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT - PA) – Obrigada.

Presidente, eu estava primeiro ouvindo a todos. V. Exª pode ver que estou bem tranqüila. Mas estamos já há algum tempo caminhando para o diálogo, para a conversação, para encontrarmos um ponto que possa superar esse dissenso, essa divergência, que realmente não vai nos unificar se as pessoas continuarem mantendo esse ponto que, do nosso ponto de vista, é inconstitucional.

Mas eu só queria fazer um reparo aqui e lembrar que, independentemente de essa matéria estar aqui há alguns anos – só para dar um exemplo da complexidade do que estamos tratando, eu creio que o que o Senador Eduardo Suplicy suscitou é absolutamente o retrato da realidade –, nós estamos em 2006 e não estamos mais falando de uma realidade de quinze, de dez anos atrás. Hoje a quantidade e a diversidade de cooperativas nos obrigam, sim, há anos, a nos debruçar sobre o assunto. Porque não estamos falando apenas de cooperativas na área de agricultura. Isso com certeza nos leva a ter, sim, uma reflexão maior e a entender inclusive este ponto, que realmente estranha um Senador como o Senador Demóstenes tentar manter um ponto de vista que seja completamente contrário à Constituição brasileira – S. Exª, como advogado que é.

Além disso, eu só queria colocar que projeto semelhante a este está em regime de urgência há dez anos na Câmara, para mostrar a complexidade deste tema. E por que ainda não foi votado? Porque não se trata de um tema simples. Não adianta dizer que está tramitando há algum tempo e que se tem que votar logo. O que o Senador Eduardo Suplicy colocou foi que o Ministro estava se dispondo. Para nós, não tem problema. Podemos votar no dia. Vamos cumprir o acordo. Por que se procura o diálogo? Porque acredito que

esta Casa legislativa também deve legislar de acordo com a sociedade. Ou será que devemos legislar contra, independente do que a sociedade pensa? Penso que não é este o nosso objetivo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – V. Exª me permite um aparte?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – É por isso que o consenso deve existir também com as entidades, porque estamos legislando também para as entidades, já que são eles que no dia-a-dia estão trabalhando. Então, temos que respeitar, sim, esse pensamento, que não é mais de uma única entidade, mas de milhares de outras que surgiram ao longo destes anos e que temos que respeitar. Não é possível que uma única entidade queira já abarcar a representação de todas as outras, desrespeitando inclusive o princípio da liberdade de organização que foi conquistado em nosso País.

Ouço o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Senadora Ana Júlia, Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra, acredito que consegui chegar a um entendimento. Acabo de falar com o gabinete do Ministro Roberto Rodrigues. O novo horário proposto: dia 9, às 9 horas da manhã, uma quinta-feira. Acabo de falar com o Senador Osmar Dias, e S. Exª considera que assim estaríamos cumprindo com o nosso objetivo.

O Ministro Roberto Rodrigues fará um esforço. Propus que seria uma reunião prevista de uma hora aproximadamente; cabe na agenda dele, na janela. O Senador Sérgio Guerra soube bem prever. Para todos nós, quinta-feira, das 9 horas às 10 horas é razoável. De maneira que se V. Exª quiser nos convoque a todos os Senadores interessados para uma reunião com os Ministros no gabinete do Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues.

O Ministro Luiz Marinho está aqui depondo e vou comunicá-lo e ao Ministro Miguel Rosseto. Aqui me informa o seu assessor que todos considerarão prioritário.

Assim, fica feito o esforço de entendimento entre todos nós, Sr. Presidente. Dia 14, assim, poderíamos apreciar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Quero elogiar o elevado espírito público e a capacidade democrática do Senador Eduardo Suplicy, a quem admiro e respeito há muitos anos. Essa contribuição de S. Exª foi muito importante para que, mesmo reconhecendo – e é preciso reconhecer a dificuldade que a Senadora Ana Júlia levantou, mas se não tomarmos uma providência aqui iremos para os mesmos dez anos –, vamos tratar da questão com vontade e determinação para chegarmos a uma solução.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Não queremos isso, Senador. Pelo contrário. V. Exª é testemunha de que estou construindo, tentando ajudar a construir esse consenso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Tenho certeza disso.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – É lógico que tem que ter um limite. Lembro que eu mesma ponderei no sentido de fazermos alguma coisa pelo menos no início de fevereiro. Até coloquei essa questão, Senador Osmar.

A minha idéia é de que exatamente possamos realmente votar essa questão e não ficar adiando. Apenas dei o exemplo da diversidade.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – E da dificuldade. Entendi.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – E também do que aconteceu. É como a questão do imposto sobre serviços, que passou 14 anos aqui. A quantidade de serviços que surgiu nesse tempo foi tão grande que estávamos criando uma injustiça: alguns pagavam porque existia na legislação e outros não pagavam porque surgiram depois da legislação. É só um exemplo para demonstrar que estamos caminhando para uma solução que acredito será a melhor para todos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Serei bem objetivo, Sr. Presidente.

Do jeito que foi falado aqui, parece que o meu projeto só contempla cooperativas de produção. Não é o caso. O projeto contempla todos os ramos do cooperativismo, todos. O de trabalho, o cooperativismo de saúde, todos. Então, é só para deixar isso claro.

Segundo, nunca disse que devemos dispensar o diálogo com as entidades. Pelo contrário. Estamos dialogando com as entidades há sete anos. E nunca me neguei a dialogar com as entidades. Apenas acho que chegou a hora de votar, porque senão, daqui a pouco, teremos que fazer outra lei. Vai passar tanto tempo que essa não será mais moderna; ficará ultrapassada se não votarmos logo.

Então, concordo que se ouçam todas as entidades; que se façam reuniões com o Ministro; concordo com o dia 9. Mas temos a obrigação de votar, ouvindo as entidades.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Então, pela compreensão geral, as reuniões serão dirigidas e coordenadas pelo Senador Flávio Arns até o dia 9. No dia 9 teremos essa reunião com os Ministros. No dia 14 votaremos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, V. Exª, o Senador Flávio Arns, os Senadores

da Comissão, todos os interessados estão convidados a estar com os Ministros no gabinete do Ministro Roberto Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Um convite desses é irrecusável.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h10min.)

1ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 8 de março de 2006, quarta-feira, às 9:30 horas, na sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal.

Às nove horas e trinta minutos do dia oito de março de dois mil e seis, na sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **SÉRGIO GUERRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com a presença dos Senadores: **FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, LÚCIA VÂNIA, ANA JÚLIA CAREPA, OSMAR DIAS, JONAS PINHEIRO, GERSON CAMATA, RODOLPHO TOURINHO, LEONEL PAVAN, FLEXA RIBEIRO, AELTON FREITAS, RAMEZ TEBET, EDISON LOBÃO, SÉRGIO ZAMBIASI, VALDIR RAUPP, SERYS SLHESSARENKO E DELCÍDIO AMARAL**. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, **Senador Sérgio Guerra**, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2003. (TERMINATIVO). EMENTA: "Altera o artigo 49 da Lei nº 8171, de 17 de janeiro de 1991, com o objetivo de incluir como beneficiários de crédito rural os arrendatários de terras, os parceiros, os consórcios e os condomínios de produtores rurais, bem como os quilombolas." AUTOR:** Senador Tasso Jereissati. **RELATOR:** Senador Flávio Arns. **RELATÓRIO:** Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. **RESULTADO:** Adiado. **ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, DE 2004. (TERMINATIVO). EMENTA: "Dispõe sobre a anistia, o rebate, a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências." AUTOR:** Senador Efraim Morais. **RELATOR:** Senador Demóstenes Torres. **RELATÓRIO:** Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta. **RESULTADO:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 52, DE 2005. (TERMINATIVO). EMENTA: "Dispõe sobre arrendamento compulsório de parcelas de imóvel rural, para os efeitos que especifica." AUTOR:** Senador Pedro Simon. **RELATOR**: Senador João Ribeiro. **RELATÓRIO:** Pela aprovação com quatro emendas que apresenta. **RESULTADO:** Adiado. **ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2005. (TERMINATIVO). EMENTA: "Altera os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas." AUTOR:** Senador Sérgio Zambiasi. **RELATOR:** Senador Rodolpho Tourinho. **RELATÓRIO:** Pela aprovação do Projeto com 3 emendas que apresenta. **RESULTADO:** Aprovado. Iniciada a discussão da matéria fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto abordado os senhores Senadores Sérgio Zambiasi e Rodolpho Tourinho. Passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **ITEM 5: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA: "Altera os artigos 47 e 56 da Lei nº 5764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas)." AUTOR:** Deputado Alberto Fraga. **RELATOR:** Senador Pedro Simon. **RELATÓRIO:** Pela aprovação. **RESULTADO:** Adiado. **ITEM 6: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2005. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA: "Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, acrescentando dispositivo sobre a concessão de financiamento para a aquisição de tratores, colheitadeiras, máquinas, implementos e equipamentos agrícolas." AUTOR:** Deputado Moacir Micheletto. **RELATOR:** Senadora Ana Júlia Carepa. **RELATÓRIO:** Pela rejeição. **RESULTADO:** Aprovado o parecer pela rejeição do projeto. À Comissão de Assuntos Econômicos em caráter terminativo. Iniciada a discussão da matéria e não havendo oradores inscritos, passa-se a votação da mesma ocasião em que foi aprovado o parecer pela rejeição da matéria, pela maioria dos membros presentes. **ITEM 7: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 108, DE 1995. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA: "Institui O Programa De Implantação das Reservas Extrativistas e dá Outras Providências." AUTOR:** Senador Odacir Soares. **RELATOR:** Senador Leomar Quintanilha. **RELATÓRIO:** Pela aprovação na forma do Substitutivo que apresenta. **RESULTADO:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **ITEM 8: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, DE 1999. (NÃO TERMINATIVO). (Tramita em conjunto com os PLS nºs 271, de 2000, e 47, de 2003). EMENTA: "Proíbe, por cinco anos, o plantio e a comercialização de alimentos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados de OGM, em todo o território nacional." AUTOR:** Senadora Marina Silva.

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro. **RELATÓRIO:** Pela prejudicialidade dos PLS nºs 216, de 1999 e 271, de 2000 e pela aprovação do PLS nº 47, de 2003, na forma do substitutivo que apresenta. **RESULTADO:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **ITEM 9: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, DE 2000. (NÃO TERMINATIVO). (Tramita em conjunto com os PLS nºs 216, de 1999, e 47, de 2003). EMENTA: "Suspende até o ano de 2004 a produção e comercialização de organismos geneticamente modificados (OGMs) e dá outras providências." AUTOR:** Senador Antônio Carlos Valadares. **RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro. **RELATÓRIO:** Pela prejudicialidade dos PLS nºs 216, de 1999 e 271, de 2000 e pela aprovação do PLS nº 47, de 2003, na forma do substitutivo que apresenta. **RESULTADO:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **ITEM 10: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2003. (NÃO TERMINATIVO). (Tramita em conjunto com os PLS nºs 216, de 1999, e 271, de 2000). EMENTA: "Dispõe sobre a produção e comercialização da soja geneticamente modificada." AUTOR:** Senador Olivir Gabardo. **RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro. **RELATÓRIO:** Pela prejudicialidade dos PLS nºs 216, de 1999 e 271, de 2000 e pela aprovação do PLS nº 47, de 2003, na forma do substitutivo que apresenta. **RESULTADO:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **ITEM 11: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 39, DE 2003. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA: "Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul, e dá outras providências." AUTOR:** Senador Paulo Paim. **RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro. **RELATÓRIO:** Pela rejeição. **RESULTADO:** Aprovado o parecer pela rejeição do projeto, que será encaminhado à **Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo,** em caráter terminativo. Iniciada a discussão da matéria e não havendo senadores inscritos, passa-se a votação da mesma ocasião em que foi aprovado o parecer pela rejeição da matéria, pela maioria dos membros presentes. **ITEM 12: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2003. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA: "Corrige distorções na correção dos cálculos dos financiamentos rurais passados, regula suas execuções e dá outras providências." AUTOR:** Senadora Heloísa Helena. **RELATOR:** Senador Álvaro Dias. **RELATÓRIO:** Pela aprovação na forma do Substitutivo que apresenta. **RESULTADO:** Adiado. **ITEM 13: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2004. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA: "Altera o art. 6º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação de dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, do Título VII da Constituição Federal, e estabelece os critérios pelos quais uma propriedade pode ser considerada produtiva." AUTOR:** Senador Cristovam Buarque. **RELATOR:** Senador Osmar Dias. **RELATÓRIO:** Pela rejeição. **RESULTADO:** Retirado de pauta a pedido do autor. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatorze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, conjuntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Guerra,** Presidente da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. Aprovado. Comunico que durante a convocação extraordinária que encerrou os seus trabalhos no dia 14 de fevereiro corrente, esta Comissão, bem como o grupo de trabalho constituído pelo instrutor para instruir os Projetos de Lei do Senado de número 171, 428 e 605 de 1999, referente às sociedades cooperativas, reuniu-se em cinco ocasiões. Com a presença do Senador Sérgio Guerra, Flávio Arns, Coordenador do grupo de trabalho, Demóstenes Torres, Relator dos projetos, Eduardo Suplicy, Ana Júlia Carepa e de lideranças das cooperativas, OCB, Prof. Paul Singer, representantes dos Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e do Ministério do Trabalho e Emprego e, inclusive, com o comparecimento no Senado do Ministro de Agricultura Roberto Rodrigues. A essas reuniões não esteve presente o Senador Osmar Dias, autor do Projeto Central, objeto daquela discussão. O Senador Osmar teve problemas de saúde, pediu licença e não pode comparecer. Ao longo das reuniões, houve um certo avanço, não necessariamente capaz de resolver a questão, mas ao término do período de convocação extraordinário, o Senador Osmar Dias ponderou que não era sensato votar o projeto e que ele precisava de mais tempo para discuti-lo. Esta discussão terá que ser feita agora de maneira objetiva e final. O meu ponto de vista é que acordo nesta questão parece remoto, mas devemos esgotar os esforços com esse objetivo até o limite. Houve efetivamente muita negociação, muito ajuste, questões foram resolvidas, mas o núcleo do problema, pelo que eu constatei da última reunião, não estava resolvido. Era importante que o Senador Osmar Dias estivesse aqui agora, para que a gente pudesse falar com ele, ouvir a palavra dele, as ponderações dele e estabelecer um prazo e um equacionamento para a questão da aprovação dos projetos ou da votação dos

projetos que não pode mais ser adiada. Desta vez, ele o foi num acordo de todos, inclusive do Senador Osmar Dias. A segunda questão diz respeito ao projeto que aprovava sobre refinanciamento e perdão, e reestruturação dos débitos do nordeste brasileiro que apresentam-se como débitos na área da ADENE. Esse projeto aprovado na Câmara chegou ao Senado. No Senado, foi estabelecida uma atuação da qual participei juntamente com o Senador Fernando Bezerra na Comissão de Assuntos Econômico na expectativa de se fazer uma negociação que pudesse concluir com resultados para o setor que precisa de soluções urgentes e indispensáveis. Em um primeiro momento, o Governo admitiu os termos do projeto anteriormente discutido e aprovado na Comissão de assuntos econômicos. O que foi aprovado lá foi 142? Projeto 142 que refinanciava-se, se não me engano, até trinta mil reais na origem. Os produtos rurais falavam de quinhentos mil reais e admitiam negociar a flexibilização deste número, mas as negociações foram conduzidas em um momento de extrema dificuldade e sem prazo. Eu, pessoalmente, ponderei que valia a pena continuar com ela, mas concluímos todos que seria razoável votar o projeto como ele veio da Câmara e o Senado efetivamente votou o projeto e o aprovou. A aprovação, todos já sabiam, seria vetada. O que ninguém sabia é que seria vetada integralmente. O veto se deu pelo Presidente da República na integralidade. E há uma Medida Provisória que foi editada ontem que trata do crédito agrícola para o nordeste, a chamada região da ADENE, e que eu sei que não resolve. É bem mais modesto do que aquilo que nós já tínhamos na própria negociação conseguida. É muito mais econômico.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA): Me permite um aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Com a palavra, o Senador Tourinho.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA): Só neste ponto que é muito mais modesto, Presidente, eu diria o seguinte. De 25 anos, passar para seis de renegociações entre o PLC 142 e a Medida Provisória. Do prazo de carência de quatro, passar para zero. E os juros na fase inicial é quadruplicado. É absolutamente impossível de ser cobrado. E acho mais, tem efeitos extremamente danosos sobre a saúde do BANCO DO NORDESTE.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): O Senador Tourinho sempre levantou esta questão do BANCO DO NORDESTE. Foi ele quem mais inseriu essa discussão. Eu comparei isso mais modesto em relação aos avanços que estão sendo discutidos entre nós, não em relação ao projeto como veio da Câmara. Em relação como o projeto veio da Câmara, não há o que acompanhar. Mas, eu estou convencido que nós não construiremos solução com projeto que veio da Câmara. Não tem viabilidade objetiva. Não importa a nossa vontade, os fatos são relevantes. E que, se dependesse de mim, nós teríamos que insistir numa solução. Insistir numa solução porque eu não estou olhando o Governo, nem a oposição, nem movimentações extraordinárias. Eu estou olhando, de maneira concreta, a situação da gente que está lá na ponta e que está numa situação de extrema dificuldade com suas terras sendo tomadas. E essa Medida como veio não resolve nada. Eu testei com duas pessoas de ontem para hoje do próprio setor, ela não encaminha nenhuma forma de solução. O Setor de Agricultura está nos procurando para ter uma conversa daqui a pouco. Mas, eu estava conversando com a Senadora Ana Júlia, com o Senador Jonas, com o Senador Flávio Arns, eu penso que há ambiente para nós na Comissão trabalharmos este assunto, para conseguirmos avanços que resolvam, se não na forma que nós desejarmos, parcialmente situações concretas que precisam ser resolvidas. Estive há poucos dias lá no interior de Pernambuco, numa região de Pesqueira, que é uma cidade do agreste, marquei uma reunião lá e chegaram trezentos e tantas pessoas, trezentos e tantos pequenos agricultores, todos com suas propriedades ameaçadas. Eles já não têm nada, vão ficar sem coisa nenhuma e ainda vão ficar devendo. É uma situação de calamidade que a gente tem que interferir, intervir e resolver. O que o Governo fez aí, para mim só tem um aspecto positivo, ele reabre a questão. Essa Medida Provisória do Presidente reabre a questão porque, para a agricultura, em geral, ela nem se quer foi aberta. Ela reabre para o nordeste de maneira insuficiente, de maneira que não resolve, mas reabre a questão. Então, eu acho que devia haver uma consulta nossa às autoridades do governo, ao líder do Mercadante, enfim, para que a gente tenha a clareza se há efetivamente espaço para a gente discutir como eu vi, percebi e tenho convicção de que era possível fazer ao longo da convocação extraordinária. Fomos atropelados pelo tempo, pelas pressões, por uma baixa racionalidade, mas eu acredito que tem condição da gente tratar disso e não vejo nenhum razão para a que gente não vá procura desta condição. Se ela for negada, tudo bem. Mas, não há porque não procurá-la por uma razão objetiva, tem lá um bocado de gente que precisa de solução. E de alguma forma de solução. Eu queria ouvir os companheiros da Comissão sobre isso.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu acho que V.Exªs., se permite, tem toda a razão. Não é um enfoque político de Governo, de opo-

sição. E V.Exªs. deixou isso muito claro. É um momento muito grave para a agricultura. Até no Sul do país, imaginem nesta região da área da ADENE. Eu acho que um diálogo agora bem conduzido. O Governo reabriu a discussão através da Medida Provisória. Vem aí o Projeto de Lei de Conversão em que a atuação da Comissão de Agricultura, até com os membros do Partido do Governo, a gente possa chegar em uma negociação em que, é claro, não vamos também dar uma facada no tesouro nacional, mas também não vamos deixar que a situação que é agrave se torne gravíssima. Eu vou só contar, em trinta segundos, no Espírito Santo, a uns 15 anos atrás, ocorreu um fato do desespero do produtor rural que produziu uma coisa gravíssima. No município chamado Barra de São Francisco, houve seca, perda de colheita. E aí os agricultores que haviam na época que pegou um empréstimo do BANCO DO BRASIL, metade das propriedades do município foram a leilão. O prefeito que na época era o "Edinho" hoje é o prefeito de novo, ele convocou, no ginásio esportivo da cidade, todos os moradores da cidade. Foram 18 mil pessoas. E lá foi feito publicamente um pacto: quem comprasse morria. E foram designados os pistoleiros para matar. O BANCO DO BRASIL abriu o leilão com fórum, Juiz, polícia e não apareceu um para comprar. Passaram seis meses, pensou que tinha esquecido, outra abertura do leilão. Ninguém comprou. Aí, o BANCO DO BRASIL teve que negociar. E acertou, está todo mundo dono da propriedade, um município tranqüilo. Mas, houve tipo uma desobediência civil de toda a população. De toda a população em um compromisso de quem comprasse a propriedade do leilão morria. Nós não podemos chegar outra vez a essa situação num ponto desse. Agora, o desespero, na hora de perder a terra, leva a produzir um pacto coletivo desse que é um tipo de desobediência civil. E esse prefeito ficou tão marcado, que ele está se reelegendo toda vez por causa desta atitude que ele tomou.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Senador, só um aparte. Hoje, nem é possível porque hoje não seria mortos só a população de--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Barra de São Francisco.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Barra de São Francisco. Seria morta a população do Brasil porque hoje é o Brasil que está nesta situação. Depois, eu vou pedir a palavra para contar alguns "causos" também.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Então, eu acho, Sr. Presidente, agora é uma hora de moderação, de calma para se chegar uma composição. Como V.Exªs. disse, que vai participar de uma reunião daqui a pouco, eu acho que agora o tempo é de calma.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Queria informar ao Senador Tourinho, que acompanhou isso de perto, o projeto do Senador César Borges chegou a ser aceito. Aquele que passou por aqui que rolou de um lado para o outro. Saiu aprovado no Senado e na Câmara não avançou, chegou a ser aceito. As autoridades admitiram os termos do projeto do César Borges. O que gera uma coisa que, no nordeste, a gente achava positivo. Tanto que o aprovamos. Enfim, eu acho a que gente devia encontrar aqui em alguns companheiros que... Primeiro pedir a Senadora Ana Júlia, que é a nossa representante do Governo do Presidente Lula, para que ela consultasse de fato se a gente pode se lançar nesse esforço e se vamos ter audiência para isso, se vamos ter apoio para isso. Naquele momento havia um constrangimento grande uma pressão, mas posso estar convocado, mas tenho convicção que a gente pode avançar nisso.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): V.Exªs. ainda pouco, inclusive, citou que nós estávamos conversando porque eu mesma me coloquei a disposição. Eu acredito que tem essa disposição. Eu acho que essa Comissão aqui já lhe disse isso, mas eu acho que é bom falar publicamente porque eu acho que os elogios não podem ser feitos apenas feitos forma privada, mas pública. Ela tem se notabilizado por ser uma Comissão que busca realmente soluções viáveis, soluções exeqüíveis. Então, eu acho que isso realmente tem sido a marca desta Comissão de Agricultura. Eu creio que nós podemos fazer isso e eu acho que nós vamos ter. Eu vou obviamente falar com o Líder de Governo, mas eu não tenho a menor dúvida de que nós vamos ter sim um sinal positivo. O Senador Flávio Arns também que, como vice-presidente desta Comissão, tem contribuído muito com esse canal de diálogo. Vai nos ajudar a fazer um diálogo que possa realmente sinalizar de forma positiva. Porque V.Exªs. mesmo reconheceu das limitações fiscais que têm. Não só esse, mas de qualquer governo deste país, durante ainda algum tempo. Então, nos temos que ter uma solução porque não é possível que a agricultura... E nós temos que tratá-lo diferente de forma diferente. Então, eu já me coloco à disposição junto com o Senador Flávio Arns. E não tenho dúvida de que isso vai dar resultados positivos.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Eu quero dizer a Senadora Ana Júlia que ela se faça os entendimentos com o Líder Mercadante ou com quem mais for possível e, depois, dê um sinal verde para que a gente possa trabalhar.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Com certeza. Ainda esta semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Tourinho... Senador Jonas.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, eu também estou de acordo de que nós devemos fazer alguma coisa antecipadamente. E esta Comissão tem essas condições pela postura da Comissão. E foi bem lembrado de que, por iniciativa agora do poder executivo, nós temos as condições de trabalhar. E lembramos que o projeto anterior era de iniciativa do Congresso Nacional a começar pela Câmara. E agora nós temos condições de trabalhar em cima da Medida Provisória que aí está. A Medida, de fato, não tem nenhum valor para aquilo que nós estamos fazendo no mérito, porém tem esse valor de iniciativa e dessa abertura. O modo de trabalhar nisto, eu acredito que essa Comissão deve reunir já manifestações do setor para tratar disso junto ao Poder Executivo agora. Agora, neste instante. Então, qualquer Comissão que sair daqui, eu acho que tem um mérito muito grande e inclusive, Sr. Presidente, para a continuidade do projeto do César Borges que nós relatamos que está na Câmara com já uma boa dose de entendimento que o Governo, de certa forma, já adotou como deles este entendimento. E nós conversamos muito e nós sabíamos que o projeto maleável era aquele do César Borges e não este que veio de Câmara. Entretanto, os Deputados Federais pressionaram tanto, que forçou a aprovação também no Senado Federal. E, Sr. Presidente, eu estou vindo do interior do Mato Grosso, onde fizemos algumas reuniões com produtores rurais. Não há renda para manter produzindo. Não há renda para manter produzindo. Quem teimou este ano, quanto mais produziu, mais prejuízo tomou. Os cálculos, hoje, de custo de produção de um hectare de soja para a receita de dois dólares de vinte *cents* de dólares ou de dois reais e vinte centavos dão um prejuízo de trezentos reais por hectare de soja. Portanto, é inviável produzir principalmente no Mato Grosso onde o transporte come 30% do valor da produção. Você imagina. A soja no Porto de Paranaguá que é cotado hoje a duzentos e vinte dólares, para transportar este produto da área média de Mato Grosso para Paranaguá, está levando 30, 35% do valor desta unidade de soja. Portanto, nós estamos com um problema seriíssimo. Pois bem, o Poder Executivo já está trabalhando em cima de uma Medida Provisória, ordenada pelo Sr. Presidente, que já denominou "MP do Bem para a Agricultura". E aqui, Sr. Presidente, eu quero fazer outra proposta. É de nós começarmos a trabalhar agora com o Governo, junto ao Poder Executivo para que, na mensagem do presidente, do Poder Executivo ao Congresso Nacional, já venha inserido vários dos aspectos que nós precisamos para ajudar a agricultura brasileira. Eu acho que nós podemos fazer isso, nós temos argumentos, nós temos documentos para isso, Sr. Presidente. É só chamar um produtor ou uma associação de produtores do Paraná, do Mato Grosso do Sul, de Goiás ou de Mato Grosso que eles vêm aqui e nos dá uma informação do que realmente está acontecendo com a agricultura deste país. Portanto, nós deveríamos aproveitar esta Medida Provisória que vai chegar ainda em duas fases. Primeiro, tentando inserir nela já aquilo que a agricultura precisa. Segundo, no decorrer da tramitação da Medida Provisória, fazemos o trabalho nosso de parlamentar emendando esta Medida Provisória. Então, eu acho que nós devemos fazer logo uma pequena Comissão para começar a discutir o que nós queremos para inserida nesta Medida Provisória que nós chamamos de "Medida Provisória do Bem". Esta é a proposta que eu faço a esta casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Tourinho.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu peço a palavra na seqüência.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA): Sr. Presidente Senador Sérgio Guerra, eu acho que essa Medida Provisória que foi feita pelo Governo, primeiro, eu acho um absurdo. Eu acho um desrespeito aos agricultores do nordeste, aos pequenos agricultores, sobretudo, pequenos e médios. E vou fazer isso, vou emendá-la porque acho que nós não temos nenhuma condição de deixar de tomar esta atitude. Também é uma forma de... V.Exªs. teve reuniões no interior de Pernambuco. Eu tive recentemente em todo o sudoeste baiano, verificando *in loco* a impossibilidade de pagamento daquelas pessoas e que não têm a menor, além de ter tido frustração de safra no passado, ainda hoje convivemos, não sei se é o caso de Pernambuco, mas com uma seca muito intensa em todo o semi-árido baiano. O que somente agrava a situação atual. Então, vou tomar esta medida. Não sei se para restabelecer aquele projeto do César Borges que devia ter sido aproveitado em um determinado momento como o Governo chegou a assinar. Ou até da Medida Provisória, eu acho que talvez não seja a coisa mais prática de retomar os termos... Da Medida Provisória não, desculpe... Do Projeto de Lei que foi aprovado na Câmara, aprovado no Senado e vetado pelo Sr. Presidente. Além disso, eu estou encaminhando, ainda hoje, a esta Comissão um requerimento para solicitar informações do BANCO DO NORDESTE de como isso afeta a posição dele. Mas, acho que temos que buscar uma solução. Eu acho que é responsabilidade também

são de buscar uma solução, sobretudo, [illegible] pequenos, mini e médios agricultores da re[illegible]NE, do semi-árido nordestino.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presi[illegible] brasei até para chegar a até esta reunião [illegible] recebendo prefeitos da Associação dos [illegible] do Sudoeste do Paraná. O que aconteceu [illegible] Grande do Sul nos últimos três anos vem acon[illegible] do Sudoeste do Paraná que é praticamente a [illegible] da região oeste de Santa Catarina, Sudoeste do Paraná. E o Senador Flávio Arns, que está na Vice-Presidência desta Comissão, sabe que a sudoeste do Paraná é constituído por micro, pequenas propriedade de agricultores familiares quase que na sua totalidade. 95%, aproximadamente, são propriedades que não têm 50 hectares de área. Então, esses produtores sofreram a estiagem este ano. A soja, a perda chegou a 60%, o milho, a perda chegou a 70%. E eles foram até o Governo do Estado, não foram felizes nos pleitos que fizeram, decretaram Estado de Emergência em muitos municípios da região e têm uma pauta reivindicatória que está em minhas mãos e que eu vou encaminhar, evidentemente, por ocasião da discussão da Medida Provisória que vai estabelecer regras para a repactuação de dívidas, securitização, prorrogação dos empréstimos. E até, no caso deles lá, eles precisam de empréstimo para que eles possam se manter, ou seja, comer. Eles não têm, hoje, recursos para a sua subsistência. E o problema do sudoeste do Paraná se torna mais agrave ainda quando se quer as nascentes de água estão fornecendo água para o consumo humano, de granja de aves, de granja de suínos, não é só lavoura que foi dizimada não. Não tem água para consumo das pessoas, para consumo dos animais e isso está fazendo com que haja uma calamidade numa região, repito, de pequenas propriedades rurais, micro propriedades rurais, agricultores familiares. E nós não podemos, em hipótese alguma, abandoná-los nesta situação. O Governo Federal tem a obrigação de estender as suas mãos agora àqueles agricultores que dão a sua contribuição ao Governo, à geração de emprego, à geração de renda no país e que, agora, estão precisando, mais do que nunca, de algumas medidas para que eles saíam da situação precária que se encontram.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Bem, apenas um, quer quiser, o que nós combinamos aqui. Primeiro, vamos tentar uma abertura para conversar sobre a Medida Provisória que trata da questão do refinanciamento na área da ADENE. Segundo, por proposta do Senador Jonas, cuidar de interferir de maneira prévia sobre uma tal Medida Provisória anunciada aí para facilitar e recompor a agricultura brasileira. Uma tal "Medida Provisória para o Bem da Agricultura". É preciso que a gente ouvisse as entidades, ouvisse quem tem conhecimento claro do assunto e tentar interferir sobre isso. No primeiro caso, eu já vi disposição de avançar. No segundo caso, eu não conheço, mas não há porque não tentar. Eu queria sondar ao perguntar ao Senador Osmar Dias sobre a questão dos projetos das cooperativas. A gente, nos últimos momentos da convocação extraordinária, nós decidimos de, com um acordo com o Senador Osmar, de não votá-la, não votar aquele projeto. Houve um esforço de negociação, pelo que eu entendi, foi mal sucedido ou parcialmente mal sucedido. Então, nós mantemos este impasse e é desejo nosso que essa questão seja resolvida.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): V.Exªs. me permite só um aparte antes do Senador Osmar Dias. Até comentar sobre este assunto. Porque até V.Exªs. leu no inicio um pequeno resumo do que foi feito. Assim, só para esclarecer, para todas as pessoas, que no final do ano passado foi constituído um grupo de trabalho dentro da Comissão de agricultura para discutir os Projetos de Lei das cooperativas. Como foi lido no começo desta reunião, foram feitas cinco reuniões durante as convocações extraordinárias, baseadas estas reuniões na decisão desta Comissão. Participaram, como já foi dito, os três Ministérios, Ministério da Agricultura, Ministério do Trabalho, Ministério do Desenvolvimento Social, o Senador Suplicy, o próprio como coordenador do grupo e a assessoria do Senador Osmar Dias, do Senador Demóstenes Torres e o Senador Demóstenes Torres também esteve presente. Foram reuniões interessantes, reuniões boas e, no final, se chegou a um documento que foi lido pelo Márcio Porto Carreiro, que é do Ministério da Agricultura. Ele dizendo "olha, este documento eu levei lá para a OCB, que é a Organização das Cooperativas do Brasil. Houve um entendimento de aceitação" isso relatado na reunião, notas taquigráficas à disposição. E o que está em negrito foram sugestões do Ministro da Agricultura para melhorar este documento. Então, foi um documento muito interessante, muito bom, assim que foi discutido. E havia compreensão na penúltima reunião de que este sentimento é que norteaaria a escrita dos artigos e parágrafos relativos à questão da Lei das Cooperativas. Na última reunião, a Organização das Cooperativas do Brasil, na presença do Ministro, até colocou que não concordava com o documento. Isso que o Senador Sérgio Guerra se referiu nesta última reunião, dizendo que não concordava com aquele documento apesar disso do Márcio Porto Carreiro ter

afirmado aqui na nossa reunião que era já o consenso da OCB, do Ministro e tudo. Então, se chegou neste ponto. Diria que, por um lado, é uma pena que ainda não se chegou a um entendimento, mas, por outro lado, como coordenador deste grupo de trabalho, eu diria que as reuniões foram boas, discutiu-se bastante, chegou-se a um documento que pode ser melhorado, aprofundado, alterado, discutido. E é uma caminhada que, na minha ótica, como coordenador, eu acho que pode continuar tendo a caminhada. Sugeriu-se, inclusive, que a OCB se reunisse com a UNICAFS, também. Eu não sei se aconteceu, se não aconteceu. Eu acho que tem que acontecer. E havia disposição das duas partes de continuar fazendo este diálogo. Então, eu acho que temos que trabalhar neste sentido para ver como este esforço que foi feito, independentemente de outras iniciativas, possa assim ter desdobramento. É importante dizer porque foi um esforço grande durante a convocação extraordinária de cinco reuniões. Mas, reuniões, eu diria, extremamente proveitosas, foram boas, interessantes e que agora a gente tem que ver como fazer. E a dificuldade que surgiu, que o presidente relatou, é que o Senador Osmar Dias, como autor do projeto que baseava toda esta discussão, o projeto base estava com dificuldade de saúde e isso realmente dificultou a tramitação final também depois de todo este debate. E, agora, o Senador está de volta e também esta discussão pode novamente acontecer. Era o que eu tinha para relatar Sr. Presidente.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, duas coisas. Primeiro, relataram uma reunião que houve dessas que o Senador Flávio Arns acaba de fazer referência e que assustou uma afirmação feita por pessoas ligadas ao Governo. Esta afirmação assustou os representantes da OCB porque eles disseram simplesmente o seguinte. "Não adianta deixar do jeito que vocês querem porque depois nós vamos ao Presidente e o Presidente vai vetar mesmo o que a gente não concordar". Então, para que a gente estava fazendo as reuniões se os membros do governo estavam ameaçando que aquilo que entrasse do projeto que não fosse de acordo deles o presidente vetaria. Então, houve esta comunicação para mim. E eu que estava de licença médica recomendei e pedi a V.Exªs., em função da licença médica, que suspendesse o processo de votação. Porque votar e fingir que nós estamos aprovando e para depois o Presidente vetar, isso não é acordo para mim. Isso tem outro nome. Tem outro nome bem diferente do que acordo. E, hoje, à tarde, eu vou receber os representantes da OCB para ter uma conversa definitiva a respeito deste projeto que está na casa a sete anos e precisa ser votado. Então, eu quero saber se eles chegaram em um consenso, como disse do Senador Flávio Arns, se eles concordam com os termos propostos da alteração do meu projeto original, se não concordam. Enfim, vou tirar as conclusões e relatarei a V.Exªs. posteriormente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Gostaria, Sr. Presidente, de só de um aparte que eu participei de todas as reuniões do primeiro minutos ao último minuto. E outros Senadores também participaram. Mas, só para dizer que o que foi relatado a V.Exªs., claro que me preocuparia muito também com o relato desta natureza, mas isso não aconteceu em momento algum. Foi um equívoco da pessoa que relatou. Houve um clima muito positivo com a presença dos três ministérios, das entidades todas e da OCB com exceção da reunião. Quando foi apresentado o documento, só para deixar bem claro, o Márcio Porto Carreiro veio a esta Comissão, que era o representante do Ministério da Agricultura, ele disse: "Olha, ontem", ele relatou isso, está nas notas taquigráficas, "ontem, eu estive na OCB, este documento foi aceito pela OCB e o que está em negrito são as sugestões do Ministro da Agricultura para melhorar o documento". Então, foi discutido o documento, porém, no dia seguinte, que foi a última reunião, a OCB realmente disse que não concordava com o documento como eu relei. Por isso que tem que haver mais conversa, mais diálogo, ver onde está o problema, a discussão para se chegar a um denominador comum.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Bem, esta questão eu acho que está sendo discutida. O Senador Osmar chegou aí, vai atualizar as informações sobre a matéria e nós vamos votá-la no final do mês, conforme combinamos, decidimos na nossa última reunião. Quer dizer, não adianta ficar com isso mais tempo, um projeto que está a sete anos aqui. Bem, a presente reunião destina-se a deliberação de matérias. Item 1º, Projeto de Lei do Senado de número 265/2003 de autoria do Senador Tasso Jereissati que altera art. 49 da Lei de 8171 de 17 de janeiro de 91, com o objetivo de incluir como beneficiários do crédito rural os arrendatários de terra, os parceiros, os consórcios e os condomínios de produtores rurais, bem como os Quilombos. Com palavra o Senador Flávio Arns o Relator da matéria.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Como dito, o projeto é de autoria do Senador Tasso Jereissati. Um projeto bastante interessante, necessário, importante. E a análise que nós fazemos do projeto. Me permito só não ler o relatório que é mais formal, mas passando para a análise em conformidade com os arts. 91, inciso I, 104 "b", inciso I e II do Regimento do Senado Federal. Incumbe a esta Comissão em Comissão, em decisão terminativa, a apreciação da matéria quanto

aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade regimentalidade, técnico legislativa e mérito. No tocante à constitucionalidade, estão respeitados os requisitos referentes à competência legislativa da união, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa. Relativamente à juridicidade, assevera-se que o arrendamento e a parceria rural são contratos agrários típicos, regidos por lei de ordem pública, em que as vontades das partes é limitada pela imposição legal. No Brasil, são tratados, respectivamente, pelos arts. 95 e 96 do Estatuto da Terra e regulamentados pelo decreto 59566 de 1966. Ainda sobre a legislação vigente para arrendamento e parcerias, citamos a Medida Provisória 2183 de 56 ainda de 24 de agosto de 2001 que modificou o art. 14 do Estatuto da Terra, permitindo, entre aspas, a instituição dos condomínios e dos consórcios agrários formados por agrupamentos de pessoas físicas ou jurídicas constituídos por sociedades por cotas com o objetivo de exercer atividade agropecuária, extrativista vegetal, silvicultural, artesanal e agro-industrial. Fecha aspas. Ademais, a proposição está vazada na técnica legislativa ditada pelas Leis Complementares números 95 de 26 fevereiro e 107 de 26 de abril de 2001. E entende a todos os dispositivo regimentais. De acordo com a justificação do Projeto de Lei em análise, a vantagem desta nova instituição jurídica é permitir principalmente aos pequenos agricultores a ampliação da escala de produção, aumento do poder de barganha na compra de insumos agrícolas e na venda da produção, além da facilitação na obtenção de crédito rural. Entretanto, apesar da ampla legislação vigente, o arrendamento rural ainda não é um instrumento amplamente utilizado no Brasil. A razão para esta limitação está na insegurança inerente aos arrendamentos e às parcerias devido, em grande parte, aos contratos informais e estabelecidos entre as partes. Os arrendatários, por sua vez, são prejudicados pelos contratos de aluguel de curto prazo que inviabilizam investimentos bem como pela incerteza dos contratos informais muito comuns do meio rural. Assim torna-se, de acordo com o Senador Tasso Jereissati, necessária a criação de mecanismo, de incentivo à formalização dos contratos agrários. Um desses mecanismos seria justamente o reconhecimento dos arrendatários e parceiros que possuam contrato agrário formalizado para serem beneficiários do Sistema Nacional de Crédito Rural. Ainda, segundo o autor da proposição, a inclusão das comunidades indígenas e das de remanescentes Quilombos dentro os beneficiários do PLS 265 de 2003 constituiu uma forma de fazer justiça. Lembra, ainda, o Senador, na justificação, que resoluções do Conselho Monetário Nacional, que regulamenta a crédito rural, já os consideram como beneficiários. Do exposto, concluímos que, também, no mérito, a proposta em análise ao objetivar a formalização dos contratos agrários para a obtenção de crédito será de grande valor para a agricultura brasileira. Nesse contexto, no entanto, entendemos que seria fundamental incluir no PLS previsão para que prestadores de serviços essenciais para a atividade agropecuária e outros agentes que desenvolvam atividades correlatas sejam considerados beneficiários para fins de concessão de crédito rural. Atualmente, a terceirização das atividades na agropecuária tem preponderante para as principais *commodities,* como se nota nas atividades de preparo do solo reflorestamento e colheitas. Esse padrão se demonstra mais eficiente quanto maior é o grau de profissionalização dos serviços contratados. Por outro lado, com escassez e oportunidade, com elevado custo da terra, sobretudo, no sul do país, o crédito rural de investimento e a estruturação de negócios voltados para a prestação destes serviços terceirizados poderão abrir oportunidade para que os filhos de agricultores familiares possam dispor das condições adequadas para se habilitarem a esta nova modalidade de emprego que cremos crescerá ainda mais próximos anos. Assim, com a disponibilização de crédito adequada, a partir da aprovação da emenda que ora apresentamos e com sistema organizado de capacitação, poder-se-ia garantir desenvolvimento sustado para as comunidades rurais, evitando destarte que os jovens preparados para a lida na agropecuária abandonem as propriedades rurais e sigam para e sigam os grandes centros urbanos à procura de empregos e melhores condições de sobrevivência. Em face do exposto, opinamos pela aprovação do PLS 2005 de autoria do nobre Senador Tasso Jereissati de 2003 com a seguinte emenda que apresento. E discutindo com inúmeras pessoas e recebendo sugestões, inclusive neste sentido, eu me permito, Sr. Presidente, só para fazer uma pequena alteração na emenda que seria da seguinte maneira. Art. 49, inciso VI, letra "e". Prestação de serviços e apoio às atividades pesqueiras e agro-silvipastoris e aos pequenos empreendedores rurais, fabricantes de máquinas e insumos agrícolas. Isto permitiria, dentro desta nova perspectiva da emenda, pensasse também na questão do novo rural ou do rural ampliado, pensando-se na questão do pequeno agricultor, como está na justificativa, para que esta pessoa, tendo uma pequena propriedade, não podemos se sustentar com essa pequena propriedade, possa, por exemplo, comprar uma máquina e fazer serviços inerentes, específicos à atividade agrícola. Ou, se pegarmos na área da pesca, por exemplo, haverá uma pequena comunidade, pequenos empreendedores rurais que poderão, por exemplo, fazer aquela rede pesca,

aquela embarcação de pesca. Então, não é propriamente a atividade pesqueira ou a atividade rural, mas são serviços essenciais para o desenvolvimento destas atividades. Isso vai permitir, dentro da nossa visão, de que essas pessoas permaneçam no campo, tenham mais alternativas no campo, tenham pequenas iniciativas que são fundamentais para a atividade agropecuária, na silvicultura, na atividade pesqueira, como, aliás, já acontecesse hoje em dia. A família tem uma propriedade, como o Senador Osmar Dias colocou, de 50 hectares, o pai morre, o chefe da família morre, divide-se aquilo entre a família e ele não consegue mais sobreviver com mais 10 hectares, com 8 hectares, com 12 hectares. E abertura deste crédito rural permitiria que aquelas comunidades se organizassem e começassem a ter iniciativas de empreendedorismo como, aliás, já vem acontecendo e, com crédito rural, também, pudesse atender as necessidades daquelas comunidades. Então, ficaria assim: Prestação de serviços e apoio às atividades pesqueiras que já estão no projeto Senador e agro-silvipastoris que já está no projeto do Senador Tasso Jereissati prestação se serviço e apoio novamente às atividades pesqueiras e agro-silvipastoris e aos pequenos empreendedores rurais, fabricantes de máquinas e insumos agrícolas. Dou mais uma questão. Na avicultura, por exemplo, fazer as telas para a avicultura. Isso é um processo simples, que se fosse montadas a máquina, a iniciativa e tivesse o crédito para isso. E eles próprios fizessem esta iniciativa que é uma prestação de serviços, de organização daquela comunidade, gera emprego, gera renda e se abre mais uma oportunidade do crédito rural porque é uma tendência pelo que se observa que, ao invés da pessoa ficar plantando, a pessoa planta e ajuda o outro a plantar também. Aluga o equipamento faz o equipamento e assim por diante. Cremos que esta emenda ajudaria a abrir mais possibilidades ao bom projeto do Senador Tasso Jereissati. É um projeto declarado bom necessário e abriria um pouco mais as possibilidades já expostas ele. Este é o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Em discussão o parecer do Senador Flávio Arns. Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente, eu compreendo o teor da idéia do projeto vem corrigir, em definitivo, as distorções que ainda havia na classificação de beneficiário de crédito agrícola. Colocar os Quilombos, as possibilidades para indígenas e tantas outras categorias que, até então, não estavam muito visíveis no texto de todas as leis que estão hoje registradas. Agora, na emenda do Relator, eu estou meio confuso quanto a esta prestação de serviço. Porque, quando se fala da subdivisão da unidade produtiva, de seu modo, não importa o tamanho, porque da região para a região muda este tamanho, nós tivemos até cem hectares Amazônia, mas cai para cerca de 50 no nordeste, era setenta no Centro-Oeste, mas isso tudo já mudou. Por exemplo, na Amazônia, o Projeto Casulo já leva 3,5 hectares em torno das grandes cidades e assim por diante. Então, na subdivisão do modulo rural, o Governo contempla, no meu entendimento, quando permite porque, no mesmo registro de propriedades, você pode ter dois ou três beneficiários de crédito. Que é o crédito para o titular na propriedade, o crédito para o seu cônjuge e o crédito chamado jovem, que pode ter, então, três créditos na mesma unidade produtiva. O que parecia impensável porque cada uma dela, na verdade, é para um desenvolvimento local, pensando o referenciamento daquela unidade. E, neste caso, ao ampliar para o que ele chama de prestadores de serviço, eu acho que começou a explicar, mas eu gostaria de um pouco mais. Porque, no meu entendimento, poderemos talvez abrir um precedente do que é crédito rural quando nós poderíamos estar atendendo alguns setores concretos que não é rural, que participaria como microempresa, pequena empresa. Porque, no caso da unidade produtiva em si, no meu entendimento, já está devidamente complementado por outras iniciativas. No caso de pessoas que vão prestar um serviço para atividades rurais, eu acho que é confuso você convencer de que está dentro do crédito rural embora esteja prestando serviços para aquilo. Rede de pesca eu entendo. Toda aquela parafernália, aquela tralha de pesca, produzir aquilo está voltada à unidade pesqueira não dá para usar aquilo para outra coisa. Mas, a unidade produtiva colocada desta maneira, eu acho que atravessa um pouco a idéia do projeto. Eu só queria saber se a gente poderia entrar aqui num entendimento porque, no restante do projeto, eu não tenho nenhuma ressalva para fazer. Só me preocupou nesta emenda do nobre Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Mas algum Senador? Senadora Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Não é só dizer, para não me alongar, dizer que eu tive a mesma preocupação do Senador Sibá Machado em relação aos prestadores serviços.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Algum outro Senador quer fazer ponderação este projeto? Não. Senador Flávio. Está se discutindo, portanto, a emenda sobre o projeto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sobre o projeto não tem, assim, muita discussão. E de fato o projeto é muito bom como nós colocamos é interessan-

te. Agora, o que nós observamos, em termos de propriedades rurais, é que o projeto prevê que atividades florestais, pesqueiras, produções de mudas, semente, mas tem muitas outras coisas muito específicas das pequenas propriedades, nós estamos falando das pequenas propriedades, arrendamento. E essa questão em que você tem, por exemplo, a preparação da terra que pode ser feita por uma outra pessoa, por um outro proprietário. Então, a pessoa tem, às vezes, a máquina e você terceiriza a preparação da terra, você terceiriza a produção de semente, você terceiriza a produção de mudas. Você pode terceirizar a colheita e isso geraria uma possibilidade de emprego e de renda interessantes naquela região. Então, você poderia prestar, quer dizer, em pequenas propriedades, você pode, de acordo com a emenda, fazer uma prestação de serviços e apoio às atividades pesqueiras. Quer dizer, prestação de serviços e apoio às atividades pesqueiras e agro-silvipastoris que é objeto do projeto e aos pequenos empreendedores rurais, fabricantes de máquinas e insumos agrícolas. Quer dizer, seria uma abertura que você estaria dando, não só para aquela atividade específica, mas para esta possibilidade de geração de emprego e de renda em função da pequena propriedade.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Um aparte?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu queria apoiar esta emenda de V.Exªs. sobre a parte do pequeno produtor rural que vai produzir o equipamentozinho na comunidade dele para vender. No Espírito Santos, até a TV GLOBO, no domingo passado, focalizou isso. Luiz Prestes, um velho italiano, com molas de caminhão começou a fazer foices e facões na comunidade dele. O neto dele hoje, Luiz Roberto Prestes, produz 1500 peças por dia de facões foices, exporta. Tem 60 funcionários em um sitiozinho em um distrito pequeno. Se ele, naquela época, tivesse o financiamentozinho, ele fez tudo com capital dele, talvez hoje ele já seria um grande industrial, estaria muito mais... 68 emprego em um distritozinho que tem 40 casas é um belo de um parquezinho industrial que ele construiu lá usando molas de caminhão quebrada, fazendo facões, e tal. 1500 peças por dia exportando.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente, eu queria fazer uma proposta bem clara. Em entendo a idéia, está boa. Eu só estou preocupado em colocar uma demanda dessa dentro do crédito rural. Só isso. Queria fazer uma pergunta para saber se a gente poderia proceder da seguinte maneira. Votarmos o projeto sem prejuízo na instância fora esta Comissão que for tratada a matéria é o tempo que a gente poderia conversar e, talvez, entrar em um entendimento de uma perfeição. Já é terminativa?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Para não haver dúvidas em relação a isso a gente poderia, talvez, Sr. Presidente, votar na semana que vem.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Na próxima semana, pode ser? Porque eu gostaria de dialogar melhor com o nobre Relator. Pode ser, Presidente, sem prejuízo?

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): A idéia boa só acho está no local indevido do crédito rural é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Toninho você é um especialista em crédito. Dê a sua opinião aí.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA): Sibá, eu não vou lhe socorrer, não. Eu não sou especialista também não. Mas, eu acho boa idéia do Senador Flávio Arns. Eu acho que a demanda que vai ser agregada é muito pequena para que a gente não permita que pequenos produtores venham a participar deste processo. Cada vez mais, eu entendo que aquilo que tiver em torno do produtor rural ou atividade pesqueira, ele deve ter acesso a crédito mais fácil e que não seja nas taxas de juros que são praticadas hoje no mercado. Esse é uma visão talvez um pouco financeiro demais, mas eu acho que seria importante proteger este pessoal.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA): Mas, você só pode proteger, Ana Júlia, com a medida...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu entendo a preocupação do Senador Sibá, talvez, que não seja tomado o espaço do crédito rural para uma atividade que poderia ser até de uma microindústria pela emenda do Senador Arns. Mas, eu também sou do entendimento do Senador Tourinho de que esse volume será tão pequeno e tão importante para o setor rural, que eu acho que a emenda do Senador Flávio Arns vem acrescentar ao projeto do Senador Tasso que é um projeto importante. Eu acho que, Senador Sibá, não haverá nenhum prejuízo ao setor rural na tomada deste espaço de crédito, mas sim o benefício ao fortalecimento do micro produtor rural. É o entendimento que eu tenho.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senadora Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Senador, eu acho só o seguinte. A idéia é ótima, eu

acho que está em torno. Apenas eu não tenho clareza do impacto disso porque eu posso até dizer: "eu acho que vai ser mínimo não vai entrar tanto, está em torno", mas eu não sei. Para ser honesta, eu não sei dizer. Eu acho que a idéia é boa de você proteger quem está... A minha única preocupação é aprovar de forma terminativa sem ter noção do impacto que isso pode causar ao credito rural porque eu posso estar pegando um cobertor curto, cobrindo outro e descobrindo uma coisa também que nós consideramos que é fundamental que é a agricultura. É isso a minha preocupação. Eu acho que a preocupação de todo mundo é estar achando a idéia interessante, mas todos estão preocupados com o tamanho do cobertor. Eu todos não. Nem todos, tudo bem, mas alguns estão preocupados com o tamanho do cobertor e como a gente não sabe.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Acho a que Comissão tem que aprovar projeto e eu acha isso muito bom. Mas, se não houver entendimento sobre esta questão a gente vota semana que vem. Eu queria ouvir o Senador Jonas.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Sr. Presidente, eu defendo com entusiasmo a emenda do próprio Relator porque ela, de fato, vem melhorar o aspecto de pequeno financiamento à produtores em especialmente na área dos arrendatários que nós estamos tocando hoje. Eu acho que não prejudica em nada. Esta norma é apenas uma complementação daquilo que nós já fazemos. E que é visualizado a todo instante no meio rural. Eu acho que não prejudica, só ajuda.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): O Senador Sibá mantém a sua preocupação?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Vou manter.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Nós votaremos na semana que vem.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sem Pedido de Vistas?

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sem Vistas e com conclusão.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Osmar dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu tenho uma Emenda Constitucional que vai ser votada na Comissão de Justiça dentro de alguns minutos. E sou Relator do item 13, por isso eu peço a inversão de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): O item 13 foi retirado pelo Senador Cristovam Buarque. Ele apresentou um requerimento em Plenário.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Ele me disse que concordava com o meu relatório porque é pela rejeição. Então, ele retirou. Então, está bom. Menos trabalho para mim.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Jonas.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Antes que o Senador Osmar se retire, eu gostaria de fazer aquele convite para o encontro em Cuiabá. Senador Osmar Dias, Senadora Ana Júlia, nós estamos lembrando aqui de uma decisão que esta Comissão tomou com respeito ao problema da carne. Naquela época, os Senadores reunidos nesta Casa, nesta Comissão entenderam que não devíamos ter uma CPMI porque ninguém sabe como terminaria uma CPMI da carne. E ficou resolvido, então, que seria feito um encontro para fazer um termo de ajuste de conduta entre os produtores rurais de carne e os frigoríficos. Pois bem, essa foi a decisão desta casa. E esta Comissão para tratar do termo de ajuste, até este momento, ela não foi instalada. Pois bem, no dia 13 ou no dia 14 eu faço dois leilões em Cuiabá. São dois grandes leilões que abre a temporada de leilão de nelore no Brasil. Pois bem, isso é segunda e terceira. Na terça-feira de manhã, a ABMF, a ABIEC e a ABCZ e a FAMATO, Federação da Gordura do Mato Grosso, estão propondo um simpósio sobre o mercado de carne. Então, Sr. Presidente, o que eu estou pensando é se nós não podemos aproveitar este simpósio e, como lá vai estar presente o Ministro Pratini de Morais, estarão presente os produtores, nós faremos a primeira reunião. Já levantar a equipe que vai tratar deste assunto do termo de ajuste entre os produtores rurais e os frigoríficos deste Brasil. Eu acho que nós estaremos cobrando a efetivação deste assunto e contribuindo com o setor de carne que, hoje, estão em desavença profunda. Por isso, Sr. Presidente, eu propus este convite. O convite já está na mesa. Se não está ali, nós temos aqui. E quem puder nos dar esta oportunidade prestigiar também o leilão, vai ser segunda à noite e terceira à noite e este simpósio seria na manhã de terça-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Manhã de terça-feira, a gente sai daqui que horas?

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Lá começa as oito e encerraria às...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Então, tem que dormir lá?

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): E dormir em Cuiabá é bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Tudo bem. O Presidente da Comissão vai estar presente. Os Senadores que poderem comparecer serão bem-vindos. E a discussão deste termo de reajuste de conduta a gente deve começar. Foi compromisso de todos nós e dos autores deste processo que avançava na direção da CPI.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Com a palavra o Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pedia a retirada de pauta do item número 10 que trata... Dispõe sobre a produção e da comercialização da soja geneticamente modificada. Este projeto, ele está com o parecer pronto, mas a assessoria da Comissão conversou a pouco comigo porque ele estaria prejudicado em função da aprovação Lei de Biossegurança. A emenda que nós propusemos aqui no sentido de ampliar o porque o Decreto Presidencial autorizava o plantio no Rio Grande do Sul somente. Mas, eu gostaria, então, em função de contato com a assessoria de colocá-lo na pauta da próxima reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Flexa, na verdade, são três projetos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso. Estão apensados.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Item 8, item 9 e item 10 que trata sobre esta matéria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): 8, 9, 10, Exato. São três projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): A Lei de Biossegurança.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): 8, 9, 10 que trata da questão da...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Com a palavra o Senador Tourinho. Projeto item 4. Projeto de Lei do Senado número 341 de 2005 de autoria do Senador César Zambiasi que altera os arts. 48 e 103 da Lei 1.871 de 17 janeiro de 1991 com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, a estímulo a substituição da cultura do tabaco por atividade alternativa. Com a palavra o Senador Relator Rodolpho Tourinho.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA): Sr. Presidente Senador Sérgio Guerra, Sr. Vice-Presidente Senador Flávio Arns, o projeto pretende estimular a substituição da cultura de tabaco e propõe que o poder público conceda incentivos especiais ao proprietário rural que fizer a migração da cultura de tabaco para outra culturas. Entres os incentivos, destacam-se a prioridade na obtenção de apoio financeiro oficial e na concessão de benefícios relativos a programas de infra-estrutura. E, em segundo lugar, a preferência na prestação de serviços oficiais de assistência técnica e de fomento. No mérito, não há vício de iniciativa na proposta. O projeto se insere dentro de uma política de longo prazo de substituição da cultura de fumo por outras. Como se sabe, o Brasil ratificou, no início de novembro último, a "conversão-quadro" para o controle do tabaco. Mais de uma centena países já ratificaram a convenção que prevê a adoção de medidas que visam a estimular a redução de consumo de cigarros, com uma proibição de propaganda, o aumento de preço e o combate ao contra bando. O consumo de cigarros vem aumentando. E as condições de demanda e custo, hoje, são bastante favoráveis para a cadeia de fumo, mas a perspectiva de longo prazo, a médio longo prazo é de forte deterioração devido a impactos sobre consumo decorrentes da "convenção-quatro". Daí a necessidade de se preparar o futuro, estimulando a migração da cultura de tabaco para outras atividades. O Brasil é o segundo maior produtor mundial de fumo e o maior exportador. Os números associados à cadeia de fumo no Brasil são muito grandes. Dois milhões e meio de empregos diretos e indiretos, dos quais novecentos mil somente na agricultura, receitas de exportação torna em um bilhão e meio de dólares e arrecadação anual de impostos superiores a seis bilhões de reais. A questão do emprego é uma questão extremamente relevante quando se sabe a que maior parte da produção do fumo ocorre em pequenas e médias propriedades com a com uso intensivo de mão de obra familiar. Nós particularmente temos uma preocupação muito grande pelo fato da Bahia ser um dos grandes produtores e, sobretudo, naquela região do Recôncavo Baiano, e Muritiba, de Cruz das Almas, de vários outros municípios ali ao em torno desta região onde há uma grande concentração de produtores rurais e que vivem desta cultura e que não podem, de uma noite para o dia, terem essas culturas modificadas. Daí, essa é a nossa preocupação e é a preocupação também com esse Projeto de Lei na aprovação deste Projeto de Lei. E achando que essa substituição da cultura do fumo, ela só poderá ser feita de forma gradual e não terá outra forma de ser feita e deve ser, além de gradual, ela deve preparar esses milhões de produtores de fumo hoje para o futuro que vier. No momento, a substituição é favorável porque, não só no momento, porque é uma cultura temporária, sendo que há o intervalo entre o plantio e a colheita que inferior a um ano. É uma situação muito mais favorável do que aquela, por exemplo,

de um fruticultor ou de um cafeicultor que enfrentaria para substituir a sua produção, uma vez que teria que derrubar todo um pomar ou um cafezal que teria levado anos para produzir. O grande desestímulo na mudança de cultura, no entanto, é de natureza econômica. A cultura do fumo é uma das atividades agrícolas mais rentáveis. Por ser cultivada, em sua maioria, por pequenos e médios produtores, ela tem de ser substituída por outras culturas que gerem alto valor agregado, afinal se há pouca terra para cultivar. O retorno por hectare tem de ser elevado para substituir... Para garantir a subsistência do proprietário. Esse eu vejo, Sr. Presidente, como um dos grandes obstáculos que existem nesta substituição é a busca de uma cultura que venha a dar um rendimento por hectare capaz de repor as perdas dos agricultores. E tendo em vista que, atualmente, de uma forma geral, não é viável economicamente substituir a cultura do fumo, os fumicultores necessitaram, com certeza, de incentivos extras para plantar outra cultura. Sem este incentivo, nós nos posicionamos contrários a qualquer mudança nesta área. Então, o Projeto de Lei vem a complementar medidas que estão sendo adotadas para estimular a migração da cultura de fumo para outras atividades. Por esta razão, nós somos favoráveis a aprovação do projeto. Apenas propusemos modificações de técnica legislativa. Ao invés de fazer a mudança somente de dois artigos com um art., fazer a mudança de dois artigos com dois artigos. E alterando também a ementa para explicitar que os produtores rurais que substituírem a cultura do tabaco por outras atividades farão jus a incentivos especiais nos termos do art. 103 da referida lei. É a nossa posição, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Relatório do Senador Tourinho. Senador Sérgio.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Sergio Guerra, Vice-Presidente Flávio Arns e Relator Senador Tourinho. Quero, inicialmente, agradecer a sensibilidade do Senador Tourinho com o seu relatório. Eu li atentamente, ouvi os argumentos. E registrar, Senador Sérgio Guerra, a importância da nossa Comissão de Agricultura, da intervenção da Comissão da Agricultura na aprovação da Convenção-Quadro em novembro do ano passado. Registrar o trabalho do Senador Heráclito Fortes designado por V.Exªs. para a relatoria da convenção há época do convênio, das audiências públicas realizadas em diversas regiões do Brasil, no Rio Grande do Sul, na Bahia, no Paraná, em Santa Catarina, enfim, nos principais estados produtores de fumo. O grande problema da Convenção-Quadro da forma como foi apresentada e que angustiou sobremaneira os agricultores produtores de fumo era exatamente a ausência do estado na proteção a estas famílias. O país assume um compromisso internacional de substituição, mas não prevê alternativas de financiamento para quem livremente possa optar pela substituição. A forma como o convênio foi, inclusive, divulgado, ele criou um verdadeiro pânico entre estas famílias de pequenos agricultores. No Rio Grande do Sul, são 200 mil famílias são 600 mil pessoas. Isso não significa fazer nenhuma apologia ao fumo. Pelo contrário, eu sou antitabagista, mas é um dos principais itens de exportação do Rio Grande do Sul e tem uma influência muito grande na pauta brasileira de exportações. Gera-se um pânico entre essas famílias que vivem um padrão sócio-econômico razoável. Aliás, a universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, tem 12 mil alunos, seguramente, pelo menos, oito mil são filhos de pequenos agricultores lá com seus quatro, seis, oito, dez hectares que têm a lavoura do fumo. Esta falta de proteção é que me levou a buscar uma alternativa de inserir na lei a possibilidade de contemplar este pequeno agricultor com formas de encontrar o financiamento adequado para a substituição. O que não é um projeto fácil porque é das poucas cadeias produtivas completas, Senador Tourinho. Onde o agricultor recebe desde a semente até o final, lá quando a folha é exportada em toda a proteção e não recebe do Governo. Recebe das empresas. Então, são aspectos relevantes. A Convenção-Quadro teve dois anos de discussões aqui nesta Casa quando finalmente foi aprovado exatamente sobre pressão da própria sociedade a favor da convenção, porém com compromissos que vieram assinados por cinco ou seis Ministros inclusive, mas nenhuma proteção legal. O projeto prevê esta proteção legal de financiamento àqueles que, democrática e livremente, optarem por esta substituição. Quero fazer este registro da importância da Comissão da Agricultura do Senado nesta discussão e agradecer de público a forma como o Senador Tourinho conduziu o seu relatório, trazendo hoje aqui o projeto à possibilidade da sua aprovação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA): Eu só queria... Tinha deixado até para a final até de ressaltar a importância deste projeto do ponto de vista da sua própria condução e da sua idéia inicial do Senador Sérgio Zambiasi e a sua atualização também durante todo o projeto, todo o processo. Porque não é uma coisa fácil se imaginar, como ele próprio citou, quer dizer, de repente, o País assina uma Convenção-Quadro e eu acho que também a importância da Comissão da Agricultura que aqui foi ressaltado e, de repente, quem deve cumprir não foi nem ouvido, quem vive daquilo também não foi ouvido. Então, é um absurdo se imaginar que isso pudesse ir adiante. Daí, a importância

deste projeto do Senador Zambiasi que eu considero fundamental. Na Bahia, Senador Zambiasi, ele é absolutamente essencial para que pudéssemos aceitar a questão da Convenção-Quadro. Só queria deixar este agradecimento para o final em nome dos nossos agricultores da Bahia, a V.Exªs., pela atualização ao longo deste tempo, também ao Presidente pela Comissão de Agricultura, ao Presidente Sérgio Guerra em função de termos chegado a uma posição desta.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Parabenizar o Senador Sérgio, o Senador Tourinho. Dizer que essa foi uma matéria onde, na minha modesta opinião, o Senado cumpriu o seu papel integralmente de forma segura, consistente, democrática e chegou a uma solução que foi aplausível. Importante a sua iniciativa durante todo este processo e hoje de uma maneira especial. Em votação. Trata-se de projeto terminativo e requer votação nominal que será feita pela chamada dos Senadores. Farei a chamada. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator, parabenizando o autor do projeto, Senador Zambiasi, e o Relator Senador Tourinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Rodolpho Tourinho.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA): A favor do projeto do Senador Sérgio Zambiasi.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com os Relatores e com o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Valdir não está aí não? Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senadora Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sim. Com o Relator e com o projeto e também cumprimentando o Senador Zambiasi.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC): Com os Senhores. Com o Relator

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senadora Lucia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): O projeto está aprovado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, eu queria apenas fazer um registro. Quando este convênio chegou a Comissão de Relações Exteriores em 2003, a primeira audiência pública que permitiu esta ampla discussão aconteceu graças a uma ação do Senador Tourinho. Foi uma solicitação do Senador Tourinho que permitiu uma primeira e disputadíssima audiência pública aqui nesta Casa, que concluiu através da Comissão de Agricultura pela aprovação da Convenção-Quadro. Um registro histórico que deve ser feito.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Com razões que o Senador Tourinho será Senador outra vez. Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pediria a V.Exªs. inversão de pauta do item 11. Está em pauta na CCJ uma PEC de minha autoria que trata da compensação aos estados exportadores. O item oito da pauta da CCJ, já está no item seis.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Flexa, tudo bem. Apenas vamos votar as emendas do projeto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ah, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Consulto o Plenário se podemos votar as emendas em globo, as três emendas em globo. Sim. Senadora Lucia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senadora Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Rodolpho Tourinho.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): O projeto está aprovado com as emendas. Há duas solicitações de inversão de pauta. Uma, da Senadora Ana Júlia e outra é do Senador Flexa. Como normalmente os dois concordam, eu pedia aos dois que resolvessem.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): O Senador Flexa pode ser já que... Eu também tenho outro compromisso, mas o dele, inclusive, talvez seja mais fácil pela rejeição. O meu também, mas vamos...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): O projeto do Senador Flexa que ele quer ver votado agora qual é? O item dois, tem aqui um ofício do Senador Demóstenes Torres pedindo para que a votação dele fosse adiada. Então, por uma questão de ordem, eu passo a ler o ofício. Senhoras e Senhores Senadores, Demóstenes Torres, solicito a retirada da pauta o PLS 259 de 2004 para o qual foi designado Relator nesta Comissão. Que S.Exa. prestará em solenidade às mulheres de Goiás da cidade de Goiânia em 8 de março de 2006. Item seis.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É o 11. É rápida.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Projeto de Lei do Senado de nº 39 de 2003 de autoria do Senador Paulo Paim que dispõe sobre Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e da Pecuária do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Foi concedido vista a Senadora Serys em 05/10/2005 e devolvido sem manifestação. Com a palavra o Relator Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, por determinação do Presidente desta Comissão, cabe-me relatar o Projeto de Lei do Senado, PLS nº 39/2003 de autoria do ilustre Senador Paulo Paim, instituindo o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e da Pecuária no Rio Grande do Sul. Não foram apresentadas emendas, Sr. Presidente. No Senado Federal, o projeto foi distribuído inicialmente para a Comissão de Assuntos Econômico que não chegou a se pronunciar sobre a matéria. Com a criação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o Sr. Presidente do Senado Federal redistribuiu o presente PLS para a análise da Comissão de Agricultura. Cabe registrar que o PLS nº 39 de 2003 no inciso I do seu art. 3º estabelece a vinculação de parcela de arrecadação do imposto de renda e do imposto de produtos industrializados que pertencem a cota-parte do Rio Grande do Sul no Fundo de Participação dos Estados, FPE. No entanto, a Constituição Federal de 1988, ao dispor sobre o orçamento, determina no inciso IV do art. 167 que é vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundou ou despesa, ressalvado, entre outros, os recursos destinados à saúde, educação, prestação de garantias em antecipação de receitas, garantias e empréstimos a União. Além disso, o PLS nº 39 de 2003 estabelece que constituiria um recurso do Fundo aqueles advindos do Fundo de Participação do Estado. Ocorre que, por força disposto no art. 159 da Constituição Federal, a União é meramente responsável por repasse de tais recursos para o Fundo que em última pertence aos estados. Neste aspecto, depreende-se que uma Lei Federal não pode, de acordo com o sistema constitucional brasileiro, impor que parte dos recursos do FPE comporá um Fundo para aplicação de recurso em determinado estado. Parece-nos que a competência para o exame da matéria seria da Assembléia Legislativa do Estado por meio de Lei Estadual. Com respeito ao mérito, destaca-se que o objetivo do PLS seria que um Fundo Federal fomentasse a agricultura e a pecuária apenas do Rio Grande do Sul com recursos advindos da participação deste estado na cota do FPE e na partilha tributária. Ao analisar uma participação do Rio Grande do Sul no montante do crédito concedido em 2003, ultimando com dados disponíveis, constamos, segundo os dados do Banco Central e do BRASIL, que foram realizados 513.189 contratos de créditos no estado, o que corresponde a 17.91% dos 31.10 bilhões emprestados aos produtores e cooperativa no Brasil. Portanto, considerado por um lado que a criação de um Fundo Federal atenda somente um estado é inconsistente com uma política nacional integrada de apoio à agricultura como um todo e, por outro, que o Rio Grande do Sul

vem sendo atendido nas políticas públicas existentes para o setor, entendemos que o mérito PLS 39 de 2003 estaria prejudicado. Sr. Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, eu, antes de relatar o voto, quero informar que mantive contato com o nobre Senador Paulo Paim, autor do projeto, e, em confessa com ele, disse da inconstitucionalidade do projeto apesar de ser um projeto meritório da preocupação do Senador Paulo Paim de atender, através de um Fundo, o produtor rural do Rio Grande do Sul. Só que os recursos que ele propõe desse Fundo são recursos que a constituição não permite criar um Fundo Federal com recursos repartido ao estado do Rio Grande do Sul. Em função disso, somos pela rejeição do PLS nº 39 em conformidade com o art. 133, inciso II da Constituição Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Em discussão o relatório do Senador Flexa. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado o relatório do Senado Flexa. A matéria será remetida a Comissão do Desenvolvimento Regional.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu queria agradecer a Senadora Ana Júlia por ter cedido a inversão de pauta para que eu pudesse estar agora na Comissão de Constituição e Justiça para aprovar a PEC de interesse do Brasil e principalmente do nosso estado do Pará. E parabenizar as Senadoras pelo dia de hoje dia da mulher que fazem parte desta Comissão.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Primeiro para agradecer ao Senador Flexa Ribeiro esta gentileza e dizer da nossa alegria de ver reconhecido o nosso papel e o nosso trabalho aqui nesta Casa. Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de me informar sobre o PLS 202 de 2005 que foi pedido vista deste projeto que trata dos índices de indicadores de produtividade e este projeto foi pedido vistas pela Senadora Ana Júlia em 17 de novembro. Então, eu gostaria que V.Exªs. pudesse me dizer como está o processo, se foi devolvido?

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): O projeto foi ainda não foi devolvido pela Senadora Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Desculpe, é porque eu estava falando com o Senador Flexa e o Deputado do Estado do Pará.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): É o PLS 202 de 2005 que trata de índices indicadores de produtividade.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Certo, Senadora. V.Exªs. está cobrando. Não se preocupe, então, que nós vamos conversar sobre este assunto. Eu estou aqui, inclusive, relando outro projeto. Não tem diretamente haver com isso, mas como nós tivemos aqui também nesta Comissão uma série de outros pontos que nos fizeram dedicar a Comissão, as reuniões extraordinárias, inclusive, presididas tanto pelo Senador Sérgio Guerra quanto pelo Senador Flávio Arns é natural que a gente acabe sendo atropelado por uma série de outras tarefas. Mas, eu agradeço a sua lembrança para que nós possamos, o mais rápido possível, desenvolver o projeto para que ele possa ser discutido e votado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senadora, não há mais prazo para o seu Pedido de Vista de maneira que na próxima reunião...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Eu prometo então que, na próxima, eu devolvo, Senadora. É que eu queria relatar isso também. Eu tinha pedido a inversão para relatar o item seis.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Com a palavra a Senadora... Projeto de Lei da Câmara número 48/2005, na origem de autoria do Deputado Alberto Fraga que altera a Lei de número 4.829 de 5 de novembro de 65, acreditando dispositivo da sobre a concessão de financiamento para a questão de tratores, colheitadeira, máquinas, implementos e equipamentos agrícolas. Foi concedido vista ao Senador Gilberto Goellner em 19/10/2005 que o devolveu sem manifestação. Com a palavra a Relatora Senadora Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Obrigada, Sr. Presidente, trata-se este projeto de alterar a Lei 4829 de 5 de novembro de 65, acrescentando dispositivo sobre a concessão de financiamento para a aquisição de tratores, colheitadeiras, máquinas, implementos e equipamentos agrícolas. Este projeto de autoria do Deputado Moacir Micheletto... Eu acho que não é 1.5 é o 6, Senador. É isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): É do Senador Alberto Fraga. É o item seis.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): É o item seis. Tá. É isso. Foi aprovado na forma do substitutivo, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça e, no Senado, a proposição também será examinada pela Comissão de Fundos Econômicos. Ele não é terminativo aqui. Mas, eu digo o seguinte. Neste § 1º ele prevê que os financiamentos serão considerados crédito rural de investimento assegurando-se seu mutuário que optar pela aquisição de bem

usado, mesmo prazo de pagamento aplicável ao bem correspondente, inclusive, de carência. O § 2º obriga as instituições financeiras a destinar o financiamento objeto da proposta no mínimo 10% dos recursos de aplicação obrigatória em crédito rural. Eu quero colocar o seguinte. Ele até atende aos requisitos constitucionais, mas, não obstante, tem questões a serem analisadas no que tange ao mérito da proposição. Em primeiro lugar, eu quero dizer que já existem linhas de credito que atendem a finalidade, inclusive a finalidade de financiamento de máquinas usadas já. Isso já foi autorizado. Tem o programa do BNDES, o MODERFROTA, que conta, inclusive, com equalização pelo Tesouro Nacional, dos encargos financeiros. Oferece financiamento para compra de tratores, máquinas, implementos agrícolas a uma taxa de juros de 9,75% ao ano para clientes com renda agropecuária bruta anual inferior a 150 mil. E de 12,75 para clientes com renda igual ou acima deste patamar. O prazo do financiamento é de 60 meses para tratores, implementos e equipamentos para preparo e secagem e beneficiamento de café. E de 72 meses para colheitadeiras. No ano safra 2003/2004, o orçamento do MODERFROTA foi de dois bilhões duzentos milhões de reais e foram realizados um bilhão e novecentos milhões de reais, então não foi pouco. Foi bastante recurso utilizado. No caso da linha especial, o orçamento para esta safra foi de 2,6 bilhões e o desembolso foi de 2,2 bilhões. Já em 2004/2005, o orçamento o do MODERFROTA pulou para cinco bilhões e meios, tendo sido executada apenas 2,9 bilhões enquanto a linha especial teve o seu orçamento reduzido para trezentos milhões com a execução de cinqüenta e nove milhões. Para a safra 2005/2006, o MODERFROTA está orçado em cinco bilhões e a linha especial agrícola em cento e vinte milhões. Considerando as duas linhas em conjunto, prevê-se um decréscimo dos valores desembolsados pelo BNDES para nova infra. Fato este já verificado no ano-safra anterior causado, sobretudo, por problemas climáticos. Os dados apresentados demonstram que os recursos disponíveis pelo BNDES para o financiamento da compra de tratores, máquinas e implementos agrícolas tem superado a demanda verificada nos últimos anos. Os fundos constitucionais também, FNE, FNO e FCO, também disponibilizam crédito para investimento no setor rural. No âmbito do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar, estas fontes financiam maquinas, equipamentos, agrícolas novos ou usados como eu já tinha falado. Com pelo menos 60% de vida útil com encargos financeiros anuais que variam entre 1,15 e 6%, podendo serem reduzidos por meio de bônus de adimplência que variam entre 15 a 40%. Para os demais agricultores, os encargos dos financiamentos dos encargos rurais variam entre 4,5 a 10,75% ao ano, dependendo do porte do tomador e da utilização do bônus de adimplência. Outra questão a ser ponderada é que a destinação de recurso do crédito rural para a compra de máquina e implementos agrícolas implicaria na menor disponibilização de para os créditos, para custeio e comercialização que devem constituir o objeto prioritário da política de equalização do crédito rural. De acordo com o art. 8º da Lei 4829 de 5 de novembro de 1965, abre aspas. O crédito rural restringe-se ao campo específico do financiamento das atividades rurais e adotará basicamente as modalidades de operações indicadas nesta lei para suprir as necessidades financeiras do custeio e da comercialização da produção própria como também de capital para investimento de industrialização de produtos agropecuários quando efetuada por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural. Fecha aspas. Então, eu quero dizer que, já no caso, por exemplo, da caderneta de poupança rural, apenas o BANCO DA AMAZÔNIA, o BANCO DO BRASIL e o BANCO DO NORDESTE opera este tipo de caderneta, havendo a obrigatoriedade de aplicação de 60% na credito rural. Entretanto, esta obrigatoriedade constituiu, na verdade, uma vantagem em relação às demais caderneta de poupança que são obrigadas a aplicarem operações menos rentáveis como o saneamento básico e a habitação popular. Em síntese, eu vou resumir considerando que já existe linha de créditos oferecida pelos bancos oficiais federais para a compra de tratores, máquinas e implementos agrícolas e que a obrigatoriedade de destinação de parte do crédito rural para este tipo de financiamento poderia implicar na redução de recursos disponíveis para custeio e comercialização da produção agrícola, consideramos inoportuna a proposta contida no PLC número 48 de 2005. Mais pertinente seria o Governo o promover adaptações nas condições da linha de crédito já existente de forma a atender às necessidades dos agricultores ao invés de criar nova linha com recurso do crédito rural. Eu acho que já temos linhas suficientes e eu, por isso mesmo, eu optei pela rejeição. Ou se adapta... Porque essa questão de ficar tirando recursos do crédito rural eu acho que não é a solução, mas sim nós... E aí até me proponho a fazer isso, discutir a adaptação, a melhoria do acesso. Mas, criar outra linha, outra forma de retirar para grande. Eu acho que a proposta do Senador Flávio Arns é diferenciada, é o pequeno. Mas, neste caso aqui, eu acho que não justifica, a gente estaria retirando isso sim do agricultor aquilo que é atividade fim do crédito agrícola. Por isso, o meu voto é pela rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Não havendo quem queira mais dis-

cutir, em votação. Aqueles que votam de acordo com o relatório que permaneçam como estão. O projeto foi rejeitado.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Eu tenho um voto separado, mas o Relator não está aqui, o Senador Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Na próxima reunião nossa. Então, aqui sobre a mesa sobre o item sete, o Senador Leomar Quintanilha requer nos termos regimentares, que seja retirado de pauta desta reunião o Projeto de Lei tal, tal que institui o programa de reservas extrativista que está sobre minha relatoria. Sendo assim e diante da evidente falta de quórum está encerrada a nossa reunião de hoje.

(Sessão encerrada às 12h14.)

2ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 21 de março de 2006, terça-feira, às 11:30 horas, na sala nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal.

Às onze horas e cinqüenta e dois minutos do dia vinte e um de março de dois mil e seis, na sala nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **SÉRGIO GUERRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com a presença dos Senadores: **FLEXA RIBEIRO, JONAS PINHEIRO, HERÁCLITO FORTES, RAMEZ TEBET, PEDRO SIMON, GERSON CAMATA, FLÁVIO ARNS, ANA JÚLIA CAREPA, OSMAR DIAS, ÁLVARO DIAS, LEONE PAVAN E WELLINGTON SALGADO**. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, **Senador Sérgio Guerra**, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, DE 2004 (TERMINATIVO). EMENTA:** Dispõe sobre a anistia, o rebate, a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Efraim Morais. **RELATOR:** Senador Demóstenes Torres. **RELATÓRIO:** Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta. **RESULTADO:ADIADO. OBS:** Em 24/01/2005, foram encaminhadas aos membros da Comissão cópias do AVISO nº 480/MF, do Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antônio Palloci, referente ao Requerimento de Informações nº 1036, de 2005, de autoria do Senador Romero Jucá, que solicitou estimativa de impacto fiscal do presente projeto. Deste modo, foi prejudicado em 15/12/2005, o Requerimento nº 31/05-CRA (RQS. 1491/05 – SGM) de autoria da Comissão (Art. 245 § Único, do RISF). **ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 52, DE 2005 (TERMINATIVO). EMENTA:** Dispõe sobre arrendamento compulsório de parcelas de imóvel rural, para os efeitos que especifica. **AUTOR: Senador Pedro Simon. RELATOR: Senador João Ribeiro. RELATÓRIO: Pela aprovação com quatro emendas que apresenta. RESULTADO:ADIADO. ITEM 3: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003 (PL. nº 02820, de 2000, na origem) (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Altera os artigos 47 e 56 da Lei nº 5764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas). **AUTOR:** Deputado Alberto Fraga. **RELATOR:** Senador Pedro Simon. **RELATÓRIO:** Pela aprovação. **RESULTADO: ADIADO. OBS:** Em reunião realizada em 5/10/2005, foi concedido vista ao Senador Gilberto Goellner, que apresentou voto em separado, entretanto a Presidência o torna prejudicado, uma vez que o referido Senador não é mais membro da Comissão. O Senador Jonas Pinheiro apresentou Voto em Separado, o qual concluiu pela aprovação com emenda substitutiva. **ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2003 (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Corrige distorções na correção dos cálculos dos financiamentos rurais passados, regula suas execuções e dá outras providências. **AUTOR:** Senadora Heloísa Helena. **RELATOR:** Senador Álvaro Dias. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, na forma do Substitutivo que apresenta. **RESULTADO: ADIADO. OBS:** Em reunião realizada em 5/10/2005, foi concedido vista ao Senador Valdir Raupp, tendo sido devolvido sem manifestação. Será apreciado pela CAE, em decisão terminativa. **EXTRA-PAUTA: REQUERIMENTO Nº1, DE 2006. ASSUNTO:** Requer, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública a fim de instruir a medida provisória nº 285, de 2006, sobre as operações de crédito rural, com recursos do fundo constitucional de financiamento do nordeste – FNE, na área de atuação da agência de desenvolvimento do nordeste – ADENE, com participação do seguinte convidado: **Dr. Roberto Smith – Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A. RESULTADO: APROVADO.** Iniciada a discussão da matéria e não havendo oradores inscritos, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, conjuntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Guerra,** Presidente da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Havendo *quorum* regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Legislatura Ordinária, da 52ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. Aprovada. A presente Reunião, destina-se à deliberação de matéria. Inversão de Pauta. Extrapauta.

Requerimento nº 1/2005 da Comissão de Agricultura. Requeiro, nos termos do Inciso I, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública, perante esta douta Comissão, a fim de instruir a Medida Provisória de nº 285/2006, sobre as Operações de Crédito Rural com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste, ADENE, com a participação dos seguintes convidados: Roberto Smith, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

O convidado deverá apresentar, entre outras, as seguintes informações: Composição em 31 de dezembro de 2005. Inadimplência, contemplando todas as fontes de recursos: por porte do tomador; por atividade; por faixa de valores contratados, contemplando as faixas até R$ 15.000,00, de mais de R$ 15.000,00 até R$ 35.000,00, de mais de R$ 35.000,00 até R$ 100.000,00, de mais de R$ 100.000,00 até R$ 200.000,00 e de mais de R$ 200.000,00. Quantidade e valor das operações rurais não negociadas, por porte do tomador. Bônus de inadimplência, de adimplência e rebates concedidos ao amparo das leis nº 10177/2001, 10464/2002, 10646/2003 e 10696/2003, por porte do tomador. Provisionamentos e prejuízos contabilizados contemplando todas as fontes de recursos, por porte de tomador e por atividade. Contratação de operações rurais, por porte de tomador, no período de 99 a 2005. Evolução do Produto Interno Bruto do setor agropecuário do Nordeste, no período de 1990 a 2005. População economicamente ativa da agricultura, comparada com os demais ramos de atividade econômica, no período de 1990 a 2005. Empregos na agricultura no período de 1990 a 2005. Estudo de avaliação, realizados pelo Banco do Nordeste, pelo Escritório Técnico de Estudos do Nordeste, o ETENE e por outras instituições públicas ou privadas, sobre o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, as causas do elevado nível de inadimplência e sugestões para correção dos desvios e para a recuperação dos empreendimentos.

Em discussão, o Requerimento.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Senadores que concordam com o Requerimento, permaneçam como estão.

Aprovado.

Serão tomadas todas as providências cabíveis.

Está encerrada a Reunião.

(Sessão encerrada às 11h55.)

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	**GESTÃO – 00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru–simples.asp Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX–61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.
Contato internet: 3311-4107

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA–DF
CNPJ: 00.530.279/0005–49 CEP 70 165–900

EDIÇÃO DE HOJE: 414 PÁGINAS